

JORGE MANUEL RAIMUNDO CUSTÓDIO

**“RENASCENÇA” ARTÍSTICA E
PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO E
RESTAURO ARQUITECTÓNICO EM
PORTUGAL, DURANTE A 1.ª REPÚBLICA**

Volume II – Anexos

Orientador: Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

**Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à
Universidade de Évora**

ÉVORA, 2008

ÍNDICE

VOLUME I – Tomo 1	
RESUMO / ABSTRACT	5
AGRADECIMENTOS	9
SIGLAS / ABREVIATURAS	13
INDICE	15
INTRODUÇÃO	21
ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO	31
PARTE I	
PATRIMÓNIO EM CONTEXTO INTERNACIONAL. CONCEITOS E PRÁTICAS À LUZ DA MODERNIDADE	
Capítulo 1 – Da Documentação do Património: o caso português em confronto	47
Capítulo 2 – Perspectiva histórica: do «monumento» e do «monumento histórico» ao «património cultural» e aos «bens culturais»	63
Capítulo 3 – Sociedade e Património: atitudes, conflitos e ética patrimonial	103
Capítulo 4 – O processo de consciencialização e a dialéctica dos valores	141
Capítulo 5 – A Internacionalização da problemática de salvaguarda dos bens culturais	199
PARTE II	
PATRIMÓNIO MONUMENTAL PORTUGUÊS. CAMINHOS E DÚVIDAS NAS VÉSPERAS DA 1.ª REPÚBLICA	
Capítulo 1 – O Serviço dos Monumentos em Portugal (1875-1898)	245
Capítulo 2 – Afirmção e constrangimentos do Conselho dos Monumentos Nacionais (1900-1911)	303
Capítulo 3 – Monumentos e Território. Perfil, estatuto e papel dos vogais correspondentes	343
Capítulo 4 – Classificação dos Monumentos Nacionais como estratégia de salvaguarda	389
Capítulo 5 – A síndrome do Mosteiro dos Jerónimos	451
Capítulo 6 – Questões e práticas da conservação e restauro no tempo da monarquia constitucional	501
Capítulo 7 – O Património móvel deslocado numa encruzilhada	553
Capítulo 8 – Estratégias de protecção e valorização dos bens móveis	601
VOLUME I – Tomo 2	
ÍNDICE	
PARTE III	
A «RENASCENÇA» ARTÍSTICA E O «PATRIMÓNIO DA NAÇÃO»	
Capítulo 1 – 1.ª República e Herança Cultural	659
Capítulo 2 – A política patrimonial republicana	691
Capítulo 3 – Conselhos de Arte e Arqueologia: entre a administração honorária e a participação das elites locais	739
Capítulo 4 – Sociedade civil, modelos associativos e rede de defesa do património	775
Capítulo 5 – A «Separação do Estado das Igrejas», bens nacionais e património artístico	871
Capítulo 6 – Visão classificadora do património edificado	945
Capítulo 7 – Descentralização ou centralização?	1031
Capítulo 8 – Crise do património monumental depois da Grande Guerra (1919-1932)	1071
PARTE IV	
TEORIAS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO NO «PERÍODO EXPERIMENTAL»	
Capítulo 1 – Transparências das concepções teóricas e o aparelho conceptual da disciplina no Portugal republicano	1141
Capítulo 2 – A orgânica das intervenções de conservação e restauro e sua evolução. O papel das Comissões dos Monumentos	1185
Capítulo 3 – A fundamentação científica da conservação e a formação dos arquitectos restauradores	1225
Capítulo 4 – Panorâmica das intervenções entre 1910 e 1932	1285
CONCLUSÕES	1337
FONTES E BIBLIOGRAFIA	1365

VOLUME II – Anexos

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. Cadastro dos Monumentos Nacionais, Imóveis e Bens Restaurados	7
1.1 Arquivo e Cadastro dos Monumentos Nacionais e Principais Edifícios de Portugal (1852-1896)	7
1.1.1 Introdução	7
1.1.2 Reconstituição processual do cadastro e arquivo dos monumentos	8
1.2 Estudo de casos	21
1.2.1 Intervenções dos séculos XVII, XVIII e XIX	21
1.2.2 Ruínas romanas de Nabância	27
1.2.3 Organização da cartografia referente à Igreja e Mosteiro dos Jerónimos	31
1.3 Imóveis Classificados durante a 1.ª República e Ditadura Militar (1911-1932)	41
1.3.1 Documento: “Monumentos Nacionais da 3.ª Circunscrição” (1926)	67
1.3.2 Decretos de classificação de monumentos (1906-1932)	74
1.4 Monumentos Pré-Classificados não constantes da Classificação Oficial de 16 de Junho de 1910	78
1.5 Monumentos incluídos no Projecto de Classificação de 1907 não classificados em 16 de Junho de 1910 ou objecto de alteração de categoria e/ou género	82
1.6 Imóveis registados	84
1.6.1 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 1.ª Circunscrição	84
1.6.2 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 2.ª Circunscrição	97
1.6.3 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 3.ª Circunscrição	100
1.6.4 Propostas de Monumentos Nacionais a serem integrados na Lista, requeridas pelo Conselho de Arte Nacional (1912-1922)	104
1.7 Bens Integrados e Bens Móveis Restaurados	105
1.7.1 Pintura de cavalete e mural	105
1.7.2 Escultura	123
1.7.3 Azulejo (amostragem)	124
2. Fundamentos / Provas / Apêndices	126
2.1 Quadros, Mapas, Gráficos e Organogramas	126
2.1.1 Índice	126
2.1.2 Quadros	132
2.2 Apêndice Documental	241
2.2.1 Índice	242
2.2.2 Documentos	268
2.3 Apêndice Cartográfico	679
2.3.1 Índice	679
2.3.2 Desenhos	689
2.4 Apêndice Iconográfico e Fotográfico	794
2.4.1 Índice	794
2.4.2 Imagens	817

3. Balanços das Actividades das Circunscrições Artísticas	1065
3.1 Balanço da 1. ^a Circunscrição (1911-1932)	1065
3.2 Balanço da 2. ^a Circunscrição (1911-1932)	1067
3.3 Balanço da 3. ^a Circunscrição (1911-1932)	1069
4. Entidades Sociais e Personalidades do Património Artístico, Histórico, Monumental e Arqueológico de Portugal	1071
4.1 Entidades Sociais	1071
4.1.1 Registo dos Grupos, Comissões, Sociedade, Ligas, Uniões e Associações de protecção, conservação e valorização do património (1840 e 1932)	1071
4.2 Personalidades	1081
4.2.1 Lista definitiva das individualidades, indicando as instituições a que pertenceram. Resultado final da investigação (1875-1932)	1081
4.3 Documentação referente às personalidades	1099
4.3.1 Índice	1099
4.3.2 Documentos	1100

INTRODUÇÃO

O volume onde reunimos os fundamentos, as provas e os apêndices documentais resultantes da pesquisa arquivística e da investigação, da análise e da síntese e dos estudos prosseguidos para a redacção da dissertação procurou responder não apenas às exigências académicas, mas poder servir todos aqueles que sigam os estudos patrimoniais.

A primeira parte é dedicada à apresentação do cadastro dos monumentos nacionais e dos imóveis, trabalhados a partir da documentação compulsada, mas organizados em função dos assuntos tratados na tese, procurando chamar à atenção para a questão do arquivo dos monumentos, que durante anos foi desprezado em Portugal e que ainda hoje se encontra incompleto, arquivo disperso por diversas entidades e com deficiências de conhecimento. O caso das ruínas de Nabância é o mais paradigmático, merecendo da nossa parte alguma atenção. Detectámos existir uma anarquia cartográfica referente ao Mosteiro dos Jerónimos, facto que indicia uma falta de atenção sintomática dos serviços públicos, de que este caso não é o único. Nesta parte, demos especial relevo ao problema dos imóveis classificados, de modo a construir uma base de trabalho rigorosa e segura. Como a dissertação se debruça, por motivos de unidade, sobre o património artístico, quisemos apresentar também o registo de restauro de bens móveis e integrados.

Na segunda parte, reunimos as colecções de provas, resultantes da análise dos diversos assuntos investigados, materializados em quadros, gráficos e mapas e ainda documentos manuscritos e impressos, iconográficos e cartográficos que ilustram e fundamentam as afirmações contidas nos textos.

Uma terceira parte contém uma síntese ou balanço geral da actividade dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três Circunscrições Artísticas. Propositadamente não quisemos demonstrar de forma mais eloquente os resultados, pela simples razão que era matéria que podia preencher um grosso volume. Deixamos os dados resultantes dos milhares de documentos compulsados para outra oportunidade.

Terminamos como uma quarta parte, com a publicação de duas listas essenciais, onde se revela o nome das entidades sociais e as personalidades relacionadas com o Património Artístico, Histórico, Monumental e Arqueológico de Portugal no período abrangido pela tese e analisado nos dois tomos. Também aqui não quisemos ir mais além, em virtude da quantidade de entidades envolvidas na causa da defesa e salvaguarda, conservação e restauro e valorização e

dinamização do património artístico, arquitectónico e arqueológico que, ao longo da investigação nos surpreendeu. De todos eles fizemos o registo biográfico de acordo com uma ficha tipo, material que pensamos vir a publicar em breve, formando um dicionário específico. Também neste campo procurámos fundamentar os nomes referenciados pela publicação de alguns documentos da época que constituem as listas dos serviços.

1 Cadastro dos Monumentos Nacionais, Imóveis e Bens Restaurados.

1.1 Arquivo e cadastro dos Monumentos Nacionais e principais edifícios de Portugal (1852-1896).

1.1.1 Introdução.

Estudo e levantamento publicado por Jorge Custódio, "Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português", in *Arqueologia e História*, vol. 51, Lisboa: AAP, 1999. Inicialmente foi publicado com o nome de "Arquivo arqueológico dos principais edifícios de Portugal (1856-1884)", Anexo II, pp. 52-58. Naquela altura tratou-se já de um trabalho de reconstituição arqueológica dos elementos dispersos, que conferiam sentido aquilo que se designou por "arquivo arqueológico", "arquivo dos monumentos" ou "cadastro monumental", como consta nos documentos da época. Possidónio da Silva publicou e expôs a primeira folha dos quarenta e cinco monumentos do seu levantamento arquitectónico, destinado ao estudo dos paralelos dos principais "monumentos religiosos" de Portugal, durante a Exposição Universal de Viena, de 1873. Procedeu-se a uma revisão sistemática das informações e dos documentos fotográficos e cartográficos, o que permitiu determinar a génese do cadastro dos monumentos e sua evolução, bem como o seu significado no funcionamento das instituições que tutelavam o serviço dos monumentos nacionais. Os trabalhos de Possidónio ocorreram em dois principais períodos das suas funções públicas: 1858-1866 e 1882-1893. No entanto, Possidónio integrava nessa base os trabalhos que executara antes de 1858 (refira-se que em 1852, ele tinha autorização pública para entrar em todos os edifícios religiosos e civis, com a finalidade de prosseguir os seus estudos) e os que desenvolveu no âmbito da actividade associativa que, em alguns aspectos e com autorizações governativas, manifestam uma evidente natureza de carácter público, como a salvaguarda dos bens culturais móveis, em perigo de se perderem. Optámos por uma apresentação dos monumentos e edifícios públicos por ordem alfabética de distritos e concelhos, referenciando para cada edifício a existência de elementos do processo, manuscritos, impressos, estudos realizados e registos fotográficos e cartográficos. Indicamos em nota de rodapé os documentos cartográficos identificados e os arquivos respectivos onde se encontram. Deixámos de lado, os seus inúmeros estudos arqueológicos. Referenciámos as estações arqueológicas e os monumentos megalíticos.

1.1.2 Reconstituição processual do Cadastro e Arquivo dos Monumentos

DISTRITO DE BEJA

Concelho de Beja

Igreja do Convento de N.^a S.^a da Conceição de Beja

Torre de menagem do Castelo de Beja

DISTRITO DE BRAGA

Concelho de Braga

Sé de Braga

Planta e medições – 1859¹.

Estudo de siglas de canteiro sobre as paredes – 1868 [Estampa IV]²

Memória descritiva – 1873

Planta – 1873³

Visita oficial e excursão artística – 1883-1884⁴

Concelho de Guimarães

“Catedral” ou “Sé” de Guimarães

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa I]

DISTRITO DE COIMBRA

Concelho de Coimbra

Aqueduto de D. Sebastião

Registo fotográfico – 1863⁵

Medições e memória descritiva – 1863

Colégio Novo (seminário de frades cruzios)

Registo fotográfico – 1861

Convento de Santa Clara, a Velha

Registo fotográfico – 1863

¹ A simples indicação de desenhos e medições de edifícios refere-se a informações recolhidas nas biografias contemporâneas publicadas por amigos de Possidónio da Silva, ou referências extraídas da obra e correspondência deste arquiteto. Cf. GOODOLPHIM, Costa, *Biographia do Socio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa: Typographia Universal, 1894, pp. 21-26 e CASTILHO, Júlio, *Elogio historico do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1897.

² A indicação das estampas é feita a partir do estudo de Possidónio da Silva, *Mémoire de l'Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les Anciens Monuments du Portugal, appartenent à l'architecture du moyen-âge*, Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1868

³ Ver [Cartografia. Des. 12].

⁴ Referem-se a indicações insertas in SILVA, *Relatorio da Comissão dos Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894 e dados respigados da correspondência oficial de Possidónio.

⁵ As fotografias referem-se sobretudo à obra *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com vistas Photographicas*, 2 séries, Lisboa: Imprensa Nacional / Editor Ernesto Augusto da Silva, 1862-1863.

- Memória histórica – 1861
Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XXIV]
- Convento de Santa Clara, a Nova
Medições e planta – 1860
Registo fotográfico – 1863
Pequena memória histórica e do túmulo de Isabel de Aragão – 1863
- Igreja de Santa Cruz
Registo fotográfico da fachada e do claustro – 1861
Medições – 1861
Memória descritiva – 1861
Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XXI]
Desenhos do retábulo do altar do túmulo de D. Sancho I – 1884
- Quinta e Fonte dos Amores
- Sé Nova
- Sé Velha
Visita, relatório, fotografia e caracteres árabes de uma lápide⁶ – 1857
Fotografia do portal e inspeção do portal, com falta de fustes – 1861
Medições e memória descritiva – 1862
Siglas da Igreja. De fora e no interior da Torre – 1868 [Estampa II e III]
Visita oficial e excursão científica – 1882
- Universidade
Registo fotográfico – 1861
Memória descritiva – 1861

DISTRITO DA GUARDA

Concelho da Guarda

Sé da Cidade da Guarda

Planta térrea – entre 1884-1892. Desenhos de Theodoro Brandão, Desenhador de 2.^a Classe⁷.

Fachada principal – entre 1884-1892

DISTRITO DE ÉVORA

Concelho de Évora

Dólmenes (dois), nas proximidades

Escavações e desenho – 1882

Edifício Público. Antiga Universidade de Évora

⁶ SILVA, J. P. N. da, "Explicação da Estampa n.º 85, Monumento da Sé Velha de Coimbra", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Tomo IV, 2.^a série, n.º 1, Lisboa, 1888, pp. 12-14.

⁷ Este e o trabalho seguinte foram executados para a Comissão dos Monumentos Nacionais da qual foi presidente entre 1882 e 1896. Não se encontra assinada por Possidónio. Cf. [Cartografia. Des. 21].

Igreja de S. Francisco
Ruínas do Palácio Real
Sé Catedral

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XIX]

Serra de Ossa

Três Dolmens e desenhos – 1878

Templo de Diana

Parecer - 1870

Visita oficial - 1882

DISTRITO DE LEIRIA

Concelho de Alcobaça

Mosteiro de Alcobaça

Visita e relatório – 1836

Planta e medições – 1861.

Registo fotográfico – Data incerta

Visita – 1869

Estudo de siglas de canteiro no refeitório e no claustro – 1868 [Estampas XVI, XVIII e XX]

Memória descritiva e planta – 1873⁸

Visita oficial, inspeção às obras, excursão científica, defesa da restituição ao estilo do monumento – 1883

Concelho da Batalha

Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Fotografia

Modelo em madeira da Capela sepulcral de D. João I – 1867⁹

Estudo de siglas de canteiro no exterior, interior, claustro real, no interior da Capela do Fundador, na capela inacabada e no último claustro construído – 1868 [Estampas XXVIII, XXIX, XXX, XXXV, XXXVI e XXXVII]

Planta¹⁰ e medições – 1873.

Memória descritiva – 1873

⁸ Cf. SILVA, Possidónio da, "Plantas das Principaes Igrejas de Portugal", que figuraram na Exposição Universal de Viena de Austria em 1873, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Tomo III, 3.ª série, n.º VI, Estampa 38, Lisboa, 1881, pp. 137-138.

⁹ Cf. *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos raros naturaes e industriais realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*, Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1867, n.º 546, p. 20

¹⁰ É provável que Possidónio retirasse a sua planta de outras anteriores, alterando-lhe a escala. Num officio datado de 1882 requer que o MOP lhe envie os desenhos ou as cópias pertencentes a todas as restaurações que foram executadas, no Mosteiro, “sendo o architecto que dirigiu esses trabalhos encarregado de os fazer conforme os riscou e fez executar, dignando-se V. Ex.ª ordenar essa entrega”, 20 de Março de 1882. Offício de Possidónio da Silva, Processo n.º 16 - Batalha. Mosteiro. ANBA - CSMN: Igrejas, vol. 1, Livro 240. Ver [Cartografia. Des. 11].

Memória descritiva do restauro e comunicação internacional sobre o mesmo –
CIA, Paris, 1878

Concelho de Caldas da Rainha

Hospital das Caldas da Rainha

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Igreja de Nossa Senhora do Pópulo

Planta – 1858

Inspecção – 1882

Concelho de Ferreira do Zêzere

Igreja de Ferreira do Zêzere

Concelho de Leiria

Castelo de Leiria e Capela

Estudo de siglas de canteiro sobre as muralhas e na capela – 1868 [Estampa VI]

Sé

Concelho de Óbidos

Igreja matriz de Óbidos

Inspecção – 1882

Pelourinho

Proposta de classificação – 1882

DISTRITO DE LISBOA

Concelho de Alenquer

Casa onde morara Damião de Góis

Lápide – 1884

Convento de S. Francisco

Igreja da Várzea

Modelo do busto de Damião Góis – 1883

Concelho de Lisboa

Aqueduto da Mãe de Água

Registo fotográfico – 1861

Medições e memória descritiva – 1861

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XLV]

Escola do Exército

Registo fotográfico – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

Convento da Esperança

Convento e Igreja da Madre de Deus

Levantamento (três desenhos) – 1856-1860

Convento das Comendadeiras de Santos

Convento de Arroios

Convento de Belém (Mosteiro dos Jerónimos)

Estudo académico da abóbada principal – 1828 (?)

Medalhão do presumível arquitecto do mosteiro, do claustro – 1847

Direcção de obras de 1852 a 1856

Desenhos do portal principal – cerca de 1860

Registos fotográficos da fachada e claustro – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

Projecto de restauro e respectiva memória descritiva – 1867

Modelo em madeira para apoio ao restauro do referido Convento – 1867¹¹

Estudo das siglas de canteiro no exterior e no claustro – 1868 [Estampa XXXIX e XLII]

Medições. Planta, corte transversal do claustro e igreja, corte longitudinal e detalhes – 1889-1891. Desenhador Francisco Soares O’Sullivan¹².

Convento e Igreja de Chelas

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Convento de S. Bento

Convento de S. Vicente de Fora

Levantamento da Igreja (quatro desenhos) – 1856-1860

Planta geral e dos claustros; medições – Setembro de 1882. Levantamento e desenho de João Lino de Carvalho¹³.

Alçado da frente da Igreja – 1882. João Lino de Carvalho

Corte longitudinal da igreja – 1882 (incompleto). Levantado e desenhado por Francisco Soares O’Sullivan.

Corte transversal da igreja – 1884. Levantado e desenhado por Francisco Soares O’Sullivan

Corte longitudinal da Sacristia – 1884

Casa dos Reis. Incompleto.

¹¹ Cf. *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos raros naturaes e industriais realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1867, nº 550, p. 21. Este modelo fotografado por Henrique Nunes esteve presente na Exposição Universal de Paris. Possidónio ofereceu-o à Galeria de Belas Artes de Paris, cf. *Catalogue Spécíel de la Section Portugaise a L'Exposition Universelle de Paris en 1867*. Paris: Librairie Administrative de Paul Dupont, 1867, pp. 9-10. Existem duas fotografias do modelo, uma da fachada sul e outra do alçado ocidental.

¹² Estes desenhos encontram-se na AHMOP, Lisboa. Ver [**Cartografia. Des. 22, 37, 38 e 39**]

¹³ Os desenhos encontram-se na ANBA, Lisboa. Ver [**Cartografia. Des. 17, 18, 19**]. Outros quatro desenhos podem ver-se no referido arquivo.

Parte ornamental. Esculturas de ornamentação da fachada. Francisco Soares O'Sullivan
Planta e alçado da tribuna da igreja. Incompleto.
Parte ornamental. Estátuas do baldaquino da Capela-mor – 1884. Francisco Soares O'Sullivan
Subterrâneos

Convento do Bom Sucesso
Convento do Carmo
Obras de instalação do Museu – 1864-1879
Medições da igreja – 1864 (?)
Estudo das siglas de canteiro no exterior e no interior – 1868 [Estampas XXXI e XXXII]

Convento do Rato
Convento dos Paulistas
Igreja do Coração de Jesus (Basílica da Estrela)
Levantamento (seis desenhos) – 1856-1860
Planta geral do convento e medições – 1883. Francisco Soares O'Sullivan¹⁴.

Igreja da Encarnação
Igreja da Graça
Igreja da Madalena
Igreja da Memória
Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860
Registo fotográfico – 1861
Memória descritiva – 1861

Igreja das Chagas
Igreja de Santa Isabel
Igreja de Santo António
Registo fotográfico – 1861
Medições e memória descritiva – 1861

Igreja do extinto convento de S. Domingos
Planta (?)
Corte longitudinal da Igreja – 1887. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivan¹⁵.

Igreja de S. Paulo
Registo fotográfico – 1863
Medições e memória descritiva – 1863

Igreja do Loreto
Igreja dos Mártires

¹⁴ Conforme referências do próprio Possidónio.

¹⁵ Assinada pelo arquitecto. Desenho na ANBA, ver [Cartografia. Des. 20].

Palácio da Ajuda

Planta e medições - 1833

Projecto de conclusão do palácio – 1833-1834

Levantamento (três desenhos) – 1856-1860

Palácio de Belém

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Palácio e Convento das Necessidades

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Registo fotográfico – 1862

Memória descritiva, incluindo o museu real – 1862

Igreja de Santa Maria Maior / Sé Catedral

Registo fotográfico – 1861

Medições e memória descritiva – 1861

Estudo de siglas de canteiro no interior e sobre os arcos botantes – 1868
[Estampas IX e X]

Planta – 1873¹⁶

Planta e medições – 3 de Fevereiro de 1882. João Lino de Carvalho¹⁷.

Desenho da fachada (desenho incompleto). Francisco Correia Leote Júnior¹⁸.

Corte longitudinal – 5 de Novembro de 1882 a 19 de Maio de 1893. Francisco Soares O'Sulivand

Cópia dos epitáfios do interior da Sé. Francisco Correia Leote Júnior

Teatro de S. Carlos

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Planta Geral e medições – 1883. Desenho de J. Pinto. Condutor auxiliar, João Lino de Carvalho¹⁹.

Alçado da fachada principal – 1883. Desenho de J. Pinto. Idem João Lino de Carvalho.

Corte longitudinal – 1883-84. Desenho de J. Pinto. Idem João Lino de Carvalho.

Corte transversal – 1883-84. Desenho de J. Pinto. Idem João Lino de Carvalho.

Torre de Belém

Registo fotográfico – 1862

Medições e memória descritiva – 1862

Banco de Portugal

Descrição histórica

Estufas das Laranjeiras

Registo fotográfico

¹⁶ Cf. [Cartografia, Des. 14].

¹⁷ Existe cópia do desenho na ex-DGEMN (IHRU, cota ses. 305227).

¹⁸ O original encontra-se na ANBA, ver [Cartografia, Des. 16].

¹⁹ Original na ANBA. Os quatro desenhos encontram-se numa só prancha, ver [Cartografia, Des. 2].

Concelho de Loures

Convento de Odivelas

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampas XXIII]

Convento e Igreja das Religiosas de Sacavém

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Concelho de Mafra

Palácio Real e Igreja do extinto Convento

Cópia da planta geral e medições – 1828²⁰

Levantamento (seis desenhos) – 1856-1860

Memória descritiva – 1873

Igreja de S. Martinho (Mafra)

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Estudo das siglas de canteiro no exterior e no interior – 1868 [Estampa XI]

Concelho de Oeiras

Igreja de Carcavelos

Palácio de Queluz

Concelho de Sintra

Igreja e extinto Convento da Pena (Castelo real da Pena)

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Estudo das siglas no interior – 1868 [Estampa XLIII]

Igreja de Santa Maria

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Igreja de S. Miguel

Levantamento (um desenho) – 1856-1860

Mesquita e Castelo dos Mouros

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Registo fotográfico – 1863

Palácio Real de Sintra

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Registos fotográficos – 1863

Estudo de siglas de canteiro no exterior e no interior – 1868 [Estampas XXXIII, XL e XLI]

²⁰ Litografia publicada no *Jornal ds Associação dos Architectos Civis Portuguezes*, Estampa I, n.º 1. Existente na ANBA. Este desenho encontra-se também no Convento de Mafra.

DISTRITO DE PORTALEGRE

Concelho do Crato

Dólmenes (2)

Concelho de Elvas

Dolmens de Elvas

Desenho do Dolmen do Marco das Sete Fontes – 1881²¹

Memória descritiva – 1882

Sé de Elvas

Concelho de Portalegre

Igreja de Portalegre

Igreja de S. Vicente da Chã

Ermida de S. Sebastião

Concelho de Vendas Novas

Palácio de Vendas Novas

Concelho de Vila Viçosa

Palácio de Vila Viçosa

DISTRITO DO PORTO

Concelho de Penafiel

Igreja do Salvador de Paço de Sousa

Modelo dos capitéis do portal principal – 1883

Inspeção - 1883

Concelho do Porto

Convento de Monchique

Igreja de Águas Santas

Igreja de Cedofeita

Planta e medições – 1862

Descoberta de dois túmulos – 1862

Visita oficial e excursão científica – Maio de 1882

Igreja de S. Francisco

Estudo das siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XXXIV]

Igreja dos Clérigos

Registo fotográfico – 1861

²¹ SILVA, Possidónio da, "Fouilles faites dans les dolmens en Portugal en 1881", in *Association Française pour l'Avancement des Sciences, Compte Rendu de la 11.è Session, La Rochelle, 1882, Paris: Au Secrétariat de l'Association, 1883, p. 620, fig. 116.*

Memória descritiva – 1861

Palácio de Águas Santas

Porta de Vandome

Sé Catedral

Planta e medições – 1852

Estudo das siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa V]

Memória descritiva e planta - 1873²².

Concelho de Santo Tirso

Igreja matriz

Igreja de Roriz

Planta

Concelho de Vila do Conde

Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau

Concelho de Vila Nova de Gaia

Convento da Serra do Pilar

Registo fotográfico – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

DISTRITO DE SANTARÉM

Concelho de Salvaterra de Magos

Palácio de Salvaterra

Concelho de Santarém

Convento da Graça

Levantamento (quatro desenhos) – 1856-1860

Siglas da Igreja. Interior da Torre – 1868 [Estampa XXVII]

Convento da Trindade

Levantamento da igreja (um desenho) – 1856-1860

Convento de Jesus (Ordem Terceira de S. Francisco)²³.

Visita oficial e excursão científica – 1882

Convento de Santa Clara

Levantamento (três desenhos) – 1856-1860

Convento de S. Domingos

Proposta de criação de um museu de tumularia – 1857

²² Ver [Cartografia. Des. 13].

²³ Descrição que manifesta alguma confusão entre a arquitectura desta igreja e a da Igreja da Graça.

Remoção de túmulos para sua salvaguarda - 1866

Convento de S. Francisco

Levantamento (seis desenhos) – 1856-1860

Registos fotográficos (geral, do lado poente e do claustro) – 1861

Descrição do claustro - 1866

Registo fotográfico do túmulo de D. Fernando

Medições da igreja e do claustro – 1861

Memória descritiva – 1861

Siglas da Igreja. Interior – 1868 [Estampa XXII]

Igreja de S. João de Alporão

Levantamento (três desenhos) – 1856-1860

Pequena memória descritiva – 1861

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa VIII]

Desenhos (dois) - 1878

Visita oficial e excursão científica – 1882

Igreja de Marvila

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Ruínas do antigo Palácio do Rei D. Afonso V

Levantamento (dois desenhos) – 1856-1860

Sarcófagos mais importantes pelo seu trabalho e recordações históricas

Dez desenhos – 1856-1860

Seminário Patriarcal

Registo fotográfico – 1862

Memória descritiva – 1862

Torre das Cabaças

Registo fotográfico inserido em paisagem urbana – 1861

Pequena memória histórica e medições – 1861

Concelho de Tomar

Convento de Cristo

Plantas dos três pavimentos e medições – 1866-1875 (?). Manuel Tomás de Sousa Pontes, condutor de obras públicas²⁴.

Estudo de siglas de canteiro no interior e sobre a igreja – 1868 [Estampa XXV e XXVI]

Visita oficial e excursão científica – 1882

Igreja de Santa Maria do Olival

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa VII]

Planta e medições – 1883

²⁴ Vejam-se as três plantas, a partir das cópias de 1890 existentes no Convento de Cristo, in [Cartografia. Des. 15 A, 15 B e 15 C].

Igreja de S. João Baptista

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XVII]

Padrão de S. Lourenço

Proposta de classificação – 1882

Ruínas romanas, ditas de Nabância

Planta dos resultados da escavação – 1882-1890 (Área de 4.000 m²)²⁵.

DISTRITO DE SETÚBAL

Concelho de Almada

Registo fotográfico – 1863

Concelho de Palmela

Castelo de Palmela

Visita oficial e excursão científica – 1883

Concelho de Setúbal

Convento e Igreja de Jesus

Visita oficial – 1859

Levantamento (três desenhos) – 1856-1860

Visita oficial e excursão científica – 1883

Igreja do Bom Deus

Estudo de siglas de canteiro no exterior e no interior – 1868 [Estampa XXXVIII]

Península de Tróia. Vestígios das Termas

Levantamento (um desenho) – 1856-1860

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Concelho de Viana

Antigo edifício do extinto convento de S. Cláudio

Estudo

Dólmen de Âncora

Convento de S. Clemente

Igreja da Misericórdia

Ruínas arqueológicas de Santa Luzia

Visita científica – 1876

Planta do terreno das ruínas, auxiliado pelo condutor de Obras Públicas do Distrito – 1884

²⁵ Cf. "Découverte d'une Ville Romaine en Portugal, en 1882", in *Association Française pour l'Avancement des Sciences, Compte Rendu de la 11.è Session, La Rochelle, 1882*, Paris: Au Secrétariat de l'Association, 1883, pp. 657-662 e 190.

DISTRITO DE VISEU

Concelho de Lamego

S. Domingos da Queimada

Estudo de siglas de canteiro no interior da capela, da sacristia e sobre a cisterna – 1868 [Estampa XV]

Concelho de Viseu

Sé

Edifício não identificado

Igreja do Senhor da Serra

1.2 Estudo de casos.

1.2.1 Intervenções dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Exemplos de restauros artísticos do período empírico, integráveis na tradição de intervenções oficinais, com a intenção de modernizar os edifícios existentes, fazendo-os corresponder aos gostos estilísticos dominantes da época. Várias atitudes de intervenção são reconhecíveis, como recuperação, renovação, reutilização, readaptação, correcção, transformação e “metamorfose”. Textos e sínteses retirados de processos dos monumentos do século XIX e XX e da bibliografia consultada.

A. Intervenção de readaptação estilística na igreja gótica da Colegiada de Guimarães (1829-1830).

“A igreja da colegiada de Guimarães, alevantada por D. João I, era um dos mais belos monumentos da architectura gótica. O seu tecto de grossas vigas, lavradas primorosamente, constituía com o da sé do Funchal todas as riquezas monumentais, por nós conhecidas, que Portugal possuía deste género de tectos; porque na Idade Média se empregou geralmente a abóbada de pedra para cobrir os templos, sendo talvez raríssimo em o nosso país outro qualquer tecto daquela matéria. Além disso, as bem proporcionadas arcarias, os capitéis adornados de esculturas variadas e subtis, as três naves majestosas, divididas por formosos pilares, inspiravam em subido grau aquele respeito saudoso, que só sabem produzir as igrejas góticas. Os anos não tinham passado em vão sobre o monumento: arruinado em partes, carecia de reparos: o cabido ajuntou para isso grossas somas: chamaram-se obreiros; e há sete ou oito anos que estes lidam por apagar todos os vestígios da antiga arte: quebraram-se os labores dos capitéis e cornijas: substituíram-se com pedras brancas: estas pedras cobriram-se de madeira; esta madeira dourou-se, pintou-se e caiu-se: - o templo do Mestre de Avis lá está alindado; lá está coberto de arrebiques: os que deviam conservar-lhe com todo o esmero a majestade de suas cãs; os que deviam gastar as somas que possuíam em buscar, não quem o remoçasse, mas quem o conservasse com o seu aspecto de veneranda antiguidade, fizeram da casa do Senhor uma velha prostituta, que esconde as rugas debaixo da alvura e do carmim emprestados; (...) E que disseram os habitantes de Guimarães durante oito anos em que os vermes andaram a roer naquele cadáver? Louvaram o *bonito* da nova obra: e alguns há que já se lembram (segundo o que nos disse o nosso correspondente) de demolir os restos das venerandas muralhas (...).”

[Alexandre Herculano, “Mais um brado a favor dos monumentos” (1839), in “Monumentos Pátrios. 1838-1839”, *Opúsculos*, I, edição de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa: Presença, 1982, pp. 207-208]

B. Intervenções de alindamento: Sé de Braga.

Possidónio da Silva informa que na Sé se havia feito a mais bárbara das obras o que era de grande indignidade. Pintura a branco a óleo de toda a cantaria das naves e da abóbada, que era de granito. Tal desacato era “uma evidente prova da urgentissima necessidade de se crear a Commissão dos Monumentos Nacionaes revestida da precisa authorização para velar não sómente pela conservação, mas também para se não fazer obra alguma, seja de que natureza fôr, sem a necessaria approvação d’esse corpo constituído, afim de evitar disparates, mutilações e desconcertos que pessoas ignorantes do respeito que se deve á archeologia e aos diversos estylos d’architectura, costumam desgraçadamente praticar afim de ser a regra intelligente para que se não desfigurem nem destruam os monumentos historicos e artisticos do paiz. Renovo a V. Ex.^a o pedido de tomar a peito essa urgente providencia; e com franqueza propria de meu character, (com que sempre tenho obrado durante a minha existencia), repito esta minha instancia. Não é o interesse pessoal que me leva a assim fallar, porque acima de tudo esta o serviço publico, mas sim o desejo de ver installar e consolidar este importantissimo ramo de serviço que porá ao abrigo do vandalismo e da ignorancia o que ainda temos de artistico e historico no nosso paiz, igualando-se o nosso paiz n’este particular a todas as nações cultas”.

[Joaquim Possidónio da Silva, minuta autografa de officio dirigido a Joaquim Simões Margiochi, director da DGOP, datado de 11 de Junho de 1883. Processo n.º 135 – Braga. Sé. ANBA – Igrejas, vol. 1, Livro 240]

C. Igreja do Convento de Jesus de Setúbal.

Insurge-se contra o vandalismo do reboco e caiação do exterior e interior da igreja (colunas, arcos ogivais), escondendo a pedra da Arrábida (qualidade do grés multicolor), “incobrin-do-lhe as proprias agregações da sua primitiva composição”. Estas obras foram realizadas depois do terramoto de 1858. Apresenta uma metodologia que devia ser seguida para o restauro da imagem que foi ocultada por essas obras. Refere a qualidade da obra de talha da Capela-mor.

[Joaquim Possidónio da Silva, minuta autografa de ofício dirigido a Margiochi, director da DGOP, datado de 20 de Janeiro de 1883. Processo n.º 135 – Setúbal. Igreja de Jesus. ANBA – Igrejas, vol. 3, Livro 242].

D. Mosteiro de Alcobaça: uma intervenção de renovação setecentista, de estilo similar.

“Parece ser agora possível, a partir do que ficou dito, concluir a data aproximada da construção da Casa dos Túmulos e fundamentar a atribuição de autoria do panteão da Real Abadia ao inglês Guilherme Elsdén (...)

Durante muitos anos permaneceu no baú do esquecimento a notícia da construção do corporal e o primeiro a levantar o véu foi Vieira Natividade quando escreveu que “no cruzeiro se devem ter conservado os tumulos até, pelo menos, ao ultimo quartel do seculo XVIII, data em que a capela mudou da invocação de S. Vicente para a de S. Bernardo, e só então transferidos para o pantheon, contruido nesse período, se é que essa transferênciã se não efectuou em princípios do século XIX, depois que os francezes praticaram a seu allucinado vandalismo” (*Ignez de Castro*, pp. 100).

Argutamente, Vergílio Correia não concebia que aquele edifício pudesse ter sido construído na época medieval e observava “a estrutura do panteon era bem gótica, mas a decoração dos capitéis e bases, nitidamente setecentista” (*Obras*, vol. V, p. 5). Resolveram a questão os documentos alcobacenses que se encontram nos arquivos lisboetas e que tenho vindo a referir. (...)

Resta agora enunciar as razões que permitem atribuir a Elsdén o projecto do vasto corporal que mede “44 palmos e meio de comprimento, 38 e meio de largo” e apresenta “4 columnas floreadas nos capitées com perfeição que faz especie”, a possibilitar o surgimento de “9 barretes abobadados” na cobertura. (...)

Depois de observar a panóplia de architectos que, em Portugal, se encontrava disponível na época, fácil se torna constatar que não existia nenhum, a não ser o inglês, capaz de responder à encomenda abacial com um traço daquele teor.

[Maria Regina Dias Baptista Teixeira Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, vol. I, Lisboa: FCG/JNICT, 1997, pp. 121-123]

E. São Frutuoso de Montélios, Braga: Incorporação e reutilização de edifício religioso primitivo.

“O sr. Ernesto Korrodi, architecto, professor da escola industrial de Leiria, descobriu ha annos, envolvido num edificio dos fins do seculo XVII ou do comêço do XVIII, restos ainda importantes de um monumento anterior ao periodo romanico, e no qual é evidentissima a influencia byzantina. Eis a descripção que d’esses vestigios o sr. Korrodi nos dá:

«Existem nas immediações de Braga, no extincto convento de S. Francisco, envolvidos na fabrica d’este edificio, que foi construído no princípio do século passado ou no fim do século XVII, restos importantes de um monumento cuja architectura particular e caracter de suas esculturas nos auctorizam a attribui-los a uma epocha muito remota.

«Entrando na igreja do dito convento, pela porta principal, depara-se-nos ao lado direito uma especie de capella de fôrma quadrangular, a que dá acesso uma escada de pedra, de alguns degraus. Esta capella, superior ao nivel da nave, é formada por quatro pilares ligados entre si por arcos de volta inteira que supportam as quatro paredes do edificio, coberto por uma cupula de tijolo de fôrma achatada, construida sobre pendentés. No vão dos tres arcos, mais por effeito decorativo, do que em virtude das regras de construcção, desenvolve-se uma tríplice arcada, supportada por columnas de mármore, encimadas de capiteis do mesmo material. A modelação e desenho, tanto d’estes como dos capiteis das pilastras á altura do nascente dos arcos, fazem lembrar á primeira impressáo as esculpturas classico-romanas (...).

A relativa finura de execução d’estes capiteis em nada harmonisa, porém, com o aparelho, tosco e mal feito, das cantarias de granito, contraste que mais ainda se accentua na cornija do exterior da lanterna ou cupula, onde, ao lado de um friso de marmore, de trabalho cuidado, se encontram uns denticulos de granito, disformes e irregulares. Esta circumstancia, como o facto de se empregar um material mais fino para a execução da parte esculptural, leva-nos a concluir que os artistas constructores, ignorantes no tratamento do granito vieram de regiões longinquas, e recorreram, para a execução dos trechos ornamentados, a material cujo tratamento lhes era familiar. A cornija do exterior mostra isto de maneira mais positiva. Todas estas particularidades de construcção, a planta e proporções do edificio permitem-nos concluir que estamos na presença de importantes vestígios de construcção christã antiga, na forma de um corpo central de alguma igreja edificada segundo o plano das basílicas byzantino-latinas (Boletim da Real Associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, 3.^a série, tomo VIII, p. 18».

[D. José Maria da Silva Pessanha, *A Architectura Byzantina. Dissertação de concurso*, Lisboa: Officina Typographica, 1904, pp. 57-58]

F. Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém: exemplo de intervenção de restauro em madeira e estuque.

“A aceitarmos a informação da lápide do portão principal, Santa Maria da Alcáçova foi construída de raiz, para servir de templo cristão, na Cidadela conquistada por D. Afonso Henriques (...)

Por outro lado, impôs-se ler intencionalmente os vestígios construídos, a partir de uma sugestão enunciada, nos meados do séc. XIX, pelo historiador Alexandre Herculano, de que a primitiva igreja se escondia por detrás dos emplastros e estuques da actual.

Este último problema já havia preocupado os responsáveis das obras de restauro de 1988-89 e membros da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, que acompanharam aquelas obras. Diversos materiais de demolições e aproveitamentos anteriores foram revelados ou retirados das paredes, entre os quais estatuária medieval e pós-medieval (em pedra e madeira, fragmentos arquitectónicos, entre os quais uma pedra de lavor bizantino (?), restos de balaustradas e colunas. Fez-se ainda a observação das colunas toscanas revestidas a estuque, verificando-se a presença no seu interior, de antigas colunas em pedra, umas com fuste em mármore, outras em calcáreo, com capitéis de diversa proveniência e época, factos que valorizaram a Igreja como reserva arqueológica e artística da arquitectura em Portugal da antiguidade ao séc. XIX. Sobre os fustes das colunas foram encontrados capitéis tardo-romanos, visigóticos, românicos e góticos, alguns dos quais com vestígios de policromia, peças soltas sem unidade entre si, mas de um inegável valor documental, situação um tanto ou quanto semelhante com o caso da Igreja de Santo Amaro de Beja.

Não restam dúvidas que o edifício actual sofreu uma distorção de planta que o afastou da localização E-W primitiva. Hoje a posição da sua cabeceira, encontra-se aproximadamente a Nordeste e a frontaria a Sudoeste, facto revelador de uma orientação diferente, que foge às normas seguidas pelos construtores medievos.

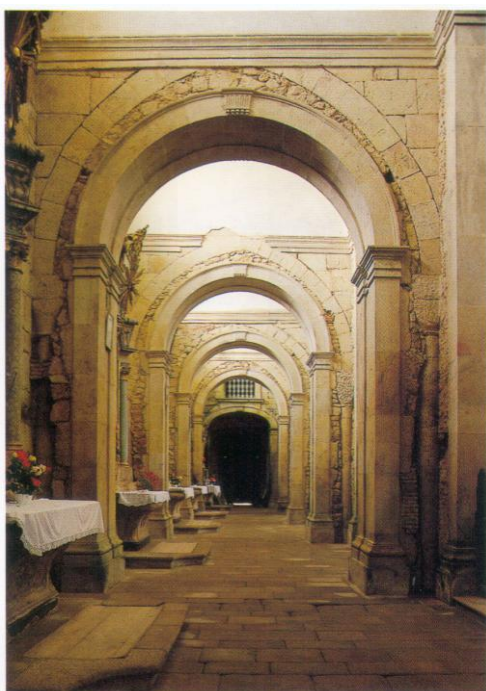
A Igreja que chegou à actualidade é uma obra dos séculos XVII-XVIII tal como a parte conventual, com o seu claustro de linhas clássicas e capelas anexas. (...)

As colunas, de modelação toscana nos capitéis, foram, como vimos, revestidas a estuque no século XVIII, pois no séc. XVII ainda eram de pedra. Os fustes estão assentes sobre uma base de alvenaria, curiosamente forrada a cantaria lavrada. (...)

O revestimento interior da Igreja é também em estuque, à excepção de um lambril de azulejos dos finais do séc. XVIII, com temas marianos alusivos às ladainhas da Virgem. Todavia o revestimento azulejar seiscentista, com padrões característicos, ainda se pode observar junto ao arco triunfal.”

[Jorge Custódio, “XXIX Igreja de Santa Maria da Alcáçova e instalações anexas”, in *Património Monumental de Santarém, Inventário. Estudos Descritivos*. Santarém: CMS, 1996, pp. 130-131]

G. Igreja de Salzedas: Metamorfose barroca.



“Tipologia

Arquitectura religiosa, românica, gótica, maneirista, barroca. Mosteiro masculino cisterciense, composto por igreja de planta longitudinal com três naves escalonadas, com cobertura em abóbadas de aresta e ogivais, com transepto saliente e capelamor profunda, mais estreita, com sacristia e claustros anexos ao lado S. Estrutura do edifício é românico-gótica, sendo reformulado nos períodos maneirista, em que foram rasgadas as fenestrações do transepto e feito o claustro grande de dois andares, e barroco, com a criação de uma nova fachada principal, enquadramento do coro-alto, e um tratamento do espaço interno à romana. Estruturas retabulares joaninas e silhares de azulejos barrocos, do tipo padronagem e figurativo azul e branco.” (Fonte: www.monumentos.pt - 2008)

Igreja de Salzedas, Tarouca.

Nave lateral direita após a retirada do reboco.

Foto Henrique Ruas – IPPAR.

1.2.2 Ruínas Romanas de Nabância.

A descoberta de Nabância em 1882²⁶ insere-se no movimento europeu de desenvolvimento da arqueologia clássica, que levou à identificação de importantes sítios greco-romanos. A projecção internacional de Possidónio da Silva granjeou-lhe um acréscimo de notoriedade pelo anúncio científico do achado. Os seus pares receberam com entusiasmo a novidade, que Possidónio soube conduzir com relativa coerência, entusiasmo e metodologia adequada no quadro das intervenções arqueológicas contemporâneas. A publicação dos resultados, tanto em Portugal, como em reuniões internacionais, fez de Nabância um caso exemplar²⁷.

Foi durante a primeira excursão artística e arqueológica a Tomar da CMN, que ocorreu o achado e o arquitecto/arqueólogo viu naqueles vestígios, ainda pouco perceptíveis, a comprovação da origem romana da cidade de Tomar, junto ao lugar de Marmelais, na área peri-urbana de Tomar, a 2 km da cidade. Iniciou de imediato, logo que todas as condições se mostraram propícias, as escavações²⁸. Comunicou de seguida o descobrimento e, em primeira-mão, ao 1.º Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, então embaixador de Portugal junto da Santa Sé, em Roma, obtendo o seu inestimável apoio²⁹.

A escavação permitiu aplicar uma metodologia consequente de procedimentos legais, que constituíram uma norma empírica cuja aplicação poderia ser de futuro desenvolvida. Prospecção do sítio arqueológico, pedido de autorização para

²⁶ O estudo mais recente de “Nabância”, do ponto de vista da investigação sobre Possidónio da Silva e da história da arqueologia desse período, pode ver-se em MARTINS, *ob. cit.* pp. 200-207 e respectivas notas, pp. 274-277. A bibliografia sobre “Nabância” e sobre os vestígios arqueológicos correspondentes àquela designação antiga ou actual de Cardais, pode ver-se em BATATA, Carlos, *As Origens de Tomar. Carta Arqueológica do Concelho. Tomar: Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar*, 1997, pp. 205-206. Na reorganização dos processos das comissões anteriores à CE do COMN, foi dado o nº 167 ao processo de “Nabância”. Cf. CSMN – Igrejas [e outros monumentos], vol. 3 - M-V - Nabância (Ruínas). ANBA – Livro 242.

²⁷ Os estudos e relatórios de Possidónio da Silva sobre Nabância são os seguintes: “Découverte d’une ville romaine en Portugal en 1882”, in *Association Française pour l’Avancement des Sciences (Congrès de Rochelle, 1882)*. Paris: Secretariat de l’Association, 1882; “Descobrimto da cidade romana Nabancia em Portugal”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. III, n.º 10. Lisboa: Typographia Lallemand Frères, 1883; “Singular descobrimento e util advertencia”, *Boletim, ob. cit.* t. VI, n.º 12. Idem, ibidem, 1890.

²⁸ ANBA - Livro 246.

²⁹ Respondeu-lhe Costa Cabral, por ofício datado de Roma, 22 de Maio de 1882: “Deu-me grande satisfação a importante noticia que v. ex.ª me dá na segunda parte da sua carta, isto é, ter feito o descobrimento da antiga cidade romana “Nabancia”. São já muito importantes os trabalhos feitos por v. ex.ª, mas será excelente leval-os mais adiante, o que terá grande importância não só pelo lado científico, mas pelas vantagens que trará a Thomar. Estou seguro de que a concorrência que se apresentará na localidade para ver e examinar uma cidade que esteve séculos debaixo da terra, ha de ser muito numerosa. Se a camara de Thomar comprehender bem este negocio, não deixará de prestar a v. ex.ª todos os auxilios possiveis, para levar ávante os seus importantes trabalhos. Se eu estivesse em Thomar n’essa occasião, teria muito gosto em ser seu coadjutor”. Cópia do documento n.º 3, impressa no Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes, *ob. cit.*, p. 12.

escavação junto da Câmara Municipal, autorização do proprietário³⁰, negociação com o proprietário para que não fosse prejudicado, intervenção arqueológica propriamente dita com aplicação das técnicas consideradas mais adequadas na época, preservação dos artefactos imóveis *in situ*³¹, enchimento de terra dos locais de sondagem, criação de um depósito para armazenar os achados móveis, colocação de um guarda pago pelo Estado para proceder à manutenção do sítio, viabilizar as visitas e evitar os vandalismos, indicação dos locais escavados, para conhecimento futuro de outros investigadores³².

A intervenção arqueológica desenvolvida entre 1882 e 1890 representa, pois, uma realização da CMN e é neste patamar que deve ser colocada, nos aspectos positivos e nos negativos. O apoio financeiro do ministério está documentado, pelo pagamento dos funcionários da instituição, pela contratação de um guarda para o local, pelo investimento que foi realizado em estruturas *in situ*, para a protecção dos mosaicos e para o depósito dos materiais. O estado ainda indemnizou o proprietário e conferiu-lhe o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo, dando provas do apreço da sua colaboração. No entanto, o sítio arqueológico irá perder-se, sobretudo depois do falecimento de Possidónio da Silva, não apenas pela falta de continuidade, como sobretudo por falta de cumprimento dos acordos estabelecidos. A experiência de Nabância demonstrava que não bastava o cavalheirismo dos donos dos terrenos. Era necessário que o Estado tivesse disposto a indemnizar os proprietários pelas consequências da actividade arqueológica, adquirir os espaços intervencionados, expropriá-los quando fosse caso disso, garantir uma guardaria em permanência suportada pelo erário público³³, proceder à manutenção, conservação e divulgação das ruínas.

Ora, se algumas destas medidas acabaram por vir a concretizar-se no caso de Nabância, verificou-se que o custo deste tipo de intervenções era na realidade

³⁰ O proprietário do terreno rústico era Augusto Cesár da Motta. Esta propriedade rural foi uns anos depois comprada por Luciano Galvão Júnior.

³¹ Ana Cristina Martins faz eco da discussão internacional sobre a conservação de ruínas arqueológicas, nomeadamente mosaicos romanos *in situ* (apud, *Séances Générales* da Société Française de l'Archeologie, sessão XVIII, de 1861), demonstrando a vanguarda de Possidónio da Silva, no contexto da arqueologia contemporânea, MARTINS, *ob. cit.*, pp. 205 e 275, nota 80.

³² Em 12 de Novembro de 1903, os achados estavam na casa da guarda, em péssimas condições de segurança e integridade. A CE oficia à Câmara de Tomar pedindo instalações condignas para estes “artigos” (sic). Actas do CMN/CE. ANBA – Livro 260. Deve-se a Augusto Luciano de Carvalho um parecer fundamental que justificou e deu consistência à manutenção das ruínas, propostas no projecto de Classificação. Cf. Nabância (ruínas), processo citado. ANBA – Livro 242.

³³ O guarda das ruínas de Nabância foi inicialmente pago pelo orçamento da Casa Real. A partir da constituição do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (CSMN), mais propriamente desde 1906, o guarda passa a ser pago pela dotação orçamental destinada às obras do Convento de Cristo e assim aconteceu durante mais uns anos. CAA/CM. Actas das Sessões, Livro n.º 2. 1914-1921, 16/2/1921. ANBA – Livro 262.

dissuasor, no contexto de uma organização de monumentos ainda bastante incipiente. Trazia ainda outra consequência, actualmente não esclarecida, por desconhecimento das rubricas orçamentais predefinidas pelos gabinetes ministeriais responsáveis, desde Hintze Ribeiro em diante. As despesas com um novo património – na realidade a intervenção arqueológica de Possidónio visava criar um espaço arqueológico visitável, que independentemente da antiguidade pertenceria ao futuro – tornavam-se onerosas num país, onde não se tomara ainda o pulso aos custos de conservação e restauro dos monumentos nacionais, na realidade a principal função da CMN.

Há notícia da expansão do descobrimento de Nabância, a partir do próprio ano do início das escavações, em 1882. Atendendo a este facto, Possidónio preocupou-se desde os primeiros momentos em criar as condições de visita das ruínas. Defendeu inclusive a criação de um museu na proximidade das estruturas escavadas, no qual seriam colocados os artefactos exumados³⁴. O conjunto de todas essas condições formaria a base da gestão do espaço visitável (o conceito de “gestão” é bastante moderno para poder ser aplicada nesse tempo, mas é útil na concepção desta tese), condição superior para admitir o afluxo dos turistas nacionais e estrangeiros. Mas a estrutura almejada era bastante avançada para o tempo e apenas se verificava em alguns sítios arqueológicos europeus. Neste sentido, constituía uma utopia patrimonial, algo que o futuro poderia conceber, mas não num país arredado da Europa das Nações. Muitos visitantes portugueses que demandaram Nabância – no impedimento de uma manutenção e guardaria contínuas – foram responsáveis pelo crescimento do vandalismo e furto de objectos verificados nos inícios do século XX. Os estrangeiros – que se sabe terem-se dirigido intencionalmente para Marmelais – foram gradualmente escasseando, como se tivessem transmitido uns aos outros, ano após ano, o abandono a que a estação arqueológica ficara votada. Em 1927, no entanto, e pelo simples facto de serem “monumento nacional” eram indicadas no *Guia de Portugal* de Raul Proença, mencionando-se o sítio “onde têm sido extraídos numerosos restos romanos (moedas medalhas, fragmentos de estátuas, ladrilhos, colunas, mosaicos) e onde ainda se observam alguns arruamentos”³⁵.

³⁴ Deu-lhe o nome pomposo de “museu especial de antiguidades romanas” (Relatório, 1895, p. 17, onde se encontram pormenores das decisões relacionadas com as escavações, embora referidos a 1883 e não a 1882, data em que de facto aconteceram). Os principais achados arqueológicos foram um mosaico romano de uma pequena casa, capitéis de mármore, freios de ferro (bastante oxidados), um moinho de mão, medalhas e moedas, uma mão de bronze pertencente a uma estátua (14-III-1882 – ANBA - Livro 248); colunas com bases e capitéis, fragmentos de vidro, pregos de diferentes dimensões, telhas romanas, tijolos com a marca dos fabricantes, pinças de bronze para lâmpadas (1882-1883); um instrumento cirúrgico, chaves de bronze; anzol com lastro de chumbo, máscara de sátiro (30-X-1883), duas canalizações romanas (1895). Cf. Bibliografia e documentação citadas.

³⁵ *Guia de Portugal*. Lisboa: BN, 1927; 2.^a reimpressão. Lisboa: FCG, 1991, p. 491. Na mesma linha, as ruínas encontram-se referidas na obra de PIMENTEL, Alberto, *Extremadura Portuguesa. I Ribatejo*.

A questão científica pesou também sobre o processo de Nabância. Não importava descobrir apenas. Era necessário fazer a comprovação e fundamentação científica dos achados, proceder à crítica histórica e arqueológica, problemas que só o tempo viria a resolver. A relativa distância do sítio arqueológico de Tomar poderia não ser, em si, um problema, mas as fontes bibliográficas de onde partira Possidónio da Silva deviam ter passado pelo crivo da crítica. Baseado num mito historiográfico – a cidade de Nabância, do antiquário quinhentista André de Resende – Possidónio não estudou com a profundidade histórica que era necessária, os topónimos dos lugares, a paisagem dos espaços urbano e rural e outras fontes documentais. Seria muito pedir-lhe este cuidado nas condições da investigação e da documentação do seu tempo. Prossequindo este mito, Possidónio da Silva contribuiu para formar na comunidade arqueológica internacional contemporânea a ideia de que na “Lusitânia” portuguesa existia uma “Pompeia”, fonte perene de conhecimento da romanidade, alcançando-lhe um lugar imaginário no universo das *civitas* e das *urbs* imperiais. A maior sumidade romana da época, Emílio Hübner (1834-1901) estranhava a omissão da cidade romana nas referências de autores antigos³⁶. Verificou-me mais tarde – e Leite de Vasconcellos colaborará para essa precisão – que os vestígios de Marmelais eram tão-só um *villa* rústica romana do espaço peri-urbano de *Seillium*, a antiga cidade romana do rio *Thomar* (topónimo antigo do actual rio Nabão)³⁷.

Jorge Custódio

Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908, p. 424. O autor refere que num museu privado do sr. Mário Magalhães, de Tomar, viu objectos originários daquele sítio arqueológico, enquanto os protegidos pelo Estado, estavam expostos “a um facil desvio”. Este museu privado tinha sido criado pelo ascendente de Mário Magalhães, António da Silva Magalhães († 1897), que chegou a ser indigitado para vogal correspondente da CMN.

³⁶ Apud, PIMENTEL, Alberto, 1908, *ob. cit.*, p. 424.

³⁷ O próprio Possidónio deixou poucos elementos gráficos sobre as ruínas escavadas. Admitimos a hipótese desse trabalho ter sido feito pela Direcção das Obras Públicas do Distrito de Santarém, como seria natural. Analisámos na parte III (pp. 982, 987) desta dissertação, a questão da desvalorização, tentativas de desclassificação e destruição das ruínas de Nabância.

1.2.3 Organização da cartografia referente à Igreja e Mosteiro dos Jerónimos.

Organização dos materiais cartográficos por unidades de intervenção nas Obras dos Jerónimos (Mosteiro, Igreja, Claustro e Anexo Monumental)

Levantamento arquitectónico da Igreja dos Jerónimos, coordenado por Joaquim Possidónio da Silva, micro-estrutura de projecto (1859-1867)

- Modelo tridimensional do projecto de restauro (1867). Foto vista de poente para nascente (Anacleto, II, 30, 225; Soares, III, 124)
- Modelo tridimensional do projecto de restauro (1867). Foto vista do alçado principal (Anacleto, II, 31, 225; Soares, III, 125)

Levantamento de Rafael da Silva e Castro (1859-1860)

- Planta do andar nobre do antigo edifício, 1860. AHCPL (Gordalina, 1986, p. 282, n.º 1; Anacleto, 1992, II, foto 3, p. 208; SOARES, vol. III, 2005, fig. 95; Almeida, Isabel, *Um lugar no Tempo*, 2006)
- Alçado do Edifício da Caza Pia Levantado e Desenhado pelo Architecto Raphael da Silva Castro em 1860 por Ordem do Provedor da Mesma Casa – José Maria Eugenio. Esta conforme ao original. Lisboa, 10 de Maio de 1898. O Architecto Domingos Parente da Silva. AHCPL 65P1 (Anacleto, 1992, II, foto 6, p. 211, a partir de uma montagem de fotografias de Varela Pécurto; SOARES, vol. III, 2005, fig. 96; Almeida, Isabel, *Um lugar no Tempo*)
- N. 5. Coupe sur la ligne P Q [Alçado (sic) norte do claustro], DGEMN – des. 18548 (Anacleto, II, 79, 260; SOARES, vol. III, 2005, fig. 97)
- N.º 8. Dessein de les fenêtres, Echelle 0,04. R. Castro, DGEMN (Anacleto, 1992, II, foto 5, p. 210; SOARES, vol. III, 2005, fig. 98)³⁸
- Coupe sur la longueur du Réfectoir. Echelle 0,01. R. Castro, n.º 9. AHCPL (Anacleto, 1992, II, foto 4, p. 209; SOARES, vol. III, 2005, fig. 99)
- N.º 9. Coupe sur la longueur du Réfectoir. Echelle 0,01. R. S. Castro, dez.º AHMOP – D 92²⁵ C (Original ou cópia).
- Fachada geral do edifício tal qual existia antes de se proceder à reconstrução. Esc.: 1:100. Cópia. «Manuel Raymundo Valladas, major d'engenharia, director da Casa Pia, encarregado dos trabalhos de reconstrução».
- Idem. Cópia. Architecto Domingos Parente da Silva. 1898 (Gordalina, p. 282, n.º 1)

Projectos de Jean Colson 1.º, 2.º e 3.º (1860-1862)

1.º Projecto (Setembro / Outubro 1860)

- Planta geral do piso térreo AHCPL – 84P1 (SOARES, vol. III, 2005, fig. 100).
- Aspecto parcial da planta geral do piso térreo AHCPL – 84P1 (SOARES, vol. III, 2005, fig. 101).
- Orphelinat de la Casa Pia, 1^º. Project. Ancien Édifice de Belem Destiné aux Garçons. Detail du Milieu de la Façade Restaurée Suivant le Caractère de l'Ancien Edifice. 1860³⁹ AHCPL – 112P1 (Gordalina, 1986, p. 284, n.º 4; Anacleto, II, 13, 215⁴⁰; SOARES, vol. III, 2005, fig. 102)

³⁸ A janela situada à direita é a que foi oferecida ao Museu do Carmo.

³⁹ Indicação a lápis, «2.º».

⁴⁰ Segundo Anacleto, Escala 0,02 p.m. e está datado de Agosto de 1861.

- Orphelinat de la Casa Pia, 1^o. Project. Ancien Édifice de Belem. Detail d'un des Avant Corps. 1860⁴¹ AHCPL – 113P1 (Gordalina, 1986, p. 284, n.º 5; Anacleto, II, 12, 215⁴²; «corpo da extremidade do edifício destinado ao orfanato feminino», in SOARES, vol. III, 2005, fig. 103)
- Plan du Premier Etage (Planta do piso térreo do Orfanato feminino), 1 Octobre 1860. AHCPL – 91P1 (Anacleto, II, 10, 214; SOARES, vol. III, 2005, fig. 104)⁴³.
- Planta do 1.º andar do Orfanato feminino AHCPL – 90P1 (SOARES, vol. III, 2005, fig. 105)⁴⁴.
- Façade extérieure de l'Édifice (alçado superior); Façade intérieure de l'Édifice dans la cour et regardant la Chapelle (alçado inferior) [Fachadas exterior e interior do Orfanato feminino]. Le 1.º Octobre 1860. AHCPL – 96P1 (Anacleto, II, 11, 214); SOARES, vol. III, 2005, fig. 106)⁴⁵.
- Façade de vue du cote de la cour (superior) – Façade de l'Édifice du coté de la place. Jean Colson, Septembre 1860. AHCPL (Anacleto, II, 9, 213)

2.º Projecto (1861)

- Planta (IV) geral do orfanato masculino, dos edifícios e espaços envolventes. Sem data. AHCPL – 89P1 (Anacleto, II, 7, 212; SOARES, vol. III, 2005, fig. 107)⁴⁶
- Alçado superior sem referência [fachada anterior do orfanato masculino]; Façade du cote de la chapelle [Alçado posterior do orfanato masculino] Aôut 1861. AHCPL (Anacleto, II, 14, 212; SOARES, vol. III, 2005, figs. 108-109)⁴⁷
- Orphelinat de la Casa Pia, 1^{er} et 2nd project. Plan Générale des Deux Edifices de la Quinta et de ses Abords. Jean Colson. Aôut 1861, AHCPL 95P1 (Anacleto, II, 8, 213 ; SOARES, vol. III, 2005, figs. 110)⁴⁸
- Plan du premier etage de l'orphelinat destiné aux filles, 2.me project. Aôut 1861 AHCPL (Anacleto, II, 15, 216)
- Façade General Postérieur de l'orphelinat (Alçado Superior) ; Façade general Extérieur de l'orphelinat (Alçado Central) ; Façade general sur la cour de l'orphelinat (Alçado inferiore). Aôut 1861 AHCPL (Anacleto, II, 16, 217)
- Orphelinat de la Casa Pia, 2nd project. Façade extérieure de milieu de l'edifice (nouvel edifice de Belem destine aux filles). [Alçado e planta do corpo central do orfanato feminino], Aout 1861 AHCPL – 95P1. Anacleto, II, 17, 217; SOARES, vol. III, 2005, figs. 111-112)⁴⁹.
- Idem, Pormenor decorativo do corpo central do orfanato feminino AHCPL – 95P1 (SOARES, vol. III, 2005, figs. 112)
- Détail de la façade de la chapelle et des portiques (nouvel édifice de Belem destine aux filles) [Alçado da Capela do Orfanato Feminino]. AHCPL (Anacleto, II, 18, 218; SOARES, vol. III, 2005, fig. 113)

⁴¹ Indicação a lápis «1.º».

⁴² Segundo Anacleto, Escala 0,02 p.m. e está datado de Agosto de 1861.

⁴³ Cota da Casa Pia – 91 P.

⁴⁴ Cota, 90 R.

⁴⁵ Cota 96 R.

⁴⁶ Cota 89 R.

⁴⁷ Cota 95 R.

⁴⁸ Cota 204/A.

⁴⁹ Cota 110. Anotado 1º B.

3.º Projecto (1862)

- Orphelinat de la Casa Pia, 3^{ème} project. Reunion des deux Edifices. Plan Générale des Deux Edifices de la Quinta et de ses Abords. Jean Colson. Aôut 1862. AHCPL 205P1 (Anacleto, II, 20, 219 ; SOARES, vol. III, 2005, figs. 114)⁵⁰
- Orphelinat de la Casa Pia, 3.ème Project. Reunion des Deux Edifices. Plan du Rez de Chaussée («Planta Geral dos dois edifícios ao nível do rés-do-chão»). ANBA -??? (Anacleto, 1992, II, foto 21, p. 220; SOARES, Vol. III, 2005, fig. 115, só a partir de fotografia, Foto 196, caixa 84-A)
- Alçados e corte da fachada poente dos orfanatos com visualização das torres da igreja, sendo o alçado e corte da fachada menor do quadrilátero do lado interior (desenho superior) e o alçado do lado exterior (desenho inferior) AHCPL 105P1 (Anacleto, II, 23, 221; SOARES, Vol. III, 2005, fig. 116, 117, 118, 119)
- Alçados e Cortes dos Edifícios Masculino e Feminino vistos do Pátio (desenho superior) e da Quinta (desenho inferior), Aôut 1862. AHCPL (Anacleto, vol. II, 22, 220)
- Orphelinat de la Casa Pia – 3me Project. Detail de la Restauration des Clochers de l'Église. Aout 1862 AHCPL 98 P1 (Gordalina, 1986, p. 286, n.º 9; Anacleto, 1992, II, fotos 28 e 29, p. 224; SOARES, vol. III, 2005, fig. 120)⁵¹
- Orphelinat de la Casa Pia – 3me Project. Detail du Milieu da la Façade sur le Quai. Aout 1862. AHCPL 104 P1 (Gordalina, 1986, p. 285, n.º 6; Anacleto, 1992, II, foto 24, p. 221; *O Neomanelino*, 1994, p. 214; SOARES, vol. III, 2005, fig. 121)
- Orphelinat de la Casa Pia – 3me Project. Detail du milieu de la façade du coté de la cour [Fachada Norte do Corpo Central do Orfanato Masculino]. Aout 1862. AHCPL 102 P1 (Gordalina, 1986, p. 282, n.º 8; Anacleto, II, 25 e 27, 222-223; SOARES, vol. III, 2005, fig. 122)
- Orphelinat de la Casa Pia – 3me Project. Detail dans des Avants Corps de l'Extrémité de la Façade Sur le Sud. Aout 1862. AHCPL, 103 P1 (Gordalina, 1986, p. 285, n.º 7; Anacleto, II, 26, 222 ; SOARES, vol. III, 2005, fig. 123)

Estudos para o Restauro do Dormitório dos Freires Jerónimos e sua adaptação a Casa Pia de Valentim Correia (1862)

- Face posterior do Alçado do Corpo Central Ala Sul (A) e Corte Transversal na Ala Sul e face lateral do corpo central. S/escala. S/indicação de autoria. AHMOP - DR 71¹ C

Projectos de Rambois & Cinatti (1867-1878)

- Alçado Sul do Mosteiro. 1873. AMCL, AHCPL e Biblioteca Luz Soriano (Anacleto, 1992, II, foto 33, p. 227; *O Neomanelino*, p. 217; Soares, III, 127, 128 e 129, p. 83)
- Projecto de Alteração da Capela-mor. DGEMN (Anacleto, 1992, II, foto 34, p. 228)
- Projecto para alteração da Torre sineira da Igreja dos Jerónimos. Alçado e Corte. Papel Marion. AHMOP, DR-40^{4 e 5}-D e cópia DR-40¹²-D (Anacleto, 1992, II, foto 39, p. 233; Soares, III, 136, 90)

⁵⁰ Cota 205/A.

⁵¹ Anacleto apresenta no desenho 28, do lado direito, “Détail de la façade postérieure de l’edifice des filles du cote de la ferme”, neste aspecto seguindo Gordalina, 1986, p. 286.

- Alçado do Corpo Central [Projecto para o Remate do Corpo Central]. AHMOP, DR-71¹³-D. (Anacleto, 1992, II, foto 48, p. 240)
- Alçado da Porta Principal. Fachada Sul. s/autoria [Cinatti e Rambois ?]. AHMOP – DR 71¹⁰D
- Porta e Alçado da Porta [Projecto para a Porta da Zona Central] AHMOP, DR-71¹⁴-D (Anacleto, 1992, II, foto 49, p. 241; Soares, III, 135, 89)
- N.º 8. Desenho dos alizares das portas da Sala do Centro do edifício que dão comunicação ao terraço e aos sótãos lateraes da Casa Pia, Rambois e Cinatti, Architectos. Aprovado (...), Lisboa 10 de Junho 75, O Provedor / C. M. Eugénio de Almeida. DGEMN (Anacleto, 1992, II, foto 50, p. 242; Soares, III, 133, 87)
- Esboço da Planta do Corpo Central. AHCPL – s/cota (Soares, III, 134, 88)
- Corpo Central. Quarto do Sr. Director. Norte. Planta n.º 2 (Gordalina, 1986, p. 288, n.º 2)
- Desenho n.º 3 relativo a abóbadas e vãos (Corte, entrada para o vestíbulo lado norte e colonata da escada principal). AHMOP - DR-71⁷-D (Artur Marques de Carvalho, 1990; Soares, III, 137, 91)
- Detalhes dos vãos laterais do vestíbulo (sendo compostos de duas frentes A e B da frente A). Escala 1:100. AHMOP - DR-40¹-D
- Detalhes das sacadas do 2.º Andar. AHMOP - DR-40²-D
- Pormenor do telhado e abóbada e molduras para modilhões (?) manuelinos. AHMOP - DR-71¹⁶-D
- Detalhes decorativos e técnicos. AHMOP – DR-71¹⁷-D
- Detalhes para o anexo. AHMOP – DR-71¹⁸-D
- Pormenor Decorativo. AHMOP – DR-71⁹-D
- Janela e respectivo vão, Esc.: 0,005 p. m. AHMOP - DR-40⁵-D
- Projecto do corpo central, 1871, Cópia de Benvindo António Ceia, 1894. AHMOP D 135¹⁻² C (Soares, III, fig. 126, p. 82)

Outros desenhos de Rafael da Silva e Castro

- Projecto do Tumulo para Guardar as Cinzas de Vasco da Gama o Primeiro Almirante do Mar das Indias. (Soares, III, 199, 135)

Projectos alternativos de Rafael da Silva e Castro (1879-1880)⁵²

- N.º 1 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. “Estes esboços foram feitos para base do projecto organizado pelo architecto Castro, q.^{do} encarregado das obras o eng.º Valladas” AHMOP D-92¹-C⁵³. (Anacleto, 1992, II, foto 54, p. 245; Soares, III, 143, 94)
- N.º 2 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92²-C. (Anacleto, 1992, II, foto 55, p. 245; Soares, III, 144, 94)
- N.º 3 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92³-C. (Soares, III, 145, 95)
- N.º 4 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 907. (Anacleto, II, 58, 247; Soares, III, 146, 96)

⁵² Segundo Ramalho Ortigão eram doze os projectos para o fecho do Corpo Central. Regina Anacleto menciona apenas onze. Na realidade tratam-se de doze, considerando que existe um sétimo, alínea (a). Luís Cateano Pedro d'Ávila, em 1882, observou também onze desenhos, sobre os quais se pronunciou no Conselho Consultivo das Obras Públicas e Minas.

⁵³ Este como os seguintes desenhos tem os seguintes números 22925; 9077; 21396, e alguns uma assinatura imperceptível. Será J. Colson?

- N.º 5 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. ANBA. Gav. 5, pasta 60, n.º 909⁵⁴.
- N.º 6 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁴-C. (Anacleto, 1992, II, foto 59, p. 247; Soares, III, 147, 96⁵⁵). Inédito.
- N.º 7 – Esc.: 1:200. AHMOP D-92⁵-C. Inédito.
- N.º 7 (a)⁵⁶ – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁶-C. (Anacleto, 1992, II, foto 56, p. 246; Soares, III, 148, 97).
- N.º 8 - Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁷-C⁵⁷. (Soares, III, 149, 97)
- N.º 9 – Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁸-C⁵⁸. (Anacleto, 1992, II, foto 57, p. 246; Soares, III, 150, 98).
- N.º 10 - Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁹-C⁵⁹. (*O Neomanelino*, 1994, p. 217; Soares, III, 151, 98).
- N.º 11 - Esc.: 1:200, 13/9/[18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 908 (Anacleto, II, 71, 254; Soares, III, 167, 110⁶⁰).

Projecto para o acabamento do corpo central do edifício da Real Casa Pia de Lisboa (1882)

- Planta da Base do Coruchéu. Escala de 0,04 por m. Belém, 12 de Outubro de 1882. Manuel Raymundo Valladas. Rafael da Silva Castro, Architecto. AHMOP – D 92¹¹ C⁶¹.
- Planta do pavimento térreo do corpo central. Esc. 1:100. Belém, 12 Outubro de 1882, Manuel Raymundo Valladas, Eng.º, Rafael da Silva Castro, Architecto. AHMOP – D 92¹²-C. (Anacleto, 1992, II, foto 60, p. 248).
- Planta ao nível do lanternim⁶². Escala de 0,01 por m. 1:100. Belém, 12 Outubro de 1882, Manuel Raymundo Valladas, Eng.º, Rafael da Silva Castro, Architecto. AHMOP – D 92¹³ C.
- Fachada Principal, lado Sul. [Alçado do Corpo Central do Anexo]. Escala de 0,01 por m. Belém, 12 Outubro de 1882, Manuel Raymundo Valladas, Eng.º, Rafael da Silva Castro, Architecto. AHMOP – D 92¹⁴ (1) e (2) C. (Anacleto, II, 62, 249; Soares, III, 152, 99).
- Corte do Corucheu sobre a Linha CD. Escala 0,004. Belém, 12 Outubro de 1882, Manuel Raymundo Valladas, Eng.º, Rafael da Silva Castro, Architecto. AHMOP – D 92¹⁵ C.
- Corte sobre a linha AB da Planta. Belém, 12 Outubro de 1882, Manuel Raymundo Valladas, Eng.º, Rafael da S.^a Castro, Architecto, Belém, 12 de Outubro 1882. AHMOP D 92¹⁰-C (Anacleto, 1992, II, foto 61, p. 248; Soares, III, 153, 100).

⁵⁴ Escrito no papel tela: “Desenho preferido pela Comissão nomeada pela Direcção de Obras Públicas de Lisboa”.

⁵⁵ Ambas as investigadoras publicam este desenho como sendo o n.º 6, quando se trata do n.º 4, publicado neste estudo.

⁵⁶ Trata-se de uma versão modificada em relação ao n.º 7, aguarelado.

⁵⁷ Aguarelado.

⁵⁸ Aguarelado.

⁵⁹ Aguarelado.

⁶⁰ Ambas as investigadoras publicam este desenho fora do conjunto dos doze desenhos de Rafael de Castro datados de 1879, o qual ocupa o n.º 11 e afirmando ser o desenho escolhido para o modelo ao concurso de 1895. Verificámos não corresponder ao que aconteceu, pois o documento seleccionado foi o n.º 5, conforme o referido na nota 19. Estes factos impediram que o desenho n.º 6, não indicada e o n.º 7 fossem publicados, mantendo-se na realidade inéditos. Ver [**Cartografia. Des. 34 e 34B**]

⁶¹ Desenhos que pertencem a um grupo identificado com as letras e números seguintes: Rol L.º 7, n.º 663, 15 – 167^a

⁶² Tem a seguinte informação – “Terrado sobre a escada principal”.

- Planta geral compreendendo a reconstrução do corpo central da ala Sul, continuação da ala nascente e edificação das alas Norte e Poente. Escala 1:400 Belém, 18 de Março de 1885 (a) Manuel Raymundo Valladas, Director. DGEMN 18547 (Soares, III, 154, 101).
- N. 2. Fachada principal do edifício depois de reconstruído o corpo central. Esc.: 1:400. E. Augusto Silva, des. Belém, 18 de Março de 1885. M. el Raym. do Valladas. Eng.º director - (Anacleto, 1992, II, foto 70, p. 253).

Outros projectos para os Jerónimos dirigidos pela Casa Pia (1882-1885)

- Projecto para a transformação do entablamento Dorico e balaustrada do coro da Igreja dos Jeronymos, n'um trabalho idêntico em harmonia com o estylo geral do edificio, Belém e Casa Pia, 1 de Maio de 1883. (a) Manuel Raymundo Valladas, major. Eduardo Augusto da Silva, desenhou e delineou. AHCPL – s/cota (Gordalina, 1986, p. 287, n.º 10; Anacleto, II, 88, 266; Soares, III, 160, 107).
- Balaustrada para a Capela-mor, 1883, Manuel Raymundo Valladas e Eduardo Augusto Silva AHCPL n.º 202 P3 (Soares, III, 161, 107).
- *Projecto para o acabamento da Galeria superior do claustro do convento dos Jeronymos*, Escala 1:40, Casa Pia, Maio de 1883. O Engenheiro Director (a) Manuel Raymundo Valladas. Desenhado por Eduardo Augusto Silva. AHMOP – DR – 71⁴D. (a) Manuel Raymundo Valladas e Eduardo Augusto Silva (Anacleto, II, 84, 263; Soares, III, 162, 108).
- Detalhes e Pormenores. AHMOP – DR 71⁶D.
- Estudos relativos ao projecto de reconstrução da Portaria da Real Casa Pia, Belém, 18 de Março de 1885. Engenheiro Director M. el Raymundo Valladas. DGEMN 50381 (Anacleto, 1992, II, foto 53, p. 244; Soares, III, 157, 104).
- Ala N – Janela de andar térreo do Corpo Central. 18 de Março de 1885. Eduardo Augusto da Silva AHMOP DR 71⁹D (Soares, III, 156, 103).
- Projecto de alteração da capela-mor e supressão da torre da igreja, 18 de Março de 1885. Manuel Raymundo Valladas e Eduardo Augusto da Silva. DGEMN 18556 (Soares, III, 158, 105).
- Projecto de alteração do portal principal da igreja. Escala 1:20. Eduardo Augusto da Silva. DGEMN 18556 e AHMOP – DR-71-D (Anacleto, II, 74, 256; Soares, III, 159, 106).
- Detalhes das Portas da Ala Norte para o Corpo Central. Ala Norte Porta A B e [Janela], Escala 1:10. Eduardo Augusto da Silva. AHMOP – DR 71²D.
- Projecto para a construção da Ala Sul (parte relativa ao corpo central). Esc.: 1:100. Planta do Pavimento Térreo. Eduardo Augusto Silva, des. AHMOP – DR 71³D.
- Projecto do túmulo de Alexandre Herculano. 1885. Eduardo Augusto da Silva. Biblioteca Luz Soriano (*O Occidente*, 384; Lisboa 21-08-1888; Anacleto, II, 89, 267; Soares, 191, 130).

Estudos arquitectónicos de Albrecht Haupt (1886-1887)

- Das Kloster, dos Jeronymos zu Belém bei Lissabon, Aufgen von A. Haupt, Hannover, 1886, Gravura 1887 [Planta do Mosteiro dos Jerónimos], *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, fig. 68, p.86-87.
- Alçado Sul da igreja de Santa Maria de Belém, *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, fig. 75, p.78-78.
- Corte transversal do refeitório, do claustro e da sacristia do Mosteiro dos Jerónimos em Belém, *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, fig. 81, p. 90-91.

Levantamento arquitectónico da Igreja dos Jerónimos, coordenado por Joaquim Possidónio da Silva, Presidente da Comissão dos Monumentos (1889-1891).

- Alçado da Igreja e do Claustro. S/assinatura. AHMOP – AHMOP - DR-71¹⁹D.
- Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Detalhes. Esc.: 1:20. O Presidente da Comissão, o Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantada e Desenhada, Francisco Soares O’Sullivand, desenhador. AHMOP – R 71²⁰D (Chagas, p. 384).
- Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Corte longitudinal, esc.: 1:100. O Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O’Sullivand, Desenhador. AHMOP – R 71²¹D (Chagas, p. 383).
- Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Planta. S/esc, s/assinatura [Joaquim Possidonio da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O’Sullivand] AHMOP – R 71²² D.

Direcção Especial de Edifícios Publicos e Pharoes. Projecto de reedificação do edificio da Casa Pia elaborado pelo architecto Domingos Parente da Silva (7-4-1894). Seis cópias.

- Planta do Pavimento Térreo⁶³. Escala 1:200. O architecto Domingos Parente da Silva, 7/4/94. AHMOP – D 92¹⁹ C. (Anacleto, 1992, II, foto 64, p. 250).
- Fachada Principal (Sul). Escala 1:100, idem, idem. AHMOP – D 92²⁰ C.
- Corte Lateral. Escala 1:100, idem, idem. AHMOP – D 92²¹ C.
- Corte do Corpo Central (lado Norte da Fachada Sul), s/escala, idem, idem. AHMOP – D 92²² C.
- Corte Longitudinal. Escala 1:100, idem, idem. AHMOP – D 92²³ C.
- Planta do 1.º Andar. Escala 1:200, idem, idem. AHMOP – D 92²⁴ C.

Diferenças do mesmo

- Alçado da Fachada Anterior. O architecto Domingos Parente da Silva, 7/4/94. AHMOP - R 71¹¹ D (semelhante ao Alçado AHMOP D 92²⁰ C) – (Anacleto, 1992, II, foto 65, p. 250; Soares, III, 163, 109).
- Alçado da Fachada Anterior. O architecto Domingos Parente da Silva, 7/4/94, AHMOP - R 71¹² D, com diferenças em relação ao anterior. (Anacleto, 1992, II, foto 72, p. 255).

Projecto para a conclusão do edifício da Real Casa Pia de Lisboa. [Estudos desenvolvidos sob a Direcção de Pedro Romano Folque, para a solução do Anexo dos Jerónimos - 21 de Maio de 1895].

- A. Ante-Projecto do Edifício Corrido sem Corpo Central. Desenho aquarelado de Benvindo António Ceia. Projecto perfilhado por Pedro Romano Folque⁶⁴. Publicado em *O Século* de 3 de Dezembro de 1895. (Soares, III, 166, 110).
- B. Ante-projecto para o acabamento da Fachada principal do edifício da R. C. P. L.⁶⁵. [Desenho de Benvindo António Ceia], DGEMN 18567 (Anacleto, 1992,

⁶³ Tem um corpo de ligação entre os corpos centrais da ala sul e norte.

⁶⁴ Não foi encontrado o original, que segundo Folque era “uma aguarella emoldurada representando a ideia do edificio corrido sem Corpo Central”.

⁶⁵ Segundo Anacleto contém ainda o alçado da face posterior do corpo central da Ala Sul e o Corte transversal na Ala sul e face lateral do corpo central. Não se encontrava assinado e não estava datado, mas corresponde à série de ante-projectos.

II, foto 68, p. 252; Soares, III, 164, 109 – ainda que o atribua a José Joaquim de Paiva Couceiro).

- C. Ante-projecto segundo um plano do engenheiro José Joaquim Cabral Couceiro, com fachada do Corpo Central, segundo o Projecto Cinatti, mas sem a Torre. DGEMN 50375 (Anacleto, 1992, II, foto 69, p. 252; Soares, III, 165, 109 – ainda que o atribua a Pedro Romano Folque).
- D. Alçado para a conclusão do edifício da Real Casa Pia de Lisboa / Corpo Central – Pelo architecto Rafael da Silva e Castro [Fachada do Corpo Central, Projecto de Rafael da Silva e Castro]⁶⁶. Escala 0,01 po m. – AHMOP – D 92/18 C .
- E. Ante-projecto para o acabamento do edifício da RCAL. N.º 2. Fachada principal do edifício depois de reconstruído o corpo central, Belém 18 de Março de 1885. Manuel Raymundo Valladas e Eduardo Augusto Silva DGEMN 50374 (Anacleto, II, 70, 253⁶⁷; Soares, III, 155, 102).
- EF. Corpo Central. Escala 1:100. Belém, 15 de Março de 1885. Manuel Raimundo Valadas e Eduardo Augusto Silva. EF. Projecto a que se refere o officio n.º 693 A da Direcção Especial de Edifícios Publicos e Pharoes, de 21 de Maio de 1895. Cópia em marion. AHMOP - D 92¹⁷ C. Inédito.
- Fachada Norte do Corpo central. Escala 1:100. N.º 61. AHMOP – D 92¹⁶D.
- Primeiro Projecto do Corpo Central da Fachada da Real Casa Pia de Lisboa 1871. Esc. 1:20. O Desenhador auxiliar. Benvindo António de Ceia. Lisboa, 28-8-94. AHMOP – D 135/2 C - (Anacleto, 1992, II, foto 67, p. 251).
- Primeiro Projecto do Corpo Central da Fachada da Real Casa Pia de Lisboa 1871. Esc. 1:20. O Desenhador auxiliar. Benvindo António de Ceia. Lisboa, 28-8-94. AHMOP – D 135/1 C.
- Interiores do Salão Nobre Lado Sul. Vergas das janelas a que se refere o presente concurso. Escala 1:20. AHMOP DR 40⁶ C.

Concurso para o Restauro da Igreja dos Jerónimos e Edifício Anexo. Peças Desenhadas (1896).

1. Concorrente “Estrella” – Domingos Parente da Silva

- Projecto de acabamento do corpo central (César da Silva, *Mosteiro dos Jerónimos*, p. 59; Anacleto, II, 73, 255; Soares, III, 179, 119).
- Projecto de restauro da fachada principal da igreja. Esc.: 1:10. Ass. Estrella AHMOP DR-71²⁷-D (Soares, III, 180, 120).
- Projecto da Porta do Corpo Central e detalhes. Esc. 1:10. Ass. Estrella. AHMOP DR-71²⁷-D.
- Detalhes (pináculos e platibanda). Esc. 1:10. Ass. Estrella. AHMOP DR-71²⁵-D
- Detalhes (porta). Esc. 1:10. Ass. Estrella. AHMOP DR-71²⁶-D.

2. Concorrente “Castro” – Rafael da Silva Castro

- Este architecto aproveitou desenhos desenvolvidos anteriormente. O seu processo extraviou-se.

3. Concorrente João de Belém – Adães Bermudes

- Alçado da Igreja dos Jerónimos (in Ribeiro, Artur, *Arte e Artistas Contemporâneos*, 2.ª série, p. 58; Anacleto).
- Projecto para a Reconstrução da Igreja dos Jeronymos. Fachada principal de Igreja GEO, Ft8519 (Soares, III, 169, 112).
- Idem. Alçado sul do templo, proposta de intervenção na portaria, nas torres da igreja e na capela-mor GEO, Ft8511 (Soares, III, 170, 113).
- Idem. Alçado posterior da capela-mor. GEO, Ft8513 (Soares, III, 171, 113).

⁶⁶ D / Projecto a que se refere o officio n.º 693 A / da Direcção Especial de Edifícios e Pharoes de 21 de Maio de 1895.

⁶⁷ Regina Anacleto confunde este desenho como projecto de Rafael de Castro.

- Idem. Corte transversal da capela-mor, transepto, sacristia e sala do capítulo GEO, Ft8517 (Soares, III, 172, 114).
 - Idem. Detalhes decorativos [Proposta de alteração dos túmulos reais]. GEO, Ft8514 (Soares, III, 173, 115).
 - Planta Geral do “anexo” do Mosteiro de Santa Maria de Belém. GEO, Ft8515, (Soares, III, 174, 116).
 - Alçado anterior do corpo central da ala sul do mosteiro. GEO, Ft8518. (Soares, III, 175, 117).
 - Corte longitudinal da parte da fachada posterior da ala sul. GEO, Ft8520 (Soares, III, 176, 118).
 - Alçado anterior da ala norte do mosteiro. GEO, Ft8512 (Soares, III, 177, 118).
 - Alçado posterior da ala norte do mosteiro. GEO, Ft8521 (Soares, III, 178, 118).
4. *Concorrente “Por Bem” – Marques da Silva*
- Planta de reconstrução do Mosteiro dos Jerónimos, A.M. S. (Cardoso, fig 6, p. 80).
 - Projecto de reconstrução do Corpo Central do Mosteiro dos Jerónimos. Alçado. (Cardoso, fig. 7, p. 80; Soares, III, 168, 111).

Parecer da Subcomissão de 1897.

- Desenho com sumária notação gráfica, da autoria de Miguel Ventura Terra (Extraviou-se).

Projecto aprovado para o Corpo Central (1897-1898).

- Fachada principal [do corpo central, utilizado para a conclusão da portaria do Anexo]. 1897-1898. Domingos Parente da Silva ACLP Foto 865. (Anacleto, 1992, II, foto 75, p. 257; *O Neomanuelino*, 1994, p. 217; Soares, III, 181, 121).

Fotomontagem do Projecto defendido por Pedro Folque (1898).

- O Monumento dos Jeronymos. Projecto de reconstrução do coronel de engenharia Pedro Romano Folque (Abril de 1898). Gravura de P. Marinho.

Reconstrução do Corpo Central do Mosteiro dos Jerónimos (Projecto final de 1901).

- Detalhes das abóbadas (Corte A e B). Escala 0,05 p.m. AHMOP DR 40⁷ C e DR 40¹³ C.
- Detalhes da abóbada (arco de encontro C.D.) Escala 0,05 AHMOP DR 40⁸ C.
- Abóbada do Vestíbulo. Escala 0,05 p. m. AHMOP DR 40¹⁰ C.
- Detalhes [1º vãos de portas (Pero Pinheiro – abancado). Planta dos soccos e hombreiras em tamanho natural (golla, cabeça e aduela). Escala 1:10. s/autor. AHMOP – D40¹⁴D.
- Detalhes [Sacadas do corpo central]. Escala: 1:10 (imperceptível e incompleto). AHMOP DR 40¹⁵C.

Deposição dos restos mortais de Almeida Garrett nos Jerónimos.

- Planta parcial da cabeceira, cruzeiro e transepto dos Jerónimos de Belém. Escala 1:100. ANBA Foto 443 (cx 86 – A) Gav. 6, Pasta 6 n.º 9. (Soares, III, 121, 141).

Mosteiro dos Jerónimos (Anos 20-30).

- Corpo Central. Esc.: 1:20. AHMOP DR 40⁹ C.
- Corpo Central. Abóbada. Escala 1:20 AHMOP DR 40¹⁶ C (parecem as abóbadas da ligação entre o anexo e o corpo da igreja, que antecedem a entrada para a portaria do actual serviço dependente do Mosteiro dos Jerónimos).

Restauro da Igreja do Mosteiro (1920-1929)

Intervenção da Direcção de Edifícios Públicos. 7.ª Secção (Arquivo da DGML)

- Igreja dos Jerónimos. Projecção das abóbadas.
- Igreja dos Jerónimos. Corte longitudinal da nave.
- Igreja dos Jerónimos. Corte longitudinal por A. B. Escala 1:50.
- Igreja dos Jerónimos. Corte longitudinal do último tramo.
- Igreja dos Jerónimos. Planta da nave central e da nave lateral norte (...) cruzeiro à primeira Escala 1:0.04 p.m. O arquitecto – João António Piloto. Contém legenda: Cotas dos artesãos junto aos fechos, referidas ao limite superior dos capitéis das pilastras; Sentido dos esforços da abóbada atravez dos artesãos; Artesãos que suportam os fechos; Fechos que servem de apoio ou suporte dos artesãos; Rebatimento dos artesãos.
- Igreja dos Jerónimos. Corte do transepto.
- Planta do Anexo do Monumento dos Jeronymos. Museu Etnológico. Escala 1:200. Lisboa, 28 de Junho de 1927. O Arquitecto Chefe da 8.ª secção, António do Couto Abreu. DGEMN 50377 (Soares, III, 184, 124).
- Restauração das abóbadas do cruzeiro. Planta do transepto. Escala 1:50. Abril de 1929. António do Couto.

Intervenção da DGEMN (1929-1932)

- 2.º Estudo para a Transformação da Ala Sul do Futuro Museu Marítimo. Escala 1:200, 1935. Raul Lino. DGEMN - 18798 (Soares, III, 185, 124).
- Mosteiro dos Jerónimos. Esquema da Colocação de Vitrais. 7 de Maio de 1951. Escala 1:200. DGEMN – Des. s/n.º (Soares, III, 186, 125).
- Planta do Mosteiro de Santa Maria de Belém (MONTEIRO, Soraya, p. 27).
- Fachada sul da Igreja dos Jerónimos (depois do Restauro).

Estudos (1942)

- Planta do Corpo Comprido em 5 de Março de 1942 AHMOP – DR 71 23 D.

1.3 Imóveis Classificados durante a 1.ª República e Ditadura Militar (1911-1932).

IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	CLASS. / DATA	VALORES	PARECERES /RELATORES	PROPOSTAS	ARTIGOS DA LEI	RESP. POLÍTICOS
Castelo de Campo Maior	Campo Maior, Portalegre	Sem indicação	MN – 1911	-	[CMN]	-	Decreto de 30 de Dezembro de 1901 (Bases)	António Xavier Correia Barreto, Manuel Brito Camacho
Mosteiro de Santa Clara-a-Nova	Coimbra, Coimbra	Sem indicação	MN – 1911 Reforço da classificação de 16 de Junho de 1910	Túmulo da Rainha Santa Isabel Claustro Coros	[CMN]	-	Sem indicação	Manuel Brito Camacho
Igreja paroquial de Rubiães	Paredes de Coura Viana do Castelo 3.ª Circunscrição	Época românica	MN – 1913	Artístico e arqueológico		MI	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42	Manuel de Arriaga e Rodrigo José Rodrigues
Muralha e portas antigas da cidade de Viseu	Viseu, Viseu 2.ª Circunscrição	Século XV	MN – 1915	Histórico	Conselho de Arte Nacional (CAN)	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas
Igreja e torre de Manhente	Vilar de Frades ⁶⁸ , Barcelos, Braga 3.ª Circunscrição	Século XII e XIII	MN – 1915	Histórico e arqueológico	CAN	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas
Pelourinho de Rua	Moimenta da Beira, Viseu 2.ª Circunscrição	-	MN – 1915	Arqueológico e histórico	CAN	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas
Pelourinho de Ranhados, entre Penedono e Meda	Meda, Guarda 2.ª Circunscrição	-	MN – 1915	Arqueológico e histórico	CAN	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas
Pelourinho de Melo	Melo, Gouveia, Guarda 2.ª Circunscrição	-	MN – 1915	Arqueológico e histórico	CAN	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas

⁶⁸ O Decreto referia-se à localização em Vilar de Frades, o que era incorrecto e foi chamado à atenção pelo CAA do Porto.

Mosteiro de Travanca (igreja, convento e torre)	Amarante, Porto 3.ª Circunscrição	-	MN – 1916	Histórico e artístico	Representação do CAA (3.ª)	MIP	Sem indicação	Bernardino Machado e Frederico António Ferreira Simas
Igreja matriz de Ermida	Castro Daire, Viseu 2.ª Circunscrição	Românico do século XII	MN – 1916	Arqueológico	CAN	RIA MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 43º, 46º e 47º	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja de Lourosa	Oliveira do Hospital, Coimbra 2.ª Circunscrição	Pré-românico, século X	MN – 1916	Arqueológico Razões de guarda, conservação e restauro	Representação do CAA (2.ª)	MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja e claustro do convento de S. Francisco	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 42	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja de Santa Clara	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	[CAN – Luciano Freire, 1914]	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 42	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja de Santo Estevão (Santo Milagre)	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 42	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja do Seminário	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 42	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Capela de Nossa Senhora do Monte	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição	Alpendrada em estilo renascimento (XVI)	MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 42	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Os restos das muralhas de Santarém	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		Edifícios de valor artístico e arqueológico – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 45	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins

Porta de Santiago	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		Edifícios de valor artístico e arqueológico – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 45	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Os vestígios do Paço, incorporados ao edifício do seminário	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		Edifícios de valor artístico e arqueológico – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 45	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
A janela manuelina de uma casa na Praça Sá da Bandeira	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição	Manuelino	Edifícios de valor artístico e arqueológico – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 45	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
A varanda renascença de uma casa na Rua João Afonso	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição	Renascença	Edifícios de valor artístico e arqueológico – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º e art.º 45	Bernardino Machado e Joaquim Pedro Martins
Igreja de Santa Maria de Marvila	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição	Século XVI	MN – 1917	Artístico, arqueológico e histórico	–	1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º	Bernardino Machado e José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães
Igreja do Menino de Deus	1.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1918	Artístico, arqueológico e histórico e para assegurar a conservação e guarda dos edifícios	–	1.ª Circunscrição e Secretário de Estado da Instrução Pública	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5	Sidónio Pais e José Alfredo Mendes Magalhães
Igreja de Santa Catarina	3.ª Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1918	Artístico, arqueológico e histórico e para assegurar a conservação e guarda dos edifícios	–	1.ª Circunscrição e Secretário de Estado da Instrução Pública	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5	Sidónio Pais e José Alfredo Mendes Magalhães

Igreja de S. Domingos	2.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1918	Artístico, arqueológico e histórico e para assegurar a conservação e guarda dos edifícios	–	1.ª Circunscrição e Secretário de Estado da Instrução Pública	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5	Sidónio Pais e José Alfredo Mendes Magalhães
Igreja de Santo Estevão de Alfama	1.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1918	Artístico, arqueológico e histórico e para assegurar a conservação e guarda dos edifícios	–	1.ª Circunscrição e Secretário de Estado da Instrução Pública	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5	Sidónio Pais e José Alfredo Mendes Magalhães
Sacristia e capelas intermediárias da Igreja da Graça	1.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1918 Reforço da classificação da igreja da Graça de 1910	Artístico, arqueológico e histórico e para assegurar a conservação e guarda dos edifícios.	–	1.ª Circunscrição e Secretário de Estado da Instrução Pública	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5	Sidónio Pais e José Alfredo Mendes Magalhães
Palácio que pertenceu aos Almadas, provedores da Casa da Índia, situado no Largo do Conde Barão	3.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1919		–	DGBA	Sem indicação	Director Geral; Augusto César Ferreira Gil
Igreja de Almoester e as ruínas do respectivo claustro	Almoester, Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1920		–	CAA da Circunscrição (1.ª)	Decreto de 26-5-1911 Art.º 43	António José de Almeida e Vasco Borges
Porta romana (arco de D. Isabel)	Évora, Évora 1.ª Circunscrição	Romano	MN – 1920 Reforço da classificação de 1910		–	DGBA	Sem indicação	Director Geral e Augusto César Ferreira Gil
Torre	Évora, Évora	Medieval	MN – 1920		–	DGBA	Sem indicação	Director Geral e

pentagonal (medieval), da antiga Rua da Selaria ⁶⁹ .	1.ª Circunscção							Augusto César Ferreira Gil
Torre quadrangular (medieval), da Rua Nova ⁷⁰ .	Évora, Évora 1.ª Circunscção	Medieval	MN- 1920		–	DGBA	Sem indicação	Director Geral e Augusto César Ferreira Gil
Igreja de Santa Iria, a porta de entrada e a Capela lateral fronteira à entrada	Tomar, Santarém 1.ª Circunscção	Estilo do Renascimento	MN – 1920		–	DGBA	Decreto de 26-5-1911 Art.º 43	Director Geral Interino; J.M. de Queiroz Veloso
Pelourinho de Estremoz	Estremoz, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1920			Proposta da DGBA	Decreto de 26-5-1911 Art.º 43	Director Geral Interino; J.M. de Queiroz Veloso
Arco Pequeno de Almedina	Coimbra, Coimbra 2.ª Circunscção		MN – 1921		CAN	CAA 2.ª Circunscção DGBA MIP	Decreto de 26-5-1911 Capítulo 5.º Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 ⁷¹	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Castelo e muralhas de Trancoso	Trancoso, Guarda 2.ª Circunscção		MN – 1921			CAA 2.ª Circunscção MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado

⁶⁹ Menciona-se que o imóvel pertencia a Francisco Severino Godinho.

⁷⁰ Menciona-se que o imóvel pertencia a António Coelho Vilas-Boas.

⁷¹ Lei do Congresso da República referente aos poderes do Presidente da República. O art.º 3.º refere-se ao poder de “promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Poder Legislativo, expedindo os decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das mesmas”, cf. , *DG*, 1.ª série, n.º 192, de 22 de Setembro de 1919, p. 2011.

Capela de S. Pedro	Balsemão, Lamego, Viseu 2.ª Circunscrição	[Século VII]	MN – 1921	[Edifício visigótico, tipo latino]	[Pedido do CAN – José Pessanha]	CAA 2.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Igreja matriz de Santa Marinha de Trevões	S. João da Pesqueira, Viseu 2.ª Circunscrição	[Transição românico-gótica]	MN – 1921	[valor artístico – tecto em caixotões de madeira pintada, altares de talha]		CAA 2.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Capela de S. Lourenço - «Monumentos comemorativos da passagem das tropas portuguesas para a batalha de Aljubarrota»	Tomar, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1921	Valor histórico abrangida pela classificação do Padrão de D. João I		CAA 1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Sinagoga (parte interna das lojas do prédio)	Tomar, Santarém 1.ª Circunscrição	Século XV	MN – 1921	Valor histórico. Recomendável pelas suas colunas e abóbada. Conjunto típico e pouco vulgar.		CAA 1.ª Circunscrição MIP	Decreto de 26-5-1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Capela de Nossa Senhora do Espinheiro	S. Maços, Évora, Évora 1.ª Circunscrição		MN – 1921	Portadora de relíquias de arte manuelina [incluindo túmulo de Garcia de Resende].		MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado

Parte dos prédios militares n.ºs 14 e 15 de Évora, incluindo Porta da Alagoa e do Raimundo	Évora, Évora 1.ª Circunscrição	Anteriores a D. João IV	MN – 1921	Trechos típicos e mais interessantes das antigas muralhas e portas extremas desse troço	Comissão dos Monumentos do CAA 1.ª Circunscrição	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Igreja de S. João das Donas	Coimbra, Coimbra 2.ª Circunscrição	Medieval	MN – 1921 (reforçando a sua classificação com proposta independente)	Atendendo à reconstrução manuelina do Mosteiro de Santa cruz e implicando a sua incorporação neste mosteiro, que doravante se considerava classificado como um todo	CAN – Parecer de 17 de Setembro	CAA da 2.ª Circunscrição / DGBA MIP	Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 42 Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e António Ginestal Machado
Igreja de S. Martinho de Mouros	Resende, Viseu 2.ª Circunscrição	Exemplar românico	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja de Barrô	Resende, Viseu 2.ª Circunscrição	Exemplar românico	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja de Barcos	Tabuaço, Viseu 2.ª Circunscrição	Exemplar românico	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja de Armamar	Armamar, Viseu 2.ª Circunscrição	Exemplar românico	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Castelo e muralha de Celorico da Beira ⁷²	Celorico da Beira, Guarda 2.ª Circunscrição		MN – 1922	Características artísticas e históricas.	[Deliberação da DGBA]	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre

⁷² Tratava-se também da muralha na vila.

Castelo de Linhares	Linhares, Gouveia, Guarda 2.ª Circunscção		MN – 1922	Características históricas e arquitectónicas		MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja de Vouzela	Vouzela, Viseu 2.ª Circunscção	Exemplar românico do séc. XII	MN – 1922		[Deliberação do CAN]	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Beja, Beja 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Convento dos Lóios	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Convento do Monte Calvário	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Convento de Santa Clara	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Muralhas do Castelo de Portalegre	Portalegre, Portalegre 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Arronches, Portalegre 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre

Sé catedral de Silves	Silves, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Igreja de Santa Maria	Sintra, Lisboa 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto de, 26 de Maio de 1911, Art.- 42.º	António José de Almeida e Augusto Pereira Nobre
Antiga igreja matriz da Lourinhã	Lourinhã, Lisboa 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Edifício e Igreja da Misericórdia	Santarém, Santarém 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Convento de S. Bento de Castris	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Palácio dos antigos Condes de Basto	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

Porta de Avis, entrada da cidade	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Chafariz das Portas de Moura	Évora, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1922		CM da CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3 Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.- 42.º	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Porta de Montalvão e a Porta da Vila (restos da muralha da Vila)	Avis, Portalegre 1.ª Circunscção	Século XIV	MN – 1922	Restos da muralha		MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Castelo de Marvão	Marvão, Portalegre 1.ª Circunscção		MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Cruzeiro da Estrela	Marvão, Portalegre 1.ª Circunscção	Manuelino	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Muralhas do Castelo	Castelo Rodrigo, Guarda 2.ª Circunscção	Séculos XV, XVI e XVII	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

Pelourinho	Castelo Rodrigo, Guarda 2.ª Circunscrição	Século XVI	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Ponte ⁷³ sobre o Rio Aguiar	Castelo Rodrigo, Guarda 2.ª Circunscrição	Século XIV	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Capela de D. Fradique de Portugal na igreja de S. Francisco	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição	Renascença	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Túmulo de Esteves da Gata na igreja de S. Francisco	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição	Século XV	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Capela de N.ª Senhora dos Mártires	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição	Ábside gótica	MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Capela de S. Torcato	Guimarães, Braga 3.ª Circunscrição		MN – 1922			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
O pórtico e a capela-mor da Igreja de Rubiães	Paredes de Coura, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição	Românicos	MN – 1922 [Reforço de classificação de 1913]			MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Pelourinho	Freixo de Espada à Cinta, Bragança 3.ª Circunscrição	Princípio do século XV	MN – 1922			Proposta do MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

⁷³ E não Porta, como vem expresso no decreto-lei e que o CAA e outros autores repetiram.

Trechos de muralhas das cercas romana e árabe ⁷⁴	Évora, Évora 1.ª Circunscção	Romano e árabe	MN – 1922			CAA 1.ª Circunscção MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Trechos da cerca medieval ⁷⁵	Évora, Évora 1.ª Circunscção	Medieval	MN-1922			CAA 1.ª Circunscção MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Torre sineira do convento do Salvador	Évora, Évora 1.ª Circunscção		Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Caixa de Água da Rua Nova	Évora, Évora 1.ª Circunscção		Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Escada e varandim à entrada do Pátio de S. Miguel (porta n.º 2)	Évora, Évora 1.ª Circunscção		Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Mirante do prédio com o n.º 26 de polícia, às portas de Moura	Évora, Évora 1.ª Circunscção		Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

⁷⁴ “O arco de D. Isabel, a muralha posterior do passeio do Conde de Schomberg, a torre das Cinco Quinas, a muralha dos palácios dos Condes de Basto, as torres da Porta de Moura, a muralha da Praça de Sertório, a muralha da igreja de S. Bento, as torres das Alcárcovas, de baixo e de cima”.

⁷⁵ “As torres e muralha compreendidas entre as portas de Alconchel e do Raimundo, ângulo em frente da estrada da Malagueira, torre junta ao convento do Calvário, torre junta ao aqueduto, torre da porta de Avis, torre do baluarte de S. Bartolomeu, torre junta à rampa dos Colegiais, ângulo de ligação entre a muralha fernandina e o baluarte do Conde de Lippe, muralha junto ao quartel de cavalaria, torre do jardim público”.

Janelas da frontaria do antigo palácio dos Sepúlvedas	Évora, Évora 1.ª Circunscção		Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Janela manuelina no prédio n.ºs 31 e 33 da Rua da Moeda	Évora, Évora 1.ª Circunscção	Manuelino	Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Portal renascença no edifício do antigo Colégio do Espírito Santo, Largo do Seminário	Évora, Évora 1.ª Circunscção	Renascença	Cadastro especial – 1922 Reforço da classificação de 1910	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
O pórtico da igreja matriz de S. João das Lampas	Sintra, Lisboa 1.ª Circunscção	Manuelino	Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
O pórtico da igreja matriz de Belas	Sintra, Lisboa 1.ª Circunscção	Manuelino	Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
O pórtico da antiga igreja de Palhais	Palhais, Barreiro, Lisboa 1.ª Circunscção	Gótico floreado	Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
O pórtico da igreja de Póvoa de Santo Adrião	Loures, Lisboa 1.ª Circunscção	Manuelino	Cadastro especial – 1922	Valor artístico, arqueológico e histórico		MIP	Idem Decreto n.º 1, 26 de Maio de 1911 Art.º 45	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

Trecho de arquitectura medieval existente na vila de Aguiar da Beira ⁷⁶	Aguiar da Beira, Guarda 2.ª Circunscrição	Medieval	MN – 1922	Pelo que propôs o vogal Francisco de Almeida Moreira, vogal do CAA, da 2.ª Circunscrição		MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Igreja paroquial de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande, Leiria 2.ª Circunscrição		MN – 1922	Apreciável valor arqueológico e artístico		CAA, 2.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Igreja paroquial de Figueiró-dos-Vinhos	Figueiró-dos-Vinhos, Leiria 2.ª Circunscrição		MN – 1922	Apreciável valor arqueológico e artístico		CAA, 2.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Castelo da Amieira	Amieira, Niza, Portalegre 1.ª Circunscrição		MN – 1922	Características artísticas e arquitectónicas	[Relator: Garcez Teixeira]	MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Edifício e igreja da Misericórdia de Santarém	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição	Época de D. João III	MN – 1922 [Reforço da classificação de 29 de Junho de 1922]	Notável construção	[Relator: Adães Bermudes]	CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Claustro do Convento de Santa Clara de Portalegre	Portalegre, Portalegre 1.ª Circunscrição	Século XIV	MN – 1922	Mandada fazer por D. Leonor Teles		CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Igreja matriz de S. Tiago de Cacém	Santiago de Cacém, Lisboa ⁷⁷ 1.ª Circunscrição	Século XIV	MN – 1922 [Reforço da classificação de 1910]	Curioso exemplar arquitectónico.	[Relator: Adães Bermudes]	CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre

⁷⁶ Este trecho é constituído por “a) Pelourinho (que já é monumento nacional); b) Uma torre ameada; c) Uma fonte também ameada”. O pelourinho fora classificado em 16 de Junho de 1910.

⁷⁷ Nesta altura, o território do actual Distrito de Setúbal estava integrado no Distrito de Lisboa.

Capela de Nossa Senhora das Salvas	Sines, Sines, Lisboa 1.ª Circunscrição	Século XVI	MN – 1922	Mandada construir por Vasco da Gama	[Relator: Adães Bermudes]	CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida Augusto Pereira Nobre
Igreja do Hospital de Santarém, denominado de Jesus Cristo	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1923		[Relator: Adães Bermudes]	CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida João José da Conceição Camoesas
Igreja denominada da Memória	4.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1923			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida João José da Conceição Camoesas
Capela-mor da Igreja da Luz	3.º Bairro, Lisboa 1.ª Circunscrição		MN – 1923 [Reforço da classificação de 1910, referente ao túmulo de D. Leonor]			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919 Art.º 1, n.º 3	António José de Almeida João José da Conceição Camoesas
Capela do Tesoureiro, numa das ábsides da Igreja de S. Domingos	Coimbra, Coimbra 2.ª Circunscrição	[Quinhentista]	MN – 1923	Produção admirável do génio de João de Ruão		CAA, 2.ª Circunscrição MIP	Lei n.º 891, 22 de Setembro de 1919. art.º 1.º, n.º 3	António José de Almeida João José da Conceição Camoesas
Edifício dos Paços do Concelho de Góis	Góis, Coimbra 2.ª Circunscrição		Cadastro especial – 1924			CAA, 2.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro

Muralhas do Castelo de Estremoz e respectivos baluartes	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição	Século XIII	MN – 1924		[Relator: Adães Bermudes]	CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Portas e baluartes da 2.ª linha de fortificações	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição	Século XVII	MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Igreja de S. Francisco	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição		MN – 1924 [Reforço a classificação referente ao túmulo de Esteves Gata (1922)]			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Antiga Casa da Câmara, na Rua do Arco de Santarém	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Claustro da Misericórdia	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Torre das Couraças	Estremoz, Évora 1.ª Circunscrição		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro

⁷⁸ Este imóvel e os próximos dezassete imóveis viram os decretos n.ºs 9842 e 9953 publicados com um erro. Foram denominados “monumentos nacionais” embora fosse invocado o art.º 45 do Decreto de 26 de Maio de 1911, como razão da sua classificação. Como se sabe, este artigo refere-se ao cadastro especial e não a Monumentos Nacionais. Não houve rectificação dos decretos.

Igreja de Santo António	Lagos, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Igreja de S. Sebastião	Lagos, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Muralhas e torreões da cidade ⁷⁹	Lagos, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924		Relator Adães Bermudes	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Restos dos antigos Paços dos Governadores do Algarve	Lagos, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924	“(…) onde habitou o Infante D. Henrique.”		CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Restos do Castelo da Vila de Loulé	Loulé, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924		Relator Adães Bermudes	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Igreja Matriz	Loulé, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924		Relator Adães Bermudes	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Porta e Cruzeiro da Misericórdia	Loulé, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924		Relator Adães Bermudes	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro

⁷⁹ Compreendam as Portas de Portugal, a do postigo e os restos dos antigos Paços dos Governadores do Algarve.

Restos da Igreja da Graça	Loulé, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924			CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe	Raposeira, Vila do Bispo, Faro 1.ª Circunscção		MN – 1924		Relator Garcez Teixeira	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Fachada quinhentista do prédio da Rua Direita da Várzea Pequena, esquina da Rua dos Oleiros	Tomar, Santarém 1.ª Circunscção	Quinhentista	MN – 1924		Relator Garcez Teixeira	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Janela de cunhal quinhentista, situada na esquina da Rua dos Moinhos com a Rua de S. João	Tomar, Santarém 1.ª Circunscção	Quinhentista	MN – 1924		Relator Adães Bermudes	CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Capela de S. Pedro	Seia, Guarda ⁸⁰ 2.ª Circunscção		MN – 1924			CAA, 2.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes António de Abranches Ferrão

⁸⁰ Erro do decreto: Distrito era Guarda e não Viseu.

Edifício do antigo Seminário, depois Paços dos Bispos e contíguo à Sé Catedral, vulgarmente conhecido pelo nome de «Colégio»	Viseu, Viseu 2.ª Circunscção		MN – 1924			CAA, 2.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Manuel Teixeira Gomes António de Abranches Ferrão
Casa da Rua da Alfândega Velha (portal, escudo de armas, lápide comemorativa, fragmentos artísticos e arqueológicos)	Porto, Porto 3.ª Circunscção	Século XIV	MN – 1924	“(…) onde segundo a tradição nasceu o infante D. Henrique” Conjunto de edificações		CAA, 3.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Manuel Teixeira Gomes Helder Armando dos Santos Ribeiro
Muralhas que faziam parte da 1.ª linha de fortificação, do antigo castelo de Estremoz	Estremoz, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1925				Lei do Congresso da República, n.º 1767, art.º 3 Publicação: Ministério do Interior (Direcção Geral de Administração Política e Civil)	Manuel Teixeira Gomes Vitorino Henriques Godinho. Ernesto Maria Vieira da Rocha, Frederico António Ferreira Simas
Portas militares denominadas de Santo António, Santa Catarina, Currais e Portas de Évora	Estremoz, Évora 1.ª Circunscção		MN – 1925				Lei do Congresso da República, n.º 1767, art.º 3 Publicação: Ministério do Interior (Direcção Geral de Administração Política e Civil)	Manuel Teixeira Gomes Vitorino Henriques Godinho. Ernesto Maria Vieira da Rocha, Frederico António Ferreira Simas

Igreja da Atalaia, com um magnífico pórtico em estilo da Renascença	Atalaia, Barquinha, Santarém 1.ª Circunscção	Renascença Século XVII	MN – 1926	Obra de João de Castilho. Igreja regularmente conservada, seu pórtico e azulejos Conjunto interno muito interessante.		CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Igreja de S. Vicente de Abrantes	Abrantes, Santarém 1.ª Circunscção	Fins do século XVI, reedificado por D. Sebastião	MN – 1926	“um dos mais notáveis templos”		CAA, 1.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Muralhas denominadas de D. Fernando e respectivo miradouro	Porto, Porto 3.ª Circunscção		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Pequeno fontanário existente no largo da Sé	Porto, Porto 3.ª Circunscção		IIP – 1926		Proposta do CAA 3.ª Circunscção	CAA, 3.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Torre de Barcelos, chamada do Postigo da Muralha	Barcelos, Braga 3.ª Circunscção		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Ponte do Rio Ave, entre Guimarães e Braga, EN n.º 27 ⁸¹	Braga; Braga 3.ª Circunscção		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscção MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva

⁸¹ Denominada Ponte do Rio Ave, nas Taipas.

Ruínas da cidade velha de Santa Luzia	Viana do Castelo, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926 Com zona de defesa em volta das ruínas nunca inferior a 20 m			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Casa chamada de João Velho ou dos Arcos	Viana do Castelo, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Casa de Miguel de Vasconcellos	Viana do Castelo, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Muralha de Melgaço	Melgaço, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Cruzeiro de S. Julião	Melgaço, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Capela-mor da Igreja de Longos Vales	Monção, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Igreja de S. Domingos	Vila Real, Vila Real 3.ª Circunscrição		MN – 1926			CAA, 3.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva
Igreja velha de Santa Maria de Canas de Sabugosa	Canas de Sabugosa, Tondela, Viseu 2.ª Circunscrição		[Cadastro especial] – 1926	[frontaria românica]	[DGBA]	CAA, 2.ª Circunscrição MIP	Constituição Política da República Art.º 47, n.º 3 Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 Art.º 45	Bernardino Machado Eduardo Ferreira dos Santos Silva

Toda a parte das muralhas e fossos da cidade de Évora	Évora, Évora 1.ª Circunscricção		MN – 1926 Ainda não classificados à data do decreto n.º 11.773			MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Manuel de Oliveira Gomes da Costa Artur Ricardo Jorge
Igreja matriz de Barcelos	Barcelos, Braga 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de Santa Maria de Abade	Barcelos 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de S. Romão de Arões	Fafe, Braga 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de S. Gens de Boelhe	Boelhe, Penafiel, Porto 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de Gândara	Entre-os-Rios, Penafiel, Porto 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de S. Miguel	Entre-os-Rios, Penafiel, Porto 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães

Igreja de Vila Nova de Quires	Quires, Marco de Canaveses, Porto 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de S. Fins de Friestas	Valença, Viana do Castelo 3.ª Circunscricção		MN – 1927 [Reforço da classificaçã o de 1910]		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de Cerzedelo	Guimarães, Braga 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Capela de Nossa Senhora de Agosto (Capela dos Alfaiates)	Porto, Porto 3.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de Santiago	Belmonte, Castelo Branco 2.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Torre de Centum-Celas	Belmonte, Castelo Branco 2.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Castelo de Belmonte	Belmonte, Castelo Branco 2.ª Circunscricção		MN – 1927		Proposta da Direcção Geral de Belas Artes	MIP	Constituição Política da República Art.º 38, § 3.º e Art.º 47, n.º 3	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de Santo Cristo do Outeiro	Bragança, Bragança 3.ª Circunscricção		MN – 1927			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães

Igreja de S. Salvador de Ferreira	Paços de Ferreira, Porto 3.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Ruínas da igreja de Ansiães	Carrazeda de Ansiães, Bragança 3.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Pelourinho de Ansiães	Carrazeda de Ansiães, Bragança 3.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Muralhas do Castelo de Almeida	Almeida, Guarda 2.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Casa da Torre	Gouveia, Guarda 2.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Torre das Cabaças	Santarém, Santarém 1.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães

Igreja do antigo Convento das Donas de S. Domingos de Elvas	Elvas, Portalegre 1.ª Circunscrição		MN – 1928			MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Igreja de S. Bento ⁸²	Coimbra, Coimbra 2.ª Circunscrição		IIP – 1928			[CAA, 2.ª Circunscrição] MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto n.º 11.445, de 13 de Fevereiro de 1926 Art.º 115º	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Fortificações da Praça de Valença do Minho	Valença, Viana do Castelo 3.ª Circunscrição		MN – 1928	Para assegurar quanto possível a integridade dos castelos e fortalezas de Portugal, documentos da história e modelos da antiga arquitectura militar		MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2	Oscar Fragoso Carmona José Alfredo Mendes de Magalhães
Teatro de S. Carlos	Lisboa, Lisboa 1.ª Circunscrição		IIP – 1928	Valor artístico, tradições e notáveis qualidades arquitectónicas Para assegurar a integridade artística e regular conservação	Parecer das estações competentes	MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto 15331, 9 de Abril de 1928, art.º n.º 1	Oscar Fragoso Carmona Duarte Pacheco

⁸² De acordo com o art.º 2 do Decreto n.º 14986, de 27 de Janeiro de 1928, a conservação deste monumento ficava a cargo do Estado e as despesas das obras de adaptação a cargo do Liceu do Dr. José Falcão, usufrutuário do mesmo, sob fiscalização da 3.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes. *DG*, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1928, p. 255.

Teatro Nacional de Almeida Garrett	Lisboa, Lisboa 1.ª Circunscção		IIP – 1928	Valor artístico, tradições e notáveis qualidades arquitectónicas Para assegurar a integridade artística e regular conservação	Parecer das estações competentes	MIP	Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto 15331, 9 de Abril de 1928, art.º n.º 1.º	Oscar Fragoso Carmona Duarte Pacheco
Igreja de Chelas (portal manuelino e gailé)	Lisboa, Lisboa 1.ª Circunscção	Manuelino	MN – 1930 Desclassificação no sentido da classificação de 16 de Junho de 1910	Só portal e gailé	Relatório do encarregado dos monumentos militares e parecer do CAA da 1.ª Circunscção	MIP	Lei 1700, de 18 de Dezembro de 1924, art.º 48.º Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto n.º 15331, 9 de Abril de 1928, art.º 1.º	Oscar Fragoso Carmona Vitor Hugo Duarte de Lemos
Igreja de Santo António de Lisboa e respectiva sacristia	Lisboa, Lisboa 1.ª Circunscção		MN - 1931	“(…) com a decoração que as reveste: metais, madeiras empalhada e retábulos, na quasi totalidade de Pedro Alexandrino”	[Relator: José de Figueiredo] Representação do CAA da 1.ª Circunscção, com funções de CSBA	MIP	Decreto n.º 15216, de 14 de Março, art.º 6-º, n.º 3 Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto n.º 15331, 9 de Abril de 1928, art.º 1.º	Óscar Fragoso Carmona Gustavo Cordeiro Ramos
Igreja de S. Pedro	Arganil, Coimbra 2.ª Circunscção	Estilo ogival primitivo em Portugal	MN - 1931	“(…) excelente exemplar de estilo ogival primitivo em Portugal”		CAA da 1.ª Circunscção MIP	Decreto n.º 15216, 14 de Março de 1928, art.º 25.º, n.º 2.º Decreto 12.740, 26 de Novembro de 1926 Art.º 2. n.º 2 Decreto n.º 15331, 9 de Abril de 1928, art.º 1.º	Oscar Fragoso Carmona Gustavo Cordeiro Ramos

Fonte: Leis e Decretos de Classificação (ver lista complementar - 1.3.2).

1.3.1 Documento: “Monumentos Nacionais da 3.^a Circunscção” (1926)⁸³.

Districto do Porto

Monumentos pre-históricos

Antas e outros Monumentos

- Amarante – Anta da Aboboreira
- Penafiel – Anta de Santa Martha

Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos

Castros

- Villa do Conde – Castro de Bagueite (?)
- Santo Thirso – Citania de Roriz
 - Castro de Monte-Cordova
 - Castro de Alvarelhos
- Marco de Canazeves – Castro dos Arados

Marcos Milliaris (Serie Capella)

- Famalicao, Santo Thirso e Maia – Braga ao Porto (8 marcos)
- Braga a Marco de Canavezes – Braga, incerta via (21 marcos)

Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos

Monumentos Religiosos

Cathedraes

- Porto – Sé do Porto

Mosteiros

- Felgueiras – Mosteiro do Pombeiro
- Santo Thirso – Mosteiro de Santo Tirso
- Bouças – Mosteiro de Leça do Bailio, compreendendo a lamina sepulchral de monge

Igrejas

- Povoa so Varzim – Igreja de S. Pedro de Rates
- Villa do Conde – Igreja de S. Cristovã de Rio Mau
 - Igreja matriz de Villa do Conde
 - Igreja de Santa Clara (1.^a), compreendendo os tumulos, designadamente, os dos fundadores D. Affonso Sanches e D. Thereza Martins
 - Igreja da Azurara
- Santo Thirso – Igreja de Roriz
- Amarante – Igreja de S. Gonçalo, compreendendo o claustro
- Paredes – Igreja de Cete
- Penafiel – Igreja parochial de São Martinho
 - Igreja de Paço de Sousa, compreendendo o yumulo de Egas Moniz
- Maia – Igreja de Aguas Santas
- Porto – Igreja de S. Martinho de Cedofeita
 - Igreja dos Clerigos, designadamente a sua torre
 - Igreja de Santa Clara (2.^a)
 - Igreja de S. Francisco (1.^a)
- Gaia – Igreja da Serra do Pilar

Cruzeiros

- Vallongo – Cruzeiro de Vallongo
- Bouças – Cruzeiro de Leça do Bailio

⁸³ Registo manuscrito efectuado na 3.^a Circunscção, Porto, tendo como base o Decreto de 16 de Junho de 1910 e a legislação publicada no período republicano até 1926. A organização temática sofreu ajustes às necessidades do Conselho de Arte e Arqueologia, facto que se observa pela decisão de não seguir, na primeira página colada, a ordem do decreto de 1910.

Tumulos e Sepulturas

Penafiel – Tumulo do Monte de S. Roque
Gaia – Tumulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó)

Monumentos militares

Torres

Porto – Torre do Palacio dos Terenas

Monumentos civis

Paços Episcopaes

Porto – Paço Episcopal do Porto

Palacios Particulares e Casas Memoraveis

Porto – Palacio do Freixo

Misericordias e Hospitales

Porto – Hospital de Santo António

Aqueductos

Villa do Conde – Aqueducto de Villa do Conde

Chafarizes e Fontes

Porto – Chafariz das Virtudes
Chafariz do Palácio Alegre, em S. João da Foz

Pontes

Amarante – Ponte sobre o Tamega
Marco de Canavezes – Ponte sobre o Tamega

Arcos e Padrões Commemorativos

Penafiel – Memorial da Ermida
Marco de Canavezes – Memorial da Alpendurada

Pelourinhos

Povoa do Varzim – Pelourinho da Povoa
Villa do Conde - Pelourinho de Villa do Conde
Louzada - Pelourinho de Louzada
Penafiel - Pelourinho de Penafiel
Marco de Canavezes - Pelourinho do Marco

Trechos Architectonicos

Penafiel – Janella da Reboleira (Porto) actualmente na quinta da Avelleda

Decreto n.º 2199 de 27 de Janeiro de 1916

Amarante – Mosteiro de Travanca

Decreto n.º 11454 de 19 de Fevereiro de 1926

Porto – Muralhas denominadas de D. Fernando, e respectivo miradouro
Fontenario existente no Largo da Sé do Porto, nos termos do art.º 45º do decreto com
força de Lei de 26 de Maio de 1911.

Distrito de Braga

Monumentos pre-históricos

Antas e outros Monumentos

Guimarães – Anta da Polvoreira

Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos

Castros

Braga – Castro do Monte Redondo

Guimarães – Citania de Briteiros

Citania de Sabroso

Marcos Milliaris (Serie Capella)

Amares e Braga – Geira (35 marcos)

Guimarães - Braga a Guimarães (2 marcos)

Pontes

Amares – Ponte de Rodas

Inscrições

Guimarães – Lapide das Taipas (Ara de Trajano)

Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos

Monumentos Religiosos

Cathedraes

Braga – Sé de Braga, compreendendo os tumulos, designadamente, os do Conde D. Henrique e D. Thereza, Infante D. Affonso e do Arcebispo D. Gonçalo Pereira

Mosteiros

Felgueiras – Mosteiro do Pombeiro

Santo Tirso – Mosteiro de Santo Tirso

Bouças – Mosteiro de Leça do Bailio, compreendendo a lamina sepulchral de monge

Igrejas

Povoa de Lanhoso – Igreja de Fonte Arcada

Barcellos – Igreja de Vilar de Frades

Guimarães - Igreja de S. Miguel do Castello

Igreja de Nossa Senhora da Oliveira

Igreja de S. Domingos (claustro)

Igreja de S. Martinho de Candoso

Capellas

Braga – Capella de Nossa Senhora da Conceição (1.^a)

Cruzeiros

Amares – Cruzeiro de S. João do Campo

Braga – Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Santa Anna

Guimarães – Cruzeiro da Senhora da Guia

Braga – Cruzeiro de Tibães

Tumulos e Sepulturas

Braga – Tumulo do Conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza (Vide Sé de Braga)

Tumulo do Arcebispo D. Diogo de Sousa

Monumentos militares

Castellos

Povoa do Lanhoso – Castello de Lanhoso
Braga – Castello de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem
Guimarães – Castello de Guimarães

Torres

Braga – Torre de Menagem (vide Castello de Braga)

Padrões

Guimarães – Padrão de D. João I (1.º)

Monumentos civis

Paços Reaes

Barcellos – Paços dos Duques de Bragança (ruínas)
Guimarães – Idem, Idem

Paços Municipaes

Guimarães – Paços Municipaes d Guimarães

Palacios Particulares e Casas Memoraveis

Barcellos – Palacio solar dos Pinheiros

Pontes

Amares e Povoa Lanhoso – Ponte de Perozello, sobre o Cavado
Vila Verde e Braga – Ponte do Prado, idem
Povoa do Lanhoso – Ponte de Mem Guttierres, sobre o Ave
Cabeceiras de Basto – Ponte de Caves
Guimarães – Ponte Velha de Vizella, sobre o Vizella
Barcellos – Ponte sobre o Cavado

Arcos e Padrões Commemorativos

Braga – Arco da Rua do Souto

Pelourinhos

Amares – Pelourinho de Amares
Povoa do Lanhoso - Pelourinho de Lanhoso

Decreto n.º 2166 de 24 de Dezembro de 1915

Igreja

Braga – Igreja e Torre de Manhente, em Vilar de Frades, construções do seculo XII e XIII

Decreto n.º 8228 de 4 de Junho de 1922

Capellas

Guimarães – Capella de S. Torcato

Decreto n.º 11454 de 19 de Fevereiro de 1926

Torres – Barcellos – Torre de Barcellos, chamada do postigo da Muralha

Pontes – Braga - Ponte do Rio Ave, entre Guimarães e Braga, estrada nacional n.º 27

Districto de Vianna

Monumentos pre-históricos

Antas e outros Monumentos

Caminha – Anta da Barrosa

Arcos de Valdevez – Anta da Serra de Soajo

Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos

Castros

Melgaço – Castro de Melgaço

Arcos de Valdevez – Castro de Azere

Marcos Milliaris (Serie Capella)

Valença, Coura e Ponte de Lima. Braga a Tuy– (14 marcos)

Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos

Monumentos Religiosos

Igrejas

Caminha – Igreja matriz de Caminha

Ponte da Barca – Igreja de Bravães

Igreja da Ponte da Barca

Vianna do Castelo - Igreja de S. Cláudio

Igreja de Santa Cruz

Capellas

Melgaço – Capella de Nossa Senhora da Orada

Cruzeiros

Melgaço – Cruzeiro de S. Gregório

Monumentos militares

Castellos

Melgaço – Castello de Melgaço

Monção – Castello de Monção

Caminha – Forte da Insua

Ponte da Barca – Castello de Lindoso

Torres

Monção – Torre da Capella

Monumentos civis

Paços Municipaes

Viana do Castelo – Paços Municipaes de Viana do Castello

Palacios Particulares e Casas Memoraveis

Monção – Palacio de Brejoeira

Arcos de Valdevez – Paço de Giela

Viana do Castelo – Palacio dos Viscondes da Carreira

Misericordias e Hospitais

Viana do Castelo – Misericordia de Viana do Castelo

Chafarizes e Fontes

Caminha – Chafariz da Praça Municipal

Viana do Castelo – Chafariz da Praça da Rainha

Pontes

Caminha – Ponte de Villar de Mouros

Ponte da Barca – Ponte sobre o Tamega, digo, Lima
Ponte de Lima – Ponte sobre o Lima

Pelourinhos

V.^a Nova da Cerveira – Pelourinho de Cerveira
Arcos de Valdevez - Pelourinho do Soajo
Pelourinho de Arco de Valdevez
Ponte da Barca – Pelourinho de Ponte da Barca

Trechos Architectonicos

Melgaço – Trecho da igreja de Paderne
Trechos da igreja de Fiães
Valença – Trechos da igreja de S. Fins

Decreto n.º 8228 de 4 de Junho de 1922

Paredes de Coura – O pórtico e a capela-mór (românicos) da Igreja de Rubiães

Decreto n.º 11454 de 19 de Fevereiro de 1926

Viana do Castelo – Ruínas da cidade velha de Santa Luzia (Zona de defesa em volta das ruínas nunca inferior a 20 metros)

- Casa chamada de João Velho ou dos Arcos
- Casa de Miguel de Vasconcellos

Melgaço – Muralha de Melgaço

- Cruzeiro de S. Julião

Monção – Capella-mór da Igreja de Longos Valles.

Districto de Vila Real

Monumentos pre-históricos

Antas e outros Monumentos

V.^a Pouca de Aguiar – Antas da Serra do Alvão
Alijó – Anta da Fonte Coberta

Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos

Marcos Milliaris (Serie Capella)

Montalegre, Boticas e Valpassos – Braga a Chaves (13 marcos)

Pontes

Chaves – Ponte de Trajano

Inscrições

Vila Real – Fragas de Panoias

Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos

Monumentos Religiosos

Igrejas

Montalegre - Igreja de S. Vicente de Chã

Capellas

Vila Real – Capella de S. Braz (1.^a), compreendendo o tumulo de Teixeira de Macedo

Tumulos e Sepulturas

Chaves – Tumulo do 1.^o Duque de Bragança

Monumentos militares

Castellos

Montalegre – Castello de Montalegre

Torres

Vila Marim – Torre de Quintella

Monumentos civis

Palácios Particulares e Casas Memoráveis

Vila Real – Palácio de Matheus

Pelourinhos

Murça de Panóias – Pelourinho de Murça

Decreto n.º 11454 de 19 de Fevereiro de 1926

Vila Real – Igreja de S. Domingos

Districto de Bragança

Monumentos pre-históricos

Antas e outros Monumentos

Carrazeda de Anciães – Anta de Vilarinho

Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos

Castros

Bragança – Castro de Saccioias (confirmar)

Miranda do Douro – Castro de Aldeia Nova

Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos

Monumentos Religiosos

Igrejas

Bragança – Igreja de Castro de Avellãs

Miranda – Igreja de Miranda (Antiga Sé)

Freixo de Espada-à-Cinta – Igreja de Freixo de Espada-à-Cinta

Torre de Moncorvo – Igreja matriz de Moncorvo

Monumentos militares

Castellos

Bragança – Castello de Bragança

Carrazêda de Anciães – Castello de Carrazêda (ruínas)

Freixo de Espada-à-Cinta – Castello de Freixo de Espada-à-Cinta

Monumentos civis

Paços Reaes e Municipaes

Bragança – Paços Municipaes d Bragança

Pontes

Mirandella – Ponte sobre o Tua

Pelourinhos

Bragança – Pelourinho de Bragança

Decreto n.º 8228 de 4 de Junho de 1922

Freixo de Espada-à-Cinta – O pelourinho (principio do seculo XVI), de Freixo de Espada-à-Cinta

1.3.2 Decretos de classificação de monumentos (1906-1932).

ANO	DECRETO / LEI	IMÓVEIS	PUBLICAÇÃO
1906	Decreto de 27 de Setembro de 1906	Castelo de Elvas	DG, n.º 228, 9 de Outubro de 1906, p. 3534
1907	Decreto de 10 de Janeiro de 1907	Lista dos catorze principais monumentos portugueses	DG, n.º 14, 17 de Janeiro de 1907, p. 173
1908	Portaria de 02 de Julho de 1908	Igreja de S. Tiago de Coimbra	DG, n.º 150, 9 de Julho de 1907, p. 2047
1908	Decreto de 27 de Agosto de 1908	Castelo de Guimarães	DG, n.º 199, 5 de Setembro de 1907, p. 2747
1910	Decreto de 16 de Junho de 1910	Lista dos Monumentos Nacionais (467 imóveis e móveis integrados)	DG, n.º 136, de 23 de Junho de 1910, pp. 2163-2166
1911	Decreto de 15 de Março de 1911	Castelo de Campo Maior	DG, n.º 63, de 18 de Março de 1911, p. 1173
1911	Decreto de 20 de Maio de 1911	Santa Clara a Nova (claustro e coros)	DG, n.º 119, de 23 de Maio de 1911, p. 2075
1913	Decreto de 01 de Fevereiro de 1913	Igreja de Rubiães	DG, n.º 29, 6 de Fevereiro de 1913, p. 445
1915	Decreto nº 2165, de 24 de Dezembro	Muralha e portas antigas da cidade de Viseu	DG, 1.ª Série, n.º 265, 31 de Dezembro de 1916, pp. 1381-1382
1915	Decreto nº 2166, de 24 de Dezembro	Igreja e Torre de Manhente, Vilar de Frades, Barcelos	DG, 1.ª Série, n.º 265, 31 de Dezembro de 1916, p. 1382
1915	Decreto nº 2167, de 24 de Dezembro	Pelourinhos de Rua, Momenta da Beira; Pelourinho de Ranhados, Meda; Pelourinho de Melo, Gouveia	DG, 1.ª Série, n.º 265, 31 de Dezembro de 1916, p. 1382
1916	Decreto nº 2199, de 27 de Janeiro de 1916	Mosteiro de Travanca (convento, igreja e torre), em Amarante	DG., 1.ª Série, n.º 16, 27 de Janeiro, 1916, p. 43
1916	Decreto nº 2303, de 29 de Março de 1916	Igreja matriz de Ermida, em Castro Daire	DG., 1.ª Série, n.º 60, 29 de Março de 1916, p. 285
1916	Decreto nº 2445, de 14 de Junho de 1916	Igreja de Lourosa, em Oliveira do Hospital	DG. 1.ª Série, n.º 118, 14 de Junho de 1916, p. 589
1917	Decreto nº 3027, de 14 de Março de 1917	Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco e outros nove imóveis	DG, 1.ª Série, n.º 38, 14 de Março de 1917, p. 160
1917	Decreto nº 3318, de 27 de Agosto de 1917	Igreja de Santa Maria de Marvila	DG, 1.ª Série, n.º 144, 27 de Agosto de 1917, p. 734
1918	Decreto n.º 5046, de 30 de Novembro de 1918	Igrejas de Santa Catarina, Menina de Deus, Santo Estêvão da Alfama, de S. Domingos, Sacristia e capelas intermediárias da Igreja da Graça	DG, 1.ª Série, n.º 268, de 11 de Dezembro de 1918, p. 2154

1919	Decreto de 27 de Dezembro de 1919	Palácio dos Almadras, Conde Barão, Lisboa	DG, 2. ^a série, n.º 158, de 8 de Julho de 1920, p. 2624
1920	Decreto de 3 de Julho de 1920	Porta Romana, Torre pentagonal, Torre quadrangular, em Évora	DG, 2. ^a série, n.º 158, de 8 de Julho de 1920, p. 2624
1920	Decreto nº 6644, de 27 de Maio de 1920	Igreja de Almoester e as ruínas do claustro	DG, 1. ^a Série, n.º 109, de 27 de Maio, p. 733
1920	Decreto de 11 de Julho de 1920	Pelourinho de Estremoz	DG, 2. ^a Série, de 30-07-1920 de 1920, p. 2699
1920	Decreto de 13 de Julho de 1920	Santa Iria de Tomar (porta de entrada, capela lateral)	DG, 2. ^a série, de 30-07-1920 de 1920, p. 2699
1921	Portaria nº 2789 de 16 de Junho de 1921	Arco Pequeno de Almedina, Coimbra	DG, 1. ^a Série, n.º 121, de 16 de Junho, p. 822
1921	Decreto nº 7586, de 8 de Julho de 1921	Castelo e muralhas de Trancoso; Capela de S. Pedro de Balsemão, Lamego; Igreja de Santa Marinha de Trevões, S. João da Pesqueira	DG, 1. ^a Série, n.º 138, 8 de Junho, p. 946
1921	Decreto nº 7621, de 29 de Julho de 1921	Capela de S. Lourenço integrada na classificação do padrão de D. João I, Tomar Parte interna das lojas do prédio onde estava a Sinagoga de Tomar	DG, 1. ^a Série, n.º 154, 29 de Julho, p. 999
1921	Decreto nº 7667, de 11 de Agosto de 1921	Capela de Nossa Senhora do Espinheiro, S. Mancos, Évora	DG, 1. ^a Série, n.º 163, 11 de Agosto de 1921, p. 1033
1921	Decreto nº 7719, de 29 de Setembro de 1921	Trechos típicos e interessantes das muralhas de Évora e portas da Alagoa e Raimundo	DG, 1. ^a série, n.º 199, 29 de Setembro de 1921, p. 1197
1921	Decreto nº 7733, de 11 de Outubro de 1921	Igreja de S. João das Donas, Coimbra	DG, 1. ^a Série, n.º 206, 11 de Outubro de 1921, p. 1243
1922	Decreto nº 8175, 3 de Junho de 1922	Igrejas de S. Martinho de Mouros e de Barro, em Resende; igreja de Barcos, Tabuaço e igreja de Armamar	DG, 1. ^a Série, n.º 110, 3 de Junho de 1922, p. 541
1922	Decreto nº 8176, 3 de Junho de 1922	Castelo de Celorico da Beira e respectiva muralha	DG, 1. ^a Série, n.º 110, 3 de Junho de 1922, p. 541
1922	Decreto nº 8201, 17 de Junho de 1922	Castelo de Linhares. Gouveia	DG, 1. ^a Série, n.º 120, 17 de Junho de 1922, p. 579
1922	Decreto nº 8216, 29 de Junho de 1922	Igreja de Vouzela	DG, 1. ^a Série, n.º 130, 29 de Junho de 1922, p. 630
1922	Decreto nº 8217, 29 de Junho de 1922	Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Beja Conventos dos Lóios, Monte Calvário e Santa Clara, em Évora Muralhas do Castelo de Portalegre Igreja matriz da Assunção, Arronches	DG, 1. ^a Série, n.º 130, 29 de Junho de 1922, p. 630

1922	Decreto nº 8218, 29 de Junho de 1922	Sé catedral de Silves, Faro Igreja de Santa Maria, Sintra Antiga igreja matriz Lourinhã Edifício e igreja da Misericórdia, Santarém Convento de S. Bento de Castris e outros três edifícios no Distrito de Évora	DG, 1.ª Série, n.º 130, 29 de Junho de 1922, p. 630
1922	Decreto nº 8228, de 4 de Julho de 1922	Diversos monumentos nos distritos de Portalegre, Guarda, Évora, Bragança e Viana do Castelo	DG, 1.ª Série, n.º 133, 4 de Julho de 1922, p. 662
1922	Decreto nº 8229, de 4 de Julho de 1922	Trechos da cerca romana e árabe e da cerca medieval de Évora	DG, 1.ª Série, n.º 133, 4 de Julho de 1922, p. 662
1922	Decreto nº 8252, de 10 de Julho de 1922	Cadastro especial de sete imóveis no distrito de Évora e de quatro no distrito de Lisboa	DG, 1.ª Série, n.º 10, 10 de Julho de 1922, p. 698
1922	Decreto n.º 8330, de 4 de Agosto de 1922	Trecho de arquitectura medieval na vila de Aguiar da Beira, Guarda	DG, 1.ª Série, n.º 167, de 17 de Agosto de 1922, p. 847
1922	Decreto n.º 8331, de 4 de Agosto de 1922	Igrejas paroquiais de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos	DG, 1.ª Série, n.º 167, de 17 de Agosto de 1922, pp. 847-848
1922	Decreto nº 8477, de 10 de Novembro de 1922	Castelo da Amieira, Nisa	DG, 1.ª Série, n.º 233, de 10 de Novembro de 1922, p. 482 ⁸⁴
1922	Decreto nº 8518, de 29 de Novembro de 1922	O edifício e igreja da Misericórdia de Santarém; Claustro do Convento de Santa Clara de Portalegre; Igreja matriz de S. Tiago de Cacém e igreja das Salvas de Sines	DG, 1.ª Série, n.º 248, de 30 de Novembro de 1922, p. 1415
1923	Decreto nº 8627, de 8 de Fevereiro de 1923	Igreja do Hospital de Santarém Igreja da Memória, Lisboa Capela-mor da Igreja da Luz	DG, 1.ª Série, n.º 27, de 8 de Fevereiro de 1923, p. 134
1923	Decreto nº 8938, 20 de Junho de 1923	Capela do Tesoureiro, numa das absides da igreja de S. domingos, em Coimbra	DG, 1.ª Série, n.º 131, de 20 de Junho de 1923, p. 688
1924	Decreto nº 9627, de 1 de Maio de 1924	Edifício dos Paços do Concelho de Góis	DG, 1.ª Série, n.º 96, de 1 de Maio de 1924, p. 592
1924	Decreto nº 9842, de 20 de Junho de 1924	Lista de imóveis do Concelho de Estremoz, Distrito de Évora, dos concelhos de Lagos, Loulé e Vila do Bispo, do Distrito de Faro e de Tomar, do Distrito de Santarém	DG, 1.ª Série, n.º 137, de 20 de Junho de 1924, pp. 868-869
1924	Rectificação do Decreto n.º 9842, de 20 de Junho	Referente à localização dos imóveis de Tomar do Distrito de Santarém	DG, 1.ª série, n.º 167, de 26 de Julho de 1924, p. 1018
1924	Decreto nº 9953, de 31 de Julho de 1924	Capela de S. Pedro, Seia e Edifício do Seminário, Viseu;	DG, 1.ª série, n.º 171, de 31 de Julho de 1924, p. 1034

⁸⁴ Página a partir da *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, 2.º Semestre de 1922, Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.

1924	Decreto n.º 9888, de 2 de Julho de 1924	Casa da Rua da Alfândega Velha, na cidade do Porto	DG, 1.ª série, n.º 146, de 2 de Julho de 1924, p. 923
1925	Lei 1766, de 11 de Abril de 1925	Muralhas da 1.ª linha de fortificações de Estremoz e respectivas portas de Santo António, Santa Catarina, Currais e Évora	DG, 1.ª série, n.º 78, 11 de Abril de 1925, p. 389
1926	Decreto n.º 11453, de 19 de Fevereiro de 1926	Igrejas da Atalaia e de S. Vicente de Abrantes	DG, 1.ª Série, n.º 35, 19 de Fevereiro de 1926, pp. 153-154
1926	Decreto n.º 11454, de 19 de Fevereiro de 1926	Ruínas da cidade velha de Santa Luzia, em Viana do Castelo e mais dez imóveis	DG, 1.ª Série, n.º 35, 19 de Fevereiro de 1926, p. 154
1926	Decreto n.º 11512, de 18 de Março de 1926	Fachada da igreja velha de Santa Maria de Canas de Sabugosa, Tondela	DG, 1.ª Série, n.º 56, 18 de Março de 1926, pp. 249-250
1926	Decreto n.º 11773, de 23 de Junho de 1926	Toda a parte de muralhas e fossos da cidade de Évora	DG, 1.ª Série, n.º 135, 25 Julho de 1926, p. 618
1927	Decreto n.º 14425, de 15 de Outubro de 1927	Lista de monumentos do norte e centro do país	DG, 1.ª Série, n.º 228, 15 de Outubro de 1927, pp. 153-154
1927	Decreto n.º 14615, de 23 de Novembro de 1927	Igreja do Santo Cristo do Outeiro, Bragança	DG, 1.ª Série, n.º 260, 24 de Novembro de 1927, p. 2248
1928	Decreto n.º 14985, de 27 de Janeiro de 1928	Lista de monumentos de Paços de Ferreira, Carrazeda de Anciães, Almeida, Gouveia, Santarém, Elvas	DG n.º 28, 1.ª série, 3 de Fevereiro de 1928, pp. 254-255
1928	Decreto n.º 14986, de 27 de Janeiro de 1928	Igreja de S. Bento, em Coimbra	DG n.º 28, 1.ª série, 3 de Fevereiro de 1928, p. 255
1928	Decreto n.º 15178, de 14 de Março de 1928	Fortificações da Praça de Valença	DG, n.º 60, de 14 de Março de 1928, p. 516
1928	Decreto n.º 15962, de 17 de Setembro de 1928	Teatro de S. Carlos e Teatro Nacional de Almeida Garrett	DG n.º 214, 17 de Setembro de 1917, p. 1886
1930	Decreto n.º 17954, de 30 de Janeiro de 1930	Desclassificação da igreja de Chelas e conservação por classificação do portal manuelino da dita igreja e sua galilé	Decreto n.º 17954, de 30 de Janeiro de 1930, p. 278
1931	Decreto n.º 19484, de 18 de Março de 1931	Igreja de Santo António de Lisboa e respectiva sacristia e decorações que as revestem	DG, 1.ª Série, n.º 64, de 18 de Março de 1931, p. 467
1931	Decreto n.º 20249, de 17 de Agosto de 1931	Igreja de S. Pedro de Arganil	DG, 1.ª Série, n.º 196, de 24 de Agosto de 1931, p. 1932

1.4 Monumentos Pré-Classificados não constantes da Classificação Oficial de 16 de Junho de 1910.

MONUMENTO	Proposta DATA	CLASSE	LOCALIZAÇÃO CONCELHO / DISTRITO	SITUAÇÃO ⁸⁵ / DATA DA CLASSIFICAÇÃO
Igreja da Memória	1881	I	Lisboa, Lisboa	Class. MN 1923 (08-02) – Dec. n.º 8627
Paço das Necessidades	1881	I	Lisboa, Lisboa	Class. IIP (conjunto) 1983 (24-01) – Dec. n.º 8/83
Paço de Vila Viçosa	1881	I	Vila Viçosa, Portalegre	Class. MN 1970 (03-06) – Dec. n.º 251/70
Igreja do Convento de S. Bento de Avis	1881	II	Avis, Portalegre	Class. IIP (conjunto do antigo convento) 1949 (16-06) – Dec. n.º 37450
Igreja do Convento da Conceição	1881	II	Beja, Beja	Class. MN 1922 (29-06) – Dec. n.º 8217
Buçaco (todo o conjunto carmelita)	1881	II	Mealhada, Aveiro	Class. IIP (apenas o convento) 1943 (18-08) – Dec. n.º 32973
Porta de Aramenha	1881	II	Castelo de Vide, Portalegre	Porta deslocada para o estrangeiro
Igreja de N.ª S.ª dos Remédios	1881	II	Castro Verde, Beja	Sem class.
Ermida de N.ª S.ª da Peninha	1881	II	Sintra, Lisboa	Class. IIP 1977 (29-09) – Dec. 199/77
Igreja de Santa Justa	1881	II	Coimbra, Coimbra	Sem class.
Padrão de D. Afonso IV	1881	II	Guimarães, Braga	Class. MN 1949 (05-04) – Dec. n.º 37366
Igreja de S. Pedro de Alcântara	1881	II	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Igreja do Senhor Jesus da Pedra	1881	II	Óbidos, Leiria	Sem class.
Hospital dos Inválidos de Runa	1881	II	Torres Vedras, Lisboa	Class. IIP (Edifício Lar dos Veteranos Militar) 1967 (24-01) – Dec, n.º 47508
Igreja do Mosteiro de S. João	1881	II	Tarouca, Viseu	Class. MN 1956 (13-07) – Dec. N.º 40648
Paço do Condestável Nuno Álvares Pereira	1881	II	Vila Viçosa, Évora	Não considerado. Ver Castelo de Vila Viçosa, class. 1910
Túmulo da rainha Maria Francisca de Saboia na Igreja das Francesinhas, Calçada da Estrela	1881	II	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Túmulo da Princesa D. Isabel, filha de D. Pedro II Idem	1881	II	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Túmulo do Marquês de Pombal	1881	II	Lisboa, Lisboa	O túmulo foi transferido para a Igreja da Memória

⁸⁵ A situação refere-se a sua classificação posterior a 16 de Junho de 1910 (Class. MN / IP / IM; Decreto e data) ou ausência de classificação até à actualidade.

Ermida de N.ª S.ª das Mercês				
Cipos Romanos no adro de Santa Maria da Alcáçova	1881	II	Santarém, Santarém	Sem class. Recolheram ao Museu de S. João de Alporão
Capela do Senhor Cristo, junto ao Mosteiro dos Jerónimos (Belém)	1894	II	Lisboa, Lisboa	Class. IIP 1967 (24-01) – Dec. n.º 47508
Igreja de S. Torcato e Capela adjunta de Santa Catarina	1897	II	Guimarães, Braga	Class. MN (Capela S. Torcato) 1922 (04-07) – Dec. n.º 8228
Capela de Arnoso	1897	II	Vila Nova de Famalicão, Braga	Class. MN (Igreja de Santa Eulália do Mosteiro de Arnoso) 1938 (22-03) – Dec. n.º 28536
Ruínas dos Paços do Marquês de Vila Real	1897	II	Vila Real, Vila Real	Sem class.
Igreja do Convento do Carmo	1897	II	Vidigueira, Beja	Sem class.
Igreja e ruínas de S. João de Tarouca	1897	II	Tarouca, Viseu	Class. MN 1956 (13-07) – Dec. n.º 40648
Capela de S. Vicente da Póvoa de Milreu (por Mileu)	1897	II	Guarda, Guarda	Class. IIP 1950 (05-01) – Dec. n.º 37728
Capela de N.ª S.ª do Vale em Cete	1897	II	Paredes, Porto	Class. IIP 1950 (05-01) – Dec. n.º 37728
Ruínas do Hospital de S. Brás, Pioledo	1897	II	Vila Real, Vila Real	Sem class. Class. Capela S. Brás (1910)
Igreja de S. Domingos	1897	II	Vila Real, Vila Real	Class. MN 1926 (19-02) – Dec. n.º 11454
Igreja de Santa Maria de Salzedas	1897	II	Tarouca, Viseu	Class. IIP 1978 (12-09) – Dec. n.º 95/78
Convento de São Bernardo, Mondim da Beira ⁸⁶	1897	II	Tarouca, Viseu	Sem class.
Convento de Vila do Conde (*) (em 1910 foi classificada a Igreja)	1897 / 1900	II	Vila do Conde, Porto	Integrado na área de classificação da Igreja de Santa Clara 1960 (23-06) - ZEP, n.º 145
Castelo de Castelo Bom	1881	III	Almeida, Guarda	Class. MN 1946 (02-01) – Dec. n.º 35443
Castelo de Castelo Rodrigo	1881	III	Castelo Rodrigo, Guarda	Class. MN (Muralhas) 1922 (04-07) – Dec. n.º 8228
Castelo de Langroiva (sic)	1881	III	Meda, Guarda	Class. MN 1943 (18-08) – Dec. n.º 32973
Castelo de Moncorvo	1881	III	Torre de Moncorvo, Bragança	Class. IIP 1955 (20-10) – Dec. n.º 40361.

⁸⁶ No Distrito de Viseu foi classificado o Convento de São Bernardo, de Tabosa do Carregal, no Concelho de Sernancelhe, relativamente distante de Mondim da Beira (IIP – Decreto n.º 516/71 de 22 de Novembro).

Castelo de Monsaraz	1881	III	Reguengos de Monsaraz, Évora	Class. MN (Fortificações e todo o conjunto intramuros) 1971 (22-11) – Dec. n.º 516/71
Castelo de Monsanto	1881	III	Idanha-a-Nova, Castelo Branco	Class. MN 1948 (19-09) – Dec. n.º 37077
Castelo de Neiva	1881	III	Viana do Castelo, Viana do Castelo	Sem class.
Castelo de Segura	1881	III	Idanha-a-Nova, Castelo Branco	Class.IIP (Fortaleza) 1959 (08-05) – Dec. n.º 42255
Castelo de Soure	1881	III	Soure, Coimbra	Class. MN 1949 (05-04) – Dec. n.º 37366
Monumento a D. Pedro V	1881	IV	Braga, Braga	Sem class.
Monumento da Senhora D. Maria II	1881	IV	Cascais, Lisboa	Sem class.
Monumento de D. Pedro V	1881	IV	Castelo de Vide, Portalegre	Sem class.
Monumento de Gomes Freire, S. João da Barra (?)	1881	IV	Oeiras, Lisboa	Sem class.
Monumento de D. Pedro IV	1881	IV	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Monumento de Luís de Camões	1881	IV	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Monumento do Duque da Terceira	1881	IV	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Estátua de José Estevão Coelho de Magalhães	1881	IV	Aveiro, Aveiro	Sem class.
Estátua de Manuel da Silva Passos, em Matosinhos	1881	IV	Matosinhos, Porto	Sem class.
Estátua equestre de D. Pedro IV	1881	IV	Porto, Porto	Class IIP (Estátua Equestre) 1982 (26-02) – Dec. n.º 28/82
Monumento de D. Pedro V, na Praça da Batalha	1881	IV	Porto, Porto	Sem class.
Padrão do Infante D. Henrique, em Sagres	1881	IV	Vila do Bispo, Faro	Sem class.
Monumento de Bocage	1881	IV	Setúbal, Setúbal	Sem class.
Padrão das Linhas de Torres Vedras, Alhandra	1881	V	Vila Franca de Xira, Lisboa	Sem class.
Padrão do Desembarque do Pampelido, Arenosa de Pampelido	1881	V	Matosinhos, Porto	Sem class.
Padrão da Batalha do Buçaco	1881	V	Mealhada, Aveiro	Sem class.
Padrão da Batalha de Campo de Ourique	1881	V	Castro Verde, Beja	Sem class.
Arco comemorativo da Serra de Albardos	1881	V	Caldas da Rainha, Leiria	Sem class.
Arco de Lordelo	1881	V	Felgueiras, Porto	Sem class.
Arco de Rebordães, Refoios de Riba Ave	1881	V	Guimarães, Braga	Sem class.
Casa de D. João das Regras, em Poço de Borratém	1881	V	Lisboa, Lisboa	Class. – IIP 1983 (24-01) – Decreto n.º 8/83
Casa de Vasco da Gama, calçada do Duque, S. Roque	1881	V	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Casa de Luís de Camões, calçada de Santa Ana	1881	V	Lisboa, Lisboa	Sem class.
Casa de Almeida Garrett, Rua Santa Isabel	1881	V	Lisboa, Lisboa	Sem class. Integrada no PDM, Lisboa Destruída em 2006

Pelourinho de Alverca	1881	V	Alverca, Lisboa	Sem class.
Pelourinho de Arruda	1881	V	Arruda dos Vinhos, Lisboa	Sem class.
Cruzeiro de Porto de Mós	1881	V	Porto de Mós, Leiria	Sem class.
Anta de Gontinhães, Ancora	1881	VI	Vila Praia de Ancora, Caminha	Provável antiga designação corrigida
Anta de Guilhafonso, nas proximidades da Guarda	1881	VI	Guarda, Guarda	Class. IIP (Anta de Pêra Moço) 1953 (14-04) – Dec. n.º 39175
Anta de Melides	1881	VI	Grândola, Setúbal	Class. IIP (Dólmen da Pedra Branca) 1990 (17-07) – Dec. n.º 29/90
Anta de Monte Branco	1881	VI	Alentejo (?)	-
Anta de Monte Esguerra, Barbacena	1881	VI	Elvas, Portalegre	Provável antiga designação corrigida ⁸⁷
Anta do Outeiro, vizinhanças de Évora	1881	VI	Évora, Évora	Provável antiga designação corrigida
Anta de Monte da Pedreira, vizinhança de Pombeiro ⁸⁸	1881	VI	-	-
Anta da Panasqueira, vizinhanças da Panasqueira	1881	VI	Fundão, Castelo Branco	Sem class.
Cinco dolmens de Ruivoz, cercanias de Ruivoz	1881	VI	Guarda	Não identificado ou sem class.
Anta da Tapada dos Olheiros, cercanias de Castelo de Vide	1881	VI	Castelo de Vide, Portalegre	Provável antiga designação corrigida
Menhir de Fratel	1881	VI	Vila Velha de Ródão, Castelo Branco	Sem class.
Menhir de Monte Fidalgo	1881	VI	Vila Velha de Ródão, Castelo Branco	Sem class.
Menhir da Ribeira de Açafala	1881	VI	Vila Velha de Ródão, Castelo Branco	Sem class.

⁸⁷ As oito antas da freguesia da Barbacena foram todas classificadas em 16 de Maio de 1939 (Decreto n.º 29604).

⁸⁸ Desconhece-se se é Pombeiro de Ribavizela, concelho de Felgueiras ou Pombeiro da Beira, Arganil.

1.5 Monumentos incluídos no Projecto de Classificação de 1907 não classificados em 16 de Junho de 1910 ou objecto de alteração de categoria e/ou género.

MONUMENTO	CONCELHO	ORDEM	GÉNERO	SITUAÇÃO⁸⁹ / DATA DA CLASSIFICAÇÃO
Anta da Lapa dos Mouros	Caminha, Viana do Castelo	Pré-históricos	Antas	Sem class. ou eventual designação de outra anta ou dolmen
Antas de Carrazedo	Vila Pouca de Aguiar, Vila Real	Idem	Idem	Sem class. ou eventual designação da Mamoa do Alto do Cotorino, class. em 17/7/1990
Anta de Alijó	Alijó, Vila Real	Idem	Idem	Eventual designação da Anta da Fonte Coberta, classificada em 1910
Anta de Melides	Santiago de Cacém, Setúbal	Idem	Idem	Class. IIP (Dólmen da Pedra Branca) 1990 (17-07) – Dec. n.º 29/90
Anta do Monte-de-Esgueira	Barbacena, Elvas	Idem	Idem	Provável antiga designação corrigida
Anta do Pinheiro Grande	Évora, Évora	Idem	Idem	Provável antiga designação corrigida
Castro de Alvarelhos	Chaves, Vila Real	Lusitano Romanos	Citanias e Castros	Sem class.
Castro de Pragança	Cadaval, Lisboa	Idem	Idem	Sem class.
Castro de Rotura	Setúbal, Setúbal	Idem	Idem	Sem class.
Castro de Monte-Molião	Lagos, Faro	Idem	Idem	Sem class.
Ruínas de Aramenha	Marvão, Portalegre	Idem	Povoações	Class. MN 1949 (16-06) – Dec. n.º 37450
Castelo dos Mouros	Sintra, Lisboa	Idem	Castelos	Classificado como Medieval em 1910
Castelo de Alcácer do Sal (restos)	Alcácer do Sal, Setúbal	Idem	Idem	Classificado como Medieval em 1910
Castelo de Mértola (restos)	Mértola, Beja	Idem	Idem	Class. MN 1943 (18-08) – Dec. n.º 32976 e 1951 (05-01) – Dec. n.º 38147
Tempo da “Mesquita” (restos)	Moncorvo, Bragança	Idem	Templos	Sem class.
Templo de Sant’Ana do Campo	Arraiolos, Évora	Idem	Idem	Classificado em 1910, mas com designação diferente. S. João do Campo
Estátua Galaica de Viana	Viana do Castelo, Viana do Castelo,	Idem	Estátuas	Objecto móvel a integrar em museu
Lápide da Sé de Braga	Braga, Braga	Idem	Lápides	Não considerada, por estar incluída na classificação da Sé
Lápide da Igreja de UI	Oliveira de Azeméis, Aveiro	Idem	Idem	Não considerada Igreja sem class.

⁸⁹ Ver Nota da página 78. Idem - Class. MN / IP / IM; Decreto e data

Lápide do Castelo de Porto de Mós	Porto de Mós, Leiria	Idem	Idem	Não considerada, por estar incluída na classificação do Castelo
Igreja de São Martinho de Cedofeita	Porto, Porto	Suevo	-	Classificado como Medieval em 1910
Mosteiro de Ferreira	Paços de Ferreira, Porto	Medieval/ Moderno	Mosteiros	Class.MN – Igreja de S. Pedro de Ferreira 1928 (03-02) – Dec. n.º 14985
Igreja de Paderne	Melgaço, Viana do Castelo	Idem	Igrejas	Class., com a designação de Trechos arquitectónicos da Igreja de Paderne
Igreja de Fiães	Melgaço, Viana do Castelo	Idem	Idem	Class., com a designação de Trechos arquitectónicos da Igreja de Fiães Class. MN. 1977 (29-9) – Dec. n.º 129/77
Igreja de S. Salvador de Arnoso	V. N. de Famalicão, Braga	Idem	Idem	Class. MN (Igreja de Santa Eulália do Mosteiro de Arnoso) 1938 (22-03) – Dec. n.º 28536
Igreja de S. João de Tarouca	Tarouca, Viseu	Idem	Idem	Class. MN 1956 (13-07) Dec. n.º 40648
Igreja de Jesus de Salzedas (ruínas do mosteiro)	Tarouca, Viseu	Idem	Idem	Class. IIP 1978 (12-09) Dec. n.º 95/78
Igreja de Santa Maria do Castelo	Torres Vedras, Lisboa	Idem	Idem	Class. MN, como Trechos arquitectónicos (românicos) da Igreja de Santa Maria.
Igreja de Santo André	Mafra, Lisboa	Idem	Idem	Class. MN 1935 (15-7) – Dec. n.º 25614
Igreja de S. Sebastião	Lagos, Faro	Idem	Idem	Class. MN 1924 (26-06) – Dec. n.º 9842
Igreja, antiga Sé de Silves	Silves, Faro	Idem	Idem	Class. MN. 1922 (29-06) – Dec. n.º 8218
Capela de S. Vicente, Póvoa de Milreu	Guarda, Guarda	Idem	Capelas	Class. IIP 1950 (05-01) – Dec. n.º 37728
Ermida de N.ª S.ª do Socorro	Torres Vedras, Lisboa	Idem	Idem	Class. IIP, como Povoado da Serra do socorro e Capela de N.ª S.ª do Socorro, parte freguesia de Turcifal (Torres Vedras) e parte freguesia de Enxara do Bispo (Mafra) 1992 (01-06) – Dec. n.º 26-A/92
Ermida de N.ª S.ª da Peninha	Sintra, Lisboa	Idem	Idem	Class. IIP 1977 (29-09) – Dec. n.º 199/77
Cruzeiro de S. Lourenço de Asmes	Valongo, Porto	Idem	Cruzeiros	Sem class.
Túmulo do Bispo D. Afonso Castelo Branco (Santa Ana)	Coimbra, Coimbra	Idem	Idem	Sem class. Transferido para a Sé Velha, em 07-01-1908
Castelo de Trancoso	Trancoso, Viseu	Idem	Castelos	Class. MN 1921 (08-07) – Decreto n.º 7586
Padrão de Elvas	Elvas, Portalegre	Idem	Padrões	Class. com a designação de “Padrão no arrabalde da cidade”
Pelourinho de Alenquer	Alenquer, Lisboa	Idem	Pelourinhos	Demolido em meados do século XIX

1.6 Imóveis registados.

1.6.1 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 1.ª Circunscrição.

LOCALIZAÇÃO	IMÓVEL	Data	Proposta / Origem do processo	Parecer / Memória Justificativa	RAZÕES DA PROPOSTA	Classificação Proposta	Data
Évora	Torre do Sertório	1912	CM	CM	Devia ser classificada como MN	Incluído nas Muralhas de Évora	-
Lisboa	Igreja das Albertas	1912	José de Figueiredo		Valor intrínseco do recheio artístico interior. Sua incorporação no MNAA, com secção de Arte Sacra	Reprovada	IIP 1971
Sintra, Lisboa	Palácio da Renascença, onde vivia o Conde do Paço do Lumiar	1912	-	-	Valor Histórico, por ter sido habitado pelo Marquês de Pombal. Valor artístico.	Cadastro Especial	-
Santo António do Tojal, Loures	Palácio do Patriarcado, da Quinta da Mitra	1912	José de Figueiredo e José Alexandre Soares		Valor do pórtico de entrada, da escadaria nobre, azulejos; os azulejos da escada e sala de música; a grade da escada; um lustre de Veneza que se encontrava no coro da igreja; móveis.	Cadastro Especial	IIP 1940
Não refere	Dólmen Penedo da Cegonha	1912	Consulta da Direcção Geral de Instrução	Leite de Vasconcelos		Desconhece-se	-
Castelo de Vide, Portalegre	Igreja matriz de Santa Maria da Deveza	1913	Solicitação da Câmara Municipal	-	-	Ficou dependente de visita	-
Castelo de Vide, Portalegre	Igreja de Nossa Senhora da Alegria	1913	Solicitação da Câmara Municipal	-	-	Ficou dependente de visita	-
Évora	Igreja das Mercês	1914	José de Figueiredo	-	Exemplar de arquitectura religiosa do século XVII, trabalho português e pela "primorosa obra de talha que a reveste".	Integrada no Museu R. de Évora, como anexo	IIP 1986
Sacavém, Loures	Igreja de N.ª Sª da Purificação dos Mártires	1914	José de Figueiredo	José de Figueiredo	Importante pelos seus interior, lambris de azulejos e talha que deviam ser respeitados em absoluto	2.ª Ordem	-

Santarém	Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco	1914 1916	José Alexandre Soares	Comissão dos Monumentos ⁹⁰	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	MN	MN 1917
Santarém	Igreja do Convento de Santa Clara	1914 1916	José Alexandre Soares	Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	MN	MN 1917
Carnide Lisboa	Igreja de São Lourenço	1915	José de Figueiredo	José de Figueiredo	Capela com revestimento de azulejo, cantaria primitiva do arco da capela-mor e molduras das laterais Ver Documento 125	Cadastro Especial	-
Lisboa	Igreja de S. Sebastião da Pedreira	1915	Pároco Dr. Manuel Frederico de Almeida	Ventura Terra e José de Figueiredo	A igreja era um bom espécime da arte setecentista, impondo-se “pela harmonia do conjunto em que se destacam os seus azulejos e a sua magnífica obra de talha”	Cadastro Especial	IIP 1954
Lisboa	Igreja da Memória	1915 1923	Henrique Lopes de Mendonça	CM	Para Cadastro Valor histórico e arquitectónico. Pela pintura do altar-mor de Pedro Alexandrino, alusivo à conspiração contra D. José e para recolher os restos mortais do Marquês de Pombal	MN	MN 1923
Colares, Lisboa	Porta de uma herdade do século XVII	1915	José de Figueiredo		Para evitar a sua venda ou destruição	Cadastro Especial	-
Faro	Convento de S. Bento	1915	José de Figueiredo Luciano Freire		“Exemplar notabilíssimo da Renascença”. Para ser expropriado e ali instalar um museu regional	2.ª Classe	
Loulé, Faro	Porta e Cruzeiro da Misericórdia	1915 1924	José de Figueiredo Adães Bermudes	Adães Bermudes	Um por ser da época manuelina o outro da medieval e imagens que contêm. O nome porque era conhecido o cruzeiro Documento 186	Cadastro Especial	MN 1924
Bucelas, Loures	Igreja matriz	1915	José Pessanha	Rosendo Carvalheira	Pelo baixo-relevo da época ogival, representado o apostolado em oração, ali recolhido de outra igreja da localidade. Excelentes azulejos, balaustrada e retábulo de valor	Cadastro Especial	IIP 1940

⁹⁰ O Subcomissão que estudou os monumentos e elaborou o relatório era composta por Luciano Freire, Rosendo Carvalheira, Júlio Mardel, José Pessanha e Augusto da Costa Mota, assessorados pelo vogal auxiliar de Santarém, João Arruda e pela CSMAS. Posição concertada entre a Comissão dos Monumentos Antigos de Santarém e a CM da Circunscrição.

Azambuja, Lisboa	Capela [da Quinta de Vale Paraíso]	1915	José de Figueiredo, com carácter de urgência		Valor artístico e histórico, ligado ao encontro de D. João II com Cristóvão Colombo e para evitar obras do proprietário na capela arruinada que lhe danificaria o valor artístico.	MN	-
Lisboa	Igreja de Santa Catarina (Paulistas)	1916 1918	Resolução da CM.		Para facilitar a execução de obras	MN	MN 1922
Lisboa	Claustro e Portaria da Igreja da Graça	1916			Valor artístico e evitar os perigos do seu uso como refeitório	MN	MN 1922
Estremoz, Évora	Pelourinho de Estremoz	1916 1920	Leite de Vasconcelos	Costa Mota	Para evitar vandalismo. Valor considerado em face do restauro (1917)	Cadastro Especial	MN 1920
Santarém	Igreja de Santo Estevão	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	MN	MN 1917
Santarém	Igreja do Seminário	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	MN	MN 1917
Santarém	Capela da Senhora do Monte	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	MN	MN 1917
Santarém	Restos de Muralha	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	Cadastro Especial	IIP 1917
Santarém	Porta de Santiago	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	Cadastro Especial	IIP 1917
Santarém	Vestígios do Paço, incorporados no Seminário	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	Cadastro Especial	IIIP 1917
Santarém	Janela manuelina da Praça Sá da Bandeira	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	Cadastro Especial	IIP 1917
Santarém	Varanda Renascença da rua João Afonso	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140	Cadastro Especial	IIP 1917

Santarém	Igreja de Marvila	1916		Comissão dos Monumentos	Relatório da Visita Técnica de 25 de Novembro de 1926 Ver Documento 140 Razões: apesar de não existir nenhum elemento da primitiva traça, possuía um belo arco triunfal e uma característica porta, em estilo manuelino.	MN	MN 1917
Lisboa	Claustro do antigo Convento de Santo Antão, o Velho, ou Coleginho	1917	CM – Após visita técnica		Conservar, em toda a silharia e colunelos, os vestígios do primitivo trabalho dos pedreiros, com suas competentes siglas, sendo arrancada a essas pedras, apenas a cal que as reveste, com instrumentos que não destruam essas características profissionais	Conservação	
Elvas, Portalegre	Convento de S. Domingos (Donas)	1917	Junta de Paróquia de Elvas, depois de visita de Adães Bermudes	Adães Bermudes	Da época de D. João III, planta octogonal, formando charola. Interior forrado de azulejo. Na porta os mascarões da época. Belo púlpito de ferro forjado, um dos melhores do país. Reforço da classificação de 1910, com o nome de Capela das Freiras de S. Domingos	MN	MN 1928
Moura, Beja	Lista de Monumentos de Moura	1917	Visconde de Altas Moras, vogal auxiliar		-	Não há notícia de desenvolvimentos posteriores.	-
Estremoz, Évora	Paço de D. Dinis	1917	Costa Mota		Pelo desprezo que estava votado, devendo ser classificado	MN	-
Oeiras, Lisboa	Igreja de Carcavelos	1917	Solicitação da CCELS	Adães Bermudes e José Alexandre Soares	Valor Artístico. Belo conjunto arquitectónico, formado pelos lambris de azulejos da nave central, conjuntamente com o cruzeiro e capela-mor.	Cadastro Especial	-
Lisboa	Igreja do convento da Encarnação (Comendadeiras de Avis)	1917 1924	CM, após visita Solicitação da comendadeira D. Carlota de Freitas Alzina	Francisco Garcez Teixeira, José Pessanha, Adães Bermudes	Pela talha dourada, sacrário banquetada, trono de prata, decorações picturais, estética, coro baixo. Parecer de aprovação (1924) Ver Documento 190	Cadastro Especial	-
Lisboa	Igreja das Comendadeiras do Convento de Santos-o-Novo	1917 1922	CM, após visita Solicitação da comendadeira D. Maria do Carmo de Sousa Coutinho Monteiro Paim	Adães Bermudes e Costa Mota		Cadastro Especial	IIP 1983

Lisboa	Igreja do Menino de Deus	1917	CM - após visita	Ventura Terra	Construção de carácter monumental, impondo-se pela sua arquitectura e pelas pinturas, conjunto que marca um período da actividade artística de Portugal	MN	MN 1923
Lisboa	Santo Estêvão de Alfama	1918				MN	MN 1918
Lisboa	S. Domingos	1918				MN	MN 1918
Caldas da Rainha, Leiria	Capela de S. Sebastião	1919	José de Figueiredo e Luciano Freire		Devido ao revestimento de azulejos e como forma de suscitar o interesse pela cerâmica artística	2.ª Ordem	IIP 1984
Beja	Igreja de S. João Baptista	1919		Adães Bermudes	Merece ser conservado pela relativa importância da sua estrutura, pelo aspecto pitoresco e pela sua decoração interior em estuque e talha dourada, “verdadeiramente apreciável”.	Conservação	-
Almoster, Santarém	Igreja de Almoster e respectivo claustro	1919	José Alexandre Soares	José Alexandre Soares	Valor arquitectónico e artístico. O claustro para poder ser restaurado e conferir dignidade à igreja	MN	MN 1920
Azóia de Baixo, Santarém	Igreja da Azóia	1919 1924	José Pessanha João Arruda, vogal auxiliar	José Alexandre Soares	Valor histórico pelo facto de nela ter repousado Alexandre Herculano, antes de ser trasladado para os Jerónimos. Jazigo da família Gorjão, conjunto interessante e pitoresco	Conservação e protecção de uma lápide	-
Lisboa	Palácio Quinhentista dos Almadas, no Largo do Conde Barão	1919		José de Figueiredo	Com elementos da primitiva edificação, no estilo do Renascimento, entre eles um claustro, “muito bem conservado”. Construção civil anterior ao terramoto, único em Lisboa.	MN	MN 1920
Alcochete, Setúbal	Capela de N.ª S.ª dos Matos	1919	Pedido de parecer da Direcção Geral de Justiça	Adães Bermudes	Porta de estilo gótica e túmulo na capela-mor, de Tristão da Cunha, morgado de Paio Pires. Devia ser entregue à conservação da irmandade do SS de Alcochete	Conservação	-
Setúbal	Edifício da Igreja da Misericórdia	1920	Pedido de informação da DGBA	José Alexandre Soares	Conserva detalhes da sua decoração, como são os azulejos e os estuques da nave	Conservação	-
Aldeia Galega (Montijo)	Igreja Matriz	1920		Adães Bermudes	Pelos seus magníficos azulejos de várias épocas e escolas	Cadastro Especial	-
Aldeia Galega (Montijo)	Igreja de Sarilhos Grandes e Ermida de N.ª Sr.ª da Piedade	1920	Pedido de parecer do Ministério da Justiça	Adães Bermudes	“Conservação dos belos azulejos datados de 1740, da nave e vestíbulo”. Ermida da Piedade – classificação como monumento nacional de 2.ª classe.	Cadastro Especial	-

Mafra, Lisboa	Ermida de Santo António da Ericeira	1919 1922	Pedido de parecer da Repartição de Fazenda Pública	José Queiroz	Nada que a recomende, a não ser painel de azulejo de valor artístico que podia ser removido. Como houve oposição, também se recomendou a sua conservação.	Conservação	-
Niza, Portalegre	Capela do Espírito Santo da Amieira	1920				Cadastro	IIP 1950
Tomar, Santarém	Capela de S. Lourenço	1920	Ministério da Guerra Petição da UAMOC		Monumento comemorativo da passagem das tropas portuguesas para a batalha de Aljubarrota	MN (ampliação classificação anterior)	MN 1921
Lisboa	Palácio da Mitra a Santa Clara	1920			O palácio é de relevo arquitectónico e artístico contem vários tipos de azulejos e merece ser incluído na lista dos monumentos	Cadastro	-
Évora	Torre e duas portas das muralhas de Évora	1920	Petição do Grupo Pró-Évora	-	-	Ver seguintes	-
Évora	Porta romana (Arco de D. Isabel)	1920				MN	MN 1920
Évora	Torre pentagonal medieval	1920				MN	MN 1920
Évora	Torre quadrangular medieval, na Rua Nova	1920				MN	MN 1920
Évora	Lista de Monumentos de Évora	1920 1921	Posição concertada entre o Grupo Pró-Évora, o MIP, o CAA e a CM da Circunscrição	Adães Bermudes José Alexandre Soares Luciano Freire Costa Mota Leonor Barahona Fernandes	Ver de seguida	-	.
Évora	S. Bento de Castris	1921	Idem	CM		MN	MN 1922
Évora	Palácio dos antigos Condes de Basto	1921	Idem	CM		MN	MN 1922
Évora	Porta de Aviz (entrada da cidade)	1921	Idem	CM		MN	MN 1922
Évora	Chafariz das Portas de Moura	1921	Idem	CM		MN	MN 1922

Évora	Torre sineira do Convento do Salvador	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Caixa de água da Rua Nova	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Escada e varandim à entrada do pátio de S. Miguel	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Mirante do prédio com o n.º 26 de polícia, às Portas de Moura	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Janelas da frontaria do antigo Palácio dos Sepulvedas, na Rua da Lagoa, 78	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Janela manuelina no prédio n.º 31 e 33, da Rua da Moeda	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Évora	Portal renascença no edifício do antigo Colégio do Espírito Santo, Largo do Seminário	1921	Idem	CM		Cadastro Especial	IIP 1922
Marvão, Portalegre	Castelo de Marvão	1921	Comissão de Vigilância e Defesa do Castelo de Marvão			MN	MN 1922
Santarém	Edifício e Igreja da Misericórdia	1921		Adães Bermudes	Valor arquitectónico e artístico, incluindo as duas épocas de pintura, género "Rafaelesco". Construção da época de D. João III, em grande parte. Interessantes azulejos Ver Documento 165	MN	MN 1922
Lourinhã, Lisboa	Antiga Igreja Matriz da Lourinhã	1921	Junta de Paróquia da Lourinhã	Adães Bermudes	Edifício da nossa arquitectura ogival da época de D. João I, de estilo simples, puro e característico, com sepulturas apreciáveis Antiguidade e Arquitectura	MN	MN 1922

Silves, Faro	Igreja antiga Sé de Silves	1921	Do pároco João Carlos de Oliveira Mendonça e da Sociedade de Propaganda de Portugal	Adães Bermudes	Considerada uma anomalia não se encontrar classificada, dado que até confrontava com o Castelo de Silves. Valor arquitectónico, religioso militar e histórico. Razões de ordem de conservação justificavam a sua classificação. Estilo ogival elegante e puro (século XIV), por vezes rico, pelo facto de ser construído com grés vermelho. Boa obra de talha e azulejos, com cenas bíblicas. Pórtico.	MN	MN 1922
Tomar, Santarém	Sinagoga, situada na Rua Joaquim Jacinto	1921	Garcez Teixeira	Garcez Teixeira	“Pelas suas abóbadas, mas ainda pelas colunas que as suportam, além do seu interesse histórico, apresenta um conjunto extremamente típico e fora do vulgar”	MN	MN 1921
Tomar, Santarém	Igreja de Santa Iria	1921	José Queiroz	José Pessanha	Valor artístico das obras do renascimento, porta de entrada e um baixo-relevo.	MN	MN 1920
Borba, Évora	Igreja do convento das Servas	1921	CM	José Alexandre Soares	Valor Artístico. Pela necessidade de se fazerem obras.	Cadastro Especial	IIP 1944
Sintra Lisboa	Igreja de Santa Maria	1921	José Pessanha	José Pessanha Henrique Lopes de Mendonça	Pela sua época, estado de conservação e estilo românico-ogival.	MN	MN 1922
Lisboa	Palácio do Marquês de Fronteira	1921	Adães Bermudes		Museu de azulejos no exterior	Manteve-se em espera	MN 1982
Lisboa	S. Domingos de Benfica	1921	Questão levantada pela CCELS dado a igreja não se encontrar classificada	Adães Bermudes José Pessanha José Alexandre Soares	Valor histórico pelas suas tradições e albergar túmulo de João das Regras e o de Frei Luís de Sousa. Apreciável pelo valor artístico, com capela-mor, exemplar de arquitectura religiosa do Século XVII, azulejos do cruzeiro; obra de arte da pequena capela do cruzeiro, com estátuas de mármore de Itália	MN	MN 1933
Alenquer, Lisboa	Igreja da Aldeia Galega da Merceana	1922	Movimento de cidadania de defesa da igreja	José Pessanha	Belo espécime de arquitectura do século XV. Valor Histórico Ver Documento 171	MN	IIP 1963
Nisa, Portalegre	Castelo da Amieira	1922	Garcez Teixeira	Adães Bermudes João António Piloto Garcez Teixeira	Valor histórico e por pertencer ao Estado. Construção que aparenta ser do século XIV, onde morrera o pai de Nuno Álvares Pereira. Peça interessante de arquitectura militar Ver Documento 167	MN	MN 1922

Évora	Muralhas de Évora: Cerca romana e árabe Cerca medieval	1922	CM	Adães Bermudes	Nova e definitiva classificação de conjunto substituindo a classificação fragmentária existente e incompleta Ver Documento 168	MN	MN 1922
Santiago de Cacém	Igreja matriz	1922		Luciano Freire Francisco Garcez Teixeira Adães Bermudes, relator	Exemplar da arquitectura gótica do século XIV, com bons exemplares de escultura na porta lateral e no baixo coro, com reconstrução da abóbada da nave principal do séc. XVI. Necessidade de promover a sua conservação. Fachada actual oposta à fachada antiga dentro do castelo. Porta lateral. Alto-relevo de S. Tiago.	MN	MN 1922
Sines	Capela de Nossa Senhora das Salvas ou Salas	1922		Luciano Freire José Alexandre Soares Adães Bermudes relator	Valor histórico ligado, devido a ter sido mandada construir por Vasco da Gama. Valor artístico, em especial pelo estilo manuelino da porta principal. Por ser objecto de culto especial das classes marítimas e ser padrão da piedade portuguesa. Ver Documento 173	Cadastro Especial	MN 1922
Arronches, Portalegre	Capela de Nossa Senhora da Luz	1922	Pedido da CM	Adães Bermudes	Sem grande valor artístico e arqueológico, interessando o natex em granito, porta de entrada em mármore do estilo do renascimento e belos medalhões em baixo relevo	Conservação	-
Arronches, Portalegre	Igreja de N.º S.ª da Assunção	1922	Adães Bermudes	CM	Interessante construção da época manuelina	MN	MN 1922
Évora	Convento dos Lóios	1922		CM	Em vez de só estar classificada a igreja.	MN	MN 1922
Évora	Convento do Monte do Calvário	1922		CM		MN	MN 1922
Évora	Convento de Santa Clara	1922		CM		MN	MN 1922
Portalegre	Claustro do Convento de Santa Clara (fragmentos)	1922		CM	Trecho arquitectónico da primitiva construção do século XIV, mandada fazer por D. Leonor Teles, pelo seu valor artístico e para ser posto ao abrigo de vandalismos.	MN	MN 1922
Portalegre	Muralhas	1922				MN	MN 1922
Lisboa	Palácio de Ludovice, em S. Pedro de Alcântara	1922	José Pessanha		Fachada interessante, apesar de remodelada	2.ª Ordem	IIP 1938

Portalegre	Igreja da Misericórdia	1922	Pedido de parecer da DGBA	Luciano Freire	Edifício com carácter artístico, com sanca e quadros de azulejos, talha dourada e alguns quadros, mas que não merecida ser MN	Conservação	IIP 1944
Beja	Igreja da Conceição	1912 1922		CM	Processo de classificação pendente anterior ao 5 de Outubro, com obras em curso, viabilizadas por se encontrar em vias de classificação.	MN	MN 1922
Santarém	Igreja do Hospital de Jesus Cristo	1923	Provável pedido da Santa Casa da Misericórdia	Adães Bermudes	Valor artístico reduzido, a não ser as pinturas a fresco da abóbada do coro, de estilo barroco. Construção séc. XVII, altares laterais, pinturas a fresco, pintura monumental rara Por necessidade de conservação da pintura monumental, que devia ser feita a expensas do Estado, por falta de recursos da Misericórdia. Ver Documento 178	Cadastro Especial	MN 1923
Tomar, Santarém	Janela de ângulo quinhentista	1923	Francisco Garcez Teixeira	Garcez Teixeira	Época de D. João III. Valor histórico, por ser casa de D. Prior. Estratégia para a conservação da janela <i>in situ</i> . Ver Documento 179	MN	MN 1924
Tomar, Santarém	Fachada quinhentista na rua Direita da Várzea Pequena, esquina Rua dos Oleiros	1923	Francisco Garcez Teixeira	Garcez Teixeira	Época de D. João III. Conjunto interessante, provável construção de João de Castilho Ver Documento 179	MN	MN 1924
Lisboa	Capela-mor da Igreja da Luz	1923		CM	Exemplar característico de arquitectura do século XVI, com pinturas de Campelo e outros pintores quinhentistas. Para evitar atentados que se preparavam contra o que restava do templo fundado pela Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I.	MN	MN 1923
Vila do Bispo, Faro	Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe	1923 1924		Garcez Teixeira	Valorização de um igreja ogival singela, utilizando grés da localidade, com planta simples e decoração pouco desenvolvida e que estava condenada a desaparecer	MN	MN 1924
Moita, Setúbal	Igreja de S. Lourenço de Adros Vedros	1923	CM	Luís Keil	Pormenores arquitectónicos de valor histórico e artístico e decorações de azulejo	MN	IIP 1951

Estremoz, Évora	Muralhas do Castelo, portas e baluartes da 2. ^a linha de fortificações	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Descritivo. Não explicita Ver Documento 187	MN	MN 1924
Estremoz, Évora	Igreja de S. Francisco	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Medieval, gótico. Ter dois monumentos classificados no interior. Ver Documento 187	Cadastro Especial MN	MN 1924
Estremoz, Évora	Claustro da Misericórdia	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Claustro manuelino que reproduz um claustro românico. Ver Documento 187	Cadastro Especial MN	MN 1924
Estremoz, Évora	Antiga Casa da Câmara	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Modelo de casa particular da época de D. João III. Facto histórico associado. Documento 187	Cadastro Especial MN	MN 1924
Lagos, Faro	Muralhas e torreões da cidade	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Nobreza e alto carácter da povoação. Documento 193 Com os restos do Paço dos Governadores	MN	MN 1924
Lagos, Faro	Igreja de Santo António	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes José Alexandre Soares	Pela "magnificência da talha dourada Ver Documento 194	Cadastro Especial	MN 1924
Lagos, Faro	Igreja de São Sebastião	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes José Alexandre Soares	Interessante templo, com variedade de azulejos, quadros, alfaias e paramentos Ver Documento 194	Cadastro Especial	MN 1924
Loulé, Faro	Restos do Castelo	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Parte mais bem conservada, onde estava uma entrada do castelo. Ver Documento 186.	MN	MN 1924
Loulé, Faro	Igreja Matriz	1924	Adães Bermudes	Adães Bermudes	Gótico século XIV, arco manuelino da capela de S. Brás, abóbada de outra e azulejos que a revestem. Ver Documento 186	MN	MN 1924
Torrão, Setúbal	Igreja Matriz	1924	Petição do pároco			Dependente de visita	IIP 1933
Abrantes, Santarém	Igreja de S. Vicente	1925	Luciano Freire		Valor arquitectónico e azulejos do princípio do século XVII	MN	MN 1926
Vila Nova da Barquinha, Santarém	Igreja da Atalaia	1925	Luciano Freire, após visita	Luciano Freire, justificação verbal	Por ser obra de João de Castilho; pórtico do estilo da Renascença. Valor arquitectónico.	MN	MN 1926

Santarém	Torre das Cabaças	1925	Pedido de consulta da DGBA Movimento: “Em Defesa da Torre das Cabaças” (Visconde de Santarém)	CAA	Merecia ser conservada, pois “embora lhe falte valor artístico e seja muito discutível o seu valor histórico, adquiriu já foros respeitáveis” (alusão a Ramalho Ortigão). Parecer: “essa interessante e vetusta construção deve ser classificada como imóvel de interesse público”	MN	MN 1928
Lisboa	Teatro São Carlos	1927	Adães Bermudes		“Qualidades artísticas em extremo recomendáveis”, devendo ter-se em atenção que havia que respeitar apenas esses valores sem impedir o seu funcionamento	IIP	IIP 1928
Lisboa	Teatro D. Maria II	1927	Adães Bermudes		Qualidades artísticas em extremo recomendáveis. Idem	IIP	IIP 1928
Valença, Viana do Castelo	Fortificações da Praça de Valença	1928					MN 1928
Montemor-o-Velho, Coimbra	Mosteiro de Tentúgal	1928 1931		Adães Bermudes		Rejeição	-
Sagres, Faro	Rosa-dos-ventos (achado)	1928	DGBA			Integrado na Fortaleza de Sagres	MN 1910
Tomar, Nabância	Ruínas de Nabância	1928 1930	Adães Bermudes		Proposta de desclassificação, depois da recolha dos objectos no Museu de Tomar e para não enganar turistas	Não se verificou a desclassificação, apesar de aprovada	MN 1910
Chaves, Vila Real	Igreja da Misericórdia	1928 1930	Santa Casa da Misericórdia			Ficou agendado para outra ocasião	-
Lisboa	Igreja de Santo António	1929		José de Figueiredo	Obra de Mateus Vicente	MN	MN 1931
Óbidos, Leiria	Igreja de Santa Maria	1929 1930	Adães Bermudes Comissão de Iniciativa e Turismo		Valor artístico, em especial do túmulo de D. João de Noronha e de sua mulher D. Isabel de Sousa, obra-prima do Renascimento, que pode ser atribuída a João de Ruão ou a Nicolau Chanterene	MN	MN 1933
Tarouca, Viseu	Igreja de S. João de Tarouca	1929	Adães Bermudes		Entre outras razões antigas de natureza artística e histórica, para resolver o problema de insalubridade em que se encontravam os quadros quinhentistas e o túmulo de S. João de Tarouca	MN	MN 1956
Porto	Igreja dos Congregados	1929	José de Figueiredo	Adães Bermudes	Valor arquitectónico	Assunto suspenso	-

Évora	Convento de S. Bento de Castris	1929	Adães Bermudes		Reclassificação à igreja e coro do convento	Assunto suspenso	-
Vila Nova de Gaia, Porto	Igreja da Pedroso	1929	Câmara Municipal			Assunto suspenso	-
Lisboa	Igreja de Chelas	1930	Pedido do Ministério da Guerra	Parecer de Luciano Freire (1916) Decisão do CAA	Reclassificação por restrição do valor ao portal e à galilé, enquanto trechos arquitectónicos	MN	MN 1930
Arganil, Coimbra	Igreja de Arganil	1931			Assunto resolvido pela 2.ª Circunscrição	MN	MN 1931
Moreira de Rei	Monumentos	1931	DGEMN	António do Couto		Transitou	
Avis, Portalegre	Igreja da Ordem de S. Bento de Avis	1931	Governo Civil de Portalegre	Adães Bermudes		Transitou	IIP 1939

Fontes: Actas da Comissão dos Monumentos; Actas do conselho Geral; Actas da Comissão Executiva; Correspondência Entrada e Expedida. Propostas e Pareceres (Livro 244). Ver Fontes/bibliografia.

Legenda das cores: MN, 2.ª Categoria / IIP, Em Vias de Classificação, Não classificados.

1.6.2 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 2.ª Circunscrição.

DATA	IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	ORIGEM PROCESSO	PROPOSTA	RAZÃO DA PROPOSTA	MEMÓRIA / RELATOR	PARECERES	HOMOLOGAÇÃO
1912	Igreja de S. Pedro de Lourosa	Oliveira do Hospital, Coimbra	CAA – Representação ao Presidente da República, Manuel de Arriaga	António Augusto Gonçalves	Estudos de Joaquim de Vasconcelos; Valor artístico; Razões de conservação e restauro	Mendes dos Remédios CAA (07.06-1912)	MN	MN 1916
1912	Igreja do Lourçal	Pombal, Leiria	CAA				MN	MN 1939
1913	S. Bento de Coimbra	Coimbra, Coimbra	Acta 139 156	António Augusto Gonçalves	Processo que vinha do tempo da monarquia constitucional Relíquia do património artístico e arqueológico		MN	IIP 1928
1914	Portas e Muralhas de Viseu	Viseu, Viseu	Representação da Comissão Regional de Viseu em reacção ao pedido de demolição da vereação e alguns cidadãos	Maximiano de Aragão F. Almeida Ribeiro José de Silva	Trechos pitorescos, com valor arqueológico e de antiguidade	-	CAA	MN 1915
1914	Pelourinho de Melo	Gouveia, Guarda	Pedido da população, através de carta impressa	CAA	Para evitar vandalismos (?)			MN 1915
1915	Igreja Matriz de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital, Coimbra	Proposta do CSBA (ofício subscrito por José de Figueiredo)		Devido à Capela dos Ferreiros, anexa à igreja			MN 1936
1916	Igreja matriz de Ermida	Castro Daire, Viseu	Vogais auxiliares de Viseu		Para viabilizar obras de desafrontamento da ábside			MN 1916
1917	Pelourinho	São Vicente da Beira, Castelo Branco	Devido ao ofício recebido de José Hipólito Raposo	CAA	Vandalismo cometido pela população "ignorante"		Conservação	IIP 1933
1917	Casa da Câmara	São Vicente da Beira, Castelo Branco	Devido ao ofício recebido de José Hipólito Raposo		A qual forma com o pelourinho "um todo no local onde se encontram"			IIP 1938
1918 1923	Capela do Tesoureiro	Coimbra, Coimbra	Tomás da Fonseca 1.º Representação ao Presidente da República 2.º Retoma-se o processo	CAA – 16 assinaturas	Admirável produção da Renascença. Obra de João de Ruão. Documento 180	DGBA /Augusto Gil	MN	MN 1923

1919 1923	Capela de S. Pedro de Seia	Seia, Guarda	Ofício de Fernando Toscano Pessoa, notário de Seia	Francisco Moreira, Director do Museu Grão Vasco	Valor arquitectónico e “autêntico”; para evitar ser cortada por estrada; primitiva traça românica reconstruída em estilo manuelino; azulejos mudéjar		MN	MN 1924
1920 1921	Parque de Santa Cruz,	Coimbra, Coimbra	CAA	João Couto	Razões invocadas no extenso processo do CAA. De modo a evitarem-se danos e determinar a vigilância (como acontecera com a mutilação das figuras da Fonte da Sereia). Para reintegração do parque.	Colectivo do CAA, com base em documento impresso ⁹¹ .	MN	IIP 1970
1921	Castelo e Muralhas de Trancoso	Trancoso, Guarda	AGEMN	CAA	“Merecimento arqueológico”		MN	MN 1921
1921	Porta de Almedina	Coimbra, Coimbra	Reacção do CAA contra a projectada demolição do Porta de Almedina	António Augusto Gonçalves Abel Urbano	Como a porta da barbacã era parte integrante das antigas portas da cidade denominadas de Almedina	Abel Urbano	MN	MN 1921
1921	S. Pedro de Balsemão	Lamego, Viseu	Pedido feito pelo Conselho de Arte Nacional (CAN)	CAA	Edifício visigótico, tipo latino, do século VII		MN	MN 1921
1921	Igreja de Santa Maria de Trevões	S. João da Pesqueira, Viseu	Junta de Paróquia	CAA	Transição do românico para o gótico, tecto de caixotões, de madeira pintados e ricos altares de talha			MN 1921
1921	Igreja de S. João das Donas	Freguesia de Santa Cruz, Coimbra	Informação pedida pela Direcção dos Edifícios Públicos e Monumentos CAA – António Augusto Gonçalves,	Manuel Rodrigues da Silva	Antiguidade notável e impedir as obras de adaptação a cervejaria e café. Apreciável valor artístico, arquitectónico e arqueológico Valor monumental da capela-mor (Gonçalves)	CAA CAN	MN	MN 1921
1921	Igreja de Vouzela	Vouzela, Viseu	Depois de visita durante o Congresso Beirão	Tomás da Fonseca			MN	MN 1922
1922	Castelo de Celorico da Beira	Celorico, Guarda	Pedido da DGBA	CAA				MN 1922

⁹¹ Cf. *O Conselho de Arte e Arqueologia em defesa do Parque de Santa Cruz*. Coimbra: Tipografia União, 1920.

1922	Igreja de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande, Leiria	Pedido de Tito Larcher, vogal de Leiria		Igreja de três naves de fundação românica e modificada por D. Manuel I				MN 1922
1922	Igreja de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos, Leiria	Pedido de Tito Larcher, vogal de Leiria						MN 1922
1922	Igreja de Santo António	Penamacor, Castelo Branco	Petição do Dr. Joaquim Pereira Gil de Matos						-
1922	Pelourinho	Penamacor, Castelo Branco	Idem						IIP 1933
1922	Castelo	Penamacor, Castelo Branco	Idem						-
1922	Antigos Paços do Concelho	Penamacor, Castelo Branco	Idem						-
1922	Igreja da Misericórdia	Penamacor, Castelo Branco							
1922	Igreja Matriz de Barcos	Tabuaço, Viseu	Junta de Freguesia				MN		MN 1922
1922	Aguiar da Beira. Guarda	Torre Ameada Fonte Ameada Pelourinho				Francisco Moreira de Almeida			MN 1922
1922	Igreja do Botão	Coimbra, Coimbra	Pároco de Botão				Conservação		
1924	Paço dos Bispos denominado Colégio	Viseu, Viseu		Francisco Moreira, Director do Museu Grão Vasco					MN 1924
1925	Torre de Anto	Coimbra	CAA, devendo-se ouvir o proprietário, vogal do Conselho						MN 1935
1925	Malmatar de Vale de Facha	Não é indicado o lugar							
1925	S. Pedro de Arganil	Arganil Coimbra	CAA				MN		MN 1931
1926	Igreja de Canas de Sabugosa	Tondela	Pedido da DGBA Tomás da Fonseca		Frontaria de templo românico de valor artístico e arqueológico	CAA - como valor arqueológico	Cadastro Especial		IIP 1926

1928	Mosteiro de Ferreira das Aves	Sátão, Viseu	Francisco Moreira de Almeida					IIP 1961
1928	Mosteiro de Tojal de N.ª Sr.ª de Oliva	Sátão, Viseu	Francisco Moreira de Almeida					IIP 1957

Legenda; MN, 2.ª Categoria / IIP, Em Vias de Classificação, Não classificados.

1.6.3 Cadastro dos Imóveis Propostos a Monumentos Nacionais e de Interesse Especial da 3.ª Circunscrição.

DATA	IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	ORIGEM PROCESSO	PROPOSTA	RAZÃO DA PROPOSTA	MEMÓRIA / RELATOR	PARECERES	HOMOLOGAÇÃO
1912	Igreja de Rubiães, Paredes de Coura	Barcelos, Braga	Informação de Ventura Terra. Visita da CM	José Marques da Silva	Exemplar românico. Valor artístico e arqueológico	Deliberações de 17/12/1912 e 13/03/1912	CAA	MN – 1913
1912 1914	Mosteiro de Travanca e respectiva torre	Amarante, Porto	Inscrição numa lista prévia para exame posterior.	Acácio Lino de Magalhães	Valor histórico e artístico	Acácio Lino de Magalhães	CAA	MN – 1916
1913 ⁹² 1924	Casa do Infante D. Henrique	Porto, Porto	Cadastro de edifícios do CAA Pelas obras em curso, achados arqueológicos.	Proposta do CAA (José Marques da Silva) Reforço da proposta (1924)	Valor histórico e arqueológico Para salvaguarda do monumento.	José Marques da Silva		MN – 1924
1914 1916	Casa na Praça da República, edifício onde se encontrava a Assembleia Vianense, propriedade de Aníbal de Avilez	Viana do Castelo, Viana do Castelo	Conhecimento do proponente e visita	José de Brito	Inscrição numa lista prévia para exame posterior, dadas as garantias da lei			

⁹² A avaliar pelas actas, datavam de Maio de 1911 as primeiras deliberações, provavelmente exaradas no Conselho Geral do CAA.

1914 1916 1917	Casa na Rua de D. Luiz, esquina da Rua do Poço, propriedade do Dr. António Martins Delgado	Viana do Castelo, Viana do Castelo	Conhecimento do proponente e visita	José de Brito	Inscrição numa lista prévia para exame posterior. Visita			
1914 1916	Casa na Rua de D. Pedro, pertencente ao Dr. Manuel Félix Mancio da Costa Barros	Viana do Castelo, Viana do Castelo	Conhecimento do proponente e visita	José de Brito	Inscrição numa lista prévia para exame posterior. Visita			
1914 1916	Casa na Av. do Conde da Carreira, propriedade dos herdeiros da Condessa do Camarido	Viana do Castelo, Viana do Castelo	Conhecimento do proponente e visita	José de Brito	Inscrição numa lista prévia para exame posterior.			
1915 1917	Antiga Casa da Câmara / Casa de João Velho ou dos Arcos da Matriz	Viana do Castelo, Viana Do Castelo	Lista dos Monumentos a classificar. Proposta de classificação da CM Casa conservada pelo Instituto do Minho	José Marques da Silva	Um dos melhores exemplares.	CAA	CAA	MN – 1926
1915	Torre e Igreja de Manhente, Barcelos	Barcelos, Braga	Reacção à proposta de demolição da Torre para aproveitar o terreno	José Marques da Silva	Significado histórico e antiguidade (séculos XII ou XIII)		CAA	MN – 1915
1915	Sala da Abadessa do Convento de S. Bento das Freiras	Bragança, Bragança	Relatório da visita de Marques de Oliveira a Bragança	José de Brito	Inscrição numa lista prévia para exame posterior			
1916 1918	Praça da Senhora da Oliveira	Guimarães, Braga	CM Reforço da classificação de Casa dos Paços do	José Marques da Silva	Valor artístico, arqueológico e pitoresco, no seu conjunto. Concelho. Inscrição num cadastro dos Monumentos, atendendo ao conjunto	José Marques da Silva	CAA	

1916	Palácio dos Cunhas, na Rua da Bandeira	Viana do Castelo, Viana do Castelo	CM	José de Brito	Inscrição num cadastro dos Monumentos			
1916	Capela de Santa Ana	Leça da Palmeira, Porto		José Marques da Silva	Cadastro dos Monumentos			
1916	Capela do Corpo Santo	Leça da Palmeira, Porto		José Marques da Silva	Cadastro dos Monumentos			
1917	Dois cubelos das muralhas do Porto	Porto, Porto	CM	José Marques da Silva MN				Integração na classificação das Muralhas de D. Fernando (Acta de 14-06-1921)
1917	Torre de Barcelos, chamada do postigo da muralha, que servia de cadeia	Barcelos, Braga	CM Cadastro para aprovação posterior	José Marques da Silva	“Salvaguada da nossa antiga arquitectura militar”		CAA	MN – 1926
1919	Mosteiro do Pombeiro, claustro	Felgueiras, Porto	Visita ao Monumento realizada por Marques da Silva CM	José Marques da Silva	Reforço da classificação, para conservação integral do claustro e conjunto monumental		CAA	-
1919	Igreja de São Domingos	Vila Real, Vila Real	Petição do pároco da igreja	Consideração da classificação oportunamente			CAA	MN – 1926
1921	Muralha de D. Fernando	Porto, Porto	AGEMN solicita que a CM proponha a classificação		Proposta de conjunto da muralha, desde Santa Clara ao Douro e respectivas torre		CAA	MN – 1926
1921	Anjos da Rua de Viana	Viana do Castelo	Cadastro dos monumentos.	José de Brito				

1921	Igreja de Longos Vales	Monção, Viana do Castelo		José de Brito	Necessidade de visita, porque se conheciam só reproduções		CAA	MN – 1926 (como capela-mor da igreja)
1921	Cruzeiro de S. Julião	Melgaço, Viana do Castelo		José de Brito			CAA	MN – 1926
1921	Chafariz, Largo da Sé, Porto	Porto, Porto	“À mercê de qualquer desacato”	José Marques da Silva Proposta da CM	Pequeno conjunto do século XVIII		CAA	IIP – 1926
1923	Antiga cerca do castelo de Melgaço, bem como a construção abaluartada que a envolve.	Melgaço, Viana do Castelo	Por Proposta da Sociedade de Propaganda de Portugal depois de um contencioso com o MG				CAA Acta 25	MC – 1926
1923	Castelo da Lavadeira	Carrazeda de Ancieães, Bragança	Requerimento de Eduardo Cosmelli de Sant’Ana					
1923	Ponte do Rio Ave, na EN n.º 27.		Proposta da Sociedade Martins de Sarmento (por via da AGEMN).				CAA	MN – 1926
1923	Castelo do Queijo	Porto, Porto	Pedido de informação da DGBA			CM Devia ser classificado como todos os castelos do país		

Fontes: AHME – Actas da Comissão dos Monumentos e Correspondência Recebida e Expedida. Cotas 332, 334, 422, 441, 443

Legenda: MN, 2.^a Categoria / IIP, Em Vias de Classificação, Não classificados.

1.6.4 Propostas de Monumentos Nacionais a serem integrados na Lista, requeridas pelo Conselho de Arte Nacional (1912-1922).

DATA	IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	ORIGEM PROCESSO	PROPOSTA	RAZÃO DA PROPOSTA	EVOLUÇÃO do PROCESSO	HOMOLOGAÇÃO
1914	Convento de Santa Clara	Santarém, Santarém	Visita	Luciano Freire	Para evitar uma concessão feita para construção de bairro operário e impedir a sua demolição	Entregue à 1. ^a Circunscrição	MN – 1917
1914	Casa em madeira	Braga, Braga	Informação de Marques da Silva	José de Figueiredo	Originalidade e notabilidade	Desconhece-se	A ser a Casa das Gelasias, Rua de São Marcos, n.º 37-41, foi classificada em 1971
1917	Recolhimento da Encarnação das Comendadeiras de Avis	Lisboa, Lisboa	Pedido do Asilo para a instalação do um museu	Ventura Terra	Garantia a protecção da igreja que estava na lista dos imóveis a classificar	Encaminhado para a 1. ^a Circunscrição. Parecer de Adães Bermudes	Foi objecto de parecer de aprovação da CM, em 1924, mas não foi classificado.
1917	Capela de S. Frutuoso, da Igreja de S. Francisco	S. Jerónimo da Real, Braga, Braga	Indicação de vogal do CAN	José Pessanha	Resultados de investigações	Desconhece-se	Foi classificada em 1944
1917 1918	Capela-solar de Balsemão	Lamego, Lamego	Indicação de vogal do CAN	José Pessanha	Resultados de investigações e obras de que carece	Encaminhado para 2. ^a Circunscrição	MN – 1921
1917	Capela dos Ferreiros	Oliveira do Hospital, Coimbra	Indicação de vogal do CAN	José Pessanha	Resultados de investigações e obras de que carece	Encaminhado para 2. ^a Circunscrição	Foi classificada em 1936

1.7 Bens Integrados e Bens Móveis Restaurados.

1.7.1 Pintura de cavalete e mural.

DATA	FONTE	OBRA	LOCAL INV. / REF.	INTERVENÇÃO
1898	Gabriel Pereira	Quadros da Biblioteca Nacional	BN	“Refrescar e fixar tintas”
1900 1905	Relatório ⁹³	-	MNAA – 317	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 324	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 330	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 337	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 343	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 350	Fixação de Tinta
-	Relatório	-	MNAA – 361	Fixação de Tinta
	Rel. 1 Rel. 2 Rel. 3 Rel. 4 Rel. 5	<i>Tríptico, de Jan Provost</i> ⁹⁴ Senhora da Misericórdia S. Christovão S. Sebastião S. Pedro S. Paulo	MNAA – 697	Tratamento
1908	Rel. 6 Acta da ARBAL (1-6-1909)	Virgem e o Menino, de Memling	MNAA – 1065	Tratamento / Limpeza

⁹³ A indicação “Relatório” ou “Rel. 1” referem-se aos números indicados na numeração das obras que Luciano achou dever indicar e que, em princípio, identificariam os processos de intervenção. O Relatório de Luciano Cordeiro não indica todas os quadros intervencionados, que ultrapassam o número indicado no seu relatório (327) e no nosso levantamento (354), num total aproximado de 380.

⁹⁴ Na correcção das atribuições, a respeito de “Elementos para um relatório (...)”, de Luciano Freire, seguimos de perto a edição excelente e notas de José Alberto Seabra Carvalho, *ob. cit.* Indicamos as designações das obras tal como se encontra no autor. Entre parêntesis [] os acrescentos referenciados nesta edição ou de nossa lavra.

-	Rel. 7	Interior de taberna, de Pieter van Laer	MNAA – 539	Tratamento
1909 1910	Estudo de J. de Figueiredo Rel. 8 Rel. 9 Rel. 10 Rel. 11 Rel. 12 Rel. 13	Painéis de S. Vicente, de Nuno Gonçalves (Inicialmente tríptico) Painel do Infante Painel do Arcebispo Painel dos Frades Painel da Relíquia Painel dos Pescadores Painel dos Cavaleiros	MNAA – 697	Reintegração Início desta técnica Atribuição de autoria por descoberta de assinatura
1911	Rel. 14 Relatório Actas do CAA (1.ª)	S. Geronimo, de Alberto Dürer ⁹⁵	MNAA – 828	Limpeza geral Levantamento de retoque
1911	Rel. 15	Políptico da Capela de Bartolomeu Joanes (1537) Oito painéis: Martírio de S. Bartolomeu (Central) A Ceia Outro Outro Anunciação Presepe Adoração dos Magos Descida da Cruz	Sé de Lisboa	Remoção do repinte
1912	Rel. 16	Retrato de homem, de A Moro	MNAA – 565	Valorização do original e limpeza
1912	Rel. 17	Repouso a caminho do Egipto, de Patinir (na verdade Gerard David)	MNAA – 205	Intervenção de salvação, remoção de vernizes, fixação de tinta
1912	Rel. 18 Rel. 19	Senhora da Misericórdia (face 1) ⁹⁶ Purgatório (face 2)	MNAA – 1181	Simples limpeza
1912	Rel. 20 Rel. 21 Rel. 22	Virgem e o Menino (Virgem do Leite), de Frey Carlos Virgem, o Menino e os Anjos (face 1) Christo abençoado (reverso)	MNAA – 1180 MNAA – 1179	1. Limpeza 2. Tratamento 3. Tratamento da ruína

⁹⁵ O restauro foi executada atendendo à realização da exposição do 4.º Centenário de Albrecht Dürer, em Nuremberga, 1912.

⁹⁶ Atribuídas a Francisco da Holanda.

1912	Rel. 23	Retrato de Homem (Retrato de um jovem cavaleiro)	Colecção de Guerra Junqueiro MNAA - 1230	Limpeza e retoque
1912	Rel. 24	S. Agostinho (S. Tomás de Aquino), 1. ^a metade do século XVI	MNAA - 68	Limpeza geral Preenchimento de falta de tinta
1912	Rel. 25	Ecce Homo	MNAA – 133	Limpeza geral Preenchimento de falta de tinta
1912	Rel. 26	Virgem e Menino ⁹⁷	MNAA – 1020	Levantamento de retoques de avarias naturais e de restauradores. Retoque crítico
1912	Rel. 27	Paisagem com animais (Regresso da caça)	MNAA – 1391	Limpeza das avarias naturais e humanas
1912	Rel. 28	Paisagem com animais (Merenda na mata)	MNAA – 1395	Limpeza das avarias naturais e humanas
1912	Rel. 29	Retrato da Rainha D. Catarina	Coro da igreja da Madre de Deus	Trabalho de carpintaria. Limpeza e retoque das avarias anteriores.
1912	Rel. 30 Rel. 31	O Anjo da Anunciação (reverso) Beijo de Judas (anverso)	MNAA – 882	Limpeza geral do verniz
1912	Rel. 32 Rel. 33	Virgem da Anunciação (reservo) Christo perante Pilatos (anverso)	MNAA – 883	Limpeza geral, idem
1912	Rel. 34 Rel. 35	S. Francisco de Assis (reservo) Flagelação (anverso)	MNAA – 884	Limpeza geral, idem
1912	Rel. 36 Rel. 37	S. António (reservo) Christo a caminho do Calvário (anverso)	MNAA – 885	Limpeza geral, idem
1912	Rel. 38	Cefeiro, atribuído a David Teniers	MNAA – 529	Limpeza geral
1912	Rel. 39	Interior de habitação (Cena de interior)	MNAA – 530	Limpeza geral
1912	Rel. 40	Homem bebendo a uma janela, de Gerard Dou	MNAA – 597	Limpeza geral
1912	Rel. 41	Retrato de Vasco da Gama	MNAA – 550	Limpeza geral e substituição do retoque
1912	Acta n.º 16 (CE) 20-5-1912	Eira, de Tomás de Anunciação	MNAC	Limpeza complexa devido ao acabamento por meio de velaturas
c. 1912	Corresp. Entrada (CAA), 1917 Livro 177	Retrato de D. Maria II, Simpson Retrato de D. Pedro V, Winterhalter	Museu dos Coches	Restauro e emolduramento
1913	Rel. 42	Pasto da guarda, de David Teniers	MNAA – 585	Restauro de sucessivos e sobrepostos retoques
1913	Actas do CAA (1. ^a)	Frescos	Igreja de S. Francisco, Porto	Estudo

⁹⁷ Ver CARVALHO, José Alberto, *ob. cit.*, p. 59, nota 18.

	22-1-1913			
1913	Rel. 43	S. Francisco de Assis, da oficina de Nuno Gonçalves	MNAA – 1344	Reintegração, pela remoção de tintas sobrepostas ao original
1913	Rel. 44	Retrato de Alexandre de Medicis, atribuída a Bronzino	MNAA – 607	Tratamento de um restauro remoto na parte física e na pintura
1913	Rel. 45	Retrato do Duque de Palmela, de Domingos Sequeira	MNAA – 1183	Limpeza
1913	Rel. 46	O Retrato de Homem, atribuído a Filipe de Champaigne (no estilo de)	MNAA – 536	Tratamento de uma avaria ocasionada por moldura
1913	Rel. 47 Acta 16 (CE) 19-7-1913	Enterro de Cristo (Deposição no Túmulo), de Cristóvão Figueiredo. Moldura executada, em estilo do Renascimento, pela Escola Brotero de Coimbra, sob a orientação de António Augusto Gonçalves, a partir de modelo do Mosteiro de Santa Cruz	MNAA – 849	Reconstituição do quadro e reintegração artística. Construção de moldura apropriada.
1913	Rel. 48	S. Paulo, da oficina de Nuno Gonçalves	MNAA – 1345	Reintegração de pior qualidade
1913	Rel. 49	Um retrato de velha (Retrato de Senhora), atribuído a Abraham Van Tempel (José de Figueiredo)	Colecção de Guerra Junqueiro MNAA – 1233	Remoção de verniz cristalizado
1913	Rel. 50	Retrato de uma princesa (Retrato de menina), da escola holandesa	MNAA – 551	Limpeza geral
1913	Rel. 51	Paizagem, de Aert Van der Neer	MNAA – 833	Limpeza e descoberta da assinatura
1913	Rel. 52	Kermesse (Dança de camponese), de Van Ostade	MNAA – 528	Limpeza geral
1913	Rel. 53	Interior de cosinha (Homem cozinhando), atribuído a Jan Steen	MNAA – 1233	Limpeza geral
1913	Rel. 54	Marinha (Porto de mar, Roterdão), de Bakuisem (aliás Lieve Pietersz Verschuir)	Colecção de Guerra Junqueiro MNAA – 1231	Limpeza e descoberta da assinatura
1913	Rel. 55	Mulher comendo (Cena interior)	MNAA – 523	Tratamento
1913	Rel. 56	Virgem das Neves, atribuído por Luciano Freire a Jorge Afonso ⁹⁸	MNAA – 338	Reintegração por limpeza e restauro de faltas de tinta
1913	Rel. 57	Retrato de uma princesa (Retrato dito de Maria de Médicis), atribuído a Sanches Coelho	MNAA – 453	Tratamento
1913	Rel. 58	Virgem e o Menino, da escola flamenga, do século XV	MNAA – 1542	Levantamento do restauro do século XVIII e reintegração

⁹⁸ Hoje atribuído a Francisco Henriques.

1913	Rel. 59	Proclamação da Constituição de 1822, de Domingos Sequeira	MNAA – 497	Pequena limpeza
1913	Rel. 60	Um retrato (João José Sá machado, futuro 1.º Conde do Carvalhal) de Pellegrini	Colecção de Guerra Junqueiro MNAA – 1234	Limpeza de repinte e descoberta da assinatura
1913	Rel. 61	Um retrato de D. João III (1564)	Coro da Igreja de Madre de Deus	
1913	Rel. 62	Ressurreição (Cristo triunfando da morte), de Rubens	MNAA - 1076	Limpeza de retoque e de mau restauro
1913	Rel. 63	Natureza Morta de Ring (obra hoje atribuída a Jan David de Heem)	MNAA - 627	Limpeza
1914	CAA-Coimbra Acta 30 (11-1-1914)	Paraíso Terreal, de Jon Brughel, o Velho	Museu Machado de Castro	Estudo e tratamento
1914	Rel. 64	Descanço de Diana, de Brughel	MNAA – 1341	Limpeza e retoques
1914	Rel. 65	Retrato de D. Luís da Cunha, de Jean-Baptiste Perroneau	MNAA – 1224	Limpeza geral
1914	Rel. 66	Flores (Virgem como Menino em cercadura de flores), de Jan Philip Van Tielem	MNAA – 154	Limpeza geral de verniz estragado
1914	Rel. 67	Retrato de desconhecido, de Vieira Portuense	MNAA – 1338	Remoção de acrescentos de restauro de “artista imperito”
1914	Rel. 68	S. Pedro, de Zurbaran	MNAA – 1368 a 1370; 1373-1377; 1383	Limpeza e retoque e verificação de restauro e amator
1914	Rel. 69	S. Tiago Menor, de Zurbaran	Idem	Limpeza e retoque e verificação de restauro de amator
1914	Rel. 70	S. Jeronimo, atribuído a Ribera	MNAA – 145	Limpeza de restauro do restaurador “espanhol”
1914	Rel. 71 Rel. 72 Rel. 73	Tríptico, de Memling (hoje atribuída ao Mestre do tríptico de Morrison) Central: Virgem com o Menino e dois Anjos Lateral: S. João Evangelista Lateral: S. João Baptista	MNAA – 1277	Reintegração difícil e não totalmente conseguida pela série de avarias de restauros anteriores
1914	Rel. 74	Interior de igreja, de Gerrit Houckgeest	MNAA – 1531	Trabalho de carpintaria e limpeza geral
1914	Rel. 75	Calvário, no estilo de Van der Weiden [Painel central do Tríptico do Reno]	MNAA – 722	Limpeza

1914	Rel. 76	Virgem e o Menino, escola espanhola do século XV	MNAA – 1241	Beneficiação geral
1914	Rel. 77	A morte de um santo (Morte de Santo Antão)	MNAA – 1235	Beneficiação geral
1914	Rel. 78	Musica, de Vieira Portuense (cópia de Romanelli)	MNAA – 1339	Limpeza
1914	Rel. 79	Pintura, de Vieira Portuense	MNAA – 1340	Limpeza
1914	Rel. 80	Christo em Casa de Marta, de Bassano	MNAA - 484	Limpeza e retoques
1914	Rel. 81	Filisteus atacados de peste, de Poussin	MNAA – 572	Entretelamento e retoque
1914	Rel. 82	S.ª Clara, S.ª Colecta e S.ª Inez (Aparição do Anjo às Santas Clara, Inês e Coleta), da escola flamenga, século XVI	MNAA - 1276	Reintegração removendo-se os restauros anteriores, com excepção a coroa
1915	Rel. 83	D. João III	MNAA – 967	Reintegração depois de limpeza e restituição com descoberta de ser original
1915	Rel. 84	D. Catarina	MNAA – 968	Idem
1915	Rel. 85	S. Pedro, atribuído a Gaspar Vaz (Hoje integrados num díptico)	Igreja do Pindo, Viseu Museu Regional de Viseu (Grão Vasco)	Limpeza e retoque
1915	Rel. 86	S. Paulo, atribuído a Gaspar Vaz (Hoje integrados num díptico)	Igreja do Pindo, Viseu Museu Regional de Viseu (Grão Vasco)	Limpeza e retoque
1915	Rel. 87	Visão de S. Francisco, atribuída a Luca Giordano	MNAA – 719	Tratamento e colocação na moldura original
1915	Rel. 88	Quadro de Natureza Morte, de Pereda	MNAA – 469	Fixação da tinta e retoque
1915	Rel. 89	Quadro de Natureza Morte, de Pereda	MNAA – 470	Tratamento de retoque
1915	Acta do CE (4-8-1915)	Retrato do Duque de Ávila	MNAC	Limpeza de criptogâmicas, levantamento de verniz de intervenção recente prejudicial
1915	Rel. 90	Retrato de Homem	MNAA – 466	Fixação da tinta, levantamento de retoques. Entertelado e retocado
1915	Rel. 91	Marinha (Naufrágio), de Joseph Vernet	MNAA – 467	Limpeza e pequenos retoques
1915	Rel. 92	Marinha (Porto de mar), de Joseph Vernet	MNAA – 468	Idem
1915	Rel. 93	Christo, atribuído a Bernardino Luini	MNAA – 1276	Tratamento pela eliminação de infestantes animais
1915	Rel. 94	S. João com o Símbolo da S.S. Trindade, atribuído pelo restaurador a Milzi	MNAA – 541	Tratamento de infestantes e limpeza
1915	Rel. 95	Virgem (da Anunciação), de Cornelis van Clev	MNAA – 107	Limpeza e retoque parcial

1915	Rel. 96	Retrato de homem, atribuído a Del Mazo	MNAA – 465	Remoção do verniz
1915	Rel. 97	Auto retrato, de Andrea del Sarto	MNAA – 542	Levantamento de velatura geral que lhe fora aplicada posteriormente. Tratamento das avarias
1915	Rel. 98	S. Cosme, S. Tomé e S. Damião, de Jorge Afonso (hoje atribuídas a Francisco Henriques)	MNAA – 799	Limpeza, fixação de tinta e retocado, colocação de moldura gótica
1915	Rel. 99 Rel. 100 Rel. 101 Rel. 102	Tríptico, de Hemskerk (hoje, de Pieter Coeck van Aelst) Descida da Cruz, Christo subindo ao céu Christo descendo ao limbo Conversão de São Paulo (reverso)	MNAA – 1276	Tratamento de avarias. Retoques estéticos essenciais. Valorização global.
1916	Rel. 103	Políptico da Sé de Évora, atribuído a Gerard David Painel central: Virgem em Glória	Évora Palácio Episcopal Museu Regional de Évora	Tratamento <i>in loco</i> . Identificação dos restantes painéis. Levantamento de repintes
1916	Rel. 104	Quadro (Cogita Mori), de Teniers	Évora Museu de Évora - 1532	Descoberta, tratamento e identificação
1916	Rel. 105 Rel. 106 Rel. 107 Rel. 108 Rel. 109	Tríptico da escola neerlandesa (hoje atribuído a Goswin van der Weyden) Apresentação do Menino no Templo Santo António, porta (anverso) S. Francisco, porta (anverso) S.ª Catarina, porta (reverso) S.ª Marta, porta (reverso)	Sacristia da Igreja da Madre de Deus MNAA - 1287	Fixação da tinta, limpeza, substituição de retoque. Tratamento de restituição. Verificação de encomenda.
1916	Rel. 110 Rel. 111 Rel. 112 Rel. 113	Retábulo da capela-mor da Sé de Viseu, atribuídos a Jorge Afonso Adoração dos Magos Visitação Beijo de Judas Resureição	Sé de Viseu Museu Grão Vasco	Beneficiação do suporte de madeira. Tratamento e retoque Emolduramento.
1916	Rel. 114	Christo morto	MNAA – 1295	Fixação da tinta Tratamento da madeira. Limpeza e retoque
1916	Rel. 115 Acta 61 CE 10-5-1916	Bom Pastor, de Frey Carlos	MNAA – 1	Tratamento
1916	Rel. 116	Virgem e Menino e dois Anjos, da escola de Matsys	MNAA – 29	Tratamento, limpeza e retoque. Restituição à forma primitiva

1916	Rel. 117	Júpiter e Leda	MNAA – 1169	Limpeza e tratamento
1916	Rel. 118	Atalante e Maleagre (hoje Meleagro oferecendo a Atalante a cabeça do javali de Calidon], atribuído a [Charles-Antoine] Coypel	MNAA – 1547	Limpeza geral
1916	Rel. 119	D. João III, atribuído a Cristóvão Lopes	Igreja de S. Roque	Remoção de repintes
1916	Rel. 120	Sua mulher [D. Catarina], atribuído a Cristóvão Lopes	Igreja de S. Roque	Remoção de repintes
1916	Rel. 121	Retrato pintado por Kupetzky ⁹⁹	MNAA – 691	Remoção de repintes e descoberta da assinatura
1916	Rel. 122	Virgem, o Menino e dois Anjos, atribuída a Bartolomeu Roiz	-	Fixação de aparelho estofado, limpeza e retoque
1916	Rel. 123	S. Sebastião (hoje S. Vicente, atado à coluna), no estilo dos de Nuno Gonçalves	MNAA - 1549	Levantamento do repinte. Tentativa de identificação
1916	Rel. 124	Presepe, do Políptico de Bartolomeu Joanes	Sé de Lisboa	Tratamento
1916	Rel. 125	Adoração dos Magos, do Políptico de Bartolomeu Joanes	Sé de Lisboa	Tratamento, remoção de repinte, retoques
1916	Rel. 126	Descida da Cruz, do Políptico de Bartolomeu Joanes	Sé de Lisboa	Idem
1916	Rel. 127	Ceia (3), do Políptico de Bartolomeu Joanes	Sé de Lisboa	Idem e tratamento da madeira
1916	Rel. 128	Anunciação, do Políptico de Bartolomeu Joanes	Sé de Lisboa	Idem
1916	Rel. 129	Tríptico de Elvas, de Cristóvão de Figueiredo Calvário (central) S. João Baptista (volante) S. Jerónimo no deserto (volante)	MNAA - 1556	Fixação da tinta e retoque. Limpeza
1916	Rel. 130 Rel. 131 CAA – Coimbra Acta 30	Retábulo da capela-mor da Igreja de Santa Cruz de Coimbra St.ª Helena descobrindo a Cruz O Imperador Heraclito conduzindo a Cruz às portas de Jerusalém, influência de Cristóvão de Figueiredo	Museu Machado de Castro	Fixação da tinta, levantamento do repinte, limpeza. Descoberta de parte da primitiva pintura e retoques, limpeza

⁹⁹ Tratava-se do Retrato de Pedro Vicente von Oropeza, de Jan Kupetzky.

1917	Rel. 132	Virgem o Menino e um Anjo	Colecção Guerra Junqueiro MNAA - 1229	Apesar de enegrecido sustou-se o levantamento do betume
1917	Rel. 133	Virgem e Menino, obra florentina do século XVI	-	Limpeza com dificuldades pelo empolamento e caruncho
1917	Rel. 134	S. Francisco, de Ribera	MNAA – 889	Retoque
1917	Rel. 135	S. Judas Tadeu, de Zurbaran	MNAA – 1377	Remoção de repinte e retoque
1917	Rel. 136	S. João Evangelista, de Zurbaran	MNAA – 1383	Idem
1917	Rel. 137	S. Paulo	MNAA – 1373	Idem
1917	Relatório	Painéis de um contador flamengo	MNAA - 1058	Fixação de tinta, retoque e tratamento de retoque de melhor qualidade
1917	Rel. 138	Resurreição, de Frey Carlos	MNAA - 73	Fixação da tinta, limpeza e retoque
1917	Rel. 139 Rel. 140 Rel. 141 Rel. 142 Relatório CAA - Coimbra	Calvário, de Vasco Fernandes Christo perante Pilatos, predela Descida da Cruz, predela Christo descendo ao Limbo	Museu Grão Vasco	Tratamento da madeira e de avarias de limpezas anteriores e de golpes, retoque
1917	Rel. 143	A Virgem, o Menino e dois Anjos, obra de parceria	MNAA - 25	Tratamento de uma queimadura de vela e de limpeza anterior. Reintegração
1917	Rel. 144	S. Sebastião, de Clemente Sanches	MNAA - 1553	Tratamento, limpeza e descoberta da assinatura
1917	Rel. 145	Ascensão da Virgem	Museu Machado de Castro	Reconstituição de parte das tábuas do quadro, retoque
1917	Rel. 146	Martírio de Santa Auta	MNAA - 1462	Madeira adelgaçada e parquetada, limpeza de fumos de gás
1918	Rel. 147	Descida da Cruz (hoje, Lamentação sobre Cristo Morte), de Vieira Portuense	MNAA – 1506	Limpeza e retoque
1918	Rel. 148 Rel. 149 Rel. 150	Retábulo da antiga capela-mor da Igreja de Santiago de Palmela Investidura do habito de S. Tiago S. Tiago orando S. Tiago combatendo os mouros	MNAA – 16 a 24	Tratamento e remoção de retoques; fixação de tinta; restituição do terceiro (nos limites toleráveis)
1918	Rel. 151	Virgem em capela de flores, de Van Kessel	MNAA - 821	Limpo e descoberta da assinatura
1918	Rel. 152	Virgem e o Menino, de Morales	MNAA – 108	Tratamento e limpeza
1918	Rel. 153	St. ^a Clara tomando o habito, de Frey Carlos	MNAA – 85	Tratamento e retoques
1918	Rel. 154	Uma scena interior (aliás, Mulher deitando cartas), de [Jean- Baptiste] Mallet	MNAA - 116	Tratamento

1918	Rel. 155	A Adoração dos Magos, de Gregório Lopes	MNAA – 5	Levantamento das velaturas, fixação de empolas, substituição de retoques, retoques necessários
1918	Rel. 156 Rel. 157 Rel. 158 Rel. 159	Retábulo da capela-mor da Sé de Viseu, de Jorge Afonso Ceia Repouso no caminho do Egipto Presepe Anunciação	Museu Grão Vasco 2148; 2148; 2144; 2142	Fixação de tinta, limpeza e retoques entre outros pormenores quanto ao segundo
1918	Rel. 160 Rel. 161 Rel. 162 Rel. 163	Tríptico, [de Garcia Fernandes] Christo aparecendo à Virgem (Aparecimento de Cristo à Virgem) Anunciação (O Anjo da Anunciação), volante S. Pedro, anverso S. Paulo, anverso do volante Virgem Anunciada	Museu Machado de Castro	Restauro da parte física da obra, remoção de repintes, reintegração
1919	Rel. 164	Políptico da capela-mor da Igreja de S. João Baptista O Festim de Baltazar (Apresentação da cabeça de S. João Baptista)	Igreja de S. João Baptista de Tomar	Tratamento da madeira, limpeza, retoque
1919	Rel. 165	Daniel e Casta Susana, de Jorge Afonso (hoje Francisco Henriques)	MNAA – 679 Museu Regional de Évora	Pintura refeita no espaço em que faltava, para obter o efeito geral, o que foi uma opção contra os princípios adoptados até aí.
1919	Rel. 166	[Estigmatização de] S. Francisco, de Frei Carlos	MNAA – 276	Fixação da tinta e retoque
1919	Rel. 167	Sagrada Verónica, de Frei Carlos	MNAA – 51	Beneficiação geral Substituição de retoques
1919	Rel. 168	S. Pedro e S. Paulo, de Vasco Pereira	MNAA – 896	Reintegração, pela remoção de repintes.
1919	Rel. 169	S. Vicente Ferrer, de Valdez Leal	MNAA – 751	Remoção de acrescento e redução à dimensão original. Retoques.
1919	Rel. 170	Negação de Pedro, de Ribera	MNAA – 1576	Levantamento de uma camada de verniz e repintados de restauro em França. Descoberta da assinatura.
1919	Rel. 171	Natureza morta, de Abraham Mignon	MNAA – 1573	Tratamento semelhante ao anterior
1919	Rel. 172	Paisagem, de Jan Siberecz (ou seja Passagem do vau)	MNAA – 1577	Limpeza
1919	Rel. 173	Tríptico da Paixão, de Quentin Metsys Ecce Homo Anjo da Anunciação, reverso	Museu Machado de Castro – 2519	Fixação de tinta, remoção de repintes e limpeza

1919	CAA (1. ^a) Corresp. 1922 a 1924	Tecto da Portaria de S. Vicente de Fora de Baccarelli	S. Vicente de Fora	Limpeza, retoques e resolução de avarias provocadas pelas inundações de 1921
1919	Idem	Quadro, não especificado, para a Portaria de S. Vicente	S. Vicente de Fora	Provavelmente limpeza.
1920	Rel. 174	Flagelação Virgem da Anunciação, anverso do tríptico	Museu Machado de Castro – 2518	Remoção de repinte, uniformização estética de valorização
1920	Rel. 175	[Martírio de] S. Sebastião, de Gregório Lopes	MNAA – 80	Limpeza, retoques. Reintegração
1920	Rel. 176	Cardeal Polignac, de Rigaud	MNAA – 575	Limpeza e emoldurado ao estilo da época
1920	Rel. 177	S. Carlos Borromeu distribuindo esmolas	MNAA – 814	Limpeza
1920	Rel. 178	S. Sebastião, atribuído a Lucas Giordano	MNAA – 548	Limpeza
1920	Rel. 179	Cortezã, de Franz Halls (actualmente Jacob Adriaensz Backer)	MNAA – 1633	Limpeza e remoção de repintadela
1920	Rel. 180	S. Agostinho [calcando aos pés a heresia], de Vieira Lusitano	MNAA – 119	Limpeza e envernizamento
1920	Rel. 181	Christo aparecendo à Virgem, de Gregório Lopes (ou do Mestre de 1515, Jorge Afonso)	MNAA - 1632	Limpeza e restituição do tamanho e da primitiva pintura através de fragmentos de tábuas originais que se encontravam noutros quadros, de novo inseridos no original. Trabalho de carpintaria. Restituição de aspectos.
1920	Rel. 182 Rel. 183	Anunciação, de Gaspar Vaz Anjo Anunciador	Museu Grão Vasco	Limpeza e retoque
1920	Rel. 184	A Virgem e o Menino, de Isebrant	Museu Machado de Castro – 3351	Fixação de tinta. Restauro de partes em falta, fora dos seus princípios
1920	Rel. 185	A Virgem adorada por diversos santos, Vieira Lusitano (hoje Virgem com o Menino e os Santos, de Pietro di Pietri)	MNAA - 1590	Remoção de repintes em partes sensíveis
1920	Rel. 186	S. Geronimo, de Hemessem	MNAA – 1651	Trabalho de carpintaria, limpeza com descoberta da assinatura e datação mais antiga da obra do pintor
1920	Rel. 187	Comunhão de S. Onofre, de Sequeira	MNAA – 116	Desvernizamento
1920	Rel. 188	Cabeças, dois estudos	MNAA – 1650	Limpeza
1920	Rel. 189	S. Francisco, Carlo Doci	MNAA – 606	Tratamento, com desvinque da tela.
1920	Rel. 190	Marinha, atribuída a Guardi (hoje Vista de Veneza, autor desconhecido)	MNAA – 1663	Limpeza e envernizamento
1920	Rel. 191 Rel. 192 Rel. 193	Tríptico de Frei Carlos Virgem D. João, filho de D. Manuel D. Luís, filho de D. Manuel	MNAA – 25 MNAA – 27 MNAA – 31	Limpeza, tratamento, composição de partes e reconstituição, com identificação das personagens

1920	CAA: Coimbra Acta 71 25-7-1920	Milagre de Santa Isabel	Museu Machado de Castro	Limpeza e tratamento
1921	Rel. 194	Anunciação, de Frei Carlos	MNAA -. 677	Reintegração do fundo no aspecto primitivo, levantamento da camada de tinta
1921	Rel. 195	Retrato da filha de Sequeira [Mariana Benedita Vitória de Sequeira]	MNAA – 1086	Beneficiação
1921	Rel. 196	S. Pedro de Alcântara arrebatado em extasi	MNAA – 462	Beneficiação
1921	Rel. 197	Monge em oração	MNAA – 601	Beneficiação
1921	Rel. 198	Flagelação	MNAA – 600	Beneficiação
1921	Rel. 199 Rel. 200	Dois esboços de assunto alegórico	MNAA – 500	Beneficiação
1921	Rel. 201	Desembarque de Vasco da Gama em Molinde (sic)	MNAA – 499	Beneficiação
1921	Rel. 202	Coração da Virgem	MNAA – 506	Beneficiação e remoção de repinte
1921	Rel. 203	Scena Campestre, de Quilhard (isto é Festa num parque)	MNAA – 1658	Limpeza
1921	Rel. 204	Retrato de homem	MNAA – 1464	Limpeza
1921	Rel. 205	Alegoria a igreja católica, de Rubens (hoje Casamento Místico de Santa Catarina, de Heindrich Van Balen)	MNAA – 1480	Limpeza
1921	Rel. 206	S. Jerónimo, de Breughel ¹⁰⁰	Provável quadro do Hospital da Misericórdia de Coimbra Museu Machado de Castro	Limpeza
1921	Rel. 207	Coroação da Virgem	MNAA - 1637	Limpeza
1921	Rel. 208	Antigo retábulo da capela-mor da Sé de Évora Casamento da Virgem	Museu Regional de Évora – 1505	Remoção de repinte, recolha de amostra, restituição.
1921	Rel. 209	S. Catarina e um eclesiástico, de Gregório e Cristóvão Lopes	MNAA - 61	Tentativa de destrinça do que era de um e outro artista que importava conservar. Resolução de diversas avarias

¹⁰⁰ Cf. Parecer de Luciano Freire a propósito do quadro de João Breughel, o Velho pedido pelo CAA de Coimbra, não se justificando a compra para o MNAA, por ser duvidoso ser dele, porque era produção de inferior qualidade, 17 de Janeiro de 1914, dirigido ao Presidente da CAA. ANBA – CAA, Correspondência Expedida, (L.º 10, of. 14), ano de 1914, Livro 150.

1921	Rel. 210 Rel. 211 Rel. 212 Rel. 213	Retábulo da capela-mor de Viseu, de Jorge Afonso Cristo no Horto Ascensão Descida da Cruz Pentecostes	Ver n.º 156 a 159	Limpeza e retoque. Trabalhos de carpintaria (grudados e com cavilhas primitivas, sem travejamento)
1921	Rel. 214	Uma religiosa (hoje, Senhora com Rosário)	MNAA – 1460	Limpeza de sujidade e verniz
1921	Rel. 215	Uma scena rústica, de Joaquim Marques	MNAA – 1647	Limpeza
1921	Rel. 216	Eremitas em oração, de Salvador Rosa (hoje atribuída a António Francesco Peruzzini e Alessandro Magnasco)	MNAA – 1644	Limpeza
1921	Rel. 217	Um esboçeto, de [Giambattista] Tiepolo	MNAA – 1623	Limpeza
1921	Rel. 218	Crucificação, proveniente do Mosteiro de Celas	Museu Machado de Castro	Fixação de tinta, remoção de repinte, arranjo da mutilação. Limpeza. Reconstituição
1922	Rel. 219 CAA- Coimbra Actas 74, 125 Of. 397	Pentecostes, de Velasquez ¹⁰¹	Igreja de Santa Cruz de Coimbra Sacristia	Trabalho de carpintaria, levantamento de vernizes Análise das condições ambientais
1922	Rel. 220- 229	Dez interessantes quadrinhos, de Pillement	MNAA – 648-657	Tratamento da ruína da pintura em suporte de folha-de-flandres (oxidada)
1922	Rel. 230	S. António	Museu Grão Vasco	Limpeza, fixação da tinta e retoques. Estudo da madeira do Norte
1922	Rel. 231	S. Pedro	Museu Grão Vasco	Idem
1922	Rel. 232	S. Paulo	Museu Grão Vasco	Idem
1922	Rel. 233	Menino entre os Doutores, de Gregório Lopes	Convento da Encarnação MNAA – 1575	Limpeza, remoção de repintes, tratamento dos empolamentos de tinta derivado às condições da antiga exposição. Dada a importância da obra não voltou ao convento.
1922	Rel. 234	Retrato [de homem], atribuído a André del Sarto	MNAA – 542	Remoção de retoques e restauro por complemento das falhas existentes

¹⁰¹ O autor refere as dificuldades em obter o quadro, que só a instâncias do Presidente do CAA de Coimbra, Joaquim Martins de Carvalho, foi possível concretizar.

1922	Rel. 235 Rel. 236 Rel. 237 Acta do CAN, pp. 134-135	Retábulo da Capela-mor da Sé de Lamego, de Vasco Fernandes Anunciação A Apresentação no Templo Circuncisão	Museu Regional de Lamego	Reintegração em circunstâncias difíceis dado o estado dos quadros: por via de remoção de repintes e retoques nas falhas
1923	Rel. 238 Rel. 239 Rel. 240 Rel. 241 Rel. 242	Tríptico [do Pentecostes] da Capela do Espírito Santo de Miragaia A Virgem Anjo da Anunciação S. Paulo S. João Baptista, com doador Pentecostes	Capela do Espírito Santo de Miragaia Integrado na Igreja de S. Pedro de Miragaia	Fixação da tinta. Remoção de repintes. Reconstituição do tríptico.
1923	Rel.	S. Pedro Mártir	Colecção Braamcamp Freire Colecção de pintura da Casa Museu Braamcamp Freire (Santarém)	Remoção de repintura, revelação desta pintura por baixo da pintura encomendada
1923	Rel. 243	Tríptico da Paixão de Santa Clara-a-Velha Senhora das Dores (fragmento)	Museu Machado de Castro – P37	Limpeza, e remoção de repintura e revelação de um quadro da Escola de Anvers
1923	Rel. 244	S [antíssima]. Trindade, atribuída por José de Figueiredo a Cristóvão de Figueiredo	Museu Municipal do Porto MNSR, Porto	Levantamento da pintura que uniformizava o fundo. Retoques nas faltas de tinta.
1923	Rel. 245	Casamento Místico de St. ^a Catarina	MNAA – 1608	Levantamento de verniz sem ofender as velaturas
1923	Rel. 246	Retrato, da escola de Rafael (provavelmente de Franciabigio)	MNAA – 1611	Levantamento de verniz
1923	Rel. 247	Retrato, de Goltzius	MNAA – 1491	Limpeza
1923	Rel. 248	Retrato, de Goltzius	MNAA – 1492	Limpeza
1923	Rel. 245- 251 Rel. 252- 253	Tríptico de Bosch Tentação de St. ^o Antão (I, II, III) Episódios da Crucificação I, II	MNAA – 1498	Remoção de verniz de um restauro oitocentista executado na Alemanha

1923	Rel. 254	Tentação(ões) de S. Antão, de Bickaert (hoje David Ryckaert)	MNAA – 1470	Limpeza do verniz
1923	Rel. 255	Retrato de homem (hoje atribuído a Jacob Adriaensz Backer)	Museu Municipal do Porto	Limpeza
1923	Rel. 256	Jogadores numa taberna, de Adriano Brouwer	Museu Municipal do Porto	Limpeza e revelação da autoria
1923	Rel. 257	Morte da Virgem, atribuído a Garcia Fernandes	Aquisição no leilão Ameal Museu Grão Vasco MNAA – inv. 42	Remoção de repintes e retoques nas falhas provocadas por reagentes químicos de restauro anterior
1923	Rel. 258	Assunção da Virgem, de Fey Carlos	MNAA – 82	Tratamento
1923	Rel. 259	Cristo em casa de Marta, de Bassano	Palácio da Ajuda MNAA – 484	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 260	Visita a um enfermo, de Gaspar Crayer	Palácio da Ajuda MNAA – 886	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 261	Duo, de Toornillet (hoje Tocador de sanfana, de Jacob Toorenvliet)	Palácio da Ajuda MNAA - 1504	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 262	Vistas de portos de mar	Palácio da Ajuda	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 263	Vistas de portos de mar	Palácio da Ajuda	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 264	Torre de Babel (atribuído a Joos de Momper)	Palácio da Ajuda MNAA – 1465	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 265	Efeito de neve	Palácio da Ajuda MNAA – 1475	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 266	Obras de caridade (atribuível a Brueghel, o Moço)	Palácio da Ajuda MNAA – 1469	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 267	Moisés fazendo brotar água de um rochedo (de Jan de Witt)	Palácio da Ajuda MNAA – 1484	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 268	Kermesse	Palácio da Ajuda MNAA – 1477	Limpeza geral com retoques
1923	Rel. 269	Retrato de um jovem, da família Lencastre, de Vieira Luzitano	MNAA – 1679	Resolução das avarias criadas pelo entretelamento de restauro anterior que criara ruína. Transporte da tinta in anima vili. Inovação técnica aplicada com êxito por Freire. Arquivo da tela antiga e da entretela.
1923	Rel. 270	A Assunção da Virgem, obra de colaboração entre Gregório Lopes e Cristóvão Lopes (hoje Mestre de 1515, Jorge Afonso ?)	MNAA -	Adelgaçamento da madeira, para resolução do seu mau estado de conservação. Consolidação das tábuas. Remoção do repinte e descoberta da existência de uma tábua adventícia. Retoques nas juntas das tábuas e nas partes avariadas principais.

1923	Rel. 271 Rel. 272 Rel. 273	Tríptico de Coimbra Episódio da vida de St. ^a Clara, central Christo no Horto, lateral Christo descido da Cruz, lateral	Museu Machado de Castro – 2521 a 2524	Resolução de mutilações na parte superior do quadro. Remoção de repinte.
1923	Rel. 274	Apostolado	M. Machado de Castro	Remoção de repinte
1923	Rel. 275	Ascensão de Christo, de Frei Carlos	MNAA – Inv. 83	Limpeza do alcali. Remoção de repinte Retoques Reintegração
?	Rel. 276	Presepe, de Frei Carlos	MNAA – inv 81 Museu Regional de Évora	Fixação de tinta, limpeza, retoques.
?	Rel. 277	Virgo inter Virginis, de mestre holandez (hoje Casamento Místico de Santa Catarina, do Mestre das Folhagens Bordadas)	MNAA – 1468	Remoção de repintes, tratamento da pintura
?	Rel. 278	Apresentação no Templo, de Jorge Afonso	Sé de Viseu Museu Grão Vasco – 2146	Limpez
?	Rel. 279	Circuncisão, de Jorge Afonso	Sé de Viseu Museu Grão Vasco - 2147	Limpeza
?	Rel. 280-284	Tríptico de Provost	MNAA – 697	Verificação do restauro anterior de Freire. Renovação do tratamento. Fixação de tinta.
?	Rel. 285	Políptico da Sé de Lamego Creação dos Animaes, de Vasco Fernandes	Museu Regional de Lamego	Fixação de tinta e retoques.
1924 1929	Rel. 295-298 Rel. 299 Ofício de José de Figueiredo (17-10-1924)	Martírio de Santa Auta, indicadas como “Portas do arcaz da sacristia da igreja da Madre de Deus” Quadro central	Coro da Igreja de Madre de Deus, Xabregas	Tratamento, reconstituição e reintegração Emolduramento com moldura da renascença

1918 1930	Rel. 286 Rel. 287 Rel. 288 Rel. 289 Rel. 290 CAA: Corres. expedida (10-8- 1918). Livro 154 AHUAMOC	O Grande tríptico flamengo existente na igreja de S. João Baptista de Tomar, estilo de Quentin de Metsys Baptismo de Christo, central Bodas de Cana, lateral esquerdo Tentação de Christo, lateral direito S. André, reverso S. João Evangelista, reservo	Igreja de S. João Baptista	Identificação, tratamento, recomposição, reintegração, restauro, emolduramento, colocação na reordenação artística da capela baptismal.
?	Rel. 291	Ruínas, de Robert-Robert (hoje Giovanni Paolo Pannini)	MNAA – 1672	Levantamento do verniz e pequenos retoques
1928	Areosa Feio	Pinturas murais da abóbada da Igreja do Hospital	Igreja do Hospital de Santarém	Tratamento de consolidação, limpeza e retoque executada por António Saúde
1929	Rel. 292	[Vista panorâmica] de Lisboa	MNAA – 389	Melhorado no entretelamento, retocado
1929	Rel. 293	[Vista panorâmica] de Goa	MNAA – 390	Idem
1929	Rel. 294	S. Tiago [ou seja S. Mateus] S. Filipe	MNAA – 854 MNAA – 856	Tratamento
?	Rel. 300	S. Jerónimo, atribuído a Breughel	Proveniente de Coimbra	Tratamento de capintaria e limpeza
1930	Rel. 301	Repouso a caminho do Egipto, de Gerard David	MNAA – inv. 205	Fixação da tinta, por injeção de líquido viscoso de forma a permitir a aderência. Retoques
?	Rel. 302	Painel de capela de S. Francisco de Évora Pentecostes, de Jorge Afonso (hoje atribuído a Francisco Henriques)	MNAA – inv. 801	Tratamento do caruncho, remoção da limpeza de restauro anterior
?	Rel. 303	Retábulo principal da Igreja de S. Francisco de Évora S. Francisco (?)S. Bernardino de Siena	MNAA – 293	Tratamento de remoção de restauros anteriores
?	Rel. 304	Martírio dos Santos Mártires de Marrocos	MNAA – 89	Limpeza. Retoques
?	Rel. 305	Christo no Horto	MNAA – 97	Impregnação de substância própria (não química) para estancar a acção do caruncho e garantir a resistência da madeira, resolução de diversas avarias, por restauro e retoques infimos que permitiram a restituição, com excepção da parte arruinada-
?	Rel. 306	Deposição no Tumulo	MNAA – 98	Tratamento do caruncho, limpeza e retoques
?	Rel. 307	Christo caindo sob o pezo da Cruz	MNAA – 95	Idem

?	Rel. 308	Descida da Cruz	MNAA – 92	Idem, preenchimento das falhas de suporte, preparação e pintura
?	Rel. 309	Maná no deserto	MNAA – 94	Douramento de partes encobertas impossíveis de restaurar
?	Rel. 310	Abrahão e Melchizedek	MNAA – 93	Idem
?	Rel. 311	Ceia	MNAA – 94	Limpeza e tratamento do caruncho
?	Rel. 312	Missa de S. Gregorio	MNAA – 91	Limpeza e tratamento do caruncho
1931	Rel. 313	Antigo retábulo da Capela-Mor da Igreja do Convento de Jesus de Setúbal Via Dolorosa (aliás Caminho do Calvário), atribuído a Quentin Matsys	Igreja de Jesus de Setúbal Museu de Setúbal	Tratamento do suporte na carpintaria, remoção de retoques
?	Rel. 314	Menino entre os Doutores, da oficina de Quentin Matsys	MNAA – 1692	Remoção de vernizes, retoques Restituição inclusive das tonalidades originais das tintas
?	Rel. 315	S. Lucas (atribuído a Hugo Van der Goes)	MNAA – 1459	Limpeza e retoque e aplicação de nova tinta de forma a preencher uma avaria ocorrida na madeira depois de pronto (abriu)
?	Rel. 316	St.ª Inez, de Dominichino	MNAA – 1702	Limpeza
?	Rel. 317	Cabeça, da escola italiana (hoje Retrato de Homem, atribuído a Franciabigio)	MNAA – 1611	Limpeza e retoques
?	Rel. 318	Retrato de homem, de Maes	MNAA – 1626	Limpeza e retoques
	Rel. 319	Retrato [de Carlos I de Inglaterra], atribuído a Van Dick (aliás cópia]	MNAA – 1589	Limpeza e retoques e redução do quadro às proporções primitivas
?	Rel. 320	St.º António, de Frei Carlos	MNAA – inv. 64	Tratamento das juntas, remoção de repinte de fundo e fixação de tinta.
?	Rel. 321	St.ª Catarina (hoje Casamento Místico de Santa Catarina), da nomeada Josefa de Óbidos	MNAA – inv. 197	Limpeza e retoques, um dos quais sobre local onde tinha sido colocado uma etiqueta sobre a pintura, cujo suporte era cobre.
?	Rel. 322	Festim de Herodes, da mesma autoria (hoje Salomé apresentado a Cabeça de S. João Baptista)	MNAA – 1675	Retoques
1932-1939	AHUAMOC	Restantes pinturas do antigo retábulo quinhentista da Igreja de S. João Baptista	Igreja de S. João Baptista	Execução de Fernando Mardel
1933	Rel. 323	Lava Pés (hoje Pedro Dias)	Museu Machado de Castro – 2604	Tratamento de limpeza e retoque
1933	Rel. 324	Presepe, de Vasco Pereira (?) – (hoje Pedro Dias)	Museu Machado de Castro	Em tratamento nessa data

1933	Rel. 325 Rel. 326 Rel. 327	Tríptico: Mistério da Instituição da Eucaristia [Última Ceia ou Instituição da Eucaristia], atribuído a Gaspar Vaz (hoje, Vasco Fernandes) Painel I Comunhão Painel III	Museu Grão Vasco - 2174	Tratamento complexo, em curso, executado sob a orientação de Freire por Fernando Mardel
1933	Arq. Hist. UAMOC	S. Bento, da Charola do Convento de Cristo		Restauro executado por Henrique Tavares

1.7.2 Escultura.

DATA	FONTE	OBRA	LOCAL INV. / REF.	INTERVENÇÃO
1914-1919	CM - Actas	Esculturas e talha do Palácio de Queluz	Queluz	Costa Mota
1914-1918	CAA - Correspondência	Esculturas do Vestíbulo da Basílica do Convento de Mafra	Mafra	Costa Mota
1916-1924	CM - Actas	Cadeiral do Coro da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	Costa Mota
1917	CM - Actas	Pelourinho de Estremoz	Estremoz	Costa Mota
1919 (?)	AHUAMOC	Restauro da cabeça da escultura da Janela do Convento de Cristo	Tomar	DDOPS
1920	AHUAMOC	Limpeza, restauro e reintegração dos profetas	Tomar	Sob a direcção de Garcez Teixeira
1923 (?)	Correspondência Imprensa	Trabalhos de conservação de escultura da Sé de Lisboa	Lisboa	Costa Mota
1924	AHUAMOC	Reintegração de uma imagem, presumível do Papa João XXII, depois do resgate da sua cabeça que estava no Museu do Carmo, na Charola do Convento de Cristo	Tomar	Sob a direcção de Garcez Teixeira
1926	AHUAMOC	Restauro da estátua da Casa do Capítulo	Tomar	Sob a direcção de Garcez Teixeira
1929	AHUAMOC	Restauro da Imagem de Santa Iria	Tomar	Idem

1.7.3 Azulejo (amostragem).

Ano	Missão	Lugar	Estudos	Responsáveis	Situação Patrimonial
1-7-1914	Não especificado	Estremoz	Estudo de valor	Luciano Freire	Deviam ser removidos para o Museu Regional de Évora
19-9-1914	Asilo da Mendicidade	Lisboa	Análise do valor dos azulejos	José de Figueiredo	Defende-se a sua conservação in situ
6-10-1914	Igreja da Purificação dos Mártires	Sacavém	Estudo do valor	José de Figueiredo	Respeito em absoluto dos lambris de azulejo conservados in situ
4-11-1914 10-4-1916	Cerca do Mosteiro de S. Vicente de Fora	Lisboa	Análise dos azulejos alusivos às Fábulas de La Fontaine	José de Figueiredo	Resolve-se proceder à protecção, recolha e remoção. Enquanto estivessem em S. Vicente deviam ser conservados
16-11-1914	Igreja da Misericórdia	Grândola	Análise de valor dos azulejos do século XVII	Costa Mota Luciano Freire	Os azulejos deviam ser conservados in situ.
5-12-1914	Capela de S. Sebastião	Caldas da Rainha	Análise do valor dos azulejos	José de Figueiredo Luciano Freire	Bom estado, devendo continuar na Capela por ser as Caldas um centro de produção de olaria e poucos os exemplares de azulejos na cidade.
10-12-1914	Lisboa	Geral	Corporização da ideia de Inventário	José Queiroz	Objecto de portaria publicada no DG
8-8-1917	Igreja de N. ^a Sr. ^a dos Mártires ¹⁰²	Sacavém	Estudo dos azulejos para lhes dar destino	José Queiroz	Estudo não se realizou
1918 1922	Capela de Santo António	Ericeira	Análise do valor dos azulejos	José Queiroz	Defende-se a conservação dos azulejos in situ.
21-2-1921	Igreja da Misericórdia	Grândola	Verificação da existência de azulejos assinados por Policarpo Oliveira Fernandes	Vergílio Correia ¹⁰³	Painéis vendidos ao antiquário Carvalho
12-4-1921	Igreja de N. ^a Sr. ^a dos Mártires, convento capucho de Santa Clara	Sacavém	Estudo dos dez painéis de figura azul, datada do 2.º terço do século XVIII, do corpo da igreja. Estudo dos painéis da capela-mor, menores, da	Vergílio Correia ¹⁰⁴	Proposta de remoção dos painéis do edifício, face ao estado de abandono e conservados em depósito, para serem aplicados noutra local e espaço. Deviam ser deixados nos edifícios os azulejos das sacristias e corredores.

¹⁰² Ofício dirigido ao CAA, datado de 25 de Agosto de 1917, não encontrado.

¹⁰³ Nesta missão identificou quatro painéis de madeira dos princípios do século XVII, abandonados. Ofício n.º 3 da dita Comissão. ANBA – Livro 049

¹⁰⁴ Vergílio Correia descreve dentro daquele templo, “saltando os muros esbarrondados, entrava quem queria, apesar da vigilância exercida pelo pessoal do Quartel vizinho. Como consequência deste estado de coisas, depois da venda do recheio removível, muitos azulejos e mármore foram tirados ou deteriorados”. Era um caso de igreja esvaziada, existindo apenas o arcaboço de pedra e tijolo e com os azulejos nas paredes mestras. Havia apenas aproveitar o que restava e “abandonar o edifício ao seu novo destino”. No seu ofício, Vergílio Correia identifica obras de escultura que deviam ser apartadas e removidas, uma colunata de mármore dos padroeiros da igreja, um lavabo de mármore e a escultura do nicho das costas da capela-mor.

			mesma época e estilo. Estudo dos azulejos da sacristia e corredores de laçaria e vegetais, padrões do séc. XVII.		
3-4-1923	Igreja de S. Lourenço	Alhos Vedros	Estudo do valor de azulejos do século XVIII	Luís Keil	Proposta de se manterem in situ, com a classificação de monumento da igreja
24-11-1924	Igreja de Santa Joana	Lisboa	Análise do revestimento de azulejos	CAA	Parecer fundamental da manutenção de todo o revestimento da igreja
1924	Portaria de S. Vicente de Fora	Lisboa	Azulejos de alto valor documental	Luciano Freire	Era parte integrante da valorização artística da Portaria, tal como os frescos de Baccarelli.

2. Fundamentos / Provas / Apêndices.

2.1 Quadros, Mapas, Gráficos e Organogramas.

2.1.1 Índice.

Quadros.

Quadro 1 – *Conceitos referência, anteriores ao conceito de «monumento histórico».* Volume I, tomo 1, p. 91.

Quadro 2 – *Paralelo e mutação dos conceitos de «monumento» e «património».* Vol. I, tomo 1, p. 92.

Quadro 3 – *A ideia de valores em Aloïs Riegl (1903).* Vol. I, tomo 1, p. 149.

Quadro 4 – *Comissões permanentes e delegações portuguesas nos Congressos Internacionais de Architectos de Londres e Viena,* Vol. I, p. 229 e Vol. II, pp. 132-133.

Quadro 5 – *Congressos Internacionais dos Architectos (1867-1932).* Vol. I, tomo 1, pp. 231-232.

Quadro 6 – *Congressos Internacionais temáticos significativos para a salvaguarda e conservação do património (1873-1931).* Vol. I, tomo 1, p. 238.

Quadro 7 – *Composição das Comissões nomeadas para a Reforma das Belas Artes, Serviços Artísticos e Monumentos Históricos (Direcção Geral de Instrução Pública, 1870-1875),* Vol. I, p. 254 e Vol. II, p. 133 - 134

Quadro 8 – *Excursões e Inspeções da Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1893).* Vol. I, pp. 271, 324 e 478; Vol. II, pp. 134 – 137.

Quadro 9 – *Excursões e Inspeções da Comissão dos Monumentos Nacionais (1893-1898).* Vol. I, p. 285 e 324; Vol. II, p. 138.

Quadro 10 – *Comissão dos Monumentos Nacionais (1893-1898). Composição e Participação dos Vogais Efectivos.* Vol. I, p. 289 e Vol. II, pp. 139-140.

Quadro 11 – *Atribuições, competências e resultados administrativos e técnicos do Conselho dos Monumentos Nacionais.* Vol. I, p. 310 e 311; Vol. II, pp. 140 -141.

Quadro 12 – *Vogais Efectivos de Nomeação e de Qualidade do Conselho dos Monumentos Nacionais (1901-1911).* Vol. I, pp. 311 e 321; Vol. II, pp. 142 -143.

Quadro 13 – *Vogais Honorários do Conselho dos Monumentos Nacionais (1898-1910).* Vol. I, p. 311; Vol. II, p. 144.

Quadro 14 – *Presidentes e Vice-presidentes do Serviço de Monumentos em Portugal (1882-1911).* Vol. I, tomo 1, p. 313.

Quadro 15 – *Conselho Superior e Conselho dos Monumentos Nacionais. Visitas Técnicas e Inspeções (1900-1911).* Vol. I, p. 324; Vol. II, pp. 144-146.

Quadro 16 – *Comissão dos Monumentos Nacionais. Vogais Correspondentes (1895-1898)*. Vol. I, p. 370; Vol. II, pp. 147-150.

Quadro 17 – *Conselho dos Monumentos Nacionais. Vogais Correspondentes (1900-1911)*. Vol. I, p. 370 e 385; Vol. II, pp. 151-158.

Quadro 18 – *Monumentos Nacionais. Sistema de Classificação proposto pela Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1880)*, Vol. I, tomo 1, p. 412.

Quadro 19 – *Resposta aos Quesitos da CMN – Levantamentos Municipais (1882-1883)*. Vol. I, pp. 416-417; Vol. II, pp. 159-160.

Quadro 20 – *Propostas, Pareceres e Aprovações de Monumentos Nacionais (1894-1898)*. Vol. I, tomo 1, pp. 307 e 420; Vol. II, pp. 161-162.

Quadro 21 – *Resposta aos Quesitos colocados pela RAACAP – Levantamentos Distritais, Municipais, de Associados (vogais correspondentes) e Particulares (1897-1898)*, Vol. I, tomo 1, p. 423. Vol. II, pp. 163-167.

Quadro 22 – *Estrutura base de classificação dos «Monumentos Nacionais» em Portugal (1904)*, Vol. I, tomo 1, p. 431.

Quadro 23 – *Critérios da Classificação dos Monumentos Nacionais (1909-1910)*, Vol. I, tomo 1, p. 432.

Quadro 24 – *Propostas e Pareceres de Monumentos Nacionais Apresentados pelos Vogais Efectivos do CSMN e COMN (1900-1910)*. Vol. I, tomo 1, p. 438; Vol. II, pp. 167-169.

Quadro 25 – *Propostas de Monumentos Nacionais apresentadas pelos Vogais Efectivos Ramalho Ortigão (1907) e Leite de Vasconcelos (1905/1909)*. Vol. I, pp. 435 e 438; Vol. II, pp. 169-171.

Quadro 26 – *Propostas e Pareceres sobre Monumentos Nacionais Apresentados pelos Vogais Correspondentes do Conselho dos Monumentos Nacionais (1902-1910)*. Vol. I, tomo 1, p. 438 e 442; Vol. II, pp. 172-174.

Quadro 27 – *Arquitectos Concorrentes ao Concurso Público de Restauo dos Jerónimos (1896)*, Vol. I, tomo 1, pp. 490-491.

Quadro 28 – *Programa de Pedro Romano Folque para a conclusão do restauro do Mosteiro dos Jerónimos (1898)*, Vol. I, tomo 1, p. 493.

Quadro 29 – *Arquitectura Religiosa – Inventário de Situações de Conservação e Restauo (Século XIX)*. Vol. I, tomo 1, p. 510; Vol. II, pp. 175-176.

Quadro 30 – *Antiguidades e Arquitectura Civil e Militar – Inventário de Situações de Conservação e Restauo (Século XIX)*. Vol. I, tomo 1, p. 510; Vol. II, p. 177.

Quadro 31 – *Estaleiro de Obra do Restauo da Sé de Lisboa – 1904*. Vol. I, tomo 1, p. 531.

Quadro 32 – *Engenheiros Militares e Civis que participaram em projectos e intervenções de restauro em Portugal (1840-1932)*. Vol. I, tomo 1, p. 537, Tomo 2, p. 1224; Vol. II, pp. 178 – 181.

Quadro 33 – *“Plano de Restauo” da Sé Velha de Coimbra e “Parecer” da Comissão dos Monumentos Nacionais*, Vol. I, tomo 1, p. 543.

Quadro 34 – *Hipóteses de Filiação de Architectos e de Responsáveis Portugueses dos Monumentos Nacionais nas Correntes Internacionais de Restauo*, Vol. I, tomo 1, p. 548.

Quadro 35 – *Igreja e Convento da Madre de Deus (Lisboa): Profissionais de conservação e restauo envolvidos*. Vol. I, tomo 1, p. 550.

Quadro 36 – *Missões de inventariação e de selecção de bens móveis de valor artístico, histórico e arqueológico pela Academia Real de Belas Artes de Lisboa e Museu Nacional de Belas Artes em conventos extintos e obras instituições religiosas e civis*. Vol. I, tomo 1, p. 578 e 609 e 613; Vol. II, pp. 182-187

Quadro 37 – *Inventário do Retábulo da Charola de Tomar*, Vol. I, tomo, 1, p. 613.

Quadro 38 – *Orçamento para o funcionamento das três Circunscrições Artísticas do país (1911)*. Vol I, tomo 2, pp. 698 e 721; Vol. II, p. 188.

Quadro 39 – *Diferenças entre as Reformas do Ensino de Belas Artes de 1901 (Lisboa) e de 1911*, Vol. I, tomo 2, p. 718.

Quadro 40 – *Serviços Dependentes e Integrados nas Circunscrições Artísticas (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 735.

Quadro 41 – *Actividade Profissional e Origem Institucional dos Vogais Efectivos do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 748; Vol. II, pp.187-188.

Quadro 42 – *Composição artística dos vogais efectivos dos Conselhos de Arte e Arqueologia de Lisboa, Coimbra, Porto*, Vol. I, tomo 2, p. 749; Vol. II, pp. 189-190.

Quadro 43 – *Conselhos de Arte e Arqueologia (1911-1932). Presidentes*, Vol. I, tomo 2, p. 758.

Quadro 44 – *Vogais Auxiliares e Correspondentes por Circunscrições Artísticas (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 768 e p. 861; Vol. II, pp. 191-193.

Quadro 45 – *Vogais honorários por Circunscrições Artísticas (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 768; Vol. II, p. 194.

Quadro 46 – *Vogais efectivos indicados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição (1911-1925)*. Vol. I, tomo 2, p. 782; Vol. II, p. 195.

Quadro 47 – *Comissões locais criadas para a defesa e institucionalização de museus regionais da 2.ª e 3.ª Circunscrição*, Vol. I, tomo 2, p. 792; Vol. II, pp. 195-196.

Quadro 48 – *Bens que ao abrigo da Lei da Separação foram identificados pelo valor artístico e destinados aos museus. 1.ª Circunscrição (1913-1914)*, Vol. I, tomo 2, p. 892; Vol. II, pp. 197-201.

Quadro 49 – *Acção de Inventário ao abrigo da Lei da Separação: 3.^a Circunscricção (1911-1920)*, Vol. I, tomo 2, p. 901; Vol. II, pp. 202-204.

Quadro 49 A – *Museus integrados nos Conselhos de Arte e Arqueologia (1911-1932)*, Vol I, tomo 2, pp. 914, 929 e 1053.

Quadro 50 – *Comissões gratuitas de Luciano Martins Freire ao serviço do património artístico de Portugal*, Vol. I, tomo 2, p. 938; Vol. II, p. 205.

Quadro 51 – *Série «Monumentos de Portugal» e seus autores*. Vol I, tomo 2, p. 978.

Quadro 52 – *Série «A Arte em Portugal» e seus autores*. Vol I, tomo 2, p. 978.

Quadro 53 – *Propostas, projectos e intervenções de reintegração / integração / restituição (1892-1932)*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053 e 1169.

Quadro 54 – *Comparação entre os princípios de Boito e Giovannoni e sua incorporação na filosofia de restauro de Adães Bermudes*, Vol. I, tomo 2, p. 1175.

Quadro 55 – *Presidentes, Vice-presidentes e Secretários das Comissões de Monumentos das Circunscricções Artísticas (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 1190.

Quadro 56 – *Visitas de Estudo, Vistorias Técnicas e Inspeções das Comissões dos Monumentos (1911-1926) e dos Conselhos de Arte e Arqueologia das Circunscricções Artísticas (1926-1932)*, Vol. I, tomo 2, pp. 1052 e 1207.

Quadro 56 A – *Excursões Científico-Técnicas a Santarém em 1916*, Vol. I, tomo 2, p. 816.

Quadro 57 – *António Augusto da Costa Mota. Direcção de Restauro de Trabalhos de Escultura*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053, 1208 e 1224.

Quadro 58 – *Intervenções Efectivas de Conservação e Restauro de Vogais dos Conselhos de Arte e Arqueologia em Monumentos Nacionais (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053 e 1224.

Quadro 59 – *Conservação e Restauro (1910-1932). Ficha de Intervenção de Adães Bermudes*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053 e 1216.

Quadro 60 – *Projectos e Intervenções de Conservação e Restauro da AGEMN (1920-1926)*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053, 1220, 1291 e 1296.

Quadro 61 – *Projectos e Intervenções de Conservação e Restauro da 3.^a Repartição da Direcção Geral de Belas Artes (1926-1929)*, Vol. I, tomo 2, pp. 1053, 1220, 1295 e 1296.

Quadro 62 – *Obras, responsabilidade de execução e dotações orçamentais dos Monumentos Nacionais (Anos Económicos 1910-1911)*, Vol. I, tomo 2, p. 1289.

Mapas

Mapa 1 – *Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1898). Pessoal Efectivo e Auxiliar*, Vol. I, tomo 1, p. 293.

Mapa 2 – *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1900-1911). Pessoal Efectivo e Auxiliar*, Vol. I, tomo 1, p. 325.

Mapa 3 – Distribuição *concelhia, distrital e provincial dos vogais correspondentes (1902-1911)*. Vol. I, tomo 1, p. 374.

Mapa 4 – *Orçamento e Despesas das Obras da Sé (1901-1905)*, Vol. I, tomo 1, p. 531.

Mapa 5 – *Partido do pessoal permanente do Restauro da Sé da Guarda, para o 1.º ano (custo/dia). Proposta de Rosendo Carvalheira (1897)*. Vol. I, tomo1, p. 552.

Mapa 6 – *Conselhos de Arte e Arqueologia: População activa e honorária registada (1911-1932)*. Vol. I, tomo 2, p. 767.

Mapa 7 – *Vogais Correspondentes e Auxiliares das Circunscrições Artísticas (1911-1932)*, Vol. I, tomo 2, p. 862.

Mapa 8 – *Organizações associativas com actividade na salvaguarda e conservação do património em Portugal (1910-1932)*. Vol. I, tomo 2, p. 864.

Mapa 9 – *Delegações, núcleos e redes de influência associativa para a protecção e conservação do património artístico e monumental (1910-1932)*. Vol. I, tomo 2, p. 867.

Mapa 10 – *Localização dos imóveis classificados pela República e Ditadura Militar*. Vol. I, tomo 2, p. 994.

Mapa 11 – *Propostas Técnicas apresentadas para a solução da consolidação da Charola de Tomar*. Vol. I, tomo 2, p 1275.

Mapa 12 – *Orçamento para obras urgentes para a consolidação da Charola, referentes ao Relatório da Vistoria de 22-2-1921*. Vol. I, tomo 2, p. 1277.

Mapa 13 – *Lista simplificada das obras completas e em curso a cargo desta Direcção desde 26 de Maio de 1926, conforme a ordem de serviço n.º 754*. Vol. I, tomo 2, pp. 1295 e 1296.

Mapa 14 – *Custos das obras nas abóbadas dos Jerónimos*. Vol. I, tomo 2, p. 1302.

Gráficos

Gráfico 1 – *Participação dos vogais da CMN nas sessões plenárias (1893-1898)*, Vol. I, tomo 1, p. 289.

Gráfico 2 – *Tempo de Presidência e vice-presidência nas Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais (1882-1911)*. Vol. I, tomo 1, p. 312.

Gráfico 3 – *Comissão Executiva. Participação dos Vogais nas Sessões (1900-1907)*. Vol. I, tomo 1, p. 319.

Gráfico 4 – *Participação de Vogais efectivos no plenário do CSMN e COMN (1900-1911)*. Vol. I, tomo 1, p. 319.

Gráfico 5 – *Distribuição dos vogais correspondentes por províncias portuguesas, ilhas adjacentes e colónias (1902-1911)*. Vol. I, tomo 1, p. 376.

Gráfico 6 – *Distribuição dos vogais correspondentes pelo território, por distritos (1902-1911)*. Vol. I, tomo 1, p. 377.

Gráfico 7 – *Vogais correspondentes (1902-1911). Distribuição profissional.* Vol. I, tomo 1, p. 378.

Gráfico 8 – *Movimento Cívico de 1897-1898. Arrolamento dos Bens Culturais.* Vol. I, tomo 1, p. 424.

Gráfico 9 – *Categorias de Monumentos. Evolução de Classificação.* Vol. I, tomo 1.p. 436.

Gráfico 10 – *UAMOC: Despesas totais por áreas de investimento (1919-1941).* Vol. I, tomo 2, p. 828.

Gráfico 11 – *Quantidade de Propostas e Memórias Justificativas por Vogal da 1.^a Circunscrição,* Vol. I, tomo 2, p. 954.

Gráfico 12 – *Categorias de Imóveis Classificados durante a 1.^a República,* Vol. I, tomo 2, p. 956.

Gráfico 13 – *Imóveis classificados na República e Ditadura Nacional (1911-1932),* Vol. I, tomo 2, p. 968.

Gráfico 14 – *Classificação: Desempenho por Circunscrição Artística (1911-1932),* Vol. I, tomo 2, p. 969.

Gráfico 15 – *Crescimento de Imóveis Classificados por Décénios,* Vol. I, tomo 2, p. 970.

Gráfico 16 – *Movimento de classificação por décadas,* Vol. I, tomo 2, p. 972.

Gráfico 17 – *Tipologia arquitectónica dos imóveis classificados (1911-1932),* Vol. I, tomo 2, p. 999.

Gráfico 18 – *Movimento anual de obras de Conservação e Restauro da AGEMN, (1921-1926),* Vol. I, tomo 2, p.1291.

Gráfico 19 – *Obras de Conservação e Restauro da 3.^a Reapartição, por Circunscrições,* Vol. I, tomo 2, p. 1295.

Gráfico 20 – *Execução de Obras em Monumentos (1921 – 1926),* Vol. I, tomo 2, p. 1296.

Organogramas

Organograma I – *Estrutura dos Serviços do Património Artístico (1911-1919),* Vol. I, tomo 2, p. 747.

Organograma II – *Estrutura dos Serviços do Património Artístico (1920-1926),* Vol. I, tomo 2, p. 1113.

Organograma III – *Estrutura dos Serviços do Património Artístico (1926-1929),* Vol. I, tomo 2, p. 1119.

Organograma IV – *Estrutura dos Serviços do Património Artístico (1929-1932),* Vol. I, tomo 2, p. 1123.

2.1.2 Quadros

QUADRO 1 – *CONCEITOS REFERÊNCIA, ANTERIORES AO CONCEITO DE «MONUMENTO HISTÓRICO»*. VOLUME I, TOMO 1, P. 91.

QUADRO 2 – *PARALELO E MUTAÇÃO DOS CONCEITOS DE «MONUMENTO» E «PATRIMÓNIO»*. VOL. I, TOMO 1, P. 92.

QUADRO 3 – *A IDEIA DE VALORES EM ALOÏS RIEGL (1903)*. VOL. I, TOMO 1, P. 149.

QUADRO 4 – *COMISSÕES PERMANENTES E DELEGAÇÕES PORTUGUESAS NOS VIºS E VIIIºS CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE ARQUITECTOS DE LONDRES E VIENA*, VOL. I, TOMO 1 P. 229.

4.1 – VIIº CIA – LONDRES (1906)

Nome	Actividade Profissional	Instituição	Cargo
–	–	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ministro
–	–	Ministério de Obras Públicas	Ministro
Marquês do Soveral	Embaixador	Delegação Portuguesa em Londres	Ministro
Augusto José da Cunha	Empresário	RAACAP	Presidente
Visconde de Atouguia	Artista	SNBA	Presidente
José Alexandre Soares	Arquitecto	SAP MOP	Delegado Delegado
Francisco Carlos Parente	Arquitecto	SNBA	Delegado
António do Couto Abreu	Arquitecto	RAACAP	Delegado
José Luiz Monteiro	Arquitecto; Professor	Comité permanente dos Congressos Internacionais	Presidente da Comissão Executiva
Arnaldo Redondo Adães Bermudes	Arquitecto	Comité permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
Miguel Ventura Terra	Arquitecto	Comité permanente dos Congressos Internacionais	Vogal Representante do Governo em 1906
Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira	Arquitecto	Comité permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
Veloso Salgado	Pintor	COMN	Delegado
João Lino de Carvalho	Arquitecto	Sociedade dos Arquitectos Portugueses	Individual
Jaime Verde	Pintor	Sociedade de Belas Artes do Porto (?)	
José Teixeira Lopes	Arquitecto	Academia portuense de Belas Artes	Delegado

4.2 – VIIIº CIA (1908)

Nome	Actividade Profissional	Instituição	Cargo
–	-	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ministro
–	-	Ministério de Obras Públicas	Ministro
–	-	Ministro Português em Viena de Áustria	–
–	-	Presidente da Sociedade dos Arquitectos Portugueses	–
–	-	Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes	–
–	–	Presidente da Sociedade de Belas Artes do Porto	–

–	–	Presidente da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses	–
Adães Bermudes	Arquitecto	Secção Permanente dos Congressos Internacionais	Secretário
José Luís Monteiro	Arquitecto	Secção Permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
Rosendo Carvalheira	Arquitecto	Secção Permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
Miguel Ventura Terra	Arquitecto	Secção Permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
José Alexandre Soares	Arquitecto	Secção Permanente dos Congressos Internacionais	Vogal
Francisco Parente	Arquitecto	Sociedade dos Arquitectos Portugueses	Delegado
Artur Rato	Arquitecto	Sociedade Nacional de Belas Artes	Delegado
José Marques da Silva	Arquitecto	Sociedade de Belas Artes do Porto	Delegado
Alfredo Maria da Costa Campos	Arqueólogo	Associação dos Arqueólogos Portugueses	Delegado

Fontes: “7.º Congresso internacional de architectos em Londres, 16 a 21 de Julho de 1906”, Boletim da RAACAP, p. 206 e SOARES, José Alexandre, “VII Congresso internacional de architectos”, in ANNUARIO, 1906, pp. 41-50 e SOARES, José Alexandre, “VIII Congresso internacional de architectos”, idem, *ibidem*, pp. 42-44.

A negrito – Participação comprovada

QUADRO 5 – CONGRESSOS INTERNACIONAIS DOS ARQUITECTOS (1867-1932). VOL. I, TOMO 1, PP. 231-232.

QUADRO 6 – CONGRESSOS INTERNACIONAIS TEMÁTICOS SIGNIFICATIVOS PARA A SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO (1873-1931). VOL. I, TOMO 1, P. 238.

QUADRO 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES NOMEADAS PARA A REFORMA DAS BELAS ARTES, SERVIÇOS ARTÍSTICOS E MONUMENTOS HISTÓRICOS (DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1870-1875), VOL. I, TOMO 1, P. 254.

COMISSÃO DE 1870		COMISSÃO DE 1875	
NOME	ACTIVIDADE /FUNÇÕES	NOME	ACTIVIDADE
Marquês de Sousa Holstein Presidente da Comissão	Par do Reino Vice-inspector da Academia Real de Belas Artes de Lisboa (ARBAL)	Marquês de Sousa Holstein Presidente da Comissão	Par do Reino Vice-inspector da ARBAL
Francisco Assis Rodrigues	Conselheiro Director da ARBAL	Conde de Samodães	Par do Reino Ministro de Estado Director da Academia portuense de Belas Artes
Visconde de Meneses	Pintor. Académico de Mérito da ARBAL	Conde de Valbom	Par do Reino Ministro de Estado Vice-Presidente
João Palha de Faria Lacerda	Primeiro-oficial Chefe de Repartição no MOPCI	Carlos Maria Eugénio de Almeida	Agrário e Industrial Par do Reino Provedor da Casa Pia
Dr. Tomás de Carvalho	Sócio da Academia de Ciências de Lisboa Lente da Escola Médica Cirúrgica de Lisboa	Francisco de Assis Rodrigues	Director da ARBAL
António Vítor de Figueiredo Bastos	Professor da ARBAL Vogal do Conselho de Aperfeiçoamento da ARBAL	Dr. Tomás de Carvalho	Director da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa Sócio da ARBAL
António Tomás da Fonseca Secretário da Comissão	Professor da ARBAL Vogal do Conselho de Aperfeiçoamento da ARBAL	António Augusto Teixeira de Vasconcelos	Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa
-	-	Augusto Filipe	Lente da Faculdade de

		Simões	Medicina da Universidade de Coimbra
-	-	António Tomás da Fonseca	Professor da ARBAL
-	-	António Vítor de Figueiredo Bastos	Professor da ARBAL
-	-	Tadeu Maria de Almeida Furtado	Professor da Academia Portuense de Belas Artes
-	-	Augusto Carlos Teixeira de Aragão	Director do Gabinete Numismático da Ajuda
-	-	Joaquim Possidónio Narciso da Silva	Arquitecto das Obras da Casa Real Académico de mérito da ARBAL
-	-	José Maria Nepomuceno	Arquitecto do MOPCI Académico de mérito da ARBAL
-	-	Luciano Cordeiro Secretário da Comissão	Erudito

Fontes: DG, n.º 67 de 22 de Março de 1870 e n.º 260, de 15 de Novembro de 1875. Investigação biográfica dos vogais.

Legenda: **Vermelho:** - Recondição de Nomeação, **Negrito** – Cargos de Revelo

QUADRO 8 – EXCURSÕES E INSPECÇÕES DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1882-1893). VOL. I, TOMO 1 PP. 271, 324 E 478.

LOCALIDADE	DATA	MONUMENTOS	INSPECTORES	RESULTADOS
Santarém	1882	Igreja de S. João de Alporão Igreja de Jesus (sic) por Igreja da Graça) Santa Maria da Alcáçova	Possidónio da Silva	Análise do restauro (1878-1882). Elogio da irmandade que conservava a igreja. Arranque dos cipos romanos.
Lisboa	1882	Sé Patriarcal	Possidónio da Silva	Levantamento arquitectónico
Tomar	1882	Castelo de Gualdim Pais Convento de Cristo: Baixo Coro da Igreja Claustro do Cemitério Margem esquerda do Nabão	Idem e Júlio Mardel	Estado das ruínas. Observação de vandalismos recentes e estado da abóbada do claustro. Descoberta de Nabância.
Leiria, Batalha e Tomar	1882	Nabância Capela de S. Gregório		Escavações e planta. Porta que devia voltar para o CC.
Lisboa	1882	Igreja de S. Vicente de Fora	Possidónio	Levantamento arquitectónico
Coimbra	1882	Igreja da Sé Velha	Idem	Comparação do pórtico entre 1861 e 1882. Solicitação para a reparação do portal.

Caldas da Rainha e Óbidos	1882	Igreja do Pópulo Pelourinho de Óbidos Igreja Matriz de Óbidos	Idem	Elogio dos aspectos arquitectónicos da Igreja. Limpeza da cal que a encobria, como solicitara em 1858. Proposta de classificação Interesse pelo túmulo da renascença da igreja
Porto	1882	Igreja de Cedofeita	Idem	Advertência ao MOP sob intenções de alteração do pé direito do edifício.
Évora	1882	Templo romano dito de Diana Universidade de Évora Ruínas do Palácio Real Ruínas fingidas Convento de S. Francisco 11 Dólmenes	Idem	Aprovação do restauro realizado em 1870. Necessidade de proceder a pequenas alterações, fazendo desaparecer dois encaixes. Observação da sala dos actos e do perigo que corria inutilizando o seu tecto. Aprovação para museu arqueológico de Évora. Reprovação da colocação de capiteis e fazer de bases de colunas, que havia sido já reprovado por D. Fernando II. Contrário ao restauro das fachadas e aumento do frontispício executado pela Junta de Paróquia e á demolição de ala do convento pelo município. ----- Escavação de dois.
Óbidos, Caldas da Rainha	1882	Pelourinho Igreja matriz Igreja de N. ^a S. ^o do Pópulo	Idem	Achado de um pelourinho não incluído na Lista MN. Aprovação da limpeza da camada de cal de túmulo da Renascença. Necessidade de limpeza da cal do arco triunfal e porta da Igreja das Caldas.
Tomar	1883	Igreja de Santa Maria do Olival Padrão de S. Lourenço	Idem	Levantamento da planta. Proposta de classificação.
Alcobaça	1883	Mosteiro	Idem	Critica a demolição municipal do claustro primitivo e o vandalismo em geral. Relatórios sobre o seu estado de conservação.
Penafiel	1883	Igreja de S. Salvador de Paço de Sousa	Idem	Solicita para que se façam os modelos dos capitéis do portal da igreja, por raros. Critica o vandalismo perpetrado no túmulo de Egas Moniz e sugere a construção de uma nova urna.

Alenquer	1883	Igreja da Várzea Casa de Damião de Goês	Idem	Verificação do vandalismo provocado no busto de Damião de Goes. Restauro do busto. Providências para a reparação da igreja. Colocação de placa alusiva. Proposta de classificação da casa memorável.
Setúbal	1883 1884	Igreja de Jesus	Idem	Solicitou que se mandasse lavar as cantarias interiores e exteriores, para retirar uma má intervenção a reboco e cal, datada de 1859. Aprecia a qualidade da talha da capela-mor.
Palmela	1883 1884	Castelo e igreja	Idem	Requeru que o MOP oficiasse ao Ministro da Guerra para que fossem feitas obras Solicita a transferência do túmulo de D. Jorge para a Igreja de Jesus e outros para o Carmo.
Beja	1884	Igreja do Convento da Conceição Castelo	Idem	Estudo de inscrição romana da torre da igreja. Providência a reclamar arranjo do parapeito superior da torre de menagem.
Portalegre	1884	Igreja de S. Vicente da Chã Edifício de S. Sebastião	Idem	----- Menção elogiosa pelo estado do estabelecimento de instrução pública que ali funcionava.
Crato	1884	Dólmen	Idem	Investigação.
Viana do Castelo	1884	Vestígios arqueológicos de Santa Luzia Igreja do Convento de S. Cláudio	Idem	Vedação e conservação do terreno a proposta de uma confraria. Levantamento da planta. Proposta de classificação.
Braga	1883 1884	Sé	Idem	Observação de vandalismo praticado com tinta de óleo nas abóbadas, cantaria das naves e colunas de granito, solicitando intervenção.
Coimbra	1883 1884	Igreja de Santa Cruz	Idem	Análise dos efeitos de um incêndio. Providência para o restauro do túmulo de D. Sancho I. Referência aos fustes desaparecidos da porta principal
Montemor-o-Novo	1887	Castelo	Gabriel Pereira (sócio da RAACAP)	Inspecção.

Lisboa	1889	Mosteiro dos Jerónimos	Possidónio da Silva	Inspeção. Registo gráfico dos edifícios.
Coimbra	1893	Sé Velha	Possidónio da Silva	Crítica ao restauro empreendido sob a direcção do Bispo-Conde
Mindelo	1895	Monumento aos Bravos do Mindelo		Proposta de restauro

Fontes: SILVA: 1894; CHAGAS: 2005; Actas, 1882-1898 e Igrejas, 3 vols. ANBA – 248; 257; 240-242.

QUADRO 9 – EXCURSÕES E INSPECÇÕES DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1893-1898). VOL. I, TOMO 1, PP. 285 E 324.

LOCALIDADE	DATA	MONUMENTOS	INSPECTORES	RESULTADOS
Coimbra	1893	Sé Velha de Coimbra e Paço Episcopal	Possidónio da Silva, Luciano Cordeiro e vogais convidados	Parecer sobre as obras em curso e crítica ao sistema de restauro anunciado.
Santarém	XI-1893	Igreja da Senhora da Piedade	Júlio Mardel	Obras visavam restituir a sua primitiva decoração. Necessidade urgente de reparações Execução do desenho para as cartuxas da nave central
Lisboa	X-1893	Igreja de São Roque	Sousa Viterbo e Gabriel Pereira	Parecer sobre a justificação e exigência das obras em conformidade com os objectivos da CMN
Almoster	III-1894	Convento de Almoster	Júlio Mardel	Verificação do abandono e dos vandalismos praticados sem qualquer qualificação
Lisboa	IV-1894	Castelo de S. Jorge	Júlio Mardel e Fernando Larcher	Verificar os vandalismos praticados na Porta de Martim Moniz
Alcobaça	IV-1894	Charola do Mosteiro	Luciano Cordeiro	Para analisar a urgência das intervenções requeridas
Lisboa	VI-1894	Arsenal do Exército	Gabriel Pereira, Júlio Mardel e Fernando Larcher	Análise do estado do tecto da sala da rainha (pinturas e talha), para apresentação de proposta de restauro, indicando os nomes dos restauradores – Prieto, para a pintura e Leandro Braga, para a talha
Lisboa. Carnide	Entre VII e X de 1894	Igreja de Nossa Senhora da Luz	Gabriel Pereira	Visita ao monumento por causa das reparações que ali estavam a ser executadas. Apresentação de relatório com indicações destinadas a reparar as causas da humidade que se notava no tecto e paredes do cruzeiro da igreja.
Batalha (visita informal)	X-1894	Mosteiro da Batalha	Júlio Mardel (com Anselmo Braamcamp Freire)	Obras de reparação que são meticulosamente criticadas
Batalha (missão oficial)	XII-1894	Mosteiro da Batalha	Ramalho Ortigão	Análise objectiva das obras executadas e apresentação de relatório (Abril de 1895).
Lisboa	VI - 1895	Mosteiro dos Jerónimos	Luciano Cordeiro, Sousa Viterbo e Gabriel Pereira	Análise e produção de parecer sobre a reconstrução e reutilização do Anexo dos Jerónimos
Coimbra	VIII - 1895	Mosteiro de Santa Cruz	Ramalho Ortigão, Gabriel Pereira, Júlio Mardel	Exame das obras que iriam decorrer a instâncias do MOP
Vila Real (visita informal)	1896	Vários	Ramalho Ortigão	Para eleger monumentos a integrar na lista de classificação
Coimbra	XII-1896	Paço Episcopal e Sé Velha	Ramalho Ortigão e Joaquim de Vasconcellos	Análise do restauro executado e apresentação de relatórios (5 de Fevereiro de 1897)
Lisboa (subcomissão)	1897	Mosteiro dos Jerónimos	Luciano Cordeiro; Raimundo Valadas; Ramalho Ortigão; Ventura Terra; Zacarias d'Aça	Análise dos problemas de restauro e refuncionalização da ala Sul do Mosteiro dos Jerónimos, atendendo proposta do Governo

Fontes: Actas da CMN; Correspondência; Igrejas I. ANBA – 257; 248; 240.

QUADRO 10 – COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1893-1898). COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS VOGAIS EFECTIVOS. VOL. I, P. 289.

NOME	ACTIVIDADE	DATA INTEGRAÇÃO	COLABORAÇÃO /ANOS	SESSÕES/
				PRESENCAS
1. Joaquim Possidónio Narciso da Silva	Arquitecto do MOP e arqueólogo	29-XII-1881	1.ª fase – 11 anos e 3 meses	16
		Março de 1893	2.ª fase – 3 anos	
2. Luciano Cordeiro	Chefe de repartição do Ministério do reino	11-02-1893	5 anos e 10 meses	24
3. Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha	Secretário da CMN	24-01-1882	16 anos e onze meses	30
		11 e 21-02-1893		
4. Alberto Augusto de Almeida Pimentel	Escritor Redactor da Câmara dos Pares	11-02-1893	5 anos e 10 meses	14
5. Francisco Marques de Sousa Viterbo	Professor da Academia Real de Belas Artes	11-02-1893	5 anos e 10 meses	17
6. Alfredo Ribeiro	Chefe de Repartição do Ministério da Marinha e Ultramar	11-02-1893	5 anos e 10 meses	18
7. Gabriel Victor do Monte Pereira	Director da Biblioteca Nacional de Lisboa	11-02-1893	5 anos e 10 meses	18
8. José Duarte Ramalho Ortigão	Oficial de Secretaria da Academia de Ciências de Lisboa	11-02-1893	5 anos e 10 meses	13
9. Joaquim Rasteiro	Investigador autodidacta	11-02-1893	5 anos e 10 meses	6
10. Fernando de Sousa Larcher	Tenente	11-02-1893	5 anos e 10 meses	16
11. Adolpho Benaruz	Pintor	Março 1896	2 anos e nove meses	6
12. António Maria Pereira Carrilho	Engenheiro Director-Geral dos Serviços de Obras Públicas	Novembro de 1896	2 anos e um mês	5
13. Conde de Bertandos	Par do reino	25-01-1897	1 ano e onze meses	3
14. Anselmo Braamcamp Freire	Proprietário Par do reino	25-01-1897	Exonerou-se	0
15. Visconde de Mangualde	Funcionário Superior Director dos Próprios Nacionais	25-01-1897	1 ano e onze meses	1
16. Manoel Raymundo Valladas	Engenheiro. General Director da Casa Pia	25-01-1897	1 ano e onze meses	5
17. Pedro Romano Folque	Engenheiro Militar Director de Edifícios Públicos e Faróis	25-01-1897	1 ano e onze meses	3
18. Thomaz Lino d'Assumpção	Sócio da Academia de Ciências de Lisboa	25-01-1897	1 ano e onze meses	3
19. Manoel Macedo Pereira Coutinho	Conservador do Museu Nacional de Belas Artes	25-01-1897	1 ano e onze meses	2
20. Adolpho Ferreira Loureiro (*)	Engenheiro	25-01-1897	1 ano e onze meses	2
21. José Leite de Vasconcellos	Director do Museu de Etnologia	25-01-1897	1 ano e onze meses	1

22. Abel Accacio d'Almeida Botelho	Tenente-Coronel do Estado-maior	25-01-1897	1 ano e onze meses	3
23. Francisco Zacharias de Araujo da Costa d'Aça	Funcionário Público da Direcção-Geral de Instrução Pública	25-01-1897	1 ano e onze meses	7
24. Miguel Ventura Terra (*)	Arquitecto	30-01 -1897	1 ano e dez meses e vinte e oito dias	6

Fontes: Actas, Listas e Relação dos nomes e moradas dos vogais do CMN. ANBA – 248, 256, 257; DG, n.º 224, 4 de Outubro de 1899; GEPB.

A **negrito** os vogais da CMN que vieram a integrar o CSMN, entre 1899-1901.

A **vermelho**, os sócios efectivos e honorários da RAACAP.

Com (*** vermelho**) sócios da RAACAP, a partir de 1900.

QUADRO 11 – ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E RESULTADOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS DO CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS. VOL. I, P. 310 E 311.

OBJECTIVOS	PROVENIÊNCIA DA INICIATIVA	PROCESSO ADMINISTRATIVO	RESULTADOS
Classificação dos MN e estabelecimento das suas regras.	Iniciativa do Conselho, mas sancionada pelo Ministério.	Bases (1901)	Preparação e acompanhamento da publicação de decretos-lei de classificação:
		Comissão de Classificação (1904)	de 27-09-1906;
		Edição de materiais (1904-1909)	de 10-01-1907;
		Deliberações finais (1906-1909)	de 27-08-1908; de 16-06-1910; de 22-04-1911
Estudo e aprovação dos projectos de conservação, reparação e restauro dos MN.	Iniciativa do Ministério e das suas Direcções.	Estudo do projecto de decoração da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1901-1902).	Aprovação do projecto de conclusão do restauro dos Jerónimos.
		Emissão de pareceres sobre projectos em curso da iniciativa distrital, de corporações ou de comissões fabriqueiras.	Igreja de Cete.
			Igreja matriz de Moncorvo.
			Igreja matriz de Viana do Castelo.
			Igreja de Caminha.
			Igreja de Santiago.
Pedidos de projectos de obras (nem sempre remetidos).			
Propor medidas necessárias à conservação, reparação e restauro de MN.	Iniciativa própria do Conselho.	Estudo, organização e proposta de projectos.	Restauro do Claustro dos Filipes no Convento de Cristo.
		Organização e coordenação do estaleiro de obras da Sé de Lisboa.	Restauro do Claustro de D. Dinis em Alcobaca.
		Controle relativo do restauro da Sé da Guarda.	Restauro da Fachada de Santa Cruz.
		Visita e inspecção dos monumentos.	Restauro da Sé de Lisboa. Conservação acompanhada do Convento de Cristo.

			Integração de partes dos MN nas áreas visitáveis (Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça e Sé Velha de Coimbra)
			Proposta de resgate do claustro do Mosteiro dos Jerónimos.
Fiscalização rigorosa da execução dos trabalhos.	Dependente da aprovação superior.		Diversos casos conhecidos.
Consulta sobre todos os assuntos da sua estrita competência.	Iniciativa do Ministério.	Emissão de pareceres.	Vários casos conhecidos.
			Exemplo – Parecer sobre a manutenção do valor das ruínas de Nabância (1909)
Mandar proceder ao levantamento dos elementos técnicos necessários para o restauro gráfico dos MN.	Iniciativa do Conselho.	Execução de trabalhos da responsabilidade do Conselho.	Levantamentos da Sé de Lisboa.
		Solicitação de execução de trabalhos às DDOP.	Alçado do claustro dos Filipes.
			Planta do castelo de Braga.
			Plantas das igrejas de Moncorvo, Freixo e Miranda do Douro.
Elaboração de monografias históricas, descritivas e artísticas dos mais importantes MN.	Iniciativa do Conselho.	Publicação de materiais para apoio à classificação.	<i>Dicionário dos Arquitectos</i> , de Sousa Viterbo (2.º volume)
		Colaboração na edição de obras de autor.	<i>Arquitectura religiosa em Portugal</i> .
Colecção, ordenamento e classificação de todos os dados e documentos de interesse para a história da arte portuguesa.	Iniciativa do Conselho.	Organização de processos dos monumentos (179 processos referenciados).	Constituição da Biblioteca do Conselho.
			Organização do arquivo dos monumentos.
			Abertura ao público da Biblioteca com bibliotecário.
Reunião de colecções, cópias e modelos, que constituam subsídios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionais.	Iniciativa do Conselho ou proposta exterior.	Colaboração com a instrução pública na selecção de fotografias.	Colecção de fotografias para o ensino dos monumentos nas escolas.
			Execução de moldes de capitéis e mísulas da Sé de Lisboa.
Elaboração dos regulamentos especiais constantes das respectivas atribuições.	Iniciativa do Conselho, mas a submeter ao Ministério.	Estudo de regulamentos de Itália, França e Bélgica.	Projecto de lei para impedir que os bens móveis saíssem do país.
		Diversas propostas destinadas a regulamentarem a lei e as comissões internas.	
Administrar os fundos próprios orçamentados pelo Estado.	Articulação entre serviços da administração pública (Ministério das Finanças / MOP / Direcção Geral / CSMN).	Verbas inscritas nos Orçamentos de Estado.	Contabilidade das receitas e despesas correntes.
A partir de 1901 propor também a distribuição dos fundos.		Verbas extraordinárias.	Pareceres sobre subsídios.
			Administração de legados.

Fontes: Plano Orgânico de 1898, Documentos, Actas e Leis. Arquivo da ANBA.

QUADRO 12 – VOGAIS EFECTIVOS DE NOMEAÇÃO E DE QUALIDADE DO CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1901-1911)¹⁰⁵. VOL. I, PP. 311 E 321.

NOMEAÇÃO TEMPO DE FUNÇÃO CSMN / COMN	NOME	PROFISSÃO	ORGANISMO	COAPTAÇÃO DURANTE A I. ^a REPÚBLICA
1900-1901 1901-1911	Abel Acácio de Almeida Botelho	Tenente-coronel	Estado-maior ARBAL	1. ^a Circunscrição
1900-1901 1901-1907	Alberto Pimentel	Escritor	Academia das Ciências Câmara dos Pares Teatro D. Maria II	—
1900-1901 1901	Anselmo Braamcamp Freire	Proprietário	Par do reino	—
1900-1901 1901-1911	Augusto Fuschini	Engenheiro chefe de 2. ^a classe	Obras Públicas	—
1900-1901 1901-1911	Augusto Luciano Simões de Carvalho	Engenheiro chefe de 1. ^a classe	Obras Públicas	1. ^a Circunscrição
1900-1901 1901-1907	Augusto Ribeiro	Chefe de Repartição	Ministério da Marinha e Ultramar	—
1900-1901 1901-1904	Augusto Vieira da Silva	Tenente. Engenheiro		1. ^a Circunscrição
1900-1901 1901-1910	Conde de Bertiandos		Par do reino	—
1900-1901 1901-1907	Fernando Eduardo da Serpa Pimentel	Major. Engenheiro	Inspector-geral dos paços reais	—
1900-1901 1901-1910	Fernando Larcher	Capitão de cavalaria	Par do Reino	—
1900-1901 1901	Francisco de Sousa Viterbo	Professor	ARBAL Academia das Ciências	—
1900-1901 1901-1911	Gabriel do Monte Pereira	Director	Biblioteca Nacional ARBAL	1. ^a Circunscrição
1901-1908	José Alves Pimenta de Avelar Machado			—
1900-1901 1901-1905 ¹⁰⁶	José Duarte Ramalho Ortigão	Oficial de Secretaria Bibliotecário	Academia das Ciências. Biblioteca da Ajuda ARBAL	Comissão da Pintura Antiga
1901-1910	José Maria Cordeiro de Sousa	Engenheiro	MOP	1. ^a Circunscrição
1901-1902	José Simões de Almeida Júnior	Escultor	ARBAL	1. ^a Circunscrição
1900-1901 1901-1910	José Veloso Salgado	Pintor. Professor	ARBAL	1. ^o Circunscrição
1900-1901 1901-1910	Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha	Secretário	Vogal da extinta Comissão dos Monumentos	1. ^a Circunscrição

¹⁰⁵ Com a publicação dos vogais nomeados, em 1901, ficaram afastados do órgão consultivo os seguintes vogais da CSMN: José Ferreira Chaves, Luciano Cordeiro, entretanto falecido e Visconde de Castilho, este substituído por Miguel Ventura Terra. Participaram ainda em reuniões do CSMN, Policarpo Lima (1901-1902) e, esporadicamente, o Presidente da RAACAP, Conde de S. Januário. Nos quadros do CMN encontravam-se 38 % de sócios efectivos e honorários da associação do Museu do Carmo.

¹⁰⁶ Colaboração pontual sem participação nas reuniões até 1908.

1900-1901 1901-1902	Lino de Assunção	Inspector de Bibliotecas e Arquivos	Academia das Ciências	—
1901 1901-1910	Miguel de Ventura Terra	Arquitecto		1.ª Circunscricção
1902-1910	Alfredo Vaz Pinto da Veiga	Oficial do Exército		—
1902-1904	António José Nunes Júnior	Director	ARBAL Museu Nacional de Belas Artes	—
1901	Conde de Samodães	Proprietário	Academia de Belas Artes do Porto	—
1901-1903	João Veríssimo Mendes Guerreiro	Engenheiro	Ministério de Obras Públicas	—
1900-1901 1901-1907	Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado	Geólogo	Serviços Geológicos de Portugal	—
1901	José Gerardo da Silva Sardinha			—
1900 1901-1911	José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo	Arqueólogo e etnólogo	Museu Nacional de Etnologia	1.ª Circunscricção
1901	José Luís Monteiro	Arquitecto e professor	ARBAL Arquitecto Câmara Municipal Lisboa	1.ª Circunscricção
1901 1901	Manuel de Macedo Pereira Coutinho	Conservador	ARBAL Museu Nacional de Belas Artes	Comissão de Pintura Antiga
1901	Vitorino Teixeira Laranjeira			-----
1902-1910	Visconde de Atouguia	Pintor. Cenógrafo	ARBAL	-----
1904-1911	José de Figueiredo	Crítico de Arte	Ministério do Reino ARBAL	1.ª Circunscricção e Comissão de Pintura Antiga
1904-1905	Cândido Celestino Xavier Cordeiro	Engenheiro		—
1905-1910	Marquês de Ávila e Bolama	Político	Direcção dos Serviços Cartográficos	—
1905	Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel	Engenheiro	Ministério de Obras Públicas	—

Fontes: Decreto n.º 224, de 4 de Outubro de 1899 e Portaria de 7 de Novembro de 1901 (de acordo com o art.º 26 e parágrafo 1.º do mesmo artigo), p. 3.140. Ver Lista das Individualidades, vol. II – 4.2 – Personalidades.

A **vermelho**, os sócios da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

A **negrito** os vogais que haviam sido nomeados e participaram na CMN e no CSMN/COMN.

QUADRO 13 – VOGAIS HONORÁRIOS DO CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1898-1910). VOL. I, P. 311.

DATA DE NOMEAÇÃO	NOME	PROFISSÃO	RESIDÊNCIA HABITUAL	ORGANISMO
19-03-1902	Alfredo de Andrade	Pintor. Arquitecto de restauro	Turim	Superintendência dos Monumentos do Piemonte e Ligúria
7-05-1902	José Pinto Leite 2.º Conde de Penha Longa	Capitalista	Paris	-

Fontes: ANBA – Actas e Correspondência

QUADRO 14 – PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DO SERVIÇO DE MONUMENTOS EM PORTUGAL (1882-1911). VOL. I, TOMO 1, P. 313.

QUADRO 15 – CONSELHO SUPERIOR E CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS. VISITAS TÉCNICAS E INSPECÇÕES (1900-1911). VOL. I, P. 324.

LOCALIDADES	DATA	MONUMENTOS	INSPECTORES	RESULTADOS
Lisboa	2-11-1900	Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	Arquitecto Pedro d'Ávila (CE)	Examinar o estado dos retábulos que guarnecem as capelas denominadas de D. Sebastião e do Cardeal-rei
Lisboa	11-12-1900	Sé de Lisboa	Comissão Executiva	Crítica às orientações que tinham sido dadas anteriormente. Apresentação das ideias de Fuschini como devia ser restaurada
Tomar	20 a 24 -04-1901	Convento de Cristo	Arquitecto Pedro d'Ávila (CE)	Impedir a colocação de uma cadeira no Convento Projecto de restauro do Claustro dos Filipes
Lisboa	23-06-1901	Sé de Lisboa	Presidente da CE, ministro das OP e funcionários do ministério	Autorização para ser executado o restauro
Tomar	19 a 23 -10-1901	S. João Baptista	Arquitecto Pedro d'Ávila (CE)	Levantamento da planta Conferência com comprador de edifício perto da dita igreja
Aveiro, Porto, Guimarães, Braga, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Barcelos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Caminha	2 a 21 de Outubro de 1901	Santa Joana, em Aveiro; Castelo de Guimarães; Palácio Duques, Guimarães; Igreja de S. Miguel; Sé de Braga; Misericórdia; Igreja matriz de Caminha; Rua direita e torres de Caminha; Ponte de Lima Igreja matriz de Ponte de Lima; Igreja matriz de Viana do Castelo; Misericórdia de Viana, Capela dos Malheiros;	Presidente da CE, Augusto Fuschini	Inspeção e apontamentos acerca dos monumentos de Aveiro Inspeção dos monumentos do Porto Visita aos monumentos de Guimarães, Braga, Viana do Castelo, Caminha, Ponte de Lima, Vila do Conde Observação da igreja matriz de Viana do Castelo e de Caminha Eventuais considerações para o processo de classificação

		Convento dos freires de S. Domingos de Barcelos; Igreja matriz de Barcelos; Cadeia de Barcelos; Igreja matriz de Póvoa de Varzim; Igreja matriz de Vila do Conde.		
Viseu	21-11-1901	Muralhas da cidade; Porta dos Melos	Arquitecto Pedro d'Ávila (CE)	Análise, parecer e desenhos
Póvoa, Cós, Alcobaça	5/10-06-1902	Mosaico da aldeia da Póvoa	Presidente da CE Augusto Fuschini	Estudo e conservação
Beja	24-07-1902 a 6-08-1902	Igreja e claustro do ex-Convento da Conceição	Augusto Fuschini e Fernando de Serpa Pimentel (CE)	Inspeção da obra. Parecer sobre a instalação da Sé de Beja na igreja da Conceição
Lisboa	1902	Igreja de Santa Joana	?	Esclarecimento de questões que vinham do tempo da CMN
Santarém	18-11-1902	Ex-Convento de Santa Clara	Fernando Serpa Pimentel	Parecer para ser comunicado aos Próprios Nacionais
Lisboa	27-11-1902	Sé de Lisboa	Presidente e Conselheiro Silvério Pereira da Silva, director geral de obras públicas e J. Da Costa Couraça, chefe da 1.ª repartição do MOP	Verificação das obras
Santarém	12-03-1903	Igreja da Graça	Alberto Pimentel	Acompanhamento da abertura da sepultura de Pedro Álvares Cabral
Lisboa	14-03-1903	Madre de Deus	Conde de Bertiandos	Verificação do estado de andamento das obras
Alcobaça	18-06-1903	Mosteiro de Alcobaça	Presidente da CE Augusto Fuschini	Parecer sobre o projecto de restauro do tecto da Biblioteca
Batalha	18-06-1903	Mosteiro da Batalha	Presidente da CE Augusto Fuschini	Verificação da paralisação dos trabalhos. Estudo e orçamento para o coruchéu da Capela dos Fundadores
Porto	17 a 18-07-1903	Atelier de Teixeira Lopes	Presidente da CE Augusto Fuschini	Para observação da imagem da virgem para colocar na Sé de Lisboa.
Lisboa (?)	26-11-1903	Unidade metalúrgica		Inspeção da estátua de Sousa Martins
Tomar	26-11-1903	Ruínas de Nabância	Alberto Pimentel	Informar a CMT sobre a situação em que se encontra o espólio exumada nas escavações
Santarém	26-04-1904	Igreja da Graça	Augusto Fuschini Fernando Serpa, Secretário (CE)	Informação sobre o restauro a executar na Capela de Pedro Álvares Cabral

Lamego	11 a 17 -06-1904	Igreja de Santa Maria de Almacave. Igreja Nossa Senhora da Assunção (Sé) Nossa Senhora dos Remédios Casa do Macário de Castro	Presidente da CE Augusto Fuschini	Para informar sobre eventual classificação
Batalha	13-08-1904	Mosteiro da Batalha	Presidente da CE Augusto Fuschini	Inspeção das obras (?)
Tomar, Alcobaça, Leiria e Batalha	25-10-1904	Diversas obras	Presidente da CE Augusto Fuschini	Instalação do conservador de Tomar, no Convento Inspeção de obras
Crato	4-01-1905	Mosteiro da Flor da Rosa (ruínas)	Xavier Cordeiro	Para eventual salvaguarda dos túmulos
Lisboa	10-02-1905	Sé de Lisboa	Vogais efectivos do Conselho	Debate sobre o estádio das obras e concepções de restauro
Viana do Castelo	7-06-1905	Anta de Gontinhães	Ventura Terra	Para eventual aquisição por parte do Estado e construção de muro de vedação
Alcobaça	30-06-1905	Casa do Capítulo	Presidente da CE Augusto Fuschini	Com vista ao resgate para a parte monumental do mosteiro
Braga	13-09-1905	Castelo de Braga e muralhas	Presidente da CE Augusto Fuschini	Parecer contra a demolição das muralhas da cidade
Caminha	17-01-1906	Igreja matriz	Ventura Terra	Critérios e metodologia das obras a executar
Lisboa	9-05-1906	Sé de Lisboa	Vogais da Comissão Executiva	Análise das obras
Lisboa	7-06-1906	Madre de Deus Santa Engrácia	Ventura Terra	Para se resolver o modo de concluir as obras Análise da possível função da última
Crato	31-X-1906	Mosteiro da Flor da Rosa	Presidente da CE Augusto Fuschini	Proposta para a conservação das ruínas
Vila do Conde	Inícios de Dezembro de 1907	Convento de Santa Clara de Vila do Conde	Luciano Carvalho, enquanto inspector dos edifícios públicos	Para apeamento dos fogaréis das fachadas do convento que ameaçavam a via pública
Sesimbra	16-XII-1907	Castelo	Pinto da Veiga	Verificação do interesse da CM na conservação e guarda do Castelo
Caminha	Fevereiro de 1908	Igreja matriz	Ventura Terra	Avaliar o efeito estético de porta aberta na igreja

Fontes: ANBA – Actas e Correspondência

QUADRO 16 – COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS. VOGAIS CORRESPONDENTES (1895-1898). VOL. I, P. 370.

NOME	LOCALIDADE	PROFISSÃO	PROPOSIÇÃO / NOMEAÇÃO	ACÇÃO	CONTINUIDADE / ACTIVIDADE
1. Joaquim Correia Baptista	Alcácer do Sal	Escrivão da Câmara Director do Museu Arqueológico	P. 28-06-95 V. 02-1897 N. 21-03-1897		
2. Manuel Vieira Natividade	Alcobaça	Agrónomo Escritor, arqueólogo e etnólogo	V. 02-1897 N. 21-03-1897 A. 05-04-1897	DGP	CMN 1902-1911 CAA – 2.ª Circ. 1914-1920
3. João Augusto Marques Gomes	Aveiro	Funcionário do Governo Civil. Historiador	P. 28-06-95	C	CMN 1901-1911 CAA – 2.ª Circ. 1916-1923
4. Mello de Freitas	Aveiro		P. 28-06-95		
5. Aníbal Fernandes Tomás	Aveiro	Fiscal Bibliófilo Escritor	P. 28-06-95 V. 02-1897 N. 21-03-1897		CMN Correspondente da Figueira da Foz 1905-19..
6. João Umbelino da Palma	Beja	Secretário da Câmara Museu Municipal de Beja	P. 28-06-95 V. 02-1897 N. 21-03-1897		
<i>7. Conde de Bertandos</i>	Braga	Proprietário Par do Reino	P. 28-06-95		CMN - Vogal Efectivo, 1897-1898 e 1902-1910
8. José de Sousa Machado	Braga	Advogado. Jornalista e historiador	P. 28-06-95 V. 02-1897 N. 21-03-1897		CMN 1902-1906 CAA – 3.ª Circ. ...1923...
9. José Joaquim da Silva Pereira Caldas	Braga	Professor do Liceu de Braga	P. 28-06-95 V. 20-02-97 N. 21-03-1897		CMN 1902-1903
10. Albano Ribeiro Bellino	Braga	Proprietário. Arqueólogo	V. 02-1897 20-03-1897	F PCM D/V	CMN 1902-1906
11. Albino dos Santos Pereira Lopo	Bragança	Tenente. Director do Museu Municipal de Bragança	V. 02-1897 20-03-1897 A. 22-03-1897	PCM C	CMN 1902-....
12. Manuel Correia de Bastos Pina	Coimbra	Bispo-Conde de Coimbra	P. 05-02-1897 V. 02-1897 21-03-1897 A. 07-04-1897	F	CMN 1092-1911 CAA – 2.ª Circ. Vogal efectivo 1911-1913
13. António Augusto Gonçalves	Coimbra	Director da Escola Industrial	P. 05-02-1897 V. 02-1897 21-03-1897	I/R	CMN 1902-1903... CAA – 2.ª Circ. Vogal efectivo 1911-1932
14. António Francisco Frazão	Coimbra		P.05-02-1897 V. 02-1897 21-03-1897		

15. Augusto Mendes Simões de Castro	Coimbra	Bibliotecário	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897		CMN 1902-1911 CAA – 2.ª Circ. Vogal efectivo 1911-1932
16. António Tomás dos Reis	Élvas		20-03-1897		
17. António Tomás Pires	Élvas	Secretário da Câmara Municipal. Erudito. Etnólogo	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	PCMN	CMN 1902-1907
18. António Maria de Oliveira Parreira	Évora	Professor do Liceu	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897 A. 25-03-1896	F	CMN 1902-....
19. António Francisco Barata	Évora	Bibliotecário e arquivista	P. 28-06-95		
20. Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel	Évora	Engenheiro. Doutor Arqueólogo	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos F PCMN	CMN Vogal efectivo
21. Francisco Eduardo Barahona Fragoso	Évora	Bacharel formado em Direito. Proprietário e lavrador	V. 02-1897 21-03-1897		CMN 1902-1905
22. Joaquim Maria Pereira Botto	Faro	Cónego. Reitor do Seminário Episcopal Conservador do Museu Arqueológico Lapidar Infante D. Henrique	V. 02-1897 21-03-1897 A. 30-03-1897		CMN Vogal por Lisboa 1902-1907
23. António dos Santos Rocha	Figueira da Foz	Arqueólogo Director do Museu Municipal	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897		CMN 1902-1910
24. Adelino de Almeida	Flor da Rosa		V. 02-1897 21-03-1897		
25. Francisco Martins Sarmiento	Guimarães	Arqueólogo Museu da Sociedade Martins Sarmiento	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	C	
26. José Joaquim Nunes	Lagos	Padre	V. 02-1897 20-03-97	Inv. F	CMN Vogal de Santarém 1902-....
27. João José Teixeira Fafe	Lamego	Cónego	V. 02-1897 21-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos	
28. Visconde de São Bento	Britiande, Lamego		20-03-1897	Não chegou a corresponder-se	
29. João Cristino da Silva	Leiria	Pintor. Director da Escola Industrial	P. 28-06-95		
30. Vitorino da Silva Araújo	Leiria	Lente universitário	P. 28-06-95		
31. Júlio César Bizarro	Leiria	Professor. Director da Escola Industrial	V. 02-1897 21-03-1897	PCMN Proposta para a organização dos serviços	
32. Alexandre	Madeira		P. 28-06-95		

33. <i>Agostinho de Ornelas</i>	?	Par do Reino	P. 28-06-95		
34. Joaquim da Conceição Gomes	Mafra	Conservador da Basílica Real de Mafra	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897		
35. Amândio da Silva	Paredes da Beira		V. 02-1897 21-03-1897	I/R PCMN	CMN 1902-....
36. Francisco António Rodrigues de Gusmão	Portalegre		V. 02-1897 20-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos	CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1915-1917
37. Adolfo Ernesto Motta	Portalegre	Clérigo. Professor do Liceu	V. 02-1897 20-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos	CMN 1902-.... CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1915-1917 Idem, Lagos-1923
38. <i>Eduardo Augusto Allen</i>	Porto	Director do Museu e da Biblioteca Municipal do Porto	P. 28-06-95		
39. <i>Augusto Luso da Silva</i>	Porto	Professor liceal	P. 28-06-95		
40. Joaquim de Vasconcelos	Porto	Investigador Director do Museu Industrial e Comercial do Porto	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897 A. 29-03-1897	I/R F	CMN 1902-... CAA – 3.ª Circ Vogal efectivo 1911-1932
41. Pedro Augusto Ferreira	Porto	Abade de Miragaia	V. 02-1897 21-03-1897		
42. Caetano Marques de Oliveira	Póvoa do Varzim		P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897		CMN 1902-....
43. <i>Anselmo Braamcamp Freire</i>	Sacavém	Proprietário, erudito e historiador	P. 28-06-95		
44. <i>António Bernardo de Figueiredo</i>	Santarém	Oficial do Exército. Arqueólogo	P.28-06-95		
45. Manuel Gomes da Silva	Santarém		V. 02-1897 21-03-1897		
46. Manuel Dias Nunes	Serpa	Etnólogo	V. 02-1897 20-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos	
47. Manuel Maria Portela	Setúbal	Empregado da Câmara Municipal Director do Museu	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	PCMN	CMN 1902-1906
48. João Carlos de Almeida Camacho ou Carvalho	Setúbal		P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897		
49. António Ignacio Marques da Costa	Setúbal	Capitão	V. 02-1897 21-03-1897	Solicita informações sobre a Igreja de Jesus e as ruínas de Tróia	
50. José de Sousa Guerreiro	Silves	Padre. Director do Seminário de Faro	V. 02-1897 21-03-1897 A. 30-03-1897		CMN 1902-... CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1914

51. João Gomes de Oliveira Guimarães	Tagilde, Vizela	Abade	20-03-1897	Solicita envio de instruções e regulamentos	
52. Manoel Henrique Pinto	Tomar	Pintor. Director da Escola Industrial Jácome Ratton	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897 A. 30-03-1897		CMN 1902-1911
<i>53. António da Silva Magalhães</i>	Tomar	Antigo vereador; jornalista fotógrafo	P. 28-06-95 DN 20-02-1897 21-03-1897		Riscado. Faleceu em 1897
<i>54. Dionizio de Carvalho</i>	Torres Vedras	Comendador. Proprietário	P. 28-06-95		
55. António Izidoro de Sousa	Viana do Alentejo	Médico veterinário e agrónomo	V. 02-1897 21-03-1897		CMN 1902-1906
56. Balthazar Dias Coelho	Viana do Castelo		V. 02-1897 21-03-1897 Informado da nomeação em 1901	I/R F - Manifesto impresso contra vandalismo	CMN 1901-1905...
57. Luiz Figueiredo da Guerra	Viana do Castelo	Advogado. Juíz de Direito. Arqueólogo. Director da Biblioteca e Museu	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	PCMN	CMN 1901-.... CAA – 3.ª Circ. 1916-...
58. Joaquim José da Rocha Espanca	Vila Viçosa	Padre	P. 28-06-95 DN 20-02-1897 21-03-1897		Riscado, por ter falecido em 1896
59. Francisco de Salles Costa Lobo	Vila Real	Doutor	V. 02-1897 21-03-1897	F	CMN 1902-....
60. Manuel de Azevedo	Vila Real de Trás-os-Montes	Abade	V. 02-1897 20-03-1897		
61. Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão	Viseu	Advogado. Professor do Liceu	P. 28-06-95 V. 02-1897 21-03-1897	F	CMN 1902-1907 CAA – 2.ª Circ. Vogal Auxiliar 1914
<i>62. José Victorino d' Albuquerque</i>	Viseu		P. 28-06-95		

Fontes: CMN – Lista de Nomes propostos para vogaes correspondentes da Comissão dos Monumentos Nacionaes, 28 de Junho de 1894; CMN – Lista de propostas para vogais correspondentes, s/d; CMN – Lista dos vogaes correspondentes que a Comissão tem a honra de propor (...), 5 e 19 de Fevereiro de 1897. ANBA – Livro 256.

Legenda:

A negrito – vogais correspondentes, efectivamente aprovados pela CMN, nomeados pelo ministério e com actividade.
A itálico – vogais correspondentes propostos em 1895, com actividade desconhecida ou intermitente, não nomeados.
A vermelho – sócios efectivos, honorários ou correspondentes da RAACAP - Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses.

P – Proposta não oficializada;
F – Fiscalização;
V – Aprovação como Vogal no plenário da CMN;
C – Conservação;
N – Nomeação;
PCMN – Proposta de classificação de MN;
A – Aceitação;
I/R – Intervenção / Restauro;
DGP – Documentação Geral de Património;
Inv. – Inventariação;
DV – Divulgação / Valorização

QUADRO 17 – CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS. VOGAIS CORRESPONDENTES (1900-1911). VOL. I, P. 370 E 385.

NOME	LOCALIDADE	PROFISSÃO	NOMEAÇÃO	ACÇÃO	CONTINUIDADE / ACTIVIDADE
Manuel Vieira Natividade	Alcobaça	Agrónomo, arqueólogo e etnólogo	Recondução 1902	PCMN	Ver Quadro 12
António Amorim Pires Costa	Angra do Heroísmo, Açores	Funcionário da Junta de Distrito de Angra	1902 (3-V)		CAA – 1.ª Circ. ...1923...
José Lino da Sousa Galvão	Angra do Heroísmo, Açores	Engenheiro. Director Interino das Obras Públicas do Distrito de Angra	1902 (1-V)		
Félix Bernardino da Costa Alves Perreira	Arcos de Valdevez	Arqueólogo	1902 (12-IV)	Solicita informações	
Alberto Carlos de Brito Lima	Arcos de Valdevez		1910		
João Augusto Marques Gomes	Aveiro	Funcionário do Governo Civil. Historiador	1901 Recondução 1902		Ver Quadro 12
António Costa de Almeida Ferraz	Barcelos		1906 (19-XII)		
António Albino Marques de Azevedo	Barcelos		1910 (10-II)		CAA – 3.ª Circ. ...1923...
João de Sousa Tavares	Beja	Conselheiro	1909 (19-V) Proposta		
Alfredo Maximino Bettâmio de Almeida	Benavente		1902 (17-VII)		
José de Sousa Machado	Braga	Advogado. Jornalista	Recondução 1902	F	Ver Quadro 12
Albano Bellino	Braga	Proprietário. Arqueólogo	Recondução 1902 (10-IV)	PSMN F I/R D/V	Ver Quadro 12
Manuel Martins Capella	Braga / Viana	Padre Arqueólogo	V. 1904 (20-I)		
José Joaquim Pereira Caldas	Braga	Professor decano do Liceu bracarense	Recondução em 1902 (9-IV)	DGP	Ver Quadro 12
Albino dos Santos Pereira Lopo	Bragança	Capitão. Director do Museu Municipal de Bragança	Recondução 1902	PCMN I/R Inv.	Ver Quadro 12
Aleixo Costa	Bragança	Engenheiro Chefe de Secção da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Bragança	1902 (3-IV)	PCMN	
Manuel Martins de Sá Pereira	Caminha	Pároco da Igreja matriz	1910 (1-VI)	C	
José Luiz Ferreira Freire	Cantanhede (Residente em Portunhos)		1902 (6-IV)	PCMN	

Gustavo J. Ferreira Pinto Basto	Cête, Paredes		1906		
Gonçalo Ferreira Pinto Basto	Cête, Paredes		1907		
Augusto César Ribeiro de Carvalho	Chaves		P. 31-I-1908 V. 27-I-1909 N. 1909 (19-V)		
Augusto Mendes Simões de Castro	Coimbra	Bibliotecário	Recondução em 1902	I/R F	Ver Quadro 12
António Augusto Gonçalves	Coimbra	Director da Escola Industrial	Recondução 1902 (14-IV)	DGP	Ver Quadro 12
Bernardino Luiz Machado Guimarães	Coimbra	Professor. Ex-Ministro das Obras Públicas	1903 (18-I)	C	
António Mesquita Figueiredo	Coimbra	Doutor em Direito. Arqueólogo	1909 (19-V)		
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho	Coimbra	Médico. Professor Universitário	1910		CAA – 2.ª Circ. Vogal Efectivo 1911-1919
João Teófilo da Costa Góis	Coimbra	Engenheiro. Director de Obras Públicas do Distrito	1910		
António Tomaz Pires	Elvas	Secretário da Câmara Municipal, Director da Biblioteca e do Museu Arqueológico Erudito e etnólogo	Recondução em 1902 (31-03-1902)	PCMN (apoio à classificação do Castelo) DGP C F I/R Inv. D/V	Ver Quadro 12
João Carlos Rodrigues da Costa	Elvas / Lisboa	General	1907	PCMN (apoio à classificação do Castelo) D/V	Vogal informal
Francisco Eduardo Barahona Fragoso	Évora	Proprietário. Presidente de Câmara Municipal Conselho Superior de Agricultura, Deputado	Recondução em 1902 (27-III)	C I/R	Ver Quadro 12
António Maria Oliveira Parreira	Évora	Professor do Liceu	Recondução em 1902 (29-IV)	D/V Investigação conduzida sobre Ibn Cassi	Ver Quadro 12
José Bernardo de Barahona Fragoso, Visconde da Esperança	Évora	Proprietário. Formado pela Faculdade de Filosofia, dedicava-se ao estudo da natureza e ciências naturais	19-03-1902	F DGP	CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1914-1917 Vogal Correspondente 1917-1925

Augusto	Évora	Arcebispo de Évora	5-04-1902		Pede escusa, mas acaba por colaborar de forma indirecta
Manuel Bernardo Cardoso Botelho Freitas ou Furtado	Faro	Cónego. Professor de ciências eclesiásticas e de filosofia racional Conservador do Museu Arqueológico. Lapidar Infante D. Henrique	1902 (24-IV)		
José	Faro	Engenheiro Director das Obras Públicas do Distrito de Faro	1902 (PCMN	
José Pinto da Silva Ventura	Feira		1902 (03-IV)	F C PCMN DGP I/R	
Vitorino Joaquim Correia de Sá	Feira	Doutor	1909 (19-V) Proposto	C	
Manuel José de Paiva	Feira	Doutor	1909 (19-V) Proposto		
José Soares de Sá	Feira		1909 (19-V) Proposto e respondeu		
Eleutério Adolfo Moreira da Fonseca	Feira	Engenheiro	1904 (21-VI)	PCMN	
João Pereira de Magalhães	Feira	Doutor. Presidente da Câmara Municipal. Deputado	1910 (13-I)	C	
Eduardo Vaz de Oliveira	Feira	Doutor. Dirigente político	1910 (13-I)	C	
Henrique Vaz Ferreira	Feira	Doutor	1910 (13-I)	C	
António dos Santos Rocha	Figueira da Foz	Advogado Arqueólogo Director do Museu Municipal	Recondução 1902 (23-X)	PCMN Solicita alteração às Bases de Classificação	Ver Quadro 12
Aníbal Fernandes Tomás	Figueira da Foz	Fiscal Bibliófilo Escritor	1905		Ver Quadro 12
Jerónimo Maria do Carmo Meireles	Freixo de Espada à Cinta	Pároco	1904	F C PCMN (apoio à classificação da Igreja matriz)	
José Maria Pinto Gameiro	Funchal, Madeira	Engenheiro Director de Obras Públicas no Distrito do Funchal	1902 (26-IV)		

Francisco António de Freitas Abreu	Funchal, Madeira	Conselheiro	1908 (14-XII) Proposta		CAA – 1.ª circ. ...1923...
Alberto Artur Sarmiento	Funchal, Madeira	Tenente de Infantaria 27	Proposta		CAA – 1.ª circ. ...1923...
Joaquim da Costa Macedo	Golegã		1902		
Alfredo Marreca	Golegã				
José Osório da Gama e Castro	Gouveia	Ex-Governador Civil da Guarda	1902 (14-VII)	I/R DGP	
Hipólito de Vasconcelos Maia	Guarda	Director da Delegação do Banco de Portugal no Distrito de Viseu	1902 (03-04)	PCMNI I/R	CAA – 2.ª Circ. Vogal Auxiliar 1914-1919
António H. da Silva Rosado	Guarda	Engenheiro. Director das Obras Públicas	1905 (?)		
<i>Alberto Sampaio</i>	Guimarães	Proprietário. Lic. em Direito Historiador	1902 (8-IV)		Escusa
Gaspar Ruiz	Guimarães		1910		
Francisco Augusto Manuel Coelho de Sá	Horta, Açores	Engenheiro Director interino de Obras Públicas da Distrito da Horta	1902 (21-VIII)	F	
António Máximo Lopes de Carvalho	Labrugeira		8-VIII-1902 1903 (10-II)	C D/V	
Ernesto Korrodi	Leiria	Professor da Escola Industrial	6 de Abril de 1902	PCMNI	CAA – 2.ª Circ. 1916-1932
58. Conde D'Ávila e Bolama	Lisboa	Director Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos	1902		CMNI Vogal efectivo 1905-1910
Francisco Júlio Pereira de Aguiar	Lisboa		1902 (22-X)		
Joaquim Maria Pereira Botto	Lisboa	Monsenhor, Cónego da Santa Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa	Recondução em 1902 (29-XII)		Ver Quadro 12
José Maria da Silva Pessanha	Lisboa	Professor da Academia Real de Belas Artes Arqueólogo Historiador	1903 (5-I) 1903-1911	C	CAA – 1.ª Circ. Vogal efectivo 1911-1932 CAA – 2.ª Circ. Vogal correspondente ...1923...
E. Casanova	Lisboa	Pintor espanhol, residente em Portugal	1903 (18-I)	C	
António Augusto de Sousa e Silva	Lisboa?	Engenheiro Direcção dos Serviços da Carta Agrícola	1902		
Álvaro Vieira de Lemos	Lousã		1902 (?)	DGP	CAA – 2.ª Circ.

<i>Aires de Sá</i>	Mafra		1902		Não aceitou por motivo dos estudos a que se dedicava terem-no impedido
Guilherme Luís dos Santos Ferreira	Mafra		1903 (9-VI)	C	
José de Barros da Silva Carneiro	Marco de Canaveses		1910		
João Manuel da Costa	Mértola	Arqueólogo Colaborador local de José Leite de Vasconcelos	1903 (21-IV)	F C	CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1915-1917
Simão de Abreu Mello	Monção do Minho	Padre	1907 (6-II)	PCM N C	
António José de Pinho Júnior	Monção do Minho	Dr.	1902 (20-XII)	Inv. DGP D/V	
J. S. Ismael Gracias	Nova Goa, Índia	Oficial-maior da Secretaria-geral do Governo do Estado da Índia. Ex-Director da Biblioteca da cidade de Goa Director de <i>O Oriente Português</i> .	1902 (Maio)	C F DGP D/V PCM N	CAA – 1.ª Circ. 1917...
Amândio Silva	Paredes da Beira		Recondução em 1902	F I/R	Ver Quadro 12
Artur Montenegro Ferrão Castel Branco	Poiães		1902 (10-iv)	Informa nomes de correspondentes mais capazes	
Eugénio do Canto	Ponta Delgada, Açores	Professor. Bibliófilo	1902 (27-IV)		CAA – 1.ª Circ. ... 1915
Francisco Afonso Chaves	Ponta Delgada, Açores	Coronel Meteorologista	1902 (27 de Abril)		CAA – 1ª Circ. 1914-1923....
António Inácio Pereira de Freitas	Ponte de Lima		1902 (15-IV)		
Delfim de Brito Guimarães	Ponte de Lima		1910		
Francisco de Abreu Pereira Maia	Ponte de Lima	Dr.	1910		
Adolfo Ernesto Motta	Portalegre	Professor do Liceu	Recondução em 1902 (11-IV)		Ver Quadro 12
Joaquim de Vasconcellos	Porto	Investigador Director do Museu Comercial e Industrial do Porto	Recondução em 1902	PCM N	Ver Quadro 12

João José Pereira Dias	Porto	Coronel de Engenharia Inspector de Engenharia da Circunscção Norte	1902 (14-IV)		
António Ferreira de Araújo e Silva	Porto	Conselheiro Director da Direcção de Obras Públicas do Distrito do Porto	1902 (14-IV)		
Ricardo Severo da Fonseca e Costa	Porto	Engenheiro civil e de minas. Arqueólogo	1902	I/R C F	
António Augusto da Rocha Peixoto	Porto	Redactor-chefe da revista <i>Portugália</i> Director da Biblioteca Pública e Museu Municipal do Porto	1902 (18-IV)	Inv.	A partir da 1. ^a República, o Director do Museu Municipal passa a ser vogal efectivo
José Teixeira Lopes	Porto	Arquitecto	1906 (19-XII)		
José Marques da Silva	Porto	Arquitecto	?	C	CAA – 3. ^a Circ. Vogal efectivo
José Júlio Gonçalves Coelho	Porto	Doutor	1907(6-III)		
Francisco Ferreira Lima	Porto	Capitão Engenheiro Civil	Proposto 1905 1908 (14-XII)		
Manuel de Albuquerque	Porto		1905	C	
António Pinheiro de Azevedo	Porto (Guiães)		1910 (13-I)		
Teotónio Ribeiro Teixeira	Póvoa de Lanhoso		1910		
Caetano Marques de Oliveira	Póvoa do Varzim	Abade	Recondução em 1902	Solicita passe anual para os CF	
José Isidoro Brenha	Póvoa do Varzim		1910		
José Joaquim Nunes	Santarém	Capelão do Batalhão de Caçadores n.º 6	Recondução em 1902, mas agora nesta cidade e não em Lagos, onde foi vogal	PCMN	Ver Quadro 12
João Arruda	Santarém	Redactor-proprietário. Director do <i>Correio da Extremadura</i>	1906	C F D/V	CAA – 1. ^a circ. Vogal Auxiliar 1916-1923...
João Fagundes da Silva	Santarém	Engenheiro da Câmara Municipal	Proposta?		
Joaquim Augusto Pedroso	Santo Tirso	Padre	1910		

António José Machado, Visconde de Santa Bárbara,	S. Miguel, Açores	Proprietário Nobre	19-IV-1902	F	CAA – 1.ª Circ. ...1923...
Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena	S. Silvestre (freguesia)		1903 (1-II)		
Antonio de Mello Breyner	Serpa	Etnólogo	1902 (17-IV)		CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1914...
Manuel Maria Portela	Setúbal	Empregado da Câmara Municipal Director do Museu	Recondução em 1902 (16-IV)	PCMNDGP	Ver Quadro 12
<i>José de Proot (?) Pombo</i>	Setúbal		1902 (10-IV)		Escusa e indica Manuel Maria Portela
José de Sousa Guerreiro	Silves	Prior Director do Seminário Episcopal de Faro	Recondução em 1902 (9-IV) Aceita mas refere estar em Faro e depois em Santarém		Ver Quadro 12
Manuel João Rocha	Silves	Secretário da Câmara Municipal de Silves			Proposto por José Joaquim Nunes
Manuel Henrique Pinto	Tomar	Pintor Director da Escola Industrial	Recondução em 1902	F C I/R	Ver Quadro 12
José Vieira da Silva Guimarães	Tomar	Médico	1902	I/R C F D/V	CAA – 1.ª Circ. Vogal Auxiliar 1917-1920
António Augusto da Silva Cunha	Tondela		1906 (19-XII)		
António Isidoro de Sousa	Viana do Alentejo	Médico veterinário e agrónomo	Recondução em 1902	F	Ver Quadro 12
Luiz Xavier Barbosa	Viana do Castelo	Engenheiro. Director das Obras Públicas do Distrito de Viana do Castelo	1902 (05-04)	PCMNC	
Luiz Figueiredo da Guerra	Viana do Castelo	Advogado. Juiz de Direito. Arqueólogo. Director da Biblioteca e Museu	7-04-1902	PCMNDGP	Ver Quadro 12
Baltazar Dias Coelho	Viana do Castelo			PCMNDGP	Ver Quadro 12
Manuel Martins Capela	Viana do Castelo		1910		
Serafim de Sousa Neves	Viana do Castelo		1910		
José Augusto Ferreira	Vila do Conde	Cónego. Historiador eclesiástico	1902 (21-VIII)	I/R I/R C DGP	
José de Sousa Barroso	Vila Nova de Gaia	Abade de S. Salvador de Grijó	1902 (14-VII)	C	

António Teixeira Lopes	Vila Nova de Gaia	Escultor	1910		
José Rafael Rodrigues	Vila Pouca de Aguiar				
Francisco de Sales Costa Lobo	Vila Real de Trás-os-Montes	Doutor	Recondução em 1902 (12-IV)	I/R D/V	Ver Quadro 12
António Pereira da Nóbrega Sousa	Vila Viçosa				
José de Almeida e Silva	Viseu		1902 (8-III) 1903(10-II)	Inv. PCMN I/C F Oposição a certas decisões do CMN	CAA – 2. ^a Circ. Vogal Auxiliar 1914-19...
Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão	Viseu	Advogado. Professor do Liceu	Recondução em 1902 1903(10-II)	F PCMN	Ver Quadro 12
Henrique das Neves (?)	Viseu		1903(10-II)		
Francisco Moreira de Almeida	Viseu	Oficial do Exército e artista	1910 (13-I)		CAA – 2. ^a Circ. Vogal Auxiliar 1914-1918
António Marques de Figueiredo	Viseu	Deão da Sé	1910 (13-I)		CAA – 2. ^a Circ. Vogal Auxiliar 1914-19..
Braulio Lauro Pereira da Silva Caldas	Vizela		1910		

Fontes: Actas do CMN-CE e da CE, 1902-1911. Igrejas e Correspondência recebida e enviada. ANBA – 240-242; 243-244; 246-249; 259-260.

Legenda:

A negrito – vogais correspondentes, efectivamente aprovados pelo CMN-CE, nomeados pelo ministério e com actividade.

A itálico – vogais correspondentes propostos com actividade desconhecida ou intermitente ou que declararam escusa.

A vermelho – sócios efectivos, honorários ou correspondentes da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses.

P – Proposta não oficializada

V – Aprovação no CMN

N – Nomeação

A – Aceitação

R - Recondução

Inv. – Inventariação

F – Fiscalização

C – Conservação

PCMN – Proposta de classificação de MN

I/R – Intervenção / Restauro

DGP – Documentação Geral de Património

DV – Divulgação / Valorização

QUADRO 18 – MONUMENTOS NACIONAIS. SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO PROPOSTO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1880), VOL. I, TOMO 1, P. 412.

QUADRO 19 – RESPOSTA AOS QUESITOS DA CMN – LEVANTAMENTOS MUNICIPAIS (1882-1883). VOL. I, PP. 416-417.

DATA	Entidade/Pessoa	EQUIPA	Monumentos referidos
1882 (Fevereiro)	Câmara Municipal de Braga	José Joaquim da Silva Pereira; José Maria dos Santos de Araújo Esmeriz; José Joaquim de Almeida.	
1882 (Fevereiro)	Câmara Municipal de Viana do Castelo	Luís Figueiredo da Guerra; José Pereira Cyrne de Castro; João Luís Monverde da Cunha Lobo; Sebastião Pereira da Cunha	
1882 (18 de Fevereiro) 1882 (25 de Maio)	Câmara Municipal de Coimbra Aprovação da lista em sessão de Câmara	Instituto de Coimbra (secção de Arqueologia), a pedido do Município: Adolfo Loureiro; Rodrigues de Gusmão; João Correia Aires de Campos	Igreja de São Tiago Igreja de S. Salvador Sé Velha; Igreja, coro e claustro do Mosteiro de Celas; Ruínas da igreja e mosteiro velho de Santa Clara; Santa Cruz, dependências existentes e torre do relógio; Paço de sobre a riba (Rua dos Lobrigos); Igreja incompleta do ex-convento de S. Domingos; Pórtico do colégio de S. Tomás (apesar de parcialmente soterrado); Templo do ex-colégio dos jesuítas, Colégio de Santo Agostinho; Paço da Universidade; Igreja e coro do mosteiro de Santa Ana Igreja e coros do mosteiro novo de Santa Clara; Seminário episcopal; Templo de S. Marcos, freguesia de S. Silvestre
1882 (Fevereiro)	Câmara Municipal de Guimarães	Francisco Martins Sarmiento	
1882 (Fevereiro)		Estácio da Veiga	
1882 (10 de Fevereiro)	Câmara Municipal de Leiria	-	Castelo de Leiria
1882 (14 de Março)	Câmara Municipal de Évora	-	Não se encontrou o documento
1882 (28 de Março)	Câmara Municipal do Fundão	-	Não se encontrou o documento
1882 (28 de Março) 1882 (13 de Abril)	Câmara Municipal de Avis	-	Não se encontrou o documento
1882 (30 de Março)	Câmara Municipal de Alenquer	Guilherme João Carlos Henriques (da Carnota)	Monumentos indicados na obra de autor
1882 (2 de Abril)	Câmara Municipal de Vila Viçosa	Joaquim da Rocha Espanca	Relação autógrafa do pároco
1882 (3 de Abril)	Câmara Municipal de Lamego	-	Não indica monumentos
1882 (11 de Abril)	Câmara Municipal de Campo Maior	-	Indicando não haver investigação sobre o assunto
1882 (26 de Abril)	Câmara Municipal de Elvas	Dr. Francisco de Paula Santa Clara Júnior	Relação autógrafa.

1882 (4 de Maio)	Câmara Municipal de Tavira	-	Não se encontrou o documento
1882 (30 de Junho)	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	-	Não se encontrou o documento
1882 (Junho) 1882 (15 de Julho)	Câmara Municipal de Setúbal	A pedido da CMS, Manuel Maria Portella elabora a lista, depois impressa em volume.	Monumentos indicados de acordo com os quesitos, na obra de autor.
1882 (1 de Julho)	Câmara Municipal de Mangualde	-	1. Restos de habitação de um rei dos mouros de nome Azeirão (sic)- Armamar da Beira; 2. Paredes de um castelo que geralmente se atribui aos mouros, em ruína, mas com altas paredes, em Gondufe, Espinho. 3. Anta conservada, entre Cubos e Cunha Baixa.
1882 (11 de Julho)	Câmara Municipal de Alvito	-	Não indica monumentos
1882 (20 de Julho)	Câmara Municipal de Rio Maior	-	Não indica monumentos
1882 (26 de Julho)	Câmara Municipal de Paços de Ferreira	-	Não se encontrou o documento
1882 (26 de Julho)	Câmara Municipal de Amarante	-	Não se encontrou o documento
1882 (27 de Julho)	Câmara Municipal do Crato	-	Não indica monumentos
1882 (29 de Julho)	Câmara Municipal de Manteigas	-	Indica objectos móveis, uma torre que divide três conselhos e os píncaros da Serra da Estrela.
1882 (8 de Agosto)	Câmara Municipal de Portalegre	-	Não se encontrou o documento
1882 (16 de Agosto)	Câmara Municipal de Odemira	-	Não se encontrou o documento
1882 (15 de Setembro) 1882 (20 de Setembro)	Câmara Municipal de Mirandela	-	Ponte de 226 m.
1882 (11 de Dezembro)	Câmara Municipal de Fafe	-	Não indica monumentos
1882 (14 de Dezembro)	Câmara Municipal de Loulé	-	As muralhas, “em pessimo estado de conservação”. O Convento dos Padres de Santo Agostinho, em ruína eminente. A fonte da Vila; as lápides antigas de pouca importância, em Portas do Céu, arrabaldes da vila.
1882 (15 de Dezembro)	Câmara Municipal de Arronches	-	Não se encontrou o documento
1882 (28 de Dezembro)	Câmara Municipal de Reguengos	-	Indica objectos móveis. Antas de forma genérica. Um túmulo lavrado, na herdade da Azinheira, vendido para Lisboa ou Porto; Monumentos referidos em obra de Inácio Vilhena Barbosa
1882 (30 de Dezembro)	Câmara Municipal de Pinhel	-	Não indica monumentos
1883 (8 de Janeiro)	Câmara Municipal de Peso da Régua	-	Não indica monumentos
1883 (15 de Janeiro)	Salvaterra de Magos	-	Não indica monumentos
1883 (19 de Fevereiro)	Celorico da Beira	-	Não indica monumentos

Fontes: ANBA – Livros 243 e 172; específicas – *O Instituto; Monumentos de Setúbal*; Lúcia Rosas: 1995.

QUADRO 20 – PROPOSTAS, PARECERES E APROVAÇÕES DE MONUMENTOS NACIONAIS (1894-1898). VOL. I, P. 307 E 420.

MONUMENTO NACIONAL PROPOSTO	FREGUESIA / CONCELHO / DISTRITO	VOGAL PROPONENTE	DATA DA PROPOSTA /APROVAÇÃO	PARECER
1. Igreja de S. Pedro de Rates	Póvoa do Varzim, Porto	Alberto Pimentel Albano Bellino	30-3-1894 14-4-1897	Acta de reunião. Relação autógrafa
2. Capela do Senhor Cristo, situada na cerca do Mosteiro dos Jerónimos	Belém, Lisboa	Possidónio da Silva	27-7-1894	Acta de reunião.
3. Igreja de Vilar de Frades	Barcelos, Braga	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
4. Igreja do Convento de S. Marcos	Coimbra, Coimbra	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
4. Igreja de S. Martinho de Candozo	Guimarães, Braga	Albano Bellino Ramalho Ortigão	1897 9-2-1897	Relação autógrafa Acta de reunião
5. Igreja matriz de S. Torcato e capela adjunta de Santa Catarina	Braga, Braga	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
6. Capela do Arnoso	Braga, Braga	Albano Bellino Ramalho Ortigão	1897 19-2-1897	Relação autógrafa Acta de reunião
7. Ruínas dos Paços dos Marqueses de Vila Real	Vila Real, Vila Real	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
8. Igreja do extinto Convento do Carmo, onde se achavam os ossos de Vasco da Gama	Vidigueira, Beja	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
9. Igreja matriz e castelo de Viana do Alentejo	Viana do Alentejo, Évora	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
10. Igreja e ruínas do Convento de S. João de Tarouca	Tarouca, Viseu	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
11. Convento e Igreja de Odivelas	Loures, Lisboa	Ramalho Ortigão	19-2-1897	Acta de reunião
12. Claustro de Celas	Coimbra, Coimbra	Desconhece-se	22-2-1897	Lista de CMN
13. Paço Episcopal	Coimbra, Coimbra	Ramalho Ortigão e Joaquim de Vasconcelos	1896 22-2-1897	Eventual parecer em Acta; Lista da CMN
14. Convento de Santa Clara	Coimbra, Coimbra	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN
15. Capela de S. Vicente, Póvoa de Milreu	Guarda, Guarda	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN
16. Capela de Nossa Senhora do Vale, Cete	Cete, Paredes	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN

17. Igreja matriz de Paço de Sousa	Penafiel, Porto	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN
18. Capela de S. Brás	Vila Real, Vila Real	Ramalho Ortigão (?)	1896 22-2-1897	Acta de Reunião; Lista da CMN
19. Ruínas do Hospital de S. Brás, Pioledo	Vila Real, Vila Real	Ramalho Ortigão (?)	1896 22-2-1897	
20. Igreja de S. Domingos, Pioledo	Vila Real, Vila Real	Ramalho Ortigão (?)	1896 22-2-1897	
21. Igreja de Santa Maria de Almacave	Lamego, Viseu	Desconhece-se	22-2-1897	
22. Catedral de Lamego	Lamego, Viseu	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN
23. Catedral da Guarda	Guarda, Guarda	Júlio Mardel (?)	22-2-1897	Lista da CMN
24. Igreja e ruínas da Flor da Rosa	Crato, Portalegre	Desconhece-se	22-2-1897	Lista da CMN
25. Castelo de Ucanha	Mondim da Beira, Viseu	Leite de Vasconcelos	19-2-1897	Acta de Reunião
26. Igreja de Santa Maria de Salzedas	Salzedas, Viseu	Leite de Vasconcelos	19-2-1897	
27. Convento de S. Bernardo	Mondim da Beira, Viseu	Leite de Vasconcelos	19-2-1897	
28. Anta da Lapa da Barrosa	Âncora, Viana do Castelo	Conde de Bertandos	20-3-1897	
29. Igreja da Graça	Marvila, Santarém, Santarém	Conde de Bertandos e Ramalho Ortigão	20-3-1897	
30. Mosteiro de Cête	Cête, Paredes		20-3-1897	
31. Convento de Vila do Conde	Vila do Conde, Viana do Castelo	Conde de Bertandos	20-3-1897	
32. S. João Baptista	Vila do Conde, Porto	Albano Bellino	14-4-1897	Relação autógrafa; Acta de Reunião
33. S. Cristóvão de Rio Mau	Vila do Conde, Porto	Albano Bellino	14-4-1897	
34. Sé de Miranda do Douro	Miranda, Bragança	Abade de Miragaia, Pedro Ferreira	14-4-1897	
35. Torre de Menagem de Bragança	Bragança, Bragança	Albino dos Santos Pereira Lobo	27-3-1897 14-4-1897	
36. Convento de Santa Clara	Porto, Porto	Parecer da Academia Real de Belas Artes, submetido à CMN	1898	

Fontes: Actas, propostas e correspondência. ANBA – Livros – 240, 243, 244, 248, 257.

A azul os vinte e quatro monumentos apresentados para homologação ministerial em Fevereiro de 1897. Ver [Documento 43].

QUADRO 21 – RESPOSTA AOS QUESITOS COLOCADOS PELA RAACAP – LEVANTAMENTOS DISTRITAIS, MUNICIPAIS, DE ASSOCIADOS (VOGAIS CORRESPONDENTES) E PARTICULARES (1897-1898), VOL.I, TOMO 1, P. 423.

DATA DO (S) RELATÓRIO(S)	ENTIDADE REMETENTE	NOME DA PERSONALIDADE	PROPOSTAS DE CONSERVAÇÃO
29-12-1897	Junta de Paróquia do Lorvão	Manuel dos Santos Torcato, padre	Solicita protecção para o Mosteiro do Lorvão, necessitando saber que fora considerado MN, com solicitara a Lino de Assumpção.
26-04-1898			Descreve a inspecção das autoridades
10-09-1898			Conservação das tribunas das capelas dos claustros do mosteiro, por vontade do povo e da junta O Mosteiro continuava esquecido dos governos, por razão de demolição de casas, o edifício manifesta ruína
03-01-1898	Vogal correspondente em Vila da Feira	João José Pinto da Silva Ventura	Castelos de Vila da Feira, cuja conservação se deve ao povo da Feira que o admira, pois os poderes públicos o abandonaram.
04-02-1898			Mosteiro de Pedroso, criticando as intervenções do pároco
11-02-1898			Convento da vila com sumptuosa igreja Ruínas de conventos Igreja da freguesia do Riomião de tradição templária Castelo da Feira, relatório do seu estado
11-01-1898	Vogal correspondente de Alcobaça	Manuel Vieira Natividade	Colecção de arqueologia pré-histórica que reuniu Refere obra que tem no prelo
12-01-1898	Vogal correspondente de Braga	Albano Bellino	Resolve colaborar. Duvida da eficácia deste convite geral à participação da imprensa e das sociedades científicas Refere a ignorância do povo. Defende a CMN, que havia classificado edifícios, segundo propostas suas
23-I-1899	Vogal correspondente de Lisboa	José Pessanha	Declara-se incondicionalmente ao serviço da defesa da iniciativa
26-01-1898	Vogal correspondente de Faro	Joaquim Maria Pereira Boto	Declara seu propósito pela salvaguarda dos MN
26-01-1898	Direcção do Grémio Artístico de Lisboa	António Ramalho Júnior Presidente	Adesão

29-01-1898	Bibliotecário e conservador do Museu de Beja	Joaquim Vargas	Portas das muralhas de D. Afonso V; Templo de Santo André; Torre de Menagem; Ruínas do Palácio de D. Dinis (?) Mosteiro da Conceição Sítio do Paço dos Infantes Convento de S. Francisco (janela)
31-01-1898	Presidente da Associação Católica do Porto	Conde de Samodães	Referência aos monumentos que ficaram dos vandalismos e da abolição das ordens religiosas, baseado num erro da sociedade liberal Igreja de S. Bento da Ave-Maria e os seus coros, ameaçados pela construção da estação ferroviária Igreja de Cedofeita, ameaçada Destruição de Capela ao postigo do Sol Necessidade de protecção da igreja de Santa Clara Aponta as razões porque se salvaram as igrejas de S. Bento da Vitória, de S. Francisco, dos Grilos, dos Congregados, dos Carmelitas e de S. João o Novo. Quadros que estavam apodrecendo no extinto convento de Santo António, propriedade do Estado
22-02-1898	Vogal correspondente	Luís Figueiredo Guerra	Igreja matriz de Caminha; Igreja de Bravães; Igreja de S. Cláudio; Arquitectura militar e civil medieval, cujas monografias iria enviar
25-02-1898 09-03-1898	Câmara Municipal de Setúbal	António José Baptista Presidente da Câmara	Reparação da fachada da igreja de Jesus Solicita que se façam reparações na Igreja do Convento de Jesus e se providencie um subsídio
25-02-1898	Sé de Évora	Joaquim José F. de Faria e Silva, Mestre-escola da Sé de Évora, responsável pela conservação da Sé	Desenvolvimento da Arqueologia e Iconografia cristãs nos estudos do Seminário Critica as leis chamadas de salvação pública que cercearam os rendimentos das fábricas das igrejas
04-03-1898	Câmara Municipal de Leiria Escola Industrial de Leiria	Presidente da CML e Júlio César Bizarro, professor e director	Envio de relatório Construção romana situada em Arrabalde
Março de 1898	Governo Civil de Portalegre	João Maria Cerqueira Machado, Governador	Vai adoptar providências e dar instruções aos administradores dos concelhos daquele distrito

08-03-1898	Câmara Municipal de Estremoz	José Eduardo Cardeira Vinagre, Presidente	Capela da Rainha de Santa Isabel; Torre de Menagem; Restos do palácio de D. Dinis (celeiro comum da CME). Capela de S. José, no outeiro de S. José
10-03-1898	Vogal correspondente de Setúbal	Manuela Maria Portela	Reparações da Igreja de Jesus
26-03-1898	Câmara Municipal de Oleiros	António Augusto Mendonça David, presidente	Afirma não haver monumentos, mas quer colaborar no movimento
28-03-1898	Particular. Lisboa	Bartolomeu Sezinando Ribeiro Artur, escritor	Adesão em nome do progresso da "arte nacional"
28-03-1898	Particular. Relatório e informação dirigidas ao Visconde da Murta, Bibliotecário da RAACAP	Ernesto Loureiro	Sobre as mutilações manuelinas no Convento de Cristo, em Tomar. O estado da capela dos templários, das esculturas da Casa do Capítulo, dos paços do Infante e do claustro da lavagem. Sugere o restauro do claustro dos Filipes. Sobre descobertas realizadas acerca do coro manuelino do Convento de Cristo, em Tomar.
17-03-1899			
28-03-1898	Vogal correspondente de Elvas	António Tomás Pires	Enviará notas sobre os monumentos da cidade
15-04-1898	Câmara Municipal de Tomar	João Torres Pinheiro, Presidente	Convento de Cristo, tem de ter reparações nos claustros por causa das infiltrações; Perigo de queda da torre Igreja de S. João Baptista
16-04-1898	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	A. N. de Azevedo Magalhães, Presidente	Igreja matriz de Pedroso; Capela-mor da igreja paroquial de Vilar de Carneiro Templo da Serra do Pilar; Extinto Mosteiro de Grijó
24-04-1898	Governo Civil do Porto	Joaquim da Pina Calado, Governador	Remessa das respostas dos administradores dos concelhos do distrito, por via do Governador Civil de Lisboa, Jorge Alarcão
20-04-1898	Câmara Municipal de Santo Tirso (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	António Augusto Soares Rodrigues Ferreira, Administrador do Concelho	Claustro da igreja matriz (antigo convento beneditino) Igreja matriz de S. Miguel de Vilarinho Igreja de S. Pedro de Roriz
28-04-1898	Câmara Municipal de Marco Canaveses (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	António Carneiro, Administrador do Concelho	Igreja do extinto convento de Vila Bom do Bispo Igreja e ex-convento e cerca de Alpendurada (propriedade da família Magalhães)

30-04-1898	Câmara Municipal de Felgueiras (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Manuel Rebelo de Carvalho, Administrador do Concelho	Igreja do Mosteiro de Pombeiro; Capela da Tocha, em Santo Adrião de Vizela; Igreja de S. Vicente de Sousa; Santuário de Santa Quitéria, em Margaride; Capela de Sergude e restos do solar de Egas Moniz Casa de Simões (solar dos Coelhos), em Moure; Igreja de S. Martinho de Camaros
04-05-1898	Câmara Municipal da Maia (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Tomás Tavares Coutinho, Administrador do Concelho	Igreja de Águas Santas Igreja de Moreira
04-05-1898	Bairro Ocidental da Cidade do Porto ¹⁰⁷	Francisco Fernandes Afonso, Administrador do Bairro	Referência às tradições comerciais e industriais do Porto, em detrimento do culto das artes; Igreja de Cedofeita; Igreja da Lapa; Igreja e Torre dos Clérigos; Igreja do Convento de S. Bento da Vitória; Igreja das Carmelitas; Igreja do Convento de S. Francisco; Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco; Igreja de Miragaia; Capela do Espírito Santo; Capela de Carlos Alberto Igreja de S. João da Foz Castelo da Foz Forte de Santo Ovidio Jazigos notáveis nos cemitérios da Lapa, Agramonte e Cedofeita Palácio de Cristal Colégio dos Órfãos Necessidade de velar por preciosidades artísticas do museu municipal Inscrições latinas dispersas ¹⁰⁸ .
05-05-1898	Câmara Municipal de Penafiel	António Joaquim de Carvalho, Administrador do Concelho	Mosteiro de Paço de Sousa (incluindo o túmulo de E. Moniz)
06-05-1898	Câmara Municipal de Póvoa do Varzim (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Arnaldo Baptista, Administrador do Concelho, depois de ouvidos os párcos e os vereadores	Castelo ou fortaleza Paços do Concelho Igreja matriz, na freguesia de Rates; Pelourinho, idem
07-05-1898	Câmara Municipal Paços de Ferreira	Custódio da Costa Enes, Administrador do Concelho	Igreja e Mosteiro de S. Pedro de Ferreira
09-05-1898	Câmara Municipal de Bouças	António Lopes Carneiro, Administrador do Concelho	Mosteiro de Leça do Balio Monumento comemorativo do desembarque na Praia da Arnosa (referente a 1832)

¹⁰⁷ Rosas refere a resposta da Câmara Municipal do Porto, nesta data, mas sem referir o contexto justificativo do “arrolamento dos monumentos antigos e históricos com o objectivo de conservação”. Cf. ROSAS, Lúcia, 1995, *ob. cit.*.

¹⁰⁸ O administrador do Bairro Ocidental do Porto baseia-se na obra de Francisco José Patrício, *Flora Latina Inscriptionum Urbis Portucalensis*.

09-05-1898	Bairro Oriental do Porto (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Henrique de Carvalho, Administrador do Bairro, depois de ouvidos as corporações e indivíduos competentes	Sé do Porto Paço Episcopal Igreja e Convento de Santa Clara
10-05-1898	Câmara Municipal de Amarante (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Miguel Augusto de Faria Mascarenhas, Administrador do Concelho	Igreja e Convento de S. Gonçalo, incluindo a sacristia; Retábulo na sacristia da Igreja; Dolmens; Igreja de Freixo de Baixo; Igreja de Gatão; Igreja de Gondar Capela de Santa Cruz
10-05-1898 14-05-1898	Câmara Municipal de Paredes (ofício dirigido ao Governador Civil do Porto)	Belarmino Augusto de Oliveira, Administrador do Concelho	Mosteiro de Cête Mosteiro de Vilela Aditamento histórico ao mosteiro de Vilela, que fora recentemente restaurado pelo reitor José Machado Ferreira. O convento, então privado, conservava valor artístico
S/d	Câmara Municipal de Gaia	António Ribeiro da Costa e Almeida Júnior, Administrador do Concelho	Convento de Pedroso Vilar de Paraíso (capela-mor); Mosteiro da Serra do Pilar; Mosteiro de Grijó Túmulo de Alvareanes Cernache no Convento de Corpus Christi
S/data	Câmara Municipal de Vila do Conde	João Pereira Galvão	Igreja matriz; Aqueduto; Mosteiro de Vila do Conde; Pelourinho; Memória, obelisco da praia; Igreja de Rio Mau; Igreja de Azurara

Fontes: ANBA: Igrejas, 3 vols. Livros 240-242; “Extracto dos officios enviados à Comissão (...)”, in *Boletim da RAACAP*, ano 1898, pp. 32; 60-64; 92-96.

QUADRO 22 – *ESTRUTURA BASE DE CLASSIFICAÇÃO DOS «MONUMENTOS NACIONAIS» EM PORTUGAL (1904)*, VOL. I, TOMO 1, P. 431.

QUADRO 23 – *CRITÉRIOS DA CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1909-1910)*, VOL. I, TOMO 1, P. 432.

QUADRO 24 – *PROPOSTAS E PARECERES DE MONUMENTOS NACIONAIS APRESENTADOS PELOS VOGAIS EFECTIVOS DO CSMN E COMN (1900-1910)*. VOL. I, TOMO 1, P. 438.

MONUMENTO NACIONAL PROPOSTO	FREGUESIA / CONCELHO / DISTRITO	VOGAL / ENTIDADE PROPONENTE	DATA DA PROPOSTA /APROVAÇÃO	DOC. OFICIAL /PARECER
Capela de S. Pedro	Leiria, Leiria	Pedido de consulta da DGOPM	22-08-1900	Parecer da CE
Convento de Santa Joana	Aveiro, Aveiro	Augusto Fuschini	25-01-1901 31-10-1901	Acta da CE
Colegiada de Santa Maria da Oliveira	Guimarães, Braga	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Castelo de Guimarães	Guimarães, Braga	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Sé	Braga, Braga	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Misericórdia	Viana, V. do Castelo	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Igreja matriz	Viana, V. do Castelo	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE

Capela dos Malheiros	Viana, V. do Castelo	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Ponte romana	Ponte de Lima	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Igreja matriz	Caminha, Viana do Castelo	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Igreja matriz	Vila do Conde, Porto	Augusto Fuschini	31-10-1901	Acta da CE
Capela de S. Brás	Vila Real	Abel Botelho	21-01-1902	Corresp.
Igreja de S. Salvador de Bravães	Ponte da Barca, Viana do Castelo	Abel Botelho	06-10-1902	CMN-Acta
Antiga Casa da Câmara	Bragança, Bragança	Fernando Larcher	11-01-1905	CMN-Acta
Torre de Outão	Setúbal, Lisboa	Fernando Larcher	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Sesimbra	Sesimbra, Lisboa	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Chaves	Chaves, Bragança	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Forte da Arrábida	Azeitão, Lisboa	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Évora-Monte	Estemoz, Évora	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Mértola	Mértola, Beja	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Fortaleza de Sagres	Vila do Bispo, Faro	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Trancoso	Trancoso, Guarda	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Barca de Alva	Figueira de Castelo, Guarda	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Valhelhas		Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Castelo de Numão	Vila Nova de Foz Côa Rodrigo, Guarda	Pinto da Veiga	11-01-1905	CMN-Acta
Igreja de S. Pedro de Cete (Mosteiro)	Paredes, Porto	Junta de Paróquia e Câmara Municipal	18-01-1905	Ramalho Ortigão
Igreja matriz de Moncorvo	Torre de Moncorvo, Bragança	Câmara Municipal	18-01-1905	Ramalho Ortigão
Igreja das Carmelitas de Aveiro	Aveiro, Aveiro	Informação de projectada demolição	03-05-1905	Ramalho Ortigão DN
Igreja d Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo, Bragança	Junta de Paróquia	17-05-1905	Abel Botelho 05-05-1905
Igreja de Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Fôz Coa, Guarda	Câmara Municipal	17-05-1905	Abel Botelho 06-05-1905
Castelo de Vila da Feira	Feira, Aveiro	Pedido de consulta da DGOPM	17-05-1905	José de Figueiredo
Castelo de Elvas	Elvas, Portalegre	Câmara Municipal	03-01-1906	Luciano de Carvalho 20-12-1905
Igreja de Santa Clara	Porto, Porto	Abel Botelho	17-01-1906	CMN-Acta
Lote de doze grandes monumentos ¹⁰⁹	Vários concelhos e distritos	Augusto Fuschini	31-06-1906	CMN-Acta
Igreja da Senhora da Oliveira Sé de Évora Ruínas do Carmo	Braga, Guimarães Évora, Évora Lisboa, Lisboa	Colectivo do CMN	26-09-1906	Proposta genérica
Pelourinho de Povos	Vila Franca de Xira, Lisboa	José de Figueiredo	06-02-1907	CMN-Acta

¹⁰⁹ Cf. [Documento 85].

Castelo de Sabugal	Sabugal, Guarda	Pinto da Veiga	06-03-1907	CMN-Acta
Ruínas romanas de Nabância	Tomar, Santarém	Pedido de consulta da DGOPM	10-04-1909	Luciano de Carvalho
Anta/Capela de S. Dinis	Pavia, Mora, Évora	Visconde de Atouguia	13-01-1910	CMN-Acta Desenho
Ponte do Rio Lima	Ponte de Lima, Viana	Julio Mardel	13-01-1910	CMN-Acta

Fontes: Actas do COMN e da CE; Igrejas, 3 vols. ANBA – Livros 240-242; 249; 258-260

QUADRO 25 – PROPOSTAS DE MONUMENTOS NACIONAIS APRESENTADAS PELOS VOGAIS EFFECTIVOS RAMALHO ORTIGÃO (1907) E LEITE DE VASCONCELOS (1905/1909). VOL. I, TOMO 1, PP. 435 E 438.

RAMALHO ORTIGÃO	MOTIVOS	LEITE DE VASCONCELOS	MOTIVOS
Gois: igreja matriz	Contém o belo jazigo do Conde de Sortelha, estátua orante, século XVI	Tarouca: Torre de Ucanha	Do séc. XV. Muito bem conservada
Trofa, perto de Agueda: igreja do Salvador	Século XVI. Belo pantheon dos Lemos	Tarouca: Igreja paroquial de Salzedas e ruínas do mosteiro cisterciense desse nome	
Lamego: igreja de Santa Maria de Almacave	Século XII	Tarouca: Igreja de S. João de Tarouca e ruínas do mosteiro cisterciense desse nome	
Paço de Sousa: Igreja do Salvador	Século XII. Contém o túmulo de Egas Moniz	Mértola: Ponte romana de Mértola, sobre o Guadiana	Cf. <i>O Archeologo Port.</i> , V, 235
Póvoa do Varzim: Igreja de S. Pedro de Rates	Século XII	Sátão: Todos os dolmens do concelho de Sátão	Situados em terrenos maninhos, sobretudo dois, de grandes dimensões, no sítio do Tanque e do Juncal, perto de Queiriga. Cf. <i>O Arch. Port.</i> , II, 225
Póvoa do Lanhoso: Igreja matriz de Fonte de Arcada	Século XI	Montemor-o-Novo, Comenda da Igreja, ao pé de S. Geraldo: um dolmen	De grandes dimensões, situado num terreno particular; era o maior dolmen que conhecia em Portugal
Vila do Conde: Igreja matriz de S. Cristóvão de Rio Mau	Tem a data do século XI	Melgaço: Igreja de Paderne	
Torres Vedras: Igreja de Santa Maria do Castelo	Belos quadros portugueses do século XVI, bem conservados	Faro: Termas romanas de Estói	Propriedade particular. Cf. <i>O Arch. Port.</i> , IV, 158
Guimarães: Paços dos Duques de Bragança	Em ruínas	Setúbal: Ruínas romanas de Tróia	Propriedade particular. Cf. <i>O Arch. Port.</i> , I, 54; IV, 344
Serpa: Convento de S. Francisco (Sic) ¹¹⁰	Século XV. Tipo análogo ao da Ermida de S. Brás, em Évora e de S. André em Beja	Castelo de Elvas	
Beja: Ermida de Santo André	Construção gótica em tijolo. Século XV	Paços de Ferreira: Igreja paroquial de Ferreira	
Barcelos: Vilar de Frades	Belíssima portada românica do século XII	Arco romano de Bobadela, na Beira Baixa (sic.)	Cf. <i>O Archeologo Port.</i> , VII, 56

¹¹⁰ Trata-se efectivamente do Convento de Santo António (1502).

Évora: Ermida de S. Brás	Século XV	Beja: Arco romano de Beja	Existia em propriedade particular, perto do castelo da cidade e das antigas portas de Évora. Cf. <i>O Arch. Port.</i> , VIII, 165
Arnoso: Igreja de S. Salvador de Arnoso	Ruína românica	Vila Real de Trás-os-Montes: Recinto romano de Panóias	Dela tratara em vários volumes d' <i>O Arch. Port.</i> , por ex., III, 165
Cantanhede: Capela de Varziela	Belas esculturas da Renascença, Escola de Coimbra, século XVI	Braga: Tanque romano do Quintal do Ídolo	Propriedade particular. Cf. <i>Religiões da Lusitânia</i> , II, 239 e ss.
Tomar: Igreja de Santa Maria do Olival	Século XII	Resende: Igreja paroquial de Cárquere	
Mosteiro do Pombeiro		Montemor-o-Velho: Castelo de Montemor e igreja anexa	
Vila do Conde: Igreja matriz	Séculos XV e XVI	Castelo de Óbidos	
Miranda do Douro: Igreja matriz	Antiga Sé, século XVI. De Torralva.	Bragança: Pelourinho de Bragança	Fixo numa escultura de pedra que representava um quadrúpede, e data dos tempos proto-históricos
Mosteiro de Arouca			
Guimarães: Igreja de S. Miguel do Castelo	Onde foi baptizado D. Afonso Henriques	Montemor-o-Novo: Antas da Herdade das Comendas	COMN (16-03-1908)
Santarém: Igreja de S. João de Alporão	Século XII	Portimão: Monumentos de Alcalar	COMN (16-03-1908)
Lisboa: Ermida de Santo Amaro	A mais importante colecção de azulejos policromos do século XVI	Cacém: Anta da Agualva	COMN (16-03-1908)
Coimbra: Palácio de Sub-Ripas	Manuelino	Figueira da Foz: Antas	COMN (16-03-1908)
Évora: Casa Pia		Serra do Soajo: Antas	COMN (16-03-1908)
Évora: Mosteiro do Espinheiro	Túmulo de Garcia de Resende	Mangualde: Anta ou orca da Cunha Baixa	COMN (16-03-1908)
Torres Vedras: Igreja de S. Pedro	Século XVI	Portel: Anta do Freixo	COMN (16-03-1908)
S. João de Tarouca: igreja de S. João	Depósito de pintura do século XVI, tão preciosa como a de Viana, Coimbra, Setúbal ou Évora	Anta do Queriga	COMN (16-03-1908)
Santo Tirso: Convento de Santo Tirso		Âncora: Antas de Eireira	COMN (16-03-1908)
Convento e igreja de Varatojo		Viana do Castelo: Castro de Santa Luzia	COMN (16-03-1908)
Golegã: Igreja matriz	Manuelina	Bragança: Castro de Sacoiás	COMN (16-03-1908)
Ermida de S. Jorge no Campo de Aljubarrota	Fundação de D. Nuno Álvares Pereira	Braga: Monte Redondo	COMN (16-03-1908)
Leça do Balio: Igreja de leça do Balio	Século XIV	Torres Vedras: Monumento do Alto da Pena	COMN (9-07-1909)
Azurara: Igreja matriz	Manuelina		

Póvoa de Milreu: Capela de S. Vicente	Século XII		
Vila Real: Capela de S. Brás	Século XIII		
Vila Real: Igreja de S. Domingos	Fundação de D. João I		
Guimarães: Igreja matriz de S. Martinho de Candoso	Data do século XII		
Viana do Alentejo: Igreja matriz	(Restauração de D. João II e de D. Manuel)		
Sobral de Monte Agraço: Igreja de S. Quintino	Manuelina		
Vila Marim: Torre de Quintela			
Abrantes: Igreja de Santa Maria do Castelo	Pantheon dos Abrantes		
Montemor-o-Velho: Igreja matriz de N. ^a S. ^a dos Anjos	Belos túmulos da Renascença francesa de Coimbra		
Portalegre: Seminário	Esculturas da Renascença, século XVI		
Coimbra: Claustro de Celas			
Coimbra: Convento de S. Domingos			
Coimbra: Igreja de Santa Ana	Renascença		
Coimbra: Convento de São Marcos			

Fontes: R. Ortigão: *DN*, 19-01-1907; L. Vasconcelos: *Archeologo Português*, 1905.

QUADRO 26 – PROPOSTAS E PARECERES SOBRE MONUMENTOS NACIONAIS APRESENTADOS PELOS VOGAIS CORRESPONDENTES DO CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1902-1910). VOL. I, P. 438 E 442.

VOGAL CORRESPONDENTE PROPONENTE / Localidade	MONUMENTOS NACIONAIS PROPOSTOS	FREGUESIA / CONCELHO / DISTRITO	PROPOSTAS	Classificação / Decretos
Manuel Vieira Natividade / Alcobaça	Mosteiro de Alcobaça e anexos (Classe I)	Alcobaça, Leiria	07-03-1902	MN – 1907
	Igreja da Vestiaria (Classe II)	Idem	24-04-1902	1910
	Torre da Câmara e Pelourinho de Aljubarrota (Classe II)	Idem		S/class.
	Igreja de Cós (Classe II)	Idem		IIP - 1933
	Pelourinho de Maiorga (Classe II)	Idem		IIP- 1946
	Igreja do Juncal (Classe III)	Alcobaça, Alcobaça		IIP - 1933
	Arco da Memória na Serra de Molianos (Classe III)			S/class.
	Restos do Castelo de Alfeizerão (Classe IV)			S/class.
	Mosaico romano de Cós			S/class.
António dos Santos Rocha / Figueira da Foz	Tapete da marca TAVIRA	S. Julião, Figueira da Foz	03-10-1902	S/class.
Todos os museus arqueológicos municipais				
Albino dos Santos Pereira Lopo / Bragança	Torre de Menagem do Castelo	Bragança, Bragança	27-03-1897	MN - 1910
	Mosteiro de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs, Bragança	08-03-1902	MN - 1910
	Antiga Casa da Câmara de Bragança	Bragança, Bragança	30-12-1904 ¹¹¹	MN - 1910
Aleixo Costa / Bragança	Torre de Menagem do Castelo	Bragança. Bragança	15-04-1902	MN - 1910
	Antiga Casa da Câmara de Bragança	Idem		MN - 1910
	Sé de Miranda do Douro	Miranda do Douro, Bragança		MN - 1910

¹¹¹ O vogal de Bragança fez acompanhar o ofício com dois arrolamentos do Distrito de Bragança: A – monumentos militares, comemorativos e padrões; B – Monumentos não militares. Estes arrolamentos perderam-se ou desconhece-se o paradeiro.

Hippolito de Vasconcellos Maia / Viseu	Catedral da Guarda	Guarda, Guarda	21-04-1902	MN - 1907 - 1910
	Capela de Nossa Senhora de Mileu ou Milreu	Freguesia de S. Vicente, Guarda		MN - 1910
João Pinto da Silva Ventura / Feira	Mosteiro de S. Salvador de Grijó, incluindo túmulo de D. Rodrigo Sanches	Vila N. de Gaia, Porto	08-07-1902 - 20-03-1905	Túmulo MN – 1910 Mosteiro MN - 1938
	Lápide	Albergaria-a-Velha, Aveiro	14-05-1906	S/class.
	Convento da Serra do Pilar	Gaia, Porto	28-05-1906	MN - 1910
Eleutério A. Moreira da Fonseca / Feira	Mosteiro de Grijó	Gaia, Porto	01-12-1904	MN – 1910
	Convento de Santa Clara	Vila do Conde, Porto		MN-1910
	Igreja matriz de Vila do Conde	Idem		MN-1910
Ernerto Korrodi / Leiria	Castelo de Leiria (todo o conjunto)	Leiria, Leiria	13-01-1903	MN – 1910
	Capela de S. Pedro	Idem, idem		MN – 1901
	Fonte Grande			S/class.
José Luiz de Ferreira Freire / Cantanhede	Capela de Varziela	Cantanhede, Coimbra	18-01-1903	MN-1910
	Convento de S. Marcos	Freguesia de S. Silvestre, Coimbra.	07-0-12-1904	MN –1910
	Castelo	Montemor-o-Velho, Coimbra		MN – 1910
	Igreja de Vilarinho de S. Romão	Lousã, Coimbra		IIP – 1945
	Cruzeiro da Vila	Cantanhede, idem		S/class.
Albano Bellino / Braga	S. Pedro de Rates	Póvoa do Varzim, Porto	07-02-1903	MN – 1910
	S. João Baptista	Vila do Conde, Porto		MN – 1910
	Santa Maria de Arnoso	Arnoso		S/class.
	N.ª S.ª da Glória	Braga, Braga		S/class.
	S. Martinho de Candoso	Guimarães, Braga		MN – 1910
	Igreja de Fonte de Arcada	Póvoa de Lanhoso, Braga		MN –1910
	Igreja de Cerzedelo	Guimarães, Braga		MN - 1927
Joaquim de Vasconcelos / Porto	Igreja matriz	Moncorvo, Bragança	1904 (?)	MN - 1910
Simão Abreu de Melo / Monção	Capela manuelina da igreja matriz	Monção, Viana do Castelo	19-02-1909	IIP – 1940 e 1944
	Capela-mor de S. João	Longos Vales, Monção, Idem		IIP - 1926
Luís Xavier Barbosa - Luís Figueiredo Guerra / Viana do Castelo	Igreja de Bravães	Ponte da Barca, Viana	07-04-1902	MN – 1910
	Igreja de S. Cláudio	Viana, Viana	10-04-1902	MN – 1910

	Igreja matriz de Caminha	Caminha, Viana		MN – 1910
	Torre de Menagem	Melgado, Viana		MN – 1910
	Torre da Lapela	Monção, Viana		MN – 1910
	Casa de João Velho	Viana, Viana		MN - 1926
	Palácio da Giela	Arcos de Valdezes, Viana		MN - 1910
	Pelourinho de Arcos			MN – 1910
	Chafariz da Praça da Rainha	Viana, Viana		MN - 1910
Maximiano Pereira de Aragão - José Almeida e Silva / Viseu	Porta do Arco	Viseu, Viseu	13-01-1900	MN – 1915
	Cava do Viriato		21-02-1907	MN – 1910
	Sé			MN - 1910
Manuel Maria Portela	Lote de monumentos apresentados em 1882	Setúbal	16-04-1902	Ver quadro 15 e biografia do vogal
José Joaquim Nunes	Igreja de Santo António de Lagos	Lagos, Faro	1902	MN - 1924
J. S. Ismael Gracias	Monumentos de Goa	Goa	Maio de 1902	S/class.
			06-02-1905	
Engenheiro Director da DOPDF / Faro	Sé de Silves	Silves, Faro	21-11-1904	MN – 1922
Baltazar Dias Coelho / Viana do Castelo	Igreja de S. Domingos	Viana, Viana	10-01-1905	MN – 1910
	Hospital da Misericórdia			MN – 1910
	Capela da Casa da Praça			S/class.

Fontes: Igrejas; Correspondência entrada; Actas do CMN e da CE. ANBA – Livros 240-242 (3 vols.); 243-244; 247; 249; 256; 258 e 260.

QUADRO 27 – ARQUITECTOS CONCORRENTES AO CONCURSO PÚBLICO DE RESTAURO DOS JERÓNIMOS (1896), VOL. I, TOMO 1, PP. 490-491.

QUADRO 28 – PROGRAMA DE PEDRO ROMANO FOLQUE PARA A CONCLUSÃO DO RESTAURO DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS (1898), VOL. I, TOMO 1, P. 493.

QUADRO 29 – ARQUITECTURA RELIGIOSA – INVENTÁRIO DE SITUAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO (SÉCULO XIX). VOL. I, TOMO 1, P. 510.

EDIFÍCIOS DE MAIOR PROGRAMA CONSTRUTIVO	EDIFÍCIOS DE MENOR PROGRAMA CONSTRUTIVO	ERMIDAS E CAPELAS CRUZEIROS
Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, Lisboa (1757...)	Igreja de S. Pedro de Rates, Póvoa do Varzim (1824)	
Igreja de Santa Maria de Cárquere (1829-1832)	Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Velha), Lisboa (1841)	
Mosteiro dos Jerónimos (1835-1859)	Igreja de Abragão, Penafiel (1845)	
Sé Velha (1839)	Igreja matriz de Viana do Castelo (1831)	
Mosteiro da Batalha (1840-1901)	Igreja de S. Salvador de Vilar de Frades (...1834)	
Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1843)		Ermida da Conceição em Tomar (1848)
Convento de Cristo (1848-1853)	Igreja da Graça, Santarém (1853...)	
Sé de Lisboa (1856-1864)		
Igreja do Carmo, Lisboa (1857)		
Mosteiro de Alcobaça (1857-1885)	Igreja de Jesus de Setúbal (1859-1860)	
Mosteiro dos Jerónimos, dormitório, claustro, igreja (1863-1878 e 1882-1886)	Igreja de S. Francisco de Évora (1860-1862)	
Igreja de Santa Cruz de Coimbra (1861)		
Charola do Convento de Cristo (1860-1864)	Igreja matriz da Golegã (1867)	
Igreja do Carmo, Lisboa (1864)		
Sé de Faro (cerca de 1869)	Sé de Silves (1868)	
Convento da Madre de Deus de Xabregas (1872-1898...)	Igreja de S. Salvador de Valdreu (...1873)	
Igreja de Santa Cruz de Coimbra (1874)	Igreja de Santa Marinha de Águas Santas (1874)	
Mosteiro de Alcobaça (1890-1905)	Igreja de São Miguel do Castelo, em Guimarães (1874)	
Sé Velha (1893-1908)		
Sé de Viseu (1894)		
Anexo e Igreja dos Jerónimos (1895-1910...)	Igreja matriz de Viana do Castelo (1874-1875)	
	Igreja de S. João Baptista de Tomar (1875)	
	Igreja de Santa Maria de Marvila, Santarém (1876-1879)	
	Igreja de S. João de Alporão (1877-1882)	
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Velha), Lisboa (1880)	
	Igreja de Vila Boa de Quires (1881)	
	Igreja e Casa do capítulo de São Martinho de Cedofeita, Porto (1881)	
Sé da Guarda (1876-1886)		
Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (1883-1888 e 1897 – Túmulo)		
Mosteiro de S. Dionísio de Odivelas (1887 e 1896)	Igreja de S. Pedro de Cete, Penafiel (1881-1882)	
	S. Francisco de Guimarães (1881; 1889)	
	Igreja de S. Pedro de Roriz (1885)	

Claustro do Convento de S. Domingos de Guimarães (1889)	Igreja de S. João de Coucieiro (1888)	
Sé Velha de Coimbra (1893-1902)		
Convento da Conceição de Beja (1894-1895...)	Igreja de Santa Cruz de Coimbra (1892-1896 e 1900-...)	
Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Celas, Coimbra (1895-1902)		
Mosteiro de Vilela, Paredes (1897)		
Sé da Guarda (1899-1911)	Igreja de S. Francisco de Évora (1895-18..)	
Sé de Lisboa (1896-1902 e 1902-1911)	Igreja de Santa Maria do Olival, Tomar (1895)	
	Igreja de Santa Maria dos Anjos, matriz de Monção (...1903)	
	Igreja paroquial de Fonte de Arcada (...1903)	
	Igreja de Santo André, Mafra (1903-1910)	
Mosteiro de Alcobaça, Claustro de D. Dinis (1902-1912)	Igreja de Santiago de Antas (...1908)	
Claustro Principal do Convento de Cristo de Tomar (1901-1912)	Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau (1908-1909)	
	Igreja de Santa Maria de Abade de Neiva, Barcelos (1904)	
Sé de Leiria (1905)	Igreja Matriz da Batalha (1905)	Ermida de S. Brás, Évora (1904-05)
	Igreja de S. Gens, Boelhe, Penafiel (1905)	
	Igreja de S. Pedro de Rates, Póvoa do Varzim (1905)	Capela do Hospital de Santo António, Penamacor (1905)
	Igreja de Areias de Vilar, Barcelos (1905)	
	Igreja de Vila Nova de Foz Côa (1905)	
Claustro do Mosteiro de São Bento de Santo Tirso (...1907)	Igreja de S. Salvador de Amoso (antes de 1906)	Capela de Cabral na Igreja da Graça, Santarém (1906-1912)
	Igreja matriz de Vila do Conde (...1906)	Cruzeiro de Santa Maria de Óbidos (1907)
	Igreja de S. João Baptista de Tomar (1909)	
Santa Clara de Coimbra (1910)	Igreja de Santiago de Coimbra (1909-1912)	

QUADRO 30 – ANTIGUIDADES E ARQUITECTURA CIVIL E MILITAR – INVENTÁRIO DE SITUAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO (SÉCULO XIX). VOL. I, TOMO 1, P. 510.

PALÁCIOS REAIS, PAÇOS EPISCOPAIS E MUNICIPAIS	MONUMENTOS	CASTELOS, TORRES E MURALHAS
Palácio Nacional de Sintra (1784-1787)		Torre do Condestável e troço da muralha fernandina (1840)
Palácio Nacional de Sintra (1859-1860)		Torre de Belém (1843-1846)
Palácio Real de Évora, dito de D. Manuel (1870)	Templo Romano de Évora (1870-1872)	Castelo de Alter do Chão (1891)
Palácio Real de Évora (1885)		Ruínas da povoação, castelo e igreja de Noudar (1893)
	Monumento do Mindelo (1895)	
Paço Episcopal de Coimbra (1907...)		
		Castelo de Leiria (1903)
		Castelo de Elvas (1907)
		Castelo da Feira (1907...)
		Castelo de Bragança (1910)

Fontes: ROSAS, ob. cit., Bibliografia e Periódicos consultados.

Legenda dos Quadros 29 e 30:

AZUL – Obras custeados totalmente pelo Erário Público (diversos ministérios ou Juntas Distritais).

VERDE – Obras custeadas por comissões fabriqueiras, corporações religiosas, Juntas de Paróquia, corporações de interesse público ou associações cívicas de cidadãos e defesa do património.

ROSA – Obras custeadas por particulares, proprietários, brasileiros, etc.

PRETO – Obras custeadas por diversas entidades, particulares, municipais e estatais (entre as quais se cita o Ministério de Obras Públicas).

LARANJA – Desconhece-se.

QUADRO 31 – ESTALEIRO DE OBRA DO RESTAURO DA SÉ DE LISBOA – 1904. VOL. I, TOMO 1, P. 531.

QUADRO 32 – ENGENHEIROS MILITARES E CIVIS QUE PARTICIPARAM EM PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE RESTAURO EM PORTUGAL (1840-1932). VOL. I, TOMO 1, P. 537, TOMO 2, P. 1224.

Nome	Situação Profissional	Ligação aos Serviços dos Monumentos	Estudos e Intervenções de conservação e Restauro	Data	Especialização
Luiz Mousinho da Silveira	Inspector de Obras Públicas do Reino	Direcção de Obras	Mosteiro da Batalha	1840-1844	Engenharia Militar
Frederico Augusto Pimentel	Director de DDOP de Santarém	Director Geral de Obras Públicas responsável político pela CM (1894)	Igreja de S. João de Alporão	1878-1882	Viação
João Fagundo da Silva	Engenheiro da Câmara Municipal	Vogal correspondente da COMN	Igreja de S. João de Alporão	1878-1882	Engenharia Hidráulica
Manuel Raymundo Valladas	Director da Casa Pia	Vogal efectivo da CMN	Igreja, claustro e anexo do Mosteiro dos Jerónimos	1879-1886	Engenharia Militar
Liberato Teles	Condutor de Obras Públicas	–	Direcção das obras de restauro da igreja e convento de Xabregas	1888-1902	Construção civil
António Franco Frazão	Director da DGOP de Coimbra	Vogal correspondente da CMN	Membro da Comissão do restauro da Sé Velha de Coimbra Responsável pelas obras de restauro do interior da igreja de Santa Cruz	1893-1896 1898	Construção Civil
António César Mêna Júnior	Condutor de Obras Pública	–	Direcção de obras de restauro e valorização em S. Roque, Lisboa	1893-1894	Construção civil
Pedro Romano Folque	Director dos Edifícios Públicos e Faróis	Vogal efectivo da CMN	Estudo, projecto e direcção de obra dos Jerónimos	1894-1902	Viação ferroviária e hidráulica
Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel	Director da DDOP de Évora	Vogal correspondente da CMN Vogal efectivo da CMN	Igreja de S. Francisco de Évora Capela de S. Brás, Évora	1886-1895 1905	Engenharia civil
Augusto Fuschini	Presidente da Comissão Executiva	COMN Director das Obras	Restauro da Sé Patriarcal	1902-1911	Engenharia civil
José Pinheiro Borges	Director da DGOP de Coimbra	Vogal correspondência por inerência do cargo (?)	Parecer sobre as características de restauro da fachada da igreja de Santa Cruz	1901	–
Francisco Augusto Manuel Coelho de Sá	Director da DDOP da Horta, Açores	Vogal correspondente do COMN	Proposta de conservação da frontaria do convento dos jesuítas da Horta	1901	Engenharia civil
Luiz Xavier Barbosa	Director da DDOP de Viana do Castelo	Vogal correspondente do COMN	Estudo urbano das muralhas de Viana do Castelo, com vista à sua conservação	1902	Viação e Hidráulica

António Luís Gomes Branco de Moraes Sarmento	Director da DDOP de Vila Real	–	Reparações na Capela de S. Brás em Vila Real	1902	–
J. da Silva Carvalho	Director da DGOP de Santarém	–	Processo de reparação das capelas da igreja de S. Vicente Mártir, Abrantes	1904	–
José Maria Charters Henriques de Azevedo	Director da DGOP de Leiria	Vogal correspondente da COMN	Direcção das obras de restauro no Claustro de D. Dinis, Sala dos Túmulos e reintegração da casa do Capítulo no Mosteiro de Alcobaça. Projecto de reparação e restauro do tecto da Livraria do Mosteiro de Alcobaça.	1902- 1905 1904	Engenharia civil
João Honorato da Fonseca Regallo	Director da DDOP de Portalegre	–	Estudo para a classificação e conservação do Castelo de Elvas	1904	–
João Teófilo da Costa Góis	Director da DGOP de Coimbra ¹¹²	Vogal correspondente da COMN	Condução de obras em S. Bento de Coimbra Igreja de Santa Cruz e da igreja de Santiago e envolventes (1908-1910)	1905-1915	Engenharia civil
Fernando Joyce Fuschini	Técnico do Restauro da Sé Patriarcal	–	Restauro da Sé de Lisboa	1906-1912	Engenharia civil e minas
António Homem da Silva Rosado	Director da DDOP da Guarda	Vogal correspondente da COMN Vogal auxiliar da 2. ^a Circunscrição	Responsável pelo restauro da Sé da Guarda	1910-1925	–
Alberto Affonso da Silva Monteiro	Director da DDOP de Lisboa	–	Obras de reparação do Mosteiro de Odivelas e Palácio de D. Dinis	1911	–
(?)	Director da DDOP de Viana do Castelo	–	Restauro da Igreja de Ruivães	1912	–
José Maria Cordeiro de Sousa	DGOPM	Vogal efectivo do CAA de Lisboa Presidente da CM da 1. ^a Circunscrição.	Coordenação de obras de conservação e restauro no MF e na CM	1912-1923	Engenheiro militar

¹¹² Em 1905 era director interino.

José Alves Barbosa Bettencourt	Director da DDOP de Santarém	Vogal correspondente da 1. ^a Circunscrição	Obras de restauro do Castelo de Tomar. Diversas obras no Convento de Cristo.	1912-1914 1914-1920	–
João Maria Pinto Camelo	3. ^a Direcção de OP do Distrito de Lisboa	–	Obras de consolidação e reparação do edifício do Carmo	1913	–
Paulo de Barros	Director da DDOP de Coimbra	Vogal efectivo do CAA da 2. ^a Circunscrição	Projecto de reparações do Claustro do Convento de Santa Clara de Coimbra. Comissão do projecto de restauro do Castelo de Leiria Comissão de orientação para a consolidação do Castelo da Feira Obras na Igreja matriz de Góis	1913 1914-1916 1916 1916	Engenharia industrial
Alberto Leão Filho	Director da DDOP de Aveiro	–	Relatório-projecto das obras a realizar no restauro do Castelo da Feira	1916-1917	–
Tomaz Joaquim Dias	Chefe de Secção da DDOP do Porto	–	Projecto de Reparação do Mosteiro do Pombeiro	1916	–
J. M. de Sousa Galvão	DDOP de Leiria	Vogal correspondente da 3. ^a Circunscrição Artística (?)	Transformação de ligação do claustro de D. Dinis à Sala de D. Dinis (Alcobaça)	1918	–
Von Haffe	–	–	Projecto de consolidação do castelo da Feira	1919-1920	–
Francisco Garcez Teixeira	Inspector-geral das Fortificações Militares	Vogal correspondente do CAA da 1. ^a Circunscrição e Vogal efectivo da CM da mesma	Tomar: Igreja de Santa Maria do Olival Ermida de S. Lourenço Casa do Capítulo Incompleta Igreja de Santa Iria Comissão Administrativa das obras de consolidação da Torre do Relógio	1919-1932	Engenharia Militar
José Ribeiro de Almeida	Administrador-Geral da AGEMN	–	Administração de Obras de Conservação e Restauro	1920-1921	Engenharia civil

João Abecassis Júnior	Administrador-Geral da AGEMN	–	Administração de Obras de Conservação e Restauro	1921-1926	Engenharia civil
Estêvão Torres	Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais Norte (AGEMN)	–	Obras de restauro de Santa Clara de Vila do Conde	1922-1926	Engenharia civil
Olívio Nunes Malheiros	Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais Sul (AGEMN)	–	Responsável por diversas obras no âmbito da área da sua responsabilidade	1920-1926	Engenharia civil
Henrique Gomes da Silva	Director da DGEMN	Vogal efectivo por inerência do CAA da 1.ª Circunscção	Orientação e coordenação de obras de restauro em vários monumentos	1929-1932	Engenharia civil de obras públicas

Fontes: Recolha de dados nas actas e correspondência entrada e saída do CSMN, Igrejas, CAA, 1.ª, 2.ª e 3.ª Circunscção. Dados anteriores a 1881, recolhidos na bibliografia geral.

QUADRO 33 – “PLANO DE RESTAURO” DA SÉ VELHA DE COIMBRA E “PARECER” DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS, VOL. I, TOMO 1, P. 543.

QUADRO 34 – HIPÓTESES DE FILIAÇÃO DE ARQUITECTOS E DE RESPONSÁVEIS PORTUGUESES DOS MONUMENTOS NACIONAIS NAS CORRENTES INTERNACIONAIS DE RESTAURO, VOL. I, TOMO 1, P. 548.

QUADRO 35 – IGREJA E CONVENTO DA MADRE DE DEUS (LISBOA): PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO ENVOLVIDOS. VOL. I, TOMO 1, P. 550.

QUADRO 36 – MISSÕES DE INVENTARIAÇÃO E DE SELECÇÃO DE BENS MÓVEIS DE VALOR ARTÍSTICO, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO PELA ACADEMIA REAL DE BELAS ARTES DE LISBOA E MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES EM CONVENTOS EXTINTOS E OBRAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E CIVIS. VOL. I, TOMO 1, P. 578 E 609 E 613.

Convento	Localização	Data do ofício	Bens requeridos	Destino dos Bens
N.ª S.ª da Encarnação	Braga	06-07-1883		
Santa Maria	Celas, Coimbra	21-04-1883 18-07-1891 31-03-1898	Um quadro de valor artístico encontrado pelo Engenheiro Director, num armário	
Santa Cruz	Vila Viçosa	14-07-1883		
N.ª S.ª de Suberra	Castanheira, Vila Franca de Xira	25-09-1883 21-04-1890	Campainha e Caldeirinha de prata	MNBAA
Santa Ana	Lisboa	24-05-1884	Azulejos	Madre de Deus (obras)
Santíssimo Rei Salvador	Lisboa	24-05-1884		
Chagas (Urselinas)	Viana do Castelo	27-06-1884		
Santa Clara	Guarda	31-01-1885		
Madre de Deus de Sá	Aveiro	24-03-1885		Diocese de Coimbra
Santo Agostinho, ao Grilo	Lisboa	06-05-1885 21-05-1885 22-07-1886	Objectos de valor artístico	Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia (MNBA)
S.º Coração da Estrela	Lisboa	06-05-1885 21-05-1885 22-07-1886 31-12-1887	Objectos de valor artístico	MNBAA
Santa Clara	Coimbra	06-05-1885 17-01-1888 15-11-1889 25-08-1905	Objectos artísticos Objectos requeridos pelo Bispo	MNBA Diocese de Coimbra Museu Diocesano
Santa Ana	Coimbra	06-06-1885		Diocese de Coimbra
Espírito Santo ou do Carmo	Vidigueira, Beja	09-07-1885 19-08-1885	Custódia de prata lavrada com interesse	Diocese de Beja Imóvel entregue à Misericórdia
Convento da Murça	Murça	16-03-1886		
São Dionísio	Odivelas	00-06-1886 07-08-1886 18-11-1887 31-12-1887	Objectos de valor artístico	MNBAA
Santa Maria	Arouca, Aveiro	07-07-1886 07-08-1886 20-11-1889 02-12-1889 06-07-1892	Objectos artísticos	MNBAA
S. Salvador	Évora	00-10-1886 01-12-1886		

S. José	Évora	29-10-1886 01-10-1886		
N.ª Sr.ª da Quietação (Flamengas)	Calvário, Lisboa	17-01-1887 10-05-1887 11-10-1887 13-12-1887	Objectos artísticos	MNBAA
Desagravo	Louriçal, Leiria	19-04-1887	Inv. n.º 74 a 82, quadros, oratório e pequeno altar	Diocese de Coimbra MNBAA
Santa Maria	Lorvão, Coimbra	03-07-1887 06-10-1887 16-01-1888 12-07-1889 14-06-1898 11-08-1898	Objectos artísticos Três sinetes de prata e um d metal amarelo Cadeiras, sendo duas de couros lavrados	Diocese de Coimbra MNBAA Repartição de Fazenda e mobiliário para o Museu
Santa Maria	Almoster, Santarém	12-11-1887 09-01-1888 17-01-1888 30-04-1890 11-06-1898	Sinete ou selo de prata com cabo de coralina	MNBA
Santa Marta de Jesus	Lisboa	28-12-1887 16-02-1888 20-08-1888 22-08-1889	Objectos artísticos Três lâmpadas de latão	MNBAA MNBAA
Santa Marta de Jesus	Coimbra	12-01-1888		
Santa Clara	Lisboa	12-01-1888		
Santa Rosa de Lima	Guimarães	12-05-1888 24-05-1888		
Madre de Deus	Guimarães	14-06-1888		
N.ª S.ª da Piedade da Esperança	Lisboa	17-10-1888 30-01-1889 27-04-1889 01-05-1889	Objectos artísticos Pinturas sobre madeira: Ascensão da Virgem e Santa Helena Crucifixo em pedra e alto-relevo a oleo	MNBAA
Convento de Jesus	Setúbal	12-02-1889 29-03-1889	Objectos artísticos	MNBAA
Convento das Grilas	Beato, Lisboa	14-03-1889		
Convento das Servas	Borba	27-04-1889 10-08-1889	Jarro e bacia de cobre	MNBAA
Convento do Desagravo do SS	Vila Pouca de Aguiar da Beira	22-06-1889 20-08-1889		
Santa Clara	Caminha	15-10-1889 30-11-1889	Objectos artísticos	MNBAA Museu Municipal de Viana
Santa Helena do Calvário	Évora	20-11-1889 07-02-1889 30-10-1889 21-02-1890	Objectos artísticos Reprodução de medalhas, capitéis, campas	MNBAA
São Bento de Castris	Évora	25-04-1890 10-12-1890 07-01-1891	Objectos artísticos	MNBAA
Santo Crucifixo das Francesinhas	Lisboa	14-03-1890 11-07-1891	Objectos artístico	MNBAA
Santo Alberto	Janelas Verdes, Lisboa	14-03-1890 12-05-1890	Edifício, cerca e bens móveis e integrados	MNBAA
Santa Joana	Lisboa	19-03-1890	Objectos artísticos, culturais e removidas de outras partes	MNBAA

Santa Eufémia	Ferreira de Aves, Viseu	14-05-1890 13-12-1899	Análise do edifício	
S. Salvador de Vairão	Viseu	14-05-1890 18-08-1892		
Santa Clara	Funchal	25-11-1890 20-11-1894	Objectos enviados do Funchal	MNBA
N.ª S.ª da Encarnação	Funchal	25-11-1890 20-11-1894	Objectos enviados do Funchal	MNBA
N.ª S.ª da Conceição da Luz	Arroios, Lisboa	31-03-1891 01-07-1892	Objectos artísticos	MNBA
S. Bento	Viana do Castelo	02-05-1891 26-06-1891 15-09-1891	Objectos artísticos	MNBA
Santa Teresa	Carnide, Lisboa	24-08-1891		
Convento da Graça	Abrantes	27-08-1891 10-10-1891 22-04-1892 02-09-1892	Objectos artísticos	MNBA
Santa Clara	Guimarães	12-09-1891	Objectos artísticos	MNBA
Conceição	Beja	03-03-1892 22-04-1892 05-10-1892 20-10-1892	Objectos artísticos Cruz portátil com Santo Lenho	MNBA Diocese de Beja
N.ª S.ª da Conceição	Chaves	27-05-1892 07-06-1892		
S. Bento de Ave-Maria	Porto	25-01-1893 15-03-1893	Objectos artísticos Azulejos	MNBA
São Salvador	Braga	28-02-1893 15-03-1893 13-04-1893	Objectos artísticos	MNBA
Santa Clara	Vila do Conde	02-06-1893 15-06-1893 07-08-1893 23-10-1893 02-09-1902	Objectos artísticos	MNBA
Santa Clara	Vila de Moura	04-10-1893 16-11-1895	Objectos artísticos	MNBA
Santa Teresa	Coimbra	16-12-1893 13-02-1894 27-04-1894	Objectos artísticos	MNBA
Corpus-Christo	Vila Nova de Gaia	17-01-1894 20-02-1894 15-03-1894	Objectos artísticos	MNBA
S. Domingos das Donas	Santarém	03-05-1895 06-06-1895		Museu Distrital de Santarém MNBA
Convento de Santa Ana	Viana do Castelo	13-07-1895 08-08-1895	Objectos artísticos	MNBA
Convento de S. Francisco	Setúbal			
Convento de Jesus	Viseu	04-07-1896 16-06-1896 29-08-1896	Objectos seleccionados	MNBA
Convento de Nossa Senhora da Assunção	Semide, Coimbra	27-08-1896 14-09-1896 12-09-1896 12-10-1896 20-10-1896	Objectos artísticos Lista dos objectos devolvidos	MNBA Diocese de Coimbra para Tesouro de Arte Sacra
Convento de Santa Clara	Beja	25-07-1896		
Convento do Santíssimo Sacramento	Lisboa	11-07-1897		

Convento de N. ^a S. ^a da Esperança (em demolição)	Beja	09-02-1897 17-02-1897 09-03-1897 06-04-1897 02-05-1897 01-04-1898 25-05-1898 21-06-1898 19-01-1898 24-04-1899	Objectos seleccionados Prato de filigrana em prata Três capelas de madeira douradas e mais obras de talha. Duas capelas laterais ou parte delas para reconstituir uma. Frescos das paredes do coro baixo	MNBA
Convento de Nossa Senhora do Paraíso ¹¹³	Évora	19-11-1897 01-12-1897 30-12-1897 19-06-1898 26-06-1899 21-07-1899 18-11-1899 05-01-1900 10-03-1900 30-03-1900 07-05-1903	Primeiro exame Segundo exame Objectos escolhidos Objectos resultantes da demolição devidamente seleccionados (refugo para o Local) Talha e outros objectos 16 caixotes com obra de talha em madeira 6 com pedras, uma coluna do refeitório com o seu capitel e base respectivos, uma fonte e uma carranca uma caixa com azulejos 1 quadro da igreja 1 dos do coro de baixo 1 de azulejos luso-árabes e 1 luso-árabe que forma um quadro	MNBA Museu local Obras do Hospital
Igreja e Convento de Santa Joana	Lisboa	31-01-1898 27-01-1898 27-06-1899	Objectos de valor ainda existentes Mísulas do séc. XVIII	Museu de Belas Artes
Convento de Chelas	Lisboa	16-02-1898	Treze quadros em azulejo de valor artístico	Entregues pelo Ministério da Guerra para o Museu de Belas Artes ou Museu Arqueológico
Convento da Sr. ^a do Carmo	Tentúgal, Montemor-o- Velho	25-02-1898 10-03-1898 28-06-1898 27-07-1898	Objectos escolhidos, incluindo os de metal precioso	MNBA
N. ^a Sr. ^a da Piedade dos Remédios	Braga	31-05-1898 27-07-1898	Objectos de valor arqueológico	MNBA
Santa Clara	Portalegre	03-09-1898 06-10-1898	Objectos artísticos	MNBA
Religiosas de Santos-o-Novo	Lisboa	25-01-1899		

¹¹³ A demolição deste Convento foi solicitada pelo Governador Civil de Évora, para viabilizar o alargamento de duas ruas da cidade. Mesmo assim o Director Geral da Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais solicita um parecer aos delegados da Academia de Belas Artes, de modo a saber-se o que devia ser aproveitado ou mesmo “no inconveniente de demolir todo ou parte do edificio, tendo em atenção o estado de ruína em que ele se encontra” de acordo com as informações oficiais que recebera. Ofício recebido, datado de 31 de Outubro de 1899. A demolição da igreja ocorreu em meados de 1900 (Ofício do Governo Civil de Évora, datado de 10 de Março de 1900).

Santa Eufémia	Ferreira de Aves, Sátão, Viseu	25-11-1899 12-12-1899 13-12-1899	Objectos provenientes da demolição, por ameaçar desabamento, embora não móveis. Objectos móveis e imóveis	
Santa Clara	Porto	24-04-1900	Objectos seleccionados Análise do edifício	Museu Municipal do Porto
Convento de	Sacavém	05-09-1900	Azulejos de uma casa do claustro antigo	
Carmelitas Descalças	Viana do Castelo	06-11-1900		
Convento do Desagravo do SS (conventinho)	Santa Clara, Lisboa	15-03-1902		
Convento do Bom Pastor	Viana do Alentejo	09-01-1902 23-01-1902 06-03-1902	Objectos seleccionados Análise do imóvel	MNBA
Santa Teresa	Braga	01-04-1902 30-04-1902 23-05-1902 27-05-1902	Objectos solicitados da lista de inventário e não por escolha	MNBA
Santa Clara	Santarém	19-04-1902 28-06-1902	Análise do imóvel	
Santa Clara	Évora	12-05-1903		Museu Nacional Museu da cidade de Évora (duplicados ou de índole local)
Convento das Chagas	Vila Viçosa	12-02-1906 01-03-1906 06-03-1906 10-03-1906 20-06-1908 30-06-1908	Relação de objectos para o museu de Lisboa Relação de objectos para o museu de Évora	MNBA Museu de Évora Distribuição dos objectos pelas freguesias do distrito eclesiástico e confrarias

Fontes: ANBA – ARBAL: Livros 57 e 58 e CAA: Correspondência Recebida, Livros 172, 173 e 174.

BENS DAS IRMANDADES E JUNTAS DE PARÓQUIA

Designação	Localização	Data do ofício	Bens requeridos	Leilão
Irmandade de Nossa Senhora de Jesus, Escravos do Santíssimo Sacramento e Cinco Chagas de Cristo	Igreja das Mercês, Lisboa	13-04-1894		22-04-1894
Junta de Paróquia de Santiago	Sesimbra	18-06-1894	Pedido de avaliação dos bens mobiliários. Cofre de prata dourada	Para se proceder a leilão
Irmandade de santa Cruz e Passos	Desterro, Lisboa	17-05-1895 e 5-06-1896	Pedido de avaliação dos bens mobiliários e de venda de uma cadeira dourada	Para se proceder a leilão e venda
Junta de Paróquia de Belas	Sintra	21-10-1894	5.646 Azulejos antigos da renascença que revestiam as paredes da Misericórdia	Venda em hasta pública ou aquisição pelo Estado
Irmandade do SS Sacramento	Igreja de Santa Catarina, Lisboa	25-02-1896	Pedido de avaliação urgente, por impossibilidade de suster o leilão	26-02-1896

Irmandade de Santa Cruz e Passos	Igreja do Desterro, Lisboa	5-07-1896	Vários objectos e uma cadeira dourada	
Confraria de N. ^a Sr. ^a de Campos	Montemor-o-Novo	31-01-1898	Um quadro em tela representando o Calvário Um tríptico, com predelas, em madeira, representado o Enterro de Cristo Quadros representando o Nascimento e A adoração dos Reis Magos, e outros santos	Todos foram considerados sem valor artístico, podendo ser vendidos pela instituição.
Junta de Paróquia da freguesia de Odivelas	Loures	01-06-1898	Objectos de prata velhos, fora de culto	
Extinta Igreja de S. Sebastião	Almada	27-09-1898	Azulejos para vender pela CMA	
Igreja de S. Paulo	Almada	30-11-1898	Telas que se suponha terem sido pintadas por Bento Coelho, arrecadadas no Terreiro do Trigo	Museu Belas Artes
Igreja de Santo António	Lisboa	02-06-1899	Dois tapetes da igreja, de merecimento artístico, que a CML pretendia vender	Proposta dos académicos para integrarem o espólio de Museu de Belas Artes
Irmandade do Santíssimo Sacramento	Lapa, Lisboa	15-11-1900	Dois tapetes da Pérsia	Museu Nacional de Belas Artes
Irmandade situada em Lisboa	Lisboa	02-03-1903	Dois quadros	Irmandade de João Baptista das Limeiras na Barquinha
Junta de Paróquia de São Francisco da Serra	Santiago de Cacém	27-10-1904	Objectos constantes da Lista, em ouro, prata ou metal em mau estado para o culto	
Capela do Hospital da Estrela	Lisboa	17-02-1910	Talha dourada, quadros de azulejo, arcaz	Nada para o MNBA; o que se deve manter ver relatório de J. Luís Monteiro
Irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Monte do Carmo	Lisboa	05-03-1910	Objectos da lista anexa	Nenhum valor visto por J. L. Monteiro
Paróquia de Belém	Lisboa	09-03-1910	Objectos de lista anexa	
Casa de N. ^a Sr. ^a da Nazaré (mesa administrativa)	Nazaré	19-12-1910	Tapete	

Fontes: ANBA – ARBAL: Livros 57 e 58 e CAA: Correspondência Recebida, Livros 172, 173 e 174

QUADRO 37 – INVENTÁRIO DO RETÁBULO DA CHAROLA DE TOMAR, VOL. I, TOMO, 1, P. 613.

QUADRO 38 – ORÇAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DAS TRÊS CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS DO PAÍS (1911). VOL I, TOMO 2, PP. 698 E 721.

CIRCUNSCRIÇÕES	ORGANISMOS	UNIDADES DE ORÇAMENTO	DESPESA PREVISTA
1. ^a Circunscrição	Conselho de Arte e Arqueologia	Pessoal (5)	1.340\$000
		Biblioteca	360\$000
		Pensões, Prémios e aquisições de obras de arte	6.733\$000
			8.433\$000
	Escola de Belas Artes	Pessoal (30)	11.910\$000
		Pessoal assalariado	464\$500
		12.374\$500	
Museu de Arte Antiga	Pessoal (22)	5.540\$600	
	Pessoal adido (restaurador)	300\$000	
		5.840\$600	
Museu Nacional de Arte Contemporânea	Pessoal (4)	956\$800	
Museu dos Coches	Pessoal (12)	2.808\$000	
Museu Etnológico Português	Pessoal (9)	2.700\$000	
2. ^a Circunscrição	Conselho de Arte e Arqueologia	Pessoal (2)	450\$00
	Museu Machado de Castro	Pessoal (4)	340\$000
		Despesas de conservação	200\$000
		540\$000	
3. ^a Circunscrição	Conselho de Arte e Arqueologia	Pessoal (2)	450\$00
	Escola de Belas Artes	Pessoal (13)	5.700\$000
	Museu Soares dos Reis	Pessoal (3)	500\$000
Despesas de conservação		200\$000	
		700\$000	
TOTAL	-----	-----	40.952\$900

Fonte: Decreto n.º 1 e 2 de 26 de Maio. Tabelas I, II e III. DG, n.º124, 29 de Maio de 1911, p. 2250.

QUADRO 39 – DIFERENÇAS ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO DE BELAS ARTES DE 1901 (LISBOA) E DE 1911, VOL. I, TOMO 2, P. 718.

QUADRO 40 – SERVIÇOS DEPENDENTES E INTEGRADOS NAS CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, P. 735.

QUADRO 41 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL E ORIGEM INSTITUCIONAL DOS VOGAIS EFECTIVOS DO CONSELHO DE ARTE E ARQUEOLOGIA DE LISBOA (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, P. 748.

VOGAL EFECTIVO	CARGOS NO CAA	ACTIVIDADE PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Abel Botelho	Presidente do CAA	Inspector de Belas Artes	CMN / ARBAL (1904)
Gabriel Pereira	-	Director da Biblioteca Nacional	CMN / ARBAL (1904)
José Luís Monteiro	Presidente do CAA	Arquitecto Professor da 5. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1901)
Henrique Lopes de Mendonça		Professor da 12. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1904)
João António Piloto	Secretário	Arquitecto	ARBAL (1908)
José Alexandre Soares		Arquitecto Professor da 1. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1903)
Júlio Carlos Mardel de Arriaga		Arqueólogo	CMN
José Maria Cordeiro de Sousa, tio	Presidente da CM	Engenheiro	CMN
Ernesto Ferreira Condeixa		Pintor Professor da 3. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1895)
Henrique Jardim Vilhena		Médico Professor da 11. ^a Cadeira da EBAL	EBAL
João Barreira		Historiador de Arte Professor da 13. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1904)
António Augusto da Costa Motta		Escultor	ARBAL (1908)
Carlos António Rodrigues dos Reis		Pintor Professor da 8. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1901)
António Monteiro Ramalho Júnior		Pintor	ARBAL (1904)
Augusto Vieira da Silva		Engenheiro	
Miguel Ventura Terra	Presidente da CM	Arquitecto	CMN / ARBAL (1903)
José de Figueiredo		Director do MNAA Inspector dos Museus Portugueses	ARBAL (1904) / CMN
José Velloso Salgado		Professor da 6. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1895)
José Leite de Vasconcellos		Director do MEP	CMN
Luciano Martins Freire	Presidente do CAA	Pintor Professor da 3. ^a Cadeira da EBAL Director do Museu dos Coches	ARBAL (1895)
José Maria da Silva Pessanha		Professor da 14. ^a Cadeira da EBAL	ARBAL (1904) / CMN (vogal correspondente)
José Relvas		Político e diplomata	
Arnaldo Redondo Adães Bermudes		Arquitecto	ARBAL (1903)
José Simões de Almeida Júnior		Escultor Director da 10. ^a cadeira da EBAL	ARBAL (1901)
João Vaz		Pintor	ARBAL (1904)
Anselmo Braamcamp Freire		Proprietário Erudito	CMN
Manuel de Macedo Pereira Coutinho		Conservador do MNBA e do MNAA	ARBAL (1904)
José Júlio Rodrigues		Professor	
António José Arroyo		Engenheiro Inspector das Escolas Industriais	ARBAL (1904)
Columbano Bordalo Pinheiro		Pintor Professor da 7. ^a Cadeira da EBAL MNAC	ARBAL (1895)
José Victal Branco Malhoa		Pintor	ARBAL (1895)

José Simões de Almeida Sobrinho		Escultor	ARBAL
António do Couto Abreu		Arquitecto	ARBAL
Francisco dos Santos		Escultor	Ex-Pensionista da ARBAL
Adriano da Sousa Lopes	Director do MNAC	Pintor	Ex-Pensionista da ARBAL
José Jerónimo Cabral de Lacerda		Gravador Professor da 9.ª Cadeira da EBAL	ARBAL
Alfredo Roque Gameiro		Pintor	Ex-Pensionista da ARBAL
Gustavo de Matos Sequeira		Historiador	AAP
Luís Xavier da Costa		Médico Crítico de arte	AAP
Artur Alves Cardoso		Pintor	Ex-Pensionista da ARBAL
João Pereira Martins de Lemos			
Joaquim Mário de Macedo Mendes	Secretário	Professor do EBAL	EBAL
Artur Gaspar dos Anjos Teixeira		Escultor	Ex-Pensionista do CAA
Guilherme Rebelo de Andrade		Arquitecto	Ex-Pensionista do CAA
Carlos Bonvalat		Pintor	Ex-Pensionista do CAA
Reinaldo dos Santos		Erudito de arte	Associação dos Amigos do MNAA
Virgílio César Antunes de Lemos			
Rosendo Carvalheira	Delegado da AAP na CM	Arquitecto do MF	AAP
José Queiróz	Delegado da AAP na CM	Conservador do MNAA	AAP
Félix Alves Pereira	Delegado da AAP na CM	Conservador do Museu do Carmo	AAP
Francisco Garcês Teixeira	Delegado da AAP na CM	Engenheiro militar	AAP
Henrique Gomes da Silva		Engenheiro Director da DGEMN	DGEMN

Fontes: Actas do Conselho Geral, da Comissão Executiva e da Comissão dos Monumentos - ANBA - 180; 181, 183, 185; 261-264. Academicos. Relação dos Academicos Honorarios e Academicos de Merito Nacionaes e estrangeiros e Academicos effectivos. ANBA - Livro 20; Listas de Sócios da RAACAP e da AAP, in DIAS, ob. cit. e Boletim da AAP (1910-1922) e Arqueologia e História (1922-1932).

Legenda: **vermelho** – Sócios da AAP

QUADRO 42 – COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA DOS VOGAIS EFECTIVOS DOS CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA DE LISBOA, COIMBRA, PORTO, VOL. I, TOMO 2, P. 749.

1.º CIRCUNSCRIÇÃO			
ARQUITECTOS / ENGENHEIROS	PINTORES	ESCULTORES	HISTORIADORES, ARQUEÓLOGOS E CRÍTICOS DE ARTE
<p>José Luís Monteiro José Alexandre Soares João António Piloto Adães Bermudes Miguel Ventura Terra António do Couto Abreu Guilherme Ribeiro de Andrade Rosendo Carvalheira</p> <p>José Maria Cordeiro de Sousa, tio Francisco Garcês Teixeira Henrique Gomes da Silva</p>	<p>Luciano Martins Freire Carlos António Rodrigues dos Reis Columbano Bordalo Pinheiro João Vaz José Veloso Salgado José Victal Branco Malhoa Ernesto Ferreira Condeixa António Monteiro Ramalho Júnior Manuel Macedo Pereira Coutinho Alfredo Roque Gameiro Carlos Bonvalat Adriano da Sousa Lopes Artur Alves Cardoso</p>	<p>José Simões de Almeida Júnior António Augusto da Costa Motta José Simões de Almeida Sobrinho Francisco dos Santos José Jerónimo Cabral de Lacerda Artur Gaspar dos Anjos Teixeira</p>	<p>Abel Botelho Gabriel Pereira Henrique Lopes de Mendonça Júlio Mardel de Arriaga José Maria da Silva Pessanha António José Arroyo João Barreira José Leite de Vasconcellos José de Figueiredo Henrique Jardim de Vilhena Anselmo Braamcamp Freire José Júlio Rodrigues Augusto Vieira da Silva José Relvas José Queiróz Félix Alves Pereira Gustavo de Matos Sequeira Luís Xavier da Costa Reynaldo dos Santos Joaquim Mário de Macedo Mendes João Pereira Martins de Lemos (?) Virgílio César Antunes de Lemos (?)</p>
2.º CIRCUNSCRIÇÃO			
<p>Augusto Carvalho da Silva Pinto</p> <p>Paulo de Barros Abel Dias Urbano Rodrigo de Sousa Pinto</p>	<p>António Augusto Gonçalves¹¹⁴ Albino Caetano da Silva Pinto Álvaro Viana de Lemos</p>	<p>João Augusto Machado José Pereira Dias Lourenço Chaves de Almeida (artífice de obras de ferro)</p>	<p>António Garcia Ribeiro de Vasconcellos Júlio Augusto Rodrigues Joaquim Mendes dos Remédios Augusto Mendes Simões de Castro Joaquim Mendes dos Remédios Eugénio de Castro Joaquim Martins Teixeira de Carvalho José António de Sousa Nazaré José Luís de Andrade Mendes Pinheiro Luís Augusto Pereira Bastos</p>

¹¹⁴ Efectivamente, António Augusto Gonçalves era polivalente, professor de desenho, pintor, escultor, crítico e historiador de arte e “arquitecto-restaurador”

			Manuel Correia de Bastos Pina Manuel da Silva Gaio António José Gonçalves Guimarães Aníbal de Brito e Cunha João Rodrigues da Silva do Couto Augusto Casimiro José Augusto Simas Machado Belisário M. Bustorf da Silva P. Pimenta Luciano Pereira da Silva José Tomás da Fonseca Manuel A. Rodrigues da Silva Alberto Cupertino Pessoa Gumersindo Sarmento da Costa Lobo Vergílio Correia Pinto da Fonseca Joaquim de Carvalho António da Costa Rodrigues Amadeu Ferraz de Carvalho Manuel de Melo Nunes Gerales
3.º CIRCUNSCRIÇÃO			
José Marques da Silva José Joaquim Teixeira Lopes Júnior Manuel Marques António Peres Dias Guimarães	João Marques da Silva Oliveira José de Brito; João Augusto Ribeiro; Henrique António Guedes de Oliveira; António Carneiro Júnior; Acácio Lino de Magalhães; Raul Maria Pereira; Joaquim Francisco Lopes (?)	António Teixeira Lopes José de Oliveira Ferreira António Fernandes de Sá Júlio Vaz (?)	Joaquim de Vasconcellos José Pereira Sampaio (Bruno) João Grave (?) Aarão de Lacerda Júlio de Brandão Álvaro da Silva Lima (?) Miguel Mendonça Monteiro (?)

Fontes: Actas dos CAA de Lisboa, Coimbra e Porto. ANBA – 180-181, 183, 185, 261-264; AHME – 351, 365, 442 e 443.

Legenda: **A cor Azul** – Membros identificados com o **Instituto de Coimbra** e por ele eleitos em Assembleia-Geral para o CAA de Coimbra.

QUADRO 43 – CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA (1911-1932). PRESIDENTES, VOL. I, TOMO 2, P. 758.

QUADRO 44 – VOGAIS AUXILIARES E CORRESPONDENTES POR CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, P. 768 E P. 861.

1.ª Circunscrição					
Vogais Auxiliares			Vogais Correspondentes		
Nome	Localidade	Período Actividade	Nome	Localidade	Período Actividade
Guilherme João Carlos Henriques	Alenquer	1915	António Amorim Pires Toste	Angra do Heroísmo	1923
Moisés do Carmo	Alenquer	1915-1923...	António Joaquim Lopes da Silva (Museu de Évora)	Évora	1914-1932
José do Patrocínio Ribeiro	Beja	1914	Grupo Pró-Évora	Évora	1920-1932
António Joaquim Lopes da Silva Júnior	Évora	1914-1932	José Bernardo da Barahona Fragoso (V. da Esperança)	Évora	1914
Joaquim José de Faria e Silva (Cónego)	Évora	1914	José de Mattos Bramcamp	Évora	1923
José Bernardo da Barahona Fragoso (Visconde da Esperança)	Évora	1914	José Júlio Rodrigues (presidente do Grupo de Amigos de Ossonoba)	Faro	1930-1932
João dos Reis Gomes	Funchal	1914-1923...	Alberto Artur Sarmiento	Funchal	1923
Adolfo Ernesto Mota	Lagos	1923	Francisco António de Freitas Abreu	Funchal	1923
Bento Gomes Formosinho	Lagos	1914	Francisco Franco	Funchal	1931-1932
João de Mello Falcão Trigo	Lagos	1914-1923...	José Machado de Serpa	Horta	1923
Lopo Leote Tavares	Lagos	1914	José de Lacerda	S. Jorge	1923
Manuel João Paulo Rocha	Lagos	1915... 1917	Manuel de Andrade	S. Jorge	1923
Carlos Alberto Martins do Rego (cónego)	Lisboa	1914-1923...	Ismael Garcias	Nova Goa	1917-1919
Luís Keil	Lisboa	1914-1932	Emílio Bertraux	Paris	1914
João Manuel da Costa	Mértola	1915... 1917	Ernesto do Canto	Paris	1931-1932
António Sardinha	Monforte	1914-1923	Aristides Moreira da Motta	Ponta Delgada	1923
Cipriano Justino da Costa Palhinha (Visconde da Amoreira da Torre)	Montemor-o-Novo	1914	Eugénio do Canto	Ponta Delgada	1923
Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda (Visconde de Altas Moras)	Moura	1914-1918...	Francisco Afonso Chaves e Melo	Ponta Delgada	1923
Francisco Afonso Chaves	Ponta Delgada	1914	Visconde de Santa Bárbara	Ponta Delgada	1923
Luís Bernardo Leite de Ataíde	Ponta Delgada	1921-1923...	António Francisco Rodrigues	Portalegre	1915-1919
Adolfo Ernesto Mota	Portalegre	1915...	Baltazar de Castro	Porto	1928

Amílcar Veríssimo Júnior	Santarém	1917	Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém	Santarém	1919-1928...
António Inácio da Silva	Santarém	1917	Comissão da Igreja de N. Senhora de Salas	Sines	1924 ...
Augusto César de Abreu e Oliveira	Santarém	1917	Francisco Augusto Garcês Teixeira	Tomar	1923
Augusto César de Vasconcelos	Santarém	1917	José Vieira Guimarães	Tomar	1923
Carlos Gomes	Santarém	1917	União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo	Tomar	1921-1932
Laurentino Veríssimo	Santarém	1917			
João Arruda	Santarém	1915-1924...			
Joaquim Augusto	Santarém	1917			
António de Mello Breyner	Serpa	1914			
Ladislau Piçarra	Serpa	1914-1923...			
José de Sousa Guerreiro	Silves	1914			
Pedro Paulo de Mascarenhas Júnior	Silves	1914			
Domingos Rodrigues Pablo	Sines	1924 ...			
Joaquim da Costa	Sines	1924 ...			
Joaquim Pereira Luz	Sines	1924 ...			
José Vieira Guimarães	Tomar	1917-1923			

2.ª Circunscrição

Vogais Auxiliares			Vogais Correspondentes		
Nome	Localidade	Período Actividade	Nome	Localidade	Período Actividade
António Natividade	Alcobaça	1923	António Mattos Cid	Aguiar da Beira	1916-1923...
Ângelo Leopoldo da Cruz	Coimbra	1923	Manuel Vieira da Natividade	Alcobaça	1916-1918
Aristides de Amorim Girão	Coimbra	1921	João Augusto Marques Gomes	Aveiro (Museu de Aveiro)	1916-1923...
Alfredo Ponto de Azevedo e Sousa	Lamego	1916	Afonso Dias Moreira Padrão	Batalha	1923
António Marques de Figueiredo (Deão da Sé)	Viseu	1914	António Augusto de Aguiar Cardoso (Representante da Comissão de Vigilância e Conservação do Castelo da Feira)	Feira	1921-1932
Francisco António G. de Almeida Moreira	Viseu	1914-1918	Pedro Fernandes Tomás	Figueira da Foz	1916-1923
Hipólito Vasconcelos Maia	Viseu	1914	Francisco dos Prazeres (Padre)	Guarda	1916-1923
José Almeida e Silva Viseu	Viseu	1914	Ernesto Pereira	Guarda	1925...
José Júlio César	Viseu	1928 ...	Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa	Lamego	1915-1923....
Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão	Viseu	1914	João Amaral	Lamego (Museu Regional de Lamego)	1915-1932

Severo de Figueiredo	Viseu	1922-1923...	Luiz José Teixeira Nápoles	Lamego	1915-1923....
			Ernesto Korrodi	Leiria	1916-1923
			Joaquim Lúcio Lobo (General)	Leiria	1921...
			Liga dos Amigos do Castelo de Leiria	Leiria	1930-1932
			Tito Benevenuto de Sousa Larcher	Leiria	1916-1932
			José Maria da Silva Pessanha	Lisboa	1923-1932
			Benedito Galvão de Carvalho	Montemor-o-Velho	1916-1923
			Francisco de Almeida Moreira	Viseu (Museu Grão-Vasco)	1918-1932
3.ª Circunscrição					
Vogais Auxiliares			Vogais Correspondentes		
Nome	Localidade	Período Actividade	Nome	Localidade	Período Actividade Conhecido
Abel de Vasconcelos Cardoso	Guimarães	1923	António Albino Marques d'Azevedo	Barcelos	1913-1923...
José Luís de Pina	Guimarães	1921-1928...	Alberto Feio Soares de Azevedo	Braga	...1923...
Abade de Leça do Balio	Leça do Balio	1915-1923...	José de Sousa Machado	Braga	1914-1923...
Fernando Braga Barreiros	Montalegre	1916	Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro	Braga	1913-1923...
Abade de São Lourenço da Montaria	São Lourenço da Montaria, Viana do Castelo	...1923...	Álvaro Carneiro (Director do Museu Regional)	Bragança	1915-1920...
Luís de Figueiredo da Guerra	Viana do Castelo	1915 (?)	Sociedade Martins Sarmento (por via do presidente)	Guimarães	1913-1926...
			Francisco José Ferreira de Lima	Porto	1914 (?) ...
			Instituto Histórico do Minho (por via do presidente)	Viana do Castelo	1919-1932

Fontes: Actas dos CAA de Lisboa, Coimbra e Porto. ANBA – 180-181, 183, 185, 261-264; AHME – 351, 365, 442 e 443; Correspondência entrada e saída.

A **vermelho** os vogais colectivos.

A colocação é por ordem alfabética das localidades e nelas por ordem alfabética dos nomes.

QUADRO 45 – VOGAIS HONORÁRIOS POR CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, P. 768.

VOGAIS	DATA	MOTIVO	PROPOSTA
1.ª CIRCUNSCRIÇÃO			
Afonso Costa	1911	Lei de Separação do Estado e da Igreja	Extinta ABAL
António José de Almeida	1911	Lei da Reorganização Artística	Extinta ABAL
José Relvas ¹¹⁵	1911	Lei de Protecção Artística e Museu de Mafra	Extinta ABAL/ José de Figueiredo
Manuel de Brito Camacho	1911	Lei da Reorganização Artística	Extinta ABAL
Bernardino Machado	1911	Criação do Museu Etnográfico	José Leite de Vasconcelos
Conde dos Olivais e Penha Longa	1911	Pela obra realizada no campo das artes e monumentos, antes e depois de 1911 ¹¹⁶	José de Figueiredo
Fernando Larcher	1911	Papel relevante no COMN	CAA
Fernando da Serpa Pimentel	1911	Papel relevante no COMN	CAA
Visconde de Atouguia	1911	Papel relevante na ARBAL, como Inspector e no COMN	Extinta ABAL e CAA
Augusto Luciano Simões de Carvalho	1911	Papel na classificação dos monumentos	CAA / José de Figueiredo
José Cordeiro de Sousa, tio	1911	Papel na classificação dos monumentos	CAA / José de Figueiredo
Anselmo Braamcamp Freire	1911	Papel como arqueólogo, erudito e dedicação à arte	CAA / M. Ventura Terra
Afonso Lopes Vieira	1912	Papel em prol da arte em Portugal	José de Figueiredo
Condessa de Carvalhido	1912	Doação da Coleção Carvalhido ao MNAA	José de Figueiredo
Alfredo de Magalhães	1928	Lei de remodelação dos serviços de belas artes, enquanto MIP	José de Figueiredo
Albrecht Haupt.	1928	Por ter publicado <i>A Renascença em Portugal</i>	José de Figueiredo
Eugène Pralon ¹¹⁷	1931	Papel prestado à cultura artística portuguesa	José de Figueiredo
André Dezarois ¹¹⁸	1931	Pelo “êxito da Arte Portuguesa na Sala do Jeux de Paume”, em Paris	José de Figueiredo
2.ª CIRCUNSCRIÇÃO			
Manuel Augusto Rodrigues da Silva	1913	Pelos serviços prestados ao Museu Machado de Castro	António Augusto Gonçalves
3.ª CIRCUNSCRIÇÃO			
Leopoldo d'Oliveira Mourão	1911 (?)	Serviços prestados à Escola de Belas Artes do Porto (Proposta de Reforma de 1907)	Desconhece-se

Fontes: Actas da 1.ª, 2.ª e 3.ª Circunscrições citadas. A **negrito** – políticos

¹¹⁵ José Relvas, tal como Luciano de Carvalho, José Cordeiro de Sousa e Anselmo Braamcamp Freire, para além de serem vogais honorários foram aprovados como vogais efectivos, “pelo muito que há a esperar da colaboração efectiva dos mesmos vogaes.” (José de Figueiredo) e relevo do seu merecimento como arqueólogo, erudito e a sua dedicação à arte (Ventura Terra). De todos eles só Cordeiro de Sousa se manterá no activo, enquanto que José Relvas deu colaboração esporádica.

¹¹⁶ Financiara, por exemplo, o restauro dos Painéis de S. Vicente de Nuno Gonçalves.

¹¹⁷ Ministro da França, em Lisboa. Por proposta de José de Figueiredo, pelos serviços prestados à cultura artística portuguesa, através de intercâmbio artístico, realização de conferências notáveis sobre a arte portuguesa e divulgação das riquezas artísticas de Portugal, em França e pela recuperação do Palácio Abrantes, casa nobre portuguesa do século XVIII, para o governo francês (Acta n.º 15, p. 71).

¹¹⁸ Conservador dos museus nacionais de França. Também pela sua acção como director da *Revue d'Art ancien et moderne* e pelos trabalhos de crítico e historiador de arte.

QUADRO 46 – VOGAIS EFECTIVOS ELEITOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES PARA VOGAIS EFECTIVOS DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO (1911-1925). VOL. I, TOMO 2, P. 782.

Delegado	Período	Função na AAP	Profissão	Estatuto e Local de Trabalho
Rosendo Carvalheira	1911-1919	Vice-Presidente	Arquitecto	Arquitecto de 2.ª Classe responsável por obras de restauro Ministério do Fomento
José Queiroz	1919-1920		Conservador	Responsável pelo Inventário dos Azulejos de Portugal (1916-1920) Conservador do MNAA
Félix Alves Pereira	1920-1922		Arqueólogo	Parlamento
Francisco Augusto Garcez Teixeira	1922-1925		Engenheiro Militar	Inspector dos Monumentos Militares

Fontes: Comissão dos Monumentos Nacionais, 1.ª circunscrição. Actas, 3 vols.

QUADRO 47 – COMISSÕES LOCAIS CRIADAS PARA A DEFESA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MUSEUS REGIONAIS DA 2.ª E 3.ª CIRCUNSCRIÇÃO, VOL. I, TOMO 2, P. 792.

COMISSÃO DE ARTE DE AVEIRO		COMISSÃO REGIONAL DE VISEU		COMISSÃO DO MUSEU DE LEIRIA	
Dr. Jayme de Magalhães Lima	Publicista	Dr. Maximiano Pereira da Fonseca e Aragão	Advogado Professor do Liceu	José Maria Charters Henrique de Azevedo	Director das Obras Públicas no Distrito de Leiria
Dr. Joaquim de Mello de Freitas	Publicista	Francisco António G. de Almeida Moreira	Capitão do Estado-Maior	Adriano José Rodrigues	Presidente da Comissão Municipal
João Augusto Marques Gomes	Publicista	Hipólito Vasconcelos Maia	Director de Obras Públicas do Distrito de Viseu	António Vieira Repolho	Vice-Presidente da Comissão Municipal
Francisco Augusto da Fonseca Regalla	1.º Tenente da Armada	António Marques de Figueiredo	Deão da Sé de Viseu	Adolpho Augusto Leitão	Presidente da Associação Comercial Reitor do Liceu
Dr. Alvaro de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça	Reitor do Liceu	José Almeida e Silva	Pintor	Ernesto Korrodi	Director da Escola Industrial
Jacinto Agapito Rebocho	Presidente da Associação Comercial			Dr. Luiz José d'Oliveira Junior	Advogado Director da Escola Normal
José de Pinho	Pintor			Dr. João Correia Matheus	Advogado Professor do Liceu
José da Fonseca Prat	Vogal da Comissão Municipal Administrativa			Pedro José Rodrigues	Comerciante (interesses turísticos)

António Augusto da Silva	Mestre-de-obras			Miguel da Costa Trindade	Industrial Secretario da Administração do Concelho
Firmino de Sousa Huet	Condutor de Obras Públicas			Ignacio Veríssimo de Azevedo	Ourives
José Gonçalves Gamellas	Comerciante			João Pereira Gomes	Escrivão Notário
Dr. António Carlos da Silva Mello Guimarães	Conservador do registo predial			Eduardo Martins da Cruz	Comerciante
Dr. Luiz de Brito Guimarães	Professor do Liceu			Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher	Escrivão de notário Publicista
Mário Duarte	?			-	-
COMISSÃO REGIONAL DE LAMEGO		COMISSÃO DE CASTELO BRANCO		COMISSÃO DE BRAGANÇA	
João Amaral	Professor de Desenho no Colégio de Lamego	Francisco Tavares Proença Júnior	Arqueólogo	Albino dos Santos Pereira Lopo	Oficial do exército
Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa	Bacharel Deputado Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal	Manuel Paiva Pessoa	Director do Museu Municipal de Castelo Branco		Director do Museu Regional de Bragança
Luiz José Teixeira Nápoles	Professor de Desenho no Liceu Nacional		Presidente da Câmara Municipal		Presidente da Câmara Municipal de Bragança
					Abade de Baçal 2.º Director do Museu Regional de Bragança e fundador do Grupo dos Amigos do Museu de Bragança

Fontes: Elementos trabalhados a partir das actas e da correspondência da 2.ª Circunscrição. Comissão de Bragança: dados obtidos da obra de Abade Baçal.

QUADRO 48 – BENS QUE AO ABRIGO DA LEI DA SEPARAÇÃO FORAM IDENTIFICADOS PELO VALOR ARTÍSTICO E DESTINADOS AOS MUSEUS. 1.^a CIRCUNSCRIÇÃO (1913-1914). VOL. I, TOMO 2, P. 892.

Designação	Localização	Data do ofício	Bens requeridos	Destino dos Bens
	Campo Maior	7-I-1913 21-I-1913	Panos valiosos	Museu Nacional de Arte Antiga
Convento de Brancanes	Setúbal	7-I-1913	Carrilhão de 10 sinos	Museu de Instrumentos e Acessórios Músicos
Convento de S. Francisco	Setúbal	7-I-1913	1 <i>guembri</i> (instrumento africano) 1 sino	Museu de Instrumentos e Acessórios Músicos
Convento das Trinas de Mocambo	Lisboa	18-I-1913	Objectos constantes da lista junta, para serem aplicados na restauração de coches	Museu Nacional dos Coches
Convento das Trinas de Mocambo	Lisboa	20-I-1913	Objectos constantes da lista junta.	Museu Nacional de Arte Antiga
Capela de S. Julião da Barra	São Julião da Barra	20-I-1913 24-III-1913	Objectos constantes da lista junta.	Museu Nacional de Arte Antiga
Casas congreganistas		14-I-1913	Objectos	MNAA
Convento de Santa Joana	Lisboa	15-II-1913 22-II-1913	Quadros e objectos de arte	
Mosteiro de São Vicente de Fora /Paço de S. Vicente	Lisboa	22-II-1913 27-VI-1913	Quatro bocados de tapeçaria Aubusson, um pano e bocado de outro Objectos	Museu Nacional dos Coches MNAA
Palácio Nacional das Necessidades	Lisboa	6-III-1913	Objectos constantes da lista junta	Museu Nacional dos Coches
Depósito Geral	Évora	21-III-1913	Objectos	
Depósito	Faro	7-IV-1913 24-IV-1913	Cf. ofício 52 de 13 de Dezembro de 1912	
Igreja Matriz	Elvas	9-IV-1913	Altar da antiga Capela de Santo António, com quadros respectivos	Igreja Matriz
Paço Episcopal de Évora	Évora	9-IV-1913 30-VI-1913	Constantes de arrolamento feito por Comissão do CAA, em lista anexa ¹¹⁹	Museu Regional de Évora
Paço Episcopal de Beja	Beja	9-IV-1913 24-VI-1913 30-VI-1913 6-VIII-1913	Objectos com valor histórico e artístico, constante de um arrolamento feito pela CAA ¹²⁰ Objectos de ourivesaria e indumentária	Requeridos para o Museu Municipal de Beja. Extinto Convento da Conceição, Museu Regional de Beja

¹¹⁹ A Comissão para o arrolamento destes bens era composta por Luciano Freire, José de Figueiredo e José Veloso Salgado.

¹²⁰ Comissão com a mesma composição.

Igreja matriz	Vila Nova de Ourém	5-IV-1913	Relicário de prata oferecido por Paulo II ao Marquês de Valença e Conde de Ourém	
Paço da Mitra Patriarcal de Lisboa	Lisboa	14-IV-1913 19-IV-1913	Objectos constantes da lista junta.	Museu Nacional de Arte Antiga
Igreja de S. Nicolau	Lisboa	16-V-1913	Paramentos, alfaias, etc provenientes de conventos extintos	
Palácio de Belém	Lisboa	22-V-1913	Objectos solicitados, conforme lista anexa	Museu Nacional dos Coches
Círio da Senhora do Cabo Espichel	Igreja de Alcabideche Cascais	28-V-1913 11-VI-1913 23-VI-1913	Objectos Arrolamento de Luciano Freire, inserto em ofício	Junta de Paróquia MNA MNCoches
Igreja das Mercês	Évora	30-V-1913	Mobiliário e “efeitos ornamentais”, objectos considerados ordinários e s/valor	Junta de Paróquia Valor para venda
Paço Episcopal do Funchal	Funchal	13-I-1913 17-VI-1913	Salvas, cálices, resplendores, bandejas, coroas, etc Objectos de prata Outros objectos sem valor	Remetidos para o Continente para serem analisados;
Igreja de Santo Antão	Évora	30-VI-1913	Inventário inserto no arrolamento dos bens seleccionados do paço Episcopal	Museu Regional de Évora
Seminário	Évora	30-VI-1913	Inventário inserto no arrolamento dos bens seleccionadas do paço Episcopal	Museu Regional de Évora
Sé	Évora	30-VI-1913	Inventário inserto no arrolamento dos bens seleccionadas do paço Episcopal	Museu Regional de Évora
Extinta Repartição das Reais Cavalariças	Lisboa	14-VII-1913	Objectos constantes no ofício entrado n.º 1485	Cavalariças da Ajuda e recusadas pelo Museu dos Coches
Ermida da Salvação e Paz	Calçada de Santa Ana, Lisboa	25-VI-1913	Azulejos e outros objectos	
Colégio das Doroteias	Guarda	28-VI-1913	Mobiliário	
Seminário	Beja	6-VIII-1913	Objectos de ourivesaria e indumentária	Requisição para o Museu Municipal
Sé	Lisboa	2-VI-1913 (ofício dirigido ao MNA) 12-VIII-1913	Objectos de arte, jóias, alfaias, paramentos, Cruz dos Filipes, Custódia de D. João V	MNA / Museu da Catedral
Santa Casa da Misericórdia	Estremoz	5-IX-1913	Alfaias e outros objectos de culto religioso destituídos de valor artístico, etc	Venda
Sala de Actos da Faculdade de Medicina	Lisboa	19-IX-1913	Retrato de D. Carlos I	Ficou na sala da Faculdade tapado com panejamento.
Igreja Matriz da Casa branca	Sousel	22-IX-1913	Um gomil de cerâmica e respectiva bandeja, um par de brincos de prata com pedras falsas, um cálice, tudo do século XVIII	

Igreja de S. Miguel	Sousel	Idem	Três tamboretos interessantes	
Convento do Barro ¹²¹ (Asilo Elias Garcia)	Torres Vedras	10-XI-1913 26-XI-1913 28-XI-1913 10-XII-1913	Painéis de azulejo e lápides de pedra c/ inscrições	A conservar no local, na impossibilidade os brasões e lápides para o Museu do Carmo
Paço do Arcebispo	Lisboa	10-XI-1913	Quadros	
Paço de S. Vicente	Lisboa	15-XI-1913	Tapeçarias	
Recolhimento de S. Cristóvão	Lisboa	28-XI-1913	Paramentos, azulejos e outros	MNAA Azulejos a conservar no lugar
Recolhimento de Lázaro Leitão	Lisboa	28-XI-1913	Paramentos	MNAA A conservar no hospício
Recolhimento do Grilo	Lisboa	28-XI-1913	Paramentos e outros objectos. Azulejos	Museu de Arte Antiga. Os azulejos e outros objectos a conservar no lugar e no próprio recolhimento.
Convento do Varatojo	Torres Vedras	29-XI-1913 10-XII-1913	Objectos Estátuas da cerca	
Asilo Maria Pia	Lisboa	2-XII-1913	Objectos antigos	
Convento das Francezinhas	Rua João das Regras, Lisboa	11-XII-1913 19/XII/1913	Azulejos	MNAA
Asilo das Raparigas Abandonadas	Praça da Republica do Brasil, Lisboa	29/XII/1913	Objectos	
Casa Pia	Lisboa	29/XII/1913	Objectos	
Asilo do Rato	Lisboa	16/I/1914	Objectos conforme lista anexa separativa	
Convento do Varatojo (cont.)	Torres Vedras	19-I-1914		
Igreja e Convento das Mercês (cont.)	Évora	30-V-1913 20-I-1914	Objectos artísticos	
Paço de S. Vicente (cont.)	Lisboa	20-I-1914 27-I-1914 17-VI-1914	Materiais sem importância	Museu dos Coches, serem aplicados à restauração e à instalação do museu
Asilo para Raparigas Abandonadas	Lisboa	13-I-1914		
Edifício da Madre de Deus	Lisboa	27-I-1914	Objectos apartados	Museu

¹²¹ Trata-se de um caso em que a Provedoria Central da Assistência de Lisboa pretende a adaptação do extinto Convento a Asilo, tomando as providências necessárias para a salvaguarda dos bens que julga poderem estar mais a recato nalgum museu, visto que se iria proceder a demolições.

Confraria de Santo António, Igreja junto ao Cemitério	Estremoz	27-I-1914	Imagens, roupas	
Igreja de Santa Maria de Ourém (cont.)	Ourém	21-II-1914	Relicário de prata cinzelada oferecida pelo Papa Paulo II ao Marquês de Valença	MNAA
Igreja de S. Pedro de Rego de Murta	Alvaiázere	21-II-1914	Custódia século XVI	MNAA
Asilo do rato (continuação)	Lisboa	9-III-1914	Cinco pedaços de seda frouxa para confecção de cortinados para os coches	MN Coches
Asilo Maria Pia	Lisboa	4-III-1914	Quatro painéis quinhentistas e restos de antigo presépio	MNAA
Capela de Santa Luzia	Lisboa	26-V-1914	Paramentos e alfaías	
São Vicente de Fora	Lisboa	28-III-1914	Objectos constantes da lista anexa	Museu Regional de Aveiro MNAA
Ermida da Folgosa	Torres Vedras	1-IV-1914	Dois quadros a óleo	
Asilo de Mendicidade	Lisboa	14-IV-1914	Objectos	
Asilo da Ajuda	Lisboa	Idem	Idem	
Igreja das Mercês (cont.)	Évora	25-IV-1914 3-VI-1914		Museu de Évora
Capela de Aqualva	Belas, Sintra	11-V-1914 30-V-1914	Arquitectura e azulejos	Edifício para destino de escola
Igreja dos Congregados	Estremoz	8-VI-1914 28-VI-1914	Objectos de culto, conforme lista anexa	Recolher em museus da circunscrição
Sé	Évora	20-VI-1914	Valores e templo, propondo-se que o templo fosse fechado	
Irmandade de Carnide	Lisboa	24-VI-1914	Objectos	
Asilo da Ajuda	Lisboa	24-VI-1914	Objectos	
Igreja matriz	Évora-Monte	28-VI-1914	Objectos de culto, conforme lista anexa	Recolher em museus da circunscrição
Confraria de Santo António	Estremoz	28-VI-1914	Balaustrada de mármore de Estremoz lote de azulejos do séc. XVII	Museu Regional
Capela de S. Sebastião	Caldas da Rainha	24-VII-1914	Azulejos	
Igreja da Merceana	Alenquer	26-VIII-1914	Templo	Para evitar obras
Capela e capelinhas do Asilo de Mendicidade	Lisboa	3-IX-1914 25-XI-1914	Objectos dignos de figurarem em Museu: 2 quadros, balaustrada e as portas da capela-mor	MNAA
Irmandade do Santíssimo	Carnide, Lisboa	10-X-1914	Objectos	

Ermida do Livramento em Alcântara	Lisboa	20-X-1914	Objectos	
Recolhimento do Grilo	Lisboa	22-X-1914	Arcaz do século XVIII	MNAA
Capela do Asilo da Ajuda	Lisboa	18-Xi-1914	Presépio	
Asilo da Mendicidade	Lisboa	18-Xi-1914	Quadros de S. Tomé e Descida da Cruz mas muito repintados, portas e balaustrada da entrada da capela-mor	MNAA Azulejos a conservar no local. Aplicação a dar a parte do edifício
Capela de Santo Amaro, Alcântara	Lisboa	4-VI-1912 2-XI-1914	Tapete persa	MNAA
Convento de S. Vicente de Fora (cerca) Pedi fotocópia)	Lisboa	2-XI-1914	Azulejos (representando as fábulas de La Fontaine)	Para serem recolhidos no MNAA (ficaram no local)
Capela anexa ao Hospital da Misericórdia	Grândola	14-XI-1914	Custódia em prata cinzelada e dourada (séc. XVII)	Museu Regional Azulejos a manter no local (se não for o precário estado de conservação do edifício ou conservar com valor superior ao valor que tem os azulejos)
Capela de S. Sebastião do Hospital de Santo Isidro	Caldas da Rainha	18-XI-1914 27-XI-1914	Azulejos e venda da capela	
Círio do Cabo	Cascais	18-XI-1914	Objectos	
Recolhimento das Salesianas	Lisboa	29-Xi-1914	Objectos	MNAA (exclusão do leilão retábulo do altar-mor do pintor António Manuel da Fonseca) – este para MNAC
Igreja Paroquial de Belas	Sintra	3-XI-1914	Objectos de prata e ouro	
Capela de Idanha	Sintra	3-XI-1914	Objectos de prata e ouro	
Capela de Aqualva	Sintra	3-XII-1914 3-XI-1914	Objectos de prata e ouro	
Irmandade do SS Alcântara	14-XII-1914	Lisboa	Objectos do antigo culto religioso	
Asilo de Maria Pia	Lisboa	14-XII-1914	Objectos culto religioso	
Escola Normal (capela anexa)	Lisboa	15-XII-1914	Objectos	

Fonte: ANBA – CAA, LISBOA, Correspondência Entrada. Vários, Vol. III (1913-1914) – 174.

QUADRO 49 – ACÇÃO DE INVENTÁRIO AO ABRIGO DA LEI DA SEPARAÇÃO: 3.ª CIRCUNSCRIÇÃO (1911-1920). VOL. I, TOMO 2, P. 901.

Edifício religioso	Data	Comissários	Ação requerida	Resultados
Igreja de Santo Ildefonso, Porto	14-8-1911		Análise dos quadros	
Sé Catedral, Porto	8-9-1911		Análise de móveis, quadros, paramentos, custódias, cálices	Relatório referente aos objectos do cabido, fábrica e irmandade do SS. Sacramento da Sé
Areias de Avelar, Barcelos	14-9-1911		Estudo da cruz de cobre de valor artístico	
Gamil, Barcelos	Idem		Estudo de cruz	
Paço Episcopal do Porto	27-11-1911		Objectos encontrados	
Capela da Senhora da Praça	1912		Parecer sobre o valor do imóvel	Não se reconheceu valor artístico e histórico. Demolição útil à Praça.
Sacristia da Igreja de Águas-Santas	20-3-1912	Joaquim de Vasconcelos	Identificação dos bens	Requer-se exame minucioso face à importância do espólio
Extinto Convento da Formiga	29-10-1913 27-12-1913 5-2-1914		Exame valor artístico ou histórico de mobiliário arrolado das diferentes casas congreganistas	Seleção do quadro Cristo e os Apóstolos para o museu Soares dos Reis e esqueleto para a Escola de Belas Artes
Colégio de Sangredo	16-12-1913			
Convento de Lourosa	16-12-1913		Verificação do valor dos objectos destinados ao culto que iam a hasta pública	
Paço Episcopal e Seminário de Bragança	24-12-1914		Análise de mobiliário, incluindo o que existe dos cartórios e biblioteca	
Igreja de S. João da Foz do Douro	4-11-1914 15-1-1915 5-4-1915		Análise do valor artístico de dois castiçais de prata legados por D. Maria Emília Champalimaud Montez Parreira	Recolha de um par de castiçais que detinham valor artístico
Recolhimento do Bom Pastor, Rua de Valformoso, no Porto	3-12-1914		Análise de um retábulo em talha	
Convento de Santo António das Águas-Férreas, Rua do Melo	3-12-1914		“panneaux armoriado de azulejos	
Casa na Rua do Alecrim, n.º 348	17-1-1915		Exame de mobiliário	
Casa dos jesuítas na Rua da Boavista, Porto	6-7-1915	José de Brito	Exame de urgência de mobiliário, imagens, alfaias e outros objectos, que iam ser vendidos.	Seleção de objectos para os museus

Igreja de Nevogilde, Porto	8-10-1915		Exame dos sinos da igreja, para ver se representam algum valor para a arte nacional a sua conservação	
Colégio de Santa Teresa de Jesus, Rua da Boavista, n. 134	23-09-1915		Exame do mobiliário, que iria ser vendido em hasta pública	
Igreja de Cedofeita	3-11-1915		Exame dos móveis e objectos	
Paço Episcopal do Porto	14-12-1915		Análise de objectos de valor artístico e histórico solicitados pela CMP para o Museu Municipal	
Colégio do Sardão, Oliveira do Douro	10-3-1916		Exame de objectos móveis	
Igreja de Monserrate, Viana do Castelo	14-6-1916		Para viabilizar o pedido da Câmara Municipal de Viana do Castelo de integrar os objectos da dita igreja num Museu Regional que o município defende.	
Casa da Rua da Alegria no Porto	?	José de Brito	Exame de bens móveis	Seleção de objectos para o museu
Recolhimento do Bom Pastor, Rua de Valformoso, no Porto	23-6-1916	José de Brito	Exame dos bens móveis	Seleção de objectos para o Museu Soares dos Reis
Confraria do S. Sacramento da freguesia de N.ª Sr.ª da Oliveira	2 -6-1916 e 27-7-1916		Petição de interesse artístico.	
Seminário de Braga	24-10-1916		Seleção e destino dos bens do Seminário que iria ser arrendado	
Seminário do Porto	Idem		Idem	
Paço Episcopal do Porto / Câmara Municipal do Porto	6-1-1917		Exame e seleção de alfaias e objectos culturais em posse do município, provenientes do Paço Episcopal, que estavam na sua posse a título de depósito e que tem de ser entregues à Junta de Paróquia da freguesia da Sé, para os poder facultar ao Bispo do Porto, para além do seu valor artístico e histórico.	
Colegiada de Guimarães	22-5-1917 6-7-1917		Pede-se a indicação de um delegado do CAA que tenho o encargo de proceder à seleção dos paramentos, alfaias e outros objectos para serem guardados no Museu Regional da Sociedade Martins Sarmento.	
Domus Municipalis de Braga	28-10-1917		Averiguação da razão da CM de Braga ter colocado a imagem de Santa Maria de Braga pertencente à Sé de Braga num nicho da Câmara.	
Convento de Santo António de Águas Férreas, Rua do Melo, Porto	10-2-1918 3-3-1920 9-4-1920		Verificação de existência de objecto de valor histórico ou artístico que deva ser excluído da venda dos móveis existentes em hasta pública	Escolheram-se quatro tochos antigos

Recolhimento da Mofreira	14-10-1919	Director do Museu de Bragança	Exame dos bens móveis	Seleção de objectos para o Museu de Bragança
Igreja de Santiago de Anta	29-11-1919		Parecer referente a corte de uns cachorros ou escoras em que se apoiava o passadiço que dava serventia de passagem do coro da igreja para a antiga residência paroquial, assim como vedar uma porta desse coro voltada para a propriedade da dita residência	
Extinto Convento de S. Salvador de Vairão	22-1-1920	José de Brito	Análise do interesse artísticos dos bens móveis existentes, destinados a venda em hasta pública, com indicação dos lotes separados.	
Colégio de Santa Maria, Praça do Coronel Pacheco, Porto	23-1-1920 3-3-1920		Exame dos bens móveis ou de Arte que devem ser retirados do lote da arrematação de venda	Seleção de imagens de S. José, Santo António, e outra; armário da renascença para o museu.

Fontes: Actas e Correspondência da 3.^a Circunscção.

QUADRO 49 A – MUSEUS INTEGRADOS NOS CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA (1911-1932), VOL I, TOMO 2, PP. 914, 929 E 1053.

QUADRO 50 – COMISSÕES GRATUITAS DE LUCIANO MARTINS FREIRE AO SERVIÇO DO PATRIMÓNIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL. VOL. I, TOMO 2, P. 938.

COMISSÕES GRATUITAS	PERÍODO EM QUE AS EXERCE
Secretário da Academia Real de Belas Artes	1900-1911
Vogal do Conselho Administrativo da Academia Real de Belas Artes	1895-1901
Colaborador na elaboração do regulamento da Escola de Belas Artes	1902
Vogal conservador-restaurador da Comissão de Inventariação e Beneficiação da Pintura Antiga de Portugal ¹²²	1910-1934
Secretário da Escola de Belas Artes, por eleição em obediência ao art.º 9 do Decreto n.º 2 de 26 de Maio de 1911	1911
Vice-presidente da Comissão do arrolamento dos Paços Reais	1911-1919
Delegado do Conselho de Arte e Arqueologia junto da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Corporações Religiosas	1911-1917 (?)
Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, representando as Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto	1914-1915
Encarregado da catalogação e conservação das estampas na coleção da Academia Real de Belas Artes	-
Secretário da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscção	1915-1919
Secretário da Comissão Administrativa da Escola de Belas Artes de Lisboa	1914 e 1917 (depois de eleição)
Vice-presidente do Conselho de Arte Nacional	1914-1917
Director interino do Museu Nacional de Arte Antiga	1917-1919; 1921 a 1926 (meses de Agosto e Setembro)
Representante do CAA na Comissão Estética Municipal da CML	1918-1919
Vice-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia	1921-1924
Presidente do mesmo Conselho	1924-1932

Fontes: Base Arquivos da CAA existentes na ANBA.

¹²² Tanto nos seus *Elementos (...)*, como nas actas do CAA de Lisboa, encontram-se referências aos trabalhos de restauro em anos sucessivos durante os quais não recebeu remuneração pela execução dos mesmos.

QUADRO 51 – SÉRIE «MONUMENTOS DE PORTUGAL» E SEUS AUTORES. VOL I, TOMO 2, P. 977.

Monumento	N.º	Data	Autor	Ligação CAA	Qualidade vogal	Sócio AAP
Mosteiro da Batalha Igreja Matriz da Batalha	1	1929	Vergílio Correia	2.ª Circunscção	Efectivo	Sim
Thomar Convento de Cristo, igrejas dos Olivais, Santa Iria e Conceição	2	1929	Vieira Guimarães	1.º Circunscção UAMOC	Auxiliar e Correspondente	Sim
Porto I Catedral, igrejas de Cedofeita e S. Francisco	3	1929	Carlos Passos	-	-	Sim
Alcobaça	4	1929	Ernesto Korrodi	2.ª Circunscção	Correspondente	Sim
Santarém	5	1929	Nogueira de Brito	-	-	Sim
Leiria Sé, Castelo, S. Pedro, Encarnação, Pena	6		José Saraiva	Liga dos Amigos do Castelo de Leiria	Presidente da Assembleia-geral	
Sintra Palácios da Pena e da Vila e dos Mouros	7		Nuno Catarino Cardoso	-	-	
Lisboa I Sé	8		Matos Sequeira e Nogueira de Brito	1.ª Circunscção -	Efectivo -	Sim Sim
Batalha II Esculturas e vitrais	9	1931	Vergílio Correia	2.ª Circunscção	Efectivo	Sim
Queluz	10		Matos Sequeira	1.ª Circunscção	Efectivo	Sim
Mafra	Série II, n.º 1	1933	João Paulo Freire	-	-	

QUADRO 52 – SÉRIE «A ARTE EM PORTUGAL» E SEUS AUTORES¹²³ VOL I, TOMO 2, P. 978.

Monumento	N.º	Data	Autor	Ligação à CAA	Qualidade vogal	Sócio AAP
Porto Origens Históricas e seus principais monumentos Catedral, Santa Clara, S. Francisco e Cedofeita	1	1928	José Augusto Ferreira	Comissão dos Monumentos Nacionais Conselho dos Monumentos Nacionais 3.ª Circunscrição	Correspondente Idem Idem	Sim
Braga	2	1928	Manuel Aguiar Barreiros	Colaborador		Sim
Vila do Conde	3	1928	José Augusto Ferreira	Idem, n.º 1	Idem, n.º 1	Idem, n. 1
Alcobaça: A Igreja, os Túmulos, o Mosteiro	4	1929	J. Vieira Natividade	2.ª Circunscrição	Auxiliar	Sim
Coimbra	5	1929	A. A. Gonçalves	2.ª Circunscrição	Efectivo	Sim
Tomar	6	1929	Francisco Augusto Teixeira Garcez	1.ª Circunscrição (CMN) Bibliotecário da CAA UAMOC	Efectivo, por nomeação da AAP Correspondente	Sim
Viana e Caminha	7	1929	Luiz de Figueiredo da Guerra	3.ª Circunscrição	Correspondente	Sim
Évora Na História e na Arte – O Templo Romano, a Catedral e a Igreja de S. Francisco	8	1930	Celestino David	1.ª Circunscrição	Correspondente, representante do Grupo Pró-Évora	
Mafra	9	1930	Júlio Ivo	-	-	
Jerónimos	10	1930	Reynaldo dos Santos	1.ª Circunscrição	Efectivo	
Guimarães Monumental	11	1930	Alfredo Guimarães	3.ª Circunscrição	Director do Museu Alberto Sampaio	
Batalha	12	1930	Pedro Vitorino	Colaborador	Museu Municipal do Porto	
Sé de Lisboa	13	1931	Manuel Ribeiro	-	Colaborador no restauro da Sé	
Santarém	14	1931	Zeferino Sarmiento	-		Sim
Sintra	15	1933	José Pessanha	1.ª Circunscrição	Vogal efectivo	Sim

¹²³ A Série continua a ser editada depois da publicação do n.º 15, mas com estudos datados de 1952 e anos seguintes, que extravasam a data cronológica da dissertação.

QUADRO 53 – PROPOSTAS, PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE REINTEGRAÇÃO / INTEGRAÇÃO / RESTITUIÇÃO (1892-1932), VOL. I, TOMO 2, PP. 1053 E 1169.

MONUMENTO	LOCAL	DATA	ARQUITECTO/ RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	OBRAS
Sé Velha	Coimbra	1893	António Augusto Gonçalves	Exterior e Interior da Igreja	1893-1902
Sé Velha	Coimbra	1903	António Augusto Gonçalves	Claustro	1903-1910 (interrupção) 1912-1918
Igreja de Santiago	Coimbra	1909	Augusto Carvalho da Silva Pinto / Baltazar de Castro	Reintegração do exterior e interior da Igreja	1909-1920 (interrupção) 1930-1932...
Sé Patriarcal	Lisboa	1911	António do Couto	Continuação Claustro Abside Deambulatório Naves Restituição do exterior e demolição dos resultados do restauro de Fuschini	1911-1916 1916-1944
Sé Velha	Coimbra	1912	António Augusto Gonçalves / Baltazar de Castro	Cabeceira e ábside	1912-1918 (interrupção) 1932-1935
Paço da Vila	Sintra	1913	Rosendo Carvalheira	Valorização do exterior e envolventes. Obras de reintegração e restauro interior	1913-1919
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	1914	Rosendo Carvalheira	Reintegração do coro da igreja	1914
Igreja da Conceição	Beja	1914	Francisco Carlos Parente	Projecto de reintegração e de adaptação a museu e biblioteca municipal	1914...
Paço Episcopal	Faro	1915	Adães Bermudes	Proposta na CM de reintegração na expressão primitiva	1915
Sé	Viseu	1918	Francisco de Almeida Moreira	Beneficiação Exterior Trechos interiores de janelas e porta medievais	1918-1919
S. Francisco	Évora	1919 1920	Rosendo Carvalheira / Adães Bermudes	Reintegração do claustro e projecto de reparações das abóbadas	1919-1920
Sé de Évora	Évora	1923	Adães Bermudes / António do Couto	Claustro e Capela do Fundador	1923-1929
Igreja de Jesus	Setúbal	1924	António do Couto	Projecto de Reintegração	1924-1926
Igreja de Santa Clara	Vila do Conde	1926	Adães Bermudes / Baltazar de Castro	Projecto de reintegração correspondente à 2.ª fase	1926-1932

Mosteiro de Alcobaça	Alcobaça	1926 1930	Adães Bermudes / António do Couto	Refeitório Naves	1928-1932
Igreja de Paço de Sousa	Penafiel	1927	Adães Bermudes / Baltazar de Castro (apoio de J. Monteiro de Aguiar)	Reintegração do monumento, afectado por incêndio	1927-1932...
Mosteiro de Travanca	Amarante	1928	Baltazar de Castro	—	1928-1932...
Nossa Senhora da Oliveira	Guimarães	1928	Baltazar de Castro	Claustro	1928-1932...
Igreja de S. Pedro	Lourosa	1931	Aguiar Barreiros /José Vilaça / Baltazar de Castro	Todo o monumento	1931-1949

Fontes: ANBA e AHME – Actas das Comissões dos Monumentos, do Conselho Geral e da Comissão Executiva das Circunscrições Artísticas; Correspondência Recebida e Expedida das Circunscrições Artísticas (1911-1932).

QUADRO 54 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DE BOITO E GIOVANNONI E SUA INCORPORAÇÃO NA FILOSOFIA DE RESTAURO DE ADÃES BERMUDES, VOL. I, TOMO 2, P.1175.

OS OITO PRINCÍPIOS DE RESTAURO DE CAMILLO BOITO (1870-1884)	OS MANDAMENTOS DE BOITO TRADUZIDOS POR ADÃES BERMUDES (1904)	OS SETE PRINCÍPIOS DE GUSTAVO GIOVANNONI (1931)
1.º Diferença de estilo entre novo e antigo	1.º Diferença de estilo entre as partes novas e as velhas.	1.º - Respeito para com todas as fases da construção, tendo um carácter artístico ou histórico.
2.º Diferença de materiais de fábrica	2.º Diferença de materiais de construção.	2.º - Utilização, para colmatar ou encher as lacunas e corrigir ou reparar as linhas, de materiais novos, mas desprovidos tanto quanto possível de ornamentos e conformes ao carácter de conjunto da construção.
3.º Supressão de perfis e ornatos	3.º Supressão de perfis e ornatos.	3.º - Prolongamento das linhas num estilo similar, somente no caso em que se trata de expressões geométricas desprovidas de originalidade decorativa
4.º Exposição dos fragmentos antigos eliminados, num lugar junto ao monumento	4.º Exposição, ao lado do monumento, dos velhos pedaços apartados.	4.º - Indicação dos acrescentos pelo emprego de materiais diferentes, seja pela adopção dum sistema de enquadramento sem alguma pretensão ornamental, seja por meio de epígrafes ou de siglas.
5.º Incisão de data de restauro em cada fragmento renovado ou de um sinal convencional	5.º Incisão da data do restauro em cada peça renovada.	5.º - Distinguir os elementos incorporados dos elementos originais, de modo a não criar o falso histórico e não induzir os sábios em erro.
6.º Epígrafe descritiva incisa no monumento	6.º Epígrafe descritiva incisa no monumento.	6.º - Respeito das condições de envolvimento ambiental do monumento.
7.º Descrições e fotografias dos diversos períodos de trabalho, depositadas no edifício ou lugar próximo do mesmo, ou então descrição publicada por escrito	7.º Descrição e fotografia dos diversos períodos do trabalho, depositados no edifício ou em lugar próximo, ou descrições impressas.	7.º Documentação precisa dos trabalhos, por meio de relações analíticas e de fotografias ilustrando as diversas fases
8.º Notoriedade	8.º Todos os outros géneros de notoriedade	.

QUADRO 55 – PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES DE MONUMENTOS DAS CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, P. 1190.

QUADRO 56 – VISITAS DE ESTUDO, VISITAS TÉCNICAS, VISTORIAS OU INSPECÇÕES DAS COMISSÕES DOS MONUMENTOS (1911-1926), DOS CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA DAS CIRCUNSCRIÇÕES ARTÍSTICAS E DO CONSELHO DE ARTE NACIONAL (1926-1932), VOL. I, TOMO 2, PP. 1052 E 1207.

Monumento	Local	Data	Tipo de Visita	Entidade	Resultados
Sé Patriarcal	Lisboa	1911	Estudo	CM (1.ª)	Análise do projecto em curso com a presença do arquitecto Álvaro Machado. Contraste com as anteriores.
Monumentos	Sintra	1911	Estudo	CM (1.ª)	Identificação de monumentos a considerar.
MNAA e Capela das Albertas	Lisboa	1911	Estudo	CM (1.ª)	A Capela das Albertas não seria para classificar como MN.
Ruínas do Carmo	Lisboa	1912	Estudo	CM (1.ª)	Observação das obras propostas e em curso sob a direcção de Leonel Gaia.
Torre de Belém	Lisboa	1912-1913	Técnica	CM (1.ª)	Proposta de expurgo de barbarismos que prejudicam a estética do monumento.
Igreja de Santa Engrácia	Lisboa	1912	Estudo	CM (1.ª)	Para poder vir a ser Panteão Nacional.
Igreja e convento da Madre de Deus	Lisboa	1912	Estudo	CM (1.ª)	–
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	1912	Técnica	CM (1.ª)	Análise da conservação.
Palácio de Queluz	Queluz	1912-1913	Técnica	CM (1.ª)	–
Cascata Monumental da Quinta Real de Caxias	Caxias	1912	Estudo	CM (1.ª)	Necessidade de acautelar a sua salvaguarda.
S. Salvador	Santarém	1912	Inspeção	CM (1.ª) Adães Bermudes	Relatório específico.
Palácio da Quinta da Mitra	Santo Ant ^o do Tojal	1912	Estudo	CM (1.ª)	Para salvaguarda do palácio, azulejos, escadaria, etc.
Mosteiro de Jesus	Aveiro	1912	Vistoria	CM (2.ª) Paulo de Barros	Observar a galeria norte do Claustro do Mosteiro em ruína.
Paço Episcopal	Castelo Branco	1912	Estudo	CAA (2.ª) António Augusto Gonçalves	Estudo do estado de conservação. e respectivo espólio.
Igreja de Ruivães	Paredes de Coura	1912	Inspeção	Ventura Terra (CAN)	Financiamento e execução de Obras. Fiscalização entregue a José Marques da Silva.
Sé do Funchal	Funchal	1913	Técnica	Ventura Terra	Para verificar o efeito de colocação dos postes telegráficos na Torre da Sé.
Sé Patriarcal	Lisboa	1913	Técnica	CM (1.ª) Júlio Mardel	Para resolver problema de incompatibilidade entre restauro e serviço da igreja.
Castelo de S. Jorge	Lisboa	1913	Técnica	CM (1.ª)	Relatório específico.
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	1913	Técnica	CM (1.ª) José Pessanha	Relatório para a conservação, valorização e seu decoro.
Capela dos Castros na igreja de S. Domingos,	Benfica, Lisboa	1913	Técnica	CM (1.ª)	Relatório de Henrique Lopes de Mendonça, destinado a viabilizara a remoção de objectos estranhos.

Igreja de S. Roque (capela de S. Roque)	Lisboa	1913	Técnica	CM (1. ^a)	Consulta sobre quadro e azulejos. Orientação contrária à restituição.
Ruínas de Nabância	Tomar	1913	Inspeção	CM (1. ^a)	Para solicitar parecer técnico.
Convento de Cristo	Tomar	1913	Idem	CM (1. ^a)	Observação de obras sem parecer da CM.
Igreja de S. Bernardo	Portalegre	1913	Inspeção	CM (1. ^a)	Definir as providências a tomar a respeito das obras.
Igreja de Santa Luzia	Lisboa	1913	Técnica	CM (1. ^a)	Para transformar exterior em logradouro público.
Ruínas de Nabância	Tomar	1913	Técnica	CM (1. ^a)	Providências para a expropriação e à manutenção do guarda.
Conventos do Varatojo e do Barro	Torres Vedras	1913	Vistoria	CM (1. ^a) Adães Bermudes	Verificação de vandalismos na estatuária; conservação nos locais dos azulejos e brasões.
Claustro da Igreja de Santa Clara	Coimbra	1913	Estudo	CM (2. ^a) Paulo de Barros	Com a finalidade de desenvolver projecto de restauro do claustro.
Igreja de Ruivães	Paredes de Coura	1913	Inspeção	CM (3. ^a) Marques da Silva e José de Brito	Para elaborar orientações destinadas ao restauro.
Igreja de Bravães	Ponte da Barca	1913	Estudo	CM (3. ^a) Marques da Silva e José de Brito	Desconhece-se.
Sé Patriarcal	Lisboa	1914	Técnica	CM (1. ^a)	Para verificar últimos trabalhos das obras e pesquisas que permitem orientar o restauro.
Mosteiro de Odivelas	Odivelas	1914	Técnica	CM (1. ^a)	–
Igrejas de São Francisco, Santa Clara, da Graça e Fonte das Figueiras	Santarém	1914	Vistoria	CM (1. ^a) José Alexandre Soares	Propor classificação, demolição da capela-mor de S. Francisco e reparação da Fonte das Figueiras; protecção sinos da Graça.
Edifício do Carmo	Lisboa	1914	Vistoria	CM (1. ^a) e Leonel Gaia	Para análise das obras da GNR que afectavam a parte monumental do edifício.
Convento de Cristo	Tomar	1914	Vistoria	CM (1. ^a)	Análise das obras em curso sem critério na Janela da Casa do capítulo e na balaustrada do claustro de D. João III.
Sé Patriarcal	Lisboa	1914	Técnica com perito internacional	CM (1. ^a)	Análise do restauro nas torres da Sé, pedindo-se o seu expurgo.
Paço de D. Dinis	Estremoz	1914	Estudo	–	Estado de Abandono. Proposta de Classificação.
Convento de Cristo	Tomar	1914	Vistoria	Rosendo Carvalheira	Observação de fendas abertas na Charola.
Tomar	Tomar	1914	Estudo	José Maria Pessanha	–
Évora	Évora	1914	Estudo	Pessanha Ventura Terra Costa Mota	Adiada.
Sé Patriarcal	Lisboa	1914	Técnica	CM (1. ^a) António Couto	Para resolver-se o arranque das obras do claustro.
Conceição Velha	Lisboa	1914	Estudo	CM (1. ^a)	Para análise de mutilações recentes.
Convento de Santa Joana	Lisboa	1914	Estudo	CM (1. ^a) e Rosendo Carvalheira	Para verificar sua adaptação a Museu de Instrumentos Musicais.

Castelo da Feira	Vila da Feira	1914	Vistoria	CM (2. ^a)	Propor as obras necessárias e de restauro dos detalhes arquitectónicos.
Hospital da Santa Casa da Misericórdia	Viana do Castelo	1914	Vistoria	CM (3. ^a) José de Brito	Análise sobre o impacto dos postes de electricidade sobre o MN.
Santarém	Santarém	1915	Vistoria	CM (1. ^a) Rosendo Carvalheira	Para apreciar as obras que decorriam nas antigas muralhas da cidade.
Igreja do Espinheiro	Évora	1915	Vistoria	CM (1. ^a) Rosendo Carvalheira	Para ver o estado de abandono e de degradação do túmulo de Garcia de Resende.
Igreja da Merceana	Alenquer	1915	Vistoria	CM (1. ^a) Rosendo Carvalheira	Propondo-se sua classificação.
Igreja da Luz Igreja de S. Lourenço de Carnide e Igreja do Calhariz de Benfica	Carnide Lisboa	1915	Estudo	CM (1. ^o) José de Figueiredo	Análise do valor artístico.
Paço Episcopal	Faro	1915	Estudo	CM (1. ^a) José de Figueiredo e Luciano Freire	Verificação dos problemas de adaptação do Paço a escola de marinheiros.
Paço de Sintra	Sinta	1915	Técnica	CM (1. ^a) e Ministro do Fomento	Análise das obras de reintegração.
Sé Patriarcal	Lisboa	1915	Inspeção	CM (1. ^a) Ventura Terra Luciano Freire	Por causa de incidente resultante de anúncio de aluguer das casas localizadas no claustro.
Monumentos	Évora	1915	Inspeção	CM (1. ^a) Rosendo Carvalheira	Inspeccionar a maneira como estavam a ser feitos as reproduções destinadas à Escola de Belas Artes.
Convento da Conceição	Beja	1915	Estudo	Carvalheira e Costa Mota	Determinar as condições de adaptação a Museu.
Castelo da Feira	Feira	1915	Inspeção	CM (2. ^a) Paulo de Barros	Auxiliar a inspeção de Ventura Terra. Relatório da inspeção.
Sé da Guarda	Guarda	1915	Vistoria	CM (2. ^a) Paulo de Barros	Observação do restauro em curso.
Castelo da Feira	Feira	1915	Inspeção	Ventura Terra (CAN)	Relatório das obras a desenvolver Louvor à Comissão local.
Igreja Matriz	Caminha	1915	Inspeção	Ventura Terra (CAN)	Providência para o restauro.
Teatro S. Carlos	Lisboa	1915	Inspeção	Ventura Terra (CAN)	Desconhecem-se os resultados.
Igreja matriz	Loures	1916	Estudo e vistoria	CM (1. ^a)	Propondo-se o restauro do cruzeiro manuelino, salvaguarda das campas.
Igreja de Carcavelos	Oeiras	1916	Estudo	CM (1. ^a) Adães Bermudes e José Soares	Análise do valor arquitectónico e determinar a sua conservação na adaptação a escola.
Igreja da Graça.	Lisboa	1916	Estudo		Com vista a analisar o que deve deste monumento ser classificado.
Palácio Nacional de Belém	Lisboa	1916	Estudo	CM (1. ^a)	Para verificar os achados no Pátio dos Bichos, comunicado pelo arquitecto Rosendo Carvalheira.

Pátio do palácio do Largo do Conde Barão e Igreja da Estrela	Lisboa	1916	Técnica	CM (1. ^a)	Análise dos objectos que desvalorizavam a basílica prejudicando a sua beleza arquitectónica no interior e exterior. Medidas para evitar a mutilação do pátio.
Convento de Cristo	Tomar	1916	Técnica	CM (1. ^a) Ventura Terra	Para tentar estabelecer acordo com o 3.º Conde de Tomar para que a fonte do claustro não fique privada de água.
Monumentos de Santarém	Santarém	1916	Técnica	CM (1. ^a)	Proposta de classificação e providências específicas para determinados imóveis. Relatório dos resultados.
Castelo de Leiria	Leiria	1916	Inspecção	CM (2. ^a) Augusto Gonçalves, Paulo de Barros e Silva Pinto	Para análise da proposta de obras e elaboração de respectivo parecer. Relatório Técnico.
Igreja de Góis	Góis	1916	Estudo	CM (2. ^a) Paulo de Barros	Para elaboração de memória descritiva e estimativa para obras de conservação.
Antigo Paço Municipal	Bragança	1916	Técnica	CM (3. ^a)	Com vista a reforçar parecer da CM em relação ao projecto de Bermudes.
Claustro do Convento de Santo Antão	Lisboa	1917	Estudo	CM (1. ^a)	Para verificar obras de desobstrução conduzidas pela Cruz Vermelha, determinar a conservação e salvaguarda.
Igreja do Menino de Deus	Lisboa	1917	Estudo Técnico	CM (1. ^a)	Análise das condições de sua adaptação a arquivo e sala de sessões da Comissão local da Lei da Separação, mediante a conservação dos valores artísticos, classificação como MN e possibilidade de visita pública.
Igreja de S. Vicente de Fora	Lisboa	1917	Técnica	CM (1. ^a)	Considerando os objectos que se encontravam na cerca (azulejos e estátuas) e sua recolha no MNAA.
Torre de Belém	Lisboa	1917	Vistoria	CM (1. ^a)	Para estudar uma posição para a remoção da fábrica do gás.
Aqueduto e Depósito das Amoreiras	Lisboa	1917	Vistoria	CM (1. ^a)	Para se tomar posição em relação à retirada dos fios telegráficos colocados sobre os arcos.
Igreja de Santos-o-Novo	Lisboa	1917	Vistoria	CM (1. ^a)	Inserida nos trabalhos de classificação dos edifícios de carácter artístico e histórico.
Igreja do Convento da Encarnação	Lisboa	1917	Vistoria	CM (1. ^a)	Inserida nos trabalhos de classificação dos edifícios de carácter artístico e histórico.
Sé Patriarcal	Lisboa	1917	Vistoria	CM (1. ^a) e António do Couto	Análise do decurso das obras.
Monumentos de Elvas ¹²⁴	Elvas	1917	Vistoria e Estudo	CM (1. ^a) Adães Bermudes	Revisão da classificação dada em 1910 e análise do estado de conservação dos edifícios.
Monumentos de Vila Viçosa	Vila Viçosa	1917	Vistoria	CM (1. ^a) Bermudes	Idem
Igreja de S. Domingos, Menino Deus e	Lisboa	1917	Estudo	CM (1. ^a)	Com vista à classificação dos imóveis e de valorização interior da igreja de S. Domingos.

¹²⁴ Catedral, Igreja de S. Pedro, S. Domingos, Castelo de Elvas, o Cubelo, Forte de Nossa Senhora da Graça, Padrão nos arrabaldes da cidade, Aqueduto das Amoreiras, Portas das muralhas da cidade.

Santa Catarina					
Igrejas da Conceição Nova e Santo Estêvão de Alfama e S. José	Lisboa	1917	Estudos	CM (1. ^a)	Com vista à proposição de classificação.
Edifício de São Vicente de Fora	Lisboa	1917	Técnica	CM (1. ^a)	Para elaborar parecer acerca da aplicação da Portaria do dito Mosteiro.
Escola da Reforma Mosteiro de Santa Clara	Vila do Conde	1917	Técnica	CM (3. ^a)	Com vista à análise das condições para instalação de museu e conservação do claustro.
Mosteiro do Pombeiro	Felgueiras	1917	Inspeção e Vistoria	CM (3. ^a) Marques da Silva	Instruções para a reparação dos telhados. Análise dos problemas de salvaguarda.
Sé Patriarcal	Lisboa	1918	Vistoria	CM (1. ^a)	Análise do decurso das obras.
Igreja do Menino de Deus	Lisboa	1918	Técnica	CM (1. ^a)	Continuando aspectos pendentes da anterior visita.
N. ^a S ^a dos Mártires de	Sacavém	1918	Inspeção	CM (1. ^a) José Alexandre Soares	–
Mosteiro de Odivelas	Loures	1918	Inspeção	CM (1. ^a)	Estado de conservação.
Igreja de Santo André	Mafra	1918	Estudo	CM (1. ^a) Costa Mota	Para proposta de classificação e análise das obras paradas, julgando-se conveniente haver um projecto de restauro.
Sé Patriarcal	Lisboa	1918	Técnica	CM (1. ^a)	Para emitir parecer relativo ao restauro das janelas da capela viradas ao deambulatório.
Igreja das Carmelitas	Porto	1918	Estudo	CM (3. ^a)	Para propor a sua classificação e evitar a demolição da torre.
Igreja de Santa Clara	Porto	1918	Vistoria	CM (3. ^a)	Por ter sido caído o pátio da igreja e propor a sua entrada para um cadastro negativo.
Igreja de Jesus	Setúbal	1919	Vistoria	CM (1. ^a) Delegado	Estudo do estado de conservação do telhado e outras medidas de protecção, como colocação de vidraças.
Igreja do mosteiro da Conceição	Beja	1919	Vistoria	CM (1. ^a) José Queiroz	Análise do estado de conservação da cobertura e seus efeitos na talha.
Igreja de Santa Clara	Santarém	1919	Técnica	CM (1. ^a) José Alexandre Soares	Com delegacia para estudar a construção da avenida que passava junto à igreja.
Igrejas de Almoester e Azóia de Baixo	Santarém	1919	Estudo Técnica	CM (1. ^a) José Alexandre Soares	Para classificação para primeira e valor arquitectónico e artístico da segunda. Salvaguarda do túmulo de Alexandre Herculano.
Sé de Viseu	Viseu	1919	Inspeção	CM (2. ^a) Silva Pinto	Para fiscalizar as obras de desobstrução de um pórtico e reintegração conduzidas por Francisco de Almeida Moreira, devendo continuar os trabalhos.
Igreja de Santiago de Antas	Vila Nova de Famalicão	1919	Vistoria	CM (3. ^a) José de Brito	Por causa do corte dos cachorros da igreja.
Igreja do Convento da Luz	Lisboa	1920	Estudo	CM (1. ^a) e Adolfo Marques da Silva	Para avaliar obras de restauro a desenvolver.
Igreja de Sarilhos Grandes	Montijo	1920	Estudo	CM (1. ^a) Bermudes	Para análise de proposta de classificação.

S. Francisco	Évora	1920	Inspeção	CM (1. ^a) Adães Bermudes	Para estudar o estado de conservação das abóbadas.
Capela de S. Sebastião	Anadia	1920	Estudo	CM (2. ^a) Augusto Gonçalves e Tomás da Fonseca	Análise do valor arquitectónico para considerar a demolição ou remoção para outro lugar.
Palácio Amaral e Monumentos de Évora	Évora	1921	Técnica	CM (1. ^a) Costa Mota Luciano Freire Adães Bermudes José Alexandre Soares	Instalação do Museu Regional no Palácio Amaral Determinação dos poderes do Grupo Pró-Évora Análise de classificações de MN Estudo de intervenções de conservação e restauro.
Mosteiro de Odivelas	Odivelas	1921	Técnica	CM (1. ^a) Bermudes, José Soares, Júlio Mardel	Subcomissão para informar a AGEMN das obras que o MN carece.
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	1921	Vistoria e Inspeção	CM (1. ^a)	Para elaborar estudo rigoroso do estado de conservação das abóbadas.
Charola do Cristo	Tomar	1921	Inspeção	CM (1. ^a) Bermudes Soares Teixeira Garcez e DDOP de Santarém	Relatório do estudo dos sintomas de avarias da abóbada do Convento de Cristo.
Igreja de N. ^a S. ^a das Salvas	Sines	1921	Estudo	CM (1. ^a) Bermudes João António Piloto e Félix Alves Pereira	Estudo com vista à classificação.
Palácio da Pena	Sintra	1921	Técnica	José Alexandre Soares e Costa Mota	Para resolução das questões relacionadas com o restauro da capela.
Seminário Patriarcal	Santarém	1921	Técnica	CM (1. ^a) Bermudes	Para resolver a questão da janela geminada do Seminário, que devia avançar para a prumada das arcadas superiores, que eram da mesma época.
Extinto Convento das Servas de Deus	Borba	1921	Inspeção	CM (1. ^a) Costa Mota	Para se decidirem obras urgentes (consolidação e reparação do telhado) e impedir a infiltração das águas pluviais que danificavam o interior, devendo o edifício ser classificado.
–	Estremoz e Elvas	1921	Estudo	Costa Mota	–
Capela de Santo António	Ericeira	1921	Estudo	CM (1. ^a) José Queiroz	Para análise do valor dos azulejos integrados.
Arco de Almedina e Igreja de Santiago S. João de Almedina	Coimbra	1921	Inspeção	CM (2. ^a)	Auxiliar missão de inspeção de Bermudes.
S. João das Donas	Coimbra	1921	Vistoria	CM (2. ^a) Abel Urbano	Com vista à classificação e análise das obras em curso.
Igreja de Santa Cruz e Claustro de Santa Clara	Coimbra	1921	Técnica	CM (2. ^a) João do Couto	Referente ao património integrado da igreja e da sacristia e estado da parede da cerca do claustro.

Igreja de Bravães	Barcelos	1921	Vistoria	CM (3. ^a) José de Brito	Providência a adoptar na conservação e reparação.
Igreja da Conceição Velha	Lisboa	1922	Técnica	CM (1. ^a) José Soares	Para orientar a colocação da instalação eléctrica.
Monumentos	Montemor-o-Velho	1922	Técnica	CM (2. ^a) Delegação do CAA e Benedito Galvão de Carvalho	Inventário e arrolamento das riquezas artísticas da vila.
Igreja de S. Lourenço de Carnide	Lisboa	1923	Técnica	CM (1. ^a) Adães Bermudes	Defendendo-se a manutenção a integração dos azulejos na dita igreja.
Arco de Almedina	Coimbra	1923	Técnica	CM (2. ^a) Abel Urbano	Para elaborar parecer sobre o projecto de obras para o Arco de Almedina, do construtor civil Augusto Alves de Carvalho.
Imóveis e Monumentos	Ega e Penela	1923	Técnica	CM (2. ^a) Delegação	Inventário e arrolamento das riquezas artísticas da vila
Imóveis e Monumentos	Anadia; Tentúgal; Cantanhede; Góis	1923	Inspeção	CM (2. ^a)	Inventário e arrolamento das riquezas artísticas da vila. Salvaguarda de bens móveis.
Mosteiro de Santa Clara	Vila do Conde	1923	Inspeção	CM (3. ^a) José de Brito e Marques da Silva e Guedes de Oliveira (eventualmente)	Estudar os efeitos da derrocada do MN e propor medidas a adoptar. Proposta de uma visita conjunta da CM.
Igreja paroquial de Beiriz	Póvoa do Varzim	1923	Vistoria	CM (3. ^a) Marques da Silva	Estudar os efeitos de obras em curso promovidas pela Confraria do S. Sacramento.
Muralhas de Estremoz	Estremoz	1924	Vistoria	CM (1. ^a) Adães Bermudes	Para observar demolições das muralhas. Informação infundada.
Monumentos do Algarve	Loulé Lagos	1924	Estudo	CM (1*) Adães Bermudes	Para se propor classificação e estudo de problemas de salvaguarda.
S. João de Tarouca	Tarouca	1924	Vistoria	CM (2. ^a) Abel Urbano Silva Pinto Viana de Lemos	Para análise de obras ilegais junto à igreja e verificação dos problemas de conservação. Relatório da missão.
Casa do Infante D. Henrique	Porto	1924	Inspeção	CM (3. ^a)	Determinar a continuação da descoberta dos achado, a classificação do imóvel como MN, o embargo à obra e a elaboração de um parecer vinculativo para a aprovação futura das obras.
Igreja da Atalaia	Barquinha	1925	Estudo	CAA (1. ^a) Luciano Freire	Para apresentação de proposta de classificação.
Santa Clara-a-Velha	Coimbra	1925	Técnica	CM (2. ^a) Tomás da Fonseca	Reunião com o proprietário da quinta para negociar o aluguer ou aquisição do templo.
Igreja de Santa Clara a Velha	Coimbra	1925	Técnica	CM (2. ^a) Silva Pinto, Ferraz de Carvalho e Tomás da Fonseca	Para se preparar o projecto de orçamento das obras de limpeza e reparação da igreja.

Santa Clara-a-Velha e Santa Cruz	Coimbra	1925	Técnica	CM (2. ^a) Silva Pinto e António Rodrigues	Acompanhamento da missão do engenheiro Abecassis da AGEMN.
S. Pedro de Arganil	Arganil	1925	Técnica e inspeção	CM (2. ^a)	Análise do estado de conservação e ruína. Proposta de classificação.
Sé Patriarcal	Lisboa	1926	Técnica	CE (1. ^a)	Para análise das obras executadas até à suspensão e dar orientações de reinício de obra.
Igreja de Santa Maria de Canas de Sabugosa	Tondela	1926	Estudo	CAA (2. ^a) Delegado	Para estudar sobre a sua conservação e eventual classificação da fachada como MN. Relatório.
Freguesia de Salreu	Estarreja	1926	Estudo	CAA (2. ^a) Abel Urbano	Desconhece-se (Igreja matriz).
Castelo de Belmonte e Centum Cellae	Belmonte	1927	Estudo	CAA (1. ^a) Luciano Freire	Para apresentação de propostas de classificação.
Igreja matriz	Trofa	1927	Vistoria	CAA (2. ^a) Silva Pinto	Consolidar o arco cruzeiro e abóbada da capela-mor.
Santa Maria do Olival	Tomar	1930	Técnica	CAA (1. ^a) Luciano Freire	Decisões referentes a intervenções em Santa Maria do Olival (desaterro do fosso e demolição de barraca).

Fontes: ANBA e AHME – Actas das Comissões dos Monumentos, do Conselho Geral e da Comissão Executiva das Circunscrições Artísticas; Correspondência Recebida e Expedida das Circunscrições Artísticas (1911-1932).

QUADRO 56 A – EXCURSÕES CIENTÍFICO-TÉCNICAS A SANTARÉM EM 1916, VOL. I, TOMO 2, P. 816.

Monumentos visitados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (6-VI-1916)	Monumentos visitados pela Comissão dos Monumentos da 1ª Circunscrição (25-XI-1916)	Classificação e datação da protecção legal
Igreja de Santa Iria e sacristia ¹²⁵	-	Classificada em 1978
Fonte das Figueiras	Fonte das Figueiras	1910 (MN)
Igreja de Santa Clara	Igreja de Santa Clara (devia ser restaurada e adaptada a Museu Distrital; sua valorização paisagística)	1917 (MN)
Convento da S. Trindade	-	Não foi classificado. Demolido.
Igreja e Convento de S. Francisco	Igreja e Convento de S. Francisco (identificação dos valores artísticos da igreja e claustro). Remoção dois capitéis existentes na parada para o Museu Distrital	1917 (MN)
Seminário Patriarcal	Seminário Patriarcal	1917 (MN)
Sala dos Actos do Liceu Nacional	-	-
-	Vestígios do Paço	1917 (Cadastro Especial)
Figura esculpida numa casa no Largo do Seminário	-	Não foi classificado
-	Janela manuelina	1917 (Cadastro Especial)
Igreja de Marvila e respectivos paramentos	Igreja de Santa Maria de Marvila	1917 (MN)
Igreja da Graça	Igreja de Santo Agostinho (Graça) e respectivos túmulos; crítica às intervenções recentes	1910 (MN)
S. João de Alporão	S. João de Alporão e Túmulo de D. Duarte de Menezes	1910 (MN)
Arco de Santiago	Porta de Santiago	1917 (Cadastro Especial)
Portas do Sol	Muralhas (restos)	1917 (Cadastro Especial)
Guarita da Alcáçova	-	-
Claustro e igreja da Alcáçova	-	Classificado em 1982
Igreja do Milagre (ou Santo Estêvão)	Igreja de Santo Estêvão	1917 (MN)
Igreja do Hospital, sacristia e claustro	-	1923 (MN)
Igreja do Convento das Donas	Igreja do Convento das Donas (ábside e cripta); Remoção de túmulos e pedras de armas para o Museu Distrital	Não foi classificado. Demolido e convento transformado.
Igreja de S. Nicolau, capela de Leite Macedo, túmulos de Fernão Roiz Redondo e João Afonso de Santarém	Túmulos de João Afonso de Santarém (S. Nicolau) e Fernão Roiz Redondo (Capela anexa de S. Pedro)	1910 (MN, os dois túmulos referidos)
Registo de azulejos da Senhora da Conceição, próximo do Largo de S. Nicolau	-	Não foi classificado. Imóvel de Valor Concelhio.
Varanda da Rua João Afonso	Varanda renascença da Rua João Afonso	1917 (Cadastro Especial)
Porta lateral da Santa Casa da Misericórdia	-	1922 (MN, integrado na classificação da Igreja da Misericórdia)
Ermida de Nossa Senhora do Monte ¹²⁶	Capela de N.ª S.ª do Monte (com demolição do casario)	1917 (MN)

Fontes: *Arqueologia Scalabitana*, Lisboa, 1917; Relatório da CM, de 18 de Dezembro de 1916, ABNA – Ofícios 483 e 483-A, CM – Correspondência saída, Livro 245; “Arqueólogos portugueses em Santarém” e “Associação dos arqueólogos Portugueses: Visita de Estudo a Santarém”, *Correio da Extremadura*, 25.º Ano, n.ºs 1315 e 1319, de 15 de Julho e 5 de Agosto de 1916.

¹²⁵ Por razões de João Arruda ser natural da Ribeira de Santarém, este foi o primeiro imóvel a ser visitado, tendo sido observados os azulejos do baptistério e sacristia, a capela de S. Bento, os bustos de S. Pedro e S. Paulo, o Cristo de Montiraz e as lápides funerárias. Respeitámos a ordem dos edifícios visitados em primeiro lugar pela AAP.

¹²⁶ Esta Ermida não foi visitada pela AAP, em 17 de Julho. No entanto, em 12 de Novembro desse mesmo ano, diversos arqueólogos da AAP (Afonso Dornelas e Vergílio Correia), acompanhados pela CSMNS, procederam a uma visita, antes da visita técnica promovida pela CM.

QUADRO 57 – ANTÓNIO AUGUSTO DA COSTA MOTA - DIRECÇÃO DE RESTAURO DE TRABALHOS DE ESCULTURA, VOL. I, TOMO 2, PP. 1053, 1208 E 1224.

MONUMENTO	LOCALIDADE	RESTAUROS	ACTIVIDADE
Palácio de Queluz	Queluz	Escultura em madeira e obra de talha.	1913-1919
Basílica de Mafra	Mafra	Restauro das esculturas do vestíbulo.	1914-1919
Mosteiro dos Jerónimos	Belém	Cadeiral do Coro.	1916-1921
Pelourinho	Estremoz	Restauro do Pelourinho de Estremoz.	1916-1917
Jardins do Paço de S. Vicente	Lisboa	Remoção e colocação das estátuas e outros adornos do Paço noutros espaços determinados para evitar a sua perda, enquanto os jardins não fossem restaurados.	1918
Palácio da Pena	Sintra	Coordenação do restauro do alto-relevo de pedra da Igreja do Palácio.	1921
Sé Patriarcal	Lisboa	Acompanhamento da salvaguarda e conservação das esculturas e trabalhos de modelação de elementos arquitectónicos.	1923-1926
Basílica da Estrela	Lisboa	Acompanhamento das obras da estatuária da fachada.	1926

Fontes: ANBA – Actas da Comissão do Monumento, do Conselho Geral e da Comissão Executiva de Lisboa Correspondência Recebida e Expedida a Circunscrições Artísticas (1911-1930)

QUADRO 58 – INTERVENÇÕES EFECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE VOGAIS DOS CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA EM MONUMENTOS NACIONAIS (1911-1932), VOL. I, TOMO 2, PP. 1053 E 1224.

NOME	CIRC	PROFISSÃO	DATA	INTERVENÇÃO	MONUMENTO
António Augusto Gonçalves	2. ^a	Professor de Desenho	1893-1918	Direcção de restauro do interior, claustro, ábsides	Sé Velha de Coimbra
Rosendo Carvalheira / António da Costa Mota	1. ^a	Arquitecto Escultor	1902-1919 1914-1921	Direcção de obras de conservação e restauro. Descoberta do primitivo pavimento do Coro e sua conservação (1914) Restauro da obra de talha do Coro	Igreja do Mosteiro dos Jerónimos
Augusto Carvalho da Silva Pinto	2. ^a	Arquitecto	1911-1912	Direcção das obras de reintegração total	Igreja de Santiago de Coimbra
António do Couto	1. ^a	Arquitecto	1911-1932	Claustro, ábsides e interior da	Sé de Lisboa
Augusto Carvalho da Silva Pinto	2. ^a	Arquitecto	1912...	Obras de adaptação do Paço Episcopal de Coimbra a Museu Machado de Castro	Museu Machado de Castro, Coimbra
Paulo de Barros	2. ^a	Engenheiro	1912	Projecto de obras para o Museu Regional de Aveiro no	Convento de Jesus
Rosendo Carvalheira / António da Costa Motta	1. ^a	Arquitecto Escultor	1912-1919 1913-1919	Direcção de obras de conservação e restauro Direcção dos trabalhos de talha, escultura decorativa e restauro de mobiliário	Palácio de Queluz
José Marques da Silva	3. ^a	Arquitecto	1912	Estudo e projecto de conservação e reconstituição do	Mosteiro de Leça do Bailio
Paulo de Barros	2. ^a	Engenheiro	1913	Projecto de reparações do claustro do	Convento de Santa Clara de Coimbra
Rosendo Carvalheira	1. ^a	Arquitecto	1913-1919	Valorização exterior e suas envolventes do Paço. Várias obras de reintegração e restauro no interior.	Paço de Sintra
Bermudes, Carvalheira e Luciano Freire	1. ^a	Arquitecto, Escultor e Pintor	1915	Comissão para a colocação do retábulo da Capela de Bartolomeu Joanes, reintegrado no espaço, depois do restauro na oficina de Freire	Sé de Lisboa
Rosendo Carvalheira	1. ^a	Arquitecto	1916	Obras consolidação do Paço Velho, no Palácio de Belém, onde foram descobertas as antigas jaulas das feras, no pátio dos Bichos, com fragmentos de escultura do século XVIII e duas estátuas em mármore	Palácio Nacional de Belém
Paulo de Barros	2. ^o	Engenheiro	1916	Estudos para o restauro	Castelo de Leiria
Paulo de Barros	2. ^a	Engenheiro	1916	Projecto de obras para a Igreja matriz da	Vila de Góis
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1916	Projecto de restauro do Antigo Senado	Senado da Câmara de Bragança
António da Costa Motta	1. ^a	Escultor	1916-1919	Restauro das esculturas do vestíbulo da Basílica	Basílica de Mafra
António da Costa Motta	1. ^a	Escultor	1916-1917	Projecto de reconstrução do Pelourinho e acompanhamento de execução	Pelourinho de Estremoz
Paulo de Barros	2. ^a	Engenheiro	1916-1917	Estudos para a Consolidação da Torre de Menagem	Castelo da Feira
Miguel Ventura Terra	1. ^a	Arquitecto	1917	Obras de beneficiação da enxilharia após demolição de capela anexa	Igreja Matriz de Caminha

Francisco de Almeida Moreira	2. ^a	Director do Museu Grão Vasco	1918-1919	Direcção de obras de beneficiação do exterior e de reintegração de trechos góticos na nave sul da Sé	Sé de Viseu
Luciano Martins Freire	1. ^a	Pintor	1919-1924	Direcção do restauro da pintura mural das abóbadas da autoria de Baccarelli	S. Vicente de Fora
Adães Bermudes e vogais pintores	1. ^a	Arquitecto	1919-1922	Superintendência das obras do Palácio de Queluz, com pareceres sobre trabalhos de pintura na Sala do Trono entre outras	Palácio de Queluz
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1921	Projecto para a conclusão da cobertura da	Igreja de Santiago de Coimbra
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1921-1922	Estudos para a Consolidação da Torre Relógio da Charola	Convento de Cristo
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1922	Projecto de obras de reintegração (com Estêvão Torres)	Igreja de Santa Clara de Vila do Conde.
João António Piloto António do Couto	1. ^a	Arquitecto	1922-1928	Abóbadas da igreja	Igreja dos Jerónimos
Francisco Garcez Teixeira	1. ^a	Engenheiro militar	1922-1923	Membro da Comissão Administrativa das obras urgentes de consolidação e reparação da Torre da Charola	Convento de Cristo
Álvaro Viana de Lemos	2. ^a	Professor de Desenho	1922	Indigitado para as obras de restauro e de conservação do Castelo da Lousã	Castelo da Lousã
Garcez Teixeira	1. ^a	Engenheiro militar	1923-1925	Direcção da Limpeza da Casa do Capítulo Incompleta	Convento de Cristo
António Peres Dias Guimarães	3. ^a	Arquitecto	1924	Projecto de obras para substituir um anterior para as obras da	Casa do Infante, Porto
Abel Urbano	2. ^a	Engenheiro militar	1925	Projecto de obras para a Capela do Tesoureiro	Igreja de S. Domingos, em Coimbra
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1926	Estudos para o restauro do portal principal da	Igreja do Mosteiro de Santa Cruz
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1927	Projecto para o Domus Municipalis de Bragança (retomado de 1916)	Antiga Casa do Senado de Bragança
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1928	Reintegração do Refeitório do	Mosteiro de Alcobaça
Garcez Teixeira e Vieira Guimarães	1. ^a	Eng ^o militar Médico	1928-1932	Estudos arqueológicos para ajudar o restauro do Claustro Principal	Convento de Cristo
José Leite de Vasconcelos	1. ^a	Arqueólogo	1928	Coordenação do restauro da inscrição do pedestal da estátua equestre de D. José	Praça do Comércio
Adães Bermudes	1. ^a	Arquitecto	1929	Projecto de regularização e valorização da praça fronteira ao monumento	Convento de Mafra
Augusto Carvalho da Silva Pinto	2. ^a	Arquitecto	1930	Projecto de conservação e defesa do Claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz	Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra

Fontes: ANBA e AHME – Actas das Comissões dos Monumentos, do Conselho Geral e da Comissão Executiva de Lisboa; Correspondência Recebida e Expedida das 3 Circunscrições Artísticas (1911-1932).

QUADRO 59 – CONSERVAÇÃO E RESTAURO (1910-1932). FICHA DE INTERVENÇÃO DE ADÃES BERMUDES, VOL. I, TOMO 2, PP. 1053 E 1216.

Nome: Adães Bermudes

Circunscrição: 1.ª Circunscrição

Profissional: Arquitecto

Qualidade: Director dos Monumentos e Palácios Nacionais da 3.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes.

ANO	PARECER	PROJECTO	DIRECÇÃO DE OBRA	OBRAS
1912		Palácio Pombal / MNAA: Projecto de ampliação do MNAA		
1915	Paço Episcopal de Faro: Proposta de reintegração			Sé de Lisboa: Colocação do retábulo da Capela de Bartolomeu Joannes
1916		Antiga Casa do Senado Municipal de Bragança: projecto de restauro		
1919			Palácio Sintra: Superintendência das obras Palácio de Queluz: Idem Mosteiro dos Jerónimos: Idem	
1920	Igreja de S. Francisco de Évora: reparação das abóbadas			
1921	Igreja dos Jerónimos: abóbadas	Igreja de Santiago de Coimbra: Projecto para a conclusão da cobertura	Mosteiro dos Jerónimos: estudos e reparação das abóbadas das naves, cruzeiro e claustro Mosteiro de Alcobaça: obras de conservação Mosteiro da Batalha: obras de conservação Charola Convento de Cristo: estudo para a consolidação da Torre do Relógio da Charola Palácio da Vila de Sintra: continuação das obras	
1922	Igreja de Jesus de Setúbal: proposta de demolição de parede que ocultava a ábside	Igreja de Santa Clara de Vila do Conde: projecto de obras de reintegração (com Estêvão Torres)	Igreja de Jesus de Setúbal: orientação geral	Palácio da Vila de Sintra: transferência do repuxo manuelino
1923	Mosteiro de Odivelas: Parecer sobre as obras de restauro		Sé de Évora: restauro do claustro e da capela do Fundador	Mosteiro de Odivelas: restauro do Claustro da Moura

1925		Repuxo manuelino de Sintra: Projecto de transferência para a esplanada do Palácio da Vila , com decoração nos fustes e exterior das paredes do tanque		
1926		Convento de Cristo: Projecto de consolidação da Torre Relógio Igreja do Mosteiro de Santa Cruz: estudos para o restauro do portal principal		Igreja do Mosteiro de Santa Cruz: Reparações
1927		Castelo de Leiria: Projecto de consolidação e pavimentação da torre de menagem Convento de Mafra: Projecto de consolidação dos suportes dos sinos das torres e conservação dos dois carrilhões. Antiga Casa do Senado Municipal de Bragança: recuperação do projecto de restauro de 1916 para servir de base à intervenção	Convento de Cristo: Gráfico da consolidação da torre sineira da igreja Igreja de Paço de Sousa: direcção e orientações iniciais	Sé de Viseu: orçamento de pequenas obras de desentapamento Sé de Portalegre: obras de conservação e restauro Sé da Guarda: obras de conservação e restauro Igreja de S. Francisco, Porto: idem Igreja de Santa Clara, Porto: idem Capela de S. Jorge de Aljubarrota: idem Capela dos Mártires, Misericórdia de Estremoz: obras de reparação Praça de Vila Viçosa: Afixação de letreiro
1928				Mosteiro de Alcobaça: Reintegração do refeitório dos monges Mosteiro da Batalha: Reparações
1929				Convento de Mafra: restauro das torres e carrilhões; Convento de Mafra: projecto de regularização e valorização da praça fronteira ao monumento

QUADRO 60 – PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA AGEMN (1920-1926), VOL. I, TOMO 2, PP. 1053, 1220, 1291 E 1296.

Circ.	Monumento	Local	Data Inter	Engenheiro / Arquitecto	Projecto de Obras	Parecer da CM	Tipo de Intervenção	Custo (Esc.) ¹²⁷
1. ^a	Castelo de Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	1925 1926					3.000
1. ^a	Palácio da Cidadela (Edifício não classificado)	Cascais	1923 1925			–	Obras em espaço residencial	49.000
1. ^a	Ruínas do Convento da Flor da Rosa	Crato	1921		Início do processo administrativo		Vistoria da CM para providências a tomar	
1. ^a	Sé de Elvas	Elvas	1924		Plano de trabalhos para a reparação dos telhados	Aprovado o referido plano.	Reparação	
1. ^a	Sé de Évora	Évora	1923 1926	Adães Bermudes / António do Couto	Intervenção de beneficiação do claustro da Sé Restauro da Capela do Fundador. Revestimento da capela com azulejos mudéjares, provenientes de depósitos de outros edifícios religiosos. Cenotáfio do Arcebispo D. Eduardo Nunes.	Demolição da dependência do claustro para viabilizar o restauro, evitando a ruína do ex-Colégio dos Meninos Órfãos.	Limpeza a cargo do Grupo Pró-Évora ¹²⁸ com desentapamento das arcadas e beneficiação e vedação de duas delas com balastrada de ferro da renascença abandonadas na capela. Reintegração	25.000

¹²⁷ Com excepção dos casos particulares, que assinalaremos, os valores totais apresentados referem-se aos custos das obras executadas de cada monumentos, entre 1923 e 1926, de acordo com o *Livro de Pagamentos de Jornais e Materiais* e o *Livro de Contas Correntes*, existentes no Arquivo da ex-DGEMN (actual IHRU) e que foram publicados pela primeira vez por Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder*, ob. cit., pp. 99-100.

¹²⁸ Para além de se responsabilizar financeira e tecnicamente pela limpeza, o Grupo Pró-Évora patrocinou com mais de 10 contos para a obra do túmulo. A limpeza do Claustro da Sé, concluída em 1923, foi executada pelos serviços municipais, sob fiscalização do Grupo Pró-Évora.

1. ^a	Mosteiro de S. Bento de Castris	Évora	1925 1926					26.000
1. ^a	Mosteiro de Santa Clara	Évora	1923 1925		O plano de trabalhos para o ano económico (1924-1925)	Aprovação do plano económico dos trabalhos do ano 1924 ¹²⁹ .	Reparações no tecto e respectiva pintura	20.000
1. ^a	Convento do Calvário	Évora	1926				Orçamentação das obras	–
1. ^a	Sé Patriarcal	Lisboa	1921 1926	António do Couto	Resolução do fecho ou não da antiga muralha sul do recinto, do lado sul sob os claustros e capelas da ábside. Restauro do claustro	Parecer da CM: Ficou que fosse reconstruída “de modo que exteriormente apresente o mesmo aspecto primitivo, embora tenha, em parte menor espessura, para não entaipar algumas janelas das capelas da ábside. 1926 - Aprovação dentro dos princípios definidos pela CM, o programa a realizar dentro da verba inscrita no orçamento.	Reintegração, cujos princípios foram acordados entre a CM e o arquitecto	302.00 0 566.88 5 (1926)
1. ^a	Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	1921 1926	Adães Bermudes João António Piloto António do Couto	Estudos e reparação das abóbadas das naves, cruzeiro e claustro 1925: obras de reparação das abóbadas	Reparação dos telhados e abóbadas da igreja, para a qual constava, na parte económica, as verbas para os estudos e trabalhos preparatórios. Urgência e necessidade de impermeabilidade dos terraços dos claustros, pelos danos que causavam, devendo o revestimento ser feito com lajedo de pedra, mais duradouro Conclusão das reparações da obra de talha do coro, que se encontrava há anos desmantelado, com desagrado de nacionais e estrangeiros. Deviam continuar-se as obras da ala poente do edifício anexo à igreja, segundo o plano até agora seguido, mas, no que diz respeito à escada principal do corpo central do mesmo anexo, embora no processo se não aluda a ela, a Comissão manifestava o desejo de que a obra, que estava paralisada, não prosseguisse, sem que o respectivo projecto devidamente detalhado, seja	Reparação	320.00 0

¹²⁹ No montante de 10.157\$00 escudos. Ofício da AGEMN, doc. 55. ANBA – CAA, Correspondência com Diversos, Livro 052.

						presente à apreciação da CM, por forma a evitar que venha a desvalorizar-se a importante verba já dispendida com aquele edifício. Aprovação do programa e estimativa das obras de reparação das abóbadas para o ano económico de 1925-1926.			
1.ª	Mosteiro de Santos-o-Novo	Lisboa	1925 1926					39.000	
1.ª	Mosteiro de Santa Joana	Lisboa	1924 1925					4.000	
1.ª	Convento da Encarnação	Lisboa	1924 1925					1.000	
1.ª	Basilíca da Estrela	Lisboa	1921 1926		Transferência de um altar original para outro local, dando cumprimento a uma solicitação da basilíca. Projecto de limpeza das fachadas: obras urgentes e inadiáveis necessárias para garantir a conservação da Basilíca da Estrela, em que se alterara os propósitos de proposta anterior, atendendo ao que a CM representara.	Segundo a CM nada justificava a transferência do altar, que nenhuma falta faz “no lugar para onde se pretende transferir”, correndo riscos com o apeamento, remoção e montagem. Era um “escusado e dispendioso vandalismo”. 1926 - Critérios definidos depois da discussão Forma da limpeza das pedras da fachada da igreja: escovas de piaçaba com água, nunca escovas de arame, nem outras ferramentas. Limpas de todas as aderências tais como ervas e arbustos parasitas. Juntas com cimento e cal hidráulica. Estatuária acompanhada pelo escultor Costa Mota, tio.	Transferência de altar em mosaico artístico no valor de 9.915 escudos. Limpeza das cantarias e sua conservação	28.000	
1.ª	Palácio de Belém (Edifício não classificado)	Lisboa	1923 1925					Obras na residência oficial do Presidente da República	132.000
1.ª	Igreja de Santa Catarina	Lisboa	1923 1926	Director do Sul		Aprovação da conservação da sepultura descoberta de D. Dinis de Melo e Castro, 1.º Conde de Galveias, mas que devia ser levantada ao nível do pavimento.	Trabalhos de reparação	23.000	
1.ª	Conceição Velha	Lisboa	1923 1925						5.000
1.ª	Igreja de S. Domingos	Lisboa	1922 1924			A CM procura tornar extensíveis as obras a executar à parede virada à travessa de S. Domingos, cujo estado é vergonhoso, à escada da torre da igreja e ao tecto da sacristia.	Obras na cobertura	14.000	

1. ^a	Igreja do Menino de Deus	Lisboa	1923 1924					9.000
1. ^a	Igreja da Memória	Lisboa	1923 1926					60.000
1. ^a	Igreja da Luz, Carnide	Lisboa	1923 1925	António do Couto	Memória descritiva com programa de trabalhos a executar	Aprovado, com a transferência dos azulejos da Ermida de S. Lourenço para a sacristia da igreja.		19.000
1. ^a	Arco da Rua Augusta	Lisboa	1923 1924					4.000
1. ^a	Estátua de D. José I	Lisboa	1924	Colaboração de José Leite de Vasconcelos	Correcção dos erros da inscrição da estátua	Solicitação e parecer da CM.	Valorização da estátua equestre	
1. ^a	Mosteiro de Odivelas	Loures	1923 1926	Adães Bermudes	Obras de restauro no Claustro da Moura, Torre de D. Dinis e claustro anexo. Apeamento parcial da Torre das Flores e da Casa de D. Dinis. 1925: plano de obras.	Parecer CM (Adães Bermudes) Autorização e condições: Fachada projectada para o lado norte do claustro deve harmonizar-se, o mais possível, com as fachadas existentes orientadas ao pátio do claustro, para não aumentar a discordância do conjunto, dadas as reconstruções feitas em diferentes épocas. Disposição destinada a permitir eventual reconstrução do antigo claustro superior, devendo deixar-se encastrados nas paredes os cachorros destinados a sustentar o frechal do telhado. Guarda cuidadosa das cantarias do segundo claustro, para futura reconstrução. Em 1925, aprovação das obras de reparação e conservação.	Restauro	54.000
1. ^a	Igreja matriz	Loures	1924 1926					31.000
1. ^a	Convento de Mafra	Mafra	1923 1926	Adães Bermudes				26.000
1. ^a	Sé de Portalegre	Portalegre	1924 1926					7.000
1. ^a	Palácio de Queluz	Queluz	1921 1926	Adães Bermudes				48.000

1. ^a	Igreja de Santa Clara	Santarém	1924 1926				Elaboração de orçamento para as obras	17.000
1. ^a	Igreja de S. João de Alporão	Santarém	1925 1926		Limpeza de fachadas	Aprovação da limpeza das fachadas, cuja urgência se reconhece.	Conservação	4.000
1. ^a	Fonte das Figueiras	Santarém	1924		Limpeza de fachadas	Desvio as águas da encosta que lhe fica junta, que muito contribuem para o seu mau estado de conservação.	Conservação	
1. ^a	Igreja da Misericórdia	Santarém	1923 1924					5.000
1. ^a	Igreja da Graça	Santarém	1924 1926					51.000
1. ^a	Convento do Carmo / Governo Civil (Edifício não classificado)	Santarém	1924 1925				Obras de adaptação do antigo Convento e beneficiação do Governo Civil	4.000
1. ^a	Igreja de Almoster	Santarém	1921		Processo de obras	Não avançou	Obras de conservação e reconstrução, tendo como base uma doação do regedor de Almoster	
1. ^a	Igreja de Marvila	Santarém	1924		Alargamento de porta do pátio anexo à igreja	Aprovado	Obras nas envolventes	
1. ^a	Igreja do Mosteiro Jesus	Setúbal	1922 1924	Adães Bermudes António do Couto	Obras de reparação , sendo proposto que fosse feita a demolição da parede que ocultava parte da ábside exterior, prolongando-se o gradeamento projectado. Lavagem e concerto das cantarias interiores retirando-lhes a pintura grosseira de fingidos de cantaria Restauro das cantarias exteriores, com aproveitamento de todo o material e reintegração dos elementos identificados	Parecer da CM (Adães Bermudes) Parecer de 1925: Colocação de gradeamento em torno do Convento de Jesus em Setúbal, aberto um fosso para por a descoberto o envasamento da mesma igreja, mas que a circunstância do declive do	Diversos tipos de intervenção incluídos no projecto do arquitecto	

					<p>em falta (cimalhas, gárgulas, balaustradas, remates dos contrafortes)</p> <p>Reconstituição dos antigos vitrais, devendo aproveitar-se os fragmentos existentes.</p> <p>Pavimentação no interior da igreja, ao longo das paredes (com remoção do lajedo do fosso anteriormente aberto para tornar visível o envasamento do edifício)</p> <p>Aterro do fosso por motivo dos danos causados nas fundações do monumento (infiltração das águas das chuvas) e perigos para a saúde pública e higiene do hospital vizinho, com exceção do pavimento do adro em frente do pórtico da igreja, embora defendido por uma cortina de cantaria e drenagem das águas pluviais.</p> <p>Remoção do gradeamento de resguardo, por razões estéticas e económicas.</p> <p>Consolidação da abóbada da nave central, fendida longitudinalmente ao terço, do lado norte e fendido, na mesma linha de clivagem, alguns arcos mestres ou transversais.</p> <p>Resguardo dos doze painéis de pintura das paredes da nave, apeados a execução das obras.</p> <p>Beneficiação dos painéis e restauro das guarnições de talha dourada.</p> <p>Arranjo da perspectiva e da estética exterior da capela-mor, entaipada por muro de vedação do hospital.</p> <p>Demolição da empena sobreposta ao arco da capela-mor não autorizada sem estudo ulterior.</p>	<p>terreno fez verificar que não se davam vazão às águas pluviais e esgoto, condenando tal obra. O fosso devia ser aterrado de novo, visto que as vantagens de ordem estética não compensariam os prejuízos de ordem material.</p>		
1. ^a	Igreja de Silves (Antiga Sé)	Silves	1923 1926		Obras de reparação .	A CM solicita à Câmara Municipal a drenagem das águas pluviais e limpeza exterior de entulhos junto à capela baptismal	25.000	

1. ^a	Cruz de Portugal	Silves	1925 - 1926					1.000
1. ^a	Palácio da Pena	Sintra	1921 1924	António do Couto	Reparação urgente nos telhados e terraços do Palácio e na caixilharia de madeira e ferro, para evitar mais estragos.	Análise minuciosa das modificações que se pretendia fazer nas decorações das paredes e tectos, mediante apresentação de projecto.		9.915 7.000
1. ^a	Palácio da Vila	Sintra	1921 1926	Adães Bermudes	Transferência do repuxo manuelino. Reparação e restauro da talha da Sala dos Brasões. Reparação da sala dos Cisnes. Conclusão dos muros, balaustradas e bancos do jardim. Conclusão da escada exterior que liga a esplanada com o jardim da Preta e Pátio do Leão.	Solicita-se projecto de restauro para a Capela do Palácio e para as eliminações ou substituições de interpolações modernas. Concordância da transferência do repuxo manuelino da Praça da República para a esplanada do Palácio, nas condições apontadas de desenho (de Bermudes). Não avanço dos bancos projectados dado não se coadunarem com o carácter do monumento.	Parecer CM / Vice-presidente	176.47 7 ¹³⁰ 107.00 0
1. ^a	Igreja de Santa Maria	Sintra	1924 1925					12.000

¹³⁰ Trata-se de orçamento relativo às obras de intervenção apresentado à consulta da CM, por ofício da AGEMN de 31 de Agosto de 1921. CAA, Correspondência recebida (1911-1925). Livro 243.

1. ^a	Convento de Cristo	Tomar	1921 1926	Garcez Teixeira CA Adães Bermudes	Estudo do estado de ruína e consolidação e reparação da Charola e das paredes e das abóbadas da charola da antiga capela dos Templários	O arquitecto cinge-se “escrupulosamente às numerosas indicações minuciosamente formuladas pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 1. ^a Circunscrição”, aprovadas nas instâncias competentes.	Relatório do Estudo	24.600 131 28.200 132 81.000
2. ^a	Mosteiro de Alcobaça	Alcobaça	1923 1926					21.000
2. ^a	Mosteiro da Batalha	Batalha	1923 1926	CA	Proposta elaborada pela Comissão Administrativa	O CAA de Coimbra considera a proposta ditada pela “competência proficiente e recta crítica”, apenas sugerem substituição das vidraças colocadas no monumento, por outras mais adequadas.		64.000
2. ^a	Castelo de Celorico da Beira	Celorico da Beira	1924 1926					29.000
2. ^a	Sé Nova	Coimbra	1923 1925		Continuação das obras de restauro da Sé e respectivo claustro	Parecer de Abel Urbano sobre o sistema de cobertura das abóbadas ¹³³ .		10.000
2. ^a	Mosteiro de Santa Clara-a-Nova	Coimbra	1923 1924					10.000
2. ^a	Igreja de São João de Almedina	Coimbra	1922				Obras de conservação e adaptação a museu	
2. ^a	Igreja de Santiago	Coimbra	1921	Adães Bermudes (em vez do projecto inicial de António Augusto Gonçalves/	Projecto para a conclusão da cobertura Estudo do local da sacristia e terrenos anexos	O CAA considera o requerimento com inexactidões involuntárias quanto à interpretação da igreja, cuja originalidade devia ser salientada, como um dos mais notáveis monumentos medievais. A loja arruinada era a sacristia e qualquer obra ali afectaria a fachada da igreja. O futuro da igreja depois de restaurada era ser sede de freguesia. Estava integrada no plano de melhoramentos da cidade baixa, que previa o desaparecimento da	Restauro	Suspenso

¹³¹ Estimativa inicial apresentada por Adães Bermudes, enquanto arquitecto adjunto da AGEMN, cf. Acta n.º. 175 da CM, de 16 de Janeiro de 1923. ANBA – Livro 263.

¹³² Valor inicialmente previsto, conforme DGEMN – Processo Administrativo do Convento de Cristo, 2053.

¹³³ Acta do CAA, n.º 113.

				Augusto da Silva Pinto)		igreja de S. Bartolomeu, cuja desapareição se impunha. Dificuldades financeiras suspenderam o restauro que se encontrava quase completo.		
2. ^a	Igreja matriz	Góis	1923 1925					15.000
2. ^a	Sé da Guarda	Guarda	1921 1926		Porta (guarda-vento) Colocação de dois púlpitos	A CM de Coimbra, não acha apropriada, atendendo ao carácter de edifício a que se destina. Oposição do CAA, contra a projectada colocação de dois púlpitos nos feixes dos colunelos que tinham sido removidos por serem mobiliário não original. Oposição do CAA, assente no parecer dos vogais auxiliares na Guarda, contra o restauro, levado a efeito pelo Estado e sob a administração da AGEMN. São contra a instalação eléctrica, pela falta de gosto; existem verdadeiros atentados praticados contra a estética. Erros nas particularidades e detalhes indispensável num edifício daquela majestade e grandeza.	Continuação do restauro exterior e beneficiações	38.000
2. ^a	Castelo de Leiria	Leiria	1922 1926	Ernesto Korrodi (CA)	Projecto de consolidação das ruínas subscrito pelo arquitecto e iniciado em 1916, logo a seguir suspenso.	“A restauração do Castelo de Leiria acha-se proficientemente estudada, à maneira de V. Le-Duc, pela competência assinalada dum professor artista habilíssimo. Mas tratando-se de uma reparação geral, decerto as obras actuais foram iniciadas sobre um plano previamente adoptado, de que este Conselho não tem conhecimento. E por este motivo se acha inibido de emitir opinião a seguir sobre os pontos indicados. Reconhece, porem, que a notória precedência, com que a ilustre Comissão Administrativa tem procedido, é garantia de que essa proposta seja inspirada pelo melhor critério e digna aceitação”.	Consolidação das ruínas e valorização paisagística	71.000
2. ^a	Igreja de S. Pedro	Leiria	1922	Ernesto Korrodi		Parecer da CAA	Obras	
2. ^a	Igreja matriz	Pedrógão Grande	1925 1926					4.000
2. ^a	Mosteiro do Lorvão	Penacova	1923 1924					1.000

2. ^a	S. Pedro de Lourosa	Oliveira do Hospital	1925	Estêvão Torres	Projecto que recusava intervir formal ou materialmente no edifício para não lhe retirar o sentido de vestígio arqueológico e documental			
2. ^a	Castelo de Trancoso	Trancoso						23.000
2. ^a	Sé de Viseu	Viseu	1923 1925					13.000
3. ^a	Sé de Braga	Braga	1923 1925					19.000
3. ^a	Mosteiro do Pombeiro	Felgueiras	1923 1924					1.000
3. ^a	Igreja de N. ^a S. ^a da Oliveira	Guimarães	1923 1926	Baltazar de Castro				10.000
3. ^a	Mosteiro de Leça do Bailio	Matosinhos	1923 1926			CM junta ao processo estudos e relatório de José Marques da Silva		9.000
3. ^a	Igreja de Paço de Sousa	Paço de Sousa	1924 1925	Baltazar de Castro				2.000
3. ^a	Igreja de Bravães	Ponte da Barca	1923 1924					2.000
3. ^a	Sé do Porto	Porto	1923 1925		Projecto de obras a executar na Sé Catedral do Porto, constando de reparações e de demolição de uma construção feita de tabique e coberta da folha de ferro, que abrigava o alojamento para o sineiro e o maquinismo do relógio, cujo mostrador existe na fachada principal, no alto tímpano com que se procurou fazer um corpo central entre as duas velhas torres.	A CM considerou “não ser inconveniente a supressão ou modificação da construção, demasiado volumosa, contanto que o seu desaparecimento ou alteração não seja causa de enfraquecimento para a solidez e conservação do edifício. Entende, igualmente que deveria ser projectada a fachada posterior da igreja com a supressão que se pretende fazer, de modo que se visse claramente como seria coberto o espaço ocupado por essa construção e o efeito que viria a produzir a face posterior da alta empena que peja o intervalo das torres e que ficaria descarnadamente à vista”.		14.000
3. ^a	Mosteiro de Santa Clara	Porto	1923 1924					7.000

3. ^a	Igreja de S. Francisco	Porto	1923 1924					5.000
3. ^a	Mosteiro de S. João-o-Novo (Edifício não classificado)	Porto	1923 1924				Obras relacionadas com o Tribunal Criminal e Correccional do Porto	1.000
3. ^a	Igreja de S. Pedro de Roriz	Santo Tirso	1921 1926	Orientação do cônego Aguiar Barreiros				7.000
3. ^a	Igreja de S.ta Maria de Azurara	Vila do Conde	1923 1925					3.000
3. ^a	Igreja de Santa Clara	Vila do Conde	1922 1926	Estêvão Torres / Adães Bermudes	1. ^a fase – conservação 2. ^a fase – projecto de reintegração, sustentado de um investimento destinado a restaurar de acordo com os vestígios encontrados	Parecer do CAA da 3. ^a Circunscrição, reprovando o tipo de intervenção e pugnando pelas metodologias de pura conservação, exigindo o projecto completo das obras a realizar, quanto à conservação e consolidação	Conservação Reintegração	14.000
3. ^a	Mosteiro de <i>Corpus-Christi</i>	Vila Nova de Gaia	1924 1925					1.000

Fontes: ANBA e AHME – Actas das Comissões dos Monumentos, do Conselho Geral e da Comissão Executiva de Lisboa e Correspondência Recebida e Expedida das três Circunscrições Artísticas (1920-1926).
DGEMN – Processos Administrativos dos Monumentos; DGEMN – Livro de Pagamentos de Jornais e Materiais; DGEMN – Livro de Contas Correntes.

QUADRO 61 – PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA 3.ª REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO GERAL DE BELAS ARTES (1926-1929), VOL. I, TOMO 2, PP. 1053, 1220, 1295 E 1296.

Data	Monumento	Local	Circ.	Arquitecto	Tipo de Intervenção	Dotação (escudos)
1926 1929	Sé Patriarcal	Lisboa	1. ^a	António do Couto	Restauro (continuação)	7.000 10.000
1926 1929	Igreja e claustro dos Jerónimos	Lisboa	1. ^a	António do Couto	Reparação dos telhados e abóbadas	5.000 8.000
1926 1929	Charola no Convento de Cristo	Tomar	1. ^a	Adães Bermudes / Jorge Bermudes França / António do Couto (1930)	Consolidação da abóbada anelar, torre do relógio e campanário	119.793 ¹³⁴
1926	Igreja do Convento de Jesus	Setúbal	1. ^a	António do Couto	Reparações do pavimento dos terraços e claustro	
1926 1928	Basílica Nacional de Mafra	Mafra	1. ^a	Adães Bermudes	Conservação	5.000 3.000
1926 1928	Castelo de Leiria	Leiria	1. ^a	Ernesto Korrodi (CA)	Consolidação (continuação) Projecto de pavimento em betão armado para a Torre de Menagem	3.000 1.000
1926	Palácio Nacional da Vila	Sintra	1. ^a		Continuação da reintegração	
1926 1929	Palácio Nacional da Ajuda	Lisboa	1. ^a		Reparações urgentes ¹³⁵	5.000 5.000
1926	Palácio Nacional de	Queluz	1. ^a		Reparações na cobertura	
1926	Igreja de N. ^a Senhora do Monte	Santarém	1. ^a		Conservação da galilé	
1926	Igreja de S. João de Alporão	Santarém	1. ^a		Limpeza de fachadas	
1926	Igreja de Santa Clara	Santarém	1. ^a		Reparações da rosácea e desentaipamento de janela	
1926	Igreja de S. Bernardo	Portalegre	1. ^a		Escoramento do claustro	
1926	Igreja de S. João Baptista	Tomar	1. ^a		Reparações	
1926	Igreja matriz de	Arronches	1. ^a		Conservação	
1926	Sé	Elvas	1. ^a		Caiações	
1926	Capela de Santo Amaro	Lisboa	1. ^a		Pequenas reparações	
1926 1929	Igreja e claustro do Mosteiro de Santa Cruz	Coimbra	2. ^a	Adães Bermudes	Reparações Estudos para o restauro do portal principal.	
1926	Sé	Viseu	2. ^a		Pequena obra de desentaipamento	
1926 1928	Igreja de S. Francisco	Porto	3. ^a		Reparações	1.000

¹³⁴ Ver o que dissemos no Capítulo 8 da IIIª Parte e Capítulo 4 da Parte IV.

¹³⁵ Através do parecer da CAA, as obras indispensáveis para o Palácio da Ajuda foram calculadas em 2.500.000\$00, como se declarava na memória descritiva das obras, lamentando-se apenas que aquele monumento tenha estado por tal forma abandonado no respeitante à sua conservação que as verbas calculadas para colmatar os prejuízos fossem daquele montante.

1926 1928	Igreja de N.ª S.ª da Oliveira (Colegiada)	Guimarães	3.ª	Baltazar de Castro	Reparações Reintegração do claustro	3.000
1926	Igreja de S. Pedro de Roriz	Santo Tirso	3.ª		Continuação	
1926	Igreja de Bravães	Ponte de Barca	3.ª			
1926 1929	Igreja de Leça do Balio	Leça do Balio	3.ª	Baltazar de Castro	Restauro	1.000 1.000
1926 1927	Igreja de Santa Clara	Vila do Conde	3.ª	Adães Bermudes	Conservação	
1926 1927	Igreja matriz de Caminha	Caminha	3.ª	Orientações do Padre Costa Lima		
1926	Igreja de São Miguel do Castelo	Guimarães	3.ª			
1927 1928	Basílica de Mafra	Mafra	1.ª	Adães Bermudes	Consolidação e reparações dos sinos e carrilhões	10.000 10.000
1927	Castelo de Marvão	Marvão	1.ª			
1927	Castelo de Castelo de Vide	Castelo de Vide	1.ª			
1927	Igreja matriz	Alcochete	1.ª		Reparações	
1927 1928	Igreja do Hospital de Jesus	Santarém	1.ª		Reparações no coro	1.000
1927	Igreja de Santa Maria do Castelo	Abrantes	1.ª			
1927	Sé de Portalegre	Portalegre	1.ª		Reparações Restauro e conservação	
1927	Igreja de Santa Clara	Portalegre	1.ª		Reparações no claustro	
1927	Convento de Santa Helena do Calvário	Évora	1.ª			
1927	Santa Maria do Olival	Tomar	1.ª		Remoção de entulhos na face norte da igreja	
1927 1928	Capela de S. Jorge de Aljubarrota	Alcobaça	1.ª		Conservação Reparações	1.000
1927 1929	Igreja de Santa Maria do Castelo	Tavira	1.ª		Reparações nos telhados	1.000
1927	Igreja de S. Bento	Coimbra	2.ª			
1927	Igreja de Santa Clara-a-Velha	Coimbra	2.ª		Resgate e reparações	
1927	Igreja de Jesus	Aveiro	2.ª			
1927	Sé da Guarda	Guarda	2.ª			
1927 1929	Sé do Porto	Porto	3.ª		Recomposição exterior Reparações	3.000 5.000
1927	S. Francisco	Porto	3.ª		Reparações exteriores	
1927 1929	Igreja de Paço de Sousa incluindo o Túmulo de Egas Moniz	Penafiel	3.ª	Baltazar de Castro	Reconstrução Projecto	3.000 5.000
1927	Igreja de Boelhe	Penafiel	3.ª			
1927	Capela de S. Gens	Penafiel	3.ª		Reparações	
1927	Antiga Casa do Senado	Bragança	3.ª	Adães Bermudes	Aprovação do projecto	
1928	Basílica da Estrela	Lisboa	1.ª		Reparações	1.000 2.000
1928	Edifício Histórico do Carmo	Lisboa	1.ª		Reparações	1.000
1928	Mosteiro da Batalha	Batalha	1.ª	Adães Bermudes	Reparações	3.000 3.000
1928	Mosteiro de Alcobaça	Alcobaça	1.ª	Adães Bermudes / António Vieira Natividade	Reparações	1.000 7.000

1928 1929	Claustro D. João III, no Convento de Cristo	Tomar	1. ^a	Adães Bermudes / António do Couto	Reparações Restauro	6.000 6.000
1928 1929	Igreja de Santo António	Lagos	1. ^a		Reparações	5.000
1928 1929	Sé de Évora	Évora	1. ^a	Adães Bermudes / António do Couto	Restauro do claustro (cont.) e da Sé, entre o qual a Porta do Sol	2.500
1928 1929	Teatro S. Carlos	Lisboa	1. ^a			
1928 1929	Teatro Almeida Garrett	Lisboa	1. ^a			
1928 1929	Arco da Rua Augusta	Lisboa	1. ^a		Conservação e reconstrução de abóbadas das arcarias	
1928 1929	Igreja de Trofa	Águeda	2. ^a		Reparações e restauro	3.000
1928	Paço dos Duques de Bragança	Barcelos	3. ^a		Conservação	3.000
1928 1929	Igreja de Travanca	Amarante	3. ^a		Reparações	3.000
1928	Igreja de S. Pedro de Cête	Paredes	3. ^a	Baltazar de Castro	Projecto de restauro e conservação	
1928	S. Pedro de Ferreira	Paços de Ferreira	3. ^a	Baltazar de Castro	Projecto de restauro e conservação	
1929	Convento de Mafra	Mafra	1. ^a	Adães Bermudes	Regularização da praça fronteira ao monumento	

QUADRO 61 A – COMPLEMENTO

DATA	Obras com projecto e/ou orçamento aprovado sem início de obras	DATA	Monumentos com indicação de obras completas, embora não referidas nos Mapas de 1927-1928
1928	Palácio D. Manuel Igreja da Graça, Évora ¹³⁶ Igreja das Mercês, Évora Castelo de Melgaço (torre de menagem) Castelo de Alcácer do Sal Sé de Vila Real Castelo de S. Jorge, Lisboa Domus Municipalis, Bragança	1929	Palácio Nacional da Pena, Sintra Igreja de S. Vicente de Fora, Lisboa Panteão em S. Vicente. Lisboa Igreja de St ^a Catarina, Lisboa Igreja de St ^o Estevão, em Alfama, Lisboa Igreja da Conceição Velha, Lisboa Igreja da Madre de Deus, Lisboa Museu Etnológico, Lisboa Memória de D. José 1 ^o , Lisboa Igreja de St ^o António de Lisboa Igreja de St ^a Maria, em Sintra Igreja Matriz da Golegã Igreja de S. Francisco, em Évora Ermida de N ^a Sr ^a de Guadalupe, em Lagos Pelourinho de Ranhados, em Meda

Fontes: ANBA – Actas do Conselho Geral e da Comissão Executiva de Lisboa; Correspondência Recebida e Expedida das Circunscrições Artísticas de Lisboa e Coimbra (1926-1929). DGEMN – Processos Administrativos dos Monumentos. DGEMN – 1) Mapa das despesas a realizar com as obras dos Monumentos Nacionais no ano Económico de 1927-1928 elaborado pelo Arquitecto Director da 3.^a Repartição da Direcção Geral de Belas Artes a 20 de Julho de 1927; 2) Mapa de distribuição de fundos provenientes do reforço de verba para as obras dos monumentos nacionais no ano económico de 1927-1928; 3) Conjunto de Mapas de distribuição das despesas a realizar segundo os vários duodécimos aplicado às despesas com obras em Monumentos; 3) Lista das obras completas e em curso a cargo desta Direcção desde 26 de Maio de 1926, conforme a ordem de serviço n.º 754.

¹³⁶ Efectivamente foram executadas algumas obras sob a direcção e responsabilidade do Grupo Pró-Évora, com fiscalização da AGEMN, situação que transitou para a 3.^a Repartição do MIP.

QUADRO 62 – OBRAS, RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO E DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS DOS MONUMENTOS NACIONAIS (ANOS ECONÓMICOS 1910-1911), VOL. I, TOMO 2, PP. 1289.

QUADRO 63 – RESTAURO DE MONUMENTOS NACIONAIS. 1920-1932.

2.2 Apêndice Documental.

O Apêndice Documental, numa obra teórica como a nossa consta de um *corpus* de documentos manuscritos e impressos, muitos deles inéditos, ordenados cronologicamente. Obedece-se a essa ordem na colocação de documentos nacionais e internacionais. No entanto, estes últimos, embora escassos, antecedem os primeiros, por uma razão de enquadramento dos temas que fomos desenvolvendo. Todos os documentos visam fundamentar ou ratificar as teses e as hipóteses defendidas no estudo.

A documentação recolhida diz respeito ao período histórico da análise desenvolvida, em geral entre 1875 e 1932, ou seja é documentação contemporânea, com excepção de alguns documentos indispensáveis à demonstração do estudo. Como princípio de transcrição usamos critérios simples e fiéis, de acordo com as regras ortográficas da época. A sua fixação diplomática não é excessiva, mas procura sempre a autenticidade dos originais, quanto ao pensamento, à ortografia e sintaxe do seu autor (registando os próprios erros do autor ou da sua reprodução) e aos formulários usados naqueles tempos. Quando houve dificuldade de leitura, colocámos entre parênteses rectos a palavra ou frase que não conseguimos ler.

Como dissemos na introdução da dissertação, a reprodução dos textos obedece a uma transcrição, tanto possível exacta dos documentos, antes e depois do acordo ortográfico de 1912, respeitando também, quando se trata de autores, a sua adesão ou não a esse acordo.

Por vezes, sobretudo quando o documento é conhecido, se se encontra inserto em obras contemporâneas e estudos ou ainda se é um impresso, publicamo-lo por via de uma imagem fotográfica, por via da sua digitalização, com um *scanner*, do original. Este novo processo de apresentar a documentação tem a vantagem de ser cómodo, mas é igualmente ilustrativo dos documentos que os Homens da época contemporânea manusearam.

Todos os documentos são numerados, sumariamente descritos e indicam o arquivo ou local onde se encontram.

2.2.1 Índice.

Doc. 1 – 1858 (27 de Outubro): *Portaria que encarrega Joaquim Possidónio Narciso da Silva de proceder ao levantamento dos edifícios públicos de valor histórico e arqueológico e a inspecções sobre o respectivo estado de conservação.* IAN/TT, Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, Livro 1468, fols. 210v^o-211.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 248 e 408

Doc. 2 – 1862 (31 de Maio): *Decreto e Instruções que fazem parte do decreto de 31 de Maio de 1862, para execução do artigo 11.º da carta de lei de 4 de Abril de 1861, sobre a administração dos bens e rendimentos dos conventos das religiosas suprimidos.* Assinado por Joaquim Tomás Lobo d'Ávila e Gaspar Pereira da Silva. Impresso. ANBA – Livro 172.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 564

Doc. 3 – 1868 (3 de Dezembro): *Orçamento de quanto se poderá despende aproximadamente com a continuação e acabamento das Obras a fazer na igreja de S. Salvador na Vila de Santarém.* Cópia. (ass.) José Maria Caggianni, Arquitecto. AHMOP – Direcção das Obras Públicas do Districto de Santarém. Projectos e Orçamento da igreja de S. Salvador no mesmo districto. [Acompanha o ofício do Ministério da Instrução, de 7 de Dezembro]. Desenhos – D 19 C. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 117

Doc. 4 – 1870 (22 de Março): *Portaria de criação de uma Comissão para a Reforma das Belas Artes e do Serviço Artístico.* Direcção Geral de Instrução Pública – 2.ª Repartição. Publicada no DG, n.º 67, de 26 de Março de 1870, p. 425.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 254

Doc. 5 – 1875 (10 de Novembro): *Decreto criando uma comissão destinada a propor ao Governo, a reforma do ensino das Belas-Artes nas Academias de Lisboa e Porto, a criação de um plano de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte monumental e arqueológica e à organização da conservação e guarda dos monumentos históricos e objectos arqueológicos de importância nacional.* Assinado por António Rodrigues Sampaio, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Cópia. Reprodução do Livro de *Actas da Comissão da Reforma do Ensino de Belas Artes.* ANBA – Livro 22.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 254

Doc. 6 – 1876 (18 de Janeiro): *Carta do sr. Visconde da Murta relativamente ao estado dos monumentos públicos em Tomar.* In *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. 2ª Parte. Actas e Communicações,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, Acta n.º 13, pp. 62-63

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 559

Doc. 7 – 1876 (14 de Fevereiro): *Projecto de Lei organizando o Ensino das Belas Artes e a sua Aplicação à Indústria, os Museus Artísticos e Arqueológicos, e o Serviço dos Monumentos Nacionais.* In *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. 1ª Parte. Relatório e Projectos,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, Rosto e Capítulos III a V, pp. 3 e 9-15.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 94 e 257

Doc. 8 - 1878 (circa): *Reintegração de quatro pinturas na Charola e outras informações sobre a Charola e Igreja da Ordem de Cristo*, In *Historia das Antiquidades de Thomar e da Milícia do Templo e de Cristo*, de António Bernardo da Costa Cabral, Tomar, circa de 1878, manuscrito, pp. 94-102. Convento de Cristo, Centro de Documentação. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 559 e 612

Doc. 9 – 1879 (10 de Julho): *Circular do Ministério da Fazenda, Direcção Geral dos Próprios Nacionais – 2.^a Repartição, com as regras para facilitar o acesso aos bens móveis de interesse artístico dos mosteiros femininos extintos*. Cópia autenticada. ANBA – Correspondência Entrada. Vários, vol. I (1831-1893). Livro 172. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 575

Doc. 10 – 1880 (14 de Agosto): *Portaria referente às missões de Alfredo de Andrade, Francisco Rangel de Lima, com coadjuvação desinteressada de Carlos Relvas na missão que prosseguiram nos Conventos de Lorvão, Seiça e S. Marcos*. In *DG*, n.º 183, de 14 de Agosto de 1880, p. 2089.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 261

Doc. 11 – 1880 (27 e 31 de Outubro): *Ofício dirigido à Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses respeitante à classificação dos monumentos nacionais que originou a decisão da mesma Associação em Assembleia-Geral de que se fez extracto*. Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Correspondência Recebida e Actas referentes ao dia de 31 de Outubro de 1880, fólios 3-4. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 252

Doc. 12 – 1880 (10 de Dezembro): *Portaria solicitando resposta aos quesitos apresentados pela Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*. Ministério dos Negócios do Reino. Publicada no *DG*, n.º 285, de 14 de Dezembro de 1880, p. 3257.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 294

Doc. 13 – 1881 (22 de Março): *Decreto da Reforma da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, onde se declara no art.º 2.º, n.º 2, como objecto da referida academia a conservação e o restauro dos monumentos nacionais, para além da promoção dos estudos arqueológicos e da criação de um museu de belas artes*. In *Reforma da Academia Real de Bellas-Artes*, Lisboa: Typ. e Lyt. de Adolpho, Modesto & C.^a, 1884, pp. 3-5.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 262, 576 e 622

Doc. 14 – 1881 (29 de Dezembro): *Portaria de nomeação de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, na missão de levantar plantas e alçados dos edifícios monumentais e padrões históricos comemorativos, bem como a redacção de memórias descritivas para o restauro e conservação dos monumentos nacionais*. Assinada pelo Ministro de Obras Públicas, Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro. In *Monumentos Nacionais Portugueses. Legislação (Publicação Oficial)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 252

Doc. 15 – 1882 (21 de Janeiro): *Portaria que organiza a Comissão dos Monumentos Nacionais, atribuindo vencimentos e funções aos membros e determinando o local de funcionamento*. Cópia manuscrita da Portaria existente Comissão dos Monumentos Nacionais. Avulsos. ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 267

Doc. 16 – 1882 (29 de Janeiro): *Quesitos enviados pelo Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais e respectiva resposta de uma Câmara Municipal*. Impresso, Resposta de uma Câmara Municipal, mas sem identificação. ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 294 e 415

Doc. 17 – 1882-1895: *Registo de correspondência de Possidónio da Silva enquanto Presidente da CMN: levantamento da informação, de ofícios e de minutas do próprio*.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 624

Doc. 18 – 1883 (26 de Julho): *Ofício da Comissão encarregada de analisar os objectos arqueológicos do Museu Arqueológico do Algarve, informando sobre o interesse da vinculação desses bens ao Museu de Belas Artes e Arqueologia, recentemente criado*. ANBA – CAA, Correspondência Entrada Vários vol. I (1831-1893). ANBA – Livro 172. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 624

Doc. 19 – 1884 (23 de Fevereiro): *Representação da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, ao Ministro do Reino, a propósito da necessidade de criação do Museu Nacional de Belas Artes*. Redacção de Francisco de Sousa Viterbo. Aprovada na conferencia geral da ARBAL de 23 de Fevereiro de 1884. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Actas – 1883-1910. Livro 18.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 608, 624 e Tomo 2, p. 670

Doc. 20 – 1885 (2 de Dezembro): *Ofício com relatório circunstanciado de Estácio da Veiga, dirigido ao Director da Escola de Belas Artes, a propósito da decisão ministerial de incorporação o Museu Arqueológico do Algarve na Academia Real de Belas Artes, insurgindo-se contra essa decisão, sustentada por informação da referida Academia*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada, Vários, Vol. I (1831-1893). Livro - 172. Inédito

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 621, 622

Doc. 21 – 1889-1908: *Votos e Conclusões dos Congressos Internacionais dos Arquitectos, com interesse para a Conservação e Valorização do Património*. Selecção dos votos apresentados a partir das obras de referência.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 225 e 228

Doc. 22 – 1889 (24 de Junho): *Programa definitivo da Conferência Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos*. In *Congrès International pour la Protection des Oeuvres d'Art et des Monuments, Tenu à Paris du 24 au 29 Juin 1889. Procès-Verbaux Sommaires rédigés par le Secrétaire Général Carles Normand*, Paris: Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies / Imprimerie Nationale, 1889. Tradução. Biblioteca de Mafra - POSS. 6-2-13 (n.º 721).

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 233

Doc. 23 – 1889 (24 a 27 de Junho): *Rosto da comunicação apresentada por Charles Normand ao Congresso Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos – «Premières Idées sur l'Organisation de la Croix Rouge pour la Protection des Monuments en temps de Guerre»*, In, *L'Ami des Monuments des Arts et de la Curiosité, Revue Illustrée des Deux Mondes, des Beaux Arts et d'Archeologie*. Organe du Comité des Monuments Français et du Comité Internationale d'Amis des Monuments. Fondée et dirigée para Charles Normand, Tomo III, n.º 15, Paris: Imprimerie Générale A. Lahure, 1889, p. 272. Biblioteca de Mafra - POSS 6-1-25/27 (n.º 706)

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 130 e 233

Doc. 24 – 1889 (27 de Junho): *Voeux du Congrès de Paris. Premier Congrès Officiel International pour la Protection des Œuvres de l'Art et Monuments*. In *Congrès International pour la Protection des Oeuvres d'Art et des Monuments, Tenu à Paris du 24 au 29 Juin 1889. Procès-Verbaux Sommaires rédigés par le Secrétaire Général Carles Normand*, Paris : Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies / Imprimerie Nationale, 1889, pp. 24-29. Biblioteca de Mafra - POSS. 6-2-13 (n.º 721).

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 234

Doc. 25 - 1889 (4 e 22 de Julho): *Cedência em regime de depósito de vinte e cinco quadros de temas religiosos ao Asilo da Misericórdia de Lisboa, pela Academia de Belas Artes de Lisboa, onde estavam armazenados da colecção dos conventos extintos*. ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada 1888-1903 Livro – 57 e CAA – Correspondência entrada. Vários. Vol. 1. ANBA, Livro 172. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 615

Doc. 26 – 1890 (22 de Agosto) – *Decreto aprovando a organização da secretaria de estado de negócios da instrução pública e das belas artes*. DG, n.º 191, de 25 de Agosto, p. 1979.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 273

Doc. 27 – 1891 (23 de Fevereiro) – *Consulta da Santa Casa da Misericórdia do Porto à Academia Real de Belas Artes de Lisboa, a propósito do Restauro do quadro «Fons Vitae» existente naquela corporação*. ANBA. Avulso. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 637

Doc. 28 – 1893 (11 de Abril): *Reunião da Comissão dos Monumentos Nacionais na Sala do Conselho de Obras Públicas, com o objectivo de se retomar a actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais e respectivos discursos do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado e do Presidente da Comissão, Joaquim Possidónio Narciso da Silva*. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões. 1893. Livro 257. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 278

Doc. 29 – 1893 (Maio): *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais a respeito do restauro da Sé Velha de Coimbra*. Relator Luciano Cordeiro (minuta, 10 fólios). ANBA – Processo n.º 41, Coimbra. Sé Velha. Igrejas, Vol. 1, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 478 e 543.

Doc. 30 – 1893 (30 de Junho): *Portaria de recondução de Possidónio da Silva e de nomeação de diversos vogais da Comissão dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Portarias, 1893. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 278

Doc. 31 - 1893 (24 de Novembro): *Projecto do Regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais, elaborado por Luciano Cordeiro, apresentado na sessão de 24 de Novembro. Versão impressa. Aprovação em 4 de Dezembro*. Impresso raro. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1893. Livro 257. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 279

Doc. 32 – 1894 (27 de Fevereiro): *Regulamento para a comissão dos monumentos nacionais. Portaria referendada por Carlos Lobo de Ávila, onde se inclui o referido Regulamento, assinado pelo Director de Obras Públicas, Frederico Augusto Pimentel*. In DG n.º 46, de 28 de Fevereiro de 1895, p. 509.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 279

Doc. 33 – 1894 (30 de Março): *Consulta de Fernando Larcher, vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais, sobre a necessidade de acordo entre a dita Comissão e o Ministro da Guerra a propósito dos monumentos militares*. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Consultas. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 286

Doc. 34 – 1894 (19 de Abril): *Ofício de Joaquim Possidónio Narciso da Silva mandando entregar desenhos dos edifícios públicos da primitiva Comissão dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Correspondência Vária, Entrada. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 269

Doc. 35 – 1894 (21 de Dezembro): Parecer de Luciano Cordeiro a propósito das obras no Mosteiro da Batalha, invocando princípios de ética. Acta da Sessão de 21 de Dezembro de 1894, sob a Presidência de Possidónio da Silva: Adenda à acta. Documento autógrafo do punho de Luciano Cordeiro (13 pp.). ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões. Livro 257. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 139, 478 e 507

Doc. 36 – 1895 (28 de Abril): *Relatório de Ramalho Ortigão referente às obras no Mosteiro da Batalha*. In “Comissão dos monumentos – Leitura do relatório do Sr. Ramalho Ortigão”. *Diário de Notícias* de 28 de Abril de 1895. Recorte. ANBA – Livro 257.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 313

Doc 37 – 1896 (26 de Março): *Minuta, com classificação de urgente, do ofício da Comissão dos Monumentos Nacionais, dirigido ao Secretario Geral do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, informando do falecimento de Possidónio da Silva*. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência. Livro 248. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 304

Doc. 38 – 1896 (15 de Agosto): *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais, a propósito das obras da Sé de Lisboa autorizadas pela portaria de 12 de Agosto de 1895*. Minuta autografa de Luciano Cordeiro. ANBA – Processo n.º 99, Lisboa. Sé. Igrejas, vol. II. Livro 241. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 502, 514, 523

Doc. 39 – 1896 (12 de Setembro): *Relação dos objectos do Convento de Semide pedidos pelo Bispo Conde de Coimbra para o Museu da Sé Catedral de Coimbra*. ANBA - ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência recebida – Livro 57. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 579, 583 e 589

Doc. 40 – 1896 (20 de Outubro): *Relação dos objectos do Convento de Semide recolhidos no Museu Nacional de Belas Artes pela Academia Real de Belas Artes de Lisboa e entregues ao Bispo Conde de Coimbra, por decisão ministerial*. ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência recebida – Livro 57. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 579 e 589

Doc. 41 – 1896 (5 de Dezembro): *Proposta de remodelação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Luciano Cordeiro e dirigida ao Director de Obras Públicas*. Original autógrafo (11 pp.). ANBA - CSMN. Minutas da Comissão dos Monumentos Nacionais e da Comissão Executiva. Anos 1882-1904. Livro – 248. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 303

Doc. 42 – 1897 (19 de Fevereiro): *Propostas de José Leite de Vasconcelos referentes à protecção e salvaguarda das Antiguidades Nacionais e respectivo projecto de legislação*. [Propostas autógrafas, apresentadas na sessão de 19 de Fevereiro de 1897]. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1897. Livro 257. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 439

Doc. 43 - 1897 (22 de Fevereiro): *Lista de Monumentos Nacionais aprovados e apresentados ao Governo pelo Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, Luciano Cordeiro. Extracto d'O Século, 22-02-1897. ANBA – Livro 257*

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 294 e 420

Doc. 44 – 1897 (20 de Março): *Proposta de Ramalho Ortigão para a estruturação interna da Comissão dos Monumentos Nacionais. [Proposta autógrafa, apresentada na sessão de 20 de Março]. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1897 Livro 257. Inédito.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 282

Doc. 45 – 1897 (24 de Março): *Ofício de Baltazar Dias Coelho, vogal correspondente de Viana do Castelo, dando várias informações referentes à missão de que fora incumbido com a respectiva nomeação. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 372

Doc. 46 – 1897 (5 de Abril): *Ofício de Manuel Vieira Natividade tecendo razões sobre a sua nomeação como vogal correspondente como delegado de Alcobaça. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 371

Doc. 47 - 1897 (25 de Junho): *Ofício de Luciano Cordeiro comunicando ao Ministro das Obras Públicas o resultado da reunião de 25 de Junho de 1897 e o parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais favorável à conservação da igreja do extinto Convento de Santa Ana sendo contrário à sua demolição. Minuta autógrafa. ANBA – Processo n.º 81 – Lisboa. Convento de Stª Anna, Igrejas, Vol. II, Livro 241. Inédito.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 299

Doc. 48 – *Dossier Vandalismo: Conjunto de textos, excertos e extractos de documentos referentes a este assunto.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 118 e Tomo 2, pp. 1011.

Doc. 49 – *Dossier Indiferença/Abandono: Conjunto de textos, excertos e resumos de documentos referentes a este assunto, por ordem cronológica.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 126

Doc. 50 – 1898 (12 de Janeiro): *Ofício de Albano Bellino, vogal correspondente da RAACAP e da CMN, respondendo àquela associação a propósito do movimento de salvaguarda e protecção dos monumentos nacionais. Cópia. ANBA – Processo n.º 22 – Braga. S. Pedro de Rates. Igrejas, vol. 1, Livro 240.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 307

Doc. 51 – 1898 (28 de Março) – *Carta de Ernesto Loureiro, empresário, acerca do estado de conservação do Convento de Cristo em Tomar e integrando-se no movimento cívico da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Cópia. ANBA – Processo n.º 140 – Tomar. Convento de Cristo, Igrejas, vol. III, Livro 242.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 72

Doc. 52 – 1898 (26 de Abril e 10 de Novembro) – *Ofício do presidente da Junta de Paróquia de Lorvão em resposta ao movimento cívico desenvolvido pela Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, dando notícia das questões inerentes ao Mosteiro do Lorvão e à deslocação património. Cópia remetida pela RAACAP ao CSMN. ANBA – Processo n.º 101 – Lorvão. Mosteiro, Igrejas Livro 241. Inédito.*

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 579 e 586

Doc. 53 – 1898 (9 de Dezembro): *Relatório ministerial de fundamentação e respectivo Decreto de criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, subscrito pelo Ministro de Obras Públicas, Comércio e Indústria, Elvino José de Sousa e Brito*. In DG, n.º 294, de 30 de Dezembro de 1898, pp. 3556-3557.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 308

Doc. 54 – 1899 (23 de Setembro): *[Representação acerca dos Monumentos Nacionais]. Ofício dirigido pela Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Conselheiro Elvino José de Sousa e Brito, em 23 de Setembro de 1899*. Original. ANBA – Processo n.º 99, Lisboa. Sé. Igrejas, vol. II. Livro 241.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 309 e 514

Doc. 55 – 1900 (19 de Junho): *Alocação de Ramalho Ortigão na tomada de posse do cargo de Presidente do Conselho Superior de Monumentos Nacionais*. Acta da sessão de 19 de Junho. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906, pp. 2-6. Livro 259. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 309 e 313

Doc. 56 - 1900-1911: *Levantamento dos processos administrativos do CSMN/COMN (1900-1911)*. ANBA – Igrejas, Volumes I, II e III, Livros 240-242 e Livro 244.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 344

Doc. 57 – 1901 circa de: *Minuta de ofício enviada por Ramalho Ortigão ao Ministro das Obras Públicas a propósito da questão da compra do Palácio Foz*. Ofício n.º 31. Minuta autografa. ANBA – Processo n.º 97 – Lisboa. Palácio Marquês da Foz. Igrejas vol. II, Livro 241. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 478 e Tomo 2, p. 668

Doc. 57 A – 1901 (19 de Março): *Carta de Alfredo de Andrade a agradecer o título de vogal honorário, conferido pelo Conselho Superior de Monumentos Nacionais*. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 317

Doc. 57 B – 1901 (2 de Maio): *Memória descritiva e orçamento para o restauro do claustro D. João III, em Tomar, apresentado pelo arquitecto Pedro de Ávila ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Processo n.º 140 – Tomar. Convento de Cristo. Igrejas, Vol. III, Livro 242. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 512 e 542 e Tomo 2, p. 1321.

Doc. 57 C – 1901 (30 de Outubro): *Parecer do Arquitecto do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Luís Caetano Pedro de Ávila sobre construções anexas junto da Igreja de S. João Baptista de Tomar*. ANBA – Processo n.º Thomar. Igreja de S. João Baptista. Igrejas, vol. III, Livro 242.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 514

Doc. 58 – 1901 (14 de Agosto): *Método para o restauro dos monumentos conforme a deliberação da reunião da Comissão Executiva, por proposta de Augusto Fuschini, Presidente da referida Comissão*. Minuta. ANBA – Livro 248. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 512

Doc. 59 – 1901 (30 de Agosto): *“Viannenses”. Folheto editado por Baltazar Dias Coelho, vogal correspondente, contra a demolição da torre manuelina de Santa Ana, em Viana do Castelo*. Impresso. Vianna: Typ. Silva Braga, 1901. ANBA - N.º 150 – Viana do Castelo. Torre de Santa Ana. Igrejas, Vol. III, Livro 242.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 372

Doc 60 – 1901 (30 de Dezembro): *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos.* Decreto sancionado pelo Ministro das Obras Públicas, Manuel Francisco Vargas. In *DG*, n.º 153, 12 de Junho de 1902. Extraído de *Monumentos Nacionais Portuguezes: legislação*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, pp. 40-44.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 410

Doc. 61 – 1902 (14 de Abril): *Ofício de António Augusto Gonçalves, nomeado vogal correspondente de Coimbra, pedindo escusa da nomeação.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 364

Doc. 62 – 1902 (31 de Maio): *Ofício do Director Geral de Obras Públicas e Minas, Silvino Pereira da Silva, enviando a cópia do relatório do engenheiro director da Direcção de Obras Publicas do Distrito de Beja, Augusto César Pais de Faria, onde se analisa a história dos projectos de obras para adaptação da Igreja da Conceição de Beja a Catedral da Diocese de Beja e respectivos orçamentos e se conclui que o monumento devia ter sido objecto de um projecto de restauro da responsabilidade da comissão dos monumentos nacionais.* ANBA - Processo n.º 17 - Beja. Igreja de N. Sr. da Conceição. Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 514

Doc. 63 – 1902 (28 de Junho): *Parecer de José Luís Monteiro acerca da conservação da igreja e do mosteiro de Santa Clara de Santarém.* Original autógrafo (3 pp.). ANBA – ARBAL, Correspondência com Ministério do Reino, vol. 2. Livro 58.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 440 e 584.

Doc. 64 – 1902 (21 de Agosto): *Ofício de Francisco Augusto Manoel Coelho de Sá, vogal correspondente da Horta, Açores, informando não haver monumentos nacionais no distrito.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 377

Doc. 65 – 1902 (30 de Novembro): *Carta em que Ramalho Ortigão oficializa junto do vice-presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais o seu pedido de demissão da mesma instituição.* ANBA.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 316

Doc. 66 – 1902 (18 de Dezembro): *Exemplar da Circular de 1902 do Conselho dos Monumentos Nacionais enviado a Gabriel do Monte Pereira.* ANBA – Livro 244.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 426

Doc. 67 – 1902 (20 de Dezembro): *Ofício de António José Pinho Júnior, vogal de Monção do Minho, dando conta do processo que levou à sua nomeação pelo Conselho dos Monumentos Nacionais.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 381

Doc. 68 – 1902 (23 de Dezembro): *Missiva do vogal correspondente da Figueira da Foz, António dos Santos Rocha, solicitando a classificação de um tapete raro da manufactura de Tavira, como monumento nacional e desenvolvendo o seu pensamento a favor da protecção dos museus municipais através de iniciativas legislativas e governamentais.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 368, 384 e 640

Doc. 69 – 1903 (19 de Janeiro) – *Ofício do Director do Museu Etnológico Português, Lisboa, ao CSMN dando conhecimento de estudos de arqueologia que podiam fundamentar a organização da lista dos monumentos arqueológicos.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 440

Doc. 70 – 1903 (9 de Fevereiro): *Carta de António Tomaz Pires, vogal correspondente de Elvas, sobre assuntos relacionados com dificuldades de proceder ao inventário dos bens móveis na sua área de acção*. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédita.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 368

Doc. 71 – 1903 (2 de Março): *Intervenção de Alfredo de Andrade na sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais*. Acta da sessão de 2 de Março, ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906. pp. 27-30. Livro: 259. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 317 e 360

Doc. 71 A – 1903 (5 de Junho): *Parecer sobre o valor artístico do Convento de Santa Clara de Évora, pelo arquitecto José Luís Monteiro*. CAA, LISBOA – Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911), Livro 173.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 584

Doc. 72 – 1904 (14 de Novembro): *Ofício de José Leite de Vasconcelos fazendo alguns reparos à Lista dos Monumentos de 1880*. ANBA – Correspondência Entrada. 1882-1925. Livro 243.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 440

Doc. 73 – 1905 (18 de Janeiro e 15 de Fevereiro): *Intervenção dos arquitectos na conservação e restauração dos monumentos nacionais. Proposta de Miguel Ventura Terra ao Conselho dos Monumentos Nacionais e respectivo documento anexo*. ANBA – CSMN. Actas, Anos 1900-1906. Livro 259 e Correspondência Entrada. 1882-1925. Livro 243.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 535 e Tomo 2, p. 709

Doc. 74 – 1905 (20 de Março): *Abaixo-assinado dos paroquianos de Rio Mau, concelho de Vila do Conde, dirigido à Comissão dos Monumentos Nacionais (sic), manifestando a sua oposição contra obras encetadas pelo pároco daquela freguesia*. Original (8 pp.). ANBA – Proc. N.º 20 – Braga. S. Cristovão de Rio Mau, Concelho de Vila do Conde, Igrejas vol. I, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 325

Doc. 75 - 1905 (22 de Outubro) – *Dois ofícios do director do Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa, Carlos Reis, ao Inspector da Academia Real sobre os problemas graves de conservação das salas do referido Museu e das condições que se ofereciam ao restauro dos quadros do seu espólio*. ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1903-1909. Livro 58.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 632

Doc. 76 – 1905 (31 de Março): *“Instruções provisórias para o serviço do «Guarda» do «Castello Antigo» (ruínas da residência dos alcaides-móres d’Elvas”, Ordem n.º 8 do Quartel General do governo da Praça de Elvas* In *O Castello d’Elvas*, de Antonio Tomaz Pires, Elvas: Typographia e Stereotypia Progresso, 1907, pp. 15-18.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 449

Doc. 77 – 1905 (5 de Maio a 23 de Novembro): *Ofícios de Albano Bellino dirigidos ao Conselho dos Monumentos Nacionais a propósito dos acontecimentos relacionados com o Castelo de Braga*. ANBA – Processo n.º 19 – Braga. Castelo. In *Igrejas*, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 333

Doc. 78 – 1905 (5 de Maio): *Parecer de Abel Botelho, com vista à classificação da Igreja de Freixo de Espada à Cinta como monumento nacional, de modo a informar o governo da justeza do requerimento da Junta de Paróquia e cidadãos da vila para que a dita igreja fosse considerada monumento nacional (1903)*. Original autógrafo (2 pp.). ANBA – Processo n.º 62, Freixo de Espada à Cinta. Igreja matriz. Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 438 e 440

Doc. 79 – 1905 (17 de Maio): *Parecer de José de Figueiredo justificativo da classificação do Castelo da Feira*. Original autógrafo (6 pp.) ANBA – Processo n.º 54 – Feira. Castelo da Feira, Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 380 e 440.

Doc. 80 - 1905 (13 de Setembro) – *Parecer acerca do valor patrimonial do Castelo de Braga. Assinado por Augusto Fuschini e Fernando Eduardo Serpa*. Acta da sessão de 13 de Setembro de 1905. ANBA – Comissão Executiva. Actas. Livro 260.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 334 e Tomo 2, p. 1305.

Doc. 81 – 1905 (20 de Dezembro): *Parecer de Augusto Luciano Simões de Carvalho, para fundamento da proposta de classificação do Castelo de Elvas*. ANBA – Processo n.º 43 - Elvas. Castello, Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 440 e 449 e Tomo 2, p. 1305.

Doc. 82 – 1906 (12 de Fevereiro e 1 de Março) – *Ofício da Direcção Geral da estatística e Próprios Nacionais informando a Academia Real de Belas Artes da supressão do Convento da Chagas de Cristo em Vila Viçosa e relações dos objectos deste convento seleccionados para serem entregues ao Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Évora*. ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1903-1909. Livro 58.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 594 e Tomo 2, p. 1305.

Doc. 83 - 1906 (11 de Março de 1906): *Remessa de uma representação de cidadãos de Santarém ao Conselho de Monumentos Nacionais, a propósito de obras na envolvente da igreja de S. João de Alporão*. Cópia. ANBA – Processo n.º 128 – Santarém. Igreja de S. João de Alporão. Igrejas, Vol. III. Livro 242.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 333 e Tomo 2, p. 1305.

Doc. 84 - 1906 (19 de Julho): *Parecer do Conselho dos Monumentos Nacionais sobre construções a edificar em terrenos conquistados ao Tejo, a leste da Praça do Comércio que teriam o efeito de prejudicar o valor urbano e as perspectivas daquela Praça. Parecer enviado à Direcção Geral de Obras Públicas, pela Comissão Executiva e assinado por A. Fuschini*. Cópia do original. ANBA – Processo n.º 98 - Lisboa. Praça do Comércio. Igrejas, Vol. II. Livro 241.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1015 e 1305.

Doc. 85 - 1906 (31 de Outubro de 1906): *Proposta de Augusto Fuschini apresentada ao Conselho dos Monumentos Nacionais para classificação dos monumentos considerados da 1.ª classe*. Acta da sessão de 19 de Junho. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906. pp. 2-6. Livro: 259. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 427

Doc. 86 - 1907 (16 a 19 de Janeiro): *Remessa da relação dos monumentos propostos por Ramalho Ortigão para a reunião de 16 de Janeiro*. Original. ANBA – CSMN – Minutas. Livro 249. *Preâmbulo da proposta de inscrição de Monumentos nacionais de Ramalho Ortigão*. In “Classificação dos Monumentos Nacionais. Lista apresentada ao Conselho dos Monumentos, na sessão de Janeiro de 1907”. *Diário de Notícias*, n.º 14.783, de 19 de Janeiro de 1907.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 428 e 438

Doc. 87 – 1907 (16 de Janeiro) – «*Lista de monumentos que pelo seu carácter histórico, arqueológico ou artístico são susceptíveis de se considerarem monumentos nacionais*», desenvolvida por José Leite de Vasconcellos, em 1905, e que foi considerada no Projecto Classificação dos Monumentos Nacionais, do Conselho dos Monumentos Nacionais. In *O Archeologo Português*, X, Lisboa, 1905, pp. 38-41.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 438

Doc. 88 – 1907 (16 de Janeiro) – *Monumentos Nacionais. Projecto de Classificação da Comissão de Classificação do Conselho de Monumentos Nacionais*. Augusto Luciano S. de Carvalho. Impresso. ANBA – Biblioteca. s/cota. Único exemplar conhecido e inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 428 e 440

Doc. 89 – 1907 (23 de Março) – *Ofício do vogal correspondente de Santarém, João Arruda, relatando os acontecimentos que ali se deram depois da morte da última freira do Mosteiro de Santa Clara*. ANBA – Processo n.º 128 - Santarém. Mosteiro de Santa Clara, Igrejas, Vol. III, Livro 242. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 593

Doc. 90 – 1907 (15 de Maio) – *Discussão sobre as obras da Sé Patriarcal de Lisboa dirigidas por Augusto Fuschini*. CSMN. Actas do Conselho dos Monumentos Nacionais. ANBA – Livro 259. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 532

Doc. 91 – 1908 (16 de Março) – *Reunião da Comissão dos Monumentos Nacionais destinada a estudar e analisar na especialidade o projecto de lista dos monumentos nacionais a classificar para aprovação final*. ANBA – Livro 259. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 446

Doc. 92 – 1909 (8 de Julho a 24 de Dezembro) – *Representação da Academia acerca da necessidade urgente do restauro dos quadros do século XV e XVI, expostos no Museu Nacional de Belas Artes e Informação do despacho ministerial à representação da Academia Real de Belas Artes, a propósito do restauro quadros séc. XV e XVI e comunicada ao Director do Museu Nacional das Belas Artes, Carlos Reis*. Cópia e original. *Boletim da RAACAP*, 4.ª série, Tomo XI, n.º 11, Julho a Setembro de 1909 e ANBA – ARBAL: Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1888-1903. Livro 57.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 635

Doc. 92 A – 1909 (Outubro): *Relações de quadros, mobiliário e diversos objectos, existentes no Museu Nacional de Belas Artes, considerados sem valor artístico, executadas em Outubro de 1909 e que acompanham o ofício do Director do Museu Nacional de Belas Artes, Carlos Reis, de 20 de Outubro de 1909*. ANBA – ARBAL: Ministério do Reino. Livro 58.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 634 e 635.

Doc. 93 – 1910 (17 de Fevereiro): *Parecer de José Luís Monteiro sobre o valor do património artístico integrado na Capela do Hospital da Estrela em Lisboa e seu destino*. ANBA – CAA, Correspondência Entrada, Vários. Vol. II. (1894-1911). Livros 173.

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 584 e 602

Doc. 94 – 1910 (8 de Maio): *Academia Real de Belas Artes de Lisboa, Bases para o projecto de lei de protecção artística*, s.l., s. d. [1910]. Impresso colado à acta. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Acta do Conselho Geral de 8 de Maio de 1910. Actas. 1883-1910. fol. 186 v.º, Livro 18

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 596, 597

Doc. 95 – 1910 (27 de Maio) – Academia Real de Belas Artes de Lisboa, *Bases para a Inventariação das obras de arte existentes no país*. s.l., s. d. [1910]. Impresso colado à acta onde veio a discutir-se. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Acta do Conselho Geral de 27 de Maio de 1910, fol. 188. Actas. 1883-1910. Livro 18

Localização: Vol. I, Tomo 1, pp. 596 e Tomo 2, pp. 973

Doc. 96 – 1910 (14 de Junho e 25 de Junho): *Ofício dirigido pela Sociedade dos Architectos Portugueses, manifestando o seu pesar pelo estado dos monumentos da cidade de Santarém, vandalizados e abandonados, nomeadamente o Convento de S. Francisco*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, vol. II (1894-1911). Livro 173.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 811

Doc. 97 – 1910 (5 de Julho) – *Representação da Santa Casa da Misericórdia do Porto contra a classificação do Hospital Geral de Santo António, publicada no Diário do Governo*. Cópia (3 pp.). ANBA – Processo n.º 176 – Porto. Hospital Geral de Santo António. Igrejas. Vol. III, Livro 242.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 704

Doc. 98 – 1910 (15 de Outubro): *Ofício informando o Inspector da Academia das Belas Artes da portaria de nomeação da comissão encarregue de arrolar os bens dos palácios reais e do nome dos membros da referida Academia que passaram a integrar essa comissão*. ANBA – CAA, Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911). Livro 173. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 687

Doc. 99 – 1910 (21 de Novembro a 10 de Dezembro): *Vandalismo revolucionário contra o pelourinho de Vila Velha de Ródão*. ANBA – Processo n.º 177: Vila Velha de Rodão. Pelourinho. Igrejas, vol. III. Livro 242 e Conselho dos Monumentos Nacionais, Actas. Livro 256. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 683

Doc. 100 – 1911 (15 de Março e 20 de Maio): *Primeiros decretos de classificação de monumentos do período republicano*: Decreto de 15-03-1911 – Castelo de Campo Maior – e Decreto de 20-05-1911 – Santa Clara a Nova (claustro e coros). In *Diário do Governo*, respectivamente n.º 63, de 18 de Março de 1911, p. 1173 e n.º 119, de 23 de Maio de 1911, p. 2075.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 983

Doc. 101 – 1911 (20 de Abril): *Extracto da Lei da Separação do Estado das Igrejas respeitante aos bens de valor histórico, artístico e arqueológico*. In *Diário do Governo*, n.º 92, de 20 de Abril de 1911, p. 1619-1624.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 876.

Doc. 102 – 1911 (26 de Maio) – *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto*: “Relatório” e decretos n.º 1 e n.º 2, de 26 de Maio de 1911 (deste último apenas extrato). In *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Abril de 1911, p. 2244 - 2247 e rosto da brochura – Republica Portuguesa, Ministério do Interior, Direcção Geral de Instrução Secundaria, Superior e Especial, *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 691 e 715, Vol. II p. 487.

Doc. 103 – 1911 (5 de Junho): *Solicitação para que a Academia de Belas Artes de Lisboa aprecie o valor artístico dos bens imóveis e móveis dos edifícios das congregações extintas*. Ofício dirigido pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas à referida Academia. ANBA – CAA, Lisboa – Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911). Livro 173. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 885.

Doc. 104 – 1911 (14 de Junho e 19 de Agosto): *Pedido de informação da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição sobre os projectos de conservação e restauro e respectivos orçamentos assim como a resposta dada pela Direcção Geral de Obras Públicas*. ANBA – CAA. Correspondência entrada. Vários. Vol. V. Livro 176. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1287.

Doc. 105 – 1911 (7 de Agosto): *Comunicação Técnica de Adões Bermudes para que a Direcção dos Estudos e Ensaios de Materiais de Construção e a Comissão do Serviço Geológico prestem colaboração à Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição*. Excerto da sessão da Comissão dos Monumentos de 7 de Agosto de 1911. Acta n.º 3, pp. 9-10. ANBA – Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1911-1914. Livro 261. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1243 e 1327.

Doc. 106 – 1912 (20 de Abril): *Vandalismo iconoclasta no Cruzeiro de Leça do Bailio*. In «O Cruzeiro de Leça do Balio» de Jayme Filinto, *Arte*, Ano VIII, n.º 88 – Abril de 1912, pp. 34-35.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 683 e 1327.

Doc. 107 – 1912 (23 de Abril): *Parecer sobre os Museus Regionais: Vantagens e Perigos, elaborado pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra*. Ofício expedido ao Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas. Coimbra, 23 de Abril de 1912, AHME – Correspondência Expedida, Vol. 1.º, pp. 11-12. Cota 347.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 927 e 929.

Doc. 108 – 1912 (20 de Junho): *Proposta do arquitecto José Marques da Silva no Conselho de Arte Nacional para que se constituísse em cada Conselho de Arte e Arqueologia um arquivo dos monumentos e sítios históricos do país*. In Acta n.º 5 da sessão de 20 de Junho de 1912. AHME – Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional. Lisboa, 1912-1921. Cota 730. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1228.

Doc. 109 - 1912 (22 de Dezembro): *Síntese do estudo histórico e arqueológico das Torres da Sé de Lisboa, apresentada à Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística*. In Acta n.º 24, de 22 de Dezembro de 1912, pp. 55-56. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914. Livro – 261. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1304.

Doc. 110 – 1913 (10 de Janeiro): *Resposta de Rosendo Carvalheira à reclamação do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa a propósito do coro e cadeiral da igreja do Mosteiro dos Jerónimos*. ANBA – CSMN. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 683 e 1260.

Doc. 111 – 1913 (20 de Janeiro): *Parecer sobre o Palácio de Queluz, em resposta à consulta de 23 de Agosto de 1912*. In Acta n.º 26, da sessão da Comissão dos Monumentos de 20 de Janeiro de 1913, p. 65. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914. Livro 261. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 683, 997 e 1178.

Doc. 112 – 1913 (10 de Fevereiro): *Proposta de Classificação de diversos Dolmens feita por Leite de Vasconcellos na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição*. Ofício remetido pelo proponente. In Processo S/nº – Dolmens. ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Igrejas, Vol. 1. Livro 240. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 440 e Tomo 2, p. 952

Doc. 113 – 1913 (24 de Fevereiro e seguintes): *Quesitos colocados por Adães Bermudes sobre a eventualidade do Mosteiro dos Jerónimos serem Panteão Nacional e respostas da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição a estes quesitos e respectivos antecedentes, crise da Comissão e consequentes*. Extractos das decisões. In Actas n.º 26, 20 de Janeiro, pp. 63-64; n.º 27, de 27 Janeiro, pp. 70-71; n.º 30, de 24 de Fevereiro, p. 76, n.º 31, de 28 de Fevereiro, pp. 79-81; n.º 32, de 3 de Março, 82-87; n.º 33, de 10 de Março, pp. 90-91, Acta n.º 34, p. 89, 90-91, n.º 44, p. 115. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914 e 1914-1920. Livros – 261 e 262. Parcialmente inédito
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 704

Doc. 114 – 1913 (26 de Fevereiro): *Primeiro decreto de classificação depois da publicação da lei de 26 de Maio de 1911*, In *Diário do Governo*, n.º 29, 6 de Fevereiro de 1913, p. 445.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 949 e 1000

Doc. 115 – 1913 (21 de Abril e 13 de Novembro): *Relatório da visita à igreja e claustro dos Jerónimos*. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Anos 1882-1925. Livro 244.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1258.

Doc. 115 A – 1913 (5 de Dezembro): *Decreto do Ministério de Instrução Pública pedindo que os Conselhos de Arte e Arqueologia procedam à revisão do inventário dos monumentos nacionais constantes do decreto de 16 de Junho de 1910*. In *Diário do Governo*, n.º 286, de 8 de Dezembro de 1913, p. 881.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 953.

Doc. 116 – 1913 (18 de Dezembro): *Intervenção dos architectos na conservação e restauro dos monumentos nacionais. Projecto do Conselho de Arte Nacional para ser publicado como Decreto do Ministério do Fomento*. AHME – Conselho de Arte Nacional, Actas. 1912-1921, pp. 33-35. Cota 730. Inédito.
Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 709, 1115, 1206 e 1286, Vol. II p. 418.

Doc. 117 – 1913 (18 de Dezembro): *Bases para a formação de um Arquivo dos Monumentos e Sítios Históricos do País*. Proposta aprovada do architecto José Marques da Silva. AHME – Conselho de Arte Nacional, Actas. 1912-1921, pp. 35-37. Cota 730. Inédito.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1021 e 1228.

Doc. 118 – 1913 (20 de Dezembro): *Decreto que determina que os Conselhos de Arte e Arqueologia proponham a nomeação ao Ministério de Instrução Pública de vogais correspondentes e auxiliares para apoiar os referidos Conselhos nas suas respectivas circunscrições*. Decreto assinado pelo Presidente da República Manuel de Arriaga e pelo Ministro da Instrução, António Joaquim da Sousa Júnior. *Diário do Governo*, n.º 301, de 26 de Dezembro de 1913.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 771

Doc. 119 – 1913 (28 de Dezembro): *Catálogo de Objectos Artísticos de Portugal*. Ofício, n.º 113, dirigido ao Ministro de Instrução Pública, CE – pp.70-71. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, Livro 1.º (1911-1924). Cota 347. Inédito.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 973.

Doc. 120 – 1914 (23 de Janeiro): *Método para a classificação de Monumentos Nacionais, proposto por Adães Bermudes na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição*. Acta n.º 50, de 23 de Janeiro de 1914. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Vol. 1. Livro 261. Inédito.
Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 954

Doc. 121 – 1914 (10 de Fevereiro): *Providências para evitar infiltrações nos telhados do Mosteiro dos Jerónimos*. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1298.

Doc. 122 – 1914 (4 de Abril): *Carta enviada pela Comissão dos Monumentos ao Ministro do Fomento acerca de obras de conservação, restauro e valorização do Mosteiro dos Jerónimos e criticando obras que não eram aconselháveis de acordo com o seu real valor patrimonial*. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1259

Doc. 122 A – 1914 (21 de Maio e 22 de Dezembro): *Propostas de criação do Museu de Arte e Arqueologia de Évora e de Bragança, de José de Figueiredo*. Actas das Sessões respectivas do Conselho de Arte Nacional, pp. 46 e 55. AHME – Conselho de Arte Nacional, Actas 1912-1921, pp. 45-47 e 62-67. Cota 730. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 910

Doc. 123 – 1914 (3 de Agosto): *Parecer sobre o Tesouro da Sé de Lisboa*. Ofício n.º 200, Liv.º 10, enviado ao Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação. ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1914. Livro 150. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 911.

Doc. 124 – 1914 (15 de Agosto): *Parecer sobre o Tesouro da Sé de Évora*. Ofício n.º 235, Liv.º 10, dirigido ao Chefe da Repartição de Instrução Artística do Ministério da Instrução Pública. ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1914. Livro 150. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 911

Doc. 125 – 1915 (26 de Fevereiro): *Proposta de classificação da igreja de Carnide da autoria de José de Figueiredo*. Original com letra e assinatura do proponente. ANBA – Documento avulso, sem classificação, integrado com algumas modificações na sessão de 27 de Fevereiro de 1915 da Comissão dos Monumentos. Acta n.º 69, fol. 13-15v.º. ANBA – CM, Actas, Vol. 2, Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 992

Doc. 126 – 1915 (9 de Abril): *Proposta para a trasladação dos restos mortais de Afonso de Albuquerque para os Jerónimos e criação do panteão nacional em Santa Engrácia, de Henrique Lopes de Mendonça*. In Acta n.º 73, da sessão da Comissão de Monumentos da 1.ª Circunscção, fol. 25-25v.º. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas, vol. 2, Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 704

Doc. 127 – 1915 (16 de Julho): *Relatório do Paço de Sintra, revelando alguns detalhes descobertos que foram objecto de uma intervenção de reintegração, levada a efeito por Rosendo Carvalheira*. In Acta n.º 81, de 16 de Julho de 1915, fol. 36-37v. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, Vol. 2. Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1170 e 1290

Doc. 128 – 1915 (22 de Julho): *Carta do pároco colado da freguesia de Santa Maria de Loures, Joaquim José Pombo, procurando junto da Comissão dos Monumentos salvar a Igreja e os seus bens móveis da onda de vandalismo que se verificava no concelho de Loures*. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro 243.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 905 e 1066

Doc. 129 – 1915 (3 de Agosto a 17 de Agosto): *Análise das obras de reintegração do Palácio de Sintra desenvolvidas pelo Arquitecto Rosendo Carvalheira e apreciação das ditas obras pela Comissão dos Monumentos, a ele transmitida e ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia*. Ofícios n.º 418, de 3 de Agosto e n.º 419, de 16 de Agosto de 1915. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência Saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inéditos.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1170 e 1290

Doc. 130 – 1915 (11 de Dezembro): *Proposta da classificação da Torre de Manhente, Vilar de Frades*. Ofício n.º 29, L.º C, dirigido ao Presidente do CAA da 3.ª Circunscrição, pelo Presidente da CM, José Marques da Silva, fol. 29-30. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição], 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1000

Doc. 130 A – 1916 (7 de Janeiro): *Deliberação para a classificação como Monumento Nacional da Praça da Senhora da Oliveira, em Guimarães, no seu conjunto, principalmente nos seus três lados norte, sul e nascente*. Ofício n.º 31 – L.º C, Ofício dirigido ao Presidente do CAA, pelo Presidente da CM, datado de 7 de Janeiro de 1916, fol. 31-32. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição], 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 956 e 1020

Doc. 131 – 1916 (6 de Abril): *Memória descritiva do Projecto de Restauro do Antigo Paço Municipal de Bragança, da autoria do arquitecto Adães Bermudes*. Ofício dirigido ao Ministro do Fomento, Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. Cópia. AHME – CAA, 3.ª Circunscrição. Cópia da Correspondência [Particular], Fol. 4 v.º a 8. 1916. Cota 334. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1215 e 1287

Doc. 132 – 1916 (Abril e 22 de Junho): *Carta enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, invocando a salvaguarda da Torre de Belém, símbolo de Lisboa e da civilização europeia, contra os efeitos que lhe causava a presença da fábrica de gás de Belém*. Cópia assinada pelos membros da Comissão dos Monumentos (assinaturas autografadas). ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1916. Livro 152. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1076 e 1248

Doc. 133 – 1916 (10 de Maio): *Relatório de Marques de Oliveira sobre o local e as colecções destinadas ao Museu de Lamego*. Cópia inserta no ofício do Ministério de Instrução Pública, Repartição de Instrução Artística, L.º 4, n.º 115, enviado ao Presidente do CAA de Coimbra, em 5 de Julho de 1916, CAA: 3.ª Circunscrição – Correspondência Recebida, n.º 221-222, fol. 68-69. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 794 e 943.

Doc. 134 – 1916 (15 de Junho): *Indicações para a resolução imediata dos efeitos do incêndio no Palácio de D. Manuel em Évora, de modo a viabilizar um projecto de restauro*. Ofício da Comissão dos Monumentos, Liv.º 1, n.º 145, ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 842

Doc. 135 – 1916 (26 de Junho): *Parecer de José Marques da Silva sobre o projecto de restauro do Antigo Paço Municipal de Bragança elaborado pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes e datado de 30 de Março de 1919*. Ofício S/n.º - L.º C Ofício dirigido ao Presidente do CAA, pelo Presidente da CM, datado de 20 de Setembro de 1916, fol. 35-38, AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1215.

Doc. 136 – 1916 (14 de Agosto): *Reacção da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscricção contra a decoração e mobiliário colocados no Palácio da Pena que não contribuían para a educação do público*. Ofício da Comissão dos Monumentos, Liv.^o 1, n.^o 462, ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 997

Doc. 136 A – 1916 (5 de Setembro): *Carta de apresentação da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém ao Conselho de Arte e Arqueologia*. Carta autógrafa desta data. ANBA – CAA, 1.^a Circunscricção, Correspondência entrada (1911-1925), Livro 243. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 814

Doc. 137 – 1916 (23 de Outubro): *Proposta de José Queiroz para a «Defesa de Évora», apresentada na Assembleia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. In *Associação dos Arqueólogos Portugueses. Defesa de Évora*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1916.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 786 e 787

Doc. 138 – 1916 (18 de Novembro): *Memória Justificativa do Projecto de Reparação do Mosteiro de Pombeiro, da autoria do Engenheiro Chefe da Secção Tomaz Joaquim Dias*. Ofício dirigido ao Ministro do Fomento, Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. Cópia. AHME – CAA, 3.^a Circunscricção. Cópia da Correspondência [Particular], Fol. 4 v.^o a 8. 1916. Cota 334. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1287

Doc. 139 - 1916 (17 de Dezembro): *Estatutos da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém*. Anexo ao ofício assinado pelo presidente da Comissão, Joaquim Augusto, em resposta a um pedido do Conselho de Arte e arqueologia. ANBA – CSMN, Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 815

Doc. 140 - 1916 (18 de Dezembro): *Proposta de classificação de um grupo de monumentos da cidade de Santarém enviada ao Presidente do Conselho dos Monumentos e respectivo relatório destinado ao Ministro de Instrução Pública (7 pp.)*. Cópias dos ofícios n.^o 483 e 483 A. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 817 e 954

Doc. 141 – 1916 (31 de Dezembro): *Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira. Conta Geral da Receita e Despesa desde a instalação da Comissão que teve lugar em Novembro de 1909 até Dezembro de 1916*. In *O Castello da Feira: Sua descrição, sua historia e noticia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora, Porto: edição do autor – Officinas de O Commercio do Porto, 1917.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 799.

Doc. 141 A – 1917 (11 de Maio): *Relatório da Inspeccção de Revisão dos Monumentos Classificados de Elvas e Vila Viçosa*. In Acta n.^o 110 da Comissão dos Monumentos Nacionais, vol. 2, fol. 69-70. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas. Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 954

Doc. 142 – 1917 (Julho de): *Ofício dirigido a entidade não nomeada (ligada ao Ministério da Justiça e Cultos), referente à conservação e inventário dos bens resultantes da Lei da Separação, assinada pelo presidente Teixeira de Carvalho*. Ofício n.^o 224. AHME - CAA: 2.^a Circunscricção. Correspondência expedida (Copiador). Livro n.^o 1. 1911-1924, pp. 127-128. Cota – 347. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 882.

Doc. 143 – 1917 (17 de Julho e 31 de Julho): *Queixa apresentada por António Augusto da Costa Motta, acerca de novos apedrejamentos das estátuas do Convento de Mafra e respectiva resposta da Direcção Geral da Fazenda Pública*. Ofício n. 508, expedido pela Comissão dos Monumentos (L.º 1, Of. 508) e recebido desta Direcção Geral, n.º 126, l.º 2. ANBA – CM: Correspondência. Saída. Livro 245 e CAA: Correspondência Recebida, vol. VI, CAA – Livro 177. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 746, 933 e 973

Doc. 144 – 1918 (5 de Janeiro): *Tombo dos prédios na posse do Ministério da Guerra, considerados Monumentos Militares*. Ofício n.º 305, enviado pelo Ministério da Guerra. AHME – CAA 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, fol. 100. AHME – 352. Inédita.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1114 e 1223

Doc. 145 – 1918 (8 de Abril): *Reintegração arquitectónica da Sé de Viseu*. Ofício recebido n.º 319, enviado por Director do Museu Regional de Grão Vasco, Francisco de Almeida Moreira. AHME – CAA 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, fol. 105vº-107. AHME – 352. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1171

Doc. 146 – 1918 (17 de Novembro): *Posição do Conselho de Arte e Arqueologia em relação à vitória dos Aliados na 1.ª Grande Guerra*. Acta n.º 58, de 17 de Novembro de 1918, fol. 63. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição. Coimbra. Livro de Actas 1911- 1923. Cota 351. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1078

Doc. 146 A – 1918 (28 de Novembro): *Representação dirigida ao Presidente da República, Sidónio Pais, solicitando verba para a remoção, transferência e reconstituição e posse do Estado da Capela do Tesoureiro, anexa à antiga igreja de S. Domingos*. Ofício n.º 252, dirigido ao Presidente da República. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, 1911-1924, pp. 142-143. Cota 347.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 992

Doc. 147 – 1919 (sem data): *Circular e Estatutos da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo para promover a associação naquela União*. Convento de Cristo. Arquivo da UAMOC. Circulares.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 822

Doc. 147 A – 1919 (10 de Fevereiro): *Protesto do Conselho de Arte e Arqueologia contra a representação do Cabido da Sé de Coimbra e pela manutenção do Museu de Arte Sacra da Sé de Coimbra no Património do Estado e sua integração no Museu Machado de Castro*. Ofício n.º 254, dirigido ao Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, vol. 1, pp. 144-147. Cota 347.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 899.

Doc. 148 – 1919 (23 de Junho): *Proposta de inclusão da igreja de S. João Baptista da cidade de Beja no cadastro de imóveis a conservar, assinado por Adães Bermudes*. Cópia. ANBA – CAA: Comissão dos Monumentos. Correspondência saída (1914-1925). Livro 245. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 999

Doc. 149 – 1919 (28 de Junho): *Ofício acerca dos trabalhos gratuitos de direcção de restauro da obra de escultura e talha do Palácio de Queluz, do escultor António Augusto da Costa Motta, vogal da Comissão dos Monumentos, que cessava em virtude do falecimento do architecto Rosendo Carvalheira e da necessidade de continuação, mas agora remunerado*. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência Expedida. 1919. Livro 155. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 746 e 933.

Doc. 150 – 1919 (14 de Novembro): *Oposição da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição à criação da Comissão do Património Artístico, afecto ao Ministério das Finanças*. Ofício n.º 348, dirigido ao presidente da CAA. ANBA – CAA, 1.^a Circunscrição, Correspondência Expedida. 1919. Livro 155. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1107

Doc. 151 – 1919 (16 de Novembro): *Estatutos do Grupo Pró-Évora*. In *Estatutos do Grupo Pro-Evora*. Évora: Minerva Comercial, 1920, pp. 3-5.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 836

Doc. 152 – 1920 (20 de Janeiro): *Relatório de Actividades da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Cópia do Relatório referente ao Ofício n.º 36/16 do Conselho de Arte e Arqueologia. ANBA – CSMN. Correspondência. Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 827

Doc. 153 – 1920 (5 de Fevereiro): *Relatório acerca da grave situação das abóbadas da igreja e claustro do mosteiro dos Jerónimos, apresentado por Adães Bermudes*. Aprovado pela Comissão dos Monumentos na sua reunião no Mosteiro de 14 de Janeiro de 1921. Acta n.º 143. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, vol. 2. Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1216 e 1300

Doc. 154 – 1920 (17 de Maio): *Projecto de uma lei de protecção aos monumentos nacionais, de Francisco Augusto Garcez Teixeira*. In *Arqueologia e História*, Vol. 1, Lisboa: Ed. AAP, 1922, pp. 53-54.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 782 e 976

Doc. 155 – 1920 (5 de Junho): *Relatório da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição a propósito da estabilidade das abóbadas da Igreja de S. Francisco de Évora*. Documento apresentado na sessão de 5 de Junho de 1920 e apenso colado às Actas da Comissão dos Monumentos, entre folhas 99vº e 100 (5 pp.). ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, 2.º volume, Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 842 e 1216

Doc. 156 – 1920 (16 de Setembro): *Ofício da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo acerca das graves lesões verificadas na Charola provocadas pela Torre*. Ofício n.º 21, em papel timbrado por meio de carimbo, da UAMOC. ANBA – CSMS, Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1270

Doc. 157 – 1920 (22 de Setembro): *Parecer de Raul Lino acerca de um projecto de intervenção em património edificado da cidade de Évora*. Ofício da Nova Companhia Nacional de Moagem, de Lisboa, dirigido à Presidente do Grupo Pró-Évora, contendo o referido parecer destinado a ser adaptado aos interesses daquela empresa. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 843

Doc. 158 – 1920 (16 de Outubro): *Comunicação do Vice-presidente da Comissão dos Monumentos, arquitecto Adães Bermudes, sobre o embargo da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém a respeito das obras ilegais executadas pela Reitoria do Seminário de Santarém*. Acta n.º 140, de 16 de Outubro de 1920. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, vol. II, fol. 103-103v.º. Livro 262. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 779

Doc. 159 - 1920 (22 de Dezembro): *Pedido da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo para que fosse classificada a Sinagoga de Tomar como Monumento Nacional*. UAMOC – Ofício n.º 10, assinado por Garcez Teixeira. ANBA – CSMN. Correspondência. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 243. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1007

Doc. 160 – 1921 (7 de Janeiro): *Discussão da Comissão dos Monumentos acerca dos assuntos referentes ao Convento de Cristo por razão dos graves problemas verificados na abóbada da Charola*. Acta n.º 142. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, vol. 3, fols. 1-3v.º. Livro 263. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1272

Doc. 161 – 1921 (14 de Janeiro): *Pedido de classificação do Castelo de Marvão pela Comissão de Vigilância e Defesa do Castelo de Marvão*. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 991

Doc. 162 – 1921 (22 de Fevereiro): *Relatório da Vistoria ao Convento de Cristo em Tomar*. Acta n.º 146, de 22 de Fevereiro de 1921. ANBA – Actas da Comissão dos Monumentos. Vol. 3, Livro 263. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1272 e 1276

Doc. 163 – 1921 (21 de Março): *Parecer para a classificação da Sinagoga de Tomar como Monumento Nacional*. Parecer incluído na acta n.º 148 de 22 de Março de 1921. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, vol. 3, Livro 263. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1007

Doc.164 – 1921 (30 de Abril): *Ofício de agradecimento pela visita da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição a Évora, a qual permitiu, em conjunto com o Grupo Pró-Évora, proceder à classificação de uma lista de monumentos da cidade*. Cópia do ofício n.º 63, assinado pela Presidente, D. Leonor Fernandes de Barahona Caldeira. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 954

Doc. 164 A – 1921 (27 de Abril): *Reacção de Francisco Augusto Garcez Teixeira contra a criação pelo Parlamento do Museu Regional de Abrantes que assim vinha prejudicar a causa do Museu Regional de Tomar, situado no Convento de Cristo*. Ofício autógrafa, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 833

Doc. 164 B – 1921 (13 de Setembro): *Relatório-Proposta de Classificação da Igreja da Sé de Silves apresentado pelo relator Adães Bermudes*. In Acta n.º 156 da Comissão dos Monumentos Nacionais, de 11 de Outubro de 1921, vol. 3, fol. 26-27. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas. Livro 263. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 954 e 991 e 1247

Doc. 165 – 1921 (11 de Outubro de): *[Proposta de Classificação do Edifício e da Igreja da Misericórdia de Santarém]*. Texto manuscrito e autógrafa. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 994

Doc. 165 A – 1921 (11 de Dezembro): *Relatório sobre as obras de S. João das Donas ou S. João da Cruz de Coimbra*. Acta n.º 89, de 11 de Dezembro de 1921, fol. 95vº-96vº, AHME – CAA, 2.ª Circunscrição. Coimbra. Livro de Actas 1911- 1923. Cota 351. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, pp. 1095 e 1163

Doc. 165 B – 1922 (6 de Março): *Parecer do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, contra projecto de cobertura da Igreja de São Tiago, do arquitecto Adães Bermudes*. Ofício n.º 467, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte Nacional. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, vol. 1, p. 248. Cota 347.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1163

Doc. 166 - 1922 (18 de Maio): *Proposta de Classificação dos Pelourinhos Portugueses como Monumentos Nacionais, Circular e questionário para enviar para as Câmaras Municipais*. Actas das sessões da Comissão dos Monumentos, n.º 165 e 166, respectivamente dos dias 18 de Maio e 1 de Junho de 1922. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas, Livro 263. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1009

Doc. 167 – 1922 (1 de Junho): *Proposta de classificação e respectiva memória justificativa do Castelo da Amieira aprovada pela Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição do CAA*. Acta n.º 166, da sessão da Comissão dos Monumentos de 1 de Junho de 1922. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas e CSMN, Propostas e Pareceres, respectivamente Livros 263 e 244. Inéditos.

Localização: Vol. I, Tomo 1, p. 59

Doc. 168 – 1922 (13 de Junho): *Revisão da classificação das muralhas de Évora, como conjunto e respectivas condições de salvaguarda*. ANBA – CAA: Comissão dos Monumentos, Correspondência Saída. Livro 245. Inédito

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 956, 1002 e 1021

Doc. 169 – 1922 (15 de Junho): *Solicitação do Grupo Pró-Évora para que o licenciamento de obras municipais da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora só seja autorizado depois da apreciação dos processos e projectos a fazer pelo Conselho de Arte e Arqueologia, sendo o referido grupo o intermediário, com vista a defender a estética da cidade*. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1919-1923). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 841 e 1092

Doc. 170 – 1922 (18 de Julho e 12 de Agosto): *Subscrição dirigida aos «Monsanenses» para que todos possam salvar a tribuna da Igreja da Misericórdia e ofício remetido ao Conselho de Arte e Arqueologia, por Baltazar Dias Coelho sobre o mesmo assunto e remetendo a subscrição*. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 862

Doc. 171 – 1922 (Agosto): *[Proposta para a classificação da Igreja da Aldeia Galega da Merceana]*. Texto manuscrito autógrafa. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 991

Doc. 172 - 1922 (11 de Agosto): *Circular impressa contendo proposta de Umberto Beça para que se constituíssem comissões locais de vigilância pela guarda e conservação dos Castelos da Beira, de modo a proceder-se, de acordo com o Conselho de Arte e Arqueologia, à sua classificação, conservação e restauro atendendo ao resultado de decisões tomadas no 2.º Congresso Beirão*. s.l., [s.n]. s. d. [1922]. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 777

Doc. 173 – 1922 (25 de Agosto): *[Proposta de Classificação da Capela de Nossa Senhora das Salas, em Sines]*. Texto manuscrito e autógrafa. ANBA – Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 994

Doc. 174 – 1922 (11 de Outubro): *Reacção do Grupo Pró-Évora contra a colocação de qualquer mísula ou suporte na Ermida de São Brás, monumento nacional, dando sinal do seu estatuto de vigilância contra atentados ao património, em nome da Comissão dos Monumentos*. Ofício dirigido ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1919-1923). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1097

Doc. 175 – 1922 (10 de Novembro): *Causas recentes que agravaram o estado de ruína da Charola do Convento de Cristo, cujas obras de consolidação estavam paradas*. Ofício do Vice-Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição ao Administrador Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pedindo providências para evitar as consequências. ANBA – CAA, Correspondência Expedida. Ano de 1922. Livro 158.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1277

Doc. 176 - 1922 (11 de Dezembro): *Programa dos estudos e trabalhos para o restauro do claustro principal, dito de D. João III*. Ofício s/n.º do Presidente da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, Garcez Teixeira, ao Presidente da Comissão dos Monumentos por Garcez Teixeira. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência recebida (1911-1925). Livro 243.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1321

Doc. 177 – 1922 (11 de Dezembro): *Carta da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria ao sócio Tito Larcher enviando-lhe extracto da Acta da Assembleia desta associação, onde fora aprovado um voto de louvor atribuído à Comissão Administrativa das obras de consolidação do Castelo de Leiria e se resolver manifestar desagrado pela campanha de difamação que aquele sócio vinha desenvolvendo contra a dita Comissão*. Arquivo Distrital de Leiria. Fundo Larcher. Correspondência.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 809

Doc. 177 A – 1922: *Modelo de Ficha de Proposta de Classificação de Monumento Nacional a integrar no Inventário. Exemplo referente à Igreja de Santa Maria de Alcáçova, Concelho de Santarém, Distrito de Santarém*. ANBA – CSMN, Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 973

Doc. 178 – 1923 (12 de Janeiro): *[Proposta de Classificação da Igreja do Hospital de Jesus Cristo de Santarém]*. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 992

Doc. 179 - 1923 (16 de Janeiro): *[Propostas de Classificação da Janela de ângulo e da Fachada quinhentistas de Tomar]*. Texto dactilografado. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1006

Doc. 180 - 1923 (20 de Fevereiro e 4 de Julho): *Razões justificativas da proposta de classificação da Capela do Tesoureiro, do extinto Convento de S. Domingos apresentadas ao Ministro da Instrução Pública pelo colectivo do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*¹ e respectivo despacho de classificação comunicado pelo Director Geral de Belas Artes. Ofício expedido em 20 de Fevereiro e ofício recebido em 4 de Julho de 1923. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência expedida, vol. 1 e Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, respectivamente cotas 347 e 352. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 994

Doc. 181 - 1923 (5 de Abril): *Solicitação para se proceder à entrega da casa capitular da Sé de Évora ao cabido da mesma Sé e remoção dos livros ali existentes, para dar continuidade às obras de desentulho do claustro da mesma Sé*. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Ofício expedido n.º 156, Correspondência (1919-1923), n.º. 269. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1171

Doc. 182 – 1923 (10 de Abril): *Convite do Grupo Pró-Évora para a Conferência de António Sérgio*. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923).

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 836

Doc. 183 - 1923 (14 de Julho de 1923): *Programa das obras necessárias para a Casa do Capítulo incompleta do Convento de Cristo solicitadas pela União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Cópia que acompanha ofício do CAA de 19 de Julho de 1923, dirigido à Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1923. Livro 159. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1316

Doc. 184 - 1923 (13 de Agosto): *Carta de António Augusto Gonçalves a Garcez Teixeira oferecendo-lhe remédios fáceis para a protecção e conservação do calcário de monumentos*. Carta autografa original. Convento de Cristo, Arquivo Histórico da UAMOC, Correspondência recebida.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1246

Doc. 185 – 1924 (18 de Janeiro): *Representação ao Ministro da Instrução Pública contra o estado de abandono e de vandalismos nos monumentos nacionais, nomeadamente na Praça do Comércio, que podiam motivar a interrupção da Comissão dos Monumentos*. Cópia de ofício a que se refere a Acta n.º 185 da Comissão dos Monumentos. ANBA – CAA: Correspondência. Ano de 1924. Livro 52. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1065 e 1203.

Doc. 186 – 1924 (Janeiro): *Relatório do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição [1920-1924]*, Acta n.º 12, 4 de Abril de 1912, pp. 47-57, ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição. Actas, anos 1911 a 1931. Livro 180. Inédito

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1066, 1203 e 1229

Doc. 186 A – 1924 (28 de Fevereiro): *Relatório da Visita a S. João de Tarouca com o objectivo de informar o Ministro da Instrução de abusos contra a integridade do monumento e estado de conservação das suas pinturas*. Parecer transcrito n.º 576, pp. 294-297 in AHME – Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Correspondência expedida (Copiador). Livro nº 1. 1911-1924. Cota 347. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1225

¹ Trata-se de uma nova versão do ofício n.º 252, de 1919, enviado como representação ao Presidente da República, de 28 de Novembro de 1918 e só enviado em 1919. Assinam 16 membros do CAA. Augusto Gil escreve: Enquanto mais não puder fazer-se, proponho que a Capela chamada do Tesoureiro seja decretada monumento nacional. Lx.ª 22-V-923. Augusto Gil.”.

Doc. 187 – 1924 (16 de Maio): *[Proposta de Classificação dos restos do Castelo, Igreja Matriz e Porta e Igreja da Misericórdia de Loulé]*. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 991 e 999

Doc. 188 – 1924 (16 de Maio): *[Propostas de Classificação das Muralhas e de outros monumentos em Estremoz]*. ANBA – Propostas e Pareceres. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1001

Doc. 189 – 1924 (Junho): *Proposta de Francisco Santos Coelho, pedreiro construtor, morador em Évora, para ajuste de trabalhos de tarefa particulares nos telhados da Sé de Évora, no valor de 5890\$00*. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1925-1932), n.º 26. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1171

Doc. 190 – 1924 (25 de Junho e 9 de Agosto): *Parecer da Comissão dos Monumentos da 3.ª Circunscrição para a classificação como monumento nacional da Casa do Infante, no Porto e critérios introduzidos pela mesma Comissão para a execução das obras*. Ofícios n.º 73 e 77 do Livro de Cópias, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, e ao Director da Alfandega do Porto, fols. 73-75 e 77-70. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 992 e 1266

Doc. 191 – 1924 (1 e 3 de Outubro): *Pedido de integração dos objectos artísticos da igreja de Santa Joana, em Lisboa, desafectada do culto para serem incorporados no Convento de Cristo, na Igreja de S. João Baptista de Tomar e no Museu do Carmo*. Ofícios dirigidos pelo Coronel Francisco Teixeira Garcez, na qualidade de Presidente da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo e de vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ofícios recebidos n.º 127 e 132, datados respectivamente de 1 de Outubro e de 3 de Outubro de 1924. ANBA – CAA, Correspondência. Ano de 1924. Livro 52. Inéditos

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 834 e 887.

Doc. 192 – 1924 (21 de Novembro): *[Proposta de Classificação da Igreja do Convento da Encarnação]*. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 994

Doc. 193 – 1924 (14 de Dezembro): *Proposta para a classificação das Muralhas de Lagos*. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres. 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 991

Doc. 194 – 1924 (14 de Dezembro): *Proposta para a classificação das Igrejas de Santo António e de S. Sebastião, da cidade de Lagos*. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 991, 992 e 999

Doc. 195 – 1925 (6 de Outubro): *Representação do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição ao Ministro do Comercio a propósito das obras e problemas de restauro da igreja de Santiago de Coimbra*. Ofício n.º 673, assinado pelo vice-presidente Tomás da Fonseca. AHME – CAA: 2.ª Circunscrição, Correspondência enviada, fol. 20.º-21v.º. Cota 343. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1193

Doc. 196 – 1925 (30 de Dezembro): *Carta particular de Adães Bermudes a Celestino David, vice-presidente do Grupo Pró-Évora, a propósito de obras na Capela do Fundador da Sé de Évora e reparação dos telhados do Convento do Calvário*. Arquivo do Pró-Évora, Correspondência (1925-1930). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1171

Doc. 197 – 1927 (15 de Julho): *Sobre a reintegração de património deslocado no Palácio Nacional de Queluz e rejeição do pedido da Câmara Municipal de Lisboa*. Ofício n.º 62 do Conselho de Arte e Arqueologia. ANBA – CAA, Correspondência expedida, Ano de 1927. Livro 163. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1178

Doc. 198 – 1928 (8 de Setembro): *Ofício do Director da 3.ª Repartição da DGBA, Arquitecto Adães Bermudes, com parecer sobre a intenção de colocação de telha de marselha nos telhados da Câmara Municipal de Tomar*. Arquivo da ex-DGEMN (actual IHRU). Processo Administrativo, 2053. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1029

Doc. 199 - 1929 (9 de Janeiro): *Proposta da Direcção Geral de Belas Artes, 3.ª Repartição, para a criação da zona de protecção do Mosteiro da Batalha*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. 7, Livro 178. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1027

Doc. 200 – 1929 (19 de Janeiro): *Carta particular do arquitecto António do Couto, a propósito das obras na Capela do Fundador da Sé de Évora*. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1925-1930). Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1171

Doc. 201 – 1929 (5 de Fevereiro): *Unificação Internacional dos Catálogos dos Museus a pedido do Presidente da Comissão Nacional da Cooperação Intelectual associada à Sociedade das Nações*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. 7, Livro 178. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1081

Doc. 201 A – 1929 (24 de Novembro): *Discurso do Vice-presidente, Tomás da Fonseca, enquanto Presidente interino do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, na tomada de posse de Vergílio Correia, como Director do Museu Machado de Castro*. Acta n.º 163, de 24 de Novembro, fol. 53-54. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição. Livro das Actas 1924-1932. Cota 365. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 925 e 1127

Doc. 202 – 1930 (5 e 8 de Janeiro): *Enunciado das obras a executar na Torre da Charola do Convento de Cristo, em Tomar apresentadas pelo tarefeiro Raul Marques da Graça, de Tomar*. Propostas apresentadas, in Arquivo da ex-DGEMN (actual IHRU). Processo Administrativo, 2053. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1279

Doc. 203 – 1930 (12 de Março): *Resgate do Convento de Cristo*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. VII, Livro 178 e CAA: Correspondência Enviada, 1930. Livro 166. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 831

Doc. 204 – 1930 (24 de Abril): *Carta de Bartolomeu Dias da Costa Cabral dirigida ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, revelando a sua intenção que fosse o Estado a comprar a sua Quinta dos Sete Montes, parte rústica e urbana no Convento de Cristo e as condições que nisso colocava.* Cópia, integrada no processo. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, vol. 7, Livro 178 e CAA: Correspondência Enviada, 1930. Livro 166. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 831

Doc. 205 – 1930 (25 de Maio): *Parecer sobre as obras de conservação no Convento de S. Francisco de Santarém, subscrito pelo arquitecto José Alexandre Soares.* ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1930. Livro 166. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1211

Doc. 206 – 1930 (9 de Outubro): *Recibo da entrega de Pinturas o Convento das Trinas de Mocambo para o Convento de Cristo.* “*Pasta: Calvário do Convento de S. Francisco de Xabregas*”. Convento de Cristo, Arquivo da UAMOC. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 834

Doc. 207 – 1930 (19 de Novembro): *Parecer da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição a respeito do Ascensor do Palácio da Pena, Cabo Aéreo de ligação ao Castelo dos Mouros.* Acta n.º 182, de 19 de Novembro de 1930, fol. 16-16v.º. ANBA – Comissão Executiva, Actas, Livro 3.º (1929-1931). Livro 185. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1096 e 1177

Doc. 208 – 1931 (11 de Fevereiro): *Proposta de classificação da Igreja de Santo António de Lisboa, como monumento nacional e critérios para a orientação das obras em curso, apresentados por José de Figueiredo.* Acta n.º 15, do Conselho Geral de Arte e Arqueologia, pp. 71-73. ANBA – CAA, Conselho Geral, Actas, 1911-1931. Livro 180. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 994

Doc. 209 - 1932 (3 de Abril) – *Acta da 1.ª Sessão da Academia Nacional de Belas Artes.* ANBA – Academia Nacional de Belas Artes – Actas, volume 1, pp. 2-3. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 1130 e 1176

Doc. 210 - 1937 (8 de Agosto) – *Discurso de José de Figueiredo no Claustro Principal do Convento de Cristo em Tomar, por ocasião do início da Missão de Férias da Academia Nacional de Belas Artes, da qual era presidente.* ANBA – Missões de Férias, Tomar, 1937, tomo 1. Inédito.

Localização: Vol. I, Tomo 2, p. 773 e 1134

2.2.2 Documentos.

Documento 1

1858 (27 de Outubro) – *Portaria que encarrega Joaquim Possidónio Narciso da Silva de proceder ao levantamento dos edifícios públicos de valor histórico e arqueológico e a inspecções sobre o respectivo estado de conservação.* IAN/TT, Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, Livro 1468, fols. 210vº.-211².

S. M. El-Rei, Houve por bem nomear ao Architecto Civil Joaquim Possidonio Narcizo da Silva para o desempenho da importante Commissão de examinar todos os edificios publicos, das diversas epochas que existirem no Reino, – encarregando-o outro sim de levantar as plantas e desenhar os alçados e vistas que merecerem este trabalho por seu valor artistico, – colligindo igualmente todos os esclarecimentos que podessem servir para formar a historia dos monumentos artisticos d'este Paiz. Pelo que manda o mesmo Augusto Senhor a todas as authoridades administrativas e militares a quem esta for apresentada, que não ponhão impedimento ao livre transito do sobredito Architecto Civil, antes lhe prestem todos os officios e protecção de que careça no desempenho da dita Commissão. E para sua salva e guarda se passou a presente que leva o sêllo das Armas Reaes. Paço das Necessidades em 27 d'Outubro de 1858. = Marquez de Loulé.

² Este documento foi publicado por CHAGAS, José António Amaral Trindade, *Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896). Contributos (...)*, Tese Doutoramento Universidade de Évora, *ob. cit.*, pp. 218-219.

Documento 2

1862 (31 de Maio) – *Decreto e Instruções que fazem parte do decreto de 31 de Maio de 1862, para execução do artigo 11.º da carta de lei de 4 de Abril de 1861, sobre a administração dos bens e rendimentos dos conventos das religiosas suprimidos.* Assinado por Joaquim Thomás Lobo d'Ávila e Gaspar Pereira da Silva. Impresso. ANBA – Livro 172.

N.º 9 + N.º 1454

DECRETO

Convindo regular a execução da carta de lei de 4 de abril de 1861, na parte que diz respeito á administração dos bens e rendimentos dos conventos suprimidos, enquanto se lhes não dá a sua legal applicação, nos termos do que dispõe o artigo 11.º da referida carta de lei: hei por bem mandar observar as instruções que baixam com este decreto.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenham assim entendido e façam executar.

Paço, 31 de maio de 1862.

REL.

*Joaquim Thomás Lobo d'Avilla,
Gaspar Pereira da Silva.*

INSTRUÇÕES

Que fazem parte do decreto da data de hoje, para execução do artigo 11.º da carta de lei de 4 de abril de 1861, sobre a administração dos bens e rendimentos dos conventos de religiosas suprimidos

ARTIGO 1.º

Os bens e rendimentos pertencentes aos conventos de religiosas suprimidos depois da publicação da carta de lei de 4 de abril de 1861, serão provisoriamente administrados e arrecadados pela mesma forma que o são os de igual natureza pertencentes á fazenda nacional, enquanto pelo ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça se lhes não der a conveniente e legal applicação, nos termos do que dispõe a referida carta de lei.

ARTIGO 2.º

O producto dos bens, fóros, censos e pensões, e os rendimentos de qualquer natureza que sejam, pertencentes aos referidos conventos, serão recebidos por deposito nos cofres da fazenda.

ARTIGO 3.º

Tanto o producto das vendas e remissões, como o dos rendimentos de que tratam os artigos antecedentes, será escripturado com a necessaria distincção e separação dos bens e rendimentos que pertencem á fazenda nacional, por isso que continuam a ser bens e rendimentos ecclesiasticos, deduzidos porém os impostos que forem devidos, na conformidade das leis, os quaes darão directamente entrada nos cofres da fazenda.

ARTIGO 4.º

Para que no ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça haja um exacto conhecimento do producto e rendimento dos bens de que se trata, enquanto lhes não for dada uma nova applicação legal, nos termos da lei, serão remetidas ao dito ministerio pelo da fazenda, tabellas pelas quaes se demonstre o producto e rendimento arrecadado em cada mez e sua proveniencia.

ARTIGO 5.º

Para que se possa levar a effeito o determinado no artigo antecedente, os delegados do thesouro nos respectivos districtos formalisarão e remetterão á direcção geral dos proprios nacionaes, todos os mezes, alem das tabellas geraes que são obrigados a remetter, uma tabella especial de taes rendimentos conforme o modelo junto.

ARTIGO 6.º

O ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça fará as competentes requisições dos fundos de que carecer para o prompto e regular pagamento das prestações arbitradas ás religiosas dos conventos suprimidos, nos termos do que dispõe o § 2.º do artigo 11.º da referida carta de lei, bem como para

as despesas que se fizerem com as diligencias necessarias para a suppressão, inventarios e avaliações dos bens dos mesmos conventos, as quaes serão escripturadas com escrupulosa minuciosidade para a todo o tempo bem se poder dar a rasão d'ellas.

ARTIGO 7.º

Em todos os documentos de cobrança e assentos de escripturação dos rendimentos de que se trata, se fará especial menção da carta de lei de 4 de abril de 1861, e na cobrança executiva dos fóros e mais direitos dominicaes, os agentes do ministerio publico promoverão o que for conveniente e legal, conforme o que se acha prescripto nas leis e regulamentos fiscaes a respeito de taes rendimentos do thesoiro publico, nos termos do que dispõe o § 1.º do artigo 3.º da dita lei.

ARTIGO 8.º

Quando for auctorisada a suppressão de algum convento nos termos da legislação em vigor, remetter-se-ha ao respectivo delegado do thesoiro copia ou extracto do respectivo inventario, para que de accordo com a competente auctoridade ecclesiastica, e logoque a suppressão se tenha effectuado, se proceda á verificação da existencia do que constar do mesmo inventario, lavrando-se termo dos objectos que faltarem ou das alterações que se acharem, para se poder proceder como for justo e legal, formando inventario adicional do mais que porventura se encontrar.

ARTIGO 9.º

Para que se possa dar execução ao que dispõe o artigo antecedente, quando pelo ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça for communicada ao thesoiro publico a auctorisación para a suppressão de algum convento, remetter-se-ha o respectivo inventario.

ARTIGO 10.º

Os delegados do thesoiro, logoque tenham recebido as convenientes ordens e communicações sobre a suppressão de algum convento, e de accordo com a competente auctoridade ecclesiastica, nomearão o empregado ou empregados que forem necessarios para procederem nas respectivas diligencias, recebendo e pondo em segura guarda tudo o que pertencer aos conventos supprimidos, excepto as alfaias, vasos sagrados, e mais objectos pertencentes ao culto, que deverá ser tudo entregue por deposito e inventariado, á auctoridade ecclesiastica competente, e devendo o mesmo inventario incluir-se no termo de deposito e entrega, remettendo-se copia á secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça para que, havendo ali exacto conhecimento dos objectos depositados, possa por ella dispor-se convenientemente dos mesmos objectos.

ARTIGO 11.º

Os cartorios dos conventos supprimidos serão provisoriamente entregues aos competentes delegados do thesoiro, para que possam promover a administração e arrecadação dos respectivos rendimentos nos termos do que dispõem os artigos antecedentes.

ARTIGO 12.º

Não podendo os titulos de divida fundada que produzirem as rendas e remissões dos bens e fóros pertencentes aos conventos supprimidos ser averbados a favor d'esses conventos, serão entregues por deposito na junta do credito publico, até que lhe seja dada a sua legal applicação, na conformidade do que estabelece a dita lei de 4 de abril no artigo 11.º

ARTIGO 13.º

Pelo ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça se expedirão aos respectivos prelados diocesanos as ordens e instrucções que se julgarem necessarias.

ARTIGO 14.º

Continuam em vigor, a respeito da venda dos bens, remissão e venda dos fóros, censos e pensões pertencentes aos conventos de que se trata, as instrucções de 9 de julho de 1861 e as portarias de 17 de setembro seguinte, 31 de março e 21 de abril do corrente anno, na parte em que se não oppozerem ao que por estas instrucções é ordenado.

Pago, 31 de maio de 1862.

Joaquim Thomás Lobo d'Avila.

Documento 3

1868 (3 de Dezembro) – *Orçamento de quanto se poderá despende* aproximadamente com a continuação e acabamento das Obras a fazer na igreja de S. Salvador na Vila de Santarém. Cópia. (ass.) José Maria Caggianni, Arquitecto. AHMOP – Direcção das Obras Públicas do Districto de Santarém. Projectos e Orçamento da igreja de S. Salvador no mesmo districto. [Acompanha o officio do Ministério da Instrução, de 7 de Dezembro]. Desenhos – D 19 C³. Inédito.

Direcção das Obras Públicas do Districto de Santarém

Orçamento de quanto se poderá despende aproximadamente com a continuação e acabamento das obras a fazer na igreja de S. Salvador na Villa de Santarém.

Exposição

A fundação d'esta igreja, na parte que diz respeito, á sua antiguidade, data do reinado de D. Affonso Henriques, foi pois este monarcha que depois de celebre victoria alcançada aos mouros na tomada desta Villa, ahi mandou reedificar; e em quanto á parte material nada existe daquelle tempo, em consequencia dos diversos abalos de terra que tem havido desde aquella época, e ter sido reedificada por differentes vezes, e ultimamente, foi no reinado d'El Rei o Snr D. Pedro V.^o qu de novo se deu andamento ás obras daquelle igreja; porem tendo faltado os meios pecuniários, suspenderam-se as ditas obras, e nesse estado se tem conservado á pouco mais de dois annos e meio. Ora se neste estado se conservar por mais tempo, arruina-se o que está feito e a despeza tornar-se-ha então maior, por tanto considero estas obras de absoluta necessidade.

Esta igreja, que é a freguezia da mesma invocação, tem nove capellas, e vem a ser: capella-mór, duas no cruzeiro, e seis lateraes no corpo da igreja, sachristia, casa da irmandade e outra no plano superior a esta para as reuniões da meza da mesma irmandade, pia de baptismo, duas torres, côro, dois logradouros, um que dá serventia para a sachristia, e outro para a casa da referida irmandade, duas escadas que vão ao coro, ás tribunas e ás torres; um adro em plano superior á rua que fica em frente, e com duas escadas, sendo uma de cada lado.

Para se levar a effeito as obras que a mencionada igreja precisa, ha a fazer o seguinte: Rebocar a guarnecer todas as paredes exteriores da igreja e correr a contramolde a cimalha geral d'alvenaria em toda a extensão das referidas paredes; igual á que já existe nas torres, picar e guarnecer as paredes da frente principal da igreja, estucar as paredes da capella-mór, emitando pedra de differentes côres conforme os apainelados que existem nas paredes do corpo da igreja, e com vão indicado no detalhe da capella-mór com um anjo em gesso ou estuque, no centro de cada uma das paredes dos lados da mesma capella, segundo o que está indicado no mesmo detalhe; estucar as paredes da entrada lateral da igreja, lavar todas as pilastras e ombreiras das portas e janellas, do exterior da mesma igreja com acido sulfúrico deluido; dourar sete capellas, aonde vai notado com tinta amarella nos differentes detalhes, sendo o da capella-mór e o das outras capellas, detalhes n.^o 3, 4 e 5, e as duas portas do cancello da Capella do Santissimo douradas a ouro fino brunido e o restante pintado de branco a tempera e envernizado, as outras três capellas a verniz de douradura, que vem a ser o detalhe n.^o 1, capellas do cruzeiro e a capella fronteira á do Santíssimo, detalhe n.^o 2, deve-se tirar todo o ouro fino que tem,

³ Este projecto contém: Planta térrea, fachadas principal, oposta à principal, fachada lateral, detalhes das capelas (meios retábulos) e outros detalhes ao todo seis pranchas originaes com os respectivos desenhos, sendo a primeira a capa, das quais publicamos a capa e três pranchas no Anexo Cartográfico.

para de novo se aparelhar e aplicar a douradura, aonde indica o mesmo detalhe. Estas capellas tem todas boa obra de talha. Preciza-se também fazer uma grade de ferro forjado, para fechar o ádro da mesma igreja, conforme o projecto junto; pintar a óleo a porta principal e a lateral da igreja, e também a indicada grade.

Visto a exposição que tenho feito relativamente á sua antiguidade, aos reparos que se tem feito, e aos que ha a fazer nesta igreja, passo a designar as suas dimensões.

Comprimentototal da igreja desde a porta principal extrema, até á face exterior da parede por detraz da capella-mór, é de 36,72m, sendo a espessura da parede da frente da igreja 1,1m d'ahi ao arco cruzeiro 22,12m, deste ao fundo da capella-mór 7,50m e daqui ao fundo do vão por baixo do throno – 3,95m, e o restante 2,05m. De largura tem o corpo da igreja 11,75m e a capella-mór 5,60m. O arco por baixo do côro, é de largura 8,3m e de fundo 3,45m. A capella onde está a pia baptismal, tem de comprimento 3,20m e de largura 2,60m. As capellas lateraes possuem de fundo 1,90m por 2,76m de largo, excepto a capella do Santíssimo, que mede de fundo 2,75m por 3,70m de largo. A sachristia e a caza da irmandade tem cada uma de comprimento 6,10m e de largo 3,66m. As capellas do cruzeiro, mede cada uma, de fundo 1,70m por 1,96 de largo. A entrada lateral da igreja tem de comprimento 2,80m por 1,50m de largo. O ádro tem de comprimento 6,66m e de largo 16, 70m. A altura da igreja, na parte exterior, desde a linha da terra até á parte superior da cimalha geral, é de 13,67m; alem disso tem mais d'altura 2,55m de parede do átrio.

A altura da parede exterior do vão do camarim, desde a linha da terra até á parte superior da cimalha é de 9,55m. A altura que ha da rua ao adro é de 2,15m, n'uma das extremidades, e 1,75m na outra. O gradeamento do adro deve ter d'altura na frente 1,0m, e junto á igreja 2,55m. Do pizo da igreja até á parte superior da cimalha geral do interior da mesma igreja mede 7,34m. A altura das capellas do cruzeiro e as lateraes, até á imposta dos respectivos arcos, tem cada uma 5,05m. O arco cruzeiro, e o de cada uma das capellas, são todos semicirculares.

Quantidades de trabalho que há a fazer

M ² de reboco e guarnecimento em paredes -----	1146,5
“ – lineares de cimalha, tendo 1,26m d'alto com o colarete por 0,60 de balanço	94,4
M ² de parede picada e guarnecida -----	160,4
“ – “ estucada -----	120,0
Baixos relevos em gesso ou estuque -----	2
M ² de lavagem das pilastras e ombreiras das portas e janellas do exterior da Igreja -----	437,0
Capellas douradas a ouro fino e brunido -----	4
Ditas a verniz de douradura -----	3
Portas a dourar a ouro fino e brunido -----	2
M ² de pintura a óleo -----	55,60
Grade para o adro -----	1
M ² de pintura a tempera e envernizada -----	178,4
“ “ “ imitando pedra -----	29,2

Importe dos jornaes e materiaes em diversos trabalhos

	Preços de applicação
M ² de reboco e guarnecimento	
0,006 m ³ de cal	007,2
0,024 d'areia	009,6
3 K ^{os} de cal em pedra	033
0,28 de jornal d'alvенеo	134,4
0,28 “ de trabalhador	<u>067,2</u>
	251,4
5 % para ferramentas	012,57

10% para beneficio	025,14	
<u>Somma</u>	<u>289,11</u>	290

M. linear de cimalha de 1,26m d'alto por 0,60 de balanço rebocada e guarneçada, levando alguns tijolos novos em substituição d'outros que tem cahido

00,1 m ³ de cal	012	
4 k ^{os} de cal em pedra	044	
0,02 m ³ d'areia	008	
5 tijolos	005,4	
1 jornal d'alvaneo	480	
1 " de trabalhador	<u>240</u>	
	789,4	
5 % para ferramentas	039,47	
10% para beneficio	<u>078,94</u>	
<u>Somma</u>	<u>907,81</u>	905

M² de parede picada e guarneçada.

3 K ^{os} de cal em pedra	033	
0,28 de jornal d'alvaneo	134,4	
0,28 " de trabalhador	<u>067,2</u>	
	234,6	
5 % para ferramentas	011,73	
10% para beneficio	<u>023,46</u>	
<u>Somma</u>	<u>269,79</u>	270

M² de parede estucada com apainelados

5 K ^{os} de gesso de prezo	075	
3,5 d ^{os} de cal em pedra	038,5	
0,27 de jornal de estucador	324	
0,09 " de trabalhador	021,6	
Transporte -----	459,1	
Transporte	495,1	
5 % para ferramentas	022,955	
10% para beneficio	<u>045,91</u>	
<u>Somma</u>	<u>527,965</u>	530

M² de lavagem de cantaria.

0,1 de litro d'acido sulfúrico	012	
0,2 de jornal de trabalhador	048	
	<u>060</u>	
5 % para ferramentas	003	
10% para beneficio	<u>006</u>	
<u>Somma</u>	<u>069</u>	070

M² de pintura a óleo.

0.4 k ^{os} d'alvaiade	076	
0,63 d'agoa-raz	016,8	
0,18 d'óleo	050,4	
Para secante de tintas	014	
0,1 de jornal de pintor	080	
0,05 " de trabalhador	<u>024</u>	
	216,2	

5 % para ferramentas	013,06
10% para beneficio	<u>026,12</u>
<u>Somma</u>	300,38 305

M² de pintura a tempera e envernizada.

0.5 k ^o d'alvaiade	095
100 g ^{mas} de cólla de peliça	013,5
100 " de raspa p ^a colla	009
750 " de gesso de pintor	041,25
100 " de verniz de espírito	100
0,4 de jornal de pintor	<u>320</u>
Transporte	578,75

Transporte	578,75
0,1 de jornal de moedor de tinta	<u>048</u>
	626,75

5 % para ferramentas	031,339
10% para beneficio	<u>062,675</u>
<u>Somma</u>	720,762 720

M² de pintura a tempera imitando pedras.

Para tintas	014
100 g ^{mas} de verniz d'espírito	100
0,1 de jornal de pintor fingidor	150
	<u>264</u>

5 % para ferramentas	013,2
10% para beneficio	<u>026,4</u>
<u>Somma</u>	303,6 305

Orçamento

1146,5 m ² de reboco e guarnecimento em parede	332\$485
94,4 m l de cimalha tendo 1,26m de alto de colarete por o,60m de balanço	85\$432
160,4 m ² de parede picada e guarnecida	43\$308
120,0 m ² de paredes estucadas	63\$600
437,0 m ² de lavagem das pilastras e ombreiras das portas e janellas	30\$590
55,60 m ² de pintura a óleo	16\$958
178,4 m ² de pintura a tempera e envernizada	128\$448
19,2 m ² de pintura a tempera imitando pedra	8\$906
Dourados na capella-mór	769\$600
Ditos na dita de talhe n. ^o 3	50\$000
Ditos dita " n. ^o 4	70\$000
Ditos dita " n. ^o 5	60\$000
Ditos de duas portas do cancello da capella do S.S.mo	<u>80\$000</u>
Transporte	1:739\$327

Transporte	1:739\$327
Verniz de douradura em 2 capellas de talha n. ^o 1	280\$000
Dito " na capella " n. ^o 2	180\$000
Dois baixos relevos p ^a as paredes da capella-mór	48\$000
Uma grade de ferro forjado p ^a fechar o ádro	195\$800
	2:443\$127
Para despesas imprevistas	56\$873
Total -----	R ^s = 2:500\$00

Importa o presente orçamento em dois contos e quinhentos mil reis = Direcção das Obras Publicas do Districto de Santarém em 3 de novembro de 1868 = assignado = José Maria Caggiani = Architecto

[Segue-se:]

Processo da medição segundo o projecto junto para o orçamento da despesa que há a fazer com a continuação e acabamento das Obras na igreja de S. Salvador na Villa de Santarém [Quadro]

[...]

Série dos preços

Jornaes

[...]

Materiaes

[...]

3 de dezembro de 1868 = José Maria Caggiani = Architecto

Está conforme

Manoel Joaquim Gomes

Coadjuvante

Documento 4

1870 (22 de Março) – *Portaria de criação de uma Comissão para a Reforma das Belas Artes e do Serviço Artístico*. Direcção Geral de Instrução Pública – 2.^a Repartição. Publicada no *DG*, n.º 67, de 26 de Março de 1870, p. 425.

Direcção geral de instrução publica

2.^a Repartição

Sendo urgente reorganizar o ensino das bellas artes que actualmente é ministrado nas duas academias de Lisboa e Porto; tendo em vista não só o melhor aproveitamento das sommas que o estado despende com esta parte da instrução especial, mas tornar estes estudos mais completos nos diversos graus, tanto elementar e preparatorio, como no complementar e superior, em que devem ser professados em institutos e cadeiras próprias, de modo que possam concorrer para o progresso e aperfeiçoamento das bellas artes nos cursos superiores, e de proveitosa e indispensavel instrução para as numerosas profissões a que estes estudos, na sua parte elementar e preparatoria, prestam valiosissimo auxilio;

Cumprindo tambem prover á organização de museus e galerias de pintura, de esculptura e de archeologia, e á direcção do serviço das bellas artes e de todos os trabalhos correlativos, para que methodica e preserverantemente se vão colligindo os primores de arte e os monumentos que se acham dispersos ou quasi ignorados, e se proceda ás investigações archeologicas, cujo conhecimento é essencial para a historia da arte e dos progressos da civilização nacional nos seus diversos períodos; e tomando em consideração as propostas apresentadas pela academia real de bellas artes de Lisboa, em 23 de maio de 1862, e as consultas do extinto conselho geral de instrução publica de 2 de maio e 16 de Junho do mesmo anno, expondo a instante necessidade d'esta reformação, na parte do ensino e do estudo das bellas artes, e na organização do seu pessoal:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem nomear, uma comissão composta do Marquez de Sousa Holstein, par do reino, vice-inspector da academia real das bellas artes de Lisboa; do director da academia real das bellas artes de Lisboa, o conselheiro Francisco de Assis Rodrigues; do visconde de Menezes, académico de merito da academia real das bellas artes de Lisboa; do conselheiro João Palha de Faria Lacerda, primeiro official chefe de repartição no ministério das obras publicas, commercio e industria; do dr. Thomás de Carvalho, socio da academia real das sciencias e lente da escola medico-cirurgica de Lisboa; e dos professores da academia real das bellas artes de Lisboa, e vogaes do conselho de aperfeiçoamento da mesma academia, Victor Bastos e António Thomás da Fonseca, dos quaes o primeiro será o presidente, e o ultimo o secretario, para sem perda de tempo, propor um plano completo d'estes estudos, e da sua organização pessoal e material, tendo em vista a maior economia possível nos meios destinados a estes serviços.

O que assim se communica ao Marquez de Sousa Holstein, para a sua intelligencia e execução.

Paço da Ajuda, em 22 de Março de 1870. = *Duque de Loulé*.

Documento 5

1875 (10 de Novembro) – Decreto criando uma comissão destinada a propor ao Governo, a reforma do ensino das Belas-Artes nas Academias de Lisboa e Porto, a criação de um plano de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte monumental e arqueológica e à organização da conservação e guarda dos monumentos históricos e objectos arqueológicos de importância nacional. Assinado por António Rodrigues Sampaio, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Cópia. Reprodução do Livro de Actas da Comissão da Reforma do Ensino de Belas Artes. ANBA – Livro 22.

Decreto creando a Commissão.

Direcção geral de instrucção publica. 2.ª Repartição. Considerando que o ensino das bellas artes professado nas duas academias de Lisboa e Porto já hoje não corresponde ao fôr da sua instrucção; Considerando que fundação de um museu de bellas artes não só é de provada conveniencia para os estudos respectivos e credito da civilização do pais, mas tambem ha de trazer grande vantagem a diferentes investigações relativas á historia patria; Considerando quanto importa evitar que muitos monumentos historicos e numerosos objectos archeologicos ainda existentes no reino continuem sujeitos ao destino que a ignorancia ou a cobicia possam dar-lhes; Considerando que a commissão nomeada por portaria de 22 de março de 1870 não pôde continuar os trabalhos de que fôr então incumbida por se terem ausentado e exaurido alguns dos seus membros. Não por bem decretar o seguinte:— Artigo 1.º É nomeada uma commissão para propor ao governo:— 1.º A reforma do ensino das bellas artes nas duas academias de Lisboa e Porto;— 2.º O plano de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e archeologia.— 3.º As providencias que julgar mais adequadas á conservação, guarda e reparação dos monumentos historicos e dos objectos archeologicos, de importancia nacional, existentes no reino.— Artigo 2.º A commissão sera composta de marquez de Louisa Polstein, par do reino, vice-inspector da academia real de bellas artes de Lisboa; condes de Saldanha e Valbom, pares do reino e ministros d'estado honorarios; Carlos Maria Eugenio de Almeida, par do reino e presidente da casa pia de Lisboa, conselheiro Francisco de Xavier Rodrigues, director geral da academia real de bellas artes; Thomas de Carmo, socio da academia real das sciencias e director da escola medico-cirurgica de Lisboa; Antonio Augusto Teixeira de Alencar, socio da academia real das sciencias; Augusto Felippe Simões, lente da faculdade de medicina da universidade de Coimbra; Antonio Thomas da Fonseca, professor da academia real de bellas artes; Antonio Victor de Figueiredo

Pastos, professor da mesma academia; Thadeu Maria de Almeida Furtado, professor da academia portugueza de bellas artes; Augusto Carlos Teixeira de Aragão, director do gabinete numismático de copida; Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, architecto das obras da casa real; José Maria Nepomuceno, academia de merito da academia real de bellas artes; e Luciano Cordeiro; os quaes elegerão d'entre si presidente e secretario = Artigo 3º = A commissão observará nas propostas que apresentar ao governo a maior economia de despesa comparavel com o pensamento a que tem de responder os seus trabalhos. = Ommisistão e secretario d'estado dos negocios de reino assim o temba entendido e faça executar. Jaco da Silva, em 14 de novembro de 1877 = Peci = Antonio Rodrigues Lampaco. = Publicado no Diario do Governo N 267 de 15 de novembro de 1877 =

Esta conforme *Luciano Cordeiro* O Secretario

Acta da 1ª Sessão da Comissão

Em vinte e nove dias do mes de Novembro, reunidos pelas duas horas da tarde na sala do Conselho do Ministerio do Reino os Sr.^{es} Marquez de Louza Holstein - Conde de Valbom - Thomaz de Carvalho - Augusto Felipe Linnós - Antonio Thomaz da Fonseca - Antonio Victor de Figueiredo Bastos - Augusto Carlos Teixeira de Aragão - Joaquim Possidonio Narcizo da Silva - José Maria Nepomuceno - Luciano Cordeiro - e faltando á convocação os Sr.^{es} Conde de Lamodães - Carlos Maria Eugenio d'Almeida - Francisco de Assis Rodrigues - Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos - Thadeu Maria de Almeida Furtado - foi por Sr.^o o ministro installada a Comissão nomeada por Decreto de 14 de Novembro corrente e convidada a executar os seus trabalhos, apresentando o mesmo secretario neste acto 3 officios que lhe haviam sido dirigidos pelos membros da Comissão os Sr.^{es} Conde de Lamodães, Francisco Assis Rodrigues, e Thadeu Maria d'Almeida Furtado e pelos quaes os signatarios pediam dispersão de

Documento 6

1876 (18 de Janeiro) – *Carta do sr. Visconde da Murta relativamente ao estado dos monumentos públicos em Tomar*. In *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artistico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Historicos e Archeologia. 2ª Parte. Actas e Communicações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, Acta n.º 13, pp. 62-63⁴.

Ex.mo sr. e meu muito prezado amigo. – O convento de Christo esteve desde 1834 até 1843 em completo abandono, e infelizmente há a lamentar bastantes vandalismos, praticados até então. Felizmente, e graças ao conde de Thomar, então ministro do reino, que expediu uma portaria ao governador civil de Santarem mandando ordenar ao administrador d'este concelho toda a vigilancia e solicitude na conservação d'aquelle monumento, acabaram todos os abusos. Esta portaria tem a data do 1.º de setembro de 1843. Outra, com a data de 5 do mesmo mez e anno, mandou crear um lugar de guarda para tratar da limpeza e asseio do edificio, que se acha hoje tão bem conservado quanto o permite uma pequena somma, que pelo ministerio das obras publicas é concedida annualmente para reparos, tendo-se concedido extraordinariamente sommas mais avultadas para reparos urgentes, como há annos, a de réis 1:000\$000 e tanto, para completa restauração de telhados.

Uma parte do convento está concedida ao ministerio da guerra para hospital militar e para habitação dos officiaes do regimento n.º 11. Ahi têm sido feitos bastantes reparos á custa d'aquelle repartição, sem prejuízo, antes com vantagem para o edificio.

Na academia existem alguns quadros pertencentes á igreja do convento, que não sei porque rasão se acham ali, quando há annos já foram restituídos alguns, que foram logo collocados nos logares competentes. Dizem-me que são de merecimento. Seria um bom serviço se fosse possivel faze-los restituir.

Outros padrões historicos, que existem n'este concelho, têm sido respeitadas, e se estão deteriorados é pela acção do tempo. Felizmente, modernamente não há a lamentar actos de vandalismo, a não ser da junta de parochia d'esta cidade, que mais zelosa do commodo dos fieis do que das glorias dos nossos antepassados, mandou assoalhar a igreja de S. João, cobrindo as lapides onde jazem homens importantes e que honraram esta terra!

Tive muita satisfação com as boas novas de v. ex.^a, que muito prezo, como – De v. ex.^a amigo muito affectuoso e obrigadissimo – Thomar, 18 de janeiro de 1876. = *Visconde da Torre da Murta*

⁴ A carta foi apresentada por Teixeira de Aragão na reunião de 20 de Janeiro de 1876. João Carlos Infante e Sequeira Correia da Silva, 1.º Visconde da Murta (1833-1914) era um dos mais destacados membros da RAACAP que, entre outras funções, exerceu o cargo de Bibliotecário da Associação.

Documento 7

1876 (14 de Fevereiro) – *Projecto de Lei organizando o Ensino das Belas Artes e a sua applicação à Indústria, os Museus Artísticos e Archeológicos, e o Serviço dos Monumentos Nacionais*. In *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Historicos e Archeologia*. 1ª Parte. *Relatório e Projectos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, Rosto e Capítulos III a V, pp. 3 e 9-15.

PROJECTO DE LEI

ORGANISANDO

O ENSINO DAS BELLAS ARTES E SUA applicação Á INDUSTRIA, OS MUSEUS ARTISTICOS E ARCHEOLOGICOS, E O SERVIÇO DOS MONUMENTOS HISTORICOS

CAPITULO I

Du Academia de Bellas Artes e Archeologia

ARTIGO 1.º

É creada em Lisboa uma academia denominada ACADEMIA PORTUGUEZA DE BELLAS ARTES E ARCHEOLOGIA, destinada a promover, desenvolver e aperfeiçoar os estudos artisticos e archeologicos, e a diffundir a elevada cultura das artes e o gosto pelos trabalhos da arte e archeologia.

ARTIGO 2.º

A academia dará ao governo as informações, pareceres e esclarecimentos de sua competencia, que lhe forem pedidos, bem como lhe proporá as medidas que entender por convenientes para os fins da sua instituição.

ARTIGO 3.º

A academia compor-se-ha de trinta e cinco socios effectivos, de socios correspondentes em numero illimitado, de doze socios honorarios, e de dois socios de merito; todos por ella eleitos.

Os socios effectivos serão escolhidos d'entre os artistas e escriptores d'arte e archeologia que tenham residencia em Lisboa; serão em numero de vinte os primeiros e de quinze os segundos.

Dos doze socios honorarios, seis serão nacionaes e os outros seis estrangeiros, e todos pessoas que pelos seus merecimentos ou serviços singulares se tornem dignas d'esta distincção superior.

Os socios de merito serão pensionarios da academia e eleitos por ella entre os seus socios effectivos a cuja classe continuarão a pertencer.

ARTIGO 4.º

A academia poderá aggregar a si, com o título de associados, os individuos que hajam prestado serviços ás artes e á archeologia ou que tenham provado por ellas dedicacção e amor especial.

9

ARTIGO 40.º

Findos os cursos e as provas correlativas, as escolas darão em sessão solemne:

1.º Aos pintores, esculptores, architectos e gravadores diplomas de capacidade professional pelos respectivos cursos.

2.º Aos alumnos do curso geral e especial de desenho os respectivos diplomas.

§ unico. O diploma de architecto sómente será conferido a quem tiver completado os dois cursos da primeira secção.

ARTIGO 41.º

Os alumnos habilitados com os cursos das escolas serão preferidos pelo governo e corporações publicas para os empregos correspondentes á sua aptidão especial.

ARTIGO 42.º

Ficam supprimidas as academias real de bellas artes de Lisboa, e portuense de bellas artes; com resalva dos direitos adquiridos.

ARTIGO 43.º

O governo entendendo-se com as respectivas juntas geraes de districto ou camaras municipaes, ou com associações ou particulares promoverá e auxiliará o estabelecimento:

1.º De escolas de desenho applicado, em Coimbra, Braga e Evora e em outras terras onde for conveniente para o aperfeiçoamento das artes mais praticadas n'estas localidades.

2.º De escolas elementares de desenho em Guimarães, Portalegre, Covilhã, Caldas da Rainha, e em quaesquer outras povoações onde houver algumas industrias importantes.

ARTIGO 44.º

Nas escolas de desenho applicado o numero dos professores não poderá exceder a tres, e o seu ordenado será de 400\$000 rs.

§ unico. Nas escolas elementares de desenho haverá um só professor com o ordenado de 300\$000 rs.

CAPITULO III

Dos museus

ARTIGO 45.º

É creado em Lisboa um MUSEU NACIONAL DE ARTE E INDUSTRIA que terá por fim:

1.º Conservar as obras de arte.

II

- 2.º Desenvolver e estimular o sentimento estético, o amor da patria e o apreço dos monumentos do passado.
 3.º Colligir os objectos interessantes á historia da arte e mais particularmente á da arte portugueza.
 4.º Aperfeiçoar o ensino artistico e industrial pela exposição dos bons modelos.
 5.º Alliar a arte e a industria de modo que reciprocamente se coadjuvem no seu commun progresso e aperfeiçoamento.

ARTIGO 46.º

O museu constituir-se-ha com as collecções e objectos:

- 1.º Que o Estado já possui.
 2.º Que o Estado adquirir.
 3.º Que foram doados por corporações ou particulares.
 4.º Que tanto as corporações como os particulares quizerem depositar temporariamente.

ARTIGO 47.º

Fará parte do museu nacional uma bibliotheca de bellas artes e archeologia que se denominará *Bibliotheca Central de Bellas Artes*.

ARTIGO 48.º

Os objectos do museu serão classificados e distribuidos por quatro grandes repartições:
 1.ª Objectos pre-historicos.
 2.ª Ethnologia.
 3.ª Bellas artes.
 4.ª Artes industriaes, imitativas, decorativas e de mobilia.
 Estas repartições serão subdivididas nas competentes secções.

ARTIGO 49.º

Haverá no museu uma aula de numismatica.
 § unico. O governo, ouvido o conselho do museu, poderá authorisar a criação de outros cursos.

ARTIGO 50.º

Haverá annexas aos museus as officinas necessarias para reproduções.

ARTIGO 51.º

O museu, com authorisação superior, poderá trocar ou vender objectos que possua em duplicado, e reproduções plasticas ou graphicas.

ARTIGO 52.º

Reverterá em beneficio do museu a sua receita eventual.

ARTIGO 62.º

Haverá no *Museu Nacional* um conselho administrativo composto dos conservadores e presidido por aquelle que estiver servindo do director.

ARTIGO 63.º

O secretario, além do expediente da secretaria, terá a seu cargo a contabilidade e a conservação dos archivos.

ARTIGO 64.º

O governo, d'accordo com as juntas geraes do districto ou as camaras, promoverá e auxiliará a formação de museus nas localidades onde convier.

Para este fim é o governo autorisado a dispor das collecções e obras de arte existentes nas provincias e que pertencendo ao Estado não forem incorporadas no museu nacional.

ARTIGO 65.º

Organisar-se-hão, quando fór possível, museus auxiliares nas escolas que o governo houver de crear em virtude do artigo 43.º da presente lei.

ARTIGO 66.º

No orçamento do Estado consignar-se-ha todos os annos uma verba para a dotação do museu.

CAPITULO IV

Dos monumentos historicos

ARTIGO 67.º

São considerados monumentos historicos nacionaes todos os edificios, construcções, ruínas, objectos artisticos, industriaes e archeologicos, de caracter distinctamente typico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influenciaes sociaes e modo de ser intellectual, moral e material da sociedade portugueza nas diversas evoluções do seu desenvolvimento historico, bem como os que representem ou memorem os feitos mais distinctos da historia nacional.

ARTIGO 68.º

São igualmente considerados monumentos historicos nacionaes todos os vestigios dos povos e civilisações anteriores á fundação da monarchia portugueza, existentes ou encontrados no solo e sub-solo do reino e seus dominios.

ARTIGO 53.º

Haverá um inventario geral de todos os objectos do museu, além dos inventarios e catalogos especiaes de cada secção.

ARTIGO 54.º

O pessoal do *Museu Nacional* será composto de:
 cinco conservadores.
 cinco ajudantes de conservador.
 um secretario.
 um porteiro, e os guardas e serventos que forem necessarios.
 § unico. Estes logares sómente serão providos quando as necessidades assim o reclamem.

ARTIGO 55.º

O director é o chefe do serviço dentro do museu.

ARTIGO 56.º

O lugar de director será exercido annualmente e por escala por um dos conservadores.

ARTIGO 57.º

Incumbe aos conservadores e ajudantes a conservação, guarda e classificação das diversas secções.

ARTIGO 58.º

Um dos conservadores será o bibliothecario da *Bibliotheca Central de Bellas Artes*.

ARTIGO 59.º

Os logares de conservadores, ajudantes de conservadores e secretario serão preenchidos por concurso publico.

ARTIGO 60.º

Os conservadores terão cada um o ordenado annual de 600\$000 rs. O director terá mais a gratificação de 150\$000 rs. O ordenado dos ajudantes dos conservadores será de 400\$000 rs., o do secretario será de 450\$000 rs., e o do porteiro de 360\$000 rs.

ARTIGO 61.º

Os conservadores que exercerem conjuntamente outros empregos do Estado, perceberão pelo seu emprego no museu sómente a gratificação de 450\$000 rs. (*Decreto de 30 de dezembro de 1869.*)

ARTIGO 69.º

A guarda, conservação, reparação e exposição dos monumentos historicos nacionaes pertencentes ao Estado e corporações publicas e communidades, ficam subordinadas á direcção geral de bellas artes e monumentos que proporá ao governo ou convenionará com as corporações usufructuarias os meios de satisfazer aquelles serviços sem prejuizo dos demais serviços publicos e dos direitos adquiridos.

ARTIGO 70.º

Á occupação por parte de particulares de quaesquer objectos que possam considerar-se monumentos historicos, encontrados ou descobertos por esses particulares são applicaveis as disposições do capitulo III, secção III do codigo civil.

ARTIGO 71.º

As disposições legais relativas a expropriações por utilidade publica são applicaveis á exploração por parte do Estado de quaesquer campos ou jazigos archeologicos e á acquisição de edificios monumentaes existentes em terreno ou posse de particulares, com as clausulas e formalidades respectivas.

ARTIGO 72.º

A direcção geral de bellas artes, ouvida a academia, proporá ao governo os regulamentos necessarios para exposição e estudo dos monumentos historicos, por maneira que a despesa d'estes serviços seja quanto possível preenchida pela receita immediata proveniente d'elles.

ARTIGO 73.º

Para os fins do artigo antecedente se fixará, nos casos em que fór conveniente, um pequeno direito de entrada pago pelos individuos que desejem visitar os monumentos publicos, e tambem ficará sendo privilegio da direcção de bellas artes a publicação e venda dos catalogos e de livros de guias nos respectivos monumentos.

ARTIGO 74.º

Das verbas do orçamento do ministerio das obras publicas, commercio e industria relativa a obras e reparações em edificios publicos (secções 6.ª e 7.ª do artigo 9.º do capitulo VII. Orç. de 1875-1876), será separada annualmente uma parte exclusivamente destinada aos monumentos historicos nacionaes, sua restauração, conservação, guarda e estudo.

ARTIGO 75.º

Crear-se-hão nas localidades onde forem julgadas necessarias, commissões incumbidas de vigiar pela conservação dos monumentos historicos, de os estudar e de propor as medidas convenientes.

§ unico. Onde não for possível crear estas commissões, nomear-se-hão delegados da direcção geral de bellas artes.

ARTIGO 76.º

Serão presidentes das commissões nas capitães de districto os governadores civis, e nas cabeças de concelho os administradores de concelho.

ARTIGO 77.º

Nenhuma exploração de campos ou jazigos archeologicos poderá ser feita no territorio portuguez por particulares, corporações ou companhias sem communicação á direcção geral de bellas artes, e assistência de um seu delegado.

CAPITULO V

Da direcção geral de bellas artes e monumentos

ARTIGO 78.º

É creada no ministerio das obras publicas commercio e industria uma direcção geral, denominada direcção geral de bellas artes e monumentos, composta de um director geral, nomeado pelo governo, e d'uma junta superior de bellas artes e monumentos formada pelo director geral, director da escola superior de bellas artes de Lisboa, director do museu nacional e mais dois vogaes annualmente eleitos pela academia portugueza de bellas artes e archeologia d'entre os seus socios effectivos.

ARTIGO 79.º

Esta direcção terá a seu cargo a superintendencia, fiscalisação e melhoramentos dos serviços publicos respectivos:

1.º ao ensino geral e especial das bellas artes e arte applicada á industria.

2.º aos museus e exposições officias de bellas artes.

3.º á conservação, reparação, guarda, inventariação e exposição dos monumentos historicos nacionaes.

4.º ás explorações archeologicas.

ARTIGO 80.º

O director geral será o chefe de todo o expellente, o presidente da junta e o inspector geral do ensino, dos museus e dos monumentos.

Despachará directamente com o respectivo ministro e secretario de estado.

ARTIGO 81.º

Todas as propostas importantes que o director geral houver d'apre-

sentar ao governo serão previamente discutidas e votadas em junta.

ARTIGO 82.º

A distribuição dos fundos consignados annualmente pelo governo para os differentes serviços a cargo da direcção será feita em junta.

ARTIGO 83.º

O director geral terá ordenado e gratificação eguaes aos outros directores geraes do ministerio respectivo.

ARTIGO 84.º

Os vogaes da junta vencerão a gratificação annual de 200\$000 rs.

ARTIGO 85.º

Haverá um secretario da direcção geral que assistirá ás sessões da junta com voto consultivo; terá de ordenado 600\$000 rs. ou a gratificação de 400\$000 rs. se exercer algum outro emprego publico remunerado.

ARTIGO 86.º

Haverá tambem na direcção os empregados necessarios.

CAPITULO VI

Disposições geraes

ARTIGO 87.º

Haverá, com intervallos não superiores a tres annos, exposições nacionaes de bellas artes, e artes applicadas á industria.

ARTIGO 88.º

No orçamento geral do Estado será consignada uma verba destinada á acquisição da obra ou obras que em cada uma d'estas exposições obtiverem os sufragios d'um jury cuja organisação será competentemente decretada.

ARTIGO 89.º

Em Lisboa e Porto todos os alçados, plantas e projectos de edificações urbanas nas vias e terrenos publicos, que dependem actualmente da sancção do governo, dos concelhos de districto ou das camaras municipaes, deverão ser assignadas por um architecto, quando tiverem simples caracter architectural, por um architecto e um escultor se implicarem composição estatuarria, ou por estes e por um

Documento 8

1878 (circa) – *Reintegração de quatro pinturas na Charola e outras informações sobre a Charola e Igreja da Ordem de Cristo*, In *Historia das Antiguidades de Thomar e da Milicia do Templo e de Cristo*, de António Bernardo da Costa Cabral, Tomar, circa de 1878, manuscrito, pp. 94-102. Convento de Cristo, Centro de Documentação. Inédito.

(...)

A Charolla, obra dos Templarios, é, segundo nossa opinião, uma das peças que maior realçe dá pela novidade á Igreja do Convento de Christo. Encontramos que a Charolla fôra feita á imitação de Templo e Sepulchro Santo de Jerusalem, de que o fundador tomou a planta. Não estamos com tudo habilitados para assegurar se isto é verdade⁵. Trabalhamos algum tempo para encontrar documento que provasse ser a referida Charolla obra dos Templarios, se bem que a esta opinião nos induzia não só o que varios authores com referencias uns a outros escreverão, mas á simplicidade e austeridade da obra em tudo semelhante a outras, que em este sitio se encontrão, e que sem contradição pertencem aos Templarios. Hoje podemos mais affoitadamente asseverar que a dita Charolla é obra dos Templarios, pois que examinando uma por uma as columnas de pedra que existem na segunda Charolla, que no centro da principal se levanta, encontramos no alto de uma das referidas columnas a Cruz dos mesmos Templarios inteiramente semelhante ás duas, que existem na porta da muralha chamada do sangue⁶ ou da Almedina, da qual mais adiante nos occuparemos.

A Charolla é redonda e como já dissemos no centro d'ella outra se levanta e forma. N'esta está o altar mor, que é de perfeição notavel; está toda entre columnas em forma outavada, a planta em frente mostra melhor ao leitor a belleza desta parte da Igreja, observamos somente que nos paréce ter sido restaurada no tempo de D. Manuel, na epocha talvez em que se abriu o famoso, e elegante arco que communica a Charolla com o resto da Igreja, obra daquelle Monarcha, pois se descobrem no zimborio da mesma Charolla, cruces da Ordem de Christo e as espheras, distintivos de tais obras.

Foi mandada dourar pelo Duarte de Araujo, 13. Prior da Ordem de Christo, depois de introduzida n'elle a regular observancia. Erão tais dourados, os que se observa nesta e noutras partes do Convento, muito do gosto dos Freires de Christo, mas nós estimariamos encontrar esta e outras obras, tais, quais, as passaram os Cavalleiros do Templo aos seus successores e herdeiros. E nesta parte pudemos asseverar ser tambem a opinião de El Rei o Sr. D. Fernando. Dignou-se S. M. por occasião da sua visita a Thomar, no anno de 1845, chamar a nossa attenção sobre a pintura, e dourados que cobrião todo o archo da Charolla, fazendo perder o grande merecimento, que tem as figuras, e relevos aberto tudo em pedra, e nos recomendou, que passassemos as devidas ordens para que fosse limpo o mencionado arco de tudo o que impedia descobrir, à primeira vista, tantas bellezas. Satisfisemos às recomendações⁷ de S. M., e hoje todos admirão, como em pedra se póde fazer trabalho tão perfeito.

Está a grande Charolla cercada toda de altares, sobre as quais existião as pinturas de que démos já algumas noticias a pag. ____ Segundo as informações que podemos obter, algumas d'essas pinturas desapareceram pela invasão dos Franceses neste Paiz, e presume se que por serem de grande mérito, as fizeram transportar para França; as que restarão, e que poderão chegar ao anno de 1834, forão victimas da estupidez e do vandalismo dos Commisarios do governo de então,

⁵ Nota do autor: Um visitador ingles, com quem conversamos a tal respeito, nos affiançou, que tal similhaça não existe. Havia elle estado em Jerusalem, e tendo visto o templo e S. Sepulcro, tinha fundamento (disse elle) para assim o affiançar.

⁶ Nota do autor: Porta sanguinis.

⁷ [Nota da transcritor: Riscado “Cumprimos as ordens...”].

encarregados de colligir, e recolher à Capital os objectos de arte, pertencentes aos Conventos das ordens Religiosas, e militares n'essa epocha extinctas. Parece impossivel, mas é certo, que a ignorancia desses commisarios, tendo sido a causa de grandes prejuizos para o Estado, servio tambem de grande detrimento às bellas artes, e sem nos fazermos cargo de referir, o que se passou a tal respeito, em muitas partes do reino, com escandalo geral, diremos somente o que nos consta ter-se passado em Thomar, com admiração de todos.

Esses bellos quadros, alguns dos quais erão pintados em madeira, forão barbaramente arrancados dos seus lugares, onde jazião à seculos para serem enfeixados, e conduzidos todos com cordas, uns contra os outros, como se fossem um molho de mattos, até à Academia das bellas artes da Capital, onde acabarião de perder-se, se o bom gosto e amor por aquelles, não decidisse o Sr. D. Fernando (por occasião de visita que fez à dicta Academia, em que tivemos a honra de acompanhar S. M.) a lembrar-nos a restauração daquelles quadros para serem reenviados aos seus primitivos lugares! Quando ultimamente nos separamos da direcção dos Negocios do Estado estavam quazi satisfeitas as recommendações de El Rei, e os nossos desejos. Foi seguido nesta parte (e com admiração nossa!) aquelle pensamento pellos ministerios, que nos sucederão, e temos o prazer de dizer, e informar o leitor de que algumas daquellas excellentes pinturas existem (?) já na Igreja do Convento de Christo⁸.

Em cada columna dourada se via um Profeta de primeira escultura, tendo nove palmos, a peanha; o remate é da maior elegancia. Hoje somente se descobrem ali cinco daquellas venerandas estatuas, tendo nós sido informados de que algumas desapareceram pela invasão francesa, e que outras acompanharão as pinturas para Lisboa. Nunca tivemos conhecimento da existencia destes Profetas na Academia das bellas artes, alias teriamos a tal respeito adoptado a mesma providencia, que a respeito das pinturas. Desejamos que o.....de S. M. informado do caso, fizesse voltar para a Igreja dos Templarios, e de Christo estes seus antiquissimos habitantes.

Da parte do Evangelho está o altar que era de S. Sebastião, privilegiado por Gregorio 13 por Breve expedido a 16 de Agosto de 1577, com as mesmas graças, que o de S. Gregorio *de Urbe*, a instancias do malogrado Rei do seu nome, para se tirar uma alma do Purgatorio *toties quoties* n'elle se celebrasse por ellas spiritual socorro.

Paréce fora de duvida que a Charolla fora primitivamente a Igreja dos Cavalleiros do Templo, e pela sua construção se vê claramente que servia ao mesmo tempo de fortaleza. Acabadas as guerras com os inimigos da fé de Christo, e vendo D. Manuel quanto era acanhada aquella Igreja para as esplendidas finezas ecclesiasticas, de que muito gostava, e ultimamente para favorecer a Ordem de Christo, mandou addicionar aquella Igreja, sendo nas suas abobadas seguido o mesmo gosto, e estilo da Igreja dos Jeronimos em Belem, hoje a Casa Pia. Occupa uma boa parte da Igreja mandada edificar por D. Manuel o choro em que se reunião os Freires de Christo.

Inferiormente a este Choro está a Caza denominada do Capitulo, a qual offerece aos espectadores motivos de admiração, ou seja pela sua elegante abobada toda em pedra quasi direita, ou pelo bordado da janella, ou pelo singularissimo efeito da porta da entrada. Felismente esta, e outras partes do Convento estão fechadas, com portas que mandamos construir, sendo Ministro do Reino, e o guarda acompanha sempre, segundo antigas instruções, os viajantes. Foi esta providencia necessaria, porque um ingles, admirado do que via, entendeu que o melhor modo de fazer conhecer em Albion, a belleza desta obra, era quebrar uma borla em pedra imitando a de um cordão pendente!

(...)

⁸ [Nota do transcritor: Riscado: "pinturas (quatro) estão já collocadas nos seus lugares"].

Documento 9

1879 (10 de Julho) – *Circular do Ministério da Fazenda, Direcção Geral dos Próprios Nacionais – 2.ª Repartição, com as regras para facilitar o acesso aos bens móveis de interesse artístico dos mosteiros femininos extintos*. Cópia autenticada. ANBA – Correspondência Entrada. Vários, Vol. I (1831-1893). Livro 172. Inédito.

Ministerio da Fazenda – Direcção Geral dos Próprios Nacionaes – Segunda Repartição 26010 S – Circular – Illustrissimo Senhor – Cumpre a Vossa Senhoria franquear ao vice inspector da Academia das bellas artes de Lisboa e bem assim aos peritos que o acompanharem, não só a visita aos conventos supprimidos, mas tambem patentear-lhe todos os objectos moveis que estejam sob a sua responsabilidade. – Deus Guarde a Vossa Senhoria Direcção Geral dos Próprios Nacionaes dez de Julho de mil oito centos setenta e nove. – Servindo de Director Geral – Joaquim Pedro Seabra. – Illustrissimo Senhor Delegado do Thesouro no Districto de Lisboa.

Está conforme.

Repartição de Fazenda do Districto de Lisboa 28 de Maio de 1885

O Primeiro Official
José Joaquim Rodrigues Sousa

Documento 10

1880 (14 de Agosto) – *Portaria referente às missões de Alfredo de Andrade, Francisco Rangel de Lima, com coadjuvação desinteressada de Carlos Relvas na missão que prosseguiram nos Conventos de Lorvão, Seiça e S. Marcos.* In *DG*, n.º 183, de 14 de Agosto de 1880, p. 2089.

Ministerio dos Negocios do Reino
Direcção geral de instrucção publica
2.ª Repartição

Foi presente a Sua Magestade El-Rei o officio em que o vice inspector da academia real das bellas artes de Lisboa, dando conta de ter encarregado o academico de merito, Alfredo de Andrade, e o segundo official da secretaria d'estado dos negocios da marinha e do ultramar, servindo em commissão na academia, Francisco Rangel de Lima, de visitar os conventos de Lorvão, Ceiça e S. Marcos, a fim de examinarem os objectos de valor artistico que ali existissem e podessem aproveitar-se para o estudo das bellas artes, remette o relatorio que lhe fôra apresentado pelos commissionados, e pede varias providencias para se prosseguir n'estas uteis investigações e se adquirirem para o museu da academia muitas obras de arte de subido valor artistico e historico, que jazem abandonadas e quasi esquecidas nos conventos do paiz.

E o mesmo augusto senhor, tomando em consideração as ponderações do vice-inspector, e vendo com satisfação a maneira distincta como fora desempenhada aquella commissão, manda declarar ao dito funcionario que foram já requisitadas aos ministerios da justiça, fazenda e obras publicas as convenientes ordens para se levarem a effeito algumas das medidas por elle propostas em prol do estudo, das bellas artes e das artes industriaes; e ordena que elle transmitta, no real nome, aos mencionados Alfredo de Andrade e Francisco Rangel de Lima os louvores de que se tornam merecedores pelo serviço que prestaram.

Constando tambem, pelo officio do vice-inspector, que o distincto photographo amator, Carlos Relvas, espontaneamente acompanhara os membros da commissão na sua visita, e generosamente offerecêra á academia collecções de vinte e nove photographias que tirára dos principaes objectos e monumentos encontrados nos conventos de Lorvão e S. Marcos, determina Sua Magestade El-Rei que o vice-inspector signifique ao referido Carlos Relvas o alto apreço em que foram tomados tão valiosos e desinteressados serviços.

Paço da Ajuda, em 12 de Agosto de 1880. = *José Luciano de Castro.*

Documento 11

1880 (27 e 31 de Outubro) – *Ofício dirigido à Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses respeitante à classificação dos monumentos nacionais que originou a decisão da mesma Associação em Assembleia-Geral de que se fez extracto*⁹. Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Correspondência Recebida e Actas referentes ao dia de 31 de Outubro de 1880, fólios 3-4. Inédito.

Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria
Repartição de Obras Públicas

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Sua Ex.^a o Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria encarrega-me de rogar a V.^a Ex.^a a bondade de enviar a este Ministério uma nota de todos os edifícios que devem ser considerados Monumentos nacionaes.

Deus Guarde a V. Ex.^a
Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria em 27 de Outubro de
1880

Ill.mo e Ex.mo Presidente da Real
Associação dos Architectos e
Archeologos Portugueses

Pelo Director Geral

Mathias Cypriano Pereira Heitor de Macedo

Acta da sessão de 31 de Outubro de 1880 da Assembleia geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

Presidente o Ex.mo Snr Joaquim Narciso Possidonio da Silva começou a sessão as 1 $\frac{3}{4}$ horas da tarde.

Compareceram os Snrs Conselheiro Feijóo, General Azevedo, Conselheiro Silvestre Ribeiro, Francisco Joze d'Almeida, Costa Goodolphim, Achille Rambois, Verissimo Baptista, Vidal J.^{of} e o secretario Valentim Corrêa.

⁹ Procurámos no *Diário do Governo*, do último trimestre do ano de 1880, uma Portaria do MOPCI, presumivelmente datada de 24 de Outubro de 1880, pela qual o Ministério de Obras Públicas solicitaria à Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses para indicarem os monumentos nacionais que deviam ser classificados. Tal pesquisa foi infrutífera, o mesmo sucedendo nos arquivos officiais e colecções de leis que compulsámos e no da Associação dos Arqueólogos Portuguesas, onde apenas descobrimos o ofício acima publicado, sem qualquer referência à dita portaria (como seria normal) e outro que apenas refere a portaria de 14 de Dezembro de 1880, na qual era publicada a circular expedida pelo Ministério do Reino a todos os distritos para apoiarem a investigação desenvolvida na referida Associação. Estamos em crer, em face do teor do ofício publicado e do extracto da acta, que essa portaria nunca chegou a ser publicada em *DG*, apesar de ser considerada a base do início do processo de classificação dos monumentos em Portugal. A existir tal portaria, quedou-se pelos gabinetes ministeriais.

Foi convidado o Snr Goodolphim para occupar o outro lugar de secretario da mesa por não estar presente o Snr. Visconde de Alemquer.

(...)

Leu-se um officio do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria assignado pelo Director Geral das Obras Publicas, rogando [...] esta associação lhe envie uma relação dos edificios [...] que devem ser [classificados como monumentos nacionaes]¹⁰.

O snr. Presidente declarou que tendo concluido do conteudo do officio que se acabava de ler, que o Governo dirige-se a nossa associação como consultando-a acerca de quaes sejam os edificios que devem ser considerados como monumentos nacionaes, por que os estatutos faculta ao Governo consultal-a em taes assumptos, fez convocar a assemble (sic) geral para, hoje afim de se discutir qual hade ser a resolução (sic) da associação a este respeito, e por isso submetia a discussão.

Não obstante terem manifestado todos que tomaram parte na discussão, que foram os Snr. Silvestre Ribeiro, Possidonio da Silva, General Azevedo, Costa Goodolphim, Francisco d'Almeida e Valentim Corrêa, que a associação devia satisfazer o pedido do Governo, do melhor modo que lhe fosse possivel, visto que diz respeito a um assumpto da sua competencia e que occupando-se d'elle é lhe honroso, como tambem por que assim presta um importante serviço ao Paiz; com tudo divergiam a respeito de quem havia de ser encarregado de elaborar a relação pedida, que é de difficil trabalho por serem não poucos os edificios e acharem-se espalhados por todas as Provincias os que estão no caso, por factos historicos ou merecimento artistico de deverem ser considerados monumentos nacionaes, e por fim resolveu-se que fosse uma commissão composta de sette membros á qual se lhe lembrasse que podia recorrer não só aos illustrados e distinctos socios effectivos e correspondentes que a associação possui como a corporações e individuos estranhos que intendesse estarem no caso de auxiliarem com alguns esclarecimentos.

Passando-se a tratar da nomeação dos socios que haviam de constituir esta commissão e tendo-se apresentado a indicação de que fosse pelo Snr. Presidente de que pedia com instancia ser dispensado, propoz, o Snr Conselheiro Silvestre Ribeiro que a commissão fosse composta dos Snr. Vilhena Barbosa, Conselheiro Feijó, D.^{or} Aragão, Possidonio da Silva, General Azevedo, Achille Rambois [...] composta foi approvada porem como o [...] pelo seu estado de saude de modo algum lhe permittir poder tomar parte nos trabalhos de qualquer commissão razão porque com bastante pesar foi dispensado e para o substituir foi nomeado o Snr. Conselheiro Silvestre Ribeiro, por proposta do Snr. Presidente.

(...)

Sala das sessões da assembleia Geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 31 de Outubro de 1880.

¹⁰ Entre parêntesis rectos e reticências [...] aquilo que não foi possível transcrever, face ao mau estado do documento – suporte inexistente e diluição da tinta – determinado pelo contacto do papel com humidade; entre parêntesis rectos, seguido de texto [monumentos], o que ainda foi possível reconstituir do texto original. Este documento só está afectado na sua parte inferior.

Documento 12

1880 (10 de Dezembro) – *Portaria solicitando resposta aos quesitos apresentados pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*. Ministério dos Negócios do Reino. Publicada no *DG*, n.º 285, de 14 de Dezembro de 1880, p. 3257.

Ministério dos Negócios do Reino
2.ª Repartição

Representando a real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, sobre a necessidade de obter das camaras municipais dos differentes districtos administrativos alguns esclarecimentos para se desempenharem convenientemente da commissão de que foi superiormente encarregada, de indicar os edificios publicos do paiz que devam ser considerados monumentos nacionaes determina Sua Magestade El Rei, que os governadores civis de todos os districtos expeçam as necessarias instruções ás camaras minicipaes dos concelhos dos seus respectivos districtos, para que satisfaçam com urgencia ás requisições que lhes forem feitas pela referida associação e lhe transmittam os esclarecimentos pedidos nos quesitos que para aquele fim lhe forem apresentados, na certeza de que é do maior interesse publico o bom desempenho da referida commissão.

Paço, em 10 de Dezembro de 1880 = *José Luciano de Castro*

Documento 13

1881 (22 de Março) – *Decreto da Reforma da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, onde se declara no art.º 2.º, n.º 2, como objecto da referida academia a conservação e o restauro dos monumentos nacionais, para além da promoção dos estudos arqueológicos e da criação de um museu de belas artes.* In *Reforma da Academia Real de Bellas-Artes*, Lisboa: Typ. e Lyt. de Adolpho, Modesto & C.^a, 1884, pp.3-5.

REFORMA DA ACADEMIA REAL DE BELLAS ARTES DE LISBOA

TITULO I

Da academia real de bellas artes de Lisboa

CAPITULO I

Da academia real de bellas artes

Artigo 1.º A academia real de bellas-artes de Lisboa divide-se em *academia*, propriamente dita, e em *escola de bellas artes*.

Art. 2.º A academia tem por fim promover o desenvolvimento das bellas-artes e dos estudos archeologicos, principalmente, em relação com a historia e a arte nacionaes.

§ unico. Para conseguir este fim a academia deve:

1.º Promover exposições de bellas-artes e artes industriaes.

2.º Occupar-se da conservação e restauração dos monumentos nacionaes.

3.º Solicitar a reunião em um museu dos objectos de arte pertencentes ao estado.

4.º Contribuir para a formação de um museu de bellas artes.

5.º Inspeccionar o mesmo museu, procurando por todos meios ao seu alcance, enriquecel-o e desenvolvê-lo.

Art. 3.º Haverá na academia um conselho de administração e aperfeiçoamento.

§ unico. O inspector da academia, o director da escola de bellas artes, dois professores da mesma escola por ella escolhidos, e três academicos eleitos pela academia formarão este conselho.

Art. 4.º Compete ao conselho de administração e aperfeiçoamento.

1.º Consultar ácerca dos assumptos technicos e administrativos, quer da academia, quer dos estabelecimentos em que ella exerça inspecção;

2.º Proceder á distribuição das verbas votadas para a academia ou para os referidos estabelecimentos;

3.º Fiscalisar o emprego de fundos, assim como a organização de contas que hajam de ser remetidas para o governo;

4.º Cumprir tudo o mais que pelos regulamentos for determinado.

Art. 5.º O conselho de administração e aperfeiçoamento será presidido pelo inspector, e na sua ausencia pelo director da escola, servindo de secretario um dos membros do mesmo conselho.

Art. 6.º A academia formulará o regulamento dos seus serviços e funcções, que submeterá ao governo dentro de seis mezes, depois da sua nova constituição.

Art. 7.º A academia é composta do inspector e dos academicos de merito e honorarios.

Art. 8.º O inspector da academia é de nomeação regia e escolhido pelo governo, tendo em consideração

as habilitações e meritos da pessoa que para este cargo fôr nomeada.

Art. 9.º Compete ao inspector:

1.º Exercer a administração superior da academia, em todos os negocios technicos e administrativos d'ella e dos estabelecimentos que lhe forem subordinados, ouvindo o conselho de administração e aperfeiçoamento em tudo quanto fôr da competencia do mesmo conselho, e nos assumptos que o inspector julgar conveniente;

2.º Presidir ás conferencias geraes, ás sessões publicas da academia e ás do conselho de administração e de aperfeiçoamento.

§ unico. O inspector terá voto de qualidade.

Art. 10.º O cargo de inspector é gratuito.

CAPITULO II

Dos academicos

Art. 11.º Os academicos são de tres classes:

1.ª Academicos de merito litterario, os quaes serão individuos nacionaes e estrangeiros, que pelos seus trabalhos ou por outra fórma hajam prestado serviço relevante ás bellas artes ou á archeologia;

2.ª Academicos de merito artistico, os quaes só podem ser—professores effectivos da escola de bellas artes, e individuos nacionaes ou estrangeiros de reconhecido merito artistico;

3.ª Academicos honorarios, os quaes serão pessoas nacionaes e estrangeiras que pela sua dedicação ás bellas artes, ou por donativos ou serviços relevantes prestados á academia, mereçam este titulo.

§ 1.º O numero de socios de merito litterario e ar-

Documento 14

1881 (29 de Dezembro) – *Portaria de nomeação de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, na missão de levantar plantas e alçados dos edifícios monumentais e padrões históricos comemorativos, bem como a redacção de memórias descritivas para o restauro e conservação dos monumentos nacionais.* Assinada pelo Ministro de Obras Públicas, Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro. In *Monumentos Nacionais Portugueses. Legislação (Publicação Oficial)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17.

Portaria

Convindo colligir, desde já, os dados precisos para completo conhecimento do estado em que se acham os monumentos nacionaes e padrões historicos e commemorativos a que se refere o relatorio publicado no *Diario do Governo* n.º 62, de 19 de março do presente anno, elaborado pela commissão eleita pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: ha por bem Sua Magestade El-Rei, encarregar o architecto civil, Joaquim Possidonio Narciso da Silva, vogal da mencionada commissão, de levantar as plantas e alçados dos edificios monumentaes, com os *cortes* indispensaveis para se conhecer o systema de construcção e a divisão interna, e bem assim de redigir as correspondentes memorias descriptivas; devendo elle remetter esses trabalhos ao Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria, á medida que os fôr concluindo; a fim de que, em presença d'estes estudos e subseqüentes informações, o Governo fique habilitado a resolver sobre o systema que mais convenha adoptar, para levar a effeito a restauração ou a reparação dos monumentos nacionaes, e para assegurar, por modo efficaz e permanente a sua conservação e guarda.—O referido architecto fica auctorizado a requisitar do Ministerio das Obras Publicas os meios que forem indispensaveis para desempenho do serviço que lhe é incumbido.—Sua Magestade confia em que o mesmo architecto se haverá no desempenho d'esta commissão com zelo com que sempre se tem dedicado aos assumptos d'esta natureza.

Paço, em 29 de Dezembro de 1881. = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Documento 15

1882 (21 de Janeiro) – *Portaria que organiza a Comissão dos Monumentos Nacionais, atribuindo vencimentos e funções aos membros e determinando o local de funcionamento.* Cópia manuscrita da Portaria existente. Comissão dos Monumentos Nacionais. Avulsos. ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244¹¹.

Portaria

Tendo sido, pela portaria de 29 de dezembro ultimo, encarregado o architecto civil Joaquim Possidonio Narciso da Silva de levantar as plantas e alçados dos edificios monumentaes com os cortes indispensaveis para se conhecer o systema de construção e a divisão interna, e bem assim de redigir as competentes memorias descriptivas dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes a que se refere o relatorio publicado no Diario do Governo n.º 62 de 19 de Março de 1881, elaborado pela real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes; e tendo por despacho de 13 do corrente mez sido auctorizado a proposta feita pelo mencionado architecto em 4 do mesmo mez, para ser empregado ás suas ordens a fim do coadjuvar n'aquelle serviço na qualidade de secretario, Julio Carlos Mardel d'Arriaga; e sendo indispensavel fixar o abono que pelo serviço que vão prestar se deva fazer aos indicados architecto e secretario, e adoptar as providencias precisas para o regular funcionamento d'este serviço, determino:

- 1.º Que ao architecto civil Joaquim Possidonio Narciso da Silva se abone mensalmente a quantia de 72\$000 reis;
- 2.º Que ao secretario Júlio Carlos Mardel d'Arriaga se abone também mensalmente a quantia de 36\$000 reis;
- 3.º Que ao architecto civil Joaquim Possidonio Narciso da Silva se satisfaça a quantia de 4.500 reis de ajuda de custo por cada dia em que por motivo justificado do desempenho da commissão que lhe for dada, tenha de sair fóra da sua residência official de Lisboa a mais de 10 kilometros de distancia;
- 4.º Que o mesmo architecto civil proponha, todas as vezes que o secretario Mardel Arriaga tenha de sair de Lisboa nas mesmas circunstancias, a ajuda de custo que julga conveniente e equitativa;
- 5.º Que o mesmo architecto civil fixe a séde dos seus trabalhos em uma das capellas do edificio da igreja arruinada do Carmo de Lisboa mediante as indispensáveis reparações;
- 6.º Que ao mencionado architecto sejam fornecidos os objectos de mobilia e de expediente que necessarios forem para o exercício da commissão de que foi incumbido;
- 7.º Que sejam postos á disposição do referido architecto para o auxiliar nos trabalhos de medição das obras e de desenho, o conductor de 2.ª classe Francisco Maria Pereira Heitor de Macedo, e o auxiliar João Lino de Carvalho, abonando-se-lhe, alem do vencimento das suas cathogorias, a gratificação de chefe de secção ao primeiro e a de chefe de trabalhos ao segundo, sem prejuízo das respectivas ajudas de custo que vencerem, nos termos dos regulamentos em vigor;
- 8.º Que com relação ao servente, auctorizado pelo despacho de 13 do corrente, proporá o mesmo architecto civil o individuo que deverá preencher este logar e o salario que entende dever ser-lhe abonado.

Paço, em 21 de Janeiro de 1882 = Hintze Ribeiro

¹¹ A portaria foi impressa em *Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Legislação e disposições regulamentares applicaveis ao serviço da repartição de Contabilidade*, coordenação de António Maria Freire Pimentel Brandão, 2.ª Parte, Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, pp. 582-583. Foi ainda publicada no *Boletim de Architectura e Archeologia da RAACAP*, Tomo XI, 4.ª série, n.º 1, Lisboa, pp. 92-93.

Documento 16

1882 (29 de Janeiro) – Quesitos enviados pelo Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais e respectiva resposta de uma Câmara Municipal. Impresso, Resposta de uma Câmara Municipal, mas sem identificação. ANBA. Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAES

QUESITOS

Quaes são os monumentos historicos e artisticos pertencentes a esse municipio, tanto religiosos, civis, como da arte militar?

Nenhuns

Qual o sitio e localidade onde existem, e o seu estado de conservação?

Nada

Designar os tumulos de varões illustres, e aquelles que se recommen-
darem como obra de arte. *Não ha*

Indicar os padrões levantados em logares publicos, nos seus differen-
tes generos, mais dignos de serem conservados para a historia.

Não ha

Mencionar aqueductos antigos e modernos notaveis pelo seu aspecto
e importancia architectonica, e assim como os castellos e torres.

Nada

Se possui arcos commemorativos e funereos.

Nenhuns

Os pelourinhos devem ser considerados como obra d'arte.

Nada

Os cruzeiros igualmente pela sua antiguidade e merecimento artistico.

Nenhuns

Os cippos, columnas miliars e memorias epigraphicas.

Nenhuns

Haverá vestigios romanos e arabes n'essas localidades? Em que sitio,
e qual é o seu estado actual?

Não ha

Os monumentos prehistoricos, taes como antas, pedras levantadas,
pedregulhos e mamonhas; isto é, montes isolados uns dos outros e levan-
tados nos campos. *Não ha*

Sala da commissão, em 16 de Januario de 1882.

Documento 17

1882-1895 – *Registo de correspondência de Possidónio da Silva enquanto Presidente da CMN: levantamento da informação, de ofícios e de minutas do próprio.*

Data	Destinatário	Assuntos	Localização	Obs.
29-01-1882	Governadores Civis	Envio do questionário elaborado pela CMN para ser respondido pelas câmaras municipais do país	ANBA – Livro 243, 245 e 248	Executado com resultados. Vários reenvios.
	MOP	Sobre o restauro da Igreja de São João de Alporão, em Santarém, criticando o restauro; sobre o estado de conservação e asseio da Igreja de Jesus (por igreja da Graça), elogiando a irmandade.	Extracto no Relatório de 1884, p. 9	
18-02-1882	Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas	Sobre o Castelo de Gualdim Pais em Tomar e sua torre de menagem, para impedir que caísse em ruína. Sobre recentes vandalismos no Convento de Cristo: Crítica pintura ridícula em xadrez, feita em cal e ocre sobre a cantaria, na parte inferior do coro e outras situações. Sobre os cipos romanos da Alcáçova de Santarém que tinham sido retirados da entrada da igreja.	ANBA – Igrejas - 242 Extracto no Relatório de 1884 p. 10	
1-03-1882 Museu do Carmo	Para Júlio Mardel, Tomar	Comunicando o envio do vencimento de 74\$000 reis e remetendo a minuta para os ofícios das Câmaras Municipais (questionário) indicando quais. Refere o tempo chuvoso que deveria ter estragado as escavações de Nabância. Pergunta o nome completo do proprietário do terreno e evolução das escavações, informando ter dado a conhecer a descoberta na Europa e América. Notícia como foram recebidas pela DDOP de Santarém as informações expedidas pela CMN	ANBA – Livro 246	
14-03-1882	MOP	Sobre acresceto à lista dos MN dos dois padrões de Tomar; refere-se às escavações de Nabância e dos materiais encontrados e da sua partida para a Batalha e Leiria	ANBA – Livro 248	
20-03-1882	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	Solicitando desenhos ou cópias dos restauros do Mosteiro da Batalha, para a CMN	ANBA – Igrejas 240	
26-03-1882	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	De regresso de Leiria e Batalha, visita a Capela de S. Gregório, em Tomar e identifica a janela que faltava na Casa do Capítulo, aplicada à porta	ANBA – Igrejas	
	MOP	Sobre o estado da porta principal da Sé Velha	Extracto no Relatório de 1884, p. 11	
25-05-1882	MOP	Manifestando-se contra o aumento do recinto da igreja de Cedofeita, no Porto	Extracto no Relatório de 1884, p. 11	
25-05-1882	Para Júlio Mardel	Para que este o informe do estado de avanço das escavações em Nabância	ANBA – Igrejas	
23-06-1882	DGOP	Sobre a descoberta do pelourinho de Óbidos que deveria ser classificado;	ANBA – Igrejas	Nas costas do ofício encontra-se

		sobre o túmulo da renascença da Igreja matriz de Óbidos, louvando a camada de cal que lhe retiraram; sobre a Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha que devia ser limpa da cal que a encobria, recordando posições tomadas em 1858		lista de pelourinhos elaborada por Possidónio
1882	MOP	Para se proceder à composição de duas mutilações nas colunas do templo de Diana em Évora	Extracto no Relatório de 1884, p. 13	
1882	MOP	Protestando contra as destruições na Sala dos Actos do Colégio de Évora	Extracto no Relatório de 1884, p. 13	
	MOP	Solicita apoio para continuar as investigações em Nabância e pessoal para esse fim	Extracto no Relatório de 1884, p. 16	Escavações iniciaram-se neste ano
	MOP	Pede que seja recompensado o cidadão César Augusto da Motta com condecoração para compensar os prejuízos resultantes da investigação científica em Nabancia	Extracto no Relatório de 1884, p. 17	
20-01-1883	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	Insurgindo-se contra o vandalismo das obras de revestimento da cantaria de mármore da Arrábida, da igreja depois do restauro que se seguiu ao terramoto de 1858; apresenta metodologia que devia ser seguida para o restauro; manifesta-se pela qualidade da talha da capela-mor	ANBA – Igrejas	
25-01-1883	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	Avalia o estado de ruína do Castelo de Palmela; solicita reparação da torre do lado sul do castelo, em derrocada; pede providências em relação ao fragmento de esqueleto do Infante D. Jorge e sua trasladação para a Igreja de Jesus de Setúbal; pede várias campas abandonadas para o Museu do Carmo	ANBA – Igrejas	
19-05-1883	MOP	Solicita a admissão de Francisco Soares O'Sullivan como desenhador das Obras Públicas, junto da CMN	Extracto no Relatório de 1884, p. 5	Cumpriu-se
30-05-1883	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	Congratulando-se com a atitude do Governo em intervir em Santa Cruz de Coimbra (interior). Trata-se de solicitar a colocação dos fustes desaparecidos das colunas da porta principal da Sé	ANBA – Igrejas	Em 13 de Outubro de 1893, dez anos depois, foi-lhe enviado fotografias do arco da capela-mor antes e depois da reconstrução
11-06-1883	DGOP – Joaquim Simões Margiochi	Contra a pintura a óleo das cantarias de granito da Sé de Braga (naves e abóbada), referindo que era fundamental criar a CMN)	ANBA – Igrejas, 240	
1883	MOP	Pedido de inclusão do padrão de Tomar na lista dos monumentos	Extracto no Relatório de 1884, p. 15	Passou a constar
1883	MOP	Três ofícios a propósito do estado como ele encontrara o Mosteiro de Alcobaça, solicitando imediatas providências	Extracto no Relatório de 1884, p. 18	
1883	MOP	Solicita que fossem tirados modelos dos capitéis do portal da igreja de Paço de Sousa	Extracto no Relatório de 1884, p. 19	

1883	MOP	Solicitando empenho junto do MG para a conservação da Torre do Castelo de Beja	Extracto no Relatório de 1884, pp. 22-23	
1884	MOP	Ofício informando ser digno de menção o estado do estabelecimento de instrução pública situado no “edifício antigo de S. Sebastião”	Extracto no Relatório de 1884, p. 23	
1884	MOP	Contra a profanação e destruição do túmulo de Damião de Góis da Igreja da Várzea, em Alenquer	Extracto no Relatório de 1884, p. 24	
1884	Câmara Municipal de Alenquer	Para que fosse colocada lápide comemorativa na casa onde nasceu Damião de Góis	Extracto no Relatório de 1884, p. 24	Realizado 06-1884
1884	MOP	Solicita que o novo padrão dedicado a Damião de Góis fosse incluído na IV.ª Classe dos MN	Extracto no Relatório de 1884, p. 25	
1884	MOP	Pedido para que fosse auxiliado pelo condutor de obras públicas do distrito de Viana do Castelo para o levantamento da planta dos achados arqueológicos do Monte de Santa Luzia, solicitando levantamento de um caminho de acesso para fazer estrada para o referido monte	Extracto no Relatório de 1884, p. 25	
1884	MOP	Pedido de classificação da igreja do Convento de S. Cláudio, no Minho	Extracto no Relatório de 1884, p. 26	
1884	MOP	Sobre o incêndio de Santa Cruz e dos seus efeitos no túmulo de D. Sancho, solicitando providências para compor as esculturas	Extracto no Relatório de 1884, p. 27	
8-12-1884	MOP	Envio do Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais	Publicado no Boletim da Real Associação dos ACAP	
10-03-1892	Para os membros da CMN	Restabelecido de doença convoca os membros para uma reunião a realizar no MOP	ANBA	Desconhece se houve reunião
Maior de 1893	Para Júlio Mardel Minuta	Minuta enviando ofício urgente que julgava indispensável para salvar a CMN	ANBA – 246	Executado
?-05-1893	MOP	Requerimento a propósito do fim do seu vencimento mensal e a sua colaboração a título gratuito na CMN	ANBA	Veio a receber os vencimentos em atraso
10-07-1893	Para um colega	Informando que voltou de Mafra onde concluiu a inspeção a que procedeu e pedindo para lhe falar acerca de uns ofícios que recebeu do Ministério	ANBA – 246	
15-10-1893	Para amigo e colega	Mostrando-se admirado pelo facto de não ter recebido informação sobre trabalhos da CMN. Era um inexplicável silêncio, que o podia comprometer junto do Ministro. Havia resoluções pendentes na Comissão para execução dos trabalhos. Havia nova consulta pedida pelo Ministro.	ANBA – 246	Realizou-se reunião a 19 de Outubro de 1893
21-05-1893	MOPCI	Contra o restauro da Sé Velha de Coimbra	ANBA – Igrejas	Suscitou ampla polémica na imprensa
10-06-1893	Vogais da CMN	Convocatória para reunião na sala junta do Gabinete do MOP	ANBA – Actas	Desconhece-se o resultado

19-04-1894	CMN	Entregue de 14 desenhos da primitiva CMN	ANBA – Livro 246	Executado
13-10-1894	Para Júlio Mardel	Depois de um período de doença, envia convocatória de reunião para o dia 19 de Outubro	ANBA – Actas	Reunião realizada a 22-10-1894
23-11-1894	Para Júlio Mardel	Informa que o MOP se conformou com a proposta de nomeação do Conselheiro António Maria Pereira Carrilho para a CMN	ANBA – 246	Executado
17-12-1894	Para os vogais da CMN	Informando da reunião a ter lugar em 21 de Dezembro, informando que iria ser discutida a proposta do vogal Fernando Larcher e tomar o seu lugar o Conselheiro Carrilho.	ANBA – 246	
13-01-1895	Para Júlio Mardel	Convocando reunião para dia 16 pela 2 horas	ANBA – 246	Executado
10-02-1895	Para Amigo do coração (Mardel)	Para avisar os vogais da sessão de 15 de Fevereiro, como a ordem do dia – “resolução na escolha do projecto para a restauração do edifício da Casa Pia” e informação sobre a edificação da Catedral de Beja.	ANBA – 246	Executado
26-03-1895	Para Amigo e Colega	Para avisar sobre a sessão de 29 de Março informando que se não tivesse melhor de saúde transitaria a reunião para outro dia. Pedindo para informar o colega Ortigão que a reunião será no princípio do mês seguinte	ANBA – 246	
26-03-1895	Para um amigo	Convocado a reunião para o dia 29.	ANBA – 246	
27-05-1895	Para Colega	Convocando reunião para o dia 31, 6.ª feira para se tratar de nomeação de membros correspondentes, a entrega dos diplomas aos vogais e expediente	ANBA – 246	
04-06-1895	Para prezado colega	Considera importuna a ideia de ir trabalhar fora do Ministério, situação que lhe fazia lembrar um entremez que assistira no Brasil – Não gostei, quero casar. – Li- ri quero chorar. Refere que os “nossos trabalhos causam surpresas”. Avisa que não se esqueça dos desenhos e relatórios que receberam.	ANBA – 246	
31-07-1895	Prezado colega	Pede que lhe seja remetido o ofício para o ministério para a nomeação dos vogais correspondentes da CMN, para que fique registado como trabalho do mês de Julho, que será logo remetida por mão de um criado.	ANBA – 246	
12-10-1895	MOPCI	Pedido de licença para participar no 1.º Centenário do Instituto da França	AHMOP Processo Individual	Participou. Documento Publicado
06-11-1895	Secretário do CMN, Júlio de Mardel	Para que se solicite o restauro ao Governo do Monumento do Mindelo	ANBA – Igrejas	Executado

08-11-1895	Pesadíssimo amigo	Agradece os sentimentos pelo seu regresso de França, onde assistiu às comemorações do centenário do Instituto de França, apesar da sua idade. Informa que as reuniões têm que continuar durante o restabelecimento da sua fadiga provocada pela viagem sua falta e que cabe ao vice-presidente substituí-lo nos trabalhos.	ANBA – 246	
11-11-1895	Para Júlio Mardel	Agradecendo o ofício que lhe fora remetido pelos vogais da CMN, referente à decisão do dia 7 de Novembro votado por unanimidade pela “feliz viagem” de Paris, onde fora assistir às comemorações do Instituto de França	ANBA – 246	

Documento 18

1883 (26 de Julho) – *Ofício da Comissão encarregada de analisar os objectos arqueológicos do Museu Arqueológico do Algarve, informando sobre o interesse da vinculação desses bens ao Museu de Belas Arte e Arqueologia, recentemente criado.* ANBA – CAA, Correspondência Entrada Vários, Vol. I (1831-1893). Livro 172. Inédito.

R.º L.º 1, n.º 1384

III.º e Ex.º Snr.

A Comissão nomeada em officio de V. Ex.ª com data de 16 do corrente visitou a collecção de objectos existentes n'esta Academia sob o titulo de "Museu Archeologico do Algarve" e é seu parecer que ha toda a conveniencia em conserval-a como fazendo parte do Muzeu de bellas artes, que se está organizando.

Alem das difficuldades e despezas que podia causar a transferênciã d'esta collecção, accresce a necessidade de fornecer aos estudiosos que frequentam os cursos da escola de bellas artes indispensaveis elementos de instrucção archeologica e artistica.

A Commissão não póde negar a vantagem de crear e proteger os museus provinciaes, onde se vão archivando os monumentos que testemunham a civilisação d'essas localidades, mas reconhece, como ninguem póde deixar de reconhecer que é indispensável a organisação de um museu central, que sirva de norma e de estímulo para a organisação de museus secundarios. É nas grandes cidades que hoje se encontram em toda a parte, os mais importantes subsidios de investigação historica e artistica e seria decerto para lastimar que possuindo a Academia de bellas artes valiosos elementos para a formação de um museu os deixasse dessiminar, embora a titulo de se ir enriquecer um museu provincial.

As antiguidades do Algarve não perdem do seu interesse por serem estudadas em Lisboa: aquella provincia é bastante rica em monumentos archeologicos para poder dispensar os que se conservam hoje na Academia. Novas excavações poderiam fornecer objectos identicos para novas collecções.

A Commisção pois é de parecer que se conservem todos os objectos reunidos convenientemente n'uma sala e que a esse compartimento especial se dê o nome de "Museu do Algarve ou collecção Estacio da Veiga", em homenagem ao distincto archeologo que investigou esses monumentos, muitos dos quaes são interessantissimos para a historia das diversas civilisações que teem cruzado a Peninsula.

Eis aqui o que se nos offerece responder á honrosa incumbencia de V. Ex.ª.

Deus Guarde a V. Ex.ª Lisboa 26 de Julho de 1883

III.º Ex.º Snr.

Vice presidente da Academia
Real de Bellas Artes de Lisboa

António Victor Fig.º de Bastos
José Ferreira Chaves
José Luís Monteiro
Francisco de Sousa Viterbo.

Documento 19

1884 (23 de Fevereiro) – *Representação da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, ao Ministro do Reino, a propósito da necessidade de criação do Museu Nacional de Belas Artes*. Redacção de Francisco de Sousa Viterbo. Aprovada na conferencia geral da ARBAL de 23 de Fevereiro de 1884. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Actas, 1883-1910. Livro 18.

“Ill.mo e Ex.mo Snr. A Academia Real de Belas Artes reunida em conferencia geral no dia 21 do corrente, occupou-se exclusivamente d’um assumpto, que é para ella da mais alta importancia, e resolveu nomear uma commissão que apresentasse a V. Ex.^a uma mensagem expondo a conveniencia de se não adiar por mais tempo a abertura do Museu Nacional, que se acha installado no palacio do marquez de Pombal, às Janellas Verdes.

De há muito que se trabalha em realizar a creação d’um Museu Nacional de Bellas-Artes, mas tem surgido sempre obstaculos a contrariar uma ideia, que tendia a salvar o paiz da vergonha de não possuir um estabelecimento artistico, como possuem não só todas as capitaes da Europa, mas até cidades de segunda e terceira ordem. E não é porque faltassem os elementos, que servissem de base a mais brilhantes collecções. Os despojos das exctintas corporações religiosas, as aquisições que o governo tem feito e alguns donativos particulares formam um nucleo importante, que seria insensatez despresar. Na nossa Academia se chegou a organizar uma galeria, que estava muito longe de offerecer as condições necessarias, mas que servia ainda assim a revelar o estado das artes em Portugal, principalmente no periodo do seu maior desenvolvimento historico. Essa galeria construida sem os requisitos indispensaveis e ameaçando ruina, era, na verdade, um triste espectáculo e reclamava constantemente um acto energico, que viesse salvar de completa destruição alguns d’esses quadros, muitos dos quaes tinham merecido a attenção de Raczynski, de Robinson, e de outros notaveis especialistas estrangeiros.

O extincto convento de S. Francisco, em parte do qual se acha installada a nossa Academia e a Escola de Bellas-Artes, não offerencia nem poderia offerecer jamais as accomodações proprias para um museu, e, reconhecendo-se a necessidade impreterivel de obter um edificio especial, resolveu o governo de Sua Magestade alugar a longo praso o palacio das Janellas Verdes. Dir-se-hia que tinha chegado finalmente o momento propicio, mas o esforço empregado n’este acto como que paralyzou a restante energia para completar a obra: o palacio ficou sendo apenas um pesadissimo onus para o Estado.

A Exposição de Arte Ornamental afigurou-se a todos que marcaria uma epoca de renascimento artistico para o paiz e que seria o definitivo ponto de partida para se organizar o Museu. Essa expectativa não ficou de todo illudida. O palacio renovou-se convenientemente; as salas foram adaptadas ao seu fim especial; transferiu-se para ali grande parte das collecções academicas; disposeram-se do modo que se julgou mais razoavel; os quadros ornamentam as paredes; as peças d’ourivesaria resplendem nas prateleiras das vitrines; os moveis, as louças, os medalhões de faiança, os marmores, as sedas e tapeçarias, as reproduções diversas, dão um aspecto variado a todo o interior do edificio, mas tudo isto está vedado ao publico, incommunicavel, como mumia ricamente conservada, receiosa dos olhos profanos, no mais fundo e recondito do seu sarcophago real.

A Academia não pode deixar de reconhecer o effcaz auxilio prestado pelo governo até agora, e sente apenas que, tendo-se feito o mais difficil, não se realice o mais facil. Que falta pois? Bem pouco é. Seria lastima que depois de tantos trabalhos e sacrificios se não colhesse o apetecido resultado. Tantas despesas até agora feitas não podem nem devem ficar improductivas. Consomem-se cerca de 4 contos no

aluguer d'uma casa para museu publico e há uns poucos d'annos que essa casa ainda não teve similhante destino!

A Academia ousa portante pedir a V. Ex.^a se digne empregar a sua attenção n'este assumpto tanto quanto o está reclamando o interesse geral do paiz e quanto o reclama até a elevadissima intelligencia de V. Ex.^a, para quem, de certo, seria superfluo e até offensivo o querer demonstrar as vantagens da existencia d'um Museu Naacional de Bellas-Artes. No momento em que se trata de divulgar o ensino artistico e industrial pelo paiz, seria deploravel inconsequencia que se não expozessem ao publico as mais importantes colleccões artisticas que possuimos.

De que depende tudo isto? Apenas d'uma modesta dotação para o pessoal encarregado de velar pela segurança e conservação dos objectos. Decerto que o parlamento não se negará a sancionar qualquer medida que o governo adopte desde já, provisoria ou definitivamente, n'este sentido. O sacrificio será pequeno, a compensação será grande.

Eis aqui, Ex.mo Snr., os motivos d'esta mensagem. A Academia incumbe velar pela conservação dos thesouros artisticos do paiz e ella julgaria faltar ao seu dever se se conservasse mais tempo silenciosa, sem erguer o seu brado em favor do que julga não só indispensavel, mas altamente civilizador e patriotico: Dirigindo-se respeitosa e a V: Ex.^a pedindo-lhe se digne mandar abrir o Museu Nacional, a Academia não faz senão obedecer à lei que a instituiu, cumprindo ao mesmo tempo a sua obrigação e resalvando a sua responsabilidade. Deus Guarde a V. Ex.^a Lisboa e Academia Real de Bellas Artes, 23 de Fevereiro de 1884.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro e Secretario dos Negocios do Reino.

Quadro do Museu

Pessoal Superior:	– um director (300\$000); - dois conservadores: um de pintura e outro de arqueologia (200\$000) - tesoureiro da escola (120\$000) - despesas de escrituração – 360\$000 - reparações de móveis, enceragem das salas e despesas miúdas (360\$000)
Pessoal menor:	- quatro guardas efectivos \$600 réis cada/dia (846\$000) - sete guardas extraordinários (para vigilancia das salas aos domingos e quintas-feiras a \$500 réis cada (364\$000) - quatro para o mesmo fim só aos domingos a 500 réis (104\$000) - um servente a 400 réis (144\$000) - luzes de gás na sala do guarda e para a sentinela do pátio e jardim (84\$000).
Total –	3244\$000 /ano

Condução dos objectos ainda na Academia – 100\$000

Documento 20

1885 (2 de Dezembro) – *Offício com relatório circunstanciado de Estácio da Veiga, dirigido ao Director da Escola de Belas Artes, a propósito da decisão ministerial de incorporação do Museu Arqueológico do Algarve na Academia Real de Belas Artes, insurgindo-se contra essa decisão, sustentada por informação da referida Academia.* ANBA – CAA: Correspondência Entrada, Vários, Vol. I (1831-1893). Livro – 172. Inédito.

Ex.mo S.r

Em 7 de Outubro proximo passado dignou-se V. Ex.^a endereçar-me copia de um officio, datado de 3 do referido mez, em que o Chefe da Contabilidade do Ministerio do Reino lhe comunicou ter o competente Ministro ordenado por seu despacho de 26 de setembro, que a Academia Real de Bellas Artes tomasse conta, *por inventario, de todos os objectos que constituem o Museu Archeologico do Algarve* e mandasse processar as folhas, a começar de 1 de Outubro de 1882, respectivas aos vencimentos devidos aos empregados que, durante a minha ausencia, teem conservado o museu sob a sua guarda até esta data, a fim de serem em seguida dispensados desse serviço.

Mostra o dito despacho de 26 de setembro haver sido exarado n'uma proposta, certamente elaborada sem o indispensavel exame dos factos e circunstancias que originaram a existencia e fizeram condicionalmente obrigatoria a manutenção do Museu Archeologico do Algarve. Sem duvida alguma, não chegaram ao conhecimento do Ex.^{mo} Ministro do Reino as condições especialmente inherentes ao referido museu; pois póde presumir-se que não tivesse dellas sufficiente conhecimento o actual chefe da Repartição da Contabilidade, por estar ha pouco tempo exercendo esse logar.

Compete-me, pois, esclarecer o assumpto, já que tão esquecido ou desconhecido parece estar, para que V. Ex.^a e o Governo o tenham em attenção como sempre foi desde o seu principio.

Com inesperada desfortuna minha tive a honra de ser officialmente encarregado do levantamento da Carta Archeologica do Algarve, sendo o Director das Obras Publicas do districto de Faro incumbido de pagar os trabalhos da exploração, absolutamente preciosos para o reconhecimento das antiguidades que tivessem vestigios apparentes em todo aquelle territorio, para assim poderem ser indicados na carta por symbolos de convenção.

Para pôr por obra o systematico trabalho do reconhecimento geral dos critérios paleoethnologicos e das nacionalidades historicas que se deixaram representadas naquelle sólo, tão procurado então, como mal estimado agora, tive de pedir a todos os proprietarios dos terrenos, em que me constou haver apparentes vestigios de antiguidades, me permittissem licença para dirigir as excavações de que carecia o meu estudo especial, compromettendo-me a impedir qualquer destruição nas suas arvores, bem como a deixar-lhes as terras em circunstancias de poderem ser cultivadas; todos bondosamente annuíram ao meu pedido; mas ninguem affirmará que uma tal concessão me dêsse direito a lançar mão dos objectos que conseguisse descobrir.

Concluido o reconhecimento geral, a meu cargo, organizei a Carta Archeologica, acompanhando-a das plantas e perfis das construções monumentaes por mim descobertas e classificadas, assim como do desenho de varios accessorios que julguei mais dignos de memoria, e tudo apresentei ao Governo, dando por este modo conta completa de todo o trabalho especial a que me tinha obrigado. Nada mais fiquei devendo.

Notando, porém, que a carta archeologica, se não fosse comprovada com os critérios que symbolisava, ficaria sem o minimo valor scientifico, e que esses critérios mereciam util applicação, ao passo que não me era licito aproveitá-los, por serem achados em dominio particular, occorreu-me propôr a todos aquelles meus bondosissimos conterraneos os cedessem para ser por mim organizado um museu archeologico, que unicamente representasse as antiguidades da nossa provincia, e não houve um só, d'entre tantos, que deixasse de acolher com animo generoso e patriotico a minha idéa, já antecedentemente compartilhada pelo benemerito conselheiro Ferreira da Cunha, então governador civil do districto, com o qual havia concertado o plano de se levar a effeito o museu em Faro, por ser sabido que muitos proprietarios os havia, que não concederiam um unico monumento ao Governo.

Acabada a exploração geral, ficaram os monumentos arrecadados nas proprias casas dos proprietarios, nas administrações de alguns concelhos, em minha casa e n'outros logares. Em seguida vim logo apresentar ao Governo o resultado dos trabalhos que me havia confiado.

Sabendo pouco depois que fôra transferido o governador civil de Faro, e que a provincia não ficava preparada para poder tratar da organização das suas antiguidades, e julgando ser indispensavel dar á carta archeologica a maior authenticidade, levei todas estas circunstancias ao conhecimento do Governo, solicitando-lhe espaço n'um edificio do estado e a vinda dos monumentos para a fundação do Museu Archeologico do Algarve, porque só assim, e aqui, me seria possivel cumprir a clausula principal com que os meus generosos conterraneos me haviam cedido os productos da exploração, e porque fallando-se já então na proxima reunião de um congresso de anthropologia e de archeologia prehistorica nesta capital, havia mais esta conveniencia de occasião para ser provisoriamente organizado em Lisboa o museu provincial.

Foi a minha proposta admittida pelo Governo, e sendo ao mesmo tempo offerecido mui voluntariamente pelo Inspector dessa Academia e por V.^a Ex.^a todo o espaço do edificio que o Ministro das Obras Publicas tinha mandado restaurar, juntamente com o corredor contiguo e um pateo, foram expedidas as preciosas ordens para o governador civil do Algarve remetter os monumentos arrecadados nos logares que indiquei.

Não se oppozeram os proprietarios á vinda dos monumentos que me haviam cedido com a clausula de com elles ser por mim fundado o museu provincial, porque todos sabiam que na provincia não se podia então tratar dessa instituição e porque logo correu a noticia de estar eu oficialmente encarregado de organizar o **Museu Archeologico do Algarve**, que de modo algum queriam ver confundido com qualquer outro. Ficou, pois, sendo este titulo, com que o museu foi fundado, aberto ao publico e muitas vezes repetido em numerosos documentos officiaes, como prova authentica de que o Governo, mandando vir os monumentos, não teve a idéa de querer confiscal-os aos proprietarios e collectores, mas de respeitar e manter a clausula com que sómente lhe podiam ser confiados.

Durante quasi dez meses esteve o museu aberto ao publico, mas allegando essa Academia ser-lhe preciso o espaço que elle occupava, e instando pela sua transferencia para um logar inferior do edificio, inaccessible ao estudo, e sem as indispensaveis condições para manter a primitiva organização, levei este assumpto ao conhecimento do Governo, solicitando-lhe melhor espaço n'outro edificio do estado, ou nesse mesmo, para collocar o museu, e o Ministro do Reino, entendendo que assim devera ser, mas sem comtudo querer causar transtorno ás necessidades dessa Academia, pediu-me, em vez de ordenar, que anuisse á transferênci reclamada, *afiançando-me com a sua palavra que a seu cargo ficava mandar procurar outro edificio publico em que o museu podesse ter a estabilidade e independencia que lhe competiam, por isso que elle era o maior interessado em não destruir a obra que havia creado.*

Transferido o museu para um lugar defeso á concorrência publica, a todos os proprietarios desagradou uma tão inconveniente resolução, e alguns teriam logo reclamado os objectos achados nos seus terrenos, se um outro alvitre, mais significativo, não lhes fosse por mim communicado. Entretanto, o distincto collector, Joaquim José Judice dos Santos, que tinha depositado as suas preciosas collecções suppondo que o Governo mantivesse aberto o museu, retirou-as immediatamente, e eu que era moralmente responsavel por aquellas que me haviam cedido os meus conterraneos com determinadas condições, vendo que tinham passado muitos mezes sem que o Governo cumprisse a promessa de dar ao museu um alojamento estavel e independente, dirigi-me á cidade de Faro e fundei o Instituto Archeologico do Algarve com o fim especial de que essa sociedade scientifica tomasse a seu cargo reunir todas as antiguidades da provincia para com ellas ser por mim reorganizado o nosso museu. Sancionados os estatutos na devida forma legal, a direcção do Instituto e a Junta Geral do Districto requereram ao Governo a remessa dos monumentos do Algarve existentes em edificios publicos do estado para com os que tinham sido posteriormente descobertos, não conhecidos, fazerem reviver o Museu Archeologico do Algarve com mais amplo desenvolvimento.

Mandando o Governo, não sei com que fundamento, ouvir o parecer dessa Academia acêrca das duas mencionadas representações, a Academia, ignorando talvez, que o museu não era propriedade do estado, quiz tambem reclamar-o, não advertindo, porém, que nelle tinham tido entrada, para serem depositados nos logares competentes, as collecções dos distincto antiquario Joaquim José Judice dos Santos, e as minhas, mui poderosamente augmentadas com os numerosos objectos que descobriu em toda a sua freguezia e á sua custa me mandou offerecer o Reverendo prior da Mexilhoeira Grande, Antonio José Nunes da Gloria; o que tão sabido era, que desde o primeiro dia em que o museu foi officialmente aberto ao publico, todos os objectos pertencentes ás collecções particulares appareceram marcados com rótulos em que se lia o nome dos depositantes.

O museu ficou pois composto: 1.º de collecções particulares, depositadas pelos seus possuidores; 2.º dos objectos que descobri nas escavações pagas por conta do estado em terrenos de dominio particular, mas que os proprietarios me cederam para organizar o Museu Archeologico do Algarve; 3.º dos objectos que descobri em terrenos publicos; e 4.º de modelos mandados fazer de objectos pertencentes a collecções particulares não depositadas.

Portanto, os modelos que mandei fazer á custa do cofre do museu e os que descobri em terrenos publicos, são os unicos que pertencem ao estado, os unicos que essa Academia, tendo o intuito de destruir o museu, pôde requerer, e finalmente os unicos de que o Governo pôde dispôr.

Para o Governo ceder a essa Academia os monumentos que os proprietarios confiaram para um fim especial, seria mister declarar-os primeiramente apprehendidos, provando que os proprietarios lhe eram delles devedores pelo simples facto de serem achados em trabalhos pagos por conta do estado; mas ninguem ousará sustentar ou inventar um tal paradoxo, porque os proprietarios *sómente deram licença para o reconhecimento das antiguidades existentes nos seus terrenos com o fim especial de poderem ser classificadas e indicadas na carta archeologica*; e portanto, não se lhes pôde apprehender o que não eram obrigados a darem ou a perderem. No mesmo caso estão os collectores particulares, que, em boa fé, depositaram no museu os seus monumentos, levados do generoso intuito de com elles desenvolverem as manifestações archeologicas daquella região e assim facilitarem ao estudo publico alguns auxilios valiosos, não exigindo mais do que um rótulo com o seu nome em cada objecto, a fim de que as suas collecções podessem ser apreciadas.

Devendo finalmente julgar, que o Governo não podia ter a minima intenção de ordenar um acto de injusta violencia, de modo algum posso interpretar o seu despacho de 26 de setembro como titulo de cedencia do Museu Archeologico do Algarve a essa Academia, mas como simples ordem para que delle tome conta, como depositaria,

nesta occasião em que são dispensados do serviço os empregados que olhavam pela sua conservação, como de facto o tem sido sempre, pela simples circumstancia do museu existir nesse edificio.

Considerando portanto ser este o genuino sentido do mencionado despacho de 26 de setembro, com elle mui gostosamente me conformo, por entender que não podia haver deposito mais idóneo para as minhas collecções e para aquellas que me foram condicionalmente confiadas pelos proprietarios, até serem despachadas as petições, que essa Academia, o Instituto Archeologico do Algarve e a Junta Geral do districto de Faro enviaram ao Governo.

Os empregados, que até esta data hão servido sob a minha direcção, apresentarão hoje a V. Ex.^a o inventario do museu para ser conferido, e por elle V. Ex.^a poder tomar conta exacta de todos os objectos que constituem os quatro diversos grupos que tiveram organisação, como foi determinado pelo Governo; e não vai por mim assignado, por não ter sido incumbido desse serviço, certamente por inadvertencia, por isso que ainda não fui oficialmente destituído da superior ingerencia que sempre tive nesse museu, talvez tambem por inadvertencia; pois que ainda parece estar em duvida, se deve competir-me a direcção superior desse museu, que tudo me deve, porque o fundei, depois de ter descoberto e colligido os seus monumentos e de estar oficialmente encarregado do seu estudo, ou se, com inteiro esquecimento dos meus serviços e com a odiosa exclusão de toda a minha intervenção, haverá maior conveniencia scientifica e mais justiça em se deferir a reclamação dessa Academia.

Esperando a todo o momento a solução deste problema, compete-me entretanto prevenir a V. Ex.^a de que, estando as collecções a serem descriptas na obra das Antiquidades Monumentaes do Algarve, que o Governo commigo contractou, não se póde por motivo algum alterar a ordem em que estão dispostas, tanto mais que assim é mister mantel-as para a comprovação da carta archeologica do Algarve, por ser este o fim especial com que o museu foi organizado; e advirto igualmente, que a conservação dos rótulos é assumpto que exige a maior attenção e vigilancia, porque, extraviados elles, os objectos perderiam todo seu valor scientifico.

Os estudos que tenho estado fazendo no museu, não estão ainda concluidos e por isso preciso continual-los, desejando porém saber se esta necessidade póde conciliar-se com a responsabilidade de que V. Ex.^a fica incumbido.

Deus Guarde a V. Ex.^a – Lisboa, Rua de S. Sebastião das Taipas, n.º 20 – 1.º andar, em 2 de dezembro de 1885

Ex.mo S.r Director da Escola de Bellas Artes

O encarregado dos estudos archeologicos do Algarve

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

Documento 21

1889-1908 – *Votos e Conclusões dos Congressos Internacionais dos Arquitectos, com interesse para a Conservação e Valorização do Património*. Selecção dos votos apresentados a partir das obras de referência.

A – Congresso Internacional dos Arquitectos, Paris, 1889

V. Descentralização, na medida mais larga possível, do ensino e da prática da arquitectura

Propostas do arquitecto Lucien Lefort, de Ruão¹²

«1.^a Que o Estado continue a aquisição das obras de arte ameaçadas de destruição ou dispersão, com a condição de atribuí-las a sua conservação aos museus locais ou regionais; evitará doravante o empobrecimento das riquezas artísticas da província em benefício das colecções públicas de Paris».
(...)

B – Congresso Internacional de Arquitectos, Madrid, 1904¹³

2.^o Tema: participaram Muthesius, Weber, de Viena, Conclusões apresentadas por Cloquet da Bélgica e de Cabello Y Lapiedra (propôs a Liga Internacional), Madrid; tomaram parte Cannizzaro; Cuypers, Totten, todas da América; Poupinel e Lázaro de Madrid; Vivanet, da Itália; Conde de Suzor, Fernandez Casanova; Ramalho Ortigão e Adões Bermudes, Portugal. Franz Vestel da Bélgica e Mariscal do México. Falaram Vergara, do Instituto de Guadalajara Carvalho, Artigas, professor da Escola de Barcelona

Tema II – Conservação e Restauração dos Monumentos Arquitectónicos:
Conclusões

1.^a Há lugar para¹⁴ distinguir duas espécies de monumentos: Os monumentos pertencentes a um período de civilização, servindo¹⁵ a usos que já não existem e que jamais existirão¹⁶, e os monumentos que continuam¹⁷ a ser utilizados¹⁸ para¹⁹ o fim para que foram construídos, ou para outros.

2.^o Os monumentos mortos, devem somente ser conservados consolidando as partes indispensáveis para evitar que caiam em ruínas; porque a importância de um monumento reside no seu valor histórico e técnico, valor que desaparece com o monumento.

¹² Lucien Lefort, «De la Decentralisation dans l'enseignement de l'architecture», in *Congrès International des Architectes, Troisième Session Tenue à Paris du 17 au 22 Juin 1889. Procès-Verbaux Sommaires. Exposition Universelle Internationale de 1889. Direction Générale de l'Exploitation*. Paris: Imprimerie Nationale, 1890, p. 23 (nossa tradução). Convento de Mafra - POSS 4-5-251 e *Congrès International des Architectes, Paris, 1889, Troisième Session tenue a Paris du 17 au 22 de Juin 1889, Organisation Compte Rendu et Notices*, Paris: Imprimerie et Librairie Centrales des Chemins de Fer / Imprimerie Chaix, 1896, Annexe K (1), p. 353.

¹³ *A Construção Moderna*, Ano V, n.º 133, 1 de Junho de 1904, pp. 99-100.

¹⁴ «Há a distinguir». Cf. segundo versão de Bermudes, Adões, *Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, p.76

¹⁵ «E que serviram». Idem.

¹⁶ «Nem voltarão». Idem

¹⁷ «continuando». Idem.

¹⁸ «applicados». Idem.

¹⁹ «ao». Idem.

3.º Os monumentos vivos, devem restaurar-se para que possam continuar a servir, porque em Architectura a utilidade é uma das bases da belleza²⁰.

4.º Esta restauração²¹ deve fazer-se no estylo primitivo do monumento, afim de que conserve a sua unidade, que é também uma das bases da belleza architectonica, e as formas geometricas perfeitamente reproduzíveis. Devem respeitar-se as partes executadas em outros estylos²², sempre que tenham merito e não destruam o equilibrio esthetic do monumento.

5.º Só serão encarregados da conservação e restauração dos monumentos os architectos diplomados ou os especialmente autorizados, operando sob a intervenção²³ artística, archeologica e technica do Estado.

6.º Promover-se-á em todos os paizes, onde ainda não existam²⁴, a criação de Sociedades de defeza para os monumentos historicos e artisticos; nas nações onde existam, provocar²⁵ o seu desenvolvimento, podendo agruparem se por um esforço commum e collaborarem no estabelecimento do inventario geral das riquezas nacionaes e locaes.

Poupinel e Caballero y Lapiedra, relator
Eduardo Cannizzaro²⁶
Conde de Suzor
P. J. H. Cuypers²⁷
Hold

“Proposta aprovada: “Constituição de um corpo official de architectos diplomados e criação de uma liga internacional para a defeza dos monumentos artisticos e históricos”

C – Congresso Internacional de Architectos, Londres, 1906²⁸

Conclusão do Tema II

“Que em todos os estados sejam os governos auctorizados a expropriar por utilidade publica, sempre que assim seja necessário, qualquer monumento que represente valor histórico, artistico ou archeologico, e que, em poder do seu proprietário não seja devidamente conservado”.

Intervenções: G. Baldwin Brown (Suécia), A. Bernard (França). Toscana - Escola de Architectos e Engenheiros da Toscana, W. R. Lethaby (Inglaterra), Gaston Trélat (França), Joseph Artega y Ramoneda (Espanha).

D – Congresso Internacional de Architectos, Viena, 1908²⁹

Tema – Conservação dos monumentos históricos

Depois da apresentação do relatório do architecto Deininger, onde se fez uma abordagem às discussões e conclusões dos congressos anteriores, votou-se unanimemente convidando os governos dos diversos países a velarem e a conservarem o património artístico dos respectivos países.

²⁰ “Porque a utilidade é uma base de belleza em architectura” Idem.

²¹ “Estas reparações”. Idem

²² “Deve-se respeitar as partes executadas n’um estylo diferente do conjunto”. Idem.

²³ “Procedendo sob a fiscalisação”. Idem.

²⁴ “Provocar-se-há a criação de sociedades de defeza”. Idem

²⁵ “Promover-se-há”. Idem

²⁶ Architecto italiano, presidente da Propagação de Architectura, director técnico da “dell’Ara Pacis Augustae”.

²⁷ Architecto dos Países Baixos e dos museus reais, official da Legião de Honra.

²⁸ José Alexandre Soares, “VII Congresso internacional de architectos”, *Sociedade dos Architectos Portuguezes. Anuario*, Lisboa, 1909, p. 45.

²⁹ “Congresso Internacional dos Architectos. Viena”, *A Construção Moderna*, Vol. IX, n.º 5, Lisboa, 1 de Setembro de 1908, n.º 269, pp. 35-36.

Documento 22

1889 (24 de Junho) – *Programa definitivo da Conferência Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos*. In *Congrès International pour la Protection des Oeuvres d'Art et des Monuments, Tenu à Paris du 24 au 29 Juin 1889. Procès-Verbaux Sommaires rédigés par le Secrétaire Général Carles Normand*, Paris : Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies / Imprimerie Nationale, 1889. Tradução. Biblioteca de Mafra – POSS. 6-2-13 (n.º 721).

Programa definitivo:

I. Legislação

1. Estudo de um projecto de convenções internacionais para a protecção e a conservação dos monumentos e obras de arte. Medidas de preservação em tempo de guerra. Disposições em caso de deslocações.

2. Exame das melhorias que pode trazer as disposições da lei de 30 de Maio de 1887. Estudo das diversas legislações.

3. Estudo das disposições que podem ser úteis para assegurar o aspecto pitoresco e artístico das cidades; traçado das vias públicas, medidas de inspecção, raspagem e limpeza dos edifícios, publicidade. Disposições especiais relativas à conservação dos monumentos ou objectos de arte interessando à arte ou à história

II. Ensino

Relações que unem a conservação dos monumentos e o ensino.

Qual pode ser a influencia dos progressos da educação artística sobre a conservação dos monumentos?

III. Belas Artes

Meios de assegurar a conservação dos monumentos: consolidação, restauro, adições ou supressões.

Vantagens e inconvenientes das grandes escavações nas proximidades dos monumentos públicos.

Conferências. Passeios artísticos e arqueológicos.

Documento 23

1889 (24 a 27 de Junho) – *Rosto da comunicação apresentada por Charles Normand ao Congresso Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos* – «Premières Idées sur l'Organisation de la Croix Rouge pour la Protection des Monuments en temps de Guerre», In, *L'Ami des Monuments des Arts et de la Curiosité*, Revue Illustré des Deux Mondes, des Beaux Arts et d'Archeologie. Organe du Comité des Monuments Français et du Comité Internationale d'Amis des Monuments. Fondée et dirigée para Charles Normand, Tomo III, n.º 15, Paris : Imprimerie Générale A. Lahure, 1889, p. 272. Biblioteca de Mafra - POSS 6-1-25/27 (n.º 706).

PREMIÈRES IDÉES SUR L'ORGANISATION
DE LA CROIX ROUGE

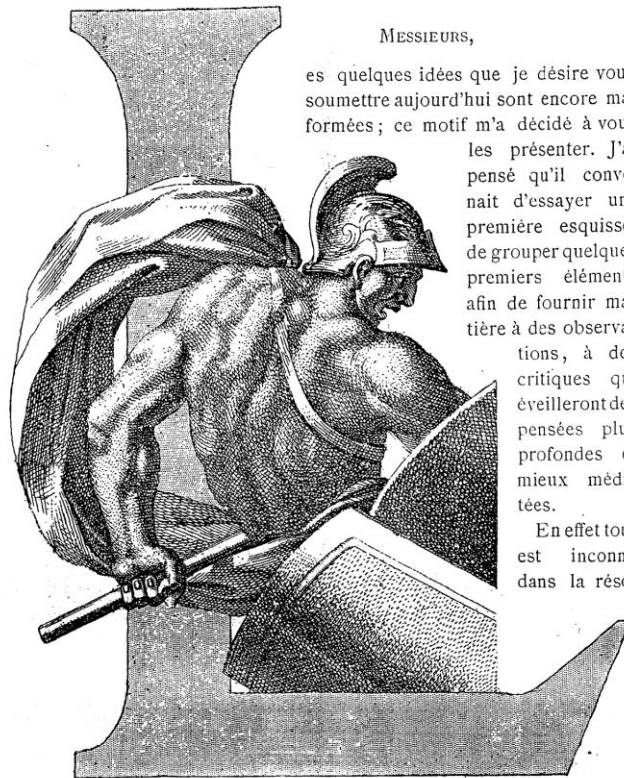
POUR LA PROTECTION DES MONUMENTS EN TEMPS DE GUERRE

*Conférence faite au premier Congrès officiel international pour la protection
des œuvres d'art et monuments à l'Exposition universelle,*

PAR

CHARLES NORMAND

(Voir plus loin, dans le texte des vœux du Congrès, l'adoption du vœu proposé
par l'auteur.)



MESSIEURS,

es quelques idées que je désire vous
soumettre aujourd'hui sont encore mal
formées; ce motif m'a décidé à vous

les présenter. J'ai
pensé qu'il conve-
nait d'essayer une
première esquisse,
de grouper quelques
premiers éléments
afin de fournir ma-
tière à des observa-
tions, à des
critiques qui
éveilleront des
pensées plus
profondes et
mieux médi-
tées.

En effet tout
est inconnu
dans la réso-

Lettre ornée composée par Charles Normand.

1889 (27 de Junho) – *Voeux du Congrès de Paris. Premier Congrès Officiel International pour la Protection des Œuvres de l'Art et Monuments.* In *Congrès International pour la Protection des Oeuvres d'Art et des Monuments, Tenu à Paris du 24 au 29 Juin 1889. Procès-Verbaux Sommaires rédigés par le Secrétaire Général Carles Normand*, Paris : Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies / Imprimerie Nationale, 1889, pp. 24-29. Biblioteca de Mafra - POSS. 6-2-13 (n.º721).

—→(24)←—

VOEUX DU CONGRÈS DE PARIS.

PREMIER CONGRÈS OFFICIEL INTERNATIONAL POUR LA PROTECTION DES OEUVRES D'ART ET MONUMENTS.

I. DÉCISION FUSIONNANT LE COMITÉ INTERNATIONAL DES MONUMENTS AVEC LE COMITÉ D'ORGANISATION DU CONGRÈS ADOPTÉE DANS LA SÉANCE DU LUNDI 24 JUIN 1889.

Les pouvoirs des Comités nationaux et internationaux d'organisation du Congrès expirant avec l'ouverture du Congrès, M. Charles NORMAND propose d'en perpétuer l'existence en les fusionnant avec les Comités nationaux et internationaux d'Amis des monuments : il montre l'utilité d'une grande organisation de ce genre, permanente et internationale; en ce cas *l'Ami des monuments*, continuant à être l'organe des Comités nationaux et internationaux des monuments, servira de lien commun entre les artistes, savants et amateurs de tous pays.

A l'unanimité le Congrès adopte la proposition.

II. NÉCESSITÉ DE DRESSER PROCÈS-VERBAL DES OEUVRES RESTAURÉES.

Sur la proposition de M. Eugène MÜNTZ, le Congrès émet le vœu qu'à l'avenir, ainsi que cela se pratiquait à l'époque de la Renaissance, toutes les fois que l'on touche à un monument, soit d'architecture, soit de sculpture, soit de peinture, l'auteur de la restauration, assisté d'une commission, composée d'archéologues, peintres, sculpteurs, architectes et hommes de l'art, dresse un procès-verbal relatant dans le plus grand détail l'état de ce monument avant et après la restauration. Il serait à souhaiter que des photographies représentant le monument dans ses différents états, fussent jointes à ce document, et qu'un double exemplaire en fût déposé dans les archives publiques et dans le monument.

III. SAUVEGARDE DES FENÊTRES À MENEUX PAR UNE APPLICATION MODÉRÉE DES RÈGLES FISCALES.

Sur la proposition de MM. HORSIN DÉON, et CHALLAMEL, le Congrès émet le vœu que des instructions spéciales soient adressées aux agents des contributions directes pour que, dans l'établissement des rôles de l'impôt des portes et fenêtres il soit fait une application bienveillante des règles fiscales aux *fenêtres à meneaux* des bâtiments anciens, de façon que les propriétaires de ces bâtiments n'aient pas intérêt à supprimer les meneaux des dites fenêtres pour payer une contribution moins élevée.

IV. CONSERVATION DES OEUVRES D'ART DANS LES CAS DE DÉMOLITION.

Sur la proposition de M. Eug. SAINT-PÈRE, le Congrès émet le vœu qu'en cas de démolition par suite d'expropriation ou toute autre cause, l'administration compétente prenne l'initiative de faire exécuter et déposer dans des collections publiques des dessins et, en cas de besoin, des moulages, des photographies, etc., pour conserver le souvenir de tout édifice ou œuvre d'art, public ou privé, pouvant présenter un intérêt artistique ou archéologique.

V. L'AMPHITHÉÂTRE GALLO-ROMAIN DE LUTÈCE ET L'EXPOSITION UNIVERSELLE.

Sur la proposition de MM. Charles READ et TRANCHANT, le Congrès, constatant le haut intérêt que présentent les ARÈNES de Paris, félicite le Conseil municipal de la généreuse initiative qu'il a prise pour la mise en lumière et la conservation de ce monument. Il émet le vœu que des mesures soient prises pour que les ruines et le musée constitués dans leur enceinte puissent être visités par le nombreux public que rassemble l'Exposition universelle.

VI. ORGANISATION DE LA CROIX ROUGE.

PROTECTION DES MONUMENTS ET OEUVRES D'ART EN TEMPS DE GUERRE.

Sur la proposition de M. Charles NORMAND, le Congrès, établissant que les monuments d'art appartiennent à l'humanité tout entière, demande que les différents Gouvernements désignent des représentants chargés de rechercher et d'indiquer les monuments de chaque pays dont la sauvegarde devrait être assurée en temps de guerre par une convention internationale.

VII. COMPOSITION DES COMMISSIONS DE MONUMENTS HISTORIQUES.

Sur la proposition de M. PALUSTRE, appuyée par MM. CHIPIEZ, CORROYER, DE GEYMÜLLER, Eugène MÜNTZ, LIKHATCHOF et d'autres membres considérables du Congrès, le Congrès émet le vœu :

1° Que les Commissions des monuments historiques dans les différents pays soient composées, indépendamment des hommes de l'art, d'archéologues et d'érudits;

2° Que l'artiste chargé de l'exécution ne puisse faire partie de la Commission qu'à titre consultatif.

VIII. SUPPRESSION DU GRATAGE DES CONSTRUCTIONS ET DES SCULPTURES.

Sur la proposition de MM. SÉDILLE et DE GEYMÜLLER, le Congrès, blâmant, à l'exception du simple brossage, les différents systèmes de nettoyages appliqués aux édifices publics ou privés, et particulièrement le grattage, qui est la ruine à bref délai de toute architecture, émet le vœu que les termes du décret du 26 mars 1852, qui prescrivent le grattage des façades en pierre des maisons

dans Paris soient modifiés dans les termes suivants, déjà proposés par la Société centrale des architectes français et par la Société des Amis des monuments parisiens :

Les façades des maisons seront tenues en bon état de propreté;

La vérification de ce travail sera faite tous les dix ans par l'autorité municipale.

IX. VŒU TENDANT À EMPÊCHER LE GRATTAGE DES SCULPTURES.

Le Congrès proteste contre le grattage périodique, qui est en usage, des statues de marbre ou de pierre.

X. DÉVELOPPEMENT DE L'ÉDUCATION ARTISTIQUE.

Sur la proposition de M. HORSIN DÉON, le Congrès émet le vœu que les jeunes gens des établissements civils et religieux soient initiés le plus largement possible à la connaissance des belles œuvres d'art de leur pays, soit par des cours, soit par des promenades dans les musées et les monuments, soit par des manuels que les sociétés savantes sont invitées à rédiger à cet effet, soit enfin par des reproductions d'objets d'art propres à former le goût, indiquant les différents styles et les époques artistiques des œuvres représentées.

XI. CRÉATION D'UNE PUBLICATION INTERNATIONALE DESTINÉE À RELIER ENTRE EUX LES ARTISTES ET SAVANTS DE TOUS LES PAYS.

M. GRAUL, directeur de la Société des arts graphiques de Vienne, ayant proposé d'émettre un vœu relatif à la publication d'un recueil international consacré aux œuvres d'art de tous pays, M. Charles NORMAND fait observer que tel est précisément le programme de *l'Ami des monuments* ⁽¹⁾ depuis sa récente extension (voir le vœu n° 1, p. 24); il promet de tenir au mieux compte des désirs du Congrès en donnant des soins particuliers à cet organe du Comité des monuments, fusionné par décision du Congrès avec le Comité de patronage du Congrès.

Le Congrès adopte ces explications.

XII. CRÉATION D'ARCHIVES INTERNATIONALES DES DESSINS HISTORIQUES D'ARCHITECTURE.

Sur la proposition de M. DE GEYMÜLLER, le Congrès émet les vœux suivants :

1° Vœu pour la formation de collection d'anciens dessins d'architecture.

2° Vœu pour que, dans les différents pays, on désigne quelques personnes qui, sous la protection du chef de l'État, soient chargées par lui de la mission de rechercher dans les collections particulières et princières les anciens dessins d'architecture avec mission de les faire photographier.

3° Vœu de procéder à un échange de ces photographies, de ces dessins et

⁽¹⁾ Bureaux, rue Miromesnil, 98, à Paris.

de ceux des collections publiques afin de pouvoir reconnaître les auteurs de ces dessins et de préparer une publication internationale.

4° Vœu pour la publication des plus importants de ces dessins tant au point de vue des monuments, des maîtres, ou de l'intérêt de l'histoire et de l'art qu'il offrent.

XIII. ÉTABLISSEMENT DE DIPLOMES DE RESTAURATEURS DE TABLEAUX.

Sur la proposition de M. HORSIN DÉON, le Congrès émet le vœu que des concours de restauration de peinture soient organisés et que les restaurateurs dont la capacité aura été reconnue reçoivent un diplôme qui la constate.

XIV. VŒU POUR L'ENTRETIEN DES PEINTURES.

Sur la proposition de M. HORSIN DÉON, le Congrès émet le vœu que les anciennes peintures, précieuses pour l'histoire de l'art, dont un grand nombre sont menacées de destruction, soient l'objet de travaux de consolidation; le Congrès émet le vœu qu'elles soient reproduites pour former une collection analogue à celles qui existent des monuments d'architecture.

XV. TRAVAUX DE RESTAURATION DES MONUMENTS D'ARCHITECTURE.

M. Jules PERIN, avocat à la Cour d'appel de Paris (docteur en droit et archi-
viste paléographe), l'un des secrétaires du Congrès, propose de compléter le
vœu formulé dans la séance d'hier par la disposition suivante :

Du choix des entrepreneurs et du mode de marché à passer avec eux.

Les travaux de restauration des monuments historiques, exigeant des
soins particuliers, rentrent ainsi dans les prévisions de l'ordonnance du
14 novembre 1837, art. 3, qui permet, dans ce cas, de n'admettre à concou-
rir que les personnes *préalablement reconnues capables par l'administration.*

L'adjudication de ces travaux n'aura lieu qu'entre ceux des entrepreneurs
désignés par l'architecte et appelés par lui à soumissionner, qui auront été
agréés par la Commission spécialement préposée à la surveillance de ces tra-
vaux.

Les marchés sur série de prix devront être préférés aux marchés à forfait.

XVI. ENSEIGNEMENT DU DESSIN.

Sur la proposition de M. RAVAISSON, le Congrès exprime le vœu que l'ensei-
gnement du dessin soit dirigé de manière à développer le goût et à préparer
à l'intelligence des monuments d'art et de leurs mérites; qu'en conséquence,
tout en faisant la part qui convient à des études préliminaires ou auxiliaires
d'ordre mathématique, il soit surtout fondé, conformément aux traditions et
aux préceptes unanimes des grands maîtres, sur la considération et l'imitation
de reproductions fidèles, par la photographie, la gravure et le moulage des
chefs-d'œuvre de la peinture et de la sculpture.

XVII. VŒU TENDANT À EMPÊCHER LES RÉFECTIONS DANS LES RESTAURATIONS.

Sur la proposition de M. RAVAISON, le Congrès exprime le vœu que dans la réparation des monuments, on se borne, dans l'avenir, à ce qui est nécessaire pour les consolider, et à ce qu'exigent absolument les usages auxquels ils peuvent encore servir. Il croit désirable surtout qu'on s'abstienne presque entièrement de refaire les sculptures et les peintures.

XVIII. REVISION DE LA LÉGISLATION SUR L'EXPORTATION DES ŒUVRES D'ART.

Sur la proposition de M. Eugène MÜNTZ, le Congrès émet le vœu que la législation relative à l'exportation des œuvres d'art anciennes dans différents pays soit soumise à une revision qui permette de concilier les intérêts généraux de la science avec les intérêts nationaux ou locaux.

XIX. VŒU DEMANDANT LA COMMUNICATION À TOUS LES GOUVERNEMENTS DES VŒUX DU CONGRÈS, EN LES PRIANT D'Y DONNER SUITE.

M. Pedro AMÉRICO FIGUEIREDO et M. José VELASCO émettent le vœu, qui est adopté, que le Congrès communique, soit directement au Gouvernement de la République, soit au moyen des différents délégués aux Gouvernements étrangers, les décisions capitales et les vœux du Congrès lui-même, afin d'uniformiser le plus possible les différentes législations au sujet de la protection des monuments historiques et des œuvres d'art.

XX. VŒU RÉCLAMANT LA TENUE DE CONGRÈS ANNUELS FAISANT SUITE AU CONGRÈS DE PARIS (1889), PREMIER CONGRÈS TENU POUR LA PROTECTION DES MONUMENTS ET ŒUVRES D'ART.

Présenté par M. l'amiral Likhatchof, délégué de la Société archéologique de Moscou. (Voir p. 22.)

Sans se vanter d'avoir accompli de grandes choses, les membres du présent Congrès peuvent se séparer avec la satisfaction de pouvoir se dire qu'ils ont posé le premier jalon d'une œuvre qui ne doit pas périr puisqu'elle tient au cœur à tous les amis de l'art, des antiquités et de la civilisation dans tous les pays du monde sans exception.

Qu'il nous soit donc permis, au moment de notre séparation, d'émettre un dernier vœu final : que ce premier Congrès des Amis des monuments de tous les pays, ne soit pas aussi la dernière de nos réunions, que nous puissions nous revoir et nous réunir à de certaines époques plus ou moins rapprochées pour reprendre la discussion et l'étude en commun des questions qui nous sont chères à tous et que nous n'avons pu qu'effleurer dans cette première réunion.

Le commencement peut paraître modeste, mais l'œuvre, si elle n'est pas abandonnée, peut prendre des dimensions considérables et atteindre des résultats pour lesquels tous les pays seront reconnaissants.

Ne nous séparons donc pas avant d'avoir exprimé nos sentiments de cordiale reconnaissance aux premiers promoteurs de l'œuvre de notre Congrès :

A la Société des Amis des monuments parisiens ;

A cette belle Exposition qui en fournit l'occasion; enfin au Gouvernement français et au Ministre, Commissaire général de l'Exposition, qui ont sanctionné et facilité notre réunion.

XXI. VOEU ADOPTÉ PAR L'ASSEMBLÉE AFIN DE VOTER DES REMERCIEMENTS À LA FRANCE ET AUX ORGANISATEURS DU CONGRÈS AU NOM DES SOUVERAINS ET GOUVERNEMENTS ÉTRANGERS.

Présenté par M. Pedro AMÉRICO FIGUEIREDO, délégué de S. M. l'Empereur du Brésil,
et par M. VELASCO, délégué de la République du Mexique.

An nom des étrangers qui ont eu l'honneur de prendre part aux travaux du Congrès pour la *protection des œuvres d'art et des monuments historiques*, au nom même des gouvernements ou des souverains qui nous ont chargés d'assister aux séances de cette assemblée de savants et d'artistes animés des idées les plus hautes et les plus généreuses, permettez que je remercie nos confrères français de l'accueil vraiment cordial, je dirai même fraternel, qui nous a été fait et dont nous garderons le plus durable souvenir. Cet accueil, Messieurs, n'est pas un fait isolé dans les mœurs parisiennes; au contraire, il n'est qu'une note dans ce concert de bonnes manifestations du grand cœur français, cœur quelquefois tristement saisi, alors qu'il devrait s'épanouir au milieu de ses gloires les plus radieuses, et les plus incontestables : les gloires de la paix et du travail.

Documento 25

1889 (4 e 22 de Julho) – *Cedência em regime de depósito de vinte e cinco quadros de temas religiosos ao Asilo da Misericórdia de Lisboa, pela Academia de Belas Artes de Lisboa, onde estavam armazenados da colecção dos conventos extintos.* ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada 1888-1903 Livro – 57 e CAA – Correspondência entrada. Vários. Vol. 1. ANBA, Livro 172.

Ministerio do Reino
Direcção Geral de Instrução Publica
2.ª Repartição

L.º 47 n.º 185

III^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Em officio de 22 do mez passado pede o Provedor do Asylo de Mendicidade de Lisboa que, para ornamentação das camaratas e refeitórios d'aquelle estabelecimento de beneficencia, lhe sejam cedidos por deposito os quadros abaixo designados, que existem nas arrecadações d'essa Academia, lavrando-se termo em que a Administração do Asylo se comprometta a conserval'os em bom estado e a restituil'os, logo que assim lhe seja exigido.

Os quadros são os seguintes:

Annunciação da Virgem
Christo servido pelos anjos
S. João Nepomuceno elevado pelos anjos
Descendimento da Cruz
A Circuncisão de Christo
A Purificação da Virgem
A Virgem em gloria
A Fugida para o Egypto
S. Filippe, apostolo
Repouso na fuga para o Egypto
A Fugida para o Egypto
Jesus entre os doutores
A Adoração dos Reis Magos
A Adoração dos Pastores
A Visitação
S. Thomé tocando as chagas de Christo
A Annunciação da Virgem
A Adoração dos Pastores
A Apresentação da Virgem no Templo
Idem idem
Transito da Virgem
A Adoração dos Reis Magos
A Apresentação da Virgem no Templo
S. Nicolau Tolentino
Santa Monica

Queira V. Ex.^{cia} informar o que se lhe offerecer sobre esta pretenção afim de habilitar-me a responder ao mencionado Provedor do Asylo de Mendicidade de Lisboa.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino em 4 de Julho de 1889

III^{mo} e Ex^{mo} Sr. Inspector
da Academia Real de
Bellas Artes de Lisboa

Antonio Maria d'Amorim

III^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Para os effeitos devidos cumpre-me participar a V. Ex.^{cia} que o Ex.^{mo} Ministro do Reino auctorizou por despacho de 19 do mez corrente, que sejam entregues em deposito ao Provedor do Asylo da Misericordia os vinte e cinco quadros, a que se referiu o meu officio de 4, devendo o mesmo Provedor assignar o respectivo termo.

Deus Guarde V. Ex.^a

Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino em 22 de Julho de 1889

III^{mo} e Ex^{mo} Sr. Inspector da
Academia Real de
Bellas Artes

Antonio Maria d'Amorim

Documento 26

1890 (22 de Agosto) – *Decreto aprovando a organização da secretaria de estado de negócios da instrução pública e das belas artes. DG, n.º 191, de 25 de Agosto, p. 1979.*

Ministério dos Negócios de Instrução Pública e Belas Artes

(...)

Art.º 5º. A direcção de bellas artes e ensino industrial e profissional divide-se em duas repartições que têm respectivamente a seu cargo o expediente dos assumptos seguintes:

1.ª Repartição Bellas artes

Registo das escolas, academias, conservatórios, institutos, museus e mais estabelecimentos officiaes de bellas artes, archeologia, numismatica, arte ornamental, artes scenicas e historia da arte e do trabalho nacional;

Inventariação, guarda e exposição dos monumentos historicos nacionaes, e dos objectos em posse do estado ou de corporações publicas que importem á historia da arte ou do trabalho nacional: superintendencia sobre a sua conservação e restauração;

Exploração de campos e jazigos archeologicos;

Theatros e espectaculos publicos;

Nomeação, movimento e cadastro do pessoal das escolas, academias, conservatorios, museus e mais estabelecimentos e serviços publicos de instrucção artistica;

Plano e projectos de construção e adaptação de edificios para os estabelecimentos e serviços de instrucção artistica;

Subsidios, premios e pensões;

Propostas de graças e mercês por serviços prestados ás bellas artes;

Donativos e legados;

Registo de collegios, escolas, cursos, grémios e mais estabelecimentos particulares de instrucção artistica;

Academias de bellas artes e sociedades artisticas;

Acquisição de objectos de arte e archeologia e collecções de ensino;

Congressos, conferencias e exposições artisticas;

Missões de estudo e aperfeiçoamento;

Projectos de monumentos publicos ou de edificações de caracter monumental;

Propostas de lei e regulamentos;

Inspecção dos estabelecimentos de instrucção artistica;

Propriedade litteraria e artistica;

Contencioso e disciplina;

Estatística geral e especial;

E, em geral, as resoluções e instrucções necessarias á execução das leis e regulamentos relativos á instrucção artistica, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, e aos monumentos históricos nacionaes.

2.ª Repartição Ensino Industrial e profissional

(...)

Documento 27

1891 (23 de Fevereiro) – *Consulta da Santa Casa da Misericórdia do Porto à Academia Real de Belas Artes de Lisboa, a propósito do Restauo do quadro «Fons Vitæ» existente naquela corporação.* ANBA. Avulso. Inédito.

Misericordia do Porto

N.º 892

III^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Sabe V. Ex.^a muito bem que a Santa Caza da Mizericordia do Porto possui um quadro de grande valor artistico, intitulado – *Fons vitae* – allusivo á instituição das Mizericordias, cujo auctor se ignora ao certo, attribuindo-se a Grão Vasco, mas, que na opinião do Conde Raczinsky, se parece com os de Holbein, sendo decididamente de influencia allemã. No que não ha discrepancia é no grande merecimento do quadro, considerado como uma obra prima da eschola gothica.

Succede, porem, que no magnifico retabulo ha deteriorações, embora por emquanto não de tal importancia que lhe prejudiquem o aspecto geral, e n'estas circunstancias tem-se ventilado a questão da sua restauração. Foram consultados professores de pintura da Academia de Bellas Artes d'esta cidade divergindo as opiniões; sustentando uns, e principalmente o Snr. Francisco Jozé Rezende que se confie a restauração a um especialista chamado aqui de França, Inglaterra ou Allemanha, se for necessario recorrer ao estrangeiro; opinam outros que a restauração é perigosa porquanto as pinceladas com tinta recente, parecendo dar um resultado de satisfactoria harmonia com as tintas antigas no acto de executar-se, no decurso do tempo viriam a destacar-se dezagradavelmente da pintura primitiva, e aconselham que o unico meio de conservar o quadro se deve limitar á eliminção das bolhas, para o que ha processos seguros, alem das cautellas com que deve ser tratado, já recommendadas e postas em pratica.

Encontrando-se a Meza da minha presidencia perante esta divergencia de opiniões, tem hesitado n'uma resolução definitiva de tanta responsabilidade em questão de arte tão melindrosa, sobretudo no momento em que um distincto amator britannico, o Snr. J. C. Robinson, acaba de publicar uma carta no *Times*, transcripta no "*Commercio do Porto*" de 11 do mez corrente, em que o seu auctorizado voto se manifesta com decisão pela restauração.

N'estas circunstancias discutiu-se em sessão da Meza da minha presidencia de 12 d'aquelle mesmo mez, o alvitre de ser tambem consultada a Academia de Bellas Artes de Lisboa, como já o foi a desta cidade, e este pensamento foi apoiado pelo Ex.^{mo} Conde de Samodães, Inspector da Academia do Porto e com o qual me tenho entendido ultimamente para se chegar a uma solução acertada e deciziva sobre tão importante assumpto.

É, pois, com este fim que me dirijo a V. Ex.^a rogando-lhe a distincta mercê de convidar dous professores de pintura da Academia d'essa cidade a virem aqui examinar o quadro e darem parecer sobre a questão que se debate. Estou certo que V. Ex.^a e os Snrs. Professores da capital, movidos pela sua dedicação á arte nacional e pelo interesse que inspira a conservação d'um primor d'arte que o paiz se ufana de possuir acolherão benevolmente este convite.

N'esse caso os cavalheiros que se dignassem acceitar esta commissão poderiam aproveitar as proximas férias de Paschoa, para realizarem a sua vinda a esta cidade e então, em conferencia com os professores da Academia do Porto, far-

se-hia uma tentativa em ultima instancia para se chegar a uma conclusão segura, que habilitasse a Meza da minha presidencia a uma resolução definitiva e acertada sobre tão importante questão artística.

Convencido de que o Instituto, a que V. Ex.^a dignamente preside, de bom grado se presta a secundar com o seu valiosissimo concurso a Santa Caza da Misericórdia do Porto no desempenho d'este melindroso dever, aguardo que V. Ex.^a me previna com antecipação do dia e hora da chegada dos Snrs. Professores commissionados a fim de lhes prestar aposentadoria no – Grande Hotel do Porto – na intelligencia de que todas as despesas de viagem e durante a sua estada aqui serão satisfeitas, pois não seria justo que a obsequiosidade em acquiescer ao convite fosse acrescentada com esse encargo

Deus Guarde a V. Ex.^a

Porto e Santa Caza da Mizericordia, 23 de Fevereiro de 1891

III^{mo} e Ex^{mo} Sr. Inspector da Academia Lisbonense de Bellas Artes

O Conselheiro Provedor
Júlio Lourenço Pinto

Documento 28

1893 (11 de Abril) – *Reunião da Comissão dos Monumentos Nacionais na Sala do Conselho de Obras Públicas, com o objectivo de se retomar a actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais e respectivos discursos do Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado e do Presidente da Comissão, Joaquim Possidónio Narciso da Silva.* ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionaes. Actas das sessões. 1893. Livro 257³⁰. Inédito.

Acta da sessão da Comissão dos Monumentos Nacionaes de [...] 11 de Abril de 1893

Tendo S. Ex.^a o Sr. Ministro das Obras Publicas feito annunciar pelo seu Secretario, o Sr. Oliveira Simões que a Comissão podia reunir-se na Salla do Conselho d'Obras Publicas e Minas no mencionado dia, o Snr. Presidente ordenou que se expedissem avisos aos membros da dita Commissão p.^a que se achassem na mencionada salla pelas 2 horas da tarde. A essa reunião, achando-se ali presentes todos os membros da Commissão os Srs. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, Luciano Cordeiro, Alberto Pimentel, Dr. Sousa Viterbo e Júlio Mardel foi annunciada a chegada de sua Ex.^a o Sr. Ministro das Obras Publicas Bernardino Machado o qual abrindo a sessão disse:

Congratular-se com a Commissão por vel'a ali reunida, que podia afirmar que o Governo invidaria todos os esforços p.^a poder ajuda-la nos seus trabalhos, auxiliando-a da maneira compatível com as circunstâncias do Thesouro. Que esperava pelo plano dos trabalhos da Commissão, sentindo não poder assistir ás sessões todas por muito que tinha a fazer, mas que prometia voltar em breve a tomar parte nos seus trabalhos.

Logo depois de S. Ex.^a sahir da salla, tomou a palavra o Sr. Presidente e disse: *Que em 1882, logo depois de ser nomeado presidente da Commissão tinha feito expedir circulares ás Camaras Municipaes pedindo a resposta a uns quesitos que as acompanhavam nos quaes se indagavam quaes os principaes monumentos do Concelho. Que m.^{tas} não responderam e outras responderam de módo pouco louvavel, fazendo no entanto justiça a algumas que empregaram esforços p.^a cumprir a missão de que haviam sido encarregadas.*

O Sr. Luciano Cordeiro pedindo a palavra disse que *não era d'opinião se continuassem a enviar as circulares acompanhadas dos quesitos e que achava melhor que os membros da Commissão se encarregassem d'ir pessoalmente colher as informações desejadas e que sem demora se desse principio ao inventario geral de todos os monumentos do país. Que lhe tinha succedido muitas vezes indo visitar certas localidades e encontrar n'ellas mais d'uma pessoa bem informada sobre assumptos archeologicos e que n'uma visita se podia colher mais noticias do que pelo systema das circulares.*

Em seguida pediu a palavra o Sr. A[lberto] P[pimentel], o qual *approvando a ideia do seu collega o Sr. L.C. accrescentou lhe parecia melhor não começar pela capital porque esses monumentos estão mais resguardados e cuidados do que os das províncias e mesmo os que estão nos arredores da cidade, e portanto ele julgava acertado dividir o districto de Lisboa em zonas e que essas zonas fossem entregues*

³⁰ Esta acta é um documento histórico para a história do património em Portugal. Trata-se da primeira acta da CMN, de acordo com a sua nova forma de organização colegial. Deste ponto de vista e por ser a Comissão a partir de então um órgão consultivo, esta acta inscreve-se na pré-história dos conselhos consultivos do património. A acta encontra-se minutada pelo secretário, Júlio Mardel, apresentando o defeito de estar em rascunho, a partir do qual se passaria a referida acta a limpo no livro respectivo. No entanto, as actas da renovada CMN nunca foram passadas a limpo, sendo os rascunhos reunidos sequencialmente. Este rascunho não está assinado pelos vogais, nem pelo Secretário, no entanto a letra foi por nós identificada. Itálicos da nossa responsabilidade.

os 5 membros da Comissão, afim d'eles as percorrerem dando no fim das suas excursões o relatório do que haviam visto.

Posto á votação esta deliberação foi approvada por unanimidade, e em seguida foi dividido o trabalho do seguinte modo:

Sr. P. da Silva – Cintra a Mafra

Sr. L. C. – Vila-Franca, Alemquer, Lourinhã e Torres Vedras

Sr. A. P. – Setúbal, São Tiago do Cacém e Grândola

Sr. J[ulio] M[ardel] – Almada, Seixal, Aldea Galega, Moita e Cesimbra

Sr. S[ousa] V[iterbo] – Cascais e Oeiras.

Tomando a palavra o Sr. Sousa Viterbo disse que tendo dado para ser impresso um manuscripto d'uma monographia de (**espaço em branco**) ia reclamar, afim de o offerecer á Comissão e ter assim outros trabalhos d'ella publicando.

O Secretario disse que também que desejava que um seu trabalho sobre a Sé da Guarda fosse presente á Comissão afim de ter o mesmo destino.

Resolveu-se finalmente que se desse d'isto tudo parte a S. Ex.^a o Ministro, que a seguinte sessão fosse no dia 21 do corrente pelas 2 horas da tarde no mesmo local

O Sr. Presidente ao fechar a sessão apresentou um officio (?) *no qual se pedia providencias para sob o estado em que se encontra a Estatua equestre do Terreiro do Paço e o segundo pediu a prompta e energica acção da Comissão p.^a que ella salve alguns monumentos que tem sido postos a postos a saque, como Madre de Deus, o de Bellas e outros.*

O Sr. Presidente levantou a sessão, eram 3 horas da tarde.

(sem assinaturas)

Documento 29

1893 (21 de Maio) – *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais a respeito do restauro da Sé Velha de Coimbra*. Relator Luciano Cordeiro (minuta, 10 fólhos)³¹. ANBA – Processo n.º 41, Coimbra. Sé Velha. Igrejas, Vol. 1, Livro 240. Inédito.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tendo communicado verbalmente a V. Ex.cia as apprehensões surgidas pela noticia de certas obras de restauração que se estavam fazendo na Sé Velha de Coimbra, um dos nossos mais interessantes monumentos historicos nacionaes, a Commissão dos monumentos, de minha presidência, gostosamente se conformou com os desejos de V. Ex.cia, de enviar o Director das Obras Publicas daquela cidade e teve com elle hontem, 20, uma pequena sobre o assumpto.

Dessa conferencia resultou que ficar a Commissão sabendo que realmente por deliberação de uma commissão local se haviam iniciado e prosseguiam grandes trabalhos no monumento alludido, tendentes a desmarcar alguns trechos da sua construção interior que tinham sido em epocha indeterminada cobertos por argamassas e fasquiados, e bem assim a restituir todas as columnas da nave principal à sua suposta ou denunciada integridade inicial, fazendo desaparecer as grandes misulas de madeira em que se figurara que ellas assentavam a meia altura e completando ou continuando essas columnas inferiormente, até ao pavimento do templo, como se entendera que fora a sua forma e construcção primitiva.

Salvo o devido respeito pelo pensamento e resolução que presidem aos alludidos trabalhos e independentemente da parte relativamente tranquillizadora das explicações recebidas, não poderam as apprehensões da Commissão ser inteiramente dissipadas pela communicação ou conhecimento de qualquer estudo ou preparação critica que por um lado determinasse a boa razão e seguro criterio de modificações tão importantes e que abrangem todo aspecto e feição architectonico, actual, do templo, e por outro traçasse ao pensamento e projecto de restauração os limites e condições em que ella deva discretamente contentar-se. É claro que todos estes grandes monumentos architectonicos teem soffrido no decorrer dos seculos fundas e largas modificações, mas não o é menos que seria contraproducente e absurdo querer o levar a uma reducção e restituição completa, – mais ou menos imaginosa, – da traça primitiva, os trabalhos chamados de restauração, fazendo desaparecer o cunho, a obra e o pensamento que outras epochas foram fixando ou adicionando em taes monumentos e que a bem dizer continuam a sua historia.

Em vez, então, de se dizer que restauramos melhor se dicera que destruíamos e truncavamos. A que teríamos de reduzir essa mesma Sé Velha de Coimbra se nos propoessesmos a fazer desaparecer della quanto não podessemos verificar ou não devessemos supôr da sua construcção e decoração inicial? Desmascarar e descobrir esta, concertal-a e reparal-a: compreende-se.

Em toda a parte as chamadas restaurações monumentaes são precedidas de sérios estudos e de uma larga e publica investigação e preparação critica, fixando-se por ellas, em termos precisos e certos. Não queremos crer que essa preparação se tenha dispensado nos trabalhos alludidos, estamos mesmo convencidos que conhecendo-a todas as nossas apprehensões se dissiparão. Mas não é menos certo que infelizmente entre nós não se tem feito isto e que não são raros os casos em que temos tido de lamentar a falta de taes precausões, de nos envergonhar-mos ate pelas consequencias dessa falta. E já agora premitta-nos V. Ex.^{cia} que intercalemos aqui

³¹ Este parecer foi precedido de uma convocatória minutada por Luciano Cordeiro, sem data, mas que no processo antecede o documento agora publicado. Na imprensa este parecer apareceu, como era natural, subscripto pelo seu presidente, Possidónio da Silva. Mas as ideias que emana, revelam os conceitos e o modo de redigir da personalidade do seu autor.

outra observação. Com a noticia de que vão recommençar as obras da restauração ou da reconstrucção da parte destruida ou incompleta do monumental edificio dos Jeronymos. Não duvidamos da authoridade e da proficiencia dos estudos feitos ou do projecto adoptado. Temos até a este respeito excellentes garantias. Mas que ao menos nos sirva para alguma cousa a licção dos passados desastres e que a nova e tão necessaria obra não dispense os mais solidos alicerces de uma larga revisão critica que a proteja e sustente firmemente no seu desenvolvimento. Terminando, pois, e para que possamos conscienciosamente satisfazer os desejos e instrucções de V. Ex^{cia} e a propria razão e pensamento da instituição desta Commissão, entende esta:

1.º que convem tomar conhecimento dos estudos e trabalhos em virtude dos quaes se estam fazendo as alludidas obras na Sé Velha de Coimbra, do plano a que obedecem, sobrestando-se nellas.

2.º que convem egualmente que possa ser examinado e estudado o projecto das obras de reconstrucção ou complemento da parte exterior dos Jeronymos.

Ds. g. a V. Ex.^a

Ill.mo Ex.º Snr. M.º w Secr.º de Estado das Obras Publicas

Com.º 21 de Maio de 1893

Pela Com.º

O Presidente

Luciano Cordeiro, Relator

Documento 30

1893 (30 de Junho) – *Portaria de recondução de Possidónio da Silva e de nomeação de diversos vogais da Comissão dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Portarias, 1893. Livro 244. Inédito

Sua Magestade El-Rei há por bem ordenar que sejam aggregados á commissão, a que se refere a portaria de 29 de dezembro de 1891, Alfredo Ribeiro, Gabriel Victor do Monte Pereira, Joaquim d'Assumpção Rasteiro, José Duarte Ramalho Ortigão e José Luís Monteiro, os quaes exercerão estas funcções gratuitamente; devendo o cargo continuar a ser exercido pelo Conselheiro Joaquim Possidónio Narciso da Silva, e o de secretario pelo apontador ammanuense de 1.^a classe Júlio Carlos Mardel d'Arriaga Cabral da Cunha.

Paço 30 de Junho de 1893

(a) Bernardino Luís Machado Guimarães

Para o Conselheiro Joaquim Possidonio Narcizo da Silva

1893 (24 de Novembro) – *Projecto do Regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais, elaborado por Luciano Cordeiro, apresentado na sessão de 24 de Novembro. Versão impressa. Aprovação em 4 de Dezembro. Impresso raro. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1893. Livro 257. Inédito.*

Commissão dos monumentos nacionaes

Projecto do regulamento

Artigo 1.º

Para os effeitos do presente regulamento são considerados monumentos nacionaes todos os edificios, construcções, ruínas e objectos artisticos, industriaes ou archeologicos.

- a) que importem á historia do modo de ser intellectual, moral e material da Nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento,
- b) que testemunhem e commemorem factos notaveis da historia nacional;
- c) que constituam vestigios dos povos e civilisações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez.

Artigo 2.º

A commissão dos monumentos nacionaes é a corporação officialmente incumbida

- a) de estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionaes
- b) de consultar e propôr ao Governo as providencias necessarias á guarda, conservação, reparação e exposição publica d'esses monumentos;
- c) de instruir, projectar ou propôr as respectivas reparações, apropriações, acquisições e destinos;
- d) de promover a propaganda e o culto publico pela conservação e pelo estudo d'esses monumentos e de velar por elles.

Artigo 3.º

A Commissão funcçionará junto do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria e será composta de 15 vogaes-inspectores, dos quaes um será Presidente, outro Vice-Presidente e outro Secretario.

§ 1.º As nomeações para todos estes cargos será festa por Decreto Real precedendo proposta da commissão para o preenchimento das vagas que de futuro se derem.

§ 2.º A Commissão nomeará d'entre si os relatores ou

inspectores especiaes temporarios para os diversos serviços ou assumptos de que tenha de occupar se.

§ 3.º Será gratuito o serviço dos vogaes-inspectores com excepção do de secretario que continuará a ser remunerado, tendo sómente direito os mesmos vogaes ás ajudas de custo para transporte, residencia e comedorias que se acham fixadas, quando em serviço de inspecção e estudo fóra da séde da Commissão.

Artigo 4.º

Nenhuma restauração, apropriação, remoção, emprestimo, ou allienação de monumentos nacionaes, será feita sem audiencia e consulta previa da Commissão sobre proposta ou memoria que a justifique.

Artigo 5.º

Haverá vogaes e commissões correspondentes nas localidades ou circumscripções em que forem julgadas necessarias, sendo uns e as outras de nomeação e exoneração do Governo sobre proposta da Commissão.

Artigo 6.º

A Commissão corresponder-se-ha directamente pelo seu Presidente com o Ministro e com todas as auctoridades e estações officiaes que lhe prestarão e aos seus delegados as informações e auxilio da respectiva competencia.

Artigo 7.º

Por conta do Estado serão imoessos os Annaes da Commissão que serão constituídos pelos estudos de investigação, descripção e informação dos vogaes e pelos relatorios, consultas, actas e mais documentos da Commissão.

Artigo 8.º

A' disposição da Commissão e para seu serviço privado será posta casa apropriada bem como os necessarios utensilios e recursos de expediente e serviço.

Documento 32

1894 (28 de Fevereiro) - *Regulamento para a comissão dos monumentos nacionais. Portaria referendada por Carlos Lobo de Ávila, onde se inclui o referido Regulamento, assinado pelo Director de Obras Públicas, Frederico Augusto Pimentel. In DG n.º 46, de 28 de Fevereiro de 1895, p. 509.*

Ministerio de Obras Publicas, Commercio e Industria
Direcção dos Serviços de Obras Publicas
Repartição de estradas, obras hydraulicas e edificios publicos

Sua Magestade El-Rei há por bem aprovar o regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes, que baixa com a presente portaria, assignando pelo director dos serviços de obras publicas.

Paço, em 27 de Fevereiro de 1894. = *Carlos Lobo d'Avila*

Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes

Artigo 1.º Para os effeitos do presente regulamento são considerados monumentos nacionaes todos os edificios, construcções, ruinas e objectos artísticos, industriais ou archeologicos.:

- a) Que importem á historia do modo de ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento;
- b) Que testemunhem e commemorem factos notáveis da historia nacional;
- c) Os megalithicos, e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilisações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em território portuguez.

Artigo 2.º Á comissão dos monumentos nacionaes incumbe:

- a) Estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionaes;
- b) Propor as providencias necessarias á guarda, conservação, reparação e exposição publica d'esses monumentos;
- c) Indicar as respectivas reparações, apropriações, aquisições e destinos;
- d) informar acerca de restauração, remoção, empréstimo ou alienação dos mesmos monumentos;
- e) Promover a propaganda e o culto publico pela conservação e pelo estudo d'esses monumentos, e velar por elles.

§ unico: Os trabalhos descriptos nas alíneas a), b), c), d), servirão de elemento de apreciação para o conselho superior de obras publicas e minas.

Artigo 3.º A comissão será composta de dez vogaes, dos quaes um será presidente, outro vice-presidente e outro secretario.

§ 1.º A nomeação para todos estes cargos será feita por despacho ministerial, precedendo proposta da comissão para o preenchimento das vagas que de futuro de derem.

§ 2.º A comissão nomeará de entre si os relatores ou inspectores especiaes temporarios para os diversos serviços ou assumptos de que tenha de occupar-se.

§ 3.º Será gratuito o serviço dos vogaes, com excepção do secretario, que continuará a ser remunerado, tendo sómente direito os mesmos vogaes ás ajudas de custo e transporte que se achem fixados por lei, quando em serviço de inspecção e estudo fóra da séde da comissão.

Artigo 4.º Haverá vogaes correspondentes nas localidades em que forem julgados necessários, sendo de nomeação do governo, sobre proposta da comissão.

As suas funcções serão opportunamente regulamentadas pela commissão, ficando o respectivo regulamento dependente de approvação superior.

Artigo 5.º A commissão corresponder-se-ha com o Ministro por intermédio da direcção dos serviços de obras publicas.

Artigo 6.º Por conta do Estado serão impressos os annaes da commissão, que serão constituidos pelos estudos de investigação, descripção e informação dos vogaes, e pelos relatorios, consultas, actas e mais documentos da commissão.

Artigo 7.º Para o serviço da commissão ser-lhe-hão fornecidos casa, mobiliário e artigos de expediente.

Direcção dos serviços de obras publicas, 27 de Fevereiro de 1894. = O director,
Frederico Augusto Pimentel

Documento 33

1894, Março, 30. – *Consulta de Fernando Larcher, vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais, sobre a necessidade de acordo entre a dita Comissão e o Ministro da Guerra a propósito dos monumentos militares.* ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Consultas. Livro 244. Inédito.

Comissão dos monumentos nacionaes. Consulta³².

Exmos Srs

É geralmente conhecido o grande interesse e cuidadoso desvelo, que aos paizes mais adiantados em civilização, merecem os monumentos historicos e archeologicos, os museus e archivos e finalmente todos os objectos que pela sua natureza, podem servir de padrões de gloria nacional de estudo do adiantamento e cultura das artes e sciencias e mesmo de attestados ou documentos da nobreza da sua origem; por isso abertamente hei de fazer quaesquer considerações sobre o intenso amor e estudo persistente, que elles são objecto na Italia, Inglaterra, França, Alemanha e outros paizes incluindo a vizinha Hespanha, que não vacillaram em sacrificar sommas importantissimas ao estudo e conservação d'essas reliquias d'outras eras. Effectivamente, praticando assim fizeram bem, porque, cimentando o mais sólido alicerce, estabelecendo a base mais firme em que pode assentar o estudo da historia dos tempos que passaram e da sua propria, não fizeram mais do que cumprir os preceitos da lei natural do progresso, fomentando a aquisição do maior numero possivel de elementos para o conhecimento da immutavel verdade.

Infelizmente não tem o nosso paiz acompanhado os grandes progressos que as nações estranhas teem feito durante o seculo que vai correndo; e se é verdade que o estudo da archeologia encontrou alguns homens de talento e boa vontade que lhe teem dedicado o melhor e mais precioso tempo da vida, não é menos verdadeiro que esses trabalhos não teem passado de esforços singulares e isolados, desacompanhados e até mesmo repudiados pelos nossos governos e outras classes dirigentes.

Contudo, todo o mal tem um fim e o termo do nosso parece-me ter chegado.

O impulso dado ultimamente pelos governos ao estudo e conservação dos monumentos nacionaes ampliando e revivificando uma commissão que fora outr'ora oficialmente nomeada e cahira com o andar do tempo em quasi absoluto esquecimento, é sobeja e manifesta prova do progresso que a propaganda de tão excellente tem feito nas classes illustradas do paiz, chegando finalmente a transpor efficazmente os humbraes das repartições publicas.

Constituida a nossa commissão, teve ella de proceder como trabalho preparatorio base necessaria e indispensavel de quaesquer resoluções ulteriores, à composição d'um inventario mais ou menos minucioso, dos monumentos que o paiz possui; para isso dispoe ella já de alguns, ainda que poucos, preciosos elementos, os quaes juntos aos que obtiver pelo auxilio que forçosamente lhe será prestado pelas auctoridades civis, municipaes e eclesiasticas, deverão completar dentro d'um futuro relativamente proximo, o que poderemos chamar *cadastro dos monumentos nacionaes*.

Na minha qualidade de official do exercito e pelo conhecimento especial adquirido pela experiencia d'uma já longa carreira, das principaes engrenagens que compoem a tão delicada como complicada machina militar, não posso deixar de contribuir com o meu ainda que fraquissimo prestimo, para que tão util resultado se

³² Folio com esta portada. Segue-se o documento que vem anexo.

obtenha o mais rapidamente possível; quer indicando os processos que repute mais fáceis para atingirmos um fim prático, quer aplanando e limando as dificuldades que a promiscuidade dos elementos civis e militares ou mesmo as diferentes naturezas dos serviços possam levantar accidentalmente no nosso caminho.

À semelhança do que succede em todas as nações de origem remota, cujo o território foi occupado successivamente por varios povos, o solo de Portugal acha-se coberto de innumerous monumentos de diferentes naturezas, que esses povos consagravam a diversas applicações. D'entre elles, sagrados ou profanos, destacam-se sem duvida, ocupando um lugar proeminente, os castellos e outras construcções militares que os celtiberos, suevos, godos, arabes e portuguezes construíram para proverem à sua defeza e à propria segurança; tratarei nesta consulta, apenas destes ultimos e especialmente dos que estão na posse do ministerio da guerra, não sob o ponto de vista scientifico ou technico, mas unicamente no de procurar o modo mais simples e prático tendente a prover à sua conservação.

A maioria dos monumentos antigos puramente militares acham-se hoje na posse dos municipios e da secretaria d'estado dos negocios da guerra; muitos dos que foram entregues às camaras municipaes soffreram por simples capricho ou mercê de pseudo embellezamento locais ??? mofina sorte de serem demolidos e arrazados, ainda assim lograram alguns d'elles escapar ao vandalismo e esses serão por seu turno submetidos a vossa esclarecida apreciação restando portanto, apenas os que pretencem ao ministerio da guerra e de que passo a tratar.

Despoe o ministerio da guerra pela sua indole e organização especial de elementos valiosos, que urge não desperdiçar para bom exito da nova cruzada que vamos emprender; poderemos para facilidade da exposição consideral-os divididos em duas classes principaes a saber: - A materia prima e o pessoal.

A materia prima que se subdivide ainda em duas novas classes, é representada 1.º - Pelos castellos e torres que foram durante muitos annos e dos quaes alguns ainda hoje são classificados como praças de guerra; 2.º - Pelos edificios abandonados. Os primeiros acham-se regularmente conservados, senão debaixo do ponto de vista historico-artistico, ao menos pelo serviço que ainda prestam; taes são as torres de S. Vicente de Belem, de S. Lourenço da Barra, do Outão, d'Extremoz, os castellos de Elvas, S. Jorge, Bragança, etc.

Os segundos apesar de mais ou menos abandonados conservam-se debaixo da inspecção directa do commando geral d'engenharia que mal ou bem os tem preservados dos insultos populares e municipaes como são por exemplo os castellos de Ouguella, Almorol vulgo Tancos, Palmella, praça de Cezimbra, etc...

O pessoal comprehende: 1.º - Todos os serviços característicos em que pela sua organização o exercito se subdivide; 2 – As classes inactivas incluindo as praças de pret reformadas.

Abrangem os primeiros: o commando geral d'engenharia que possuindo nos seus archivos, preciosos documentos sobre as fortificações do reino, dispoe da força de direcção e comando que a lei lhe confere; as inspecções d'engenharia juntas das divisões militares territoriaes, que sob a superintendencia do commando geral, inspecionam directamente todas as construcções dependentes da secretaria da guerra e conservam por obrigação regulamentar o inventario detalhado e descriptivo dos edificios militares collocados immediatamente sob a sua alçada. As segundas, isto é, as classes inactivas podem certamente prestar bons serviços especialmente as praças de pret reformadas, quer exercendo os officiaes, uma certa inspecção local nos monumentos considerados abandonados, quer servindo as praças de pret de guardas vigilantes destinados a impedir qualquer nova delapidação que de futuro venha a poder dar-se, caso que ainda hoje vulgarmente acontece.

Este pessoal representa alguns milhares de individuos habituados de longa data à subordinação militar e obediencia passiva que vivem na sua maioria inactivos, espalhados por todo o paiz e podem portanto prestarem excellentes serviços sedentarios.

Taes são em resumo os elementos que julgo, dever a comissão aproveitar para tentar a salvação dos tristes monumentos que nos restam, e que protegidos por ignota providencia teem logrado conjurar os ultrajes do tempo e resistir às devastações, derivadas das paixões e ignorancia humana que sendo muito mais perniciosas são por isso mesmo bem mais daninhas.

Resumindo a minha idea. – Creio ser de toda a conveniencia que a comissão se entenda com Sua Excia o Ministro da Guerra em cuja intelligencia e acrisolado amor pelas tradições confio, para que servindo-se fazer baixar da sua secretaria d'estado as necessarias ordens, estabeleça relações directas e amigaveis entre a nossa comissão e os elementos que acima ficaram apontados, especializando as inspecções d'engenharia juntas das divisões militares, para que nós possamos entrar com firmeza e segurança no verdadeiro caminho que nos propuzemos seguir.

Lisboa 30 de Março de 1894

Fernando Larcher
Tenente de Cavalaria

Documento 34

1894 (19 de Abril) – *Ofício de Joaquim Possidónio Narciso da Silva mandando entregar desenhos dos edifícios públicos da primitiva Comissão dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Correspondência Vária, Entrada. Livro 244. Inédito.

Commissão dos Monumentos Nacionaes

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Mando entregar a V. Ex.^a 14 dezenhos dos edifícios públicos que a primitiva Commissão dos Monumentos Nacionaes fez levantar as plantas, medir e desenhar as fachadas e cortes sob a minha direcção desde 1882 até 1891; para ser apresentados a actual Commissão em exercício.

Envio também três officios ultimamente recebidos, entre os quaes, aquelle que se refere á (...) igreja d'Alcobaça é de muita urgência que se attenda para evitar a ruína da charola e a perda primitiva da sua construção.

Eu não posso comparecer a sessão de hoje porque não me permite o meu padecimento; servirá V. Ex.^a, como digno Secretario dar conhecimento do que lhe participo.

Deus guarde a V. Ex.^a. Lisboa 19 de Abril de 1894

Ex.mo e Ill.mo Sr. Júlio Carlos Mardel d'Arriaga Cabral, Secretario da
Commissão dos Monumentos Nacionais

Joaquim Possidonio Narciso da Silva

Documento 35

1894 (21 de Dezembro) – *Parecer de Luciano Cordeiro a propósito das obras no Mosteiro da Batalha, invocando princípios de ética*. Acta da Sessão de 21 de Dezembro de 1894, sob a Presidência de Possidónio da Silva: Adenda à acta. Documento autógrafo do punho de Luciano Cordeiro (13 pp.). ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionaes. Actas das sessões. Livro 257. Inédito.

Luciano Cordeiro disse que tinha duas declarações a fazer que podendo não importar para muito á Commissão, importavam á consciência e aos princípios delle orador e por isso desejava que ficassem bem expressas na acta, offerecendo-se para elle proprio as redigir se o Snr. Secretario quizesse.

Era a primeira que não assistira ás ultimas sessões não só por embaraços de serviços públicos, mas porque entendera que a Commissão resolvera, em sessão por elle presidida, só voltar a reunir-se depois de decorrido o período em que habitualmente os vogaes andavam fora de Lisboa. Surpreendido pelos avisos de convocação sem indicação alguma de superveniente urgencia e de assumptos a tractar, escreveu ao Snr. Secretario extranhando o facto e pedindo-lhe para transmitir este reparo com o de ser de evidente conveniencia avisar-se sempre dos assumptos a discutir e resolver, para não parecer que se discutiam e resolviam de surpresa e em minoria graves e complexas questões como as que indicava a acta que acabava de ser lida.

A segunda declaração era a de que, se tivesse assistido ás ultimas sessões teria regeitado em absoluto as resoluções tomadas bem como as informações e sentenças que parece tel-as determinado, por considerar na sua consciencia, pela sua observação directa e pelo estudo e conhecimento que tem procurado obter e com que se julga sufficientemente habilitado, acerca dos assumptos visados e dos mais de que a Commissão se occupa, que taes resoluções são inoportunas e inconvenientes, e completamente erroneas e infundamentadas as informações que as determinaram.

Que entendia que a Commissão precisava revestir-se perante o Estado e perante o paiz de uma authoridade perfeitamente incontestavel; que taes resoluções não lhe dariam, decerto, sob aspecto algum, e pois que rigorosamente nada tem feito, melhor seria abster-se de contender com o que outros, por dever de cargo e em boa consciencia faziam. Sentia ter de dizer isto, que alias não importava offensa para os seus collegas, e que ate como prova de quanto respeitava as opiniões e competencias delles diria summariamente porque não podia por forma nenhuma adherir ao que se dicera e resolvera. Parecia-lhe mau e perigoso o caminho encetado. Começara-se por contender com os trabalhos de restaurações que se promoviam e faziam em Coimbra, e não queria lembrar o resultado pouco lisongeiro desse arremesso ao que parece abandonado logo.

Contendia-se agora com os trabalhos da Batalha, o único monumento que o Estado tem desde muito acautelado e cuja guarda, conservação e restauração constitue um serviço especial regularmente dotado. Diria desde já que esse serviço é zelosamente derigido por um engenheiro distincto que tem evidenciado uma grande dedicação e competencia, e servido por um nucleo de operarios de longa escola que podem dar e teem dado já, licção aos que supoem conhecer e aventurosamente discretam e decretam ácerca de estylos e elementos da architectura nacional dos seculos 15 e 16. Juncto deste serviço ha hoje uma aula de desenho sob a direcção e influxo da Escola de Leiria onde há professores excellentes e estudiosos.

Ora a Comissão tinha à porta e por esse paiz alem muitos monumentos que se estravagam e perdiam, de quem ninguem cuidava e em que ella mais opportuna e praticamente poderia empregar o seu esforço e as suas atencções, alem de que tinha a fazer um trabalho de singular importancia e inicial necessidade que era o que elle orador desde a primeira sessão lembrava; a determinação dos monumentos que devessem ser considerados para todos os effeitos, como monumentos nacionaes.

Tambem elle orador fora de ha muito importunado pelas insinuações e boatos de que se estavam fazendo cousas desastrosas na Batalha, mas verificara directamente a inconsistencia e injustiça de taes informações e devia dizer, até para acautelar a boa fé dos collegas, que alguma cousa de peor especie chegara a perceber, e era o pensamento reservado de uma certa exploração industrial que ensaiava impôr-se. Tem visitado recente e frequentemente a Batalha, conhece os trabalhos feitos e em projecto, e não querendo nem podendo renovar a discussão das sessões a que não assistira, tinha a declarar precisamente o contrario do que se affirmara nellas, isto é, que considerava aquelles trabalhos como perfeitamente correctos e louvaveis não só administrativamente, mas sob o aspecto historico e artistico. A historia do baptisterio com que se fazia uma certa bulha, era extremamente simples. A monumental egreja estava entregue ao culto, era uma egreja parochial. Mau era que o fosse, mas sendo-o, o culto e o povo reclamavam que houvesse nella um baptisterio. Ordenado ao director das obras publicas do districto que o fizesse, o intelligente funcionario em vez de fazer um baptisterio de parochia aldean, tivera o bom senso e prestara o serviço de fazer uma obra que não disparatasse indignamente com o formoso monumento, adoptara e seguira os elementos architectonicos e decorativos delle. E fizera mais: fizera e disposera as cousas por maneira que esse baptisterio que é aliás formosissimo podesse facilmente ser deslocado e desmanchado.

Tambem em relação aos Jeronymos observaria que tendo sido o primeiro a lembrar à Commissão que se interessasse pelos projectos de conclusão daquelle monumento, não podia desejar nem approvar que a Commissão pretendesse exclusivamente resolver e derigir o assumpto, parecendo ate julgar dispensavel o concurso das habilitações especiaes do engenheiro, do architecto, do esculptor para o estudo monographico e de restauração de um monumento de tal natureza. Via mesmo um perigo de conflictos desagradaveis com estações e competencias officiaes, nas resoluções relativas quer à Batalha quer aos Jeronymos.

Pedia a desculpa de ter occupado por tanto tempo a Comissão, mas feitas e repetidas as declarações da razão porque não assistira às ultimas sessões e de como, se tivesse assistido teria rejeitado absolutamente e em todos os pontos o que nellas se dicara e resolvera, accrescentaria ainda que tendo sido, se bem se lembrava, quem suscitara a attenção da Commissão para os projectos do acabamento do edificio dos Jeronymos nunca fora a sua idea que a commissão quisesse privativamente arrogar-se a resolução ou parecer sobre o assumpto, nem entendia que podesse seriamente determinar-se o estudo monographico daquelle grande monumento e da Batalha, sem o concurso e associação de competencias e conhecimentos profissionaes que se não acham representados na Commissão. Qualquer poderia propôr-se a fazer monographias daquelles ou d'outros monumentos, mas differente era incumbil-as á Commissão ou adoptal-as como obra sua, pois que o seu proprio character official lhe impunha, em taes casos, condições especiaes de estudo e autoridade.

[Luciano Cordeiro]

1895 (28 de Abril) – Relatório de Ramalho Ortigão referente às obras no Mosteiro da Batalha. In “Comissão dos monumentos – Leitura do relatório do Sr. Ramalho Ortigão”. Diário de Notícias de 28 de Abril de 1895. Recorte. ANBA – Livro 257.

Diário de Notícias de 28 de abril de 1895

Comissão dos monumentos – Leitura do relatório do sr. Ramalho Ortigão

Reunio-se hontem no ministerio das obras publicas a comissão dos monumentos nacionaes, presidida pelo sr. Posidonio da Silva, com a comparencia dos srs. Mardel, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel, Gabriel Pereira, Alfredo Ribeiro, Larcher e Sousa Viterbo.

Emittiu-se emfim a leitura do relatório do sr. Ramalho Ortigão, ha muito ansiosamente esperado, e que é um trabalho longo, primoroso na forma, conceituoso, digno em todos os sentidos do illustre escriptor que o redigiu e que o leu com uma firmeza de voz egual á firmeza da sua penna.

O relatório do sr. Ramalho Ortigão não se refere unicamente ás obras de restauração realisadas na Batalha. Principiando por definir a feição da architectura moderna, fãõ differente da feição heroica e nobre da architectura antiga, o sr. Ramalho Ortigão define-nos, com um grande poder descriptivo, o que era outrora a igreja, na idade media e na renascença, o monumento por excellencia, onde a vida social se representava, em todas as suas fases como n'um verdadeiro palco. Depois faz a applicação das suas doutrinas historicas e estheticas ás principaes restaurações artisticas que se tem feito no paiz, e põe em relevo algumas das irriverencias commettidas em Belem, na Madre de Deus e na Batalha.

Não contente com isto, divaga ainda, com uma critica humoristica, sobre o estado da civilisação portugueza em todas as suas modalidades, sendo de um extraordinario effeito a nota consagrada á litteratura nephelibata.

O sr. Ramalho termina propondo a remodelação da comissão dos monumentos, a quem cabe sobretudo proceder desde ja ao inventario de todas as riquezas architectonicas e artisticas portuguezas.

O sr. Ramalho Ortigão, ao terminar a leitura da sua longa e posicao, foi calorosamente cumprimentado pelos seus collegas, que approvaram unanimes a proposta do sr. A. Pimentel para que se publicasse quanto antes o relatório do sr. Ramalho Ortigão para se fazer depois uma larga distribuição por todo o paiz.

Gracas á amabilidade do distincto escriptor, podemos mimosear hoje os nossos leitores com o seguinte trecho do seu valiosissimo trabalho: «Na poetica, assim como na pintura e na musica, não ha uma escola portugueza, porque na falta de laço social que congregue os nossos artistas, sem elementos coordenados de estudo, sem modelos patentes, sem lição commum, não ha entre elles mutuamente, nem entre elles e o povo de que derivam, communhão alguma de ideal ou de sentimento.

Por igual razão não tem caracter nacional, sendo portanto destituídas de originalidade, como taes inaptas para a lucta da concorrencia mercantil, todas as nossas industrias. A decapitação official da nossa educação artistica manifesta-se ainda dei mais perto, acotovelando-a e contundindo-a por toda a parte, no aspecto do povo, na apparencia das casas, na esthetica das cidades, na apparencia dos predios, na decoraçáo das praças, das avenidas, dos cemiterios, dos jardins publicos, das lojas, das repartições do estado e das habitações particulares.

Em Lisboa, por exemplo, onde não ha uma sala de concertos populares, nem vem tocar para a rua a musica dos regimentos, onde não ha um museu de arte decorativa, nem um simples mostruario da nossa producção industrial, nem um museu de pintura coordenado, catalogado e etiquetado de maneira que

communique ao publico, assim como em todas as outras capitães da Europa, a lição que um museu contém; ha pelo contrario, escaparates de apparatusos armazens, que são para quem anda pelas ruas contagiosos, exemplo da mais corrompida perversão, do mais provocante e pomposo relismo a que pode chegar o desvarramento do gosto. Mobiliias em tal maneira degeneradas, que n'ellas desapareceu de todo o material de construcção: a almofada que em toda a antiguidade e em toda a idade media era um accessorio movel, e só no seculo XVII se principiou a fixar nos pregos ao banco ou á cadeira, invade bogalmente todo o movel, armado em ripas de pinho, como uma caça de de-junto, embulhado em pelucia que nos esburaca os olhos pela insolente ma creação da cór. E horripilantes lindicos do toucador, de escriptorio: ou de sala, em que tudo parece apostado em ser fingido, desde a etrusca ondulação do contorno até ao material empregado, porque as linhas são todas aleijadas, a prata é zinco, o marfim é gesso, o charão é de papel e o mármore esculpido é sabão de fôrma. E tudo isso se compra e se leva para casa para depravar a familia, para corromper o lar e para envilecer os meninos, descom-juntando-os de dignidade domestica, safando-os do decoro, inoculando-os de pelintrice e de canalhismo de casta a vida toda.

Ha uma Avenida monumental em que, ao longo dos passeios destinados ao transitio do publico, em vez da ornamentação tão bella da flora regional, em vez dos longos macissos, castanheiros, de laranjeiras, de palmeiras e de bananeiras, esverdeiam e apodrecem dois miseris e infectos arroyos artificiaes no fundo de flexuosas ravinas, gretando sinuosamente o solo como canos abertos em fogueiras para trambulhões de viandante.

Nos predios a prodigalidade vermica das janellas come a superficie das fachadas, havendo frontarias que parecem contruidas unicamente com honrarias e sobreportas, e ao passo que em cidades amoraveis se abrem concursos de janellas floridas, em Lisboa é prohibido ornamentar de flores o frontespicio das casas.

Os lindos empedrados de tradição portugueza caem em desuso, substituidos por cimentos incompatíveis com a acção do clima.

Documento 37

1896 (26 de Março) – *Minuta, com classificação de urgente, do ofício da Comissão dos Monumentos Nacionais, dirigido ao Secretario Geral do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, informando do falecimento de Possidónio da Silva.* ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência. Livro 248. Inédito.

Illmº Exmº Snr

Tenho a honra de pedir a V.Excia que se digne levar ao conhecimento de Sua Ex^{cia} o Ministro que acabo de receber a noticia de que faleceu o Presidente desta Commissão Snr Possidónio Francisco da Silva (sic), e que a bem do serviço considero de urgente necessidade o preenchimento do cargo, que pertence ao Governo, por Decreto Real, segundo a instituição da Commissão e o seu Regulamento

DS. guarde a V. Excia

Commissão, 26 de março de 1896

Illmº Exmº Snr. Conselheiro Secretario Geral do Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria

O Vice-Presidente
Luciano Cordeiro

Documento 38

1896 (15 de Agosto) – *Parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais, a propósito das obras da Sé de Lisboa autorizadas pela portaria de 12 de Agosto de 1895*. Minuta autografa de Luciano Cordeiro. ANBA – Processo n.º 99, Lisboa. Sé. Igrejas, Vol. II. Livro 241. Inédito.

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr.

15-8-96

Renovando V. Ex.^a, da parte de S. Ex.^a o Ministro, em officio de 10 do corrente o pedido de informação do seu officio de 11 de Junho ultimo sobre o do Engenheiro Director de edificios publicos que o acompanhava, tenho a honra de communicar, que só por aguardar que a Commissão da minha presidencia podesse regular e detidamente considerar o assumpto é que não tenho podido satisfazer aquella requisição.

Em vista, porem, da urgente renovação desta ultima direi a V. Ex.^a que immediatamente ao primeiro officio, accordei com o Snr. Deão da Sé uma visita e exame da Commissão áquelle monumental edificio e que convoquei todos os vogaes della para essa visita, tendo comparecido apenas tres (eu, o secretario Snr. Mardel e o Snr. Ramalho Ortigão) e comunicando-me que por motivos de doença, ou de serviço não podiam comparecer os Snr. Alfredo Ribeiro e Gabriel Pereira e Larcher³³.

Procedemos demorada e minuciosamente á visita do edificio e ao exame das obras que nelle se faziam, acompanhando-nos o digno Deão, e informando-nos um mestre das obras acerca da execução e projecto dellas. Como é sabido e o Director dos edificios publicos com razão observa, o monumental edificio é um dos que mais tem soffrido muitissimo nas suas condições estheticas e na sua architectura original com barbaras construcções e adaptações nas suas diversas partes e no seu conjunto hoje e de há muito inteiramente truncado e deformado não só por diversas e conhecidas catastrophes, mas por ineptas resoluções de varia procedencia³⁴.

É evidente que não merecera, no caso sujeito uma discussão séria, a ideia geralmente inconsistente e falsa que ultimamente tem vogado entre nós e não poucos monumentos nos tem estragado já, das restaurações ou das restituções delles á chamada traça primitiva que na maioria dos casos não existiu jamais nestes colossos fabricados durante seculos, atravez das preoccupações, das necessidades, do gosto de diversas gerações. Ainda o pensamento de uma restauração integral do monumento ao que elle era na vespera do grande Terremoto ou do ultimo desastre seria perfeitamente absurdo, nas circunstancias presentes.

Apenas serão possiveis, com a vantagem de serem geralmente faceis e não só de boa razão esthetica como de conveniencia pratica immediata, algumas restituções parcelares, desmascarando, reparando, completando um ou outro membro da estructura e da decoraçao mais antiga que a brutalidade da natureza e a não menor dos homens escondeu, truncou e deformou. Não tendo sido ouvida a Commissão sobre o projecto das obras agora mandadas fazer na Sé, não sabe ella se tais

³³ Na notícia referente a esta visita, publicada em *O Século*, n.º 5156 (Lisboa 26 de Maio de 1896), refere-se ainda a participação do artista Adolfo Benarus, vogal da comissão, que tinha ingressado nesta Comissão, por morte de Possidónio da Silva. No original, um extenso parágrafo encontra-se rasurado na parte respeitante à participação dos vogais. Advirta-se que as minutas originaes de Cordeiro são documentos de trabalho. Por isso, essa e outras rasuras ou interpolações de frases são normais. O esforço da transcrição desenvolveu-se no sentido da apresentação do texto escoreito que, em princípio, foi enviado às entidades superiores.

³⁴ Luciano Cordeiro surge neste documento contrário às restaurações e às restituções de acordo com a chamada traça primitiva e favorável à doutrina de intervenção mínima e da teoria da conservação como melhor que o restauro.

restituições se incluem na intenção dessas obras, posto que sendo de reparação e de limpeza como parece que succintamente as caracteriza o diploma official a que a Direcção dos Edificios publicos allude, natural seja inclina-se á affirmativa.

Assim, por exemplo, não será necessario exagerar o sentido daquella classificação, para considerar como verdadeira questão de limpeza desobstruir as naves e os claustros das reles accomodações modernas que os pejam e obscurecem, e logo á entrada do Templo, no angulo esquerdo, desoprimir dos fingimentos architectonicos, dos tapumes e cubiculos a velha e ampla Capella que se reduziu á mais simples e escura expressão de irreverente e estúpido desdem pela Arte e pela Historia Nacional.

Percorrendo os arruinados claustros que correspondiam ás velhas naves desaparecidas, pois que nelles especialmente parecia concentrar-se a faina das obras em execução, a Commissão teve occasião de perceber que essas obras tendo a vantagem de pôr a descoberto muitas bellezas e muitos vestigios preciosos da traça e estructura antiga do monumento, pareciam constrangidamente influenciadas por indicações e imposições que mais derivavam de uma preocupação de commodidades occasionaes ou pessoas, do que de qualquer idea de piedosamente conservar e desafrontar aquelles restos do monumental edificio.

Razão tinha pois o digno Director dos Edificios em dizer que não queria ser cúmplice em novo attentado, solicitando, preventivamente a interferencia da Commissão dos Monumentos e porventura procurando nella auxilio e apoio contra exigencias de novos estragos.

Melhor do que restaurar pode dizer-se que é sempre conservar, e quando alem de todos os perigos e contingencias das chamadas restaurações, que geralmente o não são, tal processo tem de ser arredado por impossivel, mais se impõe naturalmente o da simples conservação e resguardo, evitando a continuação das ruinas, umas vezes, guardando, n'outras, como preciosas reliquias que falam ainda ao coração e ao espirito, que são ainda testemunho e padrão, as ruinas existentes, desafrontando-as de desalmadas violações. É este precisamente o caso.

Não será facil posto fosse desejavel e não fosse impossivel limpar as ruinas a que está reduzida uma grande parte do velho monumento, das ridiculas construções que sobre ellas e no meio dellas se tem feito, como por exemplo, de uma casaria de aspecto irritantemente banal que se ergue n'um pateo interior, pejando-o, escondendo todo um vetusto lanço formosamente pitoresco, monumental do Templo.

Mas desentulhar, desparelar, restituir ao ar e á luz os restos da antiga estrutura, os fragmentos da grandiosa carcaça que o tempo e a ignorancia affogaram e esconderam; reparar e completar, o que é ainda reparavel ou o que há-de com segurança reconstruir-se, e guardar e defender de novas deformações ou de novas violações o que resta, é que será resolução e trabalho que honre o Estado, que nos honre a todos.

Este foi o pensamento a que entendemos e logo ali, sem hesitação dicemos, que deviam obedecer as obras que encontrámos em execução; este pareceu-nos que fora realmente o de algumas das obras que encontramos feitas. Mas a noticia, a informação fidedigna do que se requeria que se fizesse; o que se estava já fazendo ate, parallellamente com o desentulho e a abertura de alguns lanços soterrados, fez-nos tristemente perceber que muito diversa cousa é a que se quis obter e se requisita do Estado; que se trata de augmentar os pejamentos, as deformações, as adaptações que tem sido e são os attentados que o illustre Director dos Edificios publicos com muito razão diz, ter numerosamente sofrido o venerando edificio. Quer-se apenas obter quaesquer pequenas e banaes accomodações de serviço que ainda quando necessarias, facilmente se poderiam conseguir sem mais prejudicar o monumento, e é claro que verificada esta estreita e viciosa orientação na requisição das obras e no andamento dellas, o nosso parecer só podia ser e foi o de que ellas fossem suspensas. [Se as obras mandadas fazer na Sé, são apenas de reparação e limpeza como parece dizer o diploma que as determinou e o officio do Snr. Director de Edificios

publicos nos indica, como compreendem ellas construcções inteiramente novas com evidente abandono e até deformação das antigas? ³⁵].

Resumindo as conclusões a que facil e immediatamente chegámos na nossa visita e exame, julgo poder exprimi-las sucintamente da seguinte forma:

1) As obras de reparação e limpeza mandadas executar na Sé Patriarchal devem ser submetidas a um plano e projecto definido tendente a desobstruir e desafrontar tanto quanto possível os lanços de mais antiga estrutura e as ruínas daqueles que não possam, com perfeição, segurança critica reerguer-se, de todas as sobreposições, pejamentos e artificios que os mascaram, deformam e truncam.

2) Devem ser terminantemente suspensas e impedidas quaesquer obras que não tenham sido previamente estudadas e justificadas, sob o principio de não alterar as condições architectonicas e estheticas do edificio, sendo esse projecto submetido á consulta das estações competentes e approvedo pelo Governo.

Ds. g.^e a V. Ex.^a

Commissão dos Monumentos Nacionaes, 15 de ag.^o 1896

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Director de Serviços de Obras Publicas

O Pres.^{te}

[Luciano Cordeiro]

³⁵ Intercalado mais este parágrafo que se encontra nas costa da folha 17.

Documento 39

1896 (12 de Setembro) – *Relação dos objectos do Convento de Semide pedidos pelo Bispo Conde de Coimbra para o Museu da Sé Cathedral de Coimbra*. ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência recebida – Livro 57. Inédito.

Relação dos pouquissimos objectos que, dos levados há pouco tempo do extincto Convento de Semide da Diocese de Coimbra, em sete carros, para a Academia de Bellas Artes de Lisboa, pede o Bispo da mesma Diocese ao Ex.mo Snr. Ministro do Reino em officio datado d'hoje que lhe sejam dados para serem depositados no Muzeu da sua Sé Cathedral.

1.º Um vaso de sacrario de prata dourada.

2.º Uma lampada de prata.

3.º Um baculo do século XIII ou XIV

4.º Uma capa de asperges de setim encarnado bordada á mão com torçal de differentes côres.

5.º Dois frontaes de altar, um branco e outro encarnado bordados a ouro e um pavilhão de sacrario de damasco bordado a ouro.

Coimbra 12 de setembro de 1896

Manoel, Bispo Conde

[Despacho]

Deferido, entreguem-se os objectos constantes d'esta relação por Deposito ao ex.mo Bispo Conde de Coimbra, lavrando-se da entrega os respectivos custos. P. 19-10-96
(a) Ministro do Reino

Documento 40

1896 (20 de Outubro) – *Relação dos objectos do Convento de Semide recolhidos no Museu Nacional de Belas Artes pela Academia Real de Belas Artes de Lisboa e entregues ao Bispo Conde de Coimbra, por decisão ministerial.* ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência recebida – Livro 57. Inédito.

Relação dos objectos do espolio do suprimido Convento de Nossa Senhora da Assumpção de Semide que por officio da Direcção Geral dos Próprios Nacionaes foram mandados recolher ao Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia e que segundo a ordem do Ex.mo Sn^f. Ministro do Reino de 19 do corrente, se entregaram por deposito ao Ex.mo e Reverendíssimo Sn^f Bispo Conde, para o Museu da sua Sé Cathedral.

1.º Um vaso de sacrario de prata dourada.

2.º Uma lampada de prata.

3.º Um báculo do século XIII ou XIV

4.º Uma capa de asperges de setim encarnado bordada á mão com torçal de diferentes côres.

5.º Dois frontaes de altar, um branco e outro encarnado bordados a ouro e um pavilhão de sacrario de damasco bordado a ouro.

Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, 20 de Outubro de 1896

Recebemos os objectos aqui designados, e concedidos na forma declarada.
Lisboa 20 de 8.^{bro} de 1896

Manoel, Bispo Conde

Documento 41

1896 (5 de Dezembro) – *Proposta de remodelação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Luciano Cordeiro e dirigida ao Director de Obras Públicas*. Original autógrafo (11 pp.). ANBA – CSMN. Minutas da Comissão dos Monumentos Nacionais e da Comissão Executiva. Anos 1882-1904. Livro – 248. Inédito.

III^{mo} Ex^{mo} Snr

Não tendo esta Comissão podido funcionar por insuficiência de numero, nas duas reuniões que authorisado por S. Ex.^{cia} o Ministro, seguidamente convoquei na ultima semana para a salla do Conselho de Obras Publicas a fim de dar andamento a diversos assumptos urgentes, de accordo com os vogaes que compareceram tenho a honra de pedir a V. Ex.^{cia} que se digne levar ao conhecimento de S. Ex.^{cia} o Ministro a conveniência e a necessidade que se nos affigura instante de ser por S. Ex.^{cia} determinada qualquer medida que habilite a Commissão a regularmente desempenhar-se da sua missão e a fazer cessar a situação em que ella se acha, como por diversas vezes tenho tido a honra a representar. Não tendo podido reunir-se desde a grave enfermidade e morte do ultimo presidente, primeiramente pela demora de confirmação da vice-presidencia e pela da comunicação da nomeação do novo presidente, e depois ou sempre por falta de casa e pelas obras que lhe vedaram o pequeno gabinete que lhe era emprestado no archivo deste Ministério, - outro obice já anteriormente sentido com frequencia se acentua agora, qual é o de pela ausencia ou impedimento, geralmente injustificado de alguns vogaes, sendo apenas de 10 o seu numero, não pode funcionar com o numero tradicionalmente considerado necessario e legal. Às duas ultimas convocações, compareceram somente quatro e os mesmos.

N'alguns assumptos de facil ou indeclinavel consulta, a Mesa ou a presidência tem-se prestado gostosamente a satisfazer as requisições urgentes de S. Ex.^{cia} o Ministro, mas claramente este processo não pode generalisar-se a todos os assumptos, nem seria regular e equitativo que todo o trabalho crescente da Commissão continuasse a ser suprido pela Mesa ou por um ou outro vogal dedicado. Independentemente de varios processos cujo estudo e consulta tem sido repetidas vezes reclamados, ha propostas pendentes e algumas apresentou na ultima convocação, o vogal Snr. Ramalho Ortigão, que reclamam a mais prompta solução em bem da guarda e conservação dos monumentos nacionais.

S. Ex.^{cia} o Ministro informado já desta situação dignou-se authorisar-me em tempo a propôr novos vogaes ou o accrescentamento do numero delles, o que cumprí por officio de 22 de setembro ultimo.

É pois forçoso reconhecer que a Commissão nestas circunstancias não desempenha a sua missão alias de dia em dia mais importante e complexa, e eu com os vogaes que compareceram á ultima convocação, entendemos cumprir não só um dever de cargo, mas um verdadeiro e imperativo dever cívico levando leal e francamente ao conhecimento e resolução de V. Ex.^{cia} o Ministro o que deixo exposto.

Acatando o illustrado e patriótico critério de S. Ex.^{cia} não posso deixar contudo de novamente suscitar a sua atenção para estes dois pontos que me parecem capitães:

- 1.º) Necessidade de remodelação, acrescentando e modificando, o quadro demasiado pequeno da commissão, e certas disposições do seu regulamento;
- 2.º) Necessidade de dotar a Commissão com uma casa ou séde onde ella possa regularmente installar os seus serviços e reunir-se.

DS g.^{de} a V. Ex.^{cia}

Commissão dos Monumentos Nacionaes, 5 de dezembro de 1896
III.^{mo} Snr. Director dos Serviços de Obras Publicas e Minas

Documento 42

1897 (19 de Fevereiro) – *Propostas de José Leite de Vasconcelos referentes à protecção e salvaguarda das Antiguidades Nacionais e respectivo projecto de legislação*. [Propostas autografadas, apresentadas na sessão de 19 de Fevereiro de 1897]. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1897. Livro 257. Inédito.

[Proposta]

Proponho á Commissão dos Monumentos Nacionaes que se estude o meio de impedir que se deteriorem os restos que ainda existem das nossas antiguidades nacionaes, regulando o modo de proceder ás escavações, evitando a sahida d'ellas para fora do reino, e considerando como propriedade do Estado as que casualmente apparecerem.

E mais proponho que desde já se peça a S. Ex.^a o Sr. Ministro das Obras Publicas um decreto em que:

1.º se prohibam, sob graves penas, escavações archeologicas em terrenos públicos, quer das parochias, quer das comunas, quer do Estado, sem prévia auctorização d'este Ministerio, depois de ouvida a Commissão dos Monumentos;

2.º se considerem monumentos do Estado todos os restos das antiguidades romanas e pré-romanas sem excepção, taes como castros, dolmens e outras sepulturas, grutas prehistoricas, etc.;

3.º se prohiba que nenhum particular se apodere de quaesquer monumentos públicos, taes como lapides, estátuas, azulejos, peças de architectura, etc, de valor archeologico;

4.º se recomende a todos aquelles que superintendem em obras públicas, taes como abertura ou compustura de estradas, canalizações, demolições de edifícios, etc., que não só impeçam o deterioramento dos objectos archeologicos que apparecerem, mas façam guardar competentemente estes para serem transportados para um Museu do Estado.

Lisboa 19-II-97

José Leite de Vasconcellos

Proponho que sejam considerados como monumentos nacionaes:

O castello da extinta villa da Ucanha, sobre o rio Barosa, no antigo concelho de Mondim da Beira;

a igreja de Santa Maria de Salzedas, no antigo mosteiro de S. Bernardo, no extincto conc.^o de Mondim da Beira.

Leite de Vasconcellos.

Documento 43

1897 (22 de Fevereiro) – *Lista de Monumentos Nacionais aprovados e apresentados ao Governo pelo Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, Luciano Cordeiro*. Extracto d' *O Século*, 22-02-1897. ANBA – Livro 257.

O sr. Conselheiro Luciano Cordeiro apresentou ao governo, por parte da comissão dos monumentos nacionaes, e segundo as ultimas deliberações d'ella, o parecer e pedido de que fossem desde já considerados monumentos nacionaes para os effeitos da lei, os seguintes:

Claustro de Cellas, Coimbra, paço Episcopal, convento de Santa Clara, em Coimbra; capela de S. Vicente (Povoa de Mileu), capela de Nossa Senhora do Valle, em Cette; igreja do paço de Sousa, capela de S. Braz e ruínas do Paço dos Marquezes, em Villa Real; Ruínas do hospital de S. Braz no Pioledo e igreja de S. Domingos, idem, Santa Maria de Almacave, e chatedral de Lamego, a chatedral da Guarda, igreja e ruinas da Flor da Rosa, igreja de Villar de Frades, igreja de São Martinho de Candoso, igreja de São Torcato e capella adjunta de Santa Cahtarina, em Braga; capella de Arnoso, igreja do extincto convento do Carmo, na Vidigueira; igreja e castello de Vianna do Alemtejo, igreja e ruinas de S. João de Tarouca, igreja e restos do convento de Odivellas, castello de Ucanha (Mondim da Beira), igreja de Santa Maria de Salzedas, idem

(...).

Documento 44

1897 (20 de Março) – *Proposta de Ramalho Ortigão para a estruturação interna da Comissão dos Monumentos Nacionais*. [Proposta autógrafa, apresentada na sessão de 20 de Março]. ANBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas das sessões, 1897. Livro 257. Inédito.

Comissão de Redacção

Monumentos pré-historicos, epigraphia e antiguidades romanas – Luciano Cordeiro, Leite de Vasconcellos

Monumentos da idade media, da renascença e dos tempos modernos – Gabriel Pereira, Sousa Viterbo e Ventura Terra

Monumentos de Architectura militar – Fernando Larcher, Abel Botelho

Redacção de actas, comunicações e expediente – Julio Mardel, Zacarias Aça

Direcção dos trabalhos de desenho e de photographia – General Valladas, Pedro Folque, Manoel de Macedo

Comissão de revisão da legislação relativa à protecção dos monumentos – Conde de Bertandos, Fernando Larcher, Leite de Vasconcellos, Visconde de Mangualde

(sem assinatura)

Documento 45

1897 (24 de Março): *Ofício de Baltazar Dias Coelho, vogal correspondente de Viana do Castelo, dando várias informações referentes à missão de que fora incumbido com a respectiva nomeação.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Saudando o officio de V. Ex.^a, datado de 15 do corrente, como illustre Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionaes, de que eu tenho a subida honra de ser vogal correspondente, e, para cumprimentos do convite que me é feito, cooperando desde já, com o que estiver ao meu alcance, para o patriotico fim a que a Comissão se dedica, devo informar:

1.^o Que, actualmente, em Vianna do Castello, não me consta, que, de iniciativa publica, ou particular, esteja projectada a restauração, ou demolição de monumento, lápide, monogramma, ou inscripção, que se prenda com a historia e progresso do passado.

2.^o Que, pela veneração profunda que eu tenho por tudo que nos recorda a gloria da nossa nacionalidade e cumprindo cabalmente a missão que me confiaram, communicarei, sem demora, qualquer acto de vandalismo, que por ventura se pretenda commetter, em obra tradicional, que nos mereça respeito.

3.^o Que lamento a inqualificavel ignorancia, que, ha meia duzia d'annos, presidiu á maculação da fachada principal da egreja Matriz, refazendo a pico e a cinzel as figuras das arcadas; remendando a cimento e profanando do mesmo modo os rendilhados arcos e as torcidas columnas da capella manoelina da casa Camaride, que, no interior do templo, não soffrera tanto desastre em mais do que um incendio.

4.^o Que existindo em Vianna uma estatua Callaica, creio que a segunda que se conhece no paiz, e que o Snr. A. Herculano pretendeu comprar, assim como o Snr, Moraes Sarmiento, custa a crêr que o egoismo d'um particular a conserve, como *ornamento*, n'uma quinta, quando deveria figurar n'um museu de Estado, o que denota um espirito retrogado em uma epocha em que alguém se esforça pela reconstituição e conservação d'alguma cousa que nos resta em arte e archeologia, patenteandó aos naturaes e estrangeiros as poucas reliquias do que fomos!

5.^o Que estando nomeado um vogal da Comissão, para visitar a Matriz de Caminha, julgo urgente e util que essa visita se estenda á egreja de S. Salvador de Bravães, proximo da Barca, curiosa pela fachada, em cujas columnas tem abertas quatro figuras de cavalleiros d'alguma ordem militar, tendo tambem esculpturas no arco cruzeiro, representando animaes, presumindo-se que a sua fundação date do começo da Monarchia, ou seja anterior ainda. Esta egreja ainda não soffreu restauro algum, tendo apenas espessas crustas de cal sobre a lavrada pedra, tendo em tempo um parocho mandado rebocar o arco cruzeiro, pretextando o indecoro de taes ornatos em semelhante logar!

Quando a visitei já tinha o figurado a descoberto, mas com uma mão de pintura imitando barro olleiro!

Tambem em Melgaço havia uma egreja da invocação de N. S. da Ourada, cuja reedificação attribuiam a D. Affonso Henriques. Uma estrada que alli se abriu, ha quatro annos, não sei o que deixou do templo; por essa occasião ella fôra despojada de formosos azulejos hispano-arabes, que se encontram em poder de colleccionadores e não me consta que semelhantes exemplares tenham apparecido, em antigas edificações, n'esta parte do paiz.

D'essa velha egreja, talvez alguma cousa se possa salvar ainda.

Sendo-me impossivel sahir d'este estreitado meio, pelo dispendio das viagens, nada mais por emquanto, posso informar de importante.

Deus Guarde a V.^a Ex.^a

Vianna do Castelo 24 de março de 1897.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionaes

Balthazar Dias Coelho

Documento 46

1897 (5 de Abril): *Offício de Manuel Vieira Natividade tecendo razões sobre a sua nomeação como vogal correspondente como delegado de Alcobaça.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Luciano Cordeiro

Motivos de saúde me tem impedido de accusar a V.Ex. a recepção da minha nomeação de vogal correspondente da Commissão dos monumentos nacionaes. Faço-o hoje, e particularmente, visto que no intimo do meu sentir não posso de deixar de classificar desgraçada tal nomeação. E digo desgraçada visto que faltam em mim a illustração e orientação precisas para cabalmente preencher tal logar.

A minha actividade mental, distribuida por industrias, officinas, tem o pouco tempo que lhe resta para um genero especial de archeologia, e não para a archeologia total. Tenho me dedicado um pouco á archeologia prehistorica, e só dessa conheço o sufficiente para poder mostrar o meu pequeno museu. Do restante nada sei. Mesmo para mim seria deveras desagradavel ver-me um dia, eu vogal da commissão dos monumentos portuguezes, apresentado um portuguez ou estrangeiro para estudo especial do monumento da minha terra, e eu, com o diploma de uma corporação tão distincta ficar envergonhado da minha ignorancia.

Tenho o maximo prazer em ser o *ciceroni* dos forasteiros, mas sem o cunho official de sabio, e sem o direito de fazer classificar menos lisongeiramente um grupo de individuos, cujo saber respeito.

Pedindo a V.Ex. desculpa de este proceder, que V. Ex. deve achar honesto e justo, subscrevo-me, com a maior estima

De V. Ex.^a
N. V.^{of} Agradecido

Alcobaça, 5-IV-97

Manuel Vieira Natividade

Documento 47

1897 (25 de Junho): *Ofício de Luciano Cordeiro comunicando ao Ministro das Obras Públicas o resultado da reunião de 25 de Junho de 1897 e o parecer da Comissão dos Monumentos Nacionais favorável à conservação da igreja do extinto Convento de Santa Ana sendo contrário à sua demolição.* Minuta autógrafa. ANBA – Processo n.º 81 – Lisboa. Convento de Stª Anna, Igrejas, Vol. II, Livro 241. Inédito.

Cumprindo as instruções verbais de S. Ex.^{cia} o Ministro reuni imediatamente, na quarta-feira, 23, a Comissão de minha presidencia, na salla do Conselho de Obras Publicas, que S. Ex.^{cia} fisera pôr para esse dia á nossa disposição, e expuz-lhe que S. Ex.^{cia} desejava que a Commissão se pronunciasse urgente e formalmente acerca da projectada ou proposta demolição da Igreja do extinto convento de Santanna, assumpto sobre o qual por não se ter podido em tempo reunir a Commissão, eu tivera a honra de apresentar um parecer, em data de 15 de setembro de 1896, como me fora requisitado, ao qual desejava conservar o character e responsabilidade individual que nelle resalvara já.

Depois de larga discussão, e da comunicação de alguns documentos do respectivo processo pelo Snr. Director dos edificios publicos, que, como vogal, assistia, a Commissão foi de parecer que a Igreja não devia ser demolida antes cumpria conserva-la, reparando-a ou consertando-a convenientemente como piedosa e civica homenagem á memoria de Camões, que ali foi sepultado.

Opportunamente terei a honra de enviar a copia da respectiva acta. Creio ainda cumprir um dever de cargo e de consciencia informando que da discussão e votação respectiva entendi:

1.º) que em face das informações officiaes de ameaçar ruina eminente a referida Igreja, a Commissão é de parecer que se deve proceder sem demora ás necessarias reparações, sem a idea ou intenção de restauração, acerca da qual, em todo o caso, a commissão teria de ser naturalmente ouvida;

2.º) que por occasião dessas reparações conviria continuar as pesquisas acerca da sepultura do poeta, mas é claro que com cautella e competencia com que taes investigações devem sempre ser feitas;

3.º) que ainda no caso de completa ruina da Igreja, a Commissão é contraria a qualquer applicação ou destino do respectivo recinto que não seja a consagração delle à memoria de Camões;

[Terminando seja-me permitido dizer que menos me congratulo por ver confirmada e adoptada a conclusão do meu parecer de 1896, do que pelo facto, de que alias nunca duvi- (...)]

Ds. G. a V. Ex.^{cia}

Commissão dos monumentos nacionaes, 25 de Junho, 1897

Illus. Senhor Director dos serviços de Obras publicas

O Presidente
[Luciano Cordeiro]

Documento 48

Dossier Vandalismo – Conjunto de documentos, textos, excertos e extractos de documentos referentes a este assunto.

1875-1900

“Meu amigo Luciano Cordeiro – Lisboa, 22 de Dezembro de 1875. (...) uma vez que a digna comissão, cujo competentíssimo secretario v. ex.^a é, prossegue meritoria aindaque tardia tarefa de diligenciar salvar do **vandalismo** e do esquecimento algumas relíquias monumentaes do nosso paiz, permita-me v. ex.^a que eu leve ao seu conhecimento a narrativa de um facto, que prova de que modo, não direi já a falta de senso artistico, mas o respeito religioso que se deve ás reliquias do passado, que por sua origem, sua vetustez, seu merito archeologico e historico deviam impor á cega fúria do **camartello destruidor**, anda entre nós rebaixado ao ultimo grau de estúpida **barbarie**. (...)

[Trata de expor o caso de um vandalismo que estava a acontecer em Évora, a demolição da Caixa de Água do Aqueduto da Prata e suas peripécias].

O mal praticado já não tem infelizmente remedio. Aqui a omnipotencia do **camartello municipal** ficou, e para todo o sempre, ferozmente attestada. Se porém avivar a lembrança d'estes casos isolados, póde servir para manter no seu tanto o fogo sagrado d'esta cruzada, que v. ex.^a no seu acrisolado patriotismo prosegue com os olhos em tão preclaro exemplo, qual o deu o illustre escriptor que em 1838 protestou tão energica e eloquentemente contra a **indole destruidora «dos homens de hoje»**. (...) convem saber que a desaparição lenta, mas ininterrupta, dos monumentos, quer dos que se ligam immediatamente á memoria dos feitos gloriosos, quer dos que ella tem por dever conservar, como attestado da sua civilisação e da cultura intellectual de seus filhos póde ser prophecia de outra desaparição mais funesta ainda; a da sua própria existência. (...).

In Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artistico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. 2.^a Parte. Actas e Communicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, pp. 33-35.

“Renovo a V. Ex.^a o pedido de tomar a peito essa urgente providencia; e com franqueza propria de meu character, (com que sempre tenho obrado durante a minha existencia), repito esta minha instância. Não é o interesse pessoal que me leva a assim fallar, porque acima de tudo esta o serviço publico, mas sim o desejo de ver installar e consolidar este importantissimo ramo de serviço **que porá ao abrigo do vandalismo e da ignorancia** o que ainda temos de artistico e historico no nosso paiz, igualando-se o nosso paiz n'este particular a todas as nações cultas”.

Excerto do officio de Joaquim Possidónio Narcizo da Silva dirigido ao Director Geral das Obras Públicas, Joaquim Simões Margiochi, datado de 11 de Junho de 1883, onde o informa da pintura a branco a óleo toda a cantaria das naves e da abóbada de granito da Sé de Braga (uma obra “bárbara” e indigna). In Processo n.º 25 – Braga. Sé, ANBA – Igrejas, vol. I, Livro 240.

Ele próprio se refere ao modo como quis responder à **onda de vandalismo** que assolara Santarém: “Bem differente deste, o barbaro, o tempo que lhe resta do seu trabalho obrigatório, eil-o a cavar em ruínas, de pedra, madeira, argamassa, encoscorado pergaminho e pulvuroso papel; a advinhar-lhe a epocha, a decifrar-lhe as letras, os algarismos e riscos que só ele entende; gastando a vista e a paciência no gabinete, ou expondo a saude ao sol e á chuva, por entre derrocados edificios;

satisfeito umas vezes, contrariado outras, por ter feito ou não qualquer achado; e horrorizado sempre ao ver **rasgar** o pergaminho, o papel velho de mal percebidas letras, **quebrar** o fuste, o capitel, a lapide, **derribar** a arcada, **arrazar** a muralha, **aplicar** igrejas a palheiros, refeitórios monásticos a cavallariças, claustros á tauromachia; **emplastar** e **caiar** o secular edificio, religioso ou profano, quanto é para ficar mais bonito, mas vistoso!

Não acompanhar, antes condemnar, neste sentido, o seculo nas suas avançadas ideas, é, na verdade, ser barbaro, é ser... não o calarei por mais tempo, é ser o que eu sou!”

In Duarte Dias, *Memorias da Minha Terra. Efemérides*, 1890, ms., prólogo, pp. 1-2, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Santarém. Gavetas.

“Fizeram-se varias considerações sobre os **vandalismos praticados** em muitos templos, e o Sr. Ramalho Ortigão, disse que bom seria que entre nós houvesse uma Commissão como há em Espanha, **encarregada da pureza do culto**”

Excerto da Acta da Sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais, de 25 de Outubro de 1893. In ANBA - CSMN. Actas das sessões. Anos 1893-1898. Livro – 257

[Um artigo, da autoria de Joaquim Martins de Carvalho, refere as] “obras de melhoramento” de Santa Cruz de Coimbra (...) “selvajaria dos chamados reformadores da primeira quadra do século passado” [que haviam inutilizado 18 belas colunas que ornavam a igreja e que levaram ao “**vandalismo**” a toda a parte daquele monumento nacional. Este sistema de destruir e desfigurar podia ser visto na Santa Cruz], “onde se tem descoberto nos tectos da capela-mor, do corpo da egreja, e da parte inferior do coro tudo quanto se pode imaginar de mais estúpido”.

In Joaquim Martins de Carvalho, “A egreja da Sé Velha”, in *Conimbricense*, 14 de Novembro de 1893.

“O Secretario [Júlio de Mardel] pedindo a palavra disse que tendo sido encarregado pela Commissão de ir a **Almoster**, assim o tinha cumprido, achou aquele monumento no mais desgraçado estado d’abandono que era possivel imaginar-se; os **vandalismos** praticados eram de tal ordem que seria melhor guardar silencio, por não poder classificar’os ali, como tinha por costume fazel’o quando a indignação lhe invadia o espirito. Que só pedia com instancia á Commissão toda a sua attenção p(ara) aquele monumento e que por ser de pequeno dispendio e não grande distancia, instava a Commissão enviasse ali novamente dois dos seus membros, afim d’estes verem, com mais pericia e aptidão o estado em que tudo se achava, e o que devia, e poderia fazer-se”.

Excerto da Acta da Sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais, de 19 de Março de 1894. In ANBA - CSMN. Actas das sessões. Anos 1893-1898. Livro – 257

“Nós estamos affeitos a ver as nossas egrejas cobertas de talha dourada, forradas d’azulejo, pintalgadas de marmores, museus de estatuas e de quadros, e apesar d’isso não sentimos a extranheza que nos falta na Batalha, toda essa luxuriante vegetação artistica. Os santos ficaram á porta: toda a corte celestial a ornamenta, e por isso não admira que lá dentro as paredes estejam, nuas sem arrebiques d’uma arte, bella sim, mas que perdeu o segredo das crenças arreigadas, das commoções profundas. / A egreja da Batalha é talvez o único templo portuguez que sahio d’um

jacto da mente creadora do artista e que tem sabido conservar intacta a unidade das suas formas geraes”. [Refere os acrescentos e enxertos do renascimento], “mas isso seria facil destruir-se, se não fora o tal ou qual interesse historico que lhe anda ligado”. [Refere as obras de restauro de Mousinho de Albuquerque e sua continuação de] “modo geralmente louvavel, embora se tenham cometido alguns **vandalismos indesculpaveis**, como é o que destruiu as proporções da porta principal”. [O autor refere impressões desfavoráveis em relação ao púlpito e ao baptistério]. “Foi um erro por certo transformar o templo da Batalha n’uma igreja parochial e d’esse erro nasceu a criação do baptisterio. Se havia necessidade d’esse accessorio limitassem-se a uma pia monumental como a que existe em Leça do Balio. / A igreja da Batalha deve ser a parochia do culto nacional e não do culto sertanejo. A villa da Batalha lá tinha a sua antiga parochia e não foi sem magua e sem indignação que a vimos n’uma completa ruina, restando apenas de pé o bello portico manuelino em frente de um curioso cruzeiro”.

Extractos do artigo “Uma peregrinação patriótica e artistica – A Batalha”, in *Diário de Notícias* a 12 de Setembro de 1895.

[Luciano Codeiro, acha que tem sido exagerada a opinião do valor do Claustro de Celas e dos seus capiteis, mas também que este tem sofrido] “**estúpido vandalismo, para me servir da expressão tradicionalmente consagrada**, o abandono que tem sido e se acha votado, não só aquelle formoso claustro, mas os restos do edificio em que se revelam ainda fragmentos característicos, monumentaes da velha arte desaparecida, arrancados, escondidos e profanados por adaptações e enfeites ridiculos de moderno e ate recente artificio”.

Excertos da minuta do officio de Luciano Cordeiro, Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais dirigida ao Director do Serviço de Obras Públicas e datado de Lisboa, 14 de Agosto de 1896. In Processo n.º 40 – Coimbra. Santa Maria de Celas, ANBA – Igrejas, vol. I, Livro 240

“Há pouco com aquellas venerandas paredes, que alli se conservam de pé, durante tantos seculos, arrostando a inclemencia do tempo, se commetteu o sacrilegio de lhes mandarem dar uma forte mão de água de cal! E ha nesta freguesia fundado pelo actual bispo do Porto, o seminario dos Carvalhos, onde é educado os clérigos d’esta diocese! Com taes exemplos de **vandalismo** deve este clero ter em pouca conta os vestigios do nosso patriotismo archeologico”.

Excerto do officio de José Pinto da Silva Ventura, sócio correspondente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, dirigido ao Presidente desta associação, datado da Feira, 4 de Fevereiro de 1898. Era acompanhado por uma fotografia. In Processo n.º 47 – Feira. Mosteiro de Pedroso, ANBA – Igrejas, vol. I, Livro 240.

[José F. de Faria e Silva, Mestre Escola da Sé, aplaude o pensamento e o esforço da associação dos architectos civis e arqueólogos portugueses, empenhados em] “salvaguardar essas reliquias venerandas esses padrões da nossa gloria e até os monumentos da nossa fé, tudo o que resta da acção destruidora do tempo e o que mais é – do **carmatello demolidor do vandalismo**”. [Refere a ilustração comprovada do Arcebispo de Évora a quem não escapou a importância desses estudos], “a fim de habilitar os seus cooperadores a «poderem com maior auctoridade oppor-se a possiveis deturpações ou demolições inscientes e **vandalismos**».

Excertos do officio do reverendo José F. de Faria e Silva, Mestre-Escola da Sé de Évora, dirigido ao Presidente a RAACAP, datado da Évora, 25 de Fevereiro de 1898. In Processo n.º 51 – Évora. Sé, ANBA – Igrejas, vol. I, Livro 240.

1901-1910

[Artigo intitulado] “**Vandalismo**”, [referente à igreja de S. Domingos, onde estava instalada a paróquia de Monserrate, local do enterramento de Frei Bartolomeu dos Mártires. A conservação da igreja, cheia de preciosidades artísticas, fora possível com o prior o cónego José Maria de Barros, como quando foi presidida a Junta de Paróquia por Luís de Figueiredo Guerra. Nesta altura estava na igreja um pároco encomendado, cujos primeiros actos foram a remoção de três lápides brasonadas, que estavam debaixo da torre e mandar picar as colunas da porta para as cobrir de cimento, além de mandar pintar retábulos e ornar imagens com coroas e flores artificiais de papel berrante]. “O retabulo do altar-mor está sendo pintado estupidamente, substituindo o rico dourado do seculo XVIII por cores garridas de carnação!”. [A indignação dos vianenses foi tal que se constituiu uma comissão para protestar junto do governador civil, estando resolvidos a ir a Braga para reclamar junto do arcebispo e reclamar ante a CMN. A legitimidade da acção é invocada para evitar a destruição do monumento devendo-se proceder com energia e rapidez, pois poderá Viana a ficar] “com uma das suas melhores obras d’arte completamente perdida”.

Extractos da leitura do artigo “Vandalismo”, *Correio da Noite*, 5 de Setembro de 1903.

[O vice-presidente da Câmara e vereadores de Vila Nova de Foz Côa, solicitam a escolha de pessoa acertada para superintender nas obras de restauro da Igreja Matriz, “porque **se há vandalismos que destroem, também há restaurações que arruinam**, não sendo estas menos de temer que aquelles porque enxovalham as obras primas da arte, mutilando, desfigurando, alterando e adulterando tudo o que tocam, porque lhes falta o sopro do sentimento e idealização da arte. Conservar um monumento não é só preservá-lo da queda e da ruína; é também, e não menos, guardar toda a sua integridade e pureza, sem jamais quebrar a unidade e harmonia do conjunto”.

Representação da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, assinada, pelo Vice-presidente da Câmara, Abílio Augusto de Souza Cavalheiro e os vereadores, Manuel Joaquim d’Albuquerque e Joaquim Alipio Fernandes Pinto dirigida ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, datada de 15 de Novembro de 1903. In Processo n.º 24 – Vila Nova de Foz Coa. Igreja Matriz, ANBA – Igrejas, vol. III, Livro 242

“Empoz d’esta exposição deprimente do nosso desprezo p’lo **culto dos monumentos**, ao rematar este capitulo direi que ainda existem na obscuridade duas jóias archeologicas – que o olvido hade de todo aniquilar – a desprezada fonte das Figueiras, que é pertença do município, e uma guarita, que assenta na escarpada muralha, sobranceira á calçada d’Alfange, propriedade do sr. Faustino de Sá Nogueira que, aliás, a conserva religiosamente. Emtanto, como eu conheço que o município scalabitano lucha co’a falta de numerário p’ra accudir ás exigências materiaes e attendendo a que a viação é um dos grandes factores do desenvolvimento commercial, se tivesse a dita de pertencer ás gentes do senado

Proporia

– **p’ra que se demolissem os restos da velha Santarem e se aproveitasse a pedra p’ra reparos na estrada d’Alcanhões!...**

In João Arruda, *Uma Excursão a Santarem*, Lisboa, 1904, p. 42

“Eram 9 horas quando foi aberta a sessão. Lida e aprovada a acta pediu a palavra o Sr. Leite de Vasconcellos que leu o elogio do vogal correspondente d’este Conselho o snr. Albano Bellino, do qual anunciou a morte, pedindo apoz a leitura que na acta seja lançado um voto de sentimento. / O Sr. Conselheiro Augusto Fuschini tem igualmente palavra de louvor e sentimento p(ara) o fallecido vogal, e, lembra a circumstancia de

tão triste successo se dar justamente quanto o **vandalismo das muralhas e torre do Castelo de Braga** se ia consumir. Conta ao Conselho o que n'aquella cidade se passou com o illustre morto e os **partidarios do vandalismo**, e do quanto o magoava tudo isso. Pede egualmente que um voto de sentimento seja lançado na acta por esta perda. (..).

Excerto da Acta da Sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais, de 5 de Dezembro de 1906. In ANBA – CSMN. Actas. Anos 1900-1906. Livro 259

“O vogal snr. José de Figueiredo chamou a attenção do Conselho para os **vandalismos praticados** em Évora, no edificio da Universidade. Diz que pode considerar-se perdida a aula dos Actos d'aquelle edificio, que era o unico e formoso speciemen que possuimos de um grande salão festivo do seculo XVI. A direcção das obras publicas do districto de mãos dadas com alguns influentes locais, consumou o **attentado**, tendo sido, ao que parece, vendido em hasta publica o que restava do precioso revestimento de marmore que guarnecia esse salão!. / O vogal snr. José de Figueiredo considera isto um **crime de lesa-arte**, e diz que, a continuarmos por este caminho, visto o conselho, infelizmente, não ter força para se oppôr a attentados semelhantes, dentro em pouco nada restará do nosso já tão reduzido patrimonio artistico. Accentua ainda que o attentado é tanto mais grave quanto, além de exemplar unico, o referido salão era de facil e barato restauro, e n'isso parece ter pensado El-Rei D. Pedro V. / Modernamente, os srs. Joaquim de Vasconcellos, Gabriel Pereira e Ramalho Ortigão tambem se manifestaram n'esse sentido, aconselhando a reposição dos **fragmentos** de marmore **deslocados** do revestimento que pejavam o pavimento da sala e instando pela cobertura da mesma. / mas, pelos informes que tem, tudo foi baldado. E Évora que já tinha soffrido as horrendas obras que desfiguraram o paço de D. Manuel – galeria das Damas – acaba assim de assistir a mais um golpe no seu out'ora magnifico patrimonio de arte”.

Excerto da Acta da Sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais, de 19 de Dezembro de 1906. In ANBA – CSMN. Actas. Anos 1900-1906. Livro 259

“O sr. D. Fernando de Serpa lê ainda ao Conselho trechos de um artigo publicado n'um jornal de Santarem, em visavam **vandalismos praticados** n'aquella cidade. Segundo o articulista, a **camara declarou guerra** as árvores e aos monumentos, estando por agora ameaçado de exterminio o Convento de S.^{ta} Clara”.

Excerto da Acta da Sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais, de 6 de Março de 1907. In ANBA – CSMN. Minutas. Anos 1905-1911. Livro 249.

O resgate do 1.º andar do claustro da Sé Velha leva a considerações de Luciano de Carvalho, sobre o **vandalismo geral**, até das repartições públicas, a respeito dos nossos monumentos.

Excerto da Acta da Sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais, de 15 de Novembro de 1907 (Adenda de Luciano de Carvalho). In ANBA – CSMN. Minutas. Anos 1905-1911. Livro 249.

1911-1932

Um morador de Carnide escreve ao Conselho dos Monumentos informando que estava a saque a Igreja de Santa Teresa, anexa ao convento que fora mandado fechar, em Carnide. A Igreja continha telas algumas apreciáveis e uma colecção artistica de azulejos representando passagens da Bíblia. Constava que tudo tinha sido vendido a um estrangeiro por 3 contos. “É impossivel que com autorização do governo

se tivesse praticado **tal acto de vandalismo**. As **obras de destruição** continuam conservando-se os demolidores dentro do templo com as portas fechadas de forma a iludir a vigilância de quem quer que deseje verificar o que lá se passou”.

Resumo e excerto do ofício de um morador não identificado, datado de 15 de Abril de 1911. CSMN. Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro 243.

“Leu-se um officio do snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, pedindo o parecer da commissão sobre uma representação dirigida ao Governo pela Camara Municipal de Santarem, em que a mesma camara pede que lhe sejam cedidos os restos da igreja do Salvador d’aquella cidade, para completar a **demolição** da referida igreja, transformando o local em jardim publico, aludindo-se na citada representação a obras a fazer na igreja de Santa Clara, afim de ser transferido para ella o culto de S. Salvador. / O vogal Bermudes informa que foi há tempo, em nome da Comissão, visitar a igreja do Salvador a fim de informar sobre se haveria inconveniente em se proceder á sua demolição, tendo informado que **fora encontrar a igreja quasi inteiramente demolida** e que não oferecia as condições de ser classificada Monumento nacional. Quanto ás obras na igreja de Santa Clara a que alude a representação, julga conveniente que a Commissão procure intervir a tempo, porque, com magua o diz, é preciso não esquecer que Santarem detem o **récord de vandalismo nacional**.”

Extracto da intervenção de Adães Bermudes na Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição. In Acta n.º 25, de 6 de Janeiro de 1913, pp. 58-59. CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, vol. 1, Livro 261

Ex.mo Ministro

Em primeiro lugar, Excelentíssimo Senhor, verifica-se, com o mais profundo desalento, que a actual organização dos serviços artísticos e arqueológicos, decretada pelo governo provisório da República Portuguesa e inspirado num princípio salutarmente descentralizador, nem sempre é respeitada e integralmente cumprida, continuando os monumentos artísticos sem protecção segura, inviolável e eficaz.

Em segundo lugar, mais um monumento digno de elevado apreço está em risco de desaparecer, como tantos outros por esse país fora, sendo exactamente Coimbra uma das cidades portuguesas em que maior número de **vandalismos** se têm praticado. Se apesar disso ainda hoje oferece um alto interesse arqueológico, ao erudito, ao artista e ao visitante culto deve-o à sua surpreendente e incomparável riqueza de outrora.

Coimbra, que fora o centro florescentíssimo da renascença da época de D. Manuel, opulentado pela gloriosa actividade dessa brilhante plêiade de artistas franceses em que se distinguiu João de Ruão, foi também a cidade em que no reinado de D. João 3º a reacção contra a exuberância decorativa da fase anterior mais larga e frisantemente se manifesta, num grupo hoje reduzido de edifícios que documentam bem aquela austera sobriedade não destituída de majestade e de graça, que é a característica fundamental dessa evolução.

Desapareceram já alguns desses edifícios, o Colégio da Ordem de Cristo, a Capela-mor de S. Domingos, Sant’Anna, S. Jerónimo, a sacristia da Sé Velha. Conservem-se, ao menos, os que ainda restam e de entre esses, um dos mais apreciáveis pelo seu impecável traçado, pela racional distribuição das suas massas, pela justa e serena euritmia das suas proporções, é, sem dúvida, a igreja de S. Bento, que, em nome de interesses de certo muito atendíveis, mas que não será impossível conciliar com o respeito do passado e o culto da arte, se pretende agora demolir. Para os dois factos apontados tem a Associação dos Arqueólogos Portugueses a honra de chamar a atenção de V. Ex.^a, esperando, por uma parte que o novo ministério a cuja frente V. Ex.^a se acha colocado, defenderá sempre zelosamente os interesses da Arte, não permitindo jamais, que, sem a intervenção do Conselho de Arte Nacional e dos

Conselhos de Artes e Arqueologia, sejam resolvidos quaisquer assuntos, que com a arte e a arqueologia se relacionem; e, por outro parte, que, sem prejuízo do melhoramento com que se pretende dotar o Liceu Central d Coimbra, seja respeitada a bela igreja de S. Bento – um dos monumentos de que pode legitimamente ufanar-se a famosa cidade do Mondego, tão rica de Arte, de poesias, de tradições. O culto da arte (não o esqueçamos nunca) é uma das mais impressionantes manifestações do culto da Pátria e um dos elementos mais eficazes para levantar o nível moral de uma sociedade.

Lisboa, Edifício histórico do Carmo, em 16 de Julho de 1913

O Presidente da Assembleia Geral

Alfredo Cunha

O Presidente da Direcção

D. José Pessanha

Transcrição integral do ofício da Associação dos Arqueólogos Portugueses dirigido ao Ministro de Instrução Pública sobre a alegada alienação da Igreja de São Bento de Coimbra em defesa das posições do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Ofício recebido, datado de 16 de Julho de 1913, fol. 29-30. AHME – CAA. 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932. Cota 352

D. José Pessanha fala dos **vandalismos nos monumentos** especialmente afixação de cartazes. “Necessario que no documento se consigne o policiamento dos monumentos, ideal do povo ser o guarda d’esses monumentos”

Excerto da Acta da 12.ª Sessão do Conselho de Arte Nacional, de 28 de Janeiro de 1914, pp. 38-43. AHME – CAN, Actas, Livro 730

[Acto de vandalismo realizado no lugar de Paço-Vedro (Concelho de Ribeira n’a Pena), distrito de Vila Real,] “onde foi **demolido um antigo e valioso pelourinho** padrão das regalias municipais do antigo concelho de Cerva (extinto em 1855), o qual fora demolido pelo capricho e interesse exclusivamente particular do cidadão Baltazar Alves Costa, proprietário, juiz de paz e possuidor dos antigos Paços Municipais da Cerva e da Quinta de Paço-Vedro, que lhe fica adjacente”. [Nem o pelourinho nem o terreno onde estava levantado pertencem ao cidadão]. “Elle ignora, supponho nós, que os pelourinhos são considerados, em geral, como monumentos historicos, abstrahindo mesmo do valor artistico que possam ter na sua execução technica”. [Era necessário impedir a repetição desses actos, a partir da **reprovação dos exemplos de vandalismo**. Evoca-se as gloriosas tradições históricas de Trás-os-Montes].

Ofício n.º 18, do 1.º Secretário da Comissão dos Monumentos, do CAA da 3.ª Circunscrição, Joaquim de Vasconcellos, dirigido ao Governador Civil do Distrito de Vila Real, datado de 24 de Junho de 1914, pp. 18-19. AHME - Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. AHME – 422

Destruição do pelourinho da Póvoa de Santa Catarina, freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, que iria para o Museu Machado de Castro, com o aval do Conselho de Arte e Arqueologia e o concurso da Câmara Municipal de Montemor-o-velho. O pelourinho foi destruído por alguns **vândalos da localidade** perante a impunidade pública, que o Conselho. / Solicita-se também ao Conselho de Arte Nacional para que essa instância possa suscitar junto do Governo se lamenta junto do Governador Civil de Coimbra. “qualquer medida tendente a acautelar atentados deste quilate”.

Resumo do ofício n.º 131, de 18 de Agosto de 1914, p. 81 e do ofício n.º 132, idem, p. 82 AHME – CAA. 2.ª Circunscrição. Correspondência expedida (Copiador). Livro nº 1. 1911-1924. Cota 347.

[O Administrador do Concelho das Caldas da Rainha, E. Gonçalves Neves, afirmava que a sua] “intervenção” [(para evitar a continuação do “**vandalismo perpetrado**”), caso fosse devidamente solicitada superiormente], “**trunfaria do vandalismo**, que ameaça fazer desaparecer o curioso monumento” [alusivo a D. Afonso Henriques na Serra de Moleanes]. (...) “indivíduos das cercanias vão fazendo desaparecer a cantaria aparelhada que pertence ao monumento, de que amanhã, para vergonha nossa, nada mais restarão que algumas poucas pedras sem a mínima significação”³⁶.

Resumo e excertos dos ofícios n.º 140 e 141, datados de 5 de Dezembro de 1914, pp. 85-87. AHME – CAA. 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932. Cota 352

“Em seguida o Snr. Bermudes apresenta a seguinte moção, justificando as razões que a motivaram, **citando vandalismos que não tem sido possível evitar por não ter esta Comissão meios diréto e seguros de os impedir** e de poder desempenhar condignamente da missão que lhe foi confiada [Segue-se a moção para que pudesse ser exercida a missão da Comissão dos Monumentos, exigindo-se meios financeiros e legislativos, como o regulamento do Decreto de 26 de Maio) e uma atitude enérgica]

Excerto da Acta n.º 83, da sessão da Comissão dos Monumentos, datada de 19 de Novembro de 1915, 38v.º-39. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, vol. II, Livro 262

[O General responde às questões da decoração e dos troféus colocada pela CM mas repara que o mais importante eram as instalações ali colocadas da Companhia do Gás: oficinas, montes de carvão colocados a cerca de 20 m do monumento, seis buracos respeitantes a reservatórios de produtos de destilação do carvão, as emanações exaladas dos reservatórios, que] “vão corroendo, pouco a pouco, nas paredes mais expostas, a pedra finamente lavrada dessa maravilha architectonica, como é bem visível nos florões da sacada do andar nobre, ao passo que o negro de fumo penetra por todos os interstícios das paredes, enegrecendo, por completo tanto a parte que se acha mais exposta á sua acção, como é a face norte e a bela galeria abobadada da bateria casamatada, como o rendilhado e lavrado das portas, frisos e janelas, as escadas de comunicação para os andares superiores, e em geral, todos os pontos em que o fumo não tem livre expansão”. [Para este general tratava-se de um] “**vandalismo de destruição** de tão admiravel monumento de arquitectura militar”, [que era preciso colocar à consideração do Ministro que tutelava a Comissão dos Monumentos].

Excertos, do ofício do General da Divisão de Reserva, Inspector dos Monumentos Militares, Paulino António Correia, General da Divisão da Reserva, sobre a Torre de Belém, datado de 16 de Dezembro de 1915. ANBA – CAA, Lisboa, Correspondência recebida (1911-1925). Livro 243.

Liceu de Gil Vicente
Lisboa
Lisboa 17 de Maio de 1917

Ex.mº Sr.

Os signatários desta carta, conscientes de que cumprem assim o seu dever de portugueses que zelam pela conservação das belezas que os seus antepassados nos legaram, vêm por este meio informar V. Ex.ª de que no jardim do Palacio de S. Vicente, antiga residencia do Patriarca, que actualmente está alugado a um particular, se estão cometendo os maiores **vandalismos** com prejuizo, irremediavel já, do estilo e do character do mesmo jardim, por todos os motivos digno de conservação. É assim que as vedações dos canteiros feitos com paredes de buxo de quasi um metro de

³⁶ Cf. ofício n.º 151, sem data, fol. 46-46 v.º AHME – CAA, Correspondência recebida, cit..

altura estão em grande parte arrazadas ao que se vê para um melhor aproveitamento do terreno para cultura das couves.

Evidentemente a ninguém de são critério se afigura que a crise económica sêja já tão assustadora que se torne necessário **desbaratar jardins com manifesto valor histórico**, para plantio das couves.

Como este atentado permitia fazer esperar outros ainda de piores consequências, como seriam a danificação de estatuas, bustos e azulejos preciosos que revestem as paredes da gruta do mesmo jardim, os signatarios desta carta ousam solicitar de V. Ex.^a as providencias ao seu alcance para **salvar** o resto do jardim **de novos vandalismos** que porventura o seu proprietário pense em cometer.

(Ass.) Manuel dos Santos Coutinho, Damião Perez, Leonardo Coimbra, Luiz Cardim, Luiz da Camara Ruy

Transcrição da carta de cinco professores do Liceu de Gil Vicente de Lisboa ao CAA, datada de 17 de Maio de 1917, pugnando pela conservação das belezas dos seus antepassados. Cópia. ANBA – CAA, Correspondência entrada, anos de 1917, 1918, 1919. Livro 177

“Algumas experiencias, já feitas, com **mudanças de monumentos** ou **partes d’elles** têm demonstrado ter-se perdido, não só o seu valor histórico, mas ainda a feição e modulidade artísticas. / O apeamento, transporte e reconstrução produzem estragos de que não poucas vezes há a fazer maior obra nova do que antiga. / D’ahi e d’um complemento harmonioso resulta uma economia illusoria e, sempre, uma perda de interesse e caracter artisticos.” (fol. 53) [Associado a este tipo de obras estava o] **“vandalismo** cometido na destruição dos azulejos”. [Ora em Pombeiro o revestimento de azulejos ornamentava a galeria do claustro].

Ofício n.º 51 – L.º C, da Comissão dos Monumentos da 3.ª Circunscção a propósito da demolição da fachada do claustro do Mosteiro do Pombeiro, solicitando-se que se conserve de acordo com a lei. Datado de 10 de Julho de 1919, fols. 51-55. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscção]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422

Sobre transferência de altar de mármore existente no pavimento superior do antigo convento da Estrela para a capela do Senhor dos Passos da igreja da Estrela, cujo orçamento foi remetido pelo Presidente do CAA, no valor de 9.950\$00, dando origem ao seguinte parecer da CM: a Comissão dos Monumentos diz nada se justificar em relação à transferência “do referido altar que está bem no local que lhe foi destinado, que nenhuma falta faz no lugar para onde o pretendem **transferir** e que correria **sérios perigos com o seu apeamento, remoção e montagem**, que poderiam redundar simplesmente **num escusado e dispendioso vandalismo**”.

Resumo e excerto do ofício n.º 112, de 19 de Setembro de 1921. In ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245

Oposição à Câmara Municipal de Santarém “por causa de se afixarem as consolas de ferro que suportam os cabos da electricidade”; lembra-se a conveniência de a dita Câmara “faça desaparecer alguns casos de **ostensivo e injustificado vandalismo** como os que, neste género, apresenta o veneravel monumento românico de S. João do Alporão”.

Num outro refere-se ao aproveitamento de quasi todos os monumentos nacionais de Santarém para se colocarem consolas de ferro para suporte de cabos condutores de electricidade, pede-se para se não continuar esses factos. “Lembro, também, a V. Ex.^a, a conveniencia de que a Camara da illustre presidencia de V. Ex.^a, faça desaparecer alguns casos de **ostensivo e injustificado vandalismo** como os que neste genero, apresenta o veneravel monumento romanico de S. João de Alporão”.

Resumo e excerto dos officios n.º 161 (da Comissão dos Monumentos) e n.º 199 (Liv.º 19, do CAA), datados respectivamente de 17 de Dezembro e 24 de Dezembro de 1923. In ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245 e CAA, Correspondência expedida, ano de 1923. Livro 159,

Museu Etnológico Português, - Belém (Lisboa) – n.º 3559. Serviço da Republica – Ao Exm.º Sr. Presidente do Conselho de Monumentos Nacionais: - Por informações que me acabaram de dar tive conhecimento que se estão destruindo as antigas fortificações de Extremoz, e se pensa deixar apenas erectas as poucas portas que ainda existem. – Pondo, por minha vez, V. Exa ao corrente do que se passa, espero que, pelo seu significado histórico de taes ruínas e pela facilidade com que se ruião as portas sem o apoio lateral das muralhas, V. Ex.^a tomará **as providencias enérgicas que este vandalismo requer**. – Saúde e Fraternidade – Lisboa – 11 de Abril de 1924 – O director do Museu – (a) – José Leite de Vasconcelos
.....Está conforme.....

Repartição Central, em 16 de Abril de 1924
Pel’O Eng.º Chefe da Repartição
Álvaro Jordão de Almeida

Transcrição integral do officio, doc. 51 e 51 a). ANBA – CAA, 1.ª Circunscricção, Correspondência. Ano de 1924. Livro 52.

“Acerca do Castelo do Sabugal resolveu-se officiar superiormente expondo pormenorizadamente como os factos se teem passado no respeitante ao embargo feito pela Direcção Geral de Justiça, do **trabalho de demolição** de um troço de muralhas desse castelo que se afirmára estar sendo feito pela Meza da Misericórdia, com o fim de aplicar a pedra para a construção de um hospital e isso sem autorisação do Ministério da Guerra, sob cuja guarda essas muralhas estão. (...) E, embora não deseje agravar por qualquer forma, a situação da aludida Misericordia a cuja boa fé faz justiça, não se pode, no entanto, deixar de fazer sentir que com igual boa fé e louváveis intuitos se procedeu á demolição da igreja romanica de Santa Maria do Castelo e á chamada fonte de D. Dinis, o que foi **vandalismo de vulto**.

Excerto da acta n.º 175 da sessão da Comissão Executiva da 1.ª Circunscricção, fol. 6-7, datada de 16 de Dezembro de 1929. ANBA - CAA. 1.ª Circunscricção. Actas da Comissão Executiva. Livro. 3.º, de 24 de Junho de 1929 a 17 de Novembro de 1931. Livro 185.

Documento 49

Dossier Indiferença/Abandono – Conjunto de textos, excertos e resumos de documentos referentes a este assunto, por ordem cronológica.

O Secretário falou da sua ida ao **Convento de Almoster**, onde tinha ido por determinação da Comissão, tendo achado o monumento **no mais desgraçado estado de abandono**; que era possível imaginar-se; os vandalismos praticados eram de tal ordem que seria melhor guardar silêncio, por não poder classificá-los ali, como tinha por costume fazê-lo quando a indignação invadia o espírito. Que só pedia com instância à comissão toda a sua atenção para aquele monumento que por ser de pequeno dispêndio e não grande distância, instava a Comissão enviasse ali novamente dois dos seus membros, afim destes verem, com mais perícia e aptidão o estado em que tudo se achava, e o que devia, e poderia fazer-se.

Resumo da Acta da sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais, de 19 de Março de 1894. Conselho Superior de Monumentos Nacionais. Actas das sessões. Anos 1893-1898. Livro – 257

“A **historia do abandono** deste templo é uma ignominia contra a qual clamam juntamente os sentimentos da religião, do patriotismo e da arte. Depois de haver servido para os misteres mais irreverentes, desde arrecadação de materiais de construção até depósito de palha e curral para carneiros, esse precioso monumento archeologico e artistico, desamparado de toda a protecção official, offerece actualmente o lamentavel espectáculo d’uma ruina despresada pelo risco eminente de se perderem totalmente as valiosas peças d’arte que deviam bastar. Quando razões de outra ordem não houvesse, para grangear-lhes a conservação do respeito público e dos cuidadados officiaes”.

Excerto da cópia da representação da Junta de Paróquia de São Vicente Mártir de Abrantes a respeito da **Igreja de Santa Maria do Castelo** da mesma cidade, sem data (1897). In Processo n.º 137 – Abrantes. Igreja de Santa Maria do Castelo. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. I. Livro 240.

“(…) monumento que deveria merecer aos poderes publicos a maior consideração”. [Estava de pé porque o povo da Feira tinha por ele imensa veneração, pois caso contrário as suas pedras estavam a servir para outros fins, com estábulos, ou vedações ou bancos. Os “poderes publicos o lançaram ao mais completo e **contínuo abandono**”.

(…)

Depois o que havia de mais notável era o **Castelo da Feira**. Era nessa altura propriedade do Estado que para vergonha nacional o hão deixado ao mais criminoso abandono. Deviam ser feitas as obras pelo Estado e pela Câmara da Feira. A proximidade da praia de Espinho devia ser motivo para se fazerem as obras, para permitir que os veraneantes estrangeiros fossem visitar o castelo. “attestado da nossa incúria” razão para nos desacreditar”

Excertos de dois officios de José Pinto da Silva Ventura a respeito do antigo Castelo da Feira, dirigido à RAACAP e datados de 3 de Janeiro (incluindo fotografias) e 19 de Fevereiro de 1898. In Processo n.º 54 – Feira. Castelo da Feira. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. I. Livro 240.

“Não tem as inclemencias do tempo e o vandalismo dos homens respeitado o monumento (desde a a casa religiosa foi extinta pela bula Pro Excellentia do Papa Paulo III) onde tantas gerações dormem o eterno somno, pois que o que d’elle ainda existe está ao **abandono** ou prestes a **derruir**”. [Os descendentes não deviam abandonar os vestígios existentes que se encontravam santificados pela antiguidade e

pelas tradições. Assim julga que a CMN devia tomar conta deles e promover a sua reparação e conservação com o fim de as transmitir às gerações vindouras], “como vestígios dos povos que por aqui passaram e que nos legaram tão gloriosas memórias”.

Excerto de ofício do vogal correspondente Albino dos Santos Pereira Lopo, dirigido ao Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, Luciano Cordeiro referente ao **Mosteiro de Castro de Avelãs**, datado de 16 de Abril de 1898. In Processo n.º 32 - Castro de Avelãs. Mosteiro. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. I. Livro 240.

Depois foi votado ao ostracismo e desprezo, “sentindo-se o espirito impressionado ao contemplar o **abandono e desleixo imperdoavel a que foi votado** (...). Parece que não temos já a intuição do bello, o gôsto, o culto pela arte, como, outrora, nem forças para conservar o patrimonio sagrado que nos legaram nossos antepassados e que desaba, submergindo-nos nos seus escombros!...”. [Problema da transferência do sino para outra torre, não toca para chamar os fieis. A torre ameaça **ruínas**. Problema do telhado. Fracos recursos da junta,] “levantando um brado em pró da conservação d’este templo, em nome da religião e da fé, da sciencia da arte, do patriotismo e gloria nacional, tendo a satisfação de cumprir um dever sagrado”.

Excerto da representação sobre a **Igreja Matriz de S. João de Tarouca** dirigida pela Junta de Paróquia de S. João de Tarouca ao Presidente e membros do Conselho dos Monumentos Nacionais, assinado Padre Germano Mendes Pinto e por todos os outros vogais, datado de 29 de Outubro de 1903. In Processo n.º 137 – S. João de Tarouca. Igreja matriz. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. II. Livro 241.

“Depois das luctas liberaes, durante algum tempo, a sua conservação estava à guarda de velhos officiaes que os livravam de muitos vandalismos. Mas a morte d’esses officiaes que, na sua maioria, não foram substituídos, deixaram-nos sem defesa e à mercê d’um novo inimigo, cem vezes pior do que os que antigamente os ameaçavam: - a vizinhança”. [O Castelo de Palmela é um exemplo do que dizia]. “O Castello que está presentemente occupado de novo, mas que esteve durante **muito tempo abandonado**, foi posto a **saque** pelos habitantes da villa que elle domina. Estes aproveitaram alguma coisa, mas o Castello perdeu muitissimo mais. Quantas casinholas miseraveis se não construíram à custa de material roubado à fortaleza!”

Extracto da intervenção de Fernando Larcher, na sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais de 1 de Fevereiro de 1905. Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Minutas das Actas lançadas ao livro. 1905-1911. Livro – 258

Manda fotografias do **Mosteiro da Serra do Pilar**, propõe que este seja classificado caso não o tenha sido “Está n’um **abandono** completo transformado numa floresta, tendo as raizes das arvores deslocado muitas das lageas do pavimento. Numa fenda (...) d’uma das egrejas, como se vê na photographia nasceu uma linda arvore”.

Excerto de um ofício de José Pinto da Silva Ventura, vogal correspondente da Feira, remetido ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais, em 28 de Maio de 1906. In Processo n.º 63, Grijó. Mosteiro. ANBA – CSMN – Igrejas, vol. II. Livro 241

[Refere o estado de abandono que vai arruinando o Castelo da Feira, onde nos seus] **“fundamentos se encontram arvores**. Como se pode evitar isto, será preciso licença do ministério da guerra par as cortar, visto ele ser um Monumento Nacional de Arte Militar?”.

Excerto do ofício de José Pinto da Silva Ventura, vogal correspondente do COMN, datado de 30 de Maio de 1906. In Processo n.º 54 – Feira. Castelo da Feira. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. I. Livro 240.

“Parece-me que este claustro pela sua forma circular, é único nas construções desta natureza”. Apresenta argumentos extraídos da leitura da edição alemã do livro *A Architectura da Renascença em Portugal*, de Albrecht Haupt, translineando: “Virht aber durhdie origenelle Formsekh bedentenal. Ora se o estrangeiro illustre pela sua forma original o achou muito celebre, o **desleixo** e o **abandono** a que está lançado, muito notavel tornam o criminoso proceder de quem o deve salvar da ruina eminente que o ameaça. As arvores que no seu recinto crescem vigorosamente, por encontrar terreno em que foram inhumados muitos cadavares, com as suas raizes lhe deslocam as lages do pavimento e com os ramos lhe mutilam os ornamentos superiores. Esse recinto esta occupado por figueiras, cerejeiras, lorangeiras, tangerineiras, nespereiras, etc. Se essa Associação entender que eu deva prestar algum serviço, por viver proximo deste claustro, pode dispor de mim.”

Excerto de um ofício do Presidente da RAACAP ao Conselho dos Monumentos Nacionais, com cópia integral do ofício sobre o estado do **Mosteiro de Serra do Pilar**, de 8 de Maio de 1907, remetido àquela Associação por José Pinto da Silva Ventura, sócio correspondente da RAACAP, e datado de 24 de Maio de 1907. In Processo n.º 63, Grijó. Mosteiro. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. II. Livro 24.

António, Bispo do Porto refere o seu pesar pela situação que verifica todas as vezes que visita a Igreja face ao **abandono** que dia a dia se deteriora há minguá de conservação adequada. A Junta de Paróquia não dispõe de meios suficientes para custear as obras de conservação. Acha que ainda é tempo para salvar precioso monumento que interessa á Arte Nacional e portanto a todos os portugueses. Refere o **vandalismo do tempo** que o vandalismo dos homens mais agravou mais. Pede a alta protecção do CMN. Para pároco, o edifício encontra-se num estado ruinoso e verdadeiramente lamentável. Não tem havido apoios para a sua conservação. Nada pode fazer, até porque é considerado Monumento Nacional. Em breve será um monte de ruínas.

Resumo do ofício do Bispo do Porto, D. António, remetendo cópia de um ofício do pároco de Leça do Balio (datado de 7 de Abril de 1910), referente ao **Monumento de Leça do Balio**, datado de 11 de Abril de 1910. In Processo n.º 67 – Leça do Bailio. Mosteiro. ANBA – CSMN, Igrejas, vol. II. Livro 241.

Refere-se a constituição de uma Comissão permanente de vigilância pela guarda e conservação do **castelo da Feira** – salvaram-no da inevitável **ruína pelo tempo** e da **destruição pelo analfabetismo**, face ao seu completo **abandono**. Quotizaram-se mensalmente, adquiriram donativos por subscrição entre os conterrâneos, conseguindo desde 1909, custear avultadas despesas com vedações, reparos de maior urgência e pagamento do vencimento e aluguer de casa de um guarda permanente uniformizado. A comissão promoveu a doação ao município dos Paços do Conde, que estava em mãos de particulares, afim de ser adaptado a quartel da GNR, removendo a existência de um edifício particular no interior do Castelo (exemplos que foram seguidos, o Castelo de Guimarães e o Paço dos Duques de Bragança). A

Comissão considerava urgente a reparação do tecto abobadado da última parte da galeria coberta, que está grosseiramente escorada e em **risco de ruir** totalmente, propondo-se custear a obra. Propõe-se a inspecção técnica e um rigoroso inquérito³⁷.

Excerto da cópia do ofício do Administrador do Concelho da Feira, José Cândido Marques d'Azevedo, datado de 10 de Maio de 1913, fol. 23vº-25. In AHME - Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932. AHME – 352.

Chamada de atenção pela Comissão Regional de Leiria para o estado de abandono, de desleixo e de **ruína** de “variadas relíquias de arquitectura monumental e artística”, como o **Castelo de Leiria** e a **Capela de S. Pedro** da mesma cidade. O castelo de Leiria era já, nessa altura, **uma ruína de ruínas** e “ameaça subverter-se num montão informe de pedras se não se lhe acudir de pronto”. Ambos os edifícios eram monumentos nacionais e a capela de S. Pedro era depósito de trapo, por uma renda de 1\$20 escudos. Leiria tem Conselho de Arte Regional, que poderá informar o Ministro.

Excerto do ofício do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição dirigido ao Ministro de Instrução Pública, datado de 29 de Julho de 1913, p. 55. AHME - Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Correspondência expedida (Copiador). Livro nº 1. 1911-1924. AHME – 347.

“Carta do Snr. Fernando Barreiros, Tenente da Guarda Fiscal, de **Montalegre**, informando que o **castelo** d'aquela está ao **abandono**. Remediava-se a sua ruína ou antes o roubo das ameias, se se colocasse uma porta de ferro, na torre de menagem cuja chave poderia ser guardada no quartel da guarda fiscal, e quanto alguém fosse visitá-lo seria acompanhado por um soldado”.

Transcrição do resumo do ofício n.º 80, enviado pelo Tenente, Fernando Braga Barreiros, datado de 16 de Março de 1914, p. 24. AHME – Conselho de Arte e Arqueologia. 3.ª Circunscrição. Cópia de Correspondência (Oficial e Particular), n.º 12. 1911-1920. Cota 332.

Comunicação do **abandono** da **gruta pré-histórica do poço Velho**, Cascais, que foi referida no Congresso Arqueológico de Lisboa e que a Câmara Municipal de Cascais tem desinteresse mas devia ser mantida decorosamente para atracção de arqueólogos e *turistes*. Solicita-se providências de Leite de Vasconcelos.

Resumo do ofício n.º 431, dirigido à Câmara Municipal de Cascais, datado de 2 de Dezembro de 1915 e cujo informante fora Henrique Lopes de Mendonça. In ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245.

³⁷ O Governador Civil do Distrito de Aveiro, Alberto Ferreira Vidal, propôs também a “necessidade impreterível de desapossar sem demora, os vizinhos gananciosos que têm invadido a área do recinto do Castelo e têm neste feito obras tendentes a prosseguir a surda e contínua usurpação”. Correspondência recebida, fol. 25-25vº, idem, *ibidem*.

Sobre **monumento do Senhor Roubado**, existente à entrada de Odivelas, lembrando ao Presidente da Câmara Municipal de Loures para o **estado de abandono** em que o padrão se encontra e que convém manter decentemente, lembrando a conveniência da sua conservação, bastando para tal um pequeno desaterro de terras que pela acção do tempo ali se têm acumulado, ao concerto da vedação e à demolição de um pano de tijolo que obstrui por um dos lados, o baldaquino, peça principal desse padrão, que impede que seja apreciado em todo o seu conjunto.

Resumo do ofício n.º 465, da CM, datada de 14 de Agosto de 1916. ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245

José Marques da Silva, “aproveitou a ocasião para relatar uma visita que fizera ao Monumento situado na extremidade dos concelhos de Guimarães e Felgueiras, sendo para notar que, apesar do seu grande valor artístico, está entregue a um **abandono cruel**; de que tem sofrido o vandalismo de serem arrancados do claustro painéis inteiros de azulejos deveras valiosos”.

Excerto da acta da sessão 15.º da CM do Porto, datada de 24 de Janeiro de 1917, acerca do **Mosteiro do Pombeiro**. Conselho de Arte e Arqueologia. 3.ª Circunscrição. Comissão dos Monumentos Nacionais. Actas. Livro n.º 8, de 4 de Dezembro de 1912 a 8 de Março de 1932. Cota 443.

A Sé [de Aveiro] encontrava-se secularizada e no maior **abandono** e não tinha nada que o recomendasse como obra de arte ou tradição histórica.

Excerto do ofício n.º 310, enviado pelo director do Museu de Aveiro ao Presidente do CAA da 2.ª Circunscrição, em 18 de Novembro de 1917, fol. 101vº-102. In AHME - Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932. AHME – 352.

O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Santarém Pedro António Monteiro, informa que o trecho mais apreciável das **muralhas das Portas do Sol**, a nascente da linha férrea, ameaçava **ruína**, pelos enormes escorregamentos de terra, que se tinham produzido nas barreiras de Santarém, onde ele assentava. Pela importância das obras a executar, incompatíveis com os recursos do município, vinha pedir ao Governo que as obras fossem feitas à custa do Estado. Solicita ao Presidente do CAA fizesse idêntica representação ao Governo, com a maior brevidade, atendendo trata-se de um edifício de arte e arqueologia dos mais notados e apreciáveis, que ameaça **ruína**.

Síntese do ofício do Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Santarém, dirigido ao Presidente do CAA, em 13 de Março de 1917. ANBA – CAA, Correspondência entrada – Anos de 1917, 1918, 1919. Livro 177.

Estava em estado de **abandono** do **Castelo de Barcelos**, que era utilizado como sentina das praças da força militar ali estacionada. Necessidade de atender à conservação do monumento.

Resumo dos ofícios enviados pela Sociedade de Propaganda de Portugal aos CAA da 1.ª Circunscrição e da 3.ª Circunscrição, respectivamente em 28 de Fevereiro e 4 de Março de 1918 (n.º 256). In ANBA – CAA, Correspondência entrada, anos de 1917, 1918, 1919. Livro 177 e Conselho de Arte e Arqueologia. 3.ª Circunscrição. Cópia de Correspondência (Oficial e Particular), n.º 12. 1911-1920, cota 332.

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia

Na qualidade de membro do Conselho a que V. Ex.^a tão dignamente preside, julgo meu dever rogar a atenção do referido Conselho para o estado de ruína em que se encontra o **Mosteiro de Jesus em Setúbal**.

Em anteriores reuniões eu fiz referencia ao **lastimoso abandono** do mesmo monumento nacional.

Ultimamente sobreveio ainda a derrocada do telhado sobre a abobada da igreja, de modo, que não é difícil prêver a proxima destruição de tão interessante documento arquitectónico, bem digno de melhor apreço.

Saúde e Fraternidade

João Vaz

Ofício n.º 72, do Presidente do CAA, remetendo à Comissão dos Monumentos, ofício de João Vaz, onde este solicita a atenção para o estado de ruína do Mosteiro de Jesus de Setúbal, datado de 27 de Fevereiro de 1919. ANBA - CAA, Correspondência expedida, 1919, Livro 155.

[Tinha sido votada uma verba para a sua reparação que até então não tinha sido aplicada]. “As suas paredes, tetos e retábulos são riquíssimos, tendo sido muito justamente apreciados por vários visitantes amadores de arte, todas essas preciosidades estão em **risco de completa ruína**. (...) pois o abandono representaria um grande prejuízo para a Arte Nacional e para o Estado seu possuidor”.

Excerto de ofício n.º 68, dirigido pelo Presidente do CAA ao Director Geral das Obras Públicas, transcrevendo ofício dirigido ao CAA pelo Director Geral de Justiça e Cultos, a propósito da **Igreja da Luz**, datado de 19 de Maio de 1919. ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1919, Livro 155.

António Augusto da Costa Mota verificara que o vestíbulo da **Basílica de Mafra** e este **continuava ao abandono**. O guarda dera parte de doente e não fora substituído. As estátuas vão sendo frequentemente mutiladas e no vestíbulo todos os dias se encontram pedras que o rapazio para ali atira. Era necessário o policiamento, por parte do partido de obras públicas.

Resumo do ofício n.º 239, dirigido ao Director Geral de Obras Públicas, com transcrição de um ofício da Comissão dos Monumentos, de 7 de Julho de 1919. ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1919, Livro 155.

A Comissão dos Monumentos deliberara na sessão de 23 de Maio que fosse solicitada ao Ministério da Justiça a entrega ao cabido da Sé de Évora da capela do antigo **colégio dos Órfãos** que estava na posse da comissão concelhia dos bens da igreja sem qualquer uso. O **abandono** criara problemas no telhado e aproximara-o da **ruína** completa. A entrega visava a demolição dos toscos entaipamentos que dividiam uma dependência onde se acham alojados o cartório e uma arrecadação do cabido por não existirem outros locais apropriados. A demolição fazia parte das obras de desobstrução do claustro da Sé.

Resumo do ofício datado de 30 de Maio de 1924, doc. 72. ANBA – CAA, Correspondência. Ano de 1924 Livro 52.

Documento 50

1898 (12 de Janeiro) – *Ofício de Albano Bellino, vogal correspondente da RAACAP e da CMN, respondendo àquella associação a propósito do movimento de salvaguarda e protecção dos monumentos nacionais.*³⁸ Cópia. ANBA – Processo n.º 22 – Braga. S. Pedro de Rates. Igrejas, Vol. 1, Livro 240.

Officio de Albano Bellino. Igrejas românicas de S. Pedro de Rates, S. Christovam de Rio Mau, S. Salvador de Fonte d'Arcada, S. João Baptista da villa do Conde, S. Salvador de Arnoso e de Serzedello, formosissima construção do século XIII

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Accusam vários jornaes a recepção da Circular que a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses lhes enviara pedindo a valiosa cooperação d'aquella imprensa periódica e de todas as sociedades scientificas do paiz “para se promover” uma intensa e efficaz semente de protecção a todos os monumentos nacionaes, de forma a garantir-lhes o respeito que merecem como padrões valiosísimos d'arte e de tradição. Na mesma Circular declara-se que a Real Associação tem em vista “formular o inventario dos monumentos e objectos d'arte; estabelecer uma forte corrente de opinião, e recolher, para depois fundir n'um pensamento commum, todos os alvitres e todas as propostas que mais racional e mais praticamente concorram para realizar o fim que se pretende”.

Appellando muito sinceramente essa deliberação, mas não posso deixar de pedir a V. Ex.^a licença para duvidar da efficacia d'este convite geral.

Existindo uma Commissão que se denomina dos *Monumentos Nacionaes*, com devotadissimos vogaes correspondentes nas principaes localidades do paiz, parecia-me conveniente que a nossa Real Associação se limitasse a interceder perante os poderes constituídos em favor das propostas emanadas d'aquella benemerita Commissão que já hoje dispõe de preciosos elementos para se formular o referido inventario de monumentos e objectos d'arte. D'este modo todos os informes seriam apenas fornecidos pelos vogaes correspondentes, que, no desempenho da sua missão patriótica, não deixariam de ser, como até agora, solícitos e escrupulosos.

A *Comissão dos Monumentos* approvou ultimamente, por indicação minha, as Igrejas românicas de S. Pedro de Rates, S. Christovam de Rio Mau, S. Salvador de Font'Arcada e a de S. João Baptista de Villa do Conde, estylo manuelino; e já lhe propuz mais as egrejas de S. Salvador d'Arnozo e de Serzedello, tambem formosissimas construcções do seculo XII. Ha ainda muito que fazer, é certo, mas nada absolutamente nada, se conseguirá sem que os nossos governos, compenetrando-se do vergonhosissimo abandono a que tem votado tudo o que nos resta d'um passado glorioso, se propunham secundar os nossos esforços contribuindo decididamente, por todos os meios, para a conservação dos monumentos nacionaes.

Ouso fazer estes reparos, de que peço desculpa, simplesmente porque prezo, como poucos, a conservação dos monumentos antigos.

Recolher todos os alvitres e propostas para que? Acaso o governo duvida que o povo em geral abraça todas as medidas tendentes á defeza dos monumentos, ou que os habitantes das povoações ruraes, a cuja a guarda estão confiados alguns dos monumentos mais importantes, desrespeitem as disposições da lei que approva, por exemplo, a sua *egreja dos mouros* (como elles denominam as construcções romanicas) ou os logares que ainda mostram vestigios prehistoricos ou de habitação antiga?

Posso affoutamente asseverar que não ha que não verbéra a negligencia dos governantes que nos abandonam à irrisão dos estranhos. A profanação dos

³⁸ Ver extracto deste ofício, publicado no *Boletim da RAACAP*, Tomo 8, 3.^a Série, Lisboa, 1900, p. 32.

monumentos provem, quasi sempre, da ignorancia do povo. Prove-se-lhe pois que existiram ali conventos antiquissimos, que este ou aquele logar foi theatro de grandes façanhas e ver-se-ha como esse povo se ufana e exalta a importancia da aldeia que lhe foi berço. Parecia-me portanto mais conveniente coadjuvar essa Comissão, cujo fim especial e unico visa á guarda e conservação dos monumentos, porque não faltam lá enthusiasts como Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro, e porque os meios de que relativamente lançou mão, nomeando vogaes em todo o paiz, hão de necessariamente produzir o desejado effeito.

Deus Guarde a V.^a Ex.cia
Braga, 12 de Janeiro de 1898

III.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses

O socio correspondente

Albano Bellino

Documento 51

1898 (28 de Março) – *Carta de Ernesto Loureiro, empresário, acerca do estado de conservação do Convento de Cristo em Tomar e integrando-se no movimento cívico da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. Cópia³⁹. ANBA – Processo n.º 140 – Tomar. Convento de Cristo, Igrejas, Vol. III, Livro 242.

Carta do Exmº Snr Ernesto Loureiro ao Exmº Snr. Visconde da Torre da Murta

Convento de Christo em Tomar

Meu Ex.^{mo} Am.^o e Snr Visconde da Torre da Murta

Vou finalmente cumprir hoje a promessa que ha mezes fiz a V. Ex.^a de lhe remeter copia do desenho contido dentro da primeira letra maiuscula do primeiro volume dos livros de Pedro Alvarez, existentes na Torre do Tombo. É natural que todas as pessoas que têm consultado aqueles preciosos codices quinhentistas, tenham notado o desenho a que me refiro; mas por desconhecem a capella dos Templarios de Thomar não hajam comprehendido que era aquelle o desenho da sua fabrica primitiva, antes das mutilações manuelinas, que lhe tiraram o seu vetusto cunho medieval, e desnaturaram a obra de arte. Perante V. Ex.^a que é um digno membro da associação dos architectos e archeologos portuguezes não preciso eu justificar, a propriedade dos termos – *mutilações manuelinas*, que acabo de empregar. A philosophia da arte, avaliando devidamente o valor esthetico das grandes concepções artisticas dos diversos periodos historicos, não pode confundil-as, amalgamal-as em anastimose [sic: em vez de *anastilose*] hybridas, como succedeu por toda a parte, até ao desabrochar do sentimento moderno, caracterizado pelo amor da pureza dos estylos.

Na primeira pagina do referido codice se observa a sem cerimonia e o desrespeito com que o erudito chronista da ordem de Christo louvava os aformoseamentos manuelinos feitos na capella dos Templarios. Como V. Ex.^a sabe, eu não tenho pretensões a entender de architectura ou de archeologia; mas possuo em alto grau o sentimento admirativo pelos monumentos historicos, como manifestações authenticas da vida affectiva das gerações que nos procederam. Eu vou até mais longe: em face da civilização moderna, considero verdadeiramente barbaro um paiz que não possui a intuição de amor e de respeito pelos seus monumentos.

Tendo eu passado os meus primeiros annos em Thomar, e tendo ainda hoje ali duas filhas cazadas, visito a miudo aquella formosa terra, e rara vez ali vou sem fazer uma piedosa romagem pseudo-artistica ao extraordinario Convento de Christo.

Foi d'esta maneira que tratei de indagar se seria possivel descobrir os vestigios da cupula que primitivamente cobria a capella dos Templarios; e com effeito lá estão bem visiveis sobre a abobada, que tambem foi deturpada pela restauração manuelina, que converteu a Capella polygonal, em que os cavalleiros do templo celebravam o seu mysterioso culto, no que depois se chamou e chama a charola vocabulo este a que eu tambem darei a sua accepção figurada.

O corpo central da capella, formada por bellos arcos byzantinos, recebia luz das pequenas frestas que se notam no alto da cupula, conforme o desenho. A restauração manuelina guarneceu-o de riquissimos baldaquinos gothycos e formosas estatuas de prophetas, cobrindo-o ao mesmo tempo de espessa abobada, e tornando-o escuro como breu; e para não ficar tudo ás escuras, rasgou nas muralhas altas janellas estreitas; e por fim substituiu a cupula por um telhado raso circundado de

³⁹ Esta carta foi publicada na íntegra no *Boletim da RAACAP*, Tomo VIII, 3.^a série, Lisboa, 1900, pp. 48-50.

ameias quinhentistas fabricadas de tijolo. Não me refiro á nave e ao coro, porque estes são mais propriamente acrescentamentos, e por tal maneira originaes, typicos e ricos, que fazem emmudecer a critica mais severa. Só a celebre janella da casa do capitulo é um alto poema de pedra, celebrando os nossos feitos maritimos, que pode andar a par dos «Lusiadas».

Em todo o caso, da Capella dos Templarios restam-nos hoje apenas as muralhas e os arcos bysantinos; mas a impressão d'aquelle edificio polygonal, meio fortaleza, isolado dentro da vasta cerca de muralhas do castello, com a sua cupula ponteaguda terminada por alterosa grimpá, semelhando uma importante tenda de campanha, isso desapareceu, como desapareceu tambem uma inscripção que existia sobre a unica porta da capella, porta transformada hoje em larga janella manuelina; e d'essa inscripção constava, como diz Pedro Alvares, quem fora o fundador d'aquelle templo. Como V. Ex.^a sabe melhor do que eu as primeiras manifestações da arte architectural tiveram por cunho principal o utilitarismo, a adaptação a um fim determinado. A feição esthetica da arte só mais tarde se lhes associou; é um producto da evolução de sentimento e de intelligencia humana. Os monumentos architectonicos representam, pois, a concretisação da vida moral e physica, a ethnographia das gerações que nos procederam. Eis porque eu lamento as restaurações com estylos inadequados, ainda quando estes tenham alto valor, sob o ponto de vista esthetico. Creio eu que, quando no nosso paiz a cultura intellectual, e o sentimento publico se elevarem até á generalisação do estudo e do respeito pelos nossos monumentos, se comprehenderá o alto valor d'aquelles que existem na sede do mestrado da ordem do Templo, de origem franceza, como franceza foi a origem da nossa patria. Ate então a nossa rethorica produzirá apenas um ruido incomprehensivel no animo do vulgo, como quando se ouve idioma desconhecido. Eis porque tomei a liberdade de offerecer a V. Ex.^a copia do meu achado, a qual archivada na benemerita associação, de que V. Ex.^a faz parte, poderá talvez concorrer para o estudo futuro a que me refiro.

A proposito ainda dos monumentos de Thomar, e respondendo ao appello da digna associação dos architectos e archeologos, lembro V. Ex.^a o estado lastimavel das primorasas esculpturas da renascença italiana (1545), que se encontram ao fundo da escada do impropriamente chamado claustro dos Philippes do Convento de Christo, esculpturas que circundam tres portaes, hoje intaipados, que deviam communicar aquelle claustro com a nova casa do capitulo, que não chegou a ser concluida, e que modernamente foi alienada pelo estado, quando depois de 1834 se procedeu methodicamente á pulverisação dos nossos monumentos religiosos. As aguas pluviaes teem ido todos os annos continuando a destruição d'aquelles primores, tão raros no nosso paiz. Ha poucos annos, achando-me eu em Thomar, fui testemunha de que tres dignos membros da commissão dos monumentos se dirigiram á propriedade confinante, no intuito de moverem o proprietario a mandar proceder á insignificante obra necessaria para evitar a invasão das chuvas; mas o facto é que tudo ficou no mesmo estado, e a destruição continua. As esculpturas representam a paixão de Christo, n'este momento victima dos phariseus da arte.

Esta já vae longa, e eu não desejo importunar V. Ex.^a, mas antes de terminar, não posso deixar de deplorar o abandono em que se encontram os paços do infante D. Henrique, e mais tarde da benemerita rainha D. Catharina viuva de D. João III, assim como os ricos capiteis gothycos do claustro da lavagem, por aquelle principe construido, e que ha annos se desmoronou.

Os capiteis acham-se dispersos pelo terreiro do convento, expostos ás mutilações barbaras de quem passa. Talvez não importasse grande dispendio a reconstrução do claustro com grande parte da antiga cantaria. Seria talvez este alvitre uma forma elevada de commemorar o 4.^o centenario da descoberta da India, conseguindo do governo uma pequena verba annual para a restauração. A situação afflictiva do thesouro, como se diz nos discursos da corôa, não pode servir de pretexto para se negar o subsidio. Não se tem gastado e continuarão a gastar milhares de

contos para dar que fazer aos operarios sem trabalho? Pois bem: basta que durante alguns annos distraiam (sic) dois ou tres contos de reis da verba applicada aquelle fim para se restaurar o formoso claustro, empregando ao mesmo tempo a competencia de algum dos novos architectos, que á custa do estado foram estudar ao estrangeiro.

Quando em Thomar se celebrou o setimo centenario de Gualdim Paes, primeiro mestre portuguez da ordem do Templo o governo mandou restaurar a vetusta igreja de Santa Maria do Olival, onde jazem as cinzas d'aquelle varão illustre, que concedeu foral á humilde povoação que se levantava á sombra da protecção da muralhas do castello, e que hoje é a florescente cidade industrial. E note V. Ex.^a foi um homem só, a alma d'aquelle centenario, o meu velho amigo snr. Vieira Guimarães, filho de Thomar, formado em medicina, mas então apenas estudante. Veja V. Ex.^a quanto vale a energia e a perseverança de um character! Não valerá tanto a celebração do quarto centenario da descoberta da India? A restauração do claustro teria um duplicado fim – homenagem ao navegador illustre, que preparou a nossa epopêa maritima e simultaneamente seria reivindicação para a arte nacional de um rico monumento inteiramente perdido n'um montão de escombros. Não seria este em empreendimento digno da associação dos architectos e archeologos portuguezes? Mas tudo isto creio bem que não passará d'um sonho vão. Ha quem pretenda que a emoção que sentimos ao contemplar um valioso monumento em ruinas, provem em grande parte da evocação das instituições passadas, que as ruinas nos suggerem. Os nossos governos compenetrados d'esta profunda philosophia deixarão estar as ruinas e todos os annos continuarão a inventar obras para fazerem socialismo ex-cathedra, que agrava a crise do trabalho; e os verdadeiros padrões da arte nacional, que tambem são padrões de gloria immorredora, cahirão por terra, no momento historico em que meia duzia de homens estão levantando o paiz aos olhos dos estrangeiros, com a celebração dos nossos feitos immortaes! Que antitheses nos apresenta a historia! E os pannos das paredes dos paços do infante continuarão a abrigar duas formosas lorangeiras e uma palmeira, que vivem ermas naquelle terreno sagrado como páreas da Africa e da Azia a esta pequena nação do Occidente.

Ainda lá sobeja o campo para plantar mais arvores; e talvez que uma alfarrobeira completasse a trilogia symbolica e poetica da gratidão nacional para com os filhos benemeritos de D. João 1.^o.

Com a mais profunda estima, tenho a honra de ser

Lisboa, 28 de março de 1898

De V. Ex.^a subdito e am.^o obrig.^{no}

Ernesto Loureiro

Documento 52

1898 (26 de Abril e 10 de Novembro) – *Officio do presidente da Junta de Paróquia de Lorvão em resposta ao movimento cívico desenvolvido pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, dando notícia das questões inerentes ao Mosteiro do Lorvão e à deslocação património*. Cópia remetida pela RAACAP ao CSMN. ANBA – Processo n.º 101 – Lorvão. Mosteiro, Igrejas Livro 241. Inédito.

N.º 2 Officio do presidente da junta de parochia de Lorvão⁴⁰

Ex.^{mo} Sr.

A junta de parochia d'esta freguesia de Lorvão em sessão extraordinaria resolveu officiar a V. Ex.^{cia} a dar-lhe parte que em dezembro do anno de 1897 veio a este logar os representantes da auctoridade para que esta junta lhe fizesse entrega de varias tribunas das capellas dos Claustros do extincto mosteiro de Lorvão a que o povo e a Junta se oppoz, em virtude do decreto de 6 d'agosto de 1887 que diz «fica a cargo da respectiva junta de parochia tanto a conservação da mesma igreja como a guarda e a conservação do mesmo mosteiro” e tendo-nos constado que a junta de parochia da Villa de Monte-mor o Velho pretende muito breve despojar-nos de duas das melhores tribunas das referidas capellas a que a junta e o povo tem feito despezas para as conservar, convicta que este mosteiro é contado no numero dos monumentos nacionaes, resolveu levar estes factos ao conhecimento de V. Ex.^{cia} e a pedir a sua auctorizada opinião sobre o assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.^a
Lorvão 26 d'abril de 1898

III^{mo} Ex^{mo} Sr. Presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes

O Presidente da Junta

P.e Manuel dos Santos Torquato

N.º 3 Officio do presidente da junta de parochia de Lorvão

Ex.^{mo} Sr.

O mosteiro de Lorvão continua a ser esquecido dos nossos governos, sem que para elles haja uma verba que obste á sua derrocada, mas não acontece o mesmo com a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, porque n'um officio que recebi da Real Associação datado do dia 6 de Janeiro do corrente anno dizia “que ia a colligir elementos para assegurar a conservação dos monumentos

⁴⁰ Foram três os officios da Junta de Paróquia de Lorvão, assinados pelo respectivo presidente, padre Manuel dos Santos Torquato, a propósito do movimento cívico em prol do património e monumentos do país. Publicamos os dois últimos. No primeiro desses officios, datado de 29 de Dezembro de 1897, a Junta toma a iniciativa de se solidarizar com a campanha da RAACAP, uma vez que tomara conhecimento da crise por via da imprensa e resolvera aderir, pedindo protecção para o Mosteiro do Lorvão. Antes tinha representado junto de Lino de Assumpção, vogal da CMN, a viabilidade do Mosteiro ser considerado MN. Ignorava-se se essa pretensão tinha sido aceite, pelo que pediam colaboração à Associação, para que a vontade da colectividade fosse aceite.

nacionaes” o que esta junta tem muito que agradecer. Ex.mo Snr, o governo mandou pôr em praça o material de casas arruinadas d’este mosteiro, casas que ficam colladas com as paredes da egreja, e casa e muro que serve de appoio ao zimborio, e tendo sido este material removido por quem o comprou, fica patente á vista do observador que o edificio offerece muita ruina, alem disto mecheram n’um cano que devia ser util ao edificio, e por isso chamo a attenção de V. Ex.^a. Seria de maxima conveniencia que aqui viesse pessoa entendida para ver as obras de que o edificio precisa, porque não se acudindo de prompto, em anno muito breve cahirá em ruinas, e é pena que uma obra que tem sido admirada tanto por nacionaes, como por estrangeiros tenha este fim.

Esta junta não tem meios para fazer os reparos de que o edificio precisa e por isso appella para os sentimentos religiosos de V. Ex.^a.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lorvão 10 de novembro de 1898

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes

O Presidente da Junta

P.e Manuel dos Santos Torquato

Documento 53

1898 (9 de Dezembro) – *Relatório ministerial de fundamentação e respectivo Decreto de criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, subscrito pelo Ministro de Obras Públicas, Comércio e Indústria, Elvino José de Sousa e Brito*. In *DG*, n.º 294, de 30 de Dezembro de 1898, pp. 3556-3557.

Ministerio de Obras Publicas, Commercio e Industria
Direcção geral das obras publicas e minas
1.ª Repartição
Estradas, obras hydraulicas e edificios publicos

Senhor. – A importancia dos monumentos nacionaes foi admiravelmente synthetizada pela conceituosa e eloquente palavra do nosso primeiro historiador, Alexandre Herculano, quando os definiu “a historia petrificada de um povo”.

Quer, pois, os monumentos nacionaes offereçam simples valor de antiguidade, sendo coevos dos antepassados extinctos, quer representem tradições e factos historicos, recordando glorias de passadas epopéas, quer, emfim, manifestem caracteres artisticos, demonstrando as faculdades estheticas nacionaes, é dever impreterivel das nações civilizadas conservar com amor e zêlo, resguardadas da acção do tempo e da ignorancia dos homens, esses padrões eloquentes, que symbolizam o espirito e o trabalho populares em differentes periodos da historia patria.

Alem d’isso, Senhor, no respeito pelos antigos monumentos manifesta-se, tambem, esse delicado sentimento de culto pelos mortos, que caracteriza a mais bella moral e o mais elevado grau de civilisação das sociedades humanas.

Reconhecendo a elevação d’estes conceitos, tão brilhantemente resumidas na phrase simples e genial do grande historiador, as nações mais civilizadas têm procurado, por diversos meios, conservar as ruinas dos seus monumentos e impedir a destruição dos que, mais ou menos intactos, atravessaram seculos e gerações, restaurando-os com esmero e sciencia, conforme o rigoroso estylo da epocha e a concepção de quem primeiro lhes desenhou o plano.

Entre estes paizes distingue-se a Italia, o sagrado solo da arte antiga e da renascença, onde as riquezas artisticas, producto de tantas civilisações sobrepostas, se accumulam sob variadissimas fórmãs, desde as grandiosas ruinas, restos venerandos das sociedades classicas, até aos monumentos de todas as ephocas e de todos os estylos, espalhados pela grande peninsula; terra privilegiada, onde os museus colossaes existem por toda a parte, e os palacios, os edificios publicos, as igrejas e os proprios cemiterios, são verdadeiros museus, regorgitando de primores artisticos.

Conseguiu aquelle paiz reunir tão maravilhoso capital de preciosidades, conservando e reparando admiravelmente as ruinas e os monumentos, e defendendo com tenacidade os seus thesouros de arte.

N’este sentido, a legislação respectiva manifesta disposições tão protectoras, que n’outros paizes seriam julgadas verdadeiras violencias. O espirito publico, que as leis traduzem, convenceu-se de que o primeiro proprietario do objecto artistico é a collectividade nacional, não deixando ao possuidor senão secundarios direitos, especie de usufructo sujeito a vigilante tutela do estado.

Estes rigores de legislação acceita-os um povo artistico, nascido e creado n’uma forte atmospherã de arte, porque, em verdade, conhece e aprecia o valor de tudo quanto o cerca.

Em Portugal, infelizmente, quasi não temos cuidado d’este assumpto. A pouco e pouco, a ignorancia de uns e as ambições de outros deixaram saír do paiz a maior parte, talvez, dos objectos artisticos, pertencentes á velha nobreza e ás extinctas ordens religiosas. Os nossos monumentos, esses, ficaram presos ao sólo da patria, é

certo; mas a acção do tempo foi arruinando alguns e a ignorancia dos povos á destruindo outros.

Em muitas localidades, doloroso é dizer-lo, as pedras cinzeladas dos monumentos abandonados desapareceram nas mais vulgares applicações; as lendas de occultos thesouros levaram a profanação e a ruina ás sepulturas, e lousas sepulchraes de claustro magnifico foram revestir os passeios das mais modestas villas do paiz. N'outros pontos, os monumentos soffreram barbaras reparações, que lhes deturparam o estylo.

Sem duvida, energica reacção de verdadeiro renascimento se manifesta de ha annos no paiz.

O nosso primeiro monumento ogival, o mosteiro da Batalha, um dos maiores da Europa pela unidade e pureza de estylo, embora dos menores em grandeza, por longo tempo esteve abandonado, quasi a ameaçar ruina; hoje, á curiosidade e admiração de nacionaes e estrangeiros podemos apresentar um exemplar de magnifica architectura e de restauração intelligente.

A restauração da velha sé de Coimbra é outro excellento exemplo de renascimento artistico.

Se, comtudo, alguma cousa fizemos já, muito nos resta ainda que fazer. Sem duvida, a commissão de monumentos nacionaes, creada em 1882, contribuiu poderosamente com o seu conselho para aperfeiçoar este importante serviço publico; mas as suas attribuições são muito limitadas e a respectiva acção é demasiado restricta, para que possa desenvolver completa e benefica influencia. Julguei, pois, conveniente para os interesses publicos dar-lhe organização mais adequada aos fins importantes, a que uma corporação d'esta natureza deve satisfazer.

Assim, parece-me indispensável sujeitar os projectos de obras de qualquer natureza, em monumentos nacionaes, á approvação previa de uma corporação technica, que, sob o ponto de vista esthetico exclusivamente, os aprecie, por forma que seja conservada a pureza do character historico e do estylo do monumento.

Para os monumentos, pertencentes ao estado ou na posse de quaesquer collectividades d'elle dependentes, esta disposição não póde encontrar difficuldades; nem as encontrará, por certo, da parte de particulares, não só porque é assás restricto o numero de monumentos n'estas condições, mas, ainda, porque raros serão os casos, em que o proprietario intelligente, não deseje melhorar o valor artistico da sua propriedade, o que a opinião e o conselho gratuito da corporação technica lhe facilitarão.

A culstura do espirito publico não consente já que a teimosia ignorante, ou o simples interesse, persistam na destruição de monumentos, ainda que sejam propriedade individual. Se, porém, assim acontecesse, não haveria remedio senão lançar mão de meios repressivos, ou da propria expropriação. Estas providencias excedem as attribuições do poder executivo e, por isso, tenciono apresentar ao parlamento a respectiva proposta de lei.

As restantes disposições do projecto de decreto são por tal fórma expressas, que a simples leitura dispensa quaesquer explanações.

Apresentadas, pois, as rasões fundamentaes d'esta medida, tenho a honra de submeter ao elevado criterio de Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Secretaria d'estado dos negócios das obras publicas, commercio e industria, em 9 de Dezembro de 1898. = *Elvino José de Sousa Brito*.

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria; hei por bem approvar o plano organico dos serviços destinados á classificção, conservação e restauração dos monumentos nacionaes, o qual, fazendo parte integrante d'este decreto, baixa assignado pelo referido ministro e secretario d'estado

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 9 de Dezembro de 1898. = REI. = *Elvino José de Sousa e Brito*.

Plano orgânico dos serviços de monumentos nacionaes

Artigo 1.º A classificação dos monumentos nacionaes, sob os aspectos archeologico, historico e architectonico, e a fiscalisação superior da respectiva conservaço, serão da exclusiva competencia do ministerio das obras publicas, commercio e industria, quer sejam propriedade do estado, quer pertençam a quaesquer individuos ou collectividades.

Art. 2.º Para os effeitos do artigo precedente, será creada, junto do referido ministerio, uma corporação technica consultiva, denominada «conselho superior dos monumentos nacionaes», com as seguintes attribuições:

1.º Classificar os monumentos nacionaes, nos termos do artigo anterior, estabelecendo as regras d'estas classificações;

2.º Estudar e approvar os respectivos projectos de conservaço, reparação e restauração, que lhe sejam submettidos;

3.º Propor, por iniciativa propria, as medidas necessarias para a conservaço, reparação e restauração dos monumentos nacionaes;

4.º Fiscalisar superiormente a rigorosa execuço dos trabalhos, depois da competente approvaço;

5.º Consultar sobre todos os assumptos que, nos termos e para os fins d'este decreto, lhe sejam submettidos pelo ministro das obras publicas;

6.º Mandar proceder ao levantamento dos elementos technicos necessarios para a restauração graphica dos monumentos nacionaes;

7.º Elaborar monographias historicas, descriptivas e artisticas dos mais importantes monumentos nacionaes;

8.º Colligir, ordenar e classificar todos os dados e documentos, que possam interessar a historia da arte portugueza;

9.º Reunir collecções, copias e modelos, que constituam subsidios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionaes;

10.º Elaborar os regulamentos especiaes das respectivas attribuições;

11.º Administrar os fundos proprios que, para os effeitos d'este decreto, sejam descriptos no orçamento do estado.

§ único. As attribuições definidas nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, referem-se exclusivamente ás condições archeologicas, historicas e artisticas dos monumentos nacionaes.

Art. 3.º A classificação dos monumentos nacionaes será determinada por decreto referendado pelo ministro das obras publicas e publicado no *Diário do governo*.

Art. 4.º O conselho superior dos monumentos nacionaes será composto de vinte vogaes, nomeados pelo ministro de obras publicas, commercio e industria.

§ 1.º. Alem dos vogaes de nomeação, de que trata este decreto, farão parte do mesmo conselho, com funcções inherentes aos respectivos cargos:

Os inspectores das belas artes de Lisboa e Porto;

Os directores das academias das bellas artes;

O inspector dos serviços de obras publicas;

O conservador do museu nacional;

Os professores de architectura das academias das bellas artes.

§ 2.º. As vacaturas, que tenham a dar-se, depois da organisaço de que trata este artigo, serão preenchidas por escolha do ministro das obras publicas em lista triplice, apresentada pelo mesmo conselho.

Art 5.º A presidencia do conselho superior dos monumentos nacionaes pertencerá ao ministro e ao director geral das obras publicas e minas, quando assistirem ás sessões.

§ único. O conselho elegerá presidente, vice-presidente e secretarios especiaes.

Art. 6.º A execução das deliberações do conselho superior dos monumentos nacionaes, e a direcção do respectivo expediente serão da competencia de uma «commissão executiva» composta de cinco membros, dos quaes tres serão escolhidos pelo ministro das obras publicas, e dois pelo mesmo conselho.

§ único. A escolha do ministro recairá sempre em dois engenheiros do respectivo quadro, um militar e outro civil, e n'um architecto.

Art. 7.º Nos monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, não serão executadas obras de qualquer natureza, ou sob qualquer titulo, sem previa approvação dos projectos pelo respectivo conselho superior, confirmada em portaria expedida pelo ministerio das obras publicas.

Art. 8.º As expropriações por utilidade publica, que interessarem monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, deverão ser previamente preparadas com a opinião do respectivo conselho superior.

Art. 9.º Em complemento das disposições d'este decreto, o governo apresentará ao parlamento as medidas indispensaveis para regular a expropriação dos monumentos nacionaes, quando circumstancias imperiosas assim o exigirem, bem como os termos do processo e comminação de penas, no caso de resistencia á rigorosa execução dos preceitos d'este diploma.

Art. 10.º O fundo especial, para os effeitos d'este decreto, será constituído pelas verbas inscriptas no orçamento do estado para a conservação dos monumentos, e pelas que venham a descrever-se com igual applicação.

Art. 11.º O conselho superior dos monumentos nacionaes organizará, para a execução das differentes disposições d'este decreto, os respectivos regulamentos, que serão approvados pelo ministro das obras publicas.

Paço, em 9 de dezembro de 1898. = *Elvino José de Sousa e Brito.*

Documento 54

1899 (23 de Setembro) – [Representação acerca dos Monumentos Nacionais]. Ofício dirigido pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Industria, Conselheiro Elvino José de Sousa e Brito, em 23 de Setembro de 1899. Original. ANBA – Processo n.º 99, Lisboa. Sé. Igrejas, Vol. II. Livro 241⁴¹.

REAL ASSOCIAÇÃO
DOS
ARCHITECTOS CIVIS
E
ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES
Praça do Carmo
LISBOA

1899
REPARTIÇÃO
DE
OBRAS PUBLICAS
18 JULHO 1899

Ymo. Exmo. Senhor

V. S. o ministro de Estado e o Sr. secretario do
Conselho Superior de Monumentos Nacionais de present
o Sr. Elvino José de Sousa e Brito

A Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes vem hoje, em cumprimento do honroso encargo que lhe foi, representando a V. Ex.ª sobre um assumpto da mais alta importância patriótica, consciã de que V. Ex.ª com o seu superior criterio e elevada intelligencia, prestara o seu valioso apoio ás instâncias que levaram esta Associação a inquirir do estado em que por todo o paiz se encontra o nosso vasto e rico patrimonio monumental, entregue por mil causas variadas, que V. Ex.ª por certo avalia, a mais completa e condemnavel de protecção, de cujas consequências resultados a perderem-se por completo muitos dos mais valiosos padroes do patrimonio, e obliterarem-se, por maneiros lastimaveis, alguns dos mais formosos e caracteristicos exemplares da tradição e arte que o povoado nos legou.

Esta Associação que desde longa data vem pugnando pela conservação d'ellas reliquias, reconheceu com profunda que os seus esforços n'esta orientação não se tem sido

Recepção das
instancias officiaes

apoiados ou secundados officalmente pelas instancias officiaes para esse fim expressamente creadas; por esse motivo resolveu appellar para todas as dedicacões sinceras e devotas das dos que prestam verdadeiro culto as nossas puras tradições artisticas, sendo-lhes não só o patriótico conselho que a habilitasse a promover uma seria e corvante protecção, mas tambem a communicacão dos resultados obtidos nas suas investigacões locais, de forma que a Associação podesse elucidar utilmente os poderes publicos dos factos, a que urge contra por immediatas medidas, que salvaguardem do seu completo annulamento muitos dos nossos mais importantes e significativos monumentos.

A paiz respondeu brilhantemente a este appello da Associação, e esta é n'este momento possuidora d'um importante peculio de informacões valiosissimas, que muito concorrerão, por certo, para o bom exito das medidas, que posteriormente os Governos de Sua Magestade hajam por bem decretar sobre este

appello aos
poderes publicos

Para resultados
d'este appello

⁴¹ Remetido para o CSMN, em 12 de Julho de 1900, por offício do Director Geral de Obras Públicas e Minas, Adolfo Loureiro. Este offício, de que apresentamos o original, foi impresso com a designação “Representação acerca dos Monumentos Nacionais”, *Boletim de Architectura e Archeologia da RAACAP*, Tomo IX, 4.ª Série, n.º 1, Anno 1901, Lisboa: Typ. Lallement, pp. 41-45. O mesmo *Boletim* publicou a resposta da CE do CSMN, no tomo VIII, p. 183, portanto antes da edição impressa deste documento.

Associação de Artistas
Arquitetos Civis
Livraria Fortes

momentoso e patriótico assumpto. Para
tal fim, resolveu esta associação pro-
curar a Comissão dos Monumentos
nacionais, logo que a julgue por
completo organizada, todos os debui-
mentos que possui, emarados de
campanha por esta iniciada, consci-
da que presta a arte monumental
do seu país um auxílio valioso.
Não basta, por excelentemente longa
e mesmo feroz não pôde a atenção
de V. Ex. a lista de pedunações, protestos
e outras indicações que de muitos
pontos do país recebem, e, porém, julga-
da a illa que apella para a intervenção
valerosa e decisiva de V. Ex., confiada
em que este appello terá o desejado
deprimento.
Logo decreto de 9 de dezembro de
1878 reorganizou V. Ex. a grande Com-
missão de Monumentos Nacionais
demonstrando a fim que a enlaga-
vel actividade do seu esclarecido es-
perito não passava despercebida e a
desprotecção enorme que continua-
va sendo sobre o vasto patrimonio dos
nosos tradições historico-artisticas;
e de facto, que, pela inércia que o detin-

de longa e
estremada
deput. de
7/1/78

Associação
Arquitetos Civis
Livraria Fortes
Livraria

de qualquer peça de valor, levada a effeito
pelo descuido de vandalos conscienciosos e
inconscientes que campeia impune
pelo país, estragando e abastardan-
do tudo quanto a nosos fulgidos e glo-
rioso passado nos legou.
A V. Ex. faria cuell destructora não
escapar em a propria capital e seus
suburbios, onde se tem perpetrado e
continua perpetrando toda a casta
de vandalismos.
Por por isto, commoço d'isto vez
para a V. Ex. nomeou uma Commis-
são de V. Ex. para tratar do plano de
reorganização da de Livra: honra
me seja por isto facto, que veio for-
tando a enorme serie de trabalhos
nos, que por lá se perpetraram, e
aproveitando o enty, lembramos
in este momento a V. Ex. a necessidade
de sobranço, na mesma medida sal-
vadora, o pouco que ja resta do mu-
to que houve de bom no convento de
Cilivellas. A este respecto, esta associa-
ção julga prudente não se dilatar por
alora em considerações, que o aban-
delou, a que foi votado, bto. de V. Ex.
padrão artistico de tradições gual,

Commissão
de Livra
Livraria

mereceu d'ista Associação uma et
pontanea manifestação de sympathia
para com V. Ex. e viu. he tambem
de esperancoso apoio para a eni-
gente cruzada que iniciara, e eni-
mov. a a prosquir n'uma orien-
tação patriótica e decisiva.
O bto. relatorio com que V. Ex.
justifica o decreto e plano organico
da nova Comissão de Monumentos,
aponta fisanalmente tudo quanto
hinda resta a fazer e no sentido de
uma efficaz protecção dos monumén-
tos nacionaes: no sentido plano
organico estabelecido V. Ex. a forma
por que se deve tornar effictiva
esta desejada protecção. Esta Associa-
ção ha sinceros votos para que
mais huma vez se não manifestem
taes patrioticas e beneméritas inten-
ções, e que ellas, no menor tempo
possivel, se possam traduzir em
resultados praticos, resultados que
são necessarios e urgentes de tempo,
porque caso e o dia que se ao con-
cimento d'esta Associação não chege
a noticia de mais um descalabro
aos nosos monumentos, ou de destruc-

Arquitetos

he suggeriu, deica ao criterio de V. Ex.
ou de de Comissão, que para effi-
fim for nomeada, o m. professor se
sobre o que vier a deubar.
A Associação dos Architectos Civis e
Arquitetos portugueses app. a V. Ex.
vistas a occurrir presente para no. para a
par a V. Ex. se de que informas se a
to que se esta plumeiro com refer. a
relicia a Torre da igreja de S. Thomaz
Baptista de Thomaz, um dos mais
interessantes exemplares d'archi-
tectura manuelina occid. no
paiz.
Tobre este assumpto foi de
regida pela imprensa, uma carta,
que e a o bto. para a V. Ex. de
V. Ex. de Instituto publico, pedin-
do se de que na campanha por
esta encetada seja abrangido este
bto. exemplar architettonico, a
fim de que se salve de perigo
imminente, que ameaça a sua
integridade monumental e archi-
teta, pela intervenção perigosa de
pessoa incompetente, a quem se
de não ser entregues as reparações
de que carece.

Carta de Francisco
quarta a
esse effeito.

Para o assumpto da carta que se publicou no jornal A Vanguarda, da 24 de Abril do anno corrente, solicito nos com o maior interesse a prestimosa intervencao de V. Ex. a fim de que, no futuro, esta Associaçao, o pais e a arte em geral não tenham a lamentar mais uma irreparavel perda no nosso ja bem cedo cedido patrimonio artistico. A torre de S. João Baptista de Thomar e, com justiza, considerada um dos mais bellos exemplares no genero, e a sua conservaçao impõe-se a todos os espiritos cultos, que se inte-rem sinceramente por tudo o que signifique um motivo de desenvolvimento nacional. A carta a que nos referimos e por sua natureza bastante elucidada, e, julgamos, desnecessario im-primi mais sobre o assumpto n'este momento, porque estamos plenu-mente convencidos de que V. Ex. com o seu intelligente e superior criterio, mandará inquirir, por pessoa ou pessoas de reconhecida competencia, o que compete fazer e para que

se salve e conserve integro esse bello padrao documental d'arte retrospectiva. Terminando esta supplica ao possivel, a Associaçao dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes congratula-se por vermos conselheiros da Coroa um ministro, que tão vivamente mostrou inter-esse por tudo o que se refere a conservaçao dos monumentos nacionaes, decretando medidas efficazes para sua conservaçao, e pretendendo, assim, um relevantissimo servico d'arte e tradiçoes do pais, e espera confiadamente que, nem tão boas intencoes revelar, decretan-do essas medidas, cumprirão a sua obra benemerita, traduzin-do-as em factos de immediato al-cançe, de forma a salvaguardar efficaz e argentemente todo o que até agora ainda vasto thesouro monu-mental. Tudo o que esta Associaçao possa prestar de servico util a esta cauza, em que tão intima e sincera-mente se empenha, o põe in-conditionalmente ao dispor de



Commissão, a quem V. Ex. se digna con-fiar esse honroso e patriótico encargo, pro-ovando assim esta Associaçao que of seus inte-ros, ad iniciar a campanha de protecçao dos monumentos nacionaes, se orienta-ram exclusivamente nos interesses ge-raes da arte e tradiçoes do pais, e não pelos restrictos e absorventes interesses d'uma collectividade. Terminando, Ex. mo Sr., esta Associaçao reitera os seus offercimentos e pedidos, conscia de que V. Ex. se dignará tomar na devida conta um e outro. Com a mais alta consideraçao nos subscrevemos

Lisboa 23 de Setembro de 1899

Ex. mo Sr. Conselheiro Ebrino José de Sousa Brito,
Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios das Obras Publicas, Comercio e Industria

Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, a Mesa da Assembleia Geral
Lisboa, 23 de Setembro de 1899

Luís Pereira
Eduardo Augusto de Albuquerque, Secretario

Documento 55

1900 (19 de Junho) – *Alocução de Ramalho Ortigão na tomada de posse do cargo de Presidente do Conselho Superior de Monumentos Nacionais*. Acta da sessão de 19 de Junho. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906, pp. 2-6. Livro 259. Inédito.

“Cabe-me a honra de fazer encetar, com a menor perda de tempo, e com a menor porção de aparato discursivo compatível com as praxes estabelecidas, os trabalhos confiados ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Do desempenho da missão que lhes foi confiada assumem os cidadãos de que compõem esta assembleia a mais grave das responsabilidades perante a consciência nacional e perante a opinião do mundo. Porque não é somente nas secretarias de Estado, na imprensa periodica e nos circulos inquietos do diletentismo local que teem de ser julgados os nossos actos. A solidariedade da civilização é o mais alto dos phenomenos sociaes que balisam o progresso do nosso tempo. A immundicie de um simples casebre no mais humilde bairro de uma modesta cidade de província, encravada nos confins da Europa, ainda há pouco vimos, que abalou a hygiene de todo o mundo. Ao primeiro rebate do telegrapho, Londres, Paris, Berlim, Madrid, S. Petersburgo, Washington, Bruxelas a Haya enviam delegados expressos à rua da Fonte Taurina, a fim de que a enfermidade de um pobre carrejão portuense não contamine o globo. Os phenomenos da saude de um povo não tem menos importancia internacional do que os seus casos de doença contagiosa. Na Inglaterra a sociedade protectora dos monumentos antigos funda-se, por iniciativa de Mackmurdo e de William Morris, com o fim immediato de evitar que se restaurem os capiteis da columnata no Palacio Ducal de Veneza. A critica ingleza teve ainda muito recentemente a ocasião de intervir outra vez junto do governo italiano com o fim de obstar a que se procedesse à lavagem por emprego de ácidos, do campanillo de Giotto no duomo de Florença.

As ruínas, tão desamparadas, dos nossos grandes edificios historicos, juntamente com dois ou tres livros, alguns roteiros e portulanos, algumas taboas pintadas dos seculos XV e XVI, algumas raras peças da nossa ourivesaria e do nosso antigo mobiliario, juntamente com os restos tão tenazmente sobreviventes de algumas das nossas industrias populares, são tudo quanto ainda nos resta para documentação gloriosa da historia do genio portuguez e da originalidade artística da raça a que pertencemos.

Este glorioso deposito, que hoje se entrega à nossa guarda, não é somente um sagrado patrimonio de família legado por nossos avós, é tambem uma parte integrante da riqueza collectiva da humanidade, a qual inflexivelmente nos ha de julgar para o respeito ou para o desprezo que lhe merecemos.

Os monumentos architectonicos, assim como todas as demais riquezas artisticas de uma nação, não se guardam pela intervenção policial da força. Em nenhuma parte a lei de protecção às obras de arte é tão rigorosa como na Italia, o que todavia não tem obstado a que muitas peças preciosas, ainda nos ultimos tempos, tenham ido e continuem a ir, como de Portugal, a enriquecer as collecções estrangeiras. Os monumentos e os objectos de arte nacional guardam-se unicamente pelo amôr do povo, uma vez acordado para a consciência e para o orgulho de si mesmo.

A missão de arte – e portanto de religião e de poesia – de que nos achamos investidos consiste simplesmente em proteger ensinando a amar. E só o conseguiremos com exito e com honra dando nós mesmo o exemplo das virtudes caracteristicas do amôr, que são o desinteresse, a abnegação e o carinho. A comissão em que estamos servindo não comporta, além d'esses, a ostentação de outros dotes que não sejam o saber technico das artes plasticas, a erudição dos archeologos, a

variada cultura mental dos criticos d'arte e o methodo perseverante e altamente meritorio dos simples papelistas.

Não nos cabe prestar ao Estado serviços aparatosos que o interessem na politica, na economia, ou na administração publica. O poder de que dispomos é de ordem puramente espiritual. Somos – a bem dizer – os serviços de uma religião – a religião da belleza nacional. O objecto d'ella é defender perante as prerrogativas da raça o dogma esthetico na sua maxima pureza, cathechizando o povo no culto da sua tradição e da historia do seu passado, transmitida de idade em idade, atravez dos seculos, pelos monumentos da arte que ainda esmaltam a superficie do solo portuguez, como outros tantos padrões de legitima posse, plantados pelo genio do habitante sobre a terra sagrada em que nasceu, e pela defeza da qual elle tem a obrigação rudimentar de dar a vida, porque o sangue que nos circula nas veias é tambem como a seiva da arte, uma herança que tanto pertence ao usufructo da nossa geração como à honra e ao decoro d'aquelles de quem descendemos.

Se por um lastimavel effeito das nossas imperfeições pessoas deixarmos desfazer este nucleo de protecção aos monumentos historicos e à arte portugueza, a nossa cumplicidade na dissolução por inercia, de que está combalida a sociedade portugueza, será enorme e irresgatavel.

Consideremos que o trabalho que nos está confiado é a base fundamental de uma obra mais complexa, a cuja realização só muito lentamente se poderá chegar pela conjugação de muitos esforços. Essa obra, de importancia capital, não **consente** para a arte, mas para todas as outras expressões da actividade publica, é a da «renacionalização» do povo portuguez.

Possa a alta comprehensão d'esta verdade alumiar de uma clara luz inextinguivel os trabalhos do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, ao qual – bem immerecidamente – tenho hoje a honra de presidir”.

Documento 56

1900-1911 – *Levantamento dos processos administrativos do CSMN/COMN (1900-1911)*. ANBA – Igrejas, Volumes I, II e III, Livros 240-242 e Livro 244.

Processos	Designação	Monumentos	Outros associados	Outros, idem	Outros, idem
1	Abrantes	Igreja de São Vicente Mártir			
2	Abrantes	Igreja de Santa Maria do Castelo			
3	Albergaria a Velha	Lápide			
4	Alcobaça	Convento			
5	Alcobaça (Freguesia de Cós)	Mosaicos Romanos			
6	Alenquer	Convento de São Francisco (foi para o Ministério)			
7	Alenquer	Igreja de Santa Maria da Várzea			
8	Almada	Convento de S. Paulo			
9	Almoster	Mosteiro			
10	Amarante	Igreja de S. Gonçalo			
11	Areias de Vilar, Barcelos	Igreja			
12	Aveiras de Cima	Igreja de Nossa Senhora da Purificação			
13	Aveiro	Convento das Carmelitas			
14	Avis	Igreja			
15	Batalha	Igreja matriz			
16	Batalha	Mosteiro			
17	Beja	Igreja da Conceição			
18	Beja	Fortificações			
19	Braga	Castelo			
20	Braga (Concelho de Vila do Conde)	Igreja matriz de São Cristóvão de Rio Mau			
21	Viseu	Sé	Cava de Viriato		
22	Braga	S. Pedro de Rates	S. João Baptista de Vila do Conde	S. Salvador de Arnoso e Serzedello	S. Salvador de Fonte de Arcade
23	Viseu	Porta do Arco das antigas Muralhas			
24	Vila Nova de Foz Coa	Igreja Matriz			
25	Braga	Sé			
26	Bragança	Antiga Casa da Câmara			
27	Bragança	Peças de artilharia			
28	Bragança	Torre			

29	Caminha	Igreja matriz	Ponteda Barca, igreja de Bravães	Viana do castelo, Igreja de S. Cláudio	
30	Cantanhede	Capela da Varziela			
31	Cascais	Cidadela			
32	Castro de Avelãs	Mosteiro			
33	Cête	Mosteiro			
34	Cesimbra	Praça marítima			
35	Coimbra	Convento de Santa Clara			
36	Coimbra	Convento de Santo António dos Olivais			
37	Coimbra (Freguesia de S. Silvestre)	Convento de S. Marcos			
38	Coimbra	Igreja de Santa Cruz			
39	Coimbra	Igreja de São Bento			
40	Coimbra	Mosteiro de Santa Maria de Celas			
41	Coimbra	Sé Velha			
42	Eiriz (Paços de Ferreira)	Citânia de Roriz			
43	Elvas	Castelo			
44	Estremoz	Capela da rainha Santa Isabel	Capela de S. José		
45	Vila Real	Capela de S. Brás			
46	Estremoz	Castelo	Palácio de D. Dinis	Torre de Menagem	
47	Feira	Mosteiro de Pedroso			
48	Vila do Conde	Igreja Matriz			
49	Évora	Convento de S. Francisco			
50	Évora	Ermida de S. Brás			
51	Évora	Sé			
52	Évora Monte	Castelo			
53	Faro	Museu Arqueológico "Infante D. Henrique"			
54	Feira	Castelo			
55	Felgueiras	Casa de Simões			
56	Flor da Rosa	Egreja			
57	Felgueiras	Egreja do antigo Convento do Pombeiro	Capela de Sergude	Freguesia de Margaride, Santuário de Santa Quitéria	Igreja de S. Vicente de Sousa
58	Felgueiras (Vizela)	Capela da Tocha	Santo Adrião de Vizela		
59	Felgueiras	Igreja de São Martinho de Curamos			

60	Vila Boa, Freguesia de S. Miguel, Satém, Viseu	Capela de Nossa Senhora da Esperança			
61	Viana do Castelo	Igreja de S. Domingos			
62	Freixo de Espada à Cinta	Igreja Matriz			
63	Grijó, Vila Nova de Gaia	Mosteiro (ataúde de D. Rodrigo Sanches)			
64	Guarda	Sé			
65	Horta	Convento dos Jesuítas			
66	Lagos	Igreja de Santo António			
67	Leça do Balio	Mosteiro. Igreja paroquial			
68	Leiria	Capela de S. Pedro			
69	Leiria	Castelo			
70	Leiria	Sé			
71	Lisboa	Arsenal do Exército			
72	Lisboa	Capela de São Bartolomeu Joanes			
73	Lisboa	Castelo de S. Jorge			
74	Lisboa	Ruínas do Convento do Carmo			
75	Lisboa	Convento do Coração de Jesus, vulgo da Estrela			
76	Lisboa	Convento das Francesinhas			
77	Lisboa	Convento dos Jerónimos			
78	Lisboa	Convento dos Jerónimos(projecto Estrela)			
79	Lisboa	Convento dos Jerónimos (projecto João de Belém)			
80	Lisboa	Convento dos Jerónimos (projecto Por Bem)			
81	Lisboa	Convento de Santa Ana			
82	Lisboa	Convento de Santa Joana			
83	Lisboa	Igreja da Conceição Velha			
84	Lisboa	Igreja da Madre de Deus em Xabregas			
85	Lisboa	Igreja da Penha de França			
86	Lisboa	Igreja de Santa Engrácia			
87	Lisboa	Igreja de Santo António da Sé			
88	Lisboa	Escola Médica			
89	Lisboa	Estátua equestre de D. José I			
90	Lisboa	Mausoléu de Almeida Garrett			
91	Lisboa	Memoria do Chão Salgado de Belém			
92	Lisboa	Monumento dos Restauradores			

93	Lisboa	Monumento a Sousa Martins			
94	Lisboa	Muralhas de D. Fernando			
95	Lisboa	Paço da Ajuda			
96	Lisboa	Palácio da Justiça			
97	Lisboa	Palácio do Marquês da Foz			
98	Lisboa	Praça do Comércio			
99	Lisboa	Sé			
100	Lisboa	Torre de Belém			
101	Lorvão	Mosteiro			
102	Mafra	Convento			
103	Mafra	Igreja de Santo André			
104	Maia	Igreja paroquial de Águas Santas	Igreja paroquial de Moreira		
105	Marco de Canavezes	Igreja paroquial de Alpendurada	Igreja paroquial de Vila Bom do Bispo		
106	Mértola	Fortificações			
107	Moncorvo	Igreja matriz			
108	Monforte	Ponte sobre o Avis	Santuário de Assumar		
109	Óbidos	Pelourinho e Cruzeiro			
110	Odivelas	Mosteiro de S. Dinis			
111	Oeiras	Mosaico Romano da Rua da Alcáçova			
112	Outão	Torre			
113	Paços de Ferreira	Mosteiro de São Pedro de Ferreira			
114	Paço de Sousa	Mosteiro			
115	Palmela	Castelo			
116	Paredes da Beira	Igreja			
117	Pedroso	Igreja matriz	Serra do Pilar, Templo	Vilar de Carneiro, Igreja matriz	
118	Boelhe (Penafiel)	Igreja de S. Gens			
119	Penamacor	Capela do Hospital de Santo António			
120	Porto	Igreja do extinto Mosteiro de Santa Clara			
121	Porto	Igreja de Cedofeita e outras	Igreja dos Clérigos	Igreja da Lapa	Igreja de S. Bento; Igreja de S. Francisco; Igreja da Vitória

122	Mindelo, Porto	Monumento do desembarque de D. Pedro IV, do Mindelo			
123	Porto	Sé Episcopal	Paço Episcopal		
124	Póvoa do Varzim	Castelo	Igreja matriz	Paços do Concelho	Pelourinho
125	Sabugal	Castelo			
126	Sagres	Fortificações			
127	Santarém	Capela da Piedade			
128	Santarém	Convento de Santa Clara			
129	Santarém	Igreja da Graça	Sepultura de Pedro Álvares Cabral		
130	Santarém	Igreja de S. João de Alporão			
131	Santarém	Torre das Cabaças			
132	Santo António da Barca	Forte			
133	Santo Tirso	Claustro da Igreja matriz	Igreja de S. Pedro de Roriz	Igreja de S. Miguel de Vilarinho	
134	São Julião da Barra	Praça			
135	Setúbal	Igreja de Jesus			
136	Setúbal	Igreja de Santa Maria da Graça			
137	São João de Tarouca	Igreja matriz			
138	Terena (Redondo)	Castelo			
139	Tomar	Castelo de Gualdim Paes			
140	Tomar	Convento de Cristo			
141	Tomar	Igreja de Santa Iria			
142	Tomar	Igreja de Santa Maria dos Olivais			
143	Tomar	Igreja de São João Baptista			
144	Tomar	Padrão de Nuno Álvares Pereira	Ermida de S. Lourenço		
145	Tomar	Ruínas de Nabância			
146	Trafaria	Capela			
147	Tralhariz (Carrazeda de Anciães)	Ruínas romanas da Quinta da Ribeira			
148	Viana do Alentejo	Castelo			
149	Viana do Castelo	Muralhas			
150	Viana do Castelo	Torre de Santa Ana			
151	Anciães	Igreja de S. João	Num maço com outros processos	Igreja do Salvador incluído	

152	Lisboa (numeração nova, pois repetia-se com o n.º 152 da Sé de Miranda)	Igreja da Graça			
153	Noudar	Castelo			
154	Sacavém	Igreja			
155	Vilela (Paredes)	Mosteiro			
156	Miranda do Douro	Sé			
157	Porto	Torre de Pedro Sem			
158	Lousã	Castelo			
159	Vilar do Paraíso	Igreja matriz			
160	Fundão	Pelourinho			
161	Povos	Pelourinho			
162	Coimbra	Igreja de S. Tiago e escadas de São Tiago			
163	Azurara	Igreja paroquial			
164	Lisboa	Igreja dos Anjos			
165	Monção do Minho	Igreja matriz			
166	Alandroal	Castelo			
167	Nabancia	Ruínas	Processo de 1882		
168	Marvão	Praça de Marvão ou Castelo			
169	Queluz	Paço			
170	Aveiro	Cruzeiro de N.ª S.ª da Glória			
171	Santarém	Igreja matriz (Marvila)			
172	Lisboa	Teatro D. Maria II			
173	Estrada de Santarém a Peniche Km 34	Arco do Rei ou Memoria do Rei			
174	Santarém	Convento de São Francisco			
175	Ponte de Lima	Ponte sobre o Lima			
176	Porto	Hospital Geral de Santo António			
177	Vila Velha de Rodão	Pelourinho			
178	Cidadelhe (Pinhel)	Igreja de Cidadelhe e Capela de S. Sebastião na mesma Freguesia			
179	Louriçal	Igreja do Convento do Louriçal	-		
180	Campo Maior	Castelo	-		
181	Benfica	S. Domingos. Capela dos Castros			
s/n.º	Dolmens	Vários			
s/n.º	Academia de Ciências de Portugal				

Documento 57

1901(circa) – Minuta de ofício enviada por Ramalho Ortigão ao Ministro das Obras Públicas a propósito da questão da compra do Palácio Foz. Ofício n.º 31. Minuta autografa. ANBA – Processo n.º 97 – Lisboa. Palácio Marquês da Foz. Igrejas vol. II, Livro 241. Inédito.

[Papel timbrado do Conselho dos Monumentos Nacionaes]

Fol. 1

Ill.mo Ex.mo Snr.

Queira V. Ex.^a primitir que o officio n.º (espaço) que acabo de dirigir a V. Ex.^a como interprete dos sentimentos do Conselho Superior dos Monumentos eu cumpra o dever de acrescentar algumas considerações de character pessoal concorrentes ao assumpto do mesmo officio.

Fol. 2

Na qualidade de vogal da extincta Commissão dos Monumentos Nacionaes eu tive occasião de elaborar, de acordo com o architecto snr. Ventura Terra, um parecer relativo à conclusão do edificio dos Jeronymos, que a dita Commissão unanimemente approvou e que opportunamente foi enviado a Sua Ex.^a o Ministro das Obras Publicas, que o pedira. Segundo o alludido projecto, acompanhado dos competentes desenhos, a parte meridional do edificio annexo à egreja dos Jeronymos estaria completa para receber o museu instalado nas Janellas Verdes no dia que em Lisboa se celebrou o Centenario da India, sendo o orçamento d'essa obra feito pelo sr. Ventura Terra da quantia de 36 contos de reis. Por essa occasião eu enunciei o principio de que, nas obras de um paiz assim

Fol. 2 a

como nas de um particular, todo o erro de economia é tambem, aos meus olhos, um erro de esthetica.

Seria da mais lastimosa incoherencia moral que eu tivesse hoje a respeito da applicação dos dinheiros publicos às coisas d'arte opinião diversa da que tenho ha 3 annos. Persiste em mim a convicção de que o estudo dos meios pecuniarios de que dispõe o governo deve preceder o de toda a despesa que em nome da arte se se lhe aconselhe. O esthetico John Ruskin, o grande pontífice da religião da belleza e da arte, pregava: “Não tenhas dividas. Morre de fome e vae para o céu, mas não peças dinheiro emprestado. Mendiga. Não se prohibirei que roubes se isso te for realmente indispensável. Mas nunca compres coisa que não tenhas dinheiro para pagar.”

Fiel a este preceito, convicto de que a missão social

Fol. 3

da arte é a de augmentar a felicidade dos homens, eu tenho por inaccessible as alegrias da natureza e às consolações da poesia transmittidas pela alva dos maiores artistas do mundo, todo o homem e todo o povo a quem as duras miserias da vida emurcheceram e esterilisaram a candura da alma e a serenidade do coração.

Postos estes principios e dado o presente estado do thesouro portuguez, V. Ex.^a facilmente comprehendera que – auctor do parecer apresentado ao ministerio das Ob. Publicas em Junho de 1897 acerca da urgência de se concluir a obra de Belém – eu não posso hoje subscrever a opinião de que se compre por centenas de contos de

reis um palácio particular, que é um aformoseamento publico, enquanto se não tiver fechado a brecha do edificio dos Jeronymos, que é uma vergonha nacional.

Fol 4

Deus guarde a V. Ex.^a etc.

Lx 14-V-1901

P.^a o Com.^o D.^{or} G.al de Obras publicas e Minas

(a) R. Ortigão

Fol 5

& As municipalidades portuguezas creio que não tomaram parte nos congressos a que me refiro, e supponho que os regulamentos porque se dirigem e policiam as construcções da cidade não habilitam a vereação lisbonense a resolver o problema de que se trata, e do qual não pretendo eu formular uma solução.

Sou apenas incumbido de transmittir a V. Ex.^a os votos d'este Conselho para que não seja demolido o palacio de que é proprietario o Snr. Marquez da Foz.

Sendo possivel que da interpretação inductiva d'este officio se possa deprehender que eu procuro tacitamente suggerir a V. Ex.^a a compra pelo estado do edificio a que me refiro, cumpre-me especificar bem claramente que o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, de que tenho a honra de ser interprete, me não auctorizou a emitir esse alvitre,

[papel cortado]

Documento 57 A

1901 (19 de Março): *Carta de Alfredo de Andrade a agradecer o título de vogal honorário conferido pelo Conselho Superior de Monumentos Nacionais*. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Lisboa 19 de Março de 1901

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

O título de vogal honorario que o Conselho superior dos monumentos nacionaes me quiz conferir sob proposta de V.^a Ex.^a que d'elle é dignissimo Presidente é um attestado de benevolencia que aprecio summamente.

É para mim de grande satisfação o saber d'este modo que n'este canto da Europa em que nasci, ainda ha quem aprecie os esforços que um compatriota faz desde ha quarenta annos para que pelo que lhe diz respeito e por quanto está nas suas forças o nome de Portugal não seja esquecido nas luctas da arte. Esta tem sido sempre lá fora a minha divisa.

Aceite pois Ex.mo Sr. Presidente os meus agradecimentos por esta prova de benevolencia e me creia sempre seu admirador e creado.

Alfredo d'Andrade

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Presidente do Conselho Superior dos monumentos nacionaes
Lisboa

Documento 57 B

1901 (2 de Maio) – *Memória descritiva e orçamento para o restauro do claustro D. João III, em Tomar, apresentado pelo architecto Luís Caetano Pedro de Ávila ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*. ANBA – Processo n.º 140 – Tomar. Convento de Cristo. Igrejas, Vol. III, Livro 242. Inédito.

Orçamento por estimativa para restaurar o bello claustro da renascença (da Roma Moderna) de D. João 3.º (vulgarmente chamado dos Filippes) em Thomar⁴².

Não tendo tido tempo sufficiente nem facilidade por causa de muitissimo pouco tempo, de que pude dispor com pessimo tempo, chuva e ventania, e não havendo ahi utensilios necessarios, fui tomando medidas como pude para obter a imagem aproximada d'um dos alçados do claustro para fazer o orçamento a vista do desenho, que acompanha.

Para restaurar esse claustro, como deve ser, parece-me, que toda a corniche da ordem dorica, e a da jonica deve ser apeada, substituida por uma nova, por estar muito carcomida, e não deve ser remendada com boccados novos, por que daria um aspecto horrivel. Sem isso vale mais conservar como elle está, e como é opinião dos Ingleses para a conservação dos seus monumentos historicos.

O orçamento estimativo

Corniche Dórica	93m x 0,70 x 1,00 = 65,10 m3	
Dita Jónica	“ “ “ = 65,10 m3	
	Soma	130,20 m3 a 50\$000 = 6:510\$000
24 goteiras novas		a 8\$000 = 192\$000
Reporte		6:702\$000
2 capiteis jónicos novos, a 20\$000		40\$000
8 ditos para consertar a 3\$000		24\$000
15 balustres para janellas a 5\$000		75\$000
Alguns parapeitos de janellas de 1,90, 1,20, 0,70		60\$000
Alguns soccos estragados		40\$000
24 balaustres grandes p. ^a platibanda a 8:000		192\$000
148 balaustre pequenos da platibanda a 5:000		740\$000
94 m de parapeito a 3\$000 (cimalha)		282\$000
Lageamento novo no pateo 20,60 x 20 x 60 a 3:000		373\$080
	Soma	8:528\$080
Vários concertos nos pequenos capiteis jónicos, architrave e outros pequenos concertos a (...)		100\$000
A limpeza geral do musgo, e em seguida banho do silicato de zinco e depois inducto para aproximar a cor da cantaria velha		250\$000
	Soma	8:878\$080
		<u>6,5.....</u>
		2.378\$060

Lisboa, 2 de maio 1901

L. C. Pedro d'Avila

⁴² Este orçamento era acompanhado por uma planta parcial e respectivo alçado, do mesmo architecto, que se publica na parte da Cartografia [Des. 29].

Documento 57 C

1901 (30 de Outubro): *Parecer do Architecto do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Luís Caetano Pedro de Ávila sobre construções anexas junto da Igreja de S. João Baptista de Thomar*. ANBA – Processo n.º 143 – Thomar. Igreja de S. João Baptista. Igrejas, Vol. III, Livro 242.

Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes

Por ordem da Ex.^{ma} Comissão Executiva dos Monumentos Nacionaes fui a Thomar para me informar sobre o communicado do vogal da Comissão em Thomar, S.^r. Manoel Henrique Pinto, que falla sobre o vandalismo praticado na Igreja de S. João Baptista d'aquella cidade.

Depois d'um detido exame do monumento e ter tido uma conferencia com os Sr.^{es}. Director da Escola Jacome Ratto (Manoel Henrique Pinto), D.^{or} José Augusto Rodrigues (prior de Thomar), e proprietario das casas e terreno adjacentes á Igreja de S. João, entendo que seria melhor transportar aqui a imagem d'aquella notavel Igreja com os terrenos circumvizinhos com as indicações dos vandalismos praticados sobre aquelle notavel templo para assim submeter á apreciação da Ex.^{ma} Comissão.

Para esse fim tive de levantar a planta da Igreja e dos terrenos circumvizinhos, bem assim como uns croquis das fachadas para melhor apreciar á vista da imagem. A Igreja de S. João Baptista da cidade de Thomar tem a sua fachada principal sobre a grande praça denominada, Praça de D. Manoel, e defronte dos Paços da Camara Municipal: a esquerda a Rua da Corredôra a direita a de S. João, e no fundo as casas hoje em demolição.

Esta Igreja é d'uma construção importante pela sua arte, e pela sua historia. No sitio d'ella existia uma capella do mesmo santo, fundada pelo tempo de D. Gualdim Pães, a qual no reinado de D. João II foi transformada na que existe hoje.

Predomina em toda ella, o modo architectural manuelino na sua fase primitiva em que as reminiscencias gothicas são patentes e claras.

A torre d'alto corrocheo, é um dos mais belos specimens que se levanta em Portugal, e o portal da Igreja é rico e admiravelmente ornamentado, e tal maneira rico, que eu não o teria podido copiar em menos de 10 dias.

A igreja tem 3 naves, divididas por 5 aleãs ogivaes.

A uma das columnas d'estes arcos a esquerda ha um soberbo e magnifico pulpito que, sem duvida é um exemplar dos mais ricos e bellos no genero.

A capella-mor é ornamentada de rica talha que contorna valiosos quadros a oleo pertencentes a nossa esplendida escola de pintura.

O exterior d'esta capella-mor era contornado por edificios que hoje estão demolidos, havendo entre estas e aquella espaços exiguos para dar a luz no interior da Igreja.

Ha algumas janellas tapadas com as edificações exteriores alheias ao Templo.

Visto por mim o que existe realmente ha vandalismo de se terem aberto uns buracos nas paredes do fundo e aberto um poço quasi ao pé do alicerce d'esta mesma parede, chaminés, servindo-se das paredes do templo, etc. Consultando do dono do predio demolido para saber d'elle o proposito em que estava, disse-me que queria abrir uma rua entre o seu novo predio e a parede do fundo, e entre os espaços abertos e a rua mandava construir umas pequenas casas.

Se as casas forem muito pequenas e não forem altas e não tocar as paredes da Igreja como d'antes, a meu ver o prejuizo não será grande, havendo da parte do delegado, e da parte da Parrochia a precisa vigilancia para não se fazer novos vandalismos.

Accresce mais que o dono não sendo possuidor do genio patriotico, querendo uma grande quantia pelos pedaços do terreno ja referido, quantia que elle deu pela antiga casa (segundo consta 1:400\$000 rs) e ainda quer ficar com parte d'esta para abrir a tal rua e mais pequenas construcções.

Lisboa 30 d'outubro 1901

Luiz Caetano Pedro d'Avila
Arch.^o do Cons.^o Superior dos Monumentos Nacionaes

Documento 58

1901 (14 de Agosto) – *Método para o restauro dos monumentos conforme a deliberação da reunião da Comissão Executiva, por proposta de Augusto Fuschini, Presidente da referida Comissão.* Minuta. ANBA – Livro 248. Inédito.

N.º 51

Director Geral de Obras Públicas

Sabendo esta Com.^{são} Executiva que o Ex.mo Sr. Ministro das Obras Publicas determinou a applicação da somma de 10:000\$000 reis, durante o corrente anno economico, para restauração de alguns monumentos nacionaes, resolveu a mesma commissão, depois [de] ponderada discussão, applicar esta verba aos seguintes monumentos:

Claustro denominado dos Fillipes no Convento de Christo em Thomar.

Claustro principal do Convento de Alcobaça, na villa do mesmo nome.

Fachada da Igreja de S.^{ta} Cruz, na cidade de Coimbra.

D'estes trez monumentos, cujo valor artístico e historico ninguem desconhece, carecem os dois primeiros de algumas obras indispensaveis para a propria conservação; é, pois, favoravel ensejo para iniciar ao mesmo tempo a respectiva restauração. O terceiro, tendo tido ha pouco uma restauração interior, conserva a fachada n'um lastimoso estado, impropria de uma importante e concorrida cidade, como é a de Coimbra.

É fundada deliberação d'esta Commissão Executiva seguir o verdadeiro methodo de restauração dos monumentos que em primeiro logar consiste em preserval-os da crescente ruina e depois em reparal-os⁴³ delicadamente sem lhes tirar o cunho de antiguidade ou alterar-lhes o character e o valor do estylo, o que se consegue renovando tão somente os elementos necessarios para a sua conservação, que a acção do tempo tenha arruinado profundamente ou destruido por completo.

N'estas condições, julga a Com.^{são} Ex.^{va} que as restaurações propostas não serão dispendiosas e se poderão realizar em menos de dois annos.

Reconhece esta Com.^{são} que é assás difficil organizar orçamentos exactos para obras de restauração d'esta natureza; todavia, julga conveniente que estes orçamentos se façam com a possivel exactidão. Assim, pede a V. Ex.^a se digne determinar que pelas Direcções das Obras Publicas dos Districtos, em que existem os monumentos, se proceda com a maior brevidade ao orçamento das respectivas obras de conservação e restauro, em conformidade com as idéas acima expostas e d'accordo com esta Com.^{são} Executiva.

Não se refere esta Com.^{são} ao Convento dos Jeronymos, em Belem, porque esta obra de importante despesa, constitui uma verdadeira construção nova, para a qual não existe projecto, porque até hoje não consta ter algum dos estudados⁴⁴ merecido completa aprovação.

Enquanto á Sé de Lisboa, antes de ter a restauração methodica da parte que é possivel restaurar com relativa economia – as fachadas e o claustro – sabe S^a Ex.^a o ministro, como o disse no meu precedente officio n.º 46 de 25 de Julho próximo findo que é indispensavel fazer algumas obras para accomodação do pessoal do serviço religioso e para limpeza de um monumento publico da capital, que se encontra em vergonhoso estado.

(...)

Lx 14 de Agosto de 1901

O Presidente

[Augusto Fuschini]

⁴³ A minuta foi rasurada pelo redactor e escrito por cima de “restaural-os” a palavra “repara-los”, em substituição da anterior.

⁴⁴ Rasurado: “existentes”.

Viannenses!

Vão demolir a torre de Sant'Anna! — Qual de vós, filhos d'esta formosa terra, deixará sem protesto tamanho desacato?!

Tal como gigante impavido no seu posto, ha perto de quatro seculos, e nem os raios do céu, nem os tufões do norte, nem os abalos da terra a deslocaram da base, para, emfim, entidades extranhas, alheias aos vossos interesses e ás cousas que vos são caras, transformarem em montão de ruinas o enlevo de tantas gerações!

Dizem que n'um projecto, que desconheço, se determina a demolição da preciosa torre, em todo o paiz segunda no seu genero, reconstruindo-a n'outro lugar, com as mesmas vetustas pedras, branqueando a picão e cinzel o acroterio, rendilhado e as rosaceas delicadas, como pós d'arroz em faces venerandas!

Altere-se o projecto e respeite-se o monumento, que é insubstituivel.

Quem seria o desastrado *architecto* que subordinou esse bello producto da mão do homem á traça do edificio novo?

Condemnaram-te á morte, reliquia contemporanea de Portugal opulento, mas os iniciados nos mysterios do tenebroso plano não hão de escarnecer, impunemente, d'uma cidade inteira!

E, para levar a effeito tão justas intenções, ligando ao opprobrio, n'este ultimo arranco, essa iniquidade extrema, conto com o protesto de vós todos.

Vianna do Castello, 30 de agosto de 1901.

Documento 60

1901 (30 de Dezembro) – *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos.* Decreto sancionado pelo Ministro das Obras Públicas, Manuel Francisco Vargas. In *DG*, n.º 153, 12 de Junho de 1902. Extraído de *Monumentos Nacionaes Portuguezes: legislação*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, pp. 40-44.

40

cutar. Paço, em 30 de dezembro de 1901. — REI. — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Arthur Alberto de Campos Henriques* — *Fernando Mattozo Santos* — *Luis Augusto Pimentel Pinto* — *Antonio Teixeira de Sousa* — *Manoel Francisco de Vargas*.

Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionaes, e bem assim dos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos publicos.

Artigo 1.º Os imóveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente, pelo seu valor historico, archeologico ou artistico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionaes pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria.

Art. 2.º A classificação será feita por decreto precedendo consulta ou proposta do Conselho dos Monumentos Nacionaes.

§ 1.º Quando o imóvel pertencer ao Estado e não estiver a cargo do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, será previamente ouvido acerca da classificação o Ministerio em cuja posse o imóvel se encontrar.

§ 2.º Os imóveis pertencentes a corporações administrativas serão classificados mediante previa informação da respectiva corporação e do Ministerio do Reino.

§ 3.º Os imóveis que forem propriedade particular poderão ser classificados com assentimento do proprietario,

41

devendo ser especificadas no respectivo decreto as clausulas a que fica sujeita a classificação.

Art. 3.º As contestações suscitadas pela interpretação e pela execução das clausulas, a que se refere o § 3.º do artigo precedente, serão resolvidas pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, com previa audiencia do Conselho dos Monumentos Nacionaes e, quando seja necessario, da Procuradoria Geral da Corôa e Fazenda.

§ unico. As servidões, resultantes da classificação, permanecerão inalteraveis, ainda quando o imóvel mudar de proprietario.

Art. 4.º Os imóveis classificados nos termos do presente decreto não poderão ser destruidos no todo ou em parte, nem soffrer qualquer trabalho de reparação ou modificação sem licença do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, depois de ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionaes.

§ unico. As servidões de alinhamento não são applicaveis aos imóveis classificados.

Art. 5.º Quando o proprietario de um imóvel se oppuser á classificação d'este, poder-se-ha proceder á expropriação por utilidade publica, mediante lei especial que a auctorize, depois de verificada a indispensabilidade da expropriação e de haver sido ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionaes.

§ unico. A expropriação de que trata este artigo poderá tornar-se extensiva aos terrenos em que se encontrem monumentos megalithicos, grutas prehistoricas ou castros, limitada, porem, á superficie absolutamente indispensavel para a conservação dos monumentos, grutas ou castros e para as pesquisas que hajam de se effectuar.

Art. 6.º A classificação dos imóveis poderá ser anulada, observando-se as formalidades que a tiverem precedido, a solicitação das estações officiaes a que estiverem entregues ou da corporação ou individuo a que pertençam.

Art. 7.º Os imóveis classificados pertencentes ao Estado ou a corporações ou institutos sujeitos á tutela administrativa, não poderão ser alienados sem previa audiencia do Conselho dos Monumentos Nacionaes.

Art. 8.º As disposições do presente decreto são applicaveis aos monumentos historicos classificados antes da sua promulgação, salvo reclamação do proprietario dos imóveis com cuja conservação ou restauração o Estado não haja feito dispendio algum.

§ unico. É concedido o prazo de tres annos para a apresentação das reclamações a que se referê este artigo.

Art. 9.º Os objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos publicos, exceptuando os museus, serão devidamente classificados e inventariados pelo Conselho dos Monumentos Nacionaes.

§ 1.º A classificação tornar-se-ha definitiva se no prazo de tres meses, depois de notificada, não houver reclamação da entidade em cuja posse se encontrem os objectos classificados.

Art. 10.º Os objectos mobiliarios classificados pertencentes ao Estado, são considerados inalienaveis e imprescriptiveis. Quando pertençam a corporações administrativas ou estabelecimentos publicos, com excepção dos museus, não poderão ser restaurados, reparados nem alienados sem auctorização do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, con-

cedida com previa audiencia do Conselho aos Monumentos Nacionaes.

§ 1.º Será considerada nulla e ficará sem effeito a alienação effectuada com infracção d'este preceito.

§ 2.º A autoridade ou entidade que, sem a auctorização prescripta no presente artigo, ordenar, consentir ou não impedir a execução de trabalhos de restauração ou reparação de objectos mobiliarios classificados, ficará obrigada, independentemente de qualquer outra sanção penal, applicavel á infracção da lei, á reposição no estado anterior, a expensas suas, dos objectos por qualquer forma modificados.

§ 3.º Os objectos classificados que tiverem sido alienados contra as perscripções d'este decreto, extraviados ou furtados, poderão ser reivindicados dentro do prazo de tres annos pelos seus legitimos proprietarios ou, na falta d'estes, pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria.

Art. 11.º Quando forem encontrados em terreno publico ou particular, em consequencia de escavações ou quaesquer outros trabalhos, monumentos, ruinas, inscrições ou objectos que interessem a historia, a archeologia ou a arte, ou se tiver conhecimento de que se trata de substituir ou damnificar os já conhecidos ou ainda castros importantes e grutas prehistoricas, o administrador do concelho respectivo providenciará immediatamente, mandando, no primeiro caso, suspender os trabalhos, e no segundo impedindo a destruição ou damnificação. Alem d'isso a mesma auctoridade mandará vedar e, sendo possivel e necessario, aterrar o local archeologico, para lhe assegurar a conservação, e participará o facto ao governo civil do districto, que transmittirá o aviso ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, a fim de

screm pelo Governo tomadas as providencias convenientes, nos termos do presente decreto.

Art. 12.º O Conselho dos Monumentos Nacionaes organizará o cadastro methodico de todos os moveis e mobiliarios por elle classificados.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrario.

Paço, em 30 de dezembro de 1901.— *Manoel Francisco de Vargas.*

Documento 61

1902 (14 de Abril) – Offício de António Augusto Gonçalves, nomeado vogal correspondente de Coimbra, pedindo escusa da nomeação. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Entrada em 15-IV-02

Ilmo. Ex. Sr.

Com a allegação do estado que
cario da minha saúde justifi-
fico a demora de respostas ao
officio de V. Ex.ª, de 20 do mez
passado.

E, ao mesmo tempo que
manifesto a minha gratidão,
com tanto maior vehemencia,
quanto é a convicção de ser
immeritada a honra, com que
o preclarissimo Conselho de
Monumentos Nacionais me dis-
tingue, nomeando-me seu
vogal correspondente, peço a
V. Ex.ª me permitta a escusa
a esse encargo, por moti-
vos que se fundam em opi-
niões de divergencia, que

sobre o assumpto professoes.
Mas nem por isso deixarei de invocar officiosamente a interferencia e accao desse respeitavel Conselho, quando mister seja, na plena liberdade do meu modo de sentir.

Deos guarde a V. Ex.

Coimbra, 14 de abril de 1902

Illmo. Ex. Sr. Presidente
da Comissao Executiva do
Conselho de Monumentos Nacionais

cf. Augusto Goncalves

Documento 62

1902 (31 de Maio) – *Oficio do Director Geral de Obras Públicas e Minas, Silvino Pereira da Silva, enviando a cópia do relatório do engenheiro director da Direcção de Obras Publicas do Distrito de Beja, Augusto César Pais de Faria, onde se analisa a história dos projectos de obras para adaptação da Igreja da Conceição de Beja a Catedral da Diocese de Beja e respectivos orçamentos e se conclui que o monumento devia ter sido objecto de um projecto de restauro da responsabilidade da comissão dos monumentos nacionais. ANBA – Processo n.º 17 – Beja. Igreja de N. Sr. da Conceição. Livro 240. Inédito.*

Secretaria d'Estado dos Negócios
das Obras Publicas Commercio
e Industria

Direcção geral de obras publicas e minas
Repartição de obras publicas

Ill.mo e Ex.º Sr.

Junto remetto a V. Ex.^a copia das conclusões do relatório do Engenheiro director das obras publicas do districto de Beja sobre as obras executadas até hoje na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'aquella cidade que se pretende transformar em Catedral. Alvitra o mesmo engenheiro a solução de passar a restauração e conservação d'aquella egreja para o cargo da commissão executiva dos Monumentos Nacionaes, como sendo a edificação de que se trata um monumento nacional.

N'estas circunstancias peço a V. Ex.^a queira elucidar o assumpto com o parecer do Conselho da digna presidência de V. Ex.^a

Deus Guarde V. Ex.^a

Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, em 31 de Maio de 1902

Ill.mo Ex.mo Sr. Conselheiro Presidente do Concelho dos Monumentos Nacionaes

O Conselheiro Director Geral

Silvino Pereira da Silva

Secretaria d'Estado dos Negócios
das Obras Publicas Commercio
e Industria

Direcção geral de obras publica e minas
Repartição de obras publicas

Copia = Direcção das Obras Publicas do districto de Beja. – n.º 80. Ill.mo e Ex.mo Sr. – Tenho a honra de devolver a V. Ex.^a o incluso officio do Ex.mo Conselheiro Governador Civil d'este districto, datado de 5 de março ultimo, que V. Ex.^a se dignou enviar-me afim de informar acerca do assumpto de que trata o mesmo officio. Cumprindo o determinado por V. Ex.^a tenho a honra de levar ao conhecimento de V.

Ex.^a o histórico das obras desde o seu começo e as importancias já gastas, permitindo-me fazer sobre o assumpto em questão algumas considerações. -----

Em 28 de junho de 1892 foi remetido do Ministerio, em officio n.º 110, o projecto de reparação a fazer na igreja do extincto convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, destinada para Cathedral do Bispado, sendo o orçamento na importancia de 1:270\$000. Este orçamento foi approved e mandado executar em portaria de 10 de fevereiro de 1893; mas no respectivo anno economico de 1892-1893 nenhuma verba se dispendeu nas referidas obras. No anno economico de 1893-1894 fizeram-se despesas por conta do orçamento na importância de 999\$925 reis. Em 19 de Setembro de 1894 foi remetido para o Ministério em officio n.º 100 o projecto do orçamento supplementar para conclusão das reparações e obras a fazer na igreja da Conceição e suas dependências, destinada para a Sé d'esta diocese, na importancia de 2:700\$000 reis. Este orçamento foi approved e auctorizado por portaria de 3 de novembro de 1894 e a dotação foi elevada a 3.970\$000 reis. No anno económico de 1894-1895 fizeram-se despesas na importancia de 2.370\$000 reis e uma despesa total de 3.369\$925 reis. Em 27 de agosto de 1895 foi remetido para o Ministerio em officio n.º 95 o projecto de restauração da igreja da Conceição e seus annexos então considerados já Sé da diocese de Beja, sendo orçado na quantia de 6:205\$230 reis, projecto que não teve approvação superior; mas para as despesas a fazer com as obras da igreja no anno economico de 1895-1896, foram auctorizadas as seguintes verbas: -----

505\$000 reis, por portaria de 12 de outubro de 1895; 380\$000 reis, por portaria de 29 de janeiro de 1896; 500\$000 reis, por portaria de 16 de maio de 1896, perfazendo a somma de reis, 1:385\$000, achando-se assim auctorizada até esta data a importancia de 5:355\$000. No anno economico de 1895-1896, fiseram-se despesas na importancia de 1:485\$000 reis e a despesa total até essa data na importancia de 4:854\$925 reis. Para o anno económico de 1896-1897 foi auctorizado a dispender a quantia de 2:000\$000 reis, por telegramma de 11 de março de 1897, a qual quantia foi elevada a 2:500\$000 por portaria de 11 de junho de 1897 e as despesas feitas n'este exercicio foram de 7:854\$925, sendo a verba auctorizada até essa data de 7:855\$000 reis. Em 4 de dezembro de 1897 foi remetido para o Ministerio em officio n.º 185 um novo orçamento supplementar na importancia de 2:500\$000, que foi approved por portaria de 4 de Janeiro de 1898 e auctorizado a gastar n'esse exercicio 500\$000 reis. No anno economico de 1897-1898 fiseram-se despesas na importancia de 2: 820\$000 reis, sendo a verba auctorizada de 2:820\$305 reis. A verba auctorizada a gastar desde o principio das obras até ao fim do exercicio de 1897-1898 é de 10:674\$925 reis. Mas com relação á dotação total faltava ainda gastar a quantia de 2:000\$000 reis, resto do ultimo orçamento supplementar approved por portaria de 4 de janeiro de 1898. Gastaram-se mais: no exercicio de 1900-1901 a quantia de 49\$855 reis, e no exercicio de 1901-1902 a quantia de 20\$000 reis, sendo as duas verbas superiormente auctorizadas. Resumindo, a dotação para as obras da igreja da Conceição de Beja, eleva-se á quantia de 12:675\$230 reis e compõe-se de duas partes, uma proveniente de orçamentos approved e auctorizados, a outra d'um orçamento não approved mas auctorizado. Os orçamentos approved teem as datas de 28-6º-92, 19-9º-94 e 3-12-97 e as portarias que os approvaram as datas respectivas de 10-2º-93, 3-11º-94 e 4-1º-98 nas importancias respectivas de 1:270\$000 reis, 2:700\$000 reis e 2:500\$000 reis; o orçamento não approved tem a data de 27-8-95 na importância de 6:205\$230 reis, sendo essa importância auctorizada a gastar por portaria de 10-1º-95, 29-1º-96, 16-III-96, telegramma de 11-3º-97, portaria de 11-6-97 e duodécimo do exercicio de 1897-1888. A despesa effectuada até ao presente é de 10:744\$980 reis, resta a dispender um saldo de 1:930#450 reis.-----

A igreja do extincto convento da Conceição de Beja, templo interessante pela sua fabrica por contar com algumas preciosidades artísticas de muito valor e por ter pertencido a um convento que foi celebre, Igreja considerada monumento nacional, podia e devia ter sido mandada restaurar e conservar pela Commissão respectiva;

mas havendo sido cedida por ordem superior ao Ex.mo Bispo da diocese para servir de Cathedral, fizeram-se n'ella reparações e projectaram-se obras de adaptação para o fim proposto. Primeiro que tudo porém devia ter havido cuidado de ver, examinar, e ponderar-se a supra mencionada igreja, conservando a sua primitiva fabrica com as reparações e obras a fazer se achariam condições para se transformar em Cathedral d'uma cidade sede de Bispado e cabeça de districto, ou se tinha que soffrer modificações, alterando-se-lhe a fabrica de modo a dar-lhe vastidão adequada e magestade propria: em qualquer dos dois casos, conviria se fizesse um projecto adequado e no qual deveria de haver interferencia e colaboração de um architecto que possuísse conhecimentos d'esta especialidade, porque se tratava não d'uma construção qualquer e d'uma simples adaptação, mas sim d'um edificio notavel, para satisfazer a um fim que só podia ser satisfeito por um edificio que havia de ter qualidades que aquelle podia não ter. No caso da igreja da Conceição quanto á sua adaptação a Sé, não se organisou o projecto adequado ao fim proposto, houve varios projectos de orçamento suplementar para demolição e reparações e para obras de adaptação á medida que se ia fazendo sentir a sua necessidade, resultando d'isto que as obras que se acham feitas para a adaptação estão muito longe de satisfazer ao seu fim, além das outras que restam por fazer e cuja importancia hade ser muito superior ao saldo da totalidade da dotação. A falta d'um projecto adequado tambem se faz sentir em que a Igreja da Conceição, com quanto seja um templo notavel não tem dimensões sufficientes e adequadas para servir de Sé e para suprir essa falta se lembraram de dar amplitude ao corpo da igreja addicionando-se-lhe o côro chamado baixo, que estava separado da mesma, tendo uns 10,0 m de comprimento de modo que ficou sendo uma galeria com forma imprópria para o fim que se tinha em vista. Em conclusão, não tendo havido um projecto adequado para a adaptação a Cathedral e havendo sido já gasto em obras a quantia de 10:744\$780 reis ficando ainda muitas outras por fazer e cuja importancia hade ser muito superior ao saldo de 1:930\$450 reis da totalidade da dotação approvadas para no fim ficar muito a desejar essa adaptação tal como se acha projectada, entendo que será preferivel commetter-se o cargo da restauração e conservação da Igreja da Conceição como monumento Nacional á commissão respectiva, a qual fará a adaptação pedida, ou dará o destino que melhor convenha a bem do serviço publico. Deus Guarde a V. Ex.^a – Direcção de Beja, 25 de Abril de 1902. – III.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Director das Obras Publicas e Minas. – O Engenheiro Director – ass.^o / Augusto César Paes de Faria.

Esta Conforme
Em 31 de Maio de 1902

Fran.^{co} Xavier da Silva Couto
2.^o off.^{al}

Documento 63

1902 (28 de Junho) – *Parecer de José Luís Monteiro acerca da conservação da igreja e do mosteiro de Santa Clara de Santarém*. Original autógrafo (3 pp.). ANBA – ARBAL, Correspondência com Ministério do Reino, vol. 2. Livro 58.

R.L. n.º 2, N.º 456

Reg.º n.º 25

O abaixo assignado professor de architectura na Escola de Bellas Artes de Lisboa, na rapida visita que em 29 d'Abril do corrente anno fez ao Convento e Egreja de Santa Clara de Santarem, a convite do Ex.^{mo} Director d'aquella Escola, colheu os ligeiros apontamentos que abaixo seguem:

Nos referidos edificios notam-se principalmente trez épocas de construcção bem distinctas: a primitiva, ainda hoje muito importante, corresponde ao fim do decimo terceiro ou principio do decimo quarto seculo; a segunda ao decimo setimo e comprehende quasi todo o convento e numerosos addicionamentos á Egreja; e a terceira ao decimo oitavo seculo, representada apenas pelo retabulo da Capella mór e mais alguns altares.

D'estas trez épocas só é verdadeiramente recommendavel, para ser conservado, o que existe da primeira que é, por assim dizer, toda a Egreja, com excepção dos accessorios que lhe pintaram nas duas épocas posteriores e aos quaes me refiro acima.

É um edificio de trez naves do estylo de transição dominante ao tempo da sua construcção no nosso paiz. O madeiramento que primitivamente era aparente como se vê ainda nas naves lateraes, mas que na nave central foi encoberto por um tecto de madeira em caixotões devia ser bem interessante como se póde julgar pelo que ainda se acha á vista n'aquellas naves.

Está bastante precisado de concertos, urgindo sobretudo reconstruir o telhado antes que elle, na sua queda emminente, arraste as paredes e as arcadas das naves que o sustentam.

Se se intentasse a restauração d'este edificio, despojando-o de tudo que vandalicamente lhe accrescentaram, e o restituissem, tanto quanto possivel, ao seu estado e disposições primitivas, haveria tudo a ganhar para o estudo das construcções de character religioso nos primeiros seculos da monarchia, não podendo considerar-se improductivo o dispendio relativamente pequeno que em taes obras se fizesse, visto que alguma applicação poderia ter, ou conservando-se n'elle o culto, que seria o mais apropriado, ou estabelecendo-se ali qualquer serviço publico que pudesse contribuir, não para a sua ruina mas, pelo contrario, para a sua mais facil conservação.

Do resto do edificio não vale a pena fallar tal é o seu descabro. A demolição immediata impõe-se, afim de evitar algum desastre, alem de que a sua architectura o não recomenda, a não ser a do claustro que é de bom effeito. Uma porta manuelina que n'este se vê, bem poderia ser empregada n'outro local.

Em uma pequena divisão do convento acha-se o tumulo de D. Henrique Affonso, filho de D. Affonso 3.º o qual tem a data de 1270. A estatua do infante, deitada, occupa a parte superior do tumulo, que se acha bastante damnificado.

Lisboa 28 de Julho de 1902

José Luiz Monteiro

Documento 64

1902 (21 de Agosto) – *Ofício de Francisco Augusto Manoel Coelho de Sá, vogal correspondente da Horta, Açores, informando não haver monumentos nacionais no distrito.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Direcção das Obras Publicas do Districto da Horta
N.º 74

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Accusando a recepção ao officio de V. Ex.^a, datado de 10 d'Abril ultimo, em que V. Ex.^a me communica ter-me o Conselho de Monumentos Nacionaes nomeado vogal correspondente n'este Districto, cumpre-me agradecer tal communicacão e rogar a V. Ex.^a para transmittir os meus agradecimentos ao Conselho de Monumentos Nacionaes, por essa nomeação.

Bem desejaria eu corresponder a ella, enviando a V. Ex.^a indicacão de edificios que devessem ser considerados monumentos nacionaes n'este districto, e acompanhar essa indicacão de quaesquer escriptos que a elles dissessem respeito, ou de plantas e photographias.

Infelizmente, porém, não o posso fazer porque, ainda que isso pareça estranho, não sei de edificio n'este districto que, quer pela sua antiguidade, quer pela sua historia, quer pela sua architectura, possa ou deva ser considerado Monumento Nacional.

Nem eu conheço nenhum, nem ninguem me soube indicar algum que, por ventura, eu não conhecesse, e que estivesse n'aquellas condições.

Geralmente é entre as egrejas que maior numero se encontra de edificios que possam considerar-se monumentos nacionaes. Pois nem mesmo entre as egrejas se encontra nenhuma, nem no Fayal nem no Pico, nem nas Flores, que possa ser assim considerada. Nem se recommendam pela antiguidade, nem por qualquer factio historico notavel e importante que n'ellas se tenha passado, nem pela sua architectura, que é, em geral, e principalmente no Fayal, a usada pelos jesuitas nos seus templos.

Ha, entre ellas, egrejas boas, amplas, mesmo com um certo aspecto de grandeza, mas nada de especial ou notavel teem.

Entre os edificios publicos alguns d'elles estabelecidos em conventos ou em collegios de jesuitas, nada ha digno de menção, e o mesmo digo em relação aos edificios particulares.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Direcção das Obras Publicas do Districto da Horta, 21 d'Agosto de 1902

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Conselheiro Augusto Fuschini,
Presidente da Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes

O Engenheiro Director int.^o
Francisco Augusto Manoel Coelho de Sá

Documento 65

1902 (30 de Novembro) – *Carta em que Ramalho Ortigão oficializa junto do vice-presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais o seu pedido de demissão da mesma instituição.* ANBA.

Lisboa 30 de nov. 1902

Ex.^{mo} Snr.
Querido amigo e mestre

Motivos em minha consciência consideravelmente poderosos me forçam a dar a minha demissão do cargo de presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais, para o qual tive a imerecida honra de ser eleito. Pelo que venho rogar a V. Ex.^a que, como vice-presidente, queira ter a bondade de presidir á reunião do mesmo Conselho convocada para próximo dia 2 de Dezembro de dar conhecimento a essa esclarecida assembleia da minha irrevogável renuncia.

Digna-se V.^a Ex.^a de aceitar e de transmitir aos nossos collegas os protestos da minha mais alta consideração e mais esclarecida estima.

De V.^a Ex.^a
Muito dedicado collega e obrig.^{do}

Ramalho Ortigão

1902 (18 de Dezembro) – Exemplar da Circular de 1902 do Conselho dos Monumentos Nacionais enviado a Gabriel do Monte Pereira. ANBA – Livro 244.



1902
Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o decreto organico do Conselho dos monumentos nacionaes e bem assim o da classificação dos immoveis e dos objectos mobilharios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco, para o qual muito especialmente chamo a attenção de V. Ex.^a a fim de se obter a conservação do pouco que já nos resta do nosso patrimonio historico-artístico.

Para conseguir esse fim, torna-se necessario proceder a um inventario rigoroso e circumstanciado dos objectos que pelo seu valor historico, archeologico ou artistico devam ser considerados monumentos nacionaes, os quaes disseminados pelo pais em poder de varias entidades e particulares são desconhecidos e correm o risco de desaparecer, por isso rogo a V. Ex.^a se digne enviar-me todos os elementos que habilitem o Conselho dos Monumentos nacionaes, a elaborar o referido inventario, contando V. Ex.^a com todo o nosso auxilio, se por ventura d'elle precisar, no decurso das investigações que por este facto haja de emprehender.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa 18 de dezembro de 1902

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Gabriel Pereira

O Presidente da Comissão Executiva

Augusto Tracina

Documento 67

1902 (20 de Dezembro) – *Ofício de António José Pinho Júnior, vogal de Monção do Minho, dando conta do processo que levou à sua nomeação pelo Conselho dos Monumentos Nacionais. ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.*

- Interim em 23-III-902 -

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Abaixo assignado vem agradecer na pessoa de V.^a Exc.^{ia} ao Conselho de Monumentos Nacionais a immerecidissima honra com que distinguiram a sua insignificancia, dignando-se nomeal-o vogal correspondente do mesmo Conselho e representante n'esta parte do paiz de uma corporação de que tanto devem esperar os que se interessam pela conservação das riquezas historico-artisticas do paiz, confiadas na sua maior parte, a mãos de cretinos ou de ignobels mercantes.

Na escassissima medida das minhas forças, nos apertados limites da minha infima educação artistica e no acanhado espaço de tempo que possa dedicar á col laboração na obra confiada ao illustre Conselho, procurarei responder á temeraria confiança com que elle me honrou, enviando a V.^a Exc.^{ia}, — no prazo de tempo compativel com as minhas occupações profissionaes e particulares, e os estudos especiaes que devo fazer para fundamentar as minhas informações, — todos os elementos que possa conseguir para habilitar o Conselho a elaborar o inventario dos objectos de valor archeologico historico ou artistico, que por estes titulos devam ser considerados monumentos nacionaes, existentes n'este concelho.

É ainda, feliz-

mente, de relativa importancia, em quantidade, a colheita a fazer; de que serei; com a melhor boa vontade, o ceifeiro, e mais valiosa em qualidade seria se a estupidez e a mercancia não tivessem alienado ou, o que é peor, adulterado as construcções e objectos que no concelho existiam e existem, com largos direitos a obterem a sua immuniidade aos tratos de pole que a burguezia contemporanea faz soffrer ás venerandas cans da velha e grande Arte.

Estou, e ainda bem, habilitado com algumas photographias ou bons trabalhos de gravura (Pastor) que reproduzem fielmente outras, para poder satisfazer os desejos expressos por V.ª Exc.ª e illustrar assim as minhas informações, o que me deixa esperançado de que estas terão para o Conselho um valor — o das imagens.

Confesso-me, nova quanto fundamente, grato á lisongeira acolhida que o Conselho de Monumentos Nacionaes quiz benevolmente dar á imperfeita memoria que enviei sobre o monumento «Torre de Lapella», publicada no «O Regional», periodico d'esta villa, que determinou a honra que o Conselho se dignou conferir-me.

Deus guarde a V^a Exc^{ta}
Ill^mº e Ex^mº Senhor Presidente da Comissão Execu
tiva do Conselho de Monumentos Nacionais.

Monsão 20. XII. 902.

O vogal correspondente em Monsão
Antonio - José de António

Documento 68

1902 (23 de Dezembro) – *Missiva do vogal correspondente da Figueira da Foz, António dos Santos Rocha, solicitando a classificação de um tapete raro da manufactura de Tavira, como monumento nacional e desenvolvendo o seu pensamento a favor da protecção dos museus municipais através de iniciativas legislativas e governamentais.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246.

Entrada 24-XII-902

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

É indispensavel classificar como monumento nacional um grande tapete com a marca de – TAVIRA – pertencente á junta de parochia da freguesia de S. Julião d'esta cidade, e que se acha depositado no Museu Municipal. É um precioso exemplar dos rarissimos *gobelins* portuguezes, produzidos pela fabrica que El-Rei D. José fundou em Tavira; e que a junta de parochia anda ha muito tempo com vontade de vender ou trocar por um tapete moderno. Se não fôra a opposição formal feita de todos os modos pela administração do Museu, esta soberba reliquia já teria desaparecido.

Aproveito o ensejo para lembrar a V. Ex.^{cia} a grande conveniencia que haveria em propôr ao governo de Sua Magestade um additamento ao decreto de 30 de dezembro de 1901, mandando classificar como monumentos nacionaes todos os museus archeologicos que ao presente existem, fundados pelas camaras municipaes, para os effeitos somente de *não poderem ser extinctos, nem mudada a sua actual installação* sem auctorização do Governo, ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionaes, e de ficarem sujeitos á fiscalização d'este Conselho. Ha materiaes preciosos e abundantes accumulados n'estes museus. O d'esta cidade, por exemplo, tem uma secção magnifica de Prehistoria e outra de Proto-historia (epocha luso-carthagineza), que é unica em Portugal. Estes elementos têm-me custado quinze annos de trabalho e despesas enormes.

Por um lado, sendo raras no nosso paiz as pessoas que se occupam d'estes estudos, acontece que, fallecendo algum iniciador, que consagrou todos os seus esforços á fundação d'um museu, não ha na localidade quem o substitua na iniciativa e as corporações acabam por não fazerem caso d'estes estabelecimentos. Podia citar talvez já mais d'um exemplo em Portugal; mas só notarei que é a sorte que espera o Museu d'esta cidade.

Por outro lado a ignorância, as rivalidades locaes, as invejas, os despeitos, as intrigas e todas as miserias da politica local, não respeitam estas instituições. Eu conheço um possuidor de soberbas collecções pre-historicas que não tem fundado um museu municipal na sua localidade, com receio de que futuras vereações o atingam, ou lhe dêem tão má installação que forcem a extingui-lo, pois V. Ex.^{cia} não ignora que a installação é um dos pontos capitaes na organização d'um museu.

O próprio Museu da Figueira tem sido ameaçado, e se uma lei não der protecção contra taes desvarios, se não garantir a conservação d'estas instituições, receio muito que os iniciadores recuem, e que eu proprio tenha de vir a dár outro destino ás collecções que tenho organizado com tantos sacrificios.

Estes museus regionaes são as escolas mais proficuas para o estudo do passado. Sentinellas vigilantes, espalhadas pelo paiz, recolhem, registam e archivam todos os vestígios que apparecem, e são para a archeologia historica ou para a paleontheologia do paiz o que as monographias historicas locaes são para a historia d'uma nação.

Assim V. Ex.^{cia} fazia um excellente serviço á sciencia se promovesse no Conselho a realização do pensamento que succintamente deixo exposto.

Deus Guarde a V. Ex.^{cia}

Figueira da Foz, 23 de Dezembro de 1902

Ill.mo e Ex.mo Snr. Presidente da Commissão
Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes

O vogal correspondente
António dos Santos Rocha

Documento 69

1903 (19 de Janeiro) – *Ofício do Director do Museu Etnológico Português, Lisboa, ao CSMN dando conhecimento de estudos de arqueologia que podiam fundamentar a organização da lista dos monumentos arqueológicos.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédito.

Museu Ethnologico Português, Lisboa
N.º 225

III^{mo} e Ex^{mo} Snr

Em resposta ao officio de V. Ex. de 19 de Dezembro de 1902, cumpre-me accusar a recepção do Decreto orgânico do Conselho, e informar a V. Ex. de que no *Archeologo Portugues*, publicado por este Museu se encontra a noticia de muitos monumentos, que podem ser considerados nacionaes. Alem disso, em 1901, tive a honra de enviar ao Ex.^{mo} Presidente do Conselho dos Monumentos Nacionaes uma lista de todos os monumentos da epocha prehistorica, proto-historica e lusitano-romana, de que se falla n'aquella publicação, vol. I-V, e tambem nas seguintes:

Revista Archeologica – Vol. I a IV
Boletim Archeologico do Carmo – idem I a IV
Pereira da Costa – *Dolmens e Antas* 1 vol.
Carlos Ribeiro – *Estudos prehistoricos* Vol. I e II
Religiões da Lusitania Vol. I
Antiguidades Monumentaes do Algarve – E. da Veiga I a IV
Antiguidades prehistoricas da Figueira de S. Rocha I e II

Deus Guarde a V. Ex.

Lisboa 19 de Janeiro de 1903

III^{mo} e Ex^{mo} Snr. Presidente da Commissão Executiva do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes

O Director do Museu
José Leite de Vasconcellos

Documento 70

1903 (9 de Fevereiro) – *Carta de António Thomaz Pires, vogal correspondente de Elvas sobre assuntos relacionados com dificuldades de proceder ao inventário dos bens móveis na sua área de acção.* ANBA – CSMN. Correspondência. 1882-1903. Livro 246. Inédita.

Entrada em 11-II-1903

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Dando cumprimento á primeira parte do encargo que me foi cometido pello officio de V. Ex.^a de 20 de dezembro preterito, tive a honra de enviar ultimamente a V. Ex.^a uma Nota dos edificios e outras construcções, d'este concelho d'Elvas, que devem ser considerados monumentos nacionaes – nota que foi acompanhada de vários desenhos e photographias. Em respeito á segunda parte do mesmo encargo – referente aos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes a entidades e particulares – devo dizer a V. Ex.^a que se me antolha extremamente difficil a organização da competente – Nota, – pela carencia de disposições legais que obriguem os possuidores d'esses objectos a mostral-os ao meu exame para circumstancialmente os descrever. Sei que ha n'este districto muitos objectos antigos e de subido valor e em poder de corporações e de particulares; mas estou completamente desarmado, pela falta de disposições officiaes, e até de diploma – como **pode tar** sequer, desvanecer o retrahimento e reluctancia d'aquelles possuidores, as **a...** r-me solicitando-lhes o exame das suas peças artisticas, a fim de colher os elementos descreve-las? E não poderá até a minha **...ção** parecer-lhes affectada de um certo **caso** de violência, ou, pelo menos, de impertinência? Sobra-me, Ex.mo Snr, a boa vontade de cumprir totalmente a missão que me foi imposta, tanto mais que reconheço a absoluta necessidade que ha de salvaguardar, com escrupulo e amor de avarento, as preciosas obras d'arte que felizmente escaparam n'este paiz, aos desacatos e ao vandalismo de tantos annos; - sem que sejam, porém, superiormente removidos os embaraços e attitudes a que me refiro, derivadas da ausência de preceitos reguladores, afigura-se-me que ficarão letra morta (pelo menos nas provincias) as disposições do decreto de 30 de Dezembro de 1901, referentes aos objectos mobiliários – como letra morta ficou o dispositivo do decreto de 2 d'outubro de 1862, determinando que no Archivo Geral ou Torre do Tombo fossem incorporados os cartórios de todas as igrejas e corporações religiosas do paiz.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Elvas, 9 de fevereiro de 1903

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Presidente da Commissão
Executiva do Conselho Superior dos Monumentos
Nacionaes – Lisboa

O Vogal correspondente

António Thomaz Pires

Documento 71

1903 (2 de Março) – *Intervenção de Alfredo de Andrade na sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais*. Acta da sessão de 2 de Março, ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906. pp. 27-30. Livro: 259. Inédito.

Acta da sessão de 2 de Março de 1903.

Presentes os Exmos Snrs. Visconde de Athouguia, Ramalho Ortigão, Augusto Ribeiro, Alberto Pimentel, Nery Delgado, Avellar Machado, Mendes Guerreiro, Fernando Serpa, Ventura Terra, Abel Botelho, Luciano de Carvalho, Pinto da Veiga e o Exmo Snr. Andrade, nosso digno socio honorario, e Gabriel Pereira.

Aberta a sessão às 9 horas da noite foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O Snr. Andrade agradece a sua nomeação de socio honorario.

O Snr. Fernando de Serpa, attendendo á presença do snr. Andrade n'esta sessão explica a função do Conselho e da Commissão executiva. Como o snr. Andrade reside habitualmente no estrangeiro, na Italia, e pela primeira vez assiste a uma sessão do Conselho, o snr. Fernando de Serpa, secretario da Commissão executiva, descreve alguns dos trabalhos mais importantes a que se procede actualmente nos grandes monumentos portuguezes, convento de Christo, em Thomar, claustro de Alcobça e Santa Cruz de Coimbra. Na Sé de Lisboa trata-se de descobrir o que estava encoberto, de voltar ao primitivo, pouco a pouco, paciente e prudentemente.

O snr. Alberto Pimentel descreve ao snr. Andrade o nosso Archivo, a collecção de plantas, alçados e outros desenhos da época Pombalina. Refere-se aos nossos correspondentes, ao sr. Soares, que ainda há pouco nos enviou uma monographia de Grijó, ao sr. Thomaz Pires, de Elvas, que nos tem enviado photographias e memorias de subido merito. Do Ministerio das Obras Publicas recebem-se os relatorios e outras publicações especiaes. A respeito da publicação do Boletim diz que se tem hesitado pelo dispendio; a parte graphica saía muito cara e os meios do Conselho muito apertados.

O snr. Andrade: pelo que tem ouvido o serviço faz-se aqui como em outros paizes. Na Italia tem muitos correspondentes, commissões locais, até mesmo em localidades pouco importantes. A vulgarização faz-se com intensidade, por toda a parte se trata de angariar defensores das bellas reliquias do passado.

O snr. Fernando de Serpa: os unicos órgãos de que dispomos são os correspondentes, são os unicos elementos que a Commissão pode contar.

O snr. Alberto Pimentel refere-se ao caso recente da Citania de (.....⁴⁵) que foi dividida em lotes.

O snr. Andrade refere-se á legislação sobre monumentos nacionaes, em em alguns paizes muito rigorosa: pode haver expropriações em certos casos e em condições regularmente estabelecidas.

O snr. Mendes Guerreiro pede que com urgencia se trate da classificação, que julga bem necessaria, de qualquer trabalho.

O snr. Andrade fala da classificação em monumentos nacionaes, regionaes e de importancia local; fez-se a relação d'esses monumentos; ha inspectores de excavações, etc. A relação dos monumentos de Italia forma um grosso volume, fez-se grande tiragem e distribuiu-se por todas as entidades officiaes, por muitos particulares; chegou o livro a toda a parte.

⁴⁵ Em branco no original.

O snr. Fernando de Serpa allude a alguns pedidos de povoações que, allegando necessidades de hygiene, d viação publica, etc., querem rasgar muralhas, derribar torres; ha pouco ainda uma porta antiga da muralha de Vizeu esteve para desaparecer; felizmente houve protestos a tempo e salvou-se.

O snr Andrade conta algumas impressões que teve ao visitar recentemente Portalegre, o seu castello, uma capella renascença franceza e salamanquina, a um lindo portal e varios objectos d'arte, por exemplo obras portuguezas imitando flamengas; portas da cidade; refere-se à arte do seculo XVIII, tempo de D. João V, casas, janelas, fontes, que acha mais elegante, souple, que a de equal epoca em outros paizes.

O snr. Ramalho Ortigão julga preciso um inventario ou arrolamento de immoveis, facil, sumario e sem limite de idade; mas é tambem urgente um inventario do mobiliario, seria bom e proveitoso reunir os catalogos das exposições; em Coimbra, Aveiro, Vianna do Minho se tem feito exposições de grande interesse sobre o methodo de inventariação, ordem chronologica, geographica, por materias intrinsecas, etc. Fala ainda sobre medidas legaes de responsabilidade pela conservação de objectos de valor artistico, monumental ou de importancia historica. Refere-se tambem á notavel exposição de Arte Sacra, Antonina, de que se fez catalogo que não foi publicado, sendo impressa apenas a parte relativa á sala de El-Rei.

O snr. Abel Botelho refere-se á obra dos Jeronymos; deseja saber qual é o projecto seguido ou adoptado na obra que vae começar.

O snr. Mendes Guerreiro acha que seria conveniente levantar essa questão da obra dos Jeronymos.

O snr. Visconde de Athougua fala sobre o que se passou ácerca da sepultura de Pedro Alvares Cabral, na igreja da Graça, em Santarem, e na pouca veneração com que foram remecher nos ossos, ou no ossario ou carneiro onde devem estar os ossos do descobridor do Brasil.

O snr. Mendes Guerreiro allude, a proposito d'isto, aos bons serviços do snr. Camara Manuel, antigo director de Obras Publicas em Santarem e que prestou attenção á monumental igreja da Graça, n'aquella cidade.

Por ultimo todo o Conselho approvou com enthusiasmo um voto de congratulação pela presença do snr. Andrade, nosso socio honorario. Encerrou-se a sessão ás 11 horas da noute.

Secretaria do Conselho dos Monumentos Nacioanes, 2 de março de 1903

O Secretario

Julio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha

Documento 71 A

1903 (5 de Junho) – *Parecer sobre o valor artístico do Convento de Santa Clara de Évora, pelo architecto José Luíz Monteiro*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911), Livro 173.

R.º L. º 2.º

N.º 481

Ill.mo e Ex.mo Snr

Tendo visitado no dia 30 de Maio findo o convento de Santa Clara d'Evora e a sua igreja eis o que me offerece dizer acerca d'estes edificios.

A construção, em geral, é solida e não apresenta indicios de ruina a não ser em pequenas construcções accessorias de importancia muito secundaria. A igreja tem estragos nas pinturas do tecto, devidas, sem duvida, a infiltrações das aguas pluviaes, mas o resto acha-se em bom estado e promette larga duração.

É em grande parte decorada com talha dourada d'uma época posterior á construcção do edificio e tem as paredes revestidas de azulejos.

No convento merecem menção especial pelas suas dimensões: o dormitorio, o refeitório, os coros superior e inferior, a casa do capitulo, o celeiro e ainda uma ou outra dependencia, as quaes são inteiramente utilisaveis para diversos fins. O claustro está em soffrivel estado de conservação.

Como especimen architectonico nada tem de notavel estas construcções que pertencem ao 16.º seculo, segundo uma data que se vê na entrada da portaria do Convento (1540), e o seu estylo indica; mas já foram, em parte reconstruidas ou accrescentadas como é fácil de reconhecer. Devo contudo dizer que o mais importante pertence ainda á primitiva construcção.

Em resumo: é um bom edificio mas sem maior valor artistico.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa 5 de Junho de 1903

José Luiz Monteiro
Architecto

Documento 72

1904 (14 de Novembro) – *Ofício de José Leite de Vasconcelos fazendo alguns reparos à Lista dos Monumentos de 1880*. ANBA – Correspondência Entrada. 1882-1925. Livro 243.

Lisboa
Bibliotheca Nacional

14-XI-904

III^{mo} e Ex. Sr. Presidente da
Commissão Executiva do Cons.^o de
Mon. nac. :

Tenho a honra de accusar a recepção dos *Subsídios para a classif. dos mon. nac.* Lisboa, 1904, que V. E. se dignou enviar-me.

Cumpre-me porém informar que a lista dos monum. prehist., impressa a pp. 20 e ss., está deficientissima, porque desde 1880, em que esta foi organizada até ao presente, o estudo da prehistoria progrediu bastante; em tempo enviei para essa Secretaria uma extensa relação de monumentos archeologicos. Ate (...) a distinção entre *dolmens* e *mamunhas* não é rigorosa, pois a *mamunha* faz parte do *dolmen* ou póde fazer. Quanto aos *men-hirs* (pag. 22), creio que precisaria de averiguação o que ahi se diz.

Releve-me V. Ex. estas observações, que faço com boa intenção, e subscrevo-me

Deus Guarde V. Ex.^a

mt. Aff.^o e V.^{er}

José Leite de Vasconcellos

membro do Cons.^o dos monumentos nacionaes

Documento 73

1905 (18 de Janeiro e 15 de Fevereiro): *Intervenção dos architectos na conservação e restauro dos monumentos nacionais. Proposta de Miguel Ventura Terra ao Conselho dos Monumentos Nacionais e respectivo documento anexo*. ANBA – CSMN. Actas, Anos 1900-1906. Livro 259 e Correspondência Entrada. 1882-1925. Livro 243.

Súmula da acta da reunião de 18 de Janeiro de 1905, na parte respeitante à proposta de Ventura Terra

Proposta de Ventura Terra para a divisão do país em oito zonas, correspondentes às províncias, de modo a aproveitar os sete architectos que existiam no quadro permanente das Obras Públicas. Considerações sobre a formação dos architectos contemporâneos. Decide-se enviar ao governo uma representação sobre uma “verdadeira intervenção artística” (Ramalho Ortigão) que se deveria desenvolver para a salvaguarda do património. Críticas ao governo por parte de quase todos os membros do Conselho.

“Como remedio, lembra que se officiasse ao governo propondo-lhe a divisão do paiz em diferentes zonas, cuja area poderia corresponder à dos actuaes districtos, aproveitando-se os 7 architetos que existem no quadro das Obras Publicas, para confiar a cada um, uma d’essas zonas. Sendo 8 as zonas e 7 os architectos, confiar-se-hia a um d’elles 2 zonas. Estabelecido isto, o Conselho teria assim n’esses architetos quem lhe fornecesse as bases para as suas Consultas.” Na opinião de Ventura Terra, esta mediada era essencial.

(...)

Proposta para que Ventura Terra fizesse as bases para esta proposta discutida em sessão⁴⁶.

1905

V. Terra
Architecto
Rua Alexandre Herculano
Lisboa

[Proposta]

Em virtude do estado lamentavel em que se encontram, em geral, os serviços technicos relativos á restauração e conservação dos monumentos nacionaes, proponho que este conselho represente ao governo, no sentido de os melhorar quanto possivel, lembrando para isso, como solução pratica o seguinte:

1.º Que sendo em numero de sete os architectos do quadro d’obras publicas, sejam postos a cargo de cada um d’elles os monumentos correspondentes a uma província, podendo, onde os monumentos sejam em mais pequeno numero, ficar duas províncias a cargo d’um só architecto.

2.º Que para este effeito os architectos do quadro sejam nomeados chefes de secção, como o já são quasi todos, a fim de poderem dispôr facilmente do necessario pessoal para os auxiliar nos respectivos estudos.

3.º Que os architectos referidos sejam obrigados a visitar todos os monumentos que careçam de quaesquer trabalhos, para a sua conservação ou restauração, e a elaborar os seus estudos, apresentando-os o mais completos possivel a este conselho, que os approvará, ou modificará, como julgar conveniente, sendo condição expressa que nenhum trabalho se executará sem que se cumpra esta formalidade,

⁴⁶ Esta proposta foi discutida nas sessões de 1 e 8 de Março de 1905, resolvendo-se aprofundar esse estudo (A. Fuschini) e imprimir o documento. O assunto, que não foi despachado pelo Ministério, voltou a ser tratado durante a 1.ª República em 18 de Dezembro de 1913. Cf. [Documento 116].

assumindo o respectivo architecto todas as responsabilidades junto d'este conselho, sendo para esse efeito auxiliado pelas autoridades locais, que não consentirão que se executem quaesquer obras, sem que sejam autorizadas por quem tiver esse poder.

4.º Que este serviço seja considerado complementar aos serviços de que os architectos já estão incumbidos pelas direcções a que pertencem, concedendo-lhes os respectivos directores as autorizações necessarias para o desempenharem. O melhor possível, sem prejuízo dos seus serviços ordinários. Quando porém se trate de restaurações de grande importância, como o são actualmente as da Sé de Lisboa e Coimbra, poderá o governo, por proposta d'este conselho, mandar proceder aos respectivos estudos e trabalhos, por forma diversa da acima apontada.

5.º Que estes serviços supplementares dos architectos sejam gratuitos, sendo-lhes, comtudo, abonadas as despesas de transporte em caminho de ferro, os subsidios de marcha, para estradas e as ajudas de custo permanentes correspondentes á 1.ª classe durante o tempo em que sejam obrigados a permanecer fora de Lisboa.

Lisboa 15 de Fevereiro de 1905

Ventura Terra

Documento 74

1905 (20 de Março) – *Abaixo-assinado dos paroquianos de Rio Mau, concelho de Vila do Conde, dirigido à Comissão dos Monumentos Nacionais (sic), manifestando a sua oposição contra obras encetadas pelo pároco daquela freguesia.* Original (8 pp.). ANBA – Proc. N.º 20 – Braga. S. Cristovão de Rio Mau, Concelho de Vila do Conde, Igrejas vol. I, Livro 240. Inédito.

Entrada em 25-III-905

III.^{mos} Ex.^{mos} Snrs. Da Commissão dos Monumentos Nacionaes

Os abaixo assignados veem mais uma vez trazer, perante V. Ex.^{cias}, as suas queixas contra o pároco da sua freguesia que tem feito na igreja matriz de S. Chritovão de Rio Mau, concelho de Villa do Conde e que está incluída entre os monumentos nacionaes, verdadeiras mutilações, que não podem, de modo algum, consentir-se.

Mudou dous altares antiquissimos o das Almas e o de N. S. da Conceição; transformou por uma fôrma inconveniente o Coro da mesma igreja; demoliu tambem um antigo cabido, que precedia a entrada principal, construido em estylo adequado ao da igreja; e anda, agora, a abrir ou melhormente, já tem aberto um grande rombo na parede lateral norte da mesma igreja, destinada á construção de uma escada externa, que dê acesso para o côro, com alteração do estylo da construcção e pondo até em risco, pois já existem n'essa parede abertas largas fendas.

Esperam, pois, e pedem a V. Ex.^{cias} se dignem providenciar no caso, por uma forma imediata e efficaz, de modo a pôr termo a taes abusos, com que o Rev.^{do} parochó esta prejudicando a belleza de um monumento nacional.

Deus Guarde a V. Ex.^{cias}

S. Cristóvão de Rio Mau

20 de março de 1905

(ass.) Manoel Lopes Balazeiro Júnior
Antonio da Silva Mandim
Joaquim Joze Deveza
Manoel Lopes Bal...
.... Lopo Baz..
Domingos Antonio de Magalhães Abreu
Antonio de Sousa Ferreira
Antonio Gonçalvez Mandim
José Gonçalvez Mandim
José Francisco Morim
Manoel Gomes de Carvalho
Francisco Gomes Santos
Joaquim da Costa Fernandes
Joze Gonçalves dos Santos
Antonio Lopes Ferreira Carvalho
Manuel Ferreira Vasques
A rogo de Zacharias Antonio Pereira
por não saber ler nem escrever – Joaquim da Costa Fernandes
Jose Correia da Silva
A rogo de Bernardo José dos Santos
Por não saber ler nem escrever – José Corrêa da Silva
A rogo Domingos Martins Fernandes
Por não saber ler nem escrever – José Corrêa da Silva
A rogo de António Ferreira Serra
Por não saber ler nem escrever – José Corrêa da Silva

aqui A rogo de João António Macedo
Por saber [sic] ler nem escrever – José Corrêa da Silva
A rogo de José Martins Petejo
Por não saber ler nem escrever – José Corrêa da Silva
A rogo de António Lopes Marim *por não
saber ler nem escrever* – Joaquim da Costa Fernandes
A rogo de António Manuel Lopes
Por não saber ler nem escrever – José Corrêa da Silva
António Jose da Silva
Adelino Lopes Balazeiro
Antonio Alves de Araujo
A rogo de José Francisco Gomes António Alves de Araújo
Por não saber nem escrever –
A rogo de Manuel Gonçalves Mandim *por
não saber escrever* Manoel Lopes Balazeiro Junior
A rogo de Manuel Rodrigues Correia *por não saber
escrever* Manoel Lopes Balazeiro Junior
Manoel Rodrigues Ferreira
A rogo de António Francisco Gonçalves – *por
não saber escrever* Antonio Alves de Araujo
Francisco Campos
António Martins dos Santos
A rogo d'Antonio Lopes da Costa, *por não saber
escrever* Antonio Alves de Araújo
A rogo de José Francisco d'Oliveira *por não saber
escrever* Antonio Alves de Araújo
A rogo de José Martins Feranandes *por não saber
escrever* Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
A rogo de José Cypriano Lopes *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
Bernardino Gonçalves Miranda
Maniel Ferreira Gamazo
Lino d'Araujo Pereira
Manoel José Antunes
Manoel Gonçalves da Silva
A rogo de José Gonçalves Gomes *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
A rogo de Manuel Ferreira da Silva *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
Joaquim Gomes da Silva
A rogo de Joaquim Gomes Trovão *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
Manoel Lopes Carvalho
Juze Antonio Lopes
Joaquim Antonio Lopes
A rogo de Manoel Antonio dos Santos *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
A rogo de Manoel José dos Santos *por não saber escrever*
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
José Antonio dos Santos
Joaquim Lopes de Carvalho
Antonio Lopes Carvalho
José Lopes Ferreira de Carvalho
Joaquim Lopes Ferreira de Carvalho
A rogo de Albino Joaquim da Silva
Por não saber escrever José Corrêa da Silva
A rogo de Manoel Antonio Lopes Junior
Por não saber escrever José Corrêa da Silva
Jose Ferreira Vasques
Antonio Ferreira Vasques

Miguel da Costa Peixoto
A rogo de José Francisco Ferreira *por*
não saber escrever Domingos António de Magalhães Abreu
Theodozio Francisco Ferreira
Manoel Martins Amorim
Joze Joaquim Domingues de Azevedo
Joaquim Martins Ferreira
José Domingues da mea nova
João da Costa Fernandes
Manoel Lopes Quintas
A rogo de Manoel Fernandes da Costa
por não saber escrever Joaquim da Costa Fernandes
Manoel Gonçalves Santos
A rogo de Manoel Gomes Ferreira *por não saber escre-*
ver Domingos António de Magalhães Abreu
Manoel António Fernandes
Jose Martins Pito
Antonio Martins Fernandes
Paulo Lopes Figueira
Manoel António da Costa
A rogo de Manoel Rodrigues de Murim
por não saber escrever
Joaquim da Costa Fernandes
Manuel Martins Ferreira
Augusto Martins Ferreira

Abonamos as oitenta e seis assignaturas constantes d'esta representação
Domingos António de Magalhães
Joaquim da Costa Fernandes

Reconhecidas duas assignaturas supra

Villa do Conde, vinte de Março de mil novecentos e cinco

Em testemunho de [sigla do notário] verdade
O notário António Domingues Jacinto Maia
(D'este e sello cento e trinta reis)

Documento 75

1905 (22 de Outubro) – *Dois officios do director do Museu Nacional de Bellas Artes de Lisboa, Carlos Reis, ao Inspector da Academia Real sobre os problemas graves de conservação das salas do referido Museu e das condições que se ofereciam ao restauro dos quadros do seu espólio.* ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1903-1909 – Livro 58.

[1.º officio]

Muzeu Nacional de Bellas Artes
L.º 1 N.º 5

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Entrando agora o tempo das chuvas e encontrando-se em pessimo estado os telhados do Museu das Bellas Artes, peço a V. Ex.^a que, com a maxima urgencia, dê as suas ordens para que elles sejam reparados. Cumpre-me ainda avisar V. Ex.^a de que, não se fazendo as obras que indico, me verei forçado, por obstar á deterioração d'algumas obras d'arte, a mudal-as d'uma sala para outra, taes são as más condições em que algumas paredes se encontram. Alem d'isto, tenho ainda a ponderar a absoluta necessidade que ha de, por qualquer systema, fazer no inverno o aquecimento d'algumas salas, especialmente a dos quadros gothicos. A differença de temperatura é de vinte e oito para seis graus, o que equivale a dizer que, dentro de pouco tempo, se não se fizerem as reparações necessarias, isso será a ruina completa dos quadros.

Aproveito esta occasião para pedir tambem a V. Ex.^a o favor de me mandar os livros “Encyclopedia das Artes decorativas de Demmin” e o “livro de Justi, em que este se refere aos quadros gothicos em Portugal”, pertencentes á Bibliotheca da Academia e de que eu precisava para consulta.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Museu Nacional de Bellas Artes, 22 de outubro de 1905

Ill.mo e Ex.mo Snr. Inspector da Academia de Bellas Artes

O Director

Carlos Reis

[2.º Officio]

Muzeu Nacional de Bellas Artes
L.º 1 N.º 6

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Em resposta ao officio 1237, L.º 5, tenho a honra de chamar a attenção de V. Ex.^a para o artigo 174, § 6 do regulamento do decreto de 14 de dezembro de 1901 referente á organização do Museu Nacional de Bellas Artes, de que sou director.

Resulta d'esse paragrapho ser da minha responsabilidade tudo o que possa interessar a boa conservação dos objectos d'arte d'este Museu, levando-me essa circumstancia a tomar a deliberação de pôr em melhores condições do que aquellas

em que se encontravam, ha perto de dois annos, os dois quadros a que V. Ex.^a se refere.

Por razões identicas, tenho de participar a V. Ex.^a que não posso consentir na sahida de obras d'arte confiadas á minha guarda nem mesmo sob pretexto de restauro, quando existe n'este edificio, como V. Ex.^o sabe, uma dependencia conveniente para essas reparações, assim como o material necessario e respectivo pessoal. É n'este atelier que se encontram os quadros mencionados no officio a que respondo e onde o seu restauro poderá ser terminado pelo professor a que V. Ex.^a se refere.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Museu Nacional de Bellas Artes, 22 de outubro de 1905

Ill.mo e Ex.mo Snr. Inspector da
Academia de Bellas Artes

O Director

Carlos Reis

Documento 76

1905 (31 de Março) – “Instruções provisórias para o serviço do «Guarda» do «Castello Antigo» (ruínas da residência dos alcaides-móres d’Elvas”, Ordem n.º 8 do Quartel General do governo da Praça de Elvas In O Castello d’Elvas, de Antonio Tomaz Pires, Elvas: Typographia e Stereotypia Progresso, 1907, pp. 15-18.

«Quartel General do governo da Praça d’Elvas, 31 de março de 1905

ORDEM N.º 8

Tendo sido auctorisado pelo ministerio da guerra sobre proposta do official chefe da secção de engenharia n’esta Praça em dezembro de 1901 a nomeação d’uma praça reformada para guarda do antigo Castello d’Elvas, no qual existem as ruínas da residência dos alcaides móres d’esta cidade; auctorisação que consta das notas do commando da 4.ª divisão militar n.ºs 8.024 e 8.109 de 4 e 8 de dezembro de 1901, mas da qual até agora se não havia feito caso; e havendo sido a citada auctorisação revalidada por instancias recentes d’este quartel general, como se infere da nota n.º 1.458 da 1.ª repartição do quartel general da 4.ª divisão militar de 8 de março do cor-

rente anno; Sua Ex.^a o General Governador determina:

1.^o Que, feita a nomeação do *Guarda do Castello*, praça da 8.^a companhia de reformados, se publiquem as «Instrucções» que se seguem e estabelecem o serviço respectivo:

➤ **Instrucções provisórias para o serviço do «Guarda» do «Castello Antigo» (ruínas da residência dos alcaides-móres d'Elvas)**

1.^o O *Guarda* tem por principal dever velar pela conservação e limpeza do *Castello* e *zona adjacente*, cumprindo-lhe participar sem demora ao Governo da Praça e ao official de engenharia em serviço na mesma Praça qualquer facto, que exija a intervenção d'alguma d'aquellas auctoridades.

2.^o O *Guarda* comparecerá diariamente, sem exclusão dos dias santificados ou feriados, no *Castello*, onde permanecerá durante o tempo do respectivo horario de serviço; quer dirigindo os trabalhos, que haja a executar, quer mostrando o *monumento* aos visitantes.

3.^o Nos dias em que fôr permittida a visita publica ao *Castello*, ou quando haja qualquer visita extraordinaria, o *Guarda* acompanhará os visitantes, que assim o desejarem, dando-lhes os possiveis esclarecimentos, e convidando-os por fim a inscrever-se no *Livro de visitantes*, do que os não poderá dispensar quando a visita fôr extraordinaria.

4.^o Nos dias de *visita publica*, a entrada será permittida a todas as pessoas, que se apresentem decentemente vestidas, sendo nesses dias facultativa a inscripção no *Livro de visitantes*, mas registando-se

sempre o numero de pessoas, que visitaram o *Castello*.

5.^o O *Guarda* no exercicio das suas funções deverá apresentar-se decentemente vestido, podendo nos dias de trabalho fazer uso do trajo civil, mas devendo achar-se correctamente uniformisado nos dias e horas da *visita publica*.

6.^o Ao *Guarda* serão fornecidas diariamente as fachinas precisas para os trabalhos a executar; e nos dias de *visita publica*, quando se julgue conveniente, as praças que sob o commando d'um graduado se torne necessario nomear para a policia do *monumento*.

7.^o São marcados provisoriamente para dias de *visita publica* as quintas-feiras e os domingos, e ás horas que no respectivo horario forem designadas. Alem d'aquelles, outros dias poderão ser destinados para a *visita publica* pelo governo da Praça, quando assim o entender opportuno por motivo de festa nacional ou local, dia de gala, ou qualquer outra causa justificada.

8.^o O *Guarda* proverá, pelos meios ao seu alcance, á segurança e acio, tanto interior como exterior, do *monumento*, que lhe está confiado, e proporá ou solicitará superiormente o que julgar preciso para se conseguir aquella segurança e acio.

9.^o A policia interna e externa do *Castello* está sempre a cargo e á responsabilidade do *Guarda*, pelo que nunca permittirá ajuntamentos á porta do mesmo *Castello*, a entrada a quaesquer pessoas fora dos dias e horas da visita regulamentar, a utilização ou occupação da zona adjacente á muralha, a falta d'acção nessa zona, etc.

10.^o O *Guarda* entregará semanalmente, aos sabados, na secretaria da Praça, nota do numero de visitantes; e diariamente, participação de qualquer oc-

corrência ou facto anormal, sobre que convenha providenciar.

11.^o Que o horario do serviço do regulamento do *Guarda* seja provisoriamente o seguinte:

MEZES	ENTRADA	SAHIDA
Novembro, Dezembro, Janeiro e Outubro	9 horas da manhã	4 horas da tarde
Fevereiro, Março, Abril e Setembro	8 horas da manhã	5 horas da tarde
Maior, Junho, Julho e Agosto	7 horas da manhã	6 horas da tarde

12.^o Que o horario da *visita publica* ordinaria ao *Castello* seja o seguinte:

Das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

13.^o Que as supra mencionadas «Instrucções» e horarios comecem a vigorar no proximo dia 1 d'abril.

Documento 77

1905 (5 de Maio a 23 de Novembro) – *Ofícios de Albano Bellino dirigidos ao Conselho dos Monumentos Nacionais a propósito dos acontecimentos relacionados com o Castelo de Braga*. ANBA – Processo n.º 19 – Braga. Castelo. In Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

1.º
Braga
5-V-1905

III.º e Ex.º Snr.

Participo a V.ª Ex.ª que a Camara Municipal de Braga tenciona pedir autorização ao Governo para remover o edificio da cadeia que tem junto o *Castello da cidade*, construcção do seculo XIV. Por aqui diz-se que o terreno será vendido para construcções particulares, mas que para este fim tem de ser demolido o castello!

Se esse Conselho não procura, sem demora, conseguir que o referido castello seja classificado, como ha tempo propuz, monumento de arte militar antigo, de terceira classe, a responsabilidade do vandalismo não será minha...

Conviria promover esta classificação sem d'isso se dar conhecimento pelos jornaes, para que não se diga que o castello só agora é lembrado.

O vogal correspondente
Albano Bellino

2.º
Braga
27-VII-1905

III.º e Ex.º Senhor.

Continua a guerra da vereação bracarense contra a existencia do notavel castelo da cidade.

Os jornaes ja se teem revelado contra o nefando projecto da Camara e eu prometto enviar brevemente alguns dos que mais se teem salientado.

Aquelle monumento de arte militar não pertence ao Ministerio da Guerra? Como póde a Camara dispor do material e do terreno se nada lhe pertence mais que a velha cadeia e d'esta mesmo devemos exceptuar as costas do edificio que é uma das faces da muralha do Castello? A Camara de Braga não póde pois dispor de mais do que o terreno da cadeia, frente e dois lados do velho edificio.

A Camara argumenta com o producto da venda do castello e do respectivo terreno para custear as despesas da construcção da nova cadeia; mas eu garanto que tudo isso não dará para metade da obra, o que corresponde a ficar o castello desfeito e a cadeia por fazer.

A nossa Comissão, se tal consentir, verá desertar os seus vogaes com o protesto de não mais quererem incomodar com estas cousas; e a archeologia local perderá todo o seu valor. Eu possuo numerosos monumentos epigraphicos e outros objectos, em fim o nucleo do futuro museu de Braga; porém este abandono pelas cousas do passado faz arrefecer os melhores enthusiasmos.

Continuando esperançado no patriotismo da Commissão dos Monumentos Nacionaes, subscrevo-me

De V.ª Ex.ª
Adm.º e servo obº
Albano Bellino

3.º Postal
Braga
23-11-1905

III.º e Ex.º Snr.

A muralha vai sendo demolida!

Ao rez do chão da castelleite que defendia a *porta do Souto*, poz-se agora a descoberto uma porta ogival que dava para a cidade, e que V. Ex.ª não viu quando lá estivemos com o director da cadeia.

Isto não póde continuar assim. É necessario estampilhar o que ainda existe de merecimento e pedir ao governo uma lei repressiva.

Mande o

De V.ª Ex.ª
Adm.ºr agrad.º

Albano Bellino

III.º e Ex.º Snr. Conselheiro Augusto Fuschini
Dign.mo Presidente da Comissão Executiva dos Monumentos Nacionaes
Lisboa

Documento 78

1905 (5 de Maio) – *Parecer de Abel Botelho, com vista à classificação da Igreja de Freixo de Espada à Cinta como monumento nacional, de modo a informar o governo da justeza do requerimento da Junta de Paróquia e cidadãos da vila para que a dita igreja fosse considerada monumento nacional (1903)*. Original autógrafo (2 pp.). ANBA – Processo n.º 62 – Freixo de Espada à Cinta. Igreja matriz. Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Freixo de Espada á Cinta⁴⁷

A igreja matriz de Freixo d'Espada á Cinta é sem duvida um interessante exemplar, um pouco hybrido, da architectura religiosa em Portugal. Attesta a demorada construcção da sua fabrica, a variada sucessão de estylos que n'ella se observam, a começar no ogival, das origens da monarchia, e a terminar nos ultimos abastardamentos da Renascença. Mas o typo architectonico predominante no seu *facies* geral é o manuelino; constituindo até a referida igreja, sôb este ponto de vista, o unico exemplar d'esse estylo, existente na provincia de Tras-os-Montes, que temos percorrido em varias direcções e onde não conhecemos outro.

Exteriormente, as portas lateraes e o portico de entrada são muito dignos de estudo, com especialidade a porta lateral norte, formado pelo mais gracioso embricamento de folhagens e laçarias. O interior do templo, dividido em três naves, é magestoso e erguido com elegancia, e todo em granito, circumstancia para notar n'uma região onde o schisto predomina. As suas oito columnas, muito sóbrias, e apenas, a meia altura, cingidas por um ligeiro annel em relêvo, lembram com effeito vergas de caravelas. Do revestimento, em talha doirada, dos altares, sobresahe, pela exuberancia da composição e pela delicadeza da factura, o grande retabulo do altarmór, onde as classicas columnas salomonicas nos apparecem cintadas em hélice, não por cachos e pampanos, ao modo habitual e conforme seria proprio da região, mas por grandes corollas e campanulas de flores. Tambem é curioso, na sua forma aerea e singela, o pulpito, todo em ferro, e obra, sem duvida, do seculo XVIII.

Quér-nos parecer que a igreja matriz de Freixo d'Espada á Cinta deve ser considerada monumento nacional, de 2.^a ordem, não só por ser representante d'um estylo de que os exemplares não abundam, mas ainda por ser um precioso monumento regional. Deve, por isso, o governo de Sua Magestade mandar adoptar as necessarias providencias para a sua boa conservação; e ordenar algumas reparações indispensaveis para restituir, quanto possivel, este curioso templo ao seu aspecto antigo. Taes seriam, com mais urgencia, a limpeza, no interior do templo, de varias caiadelas e rebôcos que o deturpam, bem como a demolição dos dois casarões informes que ladeiam, em saliencia, a portada principal, encostados aos botarêus da fabrica primitiva.

Lisboa, 5 de maio 1905

Abel Botelho

⁴⁷ Este parecer, enviado por officio da CE à DGOPM, em 24 de Maio de 1905 (officio n.º 66) resultou de uma representação da Junta de Paróquia daquela vila ao rei (13 de Dezembro de 1903), para que a dita igreja fosse classificada MN. O processo official abriu-se com o pedido de informação da DGOPM, de 21 de Janeiro de 1904. Deverá salientar-se o papel relevante que assumiu neste processo o pároco Jerónimo Maria do Carmo Meyrelles, que irá ser a partir de então, vogal correspondente do Freixo. Publicamos pela sua importância a representação da paróquia do rei que é um testemunho dos motivos, dos conhecimentos e da cultura artística de uma vila do interior transmontano.

Sua Magestade

A Villa de Freixo d'Espada a Cinta possui, entre as mais brilhantes tradições do passado, um magnífico templo, que é a igreja matriz da freguesia, de dimensões sumptuárias, rico de cantarias finamente arrendado de pedras, n'um conjunto estético tão impressionante que a mais de um artista tem arrancado palavras de admiração e apreço.

Diz-se que a sua construção começou no tempo d'el-rei D. Diniz, sendo continuado nos reinados seguintes, até que, estando no throno el-rei D. João 4.º, teve completo acabamento.

Parece, com effeito, que o genio da nossa raça, pôs ahi florescencias em epochas differentes e que de cada uma d'estas ficou um apanhado de linhas harmonicas que são uma triumphante espiritalisação da materia inquieta pelo infinito.

No entanto, a limitação da respectiva junta de Parochia e as deficiencias da educação technica, em assumptos d'arte que são geraes em quasi todo o paiz constituem circumstancias que lançam em perigo a conservação de um tão grandioso monumento.

A Junta de Parochia de Freixo d'Espada a Cinta, em sessão de 13 do corrente mez de Dezembro e os habitantes d'esta Villa a abaixo inscriptos deliberaram, pois, muito respeitosa, pedir a Vossa Magestade, se digne determinar que, a igreja matriz d'esta freguesia, seja considerada monumento nacional para todos os effectos legais, interessando assim directamente na sua conservação e consciencia collectiva da nossa patria.

Vossa Magestade cujo reinado se tem sobretudo assignalado por uma extraordinaria protecção ás letras e ás artes, certamente não deixará de attender esta supplica, que é um bem da affirmacão artistica de Portugal; e teremos mais um motivo para bem dizer, como sempre, a preciosa existencia a que estão confiados os destinos da nossa querida nacionalidade.

Freixo d'Espada a Cinta 13 de Dezembro de 1903

O Presid^{te} da Junta
Bejamin Cesar Ferreira
O vogal - José Carolino Lopes
O d.º Florindo José Duarte
O d.º Miguel da Ressurreição Ventura
O d.º José João Pinto
O secretario Manuel Joaquim de Sá Machado

[Assinam em 1904]

F. Gonçalves da Silva (?)	João Correia Taborda
Manuel António Tavares	P. ^{dre} Jerónimo Meirelles, professor oficial
Eugénio Sá (?) Taborda	Abílio (?) de Sá
Francisco Manuel d'Oliveira	Manuel maria Duarte
Antonio Manuel madeira	Manoel Joaquim Quintães
Eugenio Maria Guerra	Francisco Antonio Teixeira
Manoel Guerra	João Baptista Teixeira
Acaccio José Freire	Amandia Guerra (?)
Francisco Augusto Fernandes Maria (?)	
Adelimo Cezar Augusto varejão	
Eugenio Silva	João Manuel da Guerra

Documento 79

1905 (17 de Maio) – *Parecer de José de Figueiredo justificativo da classificação do Castelo da Feira*. Original autógrafo (6 pp.) ANBA – Processo n.º 54 – Feira. Castelo da Feira, Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

[Castelo da Feira]

Teve o vogal, a quem foi confiado este parecer, occasião de, por mais d'uma vez, visitar a torre e muralhas de defeza geralmente conhecidas por "Castello da Feira", e sempre, com o prazer que lhe dava o encanto suggestivo do logar tão pittoresco e cheio de recordações, o seu espirito soffria ao defrontar com o estado de abandono em que nunca deixou de encontrar essa admiravel reliquia.

Em cima, a linda da torre de menagem com a abobada fendida, deixando fazer-se atravez d'ella as infiltrações da chuva, com perigo da sua estabilidade, e mais alto ainda, sobre o terraço de maravilhoso horizonte, os lindos corucheos dos quatro torreões que lhe rematam os angulos, de anno para anno mais mutilados e reduzidos. Em baixo, emquanto o actual proprietário do paço dos Condes da Feira deixa, lamentavelmente, cahir o pouquissimo que resta d'essa característica e imponente habitação, a muralha tem ido aluindo, estando assim cortada em algumas pontos.

E isto que é, em parte, consequencia da acção destruidora do tempo, a que o cuidado e piedade dos homens não tem sabido por entraves, é, ou pelo menos, tem sido ainda aggravado pelos attentados verdadeiramente selvagens que a ignorancia ou o desmazello de muitos deixou praticar. Não sei se, á semelhança do que aconteceu em Palmella e em outros pontos do paiz, a historia de algumas pedras em que primam construções vizinhas é a mesma da da secular fortificação. Mas não foi decerto mão divina a que estancou o veio de agua que, desde o Reinado de D. Manuel, corria na bem lavrada fonte que este monarcha mandou collocar junto á porta da torre, nem foi tambem nem a acção nociva das invernias nem a dos raios solares que mutilaram a cantaria d'essa linda e historica obra.

Presentemente, o vandalismo revestiu outro aspecto. Completamente abandonada e desprotegida, a velha fortificação não se limita a fornecer material para edificações próximas ou para a garotada se guerrear no seu recinto relativamente amplo. Os pannos de muralha que até agora tem escapado a esta mutilações ou ás invernias longas e desabridas, estão a ser lenta, mas seguramente, removidos para a cisterna exterior pelas mãos das sucessivas camadas dos visitantes e frequentadores do monumento. É esta cisterna, construida no lado norte da torre, uma espécie de mina destinada a illuminar a escadaria ampla que lhe corre parallela e que, do alto, conduz á galeria subterranea que dava, talvez, no caso de uma situação desesperada, sahida clandestina aos defensores da fortaleza. Tem dez lanços de escada, a que correspondem outras tantas janellas que olham a cisterna. Actualmente, porem, só oito d'essas janellas, altas de mais de três metros, estão visiveis. As restantes jazem sepultadas sob o montão de pedras com que os visitantes do sitio se tem entretido a calcular-lhe a profundidade.

Ora por tudo, pelo seu valor, pela sua situação pittoresca, pela facilidade de acesso que á velha construcção dá a proximidade a que d'ella ficam as praias de Espinho e Granja, cujos frequentadores mais a visitariam se os meios de comunicação fossem melhorados e a sua atenção devidamente sollicitada, a historica fortaleza merecia, como diz o illustado vogal correspondente do Concelho na Villa da Feira, uma restauração completa, cuidadosamente feita por quem para isso tivesse a necessaria competencia. Mas, na impossibilidade de se proceder a essa restauração, o que se impõe desde já, sob perigo de uma derrocada que privaria Portugal de um dos seus monumentos mais bellos e interessantes, é a reparação summaria proposta pelo mesmo vogal e indicada como urgente pela Direcção Geral de Engenharia nos

documentos que acompanham este processo. Não attender, e desde já, estas reclamações será assumir uma grande e grave responsabilidade.

Com todas as reparações reclamadas concorda em absoluto o vogal signatário d'este parecer, excepto com a que vem designada com o n.º 3.º, na copia de um dos dois orçamentos enviados pela Direcção Geral de Engenharia. Refere-se esse 3.º á verba a gastar com o reparo e betumagem das juntas da cantaria. É possível que essas juntas tivessem de começo, sido inteiramente tomadas, o que não é entretanto muito certo. Construída em "grande aparelho", é mais que provável que os cubos de pedra que constituem as paredes da torre, quando não fossem, depois de adoçadas pelo attricto, unicamente sobrepostos, como se fazia em algumas construcções gregas, levassem quanto muito um pequeno banho de argamassa intercalar, que mais os ajustasse. E a ter sido essa argamassa accusada exteriormente nas linhas de junção, o tempo encarregou-se felizmente de as atacar e destruir.

Mas, seja como fôr, e deixando á competencia dos technicos, o decidir se deve, ou não, fazer-se essa betumagem que, entretanto, se me affigura desnecessaria á estabilidade da torre, no que o signatario d'este parecer insiste é que essa betumagem seja dada da maneira menos visivel, sem o que a torre perderá muito do seu character. E que não é desnecessario esta observação tem o vogal relator a prova d'isso na maneira como, entre outros, foi restaurado o pequeno castello de Leça da Palmeira que, com as juntas da sua cantaria tomadas e caiadas dá de longe, a impressão d'um castello de papelão. Ha ainda a facilitar mais este perigo no caso especial que nos occupa, o facto de na região norte do paiz esse accusamento da betumagem das juntas ser aproveitado, geralmente, como motivo de decoraçãõ nas edificações construídas em grande aparelho.

Relativamente ao "Castello da Feira" resta ainda a questão de determinação de propriedade que, segundo se diz, tem sido já levantada varias vezes, mas essa está claramente resolvida nos documentos que acompanham este processo. Ainda quando tenham sido arrematados todos os terrenos postos em praça, esses bens são os que constam do documento n.º 1540 da Direcção Geral da Guerra, 4.ª Repartição, os mesmos que vem determinados claramente na planta annexa a este processo e enviada pela referida Direcção Geral. A não ser o "Celleiro do Infantado", o que resta do "Paço dos Condes da Feira" é o pequeno terreno annexo que na planta vem indicado com as letras a - a, tudo o mais: torre, muralha e terrenos n'ellas comprehendidos, pertence ao Estado e são bens nacionaes.

O vogal relator

José de Figueiredo

17 de maio de 1905

Documento 80

1905 (13 de Setembro) – *Parecer acerca do valor patrimonial do Castello de Braga. Assinado por Augusto Fuschini e Fernando Eduardo Serpa. Acta da sessão de 13 de Setembro de 1905. ANBA – Comissão Executiva. Actas. Livro 260.*

O Castello de Braga

Nêsta pequena memoria não nos deteremos em tratar de assumptos historicos que se refiram ao Castello de Braga, porque este trabalho está feito.

Diremos apenas que, pelas construcções ainda existentes, o monumento deve datar do seculo XIII, sendo, aliás, muito provavel que varias reconstrucções aproveitassem trabalhos romanos, visto que Braga foi um centro militar, importante no tempo do dominio romano na peninsula iberica. Em qualquer caso, a longa antiguidade das ruinas existentes merece, só por si, respeito às gerações actuaes, principalmente quando não fôr indispensavel a sua destruição por necessidades da civilização moderna, caso que nos parece não se dar ainda na pequena cidade de Braga.

Descripção do Castello. – O presidente d'esta Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos nacionaes visitou detidamente o Castello, visto que, entre outras razões, a isso foi obrigado pelo facto do referido Castello ser considerado monumento nacional. Não nos cumpria, pois, investigar se foram boas ou más as razões d'esta classificação e responsabilidades officiaes, visto que o Conselho dos Monumentos foi consultado, como não podia deixar de ser, sobre a demolição das respectivas ruinas.

Apesar de não dispôr de elementos indispensaveis para completo estudo, fundando-se nos existentes e na inspecção directa, julgou o presidente d'esta Comissão conveniente apresentar o dezenho da restauração aproximada do velho castello que sucessivamente vamos acompanhar de observações indispensaveis para o esclarecer (Des. N.º 1).

A antiga cidade de Braga era defendida por uma muralha de espaço em espaço dividida por fortes torres quadradas. A cidade fortificada estendia-se em vasta planicie, apresentando segundo pensamos, maiores dimensões no sentido leste-oeste. Das antigas muralhas restam ainda, segundo nos consta, algumas torres, mais ou menos arruinadas ou perdidas e disfarçadas entre a casaria moderna. É natural que n'esta muralha peripherica existissem varias portas, embora os vestigios d'ellas tenham desaparecido pela acção do tempo e da ignorancia vandalica das gerações que, a partir do seculo 16.º, principalmente, se encarniçaram por toda a parte e em quasi todos os paizes em destruir as construcções medievaes.

Entre estas portas duas existiam, que, na nossa opinião deviam ser as principaes: a *Porta do Souto* e a *de S. Francisco*, ambas no extremo oriental da cidade, distando entre si, cerca de 65 metros. N'este espaço se encontrava, encostado à muralha da cidade, um recinto fortificado, independente, ou castello que foi, provavelmente, destinado a reforçar a defeza d'estas duas portas principaes da cidade.

Em regra as portas das cidades medievaes eram construidas por duas torres, entre as quaes um espesso lanço de muro menos elevado offerencia larga entrada abobadada para o interior da povoação. Fortes portas de madeira, reforçadas por grandes e complicados lemes de ferro, fechavam durante a noute, ou em caso de guerra, essas entradas; bem defendidas, alem d'isso, pelas torres lateraes e pelos mackeculis, que, na muralha ficavam superiores às portas. Muitas vezes em frente das portas, pelo menos, um fósso, e constituia ainda outra defeza, além das portas de madeira chapeadas de ferro. O terraço da muralha permittia a ligação entre as duas torres e facultava a defeza contra os assaltantes.

Exceptuando, talvez, o fôssó e a ponte levadiça, assim, foram construídas as portas das velhas muralhas romanas e medievas da cidade de Braga.

O recinto fortificado independente, ou castello, apoiava-se respectivamente em duas torres: uma da Porta do Souto, outra da Porta de S. Francisco, como o indica, a planta da restauração.

O Castello de forma trapezoidal, offercia no interior a superficie de cêrca de 2:800 m², com torres nos quatro angulos, duas das quaes, como já dissemos, eram communs às Portas do Souto e de S. Francisco.

A espessura das muralhas devia ser de trez metros, pouco mais ou menos, excepto o lanço entre as torres mais orientaes, cuja espessura, já porque tinha de sustentar a ponte levadiça, da torre de menagem, já porque n'este lanço se abriam as portas orientaes e directas do Castello, devia ser mais consideravel.

Os coroamentos das torres e das muralhas eram guarnecidos de ameias com pára-balas bastante elevados. Nas ameias existentes mostram-se ainda hoje, as ranhuras onde corriam grossas boas, afim de facilitar a defesa.

No interior do castello elevava-se a torre de menagem, cuja altura excedia muito, a das quatro torres circunvizinhas. A torre de menagem era perfeitamente quadrada, tendo do lado exterior, cerca de 9 metros. As respectivas paredes, muito espessas, apresentavam-se lisas no exterior até ao coroamento, que nos angulos da torre tinha mackeculis, bem como sobre a pequena porta, aberta na face oriental da torre. O interior formava cinco andares, um até ao limiar da respectiva porta, quatro d'ahi para cima, sendo apenas o ultimo illuminado por quatro janellas, uma em cada face da torre.

Estes pavimentos eram de madeira e provavelmente a propria torre assim foi coberta; n'este caso devendo ser coroada por uma agulha ou coruchéo. Não foi possivel, nem é facil subir ao coroamento das torres, quer a de menagem, quer as circundantes; parece, porem, que nenhuma d'ellas foi coberta por abobada. Ora, d'este caso, se é verdadeiro, resulta a necessidade de telhados mais ou menos ponteagudos, isto é, de agulhas e coruchéos.

A torre de menagem offerce, á simples vista, algumas disposições curiosas. A primeira é a respectiva collocação no interior do Castello. Não está centralizada, nem as suas faces são parallelas às dos muros do recinto. A falta de centralisação faria com que a ponte levadiça, como o indica o dezenho, fosse obliqua, por tanto mais longa; para a recolher dentro da torre, seria indispensavel que tivesse dois tramos independentes, repousando sobre um pégão entre a torre e a muralha do castello, onde aliás, entre as duas portas se vê ainda no interior a saliencia sobre que assentava a ponte levadiça. A segunda condição, o não parallelismo das faces, tirava à torre de menagem parte da utilidade no auxilio de defesa do Castello.

Estas duas observações levam a desconfiar que a torre de menagem pertenceu a outro recinto fortificado, isto é, que pode bem ser anterior ao actual Castello, havendo sido apenas aproveitada.

A elegancia da torre, a sua excellente construcção fazem nascer no espirito a hypothese de uma obra romana.

A existencia de signos, ou dzenhos lavrados nos silhares, não prejudica esta hypothese, porque estes signos, sendo caracteristicos nas construcções da idade media, apparecem tambem nas construcções romanas; alem d'isso, a velha torre romana sofreu restaurações successivas.

Assim, as janellas do norte e do poente são pequenas, simples e de volta inteira, ou de ogiva muito abatida, em quanto as duas outras, as do nascente e do sul, são geminadas e maiores. Não é nada provavel que o contractor primitivo da torre, sem razão esthetica plausivel, fizesse as janellas desiguaes. Foram condições e necessidades posteriores que exigiram esta transformação.

No nosso espirito subsiste, pois, a duvida sobre se a velha torre de menagem do Castello de Braga é obra romana mais ou menos restaurada, ou, pelo menos se foi construída em ponto onde existio outra torre romana e lhe seguio o modello.

Este problema pede um estudo mais minucioso da torre e ainda talvez com elle se não resolva; parece-nos porem, que a olhos exoerimentados se manifestarão logo grandes differenças de character, para não dizer de estylo, entre as quatro torres do recinto e a torre de menagem.

Eis as breves considerações que a nosso ver completam o dezenho da restauração, assas exacto nas suas linhas geráes.

Estado actual das ruinas: Se construcções sucessivas, que devem ter começado dos meados do seculo XVII não tivessem mascarado o Castello, esta parte das antigas fortificações romanas e medievaes de Braga podia elevar-se com certa grandeza e magestade na zona mais central da cidade.

Em planta especial marcámos a tinta preta e traço continuo, o que resta do antigo Castello (Dez.º n.º 2).

Lado Oriental. Este lanço de muralha, comprehendendo as duas torres, foi completamente mascarado por construcções encostadas à antiga muralha, onde, pela parte interior, se veem ainda encastradas nas paredes as antigas ameias, pelo menos em extenção importante. A porta direita do Castello é ainda visivel, apesar de murada. A torre n.º 1 servio de fundamento a um campanario; a n.º 4, se existe, está absolutamente mascarada pela casaria moderna. Na frente d'estas construcções, como o indica a planta, existe uma arcaria, para a qual abrem no centro a porta de uma pequena egreja e aos lados de varios cafés e lojas commerciaes. Esta arcaria não se recomenda por qualidade alguma esthetica, posto que não seja feia e forneça comodidades ao publico e ao commercio.

Seria loucura pensar na restauração do Castello n'esta parte, muito embora, a nosso vêr, a antiga muralha ladeada de tres torres fosse superior em bellezamento ao que produzem as arcarias e as construcções modernas.

Lado Norte. – Nesta parte a muralha era ladeada por duas torres; a do oriente – n.º 1 –, servindo de base ao moderno campanario, a do poente – a n.º 2 –, uma das torres da antiga porta de S. Francisco. Esta ultima torre existe quasi intacta. Tanto a muralha como a torre estão mascaradas pelo edificio, relativamente moderno, da cadeia districtal, que foi encostada a estes antigos elementos. O edificio actual da cadeia não tem valor algum artistico, nem possui a mais insignificante condição para um edificio d'esta natureza. Causa verdadeiro horror aquelle pandemonio de vicios e mizeria. Não ha duvida em que deve ser immediatamente demolida, como verdadeira vergonha para a terceira cidade do paiz, esta especie de prizão marroquina, foco de infecção permanente no centro da população.

A demolição d'este barbaro e infecto edificio poria a descoberto a torre n.º 2, em sofrivel estado de conservação e o lanço da antiga muralha, muito damnificada, de cert, mas que nos parece de possivel restauração. Quando, porem, se quizesse aproveitar para novas construcções a superficie da actual cadeia, esse aproveitamento deverá realizar-se não prejudicando a torre historica, que fazia parte da pórtia de S. Francisco, e não ultrapassando a antiga muralha, visto que bastante perto d'ella se encontra a torre de menagem. Consta-nos que, ao dissolverem-se as Juntas Geráes, quando passaram os seus bens e funcções da maxima importancia para o Estado, a Junta Geral de Braga tinha em cofre cêrca de 40:000\$000 réis para construcção da nova cadeia. Se assim foi, é uma grave injustiça, quasi uma expoliação, não empregar immediatamente essa quantia na construcção da nova cadeia.

Lado Occidental. – N'este ponto, o lanço da muralha, que, aliás, fez parte do grande recinto fortificado da cidade, é ladeado por duas torres a da Porta de S. Francisco – a N.º 2 – e a da Porta do Souto, – a N.º 3.

Da primeira d'estas torres já falámos precedentemente. É possivel desmascaral-a e restaural-a sem grande difficuldade.

A segunda d'estas torres, a que faz parte da antiga Porta do Souto, parece-nos a mais importante do Castello. As suas espessas muralhas estão bem conservadas, como se pode verificar, vendo-a no interior. No exterior, esta torre está occulta, em

parte, por construcções, entre ellas uma pequena capella ou passo. Apesar de encostada à antiga muralha, como a torre as excede em altura, o coroamento ameiado vê-se em grande extensão. Seria facil e economico demolir estas pequenas construcções, deixando livre, a torre na sua quasi totalidade.

O lanço da muralha entre estas duas torres está quasi todo descoberto e offerece um bello cunho de antiguidade. É um valioso trecho das antigas fortificações, que, alem d'isso, conservará as torres das duas portas principaes, de Braga da idade media. (Vidé photographia.)

Lado Sul. – Esta parte fica comprehendida entre as torres n.º 3 e 4: a primeira a que nos acabamos de referir, a segunda, como já dissemos tambem, desaparecida ou mergulhada nas construcções modernas. Ao respectivo lanço de muralha estão encostadas casas de certo valor e apparencia. Seria impossivel pensar em restaurar esta face do Castello.

Interior do Castello. – Offerece alguma importancia este interior. Em primeiro lugar, como já observámos, a torre de menagem não occupa a parte central da superficie interna. Está muito proxima da muralha do norte, a da cadeia, da qual dista apenas apenas uns oito metros.

Esta observação tem alguma importancia para as conclusões d'esta memoria. Entre as torres N.º 2 e N.º 3 foram posteriormente levantadas, no interior grandes e fortes construcções, que, aproveitando estas torres, parece terem servido de habitação ao Alcaide ou Governador do Castello. D'estas salas apenas uma está coberta, das restantes desabaram os tectos e os telhados.

Alguns muros baixos dividem o recinto interior do Castello, cujo estado de limpeza deixa um pouco a desejar.

Assim descripto o pequeno Castello, quer na sua feição primitiva, quer no estado actual, vamos apreciar o que se pretende fazer por parte da actual Camara de Braga, segundo o processo que existe n'esta secretaria e os dados que foi possivel colher na localidade.

Demolição do Castello. - Demolindo os restos descriptos, pensa a Camara de Braga tirar largo beneficio dos terrenos vendidos para novas construcções. Calcula-se este beneficio em 20:000\$000 réis.

Não consta que a Camara mandasse elaborar pelo menos a planta das novas construcções, definindo bem os talhões para venda, e, ignora-se igualmente a base de calculo para a valorisação dos terrenos. Como estes elementos, aliás indispensaveis para a resolução do problema, não existem, é mister formular algumas hypotheses.

Admittamos, pois, que todo o resto do Castello, bem como a actual cadeia, sejam demolidos. Para valorisar os principaes terrenos seria indispensavel alargar a rua do Castello, estreita e tortuosa, o que se faria à custa do terreno do mesmo Castello. N'este caso poderia conseguir-se uma frente geral, aliás inflectida em angulo recto no local da torre N.º 2, de 90 metros, pouco mais ou menos. Suppondo que esse talhão tivesse 20 metros de profundidade, seriam 1:400 m², aproveitaveis para novas construcções.

Para alcançar 20:000\$000 réis chegaremos ao preço medio de 14\$300 réis, por metro quadrado de terreno para construcção.

Óra este valor é o de Lisboa em certas Avenidas, não parecendo nada provavel que em Braga atinja metade d'esta quantia.

Alem d'isso deve attender-se ao desmancho dos restos do Castello, formadas por grossa e altas paredes de silharia, onde as argamassas teem, sem duvida, attingido extrema dureza. A torre de menagem, por exemplo, tem pelo menos 28 metros d'altura. Demolir construcções d'esta natureza, principalmente, *como dizem*, para aproveitamento de materiais, não é obra facil, nem economica. Só em construcções vulgares o valor do material compensa a despeza da demolição.

Não é facil calcular-se, à simples vista, o volume das alvenarias, mas attendendo a que deve ser consideravel, mormente se tivermos em conta que a taes alturas são necessarias obras accessorias e aparelhos que custam dinheiro.

Assim, julgamos que a Camara de Braga labora n'um erro, não devendo esperar d'esta demolição e da venda dos terrenos somma que nem de muito longe se aproxime de 20:000\$000 réis.

Admittamos, agora, a hypothese da conservação da torre de menagem. Então a profundidade das novas construcções, circundantes tinha de ser muito reduzida, sob pena da bella torre ficar abafada, encostando-se-lhe quasi os muros das trazeiras e dos pateos d'essas novas construcções e escondida pela altura dos edificios. N'este caso a torre de menagem ficaria vergonhosamente metida n'um saguão. Além d'isso é claro que, deixar qualquer entrada para este saguão seria diminuir a superficie do terreno applicavel a novas construcções. Julgamos esta hypothese ainda mais condemnavel do que a primeira.

Conclusões: – É preciso que as pequenas cidades, principalmente, se convençam de que devem conservar, quando fôr possivel, o seu character antigo e historico. E escrevemos principalmente, porque esta regra, devendo ser geral, às vezes, nos grandes centros, as necessidades da vida moderna, o crescimento industrial e commercial, o augmento anormal da população e do respectivo movimento podem exigir a abertura de grandes Avenidas. N'este caso, porem, quando os vestigios antigos, historicos ou artisticos não podem ser salvos, ao menos existem a compensação de uma nova arte e de novos caracteres estheticos, e, muitas vezes razões de saneamento que desculpam a destruição.

Ainda assim, as grandes cidades preferem sempre crear novos bairros, deixando intactos esses vestigios, que lembram passadas grandezas e lhes dão um bello character de antiguidade. Roma, por exemplo, está semeada de ruinas, o grande forum, o palacio dos Cezares occupam uma superficie immensa em sitio excellent para abertura de novas avenidas e construcção de palacios modernos e ninguem se lembrou ainda de as destruir; pelo contrario pensa-se, ou pensou-se, em arrazar as novas edificações circumvizinhas para cercar as ruinas de vastos jardins.

Certamente não soffre comparação, nem historica, nem artistica, o modesto Castello de Braga com as imponentes ruinas do forum romano; mas tambem a pequena cidade de Braga não soffre confronto a grande Roma, cujas necessidades sociães crescem de dia para dia.

Assim julgamos *que seria um attentado historico a artistico sacrificar os restos do velho Castello*, idéa nascida do erro em que laboram os que suppõem alcançár um beneficio pecuniario que em caso algum é licito esperar em attendivel importancia.

É pois esta Commissão de parecer que sobre este assumpto se respeitem as seguintes normas:

1.^a - O edificio da cadeia actual deve ser immediatamente condemnado e substituido. O edificio condemnado pode ser vendido para outras applicações, ou demolido e vendido o respectivo terreno.

2.^a - As torres N.º 2 e 3 que fizeram parte respectivamente das Portas de S. Francisco e do Souto, bem como o lanço da muralha entre ellas intercallado, devem ser conservadas e quanto possivel limpas de construcções modernas.

3.^a - O interior d'estas torres, assim como as salas da residencia do Alcaide, devem ser restauradas, applicando-as a Camara para Muzeu districtal.

4.^a - O pateo interior do recinto deve ser limpo e ajardinado, applicando-o para muzeu das grandes peças, que não possam ser comprehendidas nas salas.

5.^a - A torre de menagem deve ser restaurada interiormente e abertas as respectivas janellas.

É evidente que a Camara de Braga não possui meios para estas obras; pode, todavia, realisal-as successivamente, não prejudicando a final unidade.

Se, assim praticar, a Camara terá feito um serviço relevante á cidade de Braga, conservando-lhe o resto das suas antigas fortificações romanas e medievães, e

appropriando-as a uma instituição que já devia existir na antiquíssima e histórica Bracara Augusta.

Dada, porém, a hypothese de que a Camara de Braga se acha com forças pecuniarias sufficientes para arrazar todo o vasto talhão comprehendido entre os largos da Lapa e dos Terceiros, rua do Castello e rua do Barão de S. Martinho, conservando a torre de menagem e levantando-lhe em volta novas construcções sustentadas pelas arcarias de longos porticos, lembra-lhe este Conselho que muito lucraria esta monumental e dispendiosa obra em ficar reduzida às três fachadas do norte, do nascente e do poente. N'este caso a quarta face das modernas edificações, a do poente, seria constituida pelas torres das antigas portas da cidade e pela muralha da cêrca medieval. O muzeu ficaria ali perfeitamente installado e o encastramento d'esses velhos e historicos restos do Castello, dariam ao conjunto um cunho original e variado, de certo muito superior em valor esthetico ao que poderá ser o monumento moderno, repetindo equal motivo em todas as suas faces.

Alem d'isso ninguem poderá, em tal caso, deixar de concordar em que a Camara, procurando zelosamente embellezar a cidade, respeitou os restos venerandos de um trecho historico que, aliás, se traduz no proprio escudo das armas de Braga. – Lisboa 13 de setembro de 1905 (aa) Augusto Fuschini – Fernando Eduardo de Serpa Pimentel.

Documento 81

1905 (20 de Dezembro) – *Parecer de Augusto Luciano Simões de Carvalho, para fundamento da proposta de classificação do Castelo de Elvas*. ANBA – Processo n.º 43 -Elvas. Castello, Igrejas, Vol. I, Livro 240. Inédito.

Parecer

Trinta e seis castellos figuram na relação dos monumentos nacionaes firmada por Vilhena Barbosa, apresentada ao Governo pela real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes e reimpressa por ordem da commissão executiva d'este conselho como subsidio para a classificação dos mesmos monumentos.

O *castello de Elvas*, mórmente se o considerarmos, não isoladamente, mas como parte integrante, ou como nucleo do systema de muralhas, que no volver dos seculos defenderam aquella cidade, não é menos digno de ser incluído na relação deixada em aberto pelo illustre archeologo, a que nos referimos acima.

Se não serpenteia, como o castello dos mouros por excellencia, pela crista da serra de Cintra, procurando no horizonte a amplidão do oceano; se não surge, como o de Almorol, do seio do Tejo, trazendo á lembrança o vulto de Gualdim Paes; se não manifesta, como o de Leiria, o renascimento das artes em triplice aspecto – militar, civil e religioso; pela sua situação, pelas suas tradições, pelos restos materiaes da sua construcção, deve ser conservado e respeitado “como padrão da historia e da arte militar dos tempos antigos”, servindo-nos da proprias palavras de Vilhena Barbosa.

Celtas ou romanos, os seus fundadores encontraram no valle do Guadiana uma encosta voltada a sul, levemente ondulada, terminando no cimo por escarpa naturalmente talhada para a defesa; n'este ponto ergueram a primitiva fortificação – o castello.

De ahi veio descendo a povoação pela encosta e acompanhando-a successivamente, em cada uma das principaes epocas historicas seguintes, um recinto fortificado, primeiramente arabe, depois portuguez, já medieval, já moderno, semelhante grande collar de quatro fios, que se suspendesse do castello, ponto de osculação de todas as cêrcas.

Dominado desde a ultima epoca pelo forte de Lippe, ‘um dos vertices do triangulo equilatero, que tem por marcos Campo Maior, Badajoz e Elvas, o castello d'esta cidade, debruça-se na fronteira sobre campos de dilatado horizonte, theatro de proezas dos nossos antepassados em prol da independência nacional.

Está em principio de ruina, mas não se pode dizer que seja uma ruina.

A sua planta e o seu perfil conservam-se taes como nos ultimos tempos em que a fortaleza funcionou simultaneamente servindo de residência ao alcaide.

Ergue-se ainda a torre de menagem, coroada por suas largas ameias quadrangulares, outrora reforçada em duas das faces oppostas por macissos quadrados revestidos de solida enxelharia e no interior coberta por abobada guarnecida de grossos artesões sustentando o terraço.

Circuitam a area muros e cubellos, rasgados aqui e alli por frestas, secção de dupla palmatória, e communicando com o interior por escadas, já em hélice, já em lanços rectos, mas de direcção differente, agora cobertas, logo ao ar livre, e com o exterior por meio de rampas subterraneas, que levam á porta falsa ou da traição, actualmente e de fora e de ha muito tempo tapada a pedra e cal, de certo por motivo de consolidação do muro em que se abria.

Abre-se ainda a porta principal ostentando sobre o arco, prova irrecusável de vetustez, o pelicano esculpido em pedra escura, que, sem duvida, de longe foi trazida.

Contra a muralha e do lado de dentro em frente e á direita da entrada, vemos ainda restos do edificio, que nos tectos artezoados das lojas e na longa escadaria de

acesso ao primeiro andar revelam residencia digna dos condes de S. Lourenço, que por longo tempo alli exerceram a alcaidaria do castello.

Fora d'este, as edificações esconderam, deturparam, desfizeram até parte importante das muralhas, por isso hoje amiude interrompidas; da barbacan não ha vestigio; sem embargo, agora emergem da casaria algumas torres e lanços de muro, pelos quaes é possível balisar e reconstruir as duas cêrcas interiores – a romano-arabe e a arabe propriamente dita, apreciando assim melhor a obra que as coroava.

Taes se oferecem na segunda a torre da Cadeia, imponente por suas avantajadas proporções e a da antiga *Porta Nova* dos arabes, actualmente denominada *Arco da Encarnação* ou de *Braz Coelho*, na extremidade da rua d'este nome, e que por um momento nos faz lembrar o conhecido *Arco de Almedina* em Coimbra; e na segunda, aliás na primeira a *Porta da Alcaçova*, ou vulgarmente dita *Miradeiro*, cujas pedras de arco em ferradura. Jazem despresadas n'uma cavallariça proxima, que . Mais curiosa, mais typica, porém é a Porta do Templo, que o dr. Santa Clara, mais feliz do que André de Resende e Ayres Varella, descobriu em predio seu, quasi paredes meias da casa, junto à sua propria habitação.

Pela solidez da fabrica, pelas dobras da passagem, pela deposição geral das duas torres flanqueando a porta e dominando o inimigo exterior e interiormente, é um trecho modelar da arte de defesa na idade média.

Todos estes vestigios do passado tornam mais preciosa as reliquias do castello, por outro lado authenticadas pelas memorias dos tempos.

Com effeito é certo que se ignora onde param as duas lapides com inscripções arabicas das quaes constava a fundação do castello pelo famoso El Mansur, “ o feliz”; mas a sua existencia ficou provada pelo testemunho ocular de antiquarios fidedignos, como Ayres Varella, que as transcreveu no seu *Theatro Historico*.

Melhor fortuna teve a gravura do gracioso emblema de D. João II que, como dissemos se conserva sobre o arco da porta principal.

No “Livro das Fortalezas” perpetuou Duarte de Armas a representação do castello em planta e a do castello e villa contigua em duas vistas de perspectiva, tal como a sciencia rudimentar de debuxo o permittiu, aliás em bom pergaminho e fino traço ao applicado escudeiro da casa de El-Rei D. Manoel.

Até o brazão da villa, hoje cidade, se relaciona com o monumento.

Quer o cavalleiro apparatuso figure o raptor do estandarte de Badajós, como quer a lenda popular, quer El Rei D. Sancho II como é mais verosímil, associou-se sempre á memoria do castello, ou pelos muros, por sobre os quaes foi arremessado o estandarte, ou pela fortaleza que o rei conquistou.

Bem merece, pois, a camara municipal de Elvas, velando pela conservação do castello, que ainda hoje se mantem de pé, avultando na série de balisas gloriosas com que assignalamos a raia seca do nosso território, de Caminha a Castro Marim.

Não conservar o castello de Elvas, deixal-o cahir em ruinas, demolil-o, alienal-o talvez, seria lavrar ignominiozo documento da nossa indifferença pelas tradições da propria autonomia.

Pelas razões expostas somos, portanto, de parecer que o Conselho deve, para os effeitos do art.º 137.º do decreto de 21 de janeiro de 1903, informar favoravelmente a petição da câmara municipal de Elvas, julgando o antigo castello d'esta cidade, digno de ser incluido na relação dos monumentos nacionaes.

Deve, alem d'isso este Conselho congratular-se por ter do seu lado, no interesse pela conservação d'estes monumentos, a illustrada de Elvas, que já benemerita pela criação de um museu, em que, por falta de espaço está accumulando preciosidades archeologicas do seu aro, pugna de modo tão fervoroso pela classificação de monumento mais antigo de que se ufana a sua cidade.

Lisboa 20 de dezembro de 1905

O vogal do Conselho, Relator

Augusto Luciano S. de Carvalho

[À margem e ao alto]

Este parecer foi aprovado pelo Conselho dos Monumentos Nacionaes, servindo de base ao Decreto que logo em seguida classificou o Castello de Elvas monumento nacional.

Documento 82

1906 (12 de Fevereiro e 1 de Março) – *Ofício da Direcção Geral da estatística e Próprios Nacionais informando a Academia Real de Belas Artes da supressão do Convento da Chagas de Cristo em Vila Viçosa e relações dos objectos deste convento seleccionados para serem entregues ao Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Évora.* ANBA – ARBAL, Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1903-1909. Livro 58.

Ministério da Fazenda
Direcção Geral da Estatística e dos
Próprios Nacionaes
Repartição Central
P.º n.º 248, L.º 5.º
N.º 43

III.º e Ex.º Snr.

Tendo fallecido a ultima religiosa do supprimido convento das Chagas de Christo, de Villa Vicoza, digne-se V. Ex.ª nomear pessoas idoneas que procedam á escolha dos objectos que pelo seu valor artistico ou archeologico, mereçam ser guardados por deposito no muzeu nacional, com exclusão dos, que pela sua indole local, interessem o muzeu da cidade de Evora, devendo V.ª Ex.ª providenciar para que os delegados incumbidos da escolha dos objectos d'arte os relacionem em separado e que essas relações sejam enviadas a esta Direcção Geral para superiormente ser auctorizada a sua entrega.

Deus Guarde a V.ª Ex.ª

Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionaes em 12 de Fevereiro de 1906
III.º e Ex.º Snr. Inspector da Academia Real de Bellas Artes⁴⁸

O Conselheiros Director Geral, interino
A.J. de Campos Magalhães

Museu Nacional de Bellas Artes

Relação dos objectos do espolio do supprimido Convento das Chagas de Villa Viçosa, escolhidos para o Museu Nacional de Belas Artes

206B	Dois castiçaes de estanho, antigos
209	Caixa com nove cintas de renda branca.
231	Cabeça de barro, representando S. João Baptista.
274	Manto pequeno de seda lavrada, cor de laranja, com espiguiha dourada
253	Pequeno vestido de seda amarella, com renda prateada.
408	Duas pequeninas jarras de madeira.
438	Pequenino quadro de pergaminho, representando Santa Maria Magdalena.
456	Estante de foro forrada de couro, com pregos amarells.
487	Pequeno castiçal, antigo, de latão
551	Cortinas e sánefa de seda amarella lavrada.
634	Pano pequeno côr de rosa, bordado a vidrilho de côres.
680	Frontal de seda branca com bordados a froco, ouro e prata.
721	Navio de madeira de talha dourada, com 4 anjos e seus pertences.
730	Martyrologico romano, com capa de velludo verde e guarnição de prata.

⁴⁸ O pintor Carlos Reis, Director do MNBA, fica indigitado e solicita que com ele vá o tesoureiro da Academia, Manuel Nicolau da Costa. Relação dos inventários remetida por Carlos Reis em 6 de Março de 1906.

756	Disciplinas pequenas de prata.
757	Pequeno punhal de prata pertencente ao N.º 721.
759	Mastareo de prata do N.º 721.
760	Quatro pares de asas de prata dos anjos do N.º 721.
761	Mastareo de prata do N.º 721.
765	Pequeno septro de prata lavrada.
785	Cruz de prata com a imagem em marfim.
804	Pequena moldura de prata com um pequeno quadro, representando “Santa Tecla”.
823	Naveta pequena de prata.
824	Colher da dita.
834	Perfumador de prata lisa.
858	Inscrição de prata do N.º 721.
	Pequena caixa forrada de couro, com ferragens.
	Arca grande, no mesmo estylo (deteriorada).
	Corpete de corda (disciplinas).
	Peso de ferro, antigo

Lisboa, 1 de Março de 1906

Relação dos objectos do espolio do suprimido Convento das Chagas de Villa Viçosa, escolhidos para o Museu de Évora

	Quadro da (sic) azulejos, representado: “Santa Clara” (na capella de S. João).
147	Andor representando o “Baptismo de Christo”.
154	Pequenina almofada de seda branca bordada a matriz (sic).
273	Frontal de damasco azul, com franja de ouro.
286	Dito de seda amarella, com franja azul.
288	Dito de damasco roxo com franja e uma facha de velludo em volta.
290	Cruz processional, antiga, de cobre (pequena).
409	Frontal de seda branca bordada.
414	Sacrário de pau (ebano) com ornatos de prata branca e dourada.
623	Duas dalmaticas de seda branca, bordadas a ouro-
624	Casula igual.
712G	Casula roxa, com galão amarello.
854	Corôa antiga de prata dourada.
	Cruz d’altar com guarnição de metal.

Lisboa, 1 de Março de 1906

1908 (20 de Junho) – O Director do MNBA, Carlos Reis, reclama os objectos destinados ao Museu e escolhidos no Convento das Chagas de Cristo de Vila Viçosa. Neste assunto responde o Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, autorizando a entrega conforme ofício de 10 de Março de 1906, L. 5.º n.º 1269, com o objectivo de figurarem no Museu Nacional de Belas Artes e no Museu de Évora. Foi expedida ordem ao delegado do tesouro do distrito de Évora para entregar os objectos ao delegado da Academia (neste caso em Évora). Este será Manuel Nicolau da Costa, tesoureiro da Academia. Ao chegar a Vila Viçosa, este funcionário, não os pode levantar, porque eles tinham sido distribuídos pelas freguesias do Distrito Eclesiástico de Vila Viçosa e por algumas confrarias, conforme consta da cópia da declaração do depositário (ofício n.º 60 do L.º 1 do MNBA, 30 de Junho de 1908)

Cópia da declaração anexa ao ofício n.º 60 do MNBA

“Em virtude d’ordens de Sua Ex.^a Revd.ma o Snr Dom Augusto Eduardo Nunes, Dig.mo Arcebispo d’Evora declaro que os objectos do extincto Convento das Chagas de Christo d’esta Villa Viçosa foram destruidos pelas Freguesias do Districto Ecclesiastico d’esta Villa Viçosa e por algumas confrarias d’esta Diocese e os objecto não distribuidos foram por mim remetidos para Evora para sua Ex.^a Revd.ma o Snr Arcebispo, em virtude do que não poderam ser entregues ao Ex.mo Snr. Manoel Nicoulau da Costa, Delegado da Academia das Bellas Artes de Lisboa e que eram destinados ao Museu das Bellas Artes.

O depositario representante da Sua Ex.^a o Snr Arcebispo

(a) P.e Antonio Ribeiro

O escrivão de fazenda do Concelho de Villa Viçosa

(a) Mariano Jose da Silva Lobo

Esta conforme

Museu Nacional em 30 de Julho d 1908

O Director

Carlos Reis

Documento 83

1906 (11 de Março de 1906) – *Remessa de uma representação de cidadãos de Santarém ao Conselho de Monumentos Nacionais, a propósito de obras na envolvente da igreja de S. João de Alporão.* Cópia. ANBA – Processo n.º 128 – Santarém. Igrejas de S. João de Alporão. Igrejas, Vol. III. Livro 242.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Presidente do Conselho dos monumentos nacionais. – Os signatarios, promotores d’uma representação dirigida á Camara Municipal de Santarem, contra uma deliberação que permite que ao lado do nosso S. João de Alporão se reedifique uma casa que mais prejudica a já precária perspectiva d’esse monumento, vem perante V. Ex.^a impetrar – visto que a sua representação foi desattendida por 5 votos contra 4, – para que esse prestante Conselho procure o meio de impedir que semelhante attentado esthetico seja perpretado, e que a sua valiosa intervenção seja mais prestes possivel, visto que a reconstrução está começada e vae continuar ja na proxima semana.

Pela copia da representação⁴⁹ que juntamos pela qualidade de grande parte dos seus signatarios e pelo desenho do local e do monumento, verá V. Ex.^a e o Conselho que o attentado só não é evidente para a stulta ignorancia de quem desconhece os mais rudimentares principios da Arte e de quem perante esse sublime pedaço que nos resta do nosso riquissimo património archeologico e que o mais infame vandalismo nos roubou, não sente a mais pequena emoção!... – Apellamos, por isso, para V. Ex.^a e ficamos esperançados em que o nosso apello encontrará echo nos nobillissimos sentimentos estheticos e moraes de tão útil quão sabio Conselho. Santarem 11 de Março de 1906 – A Commissão: Diocleciano Feio de Carvalho, Albano Lemos, Eugénio de Carvalho e Silva, Luiz Filippe Baptista, Francisco Luiz Fonseca, António de Vilhena, Manoel António das Neves. -----

Está conforme

Secretaria do Conselho dos monumentos nacionaes, em 6 de Junho de 1906
O Chefe d’expediente
M[artinho] da Fonseca

⁴⁹ No processo encontra-se uma cópia da cópia desta representação dirigida à Câmara Municipal, datada de 20 de Fevereiro de 1906, onde se diz interpretar o sentir unânime da cidade, um conjunto de 112 cidadãos (entre os quais grandes personalidades sociais e culturais, entre as quais a do vogal correspondente de Santarém, João Arruda) protestam contra a não expropriação do prédio do Sr. Aurélio Fragoso, permitindo com a sua demolição a reconstrução do novo edifício, indo contra as decisões de valorização urbanística desta parte da cidade, como, sobretudo, indo contra todo e qualquer pensamento de “exteriorização do respeito devido às nossas antiguidades architectonicas”, que revelava um “esquecimento funesto” e “desperdício” pelo “rico património archeologico”, pelo qual se deviam ter feito os maiores sacrificios para a sua conservação, a “exemplo das nações mais civilizadas”. João Arruda mantém informado o COMN do evoluir da situação por meio de correspondência particular. (Ofício de 9 de Maio de 1906). Considere-se também neste processo a informação do Governador Civil de Santarém que faz uma análise objectiva, embora sugira que, para a resolução do alinhamento da avenida do Conde de Alto Mearim (hoje Av. 5 de Outubro), se deveria demolir a Torre das Cabaças, de modo a viabilizar a valorização urbana de S. João de Alporão, então “museu de arte municipal”. No entanto, a opção pela manutenção da Torre das Cabaças devia pertencer ao COMN, na medida em que a referida torre era considerada também monumento nacional (Ofício de 31 de Maio de 1906).

Documento 84

1906 (19 de Julho) – *Parecer do Conselho dos Monumentos Nacionais sobre construções a edificar em terrenos conquistados ao Tejo, a leste da Praça do Comércio que teriam o efeito de prejudicar o valor urbano e as perspectivas daquela Praça.* Parecer enviado à Direcção Geral de Obras Públicas, pela Comissão Executiva e assinado por A. Fuschini. Cópia do original. ANBA – Processo nº 98 - Lisboa. Praça do Comércio. Igrejas, Vol. II. Livro 241.

N.º 57

Ill.mo e Ex.mo Snr

Na ultima sessão do Cons.º dos M. nacionaes foi longamente discutida a hypothese de serem elevadas construcções nos terrenos conquistados ao Tejo, para leste da Praça do Commercio e em frente da Alfandega de Lisboa.

São as conclusões d'esta discussão que vamos ter a honra de apresentar a V. Ex.ª, afim de serem tomadas em consideração pelas instancias superiores do Estado, que deveria interferir e resolver em assumptos d'esta natureza.

A praça do Commercio é, sem contestação, a melhor do paiz. Alem d'isso, pela sua grandeza, pela sua situação sobre o magnifico estuario do Tejo, e até pelo estylo dos edificios circundantes, deve ser considerada uma das primeiras do mundo.

Em taes condições julga o Cons.º dos M. nacionais que nos terrenos conquistados ao rio, em face d'esta Praça, não se devem elevar quaesquer construcções, seja de que natureza fôr, que possam prejudicar a perspectiva do rio, vista da praça, e a praça vista do rio.

N'uma cidade que hoje possui e ainda pode vir a possuir vastos terrenos margináes, não podem existir razões algumas de utilidade individual ou collectiva, publica, ou particular, que defendam o grave prejuizo que pode soffrer a bella e excepcional perspectiva de Lisboa, por quaesquer edificações realisadas, mais ou menos, em frente da Praça do Commercio. Este argumento é tanto mais poderoso, quanto tem sido permittidos e consentidos depositos e construcções nas restantes margens do Tejo, em frente da cidade, prejudicando por completo uma extensa avenida marginal, que seria obra de grande belleza e utilidade publica, constituindo ao mesmo tempo um exemplar, por assim dizer, unico no seu género.

Alem das razões expostas, outras vem ainda corroborar as opiniões do Cons.º dos M. nacionaes.

É natural que, dada a situação geographica, Lisboa, venha a ter consideravel desenvolvimento commercial e Industrial, em futuro mais ou menos proximo; ora as condições orographicas dos terrenos onde foi edificada a cidade, não consentem facil accesso entre a parte oriental e occidental de Lisboa; assim, a rua do Arsenal, para oeste e as ruas da Alfandega e dos Bacalhoeiros p.ª leste, são as unicas que dão communicação marginal, directa e plana, entre as duas facções da cidade, precisamente aquellas onde tende a desenvolver-se o commercio e a industria.

A resolução d'este problema, hoje instante, e urgente em futuro proximo, não pode ser outra, senão a construcção de uma avenida marginal, ligando os atterros existentes do oriente e do occidente da cidade.

Por todas estas razões o Cons.º dos M. nacionaes julgando seu dever chamar a attenção de V. Ex.ª e do Ex.º Ministro das obras publicas, sobre o assumpto, suppondo que, exigencia alguma d'utilidade publica, a que aliás será sempre possivel attender por outra forma, se sobreleva ao valor das considerações expostas.

D.º G.º etc
Lisboa 19 de Julho de 1906

P.ª o Cons.º D.ºr Geral
d'Ob. P. e Minas

(a) A. Fuschini

Documento 85

1906 (31 de Outubro de 1906) – *Proposta de Augusto Fuschini apresentada ao Conselho dos Monumentos Nacionais para classificação dos monumentos considerados da 1.ª classe*. Acta da sessão de 19 de Junho. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Actas. Anos 1900-1906. pp. 2-6. Livro: 259. Inédito.

Proposta⁵⁰.

Tendo sido, por Decreto de 27 de setembro próximo findo, classificado Monumento Nacional o Castello de Elvas, e,

Considerando que é da maior importancia que esta medida seja extensiva a outros edificios em igualdade de circunstâncias;

Considerando que a sua classificação é uma garantia de respeito pelos referidos edificios;

Considerando que uma relação geral de todos os Monumentos que possuímos importa um estudo circunstanciado demandando de muito tempo, e, convindo salvar, desde já, alguns edificios que, pelo seu valor histórico e artístico devem ser, sem a menor duvida considerados monumentos de 1.ª Classe [riscado 1.ª classe], tem a vossa Comissão executiva a honra de propor que sejam considerados monumentos nacionais os edificios seguintes:

Mosteiro de Alcobaça

Mosteiro da Batalha

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Mosteiro de Mafra

Mosteiro de Christo em Thomar

Mosteiro dos Jeronimos em Belem

Mosteiro do Coração de Jesus em Lisboa

Sé Velha de Coimbra

Sé de Lisboa

Sé da Guarda

Torre de S. Vicente de Belem e

Templo Romano de Évora

[Proposta de Augusto Fuschini]

⁵⁰ Inserida na Acta da Sessão, com a seguinte abertura: “O snr Conselheiro Fuschini diz que tendo sido classificada há pouco, oficialmente, o castello d’Elvas como monumento nacional, julgava conveniente enviar ao governo um officio pedindo que essa medida seja extensiva a outros edificios em igualdade de circunstancias; assumpto sobre que faz varias considerações e envia para a mesa uma proposta, em que pede sejam classificados monumentos nacionaes os seguintes edificios”: [segue rol]. A Lista foi Aprovada em Conselho dos Monumentos Nacionais de 31 de Outubro de 1906, com o acresceto de três outros importantes monumentos: Sé de Évora, Ruínas do Carmo, Colegiada de Santa Maria da Oliveira em Guimarães. A Igreja de Santa Maria só foi incluída no decreto de 16 de Junho de 1910.

Documento 86

1907 (16 a 19 de Janeiro) – *Remessa da relação dos monumentos propostos por Ramalho Ortigão para a reunião de 16 de Janeiro*. Original. ANBA – CSMN – Minutas. Livro 249. *Preâmbulo da proposta de inscrição de Monumentos nacionais de Ramalho Ortigão*. In “Classificação dos Monumentos Nacionais. Lista apresentada ao Conselho dos Monumentos, na sessão de Janeiro de 1907”. *Diário de Notícias*, n.º 14.783, de 19 de Janeiro de 1907.

Preâmbulo da proposta de inscrição de Monumentos nacionais de Ramalho Ortigão. In “Classificação dos Monumentos Nacionais. Lista apresentada ao Conselho dos Monumentos, na sessão de Janeiro de 1907”. *Diário de Notícias*, n.º 14.783, de 19 de Janeiro de 1907.

Caro amigo – Na impossibilidade de ir esta noite aos Monumentos aqui lhe remetto muito à pressa rabiscada, a proposta que segue. Se a achar no espírito dos seus principios, peço-lhe que a leia, que a mande para a mesa, e que auctorize a sua publicação nos jornaes em que haja de dar-se noticia da sessão.

É claro que, querendo V., eu completarei a relação inclusa, descrevendo se for preciso, os edificios de que ella consta e juntando photographias que os representam.

Velho amigo dedicadíssimo

Ramalho Ortigão

Conselho dos Monumentos Nacionaes

(...)

S. ex.^a entende que, para os effeitos da classificação a que se está procedendo, a importancia de um monumento architectonico se deve menos deduzir da magnitude das suas proporções materiaes que da sua especial accentuação estethica. Nas grandes obras architectonicas predomina geralmente o gosto e o criterio internacional em voga no tempo em que se fizeram, e n'ellas mais que na humilde construcção dos pequenos edificios, se attenua, se desvigorá ou inteiramente se dilue a expressão ethnica do talento local, o espirito provincial da região, a sua particular e caracteristica maneira de sentir, de pensar e de transmittir no lavor da pedra, como a qualquer transformação da materia, a affirmação de um ideal.

Convem advertir ainda que a missão do Conselho dos Monumentos Nacionaes é proteger e defender dos estragos calamitosos do tempo, das destructivas injurias da desgovernada estupidez dos homens, para bem da comprehensão historica do nosso passado, da civilisação da nossa raça, e da religião da nacionalidade a que pretendemos, os harmoniosos vestigios d'amor, de poesia e d'arte, com que os antepassados tão liberalmente enobreceram o solo da nossa patria.

Ora é evidente que as grandes fabricas architectorais mais facilmente por si mesmas se defendem que as não menos preciosas edificações obscuras, que tão saudosos sorrisos d'arte espalham ainda pelos mais deslembados recantos das dôces villas e aldeias de Portugal.

Parece-me duvidoso que, por enquanto, alguém ouse arrasar a Batalha, Alcobaça ou os Jeronymos para fazer mais uma avenida, um mercado, uma estação de caminho de ferro, ou uma «garage» de automoveis.

É bem tragicamente certo que sob pretextos ainda mais frivolos todos os dias temos visto e continuamos a ver destruir importantes monumentos provinciaes unicamente accusados da culpa de existirem.

O que a esta mesma hora se está fazendo em Évora, em Braga e em Aveiro é a mais espantosa affronta d'arte a presumida civilização dos nossos dias e à hythotetica acção fiscal do Conselho.

Em vista das considerações expostas, e para que se não cuide que pela algidez do seu contacto pretende arrefecer a fé dos seus collegas na efficacia dos seus meios de acção, propõe que no rol dos edificios que o Conselho tem a obrigação de proteger se incluam os seguintes:

1. – Goes: igreja matriz. Contem o bello jazigo do conde do Sortelha, estatua orante, seculo XVI.
2. – Trofa, perto d'Agueda, igreja do Salvador, seculo XVI. Bello pantheon dos Lemos.
3. – Igreja de Santa Maria d'Almacave, em Lamego, seculo XII.
4. – Paço de Sousa, igreja do Salvador, seculo XII. Contem o tumulo de Egas Moniz.
5. – Igreja de S. Pedro de Rates, na Povia do Varzim, seculo XII.
6. – Igreja matriz de Fonte Arcada, Povia do Lanhoso, seculo XI.
7. – Igreja de S. Christovão de Rio Mau, Villa do Conde. Tem a data do seculo XI.
8. – Igreja de Santa Maria do Castello, em Torres Vedras. Bellos quadros portuguezes do seculo XVI, bem conservados.
9. – Paços dos duques de Bragança, ruínas, em Guimarães.
10. – Convento de S. Francisco, em Serpa, seculo XV, typo análogo ao da Ermida de S. Braz em Évora e de Santo André em Beja.
11. – Ermida de Santo André, em Beja. Construcção gothica em tijolo. Seculo XV.
12. – Vilar de Frades, Barcellos. Bellicima portada romanica do seculo XII.
13. – Ermida de São Braz, em Evora. Seculo XV.
14. – Igreja de S. Salvador de Arnoso. Ruina romanica.
15. – Cantanhede. Capella de Varziella, bellas esculpturas da Renascença, escola de Coimbra, seculo XVI.
16. – Thomar. Igreja de Santa Maria do Olival, seculo XII.
17. – Mosteiro de Pombeiro.
18. – Igreja matriz de Villa do Conde. Seculo XV e XVI.
19. – Igreja matriz de Miranda do Douro, antiga Sé, seculo XVI. De Torralva.
20. – Mosteiro de Arouca.
21. – Guimarães. Igreja de Santa Maria do Castello, onde foi baptizado D. Affonso Henriques.
22. – Santarém. Igreja de S. João de Alporão. Seculo XII.
23. – Lisboa. Ermida de Santo Amaro, a mais importante colecção de azulejos polychromaticos do seculo XVI.
24. Coimbra. Palacio Sub-Ripas, manuelino.
25. – Evora. Casa Pia.
26. – Evora. Mosteiro do Espinheiro. Tumulo de Garcia de Resende.
27. – Torres Vedras. Igreja de São Pedro, seculo XVI.
28. – Igreja de S. João de Tarouca. Deposito de pintura do seculo XVI, tão preciosa como a de Viseu, Coimbra, Setubal ou Evora.
29. – Convento de Santo Thyrso.
30. – Convento e igreja de Varatojo.
31. – Gollegã. Igreja matriz manuelina.
32. – Ermida de São Jorge no Campo d'Aljubarrota, fundação de D. Nuno Alvares Pereira.
33. – Igreja de Leça do Balio, seculo XIV.
34. – Azurara. Igreja matriz manuelina.
35. – Povia de Mirleu. Capella de S. Vicente, seculo XII.
36. – Villa Real. Capella de S. Braz, seculo XIII.
37. – Villa Real. Igreja de S. Domingos, fundação de D. João I.
38. – Guimarães. Igreja matriz de S. Martinho de Candoso. Data do seculo XII.
39. – Viana do Alemtejo. Igreja matriz (restauração de D. João II e de D. Manuel).
40. – Igreja de S. Quintino. Sobral de Monte Agraço, manuelina.
41. – Torre de Quintella. Vila Marim.
42. – Igreja de Santa Maria do Castello, em Abrantes. Pantheon dos Abrantes.
43. – Montemor-o-Velho. Igreja matriz de Nossa Senhora dos Anjos. Bellos túmulos da Renascença franceza de Coimbra.
44. – Seminario de Portalegre. Esculpturas da Renascença, seculo XVI.
45. – Claustro de Cellas. Coimbra.
46. – Coimbra. Convento de S. Domingos.
47. – Coimbra. Igreja de Sant'Anna. Reanascença.
48. – Coimbra. Convento de S. Marcos.

1907 (16 de Janeiro) – «Lista de monumentos que pelo seu carácter histórico, arqueológico ou artístico são susceptíveis de se considerarem monumentos nacionais», desenvolvida por José Leite de Vasconcellos, em 1905, e que foi considerada no Projecto Classificação dos Monumentos Nacionais, do Conselho dos Monumentos Nacionais. In *O Archeologo Português*, X, Lisboa, 1905, pp. 38-41.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia

23. Excavações em Epheso

A respeito das excavações praticadas por Wilberg e Heberdey em Epheso, a expensas do governo austriaco, lê-se na *Revue Critique*, 1904, p. 100: «Presque toute la ville antique est déblayée. On a dégagé deux larges avenues bordées de monuments et de statues. L'avenue de gauche longe le Forum, les bains et les constructions de l'époque romaine. Celle de droite, coupée par des propylées à colonnes, conduit à l'agora grecque. On y a découvert un immense bas-relief de 2 mètres de hauteur sur 18 mètres de longueur, représentant des scènes de la vie de Marc-Aurèle. Les plaques de marbre viennent d'être envoyées au Musée de Vienne».

24. Excavações na Babilonia

As excavações empreendidas pela Alemanha na Babilonia começaram em 1897 sob a direcção do Dr. Koldewey. O imperador da Alemanha, que havia manifestado interesse por este empreendimento, tomou-o sob a sua protecção. Vid. *Revue Archéologique*, 1904, p. 120 sqq., onde se dá noticia dos importantes descobrimentos ultimamente feitos: via sacra de *Aïbourschabou*, santuario de *Ninmagh*, etc.

Lista de monumentos

que pelo seu caracter historico, archeologico ou artistico são susceptíveis de se considerarem nacionaes

É mais que sabido que, não obstante a propaganda que ultimamente se tem feito a bem da historia, archeologia e arte nacionaes, o nosso país ainda não comprehendeu completamente que deve respeitar os monumentos que o passado lhe legou, quer estes sejam meros testemunhos de remotas civilizações, que importa conhecer, porque em parte provém d'ellas a de que hoje gozamos, quer denunciem factos relacionados com o viver dos nossos maiores, da idade-media em diante, quer manifestem fórmias da actividade individual nos domínios do bello.

A cada passo vemos que os nossos monumentos caem em ruinas, sem acharem mão carinhosa que os ampare, antes tornando-se immediatamente presa das garras da multidão, soffrega de acabar de os des-

truir; valiosos quadros apodrecem nas paredes das igrejas ou são rotocados inscientemente; as juntas de parochia e os parochos mandam pintalgar fachadas notabilissimas de edificios religiosos; negociantes implacaveis, ou colleccionadores descaridosos, deixam ir lá para fóra, para museus ou para serem postas em almoeada universal, preciosidades raras, e colleções inteiras de objectos archeologicos¹.

Visto que a instrucção geral e a educação civica são por ora insufficientes para pôrem cõbro a estes desmandos, urge que se faça executar as leis vigentes², e se promova a promulgação de outras que salvaguardem as nossas antiguidades³, porque, se assim não for, dentro em pouco tempo não teremos nada. Algumas pessoas censuram o virem para o Museu Ethnologico todas as antigualhas que podem obter-se

¹ Quando um individuo organizou qualquer colleção archeologica, de manuscritos ou livros raros, de lapides epigraphicas, etc. — tudo pertencente a um país determinado, — e ella se tornou conhecida, ou por catalogos especiaes, ou por citações que se fizeram, não me parece que elle, posto que seja o dono, tenha moralmente o direito (salvo condições especialissimas) de a dispersar, e sobretudo deixá-la sair do respectivo país, porque essa colleção constitue *ipso facto* documento da historia nacional: e destruí-la ou aliená-la é desfalecer esta. Tambem quem possui uma casa contigua a outras não pôde incendiá-la, por isso que o fogo se communicaria ás casas vizinhas; e comtudo este individuo é tão senhor da casa como o outro o é da sua colleção archeologica. Se se me pondera que quem organizou a colleção podia não a ter organizado, responderei que sim, mas acrescentarei que ninguem nos diz que outras pessoas, com diversa orientação, não teriam aproveitado mais convenientemente os mesmos elementos que entram na colleção de que se trata.

² Decreto de 24 de Outubro de 1901, artigo 24.º

³ Noutros países ha leis importantes para a protecção dos monumentos archeologicos. Citarei alguns exemplos. Na Grecia, a lei de 16 de Fevereiro de 1893 permite a expropriação de bens immoveis por causa de escavações archeologicas e da conservação das antiguidades. Na Italia, o decreto de 22 de Abril de 1886 regularizou as escavações archeologicas nas ruinas antigas; a lei de 14 de Julho de 1887 trata da conservação dos monumentos antigos de Roma; uma lei promulgada ultimamente obsta á saída de monumentos archeologicos (cf. *Bullet. intern. de Numismat.*, III, 107). No mesmo país, e alem d'isso, na Suecia, na Noruega e na Dinamarca ha leis que impedem escavações archeologicas a quem não estiver para isso devidamente habilitado (cf. *Rev. Archéolog.*, 3.ª serie, t. XI, pag. 405). Na Irlanda existe desde 1861 uma lei que obriga os que descobrem thesouros archeologicos a participarem-no ás autoridades (cf. *Rev. Celtique*, XXI, 76). Na Hespanha, segundo li num periodico, propõe-se ultimamente uma lei (não sei se já passou em côrtes) em que se estabelece que o Estado attenda cuidadosamente á conservação das obras de arte, e procure que não saiam do país: esculpturas, pinturas, inscrições, manuscritos, moedas, medalhas, gravuras, vasos, etc., que tenham valor archeologico.

nas provincias: é que, alem de eu entender que um museu qualquer, archeologico, artistico, de historia natural, quando rico e methodicamente organizado, é um grande livro aberto onde num momento, e sem custo, se aprende o que de outra maneira levaria annos e custaria sacrificios enormes, parto da ideia de que os objectos que entram no Museu Ethnologico ficam salvos da cubica e da rapina. Não é util que se vejam em Belem, expostas convenientemente em mostradores, moedas romanas ou antigas portuguezas, e instrumentos da idade do bronze, que andavam por mãos de ourives e de caldeireiros? Não vale a pena que occupem logar de honra, numa galeria de historia e de arte, lapides archeologicas que por acaso se achavam em muros de edificios de caracter muito diverso do d'ellas, e onde estavam expostas ás pedradas do rapazio selvagem?

Não quero porém occupar-me agora dos objectos de pequenas dimensões, que podem ir para museus; quero referir-me especialmente aos grandes monumentos, começando hoje a publicar uma lista de todos os que conheço pelo país, e que são susceptiveis de se considerarem nacionaes, a fim de que possa evitar-se que nelles se commettam vandalismos. Na minha qualidade de membro do Conselho dos Monumentos Nacionaes, submetto estas listas á attenção d'elle.

Os factos são aqui citados avulsamente, á proporção que os monumentos me vierem á lembrança; póde pois ao pé de um monumento do Norte ficar indicado um do Sul, ou ao pé de um monumento religioso ficar indicado um civil. O Conselho depois aproveitará isto como melhor lhe parecer. Muitos monumentos serão citados ás vezes não pelo conjunto, mas unicamente porque nelles existe uma portada ou uma janela digna de aprego, um tumulo, etc.

I

1. *Torre da Ucaha*,—concelho de Tarouca. Do sec. xv. Muito bem conservada.
2. *Igreja parochial de Salzedas* e ruínas do mosteiro cisterciense d'esse nome,—concelho de Tarouca.
3. *Igreja parochial de S. João de Tarouca* e ruínas do mosteiro cisterciense d'esse nome,—concelho de Tarouca.
4. *Ponte romana* de Mertola, sobre o Guadiana.—Cf. *O Arch. Port.*, v, 235.
5. *Todos os dolmens* do concelho de Sátão, situados em terrenos maninhos, sobretudo dois, de grandes dimensões, no sitio do Tanque e do Juncal, perto da Queiriga.—Cf. *O Arch. Port.*, II, 225.

6. *Um dolmen*, de grandes dimensões, situado em terreno particular, na Commenda da Igreja, ao pé de S. Geraldo, concelho de Montemor-o-Novo; é o maior dolmen que conheço em Portugal.
7. *Igreja parochial de Paderne*, concelho de Melgaço.
8. *Thermas romanas de Estoi*, concelho de Faro, em propriedade particular.—Cf. *O Arch. Port.*, IV, 158.
9. *Ruínas romanas de Troia de Setubal*, propriedade particular.—Cf. *O Arch. Port.*, onde em varios volumes se trata d'ellas, por ex.: I, 54; IV, 344.
10. *Castello de Elvas*.
11. *Igreja parochial de Ferreira*, concelho de Paços de Ferreira.
12. *Arco romano de Bobadella*, na Beira Baixa.—Cf. *O Arch. Port.*, VII, 56.
13. *Arco romano de Beja*, que existe em propriedade particular, perto do castello da cidade, e das antigas *portas de Evora*.—Cf. *O Arch. Port.*, VIII, 165.
14. *Recinto romano* de Panoias, concelho de Villa Real de Trás-os-Montes.—D'isto se tratou em varios numeros d-*O Arch.*, por ex.: III, 177.
15. *Tanque romano* do Quintal do Idolo, em Braga, propriedade particular.—Cf. *Relíquias da Lusitania*, II, 239 sqq.
16. *Igreja parochial de Cárquere*, concelho de Resende.
17. *Castello de Montemor-o-Velho* e igreja annexa.
18. *Castello de Obidos*.
19. *Pelourinho de Bragança*, fixo numa escultura de pedra que representa um quadrupede, e data dos tempos protohistoricos.

J. L. DE V.

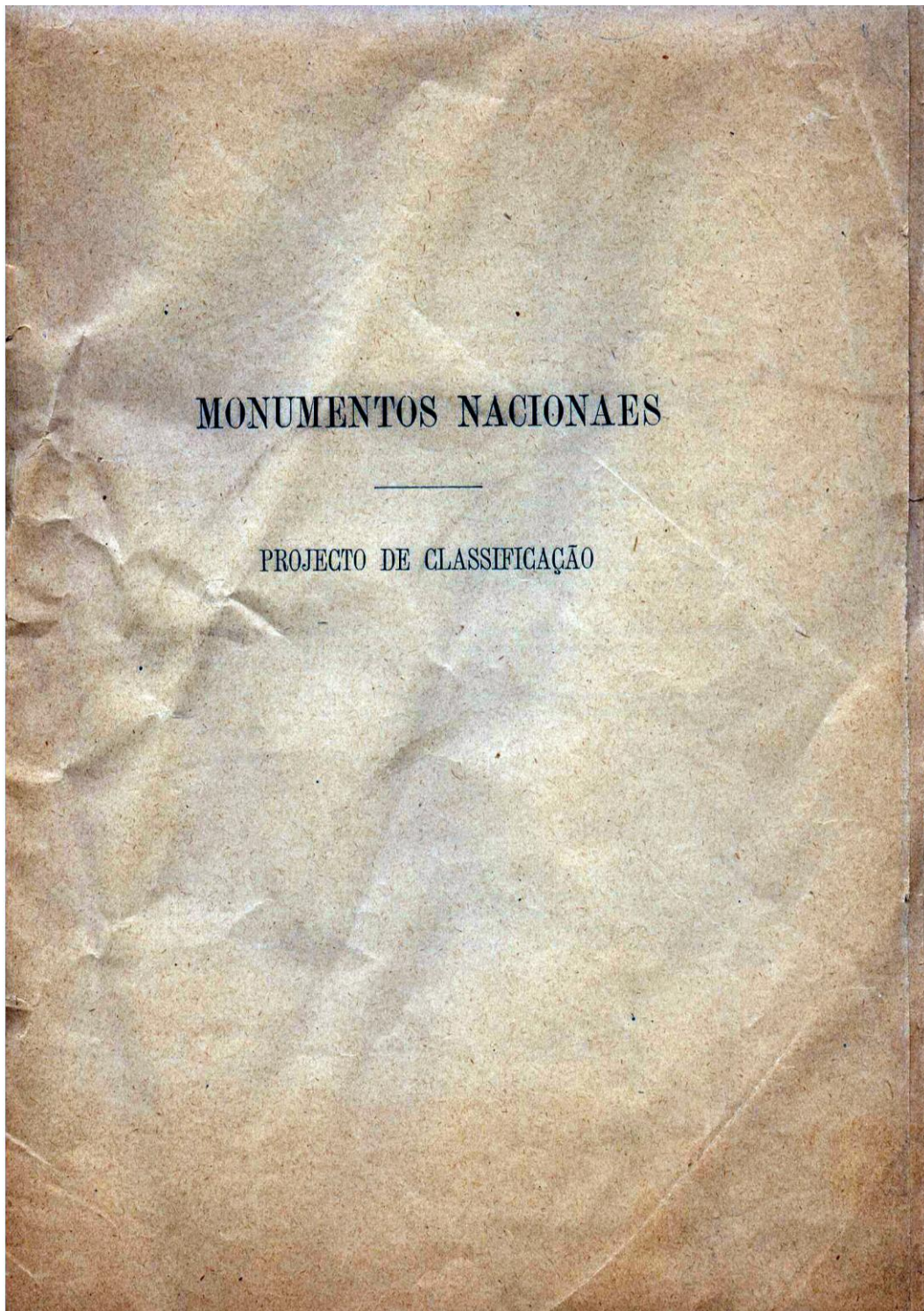
Miscellanea archeologica

1. Fogo causado por uma «pedra de corisco»

«Dom João etc. A quantos esta mjuha carta virem fiação saber que no Liuro das confirmações a 242 folhas delle estaa lamçada hũa carta del Rey meu senhor que samta glorja aja de que o teor tal he:
It. outra carta do dito senhor per que fez merce ao dito Jorge Garces damenistram da capela da Rainha Dona Felipa setuada no moesteiro dodiuellas asy como a tynha seu Jrmão Symão Garces e isto em sua vida somente comprindo os encargos. Dada em Lixboa a xxij dias doutubro de mjl b'xijj

Documento 88

1907 (16 de Janeiro) – *Monumentos Nacionais. Projecto de Classificação da Comissão de Classificação do Conselho de Monumentos Nacionais.* Augusto Luciano S. de Carvalho. Impresso. ANBA – Biblioteca. s/cota. Único exemplar conhecido e inédito.



Regras

- 1.^a—A classificação comprehende os immoveis, por natureza ou por destino, cuja conservação representa, pelo seu valor historico, archeologico e artistico, interesse nacional (*Decreto organico de 24 de outubro de 1901, artigo 24.^o, § 1.^o, e decreto de 30 de dezembro do mesmo anno, artigo 1.^o das bases para a classificação*).
- 2.^a—A classificação comprehende os immoveis classificados segundo a regra precedente, quer sejam propriedade do Estado, quer pertençam a quaesquer individuos ou collectividades. (*Decreto organico de 24 de outubro de 1901, artigo 1.^o, § 1.^o, e decreto de 30 de dezembro do mesmo anno, artigo 2.^o, §§ 1.^o, 2.^o e 3.^o, das bases para a classificação*).
- 3.^a—O plano geral da classificação é aquelle que foi apresentado pelo Presidente do Conselho dos Monumentos Nacionaes, em sessão de 20 de janeiro de 1904 e se acha exarado em appendice da acta da mesma sessão. (*Livro das Actas*).
- 4.^a—Na conformidade da regra precedente, os caracteres da classificação são estabelecidos pelo seguinte modo: caracter de ordem, *a epoca*: prehistoricos, lusitano-romanos, suevos, medievacs, do renascimento, modernos; caracter de genero, *a natureza ou qualidade*: religiosos, militares, civis; caracter de especie, *o fim ou destino*: citanias, marcos milliarios, pontes etc.; egrejas, cruzeiros, tumulos, etc.; castellos, torres, padrões etc.; palacios, aqueductos, pelourinhos, etc.
- 5.^a—São excluidas as *mealhas* ou restos de monumentos que o tempo ou os homens têm destruido ou dispersado a ponto de não poderem ser reconstituídos e de nenhum dos fragmentos dar ideia sufficiente do seu conjuncto ou de alguma das suas partes essenciaes; esses restos de monumentos são considerados do dominio dos museus.
- 6.^a—São excluidos todos os monumentos existentes nos muscus do Estado, dos municipios ou das collectividades com caracter mais ou menos official, e de cuja conservação, por consequencia, o Conselho não tem a responsabilidade.
- 7.^a—São incluídos reciprocamente, em relação á precedente regra, aquelles monumentos que por enquanto se acham fóra d'esses muscus, mas que devem no futuro pertencer-lhes e d'elles fazer parte, taes como lapides e estatuas avulsas.
- 8.^a—A inscripção no quadro finda com o seculo XVIII.

Observação

O monumento designado pelo asterisco *—Castello de Elvas—foi já considerado monumento nacional por decreto de 27 de setembro de 1906; egualmente o foram, por decreto de 10 de janeiro de 1907, os monumentos designados com os asteriscos **—Templo romano em Evora; Sés da Guarda, de Lisboa e de Evora; Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, da Batalha, de Alcobaca, de Thomar e de Belem; Basilicas de Mafra e da Estrella; Egrejas da Sé-Velha de Coimbra e do Carmo de Lisboa (ruinas); Torru de S. Vicente de Belem.

MONUMENTOS PREHISTÓRICOS

- Antas Anta da Lapa dos Mouros. *Caminha* (a).
Anta da Polvoreira. *Guimarães*.
Antas de Carrazedo. *Villa Ponca de Aguiar*.
Anta de Villarinho. *Carrazeda de Anciães*.
Anta de Alijó. *Alijó*.
Anta de Aboboreira. *Amarante*.
Anta de Santa-Marta. *Penafel*.
Anta do Valle-da-Rua. *Castello de Paiva*.
Anta do Casal-Mau. *Arouca*.
Anta de Mamaltar. *Abergaria*.
Anta da Queiriga. *Satam*.
Anta do Carvalhal. *Penalva de Castello*.
Anta de Area. *Oliveira de Frades*.
Antas de Paranhos. *Ceia*.
Antas de Bellas. *Cintra*.
Anta de Adrenunes. *Cintra*.
Anta de Melides. *Sant'Iago de Cacem*.
Anta de Nisa. *Nisa*.
Anta de Melriço. *Castello de Vide*.
Anta de Pombaes. *Castello de Vide*.
Anta de Fonte-de-Mouratão. *Castello de Vide*.
Anta de Coutada-de-Alcogulo. *Castello de Vide*.
Anta de Corleiros. *Castello de Vide*.
Anta da Casa-dos-Galhardos. *Castello de Vide*.
Antas das Tapadas de Pedro-Alvaro e dos Olheiros. *Castello de Vide*.
Anta da Varzea-de-Mourões. *Castello de Vide*.
Anta da Nave-do-Grou. *Castello de Vide*.
Anta do Crato. *Crato*.
Anta da Aldeia-da-Matta. *Crato*.
Anta do Monte-de-Esgueira. *Barbacena*.
Antas da Ordem. *Aviz*.
Anta de Arrayolos. *Arrayolos*.
Anta de Silvaldas. *Arrayolos*.
Anta dos Touraes. *Montemor-o-Novo*.
Anta da Candieira. *Redondo*.
Anta das Tesouras. *Redondo*.
Anta da Vidigueira. *Redondo*.
Anta da Venda-do-Duque. *Redondo*.
Anta da Herdade-da-Tisnada. *Evora*.
Anta do Zambujal. *Evora*.
Anta da Murteira. *Evora*.
Anta da Serranheira. *Evora*.
Anta de Montinho. *Evora*.
Anta de Paredes. *Evora*.
Anta de Paço-da-Vinha. *Evora*.
Anta da Galvoeira. *Evora*.
Anta do Barrocal. *Evora*.
Anta do Pinheiro-do-Campo. *Evora*.
Anta de Alcalá. *Villa Nova de Portimão*.
Anta da Nora. *Villa-Real de Santo Antonio*.
Anta da Marcella. *Villa-Real de Santo Antonio*.

(a) As designações em italico referem-se aos concelhos, mencionados de norte a sul pela ordem dos districtos, assim: Vianna, Braga, Villa-Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Castello-Branco, Leiria, Santarem, Lisboa, Portalegre, Evora, Beja, Faro, Funchal.

MONUMENTOS LUSITANO-ROMANOS

	Citania de Briteiros. <i>Guimarães.</i>
	Citania de Sabroso. <i>Guimarães.</i>
	Citania de Roriz. <i>Santo-Thyrso.</i>
	Castro de Melgaço. <i>Melgaço.</i>
	Castro de Azere. <i>Arcos de Val-de-Vez.</i>
	Castro de Alvarelhos. <i>Chaves.</i>
	Castro de Aldeia-Nova. <i>Miranda.</i>
	Castro de Bagunte. <i>Villa do Conde.</i>
Citánias e castros	Castro de Monte-Cordova. <i>Santo-Thyrso.</i>
	Castro dos Arados. <i>Marco de Canavezes.</i>
	Castro de Tintinholho. <i>Guarda.</i>
	Castro de Rocha-Forte. <i>Cadaval.</i>
	Castro de Pragança. <i>Cadaval.</i>
	Castro da Rotura. <i>Setúbal.</i>
	Castro de Castello Velho. <i>Redo do.</i>
	Castro da Colla. <i>Ourique.</i>
	Castro de Castro-Verde. <i>Castro Verde.</i>
	Castro de Monte-Molho. <i>Lagos.</i>
	Ruínas de Conimbriga. <i>Condeixa.</i>
	Ruínas de Nabancia. <i>Thomar.</i>
Povoações	Ruínas de Troia. <i>Setúbal.</i>
	Ruínas de Aramenha. <i>Marrão.</i>
	Ruínas de Estol. <i>Furo.</i>
	Castello dos Mouros. <i>Cintra.</i>
Castellos	Castello de Alcaçer-do-Sal (restos). <i>Alcaçer do Sal.*</i>
	Castello de Vallongo (idem). <i>Evora.</i>
	Castello de Mertola (idem). <i>Mertola.</i>
	Marcos milliarios. Braga a Tuy (1 a xiv). <i>Valença, Coira, Ponte de Lima.</i>
	Marcos milliarios. Geira (1 a xxxv). <i>Amares, Braga.</i>
Marcos milliarios	Marcos milliarios. Braga a Chaves (1 a xiii). <i>Valpassos, Boticas, Montalegre.</i>
	Marcos milliarios. Braga a Guimarães (1 e ii). <i>Guimarães.</i>
	Marcos milliarios. Braga ao Porto (1 a viii). <i>Famalicão, Santo-Thyrso, Maia.</i>
	Marcos milliarios. Braga, <i>incerta via</i> (1 a xxi). <i>Braga, Marco de Canavezes.</i>
	Marcos milliarios. Lisboa a Merida (1 e ii). <i>Alemquer, Evora.</i>
	Ponte de Rodas. <i>Amares.</i>
Pontes	Ponte de Chaves. <i>Chaves.</i>
	Ponte de Villa-Formosa. <i>Alter do Chão.</i>
	Ponte de Mertola (restos). <i>Mertola.</i>
	Templo da «Mesquita» (restos). <i>Moncorvo.</i>
Templos	Templo de Sant'Anna-do-Campo (restos). <i>Arrayolos.</i>
	Templo romano de Evora. <i>Evora. **</i>
	Arco romano de Bobadella. <i>Oliveira do Hospital.</i>
Arcos	Arco romano de D. Isabel. <i>Evora.</i>
	Arco romano de Beja. <i>Beja.</i>
Fonte	Tanque do Quintal-do-Idolo. <i>Braga.</i>
Estatuas	Estatua galaica de Vianna. <i>Porto.</i>
	Estatuas galaicas de Montalegre. <i>Lisboa.</i>
	Lapide da Sé de Braga. <i>Braga.</i>
	Lapide das Taipas (cara de Trajano). <i>Guimarães.</i>
	Fragas de Panoias. <i>Villa-Real.</i>
	Lapide da Igreja de Ul. <i>Oliveira de Azemeis.</i>
	Lapide do Castello de Leiria. <i>Leiria.</i>
Inscrições	Lapide do Castello de Porto-de-Mós. <i>Porto de Mós.</i>
	Lapides das Pedras-Negras. <i>Lisboa.</i>
	Lapide «Esculapio sacrum». <i>Lisboa.</i>
	Lapide do Municipio de Portalegre. <i>Portalegre.</i>
	Lapide da Igreja de Benavilla. <i>Aviz.</i>
	Lapide da Igreja Matriz de Montemor-o-Novo. <i>Montemor-o-Novo.</i>
	Lapide do Chafariz de Montemor-o-Novo. <i>Montemor-o-Novo.</i>

MONUMENTOS SUEVOS

Igreja de S. Martinho de Cedofeita (inscrições). *Porto.*

MONUMENTOS MEDIEVAES, DO RENASCIMENTO E MODERNOS

RELIGIOSOS

	Sé de Braga (túmulos do conde D. Henrique e de D. Teresa, do Infante D. Afonso e do arcebispo D. Gonçalo Pereira). <i>Braga</i> .
	Sé do Porto. <i>Porto</i> .
	Sé de Viseu. <i>Viseu</i> .
Cathedraes	Sé de Lamego. <i>Lamego</i> .
	Sé da Guarda. <i>Guarda</i> . **
	Sé de Coimbra. <i>Coimbra</i> .
	Sé de Lisboa. <i>Lisboa</i> . **
	Sé de Portalegre. <i>Portalegre</i> .
	Sé de Evora. <i>Evora</i> . **
	Sé do Funchal. <i>Funchal</i> .
	Mosteiro de Santo-Thyrso. <i>Santo Thyrso</i> .
	Mosteiro de Pombeiro. <i>Pelgueiras</i> .
	Mosteiro de Ferreira. <i>Paços de Ferreira</i> .
	Mosteiro de Leça-do-Balio (campa de bronze). <i>Bouças</i> .
	Mosteiro de Arouca. <i>Arouca</i> .
	Mosteiro de Jesus (túmulo de Santa Joanna). <i>Aveiro</i> .
	Mosteiro de Lorvão (túmulos de Santa Teresa e Santa Sancha). <i>Penacova</i> .
	Mosteiro de Santa Clara (túmulo da Rainha Santa Isabel). <i>Coimbra</i> .
Mosteiros	Mosteiro de Santa Cruz (ruínas). <i>Coimbra</i> .
	Mosteiro de Santa Cruz (túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I). <i>Coimbra</i> . **
	Mosteiro de Cellas. <i>Coimbra</i> .
	Mosteiro da Batalha (túmulos de D. João I, D. Filipa de Lencastre e do 2.º conde Miranda). <i>Batalha</i> . **
	Mosteiro de Alcobaça (túmulos de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro). <i>Alcobaça</i> . **
	Mosteiro de Christo. <i>Thomar</i> . **
	Mosteiro de Odivellas (túmulos de D. Diniz e de sua filha). <i>Loures</i> .
	Mosteiro do Varatojo. <i>Torres Vedras</i> .
	Mosteiro de Belem (túmulos de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião e cardeal D. Henrique). <i>Lisboa</i> . **
Basilicas	Basilica de Mafra. <i>Mafra</i> . **
	Basilica da Estrella (túmulos de D. Maria I e de seu confessor). <i>Lisboa</i> . **
	Egreja de Paderne. <i>Miçã</i> .
	Egreja de Fiães. <i>Melgaco</i> .
	Egreja de S. Fins (Minho). <i>Valença</i> .
	Egreja de Santa Cruz (Vianna). <i>Vianna do Castello</i> .
	Egreja de Ponte-da-Barca. <i>Ponte da Barca</i> .
	Egreja de Bravães. <i>Ponte da Barca</i> .
	Egreja de S. Claudio. <i>Vianna do Castello</i> .
	Egreja de Nossa Senhora da Oliveira. <i>Guimarães</i> .
	Egreja de S. Miguel do Castello. <i>Guimarães</i> .
	Egreja de S. Domingos (claustro). <i>Guimarães</i> .
	Egreja de S. Martinho de Candoso. <i>Guimarães</i> .
	Egreja de Fonte-Arcada. <i>Povo de Lanhoso</i> .
	Egreja de Villar-de-Frades. <i>Barcellos</i> .
	Egreja de S. Salvador de Arnoso (ruínas). <i>Villa Nova de Famalicão</i> .
Egrejas	Egreja de S. Vicente da Chã. <i>Montalegre</i> .
	Egreja de Miranda (antiga St). <i>Miranda</i> .
	Egreja de Castro de Avellãs. <i>Bragança</i> .
	Egreja de Freixo de Espada-à-Cinta. <i>Freixo de Espada-à-Cinta</i> .
	Egreja de Moncorvo. <i>Moncorvo</i> .
	Egreja de S. Pedro de Rates. <i>Povo de Varzim</i> .
	Egreja de Villa do Conde (matrix). <i>Villa do Conde</i> .
	Egreja de Santa Clara (1.ª). <i>Villa do Conde</i> .
	Egreja de Azurara. <i>Villa do Conde</i> .
	Egreja de S. Christovam de Rio-Mau. <i>Villa do Conde</i> .
	Egreja de Roriz. <i>Santo Thyrso</i> .
	Egreja de Agnas-Santas. <i>Maia</i> .
	Egreja de Cetto. <i>Paredes</i> .
	Egreja de Paço-de-Sousa (túmulo de Egas Moniz). <i>Penafiel</i> .
	Egreja de Ferreira (matrix). <i>Paços de Ferreira</i> .
	Egreja de S. Gonçalo (claustro). <i>Amarante</i> .

- Egreja dos Clerigos (torre). *Porto.*
 Egreja de S. Francisco (1.^a). *Porto.*
 Egreja de Santa Clara (2.^a). *Porto.*
 Egreja da Serra-do-Pilar (claustro). *Gaia.*
 Egreja de S. João de Tarouca. *Tarouca.*
 Egreja de Jesus de Salzedas (ruínas do mosteiro). *Tarouca.*
 Egreja de Santa Maria de Almacave. *Lamego.*
 Egreja das Carmelitas. *Aveiro.*
 Egreja da Trofa (tumulos dos Lemos). *Agueda.*
 Egreja de Cárquere (matriz). *Resende.*
 Egreja de Fozcoa (matriz). *Villa Nova de Fozcoa.*
 Egreja da Sé-Velha. *Coimbra. ***
 Egreja de S. Salvador. *Coimbra.*
 Egreja de Sant'Iago. *Coimbra.*
 Egreja de S. Domingos (inacabada). *Coimbra.*
 Egreja de S. Marcos (tumulos dos Silvas). *Coimbra.*
 Egreja de Nossa Senhora dos Anjos (túmulo de Diogo de Azambuja) *Montemor-o-Velho.*
 Egreja de Goes (túmulo do Conde de Sortelha). *Goes.*
 Egreja da Batalha (matriz). *Batalha.*
 Egreja das Caldas-da-Rainha. *Caldas da Rainha.*
 Egreja de Santa Maria do Olival. *Thomar.*
 Egreja de S. João Baptista. *Thomar.*
 Egreja de S. João de Alporão. *Santarem.*
 Egreja de Santo Agostinho (Graça). *Santarem.*
 Egreja de Santa Maria do Castello (1.^a). *Abrantes.*
 Egreja da Gollegã (matriz). *Gollegã.*
 Egreja da Lourinhã (idem). *Lourinhã.*
 Egreja de Santa Maria do Castello (2.^a). *Torres Vedras.*
 Egreja de S. Pedro. *Torres Vedras.*
 Egreja de S. Quintino (Sobral de Monte Agraço). *Arruda.*
 Egreja de Santo André. *Mafra.*
 Egreja de Loures (matriz). *Loures.*
 Egreja da Penha-Longa. *Contra.*
 Egreja do Carmo (ruínas). *Lisboa. ***
 Egreja da Conceição-Velha (fachada). *Lisboa.*
 Egreja da Madre de Deus. *Lisboa.*
 Egreja de S. Vicente de Fóra. *Lisboa.*
 Egreja de S. Roque. *Lisboa.*
 Egreja de Chellas. *Lisboa.*
 Egreja de Alcochete. *Alcochete.*
 Egreja de Sant'Iago de Palmella (túmulo de D. Jorge de Lencastre). *Setúbal.*
 Egreja de Sant'Iago de Cacem. *Sant'Iago de Cacem.*
 Egreja de Flor-da-Rosa (ruínas) (túmulo de D. Alvaro Gonçalves Pereira). *Crato.*
 Egreja de S. Bernardo (túmulo de D. Jorge de Mello; claustros). *Portalegre.*
 Egreja, antiga Sé, de Elvas. *Elvas.*
 Egreja das Dominicás. *Elvas.*
 Egreja de S. Francisco (2.^a). *Evora.*
 Egreja dos Loyos (campas de bronze). *Evora.*
 Egreja de Nossa Senhora do Espinheiro. *Evora.*
 Egreja da Cartuxa («*Scala Cæli*»). *Evora.*
 Egreja de Vianna (Alemtejo). *Vianna do Alemtejo.*
 Egreja de S. Francisco (3.^a). *Serpa.*
 Egreja das Chagas do Salvador. *Castro Verde.*
 Egreja de Mertola (matriz). *Mertola.*
 Egreja de S. Sebastião. *Lagos.*
 Egreja de Santa Maria. *Tavira.*
 Egreja, antiga Sé, de Silves. *Silves.*
 Capella de Nossa Senhora da Orada. *Melgaço.*
 Capella de Nossa Senhora da Conceição (1.^a). *Braga.*
 Capella de S. Braz (1.^a) (túmulo de Teixeira de Macedo). *Villa Real.*
 Capella da Vista-Alegre. *Ilhavo.*
 Capella de S. Vicente (Povo de Mirleu). *Guarda.*
 Capella de Varziella. *Cunhede.*
 Capella de S. Pedro. *Lerria.*
 Capella de Nossa Senhora do Desterro. *Alcobaca.*
 Ermida de S. Jorge (Aljubarrota). *Alcobaca.*
 Ermida de Nossa Senhora da Conceição (2.^a). *Thomar.*
 Ermida de Nossa Senhora do Socorro. *Torres Vedras.*

- Capellas
- Ermida de Nossa Senhora do Ameal. *Torres Vedras.*
 Ermida de Nossa Senhora da Peninha. *Cintra.*
 Capella dos Castros. *Lisboa.*
 Capella de Santo Amaro. *Lisboa.*
 Ermida de S. Braz (2.ª). *Evora.*
 Ermida de Santo André. *Beja.*
 Cruzeiro de S. Gregorio. *Melgaço.*
 Cruzeiro de S. João do Campo. *Amares.*
 Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Sant'Anna. *Braga.*
 Cruzeiro de Tibães. *Braga.*
 Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia. *Guimarães.*
 Cruzeiro de Vallongo. *Porto.*
 Cruzeiro de S. Lourenço d'Asmes. *Vallongo.*
 Cruzeiro de Leça-do-Balio. *Bouças.*
 Cruzeiro de Nossa Senhora da Gloria. *Aveiro.*
 Cruzeiro do Pinheiro da Bemposta. *Pinheiro da Bemposta.*
 Cruzeiro de S. Marcos. *Coimbra.*
 Cruzeiro de Castello-Branco. *Castello Branco.*
 Cruzeiro do Cartaxo. *Cartaxo.*
 Cruzeiro de Loures. *Loures.*
 Cruzeiro de Lisboa (Arroios). *Lisboa* (Vide Padrões).
 Cruzeiro das Laranjeiras. *Lisboa.*
 Cruzeiro das Vendas. *Setubal.*
 Cruzeiro de Setubal. *Setubal.*
 Cruzeiro de Portalegre (S. Bernardo). *Portalegre.*
 Cruzeiro de Villa-Viçosa. *Villa Viçosa.*
 Cruz de Portugal. *Silves.*
 Tumulo do arcebispo D. Diogo de Sousa. *Braga.*
 Tumulo do 1.º Duque de Bragança. *Chaves.*
 Tumulo do Monte de S. Roque. *Penafiel.*
 Tumulo de D. Rodrigo Sanches (Grijo). *Gaia.*
 Tumulo de D. Sesnando. *Coimbra.*
 Tumulo do bispo D. Affonso de Castello Branco (Sant'Anna). *Coimbra.*
 Tumulo de Damião de Goes. *Alemquer.*
 Tumulo da Infanta D. Maria (egreja da Luz). *Lisboa.*
 Tumulo de João das Regras. *Lisboa.*
 Tumulo da rainha D. Maria Victoria. *Lisboa.*
 Tumulo de D. Mendo Foyos (Graça). *Lisboa.*

MILITARES

- Castellos
- Forte da Insua. *Caminha.*
 Castello de Monsão. *Monsão.*
 Castello de Melgaço. *Melgaço.*
 Castello de Lindoso. *Ponte da Barca.*
 Castello de Braga (restos). *Braga.*
 Castello de Guimarães. *Guimarães.*
 Castello de Monte-Alegre. *Monte Alegre.*
 Castello de Bragança. *Bragança.*
 Castello de Anciães (ruínas). *Carraxia de Anciães.*
 Castello de Freixo de Espada-à-Cinta. *Freixo de Espada-à-Cinta.*
 Castello da Feira. *Feira.*
 Castello de Lamego. *Lamego.*
 Castello de Penedono. *Penedono.*
 Castello de Trancoso. *Trancoso.*
 Castello da Guarda. *Guarda.*
 Castello de Sabugal. *Sabugal.*
 Castello de Sortelha. *Sabugal.*
 Castello de Celorico-da-Beira. *Celorico da Beira.*
 Arco de Almedina. *Coimbra.*
 Castello de Montemor-o-Velho (egreja anexa). *Montemor-o-Velho.*
 Castello de Penella (ruínas). *Penella.*
 Castello de Lousã. *Lousã.*
 Castello de Pombal (ruínas). *Pombal.*
 Castello de Leiria. *Leiria.*
 Castello de Porto-de-Mós. *Porto de Mós.*
 Castello de Ourem. *Ourem.*
 Castello de Obidos. *Obidos.*
 Castello de Torres-Novas. *Torres Novas.*

	Castello de Thomar. <i>Thomar.</i>
	Castello de Almorol. <i>Almorol.</i>
	Castello de Belver (ruínas). <i>Mação.</i>
	Castello de S. Jorge e restos das cêrcas de Lisboa. <i>Lisboa.</i>
	Castello de Palmella. <i>Palmella.</i>
	Castello de Cezimbra. <i>Cezimbra.</i>
	Castello de Sant'Iago de Cacem. <i>Sant'Iago de Cacem.</i>
	Castello de Elvas. <i>Elvas.</i>
	Castello de Vide (ruínas). <i>Castello de Vide.</i>
	Castello de Alter do Chão. <i>Alter do Chão.</i>
	Castello de Aviz. <i>Aviz.</i>
Castellos	Castello de Extremoz. <i>Extremoz.</i>
	Castello de Villa-Viçosa (ruínas). <i>Villa Viçosa.</i>
	Castello do Alandroal. <i>Ala-droal.</i>
	Castello de Évora-Monte. <i>Evora Monte.</i>
	Castello de Portel (ruínas). <i>Portel.</i>
	Castello de Arrayolos. <i>Arrayolos.</i>
	Castello de Noudar. <i>Barrancos.</i>
	Castello de Vianna do Alentejo. <i>Vianna do Alentejo.</i>
	Castello de Alvito. <i>Alvito.</i>
	Castello de Beja (torre de menagem). <i>Beja.</i>
	Castello de Castro-Marim (ruínas). <i>Castro Marim.</i>
	Torre de Lapella. <i>Monsão.</i>
	Torre de Quintella. <i>Villa Real.</i>
	Torre da Ucanha. <i>Tarouca.</i>
Torres	Torre de S. Vicente de Belem. <i>Lisboa. *x</i>
	Torre e muralhas de Sagres. <i>Villa do Bispo.</i>
	Padrão de D. João I (1. ^o). <i>Guimarães.</i>
	Cruz de Pedro-Jacques. <i>Figueira de Castello Rodrigo.</i>
Padrões	Padrão de D. João I (2. ^o). <i>Thomar.</i>
	Padrão do Ameixial. <i>Extremoz.</i>
	Padrão de Montes-Claros. <i>Borba.</i>
	Padrão de Elvas. <i>Elvas.</i>

CIVIS

	Paços dos Duques de Bragança (ruínas). <i>Guimarães</i>
	Paço de Queluz (jardins). <i>Cintra.</i>
	Paço de Cintra. <i>Cintra.</i>
Paços reaes	Paço da Pena. <i>Cintra.</i>
	Paço da Ajuda. <i>Lisboa.</i>
	Palacio da Bacalhoa. <i>Setubal.</i>
	Paços de Évora (restos). <i>Evora.</i>
	Paços de Vianna do Castello. <i>Vianna do Castello.</i>
Paços municipaes	Paços de Guimarães. <i>Guimarães.</i>
	Paços de Bragança. <i>Bragança.</i>
Paços de universidade	Paços da Universidade. <i>Coimbra.</i>
	Collegio do Espirito-Santo. <i>Evora.</i>
	Paço episcopal do Porto. <i>Porto.</i>
Paços episcopaes	Seminario episcopal de Coimbra. <i>Coimbra.</i>
	Paço episcopal de Castello-Branco. <i>Castello Branco.</i>
	Palacio da Brejoeira. <i>Monsão.</i>
	Paço de Giella. <i>Arcos de Val de Vez.</i>
	Palacio dos Viscondes da Carreira. <i>Vianna do Castello.</i>
	Palacio de Mathews. <i>Villa Real.</i>
Palacios partienlares e casas memoraveis	Palacio do Freixo. <i>Porto.</i>
	Casa da rua de D. Duarte. <i>Viscu.</i>
	Paço de Sub-Ripas. <i>Coimbra.</i>
	Palacio dos Condes de Almada (padrões da conjuração de 1640). <i>Lisboa.</i>
	Casa dos Bicos. <i>Lisboa.</i>
	Casa de Garcia de Resende. <i>Evora.</i>
	Casa da «Sempre Noiva». <i>Arrayolos.</i>
Misericordias e hospitaes.	Misericordia de Vianna. <i>Vianna do Castello.</i>
	Hospital de Santo Antonio. <i>Porto.</i>
	Misericordia de Coimbra (egreja e claustro). <i>Coimbra.</i>
	Aqueducto de Villa do Conde. <i>Villa do Conde.</i>
Aqueductos	Aqueducto de S. Sebastião. <i>Coimbra.</i>
	Aqueducto do convento de Christo. <i>Thomar.</i>
	Aqueducto de Torres-Vedras. <i>Torres Vedras.</i>

Aqueductos	{ Aqueducto das Aguas-Livres (mãe de agua). <i>Lisboa</i> . Aqueducto da Amoreira. <i>Elvas</i> . Aqueducto da Prata. <i>Evora</i> . Chafariz de Caminha. <i>Coimbra</i> . Chafariz das Virtudes. <i>Porto</i> . Fonte das Nogueiras (vulgarmente dita <i>Fonte-Mourisca</i>). <i>Santarem</i> . Chafariz dos Canos. <i>Torre Vedras</i> . Antigo repuxo de Cintra. <i>Cintra</i> . Chafariz da Esperança. <i>Lisboa</i> . Chafariz de Borba. <i>Borba</i> . Chafariz da Praça de Giraldo. <i>Evora</i> . Ponte de Villar de Mouros. <i>Caminha</i> . Ponte da Barca. <i>Ponte da Barca</i> . Ponte do Lima. <i>Ponte de Lima</i> . Ponte do Prado. <i>Braga e Villa Verde</i> . Ponte de Perozello. <i>Amares e Povoia de Lanhoso</i> . Ponte de Mem-Goterres. <i>Guimarães</i> . Ponte de Cavez. <i>Cabeceiras de Basto</i> . Ponte de Barcellos. <i>Barcellos</i> . Ponte de Mirandella. <i>Mirandella</i> . Ponte de Canavezes. <i>Marco de Canavezes</i> . Ponte de Amarante. <i>Amarante</i> . Ponte do Cabril. <i>Pedrogão Grande</i> . Arco da Rua do Souto. <i>Braga</i> . Memorial da Ermida. <i>Penafiel</i> . Memorial de Alpendurada. <i>Marco de Canavezes</i> . Memorial de Santo Antonio do Burgo. <i>Arouca</i> . Memorial de Lordello. <i>Resende</i> . Memorial de Odivellas. <i>Louris</i> . Padrão do Campo-Pequeno. <i>Lisboa</i> . Padrão de Arroios. <i>Lisboa</i> . (Vide <i>Cruzeiros</i>). Arco triumphal da Rua Augusta e estatua equestre de D. José I. <i>Lisboa</i> . Arco da Villa. <i>Faro</i> . Pelourinho de Cerveira. <i>Villa Nova de Cerveira</i> . Pelourinho de Soajo. <i>Arcos de Val de Vez</i> . Pelourinho de Arcos de Val-de-Vez. <i>Arcos de Val de Vez</i> . Pelourinho de Ponte-da-Barca. <i>Ponte da Barca</i> . Pelourinho de Amares. <i>Amares</i> . Pelourinho de Lanhoso. <i>Povoia de Lanhoso</i> . Pelourinho de Murça. <i>Murça</i> . Pelourinho de Bragança. <i>Bragança</i> . Pelourinho de Povoia de Varzim. <i>Povoia de Varzim</i> . Pelourinho de Villa-do-Conde. <i>Villa do Conde</i> . Pelourinho de Lousada. <i>Lousada</i> . Pelourinho de Marco-de-Canavezes. <i>Marco de Canavezes</i> . Pelourinho de Penafiel. <i>Penafiel</i> . Pelourinho de Aguiar-da-Beira. <i>Aguiar da Beira</i> . Pelourinho de Trancoso. <i>Trancoso</i> . Pelourinho de Pinhel. <i>Pinhel</i> . Pelourinho da Figueira da Foz. <i>Figueira da Foz</i> . Pelourinho da Lousã. <i>Lousã</i> . Pelourinho de Penella. <i>Penella</i> . Pelourinho do Fundão. <i>Fundão</i> . Pelourinho da Batalha. <i>Batalha</i> . Pelourinho de Obidos. <i>Obidos</i> . Pelourinho de Alcanede. <i>Alcanede</i> . Pelourinho de Alemquer. <i>Alemquer</i> . Pelourinho da Merceana. <i>Alemquer</i> . Pelourinho de Villa-Franca. <i>Villa Franca de Xira</i> . Pelourinho de Lisboa. <i>Lisboa</i> . Pelourinho de Collares. <i>Cintra</i> . Pelourinho de Palmella. <i>Setubal</i> . Pelourinho de Setubal. <i>Setubal</i> . Pelourinho de Alter do Chão. <i>Alter do Chão</i> . Pelourinho de Campo-Maior. <i>Campo Maior</i> . Pelourinho de Villa-Viçosa. <i>Villa Viçosa</i> . Janella da rua da Reboleira (Porto). <i>Penafiel (Quinta da Avelleda)</i> . Portal do Collegio de S. Thomaz. <i>Coimbra</i> . Portaes da extincta egreja e convento de Sant'Anna. <i>Coimbra</i> . Portal manuelino do convento de S. Francisco. <i>Alemquer</i> . Portal da egreja da Magdalena. <i>Lisboa</i> .
Chafarizes e fontes	
Pontes	
Arcos e padrões commemo- rativos	
Pelourinhos	
Trechos architectonicos	

Trechos architectonicos . . . { Portal da capella de Nossa Senhora dos Remedios. *Lisboa.*
Portal dos Paços de S. Christovam. *Lisboa.*
Portal da Gafaria. *Setubal.*
Janellas da casa da rua de Azevedo-Coutinho. *Portalegre.*
Frontaria da igreja da Graça. *Evora.*

Está conforme o quadro apresentado pela Comissão de classificação, com as modificações indicadas na sessão do Conselho dos Monumentos Nacionaes, em 16 de janeiro de 1907. — *Augusto Luciano S. de Carvalho.*

Documento 89

1907 (23 de Março) – *Officio do vogal correspondente de Santarém, João Arruda, relatando os acontecimentos que ali se deram depois da morte da última freira do Mosteiro de Santa Clara.* ANBA – Processo n.º 128 - Santarém. Mosteiro de Santa Clara, Igrejas, Vol. III, Livro 242. Inédito.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

A minha qualidade de vogal correspondente do Conselho dos Monumentos Nacionaes obriga-me a informar V. Ex.^a que se está praticando em Santarem mais um dos vandalismos em que esta terra tem sido fertilissima.

Por fallecimento da ultima freira do mosteiro das Claristas o delegado do Thesouro n'este districto tomou posse do edificio em nome da Fazenda Nacional. De Lisboa vieram commissionados dos governo fazer selecção dos objectos mais valiosos que se transferiram creio que ao Muzeu das Janellas Verdes. Os altares, alfaias e paramentos foram distribuidos a varias egrejas pelo sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. A meu pedido apenas se recolheram no Muzeu Archeologico de S. João d'Alporão – n'esta cidade – uma cruz e diferentes amostras de azulejos, uma inscripção do tumulo da professa D. Sancha do Casal, um busto do Padre Eterno e os tumulos do infante D. Henrique Affonso e de sua mulher, indo para a igreja da Graça, onde se conserva, o tumulo da infanta D. Leonor, filha de Affonso III. O mobiliario, de pequena valia, foi vendido em almoeda. Depois, o governo cedeu o edificio, provisoriamente, ao ministerio da guerra, para dependencia da Manutenção Militar e dos quarteis desta cidade, estando a habitar a "Casa do Capellão" um official d'administração militar e a igreja utilizada para deposito de forragens.

Constou-me, ha pouco, que se estava demolindo o claustro e outras dependencias, no intuito de aproveitar o material para reparos no quartel d'artilharia 3. E com espanto verifiquei que o facto era verdadeiro. Apearam-se colunas, desconjuntaram-se escadarias, e estão-se demolindo paredes exteriores de fórma a transformar a linda *silhueta* do edificio n'um montão de ruinas! sendo de receiar que o vandalismo prossiga até á igreja, pois já me foi segredado que ha idéa de desengastar d'ali o azulejo, completo no seu revestimento, para se forrar uma sala do quartel d'artilharia 3.

No meu jornal = Correio da Extremadura = já dei o alarme para vêr se evitava o proseguimento da derruição, mas julgo improficuo o meu protesto, pois nada se conseguirá se o Conselho dos Monumentos Nacionaes não intervir imediatamente.

Creio que só *de visu* V. Ex.^a poderá avaliar da profanação que se está operando, e com muito gosto acompanharei V. Ex.^a n'esta cidade se estiver disposto a vir aqui, onde melhores elementos colherá.

Deus Guarde V. Ex.^a

Santarém, 23 de março de 1907

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Augusto Fuschini – m.^{mo} presidente
da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes

O Vogal correspondente em Santarem

João Arruda

Documento 90

1907 (15 de Maio) – *Discussão sobre as obras da Sé Patriarcal de Lisboa dirigidas por Augusto Fuschini*. CSMN. Actas do Conselho dos Monumentos Nacionais. ANBA – Livro 259. Inédito.

Conselho dos Monumentos Nacionaes
Sessão do dia 15 de Maio de 1907
Presidente Ex.mo Senhor Gabriel Pereira
Secretario Julio Mardel

Vogaes presentes os Ex.mos Senhores: Dr. José de Figueiredo, Luciano S. de carvalho, D. Fernando Eduardo de Serpa, Conde de Bretiandos, General Avelar Machado, Marquez d'Avila e Bolama, Cordeiro de Souza, Conselheiro Augusto Fuschini e Alfredo Vaz Pinto da Veiga.

Era uma hora e meia da tarde, quando foi aberta a sessão na Secretaria das Obras da Sé.

O Sr. Luciano S. de Carvalho, renova a declaração já por vezes feita, de que não póde continuar a exercer o cargo de Vice Presidente, declaração que se vê forçado a fazer, por isso que o Conselho por mais de uma vez lhe não tem querido aceitar a renuncia.

O Sr. Presidente, narra o que se passou com S.Ex.^a o Ministro das Obras Publicas, na audiência que este lhes concedeu hoje pelo meio dia, audiência á qual a meza e os vogaes que haviam sido eleitos na ultima sessão p.^a assistirem a ella compareceram.

S- Ex.^a o Ministro depois de ouvir as razões que lhe foram expostas concedeu a permissão ao conselho de resolver como melhor fôsse, a questão da caza p.^a sua instalação; ficando assentes que, pelo menos durante este novo semestre continuaria a funcionar no mesmo local⁵¹ buscando-se, no entanto, durante esse tempo um edificio do Estado, caza que satisfizesse as exigências da nossa instalação e serviços.

O Sr. Conselheiro Fuschini, diz, que pediu a reunião aqui no edificio da Sé, afim de que o Conselho podesse examinar as obras executadas de reparação n'este edificio; e expôs as suas ideias sobre o coroamento das torres pelas agulhas. Quanto a estas entende que se devem fazer com cimento armado, que pela sua leveza, oferece menor risco. Sobre este ponto e à vista d'um modello fáz uma clara exposição do que sobre isso entende, acompanhando-a de todos os dados colhidos n'um aturado estudo.

O Sr. Luciano S. de Carvalho, diz não ser sua opinião o levantamento das agulhas e faz várias considerações sobre este assumpto, declarando votar contra o seu levantamento. 1.^a ** O Sr. Conselheiro Fuschini troca com S. Ex.^a varias ideias sobre o assumpto, e diz parecer-lhe que S. Ex.^a deseja ver um projecto por elle orador elaborado sobre o ponto em questão e affirma que o fará, explanando o assumpto e quaes as suas ideias e estudos sobre elle.

O Conde de Bretiandos, diz ter ganho muito com a audição d'este debate. Vota pelas agulhas em cimento armado, e entende dever reunir-se novamente o Conselho p.^a maduramente se resolver sobre isto, e ficar o negocio discutido e resolvido.

O Sr. Conselheiro Fuschin, diz haver necessidade de não demorar a execução dos trabalhos, que de Maio a Setembro, deveriam ser executados por cauza das chuvas.

O sr. Conde de Bretiandos, ainda faz varias considerações declarando não concordar n'este ponto com a opinião do Sr. Luciano S. de Carvalho, a quem dirige palavras de muito louvor. 2.^a *** O Sr. Luciano S. de Carvalho, agradece ao Sr. Conde as palavras que ouviu a seu respeito e entende que o Conselho Superior d'Obras Publicas, seja consultado sobre a construção das agulhas.

O Sr. D. Fernando Eduardo de Serpa, deseja que a proposta do Sr. Luciano S. de Carvalho fique adiada até se resolver o assumpto.

⁵¹ O edificio do Estado encontrava-se na Praça do Comércio, espaço onde funcionava a Repartição da Fazenda do Distrito, no lado oriental da Praça (ANBA - Livro 249).

Ficou determinado que a próxima reunião terá lugar no dia 15 de Junho, na sala do Conselho, pelas 8 ½ da noite, como de costume.

Erão 3 ½ da tarde, quando foi levantada a sessão, seguindo-se a esta, uma visita as obras da Sé, á qual assestiram quasi todos os vogaes presentes.

Lisboa 14 de Maio [sic] de 1907

O Vogal Secretario do Conselho

Júlio Mardel

[1.ª adenda à acta]

** Conselho dos Monumentos Nacionaes

(sessão de 15 de maio 1907). O vogal A. Luciano de Carvalho (da 1.ª vez – em seguida ao ex.mo Snr. Conselheiro Fuschini):

“Disse que quando na ultima sessão do Conselho o Snr. Conselheiro Fuschini se referiu a «corucheos» para rematar as torres da Sé de Lisboa se impressionara muito por lhe parecer que não eram «corucheos» o melhor remate para fachada de architectura tão severa, mas depois, fazendo reparo em que se tratava de simples agulhas ou flechas, não mudou de parecer, contudo sentiu desvanecer-se um pouco a primeira opinião/impressão, porque essas agulhas ou flechas poderiam mais facilmente ser diminuidas, até reduzidas a zero. A sua opinião é contraria ao addicionamento seja do que fôr às torres. A restauração da Sé de Lisboa, como em geral todas as restaurações, deve subordinar-se ao que preexistir da sua traça primitiva. Em relação às torres da Sé nada há de seguro ou authentico a respeito do seu remate. As gravuras e os azulejos são muito vagos em seus desenhos; pode ser até que indiquem remate posticho, como por muito tempo foi o do templo dos Jeronymos, que conhecemos antes da torre actual. O proprio snr. Fuschini desdenha, e com razão, o que os azulejos e as gravuras representam; repugna-lhe attribuir esse remate ao primeiro architecto de cujo talento s. ex.cia deduz o único argumento para suppor que a Sé teve flechas. O vogal Luciano de Carvalho não vê que esse remate seja indispensavel; no estylo da epoca posterior, em que os corucheos são mais característicos, abundam exemplares de cathedraes e egrejas em que elles faltam; ja foi citada «Notre Dame»; mas pode tambem citar-se a cathedral de Amiens, a egreja de Santa Gudula, em Bruxellas, e outras. Havendo, pois, como ha, outra razão, a que decerto se vae fazer referencia, para não sobrecarregar as torres da Sé, principalmente a do sino, parece-lhe que n'estas torres só haveria a substituir a platibanda.”

(...)

[2.ª adenda à acta]

*** O vogal A. Luciano de Carvalho (da 2.ª vez, depois de s. ex.cia o snr. Conselheiro Fuschini se referir ao cimento armado).

“Disse que, tendo manifestado opinião contraria ao addicionamento de agulhas ou flechas às torres da Sé, poderia abster-se de entrar na questão do material de construcção, mas das proprias apprehensões que surgem a este respeito tira argumento para confirmar a sua opinião. E se prevalece o projecto das flechas de cimento armado, elle propõe que sobre o problema de resistência que se apresenta, problema que julga de maxima gravidade, seja ouvido o Conselho Superior de Obras Publicas. Reciprocamente elle vogal assim tem procedido com os projectos que tem subido à apreciação d'este Conselho e sobre os quaes lhe tem parecido que deve ser ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionaes, e assim alli o tem proposto.

[Adenda à acta de 15 de Maio de 1907, na reunião de 15 de Junho de 1907]

Sobre a acta o ex.mo conde de Bertiandos observou que n'ella há alguma differença em relação ao que dissera na sessão precedente. Nessa sessão dissera que se inclinava para a adopção dos corucheos nas torres da Sé de Lisboa, mas que tendo ouvido o que ponderava o vogal Luciano de Carvalho, lhe pareceu que o assumpto devia ser mais estudado e adiada a resolução. Que depois redarguira o snr conselheiro snr Fuschini que havia urgencia em tomar resolução por causa dos apparelhos que já se acham installados e da estação propria que passava para fazer o trabalho do cimento armado, e por esse modificado o seu modo de ver, quanto ao adiamento do assumpto; em todo o caso lhe pareceu que naquella sessão não podia tomar resolução, mas que se devia tomal-a n'alguma das sessões mais próximas. Pedia, pois, que fizesse a rectificação n'este sentido.

O vogal Luciano de Carvalho também sobre a acta observou que quando falou pela 1.^a vez na sessão precedente ainda o snr. Presidente da Commissão Executiva se não havia referido ao emprego do cimento armado, foi por isso que n'essa occasião se não referiu a este ponto, posto que previra e dissera que subseqüentemente se tractaria de algum assumpto correlativo que faria que elle voltasse a tractar da questão dos corucheos, como effectivamente assim aconteceu. Pediu tambem que esta sua observação fosse considerada na acta.

Assim se resolveu, ficando na presente acta registadas as declarações dos vogaes ex.mo conde de Bertiandos e Luciano Carvalho.

Documento 91

1908 (16 de Março) – *Reunião da Comissão dos Monumentos Nacionais destinada a estudar e analisar na especialidade o projecto de lista dos monumentos nacionais a classificar para aprovação final.* ANBA – Livro 259. Inédito.

Sessão do Conselho. Trata-se do projecto de alargamento das escadas junto à igreja de Santiago, a partir da resposta da Câmara Municipal de Coimbra ao pedido de informação da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Uma representação do Instituto de Coimbra foi enviada ao Conselho, através da dita Direcção, para que fosse considerada MN a dita igreja e fosse concedido um subsídio para as obras de restauro. O Conselho refere que a igreja já se encontrava incluída no projecto de classificação. classificação dos MN. Cordeiro de Sousa refere as 51 antas que foram incluídas referindo que são as principais e autênticas, isto é, as que tinham chapéu sobre os esteios (isto é as que estão quase todas completas) e tinham comprovação da estampa. As antas foram indicadas por Gabriel Pereira e Leite de Vasconcelos. Ainda assim resolveu acrescentar-se a Anta de S. Briços, em Montemor-o-Novo, indicada por Câmara Manuel e esperar informações sobre as antas de Vale de Moura, da herdade do Outeiro, de Monfonim ou Monfornim (?) e de Pavia, indicadas pelo mesmo vogal. As antas, designada de Carrazedada, deviam chamar-se de Alvão (segundo proposta de Leite de Vasconcelos) e que se acrescentassem as antas das Comendas (Montemor-o-Novo), os monumentos arqueológicos de Alcalar (Algarve), em vez de anta de Alcalá, na Meixoloeira Grande (?), a Anta de Aigualva, em Cacém, as antas do concelho da Figueira da Foz, as antas da Eireira em Âncora, as antas da Serra do Soajo, a anta ou orca da Cunha Baixa ao pé de Mangualde, a anta do Freixo, em Portel, as antas de Queriga. As antas com os aditamentos foram aprovadas. Modificou-se a designação de monumentos lusitano-romanos para monumentos lusitanos e lusitano-romanos. Leite de Vasconcelos refere que citânia e castro é a mesma coisa. Resolveu-se fazer um sub-grupo de castros. Acrescentou-se o Castro de Santa Luzia, em Viana do Castelo; mudar Castro de Melgaço para cidade de Melgaço; o castro de Alvarelos não é em Chaves, mas em Santo Tirso. Ricar o castro da Ruptura e o de Pragança. O castro de Castelo-Velho é no Alandroal e não no Redondo. Acrescentar o castro de Sacoias (Bragança) e o de Monte Redondo (Braga). Elimiar os castros de Castro Verde e o de Monte Molião. As ruínas de Nabância passou para ruínas romanas (próximas de Tomar). Cava de Viriato. Ficava para 2.^a leitura as ruínas de Aramenha e os marcos miliários. O castelo de alcácer, dos mouros passou para os castelos medievais, o mesmo em relação ao monumentos suevos. Levantaram-se dúvidas sobre as pontes romanas. Leite de Vasconcelos indicou as de Mértola e de Chaves. Luciano de castro refere a de Vila Formosa (que insiste ser romana). Ponte de Lima foi considerada romana. Como tempo romano só fica o de Évora. Suprime-se a mesquita de Moncorvo e transfere-se a Igreja de Santa Ana. As estátuas galaicas passam a chamar-se lusitanas, eliminando-se a estátua galaica de Viana. Luciano de Castro e Ventura Terra votam contra a supressão da estátua galaica de Viana, visto que se encontra no Museu do Porto, apenas em depósito. Suprimem-se as lápides da Sé de Braga, da Igreja de Ul, do castelo de Leiria, do castelo de Porto de Mós, da igreja matriz de Montemor-o-Novo. A lápide de *Aesculapium Sacrum* passa a ser de Deus Esculápio. Ficou por completar a relação das lápides.

Documento 92

1909 (8 de Julho a 24 de Dezembro) – *Representação da Academia acerca da necessidade urgente do restauro dos quadros do século XV e XVI, expostos no Museu Nacional de Belas Artes e Informação do despacho ministerial à representação da Academia Real de Belas Artes, a propósito do dito restauro, comunicada ao Director do Museu Nacional das Belas Artes, Carlos Reis.* Cópia e original. Boletim da RAACAP, 4.^a série, Tomo XI, n.º 11, Julho a Setembro de 1909 e ANBA – ARBAL: Ministério do Reino. Correspondência Entrada, 1888-1903. Livro 57.

[Representação da Academia Real de Bellas-Artes ao Ministro do Reino]

Il.mo e ex.mo sr. presidente do conselho e ministro e secretario de estados dos negócios do reino.

Entre os valores que constituem o nosso ainda vasto patrimonio artistico, avultam, pelo numero e pela importancia, os quadros do seculo XV e XVI.

Os criticos estrangeiros que, por iniciativa propria ou em missão dos governos, teem estudado essa obra verdadeiramente monumental, que representa, porventura, a maior riqueza artistica do nosso paiz, attribuem esses quadros, em parte, a artistas flamengos dos mais notaveis, como Memling, Van der Weyden, Quintino Matsys, Gerard David e outros; e, em parte, a pintores portuguezes na sua maioria discipulos de mestres flamengos, como aquelles cujos nomes um dos nossos criticos mais eruditos, o sr. Joaquim de Vasconcellos, encontrou nos registos da confraria de S. Lucas de Antuerpia.

Dos criticos d'arte e artistas estrangeiros, que, tendo recentemente visitado Portugal, reconheceram a indubitavel affirmação d'uma escola nacional de pintura nos antigos quadros que possuimos, seja-nos permittido invocar os nomes de J. C. Robinson, A. de Ceuleneer, O. Crawford, Ch. Yriarte, Justi, Haupt, Kronig, E. Verlant, director das Bellas Artes na Belgica, Charles Holroyd, da Galeria Nacional de Londres, Bredius, director do Real Museu de Haya, M. Dieulafoy, o insigne archeologo do Instituto de França, e o pintor J. Sargent.

As obras que formam esse valiosissimo thesouro, ao qual em tanta maneira está ligada a historia do talento nacional, do genio esthetico da nossa raça, acham-se, em parte, incorporadas no Museu Nacional de Bellas Artes, e, em parte, dispersas pelo paiz – no Porto, em Viseu, em Coimbra, em Lamego, em Thomar, em Setúbal, em Évora...

Nem uns nem outros teem sido objecto da solicitude, dos cuidados, da hygiene especialissima, que os antigos quadros exigem, sobretudo os pintados em taboas, como aquelles de que se trata.

Aos expostos no Museu Nacional teem sido evidentemente prejudiciaes as sensiveis oscillações de temperatura que ali se fazem sentir, e, com particularidade, o excessivo calor dos mezes estivaes.

Não póde, não deve, pelo character especial da sua missão, ser indifferente a estes factos a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, e por isso ella vem hoje, no cumprimento de inadiavel obrigação, expôr perante v. ex.^a, como chefe do governo e ministro do reino, e portanto, da instrucção publica e das bellas artes, o que se lhe afigura ser de absoluta e urgente necessidade apprehender, com respeito a essa valiosa parcella da nossa riqueza artistica, sob pena de deixarmos de cumprir, perante a civilisação geral, um dever indeclinavel de solidariedade, e perante os nossos compatriotas, n'esta época de accentuada desnacionalisação, um alto dever de patriotismo.

Dos pareceres de technicos, incumbidos por esta Academia d'esse especial trabalho, e da discussão d'esses pareceres, em sessões das mais concorridas e

interessantes que para o estudo de assumptos de arte, se teem realisado em Portugal, resultou, seguro e nítido, o convencimento de que a acção d'esta Academia, em referencia aos quadros chamados «gothicos» existentes em Portugal, deve, particularmente, incidir sobre os seguintes pontos:

1.º Diminuição do excessivo calor que se faz sentir no andar nobre do Museu Nacional, por meio de fortes correntes de ar, estabelecidas nos sotãos pela acção de poderosas ventoinhas, movidas por corrente electrica da rêde geral;

2.º Complemento do edificio do Museu, de accordo com a representação, ha pouco dirigida a v. ex.^a pela Academia e com os estudos a que o governo, mercê da solitudine de v. ex.^a, mandou já proceder, tomando-se, na construcção, as precauções necessarias para que, n'essa parte do palacio, a temperatura não soffra oscillações muito sensiveis e nunca possa attingir um grau muito elevado, e expondo-se n'essas novas salas os quadros dos seculos XV e XV;

3.º Tratamento dos quadros – operação melindrosa que exige especialissima competencia e que deverá consistir, primeiro, em fixar a tinta que ameaça desprender-se, e depois, em impregnar a madeira de substancias que a tornem menos sensivel ás variações de temperatura e, quando possivel refractaria á acção, não menos destruidora dos insectos que a corroem; em proceder a lavagens que façam desaparecer não só a tinta applicada nos trechos repintados, como as successivas camadas de oleos, vernizes e pó, que cobrem os quadros, alterando-lhes profundamente o aspecto, desfigurando-os, por vezes, da maneira mais completa; e, finalmente, em cobrir de tons approximados os pontos em que a tinta haja caído, mas sem pretensão, que, em geral, domina os restauradores, de occultar a ruína soffrida;

4.º Extensão d'este tratamento aos quadros flamengos e flamengo-portuguezes, existentes no paiz e não incorporados no Museu Nacional;

5.º Reprodução, pela photographia, de todo esse grupo de quadros, no estado em que sejam encontrados, depois das primeiras lavagens a que sejam submettidos e após as diversas phases do tratamento;

6.º Inventariação, tanto quanto possivel completa, dos quadros de que se trata, - incluidos os que existam em galerias particulares;

7.º Realisação, em Lisboa, d'uma exposição, largamente annunciada nas mais importantes revistas de arte estrangeiras, dos quadros anteriores á influencia da renascença italiana em Portugal, exposição que se complete por meio de photographias d'aquelles que seja impossivel ou perigoso deslocar;

8.º Publicação d'um catalogo descriptivo, illustrado com photogravuras, das obras que figurem na exposição a que se refere o numero anterior;

9.º Compilação e traducção de todas as monographias e artigos consagrados a essa exposição pela critica estrangeira.

Cumpre advertir – occioso é dizel-o a um tão esclarecido espirito como o de v. ex.^a – que os preceitos a que nos referimos, para hygiene e therapeutica dos antigos paineis, nada teem de commum com o que vulgarmente se chama «restauração», palavra que na sua antiga acepção empirica, deveria expungir-se do vocabulario da arte. Alludimos simplesmente aos successivos processos de desinfecção e conservação das taboas e ao tratamento da pintura, segundo os methodos hoje adoptados em todos os grandes museus do mundo.

Para a realisação d'este plano, conta a Academia, incondicionalmente, com o desinteressado esforço dos artistas e escriptores d'arte que a compõem.

Não é, porém, sufficiente para que elle tenha, como é necessario, plena e integral realisação, essa patriotica e generosa boa vontade. Ha despezas relativamente avultadas, que ella não poderá de modo nenhum dispensar. Entende, comtudo, a Academia que bastará, para que essa obra altamente civilisadora e educativa seja levada a cabo, para que esse tributo ha muito devido aos nossos gloriosos artistas de outr'ora seja, emfim, pago, para que, seguindo o exemplo da França, da Belgica, da Allemanha, da Hespanha, patenteemos á critica os numerosos e inestimaveis documentos, que ainda possuímos, da pintura flamenga, na sua

expressão regional e na sua influencia, entende a Academia, dizemos, que bastará, para que tudo isto se realise, que, no orçamento da instrucção publica, seja inscripta, em cada um dos annos economicos de 1909-1910, 1910-1911 e 1911-1912, a modesta verba de 2:000\$000 réis.

Não hesitará o governo, estamos certos, em propol-a e não hesitará o parlamento em approval-a unanimemente.

Se a divulgação das manifestações de arte, quaesquer que ellas sejam, representa, nos tempos que vão correndo, um elemento insubstituivel de espiritualisação da vida, de solidariedade e de concordia, de pacificação e de consolo, – tornar conhecidos os quadros a que este documento se refere na sua grande maioria considerados portuguezes pelos criticos estrangeiros de mais incontestada e especial auctoridade, representa a mais eloquente e persuasiva lição de patriotismo, porque esses quadros, como o reconheceu o eminente professor allemão Carl Justi, synthetizam tudo quanto faz de nós uma nacionalidade: - a poesia da vida familiar, traduzida no realismo com que são tratados os assumptos religiosos; a expressão das physionomias, a graça e o donaire dos gestos e attitudes, a paisagem, a flora e a fauna, tão ricas no seculo XVI, mercê das contribuições com que os nossos audaciosos descobrimentos as desenvolveram, a architectura, o mobiliario, os trajos, as joias, as alfaias agricolas, os utensilios do lar...

Executar o plano que deixamos traçado é, portanto, realizar uma obra que a civilisação e o patriotismo exigem de nós, e que não é licito adiar, sem desmerecermos justificadamente, no conceito dos povos cultos.

Ramalho Ortigão

Luciano Freire

José Pessanha

Ministério do Reino
Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
2.ª Repartição
L.º 3, n.º 245
Copia

A Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial. – Ao Director do Museu Nacional de Bellas Artes. Lisboa 24 de Dezembro de 1909. -----
Communica que sobre o assumpto do officio de V. Ex.ª de 23 de julho ultimo foi resolvido por despacho ministerial de 14 do corrente o seguinte. Que urge providenciar para a conservação e restauro dos quadros dos seculos XV e XVI, seguindo-se os alvitres a este respeito propostos pela academia Real de Bellas Artes na sua representação de 8 de julho ultimo e quaesquer outros que os technicos julguem adequados. Que é necessario que esse relatório do Director do Museu informado pelo inspector e pela commissão executiva da Academia exponha desenvolvidamente o estado dos serviços d'aquelle estabelecimento e proponha os correspondentes melhoramentos ou reformas. N'este sentido se fazem n'esta data as necessarias communações á Inspecção da Academia aquem foi tambem communicada a conveniencia de se ultimarem com urgencia os trabalhos de catalogação.

(a) Agostinho Campos

Está conforme.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial em 12 de Fevereiro de 1910

O Chefe de Repartição
Alexandre Castilho

Documento 92 A

1909 (Outubro) – *Relações de quadros, mobiliário e diversos objectos, existentes no Museu Nacional de Belas Artes, considerados sem valor artístico, executadas em Outubro de 1909 e que acompanham o ofício do Director do Museu Nacional de Belas Artes, Carlos Reis, de 20 de Outubro de 1909.* ANBA – ARBAL: Ministério do Reino. Livro 58.

Relação dos quadros, existentes no Museu Nacional de Bellas Artes, considerados sem merito artístico.

N.º d'inventario	Assumpto e medições
110	S.ta Helena descobrindo a cruz de Christo – (Duas Taboas) 1, x 0,29 e 1,26x0,24 - Madeira
111	O Calvário – 0,33 x 0,25 – Madeira
113	Visão de S. Francisco (nove taboas) 1,92 x 2,61 – Madeira
114	A Virgem amamentado o Menino – 2,44 x 0,79 – Madeira (incompleto)
130	O Calvário – (Três partes) 1,76 x 1,22 Madeira
167	S. Jeronymo – 1,51 x 0,95 – Tela
188	S. Luiz rei de França – 0,98 x 0,44 Madeira
214	Christo deposto na cruz 1,15 x 0,92 Madeira
243	Imagem de S. Francisco de Borja – 0,40 x 0,31 – Tela
295	Ecce Homo – (meia figura) 0,70 x 0,69 Madeira
298	A Virgem, o Menino e dois anjos 2, x 1,32 – Madeira
303	Christo no castello d'Emauz – 2,20 x 0,84 – Madeira
309	Profissão d'um noviço – 1,33 x 0,96 – Madeira
311	S. Gregorio papa – 1,33 x 0,96 – Tela
378	Christo deposto na cruz – 1,96 x 2, Madeira
385	S. João Baptista – 3,57 x 1, - Madeira
392	Pentecostes – 2,36 x 1,65 – Madeira
397	S. Jeronymo – 1,35 x 1,24 – Madeira
398	S. João Evangelista – 1,20 x 0,57 – Madeira
402	S.ta Luzia – 0,49 x 0,79 – Madeira
403	S. Jeronymo (incompleto) – 0,51 x 0,48 – Madeira
404	Santo Onofre (incompleto) – 0,58 x 0,50 – Madeira
405	S.ta Rosa de Viterbo – 0,58 x 0,49 – Madeira
410	Um anjo, uma mulher e uma creança – 0,37 x 0,35 – Madeira
411	Visão de S. Francisco – 0,37 x 0,36 – Madeira
418	Visão de S. Francisco – 0,37 x 0,35 – Madeira
420	Morte de S. Francisco – 0,37 x 0,35 – Madeira
422	Eucharistia – 0,58 x 0,16 – Madeira
423	O Menino e S. João – 0,52 x 0,24 – Madeira
425	Ecce Homo (dez taboas) – 1,35 x 1,11
426	Adoração dos Santos Reis – 0,51 x 0,44 – Madeira
428	S. Francisco – 0,36 x 0,35 – Madeira
429	O Presepe – 0,33 x 0,27 – Madeira
431	S. Duarte – 0,98 x 0,30 – Madeira
451	Allegoria a D. João VI – 0,65 x 0,88 – Tela
590	O Oceano – 0,64 x 0,51 – Tela
594	O Tejo e as Tagides – 0,66 x 0,89 – Tela
610	Juno e Eolo – 0,66 x 0,89 – Tela
613	Protheo – 0,66 x 0,89 – Tela

615	Conselho dos Deuses – 0,66 x 0,89 – Tela
616	Amphitrite – 0,53 x 0,86 – Tela
617	Duas taboas – 1,11 x 0,45 – Madeira
618	O Presepe – 0,65 x 0,50 – Madeira
624	Paizagem – 1,22 x 0,94 – Madeira
642	Paizagem com figuras – 0,74 x 1,27 – Tela
662	Democrito – 0,42 x 0,32 – Tela
665	Ecce Homo – 0,34 x 0,25 – Cobre
667	Fugida para o Egipto – 0,34 x 0,24 – Cobre
693	O Presepe (duas taboas) – 2, x 0,79
704	Annuniação da Virgem – 2,33 x 0,97 – Madeira (Incompleto)
707	Capitel – 1, x 0,89 – Tela
711	Uma taboa – 0,62 x 0,25
712	Uma taboa – 1,40 x 0,29
715	Uma taboa – 0,21 x 1,30
825	Santa Maria Magdalena – 0,60 x 0,49 – Tela
831	O Calvario (duas partes) 3,74 x 2,34 – Madeira
840	Annuniação da Virgem – 0,36 x 0,27 – Cobre
841	A Virgem e o Menino – 0,37 x 0,28 – Cobre
914	Uma mulher ajoelhando, um bispo e varias figuras 1,68 x 1,24 – Tela
935	Magdalena – 1,42 x 1,49 – Tela (Pode aproveitar-se a moldura)
947	Nossa Senhora e diferentes passagens da sua vida (tres corpos) 0,80 x 0,60 e os outros 0,40 x 0,26 – Madeira
973	O Salvador – 0,77 x 0,52 – Madeira
988	Senhor da canna – 0,43 x 0,38 – Madeira
1002	Anjos adorando o Menino – 1,77 x 0,83 – Tela (Pode aproveitar-se a moldura)
1005	S.ta Luzia (duas taboas) – 0,82 x 0,52 – Madeira
1006	Nossa Senhora e varias figuras – (Duas taboas e incompleto) 1,58 x 0,53 –
1007	Martyrio – 1,38 x 1,79 – Tela
1009	Uma taboa – 1,31 x 0,50 –
1052	Abbadessa – 0,20 x 0,18 – Madeira (Pode aproveitar-se a moldura)
1056	Nossa Senhora, padres, etc. – 0,32 x 0,24 – Cobre
1057	Uma Santa – 0,23 x 0,17 – Cobre
1128	Dois turcos a cavallo e varias figuras – 0,47 x 0,66 – Tela
1129	Figura de mulher – 0,65 x 0,51 – Tela
1138	A Sagrada Família e S.to Antonio – 0,23 x 0,18 – Cobre

Rolos

164	S.to Agostinho – 1,80 x 1,77
209	S.ta Agatha – 1,10 x 0,98
210	A Virgem e o Menino – 1,34 x 0,94
219	Adoração dos Reis – 1,13 x 1,60 –
221	A Sagrada Família – 1,24 x 0,50
225	Christo deposto da cruz – 2,20 x 1,88 –
228	S. Pedro – 0,72 x 0,63 –
229	A Virgem – 0,73 x 0,60 –
231	S. José e o Menino – 1,13 x 0,70
246	Ecce Homo – 0,71 x 0,57
249	S. Pedro d'Alcantara – 1,92 x 1,29
251 (a)	Visitação de Nossa Senhora – 2,17 x 1,86
266	A Virgem e o Menino – 0,82 x 0,95
324	S. Lourenço – 0,75 x 0,40

440	Natureza morta – 0,46 x 0,61
643	Paizagem – 0,73 x 1,25
758	Uma religiosa entre dois anjos – 1,15 x 1,60
768	A Ceia de Christo – 3,19 x 3,52
769	Morte de S.ta Thereza – 3,26 x 4,85
770	Visão de S. Francisco – 4,11 x 3,30
773	S. Filippe – 1,15 x 0,80
774	S. Bruno – 1,10 x 0,55
775	Anjos – 1,31 x 2,47
776	Um anjo – 1,31 x 2,47 – (b)
778	A Virgem em gloria – 1,78 x 1,58
782	Visitação da Virgem – 1,10 x 1,70 (c)
786	A Virgem, o Menino e outras figuras – 1, x 1,16
787	S. João Evangelista – 5,30 x 3,45
793	Paizagem – 0,73 x 0,91
846	Anjos com festões de flores – 2,90 x 0,63
847	Anjos com festões de flores – 2,90 x 0,63
989	Christo em Emauz – 2,26 x 2,80
991	S. João e S. João Evangelista – 2, x 1,28
992	S. Pedro e S. Paulo – 2, x 1,28
994	Virgem em gloria – 2,21 x 1,90
996	Santo pregando – 2,81 x 2,10
997	Virgem, Menino e varias figuras – 2,30 x 3,29
999	Ecce Homo – 2,20 x 1,45
1000	Santo Martyr – 1,25 x 1,15
1063	A Ceia de Christo – 3,25 x 3,62
1132	Santa Clara – 1,34 x 0,77
783	O transito de S. José – 2,14 x 1,78 (c)
777	Uma religiosa dando esmola – 1,10 x 1,12 (b)
250	S. Jeronymo – 2,17 x 1,58

Relação de mobiliário e diversos objectos, existentes no Museu Nacional de Bellas Artes, considerados sem valor.

Uma arca com três gavetas em baixo	1
Uma commoda com quatro gavetões e ferragens	2
Quatorze cadeiras muito estragadas	3
Uma mesa pequena de pau santo com restos d'embutidos de marfim, uma porta d'um lado e duas do outro	
Uma mesa pequena de pau santo a que faltam as gavetas	4
Uma como [sic] de pau santo incompleta	5
Uma mesa de pau santo com tampa de carvalho.	
Nove cadeiras de nogueira e um banco, incompletos	6
7 para vender	
Dezasseis molduras douradas	7
8 para vender	
85 pedaços de talha doirada, desirmanadas	
25 pedaços de talha, desirmanadas de pau santo	8
Amostras de molduras	9
20 pedaços de pau santo, trabalhados	10
66 pedaços de couro, que eram fundos de cadeirões	11
Cinco pés d'um armário	12
Um batom (?) e quatro caixas forradas de couro, algumas com ferragens e pequenos pregos amarellos	13
Quatro grades que pertenciam a uma escada de caracol	14
Uma roda de nora e alcatruzes	15

O Conservador do Museu
Manuel de Macedo Pereira Coutinho

Documento 93

1910 (17 de Fevereiro) – *Parecer de José Luís Monteiro sobre o valor do património artístico integrado na Capela do Hospital da Estrela em Lisboa e seu destino*. ANBA – CAA, Correspondência Entrada, Vários. Vol. II. (1894-1911). Livros 173.

R.º N.º 566

Senhores:

Encarregado pela Comissão Executiva da Academia Real de Bellas Artes, a que tenho a honra de pertencer, de examinar, no hospital da Estrela, os artigos existentes na antiga capella do mesmo hospital, a qual vae em breve ser transformada em arrecadação de roupas, e declarar se entre elles haveria alguns que pelo seu valor artistico fosse conveniente guardar; cumpre-me dar conta da minha missão, e formular o meu parecer acerca dos referidos artigos.

A igreja tem o fundo da capella mór inteiramente revestido a talha doirada, como era frequente nas que foram construidas nos séculos XVI e XVII, a qual se acha em soffrivel estado de conservação. Não tem grande merecimento accusando uma época de accentuada decadencia. Nos altares algum trabalho do mesmo genero se vê tambem, mas ainda inferior aquelle. Em tres d'elles ha quadros de retabulo, pintados a oleo, de pouquissimo ou nenhum valor. Imagens de santos, ha diversas, muito deterioradas em geral e todas de má esculptura.

Nas paredes existem alguns quadros de azulejo, formando rodapé, que não são destituídos de merecimento. Finalmente um grande arcaz, razoavelmente conservado, o qual bem merecia continuar a ter a applicação para que foi construido.

Em resumo: nada ha na referida capella de elevado valor artistico e que, por esse facto, conviesse ser recolhido ao museu de bellas artes; e é bem provavel que ao serem removidos de onde se acham, tanto os azulejos como a talha da capella mór, tenham estes artigos de soffrer consideravel damno, como é frequente nos trabalhos de demolição, o que ainda mais os depreciará.

Academia Real de Belas Artes 17 de Fevereiro de 1910.

O vogal da Comissão Executiva

José Luís Monteiro.

1910 (8 de Maio) – Academia Real de Belas Artes de Lisboa, *Bases para o projecto de lei de protecção artistica*, s.l., s. d. [1910]. Impresso colado à acta. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Acta do Conselho Geral de 8 de Maio de 1910. Actas. 1883-1910. Fol. 186 v.º, Livro 18.



ACADEMIA REAL DE BELLAS-ARTES
DE
LISBOA

Bases para um projecto de lei de protecção artistica

O estudo das coisas de arte, tanto tempo quasi desprezado entre nós, começa, felizmente, a interessar um numero já relativamente importante de pessoas, e, d'esses trabalhos, na maior parte incompletos e desencontrados, tem saído a luz sobre muitos pontos, ainda ha poucos obscuros, da nossa historia artistica. Successivamente, teem vindo apparecendo obras que, consagradoras do talento dos artistas que as crearam, vão convencendo tambem da injustiça com que, nesse ponto, as nossas epocas passadas eram julgadas por quasi todos.

E' certo que, dizimado o nosso thesouro artistico nos fins do seculo XVI, com a perda da independencia, e, conjunctamente e a partir d'essa epoca, com as mutilações do Santo Officio; depois, em 1755, com o grande terramoto, e, mais tarde, no começo do seculo XIX, com a invasão francesa, e, no meado d'esse seculo, com a maneira por que se fez a liquidação dos bens das ordens religiosas, o estudo da nossa evolução artistica apresenta-se difficil, tanto mais quanto, nos successivos terramotos e nas differentes invasões que soffreu Lisboa e outras terras da provincia, se perderam muitos dos documentos que podiam, talvez, servir para autenticar as obras de arte que nos restam.

Mas, assim mesmo, com todas essas perdas e com o desbasto que os commerciantes e amadores estrangeiros da especialidade teem feito durante os ultimos annos, alguma coisa ha ainda que, valendo artisticamente e impondo-se como tal, é porventura sufficiente para a averiguação approximada do que foi a nossa vida artistica, em tempos idos. Simplesmente, como hontem, como sempre, essas obras de arte continuam sem defesa, á mercê do primeiro que queira adquiri-las, correndo o risco da saída do país. E, como d'essas obras não existe inventario, e apenas, d'uma ou outra possuimos referencia dos estudiosos, o mal que esse perigo nos traz é de uma excepcional grandeza. Só os entendidos podem avaliar bem a sua gravidade.

Não seria só a obra de arte, o que já não era pouco, que continuaria a perder-se; seria tambem o seu proprio vestigio nacional, a comprovação da sua mesma eclosão e existencia no país, que, por igual, desapareceria com ella.

A Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa bem sabe que, mais do que uma lei que vise á defesa d'essas obras, valeria a educação artistica, não dizemos já de uma grande maioria, mas de uma minoria importante. Essa educação e o desenvolvimento da fortuna publica seriam as melhores salva-guardas dos nossos, já bastante reduzidos, thesouros artisticos.

Foi graças a essa cultura, nas classes então preponderantes, e graças, ainda, á riqueza em que então vivemos, que, em Portugal, se produziu o que de bello nos evoca a segunda metade do seculo XV e os dois primeiros terços do seculo XVI, e ainda o seculo XVIII, de que a arte do começo do seculo XIX não é senão um prolongamento. Mas, se a fortuna publica é hoje inferior á d'essas epocas, já longinquas, em que as riquezas africanas, o ouro, as pedrarias e as especiarias das Indias e, mais tarde, a prata e os diamantes do Brasil faziam de nós uma das potencias mais ricas, senão a mais rica, do mundo, a nossa educação esthetica, essa, nem sequer, em compensação, ganhou com o andar dos tempos: é ainda hoje bem rude e primitiva. As camadas populares quasi a desconhecem e as outras camadas, essas mesmo, teem muito que aprender, para alcançar uma orientação boa e segura nesses assumptos. Assim, torna-se urgente e necessaria uma lei de protecção artistica, que defenda, da deterioração e da saída para o estran-

geiro, o pouco que ainda nos resta de verdadeiramente valioso em materia de arte, ao mesmo tempo que facilite a entrada do que saiu e de outras obras que, pelo seu incontestavel valor artistico, ou pela sua valia como documento historico, concorram para a educação e elevação do povo portuguez.

E' a isto que visam as bases de projecto de lei que se seguem, elaboradas na conformidade da lei italiana e da hespanhola e ainda de algumas disposições da legislação dos Estados Unidos da America.

*

* * *

Art.º 1.º—São considerados, para os effeitos geraes d'esta lei, obras de arte ou objectos archeologicos, as esculpturas, pinturas, gravuras, desenhos, moveis, peças de porcelana, de faiança e de ourivesaria, vidros, esmaltes, tapetes, arrases, tecidos, trajos, armas, peças de ferro forjado, bronzes, joias, leques, instrumentos musicos, manuscritos illuminados, medalhas, moedas, inscrições, e, de um modo geral, todos os objectos que possam constituir modelo ou representar ensinamento para os artistas, ou sejam dignos de figurar em museus publicos de arte, e todos aquelles que, pelo seu valor documental ou pelas recordações ou tradições que lhes andem ligadas, mereçam o qualificativo de *historicos*.

§ *unico*—Exceptuam-se as obras de artistas vivos e aquellas cuja execução conte menos de cincoenta annos.

Art.º 2.º—As camaras municipaes, juntas de parochia, institutos publicos de ensino ou beneficencia, cabidos, irmandades, corporações officiaes de qualquer natureza, e, ainda, as associações de character particular, mas directa ou indirectamente subvencionadas pelo Estado, não poderão alienar, no todo ou em parte, a propriedade de qualquer obra de arte, ou objecto archeologico, sem prévia auctorização do Ministerio a que estejam subordinados, precedendo consulta e avaliação da Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa, quanto aos districtos de Lisboa, Santarem, Leiria, Castello Branco, Portalegre, Evora, Beja e Faro e aos das ilhas adjacentes, e da Academia Portuense de Bellas-Artes, quanto aos districtos do Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, Vianna do Castello, Bragança, Villa Real, Guarda e Viseu, quando se trate de productos artisticos; ou do director do Museu Ethnologico Portuguez, quando se trate de objectos de character archeologico.

§ *unico*—Sempre que os objectos que se pretenda alienar pertençam a cabidos, igrejas ou institutos religiosos, deverá intervir a respectiva auctoridade ecclesiastica, e não será concedida a permissão solicitada sem prévio accôrdo entre essa auctoridade e a auctoridade civil.

Art.º 3.º—Quando o Governo, por motivo de interesse publico e de accôrdo com o parecer da respectiva Academia de Bellas-Artes, ou do director do Museu Ethnologico, denegar a auctorização pedida, poderá o objecto ser adquirido pelo Estado, para mu-

seu publico, pelo preço da avaliação, procedendo-se, quando se trate de objectos pertencentes ás associações a que se refere o art.º 2.º e não haja accôrdo entre as duas partes, como nos casos de expropriação por utilidade publica.

Art.º 4.º—Os particulares—individuos ou collectividades—poderão, dentro do territorio portuguez, dispôr livremente dos objectos artisticos ou archeologicos, que possuam; mas não lhes será permittido exportá-los, sem auctorização do Ministerio do Reino, conformemente á consulta e avaliação das entidades mencionadas no art.º 2.º

Art.º 5.º—Quando a exportação não fór auctorizada, poderá o objecto ser adquirido pelo Governo, para museu do Estado, procedendo-se como nas expropriações por utilidade publica, sempre que o possuidor se não conforme com a avaliação.

Art.º 6.º—A exportação dos objectos artisticos e archeologicos, a que esta lei se refere, fica sujeita, em todos os casos, a um direito de 50 % *ad valorem*.

Art.º 7.º—O Governo poderá auctorizar a exportação temporaria, livre de direitos, de objectos artisticos ou archeologicos, para figurarem em exposições, mediante parecer favoravel das Academias de Bellas-Artes ou do director do Museu Ethnologico e tomando todas as precauções necessarias para garantir a sua perfeita integridade e a sua reentrada em Portugal.

§ *unico*.—Exceptuam-se do disposto neste artigo as obras de arte e peças archeologicas já encorporadas em museus publicos, do Estado ou municipaes, que em nenhum caso poderão ser temporariamente exportadas.

Art.º 8.º—Serão punidos com multa, na importancia do triplo do valor do objecto que der motivo á infracção, os individuos ou corporações que não cumprirem as disposições d'esta lei.

Art.º 9.º—Quando as acquisições que, em virtude do disposto nos art.ºs 3.º e 5.º, o Governo haja de fazer, não possam ser realizadas dentro das verbas orçamentaes ordinarias, será, para esse effeito, aberto um credito especial.

Art.º 10.º—Serão isentas de todos e quaesquer direitos de importação as obras de arte, ou com valor historico, portuguesas, como taes consideradas pelas Academias de Bellas-Artes.

§ *unico*.—Esta isenção aproveitará tambem ás obras de arte estrangeiras, que se imponham pelo seu valor artistico, ou historicamente nos interessem.

Art.º 11.º—Para as despesas a realizar com as avaliações, será inscripta annualmente, no orçamento do Ministerio do Reino (Academias de Bellas-Artes), a quantia de trezentos mil réis; e a de cem mil réis no do Ministerio das Obras Publicas (Museu Ethnologico Portuguez.)

Art.º 12.º—Nenhuma das obras mencionadas no art.º 1.º poderá ser restaurada ou concertada, sem que o respectivo projecto obtenha approvação da Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa ou Porto, conforme o districto a que pertença a obra a restaurar.

Art.º 13.º—A Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa submeterá á approvação do Governo os regulamentos necessarios para a cabal execução d'esta lei.

Art.º 14.º—Fica revogada toda a legislação em contrario.

1910 (27 de Maio) – Academia Real de Belas Artes de Lisboa, *Bases para a Inventariação das obras de arte existentes no país*. s.l., s. d. [1910]. Impresso colado à acta onde veio a discutir-se. ANBA – Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Acta do Conselho Geral de 27 de Maio de 1910, fol. 188. Actas. 1883-1910. Livro 18.



Bases para a inventariação das obras de arte existentes no país

I — São considerados objectos artisticos as esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, manuscritos illuminados, peças de porcelana, de faiança, de serralharia e de ourivesaria, bronzes, vidros, esmaltes, arrases, tecidos, trajos, armas, jóias, leques, e, de um modo geral, todos os objectos que, pelo seu accentuado caracter artistico, devam ser considerados dignos de figurar num museu de arte, ou contenham ensinamento para artistas.

II — A inventariação das obras de arte existentes no país será effectuada por duas commissões, presididas pelos inspectores das Academias de Bellas-Artes de Lisboa e Porto e compostas de cinco academicos, effectivos ou de merito, um dos quaes desempenhará as funcções de secretario.

A commissão do norte ficarão pertencendo os districtos do Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, Vianna do Castello, Bragança, Villa Real, Guarda e Viseu; e á do sul, os de Lisboa, Santarem, Leiria, Castello Branco, Portalegre, Evora, Beja e Faro e os das ilhas adjacentes.

III — Os membros das commissões terão direito a uma gratificação especial, acumulavel com outros quaesquer vencimentos, e á dispensa do exercicio dos seus cargos officiaes, durante os meses que dedicarem aos trabalhos de inventariação, sendo-lhes, alem d'isso, abonadas as indispensaveis ajudas de custo, para transportes e hospedagem.

IV — Cada uma das commissões poderá requisitar do Governo, para o desempenho de trabalhos de secretaria e expediente, até dois funcionarios, dos addidos a qualquer dos ministerios.

V — A inventariação constará, para cada peça :

a) da sua reproducção pela photographia, pela moldagem, ou outro processo adequado, com registo da respectiva chapa ou molde;

b) da sua inscripção num verbete, cujo modelo a commissão central estabelecerá, e que deverá conter : — 1.º numero de ordem, — correspondente ao da reproducção; 2.º, descripção summaria; 3.º, logar onde se encontra; 4.º, nome do individuo ou corporação em cuja posse está; 5.º, elementos para a sua historia externa; 6.º, escola, auctor, epoca ou procedencia, a que deva ser attribuida; 7.º, avaliacao; 8.º, escala em que houver sido feita a reproducção.

VI — Os funcionarios encarregados dos museus do Estado, municipaes, de corporações de caracter official, ou de collectividades directa ou indirectamente auxilhadas ou tuteladas pelo Estado, facultarão aos vogaes das commissões, alem de todos os esclarecimentos que lhes sejam solicitados, os catalogos, inventarios, ou outros elementos de estudo, que tenham em seu poder.

VII — As commissões empregarão os meios, que julgarem convenientes, a fim de que os objectos artisticos na posse de particulares (individuos ou aggremações) sejam, até onde fór possivel, incluidos no arrolamento. — designadamente as obras que se saiba, ou presuma, serem devidas a artistas nacionaes.

VIII — O arrolamento de que se trata terá como limite chronologico o anno de 1850.

IX — O Governo proporá ás côrtes a inclusão, nos orçamentos relativos aos annos economicos de 1911-12, 1912-13, 1913-14, 1914-15, e 1915-16, da quantia de 3.000\$000 réis, para as despesas a realizar com o arrolamento dos objectos de arte.

X — Aos membros das commissões serão fornecidos bilhetes de identidade, que os acreditarão junto das auctoridades e corporações a que tenham de dirigir-se; e a cada uma das commissões serão annualmente facultados alguns passes, válidos nas linhas ferreas do Estado.

XI — Concluido o arrolamento, procederá a commissão de Lisboa á coordenação methodica de todos os verbetes, obedecendo, dentro de cada especialidade, tanto quanto possivel, ao criterio chronologico.

XII — Do inventario publicar-se-hão duas edições, — uma illustrada com photographias e a outra sem illustrações.

XIII — O inventario dividir-se-ha em secções, que poderão ser adquiridas independentemente umas das outras.

XIV — Com as reproducções obtidas, organizar-se-hão collecções especiaes, que serão distribuidas pelos museus, escolas de bellas-artes, institutos e escolas industriaes, lyceus e outros estabelecimentos officiaes de ensino, em que sejam uteis; que serão vendidas no país por um preço accessivel, e facultadas gratuitamente ás associações que mantenham cursos ou escolas de ensino gratuito, e que, finalmente, serão enviadas para o estrangeiro, a fim de se obterem, em troca, series ou collecções identicas, destinadas ás nossas escolas e museus de bellas-artes e aos institutos e escolas industriaes.

XV — A inventariação dos quadros anteriores ao seculo XVII será effectuada pela commissão especialmente incumbida de arrolar, descrever, tratar, reproduzir photographicamente e expôr esses quadros; e a cargo do Conselho dos monumentos nacionaes continuará o inventario e classificacao dos monumentos architectonicos.

Documento 96

1910 (14 de Junho e 25 de Junho) – *Ofício dirigido pela Sociedade dos Architectos Portuguezes, manifestando o seu pesar pelo estado dos monumentos da cidade de Santarém, vandalizados e abandonados, nomeadamente o Convento de S. Francisco.* ANBA – CAA, Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911). Livro 173.

Sociedade dos Architectos Portuguezes

Illm.º Exm.º Snr.

Tendo a Sociedade dos Architectos Portuguezes na sua ultima excursão de estudo aos monumentos Nacionaes visitado a cidade de Santarém, viu com verdadeiro pesar, que alguns dos importantes monumentos d'aquella historica cidade teem sido vandalizados e votados ao abandono, principalmente o Convento de S. Francisco, actual quartel de Artilharia 3.

Alguns motivos de incontestavel belleza architectonica d'aquelle antigo Convento servem hoje de cosinha, despensa e cavallariças; inclusivo, uns tumulos moraes foram utilizados em manjedouras.

Afim de que um tal vandalismo não continue a ser motivo de falta de civilização e respeito pelas tradições artisticas do nosso paiz, o Conselho Director d'esta Sociedade, vem solicitar a cooperação da colectividade que V. Ex.^a tão dignamente dirige, para que junto dos Poderes Publicos sejam adoptadas as medidas necessarias, isolando-se d'aquelle edificio todas as dependencias que revelem pelo seu valor artistico restos de toda essa riqueza que ainda constituem o nosso patrimonio d'Arte.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa e sala das Sessões do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes, em 14 Junho de 1910

Illm.º Exm.º Snr. Presidente da Academia Real de Belas Artes de Lisboa

O Conselho Director

Francisco Carlos Parente
Alfredo M.^a da Costa Campos
António M. Rato
Tertuliano Marques

Secretaria da Guerra

4.^a Direcção

2.^a Repartição

N.º 1396

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Encarrega-me Sua Ex.^a o Ministro da Guerra de rogar a V. Ex.^a se digne informar esta Secretaria d'Estado quaes os motivos que pelo seu valor artistico devem ser retirados do Convento de S. Francisco em Santarém para o museu, afim de ver até que ponto se podem satisfazer os desejos do Conselho director da Sociedade dos architectos portuguezes, constante do officio dirigido a V. Ex.^a
Deus Guarde a V. Ex.^a

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 25 de Junho de 1910

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Presidente da Academia Real de Belas Artes de Lisboa

O Director Geral

J. Honorato de Mendonça
EM (?)

Documento 97

1910 (5 de Julho) – *Representação da Santa Casa da Misericórdia do Porto contra a classificação do Hospital Geral de Santo António, publicada no Diário do Governo. Cópia (3 pp.). ANBA – Processo n.º 176 – Porto. Hospital Geral de Santo António. Igrejas. Vol. III, Livro 242.*

Senhor! – Perante o Governo de Vossa Magestade, pelo Ministerio das Obras Publicas, vem representar a Meza da Santa Casa da Mizericordia do Pôrto, sobre o seguinte assumpto de capital importancia para a instituição que representa. – Por decreto de 16 de Junho ultimo, publicado no Diario do Governo de 23 do mesmo mez foi feita a classificação dos edificios considerados como monumentos nacionaes, figurando entre elles o Hospital Geral de Santo Antonio da cidade do Porto, administrado pela Santa Casa da Mizericordia. Ora, segundo as bases annexas ao Decreto de 30 de dezembro de 1901, os immoveis pertencentes a corporações administrativas, só podem entrar n’essa classificação, mediante previa informação da respectiva corporação e no caso presente não se preencheu essa importante formalidade. E, se ella houvesse sido satisfeita, a supplicante teria informado no sentido em que agora representa, por ser inteiramente incompativel com as condições em que se encontra o edificio do Hospital Geral de Santo Antonio e com o fim a que se destina a sua classificação como monumento nacional. – Effectivamente, segundo o disposto no Decreto de 29 d’Outubro de 1901, art.º 29.º, e nas Bazes annexas ao decreto de 30 de dezembro do mesmo anno os edificios classificados como monumentos nacionaes, não poderão sofrer qualquer trabalho de reparação ou modificação, nem ali se poderá fazer qualquer obra sem previa approvação dos respectivos projectos pelo Conselho dos monumentos nacionaes, confirmado por portaria do Governo. – Mas taes formalidades não podem observar-se com respeito a um Hospital como o de Santo Antonio, cujo edificio ainda não está concluido, prossequindo sempre as respectivas obras, conforme os recursos para isso destinados. Além d’isso estão ali sempre a fazer-se obras de adaptação de partes do edificio ás varias enfermarias e aos diferentes serviços hospitalares em harmonia com as perscripções da sciencia. Tambem ali se vão instalando novos serviços que exigem modificações parciaes no edificio para a sua adaptação a esses serviços. – Ainda há a ponderar que são frequentes as disposições de bemfeitores para determinadas installações e enfermarias, obrigando a execução d’essas disposições a modificações mais ou menos amplas no edificio hospitalar e nas suas dependencias. E, por ultimo, os progressos da sciencia e os fructos da experiencia estão sempre aconselhando melhoramentos em edificios d’esta natureza. – Tudo isto é incompativel com o character de permanencia e estabilidade que devem ter os edificios, que, pelo seu valor historico ou artistico, precisam de ser conservados como monumentos nacionaes. O art.º 6.º das referidas Bases dispõe que a classificação em questão, pode ser annullada a requerimento das estações officiaes, corporações ou individuos a quem pertencerem os respectivos edificios. – E, no caso d’essa faculdade e pelas razões acima expostas e ainda pelo facto da classificação em questão haver sido feita sem a previa informação pedida á supplicante, que esta vem reclamar para ser annullada a referida classificação com respeito ao edificio em questão. – Pede a Vossa Magestade haja por bem assim dicidir. As assignaturas da representação pedindo a exclusão do Hospital Real de Santo António do numero dos monumentos nacionaes. E. R. M.^{ce}. – Porto e Santa Casa da Mizericordia, 5 de Julho de 1910.

(aa) – José Antonio Forbes Magalhães. – Arthur Tavares d’Almeida. – Bernardo Augusto Teixeira de Lunart. – Manoel da Silva Cruce. – Antonio Maria Esteves Mendes Correia. – Antonio Joaquim Alves. – Antonio Correia Ribeiro. – Domingos de Sousa Moreira Freire. -----

Está Conforme

Secretaria do Conselho dos Monumentos Nacionaes, em 5 d’Agosto de 1910

O Escripturario

José Ferreira Braga

Documento 98

1910 (15 de Outubro) – *Ofício informando o Inspector da Academia das Belas Artes da portaria de nomeação da comissão encarregue de arrolar os bens dos palácios reais e do nome dos membros da referida Academia que passaram a integrar essa comissão.* ANBA – CAA, Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911). Livro 173. Inédito.

Ministério da Fazenda
Direcção Geral da Estatística e dos
Próprios Nacionaes
Segunda Repartição
1.ª Secção
P.º N.º 2099, L.º 21

Serviço da Republica

De ordem de S. Ex.^a o Ministro das Finanças comunico a V. Ex.^a para seu conhecimento e devidos effeitos que por portaria de 13 do corrente foram nomeados vogaes da comissão encarregada do arrolamento dos bens pertencentes aos palacios occupados pelo antigo chefe do Estado e sua familia, os membros d'essa academia, Columbano Bordallo Pinheiro, João Barreira e Luciano Martins Freire.

Saude de Fraternidade

Direcção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionaes, 15 de Outubro de 1910

O Director Geral
A. Eduardo Villaça

Ao Ex.^{mo} Snr. Inspector da Academia das Bellas Artes

Documento 99

1910 (21 de Novembro a 10 de Dezembro) – *Vandalismo revolucionário contra o pelourinho de Vila Velha de Ródão*. ANBA – Processo n.º 177 – Vila Velha de Rodão. Pelourinho. Igrejas, Vol. III. Livro 242 e Conselho dos Monumentos Nacionais, Actas. Livro 256. Inédito.

1 - Ofício do Conselho dos Monumentos Nacionais dirigido ao Director geral interino de Obras Públicas e Minas:

Serviço da Republica

“Tendo o director do Museu Ethnologico informado este Concelho de que a Camara Municipal de Vila Velha de Rodam havia apeado o seu pelourinho, deliberou o mesmo concelho em sessão de 21 do corrente mês pedir a V. Ex.^a que se evitem factos d’esta natureza os quaes destroem monumentos nacionaes representando epochas da nossa historia pátria

Saúde e fraternidade

Cons.º dos Mt^{os} N.^{es} em 24 de nov^{bro}. de 1910

Para Conselheiro Director interino das obras publicas e minas.

2 - Cópia do extracto da acta de 21 de Novembro de 1910⁵²

(...) Leite de Vasconcellos referiu-se a um officio da Comissão Republicana de Vila Velha, ofício que acabara de ser lido e disse que o Conselho dos Monumentos Nacionais deveria dirigir-se ao governo e não aquela comissão, porque não se devia comunicar com as entidades officiais senão por via das estações competentes. Objectava-se em relação à desvalorização do mérito artístico do pelourinho, porque “nem só os monumentos bellos merecem a estima geral, pois existem outros que apesar da sua rudeza, encerram valor historico ne archeologico muito grande. Bem tosco é um dolmen, por exemplo, e contudo os especialistas dão-lhe notavel apreço; bem desprezada está a Esphynges, ao pé das Pyramides de Ghizett, no Egypto, e, sem embargo, todos os povos civilizados vão em romaria ve-la e sauda-la. O pelourinho de Villa Velha de Rodão nos seus emblemas, traduz a historia do concelho. Em primeiro lugar, como todos os pelourinhos, é um symbolo da antiga jurisdição. Em segundo lugar a esphera armillar denota a epocha da sua construcção, o sec. XVI, epocha gloriosa; a cruz de Christo (não de Malta, como se diz) significa que Vila Velha de Rodão pertenceu à Ordem de Christo, como antes tinha pertencido á dos Templarios. Bastavam estas singelas considerações para impedir que o pelourinho fosse apeado de seu lugar. Um monumento d’estes dá ás povoações character historico e veneravel

⁵² Offício n.º 68, do Conselho dos Monumentos Nacionais, dirigido ao Vice-Presidente da Comissão Municipal Republicana de Vila Velha de Ródão, datado de 23 de Dezembro de 1910, enviando extracto da acta referente ao officio enviado pela Comissão Municipal áquele organismo, em 28 de Novembro último. Esta acta encontra-se extraviada. O assunto voltou a sessão do Conselho em 10 de Dezembro de 1910, cuja acta se conhece.

de que os respectivos habitantes devem envaidecer-se”. Leite Vasconcellos informa que não houve denúncia alguma ao Conselho dos Monumentos Nacionais, sobre o acontecimento, mas sim que a notícia ficou conhecida através dos jornais, que o Conselho dos Monumentos Nacionais, no uso das suas atribuições começou a tratar. O Conselho dos Monumentos Nacionais resolveu responder ao officio. (...).

3. Extracto da acta do Conselho dos Monumentos Nacionais de 10 de Dezembro de 1910

Conselho dos monumentos nacionaes

Sessão de 10 de Dez. de 1910;

Vogaes presentes snrs. Gabriel Pereira (presidente), Abel Botelho, Marquez d’Avila e Bolama, A. Fuschini, Cordeiro de Souza, Leite de Vasconcellos e José de Figueiredo (secretario).

(...)

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o sr. Gabriel Pereira tracta da questão do pelourinho de Villa Velha de Rodam, lendo o officio enviado ao Conselho pela Commissão municipal Republicana d’aquella Villa. Nesse officio, pretende justificar-se apeiamento do pelourinho allegando-se a nenhuma valia historica e artistica do mesmo, o que de certo (diz-se no referido officio), tinha sido reconhecido, implicitamente, pelo Conselho que o não classificou como monumento nacional. O officio remata dizendo que a Commissão Republicana de Villa Velha de Rodam sente, na sua qualidade de ré, não ter sido ouvida antes do Conselho a ter julgado como responsável de um crime de archeologia.

Feitas varias considerações pelo sr. Presidente e Augusto Fuschini sobre o caso, accrescentando este ultimo vogal a impossibilidade do Conselho se corresponder oficialmente com a Commissão Republicana de Villa Velha de Rodam, o vogal snr. Leite de Vasconcellos diz que o facto do pelourinho não estar classificado não era motivo para que a comissão Republicana se julgasse no direito de o poder demolir, como fez. A sua qualidade de monumento bastava para impor á commissão o dever da consulta ao Conselho, antes de tomar qualquer decisão nesse sentido.

Quanto ao valor artistico e historico, o snr. Leite de Vasconcellos mostra o erro da Commissão. O pelourinho não era certamente uma obra prima, mas a harmonia das suas proporções e o seu character bastavam para justificar a sua conservação, que alias sob o ponto de vista historico, se impunha em absoluto, pois n’elle estava, por assim dizer, traduzida syntheticamente a historia das origens de Villa Velha de Rodam. Alem das quinas, representativas da nação portugueza e da esphera armilar indicatoras da epocha em que o pelourinho foi erguido, a cruz de Christo (e não de Malta, como erradamente diz a commissão), indica, para os que souberem ler n’estes symbolos históricos, que Villa Velha de Rodam foi pertença d’aquella ordem, para onde, em tempos de D. Diniz, passou a extincta ordem dos templários a que aquella succedeu.

O sr. Leite de Vasconcellos terminou propondo que se responda n’este sentido á Commissão Republicana de Villa Velha de Rodam o que é aprovado, devendo o sr. Leite de Vasconcellos redigir essa resposta.

(...)

Documento 100

1911 (15 de Março e 20 de Maio) – *Primeiros decretos de classificação de monumentos do período republicano*: Decreto de 15-03-1911 – Castelo de Campo Maior – e Decreto de 20-05-1911 – Santa Clara a Nova (claustro e coros). In *Diário do Governo*, respectivamente n.º 63, de 18 de Março de 1911, p. 1173 e n.º 119, de 23 de Maio de 1911, p. 2075.

1. Castelo de Campo Maior

“Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.º e seu & 1.º das bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais, aprovadas pelo decreto de 30 de dezembro de 1901: hemos por bem determinar que o Castelo de Campo Maior seja considerado monumento nacional.

Paços do Governo da Republica, em 15 de março de 1911. = *Antonio Xavier Correia Barreto = Manuel Brito Camacho*”.

2. Santa Clara a Nova (claustro e coros)

“Tendo sido considerado monumento nacional, por decreto de 16 de junho de 1910, o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: hei por bem determinar que neste monumento se comprehendam, não só o tumulo da Rainha Santa Isabel, mas ainda o claustro e coros do mencionado mosteiro.

Paços do Governo da Republica, em 20 de maio de 1911. = O Ministro do Fomento = *Manuel Brito Camacho*”.

Documento 101

1911 (20 de Abril) – *Extractos da Lei da Separação do Estado das Igrejas respeitantes aos bens imóveis e móveis de valor histórico, artístico e assuntos correlativos*. In *Diário do Governo*, n.º 92, de 21 de Abril de 1911, pp. 1619-1624.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Lei da separação do Estado das Igrejas

CAPITULO I

Da liberdade de consciencia e de cultos

Artigo 1.º A Republica reconhece e garante a plena liberdade de consciencia a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitarem o territorio português.

Art. 2.º A partir da publicação do presente decreto com força de lei, a religião catholica apostolica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legitimas agremiações particulares, desde que não offendam a moral publica nem os principios do direito politico português.

Art. 3.º Dentro do territorio da Republica ninguém pode ser perseguido por motivos de religião, nem perguntado por autoridade alguma acêrca da religião que professa.

Art. 4.º A Republica não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto algum; e por isso, a partir do dia 1 de julho proximo futuro, serão supprimidas nos orçamentos do Estado, dos corpos administrativos locais e de quaesquer estabelecimentos publicos todas as despesas relativas ao exercicio dos cultos.

Art. 5.º Da mesma data em deante serão extintas as congruas e quaesquer outras imposições destinadas ao exercicio do culto catholico.

Art. 6.º O Estado, os corpos administrativos e os estabelecimentos publicos não podem cumprir directa ou indirectamente quaesquer encargos cultuaes, nem mesmo quando onerarem bens ou valores que de futuro lhes sejam doados, legados ou por outra forma transmittidos com essa condição, que será nulla para todos os efeitos, applicando-se, de preferencia, os respectivos bens ou valores a fins de assistencia e beneficencia, ou de educação e instrução.

Art.º 7 O culto particular ou domestico de qualquer religião é absolutamente livre e independente de restrições legais.

(...)

CAPITULO II

Das corporações e entidades encarregadas do culto

Artigo 16.º O culto religioso, qualquer que seja a sua forma, só pode ser exercido e sustentado pelos indivíduos que livremente pertençam á respectiva religião como seus membros ou fieis.

Art. 17.º Os membros ou fieis de uma religião só podem collectivamente contribuir para as despesas geraes do respectivo culto por intermedio de qualquer das corporações, exclusivamente portuguesas, de assistencia e beneficencia, actualmente existentes em condições de legitimidade dentro da respectiva circunscrição, ou que de futuro se formarem com o mesmo character, de harmonia com a lei e mediante autorização concedida por portaria do Ministerio da Justiça, preferindo a misericordia a qualquer outra, e na falta da misericordia ou de corporação com individualidade juridica, não comprehendida no artigo 4.º, que tenha a seu cargo um serviço analogo, como hospital, hospicio, albergaria, asylo, creche albergue ou recolhimento, uma confraria ou uma irmandade que tenha sido ou seja tambem destinada á assistencia e beneficencia.

(...)

Art.º 19.º Não existindo nos limites de uma parochia, nem podendo constituir-se desde já, qualquer das corporações a que se referem os artigos anteriores, essa parochia poderá aggregar-se, para os efeitos cultuaes, a uma parochia vizinha, onde exista ou possa formar-se qualquer d'essas corporações; (...)

(...)

Art.º 40 Serão também declaradas extintas, passando para o Estado todos os seus bens sem excepção, as associações, corporações ou outras entidades, que admittirem entre os seus membros ou empregados, quaesquer individuos, de um ou outro sexo, que tenham pertencido ás ordens ou congregações religiosas, declaradas extintas pelo decreto de 8 de outubro de 1910, e bem assim aquellos que pertencerem aos institutos d'essa natureza onde quer que existam, ficando esses individuos, os membros da direcção ou administração d'aquellas associações, corporações ou entidades, e

quaesquer responsáveis pela infracção, sujeitos á sancção do artigo 140.º do código penal e a quaesquer outras penalidades applicaveis pelos decretos de 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910.

(...)

CAPITULO III

Da fiscalização do culto publico

(...)

Art.º 60 É prohibido, de futuro, sob pena de desobediencia, appor qualquer sinal ou emblema religioso nos monumentos publicos, nas fachadas dos edificios particulares, ou em qualquer outro lugar publico, á excepção dos edificios habitualmente destinados ao culto de qualquer religião e dos monumentos funerarios ou sepulturas dentro dos cemiterios.

(...)

CAPITULO IV

Da propriedade e encargos dos edificios e bens

Art.º 62.º Todas as cathedraes, igrejas e capellas, bens immobiliarios e mobiliarios, que teem sido ou se destinavam a ser applicados ao culto publico da religião catholica e á sustentação dos ministros d'essa religião e de outros funcionarios, empregados e serventuarios d'ella, incluindo as respectivas bemfeitorias e até os edificios novos que substituiram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade juridica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como taes, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de sellos, entregando-se os mobiliarios de valor, cujo extravio se receiar, provisoriamente á guarda das juntas de parochia ou remetendo-se para os depósitos publicos ou para os museus.

Art.º 63.º O arrolamento e inventario a que se refere o artigo anterior serão feitos administrativamente, de parochia em parochia, por uma *Commissão concelhia de inventario*, composta do administrador do concelho ou bairro e do escrivão da fazenda, que poderão fazer-se representar por empregados seus, sob sua responsabilidade, servindo o primeiro de presidente e o segundo de secretario, e por um homem bom de cada parochia, membro da respectiva junta, e indicado pela camara municipal para o serviço d'essa parochia.

Art.º 64.º Quando o governo o entender necessario, poderá designar mais de uma comissão para o mesmo concelho ou bairro, ou nomear para qualquer d'ellas outros funcionarios alem dos indicados no artigo anterior.

Art.º 65.º A comissão poderá reclamar o auxilio de qualquer entidade publica e todos os elementos de esclarecimento de que careça e deverá requisitar da respectiva comissão regional artística, ou escolher por si, um ou mais peritos de reconhecida competencia, quando presumidamente se tratar de moveis com valor artistico ou historico.

Art.º 66.º As comissões concelhias ficam directamente subordinadas ao Ministerio da Justiça, onde será criada, e exercerá attribuições de superior direcção e administração, uma *Commissão central de execução da lei da separação*, composta de funcionarios do ministerio, administrativos ou fiscaes, e de magistrados ou empregados judiciaes e do ministerio publico, da escolha do ministro.

Art.º 67.º Os inventarios devem começar no dia 1 de junho proximo e concluir no prazo de tres meses, e serão feitos em duplicado, ficando um exemplar na camara municipal á disposição de quem o quizer examinar, e sendo o outro enviado á comissão central, directamente pelo administrador do concelho, á medida que terminarem os trabalhos em relação a cada parochia.

(...)

Art.º 75.º Os edificios e objectos, que no seu conjunto ou em qualquer das suas partes representarem um valor artistico ou historico, e que ainda não estiverem classificados como monumentos nacionaes, constarão, alem do inventario geral, tambem de um inventario especial que será enviado ao governador civil do districto para os effeitos do decreto com força de lei de 19 de novembro de 1910, relativo à protecção das obras de arte nacionaes.

Art.º 76.º Serão organizados museus de arte regionaes onde ainda não existirem estabelecimentos de Estado d'esta natureza, e o museu de arte religiosa annexo, á Cathedral de Coimbra, fica declarado museu nacional, continuando sob a direcção do seu instituidor.

Art.º 77.º Os bens inventariados serão separados pela comissão central conforme pertencerem ao Estado ou a cada um dos corpos administrativos, podendo qualquer d'estes fazer valer perante ella os seus direitos, sem dependencia de formalidades de processo.

(...)

CAPITULO V

Do destino dos edificios e bens

Art.º 89.º As cathedraes, igrejas e capellas que teem servido ao exercicio publico do culto catholico, assim como os objectos mobiliarios que as guarnecem, serão, na medida do strictamente necessario, cedidos gratuitamente e a titulo precario pelo Estado ou pelo corpo administrativo local que

d'elles for proprietario, á corporação que nos termos do artigo 17.º e seguintes for encarregada do respectivo culto.

Art.º 90.º Os edificios e objectos até agora applicados ao culto publico catholico, e que para elle não forem necessarios, incluindo o das corporações com individualidade juridica, deverão ser destinados pela entidade proprietaria, e poderão sempre sê-lo, de preferencia, pelo Estado, a qualquer fim de interesse social, e nomeadamente á assistencia e beneficencia, ou á educação e instrucção.

(...)

Art. 92.º Os edificios que foram applicados ao culto catholico pelos jesuitas não mais poderão ter esse destino e serão utilizados pelo Estado para qualquer fim de interesse social.

Art.º 93 A concessão gratuita dos edificios e moveis mencionados no artigo 89.º terminará, e o culto publico deixará de realizar-se em qualquer desses edificios, desde que se verifique uma das seguintes hypotheses:

1.ª Se assim o determinar uma lei por superior motivo de interesse publico;

2.ª Se a corporação encarregada do culto for declarada extincta, ou deixar de cumprir as suas obrigações para com o Estado, ou applicar o edificio ou os moveis a fins diversos dos do culto, ou os desvalorizar, damnificar, inutilizar ou perder, por acção ou omissão, ou desobedecer ás prescrições relativas aos monumentos artisticos ou historicos.

(...)

3.º Se a conservação do edificio e dos objectos mobiliarios for prejudicada ou passar a ser supportada pela entidade proprietaria, em consequencia do não pagamento, por parte da corporação encarregada do culto, das quantias necessarias para aquella conservação e para os respectivos seguros contra incendios, que serão obrigatorios e contratados a favor e em nome da entidade proprietaria.

(...)

Art.º 98 Os paços episcopaes, os presbyterios e os seminarios serão concedidos para a habitação dos ministros da religião catholica e para o ensino theologico, sem pagamento de renda, nas condições dos artigos 89.º e 93.º e nas mais constantes dos artigos seguintes.

Art.º 99 Os paços episcopaes serão concedidos gratuitamente na parte necessaria para a habitação dos actuaes prelados em exercicio, emquanto elles presidirem ás cerimoniaes cultuaes nos respectivos templos, tiverem direito ás pensões de que tratam os artigos 113.º e seguintes e não incorrerem na perda dos beneficios materiaes do Estado.

Art.º 100 Fora de Lisboa e Porto, os presbyterios poderão tambem ser concedidos gratuitamente, no todo ou em parte, para a habitação dos actuaes parochos em exercicio, emquanto se verificarem acerca d'elles as condições do artigo precedente.

Art.º 101 As quintas, quintaes, cêrcas, passaes e outros terrenos rusticos, annexos ou não ás residencias episcopaes e parochiaes, não são comprehendidos na cessão gratuita autorizada pelos artigos precedentes.

Art.º 102 O Estado concede os actuaes edificios dos seminários de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa (S. Vicente) e Evora para o ensino de theologia, sem pagamento de renda, durante cinco annos, a partir de 31 de agosto próximo.

Art.º 103 Sob as mesmas penas do artigo 50.º, alem da terminação da cedencia gratuita, é expressamente prohibido realizar reuniões politicas nos edificios acima mencionados.

Art.º 104 Os paços episcopaes, presbyterios e seminarios não applicados nos termos dos artigos anteriores, os terrenos rusticos, annexos ou não, e os demais bens mobiliarios e immobiliarios não mencionados nos artigos 89.º e seguintes, incluindo todos os titulos de divida publica averbados aos ministros da religião catholica nessa qualidade, e aos das mitras, cabidos, sés, collegiadas, fabricas, passaes, igrejas, e demais corporações de character religioso ou cultural, que não sejam das referidas no artigo 17.º, e que se achem já extintas por leis anteriores, quer o fiquem pelo presente decreto com força de lei, poderão ser, desde já, destinados pelo governo, directamente ou pelo que produzirem, a qualquer fim de interesse social, e serão definitivamente applicados, depois da sua incorporação nos bens proprios da fazenda nacional, e sem prejuizo do disposto no artigo 112.º, sucessivamente, aos seguintes destinos:

(...)

Art.º 105 Na parte sobranete dos paços episcopaes e presbyterios concedidos para habitação dos ministros da religião catholica nos termos dos artigos 99.º e 100.º, poderão desde já instalar-se quaequer serviços de grande interesse publico, como escolas e outros.

(...)

Art.º 111 Os bens a que se referem os artigos 90.º a 92.º e 104.º serão guardados, conservados e administrados pelo Ministerio da Justiça, por intermedio da *Commissão de execução da lei da separação* e de commissões locais para isso designadas, com intervenção obrigatoria dos agentes do Ministerio Publico na parte administrativa.

Art.º 112 Apurados definitivamente os bens que pertencem ao Estado e ficam na sua livre disposição, serão transferidos para o Ministerio das Finanças e incorporados nos proprios da fazenda nacional, para lhes ser dado o destino referido no artigo 104.º, sem prejuizo da entrega ás juntas de parochia d'aquelles que representarem, no todo ou em grande parte, o resultado de subscrições locais posteriores á promulgação do código civil.

CAPITULO VI

Das pensões aos ministros da religião catholica

(...)

CAPITULO VII

Disposições geraes e transitorias

(...)

Art.º 167.º As collegiadas e outras corporações, que actualmente estiverem funcionando á sombra de leis especiaes a ellas relativas, são, como taes, declaradas extinctas, mas podem organizar-se até 31 de dezembro de 1911 de harmonia com as disposições do presente decreto e readquirir assim individualidade juridica, revertendo para o Estado os bens que lhes não forem precisos na sua nova constituição, mas devendo o governo applicá-los a serviços de interesse publico, nomeadamente de assistencia e beneficencia ou de educação e instrucção, quando possivel de harmonia como espirito das leis especiaes e dos usos tradicionaes d'esses institutos.

(...)

Art.º 189.º É autorizado o governo a reformar os serviços do *Collegio das missões ultramarinas*, de modo que a propaganda civilizadora nas colónias portuguesas, que haja de ser ainda feita por ministros da religião, se confie exclusivamente ao clero secular português, especialmente preparado para esse fim em institutos do Estado.

(...)

Art.º 191 O governo publicará os demais decretos, instrucções, portarias e regulamentos que considerar necessarios para a melhor execução do presente decreto com força de lei.

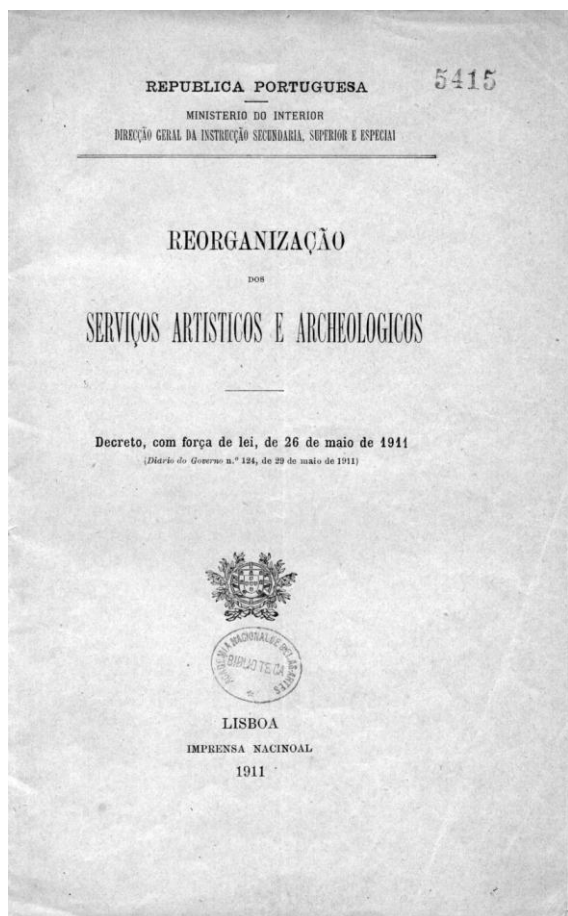
Art.º 192.º As commissões superiores criadas pelos artigos 66.º e 129.º poderão elaborar os seus regimentos internos, que se applicarão igualmente ao funcionamento das commissões locaes que lhes ficam respectivamente subordinadas.

(...)

Determina-se portanto que a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços da Republica, em 20 de Abril de 1911. = *Joaquim Theophilo Braga* = *António José Almeida* = *Affonso Costa* = *José Relvas* = *António Xavier Correia Barreto* = *Amaro de Azevedo Gomes* = *Bernardino Machado* = *Manuel de Brito Camacho*.

1911 (26 de Maio) – *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto*: “Relatório” e decretos n.º 1 e n.º 2, de 26 de Maio de 1911 (deste último apenas extrato). In *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Abril de 1911, p. 2244 - 2247 e rosto da brochura – Republica Portuguesa, Ministério do Interior, Direcção Geral de Instrução Secundaria, Superior e Especial, *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.



Reorganização dos serviços artísticos e archeológicos
e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto

Relatorio

No cumprimento de um plano largamente estudado, o Governo, depois de, com o decreto de 19 de novembro de 1910, ter assegurado a integridade e a conservação das obras de arte existentes no país, sobretudo das que sejam ou se presumam de origem nacional, vem, com os presentes decretos, reformar os serviços artísticos e archeologicos e o ensino das artes plasticas.

E não podia deixar de ser assim. Por todos os titulos, esta reforma impunha-se, pois, neste ponto, os antigos dirigentes não limitaram o seu desleixo a deixar perder a quasi totalidade do que, através de successivas depredações, nos restava ainda, no meado do seculo XIX, do nosso já então reduzidissimo patrimonio artistico. Levaram a sua incuria mais longe, não procurando sequer, pela coordenação de elementos já existentes, mas dispersos e mal aproveitados, constituir um ensino artistico, que, embora em bases modestas e harmonico com as forças do país, pudesse, entretanto, vir a pôr-nos entre as nações mais cultas no logar que, sob esse ponto de vista, nos compete.

Depois, não deve esquecer-se que um Estado, quanto mais democratico é, mais obrigações tem para com o artista. A democracia, visando á mais ampla igualdade, acaba por completo com as castas e com as comunidades, que, nos regimes antigos, eram, precisamente, os grandes protectores da arte, os seus verdadeiros Meenas. E, acabando com essas instituições anachronicas e substituindo-se a ellas nas suas funções, pertencem-lhe, é claro, tambem, os deveres que pertenciam áquellas. Somente cumpre-lhe praticá-los com outra nobreza, que é a consequencia da valorização que o artista deve ter numa sociedade abertamente liberal.

Nascida do povo, a arte, mesmo a mais requintada, como a do seculo XVIII, não deixou nunca de ser uma das mais altas afirmações da sua força. E assim, ainda sob os punhos de renda de um La Tour ou a casaca de seda de Watteau, como alguns annos mais tarde, entre nós, sob a figura plebeia de Machado de Castro ou a mais mundana de Sequeira ou Vieira Portuense, provou sempre como o calor illuminante da sua chamma levantava até ás mais altas elites o homem de origem a mais obscura e humilde. As velhas corporações, de onde, aqui e lá fora, saíram tantos brados de revolta contra as oppressões e abusos do alto, essas são tambem um testemunho — e flagrante — da moralizadora acção politica da arte, como educadora dos meios populares.

E, nesta orientação, é já hoje um axioma que, sem a arte do povo, a arte para o povo seria uma utopia. O levantamento da primeira é que ha de determinar o engrandecimento da segunda; e esse levantamento impõe-se agora tanto mais, quanto, estando, dia a dia, a extinguirem-se os dogmas que dominavam a velha humanidade, é, como nunca, necessaric para que o povo sinta a arte, que ella seja filha das suas obras.

Só assim elle lhe poderá querer com o mesmo amor entranhado e frutificante com que, nas epochas medievas, o rustico canteiro queria á cathedral que erguera com as proprias mãos e o ignorado entalhador ou o esquecido ferreiro ao objecto humilde por elle mesmo concebido e realizado.

Sob este ponto de vista, que se afigura ao Governo o verdadeiro, educar é ainda instruir. E, como a educação do povo é um dos fitos mais nobres que cabem aos dirigentes de um país, o Governo procurou, nestes dois decretos, estabelecer o mais amplamente possivel as bases dos serviços de bellas artes e archeologia e do ensino ar-

ras a que a deslocação da corte, em épocas remotas, levou o engrandecimento temporário do seu fausto, é nestas tres cidades que, por variadas causas que seria ocioso repetir aqui, se tem mantido uma especie de hegemonia artistica, que as impõe para sede das instituições a que é, agora, confiada a guarda dos monumentos, a direcção superior dos museus e outras funções de caracter artistico, na respectiva area.

Com isto, não pretende, porem, o Governo centralizar só nestes pontos a riqueza artistica nacional, nemindo nelles, como, em tempos, se pretendia já para Lisboa e Porto, todos os objectos de arte, moveis, actualmente dispersos de norte a sul de Portugal. Guiado por um espirito moderno, o Governo sabe bem quanto o país tem a lucrar com essa disseminação das obras de arte e quanto perderia grande parte d'ellas, uma vez que fosse feita a sua remoção, por lhes faltar assim o ambiente para que foram criadas e em que atingem, consequentemente, o maximo brilho.

Nesta conformidade, determinou já o Governo, no referido decreto de 19 de novembro, que não somente deviam dar entrada nos museus (museus que deviam ser, de preferença, os da região, desde que lá existissem, ou houvesse possibilidade de os criar) as obras de arte, cuja integridade ou bom exame soffessem com a sua collocação actual. As restantes deseja o Governo que continuem no seu lugar de origem, embora sob a guarda e inspecção, absolutamente indispensaveis, dos Conselhos a cuja area pertencem. Com o que terá a lucrar a educação regional do povo e a riqueza publica geral e local, por serem essas obras, depois de tratadas e devidamente exhibidas e conhecidas, um innegavel atractivo para o turista nacional e estrangeiro.

Nesta mesma s' orientação, procurou o Governo, logicamente, no seguimento dos decretos que seguem, reorganizar as Escolas de Bellas-Artes de Lisboa e Porto, de forma que, tanto uma como a outra, possam educar e formar artistas em condições de o ensino ali ministrado ser, tanto quanto possível, integral, não sendo, como até aqui, quasi um mero subsidio ou preparação para o estudo no estrangeiro.

Para este fim augmenta-se á Escola de Bellas Artes do Porto, o numero de professores, e, ao mesmo tempo que se reduz de um anno o curso preparatorio, e se divide, conforme o curso especial a que os alumnos se destinam, o ultimo anno d'aquelle curso, sobrecarrega-se com mais uma classe o curso de architectura e torna-se dependente da pratica de dois annos, em obras do Estado ou de particulares, a concessão do diploma aos architectos, os quaes, preenchidas estas condições, deverão certamente offerecer as necessarias garantias profissionais.

Satisfazendo antigas e justissimas reclamações, acaba-se com a denominação de «cadeira de desenho historico» e cadeira de pintura historica», por estas designações, que representavam uma tradição, felizmente abolida, não terem hoje nenhuma razão de ser. E, acabando-se com esses titulos, remodela-se, sob um ponto de vista mais liberal, o ensino na primeira d'aquellas cadeiras, acabando-se com o desenho copia de estampa, de ha muito condemnado. Os alumnos comparearão logo a desenhar do relevo, habilitando-se, desde o começo, a ver as cousas pela sua verdadeira forma e volume, e passando, depois, o mais cedo possivel, a copiar do natural. É esta a melhor maneira de se identificar com a vida, a cuja transplantação a arte, essencialmente, visa, e evita-se ainda assim o encher-se-lhes o cerebro de formulas que só servem para os estorilizar, aniquilando-lhes, aos que o tem, o temperamento que o ensino deve, sobretudo, cultivar e desenvolver.

Sob proposta da Academia de Bellas Artes de Lisboa, supprime-se tambem o ensino especial da pintura de paisagem, passando o actual proprietario da respectiva cadeira a dedicar-se, com os outros dois professores da especialidade, ao ensino da pintura em geral.

As Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto são, a bem dizer, escolas especies de applicação; a ellas devem chegar, pois, os alumnos já com a preparação adquirida nos cursos da escola primaria, em vez de, como até aqui succedia, virem completa-la, fragmentariamente, junta com o ensino artistico. Por isso se exige d'ora ávante, como titulo de admissão á frequencia das duas referidas Escolas, a certidão do exame de instrucção primaria superior. Contudo, como medida transitoria, e para não ir porventura prejudicar bruscamente a frequencia ás nossas Escolas de Bellas-Artes, estatue-se que, durante os tres primeiros annos lectivos que se seguirem á publicação da presente lei, vigore um regime que se aproxima sensivelmente do actual.

Completando o seu pensamento de nacionalização da arte, e em harmonia com o que é hoje, lá fora, corrente geral, o Governo modifica tambem o regime das pensões, substituindo-as por bolsas de viagem.

A pratica universal tem mostrado que, uma vez o artista feito, o contacto excessivo com um mestre é antes prejudicial que vantajoso. Chegado ao momento em que começa a possuir o seu *miel*, um artista deve fazer-se com impressões de todos, e só as muitas suggestões, variadas e boas, podem evitar-lhe, pela comparação cuidada e reflectida, o deixar-se absorver inteiramente pelo mestre que segue e que o entusiasma. Aprende assim, dos processos dos artistas cujas obras admira, só o que é fundamental (e que já vagamente sabia da sua educação na escola); e, o que é talvez mais importante, educa simultaneamente a sua alma na magnifica lição espirital que essas mesmas obras certamente lhe dão.

Os pintores e esculptores, sem desprezar o ensino que tem a colher das obras dos grandes artistas de todos os

generos, irão, sobretudo, ver e estudar as obras dos mais illustres mestres das suas especialidades e aprenderão, com elles, como se é grande pela sinceridade e amor da verdade, e como a solidez da construcção á sempre essencial á durabilidade do que se construo. O architecto aprenderá, por sua vez, nos grandes e pequenos monumentos, consagrados pelo genio dos seus autores, que a principal grandeza de um edificio é a que deriva da sua harmonia, e que, qualquer que seja a sua importancia, lhe é sempre essencial um absoluto accommodamento, não só á natureza do seu destino, mas ainda ao aspecto da paisagem e ás condições climatologicas do meio em que esse edificio é erguido.

Complemento fundamental do ensino artistico e elemento essencial da educação geral, sob todos os aspectos, os museus merecem, ao Governo, na actual reforma, um grande cuidado. E, sem querer encerrar nelles todos os valores artisticos actualmente dispersos pelo país, o Governo procura valorizá-los, tornando-os, a par dos nossos mais bellos monumentos, padrões, tanto quanto possível, vivos, da nossa cultura e modo de ser typico, através dos tempos. E, como circunstancias especiais, de momento, facilitam, com o engrandecimento das collecções já existentes, o seu desdobramento em outras, cuja organização era, ha muito, unanimemente reclamada, o Governo, no cumprimento da sua missão de instrucção e educação, procura ampliá-las racionalmente, de forma que desempenhem o papel que lhes pertence.

Verdadeiros institutos de arte e historia, como, por toda a parte, são considerados, geralmente, os museus, pelos problemas essenciaes ao conhecimento da evolução geral da humanidade que as suas collecções representam, os de arte antiga revestem para nós, sob o segundo d'aquelles aspectos, uma excepcional importancia, pela paucissima expansão que tem tido, em Portugal, os estudos da especialidade. Tudo o que se tem feito, e que é relativamente muito, dadas as condições do meio, deve-se unicamente ao esforço patriótico e absolutamente desinteressado de um escasso numero de benemeritos escritores. E, por isso e por ser fundamental para o conhecimento integral da vida portuguesa o estudo da maioria das obras que hão de constituir aquelles museus, o Governo, de harmonia com o que se faz na França, Alemanha, Inglaterra, Belgica, Hollanda, Italia, Austria e demais países, para com estes e os outros museus de arte, quer confiar a direcção dos que comprehendem a collecção dos nossos artistas de épocas passadas a artistas ou eruditos da especialidade, de reconhecida competencia.

Pelo que respeita ao serviço dos monumentos, a reorganização é profunda. Reconhecido que o antigo Conselho dos Monumentos Nacionais, — a cujos vogaes se deve muitissimo, pelo desinteressado esforço que nelle prodigalizaram — não podia corresponder ao fim a que era destinado, o Governo, no mesmo intuito de descentralização, substitue-o por tres comissões, que, pela sua constituição, pela sua sede e pela colaboração que lhes é assegurada, dos architectos devem corresponder em absoluto ao objectivo que se tem em vista. Satisfaz assim o Governo as reclamações que, ha muito, vinham sendo apresentadas pelas corporações de arte e de archeologia do país e até por muitos dos vogaes do extinto Conselho, satisfazendo tambem os votos emitidos nos congressos internacionais da especialidade.

E, ao delimitar sob este ponto de vista, as areas dos Conselhos de arte e archeologia, não esqueceu o Governo a maior ou menor importancia dos elementos aproveitaveis nas diferentes sedes, criando, nesta orientação, junto do Museu Ethnologico, um curso livre de archeologia nacional, ao mesmo tempo que em reformas successivas tratará de restabelecer, nas Faculdades de Letras, cursos, de Historia da Arte, que deverão ser frequentados com a possível assiduidade, por todos os alumnos d'essas e das outras faculdades. No ensino artistico, mais do que em qualquer outro ramo de instrucção, a educação das camadas superiores é essencial para a constituição de uma corrente segura e solidamente orientadora.

Sem contrariar o pensamento descentralizador a que esta reforma obedece, e no unico intuito de dar a indispensavel unidade aos esforços dos tres Conselhos centrais e de facilitar e tornar mais efficazes as suas relações com o Governo, é criado ainda, em Lisboa, um Conselho de Arte Nacional.

Finalmente, como complemento de toda esta organização e ainda em obediencia ao mesmo fim coordenador, instituirá oportunamente o Governo o Boletim dos Serviços de Bellas-Artes e Archeologia, destinado á publicação, tanto quanto possível illustrada, dos trabalhos dos membros das Comissões e de quaisquer outros escritores, uma vez que a sua inserção seja julgada conveniente pela respectiva direcção.

Decreto n.º 1

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Reorganização dos serviços artisticos e archeologicos

CAPITULO I

Das circumscrições artisticas

Art. 1.º Para o effeito da defesa dos interesses artisticos e archeologicos, é dividido o país em tres circumscrições: — a 1.ª — comprehendendo os districtos administrativos de Santarem, Portalegre, Lisboa, Évora, Beja, Faro e os das ilhas adjacentes; a 2.ª, a de Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria, Guarda e Castello Branco; a 3.ª,

os de Vianna do Castello, Braga, Porto, Villa Real e Bragança. A 1.ª terá como sede Lisboa, a 2.ª, Coimbra, a 3.ª, o Porto.

CAPITULO II

Dos Conselhos de arte e archeologia

Art. 2.º Na sede de cada uma das circumscrições funcionarão, com attribuições consultivas e deliberativas, um Conselho de arte e archeologia, ao qual competirá:

1.º Promover junto do Governo que lhe sejam facultados todos os elementos necessarios ao cumprimento da sua missão, e ao estudo, conservação e enriquecimento das collecções dos museus;

2.º Organizar exposições, destinadas a estimular e desenvolver a actividade artistica nacional e nos quaes se farão, aquisições para os museus; e bem assim, exposições que tenham por objecto tornar conhecido um artista, uma epoca, um ramo de arte decorativa ou popular, etc.;

3.º Proceder á aquisição, em exposições publicas ou particulares, de obras de arte e peças archeologicas para os museus, escolher de entre as encorporadas em virtude do artigo 62.º do decreto com força de lei de 20 de abril de 1911, ou de quaisquer outras disposições legais, as doadas ou as depositadas, aquellas que devam ser expostas, e superintender no tratamento ou reparação dos quadros, esculpturas e quaisquer outros objectos artisticos ou archeologicos, que façam parte dos museus;

4.º Classificar os monumentos da circumscrição, velar pela sua conservação e propor ou apreciar os respectivos projectos de reparação e restauração;

5.º Promover conferencias sobre esthetica, historia da arte e monumentos nacionaes;

6.º Proceder ao arrolamento da riqueza artistica e archeologica da circumscrição e propor ao Governo as medidas necessarias para a sua boa conservação;

7.º Indicar os peritos que devem proceder á inventariação dos mobiliarios de valor historico ou artistico a que se refere o artigo 65.º do decreto com força de lei de 20 de abril de 1911, e nomear os jurys dos concursos para os logares de professores das escolas de Bellas Artes e de pensionistas no estrangeiro, jurys que serão compostos de professores da especialidade e outros vogaes de reconhecida competencia;

8.º Administrar, sob a superintendencia da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial as dotações tanto dos proprios Conselhos como dos museus d'elles dependentes, e bem assim o rendimento dos legados instituidos para a concessão de pensões e premios a estudantes e artistas, e para a aquisição de obras destinadas aos museus;

9.º Consultar sobre todos os assuntos de arte e archeologia, que pelo Governo sejam submettidos á sua apreciação.

§ unico. As funções que, pelo decreto com força de lei de 19 de novembro de 1910, são attribuidas ás Academias de Bellas Artes de Lisboa e Porto, passam a ser desempenhadas, respectivamente, pelos Conselhos da 1.ª, 2.ª e 3.ª circumscrição, os quaes, para todos os effeitos, substituem aquellas duas Academias, excepto na eleição do representante dos institutos de ensino artistico junto do Conselho Superior de Instrucção Publica.

SECÇÃO I

Dos membros dos Conselhos

Art. 3.º Os Conselhos compõem-se de vogaes effectivos, correspondentes, honorarios e auxiliares.

Art. 4.º Vogaes effectivos são: — além de artistas, escritores de arte ou archeologos em numero limitado, residentes nas sedes das respectivas circumscrições e que se tenham distinguido pelas suas produções —, em Lisboa, o director e os professores das cadeiras technicas e de historia da Escola de Bellas-Artes e directores dos museus; no Porto, os mesmos funcionarios e o director do Museu Municipal; e, em Coimbra, o fundador e o conservador do Museu de Arte Religiosa da mesma cidade, os professores de desenho architectonico e ornamental da Escola Industrial Brotero, dois representantes do Instituto, eleitos por esta corporação, um representante da Escola Livre de Desenho, e os professores de desenho da Universidade.

Art. 5.º Vogaes correspondentes, em numero illimitado, são os artistas, escritores de arte ou archeologos, de relevante merito, não residentes nas sedes das circumscrições.

Art. 6.º Vogaes honorarios, em numero illimitado, são as pessoas que hajam contribuido com donativos ou serviços valiosos para o desenvolvimento da arte e dos estudos archeologicos no país.

Art. 7.º Vogaes auxiliares, em numero illimitado, são os individuos que, não reunindo as condições necessarias para serem nomeados vogaes correspondentes, tenham, entretanto, manifestado interesse pelos assuntos de arte ou archeologia e possam coadjuvar efficazmente os Conselhos.

Art. 8.º Para ser-se nomeado vogal effectivo ou correspondente, é necessario que o candidato submetta á apreciação do Conselho, como titulo de candidatura, uma obra de arte por elle composta e executada, ou qualquer trabalho de archeologia, historia da arte ou critica artistica, e seja votado em sessão plenaria, sob parecer de um vogal effectivo, por unanimidade ou maioria absoluta.

§ unico. Excepcionalmente, e quando residentes nas sedes das circumscrições, podem os vogaes honorarios ser votados vogaes effectivos, independentemente das condições estabelecidas neste artigo para a admissão a esta uni-

tina categoria, desde que os serviços por elles prestados á arte sejam relevantes e que a sua passagem á classe dos vogaes effectivos seja de indiscutivel utilidade para os interesses artisticos ou archeologicos.

Art. 9.º As obras que constituam titulo de candidatura ficarão pertencendo ao Conselho, salvo quando o candidato for excluido.

Art. 10.º Para se ser nomeado vogal honorario ou auxiliar, é necessario ser proposto por um vogal, effectivo ou correspondente, em documento fundamentado, e ser votado, em sessão plenaria, por unanimidade ou maioria absoluta.

Art. 11.º As nomeações de vogaes são confirmadas pelo Governo.

Art. 12.º Aos vogaes effectivos, de nacionalidade portugueza, que não desempenhem funções nas Escolas ou Museus, compete substituir professoras e fazer parte do jury, e exercer internamente a direcção dos Museus, sempre que, para isso, sejam officialmente nomeados, no primeiro e no segundo caso, sob proposta do respectivo Conselho Escolar e, no terceiro, do Conselho da correspondente zona.

Art. 13.º As mesas dos Conselhos serão compostas de um presidente, um vice-presidente, um secretario e um vice-secretario, eleitos trienalmente pelo Conselho, de entre os seus vogaes effectivos.

Art. 14.º Ao presidente competirá:

1.º Fiscalizar a execução das leis e regulamentos que digam respeito ao Conselho e aos estabelecimentos em que elle superintende;

2.º Informar o Governo sobre quaesquer providencias solicitadas pelo Conselho;

3.º Presidir ás sessões plenarias e da commissão executiva, com voto deliberativo.

Art. 15.º Ao secretario competirá dirigir todo o expediente do Conselho, redigir as actas das sessões plenarias e da commissão executiva e minutar a correspondencia. § unico. O restante pessoal de secretaria das diversas circunscrições consta das tabellas annuaes a este decreto.

Art. 16.º O serviço nocturno da biblioteca da circunscrição de Lisboa será desempenhado pelos empregados da circunscrição e da Escola e remunerados conforme a tabella annexa a este decreto.

SECÇÃO II

Das sessões plenarias

Art. 17.º Os Conselhos reunirão em sessão plenaria, pelo menos uma vez por mês, competindo-lhes:

1.º A eleição da mesa e a dos membros effectivos da commissão executiva.

2.º A elaboração de pareceres sobre os assuntos que, pelo Governo ou pelo Conselho de Arte Nacional, sejam submettidos ao seu exame;

3.º A iniciativa de quaesquer propostas tendentes ao desenvolvimento dos institutos subordinados aos Conselhos ou que tenham por objecto o progresso da arte e dos estudos archeologicos.

SECÇÃO III

Da commissão executiva

Art. 18.º Haverá em cada um dos Conselhos de arte e archeologia uma commissão executiva, composta de cinco vogaes effectivos — entrando neste numero os que constituem a mesa — e dos directores dos Museus.

§ unico. Nesta commissão devem ter, tanto quanto possível, representação todos os ramos da arte, a historia da arte, a archeologia e a critica artistica.

Art. 19.º A commissão executiva compete:

1.º Consultar acerca dos assuntos de natureza tecnica ou administrativa;

2.º Administrar, sob a superintendencia da Direcção Geral, as dotações do Conselho, o rendimento dos legados destinados a premios, pensões e aquisição de obras de arte e objectos archeologicos, e organizar os ornamentos e contas que hajam de ser enviadas ao Governo;

3.º Proceder á aquisição e selecção a que se refere o n.º 3.º do artigo 2.º e superintender no tratamento ou reparação das obras de arte incorporadas nos Museus;

4.º Organizar as exposições a que se refere o n.º 2.º do artigo 2.º;

5.º Adjudicar as pensões para estudo (bolsas de viagem);

6.º Indicar as provas que devem prestar os candidatos aos logares dependentes do Conselho e que hajam de ser providos por meio de concurso;

7.º Superintender nas bibliotecas e collecções iconographicas annexas aos Conselhos, por intermedio de dois dos seus vogaes, de preferencia escritores de arte;

8.º Autorizar a impressão de catalogos dos Museus, a reproducção das obras incorporadas nos mesmos, bem como a venda, a dentro dos respectivos edificios, por conta propria ou alheia, quer d'essas reproducções, quer de obras que se refiram ás collecções.

§ 1.º As commissões executivas competirão, respectivamente, as funções que, pelo decreto de 19 de novembro de 1910, são attribuidas ás commissões identicas das Academias de Bellas-Artes de Lisboa e Porto.

§ 2.º A commissão executiva da 1.ª circunscrição incumbirá effectuar o registo de propriedade artistica, nos termos do § 2.º do artigo 604.º do Código Civil.

§ 3.º Da aquisição de obras de arte, a que se refere a primeira parte do § 3.º numero d'este artigo, haverá recurso para o Conselho de Arte Nacional, devendo esse recurso ser interposto no prazo maximo de 15 dias a con-

tar do acto de aquisição, e sendo competente para o interpor qualquer dos membros effectivos do respectivo Conselho.

SECÇÃO IV

Da commissão dos monumentos

Art. 19.º As funções a que se refere n.º 4.º do artigo 2.º serão desempenhadas, em cada uma das circunscrições, por uma commissão especial, composta de onze socios effectivos, seis artistas (na sua maioria architectos), e cinco escritores de arte e archeologos, eleitos, vitalicia mente, em sessão plenaria do respectivo Conselho de arte e archeologia.

§ unico. Da commissão de monumentos da 1.ª circunscrição fará parte um representante da Associação dos Archeologos Portuguezes, eleito por esta corporação.

Art. 20.º As commissões de monumentos elegerão, de tres em tres annos, de entre os seus membros, presidente, vice-presidente, secretario e vice-secretario.

Art. 21.º As commissões de monumentos poderão requisitar, do Ministerio do Fomento, o pessoal tecnico de que porventura careçam, para o desempenho das suas funções.

SECÇÃO V

Dos funcionarios dos Conselhos

Art. 22.º Os quadros dos funcionarios dos Conselhos de arte e archeologia, bem como as suas attribuições e o modo do seu provimento, serão fixados em regulamento especial, mediante aprovação do Governo.

CAPITULO III

Dos pensionistas em paizes estrangeiros

Art. 23.º Pelo rendimento dos legados para esse fim instituidos, e pela verba que, para o mesmo effeito, esteja inscrita no orçamento do Estado, proporão os Conselhos da 1.ª, 2.ª e 3.ª circunscrições, ao Conselho de Arte Nacional, bolsas para vigens de estudo em paizes estrangeiros a estudantes e artistas por tempo não superior a tres annos, sendo os dois primeiros destinados a frequentar a Escola de Bellas Artes do Paris e o restante itinerario aprovado pela respectiva commissão executiva.

Art. 24.º No regulamento que, para cabal execução d'esta lei, deve ser elaborado, serão determinadas as condições para concessão das bolsas a que se refere o artigo antecedente, bem como as obrigações que, por esse facto, contrõem os estudantes e artistas subvencionados.

CAPITULO IV

Dos Museus

Art. 25.º Os Museus ficam subordinados aos Conselhos de arte e archeologia das respectivas circunscrições, sob a superintendencia da Direcção Geral de Instrução Secundaria, Superior e Especial.

Art. 26.º Na 1.ª circunscrição haverá os seguintes Museus:

1.º Museu Nacional de Arte Antiga;

2.º Museu Nacional de Arte Contemporanea;

3.º Museu Nacional de Coches;

4.º Museu Ethnologico Portuguez.

Art. 27.º Pelos Museus de Arte Antiga e Arte Contemporanea serão distribuidas as exposições:

1.º As obras de arte, nacionaes ou estrangeiras, que pelo Conselho forem adquiridas pelo rendimento de legados para esse fim instituidos, e por quaesquer outras verbas;

2.º As obras de arte que constituam titulo de candidatura dos vogaes effectivos e correspondentes;

3.º Os trabalhos executados pelos pensionistas, quando o Conselho os considere dignos de serem expostos;

4.º As obras de arte doadas por corporações ou particulares;

5.º As obras de arte que, em virtude de disposições legais, sejam consideradas propriedade do Estado;

6.º As obras de arte depositadas por individuos ou corporações.

§ unico. O rendimento do legado Valmor para a aquisição de obras de arte é exclusivamente destinado aos Museus de Arte Antiga e de Arte Contemporanea.

Art. 28.º No Museu Nacional de Coches serão expostos coches, berlindas, carruagens de gala, cadeirinhas, liteiras, jaezes e outros artigos que se relacionem com a tracção e a equipação, uma vez que se recomendem pelo seu valor artistico ou historico, e, ainda, peças de indumentaria.

Art. 29.º No Museu Ethnologico Portuguez serão expostos todos os objectos que se relacionem com a ethnologia do povo portuguez, quer pertencentes ao passado quer ao presente.

§ unico. Este Museu fica sendo constituído pelo actual Museu Ethnologico Portuguez, que é transferido do Ministerio do Fomento para o Ministerio do Interior, com a respectivas verbas orçamentares.

Art. 30.º O pessoal do Museu de Arte Antiga compor-se-ha de um director, tres conservadores, um secretario, um chefe do pessoal menor, um porteiro, cinco guardas effectivos, nove guardas auxiliares e um jardineiro.

Art. 31.º O pessoal do Museu de Arte Contemporanea compor-se-ha de um director, que desempenhará tambem as funções de conservador, dois guardas effectivos e dois auxiliares, sendo as funções de escriptorio desempenhadas pelo escriptorio do Conselho da 1.ª Circunscrição.

Art. 32.º O pessoal do Museu Nacional de Coches compor-se-ha de um director, que desempenhará tambem as

funções de conservador, um escriptorio, um chefe do pessoal menor, um porteiro, sete guardas e um servente.

Art. 33.º O pessoal do Museu Ethnologico Portuguez compor-se-ha de um director, um conservador, dois preparadores, dois guardas e tres serventes.

Art. 34.º Os logares de director serão de nomeação do Governo, sob proposta do Conselho de Arte e Archeologia da respectiva circunscrição, que, para esta indicação attenderá sempre á competencia especial dos propostos.

Art. 35.º Os logares de conservador serão de nomeação do Governo, precedendo concurso de provas escritas, de acordo com o expresso nos regulamentos.

Art. 36.º Os logares de escriptorio serão de nomeação do Governo, precedendo proposta dos directores.

Art. 37.º A nomeação do pessoal menor será proposta pelos directores.

Art. 38.º O Athenaeu D. Pedro, directamente subordinado ao Conselho de arte e archeologia da 3.ª circunscrição, passa a denominar-se Museu Soares dos Reis, com o pessoal e remunerações constantes da tabella n.º 3.

Art. 39.º Com a designação de Museu Machado de Castro, é criado na 2.ª circunscrição um Museu Geral de Arte Geral, organizado principalmente no intuito de offerecer ao estudo publico collecções e exemplares da evolução da historia do trabalho nacional; e que será ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada á educação do gosto publico e á aprendizagem das classes operarias.

§ 1.º Este Museu será constituído por objectos pertencentes ao Estado, por aquisições, doativas de particulares e depositos, facultativos e temporarios, de colleccionadores e corporações.

§ 2.º Considera-se uma secção d'este Museu o Museu de Arte Religiosa, instituido junto da Sé Cathedral de Coimbra, cuja direcção se acha, por determinação legal, confiada ao seu instituidor e lhe será mantida.

Art. 40.º Os Museus a que se referem os dois artigos anteriores serão dirigidos por um vogal effectivo, historico ou critico de arte, de reconhecida competencia, nomeado pelo Governo, sob proposta do Conselho de Arte e Archeologia da respectiva circunscrição que terá ao seu serviço o pessoal menor indicado na respectiva tabella.

Art. 41.º As attribuições, responsabilidades e deveres dos directores e conservadores dos Museus constarão dos regulamentos que, para integra execução d'esta lei, serão opportunamente elaborados.

CAPITULO V

Dos monumentos nacionaes

Art. 42.º A concessão do titulo de «Monumento nacional» aos immoveis cuja conservação represente, pelo seu valor artistico, historico ou archeologico, interesse nacional, será feita por decreto, sob proposta do Conselho de arte e archeologia da respectiva zona, precedendo parecer da sua commissão de monumentos.

Art. 43.º Os immoveis que forem propriedade particular, serão tambem classificados, podendo proceder-se, quando o proprietario se opponha á classificação, a expropriação por utilidade publica, mediante lei especial que a autorize.

§ unico. A expropriação de que trata este artigo poderá tornar-se extensiva aos terrenos em que se encontram monumentos megalithicos, grutas prehistoricas ou castros; limitada, porem, á superficie indispensavel para a conservação dos monumentos, grutas ou castros e para as pesquisas que hajam de effectuar-se.

Art. 44.º A classificação dos immoveis poderá ser annullada, observando-se as formalidades que a tiverem precedido, a solicitação das estações officias a que aquelles estiverem entregues, ou da corporação ou individuo a quem pertenciam.

Art. 45.º Os edificios que, sem merecerem a classificação de monumentos nacionaes, offereçam, todavia, algum interesse, sob o ponto de vista artistico ou historico, serão descritos em cadastro especial; e nenhuma obra de conservação ou restauração poderá realizar-se nelles, sem que o respectivo projecto haja sido approvedo pela commissão de monumentos da respectiva area.

Art. 46.º Os immoveis classificados de monumentos nacionaes pertencentes ao Estado ou a corporações ou institutos sujeitos á tutela administrativa, não poderão ser alienados, sem previa audiencia da respectiva commissão de monumentos.

Art. 47.º Os immoveis classificados de monumentos nacionaes não poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem soffrer qualquer reparação ou modificação, sem parecer favoravel da respectiva commissão de monumentos.

Art. 48.º Nos immoveis classificados de monumentos nacionaes e que sejam propriedade de particulares, poderá o Governo, conformemente á deliberação da respectiva commissão de monumentos, realizar á sua custa as obras necessarias á conservação d'esses immoveis, uma vez que se prove que o respectivo proprietario não possui os meios necessarios para as levar a effeito.

Art. 49.º As servidões resultantes da classificação permanecerão inalteraveis, ainda quando o immovel mudar de proprietario.

Art. 50.º As servidões de alinhamento não serão applicaveis aos immoveis classificados.

Art. 51.º Quando forem encontrados, em terreno publico ou particular, e por virtude de escavações ou quaesquer outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscrições ou objectos que interessem a historia, a archeologia ou a arte; ou quando haja conhecimento de que se trata de

substituir ou danificar os já conhecidos, ou ainda castros importantes e grutas prehistóricas, o administrador do concelho respectivo providenciará imediatamente, mandando, no primeiro caso, suspender os trabalhos, e, no segundo, impedindo a destruição. Além d'isso, a mesma autoridade mandará vedar, e, sendo possível e necessário, aterrar o local archeologico, para lhe assegurar a conservação, e participará o facto ao governador civil do distrito, que transmittirá o aviso á commissão de monumentos da respectiva circumscriçãõ, a fim de serem tomadas as providencias convenientes.

Art. 52.º Do pessoal tecnico de cada uma das direcções de obras publicas fará parte um architecto, nomeado pelo Governo sob proposta da respectiva commissão de monumentos, o qual, alem de outras funcções correspondentes á sua categoria e especial competencia, exercerá as de conservador dos monumentos da respectiva area, competindo-lhe:

- 1.º Visitar com frequencia os monumentos da zona e propor á commissão as providencias que julgar necessarias para a sua conservação ou beneficio;
- 2.º Consultar sobre os assuntos acerca dos quaes lhe sejam pedidas informacões technicas pela commissão de monumentos da respectiva circumscriçãõ;
- 3.º Preparar os elementos technicos necessarios para o estudo ou complemento dos monumentos da zona;
- 4.º Organizar os orçamentos de quaisquer obras de conservação ou restauração dos monumentos a seu cargo e dirigir os respectivos trabalhos, sob a superintendencia da commissão de monumentos da respectiva circumscriçãõ;
- 5.º Realizar conferencias de caracter popular, destinadas a pôr em evidencia o valor artistico e historico, ou mesmo pitoresco, dos monumentos do seu distrito, procurando salientar o que nelles possa haver de representatividade regional.

Art. 53.º O Governo inscreverá annualmente no orçamento a verba destinada á conservação e restauração dos monumentos nacionaes, dividida pelas diferentes zonas.

CAPITULO VI

Do arrolamento das obras de arte e peças archeologicas

Art. 54.º O arrolamento ou inventariacão das obras de arte e peças archeologicas, existentes no pais, será feito, em cada uma das circumscrições, por uma commissão especial, composta de cinco vogaes effectivos do respectivo Conselho, tres artistas, dois escriptores de arte e um archeologo, com as attribuições expressas no regulamento a publicar.

Art. 55.º Sem embargo das funcções genericamente attribuidas por este decreto aos Conselhos de arte e archeologia e ao Conselho de Arte Nacional, com referencia á inventariacão, conservação e tratamento das obras de arte existentes no pais, é mantida, até a conclusão dos seus trabalhos, a commissão especialmente encarregada, por despacho ministerial de 15 de abril de 1910, sobre proposta da Academia de Bellas-Artes de Lisboa, de inventariar, tratar e expor os quadros anteriores ao seculo XVII, competindo-lhe:

- 1.º O tratamento dos quadros, segundo os processos actualmente adoptados na hygiene e therapeutica dos antigos paines;
- 2.º A reproducção photographica dos quadros, no estado em que sejam encontrados e após as diversas operacões do tratamento;
- 3.º A descriçãõ dos quadros, incluídos, até onde possível seja, os que estejam na posse de particulares;
- 4.º A realizacão de exposições, largamente annunciadas nas mais importantes revistas de arte estrangeiras;
- 5.º A publicacão, em volume illustrado com photographuras, do catalogo descriptivo a que se refere o n.º 3.º;
- 6.º A compilacão das monographias e artigos consagrados pela critica nacional e estrangeira aos quadros de que se trata.

§ 1.º Os quadros a que este artigo se refere serão encorporados em museus, quando a commissão julgar inconveniente a sua conservação no lugar em que se encontrem, devendo attender se, nessa encorporacão, á necessidade de completar series e facilitar o estudo comparativo, embora, para esse effeito, hajam de ser transferidos de uma para outra circumscriçãõ. Nesta ultima hypothese, será indispensavel, para a effectivaçãõ da transferencia, o accordo dos Conselhos de arte e archeologia interessados.

§ 2.º São aggregados a esta commissão dois vogaes de reconhecida competencia, sendo um pela 2.ª circumscriçãõ e outro pela 3.ª

CAPITULO VII

Do Conselho de Arte Nacional

Art. 56.º É criado, com sede em Lisboa, um Conselho de Arte Nacional, com os seguintes membros:

- 1.º O Ministro e o Director Geral a cujo cargo estiverem os servicos artisticos e archeologicos, e que serão, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho;
- 2.º Tres vogaes, eleitos cada um por um dos Conselhos de arte e archeologia das tres circumscrições;
- 3.º Os presidentes dos Conselhos de arte e archeologia;
- 4.º Os directores das Escolas de Bellas Artes e dos museus de Lisboa.

§ unico. Estas eleições far-se-hão triennialmente, podendo haver reconduções.

Art. 57.º São attribuições do Conselho:

- 1.º Dar parecer sobre os recursos interpostos das commissões dos Conselhos de arte e archeologia;
- 2.º Propor ao Governo as providencias ou reformas que

julgue convenientes aos interesses da arte e da archeologia;

3.º Dar parecer sobre a interpretação ou execuçãõ de leis ou regulamentos que se referam á arte ou á archeologia e não respeitem ao ensino;

4.º Nomear o arbitro a que se refere o § 1.º do artigo 3.º do decreto com força de lei de 19 de novembro de 1910;

5.º Nomear dois vogaes para o jury a que se refere o artigo 61.º do presente decreto.

6.º Empregar os meios necessarios para se completar o arrolamento da riqueza artistica e archeologica nacional com o estudo, inventariacão e reproducção das obras de arte do origen portugueza, ou relacionadas com o nosso pais, existentes em museus e collecções estrangeiras;

7.º Promover o estudo directo da organizaçãõ dos museus de arte e archeologia do estrangeiro, dos aperfeiçoamentos introduzidos na sua installaçãõ e dos meios adoptados para assegurar a boa conservação das suas collecções;

8.º Organizar a representaçãõ de Portugal nas exposições e congressos internacionaes de arte e archeologia;

9.º Propor ao Governo a aquisicão de exemplares de obras que se referam a assuntos artisticos e archeologicos e a impressão, por conta do Estado, de trabalhos relativos a esses assuntos.

10.º Organizar e julgar os concursos para a escolha das composições destinadas a moedas, medalhas commemorativas, sellos, diplomas e quaesquer outras obras que tenham de ser executadas em officinas do Estado e sejam susceptiveis do caracter artistico.

Art. 58.º O Conselho deve ser ouvido:

1.º Sobre todos os assuntos em que a sua consulta seja estatuída por disposicão legal;

2.º Sobre as propostas que o Governo haja de apresentar ao poder legislativo, relativas a arte e archeologia e que não respeitem ao ensino;

3.º Sobre a fundação de museus artisticos ou archeologicos;

4.º Sobre a concessão de subsidios para viagens de estudo, para representaçãõ em congressos, ou para impressão de obras por conta do Estado;

5.º Sobre a aquisicão de exemplares de obras já impressas;

6.º Sobre a aquisicão, construcção ou adaptacão de edificios destinados a museus, ou a abrigar collecções artisticas em exposições nacionaes ou estrangeiras.

§ unico. Os subsidios para viagens, a que se refere o n.º 4.º d'este artigo, são independentes das bolsas de viagem a estudantes e artistas.

Art. 59.º O Conselho reunirá no Ministerio respectivo, sendo o seu expediente desempenhado por um funcionario d'esse Ministerio, sob a direcção do secretario do Conselho.

CAPITULO VIII

Disposições diversas

Art. 60.º É extinto o Conselho dos Monumentos Nacionaes, sendo a sua biblioteca, o seu archivo e as suas collecções iconographicas postas á disposicão do Conselho de Arte Nacional, para lhe dar o destino que melhor convenha.

§ unico. São transferidas, da tabella do Ministerio do Fomento para a do Interior, as verbas consignadas no capitulo II dos artigos 30.º e 31.º, para as despesas do extinto conselho.

Art. 61.º Será sempre posto a concurso o projecto de todo o edificio publico de caracter artistico, ou monumento commemorativo.

§ unico. Para a elaboracão do programma e apreciacão das provas será nomeado pelo Governo um jury especial, composto de tres membros do conselho superior de obras publicas, de dois professores da Escola de Bellas-Artes de Lisboa e Porto, de dois vogaes do Conselho de Arte Nacional, de dois representantes da Sociedade dos Architectos Portuguezes e de dois representantes da Sociedade Nacional de Bellas Artes.

Art. 62.º Para a restauração ou complemento de monumentos nacionaes poderá tambem ser aberto concurso, nos termos do artigo precedente e seu paragrafo, sempre que a commissão de monumentos da respectiva area assim o julgue conveniente, representando ao Governo para esse fim.

Art. 63.º A direcção dos trabalhos a que se referem os dois artigos anteriores, será confiada ao concorrente preferido, realizando-se a obra sob a fiscalizaçãõ do Estado, a qual, na hypothese do artigo 94.º, será exercida pela respectiva commissão de monumentos.

Art. 64.º Aos concursos a que se referem os artigos 61.º e 62.º, quando abertos pela primeira vez, só poderão ser admittidos artistas portuguezes.

CAPITULO IX

Disposições transitórias

Art. 65.º Os actuaes socios de merito das Academias de Bellas Artes de Lisboa e Porto, residentes nestas cidades, passarão, respectivamente, á categoria de vogaes effectivos do Conselho de arte e archeologia da 1.ª e 3.ª circumscrições; e os que residam fora d'aquellas duas cidades, á de vogaes correspondentes.

Art. 66.º Os actuaes socios de merito, estrangeiros, das Academias de Bellas-Artes de Lisboa e Porto serão, respectivamente, considerados socios honorarios dos Conselhos de arte e archeologia da 1.ª e 3.ª circumscriçãõ.

Art. 70.º Os vogaes effectivos actuaes do Conselho de Monumentos Nacionaes passarão, desde já, á categoria de socios honorarios do Conselho de arte e archeologia da

1.ª circumscriçãõ, sendo depois nomeados socios effectivos aquelles em quem se realizem as condições do artigo 4.º do presente decreto.

Art. 71.º Os estudantes actualmente subsidiados, por conta do Estado, pela Academia de Bellas-Artes de Lisboa passam a ser subvencionados pelo rendimento do legado Valmor, sendo-lhes em tudo mantidas as clausulas dos seus contratos, de acordo com a lei e o regulamento anteriores.

Art. 72.º É suprimido o lugar de secretario do Museu Nacional dos Coches.

Art. 73.º As primeiras nomeações do pessoal, conforme a nova organizaçãõ, serão feitas immediatamente pelo Governo.

Art. 74.º Fica revogada a legislaçãõ em contrario. Determina-se portanto que, todas as autoridades a quem o conhecimento do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Payos do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — Bernardino Machado — José Ribas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Manuel de Brito Camacho.

Decreto n.º 2

O Governo Provisorio da Republica Portugueza faz saber que, em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Reorganizaçãõ das Escolas de Bellas-Artes de Lisboa e Porto

CAPITULO I
Da Escola de Bellas-Artes de Lisboa

SECÇÃO I

Dos cursos e funcionarios da Escola

Art. 1.º A Escola de Bellas-Artes de Lisboa é destinada ao ensino do desenho, da architectura, da escultura, da pintura e da gravura artistica.

Art. 2.º Haverá na Escola os seguintes funcionarios: Director; 14 professores; Secretario; Escriuario; Formador; Chefe do pessoal menor; Porteiro; 6 continhos; 3 serventes.

SECÇÃO II

Do director

Art. 3.º O director da Escola será um dos professores da secção technica, em effectivo servico, eleito triennialmente pelo conselho escolar, podendo ser reeleito.

Art. 4.º Compete ao director: 1.º Superintender no ensino a disciplina da Escola; 2.º Presidir ao conselho escolar; 3.º Cumprir e fazer cumprir a lei e o regulamento e as deliberações do conselho escolar.

SECÇÃO III

Dos professores

Art. 5.º Os lugares de professor serão providos por meio de concurso de provas publicas.

§ 1.º O primeiro provimento dos professores será por tempo de dois annos, findos os quaes o conselho escolar procederá á votacão para o provimento definitivo.

§ 2.º Para se ser excluído do provimento definitivo, é necessario que o professor tenha contra si, na votacão, dois terços, pelo menos, do numero legal dos professores effectivos.

Art. 6.º O bom e effectivo servico na Escola dará aos professores direito á reforma e a quaesquer outras vantagens que, por lei, sejam concedidas aos professores de instrucção superior.

Art. 7.º A 14.ª e 15.ª cadeiras serão cursadas no Instituto Industrial.

Art. 8.º A 11.ª cadeira será regida por um professor ou assistente (1.ª classe) da Faculdade de Medicina.

SECÇÃO IV

Do secretario e do escriptuario

Art. 9.º O lugar de secretario será exercido por um professor, eleito triennialmente pelo conselho escolar, podendo ser reeleito.

Art. 10.º Compete ao secretario: 1.º Redigir o expediente da secretaria; 2.º Redigir as actas das sessões do conselho escolar e das reuniões dos juries dos concursos para professor; 3.º Proceder á matricula dos alumnos; 4.º Assinar as certidões de exames e quaesquer outras que ao director sejam requeridas; 5.º Conservar em ordem o archivo.

Art. 11.º Ao escriptuario compete executar todos os trabalhos de expediente, sob a direcção do secretario. § unico. A nomeaçãõ do escriptuario será feita sobre proposta do director.

SECÇÃO V

Do formador e dos empregados menores

Art. 12.º O lugar de formador será provido por meio de concurso de provas praticas, realizado perante um jury nomeado pelo conselho escolar.

Documento 103

1911 (5 de Junho) – *Solicitação para que a Academia de Belas Artes de Lisboa aprecie o valor artístico dos bens imóveis e móveis dos edifícios das congregações extintas.* Ofício dirigido pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas à referida Academia. ANBA – CAA, Lisboa – Correspondência Entrada. Vários, Vol. II (1894-1911). Livro 173. Inédito.

Ministério da Justiça.
Da Repartição da Comissão Jurisdicional dos
Bens das Extintas Congregações
N.º do officio 638 L.º 3

Em 5 de Junho de 1911

A Ex^{ma} Academia de Bellas Artes de Lisboa

No intuito de apreciar o valor artístico dos edificios e templos occupados pelas congregações extinctas, e com o fim de determinar o merecimento de quadros, retabulos, talhas e mobiliário encontrados nos mesmos, propõe esta Comissão á Academia de Bellas Artes a escolha de um ou mais dos seus membros que conjuntamente com outros desta comissão se encarregassem de proceder a esse exame.

Solicitamos a fineza de indicar-nos o individuo que escolhem, e qual o dia e hora em que elle poderá avistar-se com esta commissão afim de serem iniciadas as visitas.

Saude e Fraternidade

Pelo Secretario da Commissão
Jeronimo Martins

Documento 104

1911 (14 de Junho e 19 de Agosto) – *Pedido de informação da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição sobre os projectos de conservação e restauro e respectivos orçamentos assim como a resposta dada pela Direcção Geral de Obras Públicas.* ANBA - CAA. Correspondência entrada. Vários. Vol. V. Livro 176. Inédito.

Republica Portuguesa
Conselho de Arte e Archeologia
1.ª Circunscrição
L.º 1 n.º 4

Comissão dos Monumentos

Ex.º Snr.

Em cumprimento das deliberações tomadas pela Comissão dos Monumentos, em sessão de 10 do corrente, rogo a V. Ex.ª se digne solicitar do Ministério do Fomento a nota especificada das obras a que se esteja actualmente procedendo em qualquer dos monumentos classificados por Decreto de 16 de Junho de 1910, com a indicação das entidades technicas ou artisticas ás quaes esteja confiada a direcção d'esses trabalhos, e dotações que lhes tenham sido attribuídas no corrente anno economico.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, 14 de Junho de 1911

Ex.º Presidente do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª Circunscrição

O Secretario

A. R. Adães Bermudes.

Ofício do Ministério do Interior, Direcção Geral da Instrução, Secundária, Superior e Especial, 2.ª Repartição, L.º 5 n.º 380, remetendo cópia do Ministério do Fomento, Direcção Gereal de Obras Públicas e Minas, 1.ª Repartição – Obras Públicas

“Em referencia aos seus officios n.ºs 380 de 20 de Julho ultimo e 7 de corrente mez, tenho a honra de communicar a V.ª Ex.ª que Sua Ex.ª o Ministro auctorizou em seu despacho de 22 d'aquela mez, a entrega dos documentos e livros a que se referem os n.ºs 2.º e 3.º dos seus citados officios, cuja entrega será feita por um funcionario da 1.ª repartição d'esta Direcção Geral, que o respectivo chefe indicar, o que levo ao conhecimento de V.ª Ex.ª para os fins convenientes.

Quanto ao que trata o n.º 1 do primeiro d'aquelles officios, comunico a V.ª Ex.ª que não estando ainda approvedo o orçamento do Estado, não se fez ainda a distribuição das dotações para as diversas obras, mas está auctorizado adispender-se nas obras em via de execução até ao duodécimo da verba dispendida no anno economico findo. Os monumentos nacionaes e as verbas auctorizadas para cada um d'elles n'aquelle ano económico foram as seguintes:

Sé de Lisboa, restauração, a cargo do respectivo director – 19.100\$000

Ruínas da Igreja do Carmo, conservação a cargo da 2.^a direcção das obras publicas de Lisboa – 3021\$000

Basílica de Mafra, conservação e limpeza, a cargo da 1.^a direcção das obras Publicas do districto de Lisboa – 18.302\$000

Jeronymos, construção do corpo central, idem – 22.500\$000

Basilica da Estrella, reparações, idem – 772\$645

S. Vicente de Fora, conservação e reparação, a cargo da 2.^a direcção das obras publicas de Lisboa – 5.900\$000

Paço Episcopal do Porto, reparação a cargo da respectiva direcção de obras publicas – 2.300\$000

Sé da Guarda, restauração a cargo da respectiva direcção de obras publicas – 2.000\$000

Igreja de S. Thiago de Coimbra, restauração a cargo do architecto Augusto de Carvalho da Silva Pinto – 3.200\$000

Sé Velha, claustro, idem – 700\$000

Convento da Batalha, conservação a cargo do director das obras publicas do districto de Leiria – 3.300\$000

Mosteiro de Alcobaça, idem, idem – 1.000\$000

Convento de Christo, em Thomar, conservação a cargo do director de obras publicas do districto de Santarém – 2.000\$000

Igreja da Graça, idem, idem – 1.000\$000

No actual ano económico foram autorizados mais para vários reparos no Palácio de Queluz – 2.800\$000

Demolição de dois casarões existentes no claustro na Sé Velha de Coimbra – 1.040\$000

Saúde e Fraternidade – Direcção Geral das Obras Publicas e Minas em 19 de Agosto de 1911

Ao sr. Director Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial

O Director Geral

(a) Severiano Augusto da F. Monteiro

Está conforme: 2.^a Repartição da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, em 23 d'agosto de 1911

Documento 105

1911 (7 de Agosto) – *Comunicação Técnica de Adães Bermudes para que a Direcção dos Estudos e Ensaios de Materiais de Construção e a Comissão do Serviço Geológico prestem colaboração à Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscricção.* Excerto da sessão da Comissão dos Monumentos de 7 de Agosto de 1911. Acta n.º 3, pp. 9-10. ANBA – Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscricção. Actas. Anos 1911-1914. Livro 261. Inédito.

(...)

O Snr. Bermudes, fez uma comunicação technica sobre a escolha dos materiais petreos a empregar na construcção ou reparação dos monumentos e sobre os meios de atalhar a rapida deterioração de alguns calcareos que tem sido e estão sendo empregados nos mesmos monumentos, sem que nunca se tenha procedido a nenhum estudo serio sobre esses materiaes, o que dá logar aos resultados que teve occasião de observar na sua ultima visita á Batalha, onde viu que, muitas das pedras com que modernamente se substituíram as antigas, estavam já mais deterioradas do que aquellas que foram substituídas. Fez a enumeração das primitivas pedreiras dos districtos de Coimbra e Leiria e das qualidades e defeitos dos productos de cada uma d'ellase dos processos empregados no estrangeiro para a conservação e endurecimento da pedra. Termina por apresentar a proposta seguinte:

O desaparecimento de muitas das mais notaveis obras da arte nacional, devido á sua rapida deterioração, e os estragos que manifestam em tantas outras, até nas partes modernamente restauradas, demonstrando a necessidade de se proceder ao estudo dos materiaes petreos que mais convenha empregar na construcção ou reparação dos monumentos nacionaes para assegurar a sua integridade e de se estudar os meios de preservar da ruina as obras d'arte executadas que ainda estejam razoavelmente conservadas e de atalhar á ruina completa d'aquelas que estão já em estado de adeantada e progressiva deterioração, proponho que este Conselho solicite do Ex.^{mo} Ministro do Fomento haja por bem determinar: Que a Direcção de Estudos e ensaios de materiaes de construcção e a Commissão do Serviço Geologico se sirvam prestar á Commissão dos Monumentos da 1.ª Circumscripção todo o auxilio necessario para se proceder á classificacção, analyses e ensaios dos ditos materiaes por forma a determinar a sua natureza e as suas qualidades ou defeitos de resistencia, porosidade, gelividade, etc., e bem assim nos ensaios dos processos de silicatisacção, fluatação ou quaesquer outros que garantam a melhor conservacção dos referidos materiaes, podendo os vogais d'aquella Commissão assistir ao alludido estudo e ensaios. Lisboa, Sala das Sessões, em 7 de Agosto de 1911 (a) A. R. Adães Bermudes.

(...)

Documento 106

1912 (20 de Abril) – *Vandalismo iconoclasta no Cruzeiro de Leça do Bailio*. In «O Cruzeiro de Leça do Balio» de Jayme Filinto, *Arte*, Ano VIII, n.º 88 – Abril de 1912, pp. 34-35.

O CRUZEIRO DE LEÇA DO BALIO

A arte nacional soffreu recentemente mais uma affronta com a mutilação d'uma authentica preciosidade architectural também attingida pelo camartello demolidor d'esses moderníssimos vândalos açulados por um sectarismo cego, incomprehensível sobretudo em pleno seculo XX, convictos da mais absoluta impunidade, usufruindo, pelo visto, licença completa para toda a casta de ultrajes.

Trata-se... quanto nos custa affirmá-lo, do bello cruzeiro de Leça do Balio; essa joia historica apreciadissima que no decorrer de séculos, com periodos de vicissitudes amargas para a nossa pátria, jámais havia, em logar tão publico, padecido qualquer desacato, merecendo antes o respeito de toda a gente de coração e de sã mentalidade!

Pobre reliquia!

Quasi nos vieram as lagrimas aos olhos á surprehendente noticia d'um tão revoltante facto. Para quem apelar! Quem pode agóra conter essa onda alterosa, devastadora, de obcecados sem piedade nem consciencia!...

Eis, acerca d'este inqualificável attentado, uma carta que distinctamente nos dirigiu o illustre homem de letras, antigo jornalista, snr. Jayme Filinto:

Meu caro Marques de Abreu

Quem não é um sectario, nem um symbolista, mas apenas um amigo da sua terra e das suas tão rareadas preciosidades, pede um cantinho da sua bella revista *Arte* para um desabafo que chegue até junto de quem superintende nos Monumentos Nacionaes e sobretudo do meu amigo dr. José de Figueiredo a quem n'este momento escrevo.

Aquelle formoso cruzeiro do Souto, em pedra d'Ançã, que se erige no amplo pateo á entrada do espaçoso caminho que vae dar ao vetusto mosteiro do bailiado de Leça, obra do século XIV⁵³, que era o encanto de nacionaes e estrangeiros, d'uma archeologia rara e valiosíssima, por ser única, foi mutilado por mãos desnaturadas!

Ignora-se quem fosse. Como verdadeiro criminoso, procurou a escuridão da noite para perpetrar o attentado. E perpetrou-o de fugida, como se a consciência lhe tivesse dado súbito rebate da enormidade do desacato.

Não satisfeito em deitar abaixo os troços de granito que formavam hastes e braços das toscas cruces a que a que, em conjuncto, o cultualismo chama *Via-Sacra*, quis ter foros de iconoclasta. Vibrou duas cacetadas na bella figura de Christo medievido que pende do cruzeiro, apanhando-lhe uma o rosto, decepando-lhe o nariz, e quebrando-lhe outra todo o terço inferior da perna direita e parte da perna esquerda.

A Junta de Parochia local de ha muito tinha tenções de recolher para dentro do mosteiro a valiosa relíquia d'arte, de junto á pia baptismal, outra jóia finíssima da archeologia e arte portugueza⁵⁴.

⁵³ O mosteiro de Leça, cuja fabrica primitiva é do seculo X, foi reedificado em fins do seculo XI e no seculo XIV foi que se concluiu o grandioso templo que hoje subsiste. O cruzeiro foi mandado erigir em 1513 pelo Balio, Grão Prior do Crato, Chanceler mór de Rhodes e Balio de Negro ponto, D. Frei João Coelho, que jaz sepultado na Capella de Ferro, do mosteiro: Esculpturou o cruzeiro e sepulchro Diogo Pires, o moço [nota original do texto].

⁵⁴ A pia baptismal é octógona, rendilhada de esculpturas e arabescos. É também em pedra d'Ançã e foi mandada fazer pelo mesmo Prior do Crato, cujo escudo d'armas se vê na parte superior. É igualmente trabalho de Diogo Pires [nota original do texto].

Essa resolução era fundada no receio do que aconteceu agora.

Pobre cruzeiro artístico!

Passaste incólume as durezas das invasões de hespanhoes e de francezes que te não fizeram mal; as inclemências das estações que te deram uma patine quase milliar; as vicissitudes das guerras civis e dos motins populares que junto de ti seguiram respeitosos, para soffreres o vilipendio de mão desnaturadas que, por estupidez crassa e por malvadez hedionda, não te acataram as venerandas cans de seis seculos e o alto valor que na Historia, na Archeologia e na Arte representas com um valor intrínseco maior que todo o teu peso em oiro!

E faz-se d'isto sem responsabilidades, brutalmente, asselvajadamente, em pleno seculo vinte!

Felizmente que póde reconstruir-se esse primor d'arte, de forma a não se conhecer a profanação; mas, dado o rebate de tão desalmado iconoclasta, previna-se talvez maior attentado, removendo-se para lugar seguro o precioso cruzeiro.

Alli aonde está, tão desabrigado, tão solitário, tão afastado, embora deva ser o seu lugar de sempre, não está livre d'outra arremettida.

Acaba de ver-se bem o perigo, e já que por elle se passou, podendo remediar-se o mal, que não haja a deplorar novo desacato sem remédio. Lá diz o philosopho: «o homem é a peor fera da Creação».

Porto, 20 de Abril de 1912

Jayme Filinto

Documento 107

1912 (23 de Abril) – *Parecer sobre os Museus Regionais: Vantagens e Perigos, elaborado pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra*. Ofício expedido ao Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas. Coimbra, 23 de Abril de 1912, AHME – Correspondência Expedida, Vol. 1.º, pp. 11-12. Cota 347.

“A fundação de pequenos museus locais, representando, em regra, louváveis iniciativas, podem ser de utilidade contestável e até manifestamente prejudiciais, se as condições da sua organização não forem validadas pelo reconhecimento legal da idoneidade e competência da colectividade ou corporação fundadora, e ainda garantidas, quanto possível, todas as responsabilidades inerentes. A lei no art.º 26, estatui, que os Museus deste género sejam subordinados aos Conselhos de Arte e Arqueologia da respectiva circunscrição. E assim deve ser, visto que gosando dos favores do Estado, assumem um carácter quasi oficial.

Por estas e outras razões, esta Comissão solicita que a escolha dos objectos a conceder ao Museu de Leiria, bem como a outros pequenos museus congêneres, situados nos limites desta circunscrição, nunca seja efectuada sem a intervenção directa deste Conselho, por delegação de representantes seus, a fim de que seja constatado e registado o valor e importância dos doamentos concedidos que podem pela sua significação excepcional exigir mais acertada colocação em outra colecção pública.

Mais solicita, que as cedências, no caso presente, não vão além dos objectos existentes nas casas congreganistas, que na representação são mencionadas, à excepção das do ex-convento do Louriçal, já entregues e incorporadas no Museu Machado de Castro, e ficando a escolha dos objectos no Paço episcopal, dependentes do acordo a estabelecer, no interesse do Museu Machado de Castro, com os representantes que esta Comissão enviará a Leiria, logo que essa digna Comissão o tenha por oportuno (...).”

Documento 108

1912 (20 de Junho) – *Proposta do architecto José Marques da Silva no Conselho de Arte Nacional para que se constituísse em cada Conselho de Arte e Arqueologia um arquivo dos monumentos e sítios históricos do país.* In Acta n.º 5 da Sessão de 20 de Junho de 1912. AHME - Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional. Lisboa, 1912-1921. Cota 730. Inédito.

Proposta⁵⁵

A pequena existencia de publicações especiais sobre os monumentos do paiz e talvez e talvez por pouco remuneradoras⁵⁶; a dificuldade, que d'essa falta provem para quem estuda e mesmo para os que ensinam, de não estar em facil contacto com a Arte tradicional portugueza e por isso em más condições para conservar e estabelecer nas diversas regiões do país a sua feição propria; e tambem para que fique⁵⁷ existindo em projectos architectonicos ou outros processos de reprodução os monumentos e sitios que por razões⁵⁸ varias, tenham de desaparecer proponho:

- a) que a cada⁵⁹ conselho d'Arte e Archeologia das trez circunscripções seja estabelecida uma dotação especial para a formação d'um archivo dos monumentos e sitios historicos do paiz, pelo seu estudo e copia⁶⁰, em projectos architectonicos e outros processos de reprodução;
- b) que com auxilio da mesma dotação e pelo que possa reverter se faça, opportunamente, a publicação do archivo⁶¹;
- c) que o conselho promova o que mais util fôr para a consecução⁶² d'esta providencia de tão grande alcance para o estudo da Arte Nacional.

Lisboa e sala das sessões 20-VI-912
J. Marques da Silva.

⁵⁵ Na medida em que esta proposta teve pelo menos duas redacções, resolvemos escolher a que consideramos mais equilibrada e apresentar em nota de rodapé a redacção não coincidente do outro texto. Foi nomeada uma comissão para estudar a forma de se resolver o assunto, composta por José Luiz Monteiro, José Pessanha, José de Figueiredo e José Marques da Silva, os quais deviam apresentar relatório. Este relatório não foi encontrado.

⁵⁶ 2.ª versão: “os inconvenientes que d'essa falta resulta para o ensino das escolas, e para os artistas impossibilitados de estar em facil contacto com a Arte tradicional portugueza e por isso em condições precárias”.

⁵⁷ 2.ª versão: “em levantamentos de projectos architectonicos ou outros”.

⁵⁸ 2.ª versão: “circunstancias varias são obrigados a desaparecer”.

⁵⁹ 2.ª versão: “a cada um dos”.

⁶⁰ 2.ª versão: “traduzidos em projectos de levantamento e outras reproduções gráficas e plásticas”.

⁶¹ 2.ª versão: “que se promova a publicação d'esse archivo pelas pelas forças da dotação e pelo que d'ellas possa reverter”.

⁶² 2.ª versão: “conseguir-se esta providencia”.

Documento 109

1912 (22 de Dezembro) – *Síntese do estudo histórico e arqueológico das Torres da Sé de Lisboa, apresentada à Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscção Artística*. In Acta n.º 24, de 22 de Dezembro de 1912, pp. 55-56. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914. Livro – 261. Inédito.

(...)

“O Sr. D. José Pessanha concorda em que se façam mais visitas á Sé, todavia afigura-se-lhe não ser indispensável a consulta do programa lido á comissão pelo architecto snr. Couto, para se versarem alguns dos pontos a discutir. Assim desejaría que n’esta sessão se trocassem impressões sobre as torres. A representação mais antiga que se conhece do monumento, encontra-se na vista da cidade, singela, tosca e sem duvida um tanto convencional, de um sello da Câmara de Lisboa, que nos aparece a authenticar um documento do tempo de D. Afonso IV e que vem reproduzido no tomo IV da Historia geneologica da Casa Real Portuguesa. Não sabe se esse selo data effectivamente do reinado de D. Afonso IV ou é anterior, se reproduz o edificio tal como era antes dos terramotos de 1321, 1337, 1344 e 1347, ou com o aspecto que lhe deram as obras ordenadas por esse monarcha. Ignora, portanto, se as torres da fachada da Sé teriam tido, primitivamente, a disposição que o referido selo reproduz, um só corpo, de planta quadrada, bastante elevado, com duas ordens de ventanas e rematado por uma pyramide de base quadrangular. Apesar, de se não atrever a afirmar que esse curioso selo seja anterior aos terramotos do século XIV, um dos quais, pelo menos, produziu, na Sé, consideraveis estragos; apezar, tambem, de não julgar essa vista sumaria da cidade absolutamente fiel e de reconhecer que se deve, antes, consideral-a mais ou menos convencional e, por assim dizer symbolica, - sente-se, contudo, inclinado a crêr que fosse aquella, aproximadamente, a disposição primitiva das torres da Sé, fundando o seu juízo no estudo dos monumentos hespanhoes, estudo sem o qual é impossível dar um passo, com segurança, no campo da archeologia nacional. Parece-lhe poder afirmar que se não encontra actualmente, na Península, torre alguma, do período romanico, que ofereça o aspecto complicado e pittoresco de muitas das francezas, que frequentemente se compõem de corpos de planta diversa, sobrepostos, torrellas e pinaculos. As torres peninsulares são em geral, prismaticas. As cylindricas e octogonais constituem excepção. Dentro da forma geral, a variedade que mais nos interessa é a castelhana. As torres deste typo compõem-se de quatro ou cinco corpos: - o inferior, massiço; os superiores, que são separados uns dos outros por uma serie de molduras, por uma especie de cornija, abertos, apresentando em cada face ventanas dúplas ou mesmo triplices, com archivoltas e colonellos, ostentando, nos ângulos, columnas ou toros, e terminando em pyramide de base quadrangular, muito singela, construida de madeira, com revestimento de telhas ou de tijolos com a fórma e a disposição de escamas. Flecha interessantissima, porque estabelece a transição da flecha de madeira para a de cantaria, que é rara é a da egreja de Valladolid, conhecida pela designação de “La Antigua”. Essa flecha é mantida anteriormente por duas cupulas, - a inferior, semiespherica, e a superior ovóide. Em conclusão, julga provável que as torres da Sé de Lisboa tivessem, como remate, uma pyramide quadrangular, construida de madeira, com revestimento exterior de telhas ou tijolos imbricados. Não ousando, contudo afirmar que assim fosse, hesita em aconselhar que se lhes dê tal remate. Ao projecto do engenheiro Fuschini, é que não pode dar o seu assentamento, entendendo por isso que não deve ser mantido o que ja se construiu⁶³.

(...)

⁶³ Segundo Ventura Terra, o architecto António do Couto tratara do coroaamento das torres da fachada principal na sua Memória descritiva. Na mesma reunião propôs um voto de congratulação pela forma conscienciosa como estavam a ser dirigidas as obras de restauro da Sé. Idem, *ibidem*, pp. 56-57.

Documento 110

1913 (10 de Janeiro) – *Resposta de Rosendo Carvalheira à reclamação do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa a propósito do coro e cadeiral da igreja do Mosteiro dos Jerónimos*. ANBA – CSMN. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Copia – Serviço da Republica

Ex.^{mo} Snr.

N.º 266

Como resposta e informação do que se contem na ordem de serviço n.º 959 de 22 de Dezembro do anno próximo findo cumpre-me dizer o seguinte:

É de todo o ponto fundamentada a reclamação do Conselho d'Arte e Archeologia com respeito ao estado e obras necessarias ao côro monumental dos Jeronymos.

Esta preciosa talha que decôra todo o interessantissimo cadeiral carece como o referido Conselho diz de especiaes cuidados a fim de se salvaguardar da ruína do tempo e do vandalismo rapinante dos homens essa bellissima obra de renascimento que constitue uma das mais delicadas e interessantes do nosso tesouro monumental e artístico.

É opinião minha por completo conforme o da commissão dos monumentos de que tenho a honra de fazer parte, de que se deve com a possível brevidade tratar de se beneficiar a talha existente posta em perigo pelo caruncho e substituir as 33 cariatides que constituem uma das partes mais valiosas dos referidos cadeiraes.

Entendo ainda que para dirigir directamente esses trabalhos deve ser escolhido um escultor de reconhecido merecimento e consagrado como tal pela opinião publica, a quem esta Direcção facultaria os entalhadores e materiaes necessarios para que sob a sua immediatá fiscalização e competência realizarem esse delicado trabalho de reposição artística.

Entendo mais que, caso tenha como julgo indispensavel escolher-se para tal fim indeviduo idoneo devendo esse encargo ser confiado ao illustre escultor António da Costa Motta que allia alem do seu comprovado merecimento artistico a circunstancia de fazer parte do Conselho dos Monumentos Nacionaes, e por esse motivo apresenta todas as garantias para que os patrioticos desejos d'esse Conselho podessem ser cumpridos por completo.

Temos no partido de restauração do Palacio de Queluz, um pequeno nucleo de entalhadores de merecimento de que poderiam sahir os necessarios artistas que sob a vigilancia e proficiente direcção artistica do indicado escultor realizassem o necessario e urgente restauro dos cadeiraes dos Jeronymos.

Como V. Ex.^a reconhece pela qualidade excepcional do trabalho a realizar não me é possível d'esde já enviar a V. Ex.^a a verba aproximada que n'esses trabalhos se deverá despender, entendo porem que um partido de 6 entelhadores é rasão de 1\$20 por dia dariam uma despesa semanal de 43\$20 juntando-se a esta verba a importancia de 2\$00 diarios que julgo a mínima a estabelecer-se para um escultor temos 14\$00 por semana o que junto aos anteriores 43\$20 perfaz 57\$20 semanaes; Juntando ainda a esta verba 20% para material (madeira principalmente) temos a verba total de 68\$24. Entendo que junto dos entalhadores deve trabalhar um bom carpinteiro de limpos que vencerá por semana 5\$40 elevando-se pois a verba anterior a 73\$64 ou arredondando 75\$00 por semana.

Em face do exposto e para hypothese estabelecida teremos uma despesa annual de 3.900\$00 ou arredondando e incluindo alguns imprevistos inevitaveis teremos a verba global de 4:000\$00 que julgo necessaria e minima para esse importantissimo trabalho.

Fazendo como patriota e como artista os mais ardentes votos para que os desejos do Conselho d'Arte e Archeologia obtenha uma rápida realização doupor finado o meu informe sobre este assumpto sujeitando-o á autorisada apreciação de V. Ex.^a.

Saúde e Fraternidade

Lisboa 10 de Janeiro de 1913

Ao Ex.^{mo} Snr Director da 1.^a Direcção de Obras Publicas

O Architecto Chefe de Secção

(a) Rosendo Carvalheira

Documento 111

1913 (20 de Janeiro) – *Parecer sobre o Palácio de Queluz, em resposta à consulta de 23 de Agosto de 1912*. In Acta n.º 26, da sessão da Comissão dos Monumentos de 20 de Janeiro de 1913, p. 65. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914. Livro 261⁶⁴. Inédito.

(...)

1.º - Que o Palácio de Queluz juntamente com a parte artistica dos jardins anexos, seja confiado ao Conselho de Arte e Arqueologia, para ser especialmente destinado a Museu de mobiliario e mais artes decorativas do seculo XVIII e primeiro terço do seculo XIX.

2.º - Que na sala do throno, sala dos Embaixadores e outras do mesmo palacio, de reconhecido valor, sob fiscalização do Conselho (sic) dos Monumentos Nacionaes⁶⁵ aos trabalhos de restauração e consolidação que sejam necessarios para lhe assegurar a integridade material e artistica⁶⁶ e o caracter da época.

3.º Que o nucleo de operarios entalhadores, actualmente empregado no serviço da restauração de algumas salas do palacio, fique constituindo uma officina-escola de esculptura decorativa e restauração de mobiliario, sob a direcção technica e artistica de um esculptor, proposto pelo Conselho de Arte e Arqueologia.

4.º Que não seja arrendada nenhuma dependencia do palacio sem a previa consulta da Commissão dos Monumentos, disposição que deve generalisar-se a todos os edificios considerados monumentos nacionais⁶⁷.

5.º Que todo o mobiliario de caracter artistico e historico que se encontre disperso por varios pontos do paiz, seja com a possível brevidade recolhido a logar seguro, afim de depois de escolhido, classificado e devidamente reparado dar entrada nos Museus que lhe forem assignalados pelas commissões competentes.

(...)

[O officio remetido pela Commissão dos Monumentos para o Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia termina da seguinte maneira: “Taes são as providencias que esta Commissão julga mais idóneas para aproveitar, num belo Museu que tão necessário se torna, aquele magnifico edificio do Estado, que deve por todos os princípios ser utilizado e valorizado para a arte, salvando-se, por este modo, dos varios e conhecidos factores de destruição, não só o referido edificio, mas muitos preciosos exemplares de mobiliario nacional ou nacionalizado que podem constituir um valioso elemento de curiosidade histórica e de educação industrial e artistica”]. S

⁶⁴ Este parecer é o resultado dos estudos de uma comissão especial criada no seio da CM da 1.ª Circunscção, composta por José Pessanha, Costa Motta e Rosendo Carvalheira, e do resultado da discussão em sessão plenária da dita CM e aprovada por unanimidade. Cf. Officio do Presidente da Commissão dos Monumentos, n.º 46, L.º 1.º (assinado pelo Secretário, Adães Bermudes), onde se transcrevem as decisões tomadas em plenário. ANBA – Correspondência entrada, vol. III. Livro 174.

⁶⁵ O adjuvante de Secretario, transferido do CMN para a CM da CAA cometeu este *lapsus linguae*, emendado de seguida por cima com a palavra “Comissão”.

⁶⁶ Este parágrafo tem ligeiras diferenças em vez de “integridade artística”, naquele officio “estética”.

⁶⁷ Trata-se de um reforço do art.º 46º, do decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911.

Documento 112

1913 (10 de Fevereiro) – *Proposta de Classificação de diversos Dolmens feita por Leite de Vasconcellos na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscricção*. Ofício remetido pelo proponente. In *Processo S/nº – Dolmens*. ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Igrejas, Vol. 1. Livro 240. Inédito.

10-II-1913

Exmº Sr. Presidente da Commissão dos Monumentos Nacionaes

Não me sendo possível assistir á secção de hoje, remetto a V. E. A 1.ª lista de dolmens do Sul. Irei enviando outros á proporção que os for organisando.

Saude e Fraternidade

(...)

amigo alt. Collega

José Leite de Vasconcellos

Dolmens do Sul de Portugal II

Alandroal – Antas ao pé do lugar de Pardaes

Alcalar – f. do Mexilhoeiro, c. de Portimão; Muitos monumentos prehistoricos sepulcraes; Estacio, Ant. do Alg. I, 215, III, 131; Religiões I, 266, 295 ss.. Alguns em regular estado de conservação. Eu os vi.

Almada de Ouro – C. de Castro de Marim; Varias sepulturas prehistoricas; Estacio I, est. 16

Arraiolos – Dolmens perto da vila. Eu os vi. Religiões I, 6 e outro na f. de Santa Justa.

Coruche – Antas na herdade do Azinhal; Antas na herdade da Aldeia de Cima; Antas na Herdade do Pinheiro

Elvas – Na herdade da Torre das Arcas há uma antiga. Visitei – 1904

Evora – Duas antas na herdade do Cegonheiro. Vi-as.

Marcela – Propriedade na f. de Macela. Monumento sepulcral prehistorico; Estacio I, 257; Religiões I, 293

Montemor-o.-Novo – Seis antas ou dolmens na herdade da Comenda da Igreja; quatro na da Comenda do Coelho; uma na da Comenda Grande; quatro na do Paço; uma na da Comendinha; na de Santa Cruz. Minhas conhecidas e algumas exploradas por mim; uma anta na f. de Brissos; uma anta perto da vila no caminho de S. Geraldo

Monte da Rocha, junto do rio Alvor – Parte de um dolmen; Estacio I, 241

Nora – Quinta, freguesia de Cacela. Restos de um monumento sepulcral prehistorico. Estacio, I, 248; Religiões, I, 306

Pavia – Na vila de Pavia, districto de Evora, ha um dolmen transformado em capela. Archeol. XV, 321

Ponte-de-Sor – Antas na herdade do Monte dos Irmãos; na herdade do Zambujal; na herdade de Cavalheiros; na herdade da Capella; na herdade de Portugal; na herdade da Ordem; na herdade do Assobiador; na herdade das Cabeceiras; espolios estão no Museu Etnologico; Archeologo, XV, 248

Documento 113

1913 (24 de Fevereiro e seguintes) – *Quesitos colocados por Adães Bermudes sobre a eventualidade do Mosteiro dos Jerónimos serem Panteão Nacional e respostas da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição a estes quesitos e respectivos antecedentes, crise da Comissão e consequentes*. Extractos das decisões. In Actas n.º 26, 20 de Janeiro, pp. 63-64; n.º 27, de 27 Janeiro, pp. 70-71; n.º 30, de 24 de Fevereiro, p. 76, n.º 31, de 28 de Fevereiro, pp. 79-81; n.º 32, de 3 de Março, 82-87; n.º 33, de 10 de Março, pp. 90-91, Acta n.º 34, p. 89, 90-91, n.º 44, p. 115. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Anos 1911-1914 e 1914-1920. Livros – 261 e 262. Parcialmente inédito⁶⁸

1. Quesitos

(...)

“1.º Poderá admittir-se que elle seja destinado a Pantéon Nacional sem prejudicar a sua alta significação historica?”

2.º Como Pantéon, deverá ser consagrado a todos os portuguezes illustres, ou simplesmente aos personagens históricos que prepararam ou tomaram parte no descobrimento e conquista da Índia e ao immortal cantor d’essa epopeia?”

3.º Em qualquer das hypotheses, como se podia levar isso a effeito sem prejudicar a unidade esthetica do monumento?”

4.º Não seria preferivel adaptar a Pantéon Nacional a antiga igreja de Santa Engrácia, que a isso se presta admiravelmente, completando-a e dando-lhe já caracter especial que deve revestir esse género de monumentos?”

Acta n.º 30, de 24 de Fevereiro de 1913, p. 76

Rosendo Carvalheira defendeu que quanto ao primeiro quesito, que deviam ser considerados como intrusos todos os personagens que ali forem recolhidos, quando não houvessem tomado parte nos descobrimentos, qualquer que fosse o seu merecimento pessoal. O monumento deve ser consagrado aos heróis daquela epopeia, porque estes são sagrados do ponto de vista histórico. Os Jerónimos não devia ser panteão nacional, mas repositório dos heróis da Índia. O caso de Herculano dera-se não apenas por ser historiador, mas porque o seu jazigo serviu de motivo para que fosse restaurada a casa do capítulo que se encontrava em ruínas. Júlio Mardel estendeu o conceito de todas as descobertas portuguesas e a outras personalidades nelas envolvidas, sendo seguido por Ventura Terra e José Alexandre Soares.

2. Respostas da Comissão dos Monumentos aos quesitos de Adães Bermudes:

1.º quesito – A Igreja dos Jeronimos deve ser destinada a abrigar, exclusivamente, os restos mortaes dos heróes da nossa epopeia maritima dos séculos XV e XVI.

Tanto Carvalheira como Bermudes tinham defendiam que os restos mortais dos descobridores podiam ser colocados nos confessionários, como nos nichos das capelas do transepto. Bermudes defendera essa ideia na imprensa. Apresentou uma planta demonstrando que sem prejudicar a unidade estética daquele monumento se podia ao mesmo tempo receber muitas dezenas de illustres portuguezes. A falta de critério era a que tinha pejado os Jerónimos dos túmulos que ali se tinham colocado.

2.º quesito – Não foi aprovado.

3.º quesito – Na disposição dos tumulos deve absolutamente evitar-se obstruções do templo e tudo o que possa prejudicar a sua unidade esthetica, contraria á sua expressão ou amesquinhar da sua grandeza- Os tumulos de caracter monumental e artistico das figuras primaciais da historia dos nossos descobrimentos, serão colocados nos nichos das capellas do transepto; ou outros darão ingresso nos recintos dos antigos confessionarios, sobre as portas dos quaes se inscreverão os nomes dos personagens, cujos restos ali forem depositados.

⁶⁸ Este assunto foi apresentado e publicado parcialmente por Clara Moura Soares, *ob. cit.*, vol. II, Documentos 120, 121, 122, 123, 124. A nossa edição dos documentos é organizada em função do problema.

4.º quesito – Como preceito de reconhecimento e admiração á memoria dos portugueses illustres, deve ser creado um Panthéon Nacional, utilizando-se e completando-se para esse fim o edificio de Santa Engracia, que a isso se presta admiravelmente.

(...)

Adões Bermudes considera as representações populares que pediram a trasladação de Garrett para os Jerónimos, inconscientés e artificiosamente provadas. O CMN-CE deu parecer favorável à tumulação de Garrett na Capela do Evangelho, “mas quem ler a acta da sessão em que foi resolvido esse assumpto, não precisa de um grande estudo psicologico, para compreender que essa decisão foi arrancada à *contre coeur*⁶⁹ ao extincto Conselho, pois que o parecer e a discussão de que foi objecto é mais uma serie de protestos do que uma autorização”.

(...)

Alexandre Soares e Costa Motta, mais radicais, achavam que nem no baixo coro, nem de forma provisória se devia colocar qualquer túmulo. Devia procurar-se fora das naves para a colocação do túmulo de Garrett.

(...)

Acordo à orientação adoptada pela Comissão, por parte de Cordeiro de Sousa, em relação aos Jerónimos e à criação do Panteão Nacional na Igreja de Santa Engrácia.

(...)

A questão do efeito retroactivo

Panteão – em tese é contrário que se transforme em Panteão nacional. Na hipótese lembra que a Sociedade Literária Almeida Garrett requereu ali colocar o túmulo e foi autorizada, com parecer do CNM. O túmulo foi mandado excutar. Existe um direito daquela sociedade, embora repudie qualquer responsabilidade no assunto. Afonso de Albuquerque – trasladação para os Jerónimos.

3. Antecedentes

a) Decisões da Comissão dos Monumentos acerca do Túmulo de Garrett a colocar nos Jerónimos (10 de Março de 1913)

(...)

1.º O Túmulo de Garrett não pode ficar na capela do transepto (votos de todos, com excepção de D. José Pessanha);

2.º A Comissão vota favoravelmente que o túmulo de Garrett fique provisoriamente nos Jerónimos enquanto não houver um Panteão Nacional, em sitio que não prejudique a estética e a significação histórica do monumento. Voto contra de Costa Motta. Salgado abstem-se. Mardel propôs que a trindade literária Herculano, Garrett e Castilho ficassem na Casa do Capitulo.

Criação de uma sub-comissão para negociar com a Sociedade Literária Almeida Garrett, composta por Carvalheira, Bermudes e Lopes de Mendonça.

3.º Que se nomeie uma sub-comissão para se entender com a comissão executiva da celebração do centenário de Afonso de Albuquerque sobre a identificação e a trasladação para os Jerónimos dos restos mortais de Albuquerque que se

⁶⁹ Mais à frente Bermudes refere que o parecer do antigo COMN foi dado de má vontade “à *son corps defendant*”, p. 89. Júlio Mardel, por sua vez, que participara na reunião referida, em concordância com a posição de Bermudes, explica o que acontecera, com o ministro Paçô-Vieira e que levava o COMN a enveredar pela aprovação da entrada do túmulo de Garrett no Mosteiro dos Jerónimos. Cedera-se constringido à pressão ministerial, propondo então que se regulamentassem as comemorações póstumas e se criasse um panteão nacional, para evitar casos semelhantes no futuro. Por sua vez, Bermudes revela nesta reunião, uma posição radical, que ficou transcrita na acta: “Apella para a Comissão, afim de que defenda, como lhe cumpre, pelo menos os monumentos que lhe é permitido fiscalizar, visto que lhe são officialmente recusados os elementos indispensaveis para salvaguardar todos os outros que se encontram na vasta esphera da sua acção impotente e das suas responsabilidades ficticias, contra o que é necessario protestar incessantemente, declinando esta Commissão o seu mandato, quando se convencer de que esses protestos são inuteis”. Acta n.º 34, p. 89.

encontravam na igreja da Graça (Ventura Terra, Cordeiro de Sousa, Júlio Mardel e Lopes de Mendonça).

4.º Nomeação de uma sub-comissão para tratar da questão dos Jerónimos junto dos ministros do Interior e do Fomento (Mesa da CM e todos os vogais que quisessem agregar-se, ao mesmo tempo para chamar a atenção do Ministro do Interior para a situação inadmissível em que se encontrava a CM.

(...)

A posição tomada pela Comissão suscitou críticas e agressões na imprensa contra a CM- Ventura Terra afirma que “desde que o assumpto foi ventilado na Imprensa, não sabe de que agressões poderá ser ainda objecto esta Comissão, no entanto o pensamento deve ser sempre de muita cordura, mostrando a Comissão que não quer hostilizar ninguém e apenas cumprir com o seu dever e que, sendo as resoluções d’esta Comissão as unicas logicas, justas e razoaveis, são por isso as únicas que devem seguir-se”⁷⁰.

b) Votação acerca do Tumulo de Almeida Garrett (pp. 90-91)

Síntese da votação a respeito da colocação do mausoléu na Capela do Cruzeiro dos Jerónimos (votação nominal)

Vogal Efectivo	Sim	Não	Abstenção	Razões aduzidas
Rosendo Carvalheira		X		Conformidade com a decisão tomada em tempo e de acordo com a sua tomada de posição actual na sessão.
Lopes de Mendonça		X		Idem
Alexandre Soares		X		Porque não é o lugar indicado para o túmulo e porque é o lugar indicado para receber Afonso de Albuquerque.
Costa Mota		X		Antes como agora insurgira-se sempre contra essa colocação.
José Pessanha			X	De acordo com a declaração que fizera, pedindo a revisão do processo.
José de Figueiredo		X		O local escolhido pertencia a Afonso de Albuquerque, não admitindo que ali fosse colocado nem em termos provisórios
Adães Bermudes		X		Mantendo opinião que tivera anteriormente.
Júlio Mardel	X			Não lhe repugnava aceitar a título provisório, enquanto não mudassem os túmulos para o Panteão nacional.
Luciano Freire		X		Ambicionando no entanto poder votar de modo a conciliar os desejos da Sociedade e os interesses do Monumento, embora a título provisório, votava contra pelas razões invocadas pelos membros da Assembleia e porque o local era mais apropriado para o monumento a Afonso de Albuquerque.
Ventura Terra	X			O túmulo só devia ser erigido no Panteão Nacional, mas enquanto não houver era favorável que se consinta a colocação provisória na capela do transepto, visto no seu entender não haver nisso qualquer inconveniente de ordem moral ou estética. Não vota pela colocação na capela por debaixo do coro porque entende que ela ficará muito prejudicada, durante o tempo que o túmulo ali estiver.
José Veloso Salgado	X			Vota no sentido pedido pela Sociedade Almeida Garrett.

⁷⁰ Acta n.º 35, p. 98.

Documento 114

1913 (26 de Fevereiro) – *Primeiro decreto de classificação depois da publicação da lei de 26 de Maio de 1911*, In *Diário do Governo*, n.º 29, 6 de Fevereiro de 1913, p. 445.

Atendendo que a igreja paroquial de Rubiães, concelho de Paredes de Coura, sendo um interessante exemplar da época românica, reúne, em vista do seu valor artístico e arqueológico, as necessárias condições para lhe ser conferido o título de monumento nacional;

Sob proposta do Ministro do Interior e nos termos do art.º 42.º do decreto de 26 de Maio de 1911: hei por bem decretar que a referida igreja paroquial de Rubiães seja considerada monumento nacional.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 1 de Fevereiro de 1913 = Manuel de Arriaga = Rodrigo José Rodrigues.

Documento 115

1913 (21 de Abril e 13 de Novembro) – *Relatório da visita à igreja e claustro dos Jerónimos*. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Anos 1882-1925. Livro 244⁷¹.

Visita à igreja e claustro dos Jeronymos

No intuito de completar as observações feitas em visitas anteriores, dirigiu-se a Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição aos Jeronymos no dia 21 de Abril de 1915, tomando parte nessa visita os Srs. Adães Bermudes, Dr. José de Figueiredo, Júlio Mardel, José Alexandre Soares, Antonio Augusto da Costa Motta, Rosendo Carvalheira e D. José Pessanha.

A Comissão, depois de ter examinado detidamente a igreja, o côro e o claustro, assentou no seguinte:

1.º - Que por uma comissão especial de technicos, deve, sem demora, ser feita uma rigorosa inspecção ás abobadas da egreja, nas quaes se notam desvios que podem oferecer perigo.

2.º - Que as grades que vedam o actual baptisterio, a capella fronteira, as duas capellas dos extremos do transepto, e a capella-mór, bem como as que, nesta ultima, se vêem a um e outro lado dos degraus de acesso ao altar, devem ser retiradas, ficando essas capellas sem vedação, - o que, nem sob o ponto de vista artístico, nem sob o ponto de vista lithurgico, representaria inconveniência, podendo, quanto muito, admitir-se a vedação do baptisterio e da cappella fronteira por meio de gradeamentos adequados;

3.º - Que os retábulos do século XVIII applicados aos cinco altares do transepto e que, em parte, escondem labores de cantaria, devem ser removidos, na hypothese de se verificar que, de facto, occultam lavrados primitivos;

4.º - Que é absolutamente necessário trasladar sem demora, e com o decoro devido, para o pantheon de S. Vicente, os restos da rainha de Inglaterra, D. Catharina, filha de D. João IV, agora depositados na capella do extremo norte do transepto e encerrados num caixão tôsko, de madeira, sem fôrro, e coberto por um panno grosseiro, e bem assim os despojos de dois infantes seus irmãos, guardados por detraz do altar-mór, num desvão, onde tambem se encontra a ossada que se diz ser a de Camões, a qual deve ser depositada no sarcophago construido por disposição testamentaria de Simão José da Luz Soriano;

5.º - Que o monumento funerário de Almeida Garrett pôde ser montado (provisoriamente, e enquanto não tivermos um Pantheon Nacional), sob a fiscalização desta Comissão, no vão contiguo ao actual baptistério;

6.º - Que, devendo a igreja de Santa Maria de Bellem, segundo o criterio já estabelecido pela Comissão, abrigar sómente os despojos dos heroes da nossa epopeia maritima, abrindo-se apenas uma excepção em favor de Camões, por ter sido o cantor desses altos feitos, e permittindo-se a collocação do monumento funerario de Garrett sob o côro, em attenção aos direitos legitimamente adquiridos pela aggremação litteraria promotora dessa homenagem, e, ainda assim, sem caracter definitivo, - deve promover-se a urgente adaptação do incompleto monumento de Santa Engracia a Pantheon Nacional, a fim de alli serem definitivamente tumulizados os restos de Almeida Garrett e João de Deus;

7.º - Que é de absoluta e inadiavel necessidade proceder-se á limpeza e arranjo do templo, libertando-o dos feretros mais ou menos abandonados que em

⁷¹ Este documento foi apresentado por Clara Moura Soares, *As intervenções oitocentistas no Mosteiro dos Jerónimos*, ob. cit, vol. II, pp. 575-577, mas não na sua versão completa.

muitos pontos se encontram, de modo que o monumento readquira, no seu aspecto geral interno, o caracter sério e austero que, pela sua alta significação historica e artistica, deve sempre manter;

8.º - Que às vidraças coloridas devem substituir-se vitraes no estilo do monumento;

9.º - Que devem ser regularizados, não só o paramento da parede em que se inscreve a porta principal, como o da fachada onde existe a porta de acesso ao claustro;

10.º - Que, no côro, se impõe, como urgentissima, a necessidade de ser submettida a tratamento especial a madeira do preciso cadeirado, de modo que não prossiga a acção destruidora do caruncho, devendo ainda proceder-se, sob a vigilancia da Commissão e a direcção permanente de um escultor, ao restauro da talha, comprehendendo a substituição das trinta e três cariatides que desapareceram (algumas recentemente) e importando tambem substituir por damasco de seda ou pinturas adequadas, os paineis do seculo XVIII, absolutamente destituídos de merecimento, que, representando os apóstolos, se vêem nas espaldas;

11.º - Que, permittindo as fundações agora postas a descoberto e os elementos graphicos já na posse da Commissão, uma reconstituição absolutamente rigorosa da fonte e alegretes que primitivamente occupavam esse espaço, deve essa reconstituição ser estudada e projectada pela Commissão, promovendo-se depois, pelo Ministério do Fomento, que seja levada à pratica;

12.º - Que, encontrando-se o pavimento dos claustros em más condições de conservação, necessario e urgente se torna que seja reparado e refeito sob a fiscalização desta Comissão.

13.º - Que as instalações da Casa Pia devem ser completamente independentes da parte monumental do edificio

Lisboa, 21 de Abril de 1913

J. Pessanha
Relator

Revisão e acresceto do 12.º ponto do programa.

Secretario da Comissão

Lisboa, 13 de Novembro de 1913

O Presidente

[Miguel Ventura Terra]

Documento 115 A

1913 (5 de Dezembro): *Decreto do Ministério de Instrução Pública pedindo que os Conselhos de Arte e Arqueologia procedam à revisão do inventário dos monumentos nacionais constantes do decreto de 16 de Junho de 1910.* In *Diário do Governo*, n.º 286, de 8 de Dezembro de 1913, p. 881.

Repartição de Instrução Artística

Havendo conveniência em fazer uma revisão do inventário dos Monumentos Nacionais (imóveis) constantes do decreto de 16 de Junho de 1910, porquanto últimamente novos foram descobertos e outros melhor estudados perderam a razão de como tal figurarem;

Tendo em atenção os n.ºs 4.º e 6.º do artigo 2.º e artigo 19.º do decreto, com fôrça de lei, de 26 de Maio de 1911:

Manda o Govêrno da República Portuguesa que os três conselhos de arte e arqueologia, por intermédio das suas comissões de monumentos, procedam à revisão do inventário dos Monumentos Nacionais das respectivas circunscrições, constante do decreto de 16 de Junho de 1910, *Diário do Govêrno* de 23 de Junho de 1910, devendo enviar a êste Ministério os resultados dos seus estudos; da maior conveniência é também que cada monumento se torne objecto de investigações de carácter histórico, arqueológico ou artístico, segundo a sua índole, e de descrições tam detalhadas quanto possível, acompanhadas dos gráficos e fotografias que se considerem convenientes.

Paços do Govêrno da República, em 5 de Dezembro de 1913.—O Ministro de Instrução Pública, *António Joaquim de Sousa Júnior*.

D. do G. n.º 286.

Documento 116

1913 (18 de Dezembro) - *Intervenção dos architectos na conservação e restauro dos monumentos nacionais. Projecto do Conselho de Arte Nacional para ser publicado como Decreto do Ministério do Fomento*. AHME - Conselho de Arte Nacional, Actas. 1912-1921, pp. 33-35. Cota 730. Inédito⁷².

“Emquanto não fôr possível pôr em prática a parte do decreto, que reorganiza os serviços de belas artes, respeitante á intervenção dos architectos na conservação e restauração dos monumentos nacionais, tenho a honra de renovar n'este Conselho – embora brevemente alterada – a minha proposta apresentada ao antigo Conselho dos monumentos nacionais em 15 de Fevereiro de 1905, incluindo as alterações acima mencionadas.

Em vista do estado lamentavel em que se encontram, em geral, os serviços técnicos relativos à restauração e conservação dos monumentos nacionais, proponho que este Conselho represente ao Governo no sentido de os melhorar quanto possível, lembrando, por isso, como solução provisória o seguinte:

1.º Que seja dividido o paiz em sete zonas correspondentes duas á circunscrição artística do Porto; - duas á de Coimbra e três á de Lisboa, sendo aqui duas para o Continente e uma para as ilhas adjacentes.

2.º Que cada uma d'estas zonas fique, para o efeito da conservação e restauração dos seus monumentos, a cargo de um dos architectos do quadro d'obras públicas – chefe de secção – ao qual será fornecido o pessoal necessario auxiliar, quer pelas Direcções onde fazem serviço, quer pela Direcção dos distritos a que correspondam as obras a estudar e a executar.

3.º Os architectos referidos deverão elaborar os processos completos de todas as obras necessárias nos monumentos nacionais e submetê-los á apreciação das respectivas comissões de monumentos ficando bem expresso que nenhuma obra se executará sem a prévia aprovação d'estas comissões.

4.º Os architectos do quadro d'obras publicas desempenharão este cargo sem prejuízo dos serviços ordinarios, que lhes competem nas respectivas direcções. A estes e aos seus auxiliares serão abonadas as despesas de transporte em caminho de ferro, os subsídios de marcha para estradas e as ajudas de custo permanentes durante o tempo em que sejam obrigados a permanecer fora de Lisboa.

5.º Quando se trate de restaurações ou outros trabalhos de grande importancia em monumentos nacionais, proceder-se-ha pela forma estabelecida no art.º 62 do decreto de 26 de Maio de 1911.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1913

(a) Ventura Terra

Aditamento à proposta:

“Os conselhos de arte e arqueologia das circunscrições proporão ao Governo a nomeação de architectos para dirigir trabalhos de restituição ou restauração dos monumentos, quando estes pela sua importância o reclamem”.

(a) Marques da Silva

⁷² Esta proposta foi desenvolvida inicialmente por Miguel Ventura Terra em 18 de Janeiro de 1905 [**Documento 73**], no seio da COMN. Volta a ser desenvolvida pelo mesmo architecto na CM da 1.ª Circunscrição. A proposta passou agora para projecto de lei, com acrescentos inerentes à discussão do assunto no CAN e, por essa razão, podemos considerá-la inédita.

Documento 117

1913 (18 de Dezembro) – *Bases para a formação de um Arquivo dos Monumentos e Sítios Históricos do País*. Proposta aprovada do arquitecto José Marques da Silva. AHME – Conselho de Arte Nacional, Actas. 1912-1921, pp. 35-37. Cota 730. Inédito.

Bases para a formação d'um Arquivo dos Monumentos e sitios historicos do paiz

“N'uma das sessões do Conselho de Arte Nacional, em começo de 1913, tive a honra de apresentar a seguinte proposta: “A pequena existencia de publicações especiais sobre os monumentos do paiz, talvez por pouco remuneradoras, os inconvenientes que d'essa falta resulta para o ensino das escolas, e para os artistas impossibilitados de estar em facil contacto com a Arte tradicional portugueza e por isso, em condições precárias a dificuldade, que d'essa falta provem para quem estuda e mesmo para os que ensinam, de não estar em facil contacto com a Arte tradicional portugueza e por isso em más condições para conservar e estabelecer nas diversas regiões do paiz a sua feição propria e tambem para que fique em levantamentos de projectos architectonicos ou outros processos de reprodução, os monumentos e sitios que por circunstancias varias são obrigados a desaparecer proponho:

- a) que a cada um dos conselho de Arte e Arqueologia, das 3 circunscrições, seja estabelecida uma dotação especial para a formação d'um arquivo dos monumentos e sitios historicos do paiz, traduzidos em projectos de levantamento e outras reproduções gráficas e plásticas.
- b) que se promova a publicação d'esse arquivo pelas forças da dotação e pelo que d'elas possa reverter.
- c) que o conselho promova o que mais util fôr para a conseguir-se esta providencia de tão grande alcance para o estudo da Arte Nacional.

Providencias de character official e um projecto de bases para a inventariação das obras de Arte (objectos portáteis) existentes no paiz, excelentemente formulado pelo Snr. D. José Pessanha, justificam o renovamento da proposta, consubstanciada nas presentes bases, para a formação d'um Arquivo dos Monumentos e sitios historicos do paiz, cuja efectivação deve sêr, desde já, iniciada inscrevendo-se no orçamento do futuro ano economico de 1914-1915 uma verba (de seis centos escudos, pelo menos, para cada circunscrição).

São as seguintes as bases que tenho a honra de apresentar á sanção do Conselho de Arte Nacional:

- I. O arquivo será formado pelos Monumentos e sitios devidamente inventariados e classificados e por aqueles que forem julgados dignos, no todo ou em parte, para o fim a que o arquivo se destina.
- II. A organização do arquivo será confiada, em cada uma das circunscrições a uma comissão de três membros, nomeada pela respectiva Comissão dos Monumentos, fazendo parte d'ela na 1.^a e 3.^a circunscrições como vogal nato, o professor de arquitectura das Escolas de Belas-Artes⁷³.
- III. Os membros das comissões terão direito a uma gratificação especial acumulavel com outros vencimentos, e á dispensa dos seus cargos officiais durante o tempo que dedicassem aos trabalhos do Arquivo, sendo-lhes alem d'isso, abonadas as ajudas de custo indispensaveis para transporte e hospedagem.
- IV. Cada uma das Comissões poderá requisitar do Govêrno os auxilios que se julguem convenientes.
- V. As corporações officiais que tenham a guarda dos monumentos facilitarão o acesso dos membros da Comissão encarregada do Arquivo, facultando aos

⁷³ Por se encontrar em contradição com a lei, a II Base foi alterada no CAN.

- vogais das comissões os auxilios, que possam fornecer-lhes para o fim que se propõem.
- VI. O Arquivo constará, para cada monumento ou sitio
 - a) do seu levantamento architectonico em plantas, alçado, córtes e detalhes
 - b) da sua reprodução pela fotografia, pela moldagem ou por outro processo adoptado
 - c) da sua monografia descritiva, sumaria ou desenvolvida.
 - VII. O levantamento architectónico será feito em cada uma das circunscrições, por oficinas moveis, compostas d'alunos pensionistas das Escolas de Belas-Artes, admitidos para esse fim, segundo o seu merito, comprovado em documentos, concursos, ou inscrição especial, pela comissão organizadôra do arquivo.
 - VIII. O Chefe da oficina será o professôr de architectura, podendo sêr substituido e auxiliado pelos restantes membros da Comissão. Anualmente deverá elaborar um relatorio circunstanciado dos trabalhos realizados pela oficina, o qual por intermedio da Comissão dos Monumentos, se destinará ao respectivo Conselho de Arte e Arqueologia.
 - IX. Os alunos pensionistas terão direito a uma subvenção pelo tempo que se conservarem fóra da séde da circunscrição e alem d'isso, a ajudas de custo para o transporte.
 - X. A subvenção a perceber pelos alunos das oficinas, aluguer das casas, material e outras serão reguladas pela Comissão, dentro da verba, que lhe é destinada.
 - XI. O tirocinio dos alunos nas oficinas dos monumentos será certificado em diploma especial passado pelo presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, precedendo de informação do chefe da oficina e constituirá documentação de preferencia para os architectos dos monumentos a colocar nas direcções das obras publicas do paiz.
 - XII. Poderá realizar-se nas sédes das circunscrições exposições publicas dos trabalhos realizados pelas oficinas escolas, não só para estimulo e aproveitamento dos alunos, como para divulgação da nossa arte monumental.
 - XIII. A publicação do arquivo será regulada pelos Conselhos de Arte e Arqueologia, sob proposta fundamentada da Comissão do Arquivo”.

[Sala de Sessões, 18 de Dezembro de 1913] (a) Marques da Silva

1913 (20 de Dezembro) – *Decreto que determina que os Conselhos de Arte e Arqueologia proponham a nomeação ao Ministério de Instrução Pública de vogais correspondentes e auxiliares para apoiar os referidos Conselhos nas suas respectivas circunscrições.* Decreto assinado pelo Presidente da República Manuel de Arriaga e pelo Ministro da Instrução, António Joaquim da Sousa Júnior. Diário do Governo, n.º 301, de 26 de Dezembro de 1913.

N.º 301 — 26 DE DEZEMBRO DE 1913

Repartição de Instrução Artística

Existindo espalhadas pelo território da República várias pessoas dedicadas a investigações sôbre arqueologia, história e crítica de arte, além doutras que oferecem bastante do seu esforço a tudo o que respeita à conservação de monumentos locais e sua vulgarização;

Convindo utilizar o mais eficazmente possível, a bem do renascimento dos estudos históricos e arqueológicos em Portugal, os esforços daqueles que, patrioticamente, a tais trabalhos se dedicam, tornando-os assim excelentes auxiliares dos Conselhos de Arte e Arqueologia e de suas comissões de monumentos;

Sendo da mais urgente conveniência realizar a inventariação e catalogação das obras de arte e peças arqueológicas, nos termos dos artigos 2.º e 54.º do decreto, com força de lei, de 26 de Maio de 1911;

Convindo, também, dar immediata execução ao mesmo decreto nos seus artigos 5.º e 7.º, sôbre a nomeação de vogais correspondentes e auxiliares dos Conselhos de Arte e Arqueologia;

Ouvido o Conselho de Arte Nacional;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, que os Conselhos de Arte e Arqueologia das tres circunscrições, dando execução ao disposto nos artigos 5.º e 7.º do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911, proponham os vogais correspondentes e auxiliares, nos termos dos artigos 8.º e 10.º do mesmo decreto, a fim de, sem encargo para o Estado, serem feitas as nomeações, nos termos do n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 20 de Dezembro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*António Joaquim de Sousa Júnior.*

Secretaria, em 24 de Dezembro de 1913.— O Secretário Geral, *A. Freire de Andrade.*

Documento 119

1913 (28 de Dezembro) – *Catálogo de Objectos Artísticos de Portugal*. Ofício, n.º 113, dirigido ao Ministro de Instrução Pública, CE – pp. 70-71. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, Livro 1.º (1911-1924). Cota 347. Inédito.

Exm.º Sr. Ministro da Instrução Publica

A iniciativa de catalogar e inventariar os monumentos artisticos de Portugal, qualquer que seja a sua natureza e forma de expressão e desde que ela encarne e traduza em si uma feição estética, é sobremodo louvavel e digna do aplauso de todos os que pregoam (?) o nome portugues. Mas não se limitar a esse registo ou catalogo descritivo e abalançar-se á empreza de inventariar e caracterizar todos esses monumentos ou seja por meio de exposição narrativa, ou por meio de desenhos, por meio de gravuras ou alçados, ou ainda por meio de reproduções e pela moldagem, ou concomitantemente por todos, ou por alguns deles, conforme o valor do objecto e as vantagens e intuitos de o tornar conhecido – cousa é que, por muito a desejar, muito nos custa a acreditar vê-la traduzida em realidade, mesmo quando estas não alcançassem inteiramente o nosso desideratum. Essa empresa seria digna duma Patria, que luta pelo seu rejuvenescimento, pois o culto da Arte é uma força social de poderosas energias e os mais belo, o mais fecundo, e mais radiante florão com que pode adornar-se a civilização dum país, que quer ser livre, com foros de cultura estética intelectual e moral, como o nosso.

Na convicção sincera deste proposito o Conselho de Arte desta Circunscrição acolheu com entusiastica simpatia e aplauso a doutrina da Portaria de 5 do corrente; para a o Director dos Serviços Artísticos em seu telegrama de 8 do mesmo mes, se dignou de chamar-lhe a atenção. Pode o Governo contar com o mais franco e decidido apoio deste Conselho para a efectivação da sua obra, uma vez que forneça os indispensaveis meios para esse fim. Conhece o Conselho o projecto do Sr. D. José Pessanha apresentado ao Conselho de Arte de Lisboa com o titulo «Bases para a inventariação das obras de arte existentes no País» e na generalidade não tem duvida de perfilhar esse lucido documento, que traduz uma orientação definida e bem assente. Desde que esteja assegurada no orçamento uma verba suficiente (e tal nos não parece, por diminuta, a que se alvitra – 800 escudos para cada Circunscrição – embora se diga «pelo menos») o Conselho de Coimbra encetaré, na conformidade do plano que se ajustar, a parte da obra que me⁷⁴ diz respeito e que seguirá sem desfalencias nem tibiezas, certo de que contribuirá, na sua esfera, para a grandeza duma obra que a todos interessa. Dedicacão e trabalho, eis o que possuímos somente, mas essa pobre riqueza a oferecemos de ânimo alegre e satisfeito ao serviço do País.

Saude e Fraternidade
Coimbra, 28 de dezembro de 1913
O Presidente
a) Julio A. Henriques

⁷⁴ Lapso manifesto: “me” por “lhe”.

Documento 120

1914 (23 de Janeiro) – *Método para a classificação de Monumentos Nacionais, proposto por Adães Bermudes na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição*. Acta n.º 50, de 23 de Janeiro de 1914. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas. Vol. 1. Livro 261. Inédito.

(...)

“1.ª: - Que nenhum monumento seja definitivamente incluído na lista dos Monumentos Nacionais sem a aprovação da maioria da Comissão sob previa proposta escrita e fundamentada por três vogais, pelo menos, da Comissão, dos quais dois, pelo menos, serão arquitectos, declarando-se na mesma proposta que os aludidos vogais visitaram pessoalmente o Monumento que se pretende classificar, devendo a proposta ser acompanhada das razões de character historico, estético ou tradicional que justificam a classificação e dê informações sobre o estado de conservação em que o Monumento se encontra, do Proprietario a quem pertence ou entidades que o usufruem, e, bem assim de fotografias ou desenhos que facultem a toda a Comissão pronunciar-se em plena consciência sobre a conveniencia da classificação.

2.ª: - que se nomeie uma sub-comissão composta pelos vogais eruditos da Comissão com o fim de elaborar um índice bibliografico de todas as obras ou monografias relativas ás cidades, vilas, monumentos e edificios portuguezes, adoptando como base os trabalhos de Inocêncio, Brito Aranha, e outros; catálogos de bibliotecas e livrarias, etc, completando esse trabalho com todas as indicações que, pessoalmente poderem alcançar, ficando a mesma Comissão desde já autorizada a adquirir para a Biblioteca da Comissão dos Monumentos, gratuitamente ou por compra quanto sejam de pequeno dispêndio, devendo propôr a mesma aquisição quando esse dispêndio seja de maior vulto”⁷⁵.

⁷⁵ Infelizmente não chegaram até nós as ideias essenciais do sistema apresentado por José Pessanha para a classificação, mas não seria essencialmente diferente do de Adães Bermudes, ou pelo menos este aceitou que a classificação provisória fosse organizada por zonas, requerendo que as subcomissões tivessem pelo menos três vogais, entre os quais dois arquitectos. O trabalho realizado devia ser transmitido à CM, acompanhado de memórias, desenhos e fotografias, para que a comissão se pronunciasse definitivamente, em conhecimento de causa. Resolveu-se começar a aplicar este sistema pelo distrito de Lisboa.

Documento 121

1914 (10 de Fevereiro) – *Providências para evitar infiltrações nos telhados do Mosteiro dos Jerónimos*. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência e Vários. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito

Copia – N.º 291 – 3.ª secção de arquitectura – Lisboa 10 de Fevereiro de 1914

Ex.mo Snr. Director da 1.ª Direcção. Lisboa.

Em resposta á ordem de serviço n.º 1051 de 6 de Janeiro findo, que acompanha a copia do officio do Director da Casa Pia de Lisboa, pedindo que se dêem as providencias devidas para se evitarem as infiltrações nos claustros e terraços do edificio dos Jerónimos, cumpre-me informar o seguinte: Para se evitarem as infiltrações dos terraços é indispensável levantar o actual piso de asphalto e tijolo, substituindo-o por uma camada isoladora de beton com cresite, cuja impermeabilidade se acha assegurada em bastantes trabalhos congéneres. Afim de manter aos terraços o seu aspecto primitivo deverá a mesma camada ser coberta com um forro de tijolo rebatido. No segundo claustro, evitados com o trabalho acima descripto, as infiltrações dos terraços, resta apenas substituir a actual camada de cimento e areia por um fôrro de cantaria escodada no mesmo genero do que existe no primeiro claustro. Executadas estas obras que vão indicadas por estimativa no orçamento junto, ficam claustro e terraços, livres de infiltrações sem prejuízo do precioso estylo do edificio. O architecto Chefe de secção (a) Rosendo Carvalheira.

Documento 122

1914 (4 de Abril) – *Carta enviada pela Comissão dos Monumentos ao Ministro do Fomento acerca de obras de conservação, restauro e valorização do Mosteiro dos Jerónimos e criticando obras que não eram aconselháveis de acordo com o seu real valor patrimonial.* ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.^a Circunscção)
Lisboa
Comissão dos Monumentos

Off. 74 – L.^o 1
Cópia

Exm.^o Sr. Ministro do Fomento

Tendo-se esta Comissão por varias vezes dirigido a V. Ex.^a com especial intuito de chamar a sua esclarecida atenção para o edificio monumental dos Jeronymos, quer seja, para que com urgencia se cuide de conservar a preciosa talha dos cadeiraes do côro, ou para a necessaria substituição da vidraçaria do templo magnifico, conspurcado torpemente pelos intoleráveis envidraçamentos dos vãos das janellas e rosaceas que lá existem, ou ainda, para o deploravel estrago das coberturas dos claustros, que pelo seu mau estado occasionam perigosas infiltrações nas delicadas e graciosissimas abobadas, que lhe servem de base; - vem hoje novamente juncto de V. Ex.^a, para que, todos os referidos assumptos de tão alto e decisivo alcance para a conservação e decencia do preciosissimo monumento, tenham o devido e necessario andamento, visto que todos elles teem um acentuado character de urgencia a que é necessário attender-se, sob pena de n'um futuro proximo têmos de lastimar graves e talvez insanaveis perdas.

Por intermédio de um vogal d'esta Comissão, foi ella informada officiosamente, de que sobre os assumptos mencionados, o Ministério do Fomento a que V. Ex.^a tão superiormente preside, fora já enviada a informação do que cumpre fazer-se para remediar a acudir eficazmente tão perigoso estado de coisas.

N'esta conformidade pois, limita-se por agora esta Comissão, a solicitar a esclarecida atenção de V. Ex.^a para esses interessantes assumptos rogando-lhe lhes preste o seu valioso concurso a fim de que se salvem e protejam algumas peças primaciaes do grandioso Monumento.

Constou tambem e esta Comissão que ao Ministério do Fomento fôra enviada pela 1.^a Direcção das Obras Públicas, um orçamento para a vedação e reparos das coberturas e pisos dos claustros dos Jeronymos, satisfazendo-se assim, ás reclamações do Director da Casa Pia e instancias d'esta Comissão; - sobre este ponto especial, julga a Comissão do seu dever lembrar a V. Ex.^a a necessidade de se acabarem por uma vez com os vandálicos remendos que por lá existem, taes como trechos de telhados amouriscados, remendos de asfalto sobre pisos primitivos de tijollo, betomilha de cimento no logar onde existiu o pavimento regular de fôrro de lagedo, etc.

É opinião d'esta Comissão, que visto tratar-se de uma importante parte adstricta ao monumento, e por si só tambem monumental, ella deve ser tratada com os devidos cuidados, para que lhe seja restituído o seu character primitivo, lageando-se a parte coberta, com lagedo apropriado, de que no proprio local existe o modelo, e revestindo-se a cobertura superior do claustro, com ladrilhamento de tijollo rebatido, como lhe consta ter sido propôsto. Este preciosissimo monumento, um dos mais visitados do paiz, por naturaes e estrangeiros, é bem digno a todos os respeitoes de todos os cuidados que se lhes despensem e de que elle está bem carecido, não só por

que é um dos mais bellos padrões e monumentos d'arte, mas ainda porque, a intenção votiva que a originou, significa para a patria portuguesa a mais bella e digna documentação historica da sua grandeza épica e da inegalavel ouzadia do genio portuguez.

Correndo provavelmente essas obras, quando se realisem, a cargo de um dos vogaes d'esta Comissão, esta por seu intermedio exercerá como lhe cumpre por lei, a devída fiscalisação dos trabalhos, constituindo esse facto a necessaria garantia para que tudo cõrra como é de desejar.

Ao culto espirito de V. Ex.^a e ao seu comprovado patriotismo, confia mais uma vez esta Comissão os futuros destinos d'este bello monumento patrio, conscio de que, em V. Ex.^o elle terá um valioso patrono, que saberá inteligentemente salvaguardalo e protegelo, como o merecem o seu altissimo valor e significação e o exigem a decencia e a dignidade do paiz.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria da Comissão dos monumentos Nacionaes da 1.^a Circunscrição, em
4 de Abril de 1914

O Presidente

(aas.) VENTURA TERRA

Está conforme ao original
E. de Menezes
Off.^{al} da Secret.^a

Documento 122 A

1914 (21 de Maio e 22 de Dezembro) – *Propostas de criação do Museu de Arte e Arqueologia de Évora e de Bragança, de José de Figueiredo*. Actas das Sessões respectivas do Conselho de Arte Nacional, pp. 46 e 55. AHME – Conselho de Arte Nacional, Actas 1912-1921, pp. 45-47 e 62-67. Cota 730. Inédito.

Proponho para que, em harmonia com a lei vigente, seja criado, em Evora, um Museu de arte e arqueologia, o qual será desde já constituído pelas obras de arte e arqueologia que, para esse fim, serão escolhidas pelos delegados do Conselho de arte e arqueologia de Lisboa, de entre os que actualmente compõem o recheio do Museu anexado à Biblioteca publica d'aquela cidade, e ainda por todas as obras já apartadas ou a apartar pelas mesmas entidades, de entre as que, em virtude da lei de separação e da que extingio as congregações religiosas, entraram na posse do Estado. Para a efectivação d'este Museu proponho a inscrição no proximo orçamento da verba anual de 800 escudos que será assim repartida:

300 escudos para a gratificação do director do Museu, cujo cargo será adstrito ao de director da Biblioteca de Evora; - 200 escudos para ordenado de um guarda e 300 escudos para as outras despesas do Museu.

A estas verbas ha ainda a ajuntar a verba para aluguer da casa.

O vogal (a) José Figueiredo

Trata [José de Figueiredo] em seguida de expôr o que fez em Bragança, apartando tudo o que lhe pareceu interessante e valioso. Apresenta e justifica a seguinte proposta:

Proponho que, de harmonia com a lei vigente, seja criado, na cidade de Bragança, um Museu regional de arte e arqueologia, constituído com os objectos ja ali apartados pelo signatario e pelo vogal do Conselho de arte e arqueologia do Porto, snr. José de Brito, e ainda com os outros objectos escolhidos para esse fim pelas entidades competentes de entre os que tem valôr artistico ou documental, sejam pertença das Igrejas ou corporações religiosas da região.

Esse muzeu de que deve tambem fazer parte o nucleo do atual muzeu municipal da cidade, será instalado no edificio antigamente instalado pelos Bispos de Bragança.

Documento 123

1914 (3 de Agosto) – *Parecer sobre o Tesouro da Sé de Lisboa*⁷⁶. Ofício n.º 200, Liv.º 10, enviado ao Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação. ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1914. Livro 150. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscção
Lisboa

L.º 10 N.º 200

Exm.º Sr. Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação

Para os devidos efeitos, cumpre-me informar que a Comissão Executiva d'este Conselho, tendo visitado o Tesouro da Sé de Lisboa e discutido depois o assumpto, entende:

1.º - Que o Tesouro deve ser mantido no edificio da Sé, com excepção da cruz esmaltada, dos fins do seculo XVI, denominada “dos Filippes”, que, se não puder ser exposta com a devida segurança no edificio do Convento de Cristo em Thomar, ao qual pertencia, deve ser encorporada no Museu Nacional de Arte Antiga.

2.º - Que o Tesouro deve, provisóriamente, ser conservado no logar que ocupa sem que alli se procêda a qualquer obra destinada a melhor o defender, applicando-se a verba em que essa obra estava orçada, à conveniente adaptação do annexo que dá para a Rua do Arco do Limoeiro a definitiva instalação do Tesouro, que ficará constituindo o Museu da Cathedral.

3.º Que este Conselho nenhuma dúvida tem em assumir a superintendência e direcção technica d'esse museu especial, tendo n'elle como Delegado o Cónego Sr. Carlos Alberto Martins do Rego, cuja nomeação para vogal auxiliar há pouco foi proposta, e sendo a posse imediatamente precedida da revisão por peritos, da avaliação feita à Custódia do século XVIII, denominada de D. João V, a qual é decorada com grande numero de pedras preciosas.

Sáude e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Conselho de Arte e Arqueologia, 3 de Agosto de 1914

O presidente

José Luís Monteiro

⁷⁶ O assunto foi tratado na reunião da CE, em 28 de Junho de 1914 (Acta n.º 43). Neste officio foi transcrita integralmente a deliberação da CE na qual participaram activamente José de Figueiredo, Luciano Freire, Costa Motta, Veloso Salgado, José Pessanha, José António Piloto e o Presidente, José Luís Monteiro.

Documento 124

1914 (15 de Agosto) – *Parecer sobre o Tesouro da Sé de Évora*⁷⁷. Ofício n.º 235, Liv.º 10, dirigido ao Chefe da Repartição de Instrução Artística do Ministério da Instrução Pública. ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1914. Livro 150. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscrição
Lisboa

L.º 10 N.º 235

Exmº Sr. Chefe da Repartição da Instrução Artística

Sendo absolutamente necessário providenciar sem demora com respeito ao thesouro da Sé de Évora no qual o interesse histórico e artístico se allia ao valor material, venho em harmonia com as deliberações que sobre o assumpto foram tomadas pela Commissão Executiva d'este Conselho ponderar o seguinte:

1.º - Que o Dr. Governador Civil de Évora deve ser convidado a constituir-se depositário do referido thesouro;

2.º - Que, organizado o Museu regional de Évora deve o thesouro da Sé ficar constituindo uma secção d'esse Museu na qual superintenderá directamente na qualidade de conservador addido o Sr. Cónego Faria e Silva, que há pouco foi proposto como vogal auxiliar d'este Conselho;

3.º Emquanto o Museu não estiver definitivamente organizado deverá ser nomeado director d'elle embora provisoriamente o Sr. António Lopes da Silva Júnior, Director da Bibliotheca e Museu anexo;

4.º Que, effectuada que seja essa nomeação, deverá logo o referido funcionario tomar a seu cargo o thesouro, sendo auxiliado pelo Sr. Cónego Faria e Silva.

Espero que no sentido indicado serão tomadas sem delonga as necessárias providencias. Saúde e Fraternidade

Lisboa, 15 de Agosto de 1914

O presidente (ass.)

José Luís Monteiro

⁷⁷ O assunto foi tratado na reunião da CE, em 28 de Junho de 1914 (Acta n.º 43). Ali são três os pontos tratados, e não quatro, da decisão final que foi transmitida ao Chefe da Repartição de Instrução Artística para ser sancionada pelo Ministro da Instrução. Para inventariar, avaliar, instalar o Tesouro ou Museu da Sé Catedral foram nomeados: Luciano Freire, José de Figueiredo, António Augusto da Costa, 15 de Agosto de 1914 (cf. Ofício n.º 237, desta data).

Documento 125

1915 (26 de Fevereiro) – *Proposta de classificação da igreja de Carnide da autoria de José de Figueiredo*. Original com letra e assinatura do proponente. ANBA – Documento avulso, sem classificação, integrado com algumas modificações na sessão de 27 de Fevereiro de 1915 da Comissão dos Monumentos. Acta n.º 69, fol. 13-15v.º. ANBA – CM, Actas, Vol. 2, Livro 262. Inédito.

Proponho que a igreja de Carnide (matriz) da invocação de S. Lourenço, seja incluída na lista dos edifícios que, pelo seu relativo valor, devem ser conservados, embora não mereçam o ser considerados monumentos nacionaes.

A parte d'essa capela que justifica essa classificação é a sua decoração em azulejos, convindo tambem que se conserve a cantaria da época primitiva (arco da capela mór, molduras das capelas lateraes, etc.). E n'esse sentido se deve officiar ao Presidente da Comissão concelhia dos bens do 3.º bairro de Lisboa, a quem se deve dizer que este conselho não vê inconveniente em que essa igreja seja aproveitada para escola, como pretende a respectiva comissão parochial, desde que com o aproveitamento, se não prejudique nem os azulejos que revestem a toda a altura as paredes do corpo da igreja e o que, em lambris, decoram a capela mór, e ainda as cantarias a que acima me refiro.

Proponho tambem que se officie ao mesmo funcionário dizendo que este Conselho não vê inconveniente em que na Igreja da Luz haja culto religioso, achando até vantagens para a sua conservação em que a Igreja seja entregue ao culto.

Lisboa e sala da comissão dos monumentos nacionaes, 26-2-1915

O vogal José de Figueiredo

Proposta de José de Figueiredo (sessão de 27 de Fevereiro de 1915):

“Proponho que a igreja de Carnide (matriz) da invocação de S. Lourenço, seja incluída na lista dos edifícios que, pelo seu relativo valôr, devem ser conservados, embora não mereçam o ser considerados monumentos nacionaes. A parte dessa capéla que justifica essa classificação é a sua decoração em azulejo, convindo tambem que se conserve a cantaria da época primitiva (arco da capela mor, molduras das capelas laterais, etc.)”. Uma nova estratégia começa a desenhar-se. A CM aceita que a igreja seja aproveitada para escola, como pretendia a comissão paroquial, desde que essa nova função não prejudique nem os azulejos que revestem a toda a altura as paredes do corpo da igreja, nem os lambris que decoram a capela-mor e as cantarias artísticas. Neste sentido devia informar-se desta decisão a Comissão Concelhia dos Bens do 3.º Bairro de Lisboa. José de Figueiredo propôs ainda que fosse comunicada à mesma Comissão que a CM não via qualquer inconveniente que na igreja da Luz haja culto religioso, achando-se até vantagens para a sua conservação que a igreja seja entregue ao culto.

Documento 126

1915 (9 de Abril) – *Proposta para a trasladação dos restos mortais de Afonso de Albuquerque para os Jerónimos e criação do panteão nacional em Santa Engrácia, de Henrique Lopes de Mendonça*. In Acta n.º 73, da sessão da Comissão de Monumentos da 1.ª Circunscção, fol. 25-25v.º. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos. Actas, vol. 2, Livro 262. Inédito.

(...)

Em seguida o Snr. Lopes de Mendonça, diz que em conformidade com o compromisso tomado na sessão anterior, vae apresentar á assembleia uma proposta relativa a Afonso de Albuquerque, que esperava fosse aprovada com a possivel urgencia e que é do teor seguinte. Considerando que o edificio dos Jeronimos é a consagração monumental da epopeia maritima dos portugueses; Considerando que, segundo já manifestado parecer desta Comissão, ele deve ser destinado á jazida dos heroes que nessa epopeia tiveram papel culminante e do poeta que em versos imortaes cantou os seus feitos; Considerando que, em antecipada harmonia com este parecer, para ali foram trasladados os restos mortaes de Vasco da Gama e de Luiz de Camões; Considerando que o vulto mais grandioso dessa epopeia é certamente Afonso de Albuquerque, o creador do imperialismo moderno, o maior de todos os portugueses nos dominios da acção, a aquele que, emulo de Alexandre Magno e de Napoleão, deu a Portugal um glorioso logar de destaque na historia universal; Considerando que passa no ano presente, o quarto centenario da morte do grande conquistador do Oriente; Proponho: Que a Comissão dos Monumentos da 1.ª circunscção, represente ao Governo para que no dia dezasseis de Dezembro do ano corrente, se faça a solene trasladação dos ossos de Afonso de Albuquerque, desde a igreja da Graça onde, através de varias vicissitudes, eles se encontram há tresentos quarenta e nove anos, para a capela do transepto dos Jeronimos, do lado do Evangelho, fronteira áquela onde se levantam as sepulturas de Vasco da Gama e de Camões; para que essa veneranda ossada seja recolhida, nesse local, dentro do sarcofago, hoje existente na S.G.L., onde ela repousou durante cerca de meio século em Gôa; para que o Estado promôva a erecção nessa capela, de um mausoleu digno do nome que encheu o Oriente inteiro; Que para a entrega dessa representação, a Comissão dos Monumentos se ponha de acordo com a Academia das Sciencias de Lisboa e com a Sociedade de Geografia de Lisbôa, assim como quaesquer agremiações de character scientifico ou artistico, que nesse sentido desejem manifestar-se; Que, para dar quanto antes decorôso abrigo aos restos mortaes de Almeida Garrett e de João de Deus, indiscutiveis glorias da literatura portuguesa, provisoriamente colocados nos Jeronimos, se represente ao Governo para que desde já se dê execução ao projecto, já aprovado na Camara dos Deputados, da adaptação do edificio de Santa Engracia a Panteon Nacional.

(...)

Documento 127

1915 (16 de Julho) – *Relatório do Paço de Sintra, revelando alguns detalhes descobertos que foram objecto de uma intervenção de reintegração, levada a efeito por Rosendo Carvalheira*. In Acta n.º 81, de 16 de Julho de 1915, fol. 36-37v. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, Vol. 2. Livro 262. Inédito.

Relatório do Paço de Sintra (16 de Julho de 1915)⁷⁸

Quesitos

As partes da capela ou adro interior a que já me referi, está em grande parte da sua superfície, obstruído por um passadiço ou telheiro, que não só prejudica a capela, por lhe tirar, digo, por não lhe dar o seu primitivo âmbito livre, mas ainda em parte, encobre a base dum grandioso vão manoelino. Deve conservar-se este passadiço? - Na ala manoelina e no corpo principal, que olha para o douche, existem no andar nobre, vários tabiques divisórios que entaipam delicados vãos manoelinos, e que obstruem tumultuariamente o grande salão primitivo; na sua prumada, e no andar térreo, dá-se caso idêntico no local atualmente conhecido pelos aposentos do Infante. Deve conservar-se este estado de cousas, ou deverá proceder-se a eliminação de todas as divisões obstruentes e restituir essa parte do edifício á sua amplidão e estrutura iniciais? Junto ao chamado pateo de Diana, existe um corpo retangular de arquitectura neo-classica, desproporcionada e má, antigamente conhecida pela sala das Galés. Acerca de quinze anos, foi essa sala dividida para quartos modernos e banaes, do Infante D. Afonso. Essa sala que era apenas uma vasta quadra, fechada por um teto de madeira cilíndrico, em que se encontravam pintados ingenuamente varios motivos marítimos e galeões d'outros tempos, e, se bem me recordo, nos tímpanos circulares deste berço de teto, achavam-se representadas num, a vista da barra de Lisboa, e no outro, um porto qualquer do Oriente. É banal sem duvida, o valor dessa pinturas, mas ainda assim quando fui forçado oficialmente a fazer os referidos aposentos, tive o cuidado de os deixar intactos e convenientemente reservados, na previsão dum futuro destino. Deve manter-se nesta parte do edifício o que está atualmente ou deve reituir-se a vasta quadra á sua simplicidade inicial? Adjunto á capela e do lado do chamado terreiro de Meca, existe uma sacristia incarakterística e banal cujos tetos recortam e entaipam dois vãos ogivaes da mesma capela, em cerca de uma quarta parte da sua altura. Deve conservar-se este estado de cousas, ou deverão modificar-se a sacristia e sua parte anexa por forma a desobstruir esses vãos? A cimalha contornante no interior da capela bem como o revestimento dos cunhaes feitos de madeira serapintada de varias cores que lá existem devem conservar-se ou deverá proceder-se a pesquisas que aconselhem e justifiquem a sua eliminação arranjando-se desse modo melhor e mais decente emolduramento á mesma capela e principalmente ao seu lindíssimo tecto de factura e desenho Modejár? A escada de cantaria que no adro interior da capela se descobriu, como acesso aos terraços superiores deve ser concluída inferior e superiormente, ou não? Os vestígios encontrados no antigo pavilhão do estandarte, devem servir de base ao estudo de restauração? A parte do vestíbulo que antecede a sala dos Cisnes e que em tempo foi dividida tumultuariamente com pilastras de alvenaria, sendo a sua divisão

⁷⁸As obras estiveram sob a direcção de Rosendo Carvalheira. Essas obras foram documentadas com fotografias. Em 1915, tinham sido descobertos detalhes architectónicos e pictóricos, entre as quais umas janelas de interessante desenho da primitiva traça da capela do palácio, assim como frescos que a decoravam. Tratava-se de um trabalho de reintegração, que mereceu elogios da CM ao trabalho do architecto.

destinada a sala de café, deverá continuar assim, ou pelo contrario deverão ser eliminadas essas pilastras, reconstituindo num só teto os dois existentes e unificando o pavimento com ladrilhamento de tijolo? A cimalha contornante na sala de armas que se acha muito danificada deverá reconstruir-se aonde se torna necessario, arrematando em conformidade com o existente, as respectivas pinturas e dourados? Na sala dos Cisnes dá-se ruína idêntica em toda a cimalha a aba contornantes. O vestibulo térreo ogival do palácio, a que atualmente dá acesso um terraço e uma escada péssima que obstrue o terreiro em que se encontra, é para mim convicção, que na sua primitiva era diversamente construído. As grandes ogivas que nos dão a impressão de terem sido cortadas na sua altura pelo mencionado terraço, prolongar-se-hão pelos seus respectivos pilares até ao nível sub-jacente do terreno? E sendo assim não existirá nessa parte que posteriormente á sua construção foi entulhada, algum vestígio que nos oriente na forma porque seria feito o primitivo acesso do vestibulo? Deverão fazer-se sondagens e pesquisas neste sentido? A porta de mármore de Carrára que existe exteriormente perto do referido vestibulo geralmente atribuída a Sansovino, deverá manter-se no ponto em que se encontra sujeita a riscos de varia espécie ou deverá ser deslocada para ponto que se julgue mais seguro e mais conforme com o seu valor? Por que forma geral; todas as vezes que sem mutilações possa e deva ser sondado o edificio nalguma das suas partes que suscitem duvidas, deverei proceder ás necessárias pesquisas que possam em parte ou no todo destruir essas duvidas? Eis o que por agora e no cumprimento no que julgo um dever em face da amável delegacia com que os meus colegas me honraram eu julgo necessário expor-lhes e perguntar-lhes, a fim de orientar o meu espirito no desempenho dessa grave missão de confiança em que me investiram; cumprindo-me ao mesmo tempo aguardar com acatamento o conselho valioso que possa derivar-se desta consulta bem como a aprovação ou justificados reparos que por ventura tenham que ser dados ou feitos aos trabalhos que iniciei e por as haverem ultimamente visitado.

Resolveu-se em seguida que se mandasse distribuir pelos vogais, a cópia dos quesitos do citado relatório, a fim de os habilitar a melhor fundamentarem as suas resoluções.

Carvalheira apresentou um projecto de arranjo exterior do mesmo Palácio, terraplanagens, muro de vedação, sondagens dos pilares dos arcos da entrada do mesmo palácio.

Documento 128

1915 (22 de Julho) – *Carta do pároco colado da freguesia de Santa Maria de Loures, Joaquim José Pombo, procurando junto da Comissão dos Monumentos salvar a Igreja e os seus bens móveis da onda de vandalismo que se verificava no concelho de Loures.* ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro 243.

Ex.mo Snr.

Não se achando garantida a integridade e conservação da Igreja Parochial de Santa Maria de Loures desde que foi encerrada em 1912, como se mostra pelo abandono e desleixo a que tem sido votado aquele monumento nacional desde o dito ano, não lhe tendo sido feitos os indispensáveis reparos nos telhados, para evitar a sua ruína, com manifesto prejuízo para o Estado, e pelos recentes actos de vandalismo n'ele perpetrados de mutilação e incendio das imagens da mesma Igreja, com o agravante de terem sido praticados aqueles desactos sem qualquer arrombamento, que desse ingresso para a Igreja, o que faz supor que tivesse havido complicitade por parte de quem conservava as chaves das portas da dita Igreja, tenho a honra de implorar da Ex.ma Comissão dos Monumentos Nacionaes a sua imediata intervenção junto do Governo afim de que a guarda e conservação do referido Templo seja confiada a uma entidade idónea, que possa tomar aquela responsabilidade, salvando-o de novos atentados de verdadeira selvageria, que no concelho de Loures se teem posto em pratica em varias Igrejas em prejuízo do próprio Estado.

Cumpr-me outrosim informar a V. Ex.^a que existe na dita freguesia de Loures a Irmandade do S.S.^{mo}, transformada em associação de assistencia e beneficencia com os seus estatutos ha pouco aprovados pelo Governo Civil de Lisboa, á qual, como idonea que é, poderá ser entregue a guarda e conservação do referido Templo, visto ter nele aquela corporação a sua sede, onde se acham depositadas as alfaias do culto, mobiliarios, livros e papeis do archivo que são propriedade da supradita irmandade desde tempos remotos, e que presentemente estão, bem como a Igreja, sob responsabilidade da respectiva comissão concelhia, delegada da comissão central da execução da lei de separação da Igreja do Estado.

Saúde e Fraternidade

Lisboa 22 de Junho de 1915 – Largo dos Jeronimos 75 – 2.º

Ex.mo Snr. Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais

O parocho colado da freguezia de Santa Maria de Loures
Joaquim José Pombo

Documento 129

1915 (3 de Agosto a 17 de Agosto) – *Análise das obras de reintegração do Palácio de Sintra desenvolvidas pelo Architecto Rosendo Carvalheira e apreciação das ditas obras pela Comissão dos Monumentos, a ele transmitida e ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia.* Ofícios n.º 418, de 3 de Agosto e n.º 419, de 16 de Agosto de 1915. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência Saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inéditos.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscção)
Comissão dos Monumentos
Lisboa

N.º 418 L.º N.º 1

Cópia

S. R.

Exm.º Sr. Rozendo Garcia de Araújo Carvalheira

Tendo esta Comissão visitado o Palácio de Sintra, a fim de melhor apreciar a comunicação, que por V. Ex.^a lhe foi feita, acerca das obras que ali estão sendo realizadas, sob a direcção de V. Ex.^a, visita que coincidiu com a de S. Ex.^a o Sr. Ministro do Fomento, a quem estes assuntos tão particularmente interessam; fui encarregado, não só de comunicar que a Comissão dos Monumentos colheu as melhores impressões, pela fórmula inteligente e zelosa como teem sido realizadas as pesquisas, para a reintegração do citado edificio, senão no aspeto primitivo, pelo menos, para fazer valer o que de artistico e historico esse admiravel monumento encerra, mas ainda a responder á serie de quesitos por V. Ex.^a formulados, no relatorio que submeteu á apreciação de esta Comissão:

De um modo geral, julgou-se, que convem realmente restituir á capela do paço de Sintra, o aspeto que teria no seculo XVI, mantendo-se apenas o actual coro, que é de alguma fórmula interessante, embora de construção muito mais recente, devendo reconstruir-se o altar, forrando-o de azulejos, tipo Modejar, e colocando-lhe como retabulo, um quadro do seculo XVI.

Deve-se portanto proseguir, conjuntamente com os trabalhos de consolidação da arruinada capela, nos de desobstrução; assim a cimalha contornante do interior do edificio, bem como o revestimento dos cunhaes, tudo de madeira serapintada de varias cores, deve desaparecer, conservando-se igualmente os restos da pintura a fresco que no seculo XVI decoravam as paredes, ficando a tom liso e apropriado, todo o resto da respectiva superficie, e devendo elaborar-se um projecto geral do restauro da referida capela, que esta Comissão estimaria apreciar. A sacristia, incaracteristica e banal e a porta anexa á capela, poderão ser igualmente modificadas, de forma a desobstruir as janelas que a ladeiam, se essa modificação, não fôr julgada por V.^a Ex.^a, comprometedora para a estabilidade da arruinada capela. A escada que se descobriu no pateo interior, junto á mesma capela, e que remotamente dava acesso aos terraços superiores e talvez ao demolido pavilhão do estandarte, deve ser reconstruida, sem prejuizo de outros trabalhos mais urgentes, podendo fazer-se um projecto de restauro, do citado pavilhão, em vista dos elementos encontrados facilitarem esses trabalhos: projecto que poderá ser executado ou não, conforme as circunstancias o determinarem.

A parte do vestibulo, que antecede a sala dos Cisnes, e que em tempo foi dividida com pilastras de alvenaria, sendo esse compartimento criado com destino a

sala de café, deve ser restituído ao primitivo aspeto, eliminando-se as citadas pilastras, que servem de divisorias e ladrilhando a tijolo todo o pavimento. Na mesma *sala dos Cisnes* convem sustar a ruína da cimalha interior e abas contornantes, necessitando igual obra de consolidação a *sala de armas*.

As divisões que por conveniência de ocasião foram construídas no grande salão do corpo principal que olha para o *douche*, encobrendo notáveis portas em estilo manoelino e privando o palácio de uma peça magnífica, repetindo-se igual peçamento no pavimento terreo correspondente, devem desaparecer, e fazer-se um projecto de reintegração do referido salão, em que principalmente se apresente resolvido o problema de cobertura interna.

Pode-se desde já restituir á sua primitiva traça, o corpo retangular, junto ao pateo chamado de Diana, que ha quinze anos foi lastimavelmente dividido por necessidades occasionaes e cujo teto, afirma V. Ex.^a, foi cuidadosamente entaipado, prevendo-se a hipotese de num futuro não muito remoto, ser restabelecida esta sala no seu estado primitivo, trabalhos que devem ser iniciados, quando haja a garantia de poderem ser levados a cabo, com relativa brevidade.

Deve igualmente desaparecer um passadiço ou telheiro que não só prejudica exteriormente a capela, por lhe não dar o seu primitivo ambito mas que ainda encobre a base de um gracioso vão manoelino.

Quanto ao desejo, por V. Ex.^a formulado, de fazer sondagens, no vestibulo terreo do referido palácio, por estar persuadido que estão afrontados os pilares que suportam as ogivas, da entrada, com a alvenaria da escada, que em epoca relativamente recente, lhe encostaram; parece a esta Comissão, convenientes essas pesquisas, com a condição porem de que elas sejam feitas, sem obstrução ou afeamento do referido vestibulo, comunicando depois V. Ex.^a, o resultado desses estudos e propondo os meios que julgar necessarios para atingir o fim ambicionado, podendo identicas investigações serem feitas, noutros quaesquer pontos do edificio e que V. Ex.^a julgue necessarios ao prosseguimento da obra encetada, mas sempre nas condições indicadas.

Quanto á vedação exterior da esplanada, é esta Comissão de parecer que ela deve ser architectonicamente o mais simples possivel e da menor altura que as conveniencias determinarem, discordando portanto da solução proposta por V. Ex.^a, e preferindo igualmente, que a vedação do lado da antiga *ala das Damas*, comece no angulo sul, da muralha, e venha ligar-se á curva, indicada na planta que lhe foi presente, como vae marcado a traço vermelho, chanfrando-se, se possível fôr, o angulo norte, da mesma muralha até uma altura que não prejudique o terraço superior. Tambem é preferivel que a vedação **A** da mesma planta passe para **A'**.

Eis pois, o que me cumpre comunicar em satisfação aos desejos manifestados por V. Ex.^a.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaría da Comissão de Monumentos, em 3 de Agosto de 1915

O Presidente

Ventura Terra

S. R.

Exm.º Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia⁷⁹

Tendo esta Comissão visitado o Palacio de Sintra, a fim de melhor apreciar as obras que ali estão sendo realizadas, sob a direcção do Sr. Rozendo Carvalheira, e onde colheu as melhores impressões, pela forma inteligente e zelosa como tem sido realizadas as pesquisas, para a reintegração do citado edificio, senão no aspeto primitivo, pelo menos, para fazer valer o que de artistico e historico esse admiravel monumento encerra, é de opinião, que, de um modo geral, se deve realmente restituir á capela do paço de Sintra, o aspeto que teria no seculo XVI, mantendo-se apenas o atual côro, que é de alguma fôrma interessante, embora de construção muito mais recente, e devendo reconstruir-se o altar, forrando-o de azulejos, tipo modejar, e colocando-lhe como retabulo, um azulejo⁸⁰ do seculo XVI.

Deve-se portanto proseguir, conjuntamente com os trabalhos de consolidação da arruinada capela, nos da respectiva desobstrução; assim a cimalha contornante do interior do edificio, bem como o revestimento dos cunhaes, tudo de madeira serapintada de varias cores, deve desaparecer, conservando-se igualmente os restos de pintura a fresco que no seculo XVI decorava as paredes, ficando a tom liso e apropriado, todo o resto da respectiva superficie, e devendo elaborar-se um projecto geral do restauro da referida capela, que esta Comissão estimaria apreciar. A sacristia, incaracteristica e banal e a porta anexa á capela, poderão ser igualmente modificadas, de forma a desobstruir as janelas que a ladeiam, se essa modificação, não fôr julgada comprometedora para a estabilidade da arruinada capela. A escada que se descobriu no pateo interior, junto á mesma capela, e que remotamente dava acesso aos terraços superiores e talvez ao demolido pavilhão do estandarte, deve ser reconstruida, sem prejuizo de outros trabalhos mais urgentes, podendo fazer-se um projecto de restauro, do citado pavilhão, em vista dos elementos encontrados facilitarem esses trabalhos: projecto que poderá ser executado ou não, conforme as circunstancias o determinarem.

A parte do vestibulo, que antecede a sala dos Cisnes, e que em tempo foi dividida com pilastras de alvenaria, sendo esse compartimento criado com destino a *sala de café*, deve ser restituído ao primitivo aspeto, eliminando-se as citadas pilastras, que servem de divisorias e ladrilhando a tijolo todo o pavimento. Na mesma *sala dos Cisnes* convem sustar a ruina da cimalha interior e abas contornantes, necessitando igual obra de consolidação a *sala de armas*.

As divisões que por conveniencia de ocasião foram construidas no grande salão do corpo principal que olha para o *douche*, encobrando notaveis portas em estilo manoelino e privando o palacio de uma peça magnifica, repetindo-se igual pejamento no pavimento térreo, correspondente, devem desaparecer, e fazer-se um projecto de reintegração do referido salão, em que principalmente se apresente resolvido o problema de cobertura interna.

Pode-se portanto restituir á sua primitiva traça, o corpo retangular, junto ao pateo chamado de Diana, que ha quinze anos foi lastimavelmente dividido por necessidades ocasionaes e cujo curioso teto, segundo se afirma, foi cuidadosamente entaipado, prevendo-se a hipotese de num futuro não muito remoto, ser restabelecido

⁷⁹ Parte da matéria deste officio foi utilizada para o CAA responder ao officio recebido de 3 de Agosto, n.º 162, L.º 2.º, da DGOP, acerca do projecto de vedação da esplanada do Palácio de Sintra.

⁸⁰ Riscado e por cima “quadro”.

esta sala no seu estado primitivo, trabalhos que devem ser iniciados, quando haja a garantia de poderem ser levados a cabo, com relativa brevidade.

Deve igualmente desaparecer um passadiço ou telheiro que não só prejudica exteriormente a capela, por lhe não dar o seu primitivo ambito mas que ainda encobre a base de um gracioso vão manuelino.

Quanto ás sondagens a fazer no vestibulo terreo do referido palacio, por haver a suspeita de estarem afrontados os pilares que suportam as ogivas da entrada, com a alvenaria da escada, que, em epoca relativamente recente, lhe encostaram – pareceu a esta Comissão conveniente que se efectuem essas pesquisas com a condição, porem, de serem realizadas, sem obstrução ou afeamento do referido vestibulo. Muito conviria que o resultado dêsesse estudos fosse apreciado por esta Comissão, bem como o projecto de reintegração do referido recinto, que resultasse dessas pesquisas, as quaes podem ser extensivas a outros quaesquer pontos do edificio, e para equal fim mas sempre nas condições indicadas.

Quanto á vedação exterior da esplanada entende esta Comissão, que todas as vedações e muros a construir devem ser, architectonicamente, da maior simplicidade e da menor altura que as conveniencias determinarem, e evitando-se tambem quaesquer imitações de pedras.

Não concorda com o alinhamento indicado no terreno antigamente ocupado pela *ala das Damas*, preferindo o que na respectiva planta vae indicado a traço pontuado a carmim a fim de evitar modificações nos interessantes jardins que rodeiam o Palacio. Poderia talvez para facilitar o transito municipal chanfrar-se o angulo M da muralha existente, mas só até uma altura que não prejudique o terraço superior.

Entende tambem que a vedação A, deve passar para A'.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaria da Comissão de Monumentos, em 16 de Agosto de 1915

O Presidente

[Ventura Terra]

Documento 130

1915 (11 de Dezembro) – *Proposta da classificação da Torre de Manhente, Vilar de Frades*. Ofício n.º 29, L.º C, dirigido ao Presidente do CAA da 3.ª Circunscrição, pelo Presidente da CM, José Marques da Silva, fol. 29-30. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição], 1912-1925. Cota 422. Inédito

Barcelos, margem direita do Cávado, Couto de Manhente, pertencente aos ricos-homens de Vilar de Frades. Nesse antigo Couto existia apenas nessa altura a igreja de Vilar de Frades e a Torre da qual se podia fazer sinais para Vilar de Frades. Igreja modificada no século XIX interiormente, mas a fachada possui elementos característicos da época românica. Na frontaria tem uma inscrição onde se lê – Magister Gaudisalvis fiat in era MCLS (?). A torre tem intactas as paredes com aberturas de janelas primitivas e ameias no seu coroamento. É do século XII ou XIII. Segundo a comissão era de considerar tanto a frontaria da igreja como a torre como motivos de classificação. Todavia, constou que foi posta em arrematação a torre com vista à sua demolição e aproveitar o terreno que ocupa. Assim a Comissão dos Monumentos solicita que o Conselho chame à atenção do Governo para serem todas “as providencias immediatas e urgentes no sentido de ser conservada a torre de Manhente que este Conselho (sic) é de parecer que seja classificada de Monumento Nacional”.

Documento 130 A

1916 (7 de Janeiro) – *Deliberação para a classificação como Monumento Nacional da Praça da Senhora da Oliveira, em Guimarães, no seu conjunto, principalmente nos seus três lados norte, sul e nascente.* Ofício n.º 31 – L.º C, dirigido ao Presidente do CAA, pelo Presidente da CM, datado de 7 de Janeiro de 1916, fol. 31-32. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição], 1912-1925. Cota 422. Inédito.

“A cidade de Guimarães possui ainda a dentro das suas muralhas as mais sugestivas recordações do passado. É a terra de Portugal de mais inconfundível pitoresco na aliança da produção artística com a tradição histórica. No decorrer das suas estreitas ruas a cada passo se topa com exemplares preciosos de arqueologia artística, que vai da época românica ao século XVIII. E não consiste sómente nos edifícios, essa riqueza inestimável, está em mil trechos valiosos, que recamam as ruas e logares da cidade, que para interesse próprio deve juntar à tradição que a liga à origem da nação portuguesa, o título honroso de conservadora do seu património d'outrora. A terra de Martins Sarmiento tem, sem a menor contestação, o amor vinculado do seu passado e a visão justa do interesse que representa para o seu sentimento próprio e para o dos artistas e arqueólogos, a conservação e defesa de tanta coisa que encerra e que, quasi é toda a velha Guimarães. A Praça de Nossa Senhora da Oliveira forma um conjunto do mais lindo aspecto, pitoresco e artístico. Pelo lado norte tem a casa dos paços do Concelho já classificada de Monumento Nacional e um pórtico sobre o qual assentam construções de madeira de largos beirados salientes. Pelo nascente é toda ladeada pela igreja de N. S. da Oliveira, precioso exemplar que contém trechos interessantíssimos das épocas românica, gótica, renascença e século XVIII. Pelo sul, um portico de variados pilares e columnas a contorna até ao desenvolvimento em ressaltos da fachada da igreja. Pelos elementos de valor artístico, arqueológico e de pitoresco que encerra a Praça da Nossa Senhora da Oliveira merece ella ser considerada, no seu conjunto de Monumento nacional, principalmente no desenvolvimento dos seus tres lados norte, nascente e sul.”

Documento 131

1916 (6 de Abril) – *Memória descritiva do Projecto de Restauo do Antigo Paço Municipal de Bragança, da autoria do architecto Adães Bermudes*. Ofício dirigido ao Ministro do Fomento, Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. Cópia. AHME – CAA, 3.^a Circunscrição. Cópia da Correspondência [Particular], Fol. 4 v.^o a 8. 1916. Cota 334. Inédito.

Ministerio do Fomento
Direcção Geral de Obras Publicas e Minas
Obras Publicas

Ex.mo Snr. Director Geral de Obras Publicas e Minas.

Antigo Paço
Municipal de
Bragança

No desempenho das instrucções recebidas, tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o projecto de restauração do antigo Paço Municipal de Bragança, compreendendo os alçados, planta e córte desse edificio, com a indicação, em tintas convencionaes, das partes a conservar, a demolir e a restaurar.

As informações prestadas no meu officio de 4 de outubro ultimo, sobre o valor e o significado deste monumento nacional, como documento da nossa evolução politica, social e artistica, cumpre-me acrescentar algumas breves elucidacões justificativas do referido projecto.

Este edificio, mandado construir, segundo toda a probabilidade, por D. Sancho I, é de puro estylo romanico, e feito com silharia de granito, do aparelho médio adoptado a partir do primeiro quartel do seculo XII. Compõe-se de um pavimento sobreelevado ao solo, tendo por baixo uma cisterna abobadada, onde se captam as aguas duma pequena nascente.

A planta do edificio tem a forma dum pentagono irregular, disposiçãõ assaz extranha, visto tratar-se d'um edificio feito indubitavelmente para estar isolado por todos os lados, mas explicavel, talvez, pelo conjunto que deveria formar com a primitiva igreja matriz de S^{ta} Maria, banalmente reconstruida no seculo XVIII, e que agora entesta com uma extremidade deste monumento. As fachadas do edificio são construidas por series de arcadas, actualmente entaipadas com alvenaria solta, mas que deveriam primitivamente ser abertas, pois que as arcadas cegas ou puramente decorativas, frequentes nesse estylo, eram de cantaria aparelhada, devendo estas, por isso, ser desentaipadas com as devidas precauções.

Três destas fachadas – as do norte, nascente e a menor do poente – encontram-se no mais perfeito estado de conservação. Ao meio das fachadas norte, poente e sul, por baixo das arcadas, correm algerozes de cantaria, provavelmente destinadas a conduzir para a cisterna, outras aguas que deviam ser preciosas para o abastecimento da cidadéla murada, talvez as das telhados da antiga matriz. As paredes são bastante delgadas na parte inferior, engrossando em cima, a partir das impostas dos arcos, e ampliadas ainda na extremidade superior, para receberem a armação do telhado, pela dupla fila dos modilhões ou “cachorros” que suportam as cornijas interior e exterior, sendo esta ultima cavada em algeroz. O lavrado das cantarias, molduras e decorações é tão perfeito quanto o permite o material granitico empregado na construcão, nem é isso de admirar porque as “siglas” que marcam as pedras provam a intervençãõ de profissionais das corporações; o que não se explica facilmente é a plantaçãõ e montagem, quasi barbaras, do edificio, cujas pedras foram distribuidas irregularmente, faltando em alguns umbrais o que sobra nos outros, de

modo que as paredes chegam a penetrar nos vãos das arcadas, além doutros erros e anomalias que devem ser conservados porque caracterizam a ingenuidade ou impericia dos nossos constructores, nessa época, pelo menos naquella região. O interior do edificio comportava primitivamente uma sala unica de 116,00 m² de superficie. A toda a volta das paredes e inferiormente ás arcarias conserva-se, ainda, a bancada de granito em que se assentava o senado municipal, e da da severa simplicidade do conjunto emana uma forte impressão de respeito, pela suggestionadora evocação dos templos idos. A decoração mais rica, das arquivoltas, num dos tôpos das alas, deixa prever o logar destinado á presidencia. O acesso do exterior para essa sala é feito por duas arcadas interiores com entrada pela fachada norte, mas tão proximas que só se justificariam por uma delas estar em comunicação com a antiga matriz e a outra ser destinada ao público. Uma terceira escada, na fachada sul, dá também acesso ao edificio. Esta escada é exterior, e embora a porta da entrada sejam tambem de pleno centro, como as románicas, não é difficil verificar que foi metida no vão duma escada que teve de ser alargada para esse efeito. Esta modificação da traça primitiva deve, porem, conservar-se por motivos de logica e de estética, visto que essa fachada passou a ser a principal e defronta com um pequeno terrado, em quanto que as outras escadas dão para um estreito bêco sem saída. Assente, porem, sobre um massame de pedra solta encontra-se em ruina pelo que se impõe a sua restauração. Outras modificações, contudo, veio a sofrer o edificio durante os sete seculos da sua existencia, e, estas bem mais nocivas, porque destroem a unidade do seu estylo, prejudicam desfavoravelmente o seu efeito estético e comprometem, até, a estabilidade do monumento. Tais são as tres janelas rectilineas de sacada, com varandas de ferro, que se fizeram nas fachadas do sul e poente, em virtude da reconstrução do Duque de Bragança, que, em 1520, escrevia a seguinte curiosa carta que transcrevo, como justificação de tantos vandalismos inconscientes cometidos no nosso paiz. (...) – “Enquanto á cada do concelho que está na cisterna parece-me que se não pode fazer bôa obra. Cobrir as paredes que estão para ficar seguras e começar de fazermo-la uma casa por esquadria dando-lhe o comprimento e largura o mais que puder ser e ouver aquelle chão e poder derrubar para isso as duas ou tres paredes até ao alargamento que não se despende com isso mais do que o feitio, poisque a cantaria ahi fica e a altura das paredes do alargamento até á armação deve ser de 4 varas e meia e a armação deve ser feita de bôa madeira e bem lavrada e devendo-lhe de fazer algumas janellas de modo que agora se acostuma: e n’isso deveis praticar com Lopo de Souza – (Alcaide Mór) que saberá dar para isso bom conselho”. Não chegaram, felizmente, a demolir as paredes para fazer a casa de esquadria, limitando-se as obras ás três janelas e á cobertura do edificio, que já desapareceu e era a terceira vez, pelo menos, que se construia.

Bastaria o grosseiro anacronismo das janellas para aconselhar a sua substituição pelas escadas iguais ás primitivas, se não fosse o estrago que aquella dupla interpolação produziu na parede sul, que ficou pessimamente travada, oferecendo uma segurança precária, pelo que se impõe a sua reconstrução, onde certamente se não irão repetir os mesmos despauterios. Outra desagradavel interpolação, mais antiga, porem, é a de uma parede transversal, que divide, em dois, o primitivo recinto da sala do senado. Essa parede divisoria de má alvenaria, feita talvez nos meados do seculo XV, com tão pouco criterio, que vem interceptar os vãos das duas arcadas, tem que ser apeada, de modo a que possam ser retirados alguns fragmentos de rebôco que substituem, e onde se encontram os restos de interessantes pinturas a fresco. Nas considerações que venho expôr se baseia o projecto que submeto á apreciação das estações competentes, que serve para indicar d’um modo geral a orientação que, em meu parecer, deve ser adoptada, mas que não considero definitiva porque, em matéria de restauração não se deve proceder *á priori* e o critério pode modificar-se segundo o resultado dos estudos e investigações a fazer. *Á priori* só se deve estabelecer o principio de conservar tudo o que fôr primitivo; e

mesmo o que não fôr, quando não prejudique; e mesmo o que prejudique, quando a compensação seja superior ao prejuizo.

Assim o projecto comprehende:

A) – A reconstrução da cobertura do edificio, sendo a Armação do telhado de madeira de pinho escolhido, adaptando-se as disposições e o aparelho que mais se aproximam dos rarissimos exemplos que subsistem d'aquella época. Como a armação deve ficar á vista, terá o fôrro por cima das madres e toda a madeira receberá uma infusão escura. Como na região existe o fabrico manual de telha, não me parece difficil obter o modelo especial, que conviria adoptar como característico da época.

B) – O apeamento das duas janelas rectangulares, da fachada sul, e da janela do mesmo tipo da fachada poente, as quais serão substituidas pelas antigas arcadas, das quais se conservam, ainda, no seu sitio, bastantes pedras devendo repor-se as que faltam, adoptando-se, para as partes a reconstruir, o granito da região, que mais se pareça com o que foi empregado no edificio.

É possível que a parte da fachada sul, muito damnificada pelo enxerto, tenha de ser provisoriamente demolida para se reconstruir com mais segurança.

C) – A restauração da porta principal e da escadaria exterior, cujo massiço será revestido de cantaria aparelhada.

D) – A demolição da parede divisoria e a eliminação do bocal da cisterna encostada a essa parede, e a demolição do muro de vedação que entesta com o cunhal direito da fachada sul.

E) Reposição dos modilhões, pedaços de cornija e algerozes exteriores que foram arrancados e que serão reproduzidos segundo o existente; concerto de alguns detalhes; do pavimento da sala em lagêdo de granito; gradeamento da fresta exterior da cisterna; desentaipamento das arcadas e sua vedação por vitrais simples, de vidro catedral; aferrolhamento das paredes e outros pequenos trabalhos de consolidação.

F) – Regularização do terreno, calcetamento e construção de valetas em volta do edificio.

Com relação ao orçamento das despesas em que devem importar estes trabalhos, cumpre-me informar V. Ex.^a de que dada a natureza absolutamente especial da maior parte dêles, a dificuldade de se proceder a uma medição rigorosa e os cuidados que deve merecer a sua execução, não é possível fazer um seguro e detalhado calculo orçamental. Tenho, pois, de me limitar a manter a verba estimativa de 3.000 escudos em que avalei e com a qual foram dotados. Esta obra só se pode fazer por administração directa, com pouco pessoal, cuidadosamente escolhido, e as responsabilidades da sua execução exigem que ela seja a mais livre possível dos embaraços e delongas de todas as formalidades administrativas que não sejam absolutamente indispensaveis. Parece-me, pois, que aquella verba deverá ser posta á disposição do Director das Obras Publicas de Bragança autorizando-o a adquirir os materiais, a contractar o pessoal e a administrar os trabalhos pela forma mais conveniente, ficando a meu cargo a fiscalização da obra e o fornecimento dos detalhes e as indicações que possam ser necessarias para a boa execução do projecto, se ele merecer a aprovação superior.

Saude e Fraternidade

Lisboa, 6 d'Abril de 1916

O Architecto

(a) A. R. Adães Bermudes

Documento 132

1916 (Abril e 22 de Junho) – *Carta enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, invocando a salvaguarda da Torre de Belém, símbolo de Lisboa e da civilização europeia, contra os efeitos que lhe causava a presença da fábrica de gás de Belém.* Cópia assinada pelos membros da Comissão dos Monumentos (assinaturas autografadas). ANBA – CAA: Correspondência Expedida. Cópia. Ano 1916. Livro 152. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscção)
Comissão dos Monumentos

N.º 446-A, L.º 1.º

Cópia
Referência
Outros ofícios 452 a 456
Este documento só foi
enviado ao seu destino
a 22 de Junho de 1916.

Exmº Sr. Presidente da Camara Municipal de Lisboa

O momento, em que Portugal se envolve na lucta para a defesa da civilização europeia, é singularmente propicio para a reivindicação do seu tesouro artistico e das suas tradições historicas. Seria lastima que a sua decisiva acção contra os destruidores de Lovaina e de Reims contrastasse com a sua inercia, em presença dos vandalismos cometidos em plena paz dentro das suas proprias fronteiras. Haveria razão para acusar de hipócrita o nosso veemente protesto contra as abominações germanicas. Haveria sobejo motivo para nos increpar de cumplicidade com todos os cataclismos da natureza e da guerra, na obra terrivel de aniquilamento que faz sangrar os nossos corações de artistas e patriotas.

Duplamente respeitavel, como o mais formoso monumento de arquitectura militar do seculo XVI, como admiravel padrão da nossa epopea colonial, é a torre de Belem. Um facto sobreleva ainda, para acrescer a veneração de que ela deve ser objecto da parte do municipio de Lisboa. Figurando por excelencia em quantas obras de erudição ou de vulgarização se referem á capital da Republica Portuguesa, o seu desenho assumiu, por assim dizer, um character heraldico, mais familiar ao espirito de estrangeiros do que as proprias armas da cidade, onde negrejam os corvos de S. Vicente. E pareceria que o regio fundador anteviu adopção carinhosa, escolhendo para invocação do monumento o nome do santo que, naquelas eras de fé, se venerava como patrono da cidade.

Resistiu a gloriosa torre a todas as catastrofes sismicas, incluindo aquela que em 1755 arrasou grande parte da capital. Respeitaram-na até hoje balas e granadas de inimigos, e até se conta de um navio estrangeiro que, desfeitoado pelas suas baterias, não ousou atentar pela resposta contra a integridade daquela maravilha de arte.

Pois bem! Uma vereação lisboeta permitiu em tempos que a torre fosse afrontada por um grotesco gazometro. Posteriormente, os clamores da imprensa, porta-voz do sentimento estetico, conseguiram a sua remoção. Mas ficaram as oficinas industriaes, conspurcando as soberbas cantarias, desagregando-as, desfazendo-as gradualmente, ameaçando-as de ruina total pela acção constante de gases deleterios, a qual já se faz lamentavelmente sentir. Urge que este elemento de destruição desapareça igualmente. Urge que a Camara Municipal de Lisboa se oponha com a maxima energia, com a força do seu direito, com o impeto do seu patriotismo, ao lento desmoronar de uma das mais belas tradições de historia e de arte, de que se orgulha Portugal.

Existe um dilatado litigio entre a Camara Municipal e a empreza industrial, ré de semelhante crime. Não o ignora a Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscção, a cuja vigilancia se acha confiada esta veneranda reliquia do nosso patrimonio artistico. Mas, renovando antigas instancias, julga de urgente oportunidade oferecer á Camara o forte apoio moral que deriva da sua nobre missão, para que se apresse a solução desse litigio, o qual, entre portuguezes, amorosos das suas glorias, chega a ter o character de uma vergonha nacional. Não compete á Comissão discutir as bases juridicas da reclamação camararia. O seu alcance patriotico, julga-o ela mais que suficiente para que se imponha á consideração de uma empreza gerida por homens cultos e portuguezes, ainda quando haja de apelar-se para a generosidade, ainda com alguns sacrificios dos seus interesses pecuniarios em prol dos supremos interesses da Nação e da Arte.

Honra-se esta Comissão em incitar a Camara Municipal de Lisboa, de cujos sentimentos patrioticos e de cuja ilustração não lhe é licito duvidar, para que se empenhe em pôr termo ao deploravel conflito, desafrontando o soberbo monumento de uma visinhança nociva sob o ponto de vista estetico, mortal pelas suas consequencias substanciaes. Mas, no caso inadmissivel de não aceder prontamente ao apelo desta Comissão, cahiriam sobre ela responsabilidades taes que nenhuma desculpa a furtaria á execração publica.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaría da Comissão dos Monumentos Nacionaes, em Abril de 1916⁸¹

A Comissão dos Monumentos Nacionaes [sic]

Ventura Terra
Henrique Lopes de Mendonça
José Alexandre Soares
José de Figueiredo
J. Leite de Vasconcellos
José Maria Cordeiro de Sousa
D. José Maria da Silva Pessanha
José Velloso Salgado
Julio Carlos Mardel de Arriaga
Luciano Martins Freire
Rozendo Carvalheira

⁸¹ Á margem: “Este documento só foi enviado ao seu destino a 22 de Junho de 1916”.

Documento 133

1916 (10 de Maio) – *Relatório de Marques de Oliveira sobre o local e as colecções destinadas ao Museu de Lamego*. Cópia inserta no ofício do Ministério de Instrução Pública, Repartição de Instrução Artística, L.º 4, n.º 115, enviado ao Presidente do CAA de Coimbra, em 5 de Julho de 1916, CAA: 3.ª Circunscrição – Correspondência Recebida, n.º 221-222, fol. 68-69. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422. Inédito.

Liv.º B, n.º 81.

n.º 222 – Cópia do Relatório de Marques de Oliveira. Fol. 68-69.

Transcrição:

Conselho de Arte e Arqueologia. 3.ª Circunscrição. Porto
Ao Chefe da Repartição de Instrução Artística

Ex.mo Sr.

Em cumprimento do ofício de V. Ex.ª de 20 de março ultimo fui a Lamego proceder á escolha do local apropriado e verificação das especies artísticas e archeologicas que devem fazer parte do novo Museu.

Assim tenho a honra de apresentar a V. Ex.ª o resultado da minha missão, que é o seguinte: O local que naturalmente está indicado para o Museu regional de Lamego é o Paço Episcopal onde se encontra já a maior parte, e sem duvida a mais valiosa, dos objectos que constituirão o mesmo Museu. Esses objectos são:

41 quadros de varias escolas anonimas, em geral de muito valor, distinguindo-se contudo quatro da escola portuguesa (seculo XVI) e destes, um, que é notavel, representando a circuncisão;

19 magníficos panos d'Arraz, alguns de grandes dimensões, revestindo completamente as paredes de três salas:

Cerca de 60 cadeiras de estylo Luis XV e seculo XVII, varios canapés, tamboretas, comodas e consolas do mesmo estylo e epoca.

No mesmo Paço Episcopal devem ser reunidas a bella coleção de paramentos e numerosas e valiosissimas peças de ourivesaria religiosa e profana que se acham, numa pequena parte temporariamente na igreja das Chagas e outra no Hospital Novo sob a guarda do Sr. N. Alfredo de Sousa, presidente da Camara de Lamego. Visto não poder inumeral-as e descrevel-as uma a uma, principalmente as de ourivesaria, estando comtudo, como mais notaveis, pela beleza da forma, composição e estylo as seguintes: um bello calix de prata dourada, duas salvas de vermeil (repoussées) e um gomil etc. A Camara de Lamego, no intuito muito louvavel de engrandecer o Museu deligenciará adquirir a coleção particular que pertenceu ao Conego Fafe a qual consta, na sua maior parte, de bellos exemplares de faiança, alguns moveis, uma parte importante de numismatica e varios objectos preciosos. Outro elemento valiosissimo para a secção de pintura do Museu, seriam os quadros attribuidos a Grão Vasco existentes na igreja de S. João de Tarouca em nada inferiores aos da Sé de Viseu, antes um delles, representando S. Pedro, muito semelhante ao que existe naquela cidade, parece superior pelo seu character e expressão dando-se a feliz circumstancia de estarem precisos de retoque; não obstante acham-se algo estragados devido ao mau trato e sobretudo à humidade do local, urgindo custe o que custar, a sua remoção imediata para o Museu Regional de Lamego sob pena de se perderem completamente o que seria bem lamentavel. São em numero de oito esses quadros dos quais dois maiores (figuras quasi do tamanho natural) representando S. Pedro e S. Miguel

Archanjo e dos restantes há dois de primeira ordem no seu genero e dignos do melhor Museu. Eis o esboço do que constituirá o magnifico recheio do Museu de Lamego, o qual, depois de convenientemente instalado e, se possivel for, acrescentado com as pinturas que acabo de mencionar, a coleção do falecido conego Fafe e mais algumas preciosidades que porventura andem dispersas pela região, não seria inferior aos de muitas grandes cidades, sobretudo no que diz respeito á arte industrial e decorativa. Por ultimo proponho para director-conservador o sr. João Amaral, artista distincto e antigo aluno classificado da Escola de belas-Artes do Porto, pessoa muito considerada em Lamego; para guarda o Sr. Antonio Casimiro da Costa, pessoa igualmente edonea. Quanto à remuneração destes dois empregados e dada a exiguidade da dotação do Museu, Sua Ex.^a o Ministro no seu alto criterio providenciará, pedindo eu venia a V. Ex.^a para ponderar que a dotação d'alguns anos mal accorria ás despesas de uma modesta e indispensavel instalação das preciosas colleções que constituirão o Museu.

Saude e Fraternidade

Porto e Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a Circunscrição

10 de Maio de 1916

O Presidente

J. Marques da S.^a Oliveira

Documento 134

1916 (15 de Junho) – *Indicações para a resolução imediata dos efeitos do incêndio no Palácio de D. Manuel em Évora, de modo a viabilizar um projecto de restauro.* Ofício da Comissão dos Monumentos, Liv.º 1, n.º 145, ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscrição
Comissão dos Monumentos

Of. 145 L.º 1

Exm.º Sr. Presidente da Camara Municipal de Evora

Tendo sido examinados por um vogal desta Comissão, os estragos produzidos por um recente incendio no palacio de D. Manuel, em Evora, e havendo esse vogal reconhecido, que o incendio respeitou, o que no edificio havia de antigo ou toleravelmente restaurado, danificando apenas o que de condenavel havia na reconstrução realisada ha anos e que não honrava ninguem, entende esta Comissão: 1.º - que deve ser apeada a galeria superior, escrecencia adicionada no acto da reconstrução do referido edificio, e que pode agora comprometer a estabilidade das paredes sobre que assenta, e que devem ser conservadas; 2.º - devem ser imediatamente retirados os vergonhosos caixilhos de ferro que foram colocados em todas as janelas do edificio, para o que se não hesitou em abrir ranhuras nas cantarias, para os assentar, e que abandonados ás intemperies podem, pela oxidação, continuar o vandalismo iniciado. Completada a obra de justiça que o incendio iniciou, reduzida a ruina ao que nela ha de veneravel, poder-se-ha, se por acaso fôr julgado util, dar ao edificio qualquer applicação digna do respeito que ele merece, fazer o estudo da sua reconstrução, trabalho que deverá ser realizado por architecto de reconhecida competencia e submetido, como é de lei, á apreciação desta Comissão.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaría da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição, em 15 de Junho de 1916.

O presidente

Ventura Terra

Documento 135

1916 (26 de Junho) – *Parecer de José Marques da Silva sobre o projecto de restauro do Antigo Paço Municipal de Bragança elaborado pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes e datado de 30 de Março de 1919.* Ofício S/n.º - L.º C Ofício dirigido ao Presidente do CAA, pelo Presidente da CM, datado de 20 de Setembro de 1916, fol. 35-38, AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.ª Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422⁸². Inédito.

A restauração que se pretende levar a efeito no antigo Paço Municipal de Bragança, merece ser apreciada com a maior ponderação, não só, pelo alto valor do seu significado histórico relacionado com a evolução política do país como pela documentação preciosa que representa de ser o raro exemplar da arquitectura romanica civil que nos legou o passado. Genericamente a palavra restauração bastaria para por de sobreaviso os artistas e arqueólogos que têm pelas obras do passado a impressão sugestionadora do transitar dos seculos porem a aplicação do termo, mais ou menos propria, pouco importaria, se o desenvolvimento do projecto não viesse a dar-lhe uma confirmação absoluta. Precisa, pois, esta Comissão de visitar o monumento; mas só o podendo fazer dentro de alguns dias, para não demorar a aplicação da verba que lhe está destinada, julga-se, contudo, habilitada a precisar desde já, certas partes do projecto de restauração de que pode tratar-se imediatamente e doutras que ficando dependentes de sua ulterior deliberação podem ser devidamente estudadas num segundo projecto. Esta Comissão friza, sentindo fazel-o, a insuficiencia do projecto apresentado. Está patente na propria memoria, silicet, alínea A) que se refere à reconstrução da cobertura do edifício, que é a parte mais importante da restauração, digo, adoptando-se disposições e o aparelho que mais se aproximam dos varrissimos (sic) exemplos que subsistem daquela época. Quais disposições e que aparelho? O projecto não o menciona, apenas no desenho se indica um corte transversal com traçado de asna comum (terças com 0,10 de altura) cujas peças, têm secções que não comportam a carga a suportar. A omissão começa logo no emprego da telha, que é o ponto de partida para a composição da cobertura. Lê-se na mesma alínea: “Como na região existe o fabrico manual da telha, não me parece difícil obter o modelo especial que conviria adoptar como característico da época”. Como ficou dito, o problema essencial da restauração está na cobertura do monumento e a sua solução está completamente em aberto. Não havendo modelo de telha, não pode determinar-se a composição da cobertura, cuja inclinação está dependente da sua escolha. No projecto, as fachadas indicam uns telhados de efeito desgraciosíssimo devido à sua grande inclinação. Além disso, pretende empregar-se a cornija como algeroz. Será possível, que a cavidade indicada na parte superior da cornija (0,10 x 0,05) comporte as águas pluviais que caíam sobre uma superfície de telhados, tão considerável? E como as conduzir ao solo? O que esta Comissão tem por certo, é que as águas pluviais transbordariam sobre a cornija para o solo, fazendo a cornija de beiral e não de algeroz, com grave prejuizo para a conservação futura do monumento.

Não lhe parece pois, que seja a cobertura apontada no projecto ainda que insuficientemente, a que deva estabelecer-se. Entende esta Comissão poder fazer-se a desobstrução das arcadas que devem ser estabelecidas na sua continuidade ininterrupta, tendo para isso de desaparecer as janelas rectangulares, como o projecto propõe, mas também a chamada porta principal e a escadaria que lhe dá acesso, que no projecto se pretende reconstruir, por razões de lógica e de estética. É parecer da Comissão que a lógica está em manter-se a entrada onde era primitivamente feita, (parece ser pela porta da fachada norte) e que é má estética a da arcada da chamada

⁸² Apenas as conclusões podem ver-se na Acta da Comissão dos Monumentos, datada de 15 de Junho de 1916. Cota: 443.

porta principal que para ser mais larga tem o centro abaixo da linha da imposta, resultando ser o arco interrompido por esta. Entende ainda a Comissão dever ficar dependente da sua visita ao Monumento a demolição da parede divisória que é do fim do século XIV e do bocal da cisterna encostada a essa parede. Tendo a parede vestígios de frescos e podendo ter interesse o bocal da cisterna, a Comissão precisa de inteirar-se “in loco” do seu desaparecimento ou conservação.

Em conclusão é parecer desta Comissão:

“1.º Poder proceder-se desde já aos trabalhos de desobstrução e reconstituição das escadas (arcadas), de maneira ininterrupta em todas as fachadas, aplicando-se a pedra antiga que existir e demolindo-se do existente o menos possível.

2.º Fazer-se a reposição dos modilhões e da cornija sob igual norma de trabalho completando-se tanto quanto possível no seu carácter próprio, as fachadas externas e internas.

3.º Demolir-se a escadaria principal o seu macisso, e continuar-se de cantaria a porta da fachada sul a que ella encosta, caso não exista a cantaria antiga.

4.º Fazer-se qualquer demolição do muro ou desaitamento (sic) que seja necessario para dar entrada á porta da fachada norte.

5.º Dever proceder-se a novo projecto de cobertura do edifício com indicação em planta e cortes dos seus elementos constitutivos, tendo-se em attenção às considerações formuladas neste parecer. Far-se-ha igualmente os detalhes a grande escala das partes mais interessantes das construcções, taes como – telha, aparelho da armação, caixilhos das arcadas, etc.”

A Comissão reserva-se para estabelecer definitivamente, os pontos em duvida neste parecer depois da visita que fara ao monumento, sem embargo porém, de poder elaborar sem perda de tempo o novo projecto pela forma indicada.

Porto, 26 de Junho de 1916

O Presidente da Comissão

[José Marques da Silva]

Documento 136

1916 (14 de Agosto) – *Reacção da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscricção contra a decoração e mobiliário colocados no Palácio da Pena que não contribuíam para a educação do público.* Ofício da Comissão dos Monumentos, Liv.º 1, n.º 462, ANBA – Comissão dos Monumentos. Lisboa (1914-1925), Correspondência. Saída. Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscricção)
Comissão dos Monumentos
Lisboa

N.º 462 L.º N.º 1

Cópia

S. R.

Exm.º Sr. Ministro das Finanças

Tenho a honra de participar que esta Comissão resolveu representar a V. Ex.ª, a fim de serem retirados os objectos que foram dispostos recentemente, no altar da capela do Palacio da Pena em Sintra, taes como, a banqueta de prata do seculo XVIII, um Christo de marfim, da mesma epoca, e algumas jarras de flores, que, alem de improprias, pela discordancia do estilo, prejudicam o efeito e exame do admiravel retabulo, da epoca da Renascença, executado em alabastro, por Nicolau Chantranais, e monumento classificado. Entende igualmente a mesma Comissão, que deve ser retirado do palacio da vila de Sintra, todo o mobiliario que lá foi ultimamente colocado, com manifesto proposito de reintegrar a decoração interna do citado palacio, no estado em que foi encontrado, em 5 de Outubro de 1910, mobiliario, que, para honra de todos, melhor fôra tivesse desaparecido. Alem da necessidade de educar o publico, apresentando-lhe os monumentos nacionaes, nas condições devidas e desprovidas de prejudiciaes atavios, necessario se torna tambem, não dar occasião a que se suponha, que as corporações artisticas do pais, a quem por dever moral e legal cabe a superintendencia de assuntos desta natureza, tem responsabilidade nos factos apontados.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria da Comissão de Monumentos, 14 de Agosto de 1916

O Presidente

Ventura Terra

Documento 136 A

1916 (5 de Setembro) – Carta de apresentação da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém ao Conselho de Arte e Arqueologia. Carta autógrafa desta data. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência entrada (1911-1925), Livro 243. Inédito.

137

Ex^{mo} Senhor Presidente do Conselho Superior
dos Monumentos Nacionaes.

Lisboa

O Conselho de que V. Ex^a é mui digno Presidente, têm os abaixo assignados, com a devida venia, a honra de comunicar que se constituiram em comissão para velar cuidadosa e assiduamente pela integridade dos monumentos antigos e padrões historicos da cidade e concelho de Santarem.

Nãoas esta comissão, Ex^{mo} Snr. composta de homens a quem falta o saber para o regular desempenho do encargo que tomou, inspira da apenas n'um sentimento de patriotismo, e, no intuito de conseguir que os restos de tantas grandezas, tantos e tão notaveis feitos heróicos dos nossos antepassados sejam conservados de forma que ostentem a sua opulencia primitiva e os caracteristicos da sua antiguidade respeitavel, carece do valioso auxilio do Corpo Scientifico a que V. Ex^a Preside, que é, sem duvida, a entidade de quem espera conselhos e ensinamentos.

A Comissão, incondicionalmente, oferece todo o auxilio compativel com os seus conhecimentos, e fica desde já, á disposição de V. Ex^{as}, e subscreve-se com a maior consideração

De V. Ex^a
Atta. Senr^a

Documento 137

1916 (23 de Outubro) - *Proposta de José Queiroz para a «Defesa de Évora», apresentada na Assembleia da Associação dos Arqueólogos Portugueses. In Associação dos Arqueólogos Portugueses. Defesa de Évora. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1916.*

Proposta

“Tenho a honra de propôr que esta collectividade tome a iniciativa da constituição de um grupo, composto de socios e de pessoas extranhas, mas residentes em Evora ou desta cidade naturaes, o qual, de acôrdo com esta Associação, procurará, por todos os meios, contribuir para que a historica cidade do Sul, tão rica, ainda, de tradições e de Arte, seja respeitada, não só nos seus grandes monumentos, como nas suas pequenas construções civis, artisticas e pittorescas.

Poucas palavras serão necessarias para justificar esta proposta.

Não obstante alguns vandalismos – parte dos quaes praticados já no nosso tempo – Evora, não só pelos seus monumentos propriamente ditos, como pelos trechos de Arte que valorizam muitas das suas casas e pelo accentuado character que ainda possui, é, na verdade, entre todas as cidades e villas do nosso país, uma das mais dignas, se não a mais digna, da attenção de nacionaes e estrangeiros.

Não admira, pois, que seja verdadeiramente mundial a sua fama, - fama para a qual concorreram tantos homens cultos, entre os quaes se contam, além de uma dos socios mais prestimosos deste casa, Gabriel Pereira, - que tão modesta, mas tão persuasivamente, nos ensinou a comprehender, amar e venerar o que a nossa querida terra tem de bello, - tantos e tantos estrangeiros illustres, que, em livros assás espalhados, exaltam a nobre cidade alemtejana.

Para mostrar como qualquer detalhe da antiquissima *Ebura*, do immortal Sertorio, é valioso, basta referir este factio:

Inda ha pouco, quando da nossa excursão, em junho, à linda Evora, eu tive a grata recompensa de ser abraçado pelos meus amigos e consocios, pela simples razão de lhes ter proporcionado um dos mais bellos aspectos dessa cidade, que altamente se recommenda, não pela riqueza, mas sim pelo seu pitoresco! Refiro-me ao beco do Chantre, encantador pelos resaltos dos seus muros brancos e pelos effeitos de luz e sombra das suas obras de tijolo, de tradição mosarabe.

É preciso que, no sul de Portugal, onde os grandes acontecimentos da nossa historia foram tão extraordinarios e se repetiram tantas vezes na capital do Alemtejo, se poupe uma terra caracteristica, pelo menos, e que essa terra seja Evora!

O character das terras, dado pela nobreza das suas edificações, pela exhibição da sua arte tradicional, conserva o character dos povos que as habitam, e o dos filhos de Evora, cheio de Arte e de poesia como nenhum outro, não pode ser mais nobre, nem mais altivo...

Se continuarmos a destruir o que tem sabor nacional, o que tem valor educativo verdadeiramente português, dentro em pouco tempo não teremos feição propria e, portanto, que mostrar aos que nos visitam, e faltarão á verdade todas as diligencias empregadas, como as da «Propaganda de Portugal», benemerita associação a que tenho a honra de pertencer, para attrahir estrangeiros, fazendo o elogio de monumentos, de aspectos e de qualidades typicas da raça, que nós mesmos vamos fazendo desaparecer. A familia portuguesa está perdendo o seu character e até o amor da propria familia, pela educação cosmopolita que ultimamente se lhe tem dado. É necessario reagir, reagir sem demora, com toda a energia e tenacidade!

Tome a nossa já benemerita Associação a iniciativa desta lucta pela defesa de Evora! Será uma gloria para ella e para quantos, ao lado della, se empenharem nesse patriotico esforço. – José Queiroz”.

[Organização]

[1.º Criação de uma grande comissão para se ocupar da propaganda e defesa de Évora, a partir da proposta de José Queiróz, e composta por

- a) Individualidades eborenses;
- b) sócios da AAP.

2.º A parte executiva competiria às duas comissões, da grande Comissão de Defesa de Évora.

3.º A grande comissão reunir-se-ia uma vez por ano em Évora. As comissões executivas isoladamente pelo menos uma vez por mês e em conjunto trimestralmente. Deveriam trocar de actas para melhor harmonia e coordenação de esforços.

“Para efeito da constituição da comissão de Evora, irá a esta cidade a comissão inicial convidar as pessoas que deverão compô-la. Organizadas as comissões executivas, procurarão estas obter o apoio do Governo, especialmente dos Ministros de Instrução e Fomento, das Inspeções das Bibliotecas e Arquivos Nacionaes, do Conselho de Arte e Arqueologia, da Comissão dos Monumentos Nacionaes, da Repartição de Turismo, da Sociedade de Propaganda de Portugal, das Academias das Sciencias, e de quaesquer colectividades scientificas, literarias e artisticas, cuja cooperação se reconheça útil”.

4.º “A grande comissão, terá como fim, entre outros, os seguintes:

- a) Conservação dos grandes monumentos de Evora;
- b) Inventariação e conservação de todas as construções que, não oferecendo uma feição monumental, mereçam, contudo, ser protegidas devidamente, não só pelo aspecto tipico, como seus detalhes architectonicos ou decorativos, e ainda pelas suas reminiscencias historicas;
- c) Conservação do character especial da construção civil no que respeita aos materiaes, processos de construir, aspecto geral externo e interno, decoração, etc.;
- d) Perpetuação dos usos e costumes tradicionaes, ainda hoje, em grande parte, respeitados pelo povo alentejano e relevados em festas populares, feiras, trajos, cantos, danças, etc.;
- e) Ressurgimento das artes e industrias locais, como, por exemplo, serralharia artistica⁸³, mobiliario, etc., por meio de exposições, ensino profissional, ou quaesquer outros processos;
- f) Engrandecimento e instalação conveniente do Museu, por forma a valorizar os objectos nele expostos. Elaboração de um catalogo ilustrado;
- g) Organização de exposições de arte ornamental retrospectiva;
- h) Publicação de um Guia ilustrado da cidade de Evora, de series de bilhetes postaes, cartazes de propaganda, monografias dos seus monumentos, estudos bibliograficos, etc.
- i) Conservação das primitivas designações das ruas, indicando-se, a par das que já foram alteradas, as antigas;
- j) Facilitação do acesso e permanencia em Evora, por meio de comboios directos e estabelecimento de hoteis que ofereçam as indispensaveis condições de conforto;
- k) Conservação da integridade da paisagem, evitando-se tudo o que possa contribuir para a sua adulteração, obstando-se a que se empreguem especies vegetaes exoticas, etc.;

Constituição de nucleos noutros pontos do Alentejo onde haja monumentos a defender.

⁸³ José Queiroz interessava-se por este ramo da decoração artística. Uns anos antes publicara na *Ilustração Portuguesa*, 2.º semestre, 1908, um artigo intitulado “A Arte do Ferro”.

Documento 138

1916 (18 de Novembro) – *Memória Justificativa do Projecto de Reparação do Mosteiro de Pombeiro, da autoria do Engenheiro Chefe da Secção Tomaz Joaquim Dias*. Ofício dirigido ao Ministro do Fomento, Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. Cópia. AHME – CAA, 3.^a Circunscricção. Cópia da Correspondência [Particular], Fol. 4 v.^o a 8. 1916. Cota 334. Inédito.

Ministerio do Fomento

Mosteiro do Pombeiro (Felgueiras)

Memoria Justificativa

Uma ordem de serviço da Direcção Geral de Obras Publicas e Minas originou o presente orçamento de reparação dos telhados da Igreja do Mosteiro de Pombeiro, situado no concelho de Felgueiras, considerado “Monumento Nacional”.

Foi este Mosteiro de “Pombeiro de Riba de Vizela”, como primitivamente era designado, um dos mais ricos e poderosos entre os que os frades de S. Bento estabeleceram no nosso paiz. A data da sua fundação é muito antiga e um tanto incerta, pois que, enquanto uns pretendem que ella tivesse tido logar no ano 990 J.C., outros consideram-na recuada até 766 J.C. , ou mais ainda visto parecer existir, dessa época um documento do Mosteiro referente, que pode fazer pressupor a sua existencia anterior. Parece tambem certo que a sua primitiva fundação foi um local diferente daquele onde hoje está, denominado “Sobrado” tendo sido transferido para o “Monte Columbino” em 1041 por D. Fernando I que o doou á família dos Sosas da qual o recebeu a dos Sampaio. Como todos os monumentos religiosos d’essa epoca era primitivamente de estilo romanico que de França até nós veio, atravez da Hespanha em grande parte auxiliado pela difusão dos Conventos benedictinos que da casa mãe de Cluny irradiaram para todo o norte de Hespanha e Portugal. Mercê das condições politicas da época, todos estes monumentos têm no nosso paiz, salvo poucas excepções, o cunho de uma fabrica acanhada, a unica compatível com a falta de tecnica, com a pobreza local e com a instabilidade politica da população. Mas se abstrairmos de 2 ou 3 edificações cujo delineamento se inspirou, não só pela sua grandeza, mas pela tecnica do lavrado, em determinados monumentos do norte de Hespanha, entre os restantes, este é um dos de maior importancia, como convinha, a um dos mosteiros mais ricos e poderosos da epoca. Restaurado um reedificado com perda dos seus primitivos caracteres, resta-nos hoje a Igreja com o seu portico recuado da face exterior da fachada principal que ostenta uma ampla rosacea encaixada entre duas massiças torres de base quadrada, de 8 metros de lado. Simples telhados cobrem as suas naves que, como na quasi que totalidade das igrejas romanicas portuguezas não são abobadadas. Sobre a abocida (sic), uma abobada em berço terminada por outra em quarto de esfera testemunha um certo cuidado de construção. Apesar desta cobertura tão singela, indicio de pilares interiores e exteriores parecem querer indicar a primitiva ideia de a abobadar.

Com transepto e capelas absidaes apresenta interiormente 3 naves, com arcos, assentando sobre as columnas sendo (?) embebidas nos pilares divisionários. Da planta da ideia o croquis escalado que acompanha esta memoria. Monumento Nacional – colocado portanto sob a salvaguarda artistica do Estado – fazendo parte do nosso limitado e humilde patrimonio da arte romanica que nos evoca o inicio da nossa individualidade social, crime seria deixal-o ao abandono em que tem estado que já fez perder os bellos azulejos do seu claustro que lá estão ainda alguns, á mercê de quem com elles queira enriquecer qualquer coleção particular ou inconscientemente trazer de lá uma simples lembrança da sua visita.

Encarregado de serviço especial, não nos estando confiada a sua guarda e tendo sómente em vista lavar o nosso protesto contra as barbaridades a que tem estado sujeita, esta magnifica igreja deixando estas considerações de ordem geral para entrarmos no objecto especial d'este orçamento. Os telhados de cuja disposição dá ideia um croquis á escala que acompanha este orçamento, encontram-se mal vedados, deixando entrar a água das chuvas que a continuar assim, inutilizará o orçamento e com a ruina do telhado produzirá a de toda a edificação. Impõe-se pois a reparação dos telhados, levantando-se a telha portugueza e refazendo-os, utilizando ainda a parte bem conservada da telha existente. Este é o unico objecto deste orçamento 1 no total de 1.050\$00 escudos.

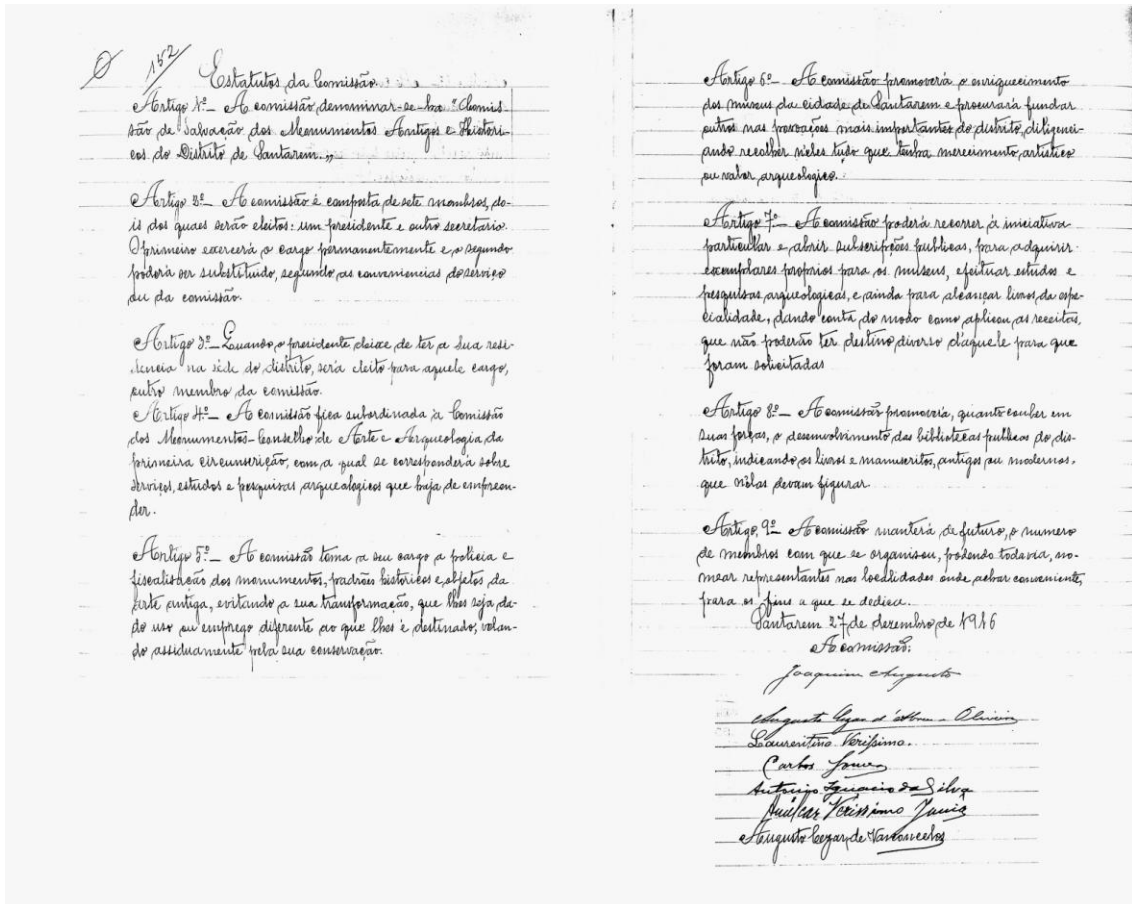
Porto, 18 de Novembro de 1916

O Engenheiro Chefe da Secção

(a) Thomaz Joaquim Dias

Documento 139

1916 (17 de Dezembro) – Estatutos da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém. Anexo ao ofício assinado pelo presidente da Comissão, Joaquim Augusto, em resposta a um pedido do Conselho de Arte e arqueologia. ANBA – CSMN, Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.



Estatutos da Comissão

Artigo 1.º - A Comissão denominar-se-há "Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos e Historicos do Districto de Santarem".

Artigo 2.º - A comissão é composta de sete membros, dois dos quais são eleitos: um presidente e outro secretario. O primeiro exercerá o cargo permanentemente e o segundo poderá ser substituído, segundo as conveniencias do serviço ou da comissão.

Artigo 3.º - Quando o presidente deixar de ter a sua residencia na sede do districto, será eleito para aquelle cargo, outro membro da comissão.

Artigo 4.º - A comissão fica subordinada à Comissão dos Monumentos – Conselho de Arte e Arqueologia da primeira circunscrição, com a qual se corresponderá sobre serviços, estudos e pesquisas arqueologicas que haja de empreender.

Artigo 5.º - A comissão toma a seu cargo a policia e fiscalização dos monumentos, padrões historicos e objectos da arte antiga, evitando a sua transformação, que lhes seja dado uso ou emprego diferente ao que lhes é destinado, velando assiduamente pela sua conservação.

Artigo 6.º - A comissão promoverá o enriquecimento dos museus da cidade de Santarem e procurará fundar outros nas povoações mais importantes do distrito, diligenciando recolher n'elles tudo que tenha merecimento artistico ou valor arqueologico.

Artigo 7.º - A comissão poderá recorrer à iniciativa particular e abrir subscrições publicas, para adquirir exemplares propios para os museus, efectuar estudos e pesquisas arqueologias, e ainda para alcançar livros da especialidade, dando conta do modo como applicou as receitas, que não poderão ter destino diverso d'aquelle para que foram solicitadas.

Artigo 8.º - A comissão promoverá, quanto couber nas suas forças, o desenvolvimento das bibliotecas publicas do distrito, indicando os livros e manuscritos antigos ou modernos, que n'elas devam figurar.

Artigo 9.º - A comissão manterá de futuro, o numero de membros com que se organisou, podendo todavia, nomear representantes nas localidades onde achar conveniente para os fins a que se dedica.

Santarém, 27 de dezembro de 1916

A Comissão
Joaquim Augusto
Augusto Cezar Abreu d'Oliveira
Laurentino Veríssimo
Carlos Gomes
Antonio Ignacio da Silva
Amilcar Verissimo Junior
Augusto Cezar de Vasconcelos

Documento 140

1916 (18 de Dezembro) – *Proposta de classificação de um grupo de monumentos da cidade de Santarém enviada ao Presidente do Conselho dos Monumentos e respectivo relatório destinado ao Ministro de Instrução Pública (7 pp.)*. Cópias dos ofícios n.º 483 e 483 A. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos Nacionais. Correspondência saída. Anos 1914-1925. Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscção)
Comissão dos Monumentos
Lisboa

Of. N.º 483 L.º N.º 1.º

Cópia
Referencia
ao of. 483 A

S. R.

Exm.º Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia.

Tenho a honra de depor nas mãos de V. Ex.ª o relatório da visita efectuada por esta Comissão, em 25 de Novembro ultimo, á cidade de Santarem.

Alem de algumas reparações em edificios já classificados, como a igreja da Graça, entende a Comissão ser necessario recebam imediatamente o titulo de monumento nacional os seguintes:

- igreja e claustro do extinto convento de S. Francisco,
- igreja de Santa Clara,
- igreja de Santo Estevão (Santo Milagre),
- igreja do Seminario,

- capela de N.ª S.ª do Monte, notavel pela alpendrada, em estilo Renascimento, que encosta ás suas fachadas principal e sul.

Entende tambem esta Comissão que, na categoria a que se refere o art.º 45.º do decreto-lei de 26 de Maio de 1911, devem ser incluidos: -

- os restos das muralhas,
- a porta de Sant'Iago
- os vestigios do Paço, encorporados no edificio Seminario,
- a janela manuelina de uma casa da Praça Sá da Bandeira.,
- a varanda Renascença, de uma casa na Rua João Afonso.

Estes dois últimos edificios pertencem, segundo consta, a particulares.

Finalmente, é esta Comissão de parecer que os dois túmulos da capela-mór da igreja do extinto convento das Donas, e bem assim as inscrições sepulcraes da cripta e os escudos de armas dos arcos da capela-mór e da capela contigua a esta, do lado esquerdo, quando taes arcos hajam de ser modificados, devem ser transferidos para o Museu distrital.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaria da Comissão de Monumentos, em 18 de Dezembro de 1916

O Presidente

Miguel Ventura Terra

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscção)
Comissão dos Monumentos
Lisboa

Of. N.º 483-A L.º N.º 1.º

Cópia
Referencia
ao of. 483

S. R.

Exm.º Sr. Ministro da Instrução Pública

Os serviços de Arte e Arqueologia carecem, incontestavelmente, duma remodelação, e nesse sentido se pronunciou ha mezes o Conselho de Arte Nacional, depondo nas mãos de V. Ex.ª um projecto de reforma, que, uma vez convertido em lei, tornaria efetiva a defeza dos monumentos nacionaes, e útil, portanto, a ação de vigilancia, até hoje improficuamente, ou quasi improficuamente, exercida pelas Comissões de Monumentos. Emquanto, porem, essa reorganisação se não converte em realidade, tem a Comissão da minha presidencia diligenciado estabelecer as bases sobre as quaes deverá um dia exercer-se com eficacia a sua ação, revendo e completando a inventariação e classificação dos monumentos artísticos, ou históricos, da sua área. Tem servido de ponto de partida para esse trabalho a classificada publicada em 1909 pelo extinto Conselho dos Monumentos Nacionaes e que se deve principalmente ao falecido vogal desse Conselho, Luciano de Carvalho, tentativa que representa um esforço considerável, realizado sem auxilio pecuniário, portanto, com sacrificio material, constituindo por isso mais uma eloquente demonstração do elevado patriotismo e entranhado amor da arte, que têm animado, em geral, os artistas e os estétas, sentimentos aos quaes, apesar de nem sempre convenientemente aproveitados pelos altos poderes do Estado, se deve, ainda assim, o que, em pro da arte, se tem feito, quer na preparação de leis e regulamentos, quer na sua execução, quer, ainda, e principalmente na defeza do nosso patrimonio artistico. Se por ventura as aspirações daqueles que entre nós se dedicam á arte tivessem sido completamente atendidas, muito se haveria já conseguido, e grande teria sido a gloria dos governos que as houvessem realizado.

Desolado, embora, por vezes, perante as dificuldades quasi invenciveis que se lhe deparam e que resultam de deficiencias da legislação e de outros factores que bem lamentavel é actuem num meio que pretende atingir o elevado grau de civilisação a que a sua situação e o seu glorioso passado lhe dão direito, - vai esta Comissão proseguindo sempre nos seus trabalhos. Foi, como era natural, no distrito de Lisboa que ela iniciou as visitas aos edificios já classificados e ainda áqueles que, não o estando, por emquanto, poderiam talvez, pelo seu valor artistico ou historico, merecer o titulo de Monumento Nacional.

Sendo, porem, a cidade de Santarem uma das cidades em que mais deficiente se apresentava a classificação resolveu a Comissão interromper o trabalho começado no distrito de Lisboa e proceder ali aos estudos necessarios para completar a lista dos edificios dignos de serem classificados, ficando assim ao abrigo de vandalismos.

Nesse intuito, dirigiu-se áquela cidade no dia 25 de Novembro ultimo, visitando, em primeiro lugar, os monumentos já classificados, taes como a Fonte das Figueiras, junto ás muralhas da cidade e em que ha apenas a notar um certo abandono no terreno circumjacente; - a igreja de S. João de Alporão, interessantissimo templo romanico edificado logo depois da tomada de Santarem por D. Afonso Henriques e no qual, após uma restauração aceitavel, realizada em 1876, se acha instalado o Museu distrital; - os tumulos de João Afonso e Fernão Mendes Redondo, o primeiro na igreja

de S. Nicolau e o segundo na capela anexa de S. Pedro, – tumulos cuja conservação é excelente; - e a igreja de Santo Agostinho (Graça) construída no fim do século XIV e que, apesar de não ter as naves abobadadas, é um valioso espécime do estilo ogival, sendo sobretudo notável a fachada, cujo portal e rosacea são de uma notável beleza. Distingue-se também este valiosíssimo templo pelos tumulos que abriga, como o dos fundadores, D. Afonso Teles de Menezes e sua mulher, condes de Ourem, e outros, entre eles dois do estilo do renascimento, e pela circunstância de se encontrar sepultado, em campa rasa, na capela absidal correspondente à nave direita o descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral. Nesta igreja, cuja importância artística e histórica é grande, bastando para, debaixo deste ponto de vista, a distinguir e valorizar, o facto de encerrar as cinzas de um dos heróis da nossa epopeia marítima, têm sido ultimamente efectuadas algumas obras, sem interferência desta Comissão, sendo inegável que não tem presidido a elas um critério seguro, e que se evidencia na adopção de um tipo de tecto, que corresponde ao século XVII, com a agravante de o não ter coherentemente pintado de branco, mas sim invernisado na cor da madeira; - na aplicação de aguadas às cantarias, para lhes dar um tom uniforme, sendo as juntas avivadas a lapis; etc.

É absolutamente necessário que, no prosseguimento das obras, intervenha, como alias, é de lei, esta Comissão, entendendo ela que se impõe a demolição do côro sobre a porta principal; - a remoção do trono que se levanta sobre o altar mór, que deverá ser substituído por um altar adequado ao estilo e época do monumento; o desentapamento completo das janelas da abside; a eliminação dos estuques que revestem as paredes desta parte do templo e, finalmente a supressão do tósco e ridículo corêto de madeira que circunda uma das colunas do cruzeiro.

Dos outros edificios de Santarem, entende e propõe esta Comissão que sejam devidamente classificados, a fim de, sem demora, começarem a gozar dos beneficios da lei, os seguintes: Igreja e claustro do extinto convento de s. Francisco, fundado por D. Sancho II e ampliado por D. Fernando I. Na igreja, são notáveis, o portal, ainda românico, o sub-côro, admiravelmente conservado, e que constitui uma peça valiosíssima, do estilo ogival, embora com a justaposição, bastante tumultuária, do lado esquerdo, de um portico Renascença (época de D. João III), de uma extrema e fria simplicidade; e o arco, em estilo gótico florido, de uma das capelas lateraes. A simples enumeração dos elementos que valorizam esta igreja – ha muito dividida, por uma parede, em duas partes – basta para evidenciar o alto grau de vandalismo, e inqualificável desacato, que representa o facto de ter sido convertida em cavaleriça a parte que fica a oriente da parede divisória, não sendo também condigna, embora menos censurável, a aplicação dada à parte que ficava sob o côro: - a de refeitório dos sargentos. Pensa a Comissão que, eliminada a referida parede, que está afrontando feixes de columnas e capiteis, lageado o pavimento, e executados pequenos reparos, pôde essa igreja ser destinada a sala de armas e biblioteca regimental. Quanto ao claustro, seria para de desejar a reposição de alguns columnelos, cuja falta está comprometendo a estabilidade dos arcos que neles se apoiavam, além de outras pequenas reparações, cumprindo evitar-se que a antiga casa do capitulo, cujo portal manuelino, embora destoe do conjunto, deve ser mantido, se dê aplicação que ponha em perigo a antiguidade desse interessante portal. Junto de uma porta, a servirem de assento, notou a Comissão, na parada, dois originalíssimos capiteis de carácter romano-gótico, que devem ser transferidos para o Museu distrital.

Outro edificio a classificar é, sem contestação, a igreja do convento de Santa Clara, unico elemento que resta dessa vasta construção monástica, devida a Affonso III, e, em 1907, concedida à Camara Municipal, para a demolir, destinando os materiaes e o terreno à edificação de um bairro operario. Por felicidade, a demolição não atingiu a igreja, que, posteriormente, em virtude de uma lei, foi entregue ao Ministerio da Guerra, para deposito de viaturas.

Essa igreja, valiosíssimo templo de tres naves, em estilo ogival, e posterior, consequentemente, à fundação do convento, foi, no século XVII, dividida pelas freiras

em duas partes, passando a anterior a desempenhar as funções do côro, e sendo a posterior, que compreende as absides e o transepto, consideravelmente alterada. A porta principal foi obstruída, sendo possível, e, até, provável, que as respectivas cantarias existam encorporadas na alvenaria, com exceção (sic) daquelas que faziam relêvo sobre a fachada. A rosacea, cujo diametro era consideravel, está em parte obstruída.

Entende a Comissão que este templo, depois de ter sido consolidado e de se lhe haver restabelecido a rosacea e, sendo possível, a parte principal, deveria destinar-se á instalação do Museu distrital, uma vêz que em São João de Alporão não há o espaço necessario para a conveniente apresentação das peças que o constituem, algumas das quaes são notaveis, como, por exemplo, o tumulo monumental de D. Duarte de Menezes, que estava em S. Francisco e que, justificadamente, se acha classificado. Realizada essa transferencia, ficaria o pequeno templo de Alporão constituindo uma dependencia do Museu. Seria tambem necessario desafrontar a igreja de Santa Clara, pela demolição dos casebres, muro e esqueleto para exercicio de bombeiros, que junto dele se encontram, sendo inadiavel a remoção deste ultimo elemento, pelo perigo que representa para a conservação do edificio.

São ainda notaveis, devendo igualmente ser classificados, os seguintes edificios:

Igreja de Santa Maria de Marvila, de cuja primitiva traça nenhum elemento existe, possuindo, porem, um belo arco triunfal, em estilo manuelino, a que tambem pertence a porta principal; - Igreja de Santo Estevão, conhecida geralmente pela designação de igreja do Santo Milagre, em cujo cruzeiro se notam pilastras decoradas com baldaquinos e estatuas, medalhões, etc., no estilo da Renascença; - Igreja do Seminario, construída no ultimo quartel do seculo XVII, junto aos antigos paços reaes, doados á Companhia de Jesus por D. João IV, e que é um exemplar typico do denominado estilo jesuitico, e que se evidencia bem na fachada, apesar de nela terem sido aproveitados, ao que parece, elementos de construções mais antigas, impondo-se nela á nossa atenção o magestoso altar-mór, construído de varios marmores, com embutidos, e decorado com belas colunas salomonicas, rematadas por figuras tambem de marmore, de boa escultura; um dos oito altares lateraes, que é igualmente de marmore de varias côres, com figuras de vulto, e um belo alto-relêvo a formar retabulo, trabalho do seculo XVIII, italiano, ou de caracter italiano, e em que é sensível a influencia da denominada escola de Mafra; e, finalmente, o tecto, plano, de madeira, com excelente pintura, representando, entre motivos architectonicos, a Virgem, acompanhada das gerarquias celestiaes e de outras figuras que, simbolizando as quatro partes do mundo, aludem á expansão da Companhia de Jesus; - a capela de N. S.^a do Monte, pequeno templo reconstruído no seculo XVII e que, não tendo, em si proprio, elemento que o valorise, deve, no entanto, ser classificado, porque ás suas fachadas principal e sul se encosta uma alpendrada, com arcos sustentados por elegantes colunas, no estilo Renascimento, encimadas por belissimos capiteis, constituindo uma preciosa documentação, datada (1548). Impõe-se a demolição do insignificante casario que afronta esta interessantissima construção, privando a cidade do admiravel *belveder* coberto, que seriam essas duas galerias, decerto construídas com essa intenção. Na categoria a que se refere o art.º 45.º do decreto-lei de 26 de Maio de 1911, devem entrar os restos das muralhas, a porta de Sant'Iago, os vestígios do Paço, encorporados no edificio do Seminario, a janela manuelina de uma casa da praça de Sá da Bandeira e a varanda, Renascença, de um residencia, particular como aquela, - da Rua de João Afonso. Na igreja, profanada, do convento de São Domingos (ou das Donas), ha, na capela-mór, dois tumulos, que devem ser transferidos para o Museu regional, devendo tambem sê-lo as inscrições sepulchraes da crypta e os escudos de armas dos arcos da capela-mór e da capela contigua a esta (do lado esquerdo), se esses arcos houverem de ser modificados.

Pondo em presença de V. Ex.^a este relatório, espera a Comissão que V. Ex.^a providenciará de modo que as nele formuladas sejam levadas á pratica, com aquela brevidade que as circunstancias impõem.

Dentro em pouco, terá a Comissão a honra de submeter á esclarecida apreciação de V. Ex.^a novo relatório, com referencia a outro grupo de monumentos, bastando, para isso, que lhe sejam concedidas facilidades officiaes, que, até certo ponto, atenuem o sacrificio, pecuniario e de tempo, que estas visitas de estudo fóra da séde representam.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaria da Comissão de Monumentos, em Dezembro de 1916

O Presidente

[Miguel Ventura Terra]

Documento 141

1916 (31 de Dezembro) – *Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira. Conta Geral da Receita e Despesa desde a instalação da Comissão que teve lugar em Novembro de 1909 até Dezembro de 1916.* In *O Castello da Feira: Sua descrição, sua historia e noticia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora, Porto: edição do autor – Officinas de O Commercio do Porto, 1917.

Comissão de vigilância pela guarda e conservação do Castello da Feira			
Conta geral da receita e despesa desde a instalação da Comissão, que teve lugar em Novembro de 1909 até Dezembro de 1916			
RECEITA		DESPEZA	
Subscriptores por mensalidades ⁽¹⁾		Com obras	
Fortunato da Fonseca Menéres	43\$00	Reconstrução do paredão do Nascente	111\$55
Dr. Antonio Augusto de Aguiar Cardoso	43\$00	» da muralha do Poente	260\$00
Antonio Bernardo Coimbra	43\$00	» do paredão do Sul	53\$00
Benjamin Correia de Pinho	43\$00	Construção de escadas	15\$11
Dr. Eduardo Vaz de Oliveira	43\$00	Reparação da face poente da torre	46\$00
D. Fernando de Tavares e Tavora	43\$00	» dos corucheus, forno e fonte	27\$00
Dr. Gaspar Moreira	43\$00	» da barbacã e outras	67\$00
João Antonio de Andrade	43\$00	» das sentinas e casamata	6\$65
Dr. Victorino J. Correia de Sá	43\$00	» de muralhas interiores	38\$89
Dr. João Pereira de Magalhães	31\$00	Esgoto de aguas do pateo	30\$00
Dr. Candido A. Correia de Pinho	24\$00	Vedações do poço e cisterna	17\$77
Caetano Fernandes de Oliveira	24\$00	» da escada do poço	6\$43
Antonio S. Villa Nova	24\$00	» das escadas da esplanada	8\$34
José Candido Marques de Azevedo	24\$00	Passadico para o forno	23\$34
Manoel Maria Correia de Sá	22\$50	Desentulhos e ensaibramento	18\$14
Dr. Abel Correia de Pinho	22\$00	» do poço	20\$29
Dr. Elysio de Castro	20\$00	Limpezas várias	10\$85
Alexandre Brandão	18\$00	Pintura de portas, escadas, etc.	2\$98
Padre João Rebello	12\$00	Placas de ferro esmaltado	5\$15
Saul Rebello Valente	12\$00		768\$44
	620\$50	Com o guarda	
Ex-subscriptores mensaes		Vencimentos	150\$53
Dr. Antonio Toscano S. Barbosa	6\$00	Fardamento	17\$31
Francisco Maciel Ferraz de Lima	15\$50	Aluguer de casa	71\$20
Dr. Henrique Vaz Ferreira	6\$00		230\$04
Dr. Manoel A. Correia Bandeira	19\$00	Com o expediente	
Dr. Roberto Alves de S. Ferreira	16\$50	Papel, livro, sellos	3\$19,5
Visconde do Roboleiro	19\$00	Impressão de circulares	5\$44
Hermenegildo Correia de Sá (fallecido)	33\$00		8\$63,5
	115\$00	Vária	
Subscriptores extraordinarios		Ao cobrador	39\$56
Adão Rodrigues	2\$50	Gratificação a dois guardas	\$60
Alexandre Brandão	63\$16	Photographias do Castello	4\$80
Candido Alves	5\$00	Carros a visitantes officiaes	2\$50
Dr. Chrispim T. Borges de Castro	20\$00	Acquisição de postaes	112\$61
Conde de S. Thiago de Lobão	10\$00		160\$07
João Alves Moreira	50\$00	Saldo que passa para 1917	193\$50
José Antonio Silva Pires	5\$00		
	155\$66		
Proveniencia vária			
Saldos de festas, etc.	234\$88,5		
Venda de postaes	193\$64		
	478\$52,5		
Somma	1.369\$68,5	Somma	1.369\$68,5

(1) A Comissão é composta de todos aquellos individuos que figuram no 1.º grupo e que são *subscriptores permanentes por mensalidades*.

Visto.
 O presidente — Fortunato da Fonseca Menéres.
 O thesoureiro — Antonio Bernardo Coimbra.
 O fiscal — J. A. de Andrade.
 O secretario — A. A. de Aguiar Cardoso.

Documento 141 A

1917 (11 de Maio) – Relatório da Inspeção de Revisão dos Monumentos Classificados de Elvas e Vila Viçosa. In Acta n.º 110 da Comissão dos Monumentos Nacionais, vol. 2, fol. 69-70. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas. Livro 262. Inédito.

69
Maio

Acta n.º 110

Muchos suge dias do mez de Maio de mil novecentos e dezanete, reunio a Comissão dos Monumentos, sob a presidencia do Sr. ^{mae} Sr. Ventura Terra e com a assistencia dos Srs. vogaes Antonio Augusto da Costa Mota, Estadão Bermudes, José Alexandre Soares, D. José Pessanha, José Veloso Salgado, Julio Mandel de Abriaga e Luciano Fribe, secretario. Lida e aprovada a acta da sessão anterior e Sr. Presidente, referio-se aos edificios ultimamente visitados, as egrejas das Comendadeiras de Lantão-o-Novo e da Encarnação, parecendo-lhe ser unanime a opiniao dos vogaes desta Comissão, de que esses edificios deviam ser, pelo menos, em parte, classificados monumentos nacionais, restando ficar a respectiva categoria. Depois de se ouvir impressões acerca do assunto, entendeu-se por unanime que fossem classificadas na primeira categoria, apresentando-se assim a consideração publica, deixando a respectiva graduação, para quando a lei que regulamentar essas classificações, for mais explicita, quanto ás regalias que devem gozar os monumentos de 1.ª classe. Em seguida foi lido um officio da Comissão Central da Lei da Leparação, consultando acerca da applicação que pretende dar a egreja do Mosteiro de Deus, para a qual pede obras urgentes nos telhados e abeirando a respectiva classificação de monumento nacional. Resolven-se insistir superiormente por essas obras, e participar que esta Comissão nada tem a objectar quanto á applicação que se pretende dar a egreja, sempre que, na parte principal do edificio não sejam alteradas ou encobertas as suas linhas architectonicas, ou seja julgadas no seu aspecto monumental, e bem assim, que essa applicação não impeça o ser franqueada ao publico que a pretende visitar. Em seguida o Sr. D. José Pessanha, disse que se devia olhar com mais interesse, do que até aqui tem merecido, para as construções do seculo XVIII e XIX, pois existem alguns edificios, principalmente egrejas, que julga dignos de serem classificados, parecendo-lhe portanto conveniente incluí-los nas visitas a realizar, podendo-se dar começo a esse missão, pelas egrejas da Encarnação, Martires, Sacramento, Coração de Jesus, etc. Acum se resolveu, marcando esse visita para a proxima sexta feira dezoito do corrente. Em seguida o Sr. Estadão Bermudes, declarou que tendo visita

do Albas, ia dar conta das impressões que colheira na sua visita aos edificios da localidade: Se catedral. Igreja de três naves, da época manuelina. É dividida por arcadas repousando sobre pilares de colunas enfiçadas, com abobadas arçoadas. A primitiva porta principal foi substituída por outra no estylo da renascença classica, endem janica. As laterais são manuelinas e interessantes. As paredes exteriores são revestidas de elegantes contra-porta e corcadas por a meias do typo mouresco. Apesar de alguns succellos, o primitivo conjunto conserva-se muito característico. A capela mor e os altares laterais foram reconstruidos na época de D. João V, com requizitos marmores de varias cores. Os balaustrados de marmore são primorosas. Deve manter-se a classificação do monumento, passando-o para a secção das "catedrais". O seu estado de conservação é razoavel, excepto nos telhados, que me disseram precisarem de concerto. Capela das Freiras de S. Domingos. Época de D. João III, Planta octogonal, formando "charóla", com uma rotunda ao centro; a primeira cobrimto em abóboda circular e a segunda rematando em cúpula descansando sobre altas colunas cylindricas. Todo o interior é forrado de azulejos. A porta de entrada tem os mascarões característicos da época. Em estado a uma das colunas interiores existe um belo pulpito de ferro batido, que é um dos melhores trabalhos, no genero, que ainda subsistem no pais. Deve manter-se a classificação, com a designação de Capelas das Freiras de S. Domingos. Telhado carece de reparações, sobretudo em volta do lanternim da cúpula e nos algerozes. As paredes da torre, da qual se abrange um belo panorama, necessitam de ser consolidadas. Igreja de S. Pedro. Pequeno templo, refeito talvez no seculo XVIII que só tem de interessante a porta primitiva no estylo gótico. Na nova classificação deve passar para os monumentos de segunda ordem e a classificação só deve ser mantida para a porta principal. Igreja de S. Domingos. Templo de três naves, refeito no seculo XVIII, conservando da primitiva o abside, no estylo gótico. No interior, ha magnificos altares de marmore da época de D. João VI talvez supriados aos da Li. Deve manter-se a classificação, com o nome por que é conhecida de Igreja de S. Domingos. O estado de conservação

pareceu-me bem. Castelo de Elvas. Conserva completo o seu recinto de muralhas e torre de menagem, formando um conjunto interessante. Deve manter-se a classificação. Cibelo à direita da entrada a uma área ruína, devendo ser apaiado e reconstruído, o que importará uns 200 escudos aproximadamente. O portão de madeira, da entrada, deve ser substituído por que está caindo aos pedaços. Forte de S.^a da Graça. É uma interessante construção militar, em parte esculpida na rocha. Está bem conservado e deve manter-se a classificação. Padrão no arrabalde da cidade. Está bem conservado e é defendido por um gradiente. Deve manter-se a classificação, com a designação seguinte: "Padrão das Linhas de Elvas", pois comemora a gloriosa vitória das linhas de Elvas nas lutas da Restauração. Aqueduto da Amareira. Grandiosa construção de D. João V, apresentando quatro arcadas sobrepostas. Embora simples tem um grande carácter. Deve manter-se a classificação. Encontra-se bem conservado. Portas das muralhas da cidade. Algumas deveriam ser classificadas. - Vila Viçosa. - Pelaúrinho. Da época manuelina. Grande esfera vazada, em estilo gótico flamengante, sobre coluna de base quadrada. É um dos mais interessantes do país e a sua classificação deve ser mantida. A assembleia leu o Sr. Estácio Fernandes pela comunicação feita e resolve consignar na acta, um voto de laudor ao prior da igreja de S. Domingos, pela consideração em que tem os alvitres que está banisando lhe deu por ocasião da sua visita ao referido templo, tais como, o de mandar retirar alguns ornamentos adventícios, que muito prejudicavam a bella architectónica, digo, artística do monumento. Mais se resolve, dar mensalmente ao publico, uma nota das deliberações tomadas. Não havendo outro assunto a tratar, foi encerrada a sessão.

O Secretario

Lúcio Martin Fein

Documento 142

1917 (Julho de) – *Ofício dirigido a entidade não nomeada (ligada ao Ministério da Justiça e Cultos), referente à conservação e inventário dos bens resultantes da Lei da Separação, assinada pelo presidente Teixeira de Carvalho.* Ofício n.º 224, AHME - CAA: 2.ª Circunscrição. Correspondência expedida (Copiador). Livro nº 1. 1911-1924, pp. 127-128. Cota – 347. Inédito.

Ex.mo Sr.

Este Conselho julga que os artefactos que se acham em igrejas e capelas, a cargo de juntas de paróquia, confrarias e outras corporações, na generalidade dos casos, estão longe de serem cercados de garantias suficientes de conservação. Os inventários elaborados sem competencia especial e precauções, como simples relação de cousas, abreviados e mal definidos, são documentos inúteis, para se ajuizar do valor estimativo das alfaías e da importância das responsabilidades dessas corporações. Com tais arrolamentos não admira que sejam críveis as versões de extravios abusivos, que ultimamente teem corrido, com grande escândalo.

Os perigos que ameaçaram algumas obras notaveis são evidentes e deploraveis. Em Santa Cruz, por exemplo, em consequencia dum incêndio recente desapareceu um pano de Arraz, dos dois unicos que existiam em Coimbra.

E os objectos que constituem o chamado Museu de paróquia, hoje desfeito, encontram-se amontoados no côro, sujeitos a todas as contingencias de depredação e latrocínio.

A respeito de outras igrejas, taes como Seminario, Sé, Santa Clara e muitas outras igrejas, iguais considerações se podem fazer.

Existindo um Museu d'arte nesta cidade que á nação pertence e o estado sustenta, mal se compreende que, segundo determinação da lei de Separação e Reforma dos Serviços de Arte – esses artefactos não tenham aqui sido recolhidos, afim de ampliar e valorizar as coleções existentes, protegendo-os contra os perigos iminentes que por todos os lados os espreitam.

Para este assunto de tão palpitante actualidade e importancia, este Conselho resolveu chamar a esclarecida e solicita atenção de V. Ex.^a e da digna Comissão Central afim de que providencias eficazes e urgentes sejam tomadas, recolhendo ao Museu Machado de Castro os artefactos, dispensaveis ao culto e ali tem cabimento condigno, a bem da historia de Arte, dos interesses do Estado e da educação nacional.

Saude e Fraternidade

Coimbra [sem data]

O Presidente

a) Dr. Teixeira de Carvalho

Documento 143

1917 (17 de Julho e 31 de Julho) – *Queixa apresentada por António Augusto da Costa Motta, acerca de novos apedrejamentos das estátuas do Convento de Mafra e respectiva resposta da Direcção Geral da Fazenda Pública.* Ofício n. 508, expedido pela Comissão dos Monumentos (L.º 1, Of. 508) e recebido desta Direcção Geral, n.º 126, l.º 2. ANBA – CM: Correspondência. Saída. Livro 245 e CAA: Correspondência Recebida, vol. VI, CAA – Livro 177. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscricção)
Comissão dos Monumentos
Lisboa

Of. 508 L.º 1.º

Exm.º Sr. Director Geral da Fazenda Publica

Tendo o Sr. António Augusto da Costa Motta, comunicado a esta Comissão que os convento de Mafra, devido á falta de vigilancia do respectivo guarda, quasi sempre ausente do edificio, continua a sofrer com os apedrejamentos feitos pelo rapazio, tendo sido partido um trecho das roupagens de uma figura da fachada, e sendo utilizado o respectivo atrio para sentina publica, venho novamente chamar a atenção de V. Ex.ª para este assunto; e bem assim solicitar que sejam dadas as devidas ordens, a fim de serem retiradas de alguns altares, as oleografias e imagens impropriamente colocadas ali, o que prejudica a magestade do templo e impede o goso dos belissimos retabulos em marmore, que os decoram; pedindo igualmente a V. Ex.ª se digne ordenar o acatamento de qualquer conselho que vogal desta Comissão dê directamente ao encarregado desta parte do edificio, acerca destes adornos adventicios.

Saude e Fraternidade.

Lisboa, Secretaria da Comissão de Monumentos, em 17 de Julho de 1917

O Presidente
Ventura Terra

Ministério das Finanças
Direcção Geral
Da
Fazenda Pública
4.ª Repartição
(Património)
... Secção

Proc. n.º 126
Livro 2.º

Serviço da República

Em 31 de Julho de 1917

Ao Ex.º Sr. Presidente da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscricção do Conselho de Arte e Arqueologia:

Em resposta ao ofício de V. Ex.ª, de 17 do corrente mês, n.º 508, L.º 1.º, em que trata de apedrejamentos feitos às figuras da fachada do monumento de Mafra, da falta de vigilância e doutros assuntos, informo V. Ex.ª de que, averiguando do objecto

do citado officio, apurei não ser exacto que o rapazio faça apedrejamentos, como afirma o Sr. Costa Mota. S. Ex.^a nunca os viu fazer e, certamente, cura por informações. *O trecho das roupagens de uma das figuras*, que foi partido, é apenas uma piquena mutilação que não chega a um centímetro cúbico de mármore, e é numa das figuras do átrio e não da fachada como diz o Sr. Costa Mota. Segundo informações, foi produzida por pancada de cavalete, ou tábua de andaime, dos empregados das Obras Públicas.

Também é menos exacto que o átrio sirva de sentina pública. Era numa das dependências do átrio, a chamada VIA SACRA, que alguns soldados urinavam, mas o administrador do Palácio, tendo disso conhecimento, mandou logo fechar essa casa, que agora só se abre durante a passagem de visitantes para o Museu.

As oleografias e imagens a que V. Ex.^a se refere no seu officio são imagens da Senhora das Dores, numa das capelas do cruzeiro e dois painéis piquenos, com oleografias, numa capela interior. Muitos homens de arte tem visitado a Basilica de Mafra sem se indignarem com a presença de imagens nos altares. Rackzynsky quando, em 1841, exaltou a beleza da Basilica não mostrou estranheza em vê-las; ao Sr. José Relvas, reconhecido como pessoa versada em questões de arte, não incomodou a presença dessas imagens, chegando até, quando visitou o Monumento sendo Ministro, a ordenar que as deixassem estar onde estavam.

É certo que não estão em harmonia com a architectura geral da igreja mas são manifestações do sentimento religioso da população, são imagens da sua devoção, as quais não prejudicam a vista dos preciosos retábulos e cuja remoção dos altares, desgostaria bastante o povo da terra. Demais é o mesmo que se nota na igreja dos Jerónimos e no Monumento da Batalha, se é que neste não é pior o enxerto de mais que modestos altares, flores de papel, etc.: - o povo da localidade, que aliás tem igreja, não consente que o culto se pratique senão na igreja do convento e em tais altares.

O guarda do átrio da igreja e dos claustros não tem mostrado o zelo e actividade que se deseja e natural era esperar, mas por isso mesmo procura há tempo esta Direcção Geral resolver tal assunto, o que aliás não conseguiu ainda por falta de dotação e pessoal.

Muito auxiliaria as diligências desta Direcção Geral a Comissão dos Monumentos da digna presidência de V. Ex.^a se também pedisse providências ao Director da Escola Militar de Mafra visto que, como já referi, as imundícies são praticadas pelos soldados.

Acerca das recomendações de arte, ou conselhos, dados directamente ao administrador do Palácio Nacional de Mafra por qualquer vogal dessa Comissão, compreende V. Ex.^a muito bem que para regularidade dos serviços, e consoante a lógica e a disciplina aconselham, devem tais conselhos ser dados a esta Direcção Geral ou a ela transmitidas quaisquer indicações, pois prontamente e como sempre as fará cumprir pelos seus subordinados.

Por último permita-me V. Ex.^a que pondere que se o Sr. Costa Mota, que tam amiúde faz queixas diversas a respeito do Monumento de Mafra, se dirigisse ao administrador do mesmo, teria obtido dêle desde logo as explicações constantes dêste officio, evitando-se assim ter informado duma forma imprecisa a Comissão dos Monumentos.

Saúde e Fraternidade

O Director Geral

Documento 144

1918 (5 de Janeiro) – *Tombo dos prédios na posse do Ministério da Guerra, considerados Monumentos Militares*. Ofício n.º 305, enviado pelo Ministério da Guerra, p. 100. AHME - CAA 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, fol. 100. AHME – 352. Inédita.

Ex.mo Senhor

Afim de completar a tombação dos prédios na posse do Ministério da Guerra, rogo a V. Ex.^a se digne enviar-me uma relação d'estes prédios, Castelos, Monumentos militares e quartéis que sejam considerados Monumentos nacionais, situados na área dos Concelhos de Alcobaça, Leiria, Pombal, Porto de Mos, Castelo Branco, Covilhã e Penamacôr, com indicação do diploma que os classificou – Tomar, 5 de Janeiro de 1918.

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição – Coimbra.

O Inspector (a)

[Francisco Augusto Garcez Teixeira]⁸⁴.

⁸⁴ No registo da correspondência não vem indicado o nome do inspector que assina o ofício. Pela data apurámos ser o Coronel Francisco Augusto Garcez Teixeira, então com o cargo de Inspector de Engenharia Militar da Circunscrição de Tomar, altura em que fundou a UAMOC.

Documento 145

1918 (8 de Abril) – *Reintegração architectónica da Sé de Viseu*. Ofício recebido n.º 319, enviado por Director do Museu Regional de Grão Vasco, Francisco de Almeida Moreira. AHME – CAA 2.ª Circunscrição. Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, fol. 105 vº-107. AHME – 352. Inédito.

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição – Coimbra.

Em complemento do meu ofício n. 30 de 30 de abril do anno findo, e como continuação – tanto quanto possível – da obra de reintegração architectónica da Sé de Viseu, venho propor a V. Ex.ª o seguinte⁸⁵: 1.º a demolição da casa junta á varanda do referido edificio da Sé, que vae indicada (A) no postal que envio juntamente. Esta casa serve actualmente de casa da guarda militar da cadeia (que é o edificio junto a ela e que vae designado por B), mas esse embaraço está completamente demovido, pois que consegui arranjar com a comissão administrativa do Municipio que a referida guarda se instalasse n'uma casa proxima, nas dependencias do Governo Civil, que fica do lado oposto, e em frente do interior da cadeia. – 2.ª Demolição da parte saliente encostada aos contrafortes da Sé e que tem a janela com varanda de pedra que se vê nas três fotografias juntas. Esta aderencia data de 1721, como consta da inscripção, que se vê á esquerda da mesma janela na fotografia A, e serve actualmente de sacristia do Santissimo. Para esse efeito pode e deve aplicar-se a capela chamada do Calvario, aonde actualmente nada ha, e que tem communição com a capela do Santissimo, por uma elegante porta ogival que esta estupidamente transformada em armario, com prateleiras e respectivos pratos. Junto ha um tumulo, revestido de madeira, e o vão superior transformado tambem em armario. Tudo isto deve ser desobstruido a bem da Arte, bem como um outro tumulo (existente na parede do lado da Epistola na mesma capela) que é do Dr. Lourenço Coelho Leitam, desembargador e corregedor do crime da Casa do Porto, e sua mulher D. Ana Cardoso e Tavora (?). Data de 1629 e está irreverentemente revestido de madeira e o vão entre a porta superior do tumulo e a arcaria tambem transformado em armário. – Este revestimento de madeira está todo pintado a verde-salsa! 3.º que seja tirado todo o revestimento de cal do interior da Sé, por ser absolutamente impróprio. As paredes lateraes são tôdas de granito aparelhado mas que foi picado para melhor aderir a barro e a cal, como tinham feito ás colunas. É indispensável pois, como se fés com estas, preencher essas picadelas essas pequenas reentrancias com uma massa apropriada, semelhante ao granito. 4.º que sejam tambem tirados e colocados nos claustros os azulejos que guarnecem as paredes lateraes da Sé. Estes azulejos alem de serem muito inferiores em desenho, estão tapando, pelo menos, duas portas (de que ha conhecimento por pesquisas feitas) nos locaes indicados na fotografia junta (a unica das que envio) com as letras (a) e (6) (6'). Datam de 1721 os azulejos. Em (a) existe porta uma porta em ogiva do periodo de transição romanica-ogival que da acesso, por uma escada militar em caracol, ao eirado ou parte superior da abobada. Esta escada estava tapada e em grande parte entulhada. Aberta a comunicação para ella pela parte superior, comecei a fazer o desentulho, chegando por fim ao pavimento da catedral, sendo tambem desobstruido o portal que estava cheio de pedras, ficando apenas com o revestimento do azulejo. Na indicada fotografia, em (a), por cima da moldura que guarnece o azulejo, vê-se o vertice da ogiva da porta. A abertura d'esta porta vem desfazer a lenda de que numa das colunas da Catedral era ôca e tinha no seu eixo uma escada em caracol. Ha sim essa escada mas ao lado da coluna e cavada na espessura da parede, que é de 3,40 m. – Em (6) (6') está a outra porta que dá comunicação para os claustros e cuja altura vae até ao traço indicado por baixo de

⁸⁵ Ofício acompanhado por quatro fotografias e um postal ilustrado, que ilustram as medidas que se pretendia executar naquela obra.

(6). A existencia d'esta porta é que vem explicar a [d]eslocação da meia base da coluna que se vê por debaixo de (I), e que foi posta para tapar a porta dessimulando-a. Para cima continuava-se o fuste da coluna que era fingida, em madeira e caiada (!), ao tempo em que as outras colunas estavam caiadas. Se estas razões não bastarem, ha ainda a atender á circumstancia de haver grandes falhas nos azulejos, o que produs muito mau efeito. Na parede lateral a porta ainda é peor, por haver a grande falha correspondente ao logar ocupado pelo antigo orgão. No caso de V.V. Ex.^{as} concordarem com as obras que sujeito á douta apreciação, tenho ainda de rogar a V. Ex.^a que se digne solicitar das estações superiores a verba necessaria para essas obras indicadas nos n.^{os} 3.^o e 4.^o porque as indicadas nos n.^{os} 1.^o e 2.^o não trarão despesa pela venda do material – e que segundo o meu parecer, não deverão ser muito dispendiosas impondo-se a bem da reintegração da obra primitiva do elegantissimo edificio. = Viseu Museu Regional de Grão Vasco, 8 de Abril de 1918. O Director do Museu (a) Francisco d'Almeida Moreira.

Documento 146

1918 (17 de Novembro) – *Posição do Conselho de Arte e Arqueologia em relação à vitória dos Aliados na 1.ª Grande Guerra*. Acta n.º 58, de 17 de Novembro de 1918, fol. 63. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição. Coimbra. Livro de Actas 1911- 1923. Cota 351. Inédito.

Acta da sessão do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição
Aos 17 de Novembro de 1918 pelas 13 horas da tarde reuniram-se na sala das sessões do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição no Museu Machado de Castro, os vogaes do mesmo Conselho – Senhores = Doutor Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, António Augusto Gonçalves, Major Belisario Pimenta, Doutor Júlio Augusto Henriques, João Machado, Albino Caetano da Silva Pinto, Doutor João Rodrigues da Silva Couto. -

(...)

Finalmente, o Conselho mandou exarar na acta um voto de congratulação pela victoria das armas aliadas, facto, que alem de ter uma significação historica talvez nunca igualada, veio fazer sessar as destruições infames de tantas e tão grandiosas obras de arte que durante quatro longos anos foram vitimas da furia destruidora da nova insavão alemã. E como nada mais houvesse a tratar encerrou a sessão da qual se lavrou a presenta acta que depois de lida e aprovada vae ser assinada pela mesa

Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho
João Rodrigues da Silva Couto

Documento 146 A

1918 (28 de Novembro) – *Representação dirigida ao Presidente da República, Sidónio Pais, solicitando verba para a remoção, transferência e reconstituição e posse do Estado da Capela do Tesoureiro, anexa à antiga igreja de S. Domingos*⁸⁶. Ofício n.º 252, dirigido ao Presidente da República. AHME – CAA, 2.ª Circunscção, Correspondência Expedida, vol. 1, pp. 142-143. Cota 347.

Excellencia

Coimbra, a mais artística cidade da Renascença portuguesa, ainda hoje poderia offerecer á admiração e ao estudo dos forasteiros a herança glorioza da sua prodigioza actividade, se os vandalismos da ignorância e a depredação dos brocantismos (?) não tivessem arrebatado á dignidade e aos interesses da cidade esse inapreciável espólio. Sem a effectividade de leis protectoras que a defendam e limitem esse commercio odioso sobre as obras de arte, que restam, fará a ameaça constante das prodigalidades e da cubiça de collecionadores insaciaveis. N'este momento está sendo negociada a alienação d'uma capella e retábulo producções authenticas do mestre normando, João de Ruão, conhecidas e mencionadas em livros estrangeiros. L. Magne, por exemplo, depois de lembrar a originalidade e perfeição da estrutura das abobadas de nervuras intercortadas acrescenta. «*Elle est très accusée á l'intrados de la voute en berceau d'une eglise de Coimbra (Portugal) actuellement transformée en remise á voitures (??) et qui meritait une meilleur sort, car c'est une dès oeuvres les mieux conçues que puissent caractériser le style français du milieu XVIème siècle*».

E continua a descrição laudatória.

O retábulo e a abobada constituem uma composição única e inseparavel. E, apesar d'isso, tal como esta, vai ser amputada e vendida avulsamente, sendo de prever a destruição inevitavel da restante decoração architectonica. É, sob pressão deste desastre alarmante – que o Conselho de Arte e Arqueologia tem a honra de vir perante Vossa Excellencia, – a cuja interferencia pessoal deve Coimbra a conservação da igreja românica de S. Thiago, – rogando a adjudicação da verba de cinco mil escudos – quantia esta destinada á deslocação, transferencia á posse do Estado e reconstituição de toda a monumental capella, em logar apropriado e condigno. Da altíssima illustração de Vossa Excellencia confiamos a solução d'este ponderoso assumpto que tanto importa á honra da cidade e ao prestigio da arte e da civilização nacional.

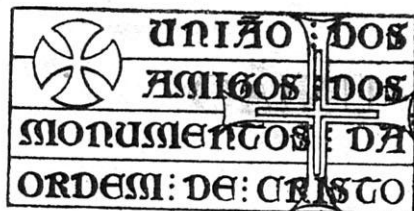
Coimbra, 28 de Novembro de 1918.

(assignado pelo Conselho e dirigido ao Senhor Presidente da Republica e entregue directamente ao Ex.mo Ministro d'Instrução).

⁸⁶ A instabilidade política e o atentado que vitimou Sidónio Pais teriam sido motivos para que esta Representação, tal como foi redigida, só fosse enviada, em 1919

Documento 147

1919 – Circular e Estatutos da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo para promover a associação naquela União. Convento de Cristo. Arquivo da UAMOC. Circulares.



Tomar, de de 1919.

Ex.^{mo} Snr.

N.º 41

Com a nomeação dos seus primeiros corpos gerentes entrou a União na sua definitiva constituição.

Sé justo é dizer que, apesar das dificuldades com que lutam estas instituições no seu início, alguns são já os serviços prestados pela União aos monumentos desta cidade, verdade é também que, mercê dos seus escassos recursos, limitadas as quotas de menos de uma centena de sócios, não pode ela realizar todos os trabalhos que os seus patrióticos fins lhe impõem.

Só a publicação dos seus Anais, apesar de não terem ainda o desenvolvimento que devem ter, quasi lhe absorve a totalidade dos seus rendimentos.

Confiada a Direcção no patriotismo de V. Ex.^a, vem solicitar-lhe a sua valiosa coadjuvação, permitindo a sua inscrição como sócio ordinario ou benemerito, o que desde já agradece em reconhecimento

A DIRECÇÃO

*F. A Garcez Teixeira
Vieira Guimarães
A. de Lima Simões
C. Nunes Madureira
J. Torres Pinheiro
Manoel de Jesus Ferreira
Antonio Cerveira*

ESTATUTOS DA UNIÃO

Artigo 1.º A *União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo* tem por fins o promover o estudo, a propaganda, a conservação, a restauração e a devida aplicação daqueles Monumentos, pelos meios que as leis vigentes e as auctorizações que legalmente lhe forem concedidas lhe facultem. Tem a sua sede em Tomar. A sua duração é ilimitada e, em caso de dissolução, todo o seu activo é pertença do Estado.

Artigo 2.º É constituída por sócios beneméritos e ordinários, tendo todos iguais direitos e obrigações, com excepção da do pagamento da quota trimestral de 750, que só pertence aos sócios ordinários.

Os sócios ordinários que não sejam fundadores, serão admitidos pela Direcção sob proposta de dois sócios, e os beneméritos, nomeados pela Direcção de entre os individuos que, por actos relacionados com os fins da União, sejam julgados dignos de tal distinção, ou que paguem de uma só vez 40 quotas.

Artigo 3.º Todos os actos da vida associativa competem a uma Direcção composta de oito membros, servindo durante dois anos civis, e substituindo-se por metade anualmente. Estes cargos não são renumerados.

Dêstes oito membros da Direcção, um será escolhido pelo Ministério das Finanças, um pelo Ministério da Instrução, um pela Comissão de Monumentos, um pela Camara Municipal de Tomar, um pela Associação dos Arqueólogos Portuguezes, e três escolhidos pelos cinco primeiros.

A Direcção escolherá anualmente entre os membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, além de quaisquer outros cargos que forem julgados necessários.

§ transitorio. Em dezembro de 1919 serão substituidos os primeiros quatro membros da Direcção que a sorte indicar.

Artigo 4.º Os fundos entregues á União com alguma consignação especial, não poderão ser desviados dessa consignação.

Documento 147 A

1919 (10 de Fevereiro) – *Protesto do Conselho de Arte e Arqueologia contra a representação do Cabido da Sé de Coimbra e pela manutenção do Museu de Arte Sacra da Sé de Coimbra no Património do Estado e sua integração no Museu Machado de Castro*. Ofício n.º 254, dirigido ao Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação. AHME – CAA, 2.ª Circunscção, Correspondência Expedida, vol. 1, pp. 144-147. Cota 347.

Exmº Senhor Presidente da Comissão Central de Execução da Lei da Separação – Lisboa

A representação do Reverendo Cabido conimbricense, pedindo que lhe sejam entregues os ornamentos cultuais do denominado Museu de Arte Sacra, pela sua simplificação, poderá induzir em erro, inculcando tratar-se de simples reivindicação de objectos usurpados, cuja posse e guarda aliciava direitos incontestáveis.

É preciso conhecer a historia e origem d'este Museu, para retamente se avaliar da indole e da inconsistencia da reclamação.

A criação do Museu, honrosamente levada a efeito pela iniciativa do fallecido Bispo-Conde, D. Manuel, foi largamente favorecida e ampliada pela generosidade do Estado, com cedência de artefactos de diversas proveniências. Porque os intuitos que determinaram a ação episcopal eram os mesmos que animaram a proteção official: - arrancar da obscuridade das arrecadações para gozo e utilidade publica esses preciosos documentos da arte e da nossa grandesa nacional. A lição das imprevidencias e abusivas tolerancias que desde longa data teem defraudado a herança artística da Nação, bastara a precaver a opinião dos que conhecem a importancia singular deste admiravel conjunto de artefactos raros.

Este Conselho dispensa-se de recordar factos lamentaveis, que neste lance precisamente assentavam, tendentes a demonstrar que nunca serão demais todas as precauções que possam defender as reliquias de arte que das devastações nos restam.

E os juizes imparciais unanimemente recolhem que esta coleção não pode deixar de permanecer sob a directa e constante vigilância do Estado, porque só ele dispõe de recursos, para a segura sustentação e exposição condigna da sua magnificência. Para que seja vista e admirada e desempenhe a função de aperfeiçoamento e cultura da educação pública.

A alegação de que em tempos anteriores essas alfaias estavam sob a guarda do Reverendo Cabido é verdadeira; mas, como principal razão, pouco vale, por isso mesmo que, com a criação do Museu, o fallecido Bispo-Conde quis corrigir imprevidências e desvarios, que podessem comprometer as responsabilidades capitulares.

Alem d'isso é de atender que as circunstancias mudaram-se: e, por lei, este Museu se encontra pedagogicamente incorporado no ensino universitario.

Na verdade não será licito que os Reverendos Cónegos sejam privados da baixela e paramentos necessarios ao exercicio do culto; mas não é menos certo que as solenidades religiosas não deixaram de atingir mais realce e brilho, prescindindo de raras e valiosas alfaias, que seria um desacato e um crime sujeitar ás contingências imprevistas de extravio ou destruição. A consiliação, porem, entre os legitimos interesses da nação e a exigência do culto, não será difícil, desde que á Catedral sejam cedidas alfaias e paramentos de menor preço que no Museu existem e sejam julgadas indispensaveis á celebração dos officios divinos, alem dos existentes e nunca inventariados, na posse dos Reverendos Conegos.

Na opinião deste Conselho é de justiça que o Reverendo Cabido não seja privado dos adornos de que careça para a celebração das cerimónias religiosas; mas entende que, seria um desastre irreparavel, um incompreensivel retrocesso que este Museu, garantido por lei e sustentado pelo Estado, fosse diminuído da sua importância pela

cedencia inconsiderada da algumas das mais primorosas peças que o opulentam. E tanto mais que, sem desdouro das solenidades, estas podem ser substituídas por outros que, embora de mais moderada valia, são de igual significação e autenticidade litúrgica. E sendo assim, com ânimo de concordia e pacificação, que a ponderação ilustrada e prudente critério do Reverendo cabido saberá inspirar-lhe a relação e entrega – d'esses objectos – por expressa determinação superior e segundo as fórmulas legais – será possível de futuro digo, de efectuar, sem ásperas divergencias e os clamores da opinião publica.

Coimbra, 10 de Fevereiro de 1919

O Presidente (a), Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carv.º

Documento 148

1919 (23 de Junho) – *Proposta de inclusão da igreja de S. João Baptista da cidade de Beja no cadastro de imóveis a conservar, assinado por Adães Bermudes. Cópia.* ANBA – CAA: Comissão dos Monumentos. Correspondência saída (1914-1925). Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscrição
Comissão dos Monumentos
Lisboa

Of. N.º 31, L.º 2.º

Ex.mº Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a que esta Comissão, em virtude das informações que recebeu sobre a igreja de S. João Baptista da cidade de Beja, chegou á conclusão de que esse edifício, embora não reúna as condições indispensáveis para ser incluído na lista dos monumentos nacionaes e, nessa qualidade, ficar ao abrigo da lei que os protege, merece, comtudo, ser conservado pela relativa importância da sua estrutura, pelo seu aspecto pictoresco e pela sua decoração interior (talha dourada e estuques), que é verdadeiramente apreciável.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Conselho de Arte e Arqueologia, em 23 de Junho de 1919

O V.º Presidente
a) A. R. Adães Bermudes

Documento 149

1919 (28 de Junho) – *Ofício acerca dos trabalhos gratuitos de direcção de restauro da obra de escultura e talha do Palácio de Queluz, do escultor António Augusto da Costa Motta, vogal da Comissão dos Monumentos, que cessava em virtude do falecimento do architecto Rosendo Carvalheira e da necessidade de continuação, mas agora remunerado.* ANBA – CAA, 1.^a Circunscricção, Correspondência Expedida. 1919. Livro 155. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.^a Circunscricção)
Lisboa

Of. 234 L.º 15
Cópia

Exm.º Sr. Director Geral de Bellas Artes.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a, para os devidos efeitos, que, da Comissão de Monumentos desta Circunscricção, acabo de receber o officio que a seguir transcrevo. -----

---- “Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que, a Comissão de Monumentos desta Circunscricção resolveu n’uma das suas últimas sessões, levar ao conhecimento de V. Ex.^a que, em virtude do fallecimento do architecto Rozendo Carvalheira, considerou-se o vogal desta Comissão António Augusto da Costa Motta, desobrigado de continuar dirigindo o restauro da decoração das salas do Palacio de Queluz, direcção que assumira gratuitamente, a pedido d’aquelle architecto, e que, durante quatro annos, exerceu com o maximo zêlo e competencia.

Mais resolveu esta Comissão solicitar de Sua Ex.^a o Ministro, por intermedio de V. Ex.^a, que seja oficialmente encarregado da direcção dêsses trabalhos, com a retribuição devída, aquelle vogal, porque o valôr estético das salas do edificio de Queluz exige que á sua restauração presída um seguro critério artistico, não se justificando, de modo nenhum, que allí estejam trabalhando dezasseis entalhadores, sem aquella orientação que só de um artista pôde provir.”⁸⁷ -----

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Conselho de Arte e Arqueologia, em 28 de Junho de 1919

O Presidente
José Luiz Monteiro

⁸⁷ Conforme officio da CM, Liv.º 2, Officio n.º 33, datado de 28-VI-1919.

Documento 150

1919 (14 de Novembro) – *Oposição do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição à criação do Conselho do Património Artístico, affecto ao Ministério das Finanças.* Ofício n.º 348, dirigido ao presidente da CAA. ANBA – CAA, 1.^a Circunscrição, Correspondência Expedida. 1919. Livro 155. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.^a Circunscrição)
Lisboa

Of. 348 L.º 15
Cópia

Of. da Com. dos
Monumentos n.º 42/2.º

Exm.º Sr. Ministro da Instrução Pública

A Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição interpretando o sentir desta corporação e da sua Comissão de Monumentos, vem perante V. Ex.^a muito respeitosamente expôr o seguinte: -

Por Decreto de 29 de Outubro último, publicado no Diário do Governo n.º 220 de 29 do mesmo mez, foi creado, no Ministério das Finanças, com a designação de Conselho do Património Artístico, um corpo consultivo, cujas attribuições, em relação aos móveis e imóveis de valor histórico ou artistico que estejam, ou venham a estar, na posse de aquelle Ministério, são, pelo artigo 1.º do citado Decreto, perfeitamente identicas áquellas que o Decreto, com força de lei, de 26 de Março (sic) de 1911, attribue ao Conselho de Arte e Arqueologia a respeito de todos os bens daquela natureza que façam parte do património nacional, seja qual fôr o Ministério em cuja posse directa se encontrem.

E certo que, segundo, o artigo 3.º do referido Decreto de 29 de Outubro, as funções dêsse novo Conselho ----- “As funções do Conselho a que se refere este decreto em nada prejudicam as attribuições que porventura tenham nessa materia, pela legislação em vigor, os Conselhos de Arte e Arqueologia e de Monumentos Nacionaes”. Mas os dois artigos são manifestamente contradictorios. Ou o Conselho do Património Artístico ha de desempenhar as funcções que lhe competem pelo artigo 1.º e, nesse caso, infringe o artigo 3.º, ou ha de abster-se de as exercer e, nessa hypothese, torna-se inutil. Sabe a Comissão Executiva que, tanto da parte do actual Director Geral da Fazenda Pública, como da parte dos vogaes do novo Conselho, ha o mais sincero desejo de uma cooperação leal e harmónica, na defesa do nosso património artistico. Julga, porem, a Comissão ser indispensavel que outro Decreto venha aclarar o de 29 de Outubro, estabelecendo nitidamente quaes as funções do Conselho agora instituído, de modo que ele possa exercer uma acção proficua, sem invadir as attribuições que um decreto com fôrça de lei confere aos Conselhos de Arte e Arqueologia e sua[s] Comissões de Monumentos e que elles têm procurado desempenhar com devotado patriotismo, sacrificando, não raro, os seus vogaes, saúde e legitimos interesses, e sendo certo que, se acaso os resultados obtidos não têm correspondido absolutamente ás intensões do legisladôr aos esforços empregados, a causa está na falta de pessoal auxiliar, competente e bem remunerado, na escassez de algumas verbas orçamentaes, na vastidão e complexidade das funções a exercer, e, ainda, por vezes, (seja dito sem offensa para ninguem), na falta de apoio da parte dos pôderes superiores do Estado.

Espera a Comissão que V. Ex.^a, ponderando estas breves e respeitosas considerações, diligenciará que um novo Decreto esclareça o de 29 de Outubro, reivindicando para o seu Ministério e para as corporações que dêlle dependem, o direito de intervir technicamente na conservação e defeza das obras de arte pertencentes á Nação, seja qual for o Ministério de que administrativamente dependam, sem, ao mesmo tempo, desprezar o concurso de outras entidades, que, possam efficazmente collaborar nessa importante missão.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretária do Conselho de Arte e Arqueologia, em 14 de Novembro de 1919

O Presidente

José Luiz Monteiro

1919 (16 de Novembro) – *Estatutos do Grupo Pró-Évora*. Extrato. In *Estatutos do Grupo Pro-Evora*. Évora: Minerva Comercial, 1920, pp. 3-5⁸⁸.

ESTATUTOS DO GRUPO

Pro = Évora

CAPITULO 1.º

DENOMINAÇÃO, SÉDE E FINS DO GRUPO

Artigo 1.º — O Grupo denominado «Amigos do Museu d'Évora» cujos fins consistiam em promover por todos os meios e no interesse dêsse Museu, a divulgação, o engrandecimento e a instalação modelar das suas coleções, alarga os seus intuitos e constitue o grupo denominado **Pro - Évora** cujo fim é o de fomentar o progresso moral e material da mesma cidade, o que procurará realizar:

a) Protegendo pela sua acção junto do Parlamento, do Governo, Conselho de Arte e Arquiologia, Comissão de Monumentos Nacionais, corpos e corporações administrativas, não só os monumentos de Évora, como também a estetica cidadina ;

b) Promovendo a conservação e a restauração dos seus monumentos e curiosidades historicas, de modo a impedir tudo o que possa tirar á cidade o seu aspecto caracteristico ;

⁸⁸ Os Estatutos foram aprovados na sede do Grupo Pró-Évora, a 16 de Novembro de 1919. Figuravam à cabeça duas mulheres, D. Leonor d'Oliveira Fernandes e D. Leonor Fernandes de Barahona Caldeira, a última das quais vem a ser a primeira presidente do Pró-Évora. O original, pode ver-se no Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência, vol. I (1919-1923), Doc. 149 (6 págs.).

c) Tornando conhecidas as suas industrias artisticas populares; e

d) Procurando chamar para Evora o movimento de nacionais e estrangeiros, para o que convirá:

1.º Tornar conhecidos os monumentos eborenses por meio de monografias, conferencias, excursões, concursos, diversões etc.

2.º Fazer larga propaganda do valor do seu Museu e Biblioteca, cujas collecções procurará aumentar, conseguindo:

que artistas ou possuidores de obras de arte, bibliofilos possuidores de especies raras, as ofereçam ou cedam em deposito;

que se valorisem as obras expostas ou a expôr;

que irmandades, juntas de freguezia, camaras municipaes etc., possuidoras de preciosidades artisticas, as depositem, ainda mesmo sob a condição de lhes serem entregues, mediante recibo, quando sejam necessarias á corporação depositante.

3.º Receber e acompanhar todos os forasteiros que, mostrando interesse por cousas de arte, desejem conhecer os monumentos eborenses; e

4.º auxiliar, com o seu estudo e trabalho, o Director da Biblioteca nos trabalhos de arrumação e catalogação das obras existentes ou a adquirir.

§ unico — Nas reuniões do Grupo é prohibida toda e qualquer discussão sobre materia religiosa ou politica.

CAPITULO 2.º

ADMISSÃO DE SOCIOS

Artigo 2.º — Compete á Direcção a admissão no Grupo **Pro-Evora** como socios ordinarios, de individuos que, pela

Documento 152

1920 (20 de Janeiro) – *Relatório de Actividades da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Original do relatório e cópia referente ao Ofício n.º 36/16 do Conselho de Arte e Arqueologia. ANBA – CSMN. Correspondência. Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.

União dos
Amigos dos
Monumentos da
Ordem de Cristo.

Relatório dos serviços prestados pela União desde o início até 31-XII-1919

- 1.º - Grande reparação e consolidação, por subscrição pública, da ermida de S. Lourenço e colocação de uma lápide explicativa, rIALIZANDO-SE por essa ocasião comemorações militar, cívica e religiosa.
 - 2.º - Interferência para que a ermida de S. Lourenço passasse a ser considerada monumento militar. – Conseguido
 - 3.º - Interferência junto da Junta da Freguesia para a colocação de uma nova pia de água-benta, na Capela de N.ª S.ª da Conceição, em substituição da outra que se achava partida, e para a modificação do traçado do adro, segundo o plano primitivo. – Conseguido.
 - 4.º - Obtida a verba de 1.700\$00 para grande reparação da cobertura da igreja de St.ª Maria dos Olivais, a qual já foi rIALIZADA (sic).
 - 5.º - Obtida a verba de 1.000\$00 para grande reparação da cobertura da igreja de S. João Baptista.
 - 6.º - Interferência para a restauração dos quadros desta igreja, achando-se já hoje um restaurado e 2 em restauração.
 - 7.º - Subscrição pública para a construção de moldura adequada para o grande triptico desta igreja em restauração tendo-se já obtido a verba de 233\$50 reputada suficiente para o efeito.
 - 8.º - Interferência para serem desocupadas pelas tropas as dependências monumentais do Convento de Cristo. – Conseguido.
 - 9.º - Desobstrução de uma parte da janela da fachada Sul do Côro do Convento.
 - 10.º - Busca dos restos do Claustro de João de Castilho.
 - 11.º - Reunião de 150 objectos destinados a um museu.
 - 12.º - Recolha ao Convento de 4 livros de cantochão e da estante do Côro; do faldistório de D. Prior; e de uma mísula das estatuas da Charola.
 - 13.º - Identificação de 7 quadros da Charola que estão fóra do Convento.
 - 14.º - Publicação dos Anais da União, com estudos dos socios, sobre objectos preciosos, pintura e inscrições do Convento.
- Alem destes assuntos, que são os principais, outros menos importantes se teem conseguido rIALIZAR, especialmente pelo que diz respeito ao asseio dos arruamentos de Tomar.

Tomar, 20 de Janeiro de 1920

O Presidente da Direcção
Francisco Augusto Garcez Teixeira

Documento 153

1920 (5 de Fevereiro) – *Relatório acerca da grave situação das abóbadas da igreja e claustro do mosteiro dos Jerónimos, apresentado por Adães Bermudes*. Aprovado pela Comissão dos Monumentos na sua reunião no Mosteiro de 14 de Janeiro de 1921. Acta n.º 143. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, vol. 2. Livro 262. Inédito.

Acta n.º 143 de 14 de Janeiro de 1921

Acta da Sessão da Comissão dos Monumentos, realizada em 14 de janeiro pelas 16 horas, no templo dos Jerónimos, a pedido do Snr. Adães Bermudes (como acusa a acta anterior) para que a mesma apreciasse o estado precário em que se encontram as abobadas daquele magestoso Monumento que, pelo perigo de ruína que oferecem inspira vários cuidados. -----

A esta Sessão comparecerem os Snrs.: D. José Pessanha, Dr. Félix Alves Pereira e José Alexandre Soares que, acompanhados pelo Snr. Adães Bermudes, na qualidade de Arquitecto do Ministério do Comercio a cargo de quem se acham a conservação e os cuidados daquela histórico monumento, lhe fizeram uma vizita minuciosa. O Snr. Bermudes, analisando diversos pontos do garndioso edifício, chamou mui principalmente a atenção dos seus colegas comissionados, para aqueles que careciam de mais urgente consolidação e assim, nessa intenção pedira a comparência da Comissão dos Monumentos, a fim de observar in visu, o que que lhe acabava de apresentar e avaliar ao mesmo tempo, a responsabilidade de se não tomarem as providencias devidas, de forma a evitar uma derrocada que, a dar-se, iria reflectir-se mais ou menos, sob o ponto de vista moral e material, na acção desta comissão e que por esse facto, devia desde já, representar ás estações superiores, pedindo urgentemente a atenção e por consequência as providencias que o caso requer atendendo á sua gravidade. Declarou o Snr. Bermudes, nesta altura, que no desempenho da sua missão de Arquitecto do Estado, já tinha enviado ás estações oficiais superiores, um extenso relatório de caracter técnico, que passou a ler, com a qual a Comissão concordou, congratulando-se com as providencias solicitadas pelo Snr. Bermudes e acometendo reforçal-o enviando ao respectivo Ministro uma representação no mesmo sentido. O relatório lido pelo Snr. Bermudes é como segue: *“Ex.mº Snr. Engenheiro Director dos Edifícios Públicos. Venho chamar a solícita atenção de V. Ex.ª para o precario estado de conservação das abobadas da egreja e claustro dos Jeronimos, que é molde a inspirar serias preocupações pelo perigo que correrá a sua estabilidade se não forem adotadas urgentes providencias para remover as causas e os effeitos das degradações que nas referidas abobadas se vêm ultimamente acentuando. Das nervuras ou artezões da abobada da egreja e mais especialmente da nave colateral esquerda, soltam-se frequentemente pedaços de cantaria, que só por acaso ainda não causaram desastres; e, analisando essas nervuras com o escrupulo que é compativel com a altura e pouca luz em que se encontram, verifica-se que elas apresentam já, em alguns pontos, importantes soluções de continuidade, e, noutros, uma secção consideravelmente reduzida pelo enferrujamento dos Pernes que ligavam essas aduelas. A causa principal destes factos é, sem duvida, a infiltração das aguas pluviais atravez das abobadas, devido á má conservação dos telhados. É essa agua que vae desgastando e adelgaçando a pedra, alargando as juntas, oxidando os gateamentos de ferro e reduzindo, assim. Cada vez mais, as condições de resistência dessas nervuras, que, todavia, representam a base fundamental desse sistema de abobadas, pois que são ellas que suportam e distribuem as cargas, numa combinação de formas e de equilíbrio de esforços verdadeiramente genial, tanto sob o ponto de vista mecanico como estetico. Se alguma dessas soluções de continuidade, que já se notam, vier a produzir-se em maior extensão, ficarão destruidas as condições de equilibrio de uma parte do sistema, dando logar a desmoronamentos parciaes, cuja importancia, repercussão e alcance*

não é possível prevêêr, mas que podem atingir todo o conjunto. Seria um crime de lesa civilização consentir-se que, por falta duma oportuna reparação de telhados, viessem a desaparecer essas abobadas que representam, sobretudo a do cruzeiro da igreja, um modelo único no mundo inteiro pela sua vastidão, concepção e audácia. Nos admiráveis claustros do antigo Mosteiro, as mesmas causas estão produzindo identicos efeitos, com a simples diferença de que o vão, menos, das abobadas, torna também menores riscos da ruina; mas, em compensação, o aspecto das cantarias, cuja opulenta decoração manuelina desaparece sob as escorrencias dos limos, é tão indecoroso como o aspecto das abobadas e vitrais da igreja, cobertos de largas e negras teias de aranha que desde (sic) aquele magestoso e glorioso recinto a impressão lamentavel dos velhos pardieiros abandonados. Em vista do exposto, proponho que pela secção competente se mande proceder á elaboração do projecto e orçamento duma torre-andaime transportavel e desmontavel que possa atingir a altura de 25 metros, para permitir que se examinem de perto os estragos a que me referi e se proceda ás pequenas reparações que não precisam de escoramentos especiais ou ao estudo das reparações de maior vulto que só devem fazer-se precedendo consulta da Comissão dos Monumentos e talvez parecer duma Comissão tecnica especial. Igualmente proponho a V. Ex.^a que, pela mesma secção sejam organizados os orçamentos da reparação dos telhados tanto dos claustros como da igreja dos Jeronimos, e das mais obras que sejam indispensaveis para assegurar a perfeita vedação das abobadas, por forma a impedir que chova no interior desses recintos e que as aguas pluviais saturem as paredes e abobadas como está sucedendo, a ponto de nelas escorrerem, muitas semanas depois de ter cessado a chuva. Estou certo de que as estações superiores prestarão o seu devotado concurso para que no futuro Inverno este glorioso monumento se encontre já defendido contra um dos agentes que mais pode contribuir para a sua destruição. Saude e Fraternidade". "Lisboa 5 de Fevereiro de 1920". "O architecto principal (a) A. R. Adães Bermudes". Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a sessão ás 19 horas.

O Secretario
José Alexandre Soares

Documento 154

1920 (17 de Maio) – *Projecto de uma lei de protecção aos monumentos nacionais, de Francisco Augusto Garcez Teixeira*. In *Arqueologia e História*, Vol. 1, Lisboa: Ed. AAP, 1922, pp. 53-54.

PROJECTO DE UMA LEI DE PROTECÇÃO AOS MONUMENTOS NACIONAIS

Art.º 1.º – Os imóveis classificados monumentos nacionais que estejam em posse do Estado, são inalienáveis.

Art.º 2.º – Cada monumento nacional terá um curador, individuo ou entidade, nomeado pelo Ministério da Instrução, sob proposta do Conselho de Arte e Arqueologia, devendo ter a sua residência ou séde tanto quanto possível na localidade do monumento.

§ 1.º - As funções do curador são gratuitas.

Art.º 3.º – Compete aos curadores zelar pelos respectivos Monumentos:

- a) Propondo ao respectivo CAA e ao individuo ou entidade que tenha a posse ou o usufructo do Monumento, tudo o que julgar conveniente a bem do mesmo.
- b) Suspendendo a execução de qualquer acto que julgue prejudicial ao monumento, quando este esteja na posse do Estado, comunicando dentro de 24 horas às entidades que houverem determinado acto e ao CAA os motivos que determinam a suspensão.
- c) Dando parecer sobre as obras a realizar no Monumento, quando ele esteja na posse do Estado, mesmo que sejam de simples conservação, e seja qual fôr a entidade a cargo de quem esteja a sua execução.

§ 1.º - Quando o Monumento não esteja sob a administração de qualquer pessoa ou entidade, o curador desempenhará as funções de administrador.

§ 2.º - Os curadores teem direito de visitar o Monumento em qualquer ocasião e poderão solicitar de todos os funcionarios públicos, sem que tenham de sofrer quaisquer emolumentos, os esclarecimentos de que necessitem para o desempenho da missão.

§ 3.º - Os curadores gozarão da isenção de franquia em toda a correspondencia que, pelas suas funções, tenham de dirigir às autoridades e a particulares.

Art.º 4.º – Todos os objectos que tenham pertencido a algum monumento e que estejam actualmente em posse do Estado, seja qual fôr o usufrutuário serão restituídas ao seu primitivo lugar.

§ 1.º - Para que se efectue esta restituição, será organizado pelo curador o respectivo processo, do qual constarão as informações do CAA e das entidades que estiverem na posse do Monumento ou objecto. Cada uma destas informações será prestada no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da cópia do processo, cujo original se conservará na posse do curador, e serão considerados favoráveis quando não forem prestadas dentro desse prazo.

§ 2.º - Os objectos nestas circunstâncias que se acharem prestando serviço de que não possa prescindir serão pelo Estado substituídos por outro equivalente.

§ 3.º - São exceptuados da restituição os objectos que se achem nos Museus, arquivos e bibliotecas publicas quando a informação fundamentada do respectivo director a isso fôr contrário e o Conselho Superior de Arte Nacional com ela se conforme.

§ 4.º - São também exceptuados os objectos que não possam ser arrecadados no Monumento com a necessária segurança ou quando com a transferência perigues a sua conservação.

Art.º 5.º - É o governo autorizado expropriar por utilidade pública os monumentos classificados ou partes desses monumentos que se achem na posse de particulares.

§ 1.º - O processo para a expropriação é organizado semelhantemente ao da restituição, devendo conter as informações do CSAN e do CAA e do seu proprietário.

Lisboa, 17 de Maio de 1920

(a) Garcez Teixeira.

Documento 155

1920 (5 de Junho) – *Relatório da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição a propósito da estabilidade das abóbadas da Igreja de S. Francisco de Évora*. Documento apresentado na sessão de 5 de Junho de 1920 e apenso colado às Actas da Comissão dos Monumentos, entre folhas 99v^o e 100 (5 pp.)⁸⁹. ANBA – CAA, Comissão dos Monumentos, Actas, 2.º volume, Livro 262. Inédito.

Comissão dos Monumentos

Igreja de S. Francisco em Évora

Relatório apresentado em sessão de 5-VI-1920

A sub-comissão incumbida de vistoriar a notável igreja de S. Francisco, da cidade de Évora, para avaliar das condições de estabilidade das abóbadas e frontaria daquele monumento nacional que de há muito apresentam alarmantes sintomas de ruína, vem informar dos resultados desse primeiro e rápido reconhecimento, indicar os estudos e observações complementares a realizar, e alvitar, desde já, as precauções que considera mais eficazes para evitar a ruína desse templo que é um dos mais interessantes exemplares da nossa arquitectura ogival, do fim do século XV e começo do XVI.

Os delegados da Comissão tiveram ocasião de verificar que, na magestosa abóbada que cobre a vasta nave da igreja, de largura pouco vulgar, tanto os arcos mestres como todas as nervuras que constituem a armação ou ossatura da abóbada se encontram em bom estado aparente, pois que não apresentam qualquer sinal de ruína, pelo menos no intradorso.

Todas as abobadilhas ou panos da abóbada, compreendidas entre os arcos mestres e os arcos diagonais ou terciarões encontram-se, também, aparentemente idemnes.

Infelizmente não sucede o mesmo com as abobadilhas que enchem os espaços entre os terciarões e os formalêtes encastrados nas parêdes, visto que essas abobadilhas se apresentam largamente fendidas.

As fendas repetem-se sistematicamente de ambos os lados da nave, ao longo das parêdes laterais, e vão aumentando do cruzeiro para a empêna da fachada principal, que se encontra igualmente rendida de ambos os lados do janelão central, fendida em toda a sua espessura.

Este primeiro exâme dá lugar ás seguintes considerações, um pouco contraditórias: – por um lado, as condições de equilibrio da abóbada da igreja de S. Francisco parecem satisfatórias, por quanto os arcos e nervuras que constituem a estrutura resistente daquele sistema, não apresentam quaisquer deformações ou indícios de ruína, e as lesões produzidas acidentalmente nas abobadilhas, que são

⁸⁹ Em sessão de 8 de Maio de 1920, foi nomeada uma subcomissão com o objectivo de estudar as condições de estabilidade das abóbadas da igreja, composta pelos architectos Adães Bermudes, José Alexandre Soares, por José Queiroz, delegado da AAP na CM e pelo escultor António da Costa Mota. O relatório foi aprovado na sessão seguinte, a 5 de Junho de 1920 (acta n.º 136). Nesta sessão foi solicitado, junto da DGOP, que se mandasse proceder com “a maxima urgencia, ao levantamento da planta e cortes desse monumento, aos calculos necessarios para a verificação das condições de estabilidade da respectiva cobertura e á elaboração do projecto para a reparação do edificio de harmonia com os alvitres propostos” e que deveria ser comunicado à mesma CM. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, fol. 99. Livro 262.

constituídas por simples enchimentos de tijolo suportadas por aquêles arcos, teem muito menos importancia.

Mas, por outro lado, ha duas circunstancias agravantes a considerar: a primeira é que a dupla fenda nas abobadilhas que descansam nos arcos formalêtes e que mais ou menos coincidem com os rins da abóbada, tomada no seu conjunto, e a repercussão das mesmas fendas na fachada principal representam um lesão profundo que só poderia atribuir-se á insuficiencia dos apoios ou á cedencia da base; – a segunda é a circunstancia inquietante e facil de observar, de que aquelas fendas, que já foram concertadas, persistem em reabrir-se, o que demonstra que as paredes laterais continuam a *trabalhar*, sendo difficil aventar os motivos porque esse trabalho se não reflete nos arcos, parecendo interessar unicamente as abobadilhas laterais e os lados da fachada principal.

Para maior segurança da diagnose torna-se necessário visitar o extradorso da abóbada a fim de estudar o character e a situação das fendas que pudessem ali acusar-se e o modo de distribuição das sobrecargas que usualmente se empregam para auxiliar a estabilidade das abóbadas.

Subimos aos telhados da igreja, aliás de difficil acesso, mas não podemos proceder a todas as observações necessárias porque as abóbadas são extradorsadas de chapa ou, melhor, revestidas de alvenaria para receberem a telha directamente e sobre o extradorso dos arcos mestres levantam-se os muros de carga, bastante altos, reforçados, ainda, no vértice das ogivas, por fortes pináculos de alvenaria.

Desde logo se notam nesses muros de carga evidentes vestigios das rupturas que ali se teem produzido por diferentes vezes, devindo ser a ultima, a que corresponde á ruptura actual das abobadilhas.

Parêce-nos, pois, fóra de duvida que nesses muros está a principal origem das degradações acusadas.

Cada um desses grandes prismas de alvenaria de tijolo trabalhando com um braço de alavanca carregado na extremidade pelos pináculos, deve estar sujeito a um esforço de flexão superior á resistencia do material de que é composto; por outro lado, escorrendo ao longo do extradorso fugidío das ogivas deve exercer uma forte pressão obliqua sobre as parêdes laterais da igreja, por intermedio dos muros transversais que encostam aos pilares.

Os resultados desse enfuste acusam-se nessas parêdes por um desaprumo pequeno, sem duvida, porque não vae além de 0,06 m, em média, mas que é suficiente para fazer estalar todos os muros de carga, as abobadilhas dos formaletes e algumas das abóbadas de meio berço, que correm sobre as galerias altas do falso trifório, por cima das capelas laterais.

Estas abóbadas de meio berço, frequentes nas igrejas románicas quando cobertas com simples abóbadas de berço, enfustando igualmente as paredes em toda a sua extensão justificavam-se perfeitamente porque desempenhavam o papel dum arco-botante contínuo contrabalançando os impulsos obliquos e transmitindo-os aos muros laterais, fortemente escorados pelos contrafortes.

No caso da igreja de S. Francisco, que é uma construção ogival, com abóbada de nervuras que descarregam todas as cargas sobre os pilares ou encontros, esse contrabotamento contínuo não se justifica e contribue para aumentar consideravelmente o impulso sobre as paredes laterais.

Compreende-se pois que essas paredes no seu movimento de rotação, embora ligeiro, arrastem, por seu turno, os muros de carga, as abóbadas de meio berço e as abobadilhas dos formaletes produzindo-se as desagregações que se manifestam e que se transmitem, como somatório de efeitos, á fachada principal.

Igualmente se compreende que enquanto esse movimento ou deformação fôr insignificante, todos os orgãos da abóbada que não contribuem para esse movimento fiquem indemnes. Mas, que sucederá quando essa deformação seja eventualmente aumentada por uma acção exterior, como a dum ligeiro abalo de terra, ou quando as alvenarias, já de si ordinarias, percam com o tempo a sua resistencia?

A solidez da abóbada da igreja de S. Francisco parece-nos, pois, bastante precária, embora possa resistir por tempo indefinido se não se derem circunstancias que agravem as condições da sua estabilidade, comprometida desde a época em que se procedeu á demolição dos edificios conventuais anexos á igreja e que lhe serviam de contrafortes.

As considerações que deixamos expostas deduzem-se facilmente dos factos que observamos e dos *croquis* e fotografias que fizemos na ocasião.

Para fazer, porem, a verificação rigorosa das condições de equilibrio daquela abóbada, por qualquer dos processos conhecidos, seria necessario que pela Direcção Geral de Obras Públicas fosse mandado levantar, pelo menos, a planta e os cortes longitudinal e transversais da igreja entre dois tramos, sendo um destes cortes transversais feito pelo eixo do pilar e outro pelo meio dos arcos, no género do *croquis* junto, e á escala de 0,02 m por metro.

Sómente depois desse estudo se poderia dizer, com segurança, se havia motivo para aumentar ou diminuir as sobrecargas da abóbada principal ou modificar a disposição dessas sobrecargas ou o sistema da cobertura das galerias a que nos referimos.

Todavia, mesmo com esse estudo, parece-nos que as precauções a tomar para impedir o agravamento das lesões manifestadas ou anular os seus efeitos, se poderiam limitar ao aferrolhamento e reparação dos muros de carga; ao aferrolhamento e reparação da empena da fachada principal, á construção, no eixo dos encontros, de contrafortes rematados por pináculos ameiados, no genero dos existentes, e essas precauções são, a nosso vêr, as necessarias e suficientes para assegurar, como é indispensável a integridade daquêle magnifico monumento nacional.

Lisboa, 5 de Junho de 1920

O relator

A. R. Adães Bermudes

Documento 156

1920 (16 de Setembro) – *Ofício da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo acerca das graves lesões verificadas na Charola provocadas pela Torre*. Ofício n.º 21, em papel timbrado por meio de carimbo, da UAMOC. ANBA – CSMS, Correspondência Entrada. Anos 1882-1925. Livro – 243. Inédito.

[Logótipo]
N.º 21

Exmº Sr. Presidente da Comissão dos Monumentos do
Conselho de Arte e Arqueologia na 1.ª Circunscção
Lisboa

Durante o mestrado do Infante D. Henrique foi a Charola romanica do Convento de Cristo, em Tomar, acrescentada com uma torre sineira, justaposta exteriormente á parede da mesma Charola. Ou porque as fundações daquela torre cedessem ou, o que julgo mais provavel, por efeito de um tremor de terra, houve um assentamento da torre, que arrastou consigo a parte adjacente da Charola, tendo-se manifestado na abobada d'esta, duas fendas radiais que, pela posição, mostram claramente a sua origem.

Isto poderia ser um facto sem a menor importancia, se tivesse ficado por aqui mas, um recente exame, mostrou-me que, nos feixes das colunas interiores que estão junto á torre, se estão manifestando fendas provenientes de esmagamento da pedra e que muito recentemente saltaram lascas da verga do portal da Capela que se encontrava na base da torre, indicando claramente que o assentamento continúa o que me parece de maior gravidade por poder ser origem de irreparaveis danos.

Julgo, pois, da maior conveniencia que seja feito áquele edificio um exame mais minucioso a fim de se proporem as medidas que o caso requerer.

Saude e Fraternidade

Tomar, 16 de Setembro de 1920

O Presidente da Direcção

Francisco Augusto Garcez Teixeira

1920 (22 de Setembro) – Parecer de Raul Lino acerca de um projecto de intervenção em património edificado da cidade de Évora. Ofício da Nova Companhia Nacional de Moagem, de Lisboa, dirigido à Presidente do Grupo Pró-Évora, contendo o referido parecer destinado a ser adaptado aos interesses daquela empresa. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923). Inédito.

NOVA COMPANHIA NACIONAL DE MOAGEM

SOCIEDADE ANONIMA: RESPONSABILIDADE LIMITADA
ESCRITORIOS: RUA DO JARDIM DO TABACO 74: LISBOA

TELEFONE Nº { 4222
4223
4224

ENDEREÇO TELEG: FARINHAS

LISBOA, 22 de Setembro de 1920.

LL/JS.

Exmo. Snr.
Presidente do Grupo Pró Évora

Évora

Tendo prestado a nossa melhor atenção ao conteúdo da carta de V.Ex.^a datada de 17 do corrente, vimos informar, em resposta, o seguinte:

Sendo altamente prejudicial para o nosso caso a conservação do detalhe a que alude, mas desejando, por outro lado, conciliar quanto possível os nossos interesses com os desejos manifestados por V.Ex.^a, resolvemos consultar o ilustre arquiteto Snr. Raul Lino sobre a melhor maneira de o conseguir.

A resposta que êle deu á nossa consulta consta da transcrição que passamos a fazer:

"Respondendo á amavel consulta de V... sobre o assunto do seu estabelecimento na cidade de Évora, tenho a dizer o seguinte:

"Não pertenco ao numero das pessoas que cegamente amam o progresso, nem sou dos que confundem "progresso" com "civilização"; no entanto neste caso não vejo maneira, nem mesmo talvez razão propria - desculpe-se-me a franqueza - de conciliar o aspecto pitoresco das velhas casas adquiridas por V... com o destino do seu estabelecimento projectado para aquele local. Parece-me louvavel a conservação integral do interessante balcão, com sua grade de tijolo, e aconselhei mesmo a applicação da vèrga manuelina de uma das portas existentes no rez-do-chão áquele novo vão do primeiro andar, mas não me parece dever-se exigir maior piedade por aqueles restos de construções antigas. Estou de acôrdo em que seria muito desagradavel ver substituir aquela pitoresca serie de frontarias antigas e humildes por uma casa absolutamente banal. Aqui, porém, pretende-se erigir uma construção que, não sendo propriamente um monumento artistico, apresenta no entanto certa correcção de linhas e tem a grande vantagem de corresponder completamente ao fim a que se destina.

"Deixar que a azafama comercial de um estabelecimento desta ordem fique correndo ao abrigo de umas paredes decrepitas, não é muito conforme a logica - digo isto por não terem essas paredes mais valor artistico que o das suas linhas quebradas e um tanto pitorescas - outra coisa seria se as velhas frontarias tivessem mais feitiço architectónico.

"Para quem se interessa inteligentemente pelo passado e se apiaxona pelo que ainda resta de pitoresco nos aspectos da cidade, é a projectada substituição sem duvida muito pouco de estimar; mas não

NOVA COMPANHIA NACIONAL DE MOAGEM

SOCIEDADE ANONIMA: RESPONSABILIDADE LIMITADA

ESCRITORIOS: RUA DO JARDIM DO TABACO 74: LISBOA

TELEFONE N.º { 4222
4223
4224

ENDEREÇO TELEG: FARINHAS

-II-

Compagnia Industrial de Portugal e Colonias
LL/JS.

LISBOA, 22 de Setembro de 1920.

"Grupo Pró. Evora"

haverá outros motivos - mesmo sob o ponto de vista patriótico - a que atender?

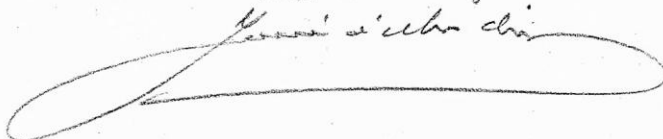
"A mim afigura-se que não está a nossa vida nacional tão premeche de iniciativas comerciais e industriais que se deya dificultar a realização duma obra como a que V... pretendem levar a cabo, e só peço licença para recomendar o maximo cuidado na execução de todos os pormenores desta construção para que resulte uma obra de todo apurada e digna da cidade importante que Evora é, onde muito nos regozija encontrar carinho raro e intelligencia, applicados á salvação do que ali ainda resta de passadas grandezas."

Nestes termos, esta Companhia mantém a resolução em que estava de não respeitar o detalhe em quest'ao, o que não impede que lamenteter de ir de encontro ao aliás louvavel desejo de V.Ex.ª, parecendo-lhe ser bastante para atestar os seus intuitos conciliadores, o facto de haver já respeitado outros detalhes da propriedade a que nos estamos referindo, o que fizemos com o maior prazer.

Com a mais elevada consideração, nos subscrevemos,

De V.Ex.ª M.ª At.os e V.res

Compagnia Industrial de Portugal e Colonias
O Administrador Delegado



Documento 158

1920 (16 de Outubro) – *Comunicação do Vice-presidente da Comissão dos Monumentos, architecto Adães Bermudes, sobre o embargo da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém a respeito das obras ilegais executadas pela Reitoria do Seminário de Santarém.* Acta n.º 140, de 16 de Outubro de 1920. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, vol. 21, fol. 103-103v.º. Livro 262. Inédito.

“Para os devidos efeitos, digo convenientes efeitos passo ás mão de V. Ex.^a o incluso telegrama da Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarem, comunicando que embargou a obra mandada executar pela Reitoria do Seminario para a ampliação de uma aula e que importava a demolição dos interessantes arcos representados na fotografia junta, classificados Monumentos Nacionais, com vestígios dos Antigos Paços. A Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição aprova o procedimento da Comissão de Santarem, que não podia sêr outro, em face da eminencia do vandalismo que se ia consumir, e é de parecer que se deve pedir com urgencia ao Ministerio de Instrução para intimar pelas vias competentes a Reitoria do Seminario de Santarem, a repôr no mais curto prazo aquele fragmento architectonico nas mesmas condições em que se encontrava antes das obras. É necessario salvar, a todo o custo, o pouquissimo que resta do rico patrimonio do passado nesta terra, onde, antes e depois de constituida a nossa nacionalidade, se documentou largamente a historia, em Monumentos que constituiriam, hoje, um Museu incomparavel, se não tivessem sido sistematicamente destruidos por um vandalismo que se exerceu sem peias, durante seculos, mas que, em face da lei, não pode sêr por mais tempo tolerado. Saude e Fraternidade. Lisboa, dezoito de Outubro de mil novecentos e vinte. Ex.^{mo} Snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição. O presidente da Comissão dos Monumentos”.

Documento 159

1920 (22 de Dezembro) – *Pedido da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo para que fosse classificada a Sinagoga de Tomar como Monumento Nacional.* UAMOC – Ofício n.º 10, assinado por Garcez Teixeira. ANBA – CSMN. Correspondência. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 243. Inédito.

[Logótipo]
N.º 10

Ex.º Sr.

Na Rua Joaquim Jacinto, em Tomar, que ainda ha poucos anos conservava o nome de Rua Nova, nome que no seculo XVI era o das ruas das Judiarias, existe ainda hoje a Sinagoga construida naquele século, e apresentando ainda a sua forma primitiva, com pequenas alterações.

Consiste em uma casa terrea, medindo interiormente 8,20 m na frente e 9,60 m de profundidade. É toda coberta de abobadas de tijolo apoiando-se estas em 2 filas de 2 colunas cada. Estas colunas são bastante altas, visto ser relativamente grande o pé direito, delgadas e formados os fustes de mais de uma pedra, encimados por capitéis um tanto toscos, mas apresentando formas orientais bem caracterizadas.

Ao fundo existem os lancis de uma porta e duas frestas, e na parede do lado esquerdo vê-se também o lancil de outra porta, achando-se todas entaipadas.

A serventia actual faz-se pela rua por uma larga porta cuja verga apresenta molduras do Século XVII. Duas pequenas janelas gradeadas, muito mais modernas, dão luz sobre a rua.

O pavimento é moderno, de betonilha e, dizem, (o que não pude verificar) que ainda existe um pequeno subterraneo onde é costume nestes templos serem guardados os livros sagrados.

Julgou esta União do maior interesse a conservação deste edificio, talvez único hoje de tal epoca, e por isso promoveu junto da Camara Municipal de Tomar, que ela o adquirisse para nêle estabelecer a biblioteca publica, hoje fechada por falta de instalação. Este intento, porem, não pode ser efectivado, apesar da boa vontade da Camara, pois o seu proprietario exigiu o preço de 5.000\$00, que computo ser o triplo do seu valor.

Não podendo pois, o edificio ter sido preservado de uma possivel demolição, venho submeter o assunto ao esclarecido critério da Comissão da digna presidencia de V. Ex.ª lembrando-me que possivelmente a classificação do edificio levasse o seu proprietario a aceitar a expropriação por utilidade pública que não podia deixar de ser por um preço equitativo, que a Camara restituiria ao Estado.

Saude e Fraternidade
Tomar, 22 de Dezembro de 1920

Exmº Snr Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais da 1.ª Circunsc. Lisboa

O presidente da Direcção

Francisco Augusto Garcez Teixeira

Documento 160

1921 (7 de Janeiro) – *Discussão da Comissão dos Monumentos acerca dos assuntos referentes ao Convento de Cristo por razão dos graves problemas verificados na abóbada da Charola.* Acta n.º 142. ANBA – CAA. Actas da Comissão dos Monumentos, vol. 3, fols. 1-3v.º. Livro 263. Inédito.

Acta n.º 142

Comissão dos Monumentos

Aos sete dias do mez de Janeiro de Mil novecentos e vinte e um reuniu a Comissão dos Monumentos sob a presidencia do Snr. José Maria Cordeiro de Sousa e com a assistencia dos Snrs: Arnaldo Redondo Adães Bermudes, D. José Maria da Silva Pessanha, Antonio Augusto da Costa Motta, Luciano Martins Freire e José Alexandre Soares, servindo de Secretario, tendo assistido por convite especial, o Coronel de Engenharia, Ex.^{mo} Snr. Garcez Teixeira e Snr. Dr. Felix Alves Pereira, que pela primeira vez tomou assento nesta sessão, como delegado da Associação dos Arqueólogos Portuguezes. Lida a acta da sessão anterior, foi esta aprovada depois dalgumas ligeiras correcções. Em seguido o snr D. José Pessanha pede a palavra para antes da ordem do dia.

O Snr. Presidente saúda o Sr. Dr. Felix Alves Pereira, fazendo-lhe ao mesmo tempo elogiosas referencias. Agradece tambem ao Snr. Garcez Teixeira a honra da sua presença nesta sessão em que vão sêr tratados assumptos referentes ao monumento de Cristo para o que S. Ex.^a tem especial conhecimento. Regozija-se tambem pelo facto de o vêr ali como Presidente dos Amigos da Ordem de Cristo e ainda como vogal correspondente desta Comissão. Em seguida foi concedida a palavra ao Snr. D. José Pessanha que diz acompanhar de todo o coração as merecidas referencias do Snr. Presidente, pois tanto o Sr. Dr. Felix Alves Pereira, como o Coronel Ex.^{mo} Snr. Garcez Teixeira, seus consócios, são tambem camaradas de lucta e de defeza pelo patrimonio artistico da nossa terra. Continuando no uso da palavra diz que, se por motivo de doença prolongada até ás férias escolares, deixou de assistir a algumas sessões, não se desinteressou comtudo dos assumptos ahi tratados. Nesta ordem de idéas e respondendo a uma noticia inserta num Diário de Lisboa, escreveu em “A Patria” uma série de artigos defendendo o seu modo de vêr, tantas vezes exposto nestas reuniões. Lembra a conveniencia de se recommencarem as visitas a alguns edificios de Lisboa que, embora nem todos mereçam sêr classificados, oferecem todavia detalhes notaveis. Assim, proporia que se vizitasse em primeiro logar a igreja da Pena, onde existem dignos de atenção dois pulpitos, o tecto e a capela-mór. Tendo vizitado a Capela do Convento da Encarnação pede para se consiga que sejam abreviadas as obras da restauração do telhado, visto a sua morosidade dar logar a danos causados pela infiltração das chuvas. Entende que, interiormente, devem sêr eliminados, o Côro Alto, umas teias de madeira que são grotescas, repôr a teia da Capela Mór no seu primitivo logar e refazer o tecto de que apenas escapou o medalhão central. Diz constar-lhe que do palacio do Conde Barão (Almadas) têm retirado silhares de azulejos, certamente com fim lucrativo e salienta que se estes não têm um notavel valor historico ou artistico que possa contribuir para a classificação feita ao palacio, de Monumento Nacional, pode suceder que alguém seja tentado a retirar dali os colunelos e os arcos do claustro que são tão interessantes e talvez unicos no paiz, razão de sêr, da sua classificação. Pede pois com muita instancia para que se tomem providencias tendentes a impedir que aquele edificio seja despojado da unica parte que a valoriza artisticamente. Fala ainda da igreja de St.^a Maria de Sintra, de que ha muito se vem interessando, tendo-lhe merecido, por vezes, estudos especiaes. Atendendo à sua época, estado de conservação e ao seu estilo que é o Romano-Ogival, propõe para que seja classificada como Monumento Nacional. O Snr. Adães Bermudes pede para

que, quando o Snr. Presidente julgar oportuno, lhe seja concedida a palavra. Dirigindo-se ao Snr. Coronel Garcez Teixeira roga-lhe que forneça ao Conselho as informações que julgar convenientes para o elucidar ácerca dos indícios de ruína que se manifestam numa parte do Convento de Cristo, em Tomar, visto S. Ex.^a já ter chamado a atenção deste Conselho em seu ofício de 16 de Setembro de mil novecentos e vinte. O Snr. Dr. Félix Alves Pereira agradece as palavras que tanto o Snr. Presidente, bem como o Snr. D. José Pessanha lhe dirigiram e ainda as que foram proferidas a seu respeito na sessão anterior, como viu pela leitura da acta. Declara que foi uma surpresa a sua nomeação para representante da Associação dos Arqueólogos junto da Comissão, mas não conseguiu demover os membros daquela colectividade, da sua escolha, mais do coração que da inteligência. Promete empregar todos os seus esforços por bem defender os Monumentos Nacionais da Circunscrição. Em seguida o Snr. Garcez Teixeira agradece também a honra da sua eleição, afirmando ao mesmo tempo todo o seu empenho de procurar corresponder com dedicação aos desejos manifestados pelo Conselho na escolha com que o distinguiu. Continuando, faz a história geral do edifício (Convento de Cristo), explica a marcha do aspecto que recentemente apresenta, em vista do que está alarmando os Amigos daquele Monumento e as pessoas que o visitam. Emite a sua opinião pessoal de que deve aliviar a torre, eliminando o massiço de alvenaria que se encontra inutilmente na parte superior da torre e estudar a marcha da deslocação, colocando para esse fim as respectivas testemunhas nos pontos em que se observam as fendas. O Snr. Soares diz que, logo que se tomou conhecimento do ofício do Snr. Coronel Garcez Teixeira, com data de dezasseis de Setembro de Mil novecentos e vinte, foi a Tomar por incumbência desta Comissão e visitando aquele monumento verificou de facto que havia indícios recentes de qualquer no movimento no edifício que produziu fendas na abobada anelar da Charola, que lhe pareciam provenientes duma tal ou qual deslocação da torre do relógio que exteriormente se achava incrustada nos botaréis e na parede exterior da Charola e ainda na espessura da parede que tinha sido consideravelmente reduzida na sua massa por motivo da construção da torre em época posterior, o que decerto provocou o enfraquecimento da estrutura primitiva (parte românico-bisantina) que necessariamente com os andar dos tempos se foi agravando. Pelas explicações do Snr. Coronel Garcez Teixeira, verifica-se que na época do Marquez de Pombal fôram aplicados á referida torre, ferrôlhos e gatos de ferro em quantidade, para lhe garantir a sua estabilidade. Não lhe resta portanto a menor dúvida que a Torre é a causadora das lezões que se estão produzindo no interior do templo que, até agora, só se manifestam na abobada, o que lhe leva a crer que ellas são provenientes dum movimento da alavanca produzido pela própria torre da base ao campanilho que na parte superior é de construção massiça, a qual ainda agravada com a sobrecarga dos sinos, determina uma grande elevação no seu centro de gravidade, fazendo-a desligar para o exterior, auxiliada pelo impulso das referidas abobadas da charola que também exercem na parte superior da torre o seu maior esforço. Observa ainda, que a estrutura mais forte do edifício é a sua parte primitiva (românica) onde em alguns logares se montaram os alicerces da torre e onde parece que esta faz o seu ponto de aplicação ou o seu fulcro, visto o pizo da Charola e o seu envazamento pelo lado exterior não manifestarem indícios do seu esmagamento. Tem apreensões, porém, sobre a fraqueza das fundações mais profundas da torre, sobre o terreno adjacente do movimento da cóta de nível muito mais inferior e por isso tinha proposto que se pedisse ao Snr. Director Geral de Obras Publicas, nosso muito digno Presidente, os seus bons ofícios para se obter um estudo sobre as causas de carácter mecânico determinativas do movimento que, a ser vêr, poderia sêr estudado pelo pessoal técnico das obras Publicas do respectivo distrito se S. Ex.^a assim o entendesse. É devido justamente ás instruções dadas pelo Snr. Cordeiro de Sousa que se acha presente o relatório e planta do movimento, contendo apreciáveis conselhos, como medidas a adoptar desde já, com o fim de retardar a continuação do perigoso movimento que se está operando, sentindo, porém, que esse estudo não

faça referencia às condições do terreno circundante onde se firma a parte da torre cuja fundação lhe parece mais fraca. Em conclusão, entende que se depois de precisos estudos, se verificasse que a causa era devida á deficiência das fundações que fôsem essas robustecidas de modo a garantir as boas condições de estabilidade da Torre. Se ao contrario se verificasse que as causas não eram só essas e muitas outras e se por esse facto não merecesse uma consolidação por tal forma difficil e dispendiosa, então, nessas circunstancias não teria duvida de votar a eliminação desse elemento se bem que ella provocasse certos comentarios, por quanto alteraria muito a silhouete já consagrada por muitos seculos nos seus diferentes aspectos panoramicos, que a situação de altitude daquele Monumento tão excepcionalmente provoca. O Snr. Bermudes usando da palavra diz, que não tendo vizitado recentemente o monumento, como os seus colegas que acabam de falar, não pode emitir o seu parecer sem ter conhecimento directo, porque uma opinião teorica pode induzir facilmente um erro. Entende, porém, que em primeiro logar se deviam estudar as fundações da torre e nessa conformidade propõe que seja nomeada uma Comissão que vá ao local examinar o Monumento, da qual façam parte pelo menos dois architectos, sendo vantajoso que se encontrassem já abertas valas profundas ou poços para se avaliar da natureza do terreno. Diz mais que, se se verificar que o terreno não tem a devida consistencia e querendo conservar-se a torre, ha necessidade de consolidar-se os fundamentos e, se pelo contrario se observar que o terreno tem as precisas condições de resistencia e que é a torre que está causando dano ao monumento, opinava pela eliminação da torre. Propõe para quando da vizita a esse monumento seja prevenido o Coronel Snr. Garcez Teixeira que pelo seu elevado criterio e conhecimentos muito poderá contribuir para auxiliar a Comissão. O Snr. Dr. Félix Alves Pereira emitindo a sua opinião diz que está de acordo com as considerações dos dois oradores que o precederam mas se se demonstrar que a torre de D. Henrique compromete a conservação da rotunda romanica, não hesitará um momento em votar a demolição desta. Quanto á Comissão proposta alvitra que dela faça parte um Geologo e um sismologo, visto que se mostrou que as fendas da construção se produziram depois do sismo de 1755, cuja amplitude ainda actualmente é objecto de metodicadas observações por parte de alguns homens de Sciencia. O snr. Bermudes diz parecer-lhe que os receios do orador que o precedeu são injustificados, porquanto as observações que ha necessidade de fazer no terreno são apenas superficiaes. Faz ainda diversas considerações sobre o modo de remediar a continuação das degradações do edificio causadas pela sobrecarga da torre e da sineira, encarando os assentos da compressibilidade e da inclinação dos estratos do terreno sobre que assentam os alicerces e dos efeitos sismicos naquela região. O snr. Dr. Félix Alves Pereira nota que em face das considerações do snr. Bermudes, não hesita em retirar o seu alvitre, certo de que a Comissão não terá duvida em agregar um Geologo ou um sismologo, caso seja necessario. O Snr. Presidente acentua que as propostas que acabam de sêr feitas, taes como, a vizita e as sondagens proveem, o que lamenta, do facto do relatorio não esclarecer certos pontos, cujo conhecimento seria indispensavel para o Conselho poder formar uma opinião segura sobre o assumpto. Foi em seguida lido um officio do Padre Amadeu Guerreiro Fortes Ruas, pedindo que se evite que a Capela de N.^a S.^a dos Prazeres da freguezia de S. Tiago, em Beja, seja cedida para instalação de uma escola oficial de primeiras letras. Ficou para sêr resolvido na proxima sessão. O Snr. Bermudes diz que, quando da vizita a Tomar, se poderão estudar os assumptos respeitantes ás cidades de Evora e Extremoz, visto a sua importancia não exigir uma vizita especial. Continuando no uso da palavra propõe que esta Comissão vizite urgentemente o Monumento dos Jeronymos cujas abobadas oferecem grave perigo de ruina. Diz haver ainda urgência tambem, de uma vizita ao palacio de Sintra cujo topo Norte da Ala Manoelina, a parte mais interessante, está em perigo. Dessa vizita resultará poder assentar-se na melhor forma de se continuarem as obras. Tendo chamado a atenção das autoridades respetivas para este facto, confessa, com desgosto, que apesar da boa vontade do

Snr. Director Geral das Obras Publicas e Director dos Edificios que prometeram interessar-se para que fossem dadas as necessarias providencias, só conseguiu um andaime exterior no edificio dos Jerónimos. Ficou de se combinar na próxima sessão a escolha do dia para a vizita a Belem. O Snr. Presidente entende que deve ficar nomeada uma comissão composta pelos trez architectos snrs. Adães Bermudes, Alexandre Soares e João A. Piloto e ainda pelo Snr. Coronel Garcez Teixeira para estudar o assumpto do monumento de Cristo, em Tomar, e auxiliar esses trabalhos; como representante official, lembra o Snr. Administrador dos Edificios ou pessoa por êle indicada. Acrescenta que se se entender necessaria a coadjuvação de um Geologo, lembra o nome dum seu colega, o Ex.^{mo} Snr Pereira de Sousa que se tem dedicado a investigações importantes sobre o terramoto de 1755 e que pelo seu interêsse em colher elementos de estudo para os seus trabalhos, é possível que, expontaneamente se disponha a acompanhar a Comissão. O Snr. Luciano Freire concorda com todas as decisões tomadas e o Snr. Bermudes propõe que se officie ao Snr. Administrador dos Edificios pedindo para acompanhar a Comissão, caso julgue necessario ou a delegar em quem entenda, pedindo ao mesmo tempo que autorize o Snr. Director das Obras Publicas do distrito a acompanhar os trabalhos. Em vista da discussão sobre o Monumento de Cristo, em Tomar, o Coronel Snr. Garcez Teixeira lembra ainda uma solução intermedia que consiste em, depois de um prévio estudo, sobre a natureza do terreno, refazer a Capela, recompôr a parede exterior da Charola, inutilizando a mesma. O Snr. Luciano Freire pede em vista da grande urgencia que o caso requer que se marque o dia para a proxima vizita aos Jeronimos. Ficou resolvido que essa vizita se realize na 6.^a feira 14 do corrente, pelas 15 horas, e que as propostas do Snr. D. José Pessanha entrem em discussão na proxima sessão, tendo terminado esta às dezanove horas.

O Secretario
José Alexandre Soares

Documento 161

1921 (14 de Janeiro) - *Pedido de classificação do Castelo de Marvão pela Comissão de Vigilância e Defesa do Castelo de Marvão*. ANBA – CAA, 1.^a Circunscção, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49. Inédito.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO
Concelho de 2.^a Ordem

Comissão de Vigilancia e Defeza do Castelo de Marvão

S. R.

Ex.mo Snr. Presidente e mais Vogaes do Concelho de Arte e Arqueologia

Lisboa

A Comissão de Vigilancia e defeza do Castelo de Marvão a que tenho a honra de presidir, vem junto de V. Ex.^a solicitar que ao historico castelo de Marvão, de tão honrosas tradições seja dada a classificação de monumentos nacional.

São por demais conhecidas as lutas que o Castelo de Marvão sustentou em defeza da liberdade e da autonomia nacional, para que aqui as faça salientar a V. Ex.as, luctas em que sempre se manteve inexpugnável ante as poderosas remetidas das hostes inimigas.

Espera pois esta Comissão que V. Ex.^a tomando em consideração tão justo pedido e, ao quanto de histórico representa o castelo de Marvão, dêem a classificação de monumento nacional ao referido castelo.

Saúde e Fraternidade

Marvão 14 de Janeiro de 1921

O Presidente da Comissão

José Miranda da Silva

Documento 162

1921 (22 de Fevereiro) – *Relatório da Vistoria ao Convento de Cristo em Tomar*. Acta n.º 146, de 22 de Fevereiro de 1921. ANBA – Actas da Comissão dos Monumentos. Vol. 3, Livro 263. Inédito.

(...)

“Relatorio da Vistoria ao Convento de Cristo em Tomar”

A sub-Comissão nomeada para estudar as causas dos sintomas de ruina que se vêm manifestando em alguns pontos do Convento de Cristo, e propor as providencias mais práticas e eficazes para salvaguardar aquele Monumento Nacional, tem a informar o seguinte: Nas minuciosas vistorias a que procedeu, em dias sucessivos e ás quais assistiram o Coronel de engenharia Garcez Teixeira, inspector dos Castelos e Fortalezas Militares, e o engenheiro civil Snr. Branco Cabral, chefe da secção na Direcção de Obras Publicas de Santarem, têve sub-Comissão ensejo de verificar a existencia de graves lesões a que é indispensavel acudir com urgentes trabalhos de consolidação, sem prejuízo dos serviços permanentes a organizar para a metódica conservação daquele glorioso padrão da nossa historia, que se está ressentindo profundamente do abandono a que tem sido votado.

Exame dos estragos

Os estragos principais e de maior gravidade são os que se notam na Torre do Relogio e na abobada da Charola.

A Torre do Relogio, anexa á Capela dos Templarios, foi mandada construir pelo infante D. Henrique, entre os dois contrafortes que escoravam a S.O. as paredes e abobada da Charola, para o que esses contrafortes foram, em parte, demolidos. Esta torre, actualmente ameaça ruina. Exteriormente apresenta numerosas fendas serpeando (sic) em todos os sentidos; muitos dos silhares estão estalados; os paramentos dos muros encontram-se ligeiramente arqueados e as pedras desfazem-se em lascas, sendo todos êstes sintomas característicos do fenomeno do *esmagamento*. Interiormente os rebôcos da pequena Capela que ocupa a parte inferior da Torre apresentam-se igualmente fendidos, e a formosissima porta manuelina que dá entrada á mesma Capela, encontra-se lamentavelmente estilhaçada devido ao esmagamento.

Paredes da Charola

As paredes da Charola que ficam encostadas á Torre do Relogio, apresentam-se largamente fendidas em toda a sua espessura; e a que suporta a pesada sineira feita na epoca de D. João III para abrigar o grande sino a que chamam “Baleia” manifesta, tambem, todos os sintomas do esmagamento, mostrando que, como na Torre, o material tem trabalhado a um esforço muito superior ao seu coeficiente limite de elasticidade. Nas êngras ou angulos formados pelo encontro das paredes da Torre com as da Charola deixou de haver o travamento necessario, devido á ruptura dos silhares. Em todas estas paredes se nota facilmente que em várias épocas, têm sofrido importantes e sucessivas lesões, reparadas umas vezes com gateamentos de ferro, disfarçados outras vezes com simples enchimentos de argamassa.

Abobadas da Charola

Depois de terem interessado em toda a altura as paredes da Charola adjacentes á Torre, duas grandes fendas que abraçam a parte mais profundamente atingida, como que separando-a do resto da construção, prolongam-se pelo intradorso da abobada anular da Charola, alargando consideravelmente as juntas das aduelas,

das quais algumas rebentaram para acompanhar a fractura, que afecta sensivelmente a forma de uma parábola, cujo eixo fôsse o eixo da Torre e cujo vertice seria o fecho da abobada. Se essas fendas resultassem dos esforços que actuam ordinariamente sobre as abobadas, elas seriam paralelas ao eixo horizontal, seguindo as linhas naturais de clivagem e produzindo-se nas juntas perigosas; isto é, no fecho e nos rins da abobada. Como se apresentam normalmente ao eixo horizontal, tem de se procurar a origem dessas lesões fóra dos casos vulgares. Uma outra lesão típica, registada, é a que se encontra nas paredes e abobada da escada aberta na espessura da parede e contrafortes N.O. da Charola para dar acesso á antiga Charolinha, ás sineiras e ao relógio, fenda que segue um plano inclinado e acompanha, como na abobada, a comissura das pedras, que ficaram muito desligadas.

Estudo das causas

Pelas observações recolhidas, a sub-comissão verificou que algumas das lesões produzidas são consequência de factos derivados a própria construção; tais como modificações profundas da primitiva estrutura, redução considerável das secções, excessos de sobrecargas posteriores e deficiência de fundações. Outras, são de origem endogenica e devem resultar dos efeitos sísmicos, muito sensíveis naquela região. Examinando o “Croquis” apenso ao presente relatório, vê-se que a primitiva Capela ou oratório dos Templários, construída no tempo de Gualdim Paes, no interior da fortaleza, se compunha resumidamente, dum corpo central – Tabernaculo – ou relicario, de forma octogonal, sustentado por oito pilares tendo cada um quatro meias colunas adossadas, coberto por uma abobada semiesférica e de um deambulatorio ou charola que forma um polígono de dezasseis lados, sendo reforçado interiormente cada um dos ângulos por um pilar com a sua meia coluna adossada, e exteriormente por fortes gigantes ou contrafortes, cuja secção, máxima na base, vai diminuído até ao encachorramento da cimalha, onde terminam, sendo este segundo recinto coberto por uma abobada anular de volta inteira.

Redução de secções

Se atentarmos no mesmo – “Croquis” veremos que a estrutura da fabrica primitiva, durante os seus quasi oito séculos de existência, sofreu os piores tratamentos. Assim, o contraforte n.º 1 desapareceu com as paredes que o ladeavam, sendo substituído pelo grande arco da nave, construída por João de Castilho; parte do contraforte n.º 3 e a parte da parede da direita que lhe fica junta, foram minadas para se fazer a Capela A; a base do contraforte n.º 4 foi destruída para dar lugar á *casa de passagem*; as bases do 6.º e 7.º foram sacrificadas ao corredor e claustro; na parede junta ao contraforte n.º 8 rompeu-se a Capela B enviesada para ter mais fundo; os contrafortes 10.º e 11.º cederam lugar á Torre do Relógio e a base da parede intermédia foi suprimida para se instalar a Capela C.

E como se isto não bastasse, para enfraquecer aquele lado, onde se notam mais estragos, ainda se rompeu na parede um nicho para colocar a lápide do túmulo de D. Lopo de Souza, além de se rasgarem uma janela e uma fresta. Finalmente, nos contrafortes 15.º e 16.º apenas se perfuraram os túneis que abrigam as escadas que conduzem ao púlpito e á antiga *casa dos foles*, desaparecendo a parede intermédia para se instalar a Capela D. Com estas sucessivas transformações ficaram bastante reduzidas as secções das paredes perimetrais da Charola, principalmente nos pontos B.C. e na escada que conduz ás sineiras.

Sobrecargas introduzidas posteriormente

Nas iluminuras que representam a Capela dos Templários no Livro de Leitura Nova 2.º ou 5.º da “Estremadura” e no livro das Escrituras do Dr. Pedralvares

(Cristo), vê-se que a parte superior da Torre do Relógio se encontrava isolada e terminava por uma agulha piramidal, provavelmente com armação leve de madeira. Na época de D. João III essa torre foi coberta com uma abóbada semiesférica de cantaria, acrescentando-se-lhe: dum lado, uma alta pilastra; do outro uma vasta sineira coroada por um frontão; por traz uma pesada escadaria de pedra, e na sineira lateral coloca-se o sino monumental cognominado a *Baleia*, além de varios outros rasoaveis *baleotes* que guarnecem as sineiras da Torre. Da redução das secções e do aumento simultâneo das cargas resulta que as paredes da base da Torre, bem como a da sineira lateral, estão suportando um esforço muito superior aos 4 a 5 kilos por centimetro quadrado que seria imprudente ultrapassar para tão vetusta construção, custando, porém, admitir que esse esforço tenha atingido o coeficiente de ruptura que, mesmo para o calcário brando de Tomar pode sêr dez a quinze vezes maior. Em face, porém, dos irrefutaveis vestígios de esmagamento, tornou-se indispensavel investigar das forças exteriores que, juntas ao peso proprio da torre e de quaisquer sobrecargas, incluindo o impulso das abobadas, poderiam ter influído naquele estado de ruína, e bem assim se as grandes fendas das paredes, e da abóbada da Charola poderiam sêr atribuidas a um arrancamento devido á rotação das paredes em torno da aresta da base, ou á deficiência dos alicerces, assentamento de construção ou cedimento do terreno. Procedendo-se a uma escavação em volta da Torre e da parede que sustenta a sineira lateral, encontrou-se logo, a uns setenta centímetros de profundidade, o terreno firme constituído por uma rocha de calcário marnoso, brando, sem duvida, mas suficientemente incompressivel para suportar aquela construção. Todavia a Comissão verificou, com estranheza, que os alicerces eram desprovidos da sapata que habitualmente ajuda a distribuir a carga por uma maior superficie de terreno, e que não se tinha aberto na rocha uma pequena caixa, como era facilimo, para evitar o escorregamento dos muros. Pior ainda que tudo isso, é que o plano de implantação desta construção não foi devidamente regularizado assentando a ultima fiada do sôco sobre uma especie de elegimento (?) de alvenaria ordinaria com vinte centímetros de espessura, em média, no qual se deve ter realizado um ligeiro esmagamento, compativel com a sua pequena espessura como o demonstra o desegregamento das argamassas, devendo observar-se, comtudo, que, se houve recalque ele se fez uniformemente pois que nas paredes não se notam desaprumos sensiveis a não sêr os que resultam do ligeiro arqueamento das mesmas, devido ao esmagamento. Não ha, pois, razão para atribuir as grandes lesões que se deixaram expostas, a cedimento do solo ou a assentamento das alvenarias, e seria exagerado supor, como explicamos, que elas provenham exclusivamente do excesso de carga. Temos, pois de procurar a causa exterior que provoca ou, pelo menos, agrava aqueles estragos, e vamos, então encontrar essas causas organizando o cadastro estatico-sismico daquele monumento, em face da documentação existente. Deixando de parte os grandes sismos anteriores, cujo efeito no Convento de Cristo não ficou registado, e começando por lembrar os terremotos de 7 e 25 de Janeiro de 1533 que destruiu 1.500 casas em Lisbôa, vêmos em documentos do Cartorio da Ordem de Christo, existentes na Torre do Tombo, que em Janeiro de 1535 se pagou a Fernão Roiz – “*por pintar, dourar e reformar muitas cousas dos retabulos da Charola e da Crasta e refeitório e abóbada de cima em muitas partes que ficou aberta de tremor e nos altares, etc...*”. Citemos, depois, o sismo de 28 de Janeiro de 1551 que em Lisbôa destruiu 200 casas matando mais de 2.000 pessoas. Os efeitos dêsse sismo sobre o Convento de Cristo, não foram registados, mas ha a ponderar que o grande architecto João de Castilho que, ainda nessa data, conduzia grandes trabalhos nas dependencias do Convento, na Casa do Capitulo e no grande Claustro de que se conservam admiraveis restos, já em Julho desse ano tinha desistido da empreitada e desaparece de repente da cêna que tinha ocupado gloriosamente durante quarenta anos, sem se saber porque nem como nem quando nem para onde, calculando-se que dois anos depois já não existia. E não é o único a desistir, êsse ano, das empreitadas, porque o mesmo sucedeu com Manoel Vaz, que, para isso se contentou “de lhe sêrem pagos sómente os jornaes dos officiaes

e servidores que trouxe”, como se vê do Liv. 101 do Convento de Cristo, passando todos os trabalhos a fazer-se de jornal. Em 1554 D. João III nomeia Diogo de Torralva mestre das obras do Convento e em 1557 a rainha viuva D. Catharina manda-o a Tomar “*acifazer o outro elemento, digo o outro Claustro que estava aberto e perigoso e com o material dêle fizesse o novo e o sobre claustro*”. Que motivo, a não ser o abalo de terra de 1551 poderia ter aberto e posto em perigo uma obra que ainda não estava completa e fôra dirigida por um dos mais sabios construtores do mundo, como o foi João de Castilho, o autor das incomparáveis abobadas dos Jeronimos. Dos efeitos do grande terremoto de 1755 sobre este monumento, pode ajuizar-se pelos documentos vistos na Torre do Tombo pelo snr. Garcez Teixeira, onde se mencionam importantes despesas feitas em 1764, com linhas e gatos de ferro, neste edifício. Depois do terremoto de 1755, a documentação destes terríveis acidentes começa a sêr mais rigorosa e metódica, e ultimamente têm-se feito importantes investigações e estudos sobre os efeitos sísmicos no nosso país, como os do ilustre geólogo Snr. Paulo Choffat e dos distintos engenheiros Snrs. Pereira de Souza e Ferreira Diniz, ao passo que notáveis especialistas, como Omôri, Montessus de Ballore, etc, vão fixando as leis que regem êstes cataclismos. Podemos, assim, completando as informações precedentes, chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, verifica-se que a cidade de Tomar se encontra numa região de bastante actividade sísmica, onde se registou que a intensidade dos efeitos dos sismos de 1755, 1858 e 1909 ficou compreendida dentro das curvas isosistas correspondentes aos graus VIII e IX da escala de intensidade Rossi-Forel; isto é, do penultimo e antepenultimo grau, que correspondem ao começo da ruina dos edificios. Sabido que as ondas sísmicas se propagam sempre numa região segundo uma determinada linha sismo-tectónica; que as paredes perimetrais opostas á direcção das ondulações telúricas são as que sofrem mais; que as diferentes fases das oscilações se fazem sentir mais perigosamente nos ante-corpos acrescentados às antigas edificações, e nos muros sujeitos a grandes sobrecargas, que, aumentando com a sua inercia, as impedem de acompanhar sincronicamente as oscilações dos outros, vamos ver que direcções têm sido registadas nos abalos de terra daquela região. Segundo os dados recolhidos pelos técnicos que citamos, assignala-se a direcção S.O-NE para os abalos de terra de 1755 e 1858, para não citar senão os mais importantes, cuja região epicentral parece encontrar-se no Oceano. Para o megasismo mais moderno de 1909, cujo epicentro deve ter sido em Benavente, a direcção em Tomar seguiu a linha Norte Sul. Ora a primeira destas direcções é a do eixo da Torre do Relógio, e a segunda é a diagonal da mesma Torre. Posto isto, se se observar a planta que acompanha este relatório onde estão marcadas a vermelho as fendas da abobada da Charola facilmente se compreende a influencia que nessas lesões deviam ter as sacudidas da Torre, em fundações, elevadíssima com relação á base, carregadíssima na parte superior o que faz elevar o seu centro de gravidade, obrigando-a a oscilar como uma vara flexível ou, antes, como um martelo percutindo sobre a abobada, tanto mais que essa torre fica no bordo extremo da colina, onde a amplitude das vibrações marginais é reconhecidamente maior. Essas fendas que agora aparecem bem como outras mais ou menos disfarçadas, devem sêr antigas, porque é sabido que cada abalo de terra reabre as fendas causadas pelos abalos precedentes e o verdadeiro perigo não está na abobada, que pode considerar-se de facto como uma verdadeira abobada de revolução, de eixo vertical assentando sobre uma construção circular que oferece as melhores condições para resistir aos movimentos sísmicos. O perigo está nas paredes da Torre e da sineira, cuja contextura se encontra profundamente vulnerada por ter sido obrigada a trabalhar alternativamente á compressão e á extensão, incapazes de continuar a suportar o peso que carrega a sua secção reduzida e que o primeiro abalo pode facilmente desmoronar.

Providencias a adoptar

É pois absolutamente indispensavel aliviar essas paredes do excesso da carga, dar-lhe uma base maior, reforçar os alicerces, substituir os silhares mais contendidos e proceder aos gateamentos e aferrolhamentos necessarios. Para isso propõe a su-comissão os seguintes trabalhos de consolidação e reparação urgentes, que considera indispensaveis para conservar aquele monumento, unico entre nós no seu género, e para evitar maiores desastres.

a) O primeiro trabalho a fazer deve consistir em aliviar as paredes do excesso de carga, começando por apear o sino rachado da sineira lateral e o sino maior da Torre. Demolir em seguida a sineira da epoca de D. João III, obra banalissima inteiramente desconjuntada, que só serve para desvirtuar o character á construção dos Templarios e para comprometer a sua estabilidade, o que é mais grave. Demolir a pesada escada de alvenaria que dá passagem para o Relogio substituindo-a por uma escada mais leve. Suprimir o pilar lateral ao cimo da Torre e terraço que lhe fica anexo.

b) Para consolidação dos alicerces da Torre do Relógio e da parede da sineira lateral, abrir em volta dos muros, no terreno firme uma caixa de 0,30 de profundidade e 0,50 de largura para a encher de betão hidraulico o qual subirá até ao nível do piso da Charola fazendo um forramento que se aproxime do perfil parabólico, e contrafortar o angulo sul dos muros do pequeno páteo ao lado da Torre; aproveitar a ocasião para reforçar quanto possível a grosseira alvenaria dos elegimentos ligando-a ao massame hidraulico, de modo a repartir melhor as pressões e a dificultar qualquer movimento rotatorio da Torre em volta da aresta da base, em virtude dos movimentos sísmicos. Este massame deverá sêr revestido exteriormente de silharia.

c) Aumentar as secções da base das paredes da Charola reconstruindo-se os troços que foram suprimidos para instalar as Capelas B e C, que são absolutamente inuteis e se encontram completamente desguarnecidos. O túmulo de D. Lopo de Souza ou melhor, a lápide que é a unica cousa que existe, deve ser retirada para a frente servindo-lhe de moldura a porta da Capela. O edículo onde se encontra, esta lápide, a janela e a fresta da capela devem ser entaipados interiormente. No interior desta Capela, que deixará de sêr visitável, deverá sêr feita uma estructura que alivie o peso do pavimento superior e que ao mesmo tempo concorra para consolidar as paredes e evitar a continuação do seu desagregamento. A cúpula e cornija da Torre do Relogio que são da epoca de D. João III e que se sustentam, ainda, devido aos aferrolhamentos, poderão, se fôr julgado necessário, ser provisoriamente apeadas para serem reconstruidas em melhores condições de segurança.

d) Aferrolhamento das paredes da Torre aos níveis dos pavimentos da Charola, casa dos pêsos e casa do relógio e gateamento de varios silhares, substituindo-se os que ofereçam menos garantias de segurança tanto nas paredes da Torre, como nas paredes da Charola. Gateamento das aduelas da abobada anular da Charola no sitio das fendas, depois de minuciosamente observado o intradorso e o extradorso da mesma abobada.

Estas são as principais providencias que propomos para evitar a ruina de tão notavel monumento, parecendo-nos que a direcção da execução dessas medidas deve sêr confiada a uma comissão tecnica na qual a Comissão dos Monumentos tenha representação para estar permanentemente informada sobre o andamento destes trabalhos que são da maior delicadeza e responsabilidade.

Lisbõa, 22 de Fevereiro de 1921

A Sub-Comissão delegada

(aaa) José Alexandre Soares, João António Piloto, Arnaldo Redondo Adães Bermudes

Documento 163

1921 (21 de Março) – *Parecer para a classificação da Sinagoga de Tomar como Monumento Nacional*. Parecer incluído na acta n.º 148 de 22 de Março de 1921. ANBA – CAA, Actas da Comissão dos Monumentos, vol. 3, Livro 263. Inédito.

A sub-comissão incumbida de informar o pedido da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, para que seja classificada como Monumento Nacional a casa sita na Rua Joaquim Jacinto, em Tomar, que no Século XVI serviu como Sinagoga e que foi provavelmente construída expressamente para esse fim, é de parecer que o interior do prédio de que se trata, compreendendo as abobadas e colunas que as suportam, apresenta, além do seu interesse histórico um conjunto extremamente típico e fóra do vulgar que, até pelo seu valor artístico, deve ser conservado. Por isso propõe que na primeira lista dos Monumentos a Classificar sejam incluídas as abobadas e colunas interiores da antiga Sinagoga de Tomar. Lisboa 21 de Março de 1921 (aa) José Alexandre Soares, A. R. Adães Bermudes, relator e João António Piloto.

Documento 164

1921 (30 de Abril) – *Ofício de agradecimento pela visita da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscção a Évora, a qual permitiu, em conjunto com o Grupo Pró-Évora, proceder à classificação de uma lista de monumentos da cidade.* Cópia do ofício n.º 63, assinado pela Presidente, D. Leonor Fernandes de Barahona Caldeira. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923). Inédito.



N.º 83

Ex.º Snr.

O Grupo, a que tenho a honra de presidir, cumpre o gratíssimo dever de agradecer, muito reconhecidamente, a vinda a Évora dos ilustres Vogais do Conselho de Arte e Arqueologia, que aqui vieram para darem satisfação ao pedido por êste Grupo, no que se refere á classificação, como monumentos nacionais, de diversas preciosidades eborenses. E como S.Ex.ª se manifestaram de perfeito acordo com os desejos do Grupo, junto envio, novamente a relação do que se combinou ser classificado.

Agradecendo, mais uma vez, os altos serviços prestados a Évora por esse muito ilustre Conselho, e desejando que se não faça esperar a publicação do respectivo decreto, apresento a V.Ex.ª com os meus respeitosos cumprimentos os desejos de

Saude e Fraternidade

Évora, 30 de abril de 1921

Ex.º Snr. Presidente da Comissão de Monumentos - Conselho de Arte e Arqueologia - 1ª Circunscção

Lisboa

ª Presidente do Grupo PRO EVORA

Documento 164 A

1921 (27 de Abril) – *Reacção de Francisco Augusto Garcez Teixeira contra a criação pelo Parlamento do Museu Regional de Abrantes que assim vinha prejudicar a causa do Museu Regional de Tomar, situado no Convento de Cristo.* Ofício autógrafo, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição. ANBA – CAA, 1.^a Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49.

Logótipo da UAMOC

N.º 13

Tomar, 27 de Abril de 1921

Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia na 1.^a Circunscrição
Lisboa

Por Decreto de 19 de Julho de 1919, foram cedidos duas dependências do Convento de Cristo para esta União organizar um núcleo de museu. e diligentemente ela tem procedido nesse intento, pois já tem coligido mais de 400 objectos, alguns de grande valor arqueológico.

Com escassos recursos provenientes das quotas dos sócios, onerada com a as despesas de uma publicação, e outras, não tem ela podido levar tão longe quanto desejava a colecta de objectos. Até mesmo o serviço do guarda, visto o Museu estar todos os dias franco ao público, tem sido desempenhado gratuitamente pelo guarda do Convento. Justificava-se, pois, a classificação do núcleo como museu regional não só pela sua já relativa importância, como pela importância histórica da região. Estava muito bem colocado entre os de Santarém, Leiria e Castelo Branco, sem os prejudicar. Para este fim trabalha de há muito a União junto do vogal deste Conselho a cujo cargo está o estudo dos Museus Regionais, achando-se o assunto dependente da visita desse vogal a esta cidade.

Com surpresa viu esta União agora ser aprovado na Câmara dos Deputados o projecto de lei N.º 553-D, que incluso remeto a V. Ex.^a para que possa apreciar os seus considerandos, a que me referirei, limitando-me a juntar um exemplar de uma folha de Abrantes onde veem publicado dois artigos que dão uma ideia do valor daqueles considerandos, e mostram que, no fundo, apenas há o desejo da Câmara Municipal de se apoderar da igreja de St.^a Maria do Castelo, que não pode obter por outros meios do Ministério da Guerra apesar das muitas insistências.

Aquela igreja está dentro do recinto do Castelo, hoje quartel do Regimento de Artilharia N.º 8, cuja pertença é. E desde que ali se instalou aquele Regimento que a igreja te tido conservação regular e cuidada, sem a qual seria hoje apenas uma ruína. Tem sido aplicada a escola regimental e agora serve de arrecadação, aplicação esta que tem obrigado a um perfeita conservação dos telhados e janelas, e que foi feita com o maior cuidado, achando-se até os valiosos túmulos que encerra, cercados de grades protectoras. Apesar da utilização que tem, as informações dentro do Ministério da Guerra teem sido favoráveis á sua aplicação a museu, logo que haja no quartel dependências que a substituam, o que até agora se não pode obter.

Não me compete a mim entrar na questão legal resultante da falta de cumprimento do disposto no Decreto sobre os serviços artisticos de 1911, que manda que seja ouvido o Conselho de Arte Nacional, para a criação de museus. O ponto de vista que rialmente me interessa como presidente desta União, é o prejuizo que para esta pode resultar da aprovação do citado projecto de lei, impedindo a classificação do museu da União. De facto, se os museus locais podem crear-se quasi sem limite, não acontece o mesmo aos regionais porque o aumento exagerado do numero de regiões, diminuirá a área destas a tal ponto, que, num país já infelizmente muito esgotado sob o ponto de vista artistico e arqueológico, tornará os museus de notória pobreza e portanto faltos de valor. Teme, pois, a União que o seu museu não seja classificado desde já, venha a ser prejudicado com a criação do museu de Abrantes, o que seria lamentavel que acontecesse precisamente por haver a União recorrido aos meios legais.

Para estes factos chamo a esclarecida atenção do Conselho da digna presidência de V. Ex.^a

Saúde e Fraternidade

O Presidente

Francisco Augusto Garcez Teixeira

Documento 164 B

1921 (13 de Setembro) – *Relatório-Proposta de Classificação da Igreja da Sé de Silves apresentado pelo relator Adães Bermudes*. In Acta n.º 156 da Comissão dos Monumentos Nacionais, de 11 de Outubro de 1921, vol. 3, fol. 26-27. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas. Livro 263. Inédito.

O Snr. Architecto Bermudes, lê em seguida o seu relatório-proposta (mostrando algumas fotografias dos diversos da Sé de Silves e da Cidade) que é como segue: “Constitui uma verdadeira anomalia que não pode deixar de causar reparos, o facto de figurar de há muito, na lista dos Monumentos nacionais o Castelo de Silves, sem que, até hoje, tenha sido incluído na mesma lista a Sé Catedral, que com ele defronta e lhe fica quase incorporada, formando um conjunto monumental que importa conservar porque é ele, sobretudo, que caracteriza e perpetua as tradições da antiga capital do Algarve. Embora muitos autores procurem assinalar á construção deste templo as mais remotas éras, é certo que a edificação actual é da época de D. João I, com bastantes enxertos modernos na fachada principal, efectuados sem duvida em seguida aos estragos do terremoto de 1755. É possível e até verosímil, em face das tradições, que outro templo mais antigo existisse naquele local e que tivesse sido destruído pelos abalos de terra que frequentemente assolava aquela região; existem mesmo nas portas que ligam a capela-mór com as capelas absidiais belos exemplares dum estilo ogival que podem sêr considerados como anteriores ao do século XIV a que pertence o conjunto da edificação. Mesmo tal qual é, esse monumento merece sêr classificado como Nacional para os efeitos da protecção da lei, conservando-o com o cuidado e carinho que êle merece e de que precisa, porque esta sucedendo que, por mau estado da cobertura e falta de recursos para a concertar, as aguas das chuvas estão danificando o templo. - Trata-se, como se disse, duma igreja do século XIV de trez naves, de vastas e harmoniosas proporções, dum estilo ogival elegante e puro, por vêses rico, revestindo um caracter pouco vulgar que deriva do facto deste monumento sêr construído com grês vermelho pedra de amolar, que se presta rasoavelmente não só ao simples aparelho, como até as delicadesas da ornamentação. As naves são separadas por arcadas ogivais repousando sobre colunas. O arco da capela-mor é enfeitado com ridesites, isto é, com pequenas arcaturas ogivais que lhe dão o aspecto dum arco polibobado. No interior, vêem-se numerosos tumulos. Na capela absidal do Santissimo admira-se obra de talha curiosa pela sua antiguidade e caracter, além de excelentes azulejos, representando cênas bíblicas. Exteriormente apresenta-se em bom estado de conservação o belo portico da entrada, constituido por séries de arquivoltas apoiando sobre colunelos. POR cima da porta corre uma cachorrada da época, devendo a pequena rosácea sêr tambem da mesma época, bem como os contrafortes, acabando em pináculo, que ladeiam a porta principal. O resto da frontaria foi deturpada com a empena de mau estilo barrôco e com janelas pseudo-góticas, onde se notam grades de ferro que devem ter sido, pelo menos, copiadas de outras do Renascimento. É provavel que sob os rebôcos da fachada se encontrem mais alguns elementos primitivos. Das duas pesadas e desgraciosas torres projectadas, depois do terremoto, apenas uma se encontra concluida. A parte posterior da igreja tem o caracter da arquitectura religiosa militar que lhe provem das paredes coroadas de merlões e ameias, e encontra-se muito bem conservada, embora se encontrem entaipados, no todo ou em parte algumas das janelas ogivais, sacrificadas á obra de talha dos altares, constituindo ainda assim, a capela-mór um magnifico exemplar de arquitectura gótica no nosso paiz. Por tudo o que fica exposto, entendemos que a classificação da Sé de Silves deve ser proposta ao Governo por esta Comissão”. Lisboa 13 de Setembro de 1921 (a) “A. R. Adães Bermudes”. Este relatório-proposta foi aprovado por unanimidade.

Documento 165

1921 (11 de Outubro de) – *[Proposta de Classificação do Edifício e da Igreja da Misericórdia de Santarém]*. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA - Propostas e Pareceres. Livro 244. Inédito.

Comissão dos Monumentos
11-10-21

1921

Acta n.º 156

Santarem – Edifício e Igreja da Misericórdia.

A igreja da Misericórdia, da época de D. João III, é de 3 naves separadas por colunas dóricas com a base ática (Erecteion)

As abobadas são de nervuras artigonadas (artesoadas) que descansam directamente sobre os capiteis das colunas.

Tanto as colunas como as nervuras e artezões da abobada são magnificamente decoradas com pinturas no estilo do Renascimento, acusando duas épocas: uma do século XVI e outra do século seguinte.

A pintura primitiva no género dos “damasquinados” é em dourado sobre fundo vermelho, constando de finos “Rafaelescos”. Nas colunas vêem-se os mesmos motivos, de desenho mais largo, entremeiados com medalhões.

As pinturas da segunda época imitando os mosaicos florentinos.

A fachada provavelmente arruinada pelos terremotos, deve ser, assim como o côro do século XVII.

Na igreja vêem-se alguns azulejos enxaquetados, sendo muito interessante o tipo do tapete azul, com franjas imitando rêndas, que se encontra na casa da Tumba, onde se arrecadavam os fósos.

A entrada para o pátio que dá acesso á porta lateral da igreja e para a escada do edifício é uma construção, também interessante, da época de D. João III, na qual foram intercalados, entre as cimalthas inferior e a superior, um magnífico escudo de armas decorado com um rico paquife e cimeira, ladeado pela esfera armilar e da Cruz de Cristo, sendo todos estes labores da época de D. Manuel.

No edifício da Misericórdia encontram-se uns belos azulejos, sendo de notar os policromos da sala das Sessões, que representa as obras da Misericórdia.

Na frontaria do edifício ha belas janelas de angulo no estilo da renascença classica, muito ... que devem ser do século XVII.

Nestas condições parece-me que o conjunto do edifício e igreja da Misericórdia está em condições de ser classificado de “Monumento Nacional”.

Lisboa ... de Outubro de 1921

A. R. Adães Bermudes

Documento 165 A

1921 (11 de Dezembro) – *Relatório sobre as obras de S. João das Donas ou S. João da Cruz de Coimbra*. Acta n.º 89, de 11 de Dezembro de 1921, fol. 95vº-96vº, AHME – CAA, 2.ª Circunscção. Coimbra. Livro de Actas 1911- 1923. Cota 351. Inédito.

[Relatório]

Pelas obras já executadas na chamada igreja de S. João das Donas, para n'ella ser installado um café, se confirma que o projecto foi desastrado e não tem defeza possivel. Felismente as abobadas não se acham damnificadas; e os arcos exorbitantes que foram abertos sem vantagem, sam factos consumados e irremediaveis, sobre os quaes não valerá a pena insistir. Assim como, quaisquer que sejam os reparos a fazer na projectada decoração interna; toda a attenção do Conselho, - garantida que está a defeza das abobadas – deve incidir sobre a estulta fachada, que tem a pretensão ridicula de ostentar uma deslumbrante composição manuelina!

A delineação geral, bem como os detalhes de ornamentação, sam um arremêdo ignobil, sem expressão, sem equilibrio e sem logica, inteiramente destituido d'um vislumbre de gosto, ou de engenho. É um acêrvo de desacertos architectonicos de aspecto caricatural, que produz o effeito de um desacato e affronta ao monumento contiguo de Santa Cruz. Em parte alguma policiada hoje se consente que sejam expostos na via publica aberrações d'esta ordem. Porque depravam o sentimento da arte e desprestigiam uma cidade no conceito dos estrangeiros cultos e de todos os homens que possuam uma parcella de sensibilidade esthetica. A incompetencia turbolenta e audas dos adventicios não tem o direito de erguer a vós (voz) n'este debate, que exige preparação especial de illustração e de criterio. Todavia, por considerações de ordem moral, seria para desejar que fosse suscitado um acordo entre este Conselho e os interessados. No estado em que se encontram os trabalhos do fronsespicio, tudo o que esta feito é susceptivel de aproveitamento. N'este sentido o campo é largo. O architecto habil poderá facilmente transformar os relêvos esboçados em uma outra composição, mais ou menos original e pitoresca sem perigo de escandalo. Porque é mister, clara e peremptoricamente accentuar, para desfazer intrigas impertinentes e irritantes, que a repulsa e protesto do Conselho acêrca da fachada é motivada principalmente pelo capricho depressivo e burlesco – do seu character de parodia manuelina, de jatancia em grandeza monumental. Estando certo Sua Ex.^a de que os interessados na obra do café estão dispostos a transigir deante do parecer d'este Conselho, faz votos porque se entre n'uma attitude consiliatória que termine de ves com a questão. Depois de ter sido ponderado o assunto o Senhor Presidente passou a minutar o officio para o Delegado do Procurador da Republica insistindo em que a frontaria seja modificada, em que sejam esclarecidos certos pontos de construção interior e em que S. Ex.^a promova uma aproximação do architecto das obras com a Comissão de Monumentos d'este Conselho d'Arte”.

Documento 165 B

1922 (6 de Março) – *Parecer do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, contra projecto de cobertura da Igreja de São Tiago, do architecto Adães Bermudes*. Ofício n.º 467, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte Nacional. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência Expedida, vol. 1, p. 248. Cota 347.

“A igreja de S. Thiago, em Coimbra é entre os monumentos românicos do país, um dos mais notáveis, pela originalidade da sua estrutura. É um exemplar unico, em que a cobertura de madeira assente directamente sobre colunas robustas, cujos abacos de forma circular, exercem função de capiteis. Estas singularidades, como o caminho de ronda, que ainda conserva, dão-lhe o excepcional valor de documento autentico que se afasta de todas as normas e tipos conhecidos.

Por estas razões o madeiramento e telhado, de cuja reedificação se trata, deviam ser estudados com meticoloso escrupulo, sobre os indícios da construção primitiva ainda existentes com evidente clareza.

Pois, apesar de tudo, foi agora ordenada a construção de uma cobertura vulgar, de improvisação, inteiramente inqualificavel e indigna d’um edificio histórico de tão alta importancia.

Este Conselho apela para a interferência do Digno Conselho de Arte Nacional, afim de que seja sustada desde já a perpretação deste desatino, até que um projecto lucidamente deliniado, com inteligencia e erudição, seja submetido à apreciação de peritos de competência e autoridade, como exigem as responsabilidades de uma restauração monumental efectuada à custa da nação. Saúde e Fraternidade. Coimbra, 6 de Março de 1922.

Documento 166

1922 (18 de Maio) – *Proposta de Classificação dos Pelourinhos Portugueses como Monumentos Nacionais, Circular e questionário para enviar para as Câmaras Municipais*. Actas das sessões da Comissão dos Monumentos, n.º 165 e 166, respectivamente dos dias 18 de Maio e 1 de Junho de 1922. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas, Livro 263. Inédito⁹⁰.

A base da classificação dos pelourinhos que figuram actualmente na lista dos Monumentos Nacionais, parece ter sido quasi exclusivamente o seu valor artistico ou arqueologico, não se tendo atendido a que o artigo 42.º do Decreto de 26 de Maio de 1911 estabelece claramente que o valor histórico é suficiente para justificar a classificação.

Os pelourinhos, símbolos das regalias Municipais, constituem por isso mesmo a documentação lapidar de um vasto capitulo da nossa historia, que, se não tem o valor da colecção dos forais, deve no entanto ser conservada integralmente. Não, vejo, pois razão para que a classificação não abranja todos os pelourinhos e por isso acho justificavel a proposta que segue

Proposta

1.º Que se promova a classificação, no termos do artigo 42.º do Decreto de 26 de Maio de 1911, de todos os pelourinhos, com o fundamento da sua condição.

2.º Que, para se organizar o seu cadastro, se promova que o Ministério do Interior proceda ao inquérito respectivo, nos termos da circular junta.

3.º Que as respostas recebidas sejam remetidas a esta Comissão a fim de fazer a sua selecção e a remessa aos respectivos Conselhos.

4.º Que seja determinado que os pelourinhos das sédes dos Concelhos fiquem à responsabilidade das Câmaras Municipais, e os que pertencerem a Municípios extintos fiquem à responsabilidade da junta de freguesia da localidade onde existam.

5.º Que se promova a reposição nos seus logares primitivos dos pelourinhos que existam fóra dêles, à custa das respectivas Municipalidades.

Sala das Sessões da Comissão dos Monumentos, 18 de Maio de 1922

Assinatura

F. A. Garcês Teixeira

⁹⁰ A descoberta desta circular com o respectivo questionário, o teor da acta em que foi decidido proceder à classificação dos pelourinhos e o facto de Garcez Teixeira fazer parte dos vogais da CM da 1.ª Circunscrição, confirma-nos que esta iniciativa oficial nada tem a ver com uma indigitada iniciativa da AAP, que Ana Cristina Nunes Martins defendeu, publicando documentos que foram enviados pela CM a esta Associação, como sendo originários e da responsabilidade da referida agremiação cf. MARTINS, Ana, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial*, ob. cit, vol. II, fig. 52-a a 52-c.

Circular dirigida às Câmaras Municipais

Encarrega-me S.Excia o Ministro de dizer a V. Ex.^a que, tendo sido por Decreto de classificados Monumentos Nacionais todos os pelourinhos, se digne V. Ex.^a remeter a este até ao próximo dia o incluso questionario, devidamente preenchido, a fim de se organizar o seu cadastro nominal. Mais me encarrega S. Excia. o Ministro de lhe dizer que tem muita necessidade que o referido boletim seja aqui recebido dentro do prazo marcado e que espera que V. Ex.^a procederá ao seu preenchimento com o maior devotado escrupulo, atendendo a que se trata d proteger os monumentos das regalias municipais. Aproveito o ensejo para lembrar a V. Exc.^a que por virtude da Classificação não podem os pelourinhos, nos termos dos artigos 46.^o 47.^o e 50.^o, do Decreto de 26 de Maio de 1911, ser alienados, demolidos, no todo ou em parte, nem sofrer qualquer reparação ou modificação sem parecer favoravel da respectiva Comissão dos Monumentos

Questionário sobre pelourinhos remetido pela Câmara Municipal de.....

Existe erecto nessa localidade pelourinho?

.....

Em que local?

.....

Qual é o seu estado de conservação?

.....

Se já não existe erecto sabe-se qual o seu paradeiro e o fim a que foi aplicado?
Informações (sobre a origem, história e estilo, que sejam conhecidas)

.....

Existem no Concelho outros pelourinhos?

.....

Se existem prestar as mesmas informações, e indique as freguesias e locais onde estão

.....

Nota. Podendo juntar fotografia, gravura ou um simples postal, do pelourinho, e indicar se conhece, local onde se acha descrito.

Alterações à proposta de classificação de pelourinhos:

(...)

“onde se diz Ministério do Interior deve lêr-se Ministério da Instrução, onde se diz mandar deve lêr-se solicitar. Estas modificações são motivadas pelo ao redigir as suas propostas se ter baseado em legislação antiga, lapso que agora deseja rectificar”

[Garcês Teixeira]

Documento 167

1922 (1 de Junho) – *Proposta de classificação e respectiva memória justificativa do Castelo da Amieira aprovada pela Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscção do CAA*. Acta n.º 166, da sessão da Comissão dos Monumentos de 1 de Junho de 1922. ANBA – Comissão dos Monumentos, Actas e CSMN, Propostas e Pareceres, respectivamente Livros 263 e 244. Inéditos.

Sessão da
Comissão dos Monumentos

Ata n.º 166

(d) 1922

PROPOSTA

“Atendendo ao valor historico e artistico do Castelo da Amieira, conforme é exposto na memoria junta, tenho a honra de propor a sua classificação nos termos do art.º 42.º do Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911.

Sala das Sessões da Comissão dos Monumentos, em Lisboa, aos 1 de Junho de 1922
Garcez Teixeira

Castelo da Amieira

Memória

“Não julgo facil marcar com exactidão a epoca da fundação deste Castelo. Pode, no entanto assegurar-se que ela não vem aquem do seculo XIV, pela analise dalguns detalhes architectonicos que se veem nas fotografias juntas. Não me foi possivel proceder ao exame local e portanto não sei se alguns elementos houvera dos que figuram nas pouco nitidas fotografias. Importante seria a análise da cruz que sobrepuja o arco da capela. Pela fotografia não parece ela pertencer a nenhuma das ordens militares de Malta, do Templo, ou de Cristo. Do que não resta duvida, é que já existia no tempo de D. Álvaro Gonçalves Pereira. Segundo Oliveira Martins (Vida de Nun’Alvares Pereira – 2.ª ed. pag.43), foi neste Castelo que se finou em 1378 o pae de D. Nuno Alvares Pereira. Julgo não ser verdadeira uma versão que atribui a sua fundação á Ordem do Templo porque não conheço nenhuma referencia referencia a êle na lapide de Almourol (1170) nem em documentos posteriores daquela Ordem. Pertencia ao Priorado do Crato. Em 1440 seguiu a parcialidade de D. Leonor, cedendo ao cerco das tropas comandadas por D. Alvaro Vaz de Almada (Historia de Portugal, por Pinheiro Chagas, vol. 3.º, pag. 65). A Alcaldaria Mór do Castelo da Amieira andou muito tempo nas familias dos Condes de Aveiras e da Ribeira. A forma do castelo vê-se na planta junta. A cisterna central acha-se quasi completamente entulhada. Os muros acham-se relativamente bem conservados. É aplicado actualmente a cemiterio da freguesia tendo exteriormente, a pequena capela de S. João Baptista. Pertence ao Estado e está na posse do Ministerio da Guerra”

(a) Garcez Teixeira. Relator.
A. R. Adães Bermudes
José Alexandre Piloto

Documento 168

1922 (13 de Junho) – *Revisão da classificação das muralhas de Évora, como conjunto e respectivas condições de salvaguarda*. ANBA – CAA: Comissão dos Monumentos, Correspondência Saída, Livro 245. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscrição
Comissão dos Monumentos

Of. 133 L.º 2

Sessão da Cm.ª. Dos Mon.ªs
De 18/V/22 acta n.º 165

Exm.º Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição

Deferindo aos desejos de S. Ex.ª o Ministro da Guerra, para que se procedesse a uma mais concreta designação dos troços das muralhas de Evora, que devem ser considerados monumentos nacionais, por forma a tornar possível e eficaz a sua conservação, esta Comissão, depois de ter estudado cuidadosamente o assunto, tem a honra de propor superiormente que seja decretada uma nova e definitiva classificação, de conjunto, das muralhas de Evora, em substituição das classificações fragmentárias e incompletas anteriormente feitas, a qual deverá abranger os seguintes trechos mais interessantes e característicos das referidas muralhas:

Da cêrca romana e arabe: - o arco de D. Izabel; a muralha posterior do passeio do Conde Schomberg; a torre das Cinco Quinas; a muralha do Palacio dos Condes de Basto; as torres da porta de Moura; a muralha da igreja de S. Bento; as torres das alarcovas de Baixo e de Cima, e muralha da Praça de Sertorio.

Da cêrca medieval: - as torres e muralhas compreendidas entre as portas de Alconchel e do Raimundo; angulo em frente da estrada da Malaveira; torre junto ao convento do Calvario; torre junto ao aqueducto; torre da porta de Aviz; torre do baluarte de S. Bartolomeu; torre junto á rampa dos Colegiais; angulo de ligação entre a muralha Fernandina e o baluarte do Conde de Lippe; muralha junto ao quartel de cavalaria; torre do jardim publico.

A classificação de cada um dos referidos trechos da muralha medieval abrange mais dez metros de muralha para cada lado das torres supramencionadas, não sendo permitido qualquer construção nos terrenos fronteiros, entre as muralhas e a estrada de circunvalação, podendo todavia o Ministro da Guerra arrendar esses terrenos para a cultura, com excepção dos terrenos e fossos compreendidos entre as portas de Alconchel e do Raimundo, que devem ser cedidas á Câmara Municipal de Evora para serem applicados a viveiros de plantas.

Todos os terrenos em frente dos trechos de muralhas classificadas como monumentos nacionais devem ser vedados com muros baixos que não ocultem as referidas muralhas.

Todos os outros terrenos confinantes com as restantes muralhas não abrangidas nesta classificação e que pertencem ao Ministério da Guerra, podem ser alienados por esse Ministério, com a unica condição de que as muralhas que limitam esses terrenos nunca poderão ser demolidas sem autorização especial do Ministério da Guerra que poderá, se assim o entender, ouvir a Comissão dos Monumentos Nacionais.

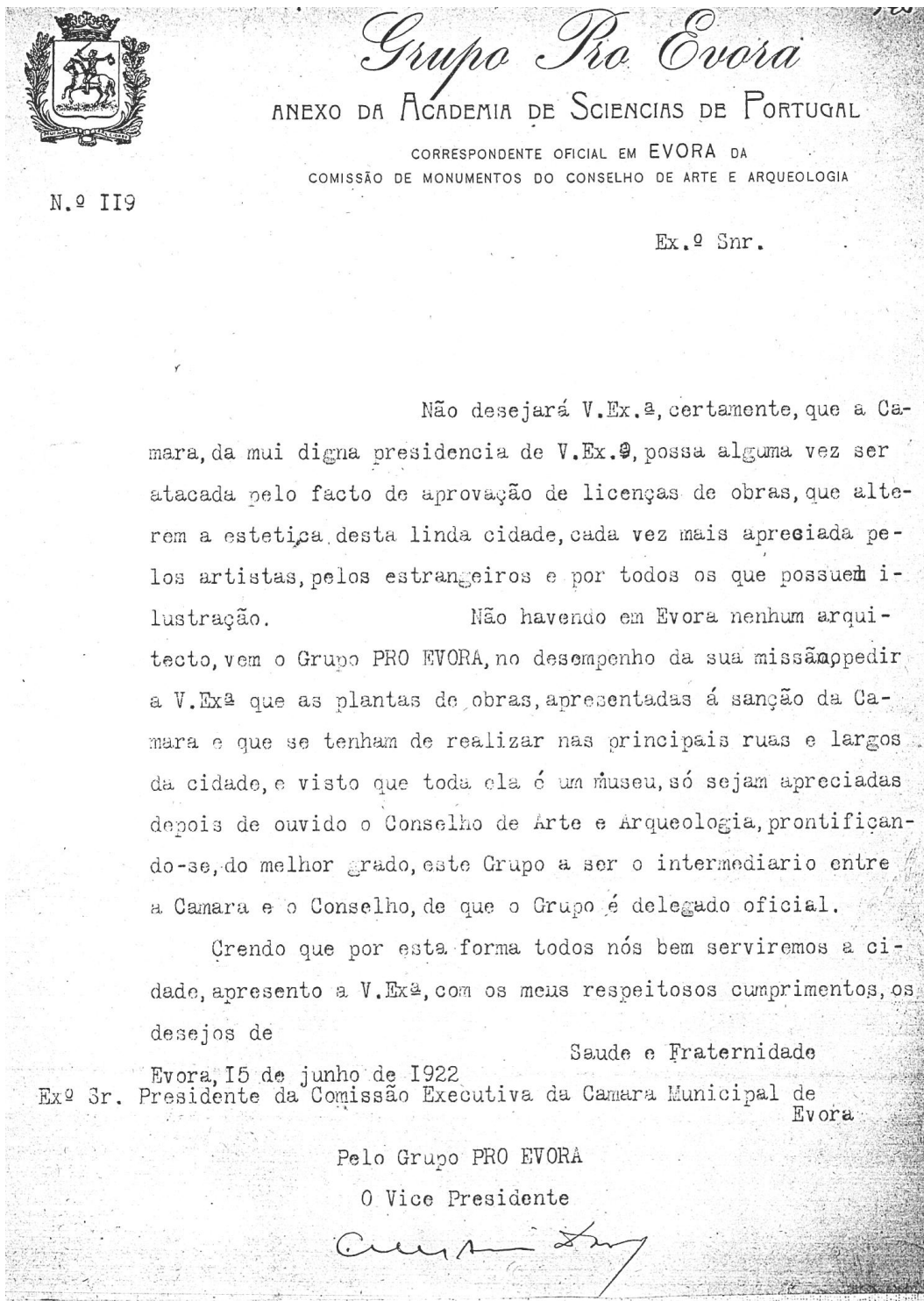
Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretária da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição, em 13 de Junho de 1922.

O presidente
[José Maria Cordeiro de Sousa]

Documento 169

1922 (15 de Junho) – *Solicitação do Grupo Pró-Évora para que o licenciamento de obras municipais da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora só seja autorizado depois da apreciação dos processos e projectos a fazer pelo Conselho de Arte e Arqueologia, sendo o referido grupo o intermediário, com vista a defender a estética da cidade.* Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919-1923). Inédito.



Documento 170

1922 (18 de Julho e 12 de Agosto) – *Subscrição dirigida aos «Monsanenses» para que todos possam salvar a tribuna da Igreja da Misericórdia e ofício remetido ao Conselho de Arte e Arqueologia, por Baltazar Dias Coelho sobre o mesmo assunto e remetendo a subscrição.* ANBA – CAA, 1.^a Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. 2 (1920 a 1923). Livro 49. Inédito

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia

Permita-me V.^a Ex.^a que envie dois exemplares d'algumas linhas que escrevi, na minha passagem por Monção, ao saber que havia o proposito de vender a esplendida tribuna da igreja da misericórdia, para conseguirem a importancia necessaria aos reparos na abobada na capela mór na contingencia de desabar!

Sei que deveria fazer comunicação imediata de tão criminosa incuria a esse Conselho prestimoso, mas seriam de morosa execução os resultados desejados.

Haverá seis anos, sendo determinada a demolição da casa construída no mesmo local a “Deu-la-Deu”⁹¹ em Monção, e d'ela tinha o nome, e que era o mais interessante exemplar da primeira Renascença que aquela vila possuía, e levado ao fim esse desacato, para ampliação dos paços do concelho, fixando a veriação o praso de um mez, para os seu proprietário se resignar com a indemnização a receber. Alarmado o meu espírito com tão inaudito vandalismo, imediatamente escrevi ao Sr. José de Brito, secretario da 3.^a Circunscrição do Conselho de Arte e Arqueologia, o qual partiu para ali no louvável empenho de embargar esse acto tresloucado, mas já tinha passado mais de um mez! De maneira que, da casa demolida, restava, apenas, um cunhal, que ainda existe, encimado por uma gargula, representando um leão, sustentando nas garras um escudo, e do qual o Snr Brito, muito desalentado, tirou croquis.

E da bela construção que vem representada em “Cousinho Pitoresco” de Augusto Vieira, ficou um simples detalhe, para suprema decepção dos forasteiros, em procura de coisas de Arte!

Tambem na igreja matriz d'aquela vila há a “Capela dos Seyxas” (?)⁹² que é uma peregrina joia do gótico flamejante, tendo a estupidez devota feito construir ali uma gruta á Senhora de Lourdes, em cimento e cortiça, que a ensombra totalmente, desde a base ao gracioso arco floreado, e que é lamentavelmente grotesco (sic).

Esclareci, o mesmo Snr. Brito, sobre o edificante caso, tentando ele convencer o abade a transportar a “carcassa” para sitio mais apropriado. Mas tudo continuou como dantes.

Não sei se o meu “letrado” (?) a propósito da tribuna referida d'alguma coisa valerá, Comtudo, foi por igual processo que salvei do desaparecimento, há mais de 20 anos, a torre manuelina do extinto convento de Sta. Ana, em Viana do Castelo, demolida, sim, mas reconstruída no claustro, onde se ostenta graciosa. Agora, para estímulo, ofereci 50\$00, para os trabalhos na abobada da dita igreja.

Saúde e Fraternidade

Viana do Castelo
12-8.922

Baltazar Dias Coelho

⁹¹ Referência ao episódio, algo lendário, do levantamento do cerco de Henrique de Trastâmara a Monção no tempo das guerras fernandinas, devido a um estratagema utilizado por Deu-la-deu Martins, mulher de Vasco de Abreu, alcaide do Castelo.

⁹² Porventura a capela manuelina onde se encontrava o túmulo de D. Vasco Marinho, IIP, por decreto de 1940 ou outra que não conseguimos identificar.

MONSANENSES!

E' num apêlo supremo que a vós me dirijo, para que, em esforço unânime, presteis o vosso concurso, evitando na perda irreparável!

A preciosa tribuna da vossa Misericórdia, que é uma magnificência de bela talha renasçença, ameaça derrocada, seria deplorável, por que a parte da abóbada que a encima, está na contingência de abater, apresentando largas fendas, desagregando as juntas dos apainelados caixotões de cantaria lavrada.

Um dos seus principais apoios, que é a sólida parede que a sustenta ao norte, bem como a do nascente, vão-se afastando na cumeada, e para fóra, apresentando bréchas de mais de dez centímetros!

Os pesados veículos que diariamente transitam pela Rua Nova do Comércio, no seu trepidar constante, são a causa da ruína daquela reliquia de arte, e se, movidos dum impulso intimo, numa ascensão perigosa, pretendermos examinar de perto aquelas avarias, teremos a impressão pungente de vêr por um fio, suspenso da mão de Deus, o desleixo dos homens!

Sem os reparos necessários e urgentes, não deve ser permitido o trajecto daquelas pesadas máquinas, que devem zer o seu *terminus* à entrada da mencionada rua.

O Governo da República, que tanto tem contribuído para a conservação do nosso património artístico, não recusa um subsidio, para aquela obra inadiável, mas na situação presente, dominando uma crise económica tremenda, em que uma ância misteriosa parece estrangular uma nacionalidade inteira, não é licito solicitar do Estado, o que representaria mais um pesado sacrificio.

E' de vós, monsanenses, que deve brotar espontâneo êsse generoso impulso de alma!

Para muitos será um enlêvo místico, pelo fervor de suas crenças; para outros a cooperação sincera, pelo amor e coizas de arte, comungando todos, finalmente, nêsse ideal de intensa luz, que levará a termo uma empresa sacrosanta!

Monção, 18 | 7 | 922.

Um espirito moderno conservador devotado do nosso
património artistico.

LISTA DOS SNRS. SUBSCRITORES

NOMES	MORADAS	Importâncias

Documento 171

1922 (Agosto) – *[Proposta para a classificação da Igreja da Aldeia Galega da Merceana]*. Texto manuscrito, autógrafo. ANBA – Propostas e Pareceres. Livro 244. Inédito.

Comissão dos Monumentos
Acta n.º 168
Sessão de 25-VIII-22

1922
(a)

Egreja da Aldeia Gallêga da Merceana conc.º de Alemquer

A porta principal da Igreja é um bello specimen de architectura do seculo XV. O emblema dos pelicanos no sobre arco parece indicar o reinado de D. João II. Na capella-mór e no corpo da Igreja ha quadros de merito e especialmente bons azulejos (Scenas da Hist.^a sagrada). No corpo da Igreja ha uma capela funda que pertencia à familia dos Condes da Ericeira e cuja architectura deve ser mais antiga do que o resto da Igreja (indícios de ter sido construída nos reinados de D. João I.º ou D. Manuel). O florão que a fecha tem vieira. Debaixo do soalho uma campã com brazão e inscripção.

Não existe actualmente Irmandade para este templo. Só a devoção particular a vae sustentando miseravelmente, mas a chuva entrando pelo tecto vae apressando a sua ruína alem de que o máu gosto e ignorancia já a mancharam com pinturas exteriores detestáveis.

Não poderia ser salva collocando-se esta antiga Igreja sob a egide de “Monumento Nacional”?

Lisboa Agosto de 1922

[D. José Pessanha]

1922 (11 de Agosto) – Circular impressa contendo proposta de Umberto Beça para que constituíssem comissões locais de vigilância pela guarda e conservação dos Castelos da Beira, de modo a proceder-se, de acordo com o Conselho de Arte e Arqueologia, à sua classificação, conservação e restauro atendendo ao resultado de decisões tomadas no 2.º Congresso Beirão. s.l., [s.n]. s. d. [1922]. ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição, Correspondência com Diversos, Vol. II (1920 a 1923). Livro 49.



Ex.º Sr.

Como consequencia dos trabalhos do 2.º Congresso Beirão, em que tive a honra de tomar parte para a defesa e propagação dos Castelos da Beira, tomo a liberdade de me dirigir a V.ª Ex.ª para lhe pedir o seu concurso pessoal e o da colectividade a que tão dignamente preside, para que, na área da sua acção e dentro dessa circunscrição administrativa, se proceda imediatamente ao inventario dos monumentos historicos nela existentes, satisfazendo assim as conclusões das theses, *Monumentos da Beira, Castelos da Beira e Castelos de Portugal*, respectivamente dos srs capitão Almeida Moreira, tenente coronel Duarte Veiga e do sinatario deste, conclusões que o Congresso Beirão reunido em Coimbra, aprovou.

Mas não só isto basta, para que alguma coisa de pratico e imediatamente realisavel, resulte do certamen de Coimbra, onde, infelizmente, a questão dos Castelos da Beira, não pôde ser tratada com a amplitude que era para desejar e eu esperava, por não ter podido o illustre autor da segunda these, por motivo de força maior e com desgosto e contra vontade sua, relatar a de que é autor e a proposito da qual eu desejava deixar bem assentes, varias medidas de immediata realisacão, para que do 2.º Congresso Beirão alguma coisa mais saísse de concreto, de pratico e de util, do que, por motivos imperiosos, resultou do 1.º, em Vizeu, onde aliás se trabalhou com vontade e patriotismo, e alguma coisa ficasse definitivamente resolvido em pró dos velhos Castelos Historicos da provincia da Beira.

Não desconhece V.ª Ex.ª e a corporação a que preside, a influencia que, para a economia local, pode ter, a existencia, na sua área, de um monumento historico, considerando que são justamente os monumentos historicos, pela sua antiguidade, pela sua vetustês, pela chancela sagrada e solene dos séculos que lhes vincula a frente, pelas tradições a que andam ligados, pelos episodios, lendas e actos de heroísmo que se lhes prendem, aquelles que mais impressionam e emocionam o turista e mais interessam, consequentemente ao turismo, ao investigador e ao estudioso, levando á região onde erguem as suas denegridas muralhas ameadas, as suas lendarias torres e os seus misteriosos subter-

raneos, verdadeiras legiões de visitantes, que na sua passagem deixarão um importante caudal de oiro a fecundar as terras que puderam e souberam chama-los a permanecer alguns dias, algumas horas, apenas, que seja, a dentro dos seus limites.

Eu podia basear-me ainda aqui, na tése que, sobre turismo — *O Vale do Mondego, estancia de turismo* — apresentou ao Congresso o Ilustre tenente coronel d'infantaria e distinto turista, sr. João Augusto Pestana de Vasconcellos, que levou as suas afirmações, e com certa razão, a meu ver, a considerar o turismo como o problema capital das Beiras, demonstrando com irresponsiveis argumentos que, mais do que qualquer outra fonte, o turismo pode trazer á região beirão uma verdadeira inundação de oiro.

Desnecessarios serão, porem, mais argumentos para o esclarecido espirito de V.ª Ex.ª e dos seus conterraneos e vou por isso abordar o fim principal deste:

Existe na área desse concelho... castelo historico, cujo estado de conservação desconheço, mas que convem estudar para se reconhecer da conveniencia da sua restauração ou simples conservação no estado em que se encontre .

Em qualquer dos casos, esse padrão pode ainda vir a ser um curioso e valioso monumento nacional e um motivo de orgulho e interesse para esse concelho.

Ora, para que do 2.º Congresso Beirão, algo ficasse de positivo e de solução pratica, no que respeita á conservação e restauração dos Castelos Historicos da provincia, eu pude ainda apresentar na sua ultima sessão, a seguinte proposta, para a qual chamo a esclarecida atenção de V.ª Ex.ª:

Considerando que os castelos antigos são monumentos de alto valor histórico-cientifico, para o estudo das tradições dos povos e constituem hoje valiosissimos elementos de turismo nacional;

Considerando que a provincia da Beira é uma das mais ricas em monumentos desta natureza, possuindo ainda, mais ou menos arruinados, quarenta e nove torres e castelos;

E atendendo a que deixar desaparecer tais monumentos é não só um crime de lésa-Historia e de lésa-Patria, mas uma lamentavel prova de imprevidencia pela perda de uma riqueza que muito pode concorrer para o levantamento economico da região;

Proponho:

- 1.º Que se convidem desde já os srs. congressistas presentes e residentes em concelhos onde se encontrem Castelos Historicos a tomar imediatamente a iniciativa da constituição de comissões locais de vigilancia pela sua guarda e conservação;
- 2.º Que essas comissões, logo que estejam organisadas assim o comuniquem ao Conselho Provincial da Beira;
- 3.º Que este organismo regional, logo que receba tal comunicação, convide o Conselho de Arte e Arqueologia, a visitar os monumentos indicados pelas comissões constituídas, a fim de se reconhecer quais os que podem e devem ser restaurados ou simplesmente conservados no estado em que se encontrem;
- 4.º Que, feito tal reconhecimento, o Conselho Provincial e as Camaras Municipais interessadas, envidem immediatos esforços para que os Castelos classificados, sejam logo declarados monumentos nacionais.

Coimbra e sala das sessões do Congresso, etc.

E', pois, dentro da doutrina desta proposta que eu venho rogar a V.^a Ex.^a para a tomar na devida consideração, organisando sem perda de tempo a comissão para a guarda e conservação dos castelos Historicos que na área desse concelho se encontram, chamando a si todos os homens illustres da região que aos sentimentos do patriotismo não são indifferentes e obtendo, por quotas mensais ou anuais, — a que, por pequenas, ninguém se negará — os primeiros fundos com que deve iniciar-se a obra de vedação, conservação e restauração, desses belos monumentos, de acordo com as indicações de technicos.

Foi exactamente assim que, na Vila da Feira, alguns bons patriotas conseguiram salvar da ruína e da perda total, porventura o mais grandioso monumento histórico-militar do país.

Esperando, pois, de V.^a Ex.^a, da sua dedicação e amor pela sua terra e do seu patriotismo, que imediatamente proceda á organização da comissão a que se refere o art. 1.^o da proposta citada e desejando-lhe

Saude e Fraternidade

subscrevo-me

com a mais alta consideração

de V.^a Ex.^a

At.^o Ven.^o e Obg.^o

Umberto Boça

Documento 173

1922 (25 de Agosto) – [*Proposta de Classificação da Capela de Nossa Senhora das Salas, em Sines*]. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA - Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Com.ção dos M.tos
Sessão de 25-VIII-922
Acta n.º 100

Capela de Nossa Senhora das Salas, em Sines

Sobre a alta escarpa que forma a enseada de Sines e a NO da povoação que se orgulha de ser o berço de Vasco da Gama, ergue-se a capela mandada construir pelo épico navegador e dedicada a N.ª S.ª das Salas, diz-se que em substituição duma antiga capela da sua veneração, que se encontrava em ruína.

O edifício é do seculo XVI, tendo sofrido enxertos e acrescentamentos nos seculos seguintes.

A fachada é formada por uma interessante porta manuelina, executada (sic) em brecha da Arrabida, material que oferece pouca resistencia á acção directa dos agentes atmosféricos e que por isso apresenta já algumas degradações.

Por cima e a cada um dos lados da porta principal, vê-se uma placa de mármore tendo a da esquerda o escudo com as armas dos Gamas dentro de uma corôa de louros e a da direita, dentro duma identica corôa, a seguinte inscrição, em caracteres góticos e da qual reproduzimos a curiosa ortografia e disposição:

Esta ca
sa de nosa S.^{ra} das
Salas mandou fazer o m.^{to}
magnifico S.^r dõ Vasco da G
ma cõde da vidig.^{ra} al
mirante e visorey das
Indias

A este interessante conjunto sobrepõe-se uma janela do estilo D. João V e um registo da Virgem, em azulejos, rematando esta fachada por uma cimalha jesuítica, em alvenaria.

As fachadas laterais, meias ocultas por casas abarracadas, que encostam á capela, são ladeadas por contrafortes coroados de pináculos da época de D. João III.

A nave da capela é coberta por abóbada de tijolo assente sobre nervuras tambem de teijolo, que nascem de mísulas de cantaria do estilo manuelino e cujos cruzamentos são ornados por florões do mesmo estilo num dos quais se repete o escudo dos Gamas.

O arco da capela mór e os das duas capelas laterais são da época de D. João III, pelo que é verosímil que a construção da capela terminasse já depois do falecido o seu ilustre fundador.

As paredes da capela são interiormente forradas de um lambril de azulejos do século XVIII representando a vida de Nossa Senhora, em 14 paineis metidos entre pilastras e “cartouches” decorativas.

O pavimento é de teijolo. Por cima da porta ha um côro modesto do seculo XVIII.

Nesta capela existe um magnifico retrato a óleo, pintado sobre téla, que representa o grande almirante. Pintura idealista de grande estilo, de desenho correcto, de belo colorido e de acabamento perfeito, deve ser obra dum dos nossos artistas do começo do seculo XIX.

Na parte inferior da tela lê-se a inscrição seguinte:

“D. Vasco da Gama descobridor das Índias. Oferecido aos festeiros de N. S. das Sallas por Jacinto Falcão Murzello de Mendonça. Mandado restaurar em maio de 1898 por Isabel Jesus Estrella.”

Este mesmo Jacinto Falcão fez reunir em 1835 numa magnífica sepultura raza, decorada com o escudo das suas armas, e que se encontra na matriz de S. Tiago do Cacem, os restos de seu pai e de sua mãe falecidos respectivamente em 1801 e 1833.

Sabe-se que, em Sines, além do castelo, existia o Forte das Sallas, que foi desartilhado em 1844.

Sucedânea ou não duma anterior capela atribuída a D. Bataça, dama da rainha Santa Isabel, é indubitável que a actual capela foi mandada fazer pelo glorioso descobridor das Índias.

Talvez por isso, foi objecto do culto especial das classes marítimas que ali promoviam grandes festividades. Ulteriormente tem sido votada ao abandono e está ameaçada de ruína, devido sobretudo á humidade que se infiltra através das abobadas e paredes.

Quanto mais não seja, em homenagem á memória do seu (seu) inclito fundador êste interessante padrão da piedade portuguesa deve ser conservado e por isso propomos que seja incluído no cadastro especial a que se refere o art.º ... do decreto de 26 de Maio de 1911, para ser considerado monumento nacional de segunda classe.

Lisboa 25 de Agosto de 1922

Luciano Martins Freire


José Alexandre Soares

A. R. Adães Bermudes – Relator

Documento 174

1922 (11 de Outubro): *Reacção do Grupo Pró-Évora contra a colocação de qualquer mísula ou suporte na Ermida de São Brás, monumento nacional, dando sinal do seu estatuto de vigilância contra atentados ao património, em nome da Comissão dos Monumentos.* Ofício dirigido ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1919-1923). Inédito.

334



N.º 136

Grupo Pro Evora
ANEXO DA ACADEMIA DE SCIENCIAS DE PORTUGAL
CORRESPONDENTE OFICIAL EM EVORA DA
COMISSÃO DE MONUMENTOS DO CONSELHO DE ARTE E ARQUEOLOGIA

Ex.º Snr

Em resposta ao ofício de V.Exª, nº 263 de 10 de corrente, tenho a honra de informar V.Exª que este Grupo veria com o máximo desprazer ser concedida autorização para se colocar na ermida de S. Brás - Monumento nacional e unção no país, como V.Exª tão bem sabe - qualquer suporte, mísula ou o quer que seja, que tudo será uma injúria ao monumento.

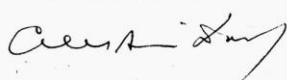
Nesta data damos conhecimento do facto á Comissão de Monumentos, que, certamente, reprovará a pretensão, em virtude das instruções que temos recebido sobre factos semelhantes, que, na opinião da mesma Comissão, nunca deverão ser permitidos, seja qual for o pretexto apresentado.

Com os protestos da minha muita consideração, apresento a V.Exª, Senhor Presidente, os desejos de
Saude e Fraternidade

Evora, 11 de outubro de 1922

Ex.º Snr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de
Evora

Pelo Grupo PRO EVORA
O Vice Presidente



Documento 175

1922 (10 de Novembro) – *Causas recentes que agravaram o estado de ruína da Charola do Convento de Cristo, cujas obras de consolidação estavam paradas.* Ofício do Vice-Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição ao Administrador Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pedindo providências para evitar as consequências. ANBA – CAA, Correspondência Expedida. Ano de 1922. Livro 158.

L.º 18, n.º 210
Cópia

Exm.º Sr. Administrador Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Tenho a honra de chamar a atenção de V. Ex.^a, para o seguinte e alarmante facto: Em 1921, em virtude dos sinais de ruína da Torre do relógio da charola do Convento de Christo de Tomar, iniciaram-se as respectivas obras de consolidação, cujo projecto consistia num reforçamento interno em cimento armado e a reconstrução de um troço da parede primitiva, cuja falta concorrera para a ruína desse trecho do monumento. Por motivo da demissão da Comissão Administrativa, essas obras foram suspensas no passado inverno, isto estando já adquiridos os necessarios materiais.

Ultimamente, tendo sido queimados junto do monumento, fortes morteiros de dinamite, comemorando o aniversario da proclamação da Republica e a chegada dos aviadores⁹³, parece, pois outra explicação se não encontra, que foram a causa do agravo brusco dessa ruína, caindo mesmo alguns pedaços de reboco do teto da charola, junto á Torre, e aumentando as fendas que já existiam, resultantes do esmagamento da pedra nos dois feixes de colunas adjacentes á mesma Torre e bem assim as da ligação superior ao corpo da charola.

Este facto, certificado por um dos vogais da Comissão dos Monumentos, que seguiu de perto o inicio dos trabalhos de consolidação, é deveras alarmante, pelo que necessario se torna, que imediatamente se providencie de forma a não termos o desgosto de constatar um deploravel desastre, como seria a derrocada que a queda da Torre provocaria e cujas consequencias são faceis de prever.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição, em 10 de Novembro de 1922

O Vice-Presidente em exercicio:

Luciano Martins Freire

⁹³ Refere-se a Gago Coutinho e a Sacadura Cabral, da ligação aérea entre Portugal e o Brasil.

Documento 176

1922 (11 de Dezembro) – *Programa dos estudos e trabalhos para o restauro do claustro principal, dito de D. João III*. Ofício s/n.º do Presidente da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, Garcez Teixeira, ao Presidente da Comissão dos Monumentos por Garcez Teixeira. ANBA – CAA, 1.ª Circunscção, Correspondência recebida (1911-1925). Livro 243.

Ex.mo Snr.

Tendo o Ex.mo Snr. António Thomaz dos Santos Júnior, residente na Avenida da Bôa Vista, n.º 1278, no Porto, posto à disposição da União a quantia de mil escudos, para serem continuadas as pesquisas do primitivo Claustro Principal, e desentaipamento de alguns trechos arquitectónicos actualmente entaipados.

Em vista desta oferta venho solicitar da Comissão da digna presidência de V. Ex.ª autorização para que a União possa realizar essas pesquisas e outros trabalhos que consistirão no seguinte:

a) Desentaipamento da parte da fachada sul do Côro onde se acha a janela por onde se entra no Côro Baixo, demolindo-se a abobada que sustenta o pavimento do corredor de ligação com o Claustro Principal, e retirando-se a camada de entulho que cobre a abobada, e que deve ter fragmentos da ornamentação da janela.

b) Transformação da porta de passagem do Claustro Principal para esse corredor, em janela por meio de uma balaustrada, afim de se ver completamente a janela desentaipada.

c) Desentaipamento da parte do gigante do ângulo sul-poente que deita para aquele corredor.

d) Desentaipamento da parte do 1.º gigante da fachada sul, que deita para o referido corredor.

e) Demolição dos restos de uma parede antiga que se acha por debaixo da abobada a demolir.

f) Construção de uma escada provisória de madeira para acesso do Côro Baixo pela porta que dá para a Igreja.

Esta construção tem de ser provisória, visto não haver por enquanto elementos suficientes para saber como se fazia o acesso àquela dependência antes da conclusão do Claustro Principal.

g) Desentaipamento da janela geminada que deita do pavimento terreo do Claustro Principal para a Casa do Capitulo Incompleta refazendo-se o colunelo central que não existe.

h) Pesquisas nos rebocos da parte inferior da fachada Sul do Côro para se descobrir a parede de cantaria que se acha guarnecida e caiada.

i) Pesquisas na janela do Côro Baixo que foi demolida em parte, e depois entaipada pela escada do Côro Alto para o Claustro Principal, a fim de se estudarem os motivos da sua ornamentação primitiva, alguns dos quais constituem a pedra da alvenaria do entaipamento.

j) Pesquisas para se estudar a arcada inferior do Claustro de S.ª Bárbara, que foi entaipada para se fazerem as dependências que hoje se denominam “prisões” e seu desentaipamento, no caso de se verificar a sua viabilidade.

Saúde e Fraternidade

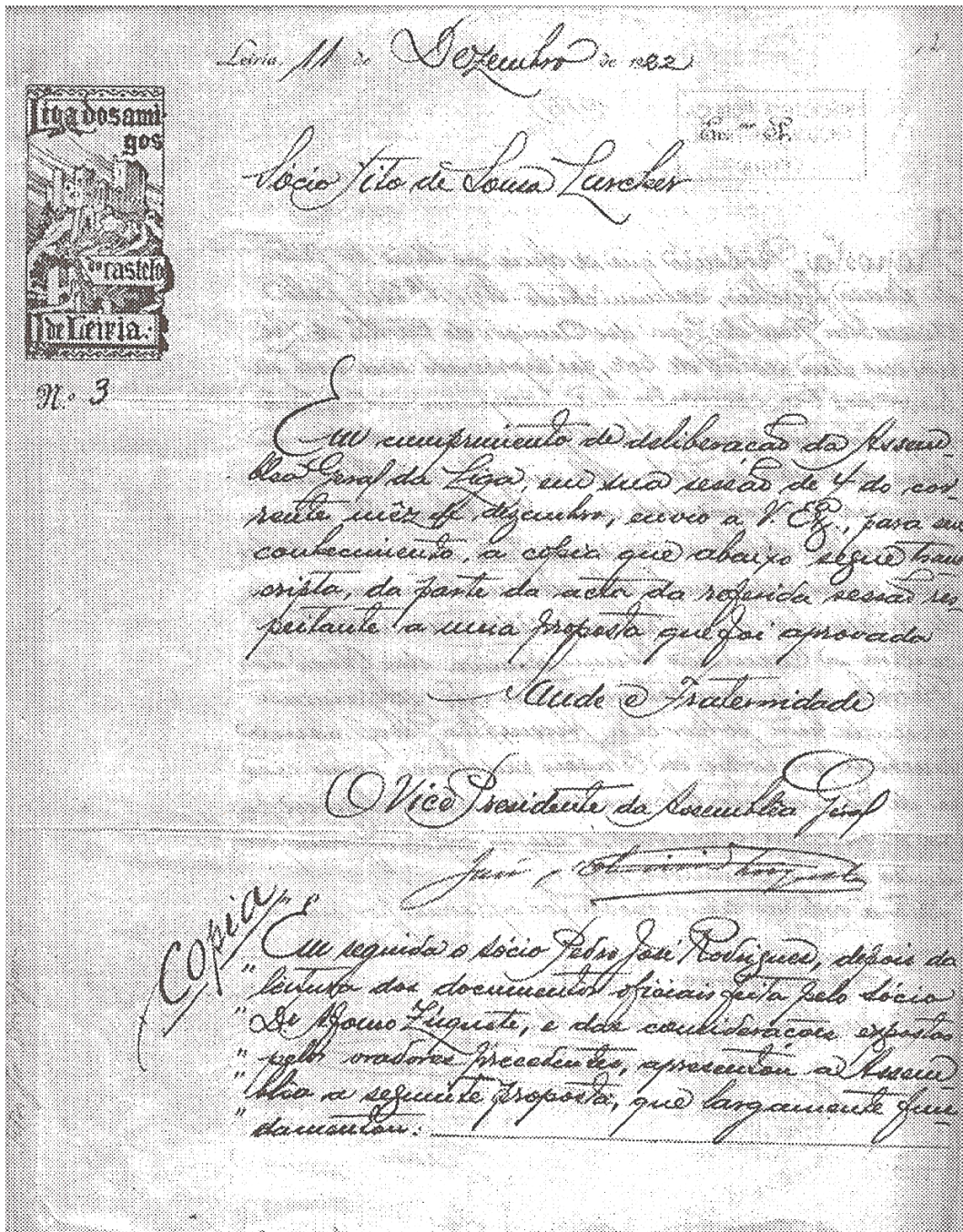
Tomar, 11 de Dezembro de 1922

Il.mo e Ex.mo Snr. Presidente da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção Lisboa

O presidente da Direcção
Francisco Augusto Garcez Teixeira

Documento 177

1922 (11 de Dezembro) – Carta da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria ao sócio Tito Larcher enviando-lhe extracto da Acta da Assembleia desta associação, onde fora aprovado um voto de louvor atribuído à Comissão Administrativa das obras de consolidação do Castelo de Leiria e se resolver manifestar desagrado pela campanha de difamação que aquele sócio vinha desenvolvendo contra a dita Comissão. Arquivo Distrital de Leiria. Fundo Larcher. Correspondência.



Proposta Probanda que se officio ao Socio Sr. João
de Sousa Farcher, calunniando-lhe, 1.º 2.º 1910 pela
Assembleia Geral da Liga dos Omeiros do Castelo de Leir-
ria, em sua sessão de 20 de Maio, foi barrado um voto de
louvor aos três concelhos que cooperaram à Comissão
Administrativa nomeada pelo Governo para dirigir as
Obras do Castelo de Leiria, pelo seu zelo, patriotismo e
extensa direcção das obras. 2.º 2.º em
Assembleia deliberou, e unanimemente ao mesmo tempo
o seu extermínio deagradado pela arbitrariedade, campanha
de difamação que o referido Socio teve undertaken
contra a Comissão Administrativa das Obras do
Castelo, cuja competência tem sido soberanamente
apreciada não só por esta Assembleia Geral, como
também por todas as Instancias Superiores, como conda-
ta de documentos officinaes devidamente allegados pa-
ra a mesma calunias, e cujos officios foram pre-
sentes a esta Assembleia Geral.

Esta a notação esta proposta foi approvada por unanimi-
dade.

Na conforme.

Leiria, 11 de Setembro de 1910

João de Sousa Farcher

Documento 177 A

1922 – Modelo de Ficha de Proposta de Classificação de Monumento Nacional a integrar no Inventário. Exemplo referente à Igreja de Santa Maria de Alcáçova, Concelho de Santarém, Distrito de Santarém. Notícia Histórica - Ficha referente ao Convento de Cristo. ANBA – CSMN, Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244. Inédito.

Igreja de Santa Maria de Alcáçova
monúte

MONUMENTO NACIONAL

Proposto para ser classificado, em sessão de
a vogal
proavada a classificação na categoria, em sessão de
confirmada por decreto de

NOME DO MONUMENTO *Igreja de Santa Maria de Alcáçova*

Situado *Santarém* concelho de
distrito de

Dados da sua construção, restauração ou reconstrução *fundada em 1184*
reedição pelo Templários em 1184. Passou para o rei D. João I
monumento em fundação e da época da coroa
de D. João I. Foi construída na
região de Alcáçova. Foi elevada para a sede da
Arquidiocese construída em 1184. Foi elevada para a sede da
a sede da diocese de Alcáçova, e os seus advogados
monumento de Alcáçova. Foi elevada para a sede da

Seu estilo ou estilos arquitectónicos

Suas applicações até a actualidade. Em 1286, Mestre
Chanceler, mandou, em nome do D. D. João, de D.
do meio a eleger, executar grandes e impor-
tantes, a instituição de colégios e de aulas
reelles e profanos. Em 1415 começaram as obras
reedificatórias, n'este estado de ruina em que estão as
de evanescer, obra por terminada a 1724.

Estado de conservação e obras de que mais urgentemente carece

Da sua primitiva traça nada restou a não ser a
escola da capella do templo, que foi a dos templários.
Existe ainda alguma sepultura mística no parrho-
co da igreja, e de um d'elles se trata o tratado
em latim de 236.

A quem pertence

Em poder de quem está

Quem deve fazer as obras necessarias para a sua conservação

Documento 178

1923 (12 de Janeiro) – [*Proposta de Classificação da Igreja do Hospital de Jesus Cristo de Santarém*]. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

L.º 19 – N.º 8
15-1-23

A igreja do hospital de Jesus Cristo, em Santarem, é um templo bastante amplo, dum só nave coberta com abobada de bôrço, com penetrações em lunêta e cruzeiro coberto por abóbada semiesférica.

A construção, dum architectura sobria e de boas proporções é dos meados do seculo XVII.

A capela-mór tem um altar de bôa talha e algumas curiosas inscrições e é guarnecida com “lambris” de azulejos policromos de motivos ornamentais, de padrão miúdo.

Metidos nas arcadas vasadas nas paredes da nave, encontram-se quatro altares, encimados por retabulos pintados, de nenhum valor, rodeados por decorações chinasas com motivos dourados sobre fundo vermelho. Os lambris destas capelas são de azulejos representando figuras alegóricas, pintados a azul sobre fundo branco.

De verdadeiramente artistico, nesta igreja, só ha a notar as pinturas a fresco que revestem o intradôrso das arcadas e o intradorso da abóbada do côro alto, por cima da porta principal da igreja.

Estas decorações no estilo “barroco”, da epoca de D. João V, são magistralmente tratadas e do melhor que ha no género, no nosso país.

Infelizmente as das arcadas estão bastante deterioradas e a abobada do côro, ameaça ruina, começando a despegar-se os estuques sobre os quais foram pintados os fresco de notavel desenho, composição, colorido e execução.

É da maior conveniencia que se não deixem perder nem os processos nem estes exemplares magníficos, raros no nosso país, da pintura monumental.

Somente artistas especializados poderão tentar a restauração das pinturas das arcadas e indicar o meio de salvar ou pelo menos, reproduzir as decorações da abobada do côro.

E, como é provavel que ao Hospital de Jesus Cristo de Santarem faltem os recursos e mesmo a competencia para proceder a êsses trabalhos, parece-me que estes poderiam ser feitos a expensas do Estado, inscrevendo-se para êsse fim, em cadastro especial esta parte do monumento, em conformidade com o art.º do decreto com força de lei de 11 de Maio de 1911.

Lisboa 12 de Janeiro de 1923

A. R. Adães Bermudes

Documento 179

1923 (16 de Janeiro) – [*Propostas de Classificação da Janela de ângulo e da Fachada quinhentistas de Tomar*]. Texto dactilografado. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Sessão de 16-1-23
Acta n.º 175

1923

Janela de ângulo quinhentista

Situada na esquina da Rua dos Moinhos e Rua de S. João⁹⁴, em Tomar, freguesia de Santa Maria do Olival, concelho de Tomar, e distrito de Santarém.

Deve datar do reinado de D. João IIIº.

Esta janela acha-se no canto do muro do jardim da casa hoje pertencente a Albino de Lima Simões.

Esta casa foi feita para residência na cidade do D. Prior do Convento de Cristo, e deita sobre a Corredoura. É de arquitectura sobria e característica do meado do século XVI e tinha no meio da fachada principal o escudo das armas reais rodeado de uma cercadura em pedra, que foi apeado em 1910, achando-se actualmente recolhido no Museu da U.A.M.O.C.

Consta que o proprietário actual deseja aproveitar o jardim para fazer nêle construções o que traria a perda da janela motivo porque conveniente será classificá-la como monumento digno de ser conservado.

Sessão de 16-1-23
Acta n.º 175

Fachada quinhentista

Situada na Rua da Vázea Pequena⁹⁵, esquina da Rua dos Oleiros, em Tomar, freguesia de St.ª Maria do Olival, concelho de Tomar, distrito de Santarém.

Deve datar do reinado de D. João IIIº.

A fachada, apesar de se achar já deturpada, oferece um conjunto interessantíssimo.

Sabendo-se que o arquitecto João de Castilho, viveu largos anos nesta cidade, onde fixou residência e onde morreu, é natural atribuir-se a maior parte dos trabalhos deste período da Renascença que se encontram nas construções da Cidade e esta fachada é uma das que estão nesse caso, podendo até dar-se o caso de ser esta a sua residência, o que aliaz julgo não estar comprovado por qualquer documento.

Julgo-a digna de ser classificada como Monumento que deve ser conservado.

⁹⁴ Riscado: “Rua Nova”.

⁹⁵ Riscado: “Grande”.

Documento 180

1923 (20 de Fevereiro) – *Razões justificativas da proposta de classificação da Capela do Tesoureiro, do extinto Convento de S. Domingos, apresentadas ao Ministro da Instrução Pública pelo colectivo do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*⁹⁶ e respectivo despacho de classificação comunicado pelo Director Geral de Belas Artes. Ofício expedido em 20 de Fevereiro e ofício recebido em 4 de Julho de 1923. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição, Correspondência expedida, vol. 1 e Correspondência recebida (Registo). Livro, n.º 1. 1911-1932, respectivamente cotas 347 e 352. Inédito.

República Portuguesa
Conselho de Arte e Arqueologia
2.ª Circunscrição
Coimbra

Ex.mo Snr. Ministro da Instrução

O Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição pondo, neste momento, de parte considerações que sejam prolixas perante a ilustração de V. Ex.ª, limitar-se-ha á simples revelação dum facto alarmante que, para honra da civilização portuguesa, urge evitar á custa d'um pequeno sacrificio do tesouro publico.

Coimbra foi uma cidade prestigiosa na época mais brilhante da nossa grandesa nacional. Os mais notáveis artistas a enriqueceram com obras primas do estilo da Renascença, em arquitectura e estatuaria.

Com o decorrer dos tempos, descuidados, sem que a vigilancia e protecção official sobre eles exercessem acção vigilante e eficaz, abandonados á irresponsabilidade e desprezo publico, tem sido assolados e destruídos com tam desvairada senha, que hoje, essa magificente herança do século XVI, se acha bem redusida.

Entre as obras primas que restam, figura uma das mais admiráveis produções do génio de João de Ruão: é a capela, chamada do – Tesoureiro numa das absydes da igreja de S. Domingos, desde muitos anos convertida numa oficina industrial.

Luciano Magne, alem de outros, num livro assas divulgado, lastimando o estado de degradação em que se encontra, afirma com entusiasmo ser a abobada um dos brilhantes especimens da Renascença francesa.

Pois bem, pela actual applicação do edificio, se duma empresa fabril, a precária segurança da colocação, abalada pela trepidação de maquinas e instrumentos de trabalho, e pela deterioração progressiva do s... com figuras mutiladas e desaparecidas, esta grandeza dentro em pouco ficará convertida em um montão de cantaria informe.

Que a iniciativa de V. Ex.ª Senhor Ministro, evitava grande perda para a história da Arte nacional. Que mais uma vez os nossos brios de nação civilisada não sejam deprimidos pela avaresa contraprodecente de injustificável economia.

Em todos os países os tesouros d'Arte são reputados riqueza nacional (sic), afirmação de cultura e de educação publica.

⁹⁶ Trata-se de uma nova versão do ofício n.º 252, de 1919, enviado como representação ao Presidente da República, de 28 de Novembro de 1918 e só enviado em 1919. Assinam 16 membros do CAA. Augusto Gil escreve: "Enquanto mais não puder fazer-se, proponho que a Capela chamada do Tesoureiro seja decretada monumento nacional. Lx.ª 22-V-923. Augusto Gil".

E, porque a Arte hoje desempenha uma função importante na orientação, na evolução do progresso e da vida das sociedades, este assunto é digno da especial e propicia atenção que V. ex.^a de certo lhe não recusa.

Saúde e Fraternidade

Coimbra, sala das Sessões do Conselho de Arte e Arqueologia, da 2.^a Circunscricção, aos vinte de Fevereiro de mil novecentos e vinte e três.

José Tomás da Fonseca
Belisário Pimenta
Augusto Mendes Simões de Castro
Álvaro Viana de Lemos
António Luiz da Costa Rodrigues
Augusto Casimiro
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo
Alberto Cupertino Pessoa
Augusto Carvalho da Silva Pinto
Albino Caetano da Silva Pinto
Joaquim de Carvalho
A. Augusto Gonçalves
Abel Augusto Dias Urbano
Manuel Augusto (...) Rodrigues [da Silva]
João Rodrigues da Silva Couto
Vergílio Correia

Ministério
da
Instrução Pública
Direcção Geral de Belas Artes

L.^o 5 N.^o 47

Ex.mo Snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a
Circunscricção

Acerca do officio desse Conselho, datado de 20 de Fevereiro ultimo, cumpre-me informar de que S. Ex.^a o Ministro, por despacho de 29 de Maio findo, determinou que se lavrasse decreto classificando monumento nacional a capela denominada do "Tesoureiro", situada numa das absides da igreja de S. Domingos, de Coimbra, e se inquirisse ao Conselho qual a verba necessária para a conservação da mesma capela.

Saúde e Fraternidade

Direcção Geral de Belas Artes, em 4 de Junho de 1923

O Director Geral

[Sem assinatura]

Republica Portuguesa
Ministério da Instrução Publica
Direcção Geral de Belas Artes

Tendo em vista o que propõe o Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscricção;

Usando de faculdade que me confere o n.º 3.º do Art.º 1.º da Lei de 891, de 22 de Setembro de 1919;

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Instrução Pública que a capela denominada do “Tesoureiro”, situada numa das absides da igreja de S. Domingos, da cidade de Coimbra, produção admirável do génio de João de Ruão, seja classificada monumento nacional.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar.

Paços do Governo da República, *em 18 de Junho de 1923*

António José de Almeida
*João José Conceição Camoesas*⁹⁷

⁹⁷ Data e assinaturas autógrafas.

Documento 181

1923 (5 de Abril): *Solicitação para se proceder à entrega da casa capitular da Sé de Évora ao cabido da mesma Sé e remoção dos livros ali existentes, para dar continuidade às obras de desentulho do claustro da mesma Sé.* Arquivo do Grupo Pró-Évora, Ofício expedido n.º 156, Correspondência (1919-1923), n.º. 269. Inédito.

Exmo. Snr.

“Não ignora V. Ex.^a que este Grupo começou a obra de desentulho do riquíssimo claustro da Sé de Évora; falta só uma das suas faces, onde está instalado o escritório paroquial, por não haver onde o colocar.

Há um só local e esse é a casa capitular, cuja chave está em poder do director da biblioteca, Sr. Lopes da Silva; sabemos que este funcionário, reconhecendo a necessidade de se terminarem as obras e ainda devido ao difícil acesso da mesma casa, está pronto a remover os livros do cabido, para o que já tem lugar apropriado na biblioteca.

Sabe V. Ex.^a bem que a riquíssima obra de talha da casa capitular não pode ser arrancada das paredes e que junto com o seu mobiliário especial, constitui um todo, que é uma verdadeira preciosidade.

Creemos ser de justiça entregar ao cabido a sua casa capitular; além da justiça que se faz, podem concluir-se as obras do claustro que, no dizer dos entendidos, é um primor artístico que merece o carinho de todos os que bem querem a esta cidade.

Nesta ordem de ideias e acolhendo-nos ao patriotismo e à ilustração de V. Ex.^a, vimos rogar a penhorante fineza de permitir que o Sr. Lopes da Silva faça entrega da casa Capitular ao cabido da Sé de Évora, que saberá conservar o que é um monumento nacional.

Apresentando a V. Ex.^a os protestos da nossa mais alta consideração, desejamos a V. Ex.^a

Saude e Fraternidade

Évora, 5 de Abril de 1923

Ex.º Snr. Dr; Júlio Dantas, Dist.º Inspector das Bibliotecas Eruditas

Lisboa

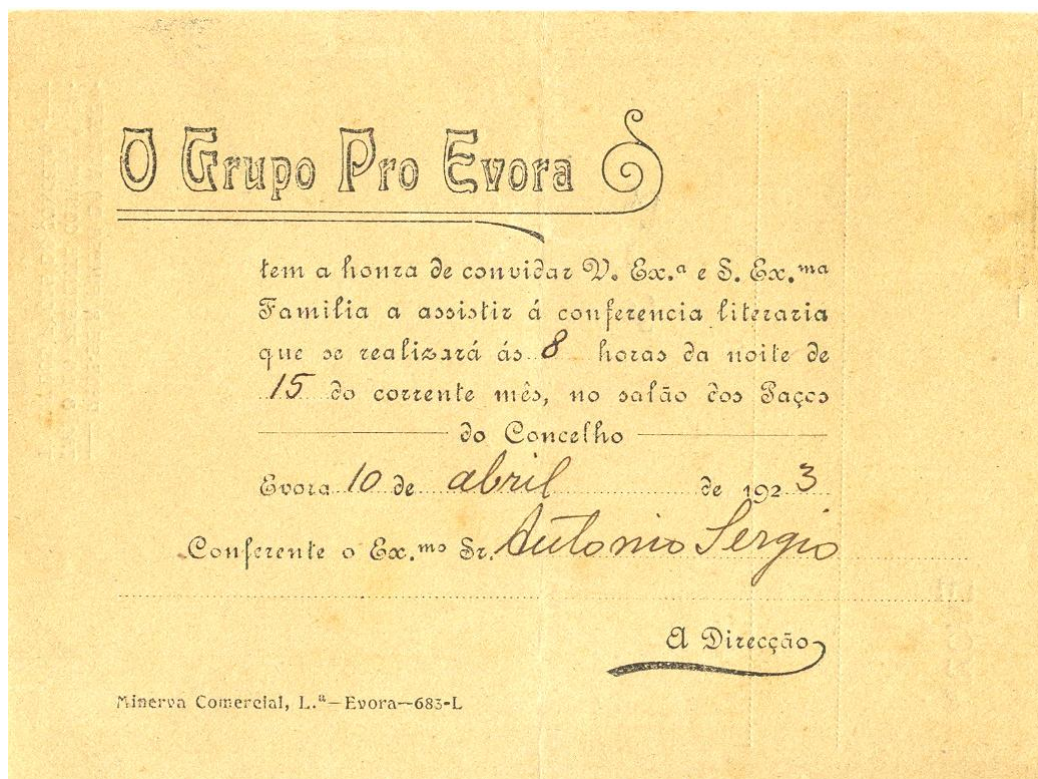
Pelo Grupo Pró-Évora

A Presidente”

Leonor Barahona Caldeira

Documento 182

1923 (10 de Abril) – *Convite do Grupo Pró-Évora para a Conferência de António Sérgio*. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência (1919 – 1923).



Documento 183

1923 (14 de Julho de 1923) – *Programa das obras necessárias para a Casa do Capítulo incompleta do Convento de Cristo solicitadas pela União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Cópia que acompanha ofício do CAA de 19 de Julho de 1923, dirigido à Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1923. Livro 159. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscrição)


Liv.º 19.º N.º 116

Está conforme
O Oficial da
Secretaria

Cópia – União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo – Exm.º Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição – Lisboa. Tendo sido há pouco adquirida pelo Estado a Casa do Capítulo Incompleta do Convento de Cristo, em Tomar, Casa que foi cedida a esta União por Decreto n.º 8939, de 20 de Junho findo, para instalação do seu Museu, venho solicitar de V. Ex.ª se digne providenciar para que naquela Casa sejam feitas obras tendentes a evitar a progressão da ruína das paredes e abobadas existentes, arrancando-se os arbustos nela vegetam, vedando-se as infiltrações das águas das chuvas, quer dando-se exgoto rápido às que caem no interior da construção, quer cobrindo-se a parte superior das paredes inacabadas. – Saúde e Fraternidade. - Tomar, 14 de Julho de 1923. O Presidente da Direcção. (a) Francisco Augusto Garcez Teixeira.

Documento 184

1923 (13 de Agosto) – Carta de António Augusto Gonçalves a Garcez Teixeira oferecendo-lhe remédios fáceis para a protecção e conservação do calcário de monumentos. Carta autografa original. Convento de Cristo, Arquivo Histórico da UAMOC, Correspondência recebida.

 Coimbra, 13 agosto 1923
1
Ex^{mo} Senhor,
Gostosamente offereço a V.^{sa} Ex.^a a maneira
facil de obstar aos estragos corrosivos do
Salitre no calcareo. É com tanto maior
provarer, que affianço convictamente a
efficacia do remedio: — Immergir
a peça contaminada n'um banho de
olio de linhaca, até á sacciedade, até

á saturação! — 2
Nada mais simples, mais inoffensivo
e infallivel!
Os Capiteis de Cellas, cuja Cavie avan-
cava em progressão geometrica, e dentro
em 20 annos estariam aniquilados, absor-
veram 5 a 6 litros de olio cada um!
E actualmente têm a dureza do marmore!
As experiencias feitas ha 40 annos
não deixam duvidas.
As considerações



que me levaram a tentar os primeiros ensaios, são interessantes. Mas não quero cansar a paciência de V. Ex.^a.

Para grandes pedras, a applicação pratica tem de certo embasacos; em compensação, a obra salva-se da ruína.

É preciso notar que a pedra muda de côr. Este inconveniente julgo-o de pouca importancia, visto nas sa-

preferivel que a pedra tenha a aboura do gesso.

Aqui tem V. Ex.^a uma formula e um processo, que, a meu ver, não vale menos que todos os silicatos e maquinas de compressão, tão altamente apre-
zados.

Com as homenagens da minha consideração respeitosa, de V. Ex.^a.

cu do obrigado
A. Augusto Gonçalves

Documento 185

1924 (18 de Janeiro) – *Representação ao Ministro da Instrução Pública contra o estado de abandono e de vandalismos nos monumentos nacionais, nomeadamente na Praça do Comércio, que podiam motivar a interrupção da Comissão dos Monumentos.* Cópia de ofício a que se refere a Acta n.º 185 da Comissão dos Monumentos. ANBA – CAA: Correspondência. Ano de 1924. Livro 52. Inédito.

Conselho de Arte e Arqueologia
(1.ª Circunscrição)

Veja-se Acta n.º 185,
de 18 de Janeiro de 1924
da Comissão dos Monumentos

Senhor Ministro

A Comissão dos Monumentos vem cumprimentar V. Ex.^a, como chefe dos serviços de Belas Artes, e, ao mesmo tempo, manifestar o voto de que a passagem de V. Ex.^a pelo Ministerio de Instrução fique assinalada pelo aperfeiçoamento desses serviços.

Aproveita esta Comissão o ensejo para dar cumprimentos a uma deliberação tomada antes das ultimas ferias: a de trazer ao conhecimento do titular desta pasta factos que exigem pronta repressão, e que podem motivar a interrupção dos trabalhos desta Comissão.

Com a publicação do decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, procurou o Governo da Republica proteger o nosso já minguido patrimonio monumental, cujo abandono, se não era completo, era pelo menos, de molde a levantar gerais clamores. Se esse decreto não era completo (e sem a menor duvida não o era), nem por isso deixava de traduzir um sincero desejo de proteger os monumentos; e a esse desejo procurou corresponder esta Comissão, pelo mesmo decreto criada, trabalhando com decidida boa vontade e não vulgar assiduidade no desempenho de funções não remuneradas e exercidas por individuos forçados a desempenhar outros cargos para o grangeio da sua vida.

Di-lo a Comissão, sem o menor receio de ser considerada imodesta, porque as actas das suas numerosas sessões aí estão a atestar o seu improbo trabalho.

Mas, depois de 12 anos de assidua tarefa, julga-se a Comissão no direito de examinar os resultados praticos dos seus esforços. E o que vê? Por toda a parte o mais completo abandono, quando não os mais autenticos vandalismos. Abandono e vandalismos a que nem sequer os monumentos mais dignos de respeito, já pela sua importancia artistica, já pelo seu significado historico, logram escapar. Citar exemplos seria alongar extensivamente esta exposição tão elevado é o seu numero. Aqui mesmo das janelas deste Ministerio, sede da entidade que superiormente tem de zelar pelos Monumentos, pode V. Ex.^a ver as mais exuberantes provas da criminosa incuria na manutenção do decoro dos nossos monumentos. Aqui, nesta monumental Praça, classificada por decreto de 16 de Junho de 1910, encontra logo o estrangeiro, ao desembarcar, duas barracas de madeira, rodeadas por um arame de ferro, dos que se usam para enfardar palha, sustentado por pedaços de cantoneiras de ferro, cravados na calçada.

Logo a seguir, na sua frente, na inscrição latina da monumental estatua, uma troca de letras mostra a incuria de quem devia fiscalizar esse trabalho e acarreta sobre os nossos serviços artisticos o mais justificado ridiculo. As belas arcadas que rodeiam a praça, estão ignobilmente maculadas com a afixação de jornais, cartazes e editais, que toda a gente ali afixa, sobrelevando a todos, actualmente, o anuncio de uma Escola oficial de Arte Aplicada.

Em varios locais d'essas arcadas, e, até a poucas dezenas de metros da porta deste ministerio, hediondas construções de madeira servem para a venda de diversos artigos, aproveitando alguns, por falta de ampliação das suas instalações, os nichos de pedra.

Enfim, até nem as bordaduras de cantaria, que em qualquer cidade sertaneja dão á via publica fóros de passeio reservados para peões, evitam aqui, que as arcadas sirvam de recolha de toda a especie de viaturas.

Creemos, Sr. Ministro, que bastarão estes exemplos, de entre tantos que poderiam ser apresentados, para que V. Ex.^a se convença de que, continuando a não ser respeitadas as consultas desta Comissão, e a não serem garantidas aos monumentos as regalias que a classificação lhes dá pelo decreto de 26 de Maio de 1911, desnecessario é todo o labor desta Comissão, justificando-se, portanto, que os seus membros desejem empregar a sua actividade em qualquer occupação donde possa resultar alguma utilidade para os monumentos, pois só o amor destes os tem guiado nos seus trabalhos.

[Sem indicação de local e data. Sem qualquer assinatura]

Documento 186

1924 (Janeiro) - *Relatório do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição [1920-1924]*, Acta n.º 12, 4 de Abril de 1912, pp. 47-57, ANBA – CAA, 1.ª Circunscrição. Actas, anos 1911 a 1931. Livro 180. Inédito.

“Não tendo o nosso ilustre Presidente, o Senhor José Luiz Monteiro, podido ocupar-se da missão que lhe foi confiada, coube à vice-presidencia o dirigir o expediente deste Conselho, trabalho na maioria dos casos mais inquietante do que transcendente, mas sempre exaustivo, mercê da falta de concordância de acção no mecanismo dos serviços oficiais; e se não teve o Conselho ocasião de sair muitas vezes da esfera meramente administrativa e fiscalizadora, fez-o sempre, que as circunstancias lhe o recomendaram, com inergia (sic) e, segundo lhe parece com hombridade.

A singularidade do seu esforço poderá nobilitar este Conselho mas não o pode envaidecer, antes o desola na sua acrisolada fé, porque além de tudo o enfraquece no seu esforço, por isolamento de actuação. O esmorecimento que por vezes parece também transparecer nos elementos directivos deste Conselho, tem sido transitorio desanimo que uma benefica reacção anula, dada a consciencia de utilidade de tal instituição que importa manter na liça, para que os altos assuntos de arte não sejam tratados por quem os não zele ou lhes desconheça a importancia e transcendencia. E se algumas vezes os seus actos não teem tido a repercussão e as consequencias que seria para desejar, fica, no entanto, para a historia, o registo da sua intervenção, e aos que a contrariaram o desdouro ou o remorso de terem mal servido o paiz.

É principalmente no que diz respeito à defesa do nosso património monumental ou histórico que mais se teem feito sentir as contrariedades. A falta de uma codificação que regularise e determine as sanções para os casos de atropelo da lei creada para defesa dos monumentos classificados – lei já de si deficiente – aniquila de alguma forma a acção da Comissão dos Monumentos, deste Conselho, cujos permanentes esforços para o bom desempenho da sua missão, agradável nos é de registar. Projectou este organismo, a regulamentação da lei, como está projectada a que se refere à protecção a todos os objectos de arte, embora se julgue mais conforme aos bons principios e ao que esse proteccionismo exige, uma alteração fundamental na lei basilar, e é do conhecimento de V. Ex.^a, o que há quatro anos se projectou nesse sentido. As condições politicas do paiz, não teem, porem, consentido que o Parlamento se ocupe destes assuntos. Da instabilidade ministerial igual embaraço tem resultado para a publicação dos aludidos regulamentos, pois os titulares das respectivas pastas tão pouco tempo teem permanecido permanecido nos seus postos que impossivel lhes seria assinarem, com conhecimento de causa, tais diplomas. Acredita-se, porem, e bem se faz, em dias melhores. Não só a pugna pela integridade e conservação dos monumentos preocupou este Conselho, não pouco trabalho lhe acarretou, também o patrocínio de outros interesses artisticos, como, por exemplo, a recolha de objectos de arte das extintas corporações religiosas; luctando-se muitas vezes contra interesses feridos e talvez inconfessaveis; acção um tanto onerosa e sempre exautiva. Também a instalação do Museu Regional de Évora foi tarefa asoerbante, não só por ser necessario acompanhá-la de perto, como por ter de se obter dotação que tal consentisse. Assim além de sensível melhoria na dotação anual, foi autorizada uma verba extraordinaria de quatro mil escudos, para obras imediatas. Pese essa quantia de ser adiantada por quem por parte deste Conselho seguia de perto essa instalação, e da qual só passados oito meses foi embolsado, facto este que aqui se regista, para que de futuro, se avalie a seriedade dos que arrogando-se o titulo de protectores de Évora, incluem estes serviços nos seus anais.

Exerceu-se igualmente vigilancia no respeitante à saída de objectos de arte para o estrangeiro, trabalho assaz inglorio, pois que na maioria dos casos, quer por sofisma da lei quer pelas regalias de que gosam os diplomatas estrangeiros, quer

ainda por ignorancia do pessoal aduaneiro na fronteira, ficou muito prejudicado, a acreditar no que geralmente se afirma.

Dentro dos empreendimentos deste Conselho, coroados de exito, destaca-se aquele que tornou possivel a aquisiçãõ de objectos de arte da colecçãõ Ameal.

A boa vontade e elevado criterio do Excelentissimo Senhor Doutor Ginestal Machado, que geriu a pasta da Instruçãõ Publica, facilitou tal empresa. Foram para esse fim concedidos cem mil escudos, bastando para obter tal contagem uma simples exposiçãõ verbal do vice-president deste Conselho. Nos esforços depois empregados para a sua boa applicaçãõ, salientou-se o Excelentissimo Senhor Doutor José de Figueiredo, ilustre director do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo-se interessado igualmente o Excelentissimo Senhor Columbano Bordallo Pinheiro cuja dedicaçãõ pelo Museu que dirige   igualmente de todos sobejamente conhecida. O primeiro, conseguindo obter entre outros quadros de alto valor artistico, o São Jeronimo de J es Hernessen, pela quantia de quatro mil escudos, importancia que ao cambio do dia representara apenas duzentos e setenta escudos – aquisiçãõ que por si são indemnizou o Estado da totalidade da verba concedida; o segundo, não desanimando na obtençãõ de obras de arte do periodo romantico, as quais não foi possivel obter directamente e cuja presençã no Museu Nacional de Arte Contemporânea era absolutamente necessaria, par mais facilmente se poder apreciar com exactidão, o valor do esforço artistico nessa epoca, em que o paiz mal refeito das luctas intestinas e esquecido das tradições artisticas não oferecia aos artistas incentivo de especie alguma.

A nós, coube-nos, tambem, a tarefa de obtermos a notavel pintura “Une soir e chez lui” desse nosso ilustre consocio e de que Sua Excelencia, por um excesso de modestia, se não quis ocupar. Este quadro tendo sido obtido em leilão pelo Excelentissimo Senhor Honorio de Lima, foi, a nosso rogo, bizarramente cedido, - a despeito do interesse que lhe despert ra essa obra de arte – e pelo preço por que tinha sido adquirida.

Iniciou-se, também, o inventario do nosso patrimonio artistico, para o que se conseguiu uma pequena verba, que pouco consentirá fazer, mas conta-se com a dedicaçãõ de todos os que queiram cooperar nesse tão delicado e vasto empreendimento. Começou-se por coleccionar reproduções fotograficas de monumentos, quadros e outros objectos de arte, para o que se aproveitou, tambem, algumas fotografias que existiam no deposito da antiga Academia, algumas das quaes são hoje documentos de alto valor, sob muitos aspectos.

Mandou-se imprimir a lista dos Monumentos classificados, e ainda a legislaçãõ que diz respeito à sua defeza, para assim as autoridades e detentores desses imoveis não puderem alegar a ignorância da lei.

Entre as verbas que se conseguiu introduzir na lei orçamental, estava a subvençãõ para os pensionistas pelo Legado Valmor, pois este Conselho, devido à depreciaçãõ da moeda, via-se impossibilitado de poder corresponder aos encargos que as divisas cambiais lhe acarretaram; e não são essa subvençãõ tornou possivel o solver esses compromissos, facilitou-o, tambem, a circumstancia de, no periodo da Grande Guerra, ter sido suspensa a applicaçãõ do Legado, o que trouxe a aglomeraçãõ de juros. Satisfizeram a Comissão Executiva as provas dadas pelos dois pensionistas, os Senhores Carlos Augusto Bonvalot e Luiz Ribeiro Carvalhosa Christino da Silva, trabalhos que podem ser apreciados por Vossa Excelencia,   excepçãõ da prova final deste ultimo, que foi cedida temporariamente, e a pedido do seu autor, para figurar no “Salon de Paris”. Independente destes estudantes, há mais trez que, por motivo de uma sentençã do tribunal competente, tiveram de ser reintegrados pelo Estado no gozo da pensão de que foram privados durante alguns anos.

São artistas de merito, mas cuja orientaçãõ artistica nos causa apreensões.   uma experiencia bastante onerosa para o Estado, mas a que não há que pôr entraves. Foi forçado este Conselho, a, perante os ministros que amiudadas vezes se sucederam na pasta da Instruçãõ, reclamar melhora na lei orçamental e respeitante

aos estabelecimentos dêle dependentes. A boa vontade dos Ministros nem sempre pode ter efectivação. Cumpre-me, porem, destacar mais uma vez o nome do Excelentissimo Senhor Ginestal Machado que foi quem mais rasgadamente correspondeu aos nossos desejos. A sucessiva depreciação da moeda, vai, porem, anulando o efeito dos nossos esforços. Cabe aqui o consignar o quanto tem sido util a esses estabelecimentos a boa vontade do Excelentissimo Senhor Abel Dias, digno chefe da decima repartição de Contabilidade, que sempre que os ministros o teem consultado sobre a assunto, não só não tem posto entraves ás nossas reclamações, como até expontaneamente tem advogado, com calor, a nossa causa.

No periodo da nossa gerencia de que hoje damos conta a Vossa Excelencia, ofereceram obras de aarte ao Museu Nacional de Arte Antiga: Monsieur A. Demotte, antiquário francês, - cuja morte desastrosa nos privou da sua amizade – um notavel quadro de Ribera, representando “O arrependimento de São Pedro”; Monsieur Leo Nardus, um pequeno quadro (retrato de homem), atribuido a Franz Halls e um notavel quadro de Inyders (???), representando um “javali e um pequeno burro”, em dimensões naturais. Quis, tambem, o Excelentissimo Senhor Columbano Bordallo Pinheiro, oferecer ao Museu da sua direcção, os bustos de Dom Pedro quinto e de Henrique Nogueira, interessante trabalho escultural executado por seu pai, Manuel Maria Bordallo Pinheiro.

Recebeu-se o legado do eminente architecto Miguel Ventura Terra, feito a este ultimo Museu, de um precioso retrato da mãe do malgrado artista, executado pelo Excelentissimo Senhor José Veloso Salgado e uma aguarela por Tomaz Anunciação e bem assim duas aguarelas de Harpiguies, oferecidas por Sua Excelencia o Senhor Presidente da República que tambem ofereceu ao Museu dos Coches um retrato da Rainha Dona Catarina de Bragança. No Museu Nacional de Arte Antiga deu entrada uma notavel coleção de porcelanas, legadas por Luiz Fernandes, distinto subdito brasileiro e grande amigo do nosso paiz; e por este Conselho foi recebido o legado do benemerito cidadão Bento da Rocha Cabral, na importancia de vinte e cinco mil escudos, em inscrições e mais oitocentos e vinte e trez mil escudos e vinte e cinco centavos como juros, que foram convertidos em inscrições e cujo rendimento é destinado a um premio, que um regulamento, a elaborar e a submeter á sanção superior, determinará as condições em que deve ser concedido.

Tendo sido liquidada no Supremo Tribunal a impugnação feita por alguns herdeiros da ilustre Viscondessa de Valmor, só agora passados treze anos é possivel a este Conselho, o tomar posse do legado de cincoenta mil escudos e respectivos juros com que essa ilustre senhora secundou identico legado feito por seu marido o benemerito Visconde de Valmor, para pensionar no estrangeiro estudantes e artistas.

Corre os seus tramites a respectiva habilitação e dentro em poucos dias estar-se há na posse do legado. Este reforço não consentirá, ainda assim, o manter-se por agora qualquer pensionista, visto que o rendimento dos dois legados não permite, sequer, com a actual divisa cambial, pensionar um estudante durante seis meses. A desorientação mundial em materia artistica, tornando pouco proficuo o estudo no estrangeiro, atenua a magua que aquele facto nos poderia produzir.

Além das aquisições para os museus, realizadas dentro das verbas orçamentais, foram adquiridos pelo rendimento do legado valmor, os quadros: “passagem da vau”, grande tela do notavel pintor holandês Siberets, por trez mil escudos e uma marinha por Gustavo Courbet, por quinhentos escudos. O saldo existente, actualmente, para aquisições é de quatro mil cento e trez escudos e setenta e trez centavos e para pensões, de oitocentos e quarenta escudos e oitenta e nove centavos.

Publicou-se o primeiro fascículo do Boletim deste Conselho, trabalho que mereceu aplausos gerais, mas de magros proventos, o que não consentirá por agora, o prosseguir-se mormente enquanto o orçamento não autorisar o dispendio da verba que corresponda ás exigencias monetarias actuais para trabalho de tal natureza.

Mereceu-nos a importante biblioteca deste Conselho, algumas atenções, tendo sido mandado encadernar numerosos livros que se estavam danificando, e adquiridas, além das publicações cuja assinatura estivera suspensa durante o período da Guerra, um certo numero de obras, cuja lista vai apensa e este relatório e mercê da verba especial obtida apoz repetidos esforços.

Eis meus Senhores, os factos principais passados na nossa gerencia, e que julgamos dever recordar, para avaliardes como correspondemos á confiança em nós depositad. Cumprindo este dever, agora outro se nos impõe, e esse bem doloroso é; queremos referir-nos á perda do vogal efectivo deste Conselho, o illustre engenheiro José Maria Cordeiro de Sousa, que no alto posto que ocupou, tão relevantes serviços prestou á causa dos monumentos, o que realçado com as mais belas qualidades de caracter, tornara essa individualidade digna do maior respeito e consideração; e Fernand Cormon, socio honorario da Antiga Academia de Belas artes, de que este Conselho é sucessor, artista notabilissimo, autor do “caim” famosa tela que figura no Museu do Luxemburgo e do quadro “Vencedoras de Salamina” e de tantos outros, e que com a posse de um dos quais se honra o Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Como professor foi adorado pelos seus discipulos, entre os quais muitos portuguezes que guardam as melhores recordações de tão saudoso mestre. Foi o verdadeiro tipo de professor, de chefe de atelier, cheio de vivacidade, em extremo bondoso e sempre apixonado na defesa dos seus discipulos.

A Meza da Assembleia Geral.

Relação dos livros adquiridos para a biblioteca do Conselho de Arte e Arqueologia, de mil novecentos e vinte e um a mil novecentos e vinte e quatro:

Eglesias mosarabes – sec.^o 9 a 11 por Moreno; Exposição retrospectiva de ceramica nacional, em Viana do Castelo, por Oliveira; Perroneau, por Vaillard & Rionay; Pergame, por Pontremolo & Callignan; Les Mostaerts, por Pierron; Les artistes walons, por Klinclame; L’oeuvre de Chardin et Fragonard, por Dayot; La miniature flamande, por Durrieu; Historia da Colonização do Brasil; Ceramica coimbrã no séc. 16, pelo Dr. Joaquim Martins de Carvalho; A pintura a fresco em Portugal, pelo Dr. Virgilio Correia; Jacques Callot, por Plan; Portraits d’infantes – 16^{ème} siècle, por Roleot Delondre; Les fresques du Campo-Santo de Pise, por Letalle; Vida e obras de Gil Vicente, por A. Braamcamp Freire; Rapports d’experts, por Wildenstein; Os filhos de D. João I, por Oliveira Martins; Diccionario dos Architectos, 3.^o vol., Sousa Viterbo; Jan Vermeer de Delft; Art et metiers de l’ancien Egypte; Arts et metiers au Japon; L’orfèvrerie religieuse en Belgique; Tapisseries des Musées royaux de Bruxelles; Juste Sutterman; Trésor de l’art dentellier; Chats and old silver; Comment connaître les porcelaines?; Alvaro Pires de Evora, pintor, pelo Dr. Reynaldo dos Santos; A Architectura espanhola, n.^o 2 e 3; Universidade de Coimbra no seculo XVI, pelo Dr. J. Martins de Carvalho; Do mesmo autor, ainda: Ourives de Coimbra; Notas de um escrivão do povo; Domingos Sequeira em Italia; Taxas dos Officios mecanicos de Coimbra; Juão de Ruão e Diogo de Castilho e Mosteiro de S. Marcos; Rainha D. Leonor, pelo Conde de Sabugosa; Ensaio de critica e estética, pelo Dr. Henrique de Vilhena; do Bem e do Belo, idem; Morte de Camões, pelo Dr. Xavier da Costa; La expressione del dolore nell’arte, por Francaschini; Torino exposicione 1911; A reintegração dos primitivos portuguezes, pelo Dr. Afonso Lopes Vieira; Cathedral de Santa Maria de Braga; Les vieux arabes; Histoire de l’art, de Chipier, 10.^o; Lenda do pintor Dralia, por Garcez Teixeira; D. Catarina de Austria (Mulher de D. João III), por Llana e Tarighia; Inscricões hebraicas, por Shewartz; Fotografias dos quadros de Annuniação; Vila do Conde e seu alfoz: Luzitania, revista de estudos portuguezes; Histoire de la littérature française; Amadis de Gaula, pelo Dr. Afonso Lopes Vieira.

Oferecidos: Arqueologia e historia, boletim da Associação dos Arqueologos; Catalogo do Museu Nacional dos Coches.”

[Luciano Martins Freire, vice-presidente, relator, 1924]

Documento 186 A

1924 (28 de Fevereiro) – *Relatório da Visita a S. João de Tarouca com o objectivo de informar o Ministro da Instrução de abusos contra a integridade do monumento e estado de conservação das suas pinturas.* Parecer transcrito n.º 576, pp. 294-297 in AHME - Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição. Correspondência expedida (Copiador). Livro nº 1. 1911-1924. Cota 347. Inédito.

Visita a S. João de Tarouca (Parecer)

Por decisão do Conselho de Arte e Arqueologia, da 2.ª Circunscrição, visitamos no dia 3 de fevereiro a igreja de S. João de Tarouca, para que estivesse habilitado o mesmo Conselho a pronunciar-se sobre a representação dirigida ao Ex.^{mo} Ministro da Instrução, pela Junta da freguesia que tem a seu cargo aquela igreja. Infelizmente coincidiu aquele dia com uma grande festa que se realisava na dita igreja, e que em parte prejudicou a nossa missão e impediu que trouxessemos informações e documentação mais completa.

A igreja esteve até muito tarde completamente cheia de povo pelo que só poderam fotografar-se os seus preciosos quadros, quando a luz era escassa e assim, nada podemos obter de aproveitavel neste sentido, o que muito nos penalizou. Falamos com o Presidente da Junta, o Sr. Aniceto da Silva Conceição que foi em extremo amavel e solícito em nos expôr o que se tem passado e constava da dita representação, explicando-nos in loco todos os atentados cometidos contra o templo e preciosidades que contem. Do antigo mosteiro só resta conservada a igreja e sacristia – o resto tudo são ruínas, havendo as paredes de pé da antiga torre dos sinos e dum vasto dormitorio paralelo á igreja. Ha muito montão de pedra e paredes desmoronadas, faltando já completamente a parte que unia a igreja com o resto do edificio. Tudo o mais são já hoje terras de sementeira da vasta cêrca, restos de capelas e outros edificios e ruínas espalhadas por toda ela. A meio desta cêrca que ocupa um vale na direcção E.O. corre um ribeiro que deveria passar debaixo do antigo convento e serve de divisoria aos actuaes proprietarios dos respectivos terrenos. A parte Sul que é a do lado da igreja pertence ao cidadão visado, na representação. Este senhor arroga-se a posse de tudo quanto não é igreja, terras e portanto ruínas e montões de pedra, etc. – e é provavel que já os proprietarios que o antecederam vivessem na mesma convicção. Mas parece-nos que a culpa principal não será deles, mas da ligeireza com que o Estado alienou as terras confinantes com os edificios que continuavam a sendo do Estado e isto sem uma soma de protecção para o caso de eles virem a ser considerados monumentos nacionais, nem sequer por vezes uma delimitação perfeita ou contendo a escritura bem clara. A casa a que se refere a representação terá umas dimensões de 10x5 m – está completamente apoiada na parede norte da igreja, chegando o telhado, que é de telha solta, mesmo á nascença das janelas das capelas lateraes. Os gigantes ou contrafortes das abobadas da igreja aparecem-nos recortados nos telhados da casa e quasi não nos resta duvida que a casa não tem n'aquelle lado parede alguma, mas se servia abusivamente da parede da igreja para apoiar os barrotes. Testemunhos nos declararam, que quando se faz lume naquela casa, a igreja é por vezes invadida pelo fumo o que não só é intoleravel par a qualquer monumento, mas ali pode concorrer para a deterioração dos notaveis quadros d'aquella igreja, cujo estado de conservação não é dos melhores. A igreja é um monumento digno de nota, não só pelos aludidos quadros do seculo XVI, dos mais notaveis artistas da escola portuguesa, como pelo conjunto arquitetónico, tres tumulos de granito sendo particularmente notavel o do Conde de Barcelos com estatua jacente

e baixo-relevos. Os azulejos do século XVII da capella-mór, o côro, a sacristia e grades de pau santo, talha, etc. Os painéis do século XVI compreendem duas grandes tabuas de cêrca de 2 x1,5 representando uma S. Pedro de cadeira, muito semelhante ao do Museu de Viseu. Defronte deste encontra-se um S. Miguel das mesmas dimensões. Na capela da Snr.^a da Piedade, logo á direita, da porta da igreja estão seis tabuas da mesma epoca de desenho e acabamento notaveis, sendo quatro eguaes em dimensões e representando cenas da infância de Cristo, um maior, no centro, representando uma Senhora sentada e por cima um painel atravessado, com tres cabeças, Cristo com o mundo, abençoando S. João e S. Pedro. Todos estes quadros se encontram muito deteriorados, tendo o S. Pedro já muitos pedaços de tinta caída, com a tabua á vista e uma das tabuas empenadas e fazendo saliencia. No poliptico da Senhora da Piedade os quadros de baixo são os que estão em peor estado de conservação. Hoje, segundo se depreende do que nos disseram, já os quadros são cercados de alguns cuidados pois todos estão inteirados do seu grande valôr, em razão dos muitos visitantes e apreciadores que ali teem ido. Mas informaram-nos que ainda não há muitos anos, por ocasião das festas, até flores de papel lhe colocavam em cima e encostavam frequentemente outros ornamentos, etc. Asseguram-nos da parte da actual Junta da Paroquia ha todo o cuidado na defesa de tais preciosidades, mas cremos bem que aqueles quadros muito carecem duma restauração urgente que sustasse a sua deterioração, que se nos afigura certa no lugar onde estão, expostos á humidade, correntes de ar, etc., e sobre tudo a atentados inconscientes d'aqueles mesmo que pretendem ali velar pela sua integridade. O ideal seria que eles podessem recolher ao Museu de Lamego, que pela sua excelente instalação e obras que contem nos deu a melhor impressão ou pelo menos pudessem sair d'ali temporariamente para qualquer tratamento apropriado. Infelizmente do que ouvimos, conclue-se que o povo não só está muito cioso da posse d'aquilo que mal compreende, mas que ouve dizer que muito vale, como desconfia da sua restituição ou compensação condigna, mesmo que viessem a convir em qualquer troca. Em resumo, a comissão verificou que a construção a que se refere a reclamação da Junta de S. João de Tarouca representa um abuso inteiramente prejudicial ao edificio e que decerto á face da Lei não pode ser tolerado. A fotografia junta dá uma indicação, posto que insuficiente, do atentado cometido contra a integridade e conservação do monumento

Coimbra, 28 de Fevereiro de 1924

Os vogais do Conselho e comissionados⁹⁸

⁹⁸ Foram designados para esta missão a Tarouca, os vogais Abel Urbano e o architecto Augusto Carvalho da Silva Pinto. O relator da missão foi Viana de Lemos. Cf. Acta n.º 111 de 17 de Fevereiro de 1924, fol. 2vº-3 (AHME – CAA, Coimbra, Actas, vol. II, cota 365) onde o relatório foi apresentado.

Documento 187

1924 (16 de Maio) – [Proposta de Classificação dos restos do Castelo, Igreja Matriz e Porta e Igreja da Misericórdia de Loulé]. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Aprovado em sessão
de 18 de Maio de
1924

(c)

Loulé: Restos do Castelo

Proponho que seja classificada “monumento nacional”: a parte da muralha e as torres do antigo castelo de Loulé, que deitam para o largo do Chafariz.

É esta a parte mais interessante, mais bem conservada e mais visível da antiga cintura de defeza daquela povoação, tomada por D. Afonso III aos mouros.

O resto da muralha encontra-se envolvido pelas habitações ou foi cortada pelas ruas do centro da vila, descobrindo-se apenas nos intervalos dos patios ou jardins das casas que encostam de um e outro lado da muralha.

O trecho de que se propõe a classificação devia ter sido uma das entradas do castelo defendido pelas duas torres e, provavelmente, por uma barbacã, substituída actualmente por casas de habitação que a muralha e as torres dominam.

Conviria investigar da parte não visível desse trecho.

Lx.^a 16-V-924

A. R. Adães Bermudes

Aprovado em sessão
de 18 de Maio de
1924

(d)

Loulé: Igreja Matriz

Proponho que seja classificada com “monumento nacional” a igreja matriz da vila de Loulé, templo gótico do século XIV, composto de três naves separadas por arcadas ogivais que descansam sobre delgadas colunas isoladas.

O portico da entrada é constituído por uma série de ogivas concêntricas apoiadas em colunelos com interessantes capiteis numa flora característica e finamente executada, rematando o conjunto por um frontão medieval – “*gable*”.

A capela de S. Braz do lado do Evangelho tem um arco do estilo manuelino ornado de várias decorações contornadas por um tronco de árvore. Da antiga abóbada nervada desta capela só restam as mísulas onde apoiavam as nascenças ou saimeis dos arcos. Na capela de N.^a S.^a da Consolação, do lado direito, á entrada da igreja, a abóbada conserva os arcos da época de D. João III e as paredes são inteiramente revestidas de excelentes azulejos dos fins do século XVII representando a vida da Virgem sendo principalm.^{te} o painel da Ascensão de N.^a S.^a inscrita numa o... de interessante composição e belo efeito decorativo.

Lisboa 16 de Maio de 1924

A. R. Adães Bermudes

(e)

Aprovada ?

Loulé Porta e cruzeiro da Misericórdia

Proponho que sejam classificados para serem inscritos em cadastro especial, nos termos do art.^o 45 do decreto de 26 de Maio de 1911, o portal da igreja da Misericórdia, em Loulé, e o nicho que se lhe sobrepõe, ambos da época manuelina, e o cruzeiro medieval que lhe fica fronteiro, cujas imagens são conhecidas pelos nomes de “Senhor da Pedra Fria” e “Rainha Santa Izabel”.

Lisboa 16 de Maio de 1924

A. R. Adães Bermudes

Documento 188

1924 (16 de Maio) - *[Propostas de Classificação das Muralhas e de outros monumentos em Estremoz]*. ANBA – Propostas e Pareceres. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Entrada em 16-V-1924

(a)
1924

Esta e as restantes
propostas (a, b e d e e) não
foram transcritas na
acta

Estremoz: Muralhas do castelo e portas e baluartes da 2.^a linha de fortificações.

Proponho que sejam classificadas como monumentos nacionais: toda a cinta de muralhas do Castelo de Estremoz, do século XIII (D. Afonso III) e baluartes com que foram acrescentadas na época de D. João IV; a torre do Paço das Couraças, medieval e todas as portas e baluartes da segunda linha das fortificações, do século XVII.

Lisboa 16 de Maio de 1924

A. R. Adães Bermudes

(b)

Estremoz Igreja de S. Francisco, antiga Casa da Câmara e Claustro da Misericórdia:

Proponha que sejam inscritos em cadastro especial nos termos e para os fins do art.º 45º do decreto de 26 de Maio de 1911, os monumentos seguintes da vila de Estremoz

Igreja de S. Francisco, templo medieval, de tres naves, separadas por arcadas em ogiva, que encerra dois monumentos classificados: a saber, o tumulo de Esteves da Gata e a capela de D. Fradique de Portugal;

Claustro da Misericordia, interessante claustro da época manuelina, reproduzindo um claustro românico.

Antiga casa da Camara. Interessante modelo de casa particular da época de D. João III, onde funcionou a Câmara Municipal e onde se refugiou segundo a tradição, uma filha de Phebo Moniz.

Lisboa 16-V-924

A. R. Adães Bermudes

Documento 189

1924 (Junho) – Proposta de Francisco Santos Coelho, pedreiro construtor, morador em Évora, para ajuste de trabalhos de tarefa particulares nos telhados da Sé de Évora, no valor de 5890\$00. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1925-1932), n.º 26. Inédito.

26

Francisco Dos Santos Coelho, pedreiro construtor,
morador no Beco do Baicudo N.º 2, Évora, pro-
põe fazer por tarefa operaria de ajuste
particular nas obras de Reparacões e lim-
pezas dos telhados da Sé Cathedral de Évora
o seguinte trabalho:

Limpeza e concerto em todos os telhados
de telha de canido mouriscado; limpeza
e concerto das tijoleiras dos terraços das 3
naves barrando-as a borra de gaz; lim-
peza de cantarias da cimalha e algerôs
em volta da Capela-Mór e terraços annexos;
& transporte de entulhos para fóra da obra;
concertos e pintura nas portas, grades de
ferro, nos caincillos e rêsdes; e colocação de
vidros pela quantia de 5:890,00

Évora de de 1924.

Documento 190

1924 (25 de Junho e 9 de Agosto) – *Parecer da Comissão dos Monumentos da 3.^a Circunscrição para a classificação como monumento nacional da Casa do Infante, no Porto e critérios introduzidos pela mesma Comissão para a execução das obras.* Ofícios n.º 73 e 77 do Livro de Cópias, dirigido ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, e ao Director da Alfandega do Porto, fols. 73-75 e 77-70. AHME – Copiador da Comissão dos Monumentos. [3.^a Circunscrição]. Livro C, n.º 13, 1912-1925. Cota 422. Inédito.

L.º C. N.º 73

Excm.º Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a Circunscrição

Porto

Parecer

Em 17 de Junho de 1913 foi enviado á Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial o parecer da Comissão dos Monumentos da minha presidencia por motivo das obras a que se procedia na casa onde, segundo a tradição nasceu o Infante D. Henrique.

Desse parecer constam os seguintes periodos: “Incumbe pois á Comissão dos Monumentos velar pela conservação desse edificio historico e pedir e recomendar que seja respeitada a sua feição historica”. E no final: “A Camara Municipal do Porto tem de dar aprovação ao projecto das obras a realizar. ”Que elas não sejam autorizadas sem que a Comissão dos monumentos seja ouvida”

Paralisaram as obras referidas nesse parecer e depois de tão longo tempo decorrido acaba de chegarão conhecimento da Comissão de que se procediam a obras de demolição da casa da rua da Alfandega Velha que tem a lápide comemorativa, inaugurada em 4 de Março de 1894.

Reunida a Comissão dos Monumentos desta Circunscrição em sessão de 27 do corrente foi resolvido “que se vistoriassem as obras a que se estava procedendo, e, em sessão prorrogada, se deliberasse sobre as providencias a adoptar.”

Pelo exame feito ás obras verificou-se que elementos de alto valor artistico e principalmente historico existiam na casa em demolição e que não pudéram ser vistos em 1913 porque se achavam ocultos na construção, encobertos por paredes e argamassa, que pelas recentes obras foram desobstruídos, algumas em parte, e reconhecidos.

Os elementos encontrados são varios arcos em ogiva, uma janela e inscrição goticos, seculo XIV ou anteriores, subsidios estes de incontestavel valor para a historia do edificio. Pensa a Comissão que, ampliadas as investigações, outro material arqueologico poderia acrescentar-se para a determinação da epoca das anteriores construções e consequentemente a firmar a tradição de ali ter nascido o Infante D. Henrique, mas quando assim não fosse os fragmentos encontrados são fundamento bastante para fortalecer essa convicção.

O vulto de primeira grandeza da nossa historia que é o Infante D. Henrique o que representa para a Arte e para a Arqueologia e conservação do conjuncto de construções, presentemente umas do Estado outras particulares que constituíam no século XIV o “Armazem Velho” ou Alfandega Régia que abrangia o antigo Paço, a Comissão dos Monumentos da 3.^a Circunscrição considerando, em face do exposto, que comquanto esse conjuncto de construções estivesse descrito no seu cadastro, se impõe uma garantia de conservação mais eficaz; nestes termos deliberou na sessão prolongada referida submeter ao Governo a propósta da classificação abaixo transcrita.

Que seja classificado Monumento Nacional a casa da rua da Alfandega Velha onde segundo a tradição nasceu o Infante D. Henrique, abrangendo o conjuncto de edificações, que constituíam no século XIV o Armazem Velho ou Alfandega Régia e que se estendem até á rua do Infante D. Henrique por onde tem entrada e especialmente o portal da fachada da rua da Alfandega Velha, seu escudo d’armas e lápide comemorativa inaugurada em 4 de Março de 1894, os fragmentos artisticos e

arqueologicos do seculo XIV anteriores encontrados ou que possam encontrar-se nessas edificações, o portal de entrada da rua do Infante D. Henrique e o escudo d'armas de D. João I, ambos existentes na fachada duma casa que tem naquela rua os n.ºs de 45 a 53.

Porto 25 de Junho de 1924

O Presidente da Comissão dos Monumentos da 3.ª Circunscricção

Marques da Silva

L.º C. N.º 77

Excmº Senhor Director da Alfandega do Porto

Tenho a honra de apresentar a V. Exc.ª que a Comissão dos Monumentos da 3.ª Circunscricção⁹⁹ obras a realizar na [Alfandega] ... devem ser feitas pelo modo seguinte:

a) Deve ser conservado intacto o trecho da fachada principal compreendido pelo portal da entrada da Alfandega (século XVII) a lapide comemorativa que a encima e brazão d'armas de D. Pedro II que ao lado existe;

b) Devem ser conservadas livres de qualquer encosto as grandes arcadas do pateo interior;

c) Igualmente não deve sofrer qualquer alteração o nicho, inscripção, e arco abatido do seculo XIV, que, como adiante se determina devem ficar á vista pelo vestibulo de entrada da Alfandega e que existem na parede interior paralela á fachada;

d) Deve ser conservada a altura superior da fachada principal demolida apresentando para a rua somente dois andares, contudo fazer-se mais um terceiro, mas para o lado de traz, aproveitando-se para cada lado a maior elevação do cume;

e) A parede transversal que limita o vestibulo da Alfandega devera crusar com a parede paralela á fachada, mas de modo que o nicho e a inscripção livres vestibulo;

f) Para este [almejado] fim deverá o pavimento do 1.º andar estar [colocado] de sorte a ficar á vista pelo lado de baixo o nicho e inscripção indicados;

g) A fachada principal deve na parte reconstruida seguir o estylo do seculo XIV, devendo n'esse character ser considerada uma nova porta da propriedade, com substituição da actual e sua fresta incarakteristicas.

O esquema de projecto das obras, existe na sede da Comissão, Escola de Belas Artes do Porto, onde pode ser consultado pela firma proprietaria, devendo a execução dessas obras ser superintendidas por esta Comissão

A Comissão da minha presidencia apreciando a maneira eficaz como V. Exc.ª procedeu para a resolução deste assunto de interesse artistico, historico e nacional, rende-lhe os seus louvores e tendo muito prazer em lh'os apresentar, faço votos de

Saude e Fraternidade

Porto e Comissão dos Monumentos Nacionaes da 3.ª Circunscricção, em 9 de Agosto de 1924.

O Presidente

[José Marques de Oliveira]

⁹⁹ Esta cópia feita à máquina de escrever apresenta diversas frases ilegíveis. O original foi batido à máquina mas a cópia, obtida com papel químico, tem deficiências. Não se encontrou o texto do original.

Documento 191

1924 (1 e 3 de Outubro) - *Pedido de integração dos objectos artísticos da igreja de Santa Joana, em Lisboa, desafectada do culto para serem incorporados no Convento de Cristo, na Igreja de S. João Baptista de Tomar e no Museu do Carmo. Ofícios dirigidos pelo Coronel Francisco Teixeira Garcez, na qualidade de Presidente da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo e de vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses.* Ofícios recebidos n.º 127 e 132, datados respectivamente de 1 de Outubro e de 3 de Outubro de 1924. ANBA – CAA, Correspondência. Ano de 1924. Livro 52. Inéditos

Exm.º Sr.

Tendo chegado ao conhecimento desta União que, por decreto esta desafectada do Culto a igreja de St.^a Joana, a fim de ser destinada ao Arquivo do Ministério das Finanças, sendo encarregado de dar o devido destino ao mobiliário da mesma o Conselho da digna presidência de V. Ex.^a, venho solicitar que, de entre os artigos que não forem, pelo seu valor histórico ou artístico, destinados aos Museus, sejam entregues aos Monumentos sobre os quais esta União exerce a sua acção aqueles que neles possam servir para suprir faltas existentes.

Assim, lembro a V. Ex.^a que, na igreja de S. João Baptista, em Tomar, se tornam necessários 2 telas para suprirem a falta de 2 quadros que foram retirados; na Charola do Convento de Cristo, onde hoje se acha estabelecido o Culto, o coro está desguarnecido; na 1.^a Capela lateral, está desmantelada a talha do século XVII; os altares laterais estão desguarnecidos e sem retabulos; faltam quasi por completo alfaias e paramentos, etc.

Muito penhoraria esta União que alguns objectos fossem destinados aqueles monumentos

Saúde e Fraternidade

Tomar, 1 de Outubro de 1924

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição
Lisboa

O Presidente da Direcção
Francisco Augusto Garcez Teixeira

Ofício da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Tendo sido destinada a arquivo do Ministério das Finanças a igreja de Santa Joana, e, tendo sido entregue ao Conselho da digna presidência de V. Ex.^a o destino a dar aos objectos pertencentes á mesma igreja que tenham de ser retirados, venho rogar a V. Ex.^a que permita que, dos objectos que não venham a ser destinados aos museus do estado, seja permitido a esta Associação recolher no seu Museu aqueles que forem disso julgados dignos.

Por tal fineza transmito desde já a V. Ex.^a antecipados agradecimentos.

Saúde e Fraternidade

Edifício Histórico do Carmo, em 3 de Outubro de 1924

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição
Lisboa

O Vice-Presidente da Direcção em exercício
Francisco Augusto Garcez Teixeira

Documento 192

1924 (21 de Novembro) - [*Proposta de Classificação da Igreja do Convento da Encarnação*]. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito. Exm.º Sr.

Satisfazendo ao que foi deliberado na última sessão, visitamos a igreja do extinto Convento da Encarnação com o fim de informar sobre se deve ser proposta a sua classificação como monumento nacional.

Não é a primeira vez que os vogais desta Comissão vistoriam, com igual objectivo, aquêl interessante templo; e, se teem hesitado em apresentar a respectiva proposta para classificação é, unicamente, como em outros casos, com a preocupação de não agravarem os encargos do Estado, com uma classificação excessivamente lata dos edificios que, embora constituam valiosos conjuntos de arte, não atingem a importancia estetica ou histórica dos grandes monumentos.

É certo, porem, que cada nova visita aumenta o nosso convencimento de que aquela classificação se impõe, e por isso:

Considerando que a igreja do extinto Convento da Encarnação pela beleza e opulencia da sua magnifica obra de talha dourada, tanto no altar-mor como nos laterais; pela riqueza do precioso sacrário banquetea e grandioso trono de prata lavrada, pela harmonia das suas decorações picturais, pela estética e caracter do seu côro baixo, constitui um nucleo de arte e de riqueza, cuja perda ou simples dispersão seriam absolutamente para lamentar; são os vogaes abaixo assinados de parecer que se proponha ás estações superiores que a referida igreja seja considerada como monumento nacional para os fins da protecção da lei e inscrita em cadastro especial nos termos do art.º 45º do decreto de 26 de Maio de 1911.

Lisboa sala das sessões da Comissão dos Monumentos Nacionais da 1.ª Circunscricção, em 21 de Novembro de 1924.

Francisco Augusto Garcez Teixeira
D. José Pessanha
A. R. Adães Bermudes

Documento 193

1924 (14 de Dezembro) - Proposta *para a classificação das Muralhas de Lagos*. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres. 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Comissão dos Monumentos

Aprovado em sessão de 14-XII-1924

Proposta para a classificação das muralhas de Lagos

A formosa cidade de Lagos, que tão airosamente domina a esplendida baía do mesmo nome, conserva, ainda, embora bastante arruinada a cinta das muralhas e torreões que antigamente a defendiam.

Arrazadas umas vezes pelos cêncos, outras pelos terremotos, o que resta ainda dessas muralhas reveste de nobreza e de alto character aquela povoação.

Importa por isso conservar aqueles vestigios da história patria, e por isso propomos que sejam classificados como monumento nacional os restos das muralhas e torreões da cidade de Lagos, compreendendo especialmente as portas de Portugal e a do Postigo e os restos da antiga fortaleza que servia de moradia aos antigos governadores do Algarve e onde habitou tambem o infante D. Henrique.

Lisboa 14 de Dezembro de 1924.

A. R. Adães Bermudes

Documento 194

1924 (14 de Dezembro): *Proposta para a classificação das Igrejas de Santo António e de S. Sebastião, da cidade de Lagos*. Texto manuscrito e autógrafo. ANBA – CSMN, Propostas e Pareceres: 1913-1924. Livro 244. Inédito.

Comissão dos Monumentos
Aprovação de 14-XII-1923

Proposta para a classificação das Igrejas de *Santo Antonio* e de *S. Sebastião*, da cidade de *Lagos*

Nos termos do art.º 45.º do decreto de 26 de Maio de 1911 e para os fins consignados no mesmo artigo propomos que seja inscrita em cadastro especial a igreja de Santo António, da cidade de Lagos, notavel pela magnificencia da sua obra de talha doirada.

Propomos que se adopte igual determinação relativamente á igreja de S. Sebastião, da mesma cidade, interessante templo reconstruido na segunda metade do seculo XVI, composto por tres naves separadas por arcadas repouzando em colunas jónicas, de belas proporções. Esta igreja contem grande variedade de azulejos e alguns quadros razoaveis pintados sobre madeira. Das suas antigas alfaias e paramentos conserva uma bela custódia de prata doirada, em estilo “plateresco” e algumas dalmáticas e capas de asperges com bordados a matís e oiro, representando figuras religiosas e as armas do donatário, peças, estas, de bastante valor.

Lisboa 14 de Dezembro de 1924

A.R.Adães Bermudes
J.e Alexandre Soares¹⁰⁰

¹⁰⁰ Assinatura a lápis.

Documento 195

1925 (6 de Outubro): *Representação do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscrição ao Ministro do Comercio a propósito das obras e problemas de restauro da igreja de Santiago de Coimbra*. Ofício n.º 673, assinado pelo vice-presidente Tomás da Fonseca. AHME – CAA: 2.^a Circunscrição, Correspondência enviada, fol. 20.º-21v.º. Cota 343. Inédito.

Exm.º Snr. Ministro do Comercio

A igreja de S. Tiago, de Coimbra é uma construção romanica, sobre a qual tem incidido as conjecturas e fantazias, que, em geral, affectam os nossos monumentos, cuja origem é desconhecida. Os aditamentos e incrustações, que barbaramente a deturparam nos seculos XVII e seguintes, foram demolidos, e algumas porções de cilharia restabelecidas sob a antiga direcção das obras publicas, com regular ponderação e acerto.

Ha cerca de quatro ou cinco anos, porem, os trabalhos foram inesperadamente suspensos, e o edificio ficou, desde então e por todos os lados, aberto aos temporais e á inundação das chuvas.

Porquê?

Digamol-o em poucas palavras.

A planta não é vulgar: de trez naves e sem *transeptum*.

O traçado geral pertence ao tipo *basilica latina*, que em Espanha é a prosecução do visigotico asturiano e adaptado pelo romanico em algumas igrejas da Galiza, etc.

A cobertura era de madeira, assente directamente sobre algumas colunas monocilindricas, ainda existentes. Este sistema é de extrema raridade.

Pode dizer-se quasi original. Mas todas as indicações materiais estam patentes, com evidencia absolutamente inconstestavel. Nenhuma duvida resta de que as duas vigas de grande espessura, a todo o comprimento, serviam de apoio ao madeiramento do telhado. Nas paredes terminais veem-se, fundamente cavadas, as caixas onde entravam as extremidades desses tóros longitudinais. E até sobre os abacos, que singularmente exercem funções de capiteis, existiam os leitos onde pousavam. A inclinação das aguas dos telhados, o caminho de ronda (para onde se sobe por degraus no interior do muro) etc., tudo isso ali se encontra manifestamente indicado. Não pode, pois, alegar-se insuficiencia de ensinamentos e de vestigios, nem pode haver divergencias de opinião sobre a solução dos problemas.

Uma inspecção de competencia e imparcialidade, confirmam as razões apontadas.

Para os elementos secundarios do arcabouço, os tectos do seculo XII não abundam, como é facil supôr.

Mas temos os de Vignovy (alto Marne), por exemplo, que é autenticamente primitivo. E ha outros de estrutura semelhante, posto que de data posterior.

Para uma tal obra, tornam-se precisas madeiras de grande secção? É certo. Mas nas matas do Estado; no Bussaco, ha abundancia de troncos magnificos, que por vezes tem sido destinados á venda.

Finalmente nada justifica a paralisação desta restauração famosa, que ha de salvar, para a cidade, para a historia, para a arte e para a civilização portuguesa, um templo de tam extraordinario character na ramificada evoluçao da arquitectura da peninsula hispanica.

Como porem, se manifestem divergencias na interpretação dos factos apontados, este Conselho solicita de V. Ex.^a que seja nomeada uma comissão de peritos de especial idoneidade e que no proprio local sejam ponderadas, discutidas e adotadas resoluções definitivas sobre todos os problemas pendentes.

Só assim ficarão de vez removidas as dissidencias, que ameçam protrair-se indefinidamente para espanto de viajantes e oprobrio desta cidade, que ha 12 anos é apontada com o indecoroso espectaculo destas ruinas na principal rua do seu movimento e do seu comercio.

Saude e Fraternidade

Coimbra, 6 de Outubro de 1925

O Vice-Presidente – Tomás da Fonseca

Documento 196

1925 (30 de Dezembro) – Carta particular de Adães Bermudes a Celestino David, vice-presidente do Grupo Pró-Évora, a propósito de obras na Capela do Fundador da Sé de Évora e reparação dos telhados do Convento do Calvário. Arquivo do Pró-Évora, Correspondência (1925-1930). Inédito.

A. R. ADÃES BERMUDES
ARCHITECTO
RUA S. JOÃO NEPOMUCENO, 22
LISBOA
TELEF. N. 1747

Lisboa 30 de Dez. 1925

119
Ex.^{mo} Sr. D.^o Celestino David
Meu prezado amigo

Incluss remeti a V.^{ra} a senha da
messa dos balaustos da grade da
Capela do Fundador do claustro da Sé, e
gand. -the a fim de os mandar retirar,
da Estação pelo serralheiro que ficou de
executar o trabalho.

Sobre as obras de reparação dos telhados
do Convento do Calvário deu o Grupo Pró
Évora officiar ao Administrador Geral de
Edifícios e Monumentos Nacionais pe-
dindo aquellas obras e justificando a
sua necessidade e urgência.

Quanto aos leões de tumulo vamos
obter aprovação do orçamento para
se encomendar a pedra; depois do que
se tratará de executar.

Desejando a V.^{ra} um novo anno feliz
com a maior estima
de V.^{ra}

At.^o ad.^o Am. D.^o

A. R. Adães Bermudes

Documento 197

1927 (15 de Julho): *Sobre a reintegração de património deslocado no Palácio Nacional de Queluz e rejeição do pedido da Câmara Municipal de Lisboa.* Ofício n.º 62 do Conselho de Arte e Arqueologia. ANBA – CAA, Correspondência expedida, Ano de 1927. Livro 163. Inédito.

Ofício n.º 62

Exm.º Senhor Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa

Tendo constado que a Comissão de que V. Ex.^a é mui digno presidente, pensou fazer deslocar do parque do Palácio Nacional de Queluz, uns grupos equestres a fim de serem colocados na Avenida da Liberdade, em Lisboa, cumpre a este Conselho, embora lhe custe a dar credito a essa noticia, ponderar a V. Ex.^a que os aludidos grupos fazem parte integrante de um notável conjunto de arte, que de modo algum deve ser alterado, tendo, até, este Conselho, em obediência (sic) a tal criterio, não só empenhado esforços para que as lindas e características piscinas que dos referidos jardins, haviam sido deslocadas para os do Alfeite e da Tapada da Ajuda, fossem repostas em Queluz, como também procurou providencias no que respeita à decoração interna e mobiliario, da epoca, que dali tinha sido retirado. Acrescendo ainda que os grupos esculpturaes de que se trata, não encontrariam, pelo seu estilo e caracter ambiente favoravel nas placas, ajardinadas ou não, da Avenida da Liberdade, certo está este Conselho de que V. Ex.^a dará bom acolhimento ao nosso parecer.

Saude e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscção, em 15 de Junho de 1927

O Presidente

Luciano Freire

Documento 198

1928 (8 de Setembro): *Ofício do Director da 3.^a Repartição da DGBA, Architecto Adães Bermudes, com parecer sobre a intenção de colocação de telha de marseille nos telhados da Câmara Municipal de Tomar.* Arquivo da ex-DGEMN (actual IHRU). Processo Administrativo, 2053. Inédito.

Liv.º 1 n.º 834

Exm.º Snr. Presidente da Comissão Administrativa
do Município de Tomar

Dignou-se V. Ex.^a consultar-me sobre se haveria inconveniente em substituir por telha de Marselha o telhado amouriscado do edificio da Camara Municipal.

Informaria desfavoravelmente tal resolução se êsse edificio estivesse classificado como Monumento Nacional e se tivesse mesmo suficientes qualidades para o ser, proporia imediatamente a sua classificação para que, enquanto durasse o processo, não se podesse iniciar essa obra.

Se o edificio da Camara está a menos de cinquenta metros da Igreja de S. João Batista, monumento classificado, deve ser ouvido sobre o assunto da cobertura nos termos do Art.º 130.º do Decreto N.º 11.445, de 13 de Fevereiro de 1926, o Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscricção que está fazendo as vezes do Conselho Superior de Belas Artes.

Pode ainda esta Repartição, nos termos do N.º 8 do Art.º 96.º do Decreto citado alargar, para o caso a zona de defeza.

Não está contudo no animo desta Repartição nem de qualquer Conselho de Arte levantar quaisquer atritos a essa Exm.^a Comissão Administrativa de cuja boa vontade, zelo e patriotismo ninguem tem o direito de duvidar. E, assim, visto que V. Ex.^a se dignou consultar-me sobre o assunto, informarei o seguinte:

Os Paços do Concelho, de Tomar, não sendo um modelo architectonico que se notabilise, por qualquer titulo, têm um cunho de nobreza e de caracter nacional que concorre para tornar interessante a respectiva praça e que se ligaria mal com a telha moderna do tipo marselez.

Este defeito, que seria de importancia secundária noutros casos, tem aqui uma importância capital, porque o edificio dos Paços do Concelho está em nivel muito inferior á estrada que dá acesso ao Convento de Cristo e como se encontra junto a essa estrada são os seus vastos telhados que constituem o primeiro plano dessa admiravel vista “à vol d’oiseau” que se desfruta sobre a cidade e sobre o incomparavel panorâma que a circunda.

Se êsse primeiro plano neutro e apagado, for substituido pela superficie vermelha, monotona e irritante, da telha de Marselha essa vista e êsse panorâma ficarão consideravelmente prejudicados, sob o ponto de vista estetico.

A paisagem de Tomar é uma admiravel sinfonia de côr, maravilhosamente orquestrada pela natureza, e essa illustre corporação não deseja certamente, destruir-lhe a delicada harmonia com uma nota truculenta de “jazz-band”.

Com o testemunho da minha maior consideração desejo a V. Ex.^a

Saúde e Fraternidade

Lisboa, 3.^a Repartição da Direcção Geral de Belas Artes, em 8 de Setembro de
1928

O Architecto Director

[Adães Bermudes]

Documento 199

1929 (9 de Janeiro): *Proposta da Direcção Geral de Belas Artes, 3.ª Repartição, para a criação da zona de protecção do Mosteiro da Batalha*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. 7, Livro 178. Inédito.

Ministério da Instrução Pública

Direcção Geral de Belas Artes
3.ª Repartição

Monumentos e Palácios Nacionais

L. 1.º N.º 936

Serviço da República

Lisboa, 9 de Janeiro de 1929

Exm-º Snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia
Lisboa

Considerando a necessidade de se evitar que, em torno do Mosteiro de N.ª S.ª da Victoria, usualmente chamado da Batalha, se repitam os erros e inconvenientes que tem sido praticados nas construções e arruamentos;

Considerando que, em vista dos grandes espaços livres que ali existem possível se torna corrigir esses defeitos, que muito prejudicam aquele admirável monumento;

Tenho a honra de propor, ao abrigo do Artigo 130.º do Decreto N.º 11.445, de 13 de Fevereiro de 1926, que a zona de protecção do referido monumento seja constituída por uma faixa de 200 metros, em torno do mesmo.

Saúde e Fraternidade
O Architecto Director
A. R. Adães Bermudes

Documento 200

1929 (19 de Janeiro): Carta particular do architecto António do Couto, a propósito das obras na Capela do Fundador da Sé de Évora. Arquivo do Grupo Pró-Évora, Correspondência (1925-1930). Inédito.

346
19-1-1929. Meu ^{meu} Sr. Amigo.

Recebi a carta do meu amigo do dia 16, referente ao seguimento de operações de João Pedro e que muito agradeço. Junto com esta carta vão uns desenhos da porta do Pátio d. João, para serem iniciados os trabalhos referentes a essa obra. Para isso tem o meu amigo, desculpe o abuso que tomamos de lhe ir recorrer. Sem prejuizo tempo, de fazer o favor de pedir uma proposta desse trabalho ao Coelho, ou a pessoa que V. Ex. escolher que melhor o possa fazer, visto ser quasi todo trabalho de cantaria, e deixaríamos todo seu fiquer obra para se fazer lá. O empreiteiro que ficar, ou a quem V. Ex. entregar esse trabalho, pode immediatamente

245
começar a fazer a proposta e não terá demora na aprovação. Os desenhos, jussos, que levam todos as indicações necessarias para a execução, mas qualquer outra informação que seja necessaria, V. Ex. terá a bondade de me informar para eu esclarecer. Com respeito à porta de madeira que pensamos em fazer, devemos ser só um batente, para obter interior para o lado da parede, V. Ex. também averiguará se poderá ali ser executada e, naturalmente, para se isso não fosse possível, mande executar aqui na officina de Lisboa.

Com respeito ao pagamento de taxa do João Pedro, macha hoje também pelo correio a ordem para o pagador de Lisboa, a poder satisfazer na proxima segunda-feira,

ra, e um officio para o pagador, para esse senhor não demorar esse pagamento.

O Bunsley deu-me a carta que V. Ex. lhe escreveu, e elle pediu-me para lhe fazer os seus cumprimentos agradecendo os seus bons parabens, e realmente o clauso, de ser ficor apoco com esse mostreço apoco, um mandadinho maravilhoso. — visto em toda a sua beleza architectonica. Mas tem motivo para o meu amigo, publicar tambem mais um outro interessante volume de arte. Se ahí ainda estiver o Alberto de Jesus disse-lhe que não esquecermos o Convento de S. Pedro, e tem cá ainda um pequeno trabalho para obrigá-lo, e que o meu amigo Dr. Celestino, continuando nos a abstar de seu favor, apoco de conhecemos o prazer e a satisfacão

espiritual que lhe dá tratar destas bellas obras, se isso lhe for possível, me informaria qual a obra que se torna nesta occasião mais urgente e mais conveniente para realizar.

Por tudo muito obrigado, e acabo aqui, porque não há direito de me dar tanto e abusar tanto de dem. pessoa que só tem o defeito de ter muita paciencia e nos abstar.

Com muitos cumprimentos e agradecimentos mais uma vez —
Sou com toda a consideração e estima
Seu amigo
António do Couto.

Documento 201

1929 (5 de Fevereiro): *Unificação Internacional dos Catálogos dos Museus a pedido do Presidente da Comissão Nacional da Cooperação Intelectual associada à Sociedade das Nações*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. 7, Livro 178. Inédito.

Ministério da Instrução Pública
Direcção Geral de Belas Artes
2.ª Repartição

L. 8 N.º 507

Exm.º Snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição
Lisboa

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, por copia, a inclusa comunicação do Exm.º Presidente da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, rogando se digne recomendar este assunto á especial consideração dos Snrs. Directores dos Museus dessa Circunscrição.

Saúde e Fraternidade

Direcção Geral de Belas Artes, em 5 de Fevereiro de 1929

O Director Geral, int.º:

Ernesto

Cópia

Documento 201 A

1929 (24 de Novembro) – *Discurso do Vice-presidente, Tomás da Fonseca, enquanto Presidente interino do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, na tomada de posse de Vergílio Correia, como Director do Museu Machado de Castro.* Acta n.º 163, de 24 de Novembro, fol. 53-54. AHME – CAA, 2.ª Circunscrição. Livro das Actas 1924-1932. Cota 365. Inédito.

“ Meus senhores, apesar da modestia de que se reveste o acto de posse do sr. Dr. Vergílio Correia, êle não foi uma ocorrência vulgar. Engrandeceram-no e nobilitaram-no dois homens – não para que um ocupasse o lugar que outro deixava, mas para que ambos, compreendendo-se e estimando-se, prosseguissem a obra inconfundível que este Museu regista e com que se orgulha! Um decreto cruel, destituído ao mesmo tempo de bom senso e de lógica, quando aplicado a individualidades como a do sr. A. A. Gonçalves, obrigou a esta estranha dualidade, honrosa todavia para ambos. Dessa singularidade e estranheza, natural é que resulte ser igualmente estranho e singular o papel que este Conselho haja de desempenhar, saindo portanto fora dos moldes iniciais. Com efeito assim sucede. E se não reparar que, tanto no acto da posse como nesta sessão, destinada a ter dêle conhecimento oficial, não de fez nem se faz o elogio de quem entra nem se lamenta a falta de quem sai. E por uma razão, que todos compreendem e com desvanecimento e alegria verificam: - É que não sai ninguém. Nem entra, porquanto o ilustre professor de História de Arte é um dos mais categorizados membros deste Conselho, há muito com direitos nesta casa. Acentuarei, no entanto, que V. Ex.^a, sr. Dr. Vergilio Correia, foi eleito pelo voto unanime do mesmo Conselho para dar cumprimento a essa estranha exigência duma ordem cruel, lhe chamei já, referindo-me a A. A. Gonçalves. Mas talvez eu haja sido menos justo? Pois não dá ela lugar a que o Museu Machado de Castro possa justamente orgulhar-se de ver reunidos, no prosseguir da mesma obra, duas personalidades tão ilustres? Que assim, e por dilatados anos se encontrem juntos e solidários, são os votos não só deste Conselho, mas da nação inteira, de que ambos sois lustre e glória. Largos e dilatados para ambos, sem dúvida... A não ser que V. Ex.^a, sr. professor Vergilio Correia aqui demore pouco. Porque, se houver de demorar, - V. Ex.^a melhor que nós o sabe e sente, terá de encontrar sempre, ao entrar, ao entrar estas portas, o velho, o sapiente, o interessado (?) e por todos venerado fundador deste museu. V. Ex.^a e os seus sucessores, por mais que a obra de cada um se erga e perdure? E como poderá ser de outra maneira se tudo aqui o está continuamente lembrando? SE é certo que os homens vivem na sua obra, poucos saberão levar, mais longe do que esta, a memória daquêle que a viveu e sentiu. Como poucos também poderão orgulhar-se e mais completamente a ter vivido do que o sr. António Augusto Gonçalves. E de tal modo que já não é possível separa-los. Agora e sempre. Aqui, portanto, o encontrarão, como nós, as gerações futuras, atestando quanto pode uma intelligencia culta, aliada a um crítico (?) seguro e a uma vontade forte. Este Conselho felicita-se por ver realizados os seus votos, oferecendo a V. Ex.^a, sr. Dr. Vergilio Correia, a sua mais leal e estreita cooperação, dejando (sic, por desejando) que a gerencia de V. Ex.^a seja longa. E se votos não faz para que seja intelligene e profícua, é porque, conhecendo V.^a Ex.^a perfeitamente sabe que há de sê-lo dada a cultura, espírito arguto, patriotismo, zêlo e qualidades de trabalho de V. Ex.^a, dotes esses que, justamente lhe têm levado o nome aos principais centros de cultura nacionais e estrangeiros. Por mim, individualmente, apresento a V. Ex.^a, alem de solidariedade e admiração a que tem jus, a minha estima pessoal que V. Ex.^a tinha já, mas que neste lugar reuna, juntando-lhe ainda as homenagens que nascem a quem pensa e trabalha como V. Ex.^{aa}”.

Documento 202

1930 (5 e 8 de Janeiro): *Enunciado das obras a executar na Torre da Charola do Convento de Cristo, em Tomar apresentadas pelo tarefeiro Raul Marques da Graça, de Tomar*. Propostas apresentadas, in Arquivo da ex-DGEMN (actual IHRU). Processo Administrativo, 2053. Inédito.

Tarefas a executar

1. Arrancar todas as ervas, refechar todas as juntas exteriores nos paramentos da torre e na fachada correspondente à baleia;
2. Tapar os buracos que se abriram no passadiço, para armar o andaime;
3. Acimentar esses buracos e também toda a parte danificada do mesmo para evitar infiltrações, visto que é a comunicação entre a torre e o claustro do cemitério;
4. Fazer o mostrador de relógio com argamassa, que mede de raio 1,30 m, sendo as letras pintadas tal qual as antigas;
5. Meter cerca de 6 m de silharia nova;
6. Arranjar cerca de 6 m² de telhado para substituir o que se levantou para armar o andaime, quando se fez as vigas em cimento armado por baixo da baleia;
7. Desmanchar o andaime junto à torre com a superfície de 42 m², 16 prumos e 8 pisos de 3 em 3 metros e 17 lanços de escada, primeiro lanço com seis metros de altura,
8. Guarnecer as frestas na espessura da parede;
9. Refechar todas as juntas e fendas na abóbada, tendo esta de ser furada para a parte superior, afim de ser bem refeçada com cimento e areia e deixar secar bem para depois para depois desbastar a parte mais descaída, para evitar que leve tanta altura de argamassa;
10. Estucar aproximadamente 15 m², incluindo o guarnecimento da viga de cimento;
11. Escutar a cornija ou base da abóbada na extensão de 11 metros e colar à dita 10 rosetas ou flores de gesso que se arrancaram para poder fazer a viga em cimento;
12. Fazer as ditas rosetas iguais às anteriores, que medem 5 cm de raio por 8 de alto, sendo “estas também aplicadas à cornija e pintadas em dourado um pouco sujo para condizer com o resto do trabalho”;
13. Fazer um esfera armilar e duas cruces de cristo que se encontram na parte mais alta da abóbada e medem qualquer delas 0,80 m de raio;
14. Refechar as juntas ou fendas da parede até ao piso na parte vertical ao andaime e desmanchar este que se encontra que se encontra apoiado sobre as cornijas e dois prumos com 13 m de altura e ainda sobre duas poleias que estão na janela que dá para o passadiço por onde se tem feito a serventia;
15. Pôr 3 vidros, dois no caixilho que dá para o passadiço da torre e outro no caixilho que deita para o terreiro da igreja à ponta do andaime, assentá-los e os aros de ferro com rede para evitar que se partam com alguma pedrada;
16. Remover todos os entulhos para junto do muro da cerca, debaixo das noqueiras.

A- Total – 3.800\$00 + madeira dos andaimes

B- Total – 1.110\$00

C- Material proveniente do andaime, que o tarefeiro se propõe ficar, no valor de 850\$00

Raul Marques da Graça, 5 de Janeiro e 8 de Janeiro de 1930

Documento 203

1930 (12 de Março): *Resgate do Convento de Cristo*. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, Vol. VII, Livro 178 e CAA, Correspondência Enviada, 1930. Livro 166.

Conselho de Arte e Arqueologia
1.ª Circunscção
Lisboa

S. R.

Ex. Snr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia

A sub-comissão nomeada para informar sobre a conveniência de se resgatar para a posse do Estado a parte do Convento de Cristo, que, depois da extinção das Ordens Religiosas, o avô do Conde de Tomar adquiriu em hasta pública¹⁰¹ e que o titular actual pretende alienar, é de parecer que, nos termos do artigo 111.º do decreto N.º 11.445, de 13 de Fevereiro de 1926, o Govêrno deve ser informado da vantagem que havia em exercer o direito de opção que lhe confere o Artigo 125.º do referido decreto, para ser inteiramente reintegrado na posse da Nação este glorioso, artistico e histórico Monumento Nacional.

A propriedade, que o Snr. Conde de Tomar pretende vender compõe-se de parte rústica e urbana.

A primeira é constituída por algumas dezenas de hectares de terreno murado, de horta, pomar e olival, que fazia parte da antiga cêrca do Mosteiro, e é abastecida por um extenso aqueduto, tambem classificado como Monumento Nacional.

A segunda parte compreende, além de varias edificações modernas, as antigas dependencias conventuaes, que se desenvolvem sobre duas das alas do Claustro dos Corvos, e sobre o Patio das Carrascas¹⁰².

Nesta parte antiga e monumental do edificio, quasi toda da época de D. João III, encontram-se magnificos trechos de arquitectura no estilo do Renascimento, tais como: elegantes arcarias, extensas galerias com abóbadas de nervuras, vastas salas com abóbadas sustentadas por colunas, de magestoso efeito.

Para restituir ao património nacional esta parte do monumento, cuja alienação nada justifica ou desculpa, haveria vantagem em aproveitar a circunstância da propriedade só ter um dono, que deseja vender, e que está disposto a facilitar ao Estado a aquisição da mesma propriedade, que amanhã pode encontrar-se fragmentada por varios donos, dando origem a questões com as quais nem o Estado nem o Monumento nada terão a lucrar.

O Snr. Marques¹⁰³ de Tomar¹⁰⁴, propõe uma solução que nos parece interessante: a venda total da propriedade ao Estado, mediante indemnisação a estipular por avaliação de peritos, que sofreria uma redução importante, desde que o Estado lhe cedêsse em sua vida, o usufruto de uma parte do predio rústico e uma parte dos edificios, entregando êle desde já, ao Estado, o seguinte:

1.º Da parte rústica: todo o recinto do antigo Castelo, constituído pelas muralhas e torreões das faces sul e nascente, terreno hoje aproveitado em jardim e pomar, e que vai desde a entrada do Castelo até á Casa do Capítulo incompleta;

2.ª Da parte edificada: quatro compartimentos na pavimento térreo do Claustro Principal, contíguos á galeria do lado sul, que dão serventia para o terraço;

3.º O grande terraço que se prolonga em toda a fachada sul do Mosteiro;

¹⁰¹ Carta de arrematação n.º 1365-A, de 23 de Março de 1843, referente à venda de dependências do Convento de Cristo.

¹⁰² Por cima de “Patio das Carrascas”, alguém escreveu “Patio dos Carrascos”.

¹⁰³ À margem “Conde”.

¹⁰⁴ Cortado: “de idade já avançada”.

4.º O celeiro monumental no pavimento terreo, que ocupa o espaço entre o Claustro dos Corvos e a fachada sul do Mosteiro, tendo comunicação com o Refeitório que já pertence ao Estado.

5.º Três dependencias no pavimento superior que constituem o vestibulo da Livraria e que abrem sobre o braço norte sul do corredor do dormitório grande.

6.º O Dormitório dos Estudantes, constituído pelo corredor sobre o Claustro de Santa Barbara e as respectivas celas, que ficam no pavimento médio, entre o terreo e o superior que já pertencem ao Estado. Algumas dessas dependencias de maior valor architectónico seriam desde já anexadas á parte visitavel do Monumento, aumentando o seu interesse turistico; outras seriam cedidas ao Colégio das Missões Ultramarinas para aulas e recreio dos alunos que deixariam de utilizar para esse fim o Claustro Principal e o Adro da Igreja.

A parte rústica de que o Estado tomaria posse imediata, seria igualmente utilizada pelo Colégio para os exercicios práticos de Agricultura, cujas noções os missionarios poderiam divulgar utilmente nas Colonias, entre os indigenas, concorrendo para a sua civilização¹⁰⁵.

Lisboa, 12 de Março de 1930

José Maria da Silva Pessanha
A. R. Adães Bermudes
António Augusto da Costa Motta
José de Figueiredo

L.º 26 N.º 56

Exm.º Sr. Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Em conformidade com as instruções recebidas, no officio N.º 124 – L.º 11-4.ª secção: tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, a nota dos elementos colhidos para a apreciação das condições propostas pelo Exm.º Sr. Conde de Tomar, respeitantes á cedencia da sua propriedade, que outróra pertenceu ao extinto Convento de Christo. Dispensa-se este Conselho de entrar na apreciação dessa proposta de venda, por lhe faltarem os indispensaveis meios tecnicos, mas fica fazendo votos para que uma justa indemnisação a torne viavel e volte portanto á posse do Estado, essa parte do antigo Convento e respectiva cerca. Isto muito principalmente pelo valor artistico e historico. Trará ainda essa aquisição vantagens de outra ordem, como sejam, facilitar uma mais adequada instalação ao Instituto das Missões Ultramarinas e beneficios de ordem estetica que não só nobilitarão o país e a cidade de Tomar, como todos os que concorreram para que esse melhoramento se efective. Não serão também menos dignos de ser consideradas as vantagens de character material que esta aquisição pode trazer para o Estado.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretária do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, em 29 de Abril de 1930.

O Presidente

Luciano Martins Freire

¹⁰⁵ O teor deste relatório foi comunicado e resumido ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, num officio que rematava sobre a necessidade de o Convento de Cristo ser “totalmente integrado no património nacional” (of. n.º 35, de 20 de Março de 1930). O Ministro da Instrução Pública concordou em princípio com a aquisição da parte do Convento determinando que ficasse encarregado o CAA de encetar as negociações com o proprietário sobre o preço e condições de venda. Officio da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico de 5 de Abril de 1930. ANBA – Livro 178.

[Nota dos elementos colhidos]

I.^a – A propriedade a adquirir compõe-se de:

a) Parte rustica constituída pela Cêrca denominada de «Sete Montes», limitada ao norte pelo aqueducto e pelo Convento e muralhas do Castelo e dos restantes lados por muros, abrangendo terrenos de sementeira, pinhal, olival, com dois grandes tanques, poço com nora, uma nascente para abastecimento do lago em que, no centro, existe uma pequena construção do seculo XVI, denominada “Charola”. Tem alpendres e dependencias para abegoarias no “Patio dos Carrascos” e no “Patio dos Carneiros”, e casa para guarda perto do portão junto á cidade; e ainda horta. Não existe planta.

b) O Castelo, abrangendo as muralhas e torreões da face sul e da face nascente e os terrenos compreendidos entre elas e o terraplano da igreja do Convento e a Casa do Capitulo Incompleta, terrenos adaptados a jardim e a pomar. Não existe planta.

c) A parte urbana constituída pelas seguintes partes do Convento:

1.^o – A Adega e outros pequenos compartimentos desaproveitados, nos subterraneos.

2.^o – O Celeiro, ocupando os 1.^o e 2.^o pavimentos, e as casas terreas abobadadas, na ala que deita sobre o Patio dos Carrascos.

3.^o – O Pátio e cisterna do Claustro dos Corvos.

4.^o – As dependencias do 2.^o pavimento da ala sul do Claustro dos Corvos e as que estão sobre as casas terreas do Patio dos Carrascos; e ainda o corredor e Celas do Dormitorio dos Estudantes e a galería sul do Claustro da Michá.

5.^o – As Casas que ocupam a antiga livraria, no 3.^o pavimento, e as Celas nos topos Sul e Poente dos Corredores do Cruzeiro, e bem assim as dependencias das faces sul e poente do Claustro dos Corvos e as do pequeno corpo, prolongamento da face sul do Convento.

6.^o – As quatro dependencias do pavimento térreo do Claustro Principal e respectiva varanda.

7.^o A agua do Aqueducto e respectivas nascentes.

II.^o – A Cêrca foi adquirida por Antonio Bernardo de Castro (sic) Cabral 1.^o Conde de Tomar, por 5.045\$000 reis, tendo sido avaliado em 5.040\$000 reis, na respectiva lista, tendo sido em 24 de Maio de 1843 passada a respectiva carta de venda donde consta que a propriedade adquirida foi a Cêrca, composta de terras de sementeira, vinho, oliveiras, pomar, horta, 1/3 da agua do aqueducto, casas de abegoaria, currais e as de mais dependencias da referida cerca de que tinham tido usufruto os rendeiros.

III.^o – Os dois terços restantes da agua do aqueducto, foram comprados á Camara Municipal de Tomar pelo mesmo Conde de Tomar por escritura de 20 de Agosto de 1848, lavrada nas notas do tabelião Antonio Simão de Noronha, de Lisboa, por 1.562\$280 reis. A Câmara foi autorizada a vender estes dois terços da agua (que lhe haviam sido cedidos por Decreto de 18 de Agosto de 1842), por Decreto de 18 de Janeiro de 1846. Ficavam a cargo do comprador as despesas de conservação do Aqueducto.

IV.^o – Em 1923 por escritura lavrada nas notas do tabelião Mario Rodrigues foram pelo actual Conde de Tomar vendidas ao Estado as ruínas do Capitulo Incompleto, pela quantia de 4.000\$00 escudos, ruínas que faziam parte da propriedade a alienar.

V.^o – Do Confronto dos componentes da propriedade a alienar e dos titulos de Compra citados se vê que, admitindo que as dependencias citadas existentes no 1.^o pavimento e no subterraneo eram as dependencias indicadas na carta de venda como inerentes á parte rustica, e admitindo ainda que o recinto do Castelo tambem estava indicado nesta parte, não existem titulos das dependencias do 2.^o e 3.^o pavimentos.

VI.^o – Nas plantas do Convento existentes na extinta Direcção de Obras Públicas do Districto de Santarem, levantadas pelo Architecto Manuel Thomaz de Sousa Pontes, sem data, mas que devem datar do 3.^o quartel do seculo passado, vem delimitada a parte do Convento que nessa epoca estava na posse do Conde de Tomar, a qual não compreendia ainda o Corredor e Celas do dormitorio dos Estudantes, metade do pátio

do Claustro dos Corvos, o Patio dos Carneiros e as 4 dependencias do pavimento terreo do Claustro Principal e respectiva varanda.

VII.º – Sabe-se, porem, que o 1.º Conde de Tomar e seus sucessores teem usufruido há mais de 30 anos as dependencias de que não teem titulo, em posse pacifica e continua, o que legalmente lhes garante a propriedade.

VIII.º – As superfícies das dependências urbanas, medidas sobre a planta referida são aproximadamente:

Pavimento subterrâneo:

Adega – 356 m²

1.º Pavimento:

Celeiro – 290 m² (abrange o 1.º e 2.º pavimentos)

Casas diversas – 960 m²

Dependências do Claustro Principal – 146 m²

Varanda que deita para a Chousa – 418 m²

Terrenos do Claustro dos Corvos – 605 m²

2.º Pavimento

Dormitorio dos Estudantes – 632 m²

Casas diversas – 630 m²

Cosinha – 100 m²

Varanda pequena – 77 m² (sobre dependências do pavimento inferior)

Varanda grande – 188 m² (Idem)

Varanda do Claustro da Micha – 51 m²

3.º Pavimento

Celas dos corredores do Cruzeiro (lado sul) – 110 m²

Celas dos corredores do Cruzeiro (lado poente) – 99 m²

Livraria – 259 m²

Outras casas – 328 m²

Varanda pequena – 52 m² (sobre dependências do pavimento inferior).

IX.º – Deseja o vendedor conservar em sua vida o usufruto da propriedade a alienar, com excepção das seguintes partes que serão entregues ao Estado no acto de venda:

a) – Corredor e Celas do Dormitorio dos Estudantes.

b) – Celas no extremo sul dos Corredores do Cruzeiro e quartos construidos na antiga Livraria.

c) – Celeiro.

d) – Dependencias do pavimento terreo do Claustro Principal e respectiva varanda.

Esta condição é de manifesto interesse para o Estado visto não ter necessidade imediata de entrar na posse de toda a propriedade e vir diminuir consideravelmente os encargos financeiros.

X.º – O valor da parte da propriedade que ficar em usufruto do actual proprietario, a pagar no acto da compra, deve ser, admitindo os calculos baseados nas leis de Mutualidade da Caixa de Reformas do Estado Francês e a taxa de juro de 5 %, conforme está em uso oficialmente na mutualidade portuguesa.

Valor a pagar = 0,57536 do preço da avaliação.

A idade do actual proprietario é de 62 anos. Deve notar-se a circunstancia favoravel para o Estado de constar que aquele proprietario não gosa saúde perfeita, tendo tido há uns anos uma doença grave.

XI.º A agua que pelo aqueducto chega actualmente ao Convento é em muito menor quantidade do que a que chegava quando o Conde de Tomar a comprou, não só porque o aqueducto se acha em mau estado devido á falta de conveniente

conservação, como também porque as quatro nascentes se acham perdidas, não chegando durante a estiagem a água ao nível dos canos.

Documentação anexa:

Cópia da carta do proprietário Bartolomeu Dias e Sousa da Costa Cabral, datada de Lisboa, 14 de Abril de 1930.

Cópia de cópia da Carta de compra da cerca do extinto Convento da Ordem de Cristo, em Tomar, datada de Lisboa, 23 de Março de 1843.

Cópia de cópia da carta de concessão da água do aqueduto do Convento à Câmara Municipal de Tomar, de Tomar, 26 de Outubro de 1842.

Cópia de cópia do acordo entre o Conde de Tomar a Câmara Municipal a respeito da posse de 2/3 da água do aqueduto, datada de Tomar de 28 de Janeiro de 1846.

Documento 204

1930 (24 de Abril): *Carta de Bartolomeu Dias da Costa Cabral dirigida ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscricção, revelando a sua intenção que fosse o Estado a comprar a sua Quinta dos Sete Montes, parte rústica e urbana no Convento de Cristo e as condições que nisso colocava.* Cópia, integrada no processo. ANBA – CAA: Correspondência Entrada. Vários, vol. 7, Livro 178 e CAA: Correspondência Enviada, 1930. Livro 166. Inédito.

III.^{mo} Ex.^{mo} Snr.

Em resposta ao officio do Douto Conselho ao qual V. Ex.^a mui dignamente preside, cumpre-me ennumerar as diferentes clausulas, que entendendo justas, submetto á apreciação de V. Ex.as:

1.^a Tenho a dizer: que seria com prazer, fosse o Estado o comprador da minha casa de Sete Montes (assim denominada) e seus annexos. Outro qualquer que não seja o Estado, representará para mim uma grande magôa.

2.^a A avaliação da propriedade, tanto da parte rustica como da urbana foi recentemente effectuada, por mandado de pessoa cujos interesses representava, um delegado da Companhia Geral do Credito Predial Portuguez. Essa avaliação como V. Ex.as se podem informar; foi de 1.500:000\$00 escudos para a parte urbana e de 500:000\$00 escudos para a parte rustica, ou seja a chamada Cerca do Convento de Christo.

Devendo illucidar V. Ex.as; que tal avaliação foi feita simplesmente sobre valor venal e nada comprehendendo o valor estimativo e artistico do monumento. Este sem duvida junto á parte rustica, nos tempos antigos, representaria um valor de 200.000\$00 escudos pelo menos; se assim não é; d'isso estou convencido.

Em conclusão: de todas estas considerações, creio que arbitrando 4.000:000\$00 escudos ao todo não será exaggerado.

Para usufructo fazer-se-hia a diminuição de 1.000:000\$00 escudos ficando ao todo o preço de venda fixado em 3.000:000\$00 escudos.

3.^a Desejaria como disse, fosse o Estado o comprador e sob as clausulas ou condicções que submetto á apreciação de V. Ex.^{as}; que muito criteriosamente poderão analysar e ponderar devidamente.

a.) Tenho 62 annos de idade e infelizmente uma angina pectoris, não em estado adiantado, porem existe.

b.) Quereria que parte da casa, a que não tem interesse architectonico e a propriedade rustica ficassem de meu usufructo, durante ao annos que Deus, me conceda viver ainda.

c.) O estado faria aquisição immediata de todo o monumento; ficando porem dividida a casa na parte por mim habitada e a parte rural ficaria tambem liberta e de meu usufructo.

Estas clausulas ou condicções que me parecem viaveis, serão por V. Ex.as discutidas e segundo o bom criterio de V. Ex.as diminuido no preço de venda; o que representaria o meu usufructo.

Todas as demais considerações que V. Ex.as possam fazer as attenderei com o maior respeito e consideração; certo estando que V. Ex.as procederão com o mais elevado patriotismo e ao mesmo tempo sem lesar os interesses do Estado Portuguez, serão justas para o vendedor. Saúde e Fraternidade

Lisboa 14 de Abril de 1930

III.mo Ex.mo Snr. Professor Luciano Freire

Dig.mo Presidente do Conselho d'Arte e Archeologia da 1.ª Circunscricção

Bartholomeu Dias e Souza da Costa Cabral

Conde de Thomar

Documento 205

1930 (25 de Maio): *Parecer sobre as obras de conservação no Convento de S. Francisco de Santarém, subscrito pelo architecto José Alexandre Soares*. ANBA – CAA, Correspondência expedida, 1930. Livro 166. Inédito.

CAA

L.º 20, N.º 104
Registado 30 de 5 de 1930

Parecer ácerca das Obras da igreja do Convento de S. Francisco, em Santarem (Monumento Nacional), referente ao processo junto.

Tendo sido encarregado, pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição de dar parecer ácerca das obras de conservação da igreja do Convento de S. Francisco, em Santarem, (Monumento Nacional) que, constam da reparação dos telhados que cobrem a referida igreja, e, bem assim, o restauro da parte do Portico da mesma igreja, sou a dizer:

Que, tendo visitado o Convento de S. Francisco, em Santarém onde se acha instalado, actualmente, o Quartel de Cavalaria n.º 4, e examinado a parte que me foi indicada, isto é: a antiga igreja gotica do Convento, verifiquei que, as obras solicitadas e já orçamentadas, são indispensaveis, por quanto:

A 1.^a – Consta de reparação de trabalhos de rebôco de cimento dos terraços que cobrem a igreja do antigo Convento de S. Francisco, pois, são esses que se destinam a proteger a estructura ogival do edificio da igreja, da acção das infiltrações das aguas pluviais.

A 2.^a – Tem por fim reparar os estragos produzidos nos trechos decorativos do portal gotico que dava acesso á igreja quando nesta e suas dependencias se desempenhavam as funções de culto.

Nesta conformidade, é meu parecer que devem sêr aprovadas as obras solicitadas, tanto mais que esta epoca é excelente para a sua execução, com a condição porém, de que sejam executadas por artífices competentes, sob a direcção de artistas especializados, a fim de evitar as defeituosas interpretações, em materia de restauro, como aquelas que, entre outras, se fizeram, mais recentemente, em algumas das bases das colunas do Claustro do referido Convento de S. Francisco.

Lisboa 25 de Maio de 1930

O Vogal do Conselho de Arte e Arqueologia
José Alexandre Soares

Documento 206

1930 (9 de Outubro): *Recibo da entrega de Pinturas o Convento das Trinas de Mocambo para o Convento de Cristo*. "Pasta: Calvário do Convento de S. Francisco de Xabregas". Convento de Cristo, Arquivo da UAMOC. Inédito.

[RECIBO]

Recebi do Ministério das Finanças, por intermédio da 4.^a Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, os objectos existentes na igreja e coro do antigo convento das Trinas do Mocambo e abaixo indicados, cedidos por despacho ministerial ao Colégio das Missões Seculares Ultramarinas e com destino ao antigo Convento de Cristo, em Tomar, e à igreja de S. João, da mesma cidade. Este recibo tem o carácter provisório e só é válido até que pelo representante do referido colégio e do Grupo Amigos do citado convento seja indicado pormenorizadamente o local onde cada um dos objectos será definitivamente colocado.

20 quadros, pintura a óleo em tela com as respectivas molduras assentes sobre costas de madeira tendo estas vários ornatos em talha dourada. Estes quadros são os que guarneciam o coro de baixo do extinto convento das Trinas tendo as telas as seguintes medições:

- 8 – 1,80 m x 0,44 m
- 4 – 0,95 m x 0,55 m
- 2 – 2,10 m x 1,70 m
- 1 – 2,35 m x 1,35 m
- 1 – 0,95 m x 0,95 m
- 2 – 1,27 m x 1,70 m

15 quadros do corpo da igreja com respectivas molduras, tendo as telas as seguintes dimensões:

- 1 – 3,50 m x 1,30 m
- 2 – 2,10 m x 1,30 m
- 2 – 1,62 m x 1,30 m
- 2 – 1,18 m x 1,30 m
- 2 – 1,27 m x 0,82 m
- 2 – 1,16 m x 1,27 m
- 2 – 1,27 m x 0,42 m
- 2 – 1,55 m x 0,55 m.

(intercalado manuscrito a tinta) e quatro mísulas em talha dourada

4.^a Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 9 de Outubro de 1930

O chefe da Repartição
Ass. (ilegível)

Recebi
E. P. Figueiredo e Silva

Documento 207

1930 (19 de Novembro): *Parecer da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição a respeito do Ascensor do Palácio da Pena, Cabo Aéreo de ligação ao Castelo dos Mouros*¹⁰⁶. Acta n.º 182, de 19 de Novembro de 1930, fol. 16-16v.º. ANBA – Comissão Executiva, Actas, Livro 3.º (1929-1931). Livro 185. Inédito.

[Parecer]

O Conselho concorda, em princípio, com a construção de um ascensor que torne mais rápido, cómodo e económico o acesso ao Palácio da Pena, contanto que não afete a harmonia e o pitoresco dos locais. Ao projecto apresentado pelo Sr. Engenheiro J. Terenas tem, contudo, a observar que os edificios das estações são condenáveis devendo limitar-se, como construção, do estritamente necessário para realização do fim a que se destinam e ficar, quanto possível, ocultas entre os acidentes do terreno e o arvoredo. Os respectivos projectos deverão, em todo o caso, depois de modificados, ser remetidos à aprovação deste Conselho. Quanto ao cabo aéreo (sic) destinado a ligar o Palácio da Pena com o Castelo dos Mouros, discorda inteiramente este Conselho da sua instalação por ser processo inestético, mais adequado ao transporte de mercadorias, e só tolerável para vencer caminhos perigosos ou impraticáveis, - o que se não dá no caso de que se trata.

¹⁰⁶ O estudo de proposta de construção do elevador para o Castelo de Pena (Sintra) e lançamento de um cabo aéreo para transporte de passageiros, ligando este com o Castelo dos Mouros, elaborado pelo engenheiro Terenas, só seria apreciado do ponto de vista estético. A Estação terminus ficava em cima do monumento, a 10 metros de entrada do castelo da Pena. Este parecer segue de perto a análise de Adães Bermudes, (oposição) defendida na reunião da Comissão Executiva da 1.ª Circunscrição. Do seu ponto de vista as questões relacionadas com o estilo arquitectónico das estações terminus faziam reprovar o projecto do engenheiro Terenas.

Documento 208

1931 (11 de Fevereiro): *Proposta de classificação da Igreja de Santo António de Lisboa, como monumento nacional e critérios para a orientação das obras em curso, apresentados por José de Figueiredo*. Acta n.º 15, do Conselho Geral de Arte e Arqueologia, pp. 71-73. ANBA – CAA, Conselho Geral, Actas, 1911-1931. Livro 180. Inédito.

O Ex.mo Snr. Dr. José de Figueiredo apresentou ainda outra proposta do teor seguinte: “A Igreja de Santo Antonio da Sé, de Lisboa, já está há muito incluída, por este Conselho, entre as construções a classificar como monumentos nacionais; e isto não só pelo seu valor artistico, mas ainda por ser o último dos templos que, desde o começo do seculo quinze foram construídos no local em que é tradição, sempre aceita, ter nascido o grande Santo Português. O edificio, obra de Mateus Vicente, na epoca architecto da cidade, o mesmo a quem se deve a admiravel Basilica da Estrela, é, na verdade, um belo exemplar do estilo do tempo, o neo-classico; e a unidade do seu conjunto e a riqueza do material empregado mais o valorizam, sobretudo pelo que respeita á sua parte interna, que é duma grande harmonia e nobreza de linhas. E Santo Antonio é uma figura tão excepcional, ainda mesmo para aqueles que queiram ver nêlo unicamente, com o orador, o teologo e o letrado, que a classificação da sua egreja como monumentos nacional se justificaria ainda e até só por esse facto. Na Idade Média, poucos nomes igualam o esplendor do seu. O que porem até agora estava apenas indicado, impõe-se neste momento com a maior urgencia, em virtude do centenário que se aproxima e das festas que hão-de realizar-se em Lisboa, por ocasião da visita dos estrangeiros que virão cá, para esse fim, no mês de Junho. Não fazia realmente sentido que este Conselho, a que cabe acautelar essa parcela preciosa do nosso patrimonio artistico e historico, não classificasse essa Igreja desde já, concorrendo, deste modo, para a homenagem em projecto a tão excelso português. E a classificação deve compreender, alem da casa do Santo, a Igreja e a sacristia, e com estas ultimas toda a decoração que as reveste: metais, madeiras empalhadas e retabulos estes, na sua quasi totalidade de Pedro Alexandrino, pois é tudo da epoca. As pequenas obras de reparação já realizadas na Igreja pela actual municipalidade, com excepção da pintura exterior que é inapropriada na côr e matéria, merecem louvor. Foram feitas com boa orientação. Pelo que respeita á solução achada para facilitar, do interior da Igreja o acesso á casa de Santo Antonio, situada no ante-valo, do lado da capela-mór, julgo-a pratica. O que não está bem é a porta de dois batentes envidraçados, que lá se colocou agora, e o critério de mau embelezamento em que parece pensar-se para esse local. Recente ou não, a pintura a escaiola ali se vê, deve desaparecer e a forma da lapide existente, ser modificada, ficando todas as paredes simplesmente caiadas, quanto á iluminação electrica, se se mantiver, que fique invisivel. Á casa de um asceta, irmão dilecto do grande *Poverello*, não convem embelezamentos, e muito menos esses que seriam de mau gôsto. E, pelas mesmas rasões, o altar que lá se tiver de colocar deve ser o mais pobre e simples possível. E isto facilita-o, felizmente, o tipo singelo e robusto do arco barroco que é o principal ornamento dessa quadra. Deve ainda, na sua festa agora aberta para a rua, no sítio em que ficara o antigo alçapão de ferro, colocar-se, do lado de dentro, um vidro fôsko, ou melhor um vidro do chamado tipo de cathedral. Evitar-se há assim, com a luz crua que agora de lá vem, a visão de fóra, que por aí se tem, o que é contrária á atmosfera de concentração indispensavel ao respeito e bom sentimento místico do local”. Sancionada igualmente esta proposta, foi aprovada a acta até esta altura.

(...)

Documento 209

1932 (3 de Abril) – *Acta da 1.ª Sessão da Academia Nacional de Belas Artes*. ANBA – Academia Nacional de Belas Artes – Actas, volume 1, pp. 2-3. Inédito.

Acta N.º 1

No dia três do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e dois, pelas dezasete horas, reuniu-se, pela primeira vez, a Academia Nacional de Belas Artes, estando presentes, alem do Snr. Dr. José de Figueiredo (Presidente), os Snrs: - Luciano Freire, Teixeira Lopes, Dr. Afonso Lopes Vieira, Dr. Reinaldo dos Santos, Dr. Xavier da Costa, Sousa Lopes, Raul Lino e D. José Pessanha – O Snr Presidente propôs que os lugares de secretario e vice-secretario fossem provisoriamente ocupados pelos Snrs D. José Pessanha e Raul Lino, respectivamente, o que foi aprovado. Igualmente propôs que fossem eleitos vogais honorarios os Snrs: Dr. Leite de Vasconcelos, José Luis Monteiro, Alberto Haupt, Walter Crum Watson e André Dezarrois, fazendo o elogio de cada um dos propostos. Aprovado. Para constituirem, como vogais correspondentes, a delegação no Porto, a que presidirá o Snr. Teixeira Lopes, indicou os Snrs. Artur Loureiro, José Marques da Silva, João Augusto Ribeiro, Alberto Aires de Gouveia, Júlio Brandão e Dr. Aarão de Lacerda. Aprovado. A Academia ocupou-se, em seguida, do diploma, da insígnia e do Boletim, resolvendo que ficassem encarregados do projecto para a insígnia o Snr. Raul Lino; da *maquette* do diploma, este vogal e o Snr. Sousa Lopes; e da direcção grafica do Boletim, o Snr. Dr. Afonso Lopes Vieira. O Snr. Dr. Xavier da Costa, referindo-se ao Boletim, acentuou a importancia fundamental que, para a vida academica, tem a sua publicação regular, assegurada pelo Estado; por que, sem ela a Academia não poderá exercer, em sua opinião, a influencia, que lhe cumpre no desenvolvimento da cultura artística portuguesa. Terminou propondo que, da direcção do Boletim, ficassem incumbidos os vogais que compoem a Mês e o Snr. Dr. Afonso Lopes Vieira, o que foi aprovado. - O Snr. Dr. Reinaldo dos Santos fêz tambem algumas considerações, tendentes a demonstrar a importancia da publicação do Boletim, parecendo-lhe que a ela deverá referir-se o regulamento da Academia. Aprovado. O Snr Dr. Afonso Lopes Vieira referiu-se igualmente ao Boletim, acentuando que deverá ser periodico, se deverá ser ilustrado e se deverá ocupar-se das exposições e outras manifestações artisticas que se vão produzindo. O Snr. Sousa Lopes foi de opinião que o Boletim se ocupasse do movimento artístico contemporaneo, mas com caracter impessoal e doutrinario e em sessão independente. Assim se resolveu, deliberando-se tambem que fosse ilustrado e não periodico. – O Snr. Luciano Freire referiu-se á preciosa colecção de gravuras pertencentes á Academia e que, não podendo, por enquanto, ser exposta, por falta de espaço, no Museu de Arte Antiga, terá de continuar dispersa pelas salas e gabinetes da séde da Academia. Perguntou a qual dos vogais deve ser entregue. A Academia manifestou o seu apreço pelo zêlo e competencia com que o Snr. Freire se tem, há muito, ocupado dessa colecção e resolveu que continuasse a seu cargo. – O Snr Presidente, referindo-se ao generoso legado do Conde de Castro Guimarães á Camara Municipal de Cascais, anunciou a sua intenção de promover brevemente uma sessão solene de homenagem á memoria do benemerito testador. – Seguidamente lembrou que a acção da Academia se tornasse extensiva á paisagem, que tão necessario é defender, conseguindo-se assim que se mantenham aspectos que de modo nenhum devem desaparecer, por que, em certa maneira, completam e valorisam monumentos, citando, a este propósito, o Convento de Cristo, em Tomar. O Snr. Dr. Afonso Lopes Vieira, com aplauso unanime da Academia, secundou as observações do Snr. Presidente. – O Snr. Xavier da Costa propôs um voto de louvor á presidência, voto que foi aprovado por aclamação. – O Snr. Dr. José de Figueiredo agradeceu esta manifestação de apreço, por parte da Academia, e, em seguida encerrou a sessão. Eram desanove horas.

D. José Pessanha

Documento 210

1937 (8 de Agosto) – *Discurso de José de Figueiredo no Claustro Principal do Convento de Cristo em Tomar, por ocasião do início da Missão de Férias da Academia Nacional de Belas Artes, da qual era presidente*. ANBA – Missões de Férias, Tomar – 1937, tomo 1. Inédito.

Senhor Ministro da Educação Nacional
Minhas Senhoras e meus Senhores

Cumpre-me agradecer a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Educação Nacional, ter querido honrar esta inauguração com a sua presença, dando assim maior realce a tudo o que fez pela realização da primeira missão Estética de Férias. No muito que as Belas-Artes devem já à actividade ministerial de V. Ex.^a, a possibilidade desta iniciativa tem lugar especial.

E peço a V. Ex.^a para ser interprete do nosso reconhecimento junto de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho. Na sua admirável tarefa de engrandecimento da Nação, não esquece nunca S. Ex.^a as Belas-Artes. A inauguração de hoje é ainda uma prova disso. Além de que, sem a sua obra de salvação e de reintegração dos nossos monumentos do passado, esta primeira missão artística de férias não poderia ter o quadro magnífico que tem.

Senhor Ministro da Educação Nacional:

Não há dúvidas que a natureza é uma grande mestra e que cumpre olhá-la e meditá-la com o livro mais maravilhoso de que podemos dispor. Nela têm todos, e muito especialmente os artistas, desde que o saibam compreender, o mais importante elemento de aprendizagem [sic] que é possível ter. Mas como estudá-la, quando faltam, com o vagar indispensável, os demais meios necessários para tal? Foi para remediar essas dificuldades que se criaram estas missões. Elas oferecem todas as possibilidades e até condições que nem mesmo os ricos e poderosos podem facilmente permitir-se. Ninguém disporia, na verdade, tão integralmente, de um ambiente igual àquele que o Estado Português oferece agora generosamente aos seus primeiros estagiários artistas. Obra das mais monumentais e mais belas, o Convento de Cristo de Tomar albergou através dos séculos, especialmente na nossa época áurea, alguns dos maiores Homens do País e presidiu com eles a muitas das nossas mais admiráveis Emprezas de Além-Mar. É assim, e duplamente, autêntico e excepcional sacrário nacional.

Mas com a representação de todos os estilos arquitectónicos que se sucederam entre nós, a partir do primeiro período gótico, este Mosteiro não é apenas, do ponto de vista plástico, ensinamento admirável para os especialistas daquela grande modalidade artística. É-o também para os escultores e pintores, que têm, como os architectos, de ser, antes e acima de tudo, pura e simplesmente artistas. E é a lição, não unicamente pelas obras picturais e esculturais que constituem a decoração, mas sobretudo pelo admirável exemplo de proporção e harmonia que, no seu conjunto, a sua construção oferece. Para mais, a sua cêrca, moldura que os séculos têm vindo, dia a dia, enriquecendo e afeiçoando, é o seu perfeito eco, autêntica projecção de ritmo da sua magnífica arquitectura. Apesar da violência desordenada de algumas das suas árvores mais monumentais. O hierático cipreste e a discreta oliveira não deixaram contudo de ter nela lugar marcante. Nenhumas mais convenientes, na verdade, do que elas para acentuar a doçura ondulante das suas sete colinas, e sem esconder inteiramente a mancha essencial do terreno fazer desta nossa paisagem, irmã gémea do típico campo toscano. A verdadeira paisagem de sonho que o Mosteiro merecia.

É muito propositalmente que insistimos aqui nestas qualidades do Mosteiro e seu local. Mais do que nunca, são elas presentemente necessárias como remédio à trepidação monstruosa em que o Mundo agora é levado, com irremediável prejuízo para o que é essencialmente espiritual. Em arte, como em tudo, o lema do momento é realizar depressa e á moda da ocasião (momento), princípios ambos funestos porque as verdadeiras obras de arte nem podem ser realizadas de corrida, nem na conformidade do gosto em voga. A arte autêntica, arte com A grande, aquela que muitos anos consagraram, além de ter sido sempre longamente meditada, foi também sempre realizada ao arpejo da corrente do tempo. A história é expressa a esse respeito. Nada pior do que o oportunismo nesse campo. Como são já velhas hoje, apesar de datarem de poucos anos, a arte vegetalista de 1900 e a muniquês, de 1910! E o mesmo está a suceder, lá fora, à arte nudista sucessora daquelas e que, infelizmente, tantos adeptos tem ainda entre nós. Contra o que alguns julgam, ser do seu tempo não é ser da última hora, nem copiar os figurinos que as Revistas da especialidades fornecem, sem sequer verificarem se êstes se ajustam ao ambiente para que são transportados.

Mas então a simplificação que as recentes teorias arquitectónicas trouxeram é também condenável? É claro que não, desde que essa simplificação seja a que deve ser. Uma coisa é o nudismo da construção, outra a sobriedade (sic) lógica da sua decoração. Além de que não deve esquecer-se que, de facto, o movimento arquitectónico moderno nada inventou nesse ponto, visto essa parte do seu programa não ser senão a reedição de aspectos de movimentos anteriores. Sempre que a arte chega a extremos de complicação, ha a natural reacção no objectivo de a libertar das respectivas sobrecargas. Assim sucedeu durante o período gótico e outra coisa não foi o sucesso do neo-clássico, no fim do século XVIII. As razões de triunfo deste último estilo foram precisamente os excessos do rococo, cujo pai, o barroquismo, se teve entre nós origens nacionais particularíssimas que nos são caras, não deixou de ser, até certo ponto, sobretudo lá fora, a hipertrofia do dinamismo miguelangelesco.

Mas para simplificarmos a nossa arquitectura não necessitamos figurinos exóticos. Temos em casa modelos preciosos. O que é preciso é estudá-los cuidadosamente e, depois, saber tirar deles o que neles ha de bom a tirar. O resultado será, de todos os modos, excelente. Far-se-ha assim obra nacional, com materiais nossos, á nossa maneira e para o nosso clima. Refiro-me a todos os nossos tipos de arquitectura regional, de alguns dos quais, os nossos bons arquitectos, na esteira de Raul Lino, teem já tirado grande partido, mas penso muito especialmente na arquitectura alentejana, em que o tijolo, com o sistema da abobadilha, representa papel capital. Nesse tipo de habitação, tudo é português e ajustado ás nossas possibilidades e necessidades. Quando é bem construída, defende-nos, no verão dos calores excessivos, corrigindo, no Inverno, os frios mais violentos. E pode fazer-se tão barato e tão simples quanto se queira, pois nem sequer molduras exige. Corresponde mesmo integralmente ao voto de um dos mais exaltados arautos estrangeiros do moderno movimento arquitectónico, quando pretende, não sem certa razão, embora paradoxalmente, que um muro apenas com janelas e portas póde ser autentica obra de arte.

Outro erro dominante é a preocupação excessiva e mal compreendida da importancia, na construção, da riqueza da materia. Ha mão do artista a materia é, na verdade, uma grande possibilidade, mas apenas isso. A criação da obra de arte depende sobretudo de outra causa mais transcendente e espiritual: - o génio do artista, desde que, a esse dom inato e essencial, se junte, é claro, o indispensavel poder técnico, e isto porque sem boa realização não ha obra de arte que valha. Assim e por mais que os nossos arquitectos continuem a recorrer ao mármore, que parece ser agora, nas suas construções, o maximo elixir plástico, nada farão com esse recurso se o não souberem utilizar devidamente. E mal irão também se continuarem a aplica-lo como o aplicam agora profusamente nos exteriores, em camadas apenas superficiais. O que não é sincero em arte é mau e, ao contrario do que supõem, não

constroem com mármore os que, com este, encobrem apenas a verdadeira construção. Além de que é erro grave recorrer, em Portugal, nessa pedra, á cor mais em voga actualmente entre nós: o preto raiado de branco. Ruskin, que foi o maior apologista do emprego dessa matéria nos edifícios de character monumental, como os Templos, Palácios, etc. queria-a sempre clara e risonha. E o que ele achava essencial, quando preconizava o emprego do mármore nas cidades italianas, impôs-se igualmente nas nossa cidades. De contrario, Lisboa, que vive sobretudo da transparencia das suas casas pintadas a côr de agoa, em tons apagados em que predominam os róseos e os verdes, tons a que a moldura branca e amarfinada de liós dá maior contextura e relevo, transformar-se-ha, dentro em pouco, em autentica e sombria necrópole.

E o cimento-armado? Mas o cimento-armado não é matéria, mas apenas material e, como tal, não se sabe sequer até que ponto vale. A sua duração parece ser efemera, inconveniente a que crescem os que traz o seu nenhum poder isolador. Não nos livra assim, nem do ruido, nem do calor, nem do frio, maleficios de que uma boa casa deve ciosamente guardar-nos. Mas apesar disso e da nossa riqueza em bom material, tem o cimento-armado sido utilizado prodigamente e de todos os modos, em Portugal com prejuizo certo da estética e, mais que provável, da nossa comodidade e conforto. Não invejo os que, depois de nós, tiverem de sofrer-lhe, com os mesmos inconvenientes, o espectáculo miserável da sua chagada velhice.

Ora tudo isto que seria evidente para quem, dispondo da cultura necessária, considerasse o caso em qualquer outra parte, mais evidente se torna a dentro deste Monumento, em cujos trechos renascentistas não soaria mal a própria vós de Pallas Atheneia. Incluindo o mesmo manuelino, arte menos ordenada e mais violenta, mas que se salvou pela sinceridade e competência dos que a maneжaram e pela riqueza da sua sugestão espiritual e da matéria empregada, tudo aqui nos fala de meditação e de equilíbrio, e ainda a meio das maiores ousadias. Como succede coma famosa Janela da Casa do Capítulo, vê-se que até os artistas que conceberam e realizaram essas obras não ignoraram o anterior e não esqueceram nunca os seus principios imortais. E isto é visível em tudo, inclusivé, naquilo que os arqueologos chamarão talvez hoje vandalismo e que, de facto, não o foi. Contra o que é aparente, toda a obra manuelina da Capela-Môr da Igreja cobre apenas, vestindo-a, a obra gótica inicial, e se. Por um lado, é certo que a deturpa, tirando-lhe a nobreza da sua primitiva simplicidade, pelo outro, dá-lhe uma côr e um claro-escuro que só desagradam em algumas imagens, naquelas cujo character mais acentuadamente nordico-castelhana não se harmoniza com o sentimento latino da obra trezecentista. Mas se quizerem eliminar agora todas essas esculturas e toda a estucaria manuelina ali existente, o que não deve fazer-se em caso algum, a obra do seculo XIII voltaria em toda a pureza, á sua antiga feição.

Quando se verifica isto e se vê o que se faz mais tarde, na segunda metade do século XVIII, ao que de melhôr tinhamos das épocas românica e gótica, com o dinheiro dos diamantes do Brazil, e ainda não há muito sem esse dinheiro, destruindo ou prejudicando conjuntos pombalinos que mereciam ser respeitados, o contraste é flagrante e inteiramente desfavorável ás gerações que se sucederam entre nós a partir dos fins do século de setecentos. Qual a razão disso? É que a nossa cultura artistica do começo do seculo XVI era muito superior á do fim do seculo XVIII e á do século XIX.

Não quero concluir sem dizer que se este Monumento deve ser grande elemento de estudo para os estagiários agora aqui reunidos, não só em si mesmo, mas tambem na sua ligação com a paisagem ambiente, esta e a de toda a região do Zêzere devem ter igualmente, em si proprias, a maior importância para todos, e especialmente para os que forem pintores. Em poucas terras do paiz, a paisagem reunirá de facto tantas qualidades como esta, pelo seu colorido, topografia e pitoresco variado. O seu lirismo, com toda a doçura da sua gama infinitamente graduada, não a

priva contudo da força e caracter, qualidades estas sem as quais as paisagens, como os homens, deixam de interessar pela falta da indispensável individualidade.

Foi por tudo isso que vieram até aqui para retratar os nossos melhores pintores, na época em que a paisagem naturalista, que é uma das grandes conquistas do século XIX, ensaiava os seus primeiros grandes voos em Portugal. E vieram e arrancharam e trabalharam, não digo já com a fé e a disciplina dos que três séculos antes talharam e lançaram as pedras do Convento, mas pelo menos com a simpatia e harmonia dos que procuravam nesta natureza uma poesia que ela nunca deixou de lhes dar. Era o tempo da mocidade de Silva Porto, de Alfredo Keil, de Malhã e de tantos outros, entre os quais não pôde esquecer-se o nosso penúltimo rei Dom Carlos, a cuja obra de artista ainda se não fez toda a justiça, e que não foi dos que menos visitaram e amaram esta região.

José de Figueiredo

2.3 Apêndice Cartográfico.

2.3.1 Índice.

Des. 1 – *Planta do Castelo da Amieira*, Escala 1:200. Abrantes, Abril de 1922. Levantada em Dezembro de 1921 pelo Major de Engenharia, Luís de Macedo. ANBA – 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Des. 2 – [*Comissão dos Monumentos Nacionaes*]. *Real Theatro de São Carlos*. Planta. Escala 1:200; Corte Longitudinal (linhas A-B). Escala 1:100; Alçado da Fachada Principal. Escala 1:100; Corte Transversal pela linha X-Y. Comissão dos Monumentos Nacionaes, em Janeiro de 1885, João Lino de Carvalho, conductor de obras publicas (aux.^{af}). Desenho de J. Pinto (a lápis, imperceptível). Original. Cartolina: 1300 x 1064 mm. ANBA – Gav. 4, rolo 39, n.º 2626 j. Mau estado de conservação, com faltas de partes do papel e um grande rasgão. Vol. I, tomo 1, p. 61 e 268, Vol. II, p.14.

Des. 3 – *Direcção das Obras Publicas do Districto de Santarém / Planta, Fachadas, e Differentes Detalhes da Igreja de S. Salvador no sobredito Districto*. Desenhos pertencentes ao Proc.º B – nº 282. Rosto do caderno de cinco originais. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.

Des. 4 – *Planta Térrea da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém*. Esc. 1:50. Levantado por José Maria Caggini, em 1868. Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.

Des. 5 – *Differentes Detalhes das Capellas (Meio Retábolos) da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém*. Esc. 1:20. Levantado por José Maria Caggiani, em 1868, Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.

Des. 6 – *Detalhes da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém*. Esc. 1:25 e 1:10. Levantado por José Maria Caggiani, em 1868, Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.

Des. 7 – *Projecto / de um / Muséu Nacional / e de Augmentos e Modificações no Edifício Occupado / pella / Bibliotheca Nacional / e / Academia de Bellas Artes*, A. Thomaz da Fonseca projectou / 12 de Janeiro de 1870 / José M. Caggiani copiou. *Planta*, Esc.: 1:200. Tela aguarelada. ANBA – Gav. 5, Pasta 61 A, n.º 222. Bom estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 259. Inédita.

Des. 8 – *Idem, Alçado da Frente Principal do Edifício. Variante N.º 1. Variante N.º 2*, Esc.: 1:100, ANBA – Gav. 5, Pasta 61 A, n.º 222. Bom estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 259. Inédita.

Des. 9 – *Planta Geral / do / Real Palácio e Extincto Convento / de / Mafra / Obra mandada construir por El-Rei D. João V no anno de 1711 / pelo / Architecto João Frederico Ludovice / Relevé* em 1828, par l'architecte J.P.N. da Silva. Escala gráfica. Gravura de Palha. Lithografia de C. Maigne. Edição do Jornal da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, n.º 1, Estampa 1. 47x 61,5cm. ANBA – Gav. 6, Pasta 60, n.º 911 (?). Mau estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 268.

Des. 10 – *Église du Couvent Alcobaça*, [1873]. Planta reduzida e impressa in *Congrès International des Architectes, tenu à Paris, du 29 Juillet au 3 Août 1878. Comptes Rendus Sténographiques publiés sous les Auspices du Comité Central des Congrès et Conférences*, direction de Ch. Thirion, nº 9. Paris : Imprimerie Nationale, [1881], Annexe P. Cinq Plans des Principales Églises du Portugal, de Charles Lucas, p. 329, Biblioteca de Mafra – Poss. 6-2-108 (n.º 802). Vol. I, tomo 1, p. 268.

Des. 11 – *Église du Couvent Batalha*, [1873], idem, *ibidem*. p. 330. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p. 10.

Des.12 – *Cathédrale de Braga*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 331. Vol. I, tomo 1, p. 268.

Des. 13 – *Cathédrale du Porto*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 332. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.17.

Des. 14 – *Cathédrale de Lisbonne*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 333. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.14.

Des. 15 A – *Convento de / Christo / em / Thomar / Planta / do / 3.º pavimento*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 182 x 84,4, Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-03. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 327, Vol. II, p.18.

Des. 15 B – *Convento de Christo / em / Thomar / Planta / do / 2.º Pavimento*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 150 x 73,1, Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-02, Vol. I, tomo 1, p. 268 e 327, Vol. II, p.18.

Des. 15 C – *Convento de Christo em Thomar / Planta / do / pavimento térreo*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 114,3 x 90,4. Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-01, Vol. I, tomo 1, p. 268, 327 e 1272, Vol. II, p.18.

Des. 16 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Alçado da Igreja de Santa Maria Maior / Sé de Lisboa / 1882, s/esc., s/ass* [Francisco Correia Leote Júnior]. Original, Cartolina: 56,3 x 69,7. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 12, n.º 492. Mau estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.14.

Des. 17 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Planta da Igreja de S. Vicente de Fora / 1882. S/esc.* Levantada e desenhada por João Lino de Carvalho / conductor auxiliar, chefe dos trabalhos / Setembro de 1882. Original, Papel: 61,5 x 87,5. ANBA – Gaveta 2, Rolo n.º 19, n.º 563 (Foto 276). Perderam-se o original e o negativo. A imagem foi obtida a partir do positivo fotográfico. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.

Des. 18 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Corte Longitudinal da Igreja de S. Vicente de Fora / 1884 / Lisboa*. Esc.: 1:100. O Presidente da Comissão / o Architecto Joaquim Possidónio Narcizo da Silva. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivand, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina: 129,2 x 87,5. ANBA – Gaveta 2, Rolo 19 A, n.º 569 (Foto 274). Perdeu-se o original. Só existem o negativo e o positivo fotográficos. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.

Des. 19 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Corte Transversal da Igreja de S. Vicente de Fora / 1883 / Lisboa*. Esc.: 1:100. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivand, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina: 130,8 x 87,7. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 19 -Rolo 19 A, n.º 569 (Foto 273). Perdeu-se o original. Só existem o negativo e o positivo fotográficos. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.

Des. 20 - *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Corte Longitudinal da Igreja do Extincto Convento de S. Domingos de Lisboa / 1887*. Esc.: 1:100. O Presidente da Comissão / o Architecto Joaquim Possidónio Narcizo da Silva. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivand, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina entretelada: 119,5 x 91,5. ANBA – Gaveta 5, Rolo 64 A, n.º 1172-B. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.13.

Des. 20 A – Idem, *ibidem*. Pormenor da assinatura de Possidónio da Silva.

Des. 20 B – Idem, *ibidem*. Pormenor da assinatura de Francisco Soares O'Sullivand

Des. 21 *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Sé da Cidade da Guarda / Planta Térrea*. Fachada Principal. Escala 1: 200 e Escala 1:100. Transportado e desenhado por Theodoro Brandão, Desenhador de 2.ª Classe. Original. Papel entretelado: 121,5 x 90,5 cm ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, p. 264. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 545, Vol. II, p.9.

Des. 22 – *Monumentos Nacionaes / Igreja dos Jeronymos de Belém / Planta*. S/esc, s/assinatura [Joaquim Possidonio da Silva. Levantada e Desenhada, Francisco Soares O’Sullivand¹]. Original, papel entretelado 1159 x 1095 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – Desenhos: R 71²²D. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 478, Vol. II, p.12 e 727.

Des. 23 – *Planta Geral da Igreja do Mosteiro das Freiras de Sant’Anna*. Esc. 1:100, Gravura publicada na obra *A Verdade acerca dos Ossos de Luiz de Camões*, pelo Padre Sebastião de Almeida Viegas, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1893, Estampa 1^a. Vol. I, tomo 1, p. 296.

Des. 24 – *Frontaria da Igreja do Mosteiro de Sant’Anna no topo da calçada de Sant’Anna e cortes da parede de Oeste do coro baixo e transversal do coro baixo*. Ibidem, Estampa 4.^a Vol. I, tomo 1, p. 296.

Des. 25 – *Projecto de uma Torre para S. Christovão de Rio Mau*, Plantas e Corte. Esc: 1:50 Des. A (?), ANBA – Livro 244, Vol. I, tomo 1, p. 326.

Des. 25A – *Projecto de uma Torre para S. Christovão de Rio Mau*, Alçado principal. Esc: 1:50 Des. A (?), ANBA – Livro 244, Vol. I, tomo 1, p. 326.

Des. 26 – *Planta da Parte Monumental do Convento de Christo em Thomar*, Esc: 1:1000, in *Ensaios de História e Arte. A Architectura Religiosa na Idade Média* de Augusto Fuschini, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 202. Vol. I, tomo 1, p. 327.

Des. 27 – *Planta da Parte Monumental do Mosteiro de Alcobaça*, Esc.: 1:1000, Idem, *ibidem*, p. 211. Vol. I, tomo 1, p. 329.

Des. 28 – *Mosteiro da Batalha. Planta Geral do Edifício em 1904* (Parte Monumental Visitável), s/esc. Idem, *ibidem*. Vol. I, tomo 1, p. 329, Vol. II, p. 393.

Des. 29 – *Convento de Cristo. Planta e Corte parcelares do Claustro Principal*. Pedro D’Avila, Lisboa, 2 de Maio de 1901. Papel vegetal aguarelado. ANBA – Gav. 5 – Pasta 60 – n.º 916. Reprodução fotográfica de Pedro Aboim. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 383 e 542, tomo 2, p. 1320.

Des. 30 – *Orphelinat de la Casa Pia. 3.ème Project. Réunion des Deux Edifices. Plan des Rez-de-Chaussée* 2. Echèle: 1 : 100. J. Colson, Aout, 1862. Original. Cartolina: 1570 x 1080 mm. ANBA – Gav. 5, rolo 58, n.º 889. Mau estado de conservação, com um grande rasgão ao comprimento de quase todo o desenho. Vol. I, tomo 1, p. 466.

Des. 31 – *Planta do Mosteiro dos Jerónimos [Das Klöster dos Jeronymos ‘zu Belém bei Lissabon]*. Escala Gráfica 1:1000. Desenho de A. Haupt, arquitecto Hannover, 1886. In *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel’s des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht HAUPT, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, entre pp. 78-79). Vol. I, tomo 1, p. 466.

Des. 32 – *Alçado sul da igreja de Santa Maria de Belém*. Sem indicação de autor. Ibidem, entre pp. 86-87 da edição portuguesa. Vol. I, tomo 1, pp. 466.

Des. 33 A – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 4*. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 907. Vol. I, tomo 1, p. 474.

Des. 33 B – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 5*. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. ANBA. Gav. 5, pasta 60, n.º 909. Vol. I, tomo 1, p. 474.

¹ Por semelhança com os outros dois desenhos referenciados e publicados por CHAGAS, Trindade, *Possidónio da Silva*, pp. 383-384.

Des. 34 A – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 6. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. AHMOP D-92⁴-C. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 474.*

Des. 34 B – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 7. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. AHMOP D-92⁵-C. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 474.*

Des. 35 – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 11. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 908. Vol. I, tomo 1, p. 474.*

Des. 36 – *Projecto para o acabamento da Galeria superior do claustro do convento dos Jeronymos, Escala 1:40, Casa Pia, Maio de 1883. O Engenheiro Director (a) Manuel Raymundo Valladas. Desenhado por Eduardo Augusto Silva. AHMOP – DR – 71⁴D. Vol. I, tomo 1, pp. 476.*

Des. 37 – *[Corte transversal do Claustro e Igreja dos Jeronymos de Belem]. S/esc. [1:100], s/assinaturas s/data. Original, papel entretelado. 1330 X 1064 mm. Bom de conservação. AHMOP – Desenhos: R 71¹⁹D. Inédito. Vol. I, tomo 1, pp. 477 e 478, Vol. II, p.12, 710 e 727.*

Des. 38 – *Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Corte longitudinal, Esc.: 1:100. O Presidente da Comissão o Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O’Sullivand. Original, papel entretelado aguado a carmim. 1302 X 1008 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – R 71²¹ D. Vol. I, tomo 1, p. 477, Vol. II, p.12, 710 e 727.*

Des. 39 – *Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Detalhes² Esc.: 1:20. O Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O’Sullivand, desenhador. Original, papel entretelado. 1308 X 1130 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – R 71²⁰ D. Vol. I, tomo 1, pp. 477, Vol. II, p.12, 710 e 727.*

Des. 40 – *Edifício dos Jerónimos, denominado oficialmente como Anexo. Projecto perfilhado por Pedro Romano Folque. In “Edifício dos Jeronymos”, O Século de 3 de Dezembro de 1895. Vol. I, tomo 1, pp. 482.*

Des. 41 - *EF. Corpo Central. Escala 1:100. Belém, 15 de Março de 1885. Manuel Raimundo Valadas e Eduardo Augusto Silva. EF. Projecto a que se refere o officio n.º 693A da Direcção Especial de Edificios Publicos e Pharoes, de 21 de Maio de 1895. Cópia em marion. AHMOP – D 92¹⁷ C. Vol. I, tomo 1, pp. 482.*

Des. 42 – *Igreja de S. João Baptista de Tomar. Planta na escala de 0,0025. Perspectiva Norte-Nascente e Alçado Poente na escala 0,005, Por Pedro d’Avila, Lisboa, 31 de Outubro de 1901. Papel vegetal aguarelado. Inédito. ANBA – Gav. 5 – Pasta 60 – n.º 910. Reprodução fotográfica de Pedro Aboim. Vol. I, tomo, p. 514.*

Des. 43 – *Planta do sitio de Xabregas entre a circunvallação e caminho de ferro até à Fabrica do Tabaco comprehendendo o novo Azylo e as obras projectadas para o seu accrescentamento. Escala 0,002 por 1,00 m. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, J. F. Carvalho dos Santos, conductor (levantamento), José Esteves Guerreiro, Auxiliar, copiou. S/ data [1871]. Primeira Divisão de Obras Publicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos. Álbum, N.º 1. AHMOP – DA 2¹C. Vol. I, tomo, p. 517.*

Des. 44 – *Corte pela linha C-D. Escala 2:100. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, José Maria Caggiani, conductor, copiou. Primeira Divisão de Obras Publicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos. Álbum, N.º 26. AHMOP – DA 2²⁶C. Vol. I, tomo 1, p. 517.*

² Detalhes do interior, como janelas, pilares (da nave e do cruzeiro), púlpito, pilar central da sacristia.

Des. 45 – [*Corte transversal pelo centro da porta principal vendo-se o coro a partir da nave*]. S/escala. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, Hugo Theodorico Wellenkany, conductor auxiliar (copiou). *Primeira Divisão de Obras Públicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos*. Álbum, N.º 28. AHMOP – DA 2²⁸C. Vol. I, tomo 1, p. 519.

Des. 46 – [*Proposta de intervenção na muralha sul da Sé Patriarcal*]. S/escala; s/data; s/assinatura. AHMOP – D127²B. Vol. I, tomo 1, p. 523.

Des. 47 – *Estado da Sé Patriarcal de Lisboa antes da Restauração Em Novembro de 1901. Fachada Lateral Sul*. Escala: 0,005 x 5 m. H[ermógenes] Reis, Des[enhou]. Abril de 1906. Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Presidente da Comissão Executiva, Augusto Fuschini, Engenheiro Chefe de 1.ª classe. Desenho aguarelado. Papel de architecto. 250 X 664 mm. AHMOP – D127²B. Vol. I, tomo 1, p. 523.

Des. 48 – *Restauração da Sé Patriarcal de Lisboa. Fachada Lateral [Sul]*. Idem. Fotografia colada em cartolina para uso da COMN. Photographia Sobral, Rua dos Poyaes de S. Bento, Lisboa. ANBA – *Fotografias da Sé de Lisboa. Restauração*, N.º de Inventário 5665. Gav. 4, n.º 2. Vol. I, tomo 1, p. 525.

Des. 49 – [*Restauração da Sé de Lisboa. Estudos para o restauro. Fachada Principal*]. Desenho aguarelado, s/escala, s/data [1907-1908?], s/autor [Fernando Joyce Fuschini]. AHMOP – DR70¹⁴D. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 525.

Des. 50 - *Restauração da Sé Patriarcal de Lisboa. Fachada do Claustro. Lado Sul*. Escala 0,014 x 1,0 m. H. J. Reis, des[enhador]. Agosto 1906. Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Presidente da Comissão Executiva, Augusto Fuschini, Engenheiro Chefe de 1.ª classe. Desenho aguarelado. Papel de architecto. 667 X 737 mm. AHMOP – D127¹B. Vol. I, tomo 1, p. 525, tomo 2, p. 1304.

Des. 51 - *Restauração da Sé de Lisboa. [Capella de Bartholomeu Joannes]*. Idem. Fotografia colada em cartolina para uso da COMN. Photographia Sobral, Rua dos Poyaes de S. Bento, Lisboa. ANBA – *Fotografias da Sé de Lisboa. Restauração*, N.º de Inventário 5665. Gav. 4, n.º 3. Vol. I, tomo 1, p. 527 e 529.

Des. 52 – [*Restauração da Sé de Lisboa. Estudos para o restauro. Fachada Principal. Novo Projecto*] Desenho aguarelado, s/escala, s/data [1908?], s/autor [Fernando Joyce Fuschini]. Papel sobre tela 1935 X 1054 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – DR70²⁵D. Vol. I, tomo 1, p. 530 e 532.

Des. 53 – *Análise do Projecto de Restauro do architecto Pedro d'Ávila para o claustro de D. João III, no Convento de Cristo em Tomar*. Estudo de Jorge Custódio e Rui Ferreira. Vol. I, tomo 1, p. 542, tomo 2, p. 1321.

Des. 54 A – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Sé da Cidade da Guarda. Planta*. Escala 1:200. Transportado e desenhado por Theodoro Brandão (?), Desenhador de 2.ª Classe. Original. Papel entretelado: 1215 X 905 mm. Bom estado de conservação. ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 545.

Des. 54 B – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Sé da Cidade da Guarda. Fachada principal*. Escala 1:100. Idem, ibidem. ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 545.

Des. 55 – *Igreja da Sé Velha de Coimbra. Corte longitudinal*, Escala 1: 200 e Planta, Escala 1: 500. Desenho de Serra B (?). In *A Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão, Esposa do Rei Lavrador Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa. Estudo de Investigação Historica*, de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, Estampa VII, p. 158. Vol. I, tomo 2, p. 761.

Des. 56 – *Castelo da Feira. Planta topográfica do castelo antes das obras [da DGEMN]*. Escala 1:500. In *Castelo da Feira. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 37-38. Lisboa: MOPC, Setembro / Dezembro, 1944. Vol I, tomo 2, p. 1024.

Des. 57 – *Planta da sinagoga de Tomar*. Escala 1:50. Levantada por G [arcez] Teixeira, 1922. ANBA – Livro 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p. 1008 e 1240.

Des. 58 – *Ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe [Vila do Bispo]*. Escala 1:100. Esboço da rosácea. S/escala. Desenhador desconhecido. Sem data [1923]. ANBA, Livro 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p. 1009.

Des. 59 – *Convento de Cristo. Tomar. Planta indicando a zona de protecção das muralhas*. Escala 1:500. Sem data. Cerca de 1932. AHMOP – D 168 C. Vol I, tomo 2, p. 1030.

Des. 59 A – *Planta da Batalha. Estudo das variantes das EN 1 e 356 e da Zona de Protecção do Mosteiro de Santa Maria da Victoria*. O Arquitecto J. Maria Pereira Fernandes. O Desenhador Ferreira Branco. 1945. DGEMN – Desenho 131332. Vol. I, tomo 2, p. 1027.

Des. 59 B – *Génese das Zonas de Protecção dos Monumentos Portugueses. Limites e Conceitos*. Jorge Custódio. Desenho de Rui Ferreira. Inédito. Vol. I, tomo 2, p. 1019 e 1026.

Des. 60 – *Planta Geral da Abadia Beneditina de Alcobaça*. Escala 1:100. Desenho de Ernesto Korrodi, 1927. In *Alcobaça – Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abbadia de Santa Maria de Alcobaça* de Ernesto Korrodi, Porto: Monumentos de Portugal, n.º 4 / Litografia de Portugal, 1929. Vol I, tomo 2, p.1172.

Des. 61 – *Planta da Abadia Cisterciense de Alcobaça. Portugal*. Escala 1:50. Estudo Histórico-Artístico de Ernesto Korrodi, 1927. In *Alcobaça – Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abbadia de Santa Maria de Alcobaça* de Ernesto Korrodi, Porto: Monumentos de Portugal, n.º 4 / Litografia de Portugal, 1929. Vol I, tomo 2, pp. 1172 e 1240.

Des. 62 – *Sé Cathedral de Braga. Planta Geral*. Escala 1:100. Braga, Jan, 1922, José Vilaça, archi. Zincogravura dos Ateliers de Marques de Abreu. In *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos*. Porto: Edição Marques de Abreu, 1922, Fig. 1. Vol I, tomo 2, p. 1239.

Des. 62 A – *Sé Cathedral de Braga. Secção Longitudinal, Transversal e Planta*. Escala 1:50. Braga, 1921. Desenho de J. C. Vilaça. Zincogravura dos Ateliers de Marques de Abreu. In *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos*. Porto: Edição Marques de Abreu, 1922, Fig. 29. Vol I, tomo 2, p. 1239.

Des. 63 – *Igreja do Ermelo. Corte Transversal*. Escala 1: 30. Desenho de José Vilaça. In *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 56. Vol I, tomo 2, p. 1240.

Des. 64 – *Capela de Távora. Aspecto Geral*. José Vilaça. 1925. In *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 63. Vol I, tomo 2, p. 1240.

Des. 65 – *Planta da Igreja de Vilar de Frades, Barcelos*. Escala 1:20. S/desenhador. In *A Igreja de Vilar de Frades. Concelho de Barcellos* de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Edições Marques de Abreu, 1919, fig. 2. Vol I, tomo 2, p. 1240.

Des. 66 – *[Perspectiva axionométrica da Igreja de S. Pedro de Lourosa para o 3.º Projecto de restauro de José Vilaça]*. Alçado. José Vilaça, Setembro MCMCCCI. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1240.

Des. 67 - *Convento de Christo em Thomar. Planta da Igreja*, Escala 1:100, s/assinatura. s/data [1921]. Cópia em marion azul. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017988. Vol I, tomo 2, pp. 1272 e 1282.

Des. 68 - *Convento de Christo em Tomar. Planta da Igreja*, Escala 1:100, s/assinatura. S/data [1921]. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 018047. Reconstituição do “croquis” apresentado na reunião da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição, em 22 de Fevereiro de 1921. Estudo e desenho de Jorge Custódio e Rui Ferreira. Vol. I, tomo 2, p. 1240, 1273 e 1282.

Des. 68 A – *Planta de laje de betão armado semelhante à que foi construída para sustentar a Torre da Charola do Convento de Cristo*. In *O Betão Armado: Um sistema de cálculo e construção de vigas*, de João Jorge Coutinho, Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin, 1924, Fig. 31, entre pp. 144-145. Vol. I, tomo 2, p. 1278.

Des. 69 – *Convento de Cristo em Tomar. Torre do Relógio*. Escala 1:100. Lisboa, 10 de Agosto de 1926. Ass.: A. Sá Correia. AHMOP – D 146 C. Inédito. Vol I, tomo 2, p. 1277.

Des. 70 – *Convento de Cristo em Tomar. Torre do Relógio. Corte por A.B. e Corte por C.D*. Escala 1: 100. s/data [1926]. S/ assinaturas [A. de Sá Correia?]. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017994. Vol I, tomo 2, p. 1277.

Des. 71 – *Convento de Cristo, em Thomar. Obras de consolidação da torre sineira. Alçado. Corte por E.F*. Escala 1:50. Outubro de 1927. Ass.: Jorge Bermudes França. Arquitecto. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017995. Vol I, tomo 2, p.1278.

Des. 71 A – *Convento de Cristo, em Thomar. Obras de consolidação da torre sineira. Planta ao Nível CD e Planta ao Nível AB*. Escala 1:50. Outubro de 1927. Ass.: Jorge Bermudes França. Arquitecto. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017989. Vol. I, tomo 2, p. 1278.

Des. 72 – *Igreja dos Jerónimos. Abóbada do Cruzeiro. Planta*. Escala 1:100. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018563. Vol I, tomo 2, p. 1301.

Des. 73 - *Igreja dos Jerónimos. Abóbada do Cruzeiro. Corte por A.B*. Escala 1:100. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018561. Vol I, tomo 2, p.1301.

Des. 74 – *Egreja dos Jerónimos. Plantas da nave central e da nave lateral norte desde o Cruzeiro à primeira linha de pilares*. Escala 0.04 / p. m. Arquitecto Victor M. Piloto. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018558. Vol I, tomo 2, p. 1301.

Des. 75 – *Egreja dos Jerónimos. Corte feito no eixo da nave principal, observada de sul para norte*. Escala 0.04 / p. m. Arquitecto Victor M. Piloto. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018560. Vol I, tomo 2, p.1301.

Des. 76 – *Direcção de Serviços Públicos, 7.^a Secção. Igreja dos Jerónimos. Projecção das abóbadas*. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018565. Vol I, tomo 2, p. 1300.

Des. 77 – *Direcção de Serviços Públicos, 7.^a Secção. Igreja dos Jerónimos. Corte longitudinal por A. B*. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018564. Vol I, tomo 2, p. 1300.

Des. 78 – *Direcção de Serviços Públicos, 7.^a Secção. Igreja dos Jerónimos. Corte transversal por C. D*. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018562. Vol I, tomo 2, p. 1300.

Des. 79 – *Igreja dos Jerónimos. Restauração das Abobadas do Cruzeiro*. Escala 1:50. Arquitecto António do Couto, Abril de 1929. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018557. Vol I, tomo 2, p. 1301.

Des. 80 – *[Sé de Lisboa]. Claustro do lado do beco do Quebra-Costas (projecção do lado do poente). [Corte] A. B. S/Escala [1:100]*. Desenho: assinatura imperceptível [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112¹ B. Vol I, tomo 2, p.1305, Vol. II, p. 737.

Des. 81 – [Sé de Lisboa]. *Claustro paralelo à rua do Quebra-Costas (projecção do lado do nascente)*. [Corte] B. A. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112² B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.

Des. 82 – [Sé de Lisboa]. *Claustro paralelo à rua do Barão (projecção vertical lado sul)*. [Corte] D. C. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112⁴ B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.

Des. 83 – [Sé de Lisboa]. *Claustro paralelo à rua das Cruzes da Sé (projecção do lado sul)*. [Corte] F. E. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112⁶ B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.

Des. 84 – [Sé de Lisboa. Claustro]. *Estado Antigo da Segunda Arcada do Claustro Norte. Vista do Lado Exterior e Estado Antigo da Primeira Arcada do Claustro Nascente. Vista Exterior*. Escala 1:20. Sem indicação de desenhador. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018960. Vol I, tomo 2, p. 1305.

Des. 85 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Anteriormente às Obras de Restauo. Alçado Principal*. Escala 1:200. Desenho n.º 4. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 019978. Vol I, tomo 2, p.1306

Des. 86 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Projecto de Restauração. Alçado Principal. Planta do Adro*. Escala 1:200. Desenho n.º 2. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 020008. Vol I, tomo 2, p.1307.

Des. 87 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Projecto de Restauração. Alçado Principal. Planta do Adro*. Escala 1:200. Desenho n.º 5. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 020007. Vol I, tomo 2, pp. 1307 e 1310.

Des. 88 – *Planta da Sé de Lisboa. Estado Actual*. 1926. Escala: 1:200, S/ass. Original. Papel. Desenho a tinta e a lápis: 850 X 390 mm. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 12, n.º 492-A. Mau estado de conservação. Inédito. Vol I, tomo 2, p. 1308

Des. 89 – *Sé de Lisboa. [Planta revelando aspectos dos estudos arquitectónicos e históricas resultantes da evolução dos trabalhos]*. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 305224. Vol I, tomo 2, p.1311.

Des. 90 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do 2.º Pavimento*. Escala 1:200. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 305229. Vol I, tomo 2, p.1306.

Des. 91 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do Segundo Pavimento*. Escala 1:100. 1930. Desenho de Domingos Pinto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 018963. Vol I, tomo 2, p.1310.

Des. 92 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do Segundo Pavimento*. Escala 1:100. 1930. Desenho de Domingos Pinto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 019001. Vol I, tomo 2, p.1310.

Des. 93 – *Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul. Sé Patriarcal de Lisboa. Detalhes da Rosácea*. Escala 0,10 p. m. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 300884. Vol I, tomo 2, p.1308.

Des. 94 – *Sé Patriarcal de Lisboa. Projecto de Restauração de um Tramo*. Escala 1:50. [Alçado], Planta e Corte. 1933. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 018965. Vol I, tomo 2, pp.1308 e 1310.

Des. 95 – *Sé de Lisboa. [Estudo do pilar clássico existente e da base do antigo pilar românico]*. Alçado e planta. Escala 1:10. AHMOP – DR 70¹ D. Inédito. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p.1308.

Des. 96 – *Sé de Lisboa. Restos do antigo pavimento de mosaico existente numa das capelas do claustro.* Escala 0,05 p. m. Lisboa, Fevereiro de 1928. O Arquitecto António do Couto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 019991. Vol I, tomo 2, pp.1240 e 1308.

Des. 97 – *Sé de Lisboa. Planta indicando as diferentes épocas de construção.* Escala 0,005 p. m. 1930. O Arquitecto António do Couto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 300421. Vol I, tomo 2, pp.1240 e 1311.

Des. 98 – [*Sé de Lisboa. Estudo da abside gótica*]. Escala de 0,02 p. m. AHMOP – DR 70³ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, pp. 1308 e 1311.

Des. 99 – *Sé de Lisboa. [Reconstituição da abside]. Planta da abside. S/escala [1:20].* S. d. [Anos 30]. Arquitecto: [António do Couto]. Papel cartonado, pintado a guache. AHMOP – R 38¹ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p. 1311.

Des. 100 – *Sé de Lisboa. [Reconstituição da abside. Corte da abside]. S/escala. [1:20].* S. d. [Anos 30]. Arquitecto: [António do Couto]. Papel cartonado, pintado a guache. AHMOP – R 38³ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p.1311.

Des. 101 – *Sé Patriarcal de Lisboa. [Reconstituição da abside. Corte pelo transepto]. S/escala. [1:20].* S. d. [Anos 30]. Arquitecto: [António do Couto]. Papel cartonado, pintado a guache. AHMOP – R 38⁴ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p.1311.

Des. 102 – *Sé de Lisboa. Corte longitudinal da abside. S/escala.* Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto 516593. Vol I, tomo 2, p.1311.

Des. 103 - *Claustro de D. João III. Tomar. Planta de reconstituição do primitivo claustro.* Sem Escala. Desenho de Carlos Monção. Direcção de trabalhos, Garcez Teixeira. 1931. In *O Claustro de D. João III em Thomar*, de Vieira Guimarães, Coimbra: 1931, p. 13. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1323.

Des. 104 – *Claustro de D. João III. Reconstituição presumível. Alçado.* Desenho de Joaquim Francisco da Silva. In *O Claustro de D. João III em Thomar*, de Vieira Guimarães, Coimbra: 1931, p. 29. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1322.

Des. 105 – [*S. Pedro de Lourosa. Oliveira do Hospital*]. *Planta da igreja antes da restauração.* Escala 1: 100. Dezembro de 1929. Levantamento e desenho de José Vilaça. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1327.

Des. 106 – [*S. Pedro de Lourosa. Oliveira do Hospital*]. *Reconstituição da planta primitiva.* Escala 1:100. Setembro MCMXXXI. José Vilaça. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1327.

Des. 107 – [*S. Pedro de Lourosa. Oliveira do Hospital*]. *Pormenor das armaduras nave central segundo G. Moreno.* Projecto de José Vilaça. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p. 1329.

Des. 108 – *Igreja matriz de Lourosa. Oliveira do Hospital. Alçado principal [depois da restauração].* Escala 1:50. 1949. Desenho da DGEMN. In *A Igreja Matriz de Lourosa*, Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 55, Lisboa: MOP, Março de 1949. Vol I, tomo 2, p.1330.

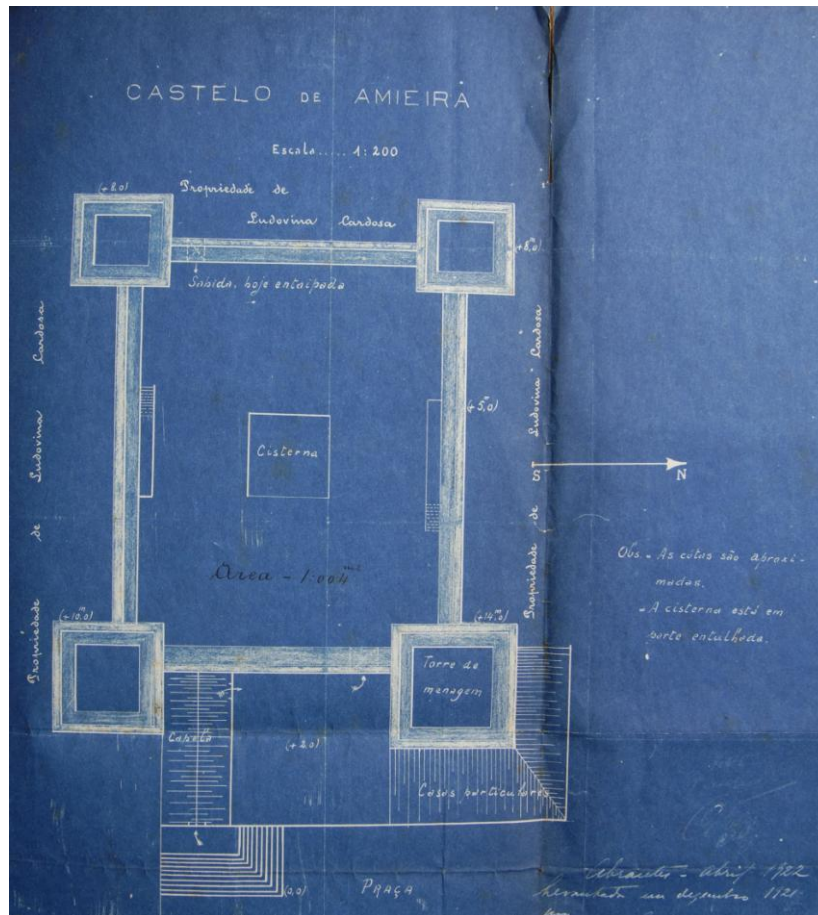
Des. 109 – *Museu Nacional de Arte Contemporânea. Espaços de exposição desde o tempo de Carlos Reis à direcção de Adriano de Sousa Lopes (1911-1944)*. Desenho da Arquitecta Teresa Duarte, in *A Suave Transição: Das Salas da Promotora ao Museu Nacional de Arte Contemporânea*, Trabalho Académico, Universidade de Évora. 2003 (adaptado).

Planta da evolução histórica de ocupação de salas do Convento de S. Francisco, com indicação do percurso de entrada dos visitantes até ao Museu. No tempo de Carlos Reis, o MNAC começa na Galeria de Pintura da antiga Academia Real de Belas Artes. As ampliações do tempo de Columbano revelam uma expansão significativa, com mais duas grandes salas e três mais pequenas. Depois da morte de Columbano e de Veloso Salgado, o novo director Adriano Sousa Lopes incorpora os antigos ateliês daqueles dois pintores. Nos anos seguintes, também a Oficina de Restauro de Luciano Freire será integrada, mas já sob a direcção de Diogo de Macedo (1944-1959), dado que se instalou um laboratório moderno no MNAA, sob a direcção de João Couto. Vol I, tomo 2, p.1334.

Des. 110 – *Projecto para a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. Fachada Lateral Norte*. Escala 1:100. Lisboa Abril de 1918. Arquitecto [A. A. Adães Bermudes]. Ex-DGEMN/IHRU - Desenho 30970. Vol I, tomo 2, p.1334.

Des. 111 – *Projecto para a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. Corte Longitudinal*. Escala 1:100. Lisboa Abril de 1918. Arquitecto A. A. Adães Bermudes. Ex-DGEMN/IHRU - Desenho 30968. Vol I, tomo 2, p.1334.

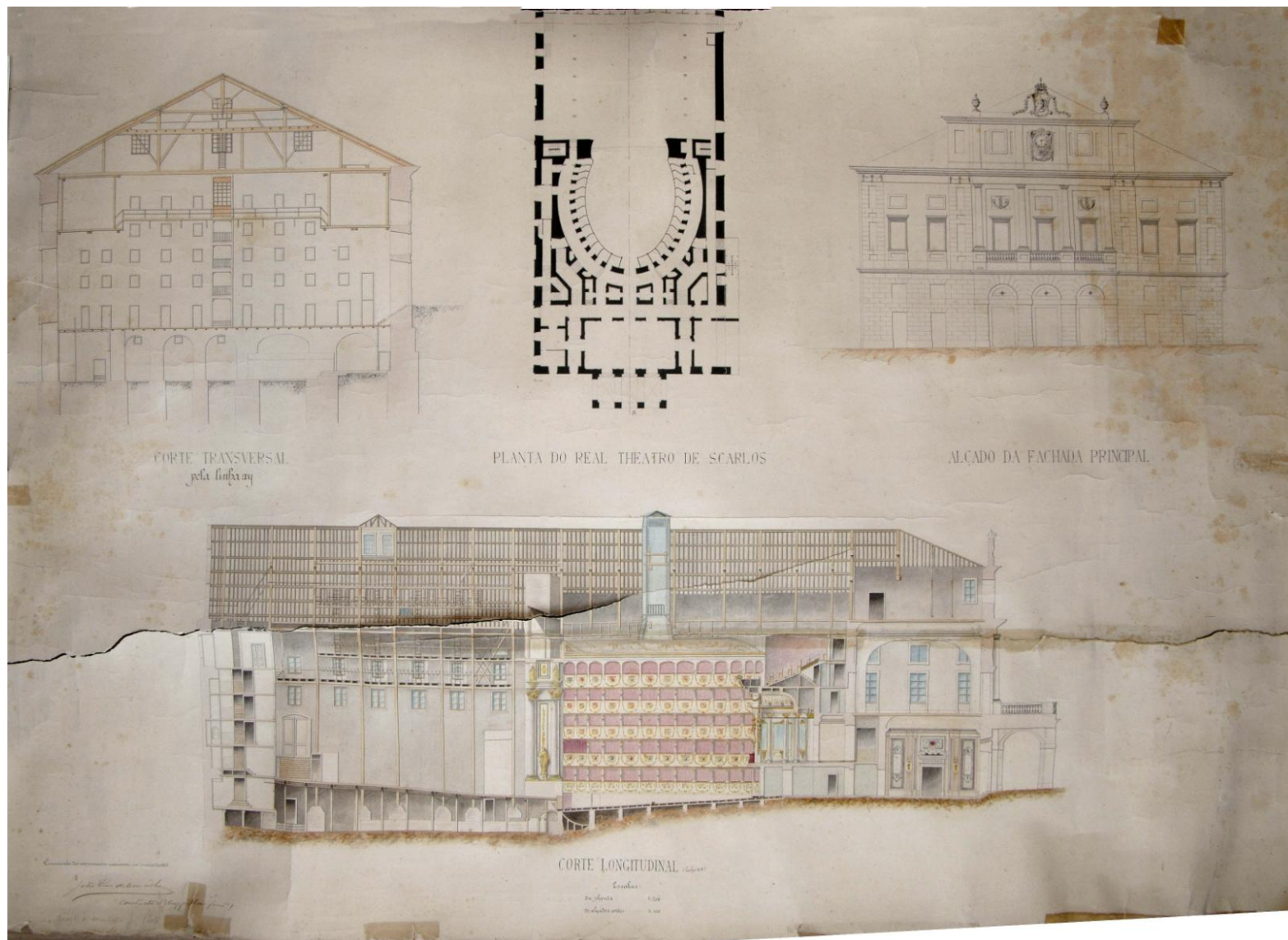
2.3.2 Desenhos.

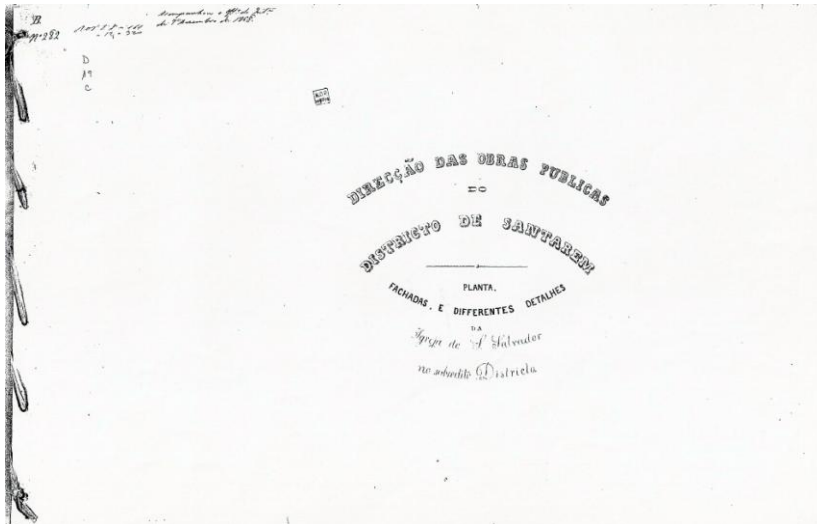


Des. 1 – Planta do Castelo da Amieira, Escala 1:200. Abrantes, Abril de 1922. Levantada em Dezembro de 1921 pelo Major de Engenharia, Luís de Macedo. ANBA – 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 1, p. 59.

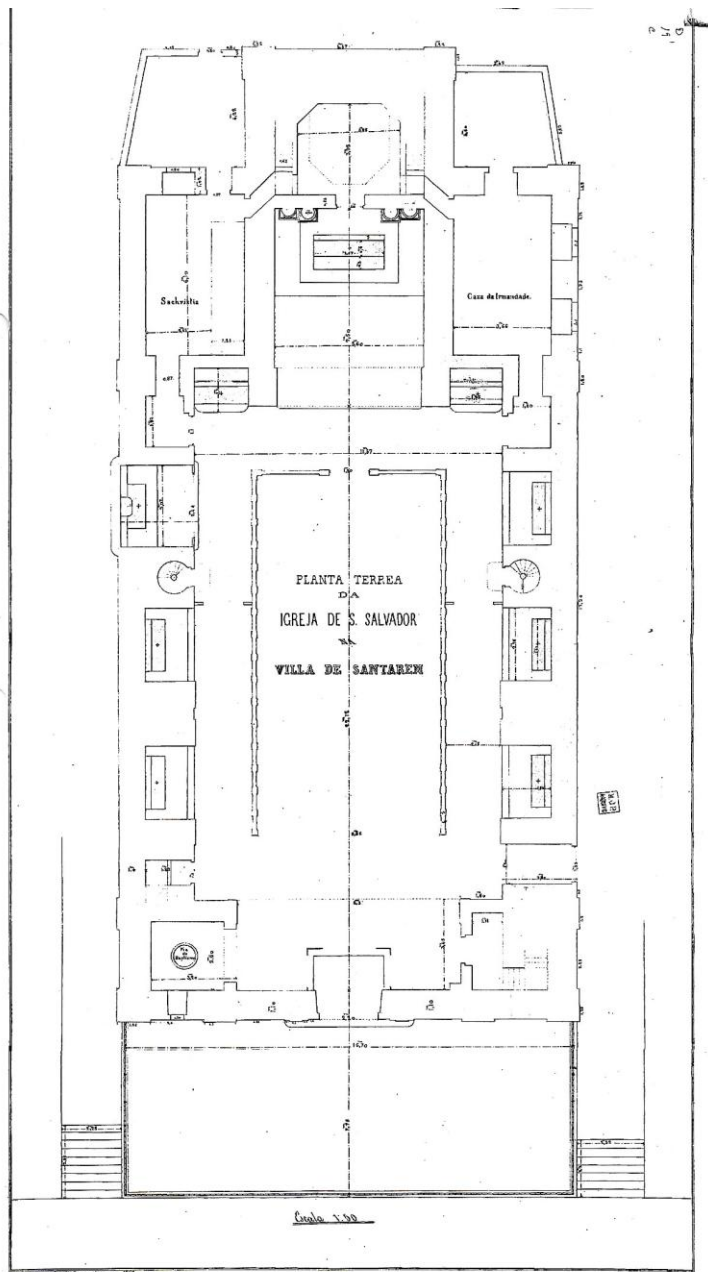
Des. 2 – [Comissão dos Monumentos Nacionaes]. Real Theatro de São Carlos. Planta. Escala 1:200; Corte Longitudinal (linhas A-B). Escala 1:100; Alçado da Fachada Principal. Escala 1:100; Corte Transversal pela linha X-Y. Comissão dos Monumentos Nacionaes, em Janeiro de 1885, João Lino de Carvalho, conductor de obras publicas (aux.^{ar}). Desenho de J. Pinto (a lápis, imperceptível). Original. Cartolina: 1300 x 1064 mm. ANBA – Gav. 4, rolo 39, n.º 2626 j. Mau estado de conservação, com faltas de partes do papel e um grande rasgão. Vol. I, tomo 1, p. 61 e 268, Vol. II, p.14.

Os trabalhos da CMN levados a efeito no Teatro de S. Carlos, nos anos de 1884 e 1885 resumem-se a este desenho, com a sua planta, alçado e cortes.

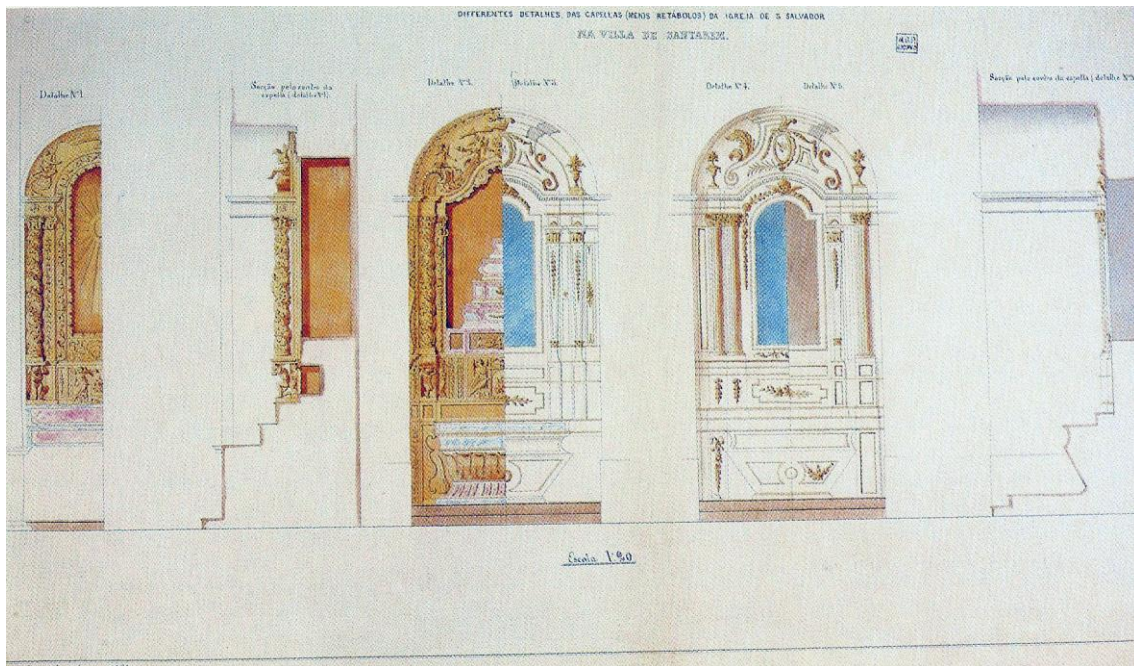




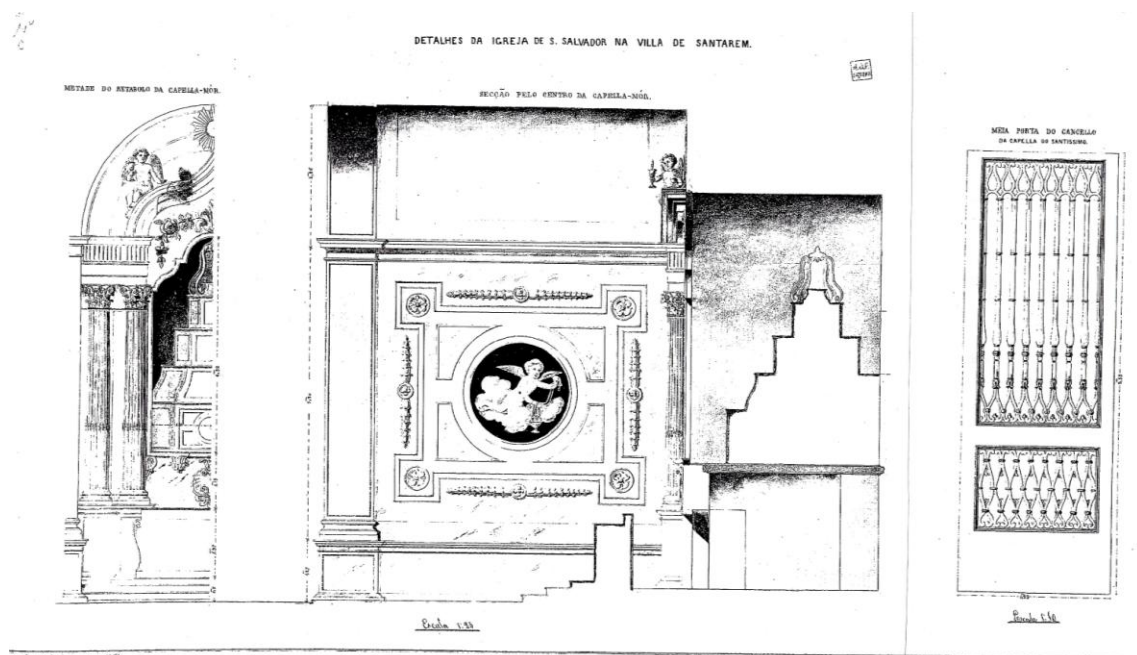
Des. 3 – Direcção das Obras Publicas do Districto de Santarém / Planta, Fachadas, e Diferentes Detalhes da Igreja de S. Salvador no sobredito Districto. Desenhos pertencentes ao Proc.º B – nº 282. Rosto do caderno de cinco originaes. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.



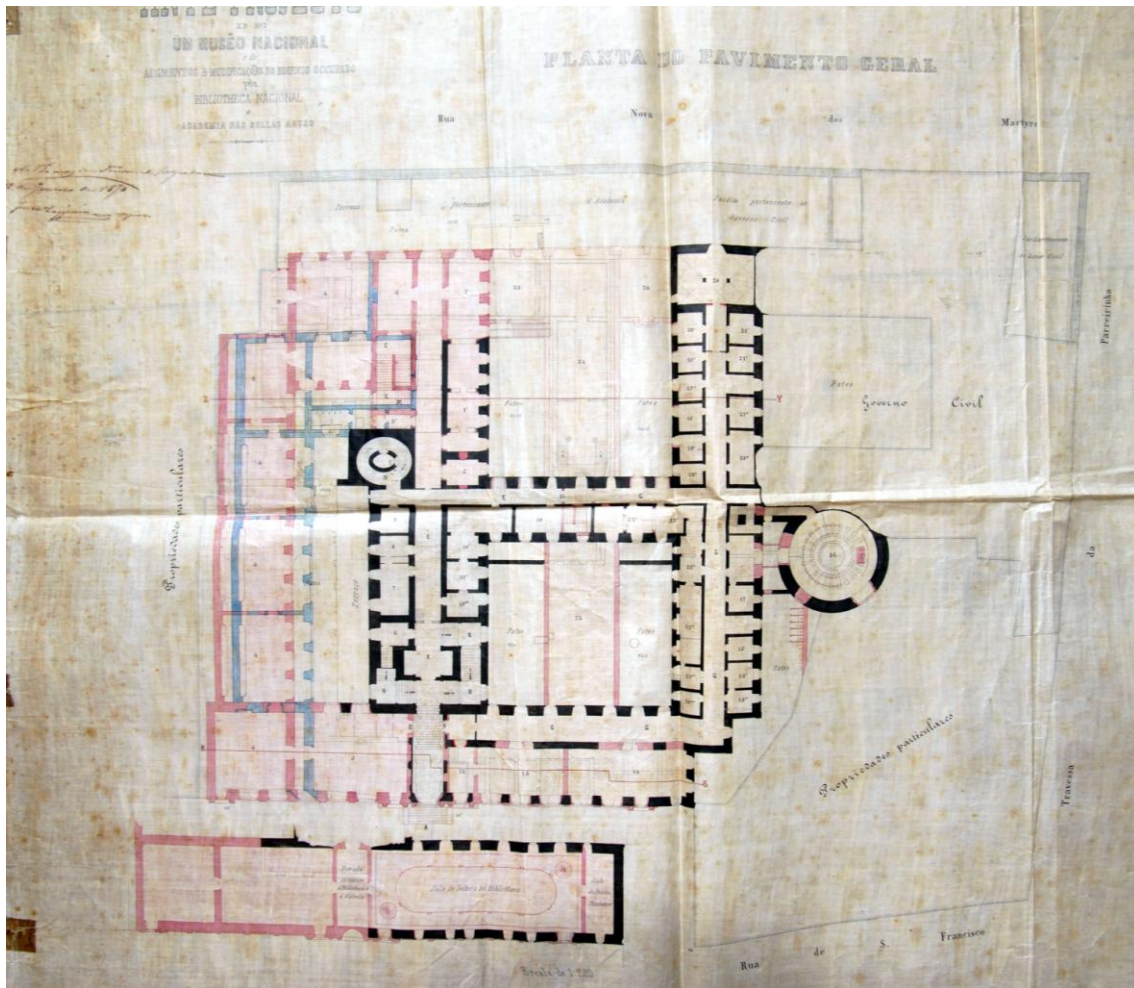
Des. 4 – Planta Térrea da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém. Esc. 1:50. Levantado por José Maria Cagginni, em 1868. Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.



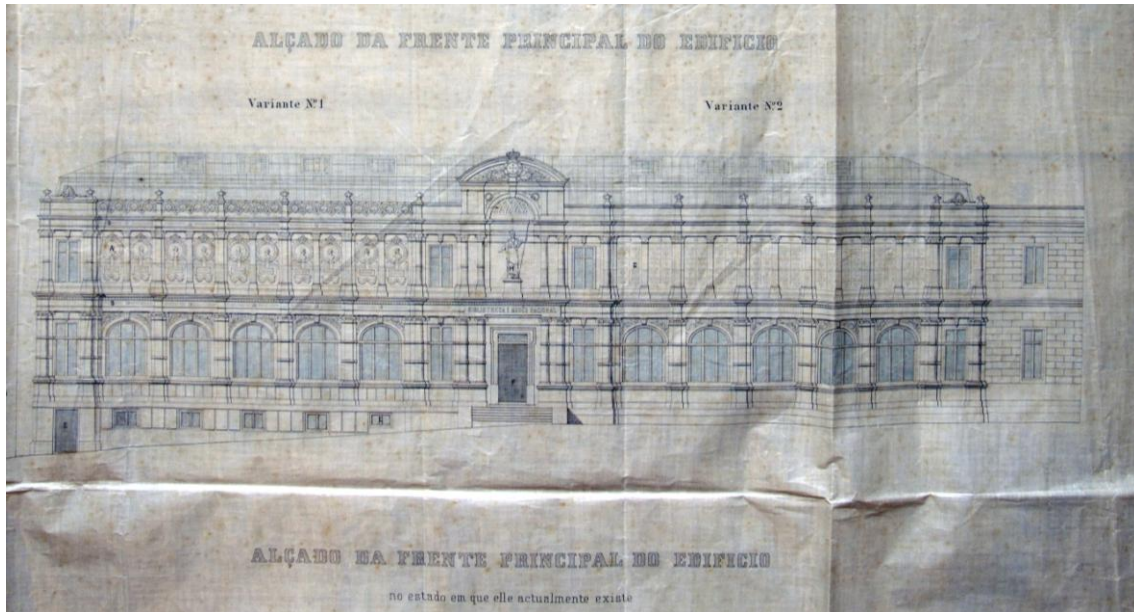
Des. 5 – *Diferentes Detalhes das Capelas (Meio Retábolos) da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém.* Esc. 1:20. Levantado por José Maria Caggiani, em 1868, Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.



Des. 6 – *Detalhes da Igreja de S. Salvador na Villa de Santarém.* Esc. 1:25 e 1:10. Levantado por José Maria Caggiani, em 1868, Idem. AHMOP – D 19 C. Vol. I, tomo 1, p. 117.

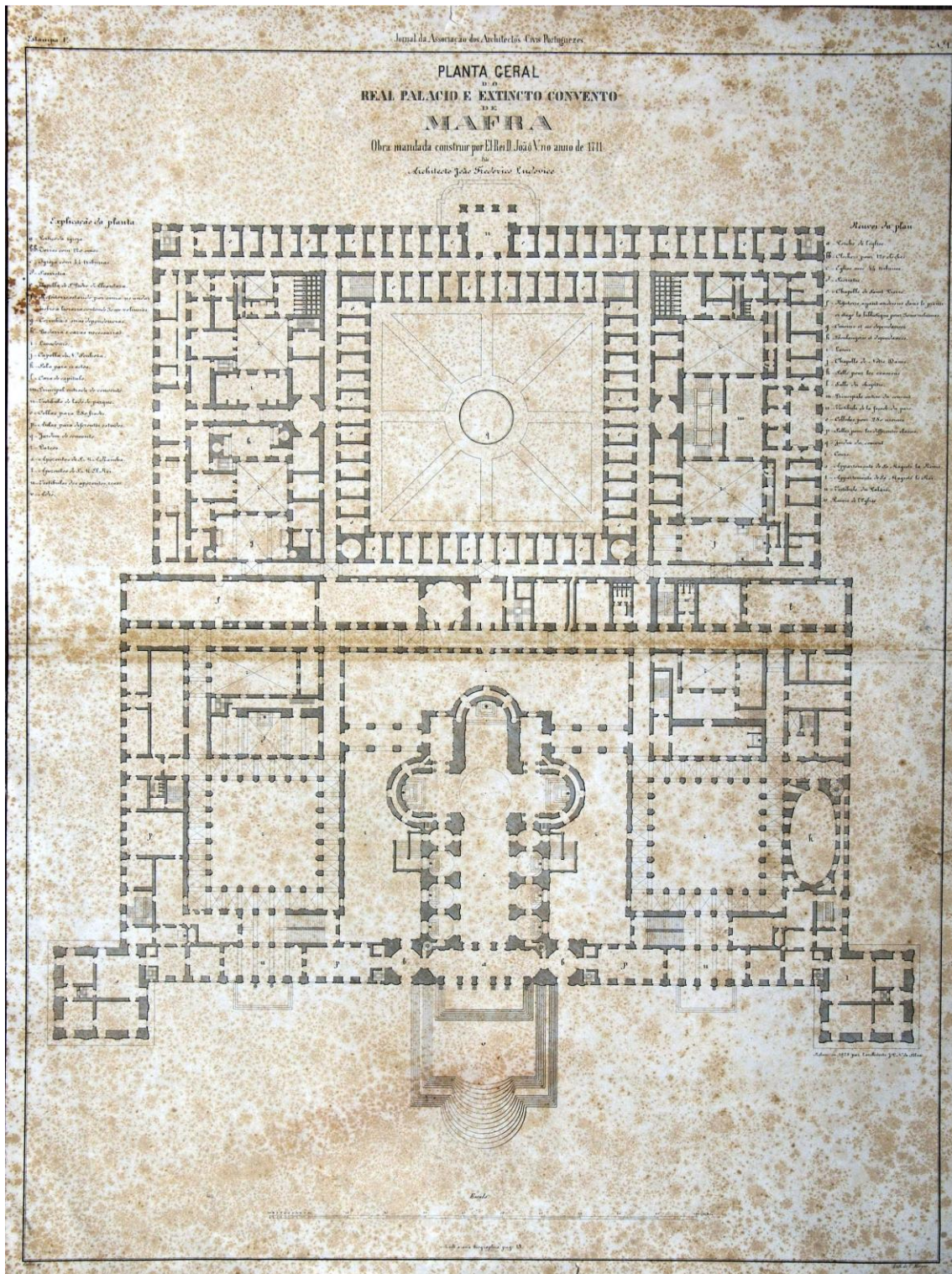


Des. 7 – Projecto / de um / Muséu Nacional / e de Augmentos e Modificações no Edifício Occupado / pella / Bibliotheca Nacional / e / Academia de Bellas Artes, A. Thomaz da Fonseca projectou / 12 de Janeiro de 1870 / José M. Caggiani copiou. *Planta*, Esc.: 1:200. Tela aguarelada. ANBA – Gav. 5, Pasta 61 A, n.º 222. Bom estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 259. Inédita.

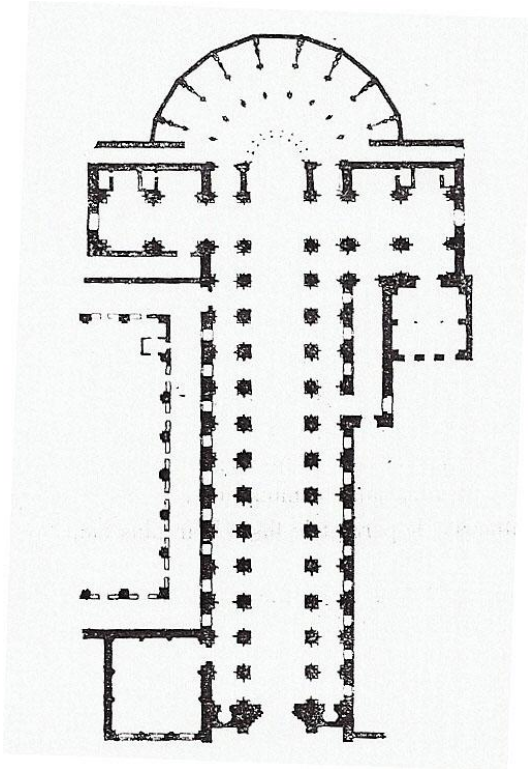


Des. 8 – *Idem*, *Alçado da Frente Principal do Edifício. Variante N.º 1. Variante N.º 2*, Esc.: 1:100, ANBA – Gav. 5, Pasta 61 A, n.º 222. Bom estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 259. Inédita.

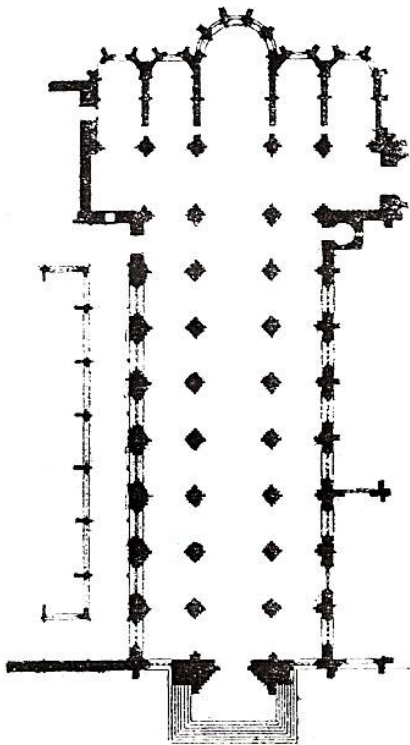
Este desenho constitui uma prova das intenções de reforma da Academia Real de Belas Artes do período compreendido entre 1862 e 1882. O projecto revela a adaptação do Convento de S. Francisco às intenções do programa de reforma, envolvendo a criação de um museu nacional de belas artes associado à Academia. Teve, no entanto, de integrar a Biblioteca Nacional, que ocupava parte dos espaços do antigo convento. Uma extensa legenda revela aspectos essenciais do programa de reforma que se vazaram no projecto de António Tomás da Fonseca.



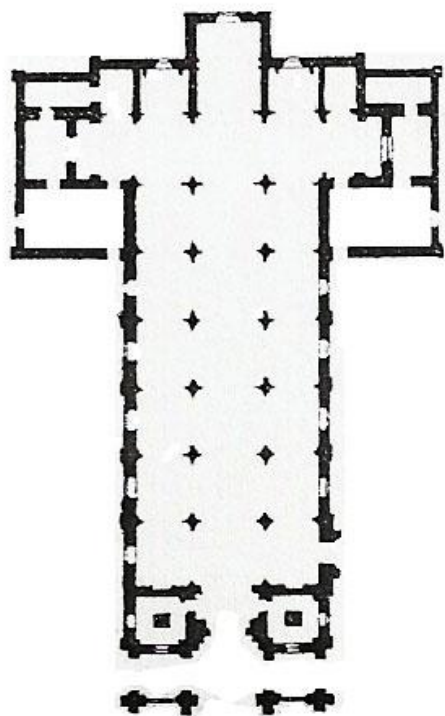
Des. 9 – Planta Geral / do / Real Palácio e Extincto Convento / de / Mafra / Obra mandada construir por El-Rei D. João V no anno de 1711 / pelo / Architecto João Frederico Ludovice / Relevé em 1828, par l'architecte J.P.N. da Silva. Escala gráfica. Gravura de Palha. Lithografia de C. Maigne. Edição do Jornal da Associação dos Architectos Civos Portuguezes, n.º 1, Estampa 1. 47x 61,5cm. ANBA – Gav. 6, Pasta 60, n.º 911 (?). Mau estado de conservação. Vol. I, tomo 1, p. 268.



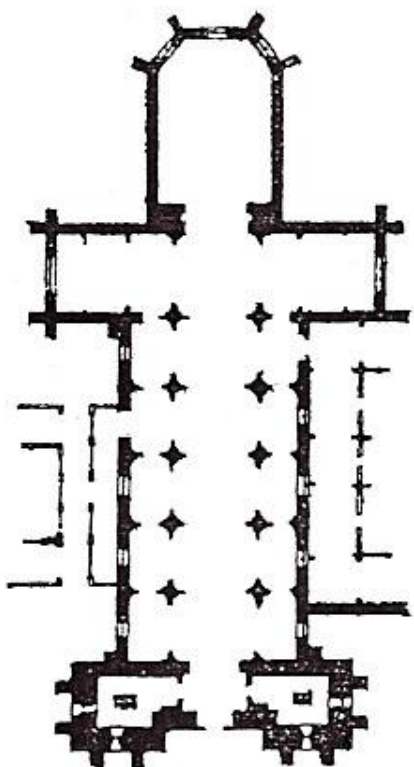
Des. 10 – *Église du Couvent Alcobaça*, [1873]. Planta reduzida e impressa in *Congrès International des Architectes, tenu à Paris, du 29 Juillet au 3 Août 1878. Comptes Rendus Sténographiques publiés sous les Auspices du Comité Central des Congrès et Conférences*, direction de Ch. Thirion, n° 9. Paris : Imprimerie Nationale, [1881], Annexe P. Cinq Plans des Principales Églises du Portugal, de Charles Lucas, p. 329, Biblioteca de Mafra – Poss. 6-2-108 (n.º 802). Vol. I, tomo 1, p. 268.



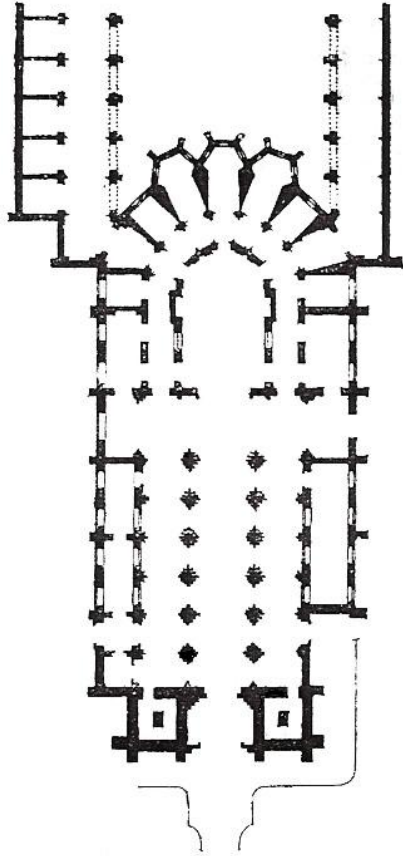
Des. 11 – *Église du Couvent Batalha*, [1873], idem, *ibidem*. p. 330. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.10.



Des. 12 – *Cathédrale de Braga*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 331. Vol. I, tomo 1, p. 268.

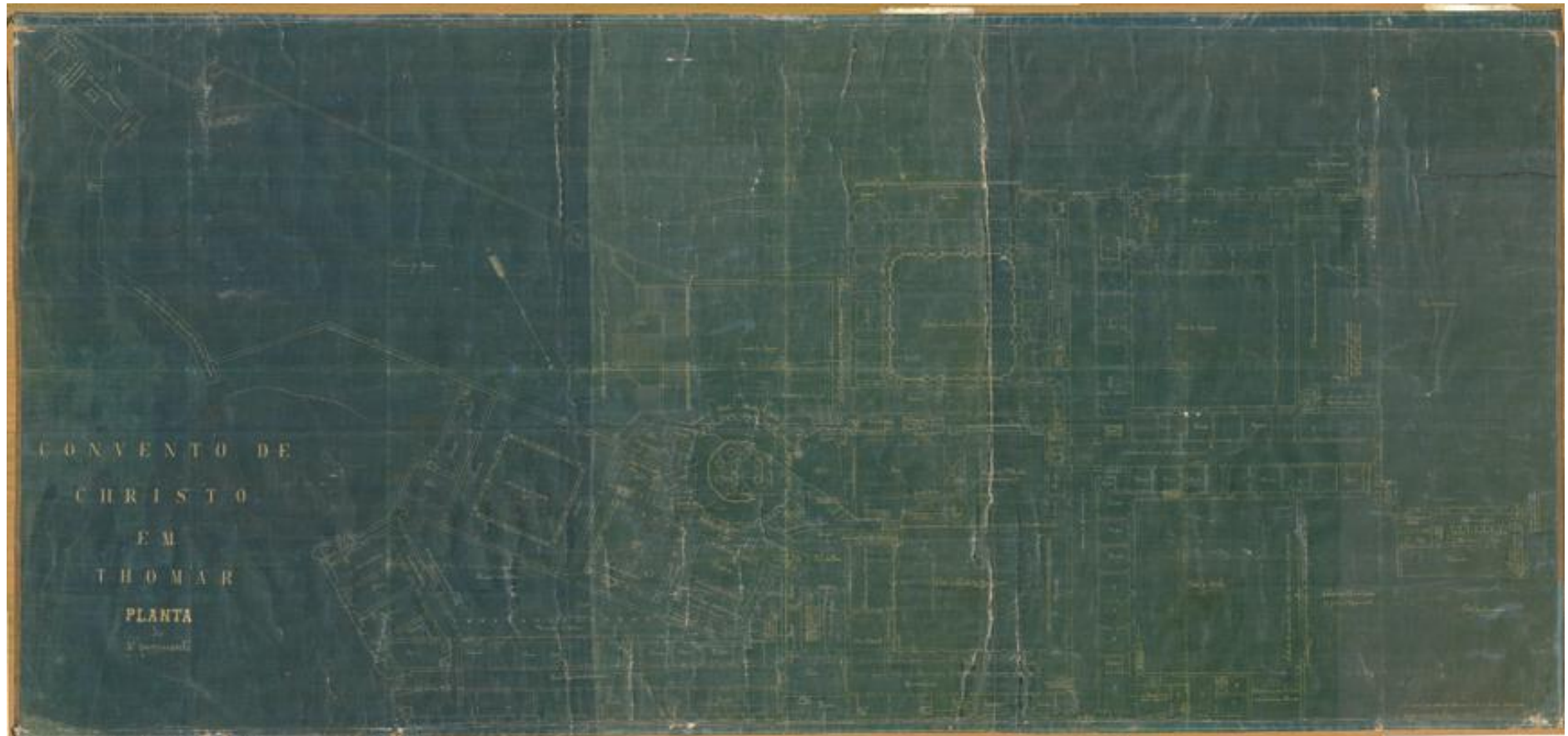


Des. 13 – *Cathédrale du Porto*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 332. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.17.

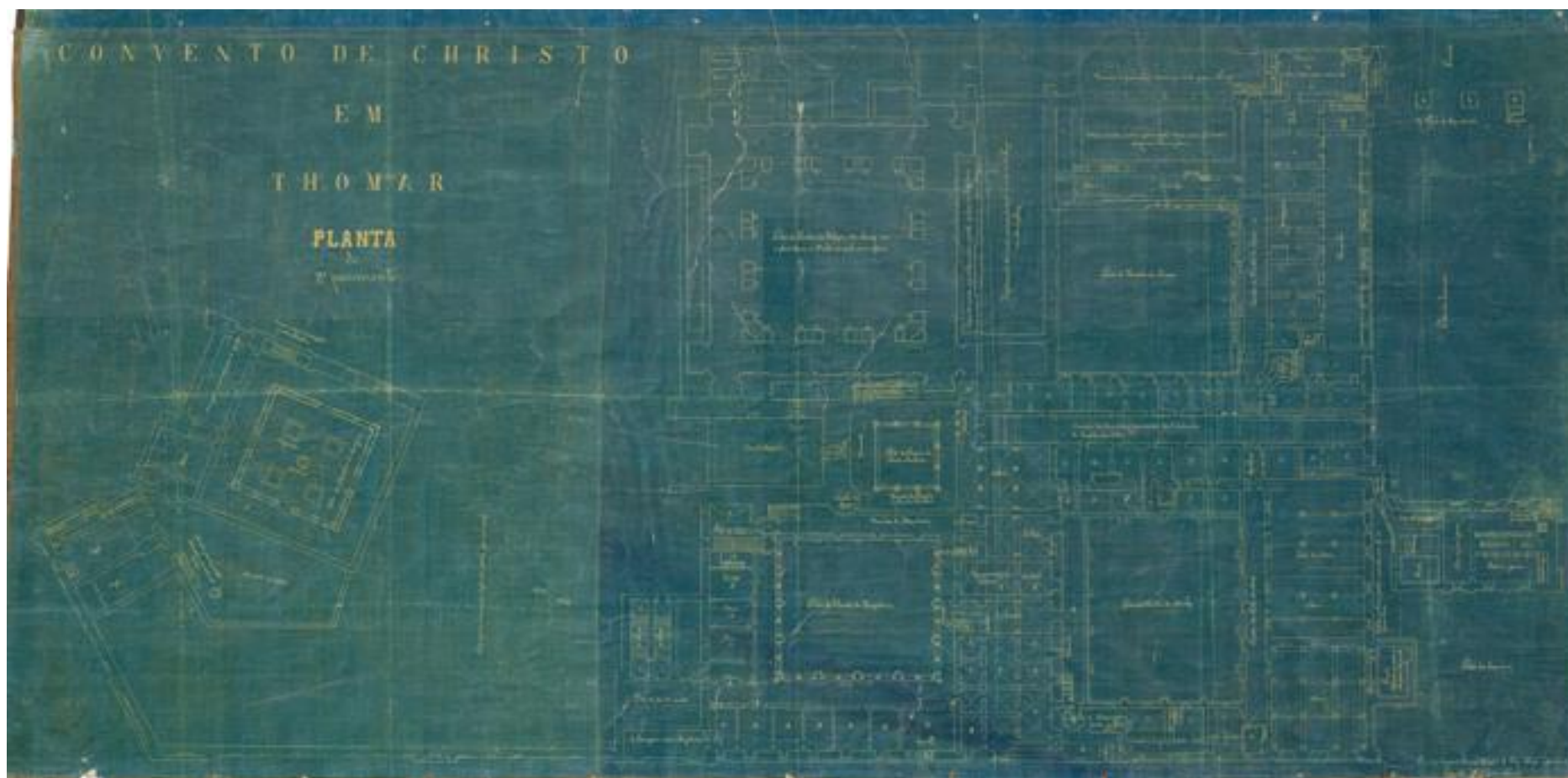


Des. 14 – *Cathédrale de Lisbonne*, [1873], idem, *ibidem*. Vol 1, pp. 333. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.14.

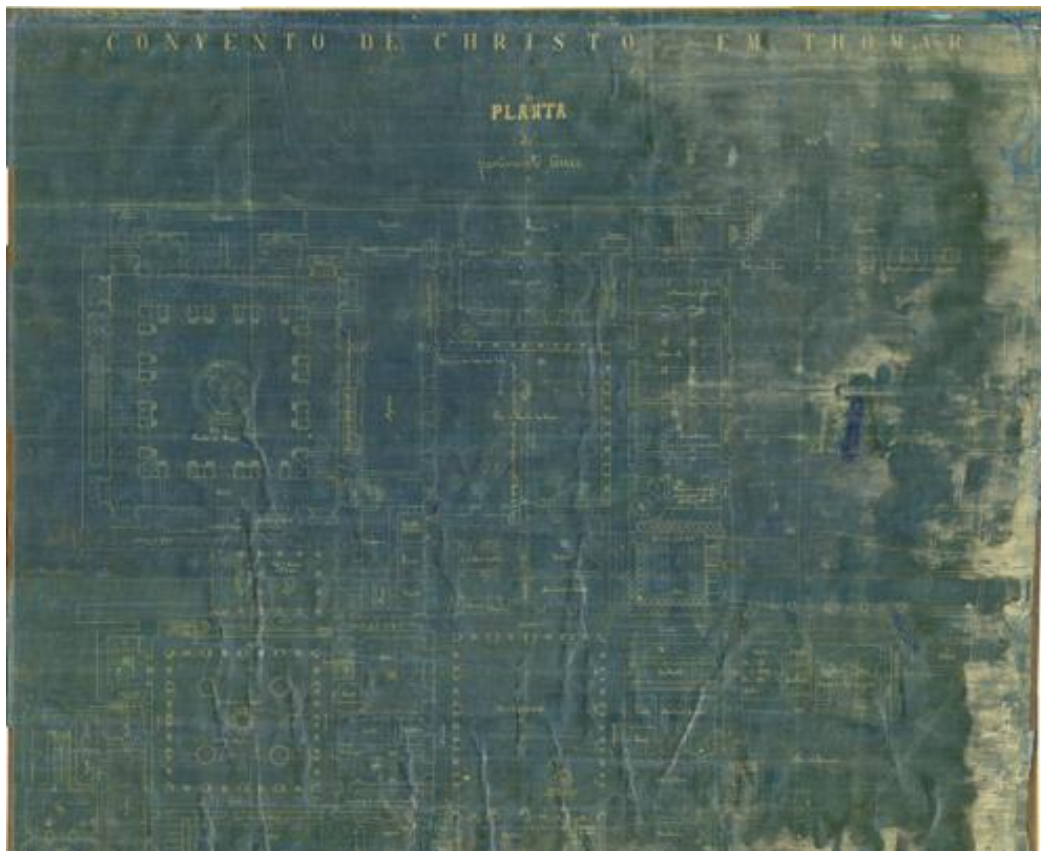
O conjunto destas cinco plantas foi o trabalho apresentado por Possidónio da Silva na Exposição Universal de Viena de Áustria, em 1873. Os seus desenhos e respectivo estudo foram depois editados em *Notice Historique et Artistique des Principaux Édifices Religieux du Portugal avec la description des Plans de leurs églises et du Projet d'un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne*, par le Chevalier J. P. N. da Silva, Lisbonne, Exposition Universelle de Vienne, Imprimerie Nationale, 1873 e ainda publicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Tomo III, 3.^a série, n.º VI, Estampa 38, 1881. Como se observa, Possidónio da Silva continuava, em 1878, a divulgar o seu trabalho, agora no Congresso Internacional dos Architectos, Paris, 1878.



Des. 15 A – *Convento de / Cristo / em / Thomar / Planta / do / 3.º pavimento*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 182 x 84,4, Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-03. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 327, Vol. II, p.18.



Des. 15 B – *Convento de Christo / em / Thomar / Planta / do / 2.º Pavimento*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 150 x 73,1, Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-02, Vol. I, tomo 1, p. 268 e 327, Vol. II, p.18.



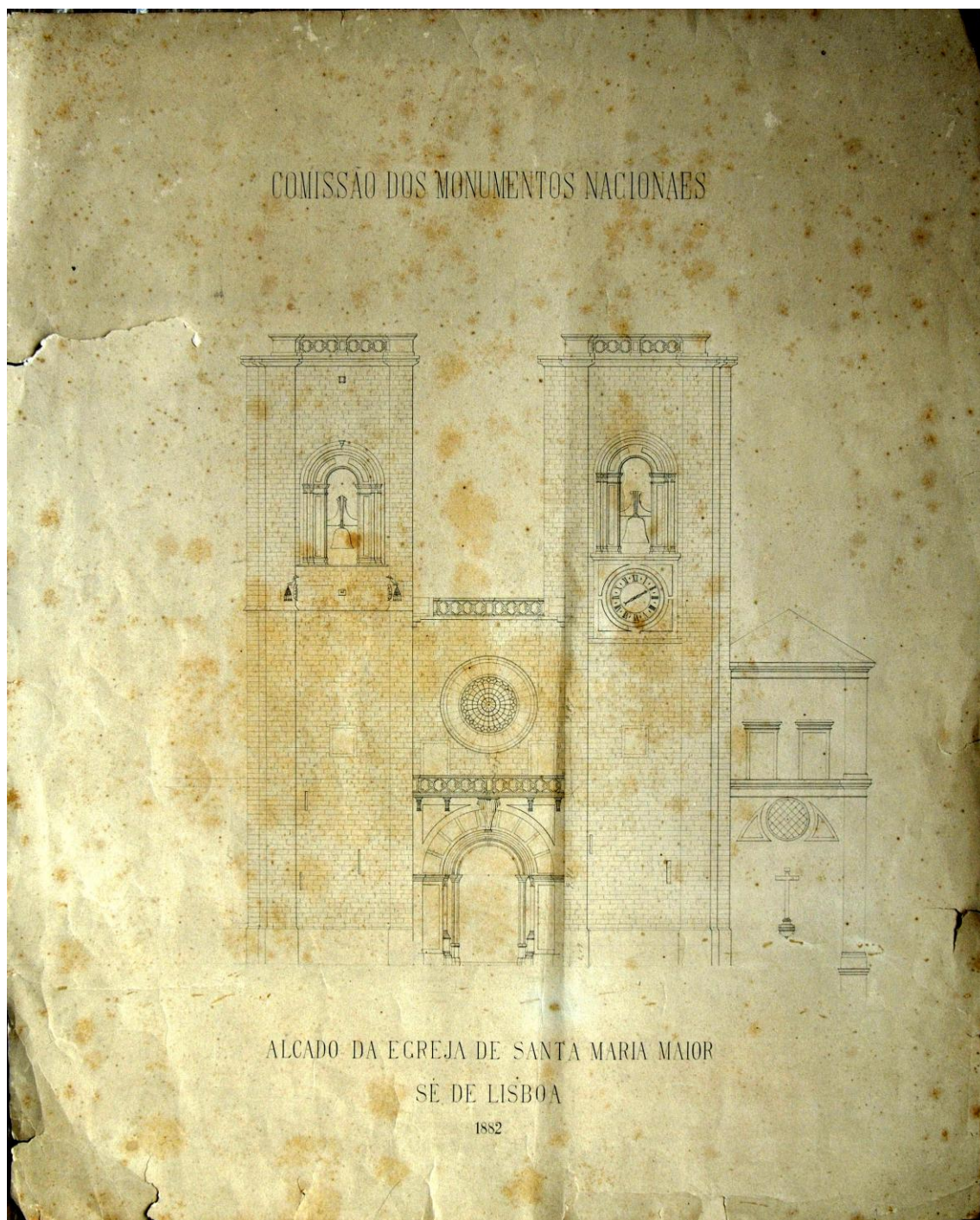
Des. 15 C – *Convento de Cristo em Thomar / Planta / do / pavimento térreo*. Manuel Thomaz de Sousa Pontes, Architecto, Levantamento de Carlos Augusto Lopes, 1890. Papel ozalid azul colado sobre tecido, 114,3 x 90,4. Centro de Documentação do Convento de Cristo, N.º de inv. 03-PL-01, Vol. I, tomo 1, p. 268 e 327, tomo 2, p. 1272, Vol. II, p.18.

O levantamento do Convento de Cristo que actualmente se conhece é um conjunto de três cópias datadas de 1890. O levantamento devia ter ocorrido entre 1866 e 1875, ainda o seu responsável, Manuel Tomás de Sousa Pontes³, era condutor de obras públicas na Direcção de Obras Públicas do Distrito de Santarém, onde já trabalhava em 1857. Muito provavelmente os desenhos foram dirigidos por Possidónio da Silva, naquele tempo com actividade no Convento de Cristo desde 1866⁴. Mais tarde, em data que se desconhece, Sousa Pontes foi nomeado arquitecto. É como arquitecto que o seu nome aparece nas cópias feitas por Carlos Augusto Lopes († 1907)⁵, em 1890. Deste levantamento fizeram-se outras cópias actualmente existentes na ANBA (Gav. 6, Rolo 15, n.º 1,2 e 3, imagens 298 a 300, cx 85-A), no AHMOP (só terceiro pavimento, s.d., n.º, nem escala, cota R 52D) e na DGEMN (4 desenhos – duplicado do 2.º Piso –, com registo de cópia de 1921, Cota – DES 006095). Os melhores exemplares e os mais bem conservados pertencem ao Convento de Cristo, Serviço Dependente do IGESPAR.

³ Desconhece-se a biografia deste arquitecto, data de nascimento e morte. Estaria vivo ainda em 1890. No AHMOP só existe um documento datado de 1857. Cf. PONTES, Manoel Thomaz de Sousa – AHMOP – Processos Individuais.

⁴ Até 1860, nenhum desenho tinha sido executado sobre o Convento de Cristo, conforme Relação dos Desenhos, publicada por CHAGAS, Trindade, *ob. cit.*, p. 222. Sabe-se, no entanto, por informação do próprio Possidónio da Silva, que ele teria procedido às medições e planta do Convento de Cristo, em 1866.

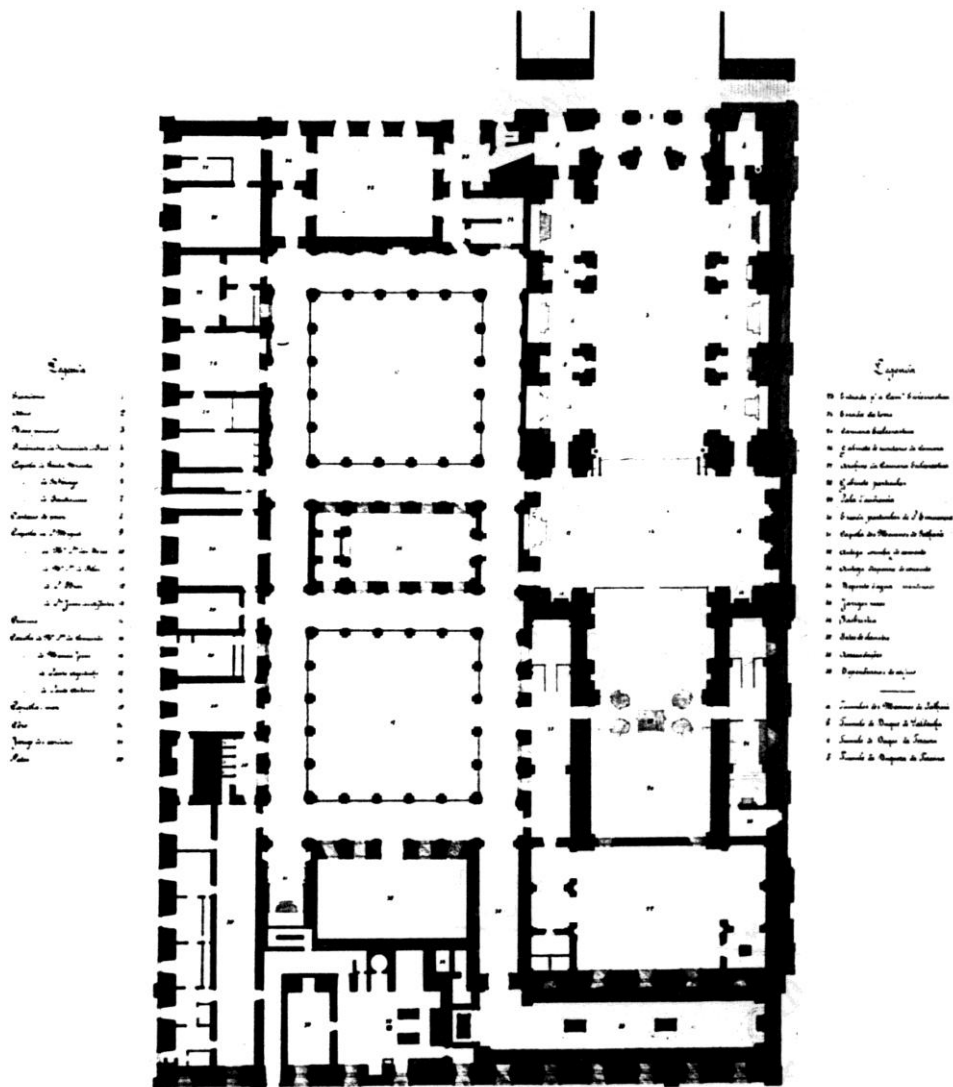
⁵ Sobre este desenhador do MOP, ver LOPES, Carlos Augusto – AHMOP – Processos Individuais.



Des. 16 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Alçado da Igreja de Santa Maria Maior / Sé de Lisboa / 1882, s/esc., s/ass* [Francisco Correia Leote Júnior]. Original, Cartolina: 56,3 x 69,7. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 12, n.º 492. Mau estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.14.

Desenho pertencente à colecção do levantamento da Sé, do qual se conhece uma cópia da planta à escala 1:500 (com muito maior pormenor do que a levantada em 1873 e com correcta orientação do claustro). Possidónio refere que também fora feito o alçado, um corte longitudinal e a cópia dos epitáfios do interior. Este alçado encontrava-se incompleto, tendo sido executado por Francisco Correia Leote Júnior, conforme informação do próprio Possidónio.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAES



PLANTA DA EGREJA DE S. VICENTE DE FÓRA

João Lino de Carvalho
1882

Des. 17 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Planta da Igreja de S. Vicente de Fora / 1882. S/esc. Levantada e desenhada por João Lino de Carvalho / conductor auxiliar, chefe dos trabalhos / Setembro de 1882. Original, Papel: 61,5 x 87,5. ANBA – Gaveta 2, Rolo n.º 19, n.º 563 (Foto 276). Perderam-se o original e o negativo. A imagem foi obtida a partir do positivo fotográfico. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.*



Des. 18 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Corte Longitudinal da Igreja de S. Vicente de Fora / 1884 / Lisboa*. Esc.: 1:100. O Presidente da Comissão / o Architecto Joaquim Possidónio Narcizo da Silva. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivan, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina: 129,2 x 87,5. ANBA – Gaveta 2, Rolo 19 A, n.º 569 (Foto 274). Perdeu-se o original. Só existem o negativo e o positivo fotográficos. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.



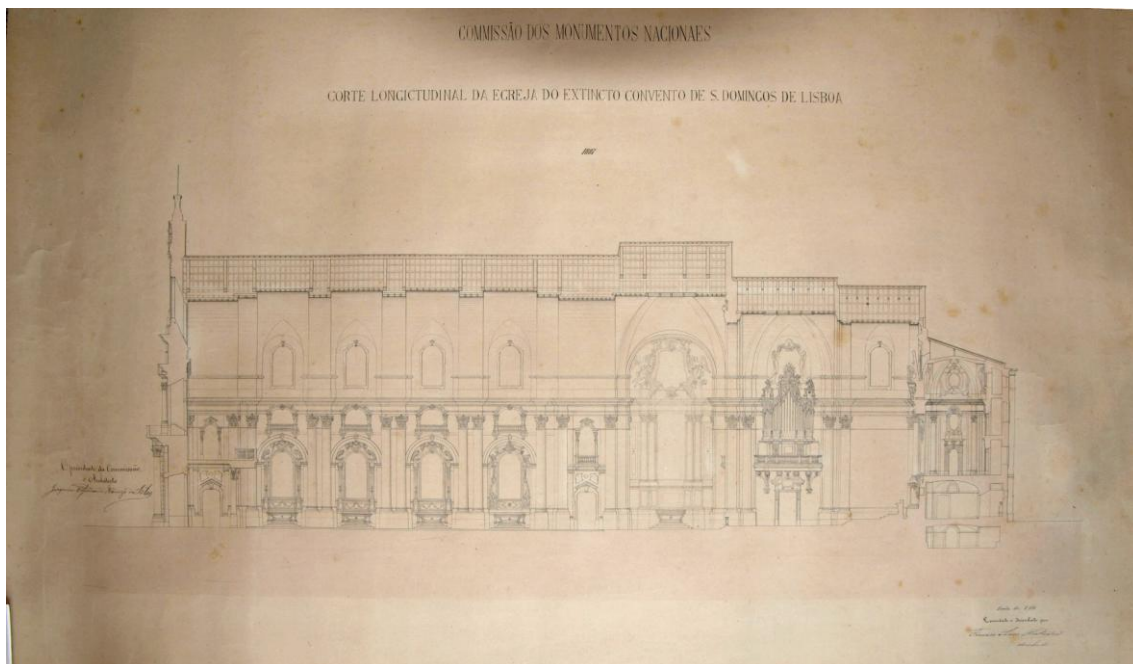
Des. 19 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Corte Transversal da Igreja de S. Vicente de Fora / 1883 / Lisboa*. Esc.: 1:100. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivan, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina: 130,8 x 87,7. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 19 -Rolo 19 A, n.º 569 (Foto 273). Perdeu-se o original. Só existem o negativo e o positivo fotográficos. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.12.

Os desenhos 17, 18 e 19 fazem parte do levantamento da Igreja e Convento de S. Vicente de Fora. Dele fazem parte os dois desenhos conhecidos dos subterrâneos⁶ (sem designação), a Casa dos Reis em S. Vicente⁷, a planta e o alçado com a tribuna da igreja⁸ (os dois últimos com a designação a lápis S. Vicente, ambos incompletos) e outro desenho incompleto e indecifrável do espólio da ANBA. Para completar o levantamento realizado faltam: Alçado da frente da igreja, 1882; Corte longitudinal da Sacristia; Baldaquino; Parte ornamental: esculturas da ornamentação da fachada e estátuas do baldaquino. Da colecção inicial subsistem sete imagens, das quais quatro originais, visto que se extraviaram três.

⁶ ANBA – Gav. 2, rolo 19-A, n.º 567 e 568.

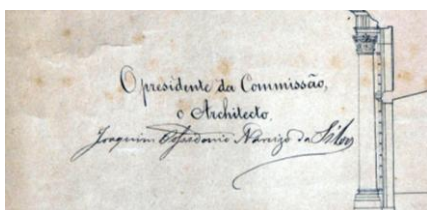
⁷ ANBA – Gav. 2, Pasta 19, n.º 561.

⁸ ANBA – Gav. 2, Pasta 19, n.º 559.



Des. 20 - *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Corte Longitudinal da Igreja do Extincto Convento de S. Domingos de Lisboa / 1887. Esc.: 1:100. O Presidente da Comissão / o Architecto Joaquim Possidónio Narcizo da Silva. Levantado e desenhado por Francisco Soares O'Sullivand, desenhador. O Conductor auxiliar, chefe dos trabalhos João Lino de Carvalho. Original, Cartolina entretelada: 119,5 x 91,5. ANBA – Gaveta 5, Rolo 64 A, n.º 1172-B. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268, Vol. II, p.13.*

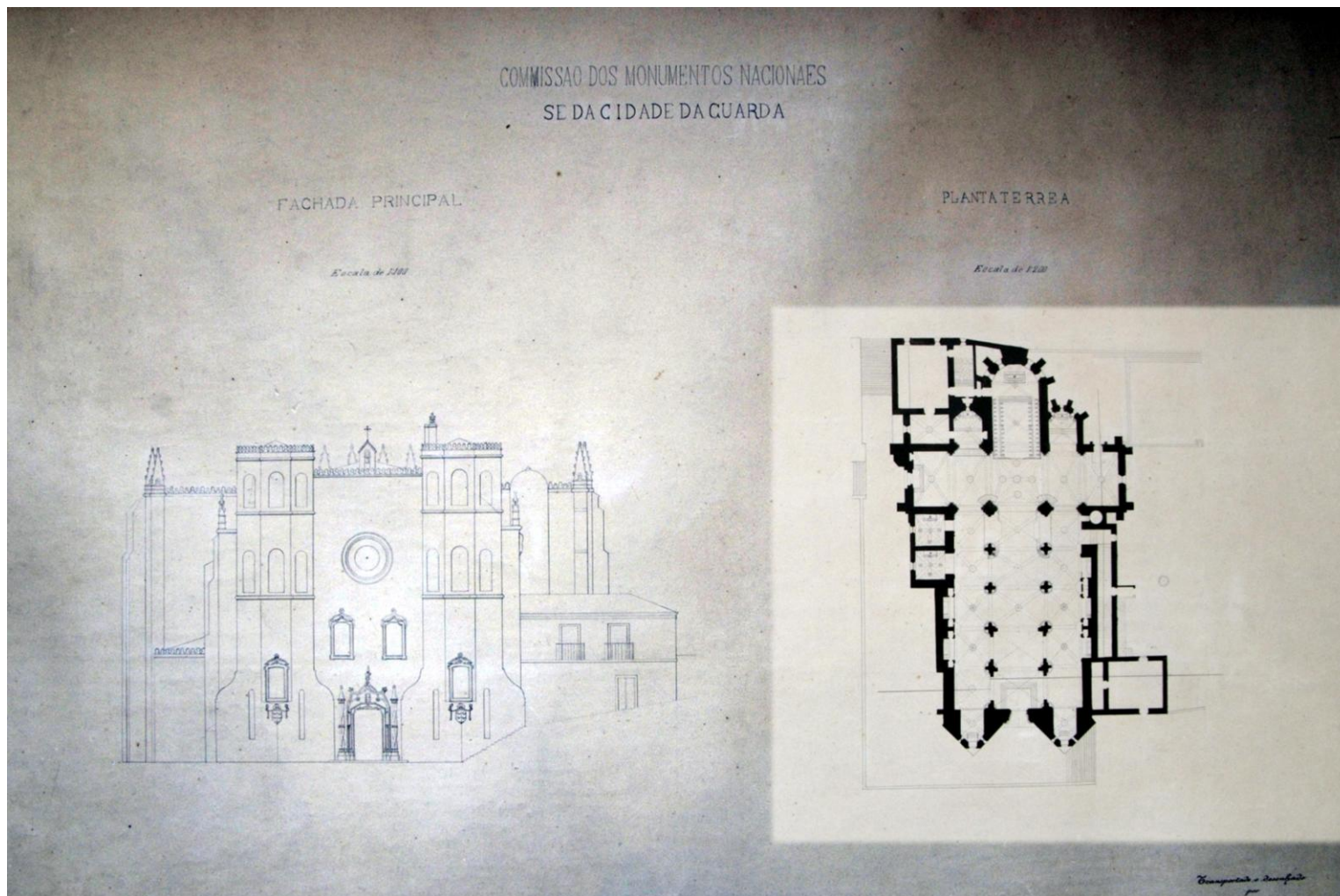
Este desenho demonstra a actividade de Possidónio ao serviço da Comissão em 1887, depois da entrega do Relatório da CMN de 1884. Note-se que para haver um corte teria que haver uma planta, de que se desconhece o paradeiro.



Des. 20 A – *Idem, ibidem. Pormenor da assinatura de Possidónio da Silva.*

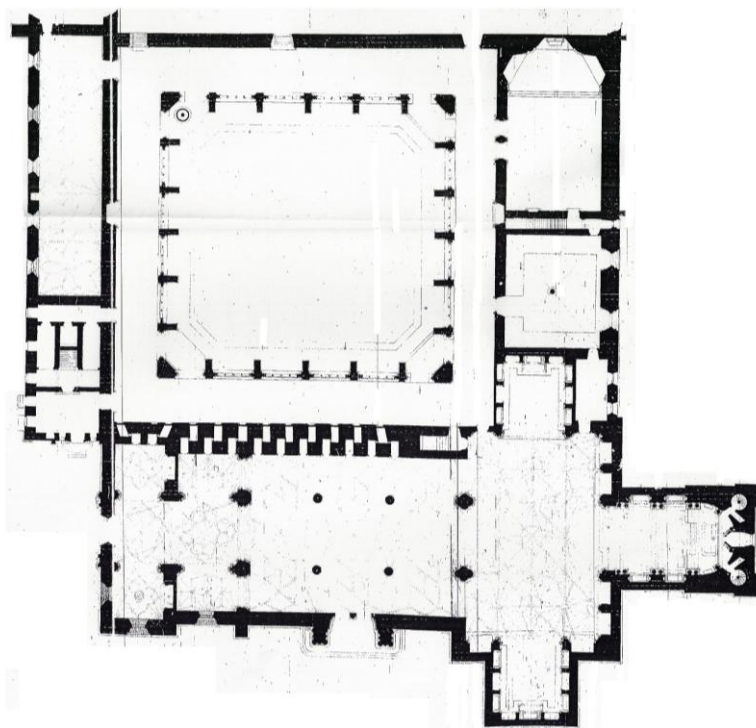


Des. 20 B – *Idem, ibidem. Pormenor da assinatura de Francisco Soares O'Sullivand.*



Des. 21 – *Comissão dos Monumentos Nacionaes / Sé da Cidade da Guarda / Planta Têrrea. Fachada Principal. Escala 1: 200 e Escala 1:100.*
Transportado e desenhado por Theodoro Brandão, Desenhador de 2.^a Classe. Original. Papel entretelado: 121,5 x 90,5 cm ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, p. 264. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 545, Vol. II, p.9.

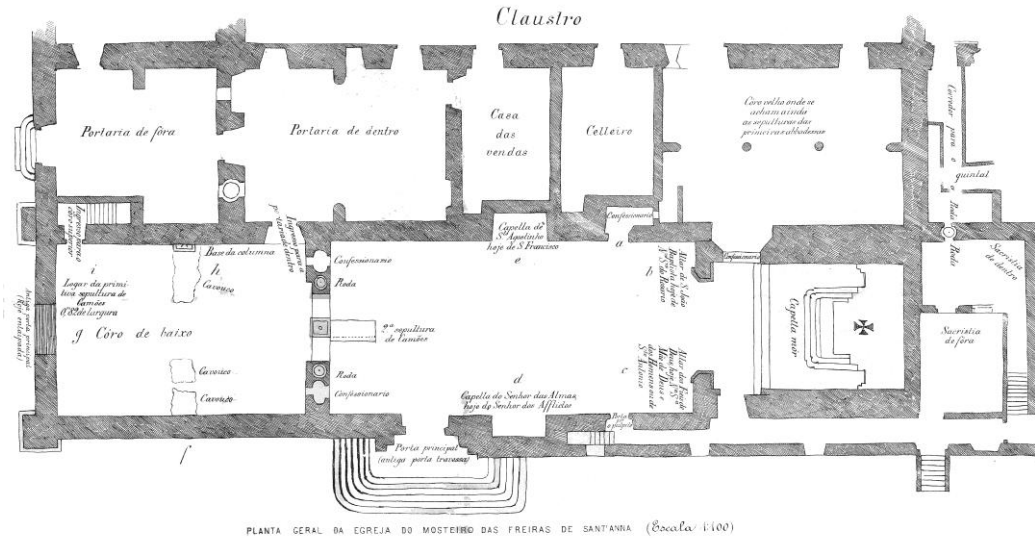
MONUMENTOS NACIONAES
EGREJA DOS JERONYMOS DE BELEM
PLANTA



Des. 22 – *Monumentos Nacionaes / Igreja dos Jeronymos de Belém / Planta*. S/esc, s/assinatura [Joaquim Possidonio da Silva. Levantada e Desenhada, Francisco Soares O'Sullivand⁹]. Original, papel entretelado 1159 x 1095 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – Desenhos: R 71²²D. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 268 e 478, Vol. II, p.12 e 727.

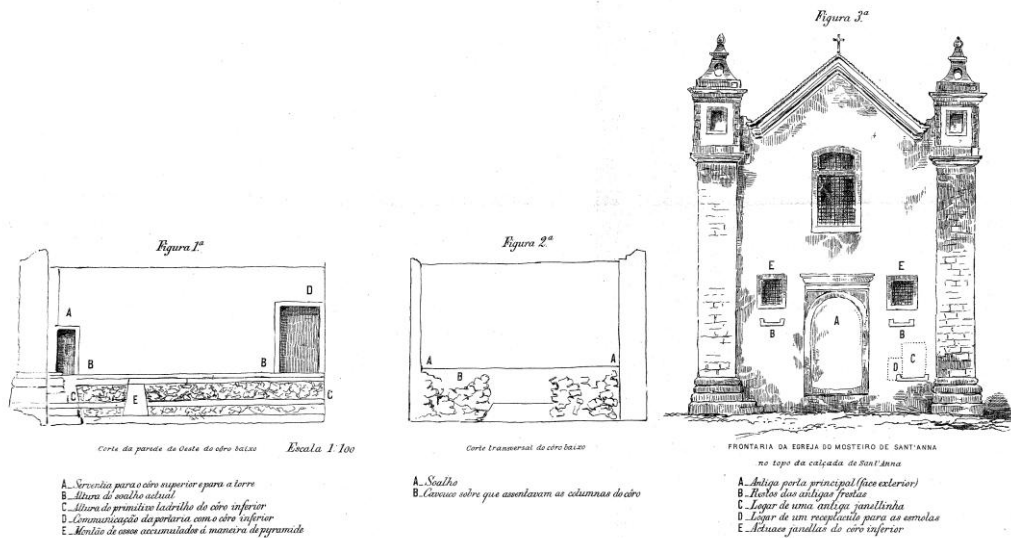
Os trabalhos de execução de novas medições, planta, alçados, cortes e detalhes do Mosteiro dos Jerónimos, datam de 1888-1891, altura em que a CMN desenvolveu actividades no monumento de Belém. A intervenção, pouco conhecida de Possidónio e da sua equipa na CMN, não se encontra ainda explicada, até porque ocorre depois dos restauros do claustro, executados sob a direcção do engenheiro Manuel Raymundo Valladas (entre 1883 e 1886). Do trabalho da CMN conhecem-se quatro desenhos. A planta que apresentamos, dois desenhos com o corte longitudinal e detalhes dos pilares do cruzeiro e da nave, janelas do interior da igreja e do pilar da sacristia. O quarto desenho, sem assinatura, revelando estar incompleto, mostra o corte transversal, que permite ver um alçado do claustro e a vista para a capela-mor a partir da nave [ver **Cartografia. Des.37,38 e 39**].

⁹ Por semelhança com os outros dois desenhos referenciados e publicados por CHAGAS, Trindade, *Possidónio da Silva*, pp. 383-384.



PLANTA GERAL DA EGREJA DO MOSTEIRO DAS FREIRAS DE SANT'ANNA (Escala 1:100)

Des. 23 – *Planta Geral da Igreja do Mosteiro das Freiras de Sant'Anna*. Esc. 1:100, Gravura publicada na obra *A Verdade acerca dos Ossos de Luiz de Camões*, pelo Padre Sebastião de Almeida Viegas, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1893, Estampa 1ª. Vol. I, tomo 1, p. 296.



Corte da parede de Oeste do coro baixo Escala 1:100

Corte transversal do coro baixo

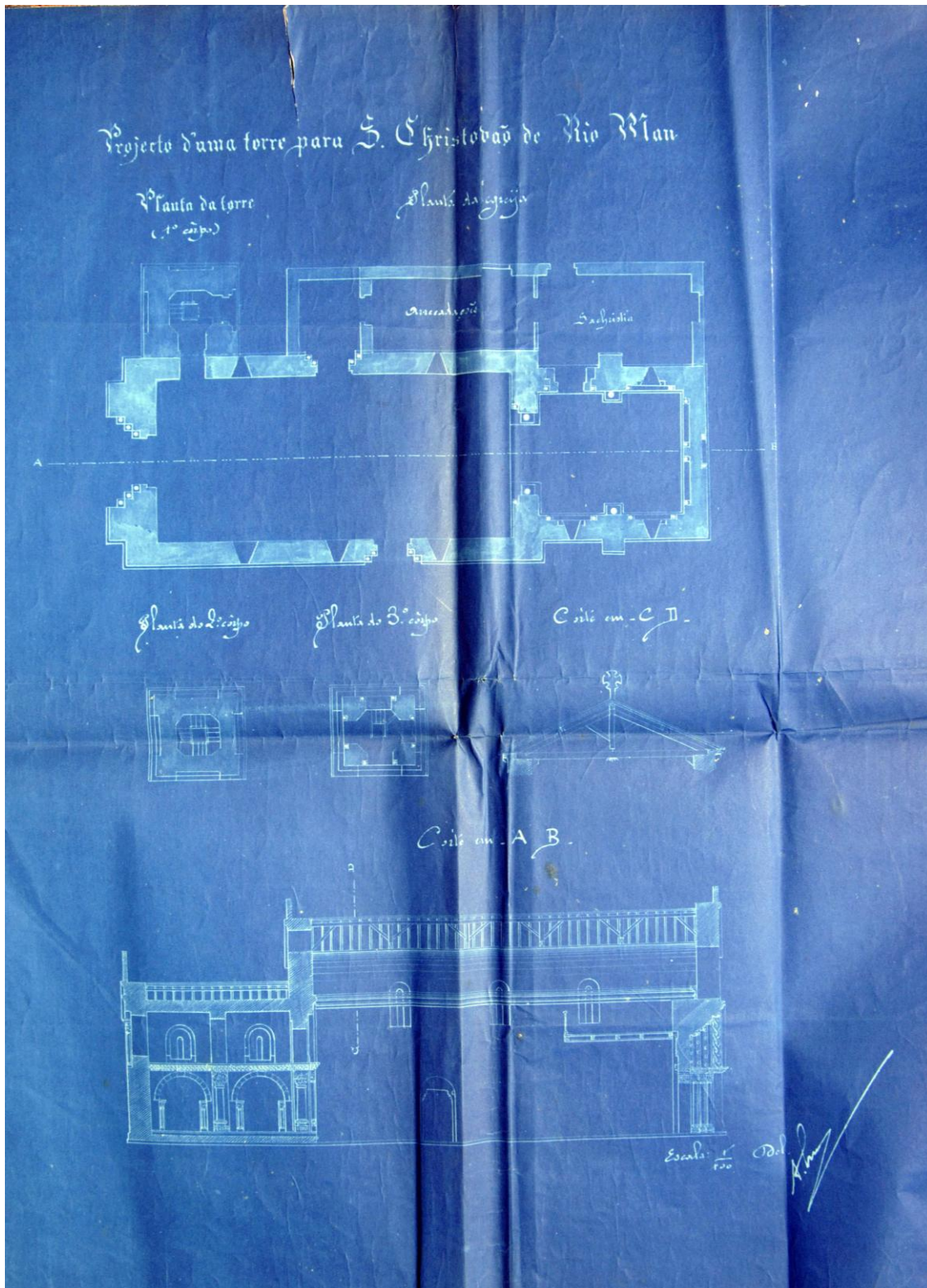
FRONTARIA DA EGREJA DO MOSTEIRO DE SANT'ANNA no topo da calçada de Sant'Anna

- A. Servizão para o coro superior e para a torre
- B. Altura do soalho actual
- C. Altura do primitivo soalho do coro inferior
- D. Comunicação da portaria com o coro inferior
- E. Montão de esbo acumulados e manara de pyramide

- A. Soalho
- B. Cavacos sobre que assentavam as columnas do coro

- A. Antiga porta principal (face exterior)
- B. Portos dos antigos frestos
- C. Lugar de uma antiga janellinha
- D. Lugar de um receptáculo para as esvoas
- E. Atuais janellas do coro inferior

Des. 24 – *Frontaria da Igreja do Mosteiro de Sant'Anna no topo da calçada de Sant'Anna e cortes da parede de Oeste do coro baixo e transversal do coro baixo*. Ibidem, Estampa 4ª. Vol. I, tomo 1, p. 296.

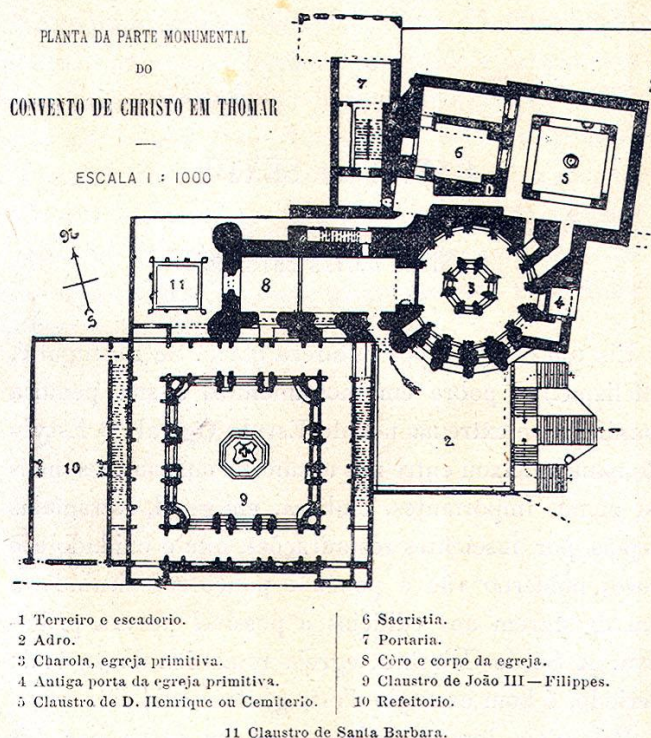


Des. 25 – Projecto de uma Torre para S. Christovão de Rio Mau, Plantas e Corte. Esc: 1:50
Des. A (?), ANBA – Livro 244, Vol. I, tomo 1, p. 326.



Des. 25A – *Projecto de uma Torre para S. Christovão de Rio Mau*, Alçado principal. Esc: 1:50
Des. A (?), ANBA – Livro 244, Vol. I, tomo 1, p. 326.

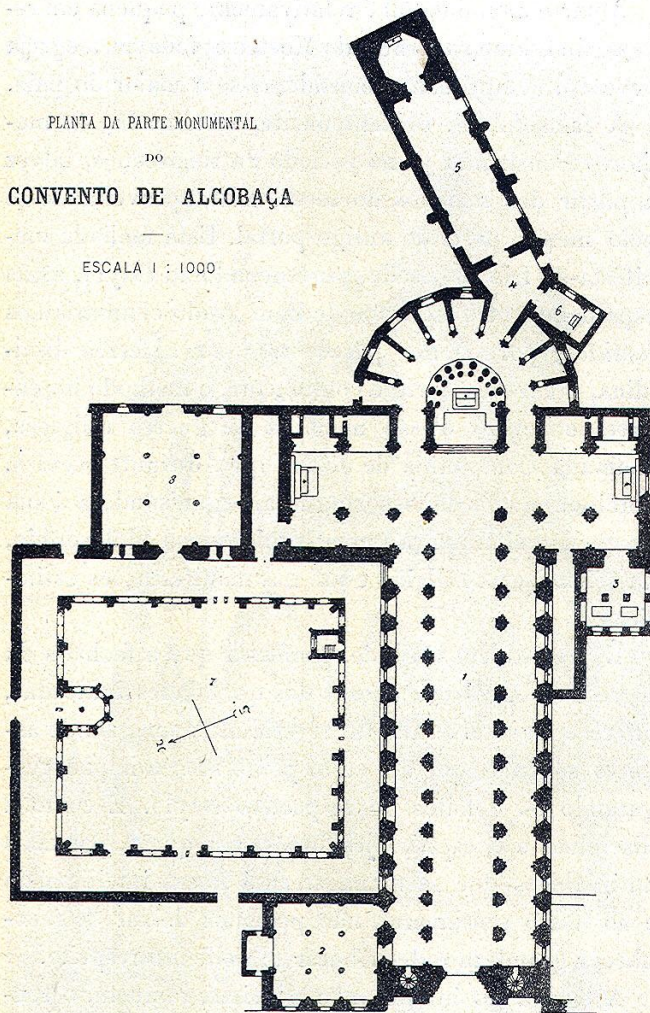
paiz, a extrema e curiosa diversidade de estylos, que elle manifesta, aconselha-nos mais detida descripção, embora exceda em parte os quadros d'este livro.



Na anterior planta estão descriptos os elementos do grande edificio, que nós supponmos deverem ser considerados verdadeiramente monumentaes; o que não quer dizer que n'outros pontos, já na parte pertencente ao Estado, já n'aquella que infelizmente foi vendida, não existam trechos de verdadeiro valor artistico e historico, dignos de cuidadosa defeza e conservação.

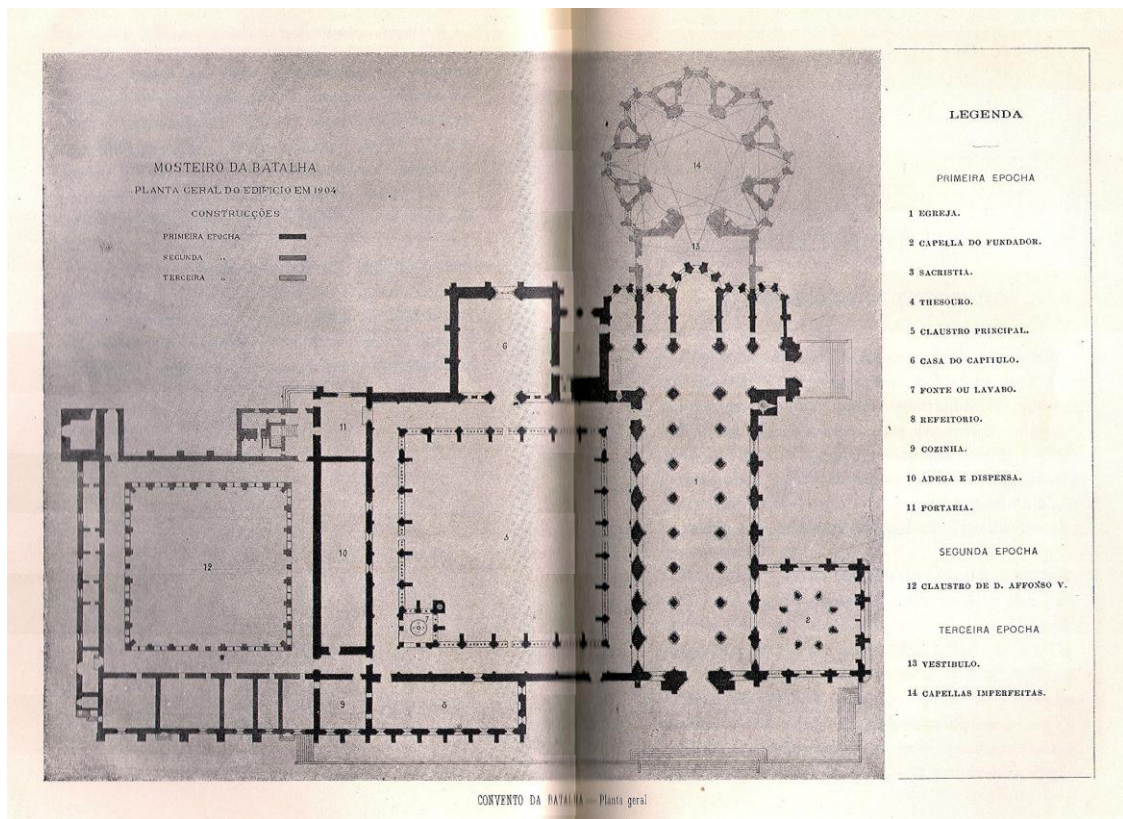
PLANTA DA PARTE MONUMENTAL
DO
CONVENTO DE ALCobaÇA

ESCALA 1 : 1000



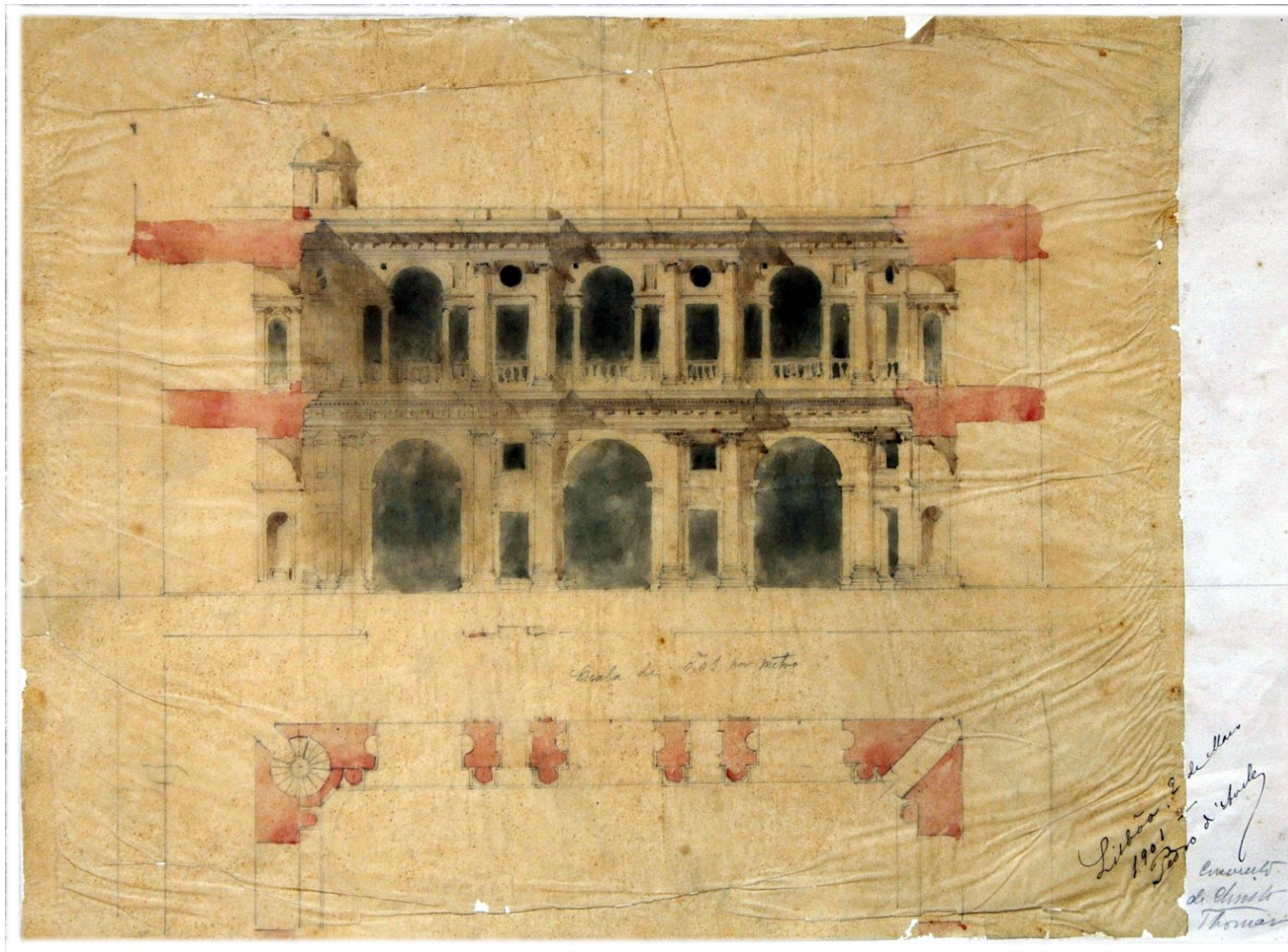
- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1 Igreja. | 5 Sacristia. |
| 2 Sala dos Reis. | 6 Capella do Santissimo. |
| 3 Sala dos tumulos. | 7 Claustro de D. Diniz. |
| 4 Vestibulo. | 8 Sala do Capitulo. |

Des. 27 – *Planta da Parte Monumental do Mosteiro de Alcobaça*, Esc.: 1:1000, Idem, *ibidem*, p. 211. Vol. I, tomo 1, p. 329.

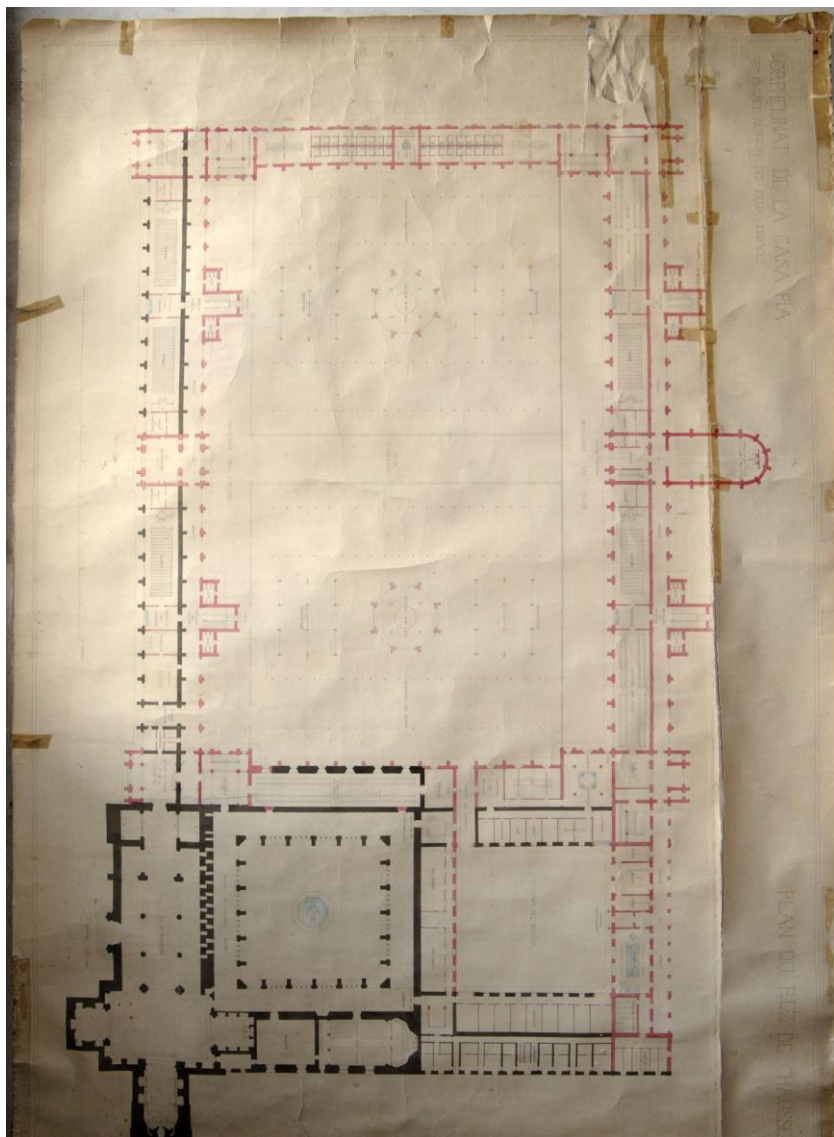


Des. 28 – *Mosteiro da Batalha. Planta Geral do Edifício em 1904 (Parte Monumental Visitável)*, s/Esc. Idem, *ibidem*. Vol. I, tomo 1, p. 329.

Em 1904, altura em que A. Fuschini publica a sua obra, o Refeitório dos Freires do Convento de Cristo e a casa do Capítulo de Alcobaça, encontravam-se já integrados na denominada área monumental e visitável embora só uns anos depois tivessem sido realmente resgatados.

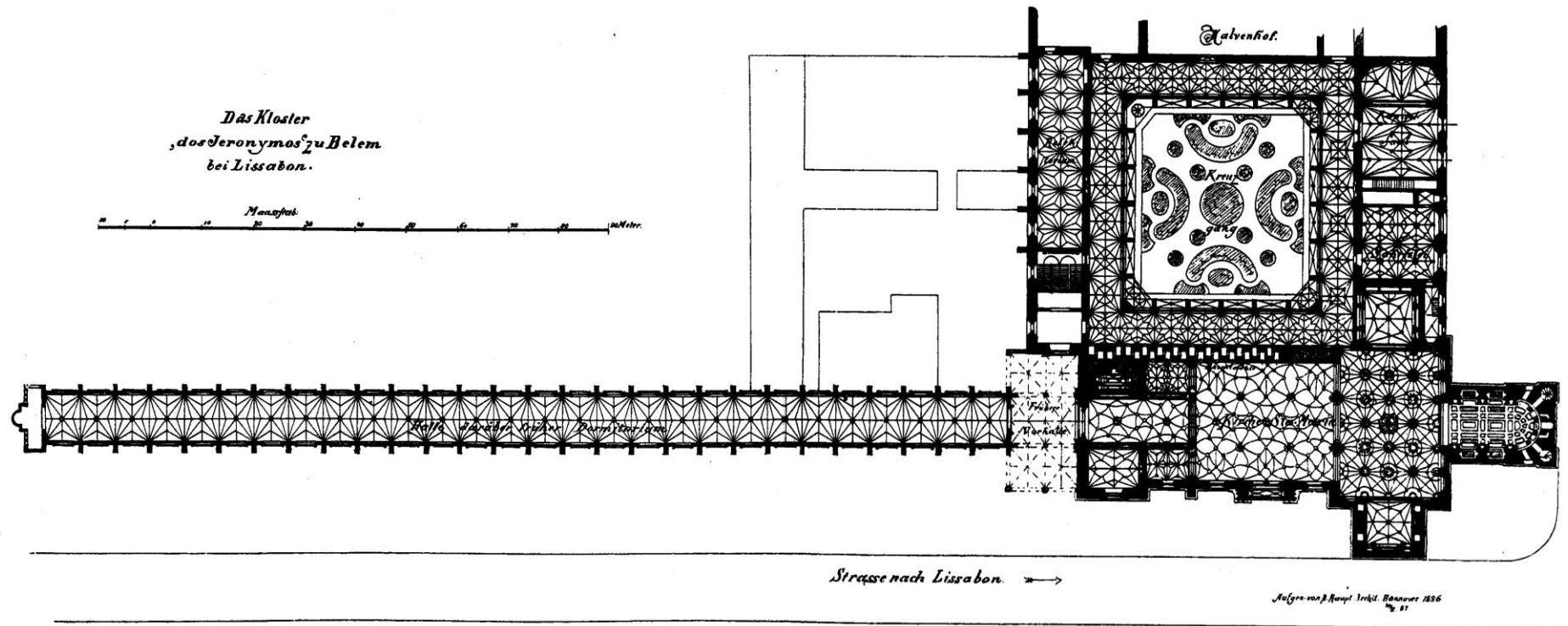


Des. 29 – Convento de Cristo. Planta e Corte parcelares do Claustro Principal. Pedro D'Avila, Lisboa, 2 de Maio de 1901. Papel vegetal aguarelado. ANBA – Gav. 5 – Pasta 60 – n.º 916. Reprodução fotográfica de Pedro Aboim. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 383 e 542, tomo 2, p. 1320, Vol. II, p. 393.

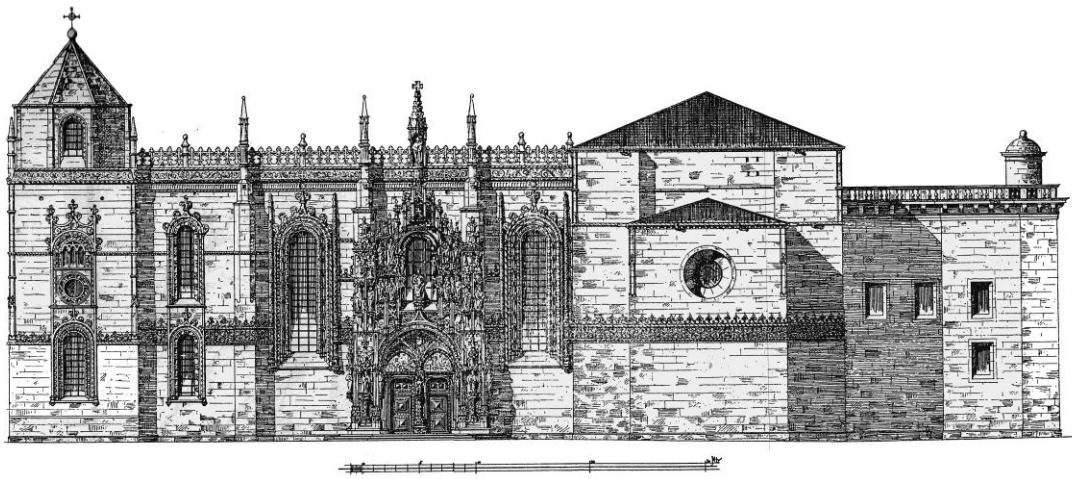


Des. 30 – *Orphelinat de la Casa Pia. 3.ème Project. Réunion des Deux Edifices. Plan des Rez-de-Chaussée* 2. Echèle: 1 : 100. J. Colson, Aout, 1862. Original. Cartolina: 1570 x 1080 mm. ANBA – Gav. 5, rolo 58, n.º 889. Mau estado de conservação, com um grande rasgão ao comprimento de quase todo o desenho. Vol. I, tomo 1, p. 466.

Embora fosse amiudadas vezes referido e publicado a partir de fotografia, apresenta-se o desenho original da planta do 3.º Projecto de Jean Colson, datado de Agosto de 1862, para a Casa Pia de Lisboa. Este desenho tem a particularidade de mostrar com clareza as intenções da provedoria e as soluções apresentadas pelo arquitecto francês. As propostas são apresentadas a cor vermelha, enquanto que o existente figura a preto. A intenção manifestada é agora reunir numa construção completamente nova, adocada à igreja e ao antigo dormitório dos freires, o orfanato masculino e o feminino (nos projectos anteriores com localizações diferentes), à volta de um enorme pátio interior, em forma de rectângulo regular, subdividido, por sua vez, em duas quadras, separadas por uma ala central de ligação entre o corpo central e uma nova capela localizada na ala Norte, destinada ao orfanato das raparigas. A planta revela o programa da provedoria, pois ficaram registadas todas as propostas para os espaços interiores das novas e velhas construções (dormitórios, biblioteca, ginásios, pavilhão de jogos, etc.). A dimensão das construções casapianas projectadas mostra o carácter monumental da proposta, que desta forma tendia a revelar-se num registo que, de certa forma, eclipsava o monumento de Belém. A ideia de completamento idealizado da casa conventual – agora destinado a uma instituição de assistência e de regeneração pelo trabalho – necessariamente teria de recorrer à modelação manuelina das fachadas para garantir a conformidade com o edifício autêntico que lhe servia de matriz.



Des. 31 – *Planta do Mosteiro dos Jerónimos [Das Klöster dos Jeronymos 'zu Belém bei Lissabon]*. Escala Gráfica 1:1000. Desenho de A. Haupt, arquitecto Hannover, 1886. In *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel's des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht HAUPT, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, entre pp. 78-79). Vol. I, tomo 1, p. 466.



Des. 32 – Alçado sul da igreja de Santa Maria de Belém. Sem indicação de autor. Ibidem, entre pp. 86-87 da edição portuguesa. Vol. I, tomo 1, pp. 466.

Os trabalhos de levantamento de A. Haupt (1886), no Mosteiro dos Jerónimos, ocorreram num estágio bastante avançado das obras de “restauro” na igreja e no claustro e de reconstrução/transformação do antigo dormitório dos Jerónimos. Por essa razão, tanto a planta, como o alçado norte (e ainda o corte do claustro, entre pp. 80-81) mostram desenhos que, ou não correspondem aos originais que A. Haupt observou na data em que refere ter procedido aos levantamentos, ou incorporam as intervenções (que porventura considerava positivas). Segundo a nossa hipótese, o arquitecto de Hannover pretendeu, proceder a *levantamentos gráficos de restituição e de reintegração*, procurando através do desenho devolver a autenticidade perdida, com as intervenções da época. Neste sentido ter-se-ia servido de levantamentos antigos, como por exemplo, o levantamento de Rafael de Castro de 1860 e de desenhos da equipa de Possidónio da Silva (a laborar na igreja e claustro por volta dessa época), na medida em que o arquitecto português também exclui a “torre de Cinatti”, aquando da execução do corte longitudinal da igreja dos Jerónimos. Haupt, no entanto, integra no seu desenho do alçado sul da igreja, o restauro da platibanda e dos pináculos dos contrafortes, resultados da intervenção de Guisepe Cinnati (década de 70 do século XIX).



Des. 33 A – Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 4. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/[18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 907. Vol. I, tomo 1, pp. 474.

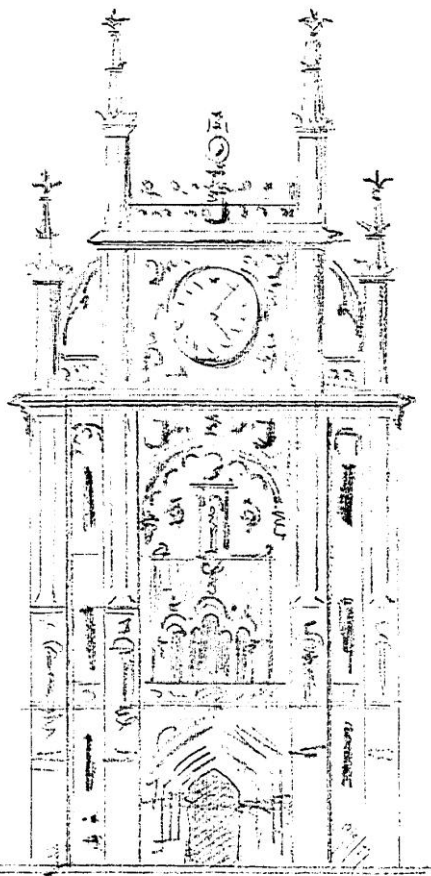


Des. 33 B – Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 5. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/[18]79. ANBA. Gav. 5, pasta 60, n.º 909. Vol. I, tomo 1, pp. 474.

Estes dois desenhos fazem parte da série de doze soluções para o fecho do corpo central do edifício, depois da derrocada da construção mandada executar a partir do projecto de José Cinatti. Estes dois desenhos são conhecidos, mas encontram-se mal atribuídos nas obras sobre os Jerónimos. O n.º 4 aparece na obra de Clara Moura Soares como sendo o n.º 6, repetindo o erro de atribuição de Regina Anacleto. O desenho numerado com o n.º 5, aparece sem número, nas duas autoras.

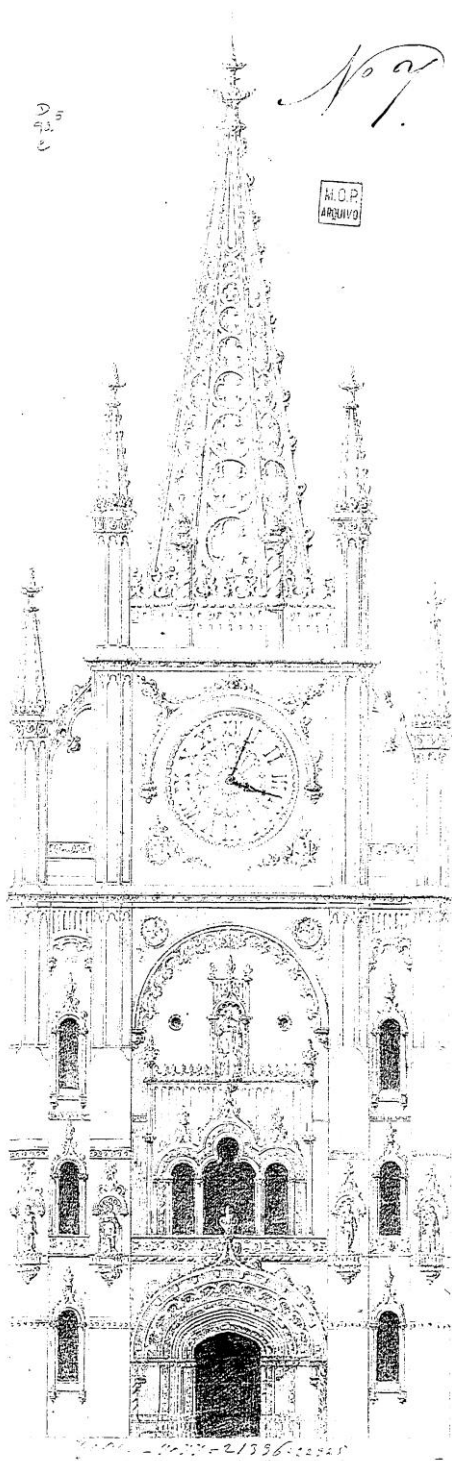
03
03

N.º 6



17027
2/356

Des. 34 A – Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 6. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁴-C. Inédito. Vol. I, tomo 1, pp. 474.



Des. 34 B – *Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 7. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/[18]79. AHMOP D-92⁵-C. Inédito. Vol. I, tomo 1, pp. 474.*

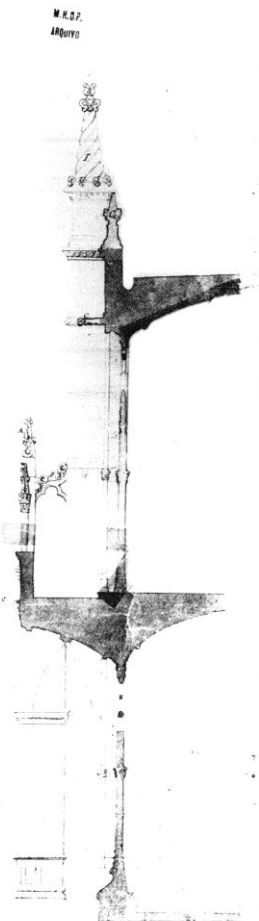
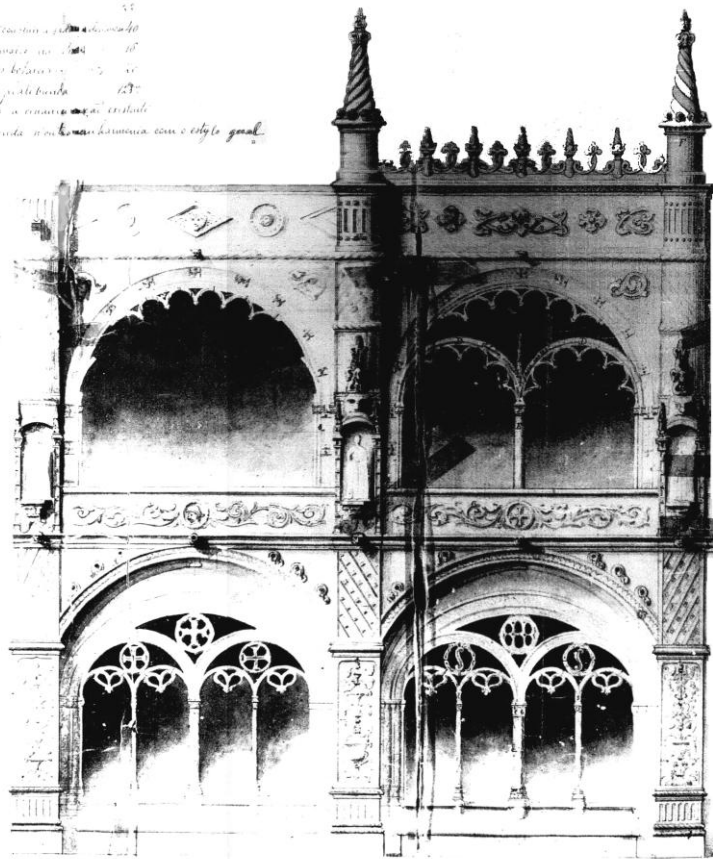
Estes dois desenhos, do mesmo arquitecto, mantiveram-se inexplicavelmente inéditos. O n.º 7 não deve confundir-se com o n.º 7A, pois existem diferenças assinaláveis.



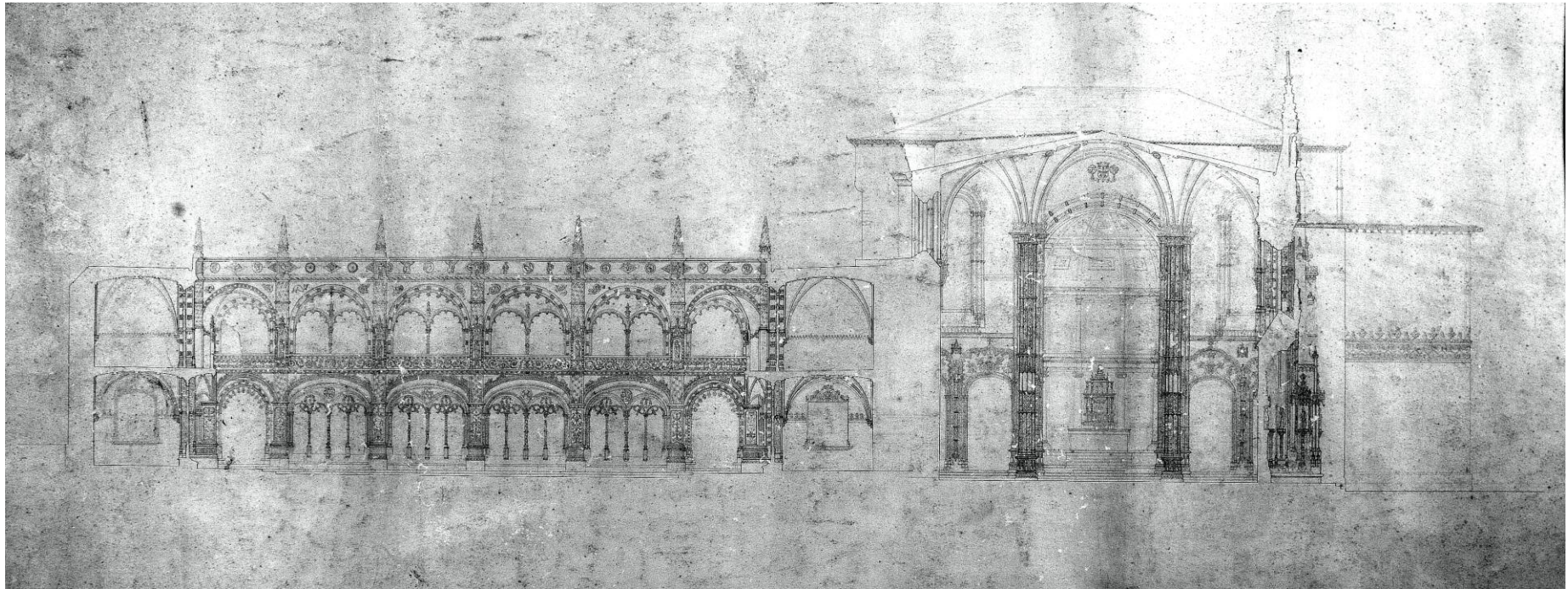
Des. 35 – Projecto para o corpo central da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos. Desenho n.º 11. Esc.: 1:200. Rafael da Silva Castro, 13/9/ [18]79. ANBA Gav. 5, pasta 60, n.º 908. Vol. I, tomo 1, pp. 474.

Tanto para Regina Anacleto como para Clara Moura Sobral este desenho foi apresentado como aquele que serviu de modelo ao concurso de 1895, ainda que na última autora estivesse em dúvida. Na realidade trata-se da solução n.º 11, datada também de 1879, risco do mesmo architecto, como se pode comprovar por via da referência ao número no documento. Confirmou-se igualmente que o desenho de Rafael da Silva e Castro. Projecto a que se refere o officio n.º 693 A / da Direcção Especial de Edifícios e Pharoas de 21 de Maio de 1895. Escala 0,01 por m. – AHMOP – D 92¹⁸C.

- 1. Vista da fachada do templo 20
- 2. Vista lateral 21
- 3. Capela 22
- 4. Planos de fachada e planta do templo 23
- 5. Planta do templo 24
- 6. Planta do templo 25
- 7. Planta do templo 26
- 8. Planta do templo 27
- 9. Planta do templo 28
- 10. Planta do templo 29
- 11. Planta do templo 30
- 12. Planta do templo 31
- 13. Planta do templo 32
- 14. Planta do templo 33
- 15. Planta do templo 34
- 16. Planta do templo 35
- 17. Planta do templo 36
- 18. Planta do templo 37
- 19. Planta do templo 38
- 20. Planta do templo 39
- 21. Planta do templo 40
- 22. Planta do templo 41
- 23. Planta do templo 42
- 24. Planta do templo 43
- 25. Planta do templo 44
- 26. Planta do templo 45
- 27. Planta do templo 46
- 28. Planta do templo 47
- 29. Planta do templo 48
- 30. Planta do templo 49
- 31. Planta do templo 50
- 32. Planta do templo 51
- 33. Planta do templo 52
- 34. Planta do templo 53
- 35. Planta do templo 54
- 36. Planta do templo 55
- 37. Planta do templo 56
- 38. Planta do templo 57
- 39. Planta do templo 58
- 40. Planta do templo 59
- 41. Planta do templo 60
- 42. Planta do templo 61
- 43. Planta do templo 62
- 44. Planta do templo 63
- 45. Planta do templo 64
- 46. Planta do templo 65
- 47. Planta do templo 66
- 48. Planta do templo 67
- 49. Planta do templo 68
- 50. Planta do templo 69
- 51. Planta do templo 70
- 52. Planta do templo 71
- 53. Planta do templo 72
- 54. Planta do templo 73
- 55. Planta do templo 74
- 56. Planta do templo 75
- 57. Planta do templo 76
- 58. Planta do templo 77
- 59. Planta do templo 78
- 60. Planta do templo 79
- 61. Planta do templo 80
- 62. Planta do templo 81
- 63. Planta do templo 82
- 64. Planta do templo 83
- 65. Planta do templo 84
- 66. Planta do templo 85
- 67. Planta do templo 86
- 68. Planta do templo 87
- 69. Planta do templo 88
- 70. Planta do templo 89
- 71. Planta do templo 90
- 72. Planta do templo 91
- 73. Planta do templo 92
- 74. Planta do templo 93
- 75. Planta do templo 94
- 76. Planta do templo 95
- 77. Planta do templo 96
- 78. Planta do templo 97
- 79. Planta do templo 98
- 80. Planta do templo 99
- 81. Planta do templo 100

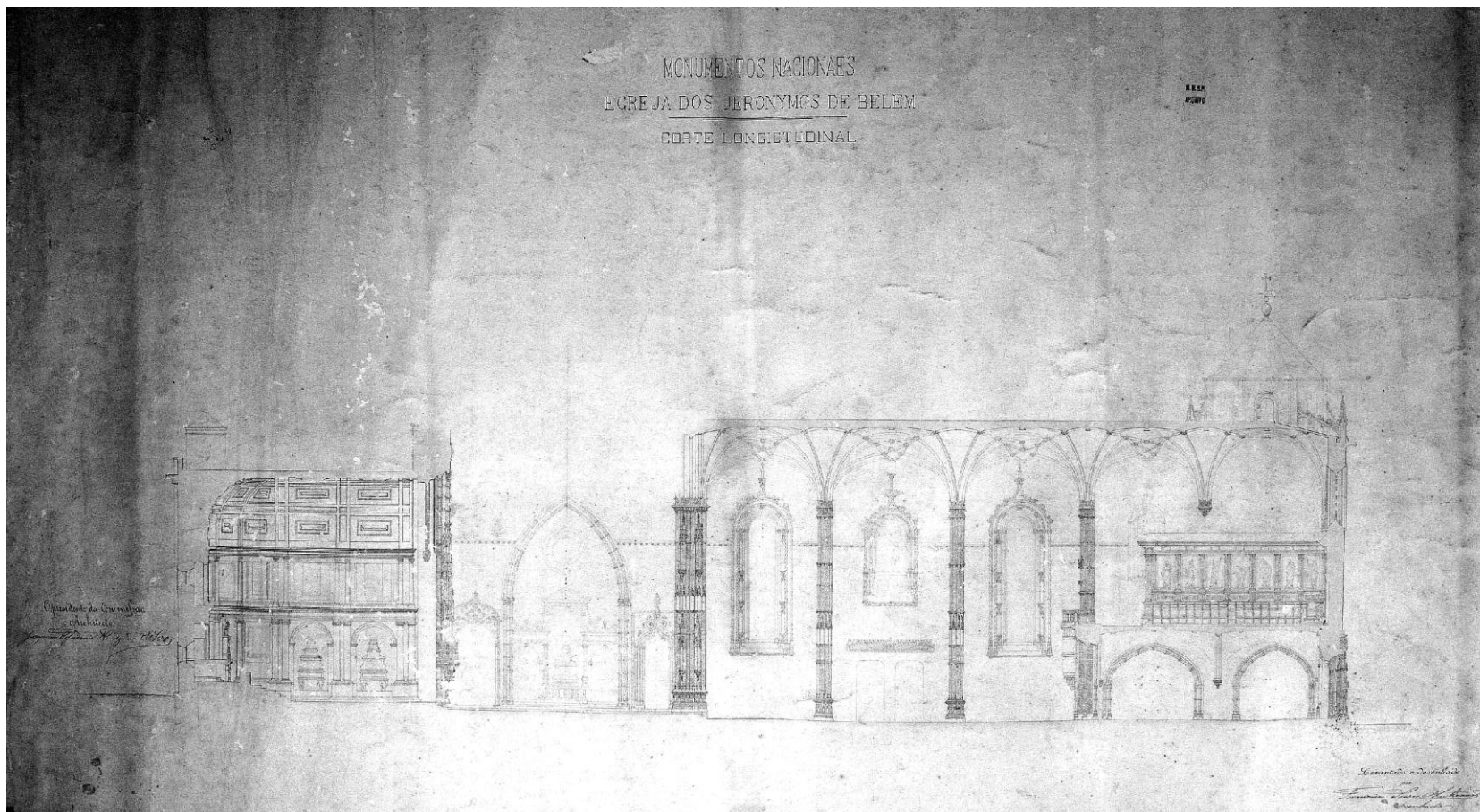


Des. 36 – Projecto para o acabamento da Galeria superior do claustro do convento dos Jeronymos, Escala 1:40, Casa Pia, Maio de 1883. O Engenheiro Director (a) Manuel Raymundo Valladas. Desenhado por Eduardo Augusto Silva. AHMOP – DR – 71⁴D. Vol. I, tomo 1, pp. 476.



Des. 37 – [Corte transversal do Claustro e Igreja dos Jeronymos de Belem]. S/esc. [1:100], S/assinaturas. S/data. Original, papel entretelado. 1330 X 1064 mm. Bom de conservação. AHMOP – Desenhos: R 71¹⁹D. Inédito. Vol. I, tomo 1, pp. 477 e 478, Vol. II, p.12, 710 e 727.

Este desenho incompleto é inédito, porque até agora ninguém o tinha identificado como resultado da actividade de Possidónio da Silva, como Presidente da CMN e do seu desenhador e amigo Francisco Soares O'Sullivan. Todos eles constituem documentos preciosos dos trabalhos realizados pelo serviço dos monumentos numa fase que quase nada se conhece e acerca dos quais Possidónio pouco se referiu. Nesta altura, a designação normal que encabeçava todos os desenhos da Comissão é substituída por outra, mais curta: *Monumentos Nacionaes*. A atribuição deste desenho à equipa de Possidónio da Silva e respectiva datação resultou dos seguintes argumentos: **1.º** Natureza do desenho, muito semelhante ao corte longitudinal [Des. 38], que se encontra assinado pelo arquitecto e pelo desenhador, a cuja ideia de levantamento pertence como complemento essencial; **2.º** Os pilares da igreja, cujos detalhes foram executados, à escala de 1:20, [Des. 39], são semelhantes nos dois cortes; **3.º** O suporte em papel entretelado é idêntico nos quatro desenhos [Des. 22, 37, 38, 39]; **4.º** Todos pertencem ao mesmo rolo arquivado no AHMOP; **5.º** A datação decorre de uma base cronológica certa – o restauro do claustro hieronimita, cuja base cartográfica apresentámos no Des. 36, dirigido entre 1883 e 1886, sob a direcção de Manuel Raimundo Valadas. Ver o que dissemos no [Des. 22].



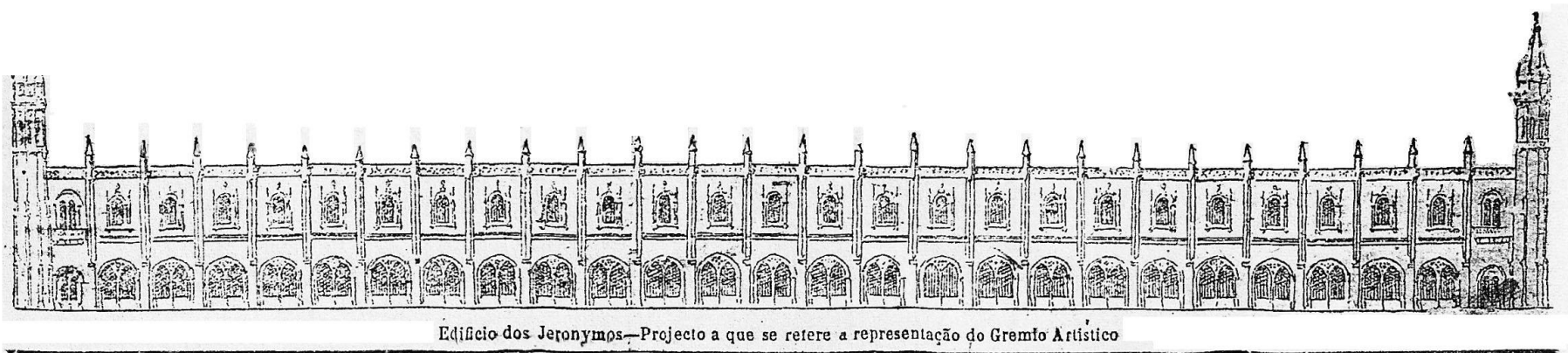
Des. 38 – *Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Corte longitudinal, esc.: 1:100.* O Presidente da Comissão o Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O'Sullivand. Original, papel entretelado aguado a carmim. 1302 X 1008 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – R 71²¹ D. Vol. I, tomo 1, pp. 477, Vol. II, p.12, 710 e 727

Este desenho não integra a torre executada segundo projecto de Cinatti, mas sim a torre pré-existente, tal como o desenho 32 de Haupt, demolida na intervenção da década de 70 do séc. XIX.



Des. 39 – *Monumentos Nacionaes. Igreja dos Jeronymos de Belem. Detalhes*¹⁰ Esc.: 1:20. O Architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva. Levantado e Desenhado por Francisco Soares O'Sullivand, desenhador. Original, papel entretelado. 1308 X 1130 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – R 71²⁰ D. Vol. I, tomo 1, pp. 477, Vol. II, p.12, 710 e 727

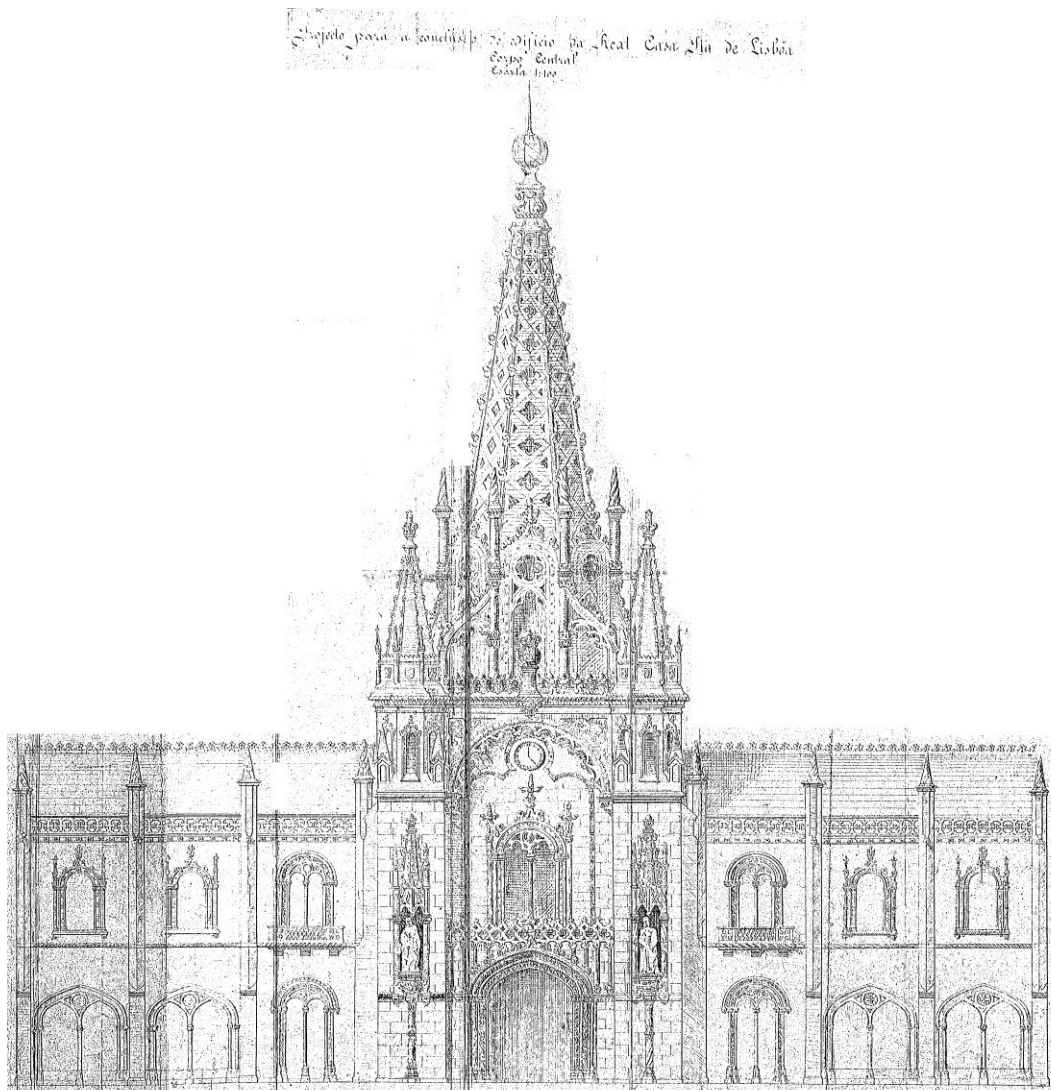
¹⁰ Detalhes do interior, como janelas, pilares (da nave e do cruzeiro), púlpito e pilar central da sacristia.



Edifício dos Jeronymos—Projecto a que se refere a representação do Gremio Artístico

Des. 40 – *Edifício dos Jerónimos, denominado oficialmente como Anexo. Projecto perfilhado por Pedro Romano Folque. In “Edifício dos Jeronymos”, O Século de 3 de Dezembro de 1895. Vol. I, tomo 1, pp. 482.*

Da colecção dos dez desenhos identificados na correspondência e nos arquivos, resultantes dos estudos desenvolvidos sob a direcção de Pedro Romano Folque, para a solução do Anexo dos Jerónimos, todos foram apresentados em 21 de Maio de 1895, para servirem de base ao concurso público de ideias, para a resolução do corpo central do edifício. Apenas este original não foi encontrado. Segundo Folque era “uma aguarella emoldurada representando a ideia do edifício corrido sem Corpo Central” e intitulava-se: *A. Ante-Projecto do Edifício Corrido sem Corpo Central. Desenho aguarelado de Benvindo António Ceia*. Por essa razão, talvez, não foi arquivado, perdendo-se. Existe, no entanto, um esboço muito simplificado dele, publicado n’ *O Século*. A finalidade da sua publicação era outra – a polémica à volta da valorização estética da fachada sul do novo monumento, desenvolvida pelo Grémio Artístico.

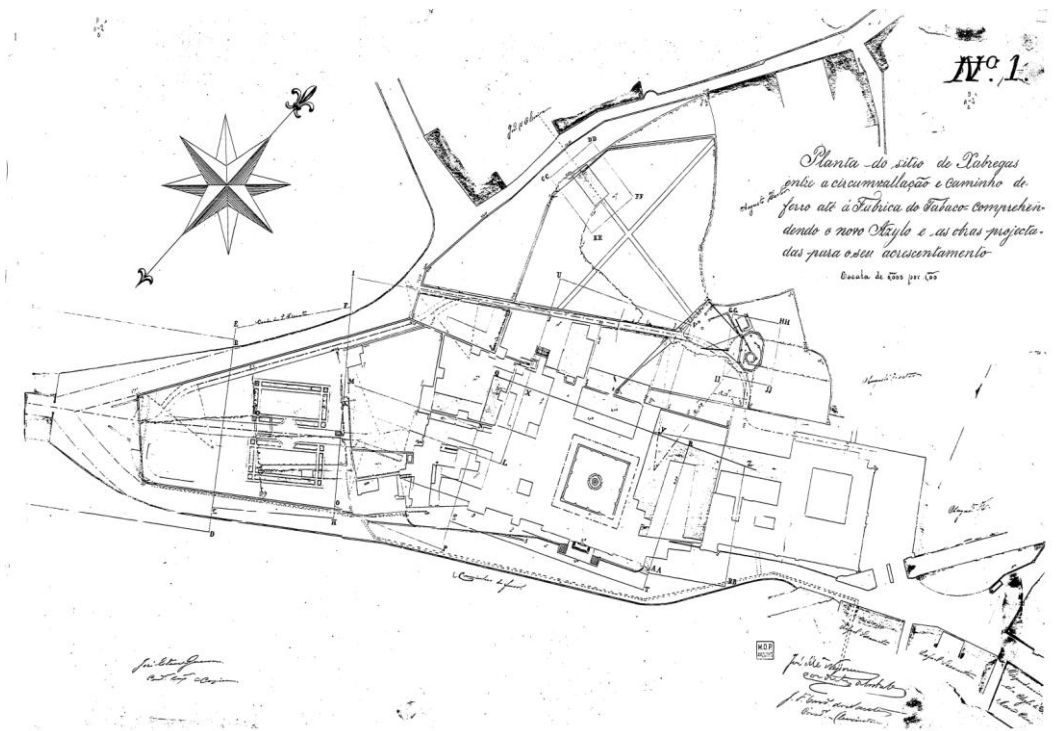


Des. 41 - *EF. Corpo Central*. Escala 1:100. Belém, 15 de Março de 1885. Manuel Raimundo Valadas e Eduardo Augusto Silva. EF. Projecto a que se refere o ofício n.º 693A da Direcção Especial de Edifícios Públicos e Pharoes, de 21 de Maio de 1895. Cópia em marion. AHMOP – D 92¹⁷ C. Vol. I, tomo 1, pp. 482.

Exemplo de um desenho que serviu de modelo de inspiração para o concurso público nacional destinado ao fecho do corpo central do Anexo dos Jerónimos. Corpo central, desenho datado de 1885, e que serviu de base para a composição ou reconstrução gráfica de toda a fachada sul, conforme o alçado conhecido pelo n.º 2. Cf. ANACLETO, Regina, Vol. II, fig. 70, p. 253 (onde aparece com a designação de Projecto Castro) e SOARES, Clara Moura, ob. cit, Vol. III, fig. 155, p. 102 (onde aparece correctamente indicado).



Des. 42 – Igreja de S. João Baptista de Tomar. Planta na escala de 0,0025. Perspectiva Norte-Nascente e Alçado Poente na escala 0,005, Por Pedro d'Avila, Lisboa, 31 de Outubro de 1901. Papel vegetal aguarelado. Inédito. ANBA – Gav. 5 – Pasta 60 – n.º 910. Reprodução fotográfica de Pedro Aboim. Vol. I, tomo, p. 514.

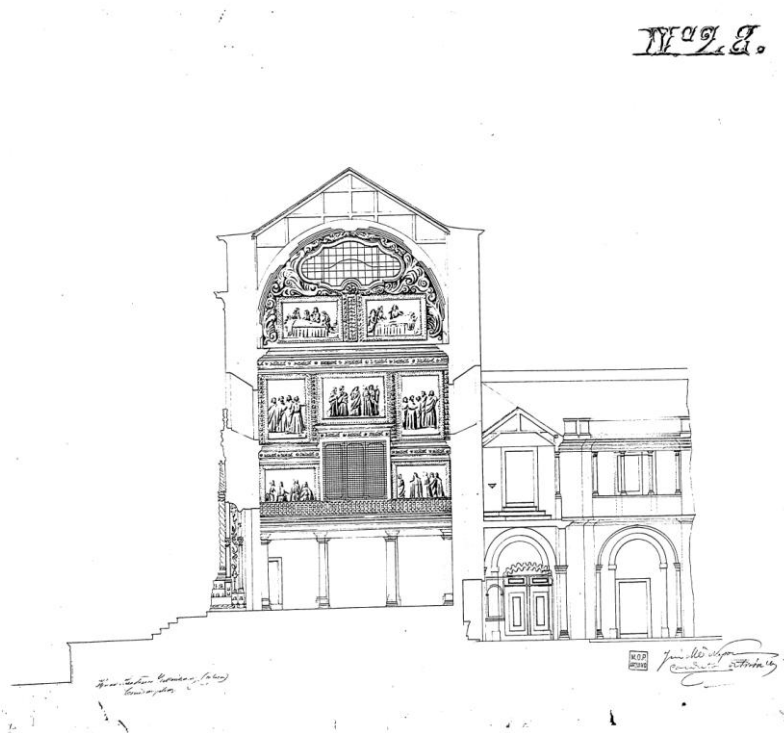


Des. 43 – Planta do sitio de Xabregas entre a circunvalação e caminho de ferro até à Fabrica do Tabaco comprehendendo o novo Azylo e as obras projectadas para o seu accrescentamento. Escala 0,002 por 1,00 m. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, J. F. Carvalho dos Santos, conductor (levantamento), José Esteves Guerreiro, Auxiliar, copiou. S/ data [1871]. Primeira Divisão de Obras Publicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos. Álbum, N.º 1. AHMOP – DA 2ª C. Vol. I, tomo, p. 517.

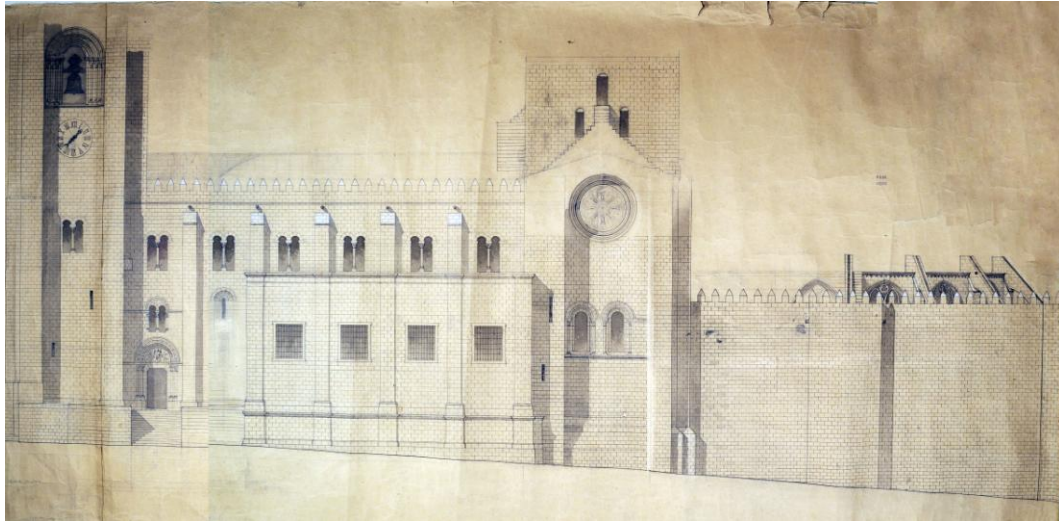


Des. 44 – *Corte pela linha C-D. Escala 2:100. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, José Maria Caggiani, conductor, copiou. Primeira Divisão de Obras Públicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos. Álbum, N.º 26. AHMOP – DA 2²⁶C. Vol. I, tomo 1, p. 517.*

Na planta, bastante complexa, foram marcadas todas as linhas correspondentes aos alçados, cortes e outros pormenores do levantamento executado – primoroso – da 1.^a Divisão de Obras Públicas, de acordo com o programa de construção das instalações do Asilo Maria Pia e de restauro do “anexo” desse asilo, o Mosteiro da Madre de Deus, com toda a sua riqueza artística integrada. Tal como nos Jerónimos, a obra de restauro realizou-se na imediata dependência de um projecto de modernização de espaços e não com a devida autonomia que se lhe exigia. A intervenção ocorreu depois de um incêndio que deixou marcas e ruínas na casa de assistência inicial. Esta intervenção, alargada no tempo, permitiu proceder a diversas metodologias e técnicas de restauro. Tanto os Jerónimos como a Madre de Deus, nestes anos, não se encontravam classificados como MN.

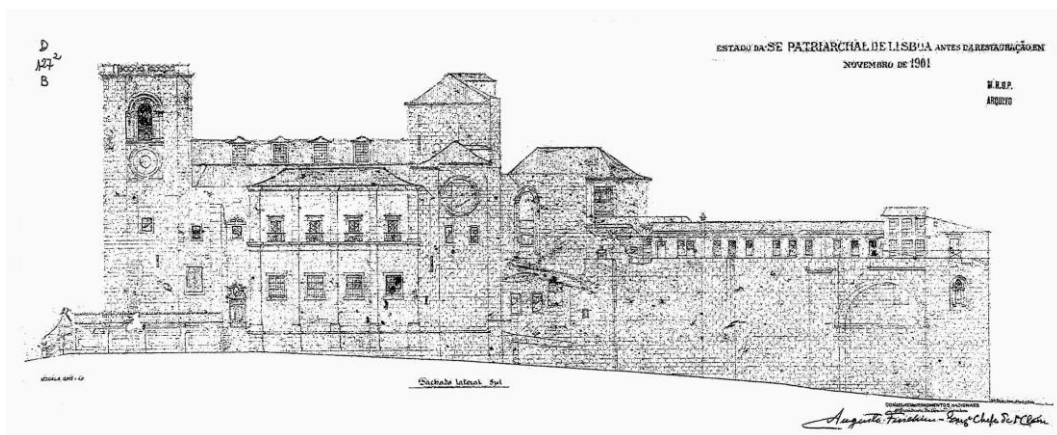


Des. 45 – *[Corte transversal pelo centro da porta principal vendo-se o coro a partir da nave]. S/escala. José Maria Nepomuceno, conductor de trabalhos, Hugo Theodorico Wellenkany, conductor auxiliar (copiou). Primeira Divisão de Obras Públicas. Asylo Maria Pia e Anexo da Madre de Deus. Desenhos. Álbum, N.º 28. AHMOP – DA 2²⁸C. Vol. I, tomo 1, p. 519.*



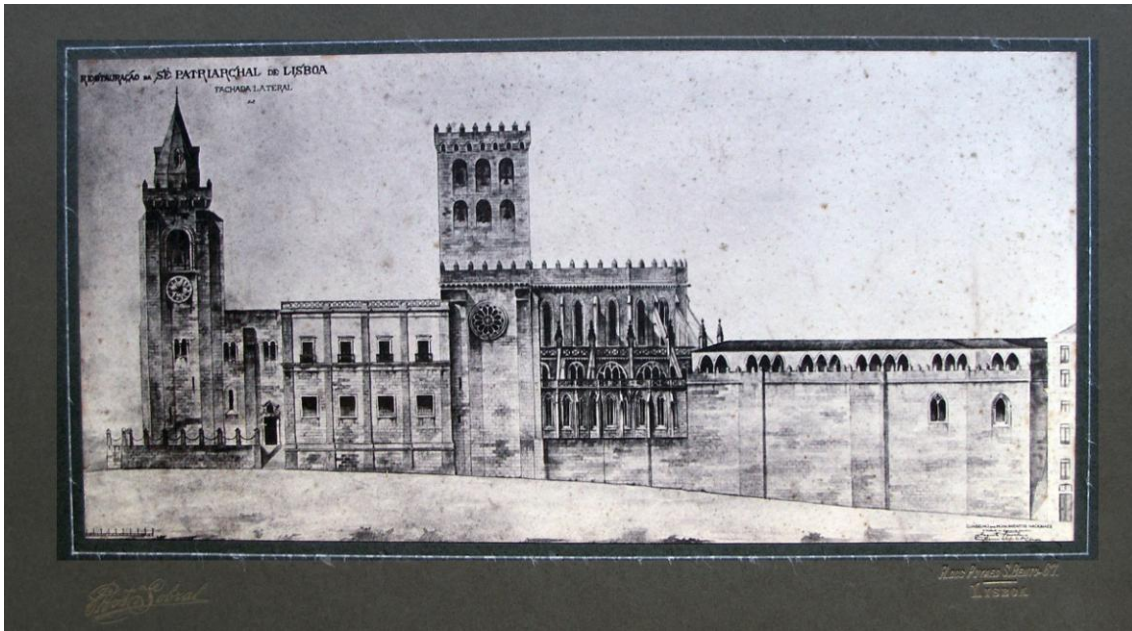
Des. 46 – [Proposta de intervenção na muralha sul da Sé Patriarcal]. S/escala; s/data; s/assinatura. AHMOP – D127²B. Vol. I, tomo 1, p. 523.

Ao contrário do que até agora se tem referido existem estudos anteriores à Direcção de “Restauração da Sé Patriarcal de Lisboa” sob a égide do Presidente da Comissão Executiva do COMN. Estes estudos foram desenvolvidos, provavelmente entre 1899 e 1901 e teriam como arquitecto responsável Domingos Parente da Silva, entretanto falecido em 17 de Novembro de 1901. Sabemos que Augusto Fuschini procurou desenvolver os estudos de restauro a partir de desenhos anteriores. Este desenho inacabado revela aspectos e esboços não coincidentes como a proposta de restauro para a fachada sul, desenvolvida em 1905, por Fuschini. Domingos Parente da Silva chegou a intervir como pintor no cruzeiro e cúpula da Sé de Lisboa (PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário de Architectos*, p. 220).



Des. 47 – Estado da Sé Patriarcal de Lisboa antes da Restauração Em Novembro de 1901. Fachada Lateral Sul. Escala: 0,005 x 5 m. H[ermógenes] Reis, Des[enhou]. Abril de 1906. Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Presidente da Commissão Executiva, Augusto Fuschini, Engenheiro Chefe de 1.^a classe. Desenho aguarelado. Papel de arquitecto. 250 X 664 mm. AHMOP – D127²B. Vol. I, tomo 1, p. 523.

Este desenho revela também os levantamentos realizados na Sé de Lisboa até Novembro de 1901, ponto de partida do início dos trabalhos de restauro da equipa de Augusto Fuschini. Este desenho, onde se compilou o conhecimento do edifício, foi executado *a posteriori*, apenas em 1906, para ajudar à comparação entre o antes e as propostas desenvolvidas por Fuschini, num momento em que as críticas aos seus projectos e obra subiam de tom.



Des. 48 – *Restauração da Sé Patriarchal de Lisboa. Fachada Lateral [Sul]*. Idem. Fotografia colada em cartolina para uso da COMN. Photographia Sobral, Rua dos Poyaes de S. Bento, Lisboa. ANBA – *Fotografias da Sé de Lisboa. Restauração*, N.º de Inventário 5665. Gav. 4, n.º 2. Vol. I, tomo 1, p. 525.

Fotografia executada para estar patente na COMN de modo a servir de estudo e acompanhamento das obras de restauro da Sé, executadas pela Comissão Executiva do mesmo Conselho. Os desenhos originais – que constituem a sua base – encontram-se actualmente arquivados no IHRU (ex-DGEMN). O original, referente a esta foto intitula-se: *Restauração da Sé Patriarchal de Lisboa. Fachada Lateral [Sul]*. Escala 1:100. H [ermógenes]. J [úlio dos] Reis, des[enhador]. 22-12-1905. Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Presidente da Comissão Executiva, Augusto Fuschini, Engenheiro Chefe de 1.ª classe. DGEMN – Des. 042280.



Des. 49 – [*Restauração da Sé de Lisboa. Estudos para o restauro. Fachada Principal*]. Desenho aguarelado, s/escala, s/data [1907-1908?], s/autor [Fernando Joyce Fuschini]. AHMOP – DR70¹⁴D. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 525.

Desenho executado a partir da proposta inicial (1903) e desenvolvido para servir de comparação com outras alternativas de restauro que foram graficamente representadas, entre 1908 e 1910. O tipo de desenho é diferente do inicial e deverá corresponder à entrada em funções do filho de Augusto Fuschini, o engenheiro Fernando Joyce Fuschini, nas obras de restauro da Sé.

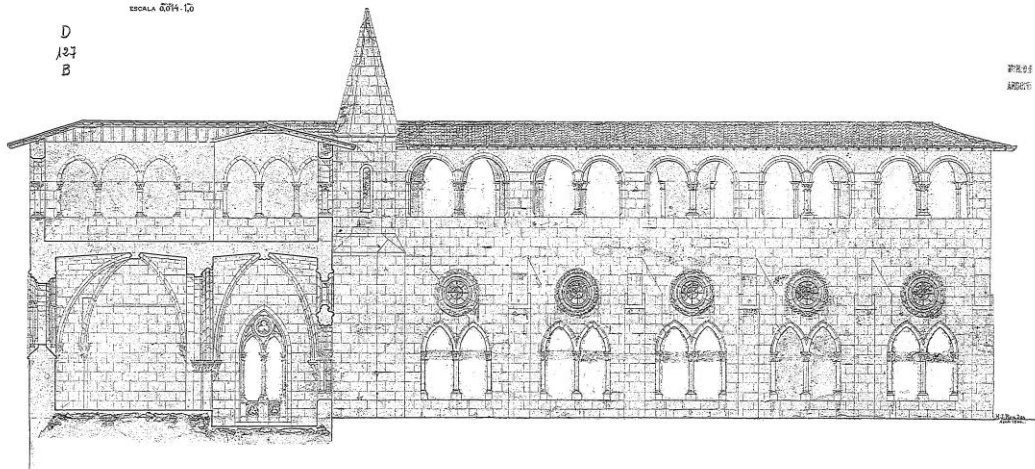
RESTAURAÇÃO DA SÉ DE LISBOA

FACHADA DO CLAUSTRO

Lado Sul

ESCALA 0,014 - 1,0

D
127
B

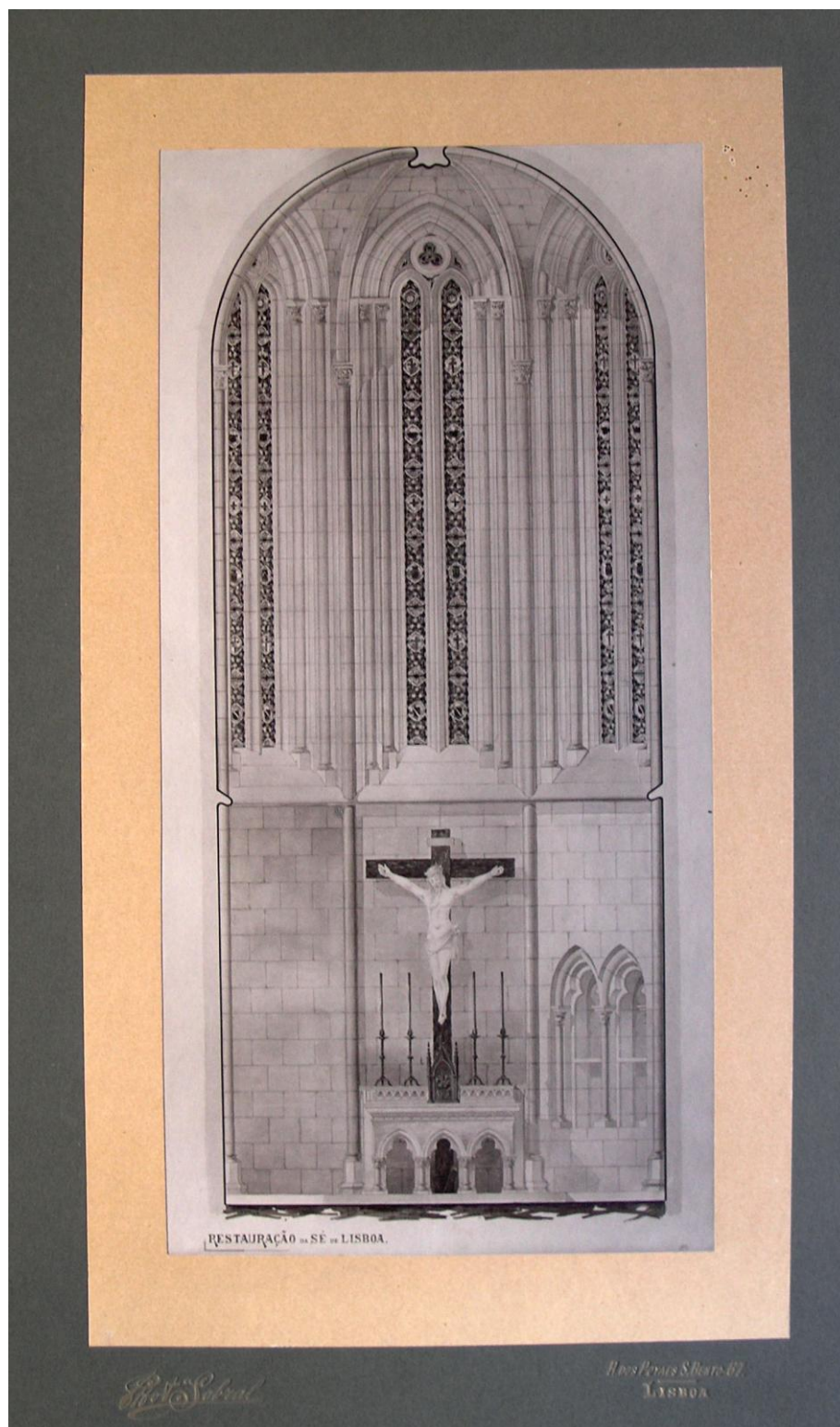


CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Augusto Fuschini
Engenheiro Chefe de 1.ª Classe

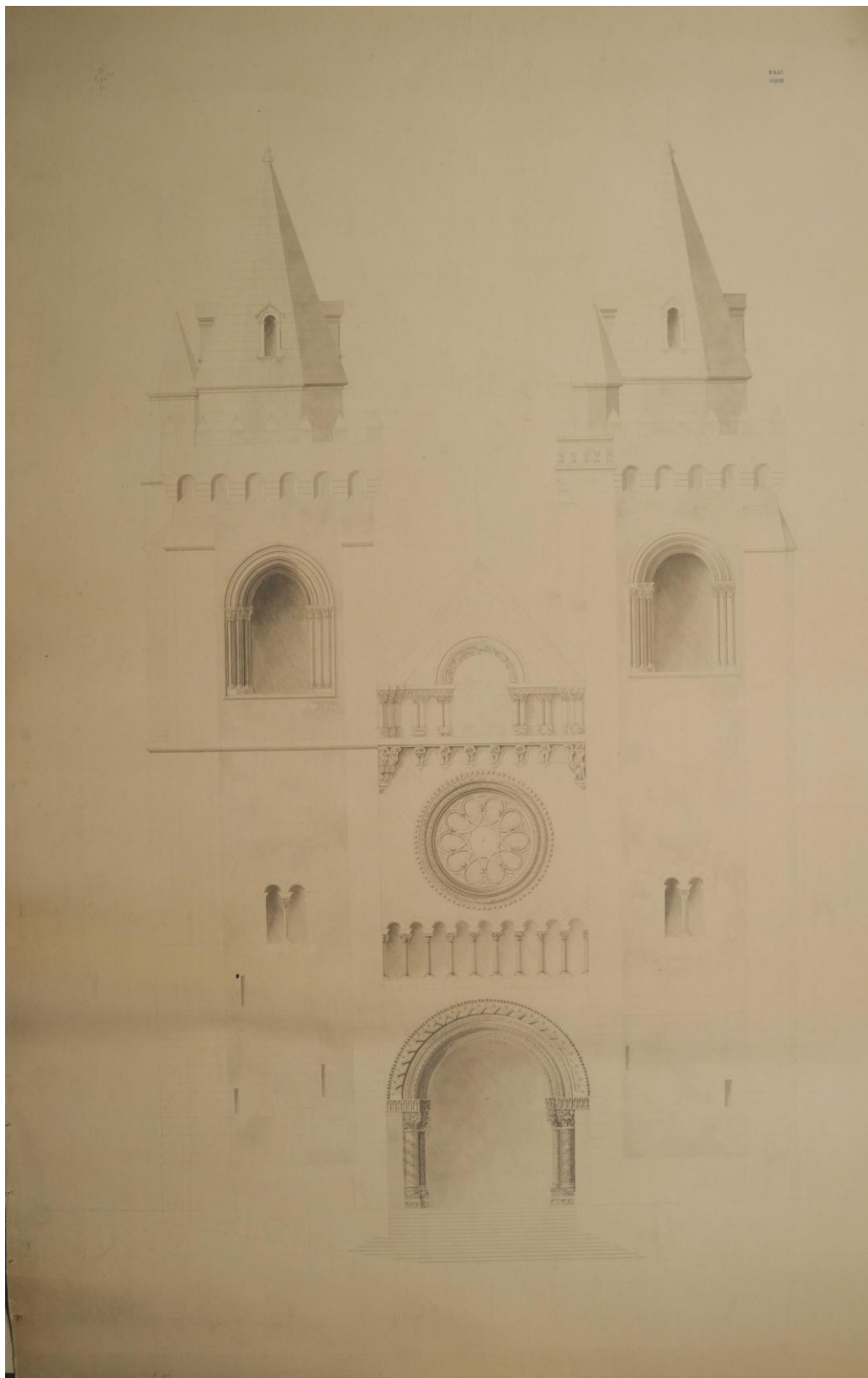
Des. 50 - Restauração da Sé Patriarchal de Lisboa. Fachada do Claustro. Lado Sul. Escala 0,014 x 1,0 m. H. J. Reis, des[enhador]. Agosto 1906. Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Presidente da Comissão Executiva, Augusto Fuschini, Engenheiro Chefe de 1.ª classe. Desenho aguarelado. Papel de architecto. 667 X 737 mm. AHMOP – D127¹B. Vol. I, tomo 1, p. 525, tomo 2, p. 1304.

Os estudos para o restauro do claustro da Sé desenvolvem-se a partir de 1906, tendo como ponto de partida, levantamentos anteriormente executados por Efigénio Malaquias Guedes, cerca de 1900. [Cartografia. Des. 80, 81, 82 e 83].

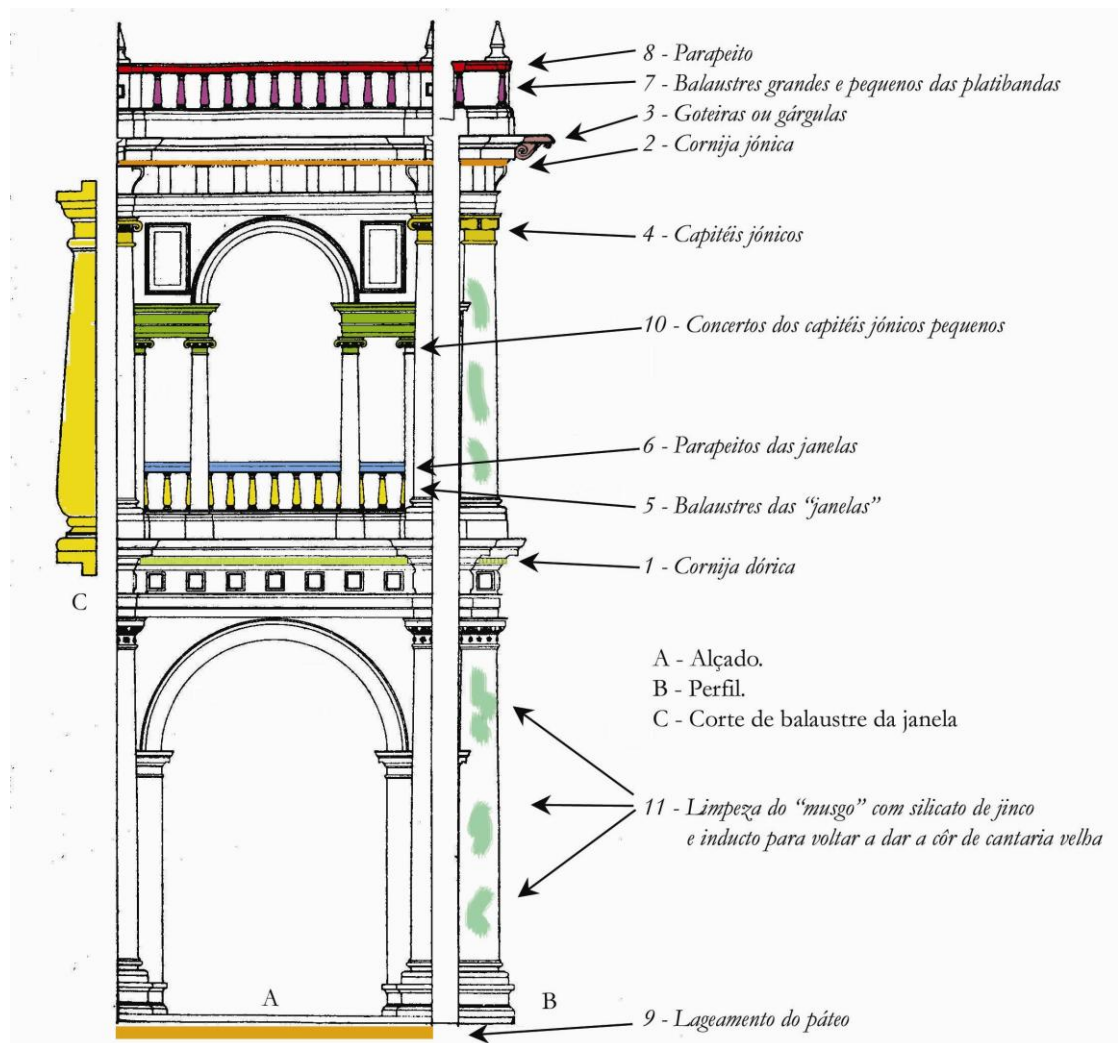


Des. 51 - *Restauração da Sé de Lisboa. [Capella de Bartholomeu Joannes]*. Idem. Fotografia colada em cartolina para uso da COMN. Photographia Sobral, Rua dos Poyaes de S. Bento, Lisboa. ANBA – *Fotografias da Sé de Lisboa. Restauração*, N.º de Inventário 5665. Gav. 4, n.º 3. Vol. I, tomo 1, p. 527 e 529.

Fotografia executada para a mesma função do Des. 48. Representa o projecto para a referida capela existente no AHMOP – DR78²C, mas com a apresentação da planta da mesma capela. Os vitrais foram objecto de um desenho de pormenor, igualmente existente neste arquivo, mas que não pudemos consultar por se encontrar em mau estado de conservação.

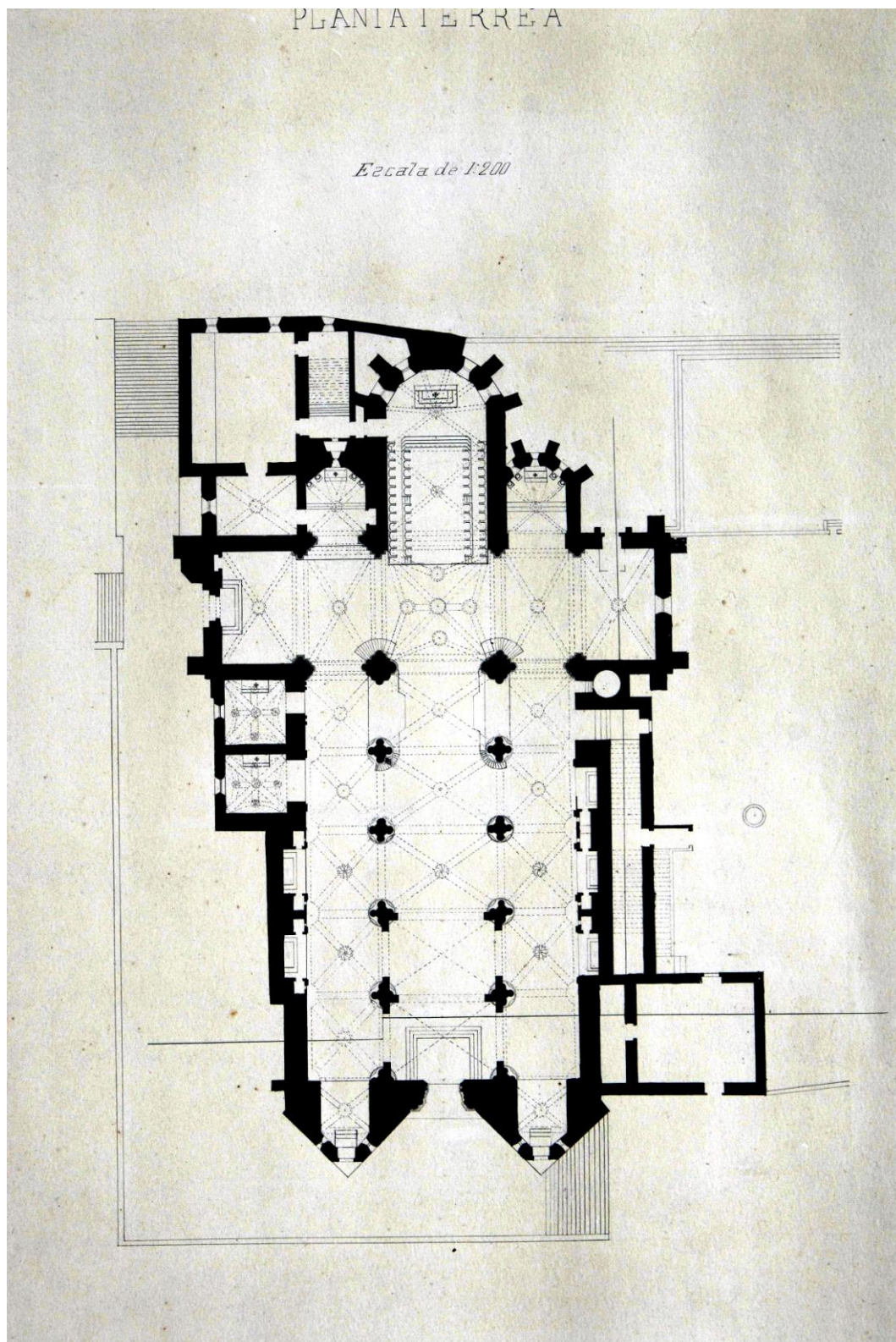


Des. 52 – [Restauração da Sé de Lisboa. Estudos para o restauro. Fachada Principal. Novo Projecto] Desenho aguarelado, s/escala, s/data [1908?], s/autor [Fernando Joyce Fuschini]. Papel sobre tela 1935 X 1054 mm. Bom estado de conservação. AHMOP – DR70²⁵D. Vol. I, tomo 1, p. 530 e 532.

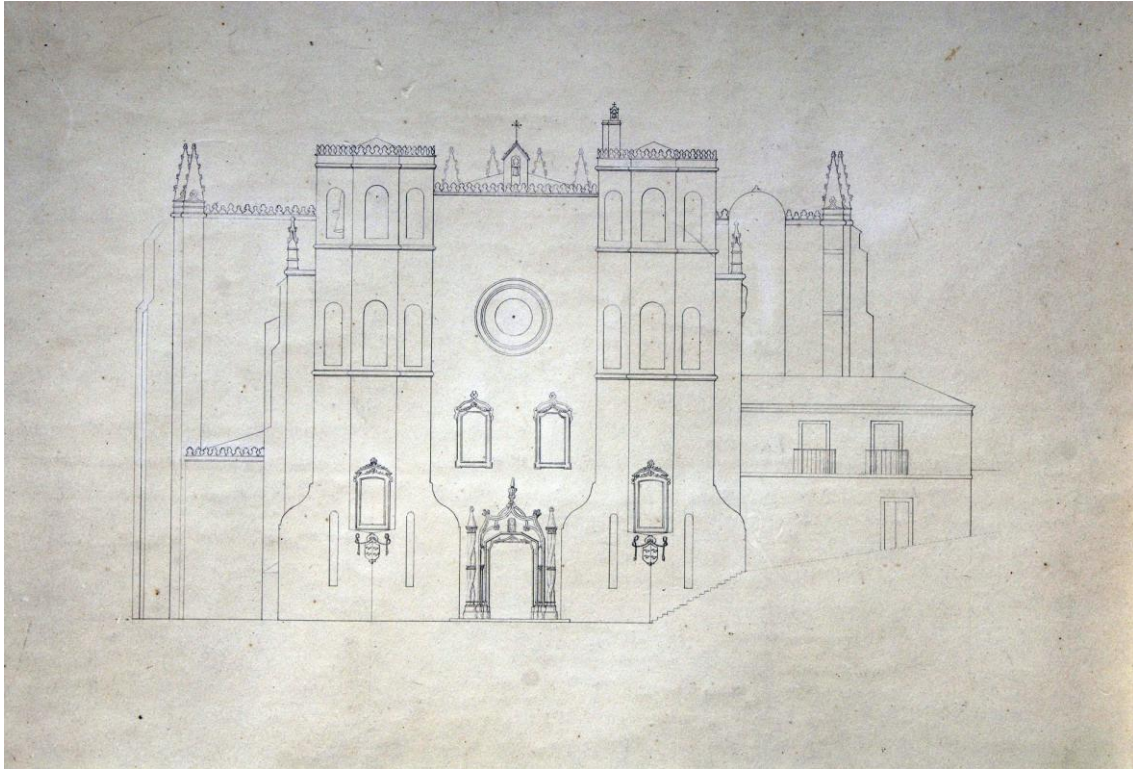


Des. 53 – Análise do Projecto de Restauro do arquitecto Pedro d'Ávila para o claustro de D. João III, no Convento de Cristo em Tomar. Estudo de Jorge Custódio e Rui Ferreira. Vol. I, tomo 1, p. 542, tomo 2, p. 1321.

Marcação da intervenção proposta por Pedro d'Ávila na sua memória descritiva e estimativa para o referido restauro, sobre alçado (A), corte (B) e pormenor (C), desenho de Raul da Graça

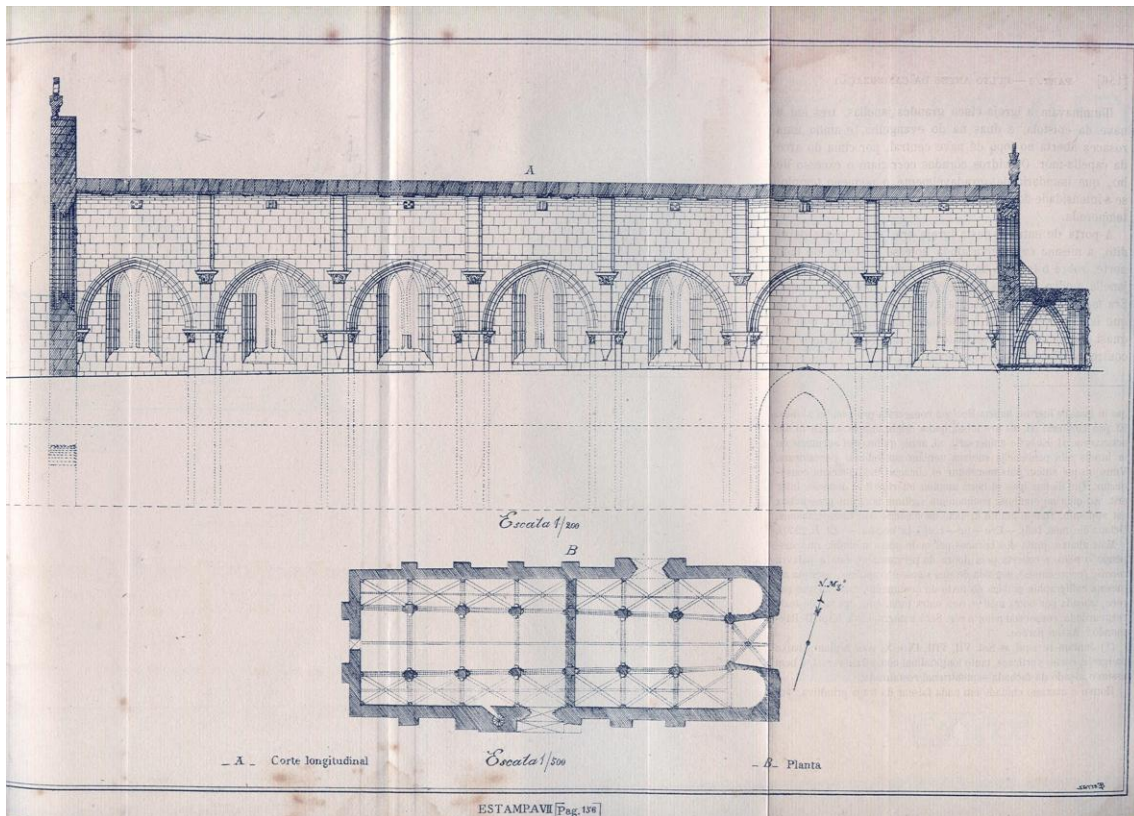


Des. 54 A – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Sé da Cidade da Guarda. Planta. Escala 1:200. Transportado e desenhado por Theodoro Brandão (?), Desenhador de 2.^a Classe. Original. Papel entretelado: 1215 X 905 mm. Bom estado de conservação. ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 545.*



Des. 54 B – *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Sé da Cidade da Guarda. Fachada principal. Escala 1:100. Idem, ibidem. ANBA – Gaveta 3, Rolo n.º 35, n.º 702. Bom estado de conservação. Inédito. Vol. I, tomo 1, p. 545.*

Estes dois desenhos pertencentes ao levantamento executado pela Comissão dos Monumentos Nacionais em fins da década de 1880, sob a direcção de Possidónio da Silva, revelam aspectos da planta e alçado principal, anteriores ao restauro da referida Sé de acordo com projecto de Rosendo Carvalheira (datado de 1897). Provavelmente este levantamento foi utilizado por este arquitecto para executar dois desenhos e respectivas cópias que integravam o seu projecto e que se perderam: n.º 1 – *Melhoramentos e demolições projectadas*; n.º 2 - *Estado em que deve ficar o edifício depois de restaurado.*



Des. 55 – Igreja da Sé Velha de Coimbra. Corte longitudinal, Escala 1: 200 e Planta, Escala 1: 500. Desenho de Serra B (?). In *A Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão, Esposa do Rei Lavrador Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa. Estudo de Investigação Histórica*, de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, Estampa VII, p. 158. Vol. I, tomo 2, p. 761.

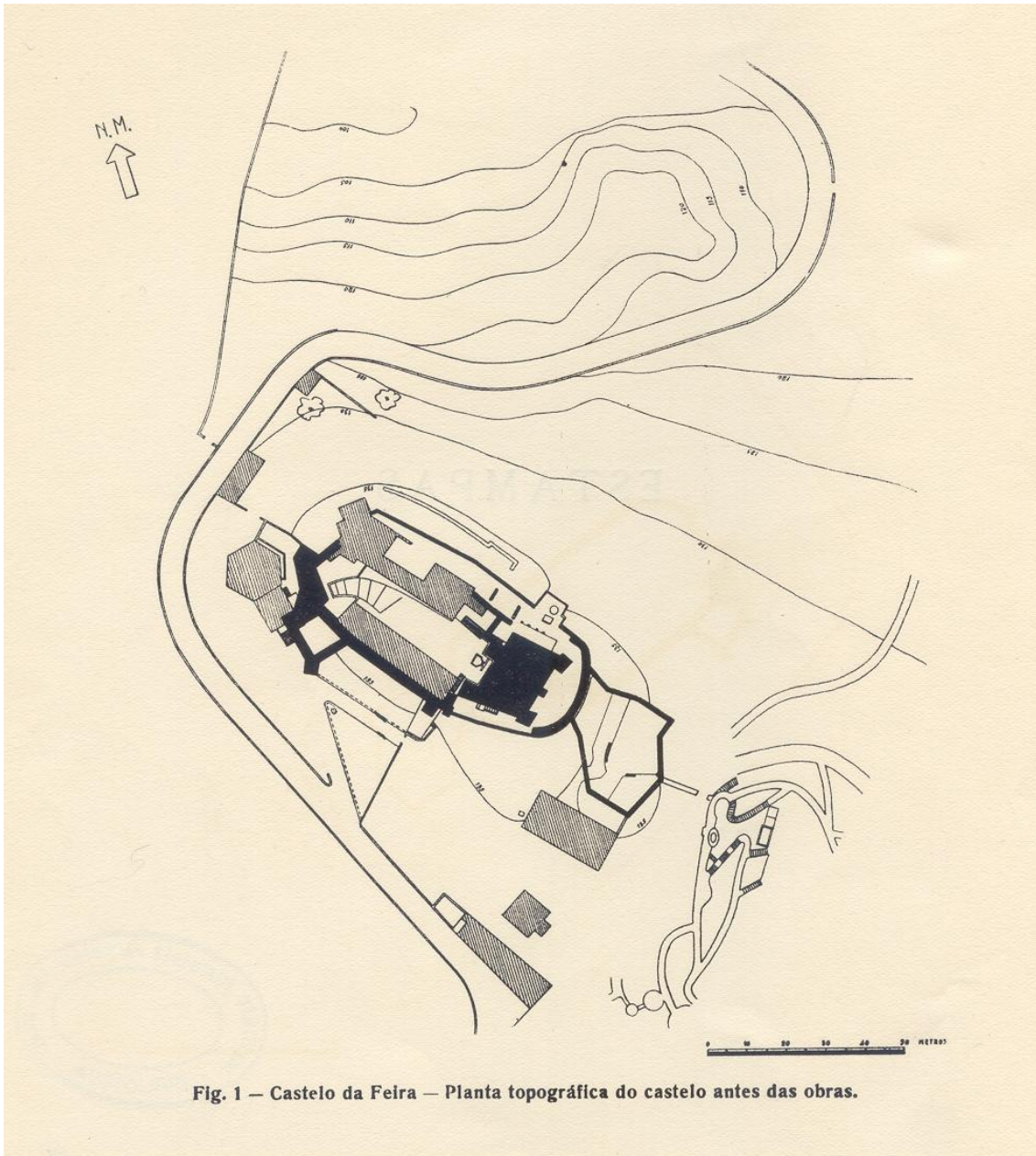
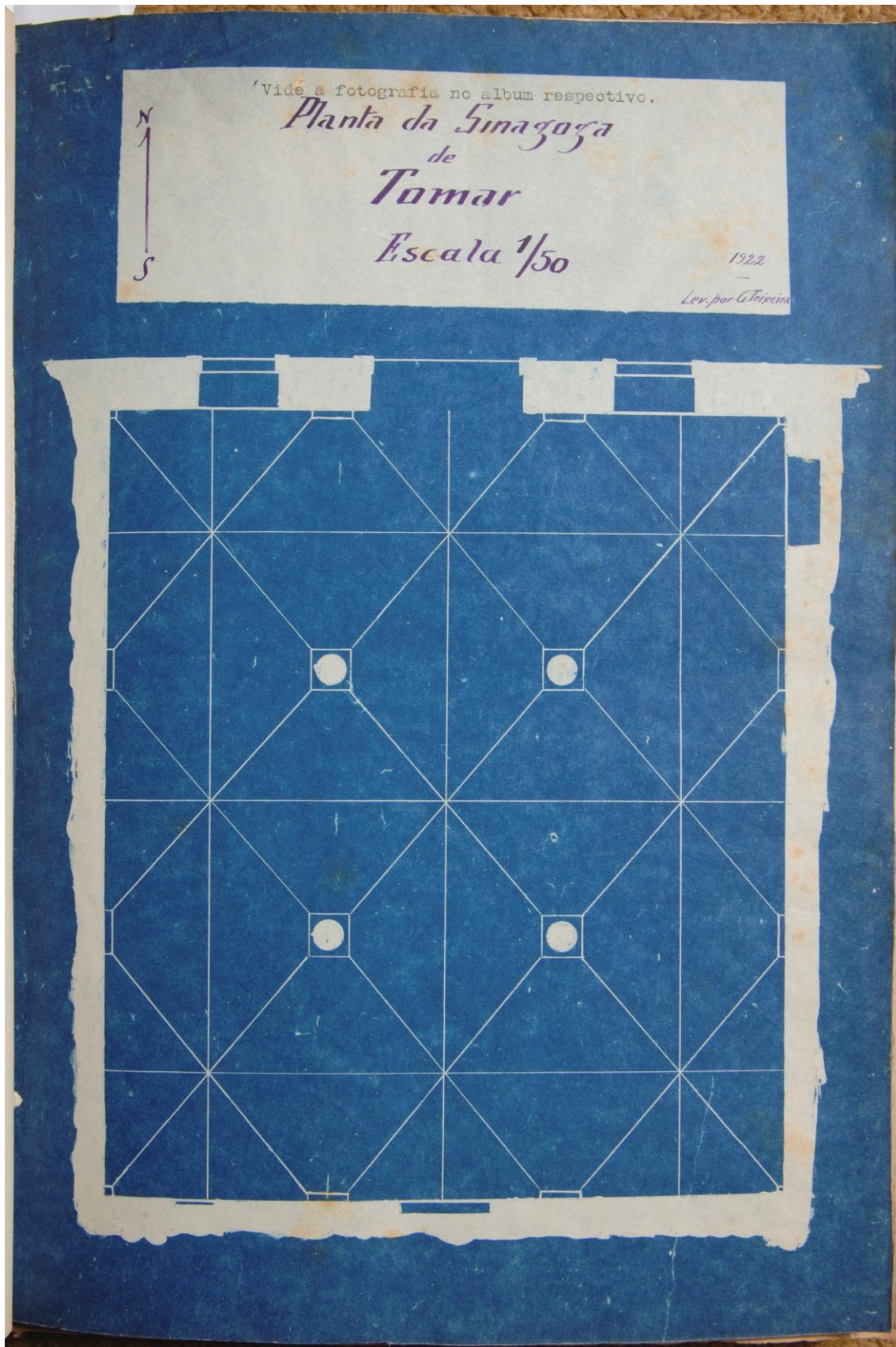
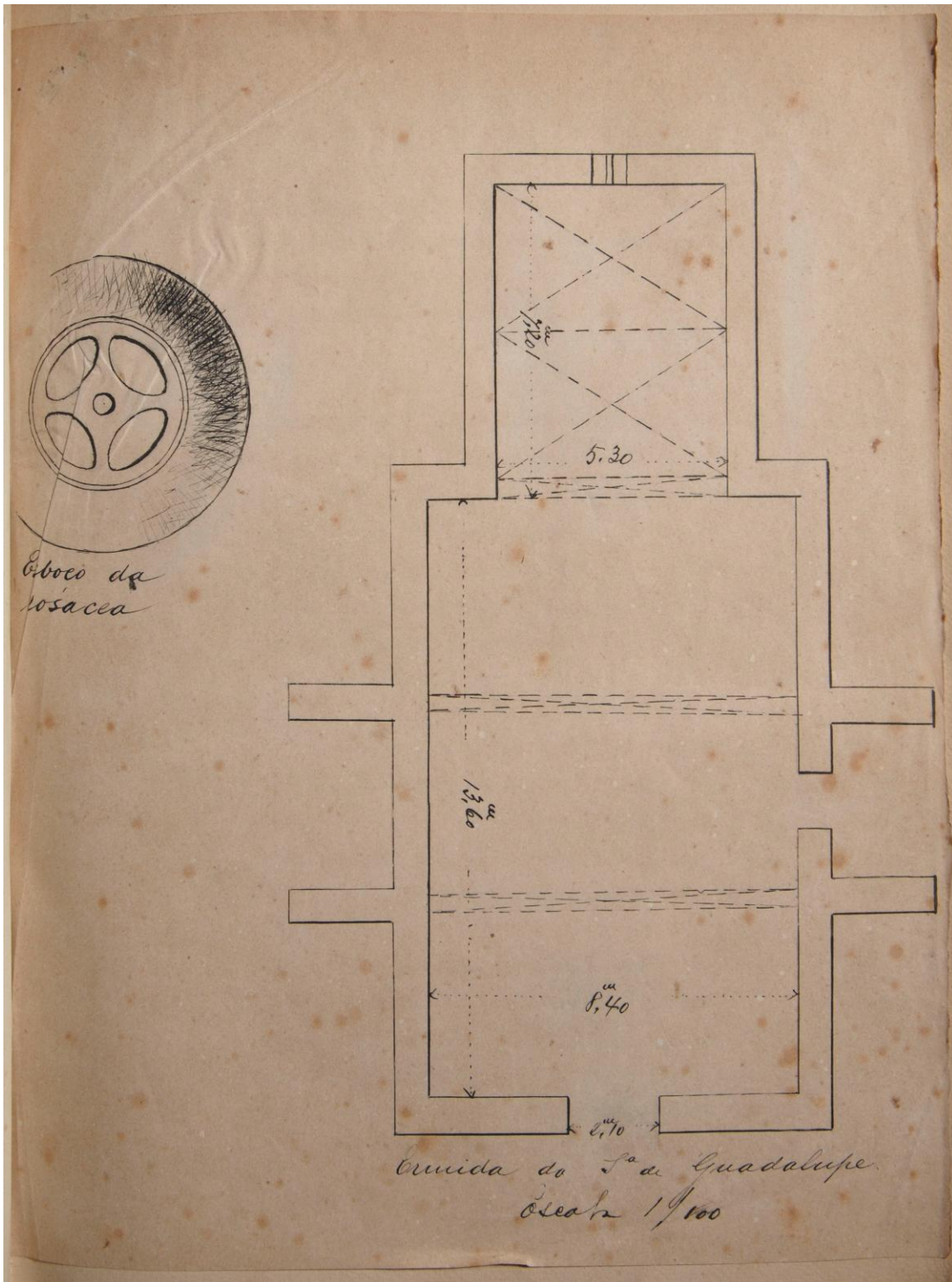


Fig. 1 – Castelo da Feira – Planta topográfica do castelo antes das obras.

Des. 56 – *Castelo da Feira. Planta topográfica do castelo antes das obras [da DGEMN]*, Escala 1:500. In *Castelo da Feira. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 37-38. Lisboa: MOPC, Setembro / Dezembro, 1944. Vol. I, tomo 2, p. 1024.

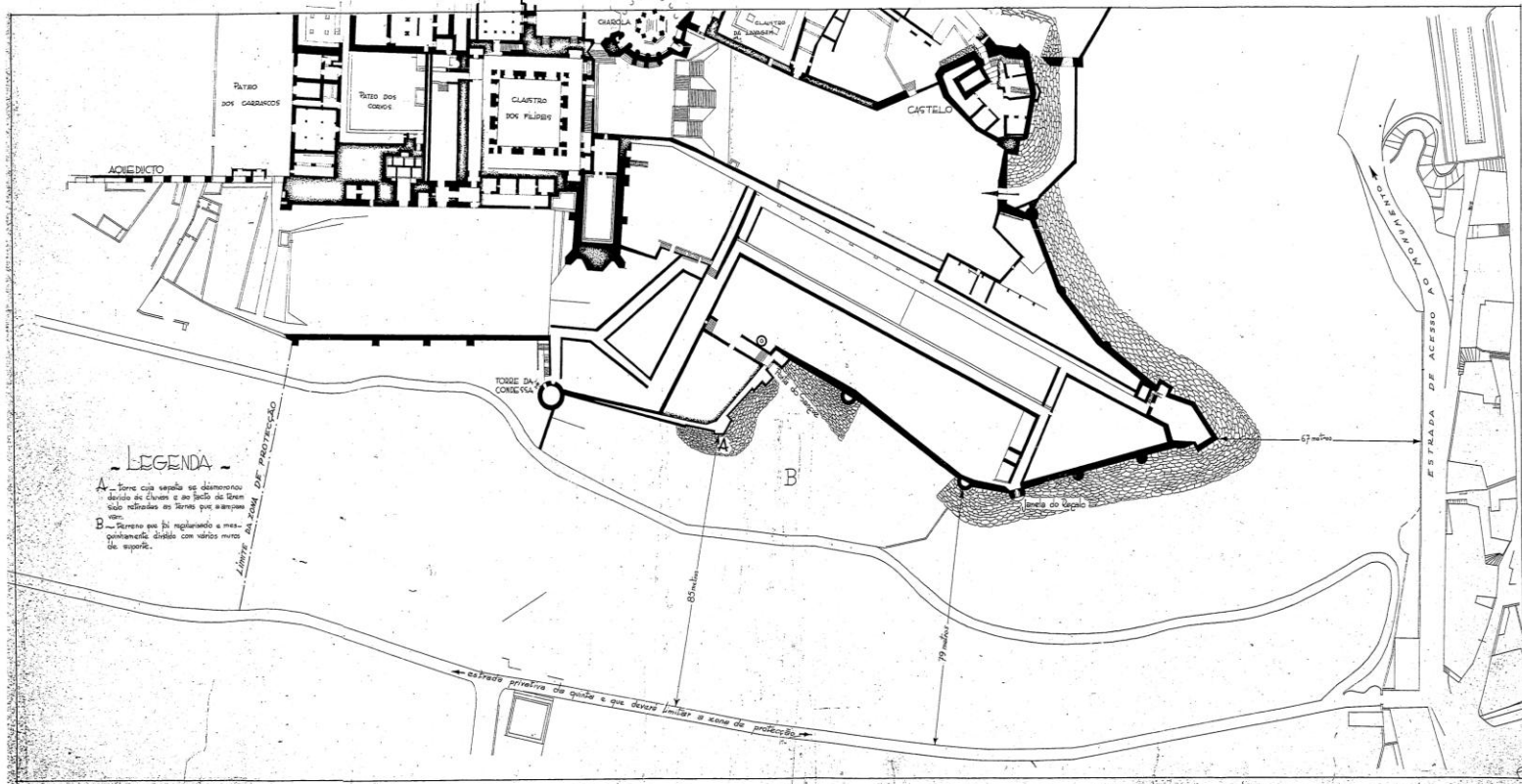


Des. 57 – *Planta da Sinagoga de Tomar*. Escala 1:50. Levantada por G[arcez] Teixeira, 1922. ANBA – Livro 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1008 e 1240.



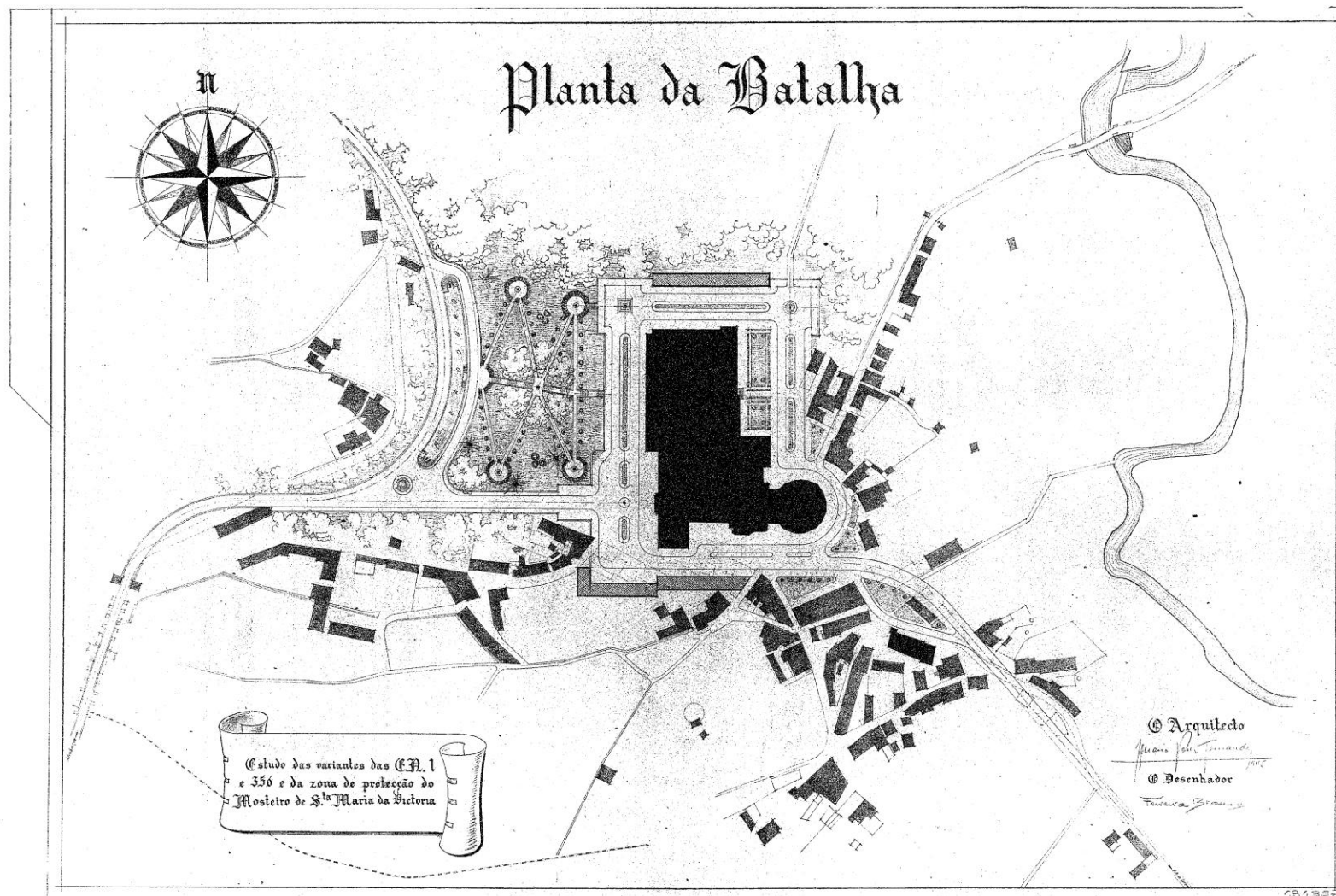
Des. 58 – Ermita de N.ª Sr.ª de Guadalupe [Vila do Bispo]. Escala 1:100. Esboço da rosácea. S/escala. Desenhador desconhecido. Sem data [1923]. ANBA – Livro 244. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1009.

CONVENTO DE CRISTO - TOMAR. Planta indicando a zona de protecção das muralhas - escala 1:500



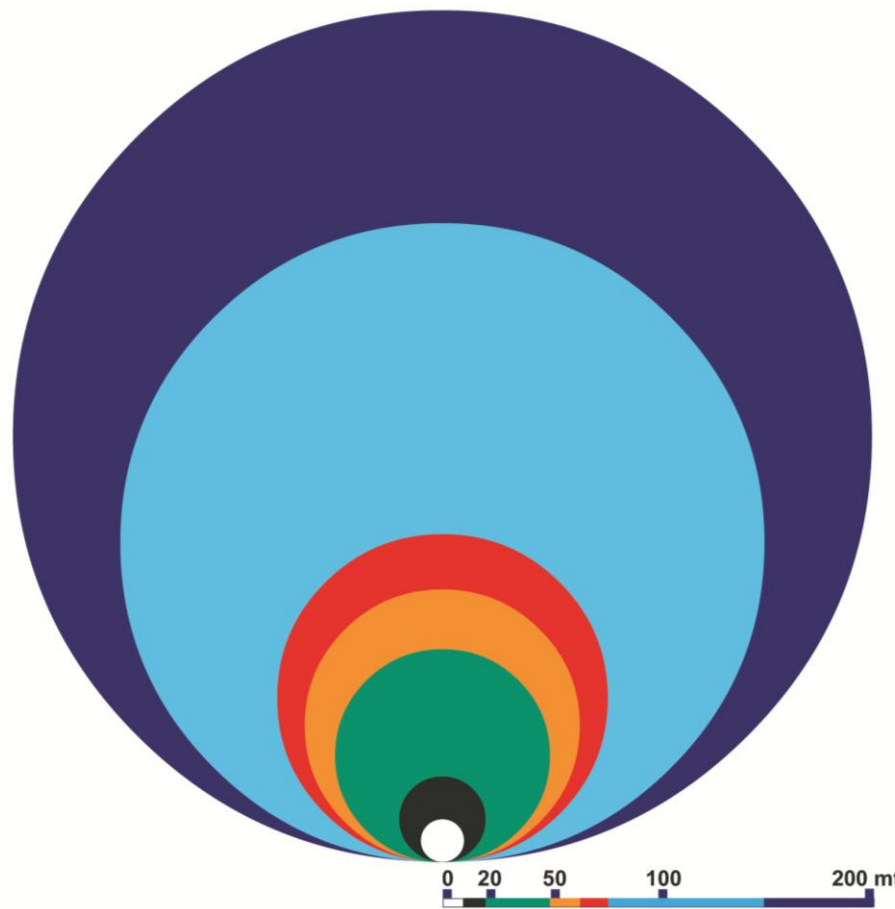
Des. 59 – Convento de Cristo. Tomar. Planta indicando a zona de protecção das muralhas. Escala 1:500. Sem data. Cerca de 1932. AHMOP – D 168 C. Vol. I, tomo 2, p. 1030.

Trata-se de um primeiro estudo da Zona de Protecção do Convento de Cristo tendo como base as muralhas envolventes a partir da marcação de distâncias entre cubelos e a estrada da Quinta dos Sete Montes ou a estrada de acesso ao monumento, que deveria limitar a zona de protecção.



Des. 59 A – *Planta da Batalha. Estudo das variantes das EN 1 e 356 e da Zona de Protecção do Mosteiro de Santa Maria da Victoria.* O Arquitecto J. Maria Pereira Fernandes. O Desenhador Ferreira Branco. 1945. DGEMN – Desenho 131332. Vol. I, tomo 2, p. 1027.

Génesis das Zonas de Protecção dos Monumentos Portugueses:
Limites e Conceitos em Discussão



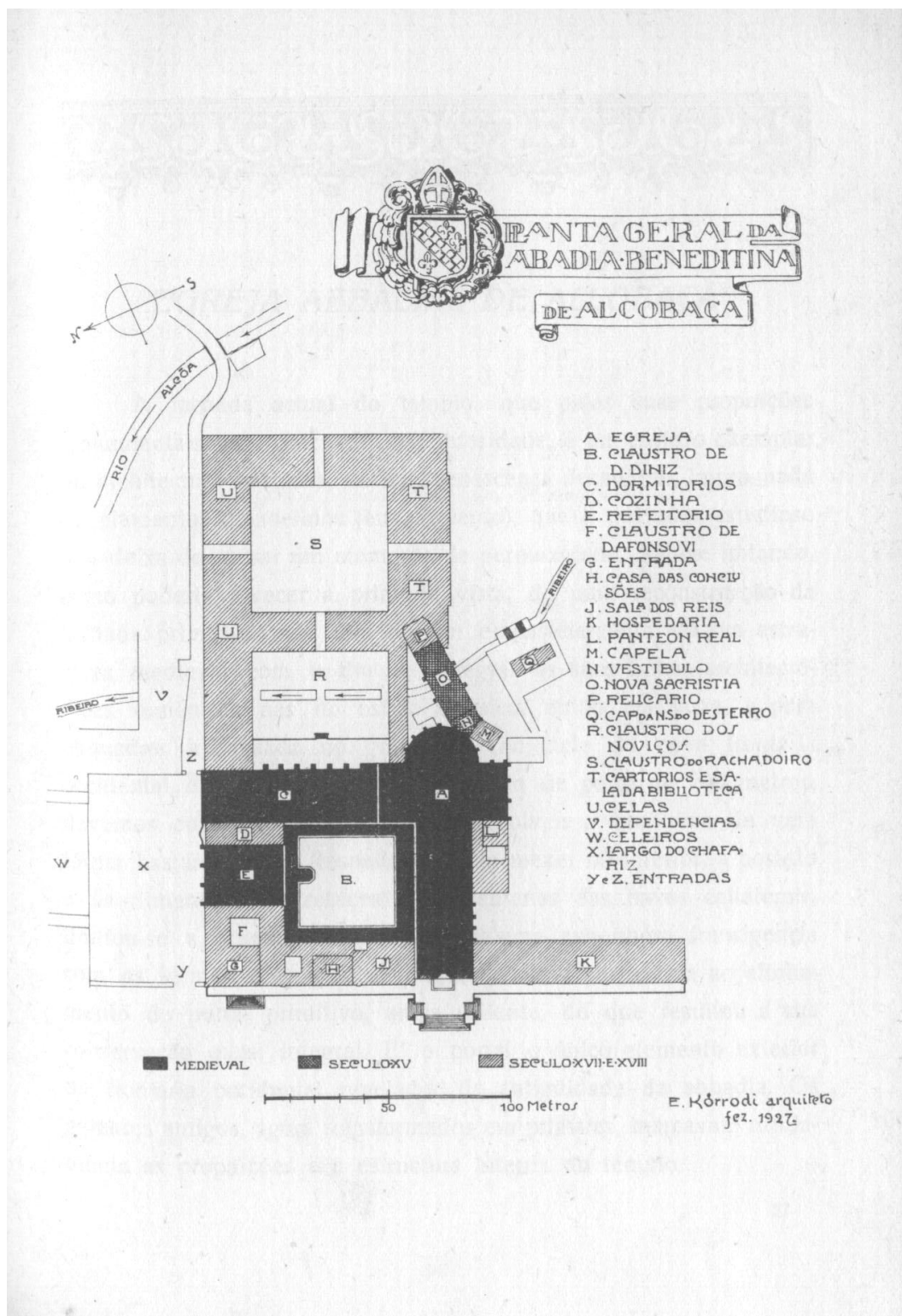
2008. Jorge Custódio. Rui Ferreira, desenho

- Proposta de Adães Bermudes, aprovada para o Mosteiro da Batalha (1929).
- Proposta, aprovada para o Convento de Mafra (1929).
- Média da zona de protecção registada em planta para o Castelo /Convento de Cristo (1932-1934).
- Hipótese da zona de protecção do castelo da Feira, calculada pela média da área *non ædificandi* (1921-1922).
- Francisco Garcês Teixeira (1922); Lei nº. 1700 (1924); Decreto nº 11.145 (1926)
- Proposta de José de Figueiredo (1920); Decreto de classificação das «ruínas da cidade velha de Santa Luzia», Viana do Castelo (1926).
- Decisão em relação às muralhas de Évora (1922).

Conceitos integrados na «zona especial de protecção» e na «servidão administrativa» complementar.

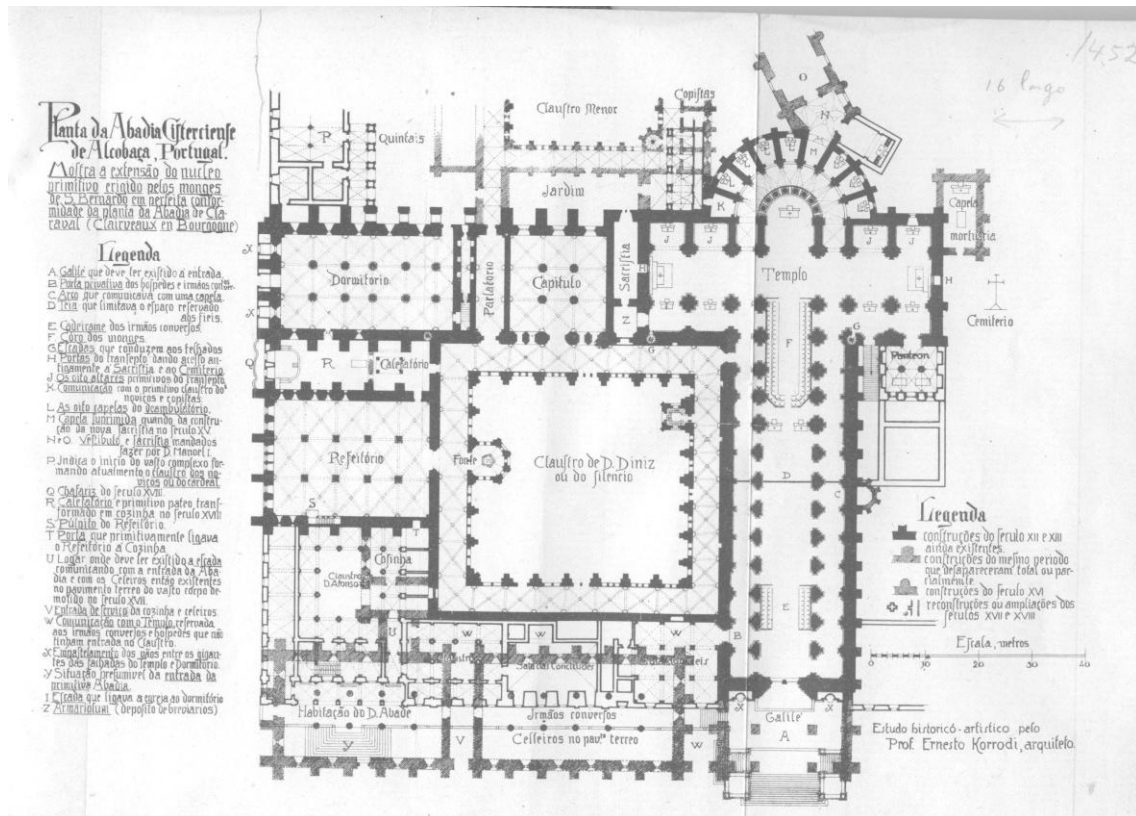
Conceitos integrados na «zona de protecção» e na «área non ædificandi».

Des. 59 B – *Génesis das Zonas de Protecção dos Monumentos Portugueses. Limites e Conceitos.* Jorge Custódio. Desenho de Rui Ferreira. Inédito. Vol. I, tomo 2, p. 1019 e 1026.



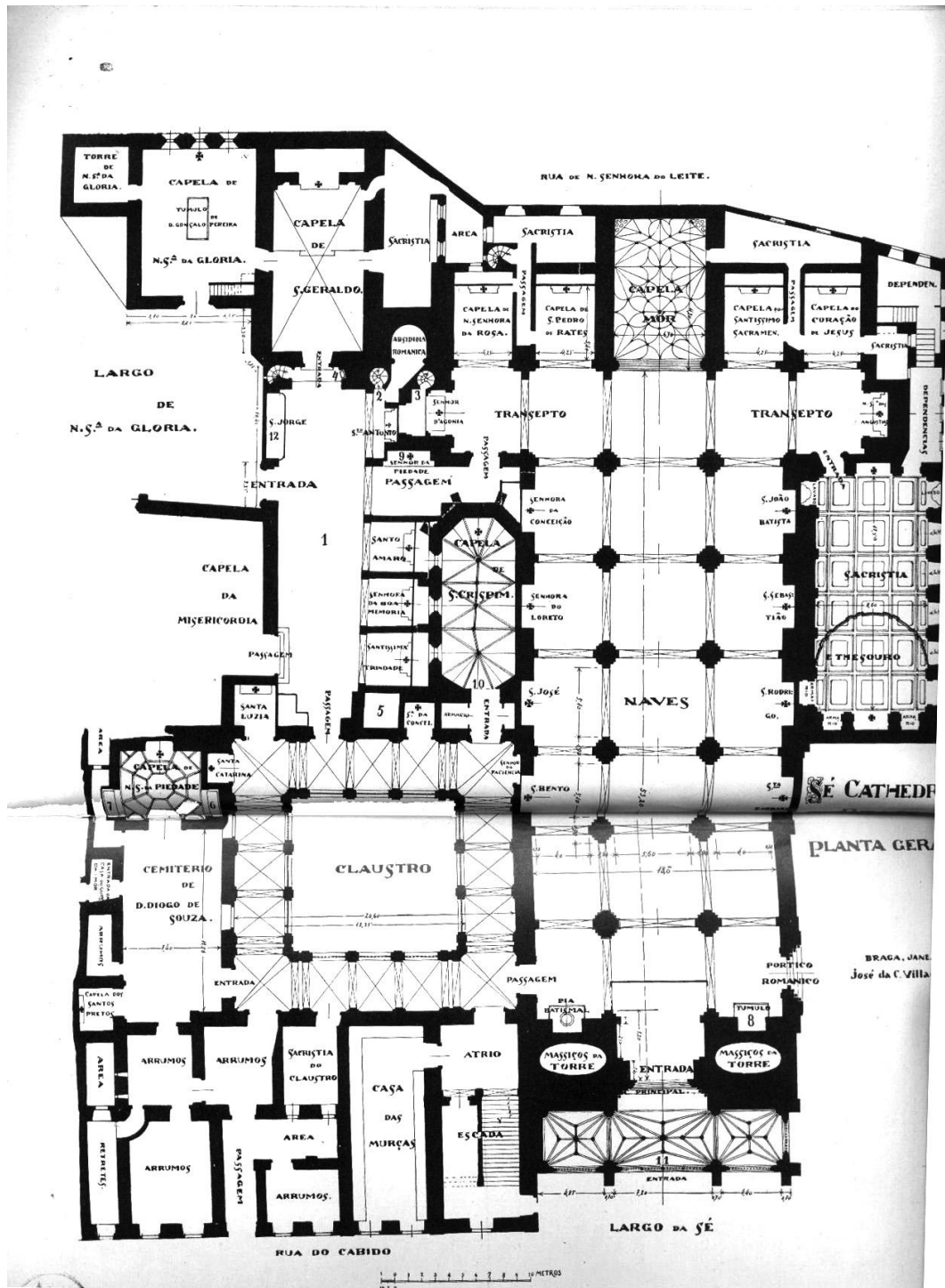
Des. 60 – *Planta Geral da Abadia Beneditina de Alcobaca*. Escala 1:100. Desenho de Ernesto Korrodi, 1927. In *Alcobaca – Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaca* de Ernesto Korrodi, Porto: Monumentos de Portugal, n.º 4 / Litografia de Portugal, 1929. Vol I, tomo 2, p. 1172.

Durante a década de 1920, o desenvolvimento dos estudos históricos artísticos suscitam a necessidade de representar graficamente as diferentes épocas de construção dos monumentos, por via de uma planta com legenda indicando os diferentes períodos da sua evolução arquitectónica.



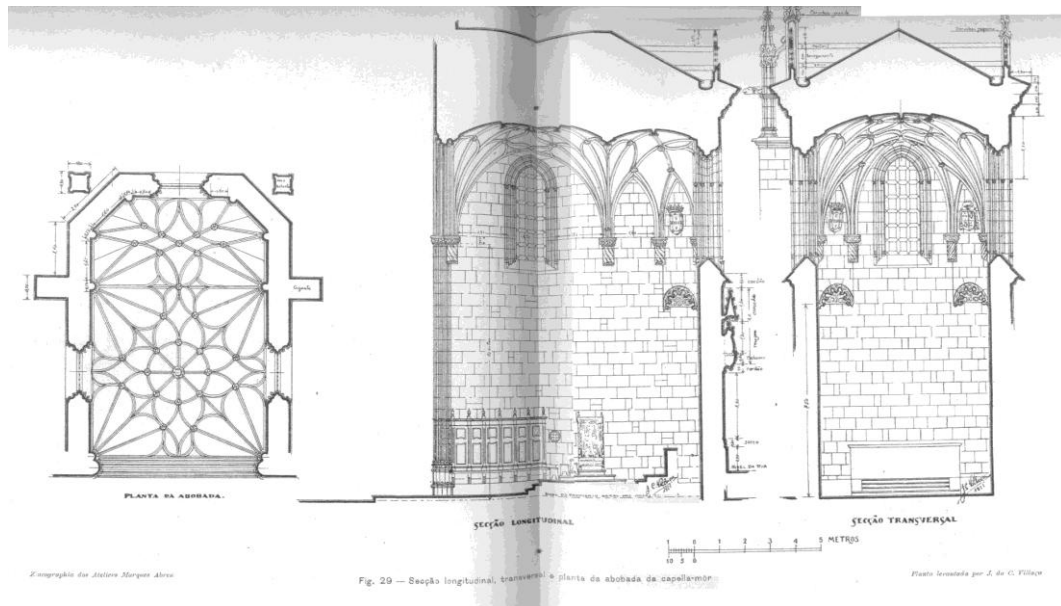
Des, 61 – *Planta da Abadia Cisterciense de Alcobaça, Portugal.* Escala 1:50. Estudo Histórico-Artístico de Ernesto Korrodi, 1927. In *Alcobaça – Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça* de Ernesto Korrodi, Porto: Monumentos de Portugal, n.º 4 / Litografia de Portugal, 1929. Vol I, tomo 2, pp. 1172 e 1240.

Esta planta revela outro interesse dos referidos estudos relacionados com a comparação entre edifícios da mesma família construtiva, como era o caso da arquitectura cisterciense.



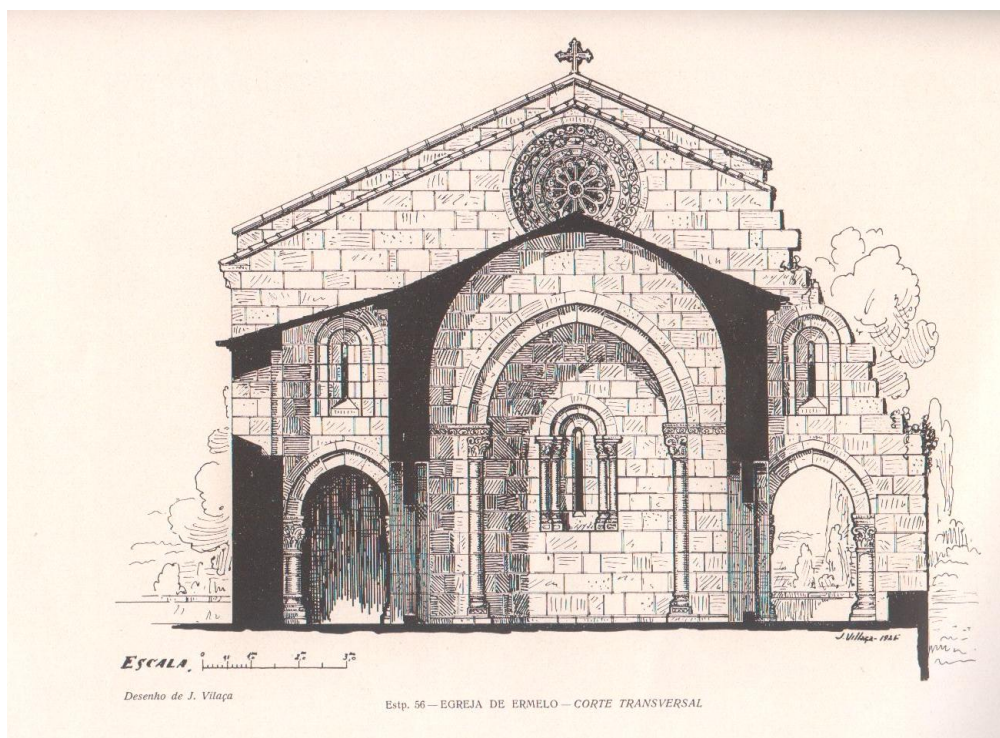
Des. 62 – Sé Cathedral de Braga. Planta Geral. Escala 1:100. Braga, Jan, 1922, José Villaça, archi. Zincogravura dos Ateliers de Marques de Abreu. In *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos*. Porto: Edição Marques de Abreu, 1922, Fig. 1. Vol I, tomo 2, p.1239.

Outra preocupação residiu no levantamento integral dos monumentos nacionais, com todas as partes das suas plantas, alçados, pormenores e detalhes. O caso de conjuntos monumentais complexos, como o de Braga, era ocasião para fixar aspectos que nunca tinham preocupado os arqueólogos e historiadores de arte. A publicação dessas plantas em obras monográficas tornava acessível o conhecimento dos monumentos, que assim chegava a outras camadas sociais, não apenas aos eruditos.



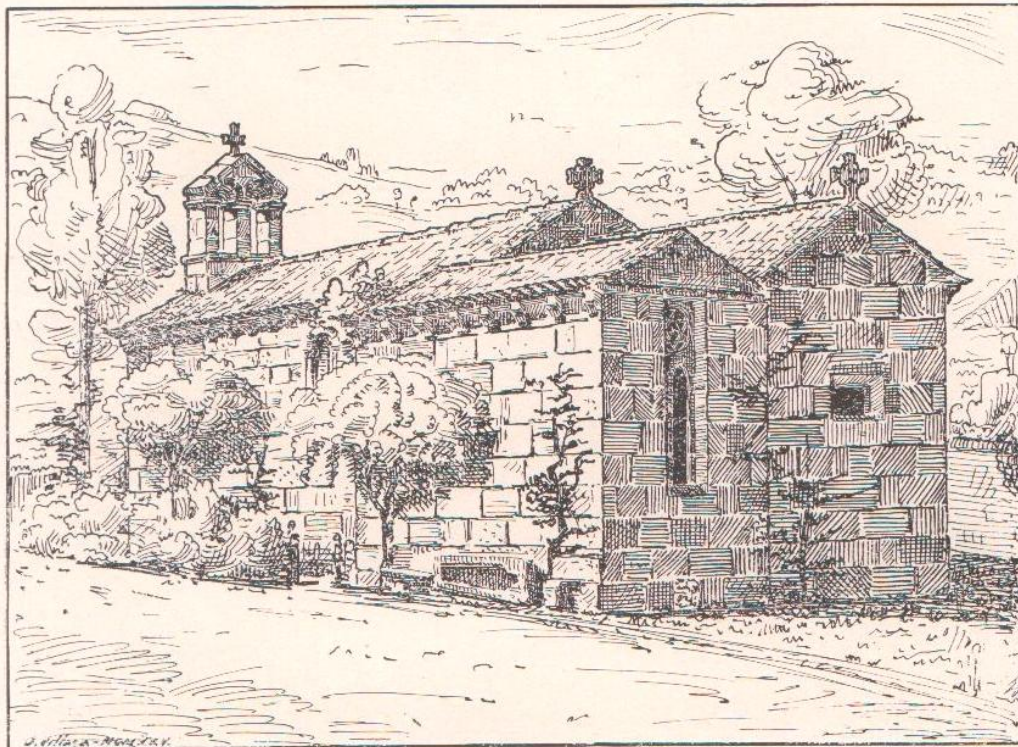
Des. 62 A – Sé *Catedral de Braga. Secção Longitudinal, Transversal e Planta.* Escala 1:50. Braga, 1921. Desenho de J. C. Vilaça. Zincogravura dos Ateliers de Marques de Abreu. In *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos.* Porto: Edição Marques de Abreu, 1922, Fig. 29. Vol I, tomo 2, p. 1239.

José Vilaça, conhecido como arquitecto, afirmou-se como desenhador autodidacta com largo currículo no levantamento do património religioso do Norte de Portugal, trabalhando para o Cônego Aguiar Barreiro, pelo menos desde este estudo, publicado em 1922.



Des. 63 – *Igreja do Ermelo. Corte Transversal.* Escala 1: 30. Desenho de José Vilaça. In *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima,* de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 56. Vol I, tomo 2, p. 1240.

No desenho arquitectónico não interessa só aquilo que está perfeito, mas sim tudo, mesmo a ruína.



Desenho de J. Vilaça

Estp. 63 — CAPELA DE TÁVORA — ASPECTO GERAL

Des. 64 – Capela de Távora. Aspecto Geral. José Vilaça. 1925. In *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 63. Vol I, tomo 2, p. 1240.

O desenho de levantamento passa a ser acompanhado de perspectivas gerais, enquadrando os monumentos no seu ambiente ou mesmo recriando-o. Para que o pequeno património religioso se não perca ele também é passível de inventário, desenho, plantas, alçados, cortes e detalhes referentes a património integrado.

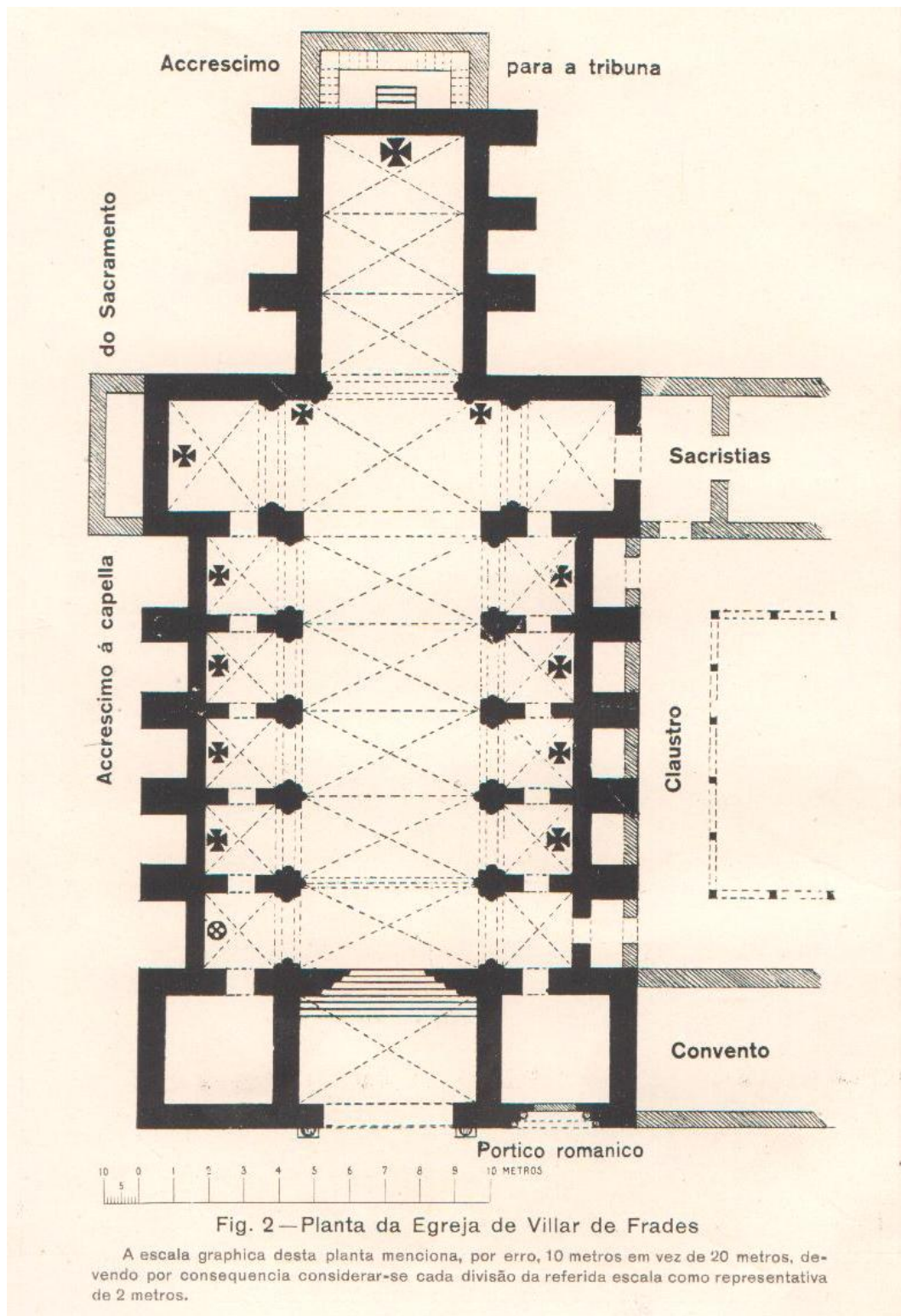
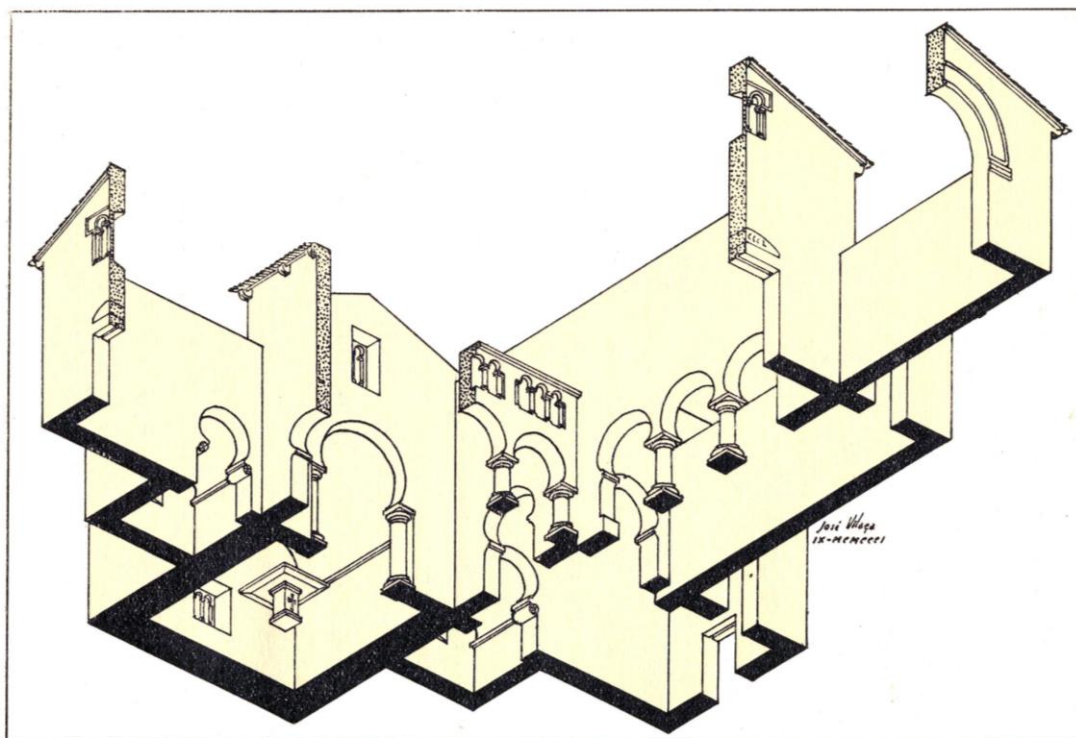


Fig. 2 — Planta da Igreja de Villar de Frades

A escala graphica desta planta menciona, por erro, 10 metros em vez de 20 metros, devendo por consequencia considerar-se cada divisão da referida escala como representativa de 2 metros.

Des. 65 – *Planta da Igreja de Vilar de Frades, Barcelos*. Escala 1:20. S/desenhador. In *A Igreja de Vilar de Frades. Concelho de Barcellos* de Manuel Aguiar Barreiros, Porto: Edições Marques de Abreu, 1919, fig. 2. Vol I, tomo 2, p. 1240.

Saliente-se o gosto da restituição gráfica dos monumentos, que neste caso é assinalado por duas tonalidades, marcando-se a planta primitiva com acentuado relevo e os acrescentos posteriores (que podiam ser eliminados ou não) com outra marcação.

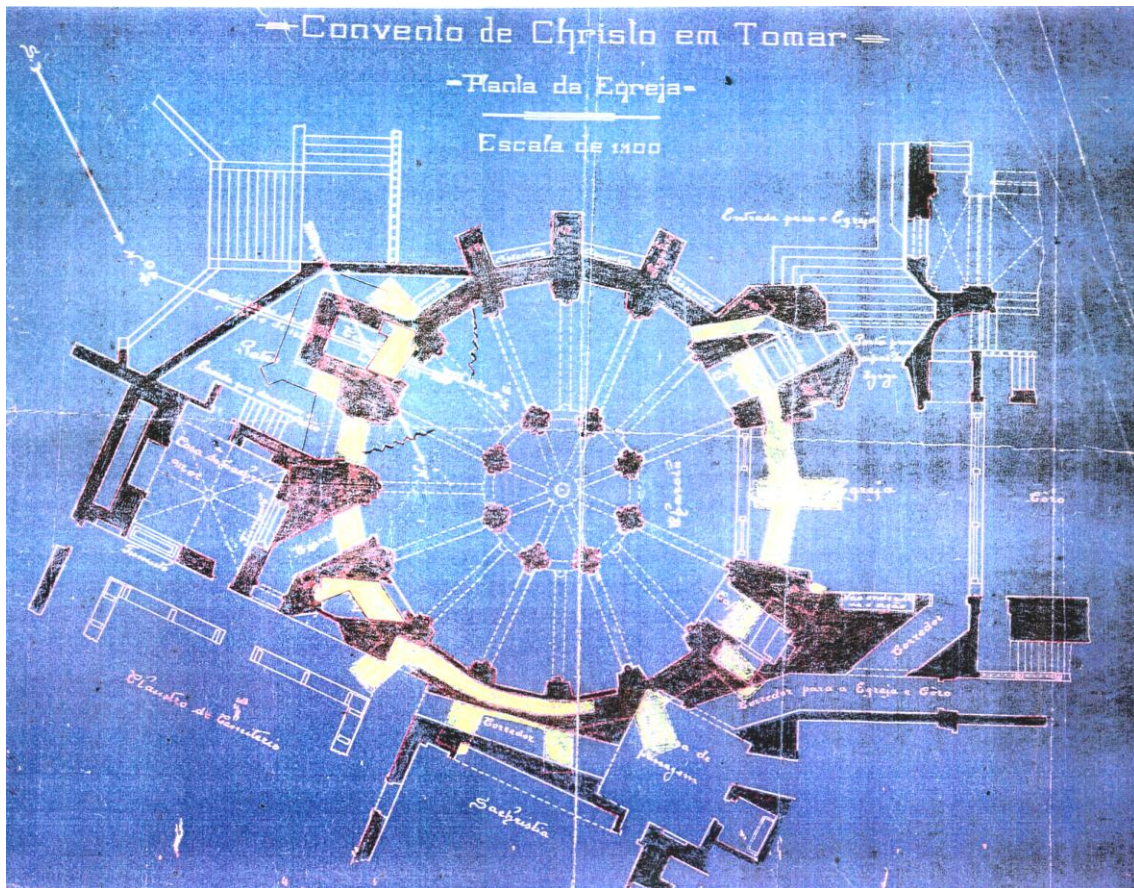


Alçado da igreja

(Projecto de José Vilaça)

Des. 66 – [Perspectiva axionométrica da Igreja de S. Pedro de Lourosa para o 3.º Projecto de restauro de José Vilaça]. Alçado. José Vilaça, Setembro MCMCCCI. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1240.

José Vilaça desenvolveu, entre nós, a técnica de perspectiva axionométrica ou de projecção ortogonal sobre um plano oblíquo, como forma de valorizar os volumes e as formas dos edifícios estudados, na linha de Augusto Choisy e de Gomes-Moreno. De certa maneira esta técnica permitia ter uma noção de volume, a partir das três dimensões dos edifícios a reproduzir evitando, até certo ponto, a construção de modelos.



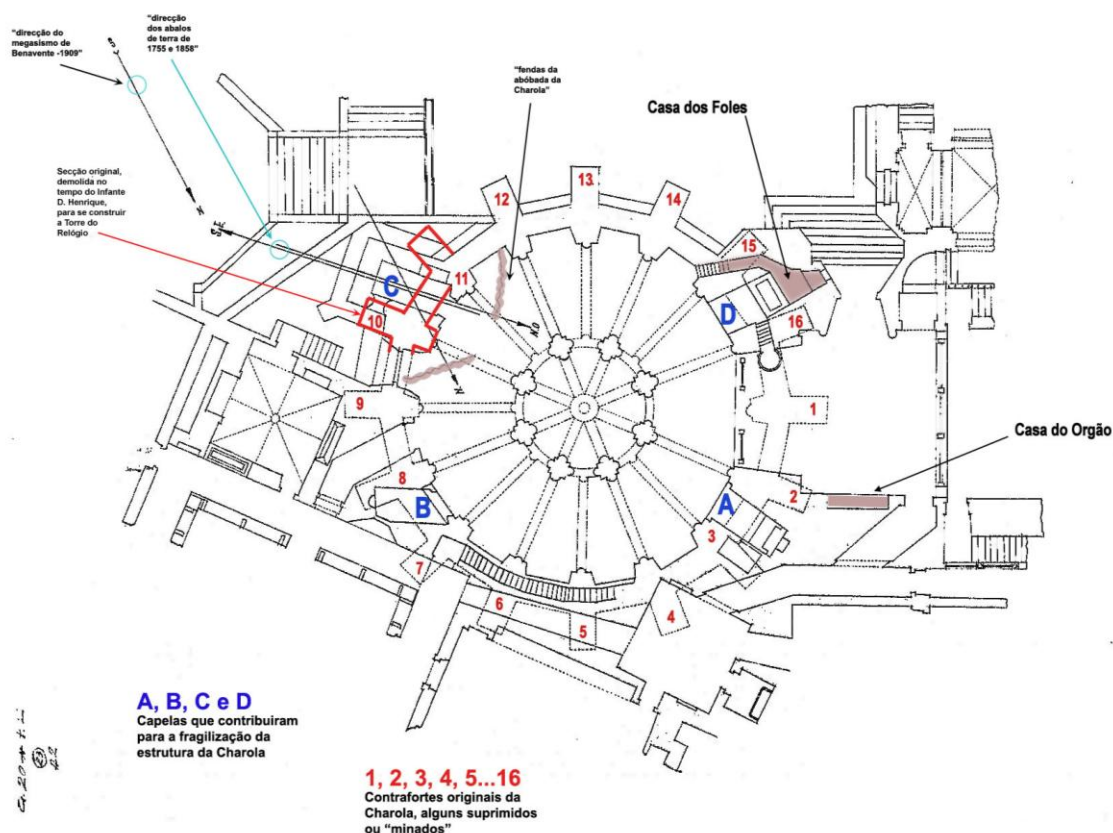
Des. 67 - Convento de Cristo em Thomar. Planta da Igreja, Escala 1:100, s/assinatura. S/data [1921]. Cópia em marion azul. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017988. Vol I, tomo 2, pp. 1272 e 1282.

O original desta planta, cuja base cartográfica foi o levantamento do Convento de Cristo executado pelo condutor de obras públicas/arquitecto Pontes, pode a partir do nosso estudo ficar completamente identificado e datado. A planta integrava a documentação anexa ao “Relatório de Vistoria ao Convento de Cristo em Tomar”, de 22 de Fevereiro de 1921. A planta reflecte o trabalho de estudo da equipa pluridisciplinar criada na CM, em Janeiro desse ano e revela a direcção técnica do arquitecto Adães Bermudes, muito embora agora se possa dizer que não apenas o seu pensamento, mas também o dos seus colegas relatores, os arquitectos José Alexandre Soares e João António Piloto e os dados fornecidos pelo coronel de engenharia, Garcez Teixeira e pelo engenheiro civil, Branco Cabral, da DDOP de Santarém. A amarelo o traçado do primitivo templo-fortaleza dos Templários (séc. XII) que foi demolido ao longo dos séculos seguintes, com a finalidade das sucessivas transformações do oratório de acordo com os novos programas arquitectónicos.

CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR

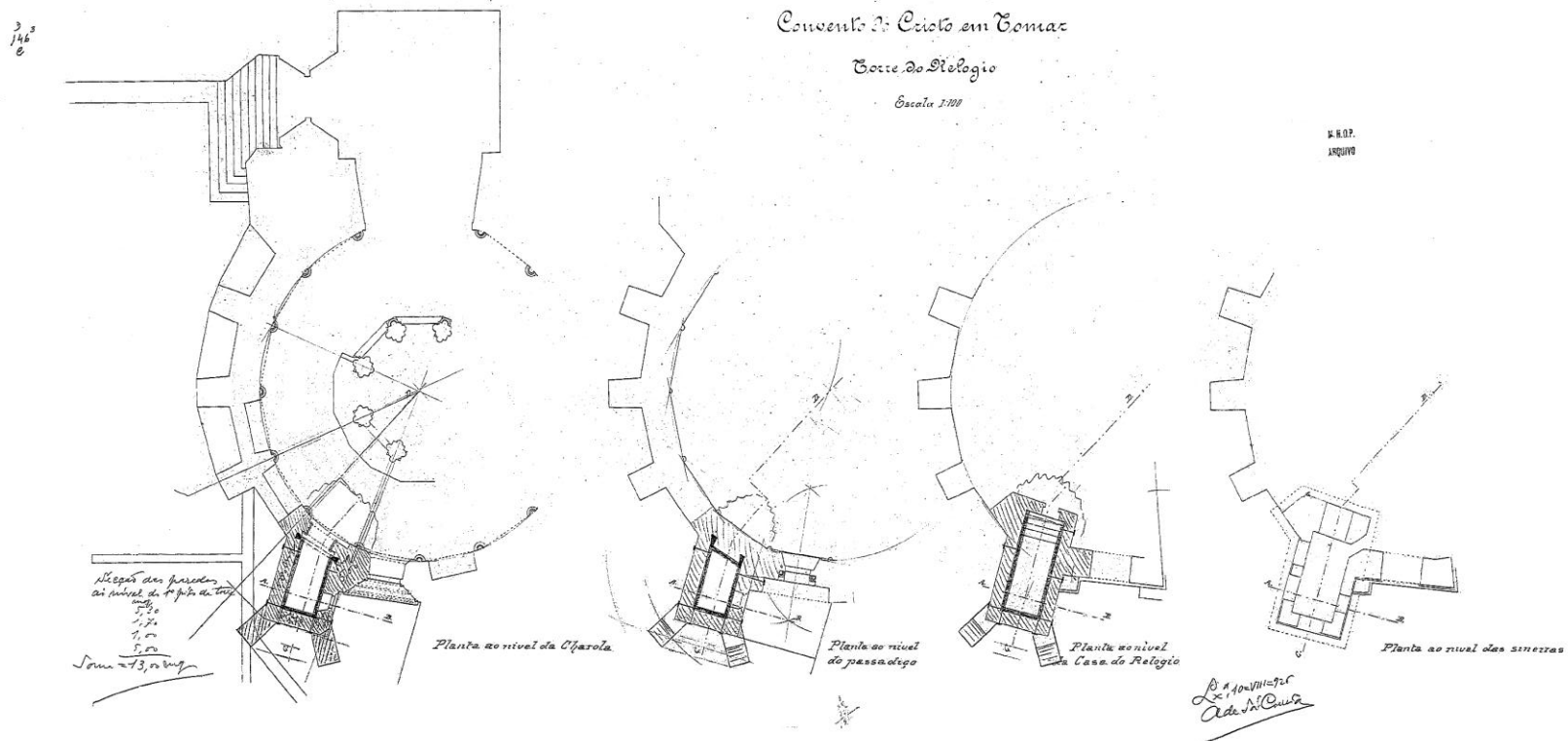
PLANTA DA IGREJA

ESCALA 1:100



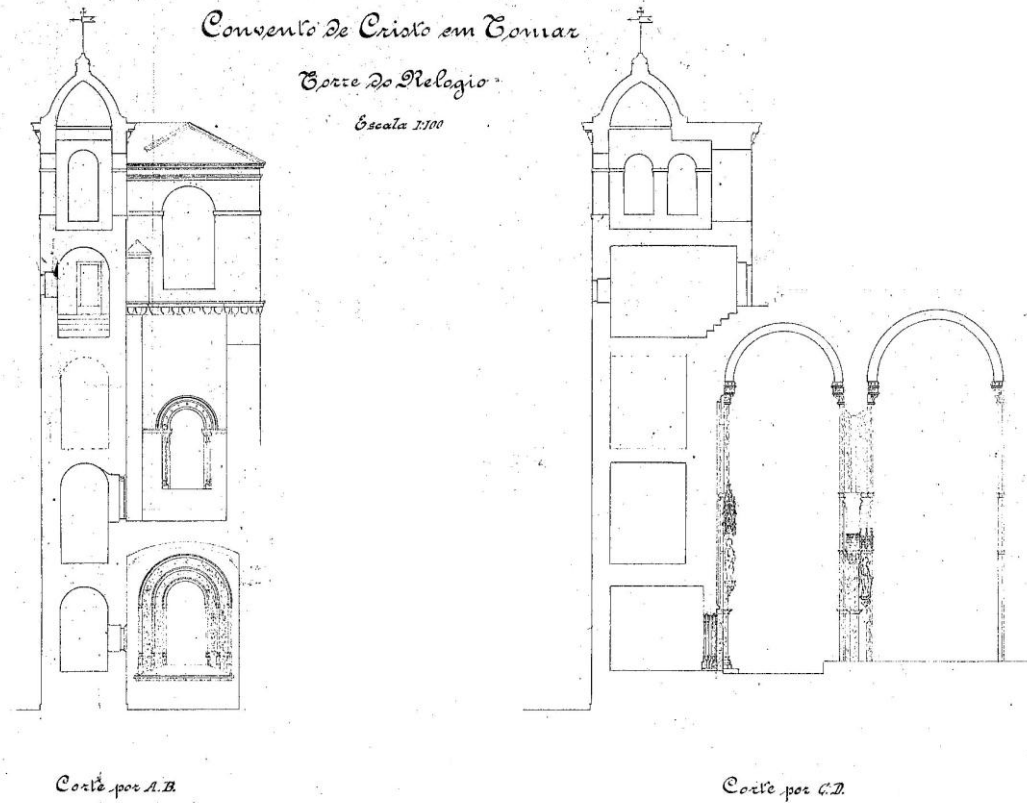
Des. 68 - *Convento de Christo em Tomar. Planta da Igreja*, Escala 1:100, s/assinatura. S/data [1921]. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 018047. Reconstituição do “croquis” apresentado na reunião da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição, em 22 de Fevereiro de 1921. Estudo e desenho de Jorge Custódio e Rui Ferreira. Vol. I, tomo 2, p. 1240, 1273 e 1282.

Sobre uma base cartográfica da ex-DGEMN, procurou-se reconstituir o estudo desenvolvido pela comissão especial criada pela CM, assinalando com números e letras as referências indicadas no “Relatório da Vistoria”, dessa data e a cor, o estudo da primitiva rotunda templária, da torre henriquina, como era considerada naquele templo e da primeira proposta de consolidação das fundações com massame hidráulico. Os autores do estudo (vide desenho anterior) apresentam uma reconstituição gráfica da planta da primitiva igreja, fundamental para o conhecimento das causas das lesões na abóbada anelar da Charola. Neste desenho, os paramentos da rotunda templária foram desenhados em todo o redor, sinalizando-se dezasseis contrafortes, dos quais, apenas três eram visíveis na sua totalidade. A rotunda era formalmente regular com os seus dezasseis lados, albergando no seu interior a edícula octogonal, ambas fundamentais para explicar a abóbada anelar primitiva interior. Era a nascente, junto à Torre do Relógio e por baixo do sino da Baleia, que se localizavam as duas rupturas convergentes (forma parabólica) que arrastariam a Charola para a ruína, se não se procedesse a obras de consolidação. Detectaram-se algumas imprecisões no relatório, como a não referência ao contraforte nº5, igualmente sacrificado com a construção do corredor de ligação entre o claustro de Cemitério e a “casa de passagem” ou a orientação N-S, erro que tinha sido cometido no levantamento do Arquitecto Pontes, que originou a sua reprodução na linha de abalo sísmico do terramoto de Benavente. Os estudos permitiram conhecer melhor as construções de encosto da Igreja manuelina à charola, tanto no arco cruzado, como, sobretudo, junto à Porta sul da igreja. Se bem que assinalada na planta, não há qualquer referência à escada militar situada a norte e cuja entrada se faz, desde o século XVII, pelo claustro do Cemitério. Hoje sabe-se que a escada era uma obra coeva da construção templária, pela profusão de siglas de canteiro iguais às existentes nos paramentos das paredes exteriores e interiores.



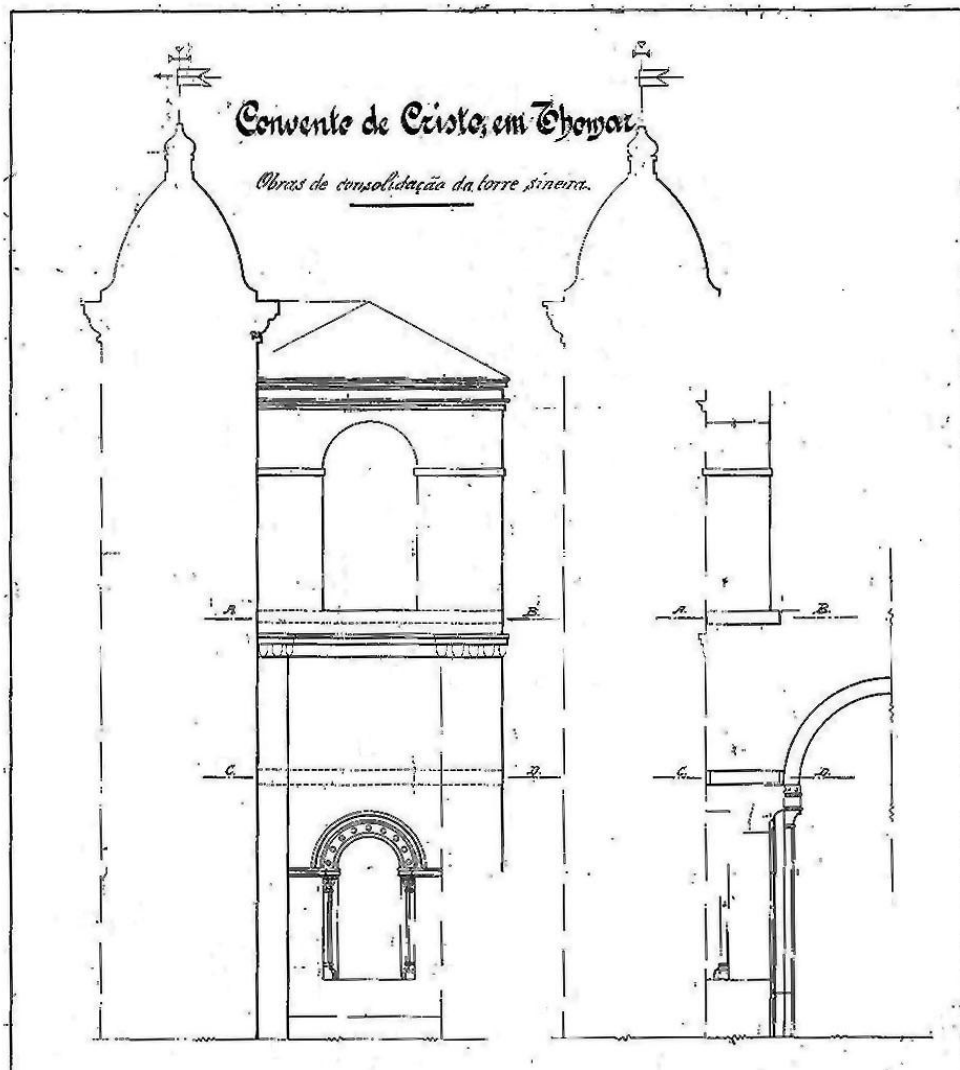
Des. 69 – Convento de Cristo em Tomar. Torre do Relógio. Escala 1:100. Lisboa, 10 de Agosto de 1926. Ass.: A. Sá Correia. AHMOP – D 146 C. Inédito. Vol I, tomo 2, p. 1277.

Levantamento das quatro plantas da Torre do Relógio, ao nível da capela de Nossa Senhora dos Anjos (nível da Charola), do passadizo superior (ligação da Torre com parte superior do claustro do Cemitério, por cima do pequeno alpendre da janela castilhana), da Casa do Relógio e das sinetas. Esta planta revela estudos matemáticos referentes às secções das paredes ao nível do primeiro piso da torre e a representação do pilar oco interior a ser construído em betão armado, em toda a altura dos três primeiros níveis da torre (até à Casa do Relógio). Esta planta revela duas linhas A.B. e C.D. correspondentes a dois cortes e alçados que podemos observar no desenho seguinte.



Des. 70 – *Convento de Cristo em Tomar. Torre do Relógio. Corte por A.B. e Corte por C.D. Escala 1: 100. s/data [1926]. S/ assinaturas [A. de Sá Correia?]. EX-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017994. Vol I, tomo 2, p.1277.*

Cortes fundamentais para a identificação precisa dos quatro níveis das torres do relógio e sineira e sua articulação estrutural com a Charola. Pelo quarto piso acedia-se ao extradorso da abóbada anelar (templária) e central (manuelina) do Templo.



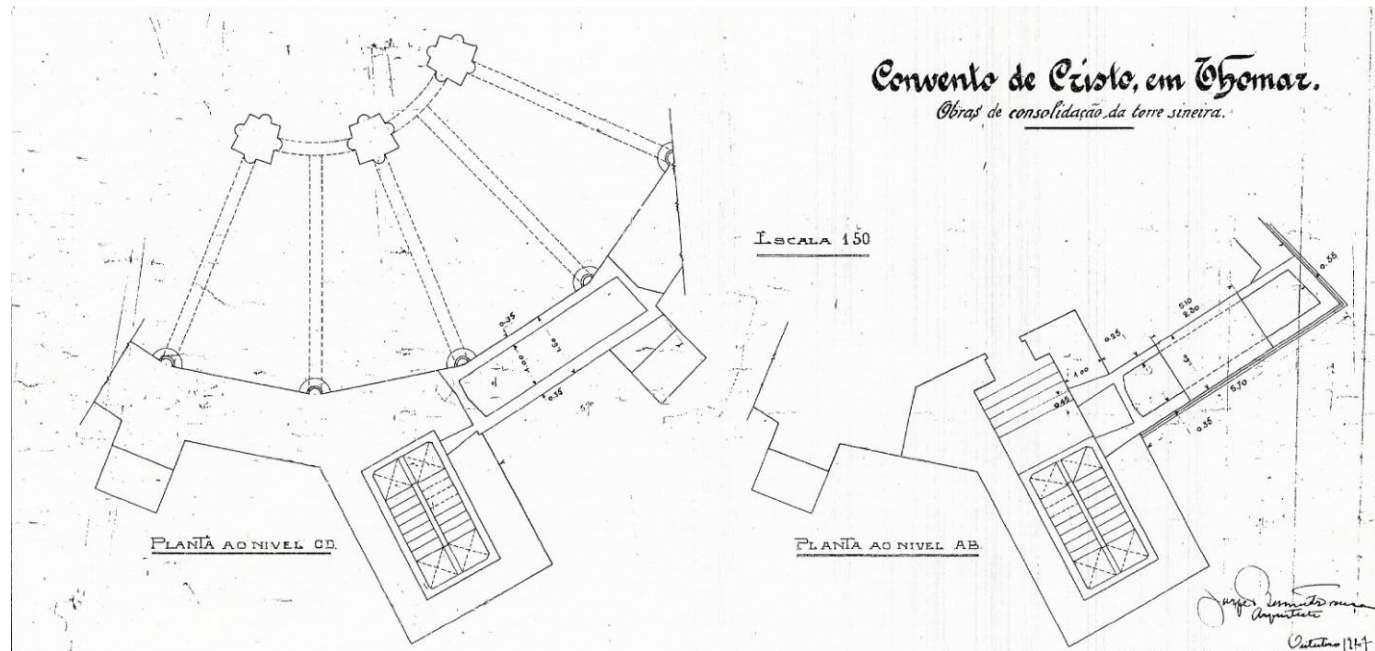
Des. 71 – Convento de Cristo, em Thomar. Obras de consolidação da torre sineira. Alçado. Corte por E.F. Escala 1:50. Outubro de 1927. Ass.: Jorge Bermudes França. Arquitecto. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017995. Vol I, tomo 2, p.1278.

Des. 71 A – Convento de Cristo, em Thomar. Obras de consolidação da torre sineira. Planta ao Nível CD e Planta ao Nível AB. Escala 1:50. Outubro de 1927. Ass.: Jorge Bermudes França. Arquitecto. EX-DGEMN (actual IHRU) – Desenho 017989. Vol. I, tomo 2, p. 1278.

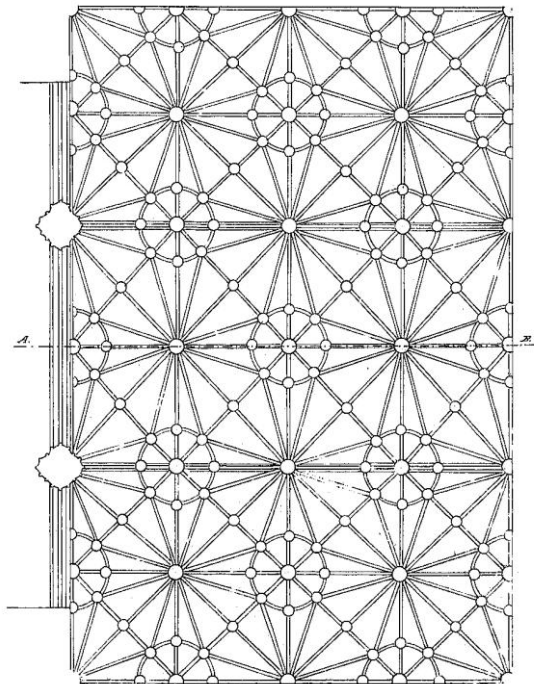
Plantas e alçados pertencentes ao conjunto de desenhos referentes às obras de consolidação da torre sineira, naquela altura, um conjunto constituído pelo nível superior da Torre do Relógio e campanário dos meados do século XVI, para colocação do sino denominado a “Baleia”.

Na torre sineira identificámos obras no século XVI, durante o reinado de D.

Manuel (entre 1501, data do sino mais antigo e 1510, momento que arranca a construção da igreja a ocidente) e o reinado de D. João III (correspondente à montagem do relógio mecânico em articulação com o sino das horas, datado de cerca de 1545). Estas duas épocas estão perfeitamente identificadas na construção da torre sineira, cujos vestígios ainda se observam na reconstrução de 1764 -1765 (cartela inserida na abóbada, com a data de 1765), na sequência do terramoto de 1755. Nos fins do século XVI ou no século XVII foi construída a casa do sineiro, uma ampla estrutura coberta de telhado para proteger quem detinha a função de bater os sinos, nas ocasiões festivas). O campanário do sino “Baleia” revela uma obra clássica, de inspiração medieval, onde se colocou a grande campana mandada executar no espírito da reforma da Ordem de Cristo. Aproveitamos o seu restauro para rever e ler a inscrição (4 de Setembro de 2006), em letra gótica minúscula, que o envolve em diferentes registos circulares: **Registo superior:** □ *Regianten · seculorum · immortal · inuisibili · solideo · honor · et gloria · in secula · seculorum · amen* ; **Registo médio /superior:** *ne nostra* ; **Registo médio:** □ *Benedictus · deus · et pater · domini · nostri · iesu · christi · pater · misericordiarum · et deus totius · consolationis · qui consolatur · nos in omni tribulatio* ; **Registo inferior:** □ *Este sino · mandaroam fazer os muito · reuerendos padres · reformados do conbento · de tomar · da orden de nostro · sōr · iesu · xpo · no anno · de · m · b · l · ix · sēdo don prior · geral · da di · ta orden · o muito reberendo · padre frai clemente · otrossi reformado · .* Os desenhos identificam a colocação dos dois vigamentos de betão armado (A.B. e C.D.) que foram colocadas durante as obras. A primeira, por baixo do arco do campanário (obrigando à destruição da antiga porta de ligação, entre a casa do relógio e a torre sineira, pela casa do sineiro) fixou-se às paredes da torre, na casa do relógio (sul) e às paredes da Charola opostas (norte). A segunda placa (C. D.) foi colocada por cima do arco semicircular da janela românica templária (ligação longitudinal entre o pilar oco interior da torre e o paramento oposto e ligação transversal entre o paramento murário da janela e o extradorso das aduelas de arranque do tramo da abóbada, por cima do capitel). Ambos revelam ancoragem dos vigamentos à escada e paramentos da torre, bem como respectivas medidas.



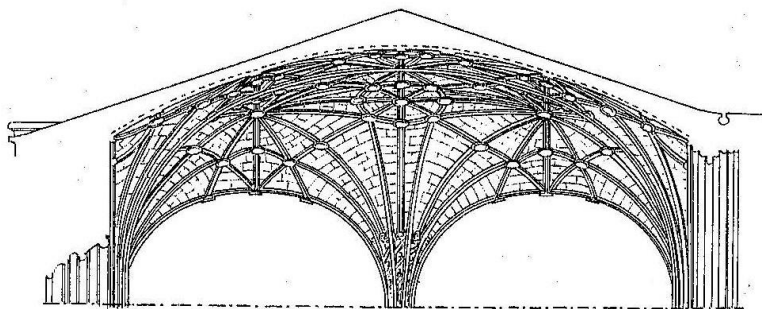
Igreja dos Jeronimos
Abobada do Cruzeiro



Des. 72 – Igreja dos Jerónimos. Abóbada do Cruzeiro. Planta. Escala 1:100. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018563. Vol I, tomo 2, p. 1301.

Indica o corte A. B. como se pode ver no desenho seguinte.

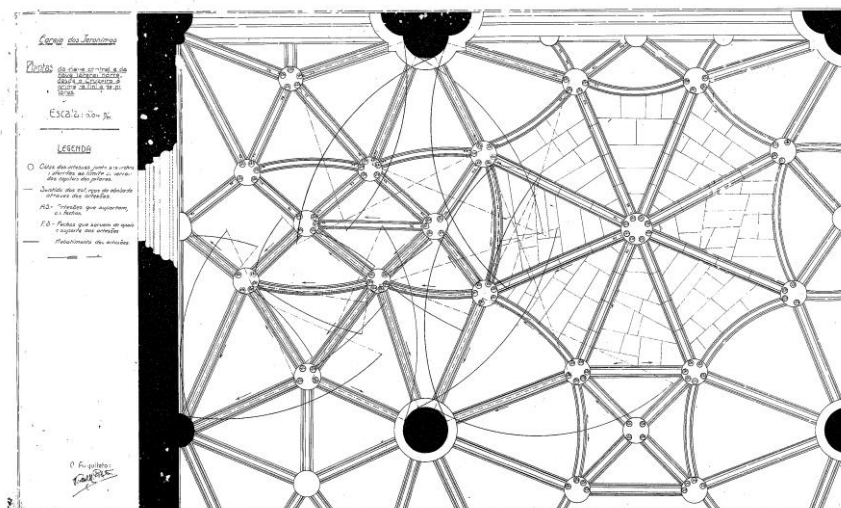
Igreja dos Jeronimos
Abobada do Cruzeiro



Corte por A.B.

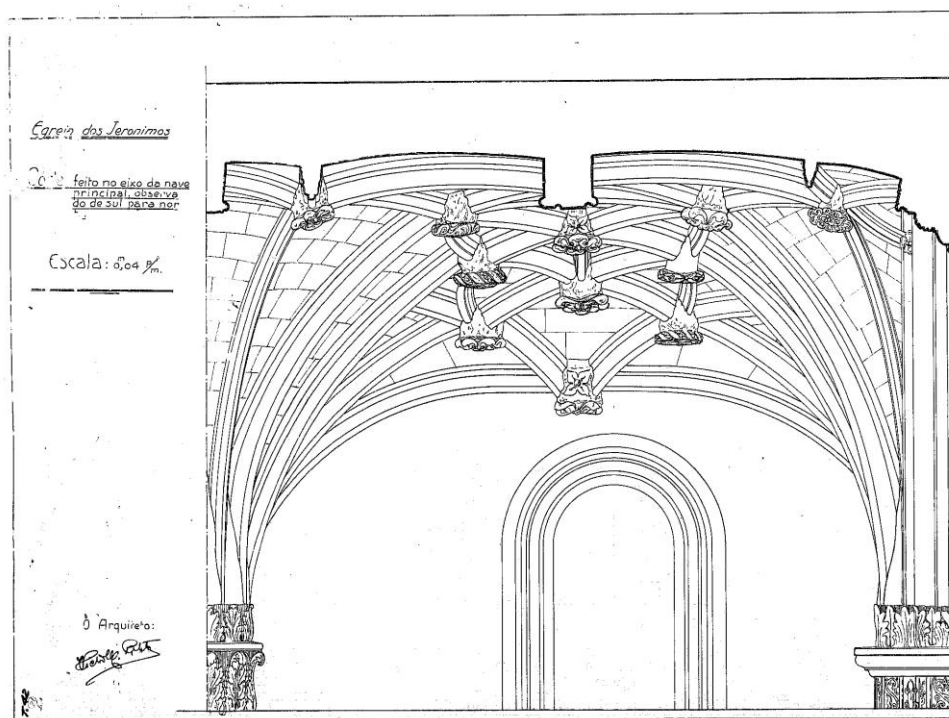
Escala 1:100

Des. 73 - Igreja dos Jerónimos. Abóbada do Cruzeiro. Corte por A.B. Escala 1:100. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018561. Vol I, tomo 2, p. 1301.

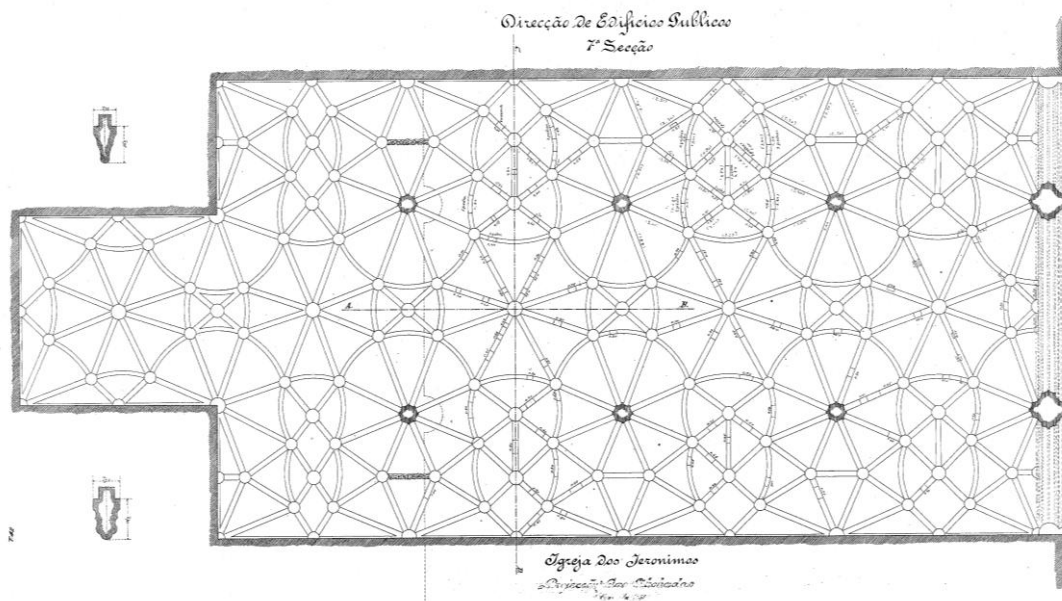


Des. 74 – Igreja dos Jerónimos. Plantas da nave central e da nave lateral norte desde o Cruzeiro à primeira linha de pilares. Escala 0.04 / p. m. Arquitecto Victor M. Pilotto. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018558. Vol I, tomo 2, p. 1301.

Este desenho revela os estudos que foram necessários realizar para determinar os problemas da abóbada. O desenho representa esses estudos desde a medição das cotas topográficas dos artesões, tiradas nos fechos, o sentido do esforço dos mesmos, observados através dos artesões e rebaixamento daqueles que se encontravam em perigo. As letras A.S. referem-se aos artesões que suportavam os fechos e as letras F.S. os fechos de abóbada que servem de apoio e suporte aos artesões. As cotas foram obtidas em relação ao limite superior dos capitéis dos pilares. Esta planta da abóbada da nave central e lateral norte dos Jerónimos foi publicada pela primeira vez, por Mendes Atanásio. *A Arte do Manuelino*, Lisboa: Presença, 1984, p. 124, tal como a referente ao Des.72 (p.126).

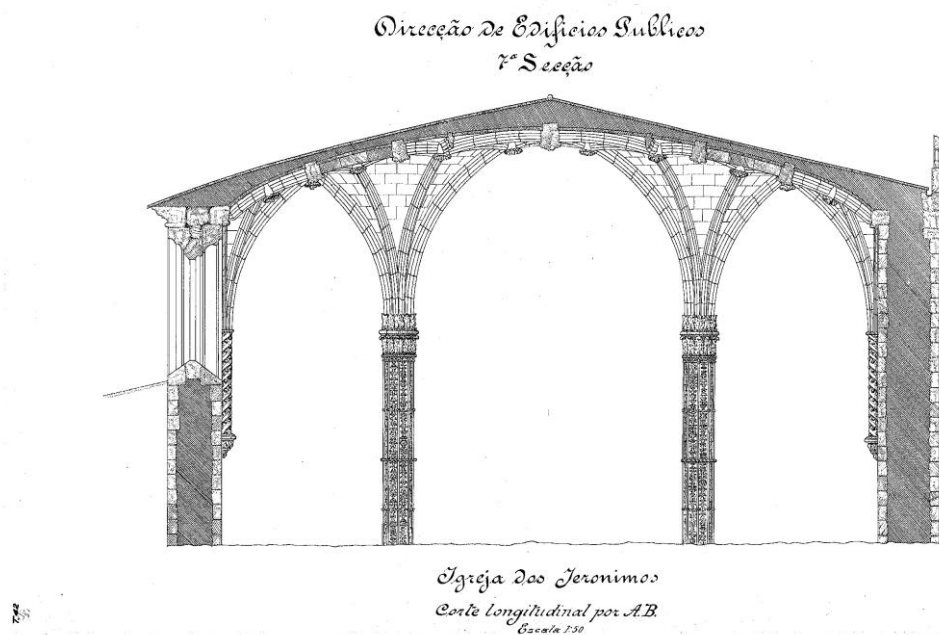


Des. 75 – Igreja dos Jerónimos. Corte feito no eixo da nave principal, observada de sul para norte. Escala 0.04 / p. m. Arquitecto Victor M. Pilotto. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018560. Vol I, tomo 2, p. 1301.



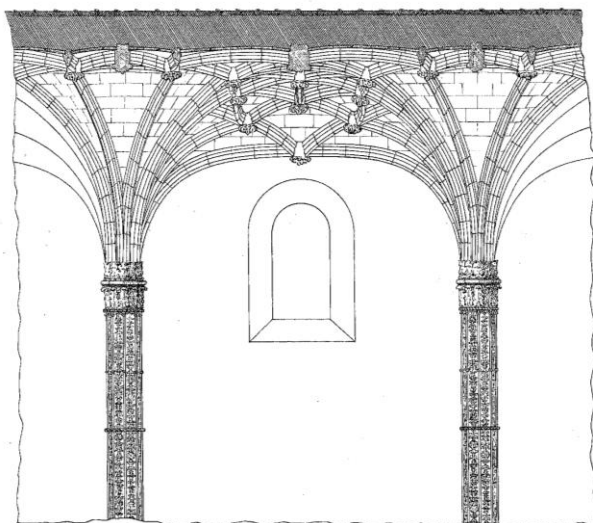
Des. 76 – Direcção de Serviços Públicos, 7.ª Secção. Igreja dos Jerónimos. Projecção das abóbadas. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018565. Vol I, tomo 2, p. 1300.

São indicadas as pedras e respectivas medidas e quantidades que importava substituir para repor a estabilidade da abóbada. O arquitecto desenha dois fechos de abóbada, com respectivas medidas que deviam ser substituídos. Assinala o corte longitudinal A. B. e o corte transversal C. D., cujos desenhos publicamos de seguida.



Des. 77 – Direcção de Serviços Públicos, 7.ª Secção. Igreja dos Jerónimos. Corte longitudinal por A. B. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018564. Vol I, tomo 2, p. 1300.

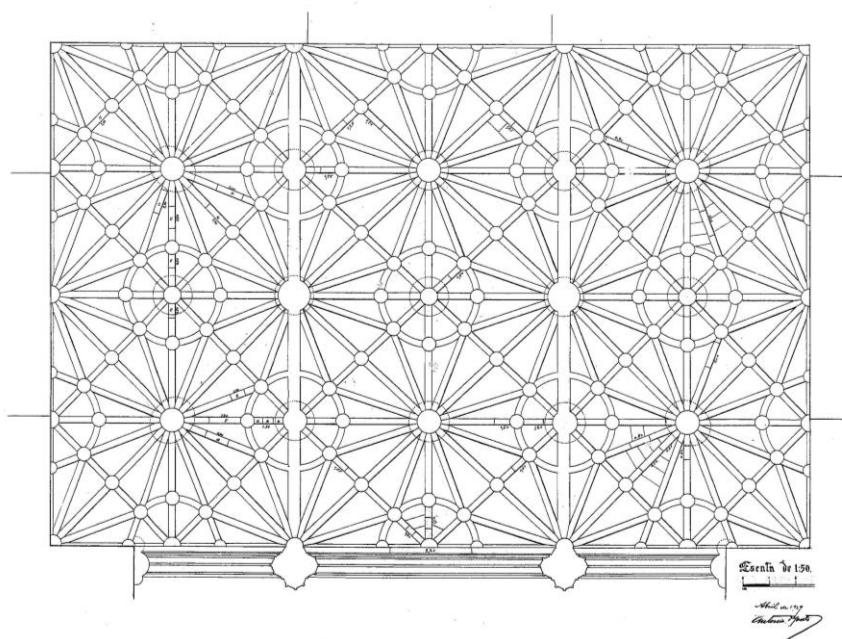
Direcção de Edifícios Públicos
7.ª Secção



Igreja dos Jerónimos
Corte transversal por C. D.
Escala 1:50

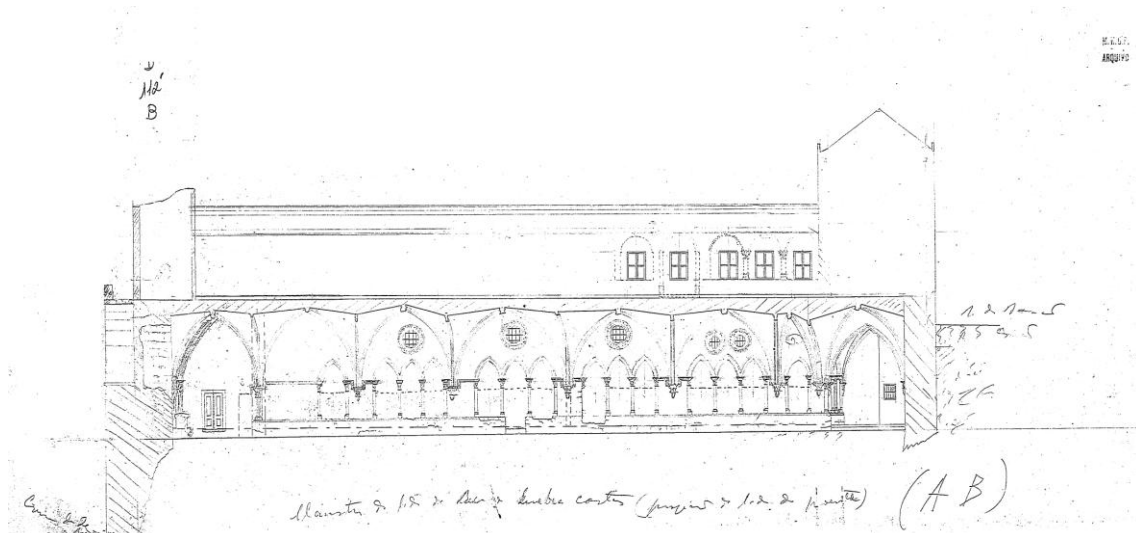
Des. 78 – *Direcção de Serviços Públicos, 7.ª Secção. Igreja dos Jerónimos. Corte transversal por C. D. Escala 1:50. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018562. Vol I, tomo 2, p. 1300.*

IGREJA DOS JERÓNIMOS
Restauração das Abobadas do Cruzeiro



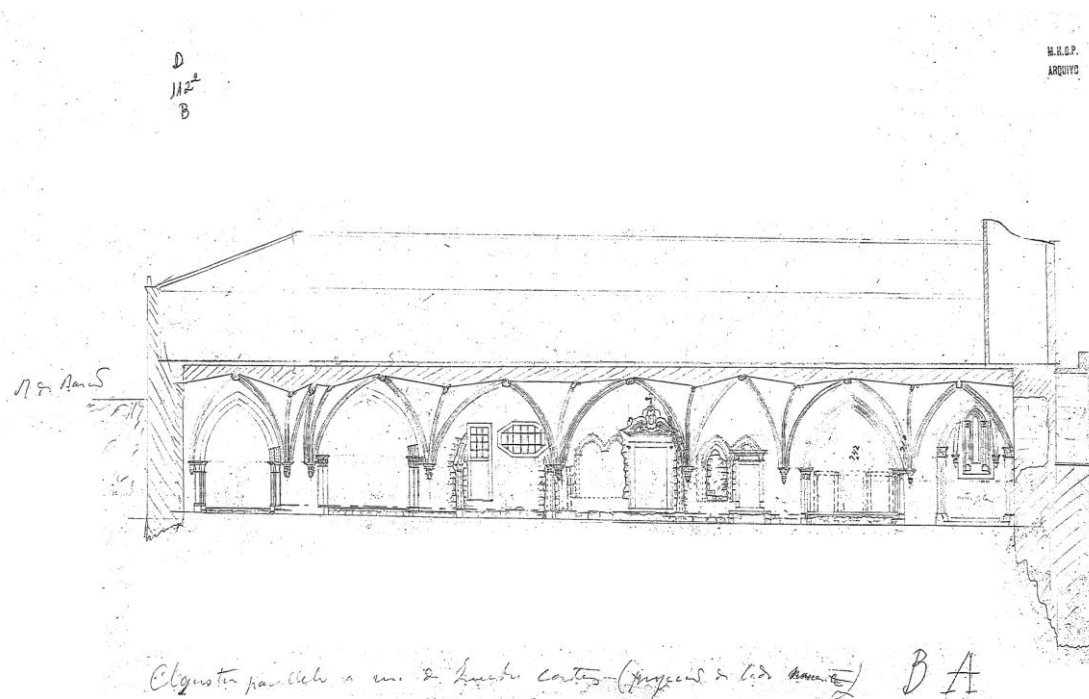
Des. 79 – *Igreja dos Jerónimos. Restauração das Abobadas do Cruzeiro. Escala 1:50. Arquitecto António do Couto, Abril de 1929. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018557. Vol I, tomo 2, p.1301.*

Através deste desenho concluímos que as obras do restauro das abóbas do cruzeiro aconteceram a partir de 1929, já depois do restauro das abóbas da nave, mas no mesmo espírito dos estudos iniciados ainda sob a direcção da AGEMN e dos pareceres da CM (1921-1926).

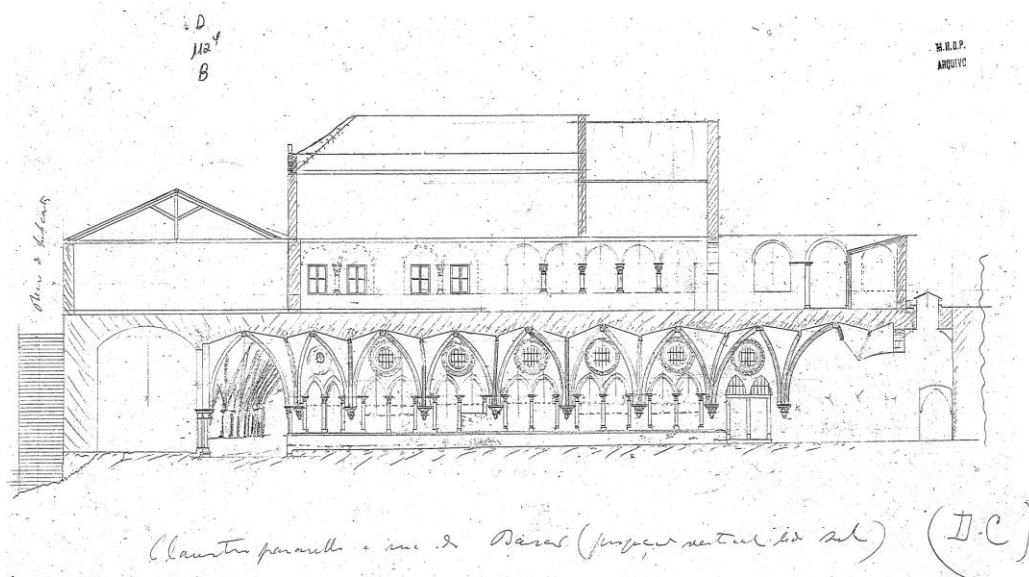


Des. 80 – [Sé de Lisboa]. Claustro do lado do beco do Quebra-Costas (projecção do lado do poente). [Corte] A. B. S/Escala [1:100]. Desenho: assinatura imperceptível [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112¹ B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.

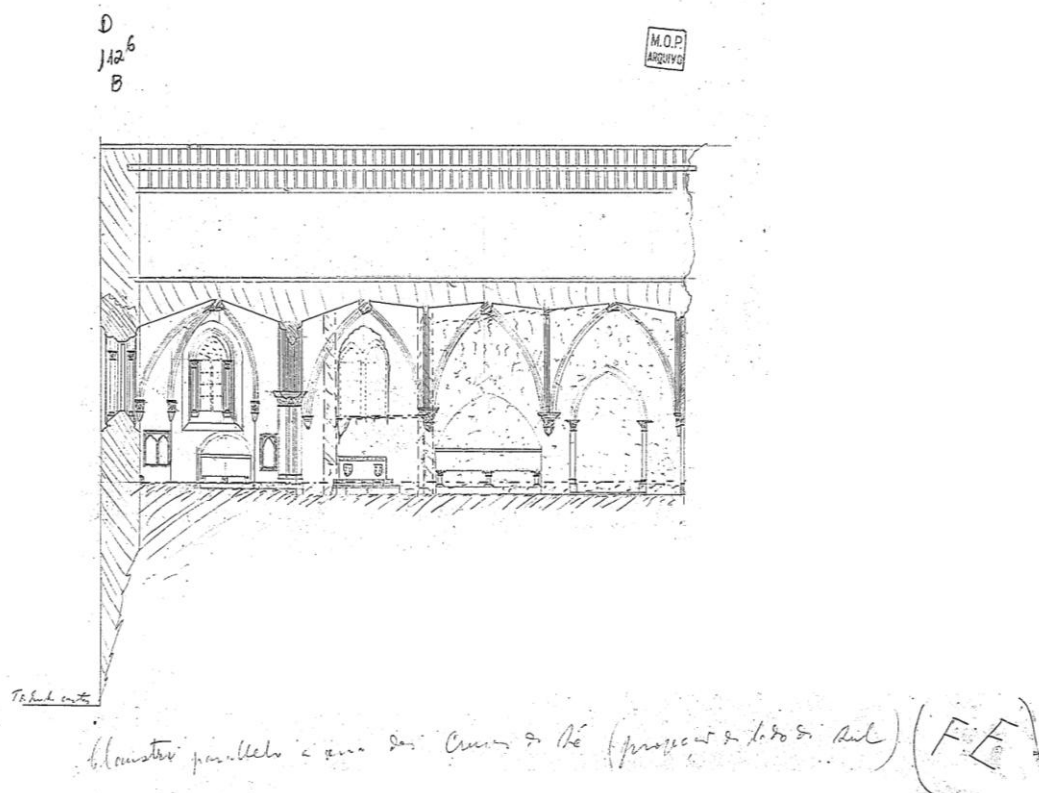
Primeiro desenho de uma série de doze desenhos preparatórios (originais e cópias) para o levantamento do claustro da Sé, destinados a representar o estado actual das construções.



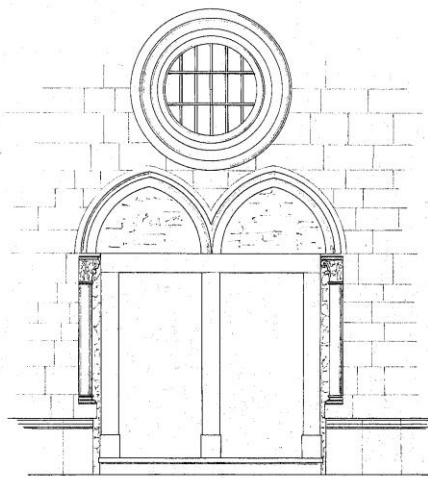
Des. 81 – [Sé de Lisboa]. Claustro paralelo à rua do Quebra-Costas (projecção do lado do nascente). [Corte] B. A. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112² B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.



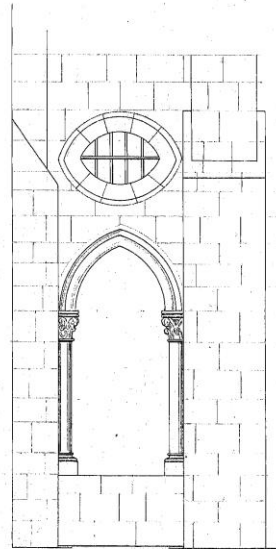
Des. 82 – [Sé de Lisboa]. Claustro paralelo à rua do Barão (projecção vertical lado sul). [Corte] D. C. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112⁴ B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.



Des. 83 – [Sé de Lisboa]. Claustro paralelo à rua das Cruzes da Sé (projecção do lado sul). [Corte] F. E. S/Escala [1:100]. Desenho: Sem assinatura [Efigénio Malaquias Guedes]. Cerca de 1906. AHMOP – D 112⁶ B. Vol I, tomo 2, p. 1305, Vol. II, p. 737.



ESTADO ANTIGO DA SEGUNDA ARCADEA DO CLAUSTRO NORTE
VISTA DO LADO INTERIOR



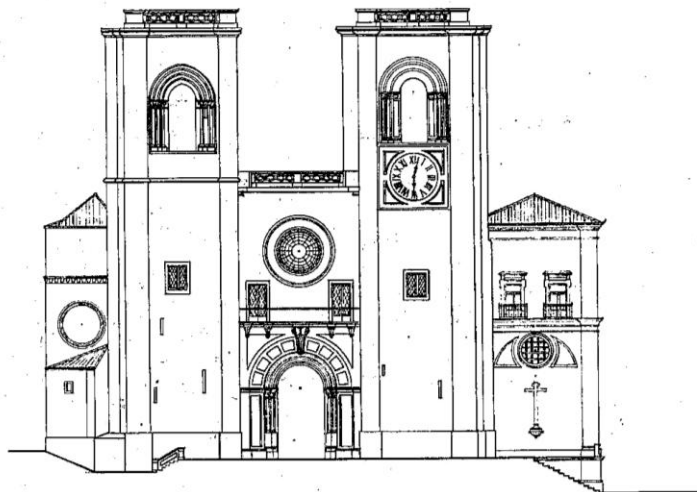
ESTADO ANTIGO DA PRIMEIRA ARCADEA DO CLAUSTRO NASCENTE
VISTA DO EXTERIOR

Escala 1:20

Des. 84 – [Sé de Lisboa. Claustro]. Estado Antigo da Segunda Arcadea do Claustro Norte. Vista do Lado Exterior e Estado Antigo da Primeira Arcadea do Claustro Nascente. Vista Exterior. Escala 1:20. Sem indicação de desenhador. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 018960. Vol I, tomo 2, p. 1305.

DESENHO Nº4

— SÉ PATRIARCAL DE LISBÔA —
— ANTERIORMENTE ÀS OBRAS DE RESTAURO —

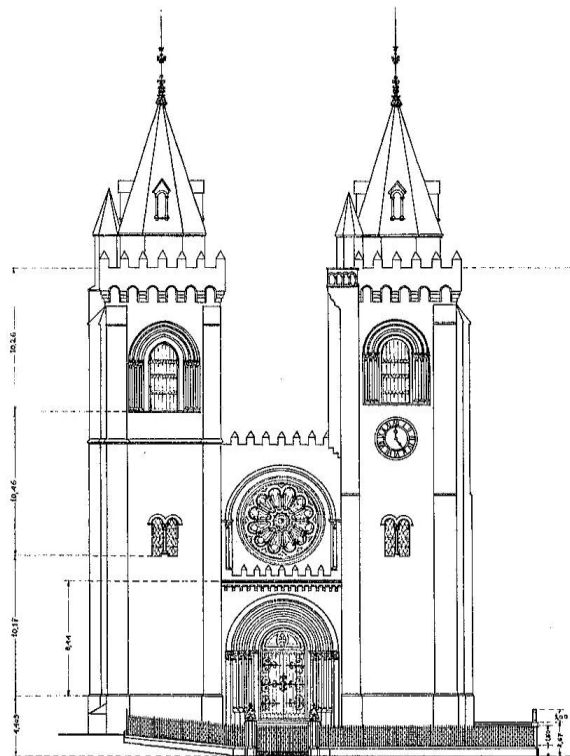


— ALÇADO PRINCIPAL —
— ESCALA DE 1:200 —
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

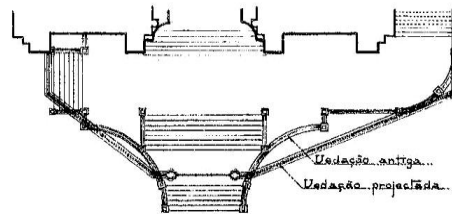
205430

Des. 85 – Sé Patriarcal de Lisboa. Anteriormente às Obras de Restauro. Alçado Principal. Escala 1:200. Desenho n.º 4. Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 019978. Vol I, tomo 2, p.1306

— SÉ PATRIARCAL DE LISBÔA —
— PROJECTO DE RESTAURAÇÃO —



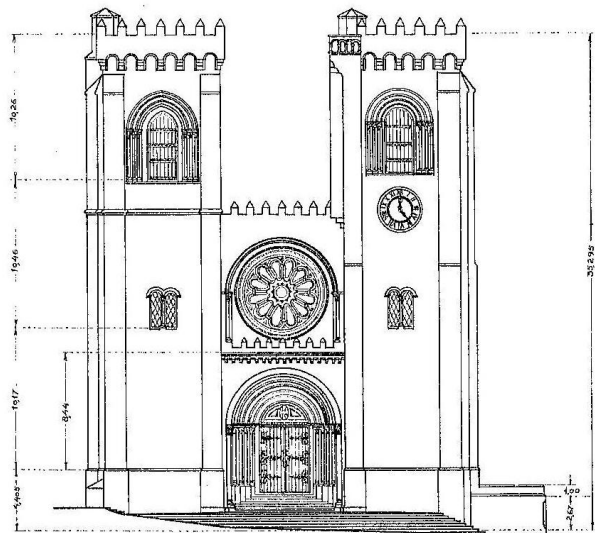
— ALÇADO PRINCIPAL —
.. ESCALA DE 1:200 ..



— PLANTA DO ADRO —

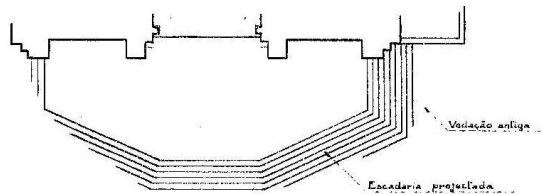
T-110 (21)
R. 93

— SÉ PATRIARCAL DE LISBÔA —
— PROJECTO DE RESTAURAÇÃO —



— ALÇADO PRINCIPAL —

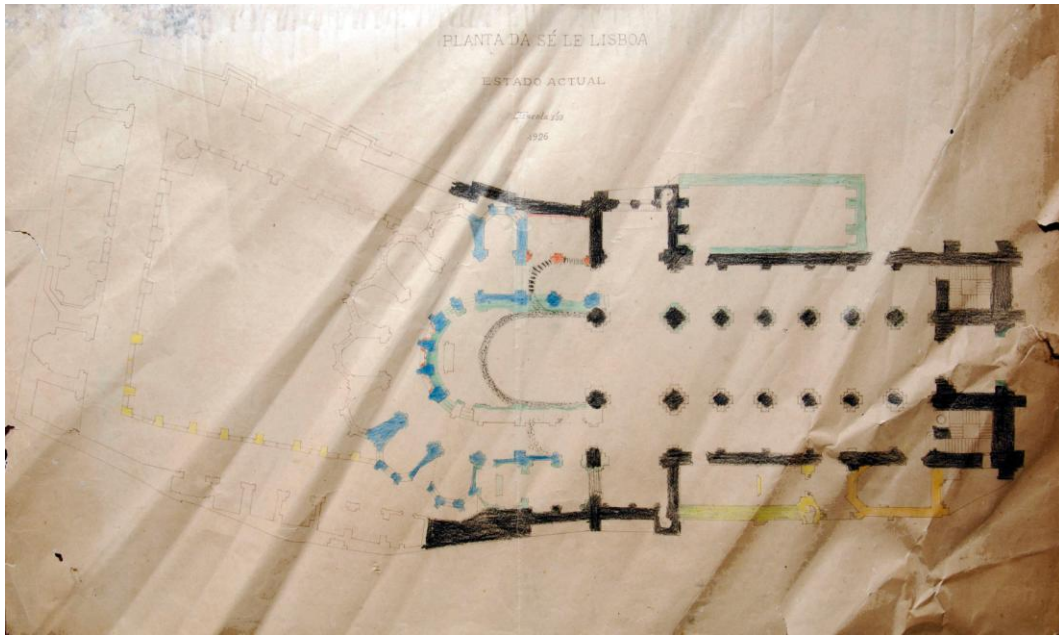
.. ESCALA DE 1:200 ..



— PLANTA DO ADRO —

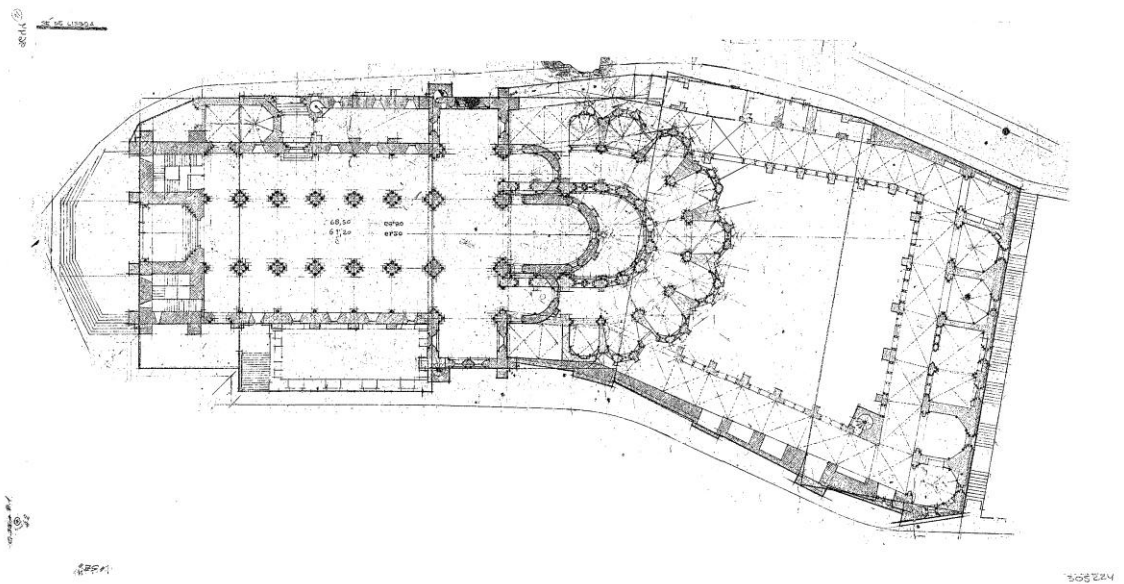
20
114
113

Des. 87 – Sé Patriarcal de Lisboa. Projecto de Restauração. Alçado Principal. Planta do Adro. Escala 1:200. Desenho n.º 5.[1936], Ex-DGEMN (actual IHRU), Desenho 020007. Vol I, tomo 2, pp.1307 e 1310.

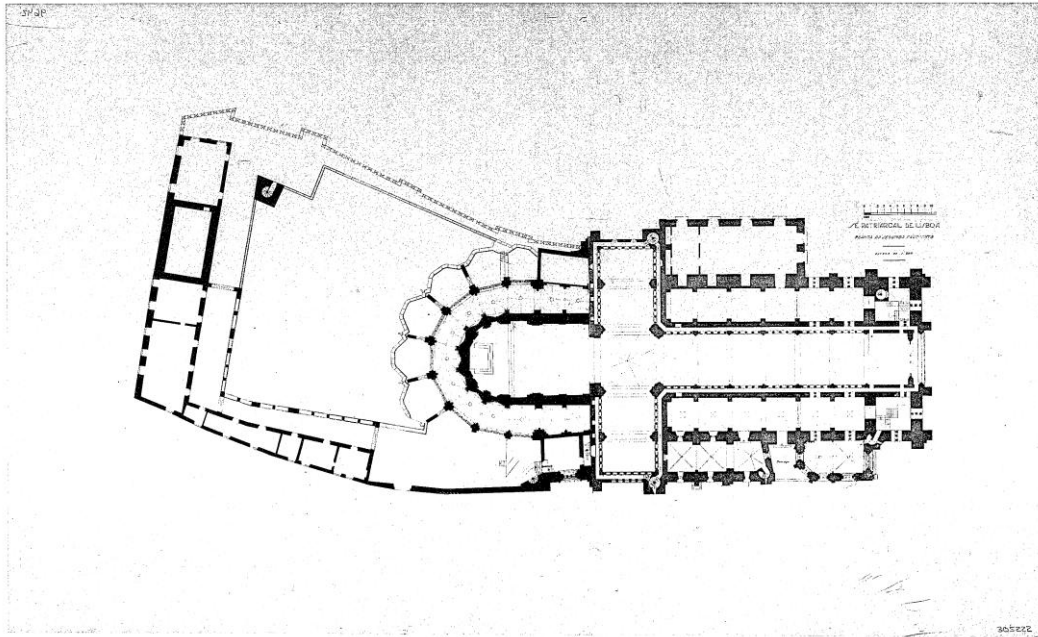


Des. 88 – *Planta da Sé de Lisboa. Estado Actual.* 1926. Escala: 1:200, S/ass. Original. Papel. Desenho a tinta e a lápis: 850 X 390 mm. ANBA – Gaveta 1, Pasta n.º 12, n.º 492-A. Mau estado de conservação. Inédito. Vol I, tomo 2, p.1308.

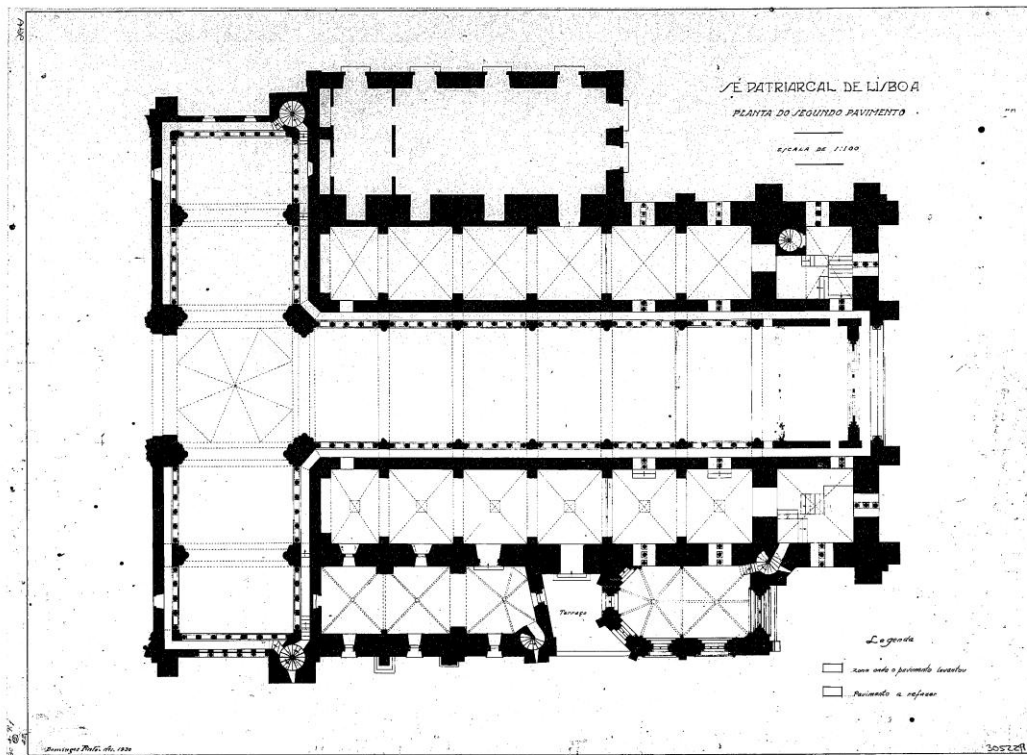
Esta cópia da planta da Sé, serviu para registar os estudos históricos do arquitecto durante as sondagens. Embora tenham entrado alguns desenhos das obras da Sé para observação da CM da 1ª. Circunscrição, apenas se conservou este, que andava perdido na ANBA.



Des. 89 – *Sé de Lisboa. [Planta revelando aspectos dos estudos arquitectónicos e históricas resultantes da evolução dos trabalhos].* Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 305224. Vol I, tomo 2, p.1311.

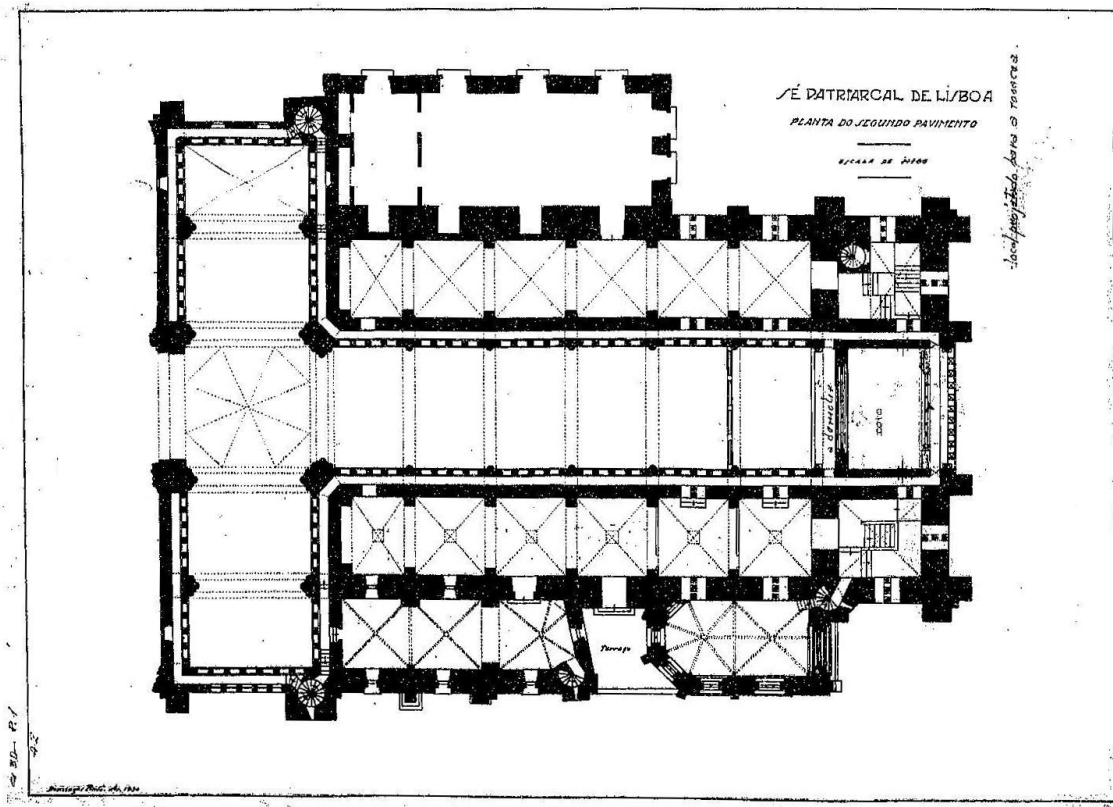


Des. 90 – Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do 2.º Pavimento. Escala 1:200. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 305229. Vol I, tomo 2, p.1306.



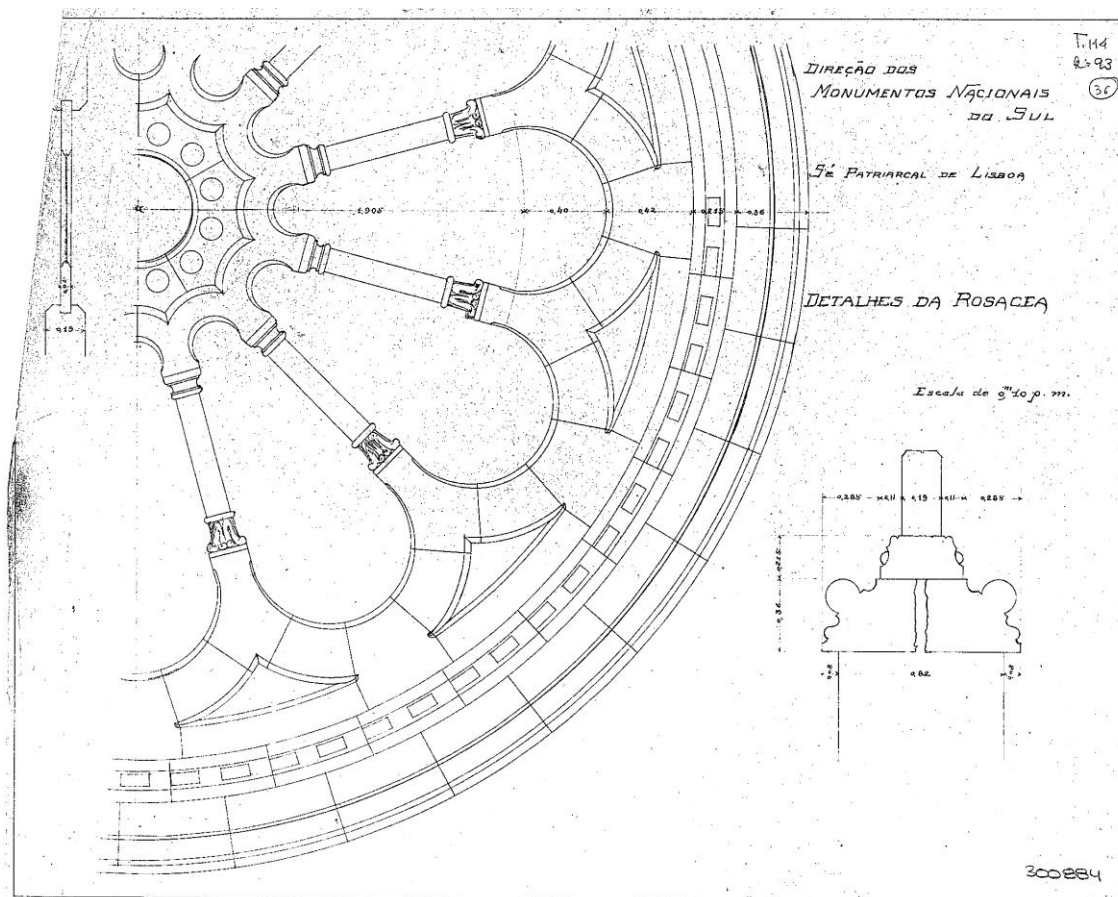
Des. 91 – Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do Segundo Pavimento. Escala 1:100. 1930. Desenho de Domingos Pinto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 018963. Vol I, tomo 2, p.1310

Pela legenda verificámos que durante os trabalhos o pavimento levantou, sendo necessário refazê-lo. Não conseguimos apurar porque razão, embora se tenha verificado que foi necessário levantá-lo para prosseguir o restauro das bases românicas dos pilares.

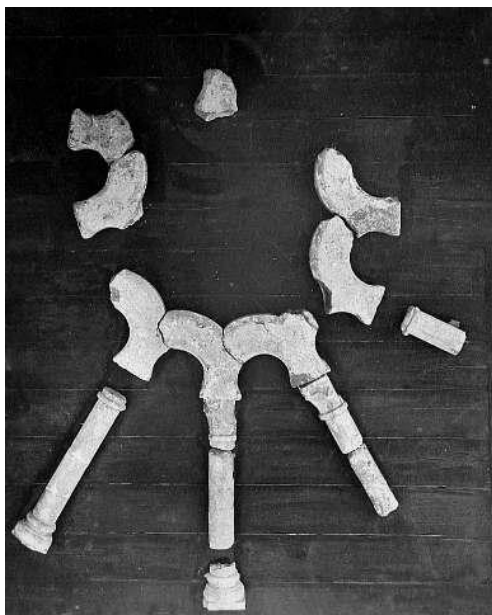


Des. 92 – Sé Patriarcal de Lisboa. Planta do Segundo Pavimento. Escala 1:100. 1930. Desenho de Domingos Pinto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 019001. Vol I, tomo 2, p.1310.

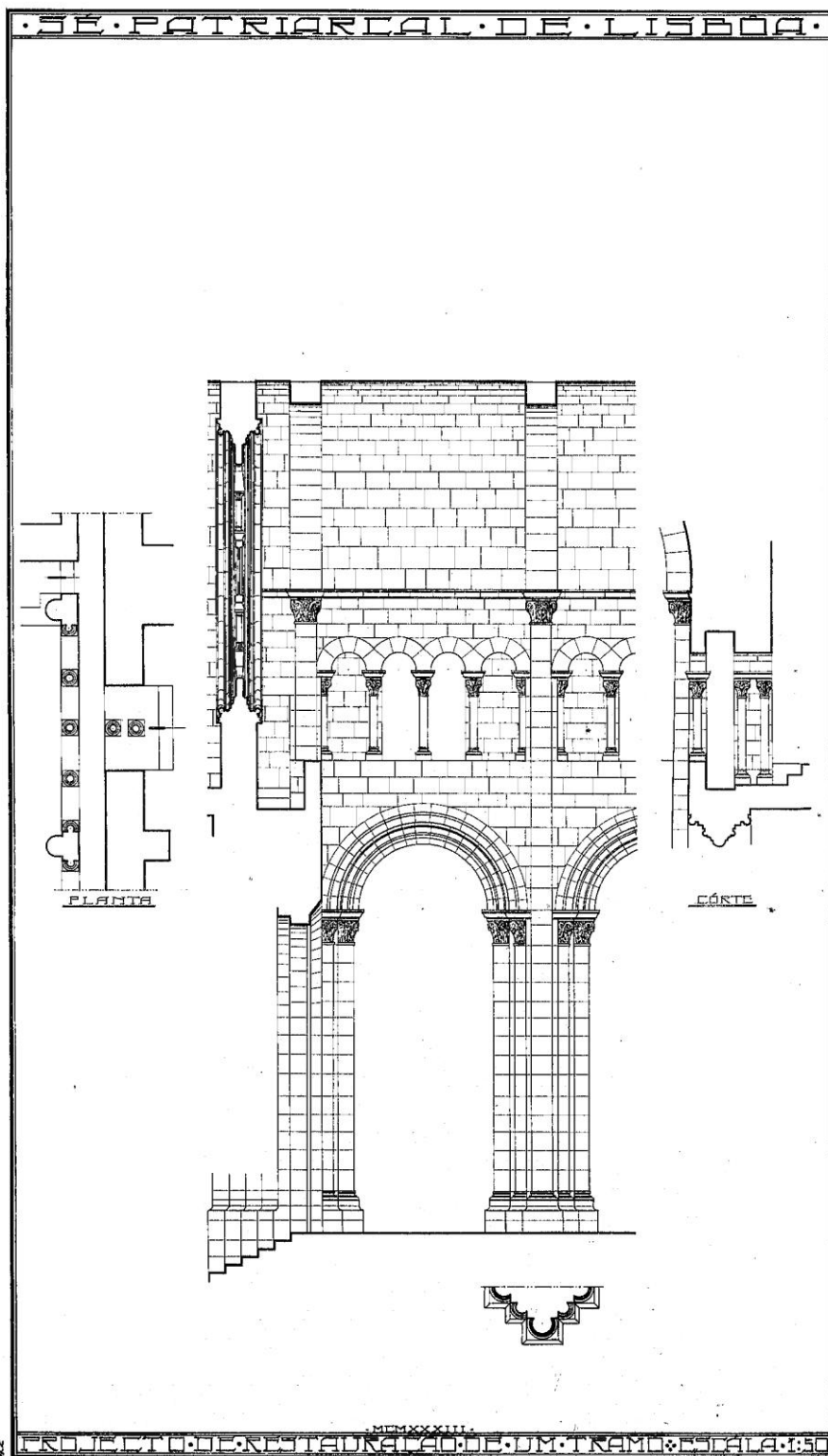
O desenho anterior revela os estudos para a colocação da rosácea.



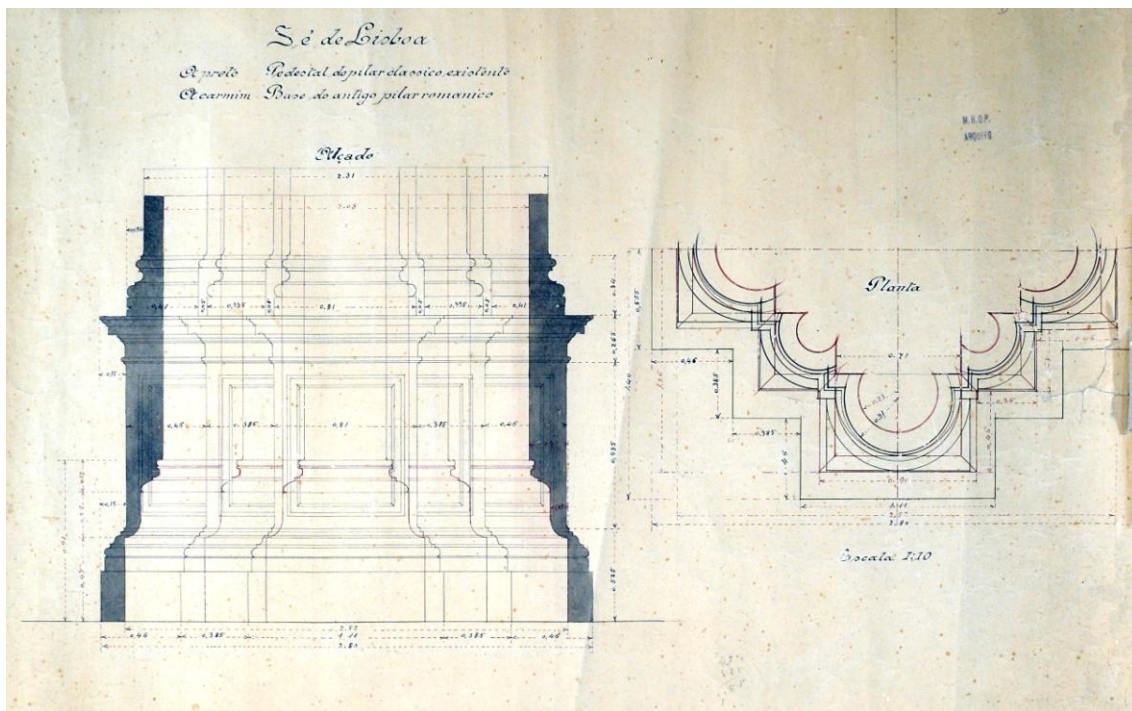
Des. 93 – Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul. Sé Patriarcal de Lisboa. Detalhes da Rosácea. Escala 0,10 p. m. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 300884. Vol I, tomo 2, p.1308.



Fragmentos da antiga rosácea encontrados durante as obras de restauro, servindo de material de construção. Os elementos encontrados serviram de base para o desenho final da rosácea actual. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU).



Des. 94 – Sé Patriarcal de Lisboa. Projecto de Restauração de um Tramo. Escala 1:50. [Alçado], Planta e Corte. 1933. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 018965. Vol I, tomo 2, pp.1308 e 1310.

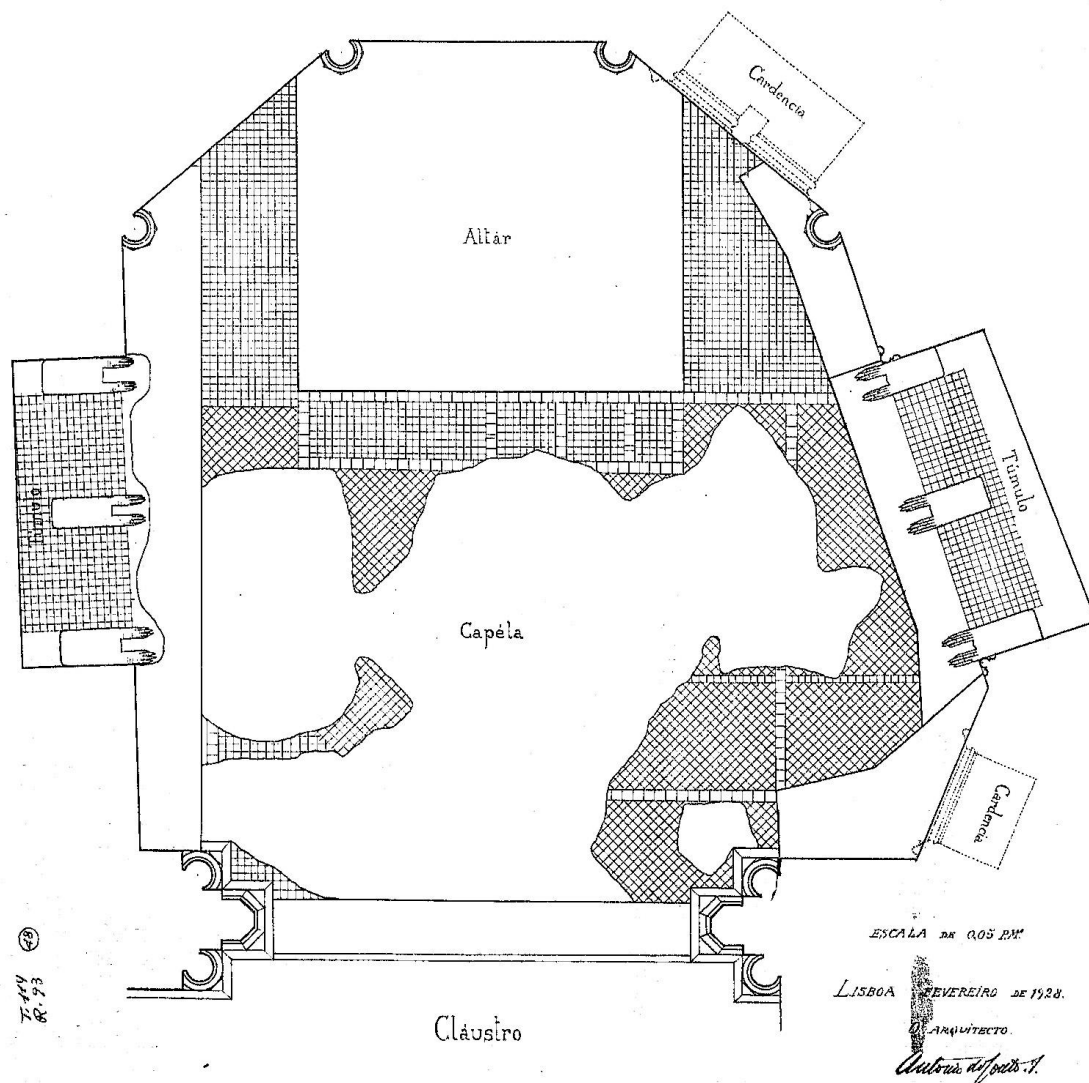


Des. 95 – Sé de Lisboa. [Estudo do pilar clássico existente e da base do antigo pilar românico]. Alçado e planta. Escala 1:10. AHMOP – DR 70¹ D. Inédito. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p.1308

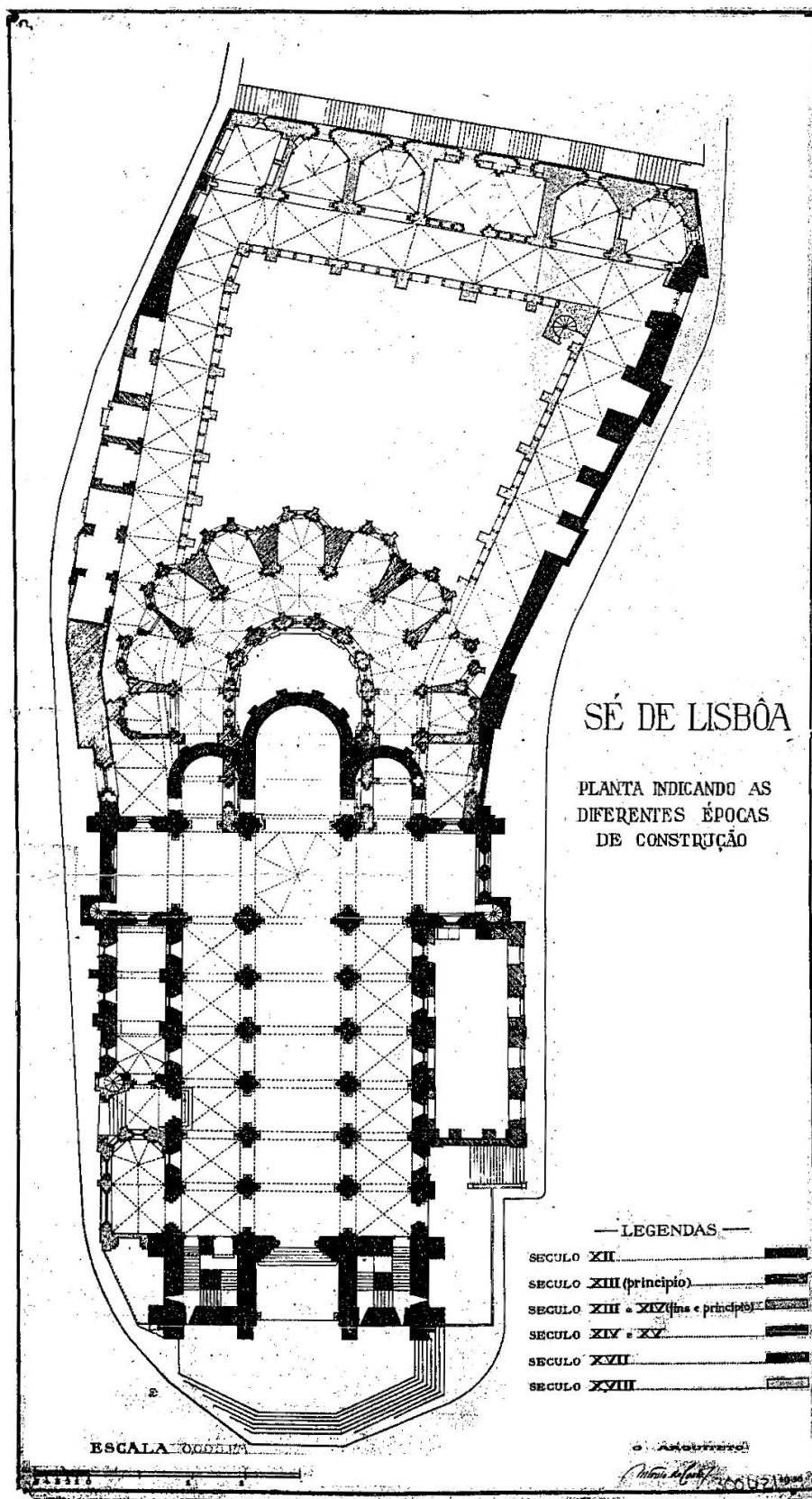
Duas cores – preto e carmin – fazem ressaltar as observações sobre as diferenças de desenho na solução românica original (a restituir) e na clássica pós-terramoto (a remover) durante o restauro dos pilares das naves da Sé.

SÉ DE LISBÔA

Restos do antigo pavimento de mosaico existente numa das capélas do claústro.

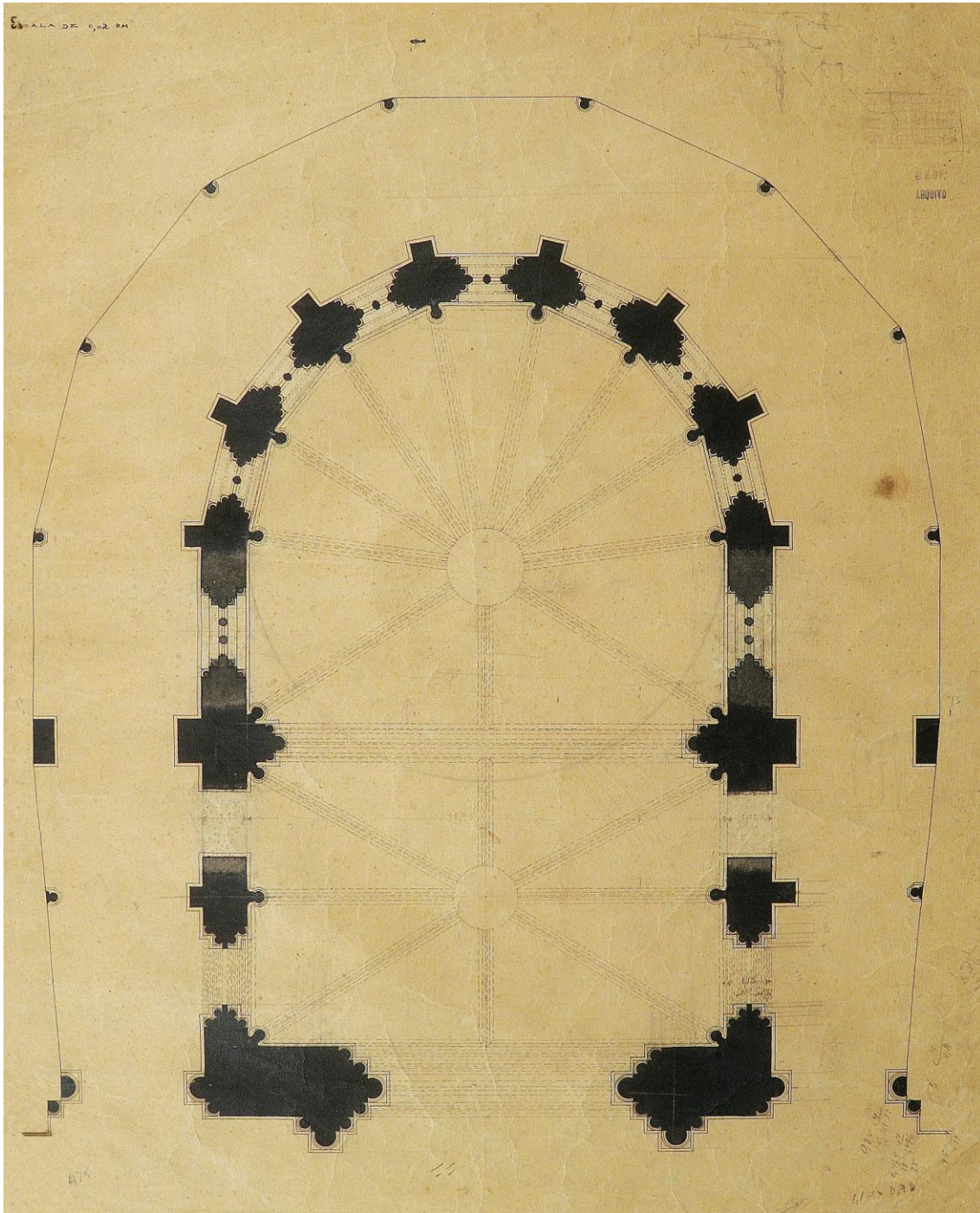


Des. 96 – Sé de Lisboa. Restos do antigo pavimento de mosaico existente numa das capélas do claustro. Escala 0,05 p. m. Lisboa, Fevereiro de 1928. O Arquitecto António do Couto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 019991. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1308.



Des. 97 – Sé de Lisboa. Planta indicando as diferentes épocas de construção. Escala 0,005 p. m. 1930. O Arquitecto António do Couto. Ex-DGEMN (actual IHRU). Desenho 300421. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1311.

O original a cores deste desenho perdeu-se. Só persiste a fotografia.



Des. 98 – [Sé de Lisboa. Estudo da abside gótica]. Escala de 0,02 p. m. AHMOP – DR 70³ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, pp. 1308 e 1311.

António do Couto precisou de identificar, do ponto de vista da arquitectura, as diversas soluções construtivas da abside da Sé, com vista a obter a unidade orgânica, estilística e decorativa de cada uma delas. O seu estudo individualizado foi vertido numa planta geral histórica com sobreposição das diferentes épocas construtivas.

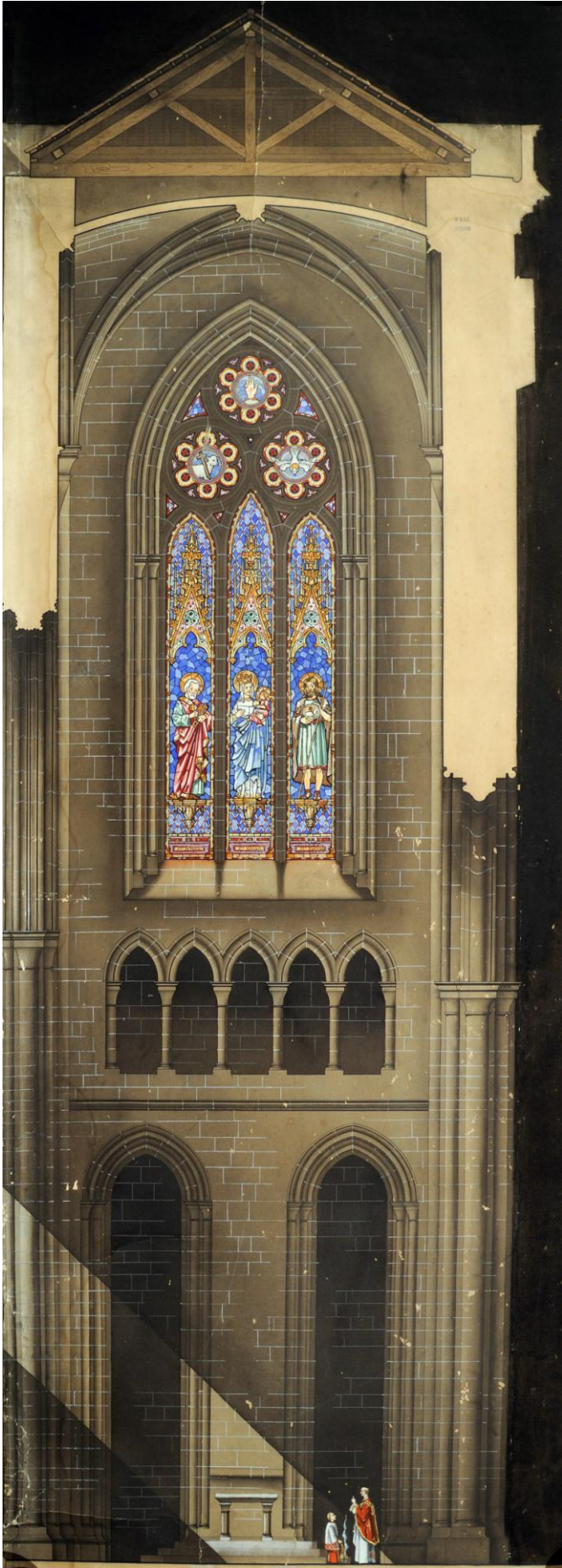


Des. 99 – Sé de Lisboa. [Reconstituição da abside]. Planta da abside. S/escala [1:20]. S. d. [Anos 30]. Arquitecto: [António do Couto]. Papel cartonado, pintado a guache. AHMOP – R 38¹ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p. 1311.

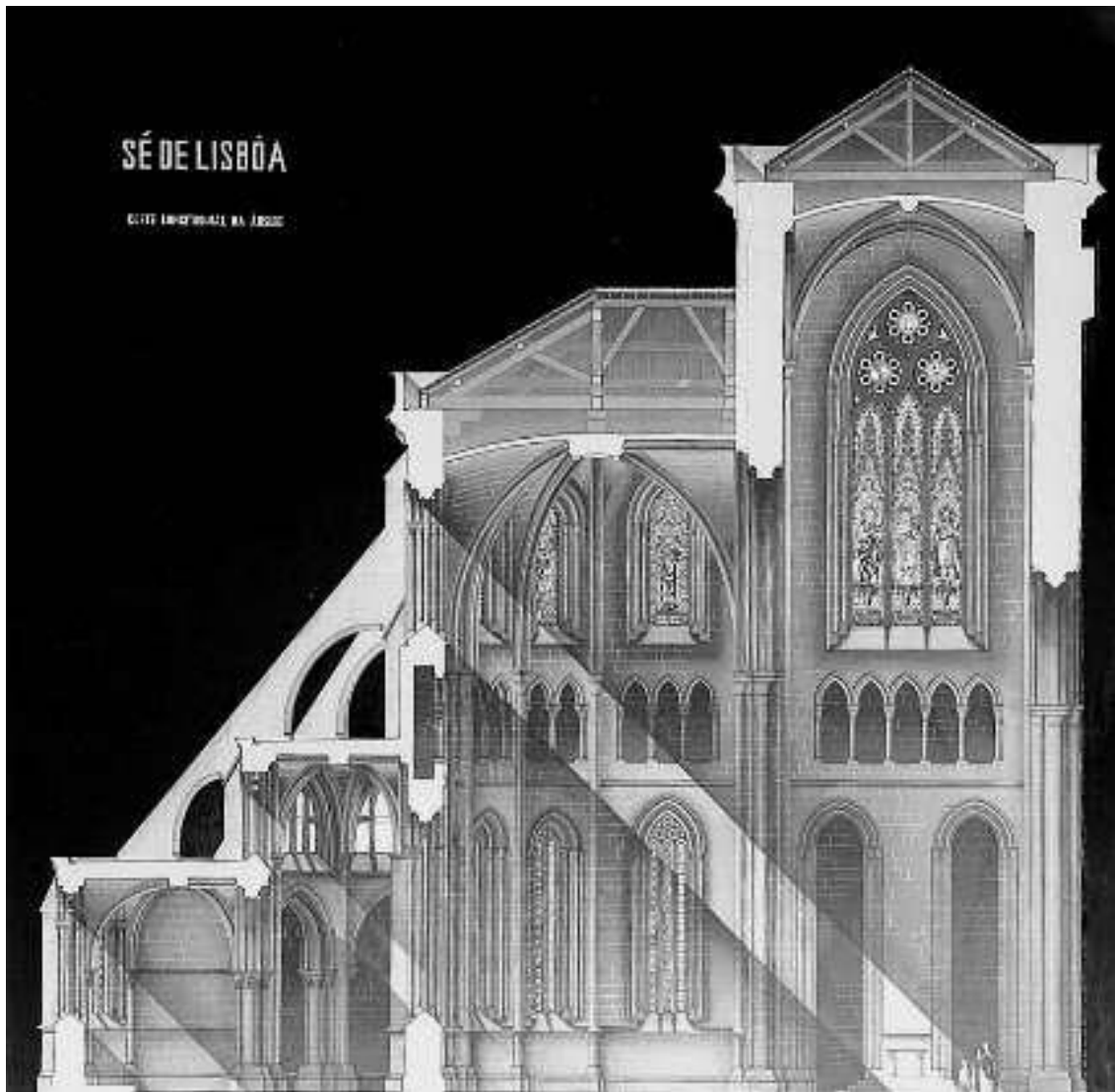
Série de quatro desenhos arquitectónicos de reconstituição arquitectónica e restituição histórica da abside gótica da Sé de Lisboa, onde o arquitecto realiza, em toda a sua plenitude, a concepção de Viollet-le-Duc de reconstituição gráfica da arquitectura medieval (que com ele revela ser uma paixão), de representação ilustrada dos ambientes e, conseqüentemente, da reintegração da unidade de estilo.



Des. 100 – Sé de Lisboa. [Reconstituição da abside. Corte da abside]. S/escala. [1:20]. S. d. [Anos 30]. Arquitecto: [António do Couto]. Papel cartonado, pintado a guache. AHMOP – R 38³ D. Reprodução de Pedro Aboim. Vol I, tomo 2, p.1311.

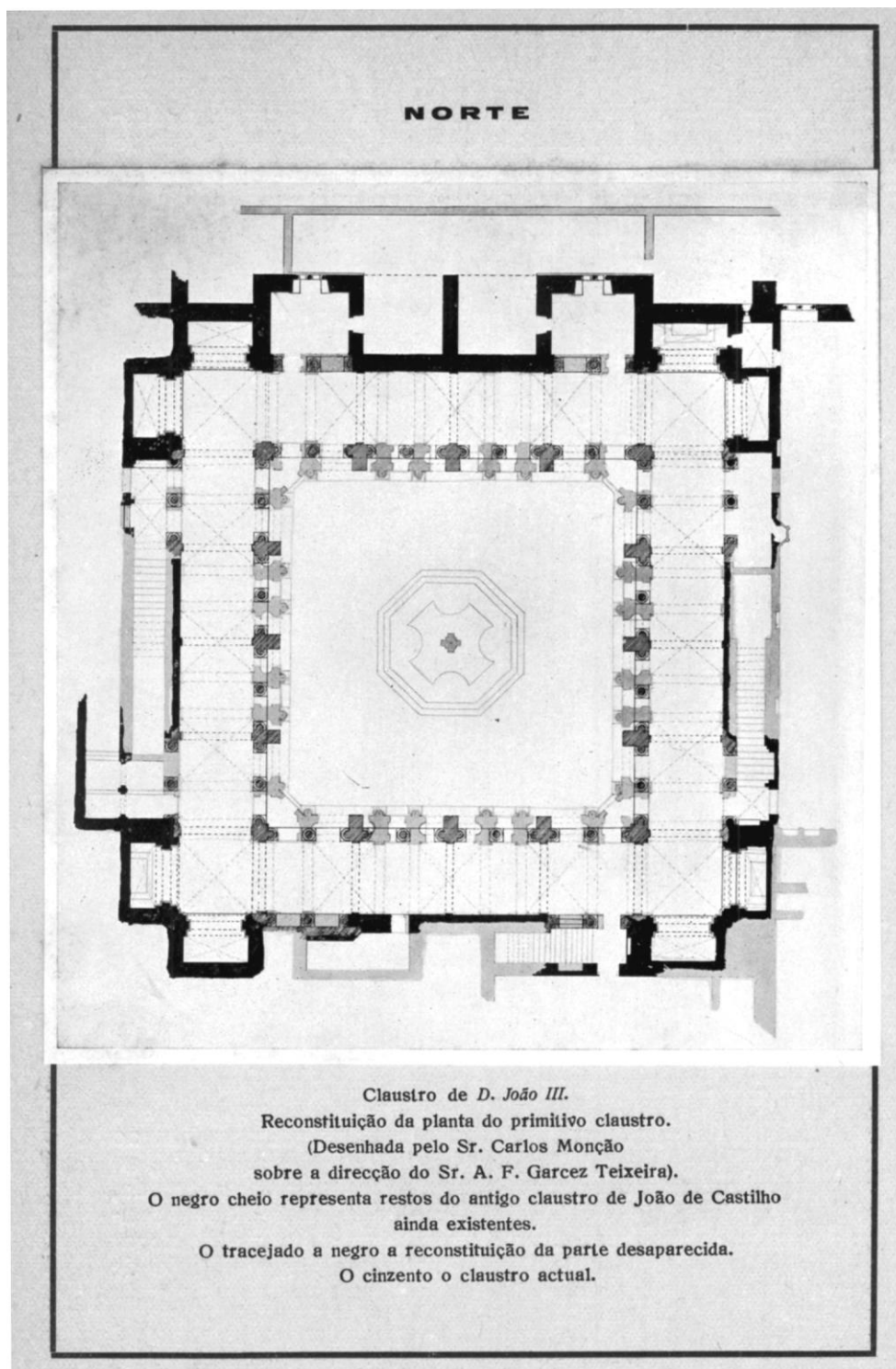


Des. 101 – Sé Patriarcal de Lisboa.
[Reconstituição da abside. Corte pelo
transepto]. S/escala. [1:20]. S. d.
[Anos 30]. Arquitecto: [António do
Couto]. Papel cartonado, pintado a
guache. AHMOP – R 38⁴ D.
Reprodução de Pedro Aboim. Vol I,
tomo 2, p.1311.



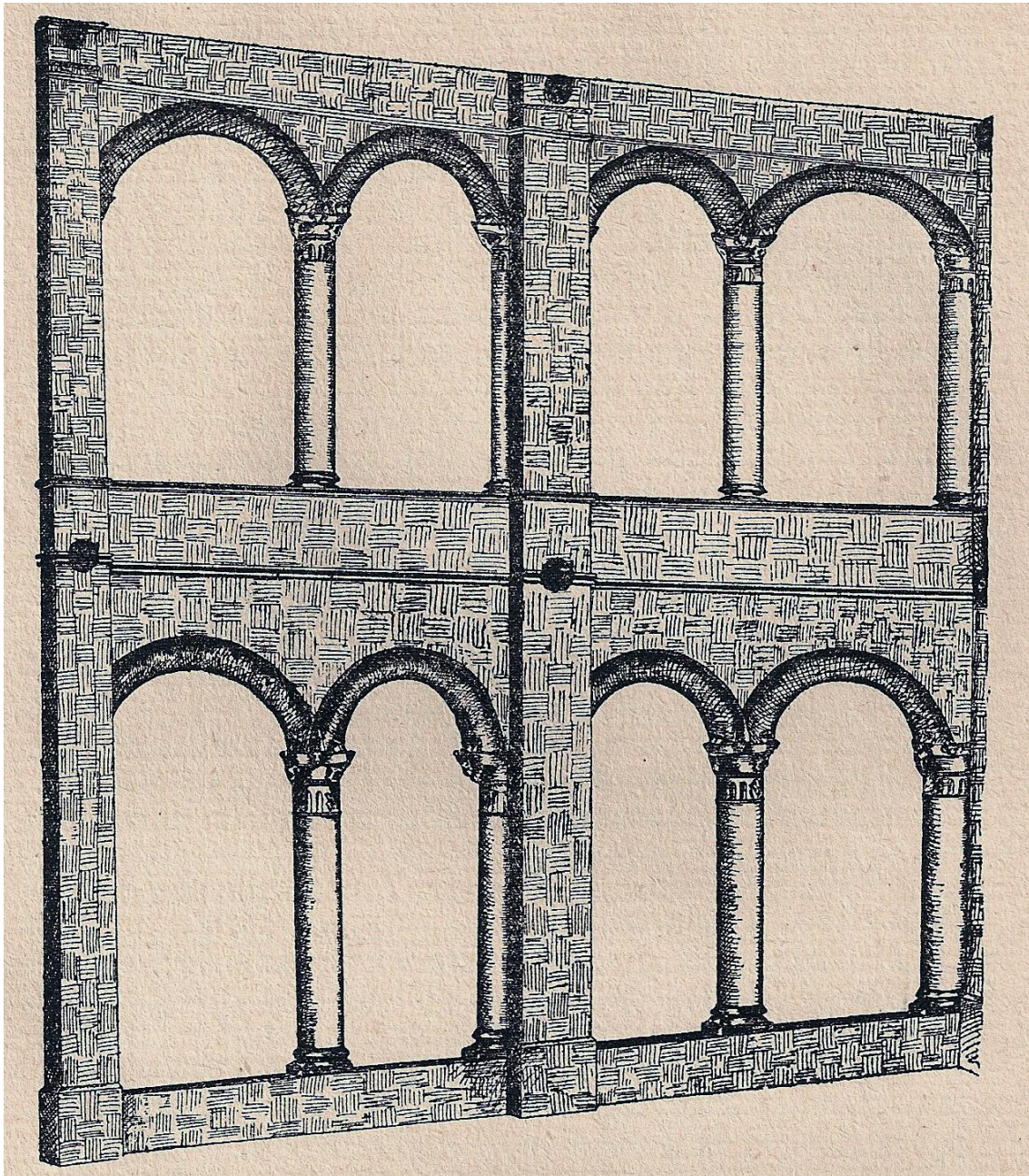
Des. 102 – Sé de Lisboa. Corte longitudinal da abside. S/escala. Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto 516593. Vol I, tomo 2, p.1311.

Um original deste corte encontra-se no AHMOP (R 38² D). O mau estado de conservação não viabilizou a apresentação de uma reprodução do original a cores. Uma cópia encontrava-se na DGEMN do qual se obteve a fotografia que apresentamos e na qual se vê a junção dos alçados apresentados anteriormente, referentes ao transepto e à abside. Da série de desenhos pintados por António do Couto, de reconstituição gráfica do gótico reintegrado, devia fazer parte um outro referente ao deambulatório e respectivos absidiolos, a não ser que ele fosse desnecessário, dado se materializarem neste desenho.

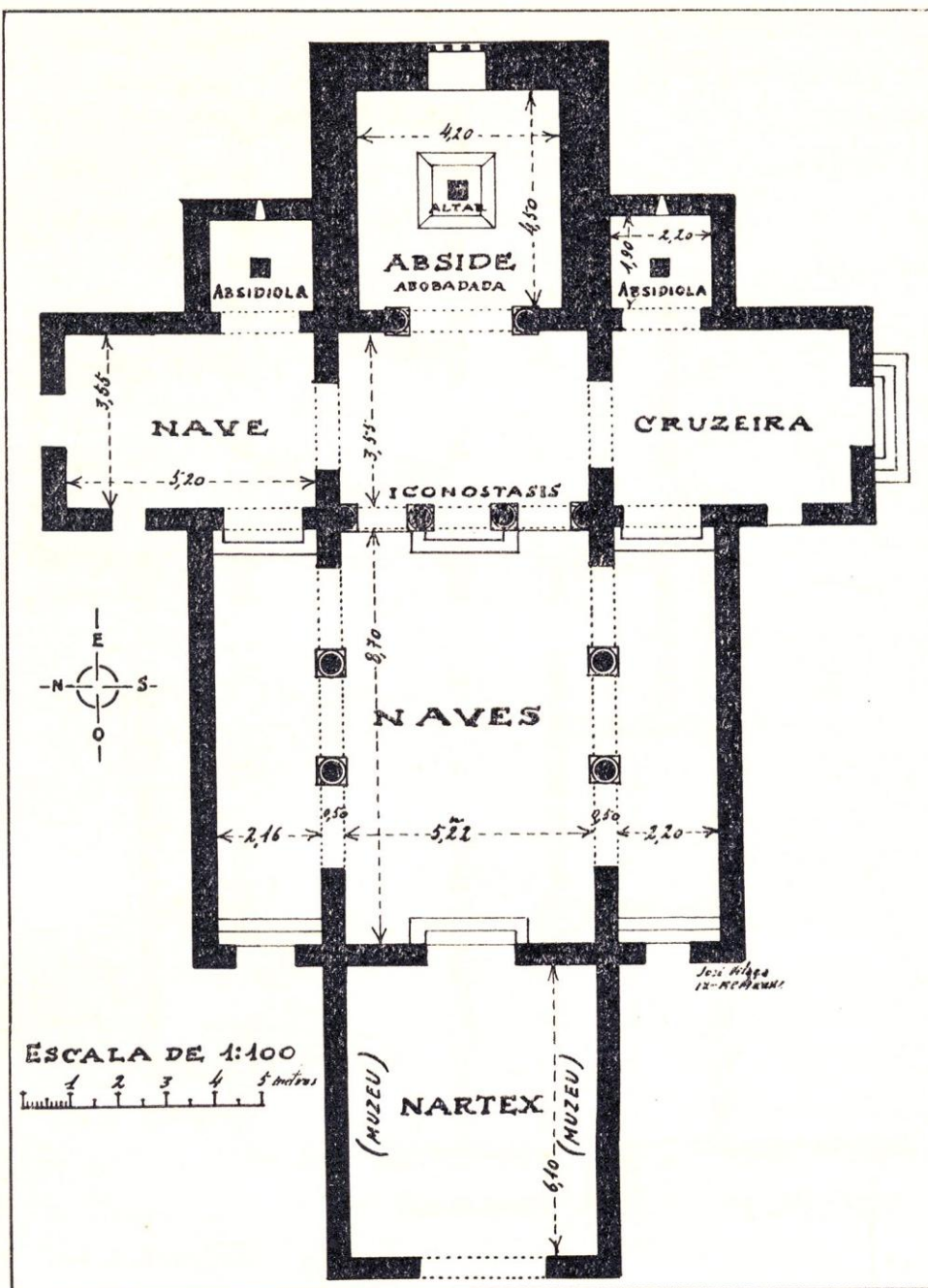


Des. 103 - *Claustro de D. João III. Tomar. Planta de reconstituição do primitivo claustro.* Sem Escala. Desenho de Carlos Monção. Direcção de trabalhos, Garcez Teixeira. 1931. In *O Claustro de D. João III em Thomar*, de Vieira Guimarães, Coimbra: 1931, p. 13. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1323.

O estudo científico do Claustro Principal do Convento de Cristo decorre entre 1922 e 1930. Quando arranca o restauro deste claustro, em 1928-1930, estavam já realizadas a maior parte das sondagens e concluíam-se os desenhos preparatórios.



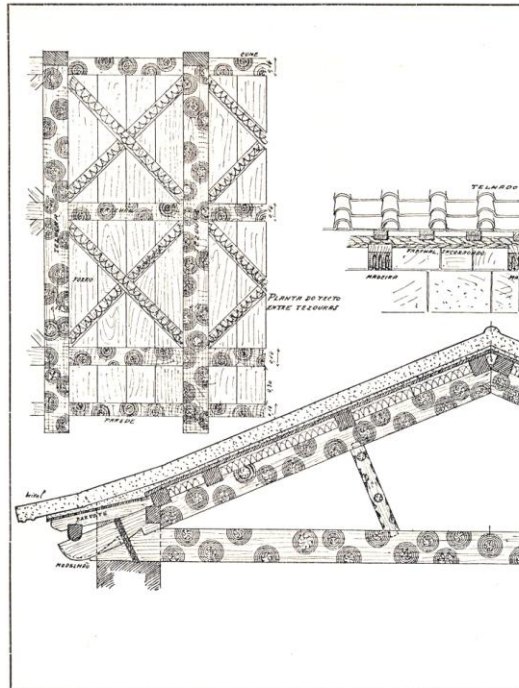
Des. 104 – *Claustro de D. João III. Reconstituição presumível. Alçado.* Desenho de Joaquim Francisco da Silva. In *O Claustro de D. João III em Thomar*, de Vieira Guimarães, Coimbra: 1931, p. 29. Vol I, tomo 2, pp. 1240 e 1322.



Reconstituição da planta primitiva

(Projecto de José Vilaça)

Des. 106 – [S. Pedro de Lourosa. Oliveira do Hospital]. Reconstituição da planta primitiva. Escala 1:100. Setembro MCMXXXI. José Vilaça. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1327.



Pormenor das armaduras da nave central, segundo G. Moreno

(Projecto de José Vilaça)

Des. 107 – [S. Pedro de Lourosa. Oliveira do Hospital]. Pormenor das armaduras nave central segundo G. Moreno. Projecto de José Vilaça. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Cónego Manuel Aguiar Barreiros, Porto, Edições Marques de Abreu, 1934. Vol I, tomo 2, p.1329.

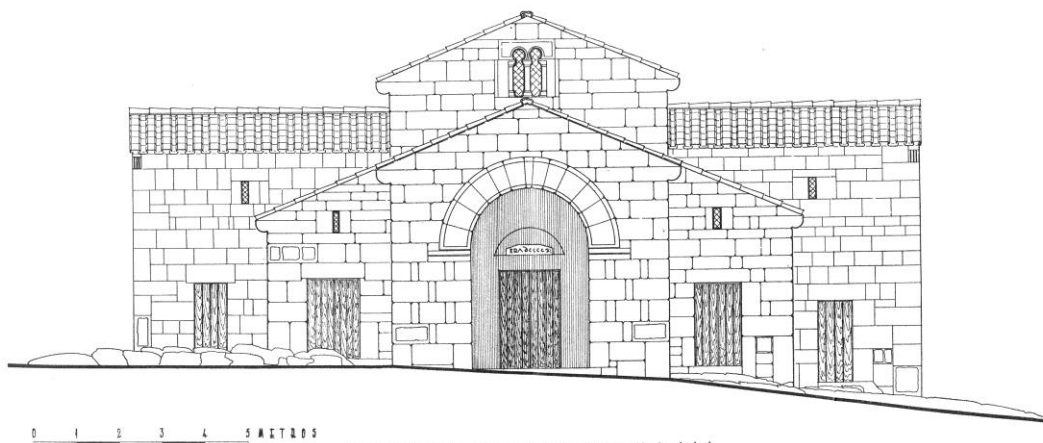
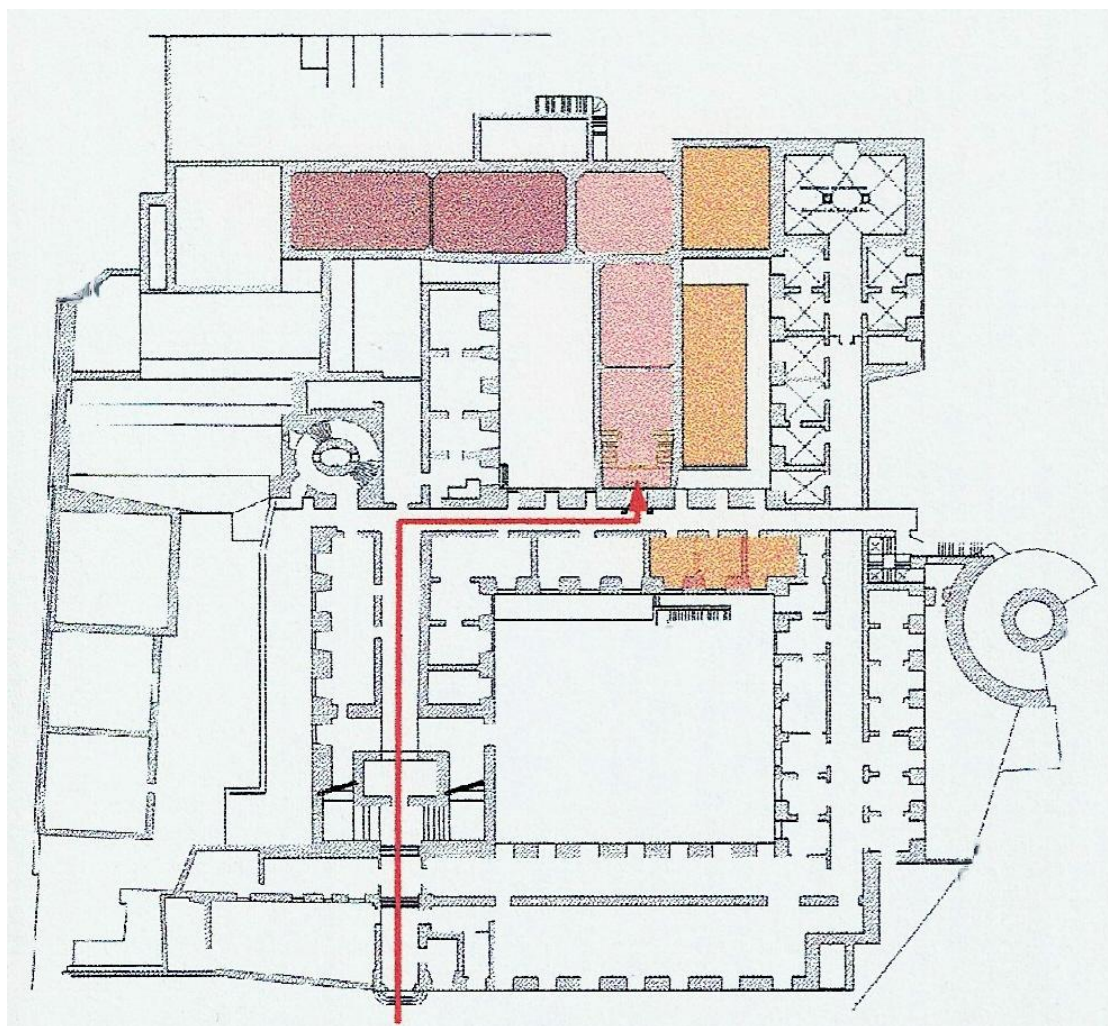


Fig 9 — Igreja Matriz de Lourosa — Oliveira do Hospital — Alçado principal.

Des. 108 – Igreja matriz de Lourosa. Oliveira do Hospital. Alçado principal [depois da restauração]. Escala 1:50. 1949. Desenho da DGEMN. In *A Igreja Matriz de Lourosa*, Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 55, Lisboa: MOP, Março de 1949. Vol I, tomo 2, p.1330.



Des. 109 – *Museu Nacional de Arte Contemporânea. Espaços de exposição desde o tempo de Carlos Reis à direcção de Adriano de Sousa Lopes (1911-1944)*. Desenho da Arquitecta Teresa Duarte, in *A Suave Transição: Das Salas da Promotora ao Museu Nacional de Arte Contemporânea*, Trabalho Académico, Universidade de Évora. 2003 (adaptado).

Planta da evolução histórica de ocupação de salas do Convento de S. Francisco, com indicação do percurso de entrada dos visitantes até ao Museu. No tempo de Carlos Reis, o MNAC começa na Galeria de Pintura da antiga Academia Real de Belas Artes. As ampliações do tempo de Columbano revelam uma expansão significativa, com mais duas grandes salas e três mais pequenas. Depois da morte de Columbano e de Veloso Salgado, o novo director Adriano Sousa Lopes incorpora os antigos ateliês daqueles dois pintores. Nos anos seguintes, também a Oficina de Restauro de Luciano Freire será integrada, mas já sob a direcção de Diogo de Macedo (1944-1959), dado que se instalou um laboratório moderno no MNAA, sob a direcção de João Couto. Vol I, tomo 2, p.1334.

Legenda:



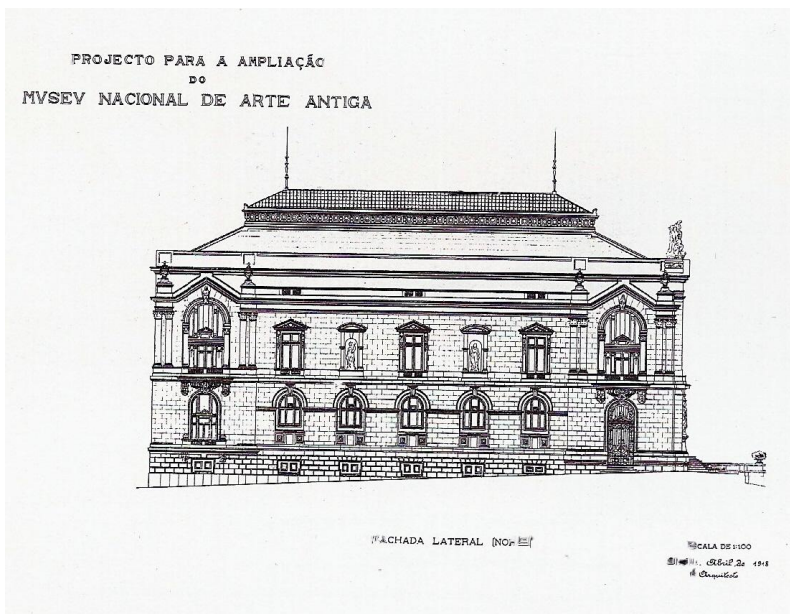
Salas do início do Museu – Direcção de Carlos Reis (1911-1914)



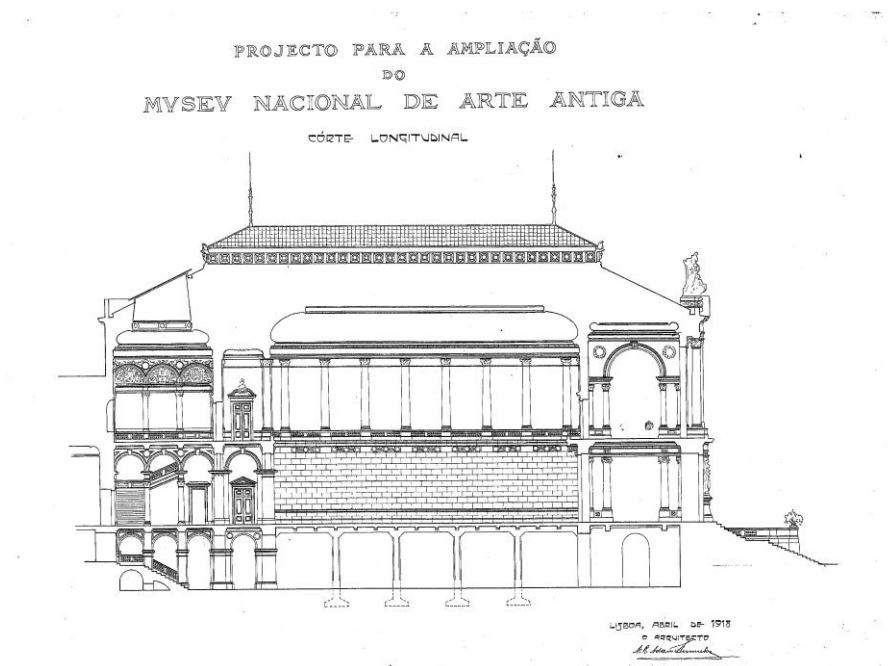
Ampliações do tempo da Direcção de Columbano Bordalo Pinheiro (1914-1927)



Novas salas incorporadas na Direcção de Adriano Sousa Lopes (1927-1944)



Des. 110 – *Projecto para a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. Fachada Lateral Norte.* Escala 1:100. Lisboa Abril de 1918. Arquitecto [A. A. Adães Bermudes]. Ex-DGEMN/IHRU - Desenho 30970. Vol I, tomo 2, p.1334.



Des. 111 – *Projecto para a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. Corte Longitudinal.* Escala 1:100. Lisboa Abril de 1918. Arquitecto A. A. Adães Bermudes. Ex-DGEMN/IHRU - Desenho 30968. Vol I, tomo 2, p.1334.

Estes dois desenhos do projecto de ampliação do MNAA, da autoria de Adães Bermudes eram destinados à construção de um anexo para o Museu, no espaço devoluto da demolição do convento das Albertas. A colecção dos sete desenhos permitem conhecer as propostas de Bermudes para o novo museu, mas também avaliar as soluções de iluminação natural e a circulação interna do Museu. Adães Bermudes conhecia bem o museu devido às sucessivas visitas que fez, desde o início da direcção de José de Figueiredo, tendo feito propostas de arranjo de salas de que o arquivo do IHRU guardou o desenho para a Sala E. A questão da ampliação começou a preocupar a Comissão Executiva da 1.^a Circunscrição Artística em 19 de Agosto de 1912, sendo necessário regularizar os terrenos que tinham sido ajardinados no espaço do antigo Convento das Albertas (ANBA – CE, 1.^a Circunscrição. Livro 181).

2.4 Apêndice Iconográfico e Fotográfico.

2.4.1 Índice.

Fig. 1 – *Academia Nacional de Belas Artes. Sala do Arquivo Histórico e Administrativo. Fundo Histórico e Fotográfico*, Foto Pedro Aboim, 2006. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 52-53.

Fig. 2 – *Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes. Pormenor*, Foto Pedro Aboim, 2006. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 53.

Fig. 3 – *Castelo da Amieira. Vista geral, Sudoeste*. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 21, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 4 – *Amieira. Castelo. Vista geral, Sudeste*. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 20, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 5 – *Amieira. Castelo. Vista geral, Sudeste*. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 22, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 6 – *Castelo da Amieira. Vista Nordeste*. Cerca de 1920. Fotógrafo Tude de Sousa. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 22, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 7 – *Mosteiro da Batalha. Capelas Imperfeitas. Pormenor ornamental do portal/pórtico das capelas imperfeitas, com indicação da distância entre nervuras acaireladas* (régua com a indicação de “two feet”). Fotógrafo, Charles Thurston Thompson (1816-1868), *Álbum do Mosteiro da Batalha*, 5173, foto 26. ANBA: M-M 6-3. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 8 – *Mosteiro da Batalha. Portal da Fachada Principal*, Francisco Rocchini (Fotografia Depositada), cerca de 1880. *Álbum do Mosteiro da Batalha*, 5173, foto 3. ANBA: M-M 6-3. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 9 – *Vista geral da Cidadela de Bragança*. Phototypia Emílio Biel & C.^a Editores, in *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1905. Vol. VII, n.º 74. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 10 – *Igreja de Pombeiro (Concelho de Felgueiras). Exterior*. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. ANBA: Y – 6 – 9/13, carteira n.º 5, foto 2. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 11 – *[Igreja do Mosteiro cisterciense de Almoester. Nave central. Altares do antigo coro das Bernardas]*. Foto Alvão. Cliché Santarém, n.º 136. Centro Português de Fotografia, Porto. Vol. I, tomo 1, p. 59.

Fig. 12 - *Thomar – Aqueduto dos Pégões*. F. Brak Lamy. Phot. Amador (Objectiva: Goerz-Dagor), *Album fotográfico* ANBA: MM – 6-4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 60.

Fig. 13 – *[S. Pedro de Lourosa. Aspecto do Restauro]*. Cerca de 1932. Foto Marques de Abreu, in *A Igreja de S. Pedro de Lourosa* de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Edição de Marques de Abreu, 1934, Estampa 40. Vol. I, tomo 1, p. 60.

Fig. 14 – *Série da «Adoração de São Vicente» (Painel do Infante), Nuno Gonçalves (Estado anterior ao tratamento)*. Foto de Luciano Freire ou de João Coutinho, in *O Pintor Nuno Gonçalves*, de José de Figueiredo, extra-texto, 1910, pp. 24-25. Vol. I, tomo 1, p. 60.

Fig. 15 – *Série da «Adoração de São Vicente» (Painel do Infante), Nuno Gonçalves (depois da reintegração e emolduramento das tábuas)*. Foto de Luciano Freire ou de João Coutinho, Gravura de A.B., in *O Pintor Nuno Gonçalves*, de José de Figueiredo, 1910, extra-texto, pp. 88-89. Vol. I, tomo 1, p. 60.

Fig. 16 – [Tríptico de Nuno Gonçalves, tal como foi mostrado em fotografia à escala 1:1, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922], Reprodução fotográfica de Luciano Freira, in *Exposição Internacional do Rio de Janeiro, Secção Portuguesa, Livro D'Oiro e Catalogo Oficial*, Lisboa: Comissariado Geral do Governo, Agência Latino Americana, 1922, extra-texto, entre pp. 84-85. Colecção particular. Vol. I, tomo 1, p. 61.

Fig. 17 – *Interior de Igreja. Charola do Convento de Cristo em Tomar*, Alfredo Keil. s/d. Óleo sobre tela colada em cartão. Colecção de Carlos Campolargo. Foto Rita Burmester publicada na obra *Alfredo Keil 1850-1907*. Catálogo da Exposição da Galeria D. Luís, Lisboa: IPPAR, 2002, p. 159. Vol. I, tomo 1, p. 72.

Fig. 18 – [Charola do Convento de Cristo], Exterior. Fotografia. Anterior a 1926. Fotógrafo desconhecido. Vol. I, tomo 1, p. 72 e Vol. I, tomo 2, p. 1271.

Fig. 19 – “Portone della Casa do Capítulo [sic]”. Desenho de Thérond. Gravura dos meados do século XIX. Edição do Convento de Cristo. Vol. I, tomo 1, p. 85.

Fig. 20 – *Tomar, Convento, Janela da Sala do Capítulo*, Gravura de F. Weysser, arquitecto de Munique. Desenho a partir de uma fotografia de Silva Magalhães. *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel's des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht Haupt, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, p.181). Vol. I, tomo 1, p. 85.

Fig. 21 – “Graffiti” numa das colunas do lanternim do zimbório (varandim superior) da *Basílica de Mafra*. 2007. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 108.

Fig- 22 – *Coimbra. Portugal. Convento. Renaissance Doorway* (Portal do Colégio de São Tomás de Aquino). Último quartel do século XIX. Fotógrafo Charles Thurston-Thompson. *Álbum de Coimbra*, foto 16. ANBA: M – 5 – 38. Vol. I, tomo 1, p. 109.

Fig. 23 – [Portal do antigo colégio de São Tomás de Aquino na fachada norte do Museu Machado de Castro]. Cerca de 1935. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico do Museu Nacional Machado de Castro. Fotografia 34 35 39. Gentileza de Pedro Redol. Vol. I, tomo 1, p. 109.

Fig. 24 – [Destruição de troço do Aqueduto da Prata de Évora e caixa de água junto a S. Francisco]. Fotografia, c. 1875. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 1, p. 110.

Fig. 25 – *Torres da Sé de Lisboa em restauro*. “Lisboa Monumental II”, de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, vol. II – 19 de Novembro de 1906, p. 504. Vol. I, tomo 1, pp. 111 e 522.

Fig. 26 – *Igreja do antigo convento cisterciense de Seiça. Figueira da Foz. Aspecto geral*. Foto de Ana Pagará. Vol. I, tomo 1, p. 114.

Fig. 27 – *Prospecto do fundo do Coro do Conv.^{to} de Christo de Thomar* Obra do Sr^o Rey D. Manoel. Maudojust [?] – A[nno]. 1809. Gravura de P. Marinho. Edição da UAMOC, década de 1920. Vol. I, tomo 1, p. 115.

Fig. 28 – [Coro da Igreja do Convento de Cristo e Cadeiral (lado Sul)]. Gravura do mesmo autor da anterior. In *Monumentos de Portugal* de Inácio Vilhena Barbosa, Lisboa, 1886, p. 200, com a designação: “Prospecto de um lado do coro do Convento de Christo, em Thomar”. Vol. I, tomo 1, p. 115.

Fig. 29 – [Vandalismo]. *Convento de Cristo. Coro Alto e Terraço da Cera*. Cerca 1860. Fotógrafo desconhecido. *Álbum Vistas Photographicas de Portugal*, foto n.º 56. ARBAL – Cota N 5-37. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 116.

Fig. 30 – [Abandono do] *Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar (Século XVII)*. Fotografia. 1906. Fotógrafo João Pinto da Silva Ventura. AHAAP. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 1, p. 121.

Fig. 31 – *[Sacristia] do Convento da Serra do Pilar*. Fotografia. Fotógrafo Marques de Abreu. 1910. In “Convento da Serra do Pilar”, Marques Gomes, *Arte. Archivo de Obras d’Arte* n.º 72, Dezembro de 1910, p. 100. Vol. I, tomo 1, p. 121.

Fig. 32 – *Museu de S. João de Alporão, Interior*. Fotografia, c. de 1933. Foto Alvão. Centro Português de Fotografia, Porto, Cliché - M – Alp 140. Vol. I, tomo 1, p. 122 e 640.

Fig. 33 – *[Mosteiro de S. João de Tarouca. Aspecto das ruínas da parte conventual]*, in “Ruínas (S. João de Tarouca)”, do Abade Vasco Moreira, *Arte. Archivo de Obras d’Arte* n.º 73, Janeiro de 1911, p. 4. Vol. I, tomo 1, p. 123 e tomo 2, p. 1072.

Fig. 34 – *[Derrocada da cabeceira e transepto da Igreja do Mosteiro da Flor da Rosa]*. Fotografia, cerca de 1897. Fotógrafo desconhecido. Vol. I, tomo 1, p. 123 e tomo 2, p. 1072.

Fig. 35 – *Almoster. Vista do Claustro [com sinais evidentes de abandono e derrocada das galerias norte e poente]*. Fotografia. Inícios do século XX. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA: MM – 6-4, foto n.º 12. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 124.

Fig. 36 – *Almoster. Nave*. Fotografia. Inícios do século XX. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA: MM – 6-4, foto n.º 16. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 124.

Fig. 37 – *As pedras dos novos túmulos de D. Afonso V, de sua mulher e de seu neto, e de D. João II, na capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha*. Desenho de autor desconhecido. In “Exequias Reaes no Convento da Batalha”, de Sousa Viterbo. *Brasil-Portugal*, 3.º Ano, Lisboa, 1902, p. 322. Vol. I, tomo 1, p. 140.

Fig. 38 – *Derrocada do corpo central do novo edifício da Casa Pia, aquando do restauro do dormitório dos monges Jerónimos*. 1878. Desenho esboço de Domingos Cazellas, gravura de Alberto, *Occidente*, Ano I, Lisboa, 1878. Vol. I, tomo 1, p. 140.

Fig. 39 – *Altar do Coro do Convento de Santa Ana e Capela de São Rafael do Mosteiro dos Jerónimos, no tempo da trasladação de Luís de Camões de 1856*. In *Homenaje a Luiz de Camoens y Vasco da Gama*. Gentileza de Isabel da Cruz Almeida, Directora do Museu dos Jerónimos. Vol. I, tomo 1, p. 140.

Fig. 40 – *[Templo romano de Évora adaptado a Igreja medieval ameada]*. Fotografia. Guimarães & Rocchini, 1865. *Álbum fotográfico*, n.º inv. 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 42. Vol. I, tomo 1, p. 165.

Fig. 41 – *[Templo romano de Évora pormenor das colunas coríntias e do travejamento superior]*. Fotografia. Cerca de 1882. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º inv. 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 46. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 165.

Fig. 42 – *Os sete lemas da filosofia religiosa de John Ruskin*, Esquema da capa da obra *The Seven Lamps of Architecture* de John Ruskin, 2.ª edição, Londres, 1855. Reconstituição de Jorge Custódio, desenho Rui Ferreira. Vol. I, tomo 1, p. 166.

Fig. 43 – *“Pormenor da Catedral de Santo Lo, na Normandia”*, Desenho de John Ruskin, Gravura de R. P. Cuff, Plate II, In *The Seven Lamps of Architecture*, London, 1855. Vol. I, tomo 1, p. 168.

Fig. 44 – *[Termas de Caracala]*. Desenho de Viollet-le-Duc. Cours d’Architecture, in *Entretiens sur l’Architecture, Atlas*, Paris, A. Morel et C.^{ie}, Éditeurs, 1863, Vol. I, tomo 1, p. 171.

Fig. 45 – *[Ruínas das Termas de Caracala]*. Desenho de Viollet-le-Duc, idem, *ibidem*, Vol. I, tomo 1, p. 171.

Fig. 46 – *[Restauro gráfico das Termas de Caracala]*. Desenho de Viollet-le-Duc, *ibidem*, Vol. I, tomo 1, p. 171.

Fig. 47 – *Joaquim Possidónio Narciso da Silva*. Cromolitografia autografada. Egreja & Almeida, grav. Chromo. Imprensa Libanio da Silva. Vol. I, tomo 1, p. 252.

Fig. 48 – *Castello de Bragança. Torre da Homenagem*, Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1230. Vol. I, tomo 1, p. 261.

Fig. 49 – *Bragança. Villa Velha*. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1229. Vol. I, tomo 1, p. 261.

Fig. 50 – *Villa de Vinhais. Pelourinho de Villa Velha. Villa Velha vista do lado da nova Villa*. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 424 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1228. Vol. I, tomo 1, p. 261.

Fig. 51 – *Castro d’Avelans. Epoca Romana. Idade Media*. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1232. Vol. I, tomo 1, p. 261.

Fig. 52 – *Júlio Mardel*. Retrato. Autor: Luciano Freire, 1917. Óleo sobre tela. 655 X 550 mm. Tem sobre a pintura a seguinte inscrição: “Ao meu querido amigo Júlio Mardel. Recordação dos serões nos Lóios”. Vol. I, tomo 1, p. 266.

Fig. 53 – *Luciano Cordeiro*. Óleo sobre tela. 1170 X 890 mm. S/autor, [atribuído a José Malhoa]. S/ data. Sociedade de Geografia de Lisboa. Vol. I, tomo 1, p. 281.

Fig. 54 – *Fachada de Santo Antão no Hospital de S. José*. Desenho. Albrecht Haupt. In *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1985, p. 61. Vol. I, tomo 1, p. 302.

Fig. 55 – *Portal de Santo Antão*. Desenho. Albrecht Haupt. Lisboa 10-6-1880. In *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1985, p. 61. Vol. I, tomo 1, p. 302.

Fig. 56 – *Ramalho Ortigão*. Foto de Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, N.º 6 – Junho de 1905, p. 1. Vol. I, tomo 1, p. 309.

Fig. 57 – *Gabriel Pereira*. Fotografia. Publicada em *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Colectânea organizada e anotada por João Rosa e ilustrada com desenhos do autor. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934. Vol. I, tomo 1, p. 316.

Fig. 58 – *Augusto Fuschini*. Desenho. Gravura de Pastor de Macedo. In *Portugal. Dicionario (...)*. Vol. III, Lisboa, 1907, p. 649. Vol. I, tomo 1, p. 317.

Fig. 59 – *Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau. Concelho de Vila do Conde*. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Arquitectura romanica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. Carteira 4, n.º 8. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Vol. I, tomo 1, p. 326.

Fig. 60 – *Solar da Quinta dos Sete Montes*. Cerca de 1934. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU). Vol. I, tomo 1, p. 327.

Fig. 61 – *Guarda do Convento de Cristo, 92 anos*. Thomar Castello de Gualdim Paes, 1869. Desenho de Tomás de Anunciação. Caderno de Desenhos. Propriedade Vera Castelo Branco. Vol. I, tomo 1, p. 330.

Fig. 62 – *Torre de menagem do Castelo de Braga, numa espécie de “saguão” dos prédios que a envolvem*. Fotografia de Jorge Custódio. 2003, Inédita. Comparar com os efeitos da demolição de 1906, junto à torre de menagem, “*Cidadela de Braga. Demolições junto à Torre de Menagem*”. 1906. Fotografia de Manuel Monteiro (?), *Ilustração Portuguesa*, II.ª Série, 21 de Maio de 1906, p. 102. Vol. I, tomo 1, p. 337.

Fig. 63 – *O prédio monumental que inviabilizou a salvaguarda do castelo de Braga, encerrando a torre de menagem num pequeno largo, nas traseiras das habitações vizinhas.* Fotografia de Jorge Custódio, 2003. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 337.

Fig. 64 – *Museu do Carmo da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa. Foto Alvão. Cerca de 1930. Centro Português de Fotografia. Vol. I, tomo 1, p. 357.

Fig. 65 – *Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra*. Coimbra. 1904. Foto de Vasco Rebelo Valente. In *Portugal Artístico*, n.º 17, p. 517, fig. 5. BMS. Vol. I, tomo 1, p. 357.

Fig. 66 – *A Sociedade Martins Sarmiento*. Foto de A.M.S. In *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte na primeira metade do séc. XX*, de António Cardoso, Porto: FAUP, 1996, p. 380, imagem 110. Vol. I, tomo 1, p. 357. Vol. I, tomo 2, p. 848.

Fig. 67 – *Joaquim de Vasconcelos consultando o seu caderno de apontamentos*. Instantâneo de Marques de Abreu, tirado no pórtico da igreja românica de Rates, 1908. In *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 30, Fevereiro de 1929, p. 276. Vol. I, tomo 1, p. 361.

Fig. 68 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Interior [Nave e capela-mor]*. Fotógrafo desconhecido. Foto enviada por José Pinto da Silva Ventura, vogal correspondente da Feira ao COMN. 1905. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 68 A – *Texto com a remessa da fotografia com a assinatura do Vogal Correspondente da Feira*. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 69 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Fachada Principal*. Fotógrafo desconhecido. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 70 – *Túmulo de D. Rodrigo Sanches, filho bastardo de D. Sancho 1.º e da Ribeirinha, morto em duelo no local onde chamam o Padrão Velho, morreu em 16-XII-1246*. Foto de Ricardo Severo, assinada manualmente. 14-06-1902. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 71 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Interior [Nave e capela-mor]*. Foto de Ricardo Severo. 14-06-1902. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 71 A – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Pormenor com a assinatura de Ricardo Severo*. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 72 – *Tomar, Claustro dos Filipes*. Desenho de Fr. Weysser, 1890. In *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, de Albrecht Haupt, edição portuguesa de M. C. Mendes Atanásio, Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 189, fig. 168. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 73 – *Claustro dos Filipes. Fotografia de António da Silva Magalhães (1834-1897)*. Foto executada muito provavelmente na década de 1880, porventura na própria visita do arquitecto Haupt ao Convento de Cristo (1886 ou 1888). Arquivo Fotográfico de Silva Magalhães, Câmara Municipal de Tomar: Prova – SM 3814. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Fig. 74 – *António Augusto de Aguiar Cardoso (1862-1937)*. Fundador, Secretário e Presidente da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, responsável por obras de restauro no castelo. Fotografia. In *Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira: 80 anos*, de Anídio Casals d’Azevedo, Santa Maria da Feira, 1988. Vol. I, tomo 1, p. 380.

Fig. 75 – *Castello da Feira. Pormenor interior*. 1909. Postal ilustrado, n.º 3. Coleção de postais ilustrados e coloridos editados pela Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castello da Feira. Cromo fotografatura. Edição alemã. Coleção particular. Vol. I, tomo 1, p. 380.

Fig. 76 – *Claustro de D. João III ou dos Filipes*. Fotógrafo desconhecido. Cerca 1912. Vol. I, tomo 1, p. 384.

Fig. 77 – *Claustro de D. João III*. Fotógrafo desconhecido. 1936. Vol. I, tomo 1, p. 384.

Fig. 78 – *Ermida da Conceição*. Inícios do século XX. Fotografia de Marques de Abreu. Vol. I, tomo 1, p. 396.

Fig. 79 – *Ermida da Conceição. Lápide com inscrição do acto público de restauro patrocinado por Pedro de Roure Pietra, administrador da Fábrica de Papel do Prado*. Foto de Jorge Custódio. 2004. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 397.

Fig. 80 – *Porta da Igreja matriz da Batalha*. Foto de Marques de Abreu. Novembro de 1935. ANBA - *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 6, foto n.º 12, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 398.

Fig. 81 – *Entrada do Convento*. [dos Carmelitas Descalços do Buçaco]. 1911. In “O Turismo em Portugal”, de António Arroyo. *Serões, Magazine Mensal Ilustrado*, 2.ª Série, Lisboa: Livraria Ferreira, 1911, p. 435. Vol. I, tomo 1, p. 401.

Fig. 82 – *Hotel do Buçaco*. Fotografia de J. Coutinho, 1905. In *No Bussaco (Historia, Paysagem, Descripções)*, de Cardozo Gonçalves, Lisboa, 1905, p. 27. Vol. I, tomo 1, p. 401.

Fig. 83 – *Casa de Pilatos, uma das estações do Passos da Paixão de Cristo*. 2002. Foto de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 401.

Fig. 84 – *Ruínas do Paço de Almeirim*. Foto Barros, Lisboa, 1889. BMS – G 158. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 1, p. 404.

Fig. 85 – *Pelourinho de Candoza, Guimarães*, Fotografia de Marques de Abreu, 1906. In *Arte, Archivo de Obras d'Arte*, n.º 16, Abril de 1906, Porto, p. 4. Vol. I, tomo 1, p. 406.

Fig. 86 – *Castelo de Palmela*. Cerca de 1860. ANBA – *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, n.º 59 – Cota N 5-37. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 432.

Fig. 87 – *Proposta desenhada para a classificação da Anta Capela de S. Dinis, em Pavia, da autoria do Inspector da Academia Real de Belas Artes, Visconde de Atouguia*. ANBA – Acta do Conselho de 3 de Janeiro de 1906. Livro 259. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 435.

Fig. 88 – *Castello d'Elvas*. Litografia de Pastor. In *O Castello de Elvas*, de António Thomaz Pires, Elvas: Typographia e Stereotypia, 1907. Portada. Vol. I, tomo 1, p. 447.

Fig. 89 – *Castelo de Freixo de Numão. Distrito de Viseu*. Cliché de Francisco Ferreira Lima, ampliação de Cerveira d'Albuquerque. ANBA – Maço com fotografias de Freixo de Numão e outras, N.º de Inv. 5666. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 450.

Fig. 90 - *Egreja de São Pedro de Roriz no concelho de Santo Thyrso*: 1. Vista geral da igreja; 2. Porta principal da egreja; 3. Inscrição do claustro (incompleta); 4. Abside parte exterior; 5. Parede do claustro. ANBA – Maço com fotografias de Freixo de Numão e outras, N.º de Inv. 5666. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 450.

Fig. 91 – *Palácio da Pena em construção I*. Cerca de 1848. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 24. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.

Fig. 92 A – *Palácio da Pena em construção II*. Cerca de 1855. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 29. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.

Fig. 92 B – *Palácio da Pena em construção III*. Cerca 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 22. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.

Fig. 93 – *Palácio da Pena em construção IV*. Cerca 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 28. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.

Fig. 94 – *Mosteiro da Batalha. Restauo da Torre da Cegonha*. Cerca 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 13. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 460.

Fig. 95 – *Igreja do Convento de Cristo de Tomar. Restauo de valorização da Janela ocidental da “Casa do Capítulo”*. Cerca 1855. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 58. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 460.

Fig. 96 – *Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Fachada sul*. Antes de 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 40. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 1, p. 462.

Fig. 97 – *Mosteiro dos Jerónimos. Claustro*. Antes de 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 42. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 1, p. 465 e tomo 2, p. 1256.

Fig. 98 – *Janela da Fachada Sul do Mosteiro dos Jerónimos*. Século XVI. Museu do Carmo, Lisboa. Fotografia de José Morais Arnaud. Gentileza da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, tomo 1, p. 467.

Fig. 99 – *Tipo de janela neomanuelina do piso superior da fachada sul do Anexo dos Jerónimos*. Século XIX. Foto de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 467.

Fig. 100 – *Mosteiro de Santa Maria de Belem* [Frontaria sul, numa linha de direcção inclinada a poente], 1867-1868. Fotografia de Henrique Nunes. In *Monumentos Nacionaes* de José da Silva Mendes Leal, Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa, 1868. Vol. I, tomo 1, p. 468 e 473.

Fig. 101 – *O mosteiro dos Jerónimos. Fotomontagem do conjunto arquitectónico*. Gravura de P. Marinho. In “O Monumento dos Jeronymos” de António Augusto Durval Telles, *Revista de Engenharia Militar*, 3.º Ano, vol. 3.º, Lisboa, 1898, pp. 145-147. Vol. I, tomo 1, p. 488.

Fig. 102 – *Francisco de Paula do Sacramento Soares O’Sullivan, Desenhador de 1.ª classe*. Fotografia. Bilhete de Identidade n.º 134. Ministério de Obras Públicas – CSMN, cerca de 1900. AHMOP – Processo Individual: Francisco Soares O’Sullivan. Vol. I, tomo 1, p. 478.

Fig. 103 – *Mosteiro da Batalha. Claustro Real. Ala Norte*. Cerca de 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 17. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 507.

Fig. 104 – *Mosteiro da Batalha. Claustro Real. Pormenor da ligação entre as alas norte e este e exterior da fonte, depois do restauo*. Cerca de 1882. F. Rocchini. Catálogo do Fotógrafo, n.º 161 (?). Foto Depositada. ANBA – *Album da Batalha*, n.º de registo, 5173. Cota: M-M 6-3, foto n.º 16. Vol. I, tomo 1, p. 507.

Fig. 105 – *Santarém. Igreja da Graça. Capela de Pedro Álvares Cabral*. Fotografia de Marques de Abreu. Novembro de 1935. *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 7, foto n.º 5. ANBA: Y – 6 – 1A /1G, Vol. I, tomo 1, p. 508.

Fig. 106 – *Tomar. Igreja de S. João Baptista. Fachada Principal*. Fotografo desconhecido. Cerca de 1914. ANBA – Álbum Fotográfico, cota MM 6-4, foto 109. Vol. I, tomo 1, p. 514.

Fig. 107 – *Igreja do Mosteiro da Conceição de Beja*. Fotografo desconhecido. Cerca de 1910. ANBA – Álbum Fotográfico, cota MM-6-4, foto 39. Vol. I, tomo 1, p. 514.

Fig. 108 – *Igreja da Madre de Deus. Interior. Teia*. 1899. Desenho de Benvindo Ceia. In *Mosteiro e Igreja da Madre de Deus* de Liberato Telles. Lisboa: Imprensa Moderna, 1899. Vol. I, tomo 1, p. 519.

Fig. 109 – *Sé Catedral de Lisboa. Construção do coruchéu da torre norte da igreja*. 1908-1909. DGEMN. Foto n.º 514590. Vol. I, tomo 1, p. 522.

Fig. 110 – *Capella de Bartholomeu Joannes, restaurada, na Sé* [Entrada pela fachada norte]. “Lisboa Monumental II”, de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, vol. II – 19 de Novembro de 1906. Vol. I, tomo 1, p. 525.

Fig. 111 – *Igreja de S. Miguel do Castelo*. 4.º quartel do século XIX. Fotógrafo desconhecido. ANBA – Fotografia avulsa, s/cota. Vol. I, tomo 1, p. 539.

Fig. 112 – *Igreja matriz de Vila do Conde, depois do restauro*. 1912. Foto de Marques de Abreu. In “Bosquejo Histórico da Igreja Matriz de Vila do Conde e sua restauração” de José Augusto Ferreira. *Arte. Archivo de Obras d’Arte*. Ano VIII, n.º 85 – Porto, Janeiro de 1912, p. 7. Vol. I, tomo 1, p. 539.

Fig. 113 – *Azurara. Porta principal da Igreja Matriz*. 1933. Fotografia de Marques de Abreu. *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 2, foto n.º 10, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 539.

Fig. 114 – *Sé Velha de Coimbra. Revestimento em azulejo dos pilares da nave*. Desenho executado a partir de fotografia. Cerca de 1886-1888. *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel’s des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht Haupt, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895, il. 24 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, p. 37). Vol. I, tomo 1, p. 544.

Fig. 115 – [Separação de um quadro, composto com fragmentos de várias tábuas do retábulo da Charola do Convento de Cristo, em Tomar]. MNAA – Fotografia N – 4331. Vol. I, tomo 1, p. 559.

Fig. 116 – *A Ressurreição de Lázaro*. Mestre da Charola do Convento de Cristo. Meados da década de 30. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 559.

Fig. 117 – *Ressurreição*. Mestre da Charola do Convento de Cristo. Meados da década de 30. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 559.

Fig. 118 – [Demolição do convento feminino de Nossa Senhora do Paraíso, em Évora]. Cerca de 1900. Fotógrafo desconhecido. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 566.

Fig. 119 – *D. Manuel Correa de Bastos Pina, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil*. 1905. Fotografia de Marques de Abreu. In “Bispo Conde”, de Ramalho Ortigão, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, N.º 11 – Porto, Novembro de 1905, p. 2. Vol. I, tomo 1, p. 567.

Fig. 120 – *Mosteiro de Arouca. Coro*. 1909. Fotografia de Marques de Abreu. In “Mosteiro d’Arouca”, de Marques Gomes, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, n.º 50, Porto, Fevereiro 1909, p. 13. Vol. I, tomo 1, p. 586.

Fig. 121 – *Santarém. Igreja de Santa Clara. Coro*. Phototypia Emílio Biel & C.ª, Editores, in *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1905. BMS. Vol. I, tomo 1, p. 587.

Fig. 122 – *Tesouro da Sé de Coimbra*. 1905. In “Um Museu d’Arte Religiosa”, Joaquim de Vasconcellos, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, N.º 11, Porto, Novembro de 1905, p. 3-4. Vol. I, tomo 1, p. 589

Fig. 123 – *Mosteiro de Santa Clara de Santarém*, 1900. Foto Sequeira, Santarém. BMS – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 593.

Fig. 124 – *Santarém. Igreja de Santa Clara. Abside*. Novembro 1935. Fotografia de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Clichés de Marques de Abreu, Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 7 – foto n.º 13. ANBA – Cota: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 593 e tomo 2, p. 813.

Fig. 125 – *Salão dos Coches. Museu dos Coches Reais*. Cerca de 1905. Fotografia desconhecido (Leal Júnior?). In *Promptuario Analytico dos Carros Nobres da Casa Real Portuguesa e das Carruagens de Gala*, por Monsenhor Cónego J. M. Pereira Botto, Lisboa: Imprensa Nacional, 1909. Vol. I, tomo 1, p. 606.

Fig. 126 – *Palácio Alvor-Pombal. Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia*. 1882, Desenho do natural de J. Christino. In *O Occidente*, n.º 113, Lisboa, 11 de Fevereiro 1882, p. 36. Vol. I, tomo 1, p. 617.

Fig. 127 – *Os Excursionistas na Quinta da Várzea, em Lamego*. 1909. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 61 – 6.º Ano, Porto, Janeiro 1910, p. 10. Vol. I, tomo 1, p. 630.

Fig. 128 – *Museu de S. Lázaro ou da Academia de Belas Artes do Porto*. Antes de 1911. Foto Marques de Abreu. Vol. I, tomo 1, p. 631 e tomo 2, p. 1332.

Fig. 129 – *Museu Municipal do Porto. Secção de arqueologia fundada por Rocha Peixoto*. Cerca de 1909. *Photographia Moderna*. Gravura de Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 54 – 5.º Ano, Porto, Janeiro 1909, p. 43. Vol. I, tomo 1, p. 631.

Fig. 130 – *Dr. José de Figueiredo*. Foto e gravura de Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 66, Porto, Junho de 1910, rosto da revista e p. 43. Vol. I, tomo 1, p. 631.

Fig. 131 – *Abel Botelho*. 1898. Foto. Fotogravura publicada na sua obra *Mulheres da Beira (Contos)*, Lisboa: Libanio & Cunha, 1898. Vol. I, tomo 1, p. 633.

Fig. 132 – *Fons Vitæ*. 1867. Foto da *Photographia de Sala & Irmão*, Porto, in *Monumentos e Datas: Monograma do Quadro da casa da S^{ta}. Misericórdia da Cidade do Porto*, manuscrito de Cherubino Lagoa, Porto, 1867. ANBA – XX-8-12. Vol. I, tomo 1, p. 638.

Fig. 133 – «*Fons Vitæ*», da *Santa Casa de Misericórdia do Porto. Photographia Moderna*, Porto, 1892. Gravura de Laporta, publicada em *Branco e Preto*, n.º 21, Agosto de 1896, Tomo I, Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1896, p. 12. Vol. I, tomo 1, p. 638.

Fig. 134 – *Aveiro – Convento das Carmelitas (Interior da Igreja)*. 1905. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 6, Porto, Junho de 1905, Ano I, p. 3. Vol. I, tomo 1, p. 643.

Fig. 135 – *Sé de Lamego – Vista Geral*. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 59, Porto, Novembro de 1909, Ano V, p. 84. Vol. I, tomo 1, p. 643.

Fig. 136 – *O Busto da República destinado à Assembleia Nacional, e o artista escultor João Silva - (1880-1963)*. In *Ilustração Portuguesa*, n.º 279, Lisboa, 26 de Junho de 1911, rosto deste número. Vol. I, tomo 2, p. 679.

Fig. 137 – “*Le Roi est Mort*”, *pintura de Leal da Câmara, patente no Museu da Revolução*. Fotografia de Joshua Benoliel. In “*A Exposição Leal da Câmara*”, de Aquilino Ribeiro, *Ilustração Portuguesa*, 2.º Semestre de 1911, pp. 185-189. Vol. I, tomo 2, p. 679.

Fig. 138 – *O Cruzeiro de Leça do Balio*. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 88 – 6.º Ano, Abril 1912, p. 34. Vol. I, tomo 2, p. 682.

Fig. 139 – *Arrolamento dos bens das ordens religiosas, dias antes da proclamação da Lei de Separação do Estado da Igreja, em 20 de Abril de 1911*. Fotografia de Joshua Benoliel. Fundo de *O Século*. Arquivo de Fotografia de Lisboa. IAN/TT. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 682.

Fig. 140 – *Fragmento Superior do Pelourinho de Vila Velha de Ródão*. Fotografia das quatro faces do capitel. Fotografo desconhecido. Ficha n.º 295 – Apenso. ANBA – *Inquérito sobre Pelourinhos*, vol. II, 1935, Cota – XX-9-6/A. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 685.

Fig. 141 – *Museu de Mafra. Rosto da brochura e catálogo elaborado pelo director dos trabalhos José Queiroz*. BN. SA 26363⁷ P. Vol. I, tomo 2, p. 687.

Fig. 142 – “*Santa Engrácia, restaurada em Pantheon*”, Lisboa. Gravura de um desenho mostrando o restauro gráfico executado pelo arquitecto Miguel Ventura Terra. In “Lisboa Monumental II” de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, volume II, n.º 39, 19 de Novembro de 1906, p. 505. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 2, p. 703

Fig. 143 – *Edifício de Santa Engrácia. Fábrica de calçado das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFA)*. Inícios da década de 1940. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico da OGFE. Vol. I, tomo 2, p. 704.

Fig. 144 – *António José de Almeida*. Cliché da Photographia Evaristo. In *A Arte. Archivo de Obras d’Arte*, 6.º Ano, n.º 71 – Novembro de 1910, p. 85. Vol. I, tomo 2, p. 713.

Fig. 145 – *Afonso Costa*. 1907. Fotógrafo Desconhecido. Coleção Particular. Vol. I, tomo 2, p. 713.

Fig. 146 – *Alfredo de Magalhães*. Cerca de 1930. Cliché Foto Medina. Fotogravura, Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, p. 714 e 1145.

Fig. 147 – *Henrique Gomes da Silva por ocasião do restauro de S. Pedro de Lourosa, assistindo a uma conferência de Marques de Abreu*. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, pp. 723, 1145 e 1326.

Fig. 148 – *Luanda. Igreja de N.ª Sr.ª da Nazareth*, séc. XVII. J. H. Ferreira. Photographia Lisbonense, Luanda. 1912. In *A Colonização de Angola*, de J. Pereira do Nascimento e A. Alexandre de Mattos, Lisboa: Typographia Mendonça, 1912, foto n.º 24. Vol. I, tomo 2, p. 728.

Fig. 149 – *Hospital de Santo António do Porto*. Foto de Marques de Abreu. *Álbum do Porto: Clichés e Simili-Gravuras* de Marques de Abreu, Porto: Empresa Gráfica «A Universal», s. d. [1912]. Vol. I, tomo 2, p. 704.

Fig. 150 – *Manifestação a favor da reforma da instrução pública promovida pelo Ministro do Interior, António José de Almeida*. Fotografias de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*. 1912. Vol. I, tomo 2, p. 751.

Fig. 151 – *The Monumental Trilogy of Batalha, Alcobaça, Thomar and the Railway*, of Dr. Vieira Guimarães, Lisboa: Printed at Libanio da Silva, 1912. Rosto. Exemplar existente na Biblioteca Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 778.

Fig. 152 – *Linha de Turismo. Traçado da linha proposto por Vieira Guimarães em 1912*. In *The Monumental Trilogy of Batalha, Alcobaça, Thomar and the Railway*, of Dr. Vieira Guimarães, Lisboa: Printed at Libanio da Silva, 1912. Vol. I, tomo 2, p. 778.

Fig. 153 – *A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar*, de José Vieira da Silva Magalhães, Lisboa: Typ. da Empresa da Historia de Portugal, 1905. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 778.

Fig. 154 – *D. José Pessanha*. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, p. 785.

Fig. 155 – *A Defesa de Évora. Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916. Rosto. Biblioteca do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 2, p. 785.

Fig. 156 – *Excursão Artística da Associação dos Arqueólogos Portugueses a Évora, em 11 de Junho de 1916. Retrato do Grupo junto ao Convento do Espinheiro.* Fotógrafo António de Sottomaior. Reprodução. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo Fotográfico. Vol. I, tomo 2, p. 785.

Fig. 157 – *Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portugueses fez a Santarem no dia 9 de Julho de 1916* de Francisco Nogueira de Brito. Separata do «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses», feita a expensas do 3.º Visconde de Santarém. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1917. Rosto com desenhos de Alberto de Sousa. Vol. I, tomo 2, p. 787.

Fig. 158 – *Museu de Aveiro. Sala das Talhas.* Foto Marques de Abreu. 1912. In “Museu Regional de Aveiro” de Marques Gomes, *Arte. Archivo d’obras de Arte*, Ano VIII, n.º 91, Porto, Julho de 1912, p. 55. Vol. I, tomo 2, p. 791.

Fig. 159 – *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria: compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918*, de Tito Beneveluto Lima de Sousa Larcher. Leiria: Tip Central, 1919. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 793.

Fig. 160 - *Castelo de Vila da Feira. Vista da torre de menagem, tirada do lado sul.* Cerca de 1909. Fotógrafo desconhecido. In *O Castello da Feira: Sua descrição, sua historia e noticia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora. Porto: edição do autor – Oficinas de O Commercio do Porto, 1917, foto 7. Vol. I, tomo 2, p. 798 e 800.

Fig. 161 – *Castelo de Vila da Feira. Ruínas do Palácio dos Condes da Feira.* Foto Alvão. Cerca de 1929. In *Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira: 80 anos de história*, de Anídio Casals d’Azevedo. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância, 1988. Foto 26. Vol. I, tomo 2, p. 801.

Fig. 162 – *Castelo de Vila da Feira. Depois da destruição do Paço dos Condes da Feira no interior do recinto do Castelo.* Fotografia. Cerca de 1935. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 071915. Vol. I, tomo 2, p. 801.

Fig. 163 – *Muralhas de Leiria.* Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076763. Vol. I, tomo 2, p. 804.

Fig. 164 – *Castelo de Leiria. Vista geral das ruínas da alcáçova e da área palatina, antes das obras de consolidação e restauro.* Fotografia. Inícios do século XX. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076785. Vol. I, tomo 2, p. 804.

Fig. 165 – *Castelo de Leiria. Torre arruinada junto à igreja palatina de Santa Maria da Penha.* Cerca de 1926. Fotógrafo Lello. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076763. Vol. I, tomo 2, p. 808.

Fig. 166 – *Início da reconstrução da loggia do paço joanino do Castelo de Leiria.* Fotografia de Lello. Cerca de 1926. In *Castellos de Portugal*, de João Grave, Porto: Livraria Chardron - Lello & Irmão, s.d. [1927-1928]. Vol. I, tomo 2, p. 809 e 1251.

Fig. 167 – *Igreja de Santa Maria da Penha. Ruínas.* 1925. Fotógrafo E. Portugal. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 74. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 809.

Fig. 168 – *Casa do Guarda do Castelo de Leiria.* Arquivo fotográfico da DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076961. Vol. I, tomo 2, p. 809 e 1251.

Fig. 169 - *Grupo da Visita e da Sessão de Trabalho da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição com a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém.* Santarém, 25 de Novembro de 1916. Fotografia: Carlos Gomes – Santarém. Coleção Particular. Vol. I, tomo 2, p. 816.

Fig. 170 – *Padrão. Monumento comemorativo da tomada de Santarém aos mouros em 1147.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédito. Vol. I, tomo 2, p. 818.

Fig. 171 – *Tecto da Igreja do Colégio dos Jesuítas, vulgo Seminário*. 1917. Fotógrafo Carlos Gomes. In *Santarém Princesa das Nossas Vilas de Areosa Feio*, Santarém: J. Cardoso da Silva, 1929. Vol. I, tomo 2, p. 820.

Fig. 172 – *Emblema da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Original. Convento de Cristo: Arquivo da UAMOC. Inédito. Vol. I, tomo 2, pp. 821.

Fig. 173 – *Coronel Francisco Augusto Garcez Teixeira*. Pintura sobre tela de Henrique Tavares. 1940. Reprodução fotográfica. 2004. Museu Municipal de Tomar. Gentileza do arquitecto José Faria. Vol. I, tomo 2, p. 824.

Fig. 174 – *Tomar. Ermida da Conceição*. Tomar: Edição da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Tomar, s. d. [1930]. Edição trilingue. Rosto com cliché de J. Brak-Lamy. ANBA – Biblioteca, Cota FF-4-37/24. Vol. I, tomo 2, pp. 824 e 827.

Fig. 174 A – *Portugal: O Castelo de Palmela*. Lisboa: Edição do Serviço dos Monumentos Militares, s.d. Edição trilingue. Rosto. ANBA – Biblioteca, Cota FF-4-37/26. Vol. I, tomo 2, p. 824 e 961.

Fig. 175 – *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Volume I. Tomar, 1918-1942. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 824.

Fig. 176 – *Convento de Cristo. Conjunto monumental*. Cerca de 1940. Fotografia aérea. Arquivo fotográfico da ex- DGEMN (actual IHRU). Vol. I, tomo 2, p. 830.

Fig. 177 – *Leonor Fernandes Barahona Caldeira, Presidente do Grupo Pró-Évora*. Fotografia assinada pelo fotógrafo (ilegível). 1919. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo Fotográfico. Vol. I, tomo 2, p. 835.

Fig. 178 – *Guia de Évora e Arredores*, Raul Proença, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923. Capa de Alberto de Sousa. Rosto. Grupo Pró-Évora – Biblioteca. Vol. I, tomo 2, p. 836.

Fig. 179 – *Planta de Évora*. Escala 1:1.000. Desenho de João Salazar, 1923. In *Guia de Évora e Arredores*, Raul Proença. Grupo Pró-Évora – Biblioteca (também publicada no *Guia de Portugal*, entre pp. 40 e 41). Vol. I, tomo 2, p. 843.

Fig. 180 – *Grupo Pró-Evora. Évora: Caixa da Água na Rua Nova, monumento nacional*. Fotógrafo José Monteiro Serra (?). Évora: Empresa Alentejana de Publicidade, s. d. [cerca de 1922]. Vol. I, tomo 2, p. 845.

Fig. 181 – *Luís de Figueiredo Guerra (1853-1935)*. Cerca de 1930. Fotografia de Augusto Soucasaux. In *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 41, Porto, Março de 1930. Vol. I, tomo 2, p. 854.

Fig. 182 – *Interrogatório de frades e freires conduzido pelo próprio Ministro das Finanças do Governo Provisório, Afonso Costa*. Inícios de 1911. Foto de Joshua Benoiel. Arquivo Fotográfico de *O Século*. Vol. I, tomo 2, p. 876.

Fig. 183 – *Arrolamento do tesouro da Sé de Lisboa, considerado pela lei da separação pertença do Estado*. 1911. Fotografia de Joshua Benoiel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, 11.º Volume, 2.º Semestre de 1911, p. 60. Vol. I, tomo 2, p. 876.

Fig. 184 – *Notícia do arrolamento dos bens do Patriarcado em São Vicente de Fora*. Fotografia de Joshua Benoiel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, 12.º Volume, 1.º Semestre de 1912, p. 110. Vol. I, tomo 2, p. 878.

Fig. 185 – *Capela de Nossa Senhora da Conceição. Interior*. Data provável 1920. Fotografia de A.S. [Azevedo e Silva?]. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 121. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 878.

Fig. 186 – *Igreja do Convento das Trinas de Mocambo. Altar-mor*, Lisboa, 1931. Processo – M.A.M., Memória Descritiva e Orçamento do acabamento da adaptação dos motivos ornamentais do altar-mor da Igreja do Convento das Trinas à Igreja de S. Francisco da Cidade de Tomar. Tomar, 12 de Abril de 1937, (a) Mário da Fonseca, Engenheiro Civil. Cópia. Convento de Cristo - Arquivo do UAMOC. Vol. I, tomo 2, p. 904.

Fig. 187 – *Convento da Ordem de Avis. Coro dos cavaleiros. Cadeira do Dom Prior*. Foto de Luís Keil, 12 de Abril de 1917. Reprodução de Pedro Aboim. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 35. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 905.

Fig. 187 A – *Convento da Ordem de Avis. Túmulo do 2.º Mestre da Ordem de Avis, D. Frei Fernando Rodrigues*. Séc. XIV. Foto de Luís Keil, 12 de Abril de 1917. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 34. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 905.

Fig. 188 – *Ruínas da Capela de S. Simão. Ponte da Barca*. Cerca de 1926. Fotógrafo Marques de Abreu. In *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, de Manuel Aguiar Barreiros. Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 48. Vol. I, tomo 2, p. 905.

Fig. 189 – *Diploma de Registo de Irmão da Confraria da Rainha Santa Isabel*. In *A Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão, Esposa do Rei Lavrador Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa. Estudo de Investigação Histórica*, de António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, Estampa XVI. Vol. I, tomo 2, p. 905.

Fig. 190 – *João Marques da Silva Oliveira (1852-1927)*. 1909. Fotografia de Marques de Abreu. In “João Marques de Oliveira” de Guido, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, V Ano, n.º 58, Outubro de 1909, p. 71. Vol. I, tomo 2, p. 890.

Fig. 191 – *José de Brito (1855-1946)*. Cliché da Photographia Guedes. In “José de Brito”, de Guedes de Oliveira, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, VI Ano, n.º 68, Agosto de 1910, p. 59. Vol. I, tomo 2, p. 901.

Fig. 192 – *O Museu Nacional de Arte Antiga e o seu director*. In “Museu de Arte Antiga. Novas Salas”. Fotos de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, 12.º Volume, 2.º Semestre de 1911, Lisboa, Empreza do jornal “O Século”, p. 435. Vol. I, tomo 2, p. 916.

Fig. 193 – *Boletim de Arte e Arqueologia*, Fascículo 1, Lisboa: Conselho de Arte e Arqueologia Ano de 1921. Rosto. Coleção Particular. Vol. I, tomo 2, pp. 918 e 1054.

Fig. 194 – *Luciano Martins Freire no seu atelier*. 1911. Fotografia de Marques de Abreu. In “Luciano Freire” de José Pessanha, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, VII Ano, n.º 81, Setembro de 1911, p. 69. Vol. I, tomo 2, p. 936.

Fig. 194 A – *Oficina de Restauro da 1.ª Circunscrição Artística*. Lisboa, Fotógrafo desconhecido. C. de 1922. [na imagem José de Figueiredo e Luciano Martins Freire]. Museu Nacional de Arte Antiga. Vol. I, tomo 2, p. 936.

Fig. 195 – *Igreja do Hospital de Jesus de Cristo, Santarém. Trecho do sub-coro*. Cerca de 1928. Fotógrafo Carlos Gomes. In *Santarém Princesa das Nossas Vilas*, de Areosa Feio, Santarém, 1929. Vol. I, tomo 2, p. 937.

Fig. 196 – *Catedral de Évora: Capela-Mor (exterior), Zimbório, Rosácea do Transepto, Coruchéus, Torres, Ameias e Terraços de Tejolo*. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933- Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 6, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 945.

Fig. 197 – *Convento de São Francisco de Santarém. Claustro*. Foto Alvão. Cliché Santarém, n.º ALV059 (9). Centro Português de Fotografia, Porto. Vol. I, tomo 2, p. 954.

Fig. 198 – *Igreja de S. Miguel de Vilarinho, concelho de Santo Tirso*. Várias fotografias (8) de Freixo de Numão, Santarém, S. Miguel de Vilarinho, S. Pedro de Roriz e Loanda, Viana do Castelo, N.º de Inventário 5666. ANBA – Gav. 4. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 955.

Fig. 199 – *Estremoz. Porta militar de Évora*. Fotógrafo desconhecido. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 69. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.

Fig. 199 A – *Estremoz. Porta militar de Santo António*. Fotógrafo desconhecido. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 70. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.

Fig. 199 B – *Estremoz. Porta militar de Santa Catarina*. Fotógrafo desconhecido. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 71. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.

Fig. 200 – *Ruínas romanas de Nabância*. In "Casa Portuguesa" de A. Mesquita de Figueiredo, *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, 1.º semestre, Lisboa: Empresa O Século, 1913, p. 107. Vol. I, tomo 2, p. 987.

Fig. 200 A - *Sinagoga. Interior, Tomar*. 1922. Fotografia de Garcez Teixeira (?). In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 125, Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1007.

Fig. 201 – *Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe, Raposeira. Vila do Bispo*. Cerca de 1923. Fotógrafo desconhecido. ANBA – CSMN. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244, referência n.º 33187. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1009.

Fig. 202 – *Igreja de S. Pedro de Arganil*. Cerca de 1930. In "S. Pedro de Arganil", de C.M.A. Barreiros, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 46, Porto, Agosto de 1930, p. 182. Vol. I, tomo 2, p. 1009.

Fig. 203 – *Évora. Arquitectura vernacular, com elementos arquitectónicos manuelinos e sacada clássica*. Data desconhecida [1915?]. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 19. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1014.

Fig. 204 – *Évora. Trecho urbano*. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Histórico do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 2, p. 1014.

Fig. 205 – *Évora, Casas do Conde de Basto. Pátio de São Miguel. Varanda da Renascença*. Fotógrafo Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 20, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1014.

Fig. 206 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Manhente, Barcelos. Exterior*. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. Carteira 3, foto 17. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1000 e 1014.

Fig. 207 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Travanca, Amarante. Exterior*. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. Carteira 3, foto 22. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1000 e 1014.

Fig. 208 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Rates, Póvoa do Varzim. Interior*. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. Carteira 2, foto 25. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1000 e 1014.

Fig. 209 - *Castelo de Vila da Feira. Vista das muralhas e de um cubelo da torre de menagem tirada do lado poente*. Cerca de 1917. Fotógrafo desconhecido. In *O Castello da Feira: Sua descrição, sua história e notícia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora. Porto: edição do autor – Oficinas de *O Commercio do Porto*, 1917, foto 14. Vol. I, tomo 2, p. 801. Vol. I, tomo 2, pp. 800 e 1022.

Fig. 210 – *Mosteiro da Batalha e sua envolvente*. Fotografia dos inícios do século XX. DGEMN – Fotografia n.º 078650. Vol. I, tomo 2, p. 1015.

Fig. 211 – *Mafra. Panorama*. Cerca de 1933. Fotografia de Alvão. In *Monumentos de Portugal: Mafra. Notícia-histórico-Archeologica e Artística da Villa e Paço Conventual*, de João Paulo Freire e Carlos Passos, Lisboa: Litografia Nacional – Edições, 1933. Vol. I, tomo 2, p. 1028.

Fig. 212 – *Parque de Santa Cruz. Entrada Principal*. 2003. Foto Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1040.

Fig. 213 – *Parque de Santa Cruz. Trecho do jardim*. 2003. Foto Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1040.

Fig. 214 – *Parque de Santa Cruz. Paineis de azulejos integrados na fonte e cascata do jardim alusivos às «Fons Vitae»*. 2003. Inédita. Foto Jorge Custódio. Vol. I, tomo 2, p. 1040 e 1045.

Fig. 215 – *Catedral de Reims depois dos bombardeamentos alemães: “um dos mais belos monumentos da arquitectura cristã e dos mais belos tesouros d’arte”*. Cliché de M. Branger. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, 18.º volume, n. 451, Lisboa, 12 de Outubro de 1914. p. 475. Vol. I, tomo 2, p. 1072.

Fig. 216 – *“A Catedral de Reims”, poema de O. Guerra*. In *Ilustração Portuguesa*. 2.ª série, 18.º volume, n.º. 454, Lisboa, 2 de Novembro de 1914, p. 552. Vol. I, tomo 2, p. 1073.

Fig. 217 – *Lovaina: câmara municipal e igreja de S. Paulo depois dos bombardeamentos*. In “*Estética Germanica*”, de Paulo Osório, *Ilustração Portuguesa*. 2.ª Série, 18.º volume, n.º. 455, Lisboa, 9 de Novembro de 1914. p. 599. Vol. I, tomo 2, p. 1073.

Fig. 217 A – *Túmulo dos soldados desconhecidos na Casa do Capítulo do Mosteiro da Batalha*. Entre 1920-1922. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico da EX-DGEMN (actual IHRU), Fotografia n.º 078581. Vol. I, tomo 2, p. 1078.

Fig. 218 – *La Conservation des Monuments d’Art et d’Histoire*. Athènes: Office International des Musées, 1932. Rosto do volume de actas do Congresso Internacional para a protecção e conservação dos monumentos de arte e de história. BN – B.A. 1473 V. Vol. I, tomo 2, p. 1158.

Fig. 219 – *Évora. Paço de D. Manuel I*. 2.ª metade do século XIX (anterior a 1881). Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 46. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1149.

Fig. 220 – *Teatro Eborense*. Fotógrafo anónimo. Arquivo Fotográfico Municipal de Évora. Vol. I, tomo 2, p. 1149.

Fig. 221 – *Incêndio do Teatro Eborense construído no antigo “Palácio de D. Manuel”, em Évora*. Dois aspectos A. e B. Inícios de Abril de 1916. Fotógrafo: António Joaquim Lopes da Silva Júnior (?). *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, fotos 47 e 48. A fotografia B - inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1149.

Fig. 222 – *Visita da Sociedade de Arquitectos Portugueses à Sé de Coimbra*. 1911. *A Arte*, Ano VII, n.º 79, Porto, Julho 1911. Vol. I, tomo 2, p. 1162.

Fig. 223 – *Sé Velha de Coimbra. Abside em restauro*. 1916. In “*A Sé Velha de Coimbra*” de José Pessanha, José, *Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*, Lisboa, Na Oficina do Anuário Comercial, 1916, pp. 184-191. Vol. I, tomo 2, p. 1162.

Fig. 224 – *Igreja de Paço de Souza (Concelho de Penafiel), Frontaria*. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13, Carteira n.º 4, foto 20. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1164 e 1223.

Fig. 224 A – *Igreja de Paço de Souza (Concelho de Penafiel), depois do restauro de reintegração / restituição integral*. In *Igreja de Paço de Souza*, Boletim da DGEMN, Monumentos 17, Lisboa: MOPC, Setembro de 1939, Vol. I, tomo 2, p. 1164 e 1223.

Fig. 225 – *Coimbra. Igreja de S. Thiago. Vista Exterior*, 1909. Cliché do Centro Photographico Académico, símile gravura de Marques de Abreu, In “Igreja de S. Thiago” de Augusto Gonçalves, *Arte, Archivo d’Obras de Arte*, Ano V, n.º 52, Porto, Abril de 1909, p. 26. Vol. I, tomo 2, p. 1163.

Fig. 226 – *Coimbra. Igreja de S. Thiago. Vista Interior*, 1909. Cliché do Centro Photographico Académico, símile gravura de Marques de Abreu, In “Igreja de S. Thiago” de Augusto Gonçalves, *Arte, Archivo d’Obras de Arte*, Ano V, n.º 52, Porto, Abril de 1909, p. 25. Vol. I, tomo 2, p. 1163.

Fig. 227 – *Miguel Ventura Terra, Arquitecto de 3.ª classe. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas*. Em 28 de Dezembro de 1896. AHMOP – Processos Individuais: Miguel Ventura Terra. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1188.

Fig. 228 – *Arnaldo Redondo Adães Bermudes, Arquitecto. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas*. Em 1 de Maio de 1909. AHMOP – Processos Individuais: Adães Bermudes. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1188.

Fig. 229 – *Antiga casa do Senado, Bragança*. Fototipia de Emílio & C.ª Editores. In *A Arte e a Natureza em Portugal*. Vol. I, Porto, 1902. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Fig. 230 – *José Alexandre Soares, Arquitecto de 3.ª classe. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas*. Em 5 de Julho de 1906. AHMOP – Processos Individuais: José Alexandre Soares. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1210.

Fig. 231 – *Arquitecto Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira. Chefe da 2.ª Secção da 1.ª Direcção dos Edifícios Públicos do Distrito de Lisboa*. Fotografia. Vol. I, tomo 2, p. 1210.

Fig. 232 – *O Palácio de Sintra. Vista geral*. Fim do século XIX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l’architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00032_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.

Fig. 233 – *O Palácio de Sintra. Vista geral*. Fim do século XIX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l’architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00033_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.

Fig. 234 – *O Palácio de Sintra. Portão de entrada*. Inícios do século XX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l’architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00031_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.

Fig. 235 – *António Augusto da Costa Mota, tio (1862-1930)*. Cerca de 1912, fotógrafo desconhecido, In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, 12.º Volume, 2.º Semestre de 1912, Lisboa, Empreza do jornal “O Século”, p. 380. Vol. I, tomo 2, p. 1208.

Fig. 236 – *Fragmentos do Pelourinho de Estremoz*. Fotografia anterior a 1916. Fotógrafo desconhecido. Ficha n.º 91, apenso, in ANBA – Inquérito sobre Pelourinhos, vol. I, 1935, Cota – XX-9-6. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1223.

Fig. 237 – *Pelourinho de Estremoz*. Postal ilustrado colado. Pelourinho de Estremoz, n.º 91, apenso, in ANBA – Inquérito sobre Pelourinhos, Vol. I, 1935, Cota – XX-9-6. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1223.

Fig. 238 – *Capela de S. Lourenço*, Tomar. Antes de 1925. Fotografia de Garcez Teixeira (?), In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, foto 177. Reprodução de Pedro Aboim. ANBA – MM – 6-4. Vol. I, tomo 2, p.984.

Fig. 239 – *Chambly (Oise). Église, ensemble ouest*. Carte postale n.º 1750. Década de 1920. Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

Fig. 240 – *Igreja de Lampaul-Guimiliau*, Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

Fig. 240 A – *Igreja de Chaix, obra de consolidação da Torre*. Cerca de 1918. Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

Fig. 241 – *Restauro da cobertura da Catedral de Reims*. Fotografia da Coleção de Yves-Marie Froidevaux, cerca de 1922. In FROIDEVAUX, Yves-Marie, *Techniques de l'Architecture Ancienne : Construction et Restauration*, 2.ème edition, Paris: Pierre Mardaga Éditeur, 1985, p. 101. Vol. I, tomo 2, pp.1146, 1156 e 1281.

Fig. 242 – *Ernesto Korrodi*. Fotografia sem data. Fotógrafo desconhecido. In *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, Ensino e Restauro de Património*, de Lucília Verdelho da Costa, Lisboa, Estampa, 1997, figura 1. Vol. I, tomo 2, p. 1249.

Fig. 243 – *Início dos trabalhos de restauração da Igreja de Paço de Sousa*, cliché de Pedro Vitorino. In “A Igreja de Paço de Sousa”, de Pedro Vitorino, *Ilustração Moderna*, n.º 12, Abril de 1927, p. 287. Vol. I, tomo 2, p. 1145.

Fig. 244 – *Reiniciando o estudo para o restauro da Igreja de S. Tiago, Coimbra*. In “Igreja de S. Tiago (Coimbra)” de [Marques de Abreu], *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 41, Porto, Março de 1930, p. 71. Vol. I, tomo 2, p. 1164.

Fig. 245 – *Grupo de populares integrados nas obras de restauro da igreja de Cête*. Fotografia de Marques de Abreu, filho. In “Monumentos Nacionais. Uma visita ao Mosteiro de Cête” de [Marques de Abreu]. In *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 38, Porto, Dezembro de 1929, p. 480. Vol. I, tomo 2, pp. 1145 e 1222.

Fig. 246 – *Évora. Catedral. Pátio do Claustro. Arcaria depois do restauro*. Cerca de 1928. Cliché do arquivo de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933- Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 4, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p.1219.

Fig. 247 – *Mosteiro de Alcobaça. Teatro Alcobacense*. 1.º quartel do século XX. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN (actual IRHU). Foto 5000234. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Fig. 247 A – *Mosteiro de Alcobaça. Reintegração do refeitório dos Monges, com a desmontagem do Teatro*. Cerca de 1926. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0007. Gentileza de Rui Rasquilho. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Fig. 248 – *Mosteiro de Alcobaça. Refeitório dos Monges, desmontagem do Teatro. Intervenção de reintegração outro aspecto*. 1926-1928. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0008. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Fig. 249 – *Mosteiro de Alcobaça. Refeitório dos Monges, depois da desmontagem do Teatro. Intervenção de reintegração, com restauro dos silhares*. 1926-1928. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0006. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Fig. 250 – *Mosteiro do Pombeiro. Interior*. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d, Carteira n.º 5, foto n.º 5, ANBA: Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1235.

Fig. 251 – *Palácio do Cardeal D. Henrique. Claustro e Fachada da Sala dos Actos da Antiga Universidade*. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 15, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1235.

Fig. 252 – *Porta de entrada do antigo Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*. Actual Academia Nacional de Belas Artes. Obra de José Luís Monteiro. 2004. Fotografia de Jorge Custódio. Vol. I, tomo 2, p. 1227.

Fig. 253 – *Arquitecto José Vilaça*. Cerca de 1930. Fotografia de Augusto Soucasaux. In “O Culto dos Monumentos”, de Marques de Abreu, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, n.º 40, Porto, Fevereiro de 1930, p. 27. Vol. I, tomo 2, pp. 1222 e 1240.

Fig. 254 - *Portugal. A Torre de Belém*, Edição do Serviço de Monumentos Militares, Lisboa, s. d. [cerca de 1929]. Fotografia de capa: Azevedo e Silva Vol. I, tomo 2, pp. 961 e 1223.

Fig. 255 – *A Torre de Belém e a Fábrica da Companhia Gás de Lisboa, SARL*, Lisboa. Cerca de 1922. Fotografia de Monteiro Lima. In Colecção de doze fotografias do Coronel Monteiro de Lima, datadas de 28-III-1922. BMS – L 518. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1248.

Fig. 256 – *Casa onde nasceu o Infante D. Henrique, [Porto. Fachada Principal]*. In *Album do Centenario. 1498-1898: Trechos d’Arte Manuelina, Scenas da Vida Portuguesa*, 20 fotografias. Direcção de Arnaldo da Fonseca, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898. Vol. I, tomo 2, p. 1266.

Fig. 257 – *Convento de Cristo. Igreja. Abóbada anelar da Charola*. 2008. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1270.

Fig. 258 – *Convento de Cristo. Torre do Relógio e contraforte da Charola. Pormenor*. 2007. Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1273.

Fig. 259 – *A Igreja do Convento de Cristo*. Iluminura da colecção da *Leitura Nova* (Livro IV, Estremadura). 1.º Quartel do século XVI. AN/TT. Fotografia existente no Centro de Documentação do Convento de Cristo. Vol. I, tomo 2, p. 1273.

Fig. 260 – *Escada militar inscrita no interior do paramento Norte/Oeste da Charola*. 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1275.

Fig. 261 – *Convento de Cristo. Exterior do corpo da Igreja*. 1.ª década do século XX. Fotógrafo desconhecido. Postal Ilustrado, Colecção da Havaneza, n.º 3, Thomar. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 1277.

Fig. 261 A – *Convento de Cristo. Parte Superior das Fachadas Sul e Poente*. Cerca de 1929. Fotografia Marques de Abreu. In “Tomar. Convento de Cristo”, de Francisco Augusto Garcez Teixeira, *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 35, Porto, Julho de 1929, p. 398-99. Vol. I, tomo 2, p. 1277.

Fig. 262 – *Convento de Cristo. Charola (exterior)*. Cerca de 1929. Cliché fotográfico de Marques de Abreu. In “Tomar. Convento de Cristo”, de Francisco Augusto Garcez Teixeira, *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 35, Porto, Julho de 1929, p. 393. Vol. I, tomo 2, p. 1279.

Fig. 263 – *Convento de Cristo. Charola*. Calendário para o Ano de 1933. Fotógrafo desconhecido. Ocogravura, Ld.ª, 1932. Convento de Cristo, Centro de Documentação. Vol. I, tomo 2, p. 1280.

Fig. 264 – *Convento de Cristo. Aspecto geral visto do Castelo*. Postal Ilustrado. Com editor não identificado, pelo facto do postal se encontrar colado num álbum. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 1280.

Fig. 265 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Intervenção de reforço da torre com lajes e lintéis de betão armado.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Fig. 266 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Aspecto sul da obra de betão armado na base da torre.* 2007. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Fig. 267 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Pormenor de um lintel, no alçado sul.* 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Fig. 268 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Estereotomia do aparelho silhar do alçado sul.* 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Fig. 269 – *Modelo tridimensional da Charola com corte da torre do relógio.* Desenho do arquitecto Sotero Ferreira, 2007. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Fig. 270 – *Fosso vertical para a colocação dos pesos do relógio da Torre.* 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1283.

Fig. 271 – *Torre do relógio e campanário da sineira “Baleia”, vistos pelo tardo.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 272 – *Charola. Alçado principal. Lintel de reforço superior da janela românica.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 273 – *Charola. Alçado principal. Campanário da “Baleia”. Reforço inferior.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 274 – *Torre do Relógio. Interior. Alçado norte. Revestimento com silhares de pedra de dois lintéis de betão para reforço do campanário.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 275 – *Charola. Intervenção de restituição dos reforços de estabilidade na zona da antiga casa dos órgãos.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 276 – *Torre da Charola. Aspecto geral que apresenta na actualidade.* 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Fig. 277 – *Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Nave.* Fotografia de Augusto Soucasaux. In “O Mosteiro de Belém (Jerónimos)”, de Reynaldo dos Santos, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 46, Porto, Agosto de 1930, p. 179. Vol. I, tomo 2, p. 1298.

Fig. 278 – *“Na Sé de Lisboa” – Notícia da visita da Associação dos Arqueólogos Portugueses à Sé de Lisboa, em 1912.* Fotografias de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, 1.º Semestre, Lisboa: Empresa “O Século”, 1913, p. 50. Vol. I, tomo 2, p. 1303.

Fig. 279 – *Sé de Lisboa. Aspecto do restauro da ábside e estado das construções no claustro antes da intervenção de António do Couto.* Fotografia. Cerca de 1910. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516588. Vol. I, tomo 2, p. 1304.

Fig. 280 – *Sé de Lisboa. Aspecto da quadra norte do claustro.* Fotografia de Marques de Abreu. Meados da década de 1920. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. A Arte em Portugal n.º 13, Porto: Marques de Abreu, 1931, fig. 27. Vol. I, tomo 2, p. 1304.

Fig. 281 – *Sé de Lisboa. Claustro. Obras de remoção e limpeza da galeria superior.* Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516298. Vol. I, tomo 2, pp. 1304 e 1305.

Fig. 281 A – *Sé de Lisboa. Claustro. Fase da demolição de obras recentes, com término de aluguer de casas e deslocação de residentes.* Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516108. Vol. I, tomo 2, pp. 1304 e 1305.

Fig. 282 – *Sé de Lisboa. Claustro depois do restauro de António do Couto.* Fotografia. Fotógrafo desconhecido. Década de 1930. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516583. Vol. I, tomo 2, p. 1306.

Fig. 283 – *Sé de Lisboa. Charola depois do restauro. Pormenor.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1926. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. A Arte em Portugal n.º 13, Porto: Marques Abreu, 1931, fig. 6. Vol. I, tomo 2, p. 1307.

Fig. 284 – *Sé de Lisboa. Alçado da nave central norte e respectivo trifóreo, antes do restauro de restituição ao estilo românico.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. A Arte em Portugal n.º 13, Porto: Marques Abreu, 1931, fig. 9. Vol. I, tomo 2, p. 1308.

Fig. 284 A – *Sé de Lisboa. Remoção do reboco e estuque do período neoclássico.* Fotografia. Fotógrafo desconhecido. Década de 1930. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516552. Vol. I, tomo 2, p. 1308.

Fig. 285 – *Sé de Lisboa. Nave lateral do lado norte.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. A Arte em Portugal n.º 13, Porto: Marques Abreu, 1931, fig. 8. Vol. I, tomo 2, p. 1309.

Fig. 286 – *Sé de Lisboa. Vista da cobertura do cruzeiro.* Fotografia. 1941. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516078. Vol. I, tomo 2, p. 1310.

Fig. 287 – *Sé de Lisboa. Colunas românicas após a remoção do reboco e em fase de reconstrução e restauro das primitivas bases a partir de modelos originais.* Fotografia. Cerca de 1940. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516080. Vol. I, tomo 2, pp. 1308 e 1309.

Fig. 288 – *Casa do Capítulo da Ordem de Cristo (1860).* In “Thomar. Casa do capítulo da ordem de Cristo”, Desenho de Nogueira da Silva, provavelmente a partir de uma fotografia da época. *Arquivo Pittoresco*, Lisboa, vol. III, 1860, pp. 41-42. Vol. I, tomo 2, p. 1319.

Fig. 289 – *Casa do Capítulo Incompleta. Vista Sul-Norte.* 2008. Fotografia Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1316.

Fig. 290 – *Casa do Capítulo Incompleta. Vista Norte-Sul.* 2008. Fotografia de Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.

Fig. 291 – *Casa do Capítulo paramentos do lado nascente.* Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.

Fig. 292 – *Primitiva entrada do Capítulo dos Freires.* Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.

Fig. 293 – *Casa do Capítulo do Convento de Cristo. Interior. Vista Sul-Norte, para os arcos de acesso ao vestíbulo. Execução de trabalhos de limpeza.* 1923-1925. Brak Lamy / Phot. Amador. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 106. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1319.

Fig. 293 A – *Casa do Capítulo do Convento de Cristo. Interior. Vista Norte-Sul. Norte, para a capela / trono dos pisos inferior e superior. Execução de trabalhos de limpeza,* 1923. Brak Lamy / Phot. Amador. Fotografia retocada pelo autor. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 107 e Arquivo da UAMOC, Tomar. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1319.

Fig. 294 – *Convento de Cristo. Casa do Capítulo Incompleta mostrando o Museu Lapidar montado pela UAMOC.* Cerca de 1929. Fotografia de Marques de Abreu. In “Monumentos da Renascença em Tomar: Ainda algumas considerações àcerca destes monumentos”, de Francisco Augusto Teixeira Garcez, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 40, Porto, Fevereiro de 1930, p. 40. Vol. I, tomo 2, p. 1320.

Fig. 295 – *Janela mainelada da nova entrada do vestíbulo do Capítulo dos freires de clausura.* 2008. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1320.

Fig. 296 – *Convento de Cristo. Capela do Noviciado Velho [ou dos Reis Magos].* Cerca de 1929. Fotografia de Marques de Abreu. In “Monumentos da Renascença em Tomar: Ainda algumas considerações àcerca destes monumentos”, de Francisco Augusto Teixeira Garcez, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 40, Porto, Fevereiro de 1930, p. 41. Vol. I, tomo 2, p. 1314.

Fig. 297 – *Convento de Cristo. Dormitório dos Freire. Corredor do Cruzeiro.* Cerca de 1928. Fotógrafo Desconhecido. Arquivo Fotográfico da Ex-DGEMN (actual IRHU), foto 1594. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1316.

Fig. 298 – *Claustro da Micha ou do Procurador.* Cerca de 1928. Fotógrafo desconhecido. In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 95. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1312.

Fig. 299 – *Convento de Cristo. Charola. Interior, lado Sul.* Cerca de 1926. Fotografia de A[zevedo] S[ilva]. In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 86. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1311.

Fig. 300 – *Convento de Cristo. Cozinha.* Cliché de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes.* Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 4 – Novembro de 1933, foto n.º 6, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1316.

Fig. 301 – *Convento de Cristo. Claustro Principal ou de D. João III. Capela angular situada na quadra nascente, lado sul.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1322.

Fig. 302 – *Convento de Cristo. Claustro Principal. Espaço intercalar entre a quadra norte do claustro de Diogo de Torralva e o alçado sul da Igreja manuelina.* 2008. Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.

Fig. 303 – *Convento de Cristo. Claustro Principal. Espaço intercalar entre o Claustro e o alçado Sul da Igreja manuelina, vista para o sistema de abóbadas castilhanas.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.

Fig. 304 – *Convento de Cristo. Claustro Principal. Vestígios do claustro de João de Castilho nas denominadas capelas fundeiras da quadra sul.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1323.

Fig. 305 – *Claustro Principal. Restauro.* Cerca de 1932. Fotógrafo Desconhecido. Arquivo Fotográfico da Ex-DGEMN (actual IRHU), foto 631. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1323.

Fig. 306 – *Convento de Cristo. Baixo Coro da Igreja manuelina. Aspecto interior da janela sul restituída, conforme se vê actualmente.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.

Fig. 307 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Alçado principal, após a remoção das camadas de cal.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 8. Vol. I, tomo 2, p. 1325.

Fig. 308 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. José Pessanha observa o alçado principal depois das sondagens preliminares.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 9. Vol. I, tomo 2, p. 1326.

Fig. 309 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Restauro do nartex.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 11. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 310 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Reconstrução da frontaria do nartex.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 13. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 311 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens no cunhal da nave, situada a noroeste.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 24. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

Fig. 312 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens no cunhal nordeste.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 26. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 313 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Resultado das sondagens no ângulo sul da nave.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1931. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 22. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 314 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Resultados das sondagens na nave central.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 53. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 315 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens na nave central.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 45. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 316 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Materiais de construção salvados durante a intervenção.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 58. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Fig. 317 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens e demolições do cruzeiro e da ábside da igreja (vista do lado norte).* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 35. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

Fig. 318 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Reconstituição do transepto.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 37. Vol. I, tomo 2, p. 1327.

Fig. 319 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Um aspecto do restauro do cruzeiro e arcos da nave.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 52. Vol. I, tomo 2, p. 1327.

Fig. 320 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Elementos determinantes para a identificação da «iconostasis» da igreja primitiva.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 49. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

Fig. 321 - *Igreja de Lourosa. Oliveira do Hospital. Aspecto geral do interior depois do restauro.* Fotografia DGEMN. Entre 1934 e 1949. In *A Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Lisboa: MOP/DGEMN, Março de 1949, Fig. 32. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

Fig. 322 - *Igreja de Lourosa. Oliveira do Hospital. Interior depois da conclusão do restauro.* Fotografia DGEMN. Entre 1934 e 1949. In *A Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Lisboa: MOP/DGEMN, Março de 1949, Fig. 28. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

Fig. 323 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Perspectiva geral da igreja depois do restauro.* Fotografia de Marques de Abreu. 1934. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 15. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

Fig. 324 – [*Palácio dos Carrancas / Museu Nacional Soares dos Reis*]. Cerca de 1940. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN / IHRU Foto 066936. Vol. I, tomo 2, p. 1332.

2.4.2 Imagens.



Fig. 1 – *Academia Nacional de Belas Artes. Sala do Arquivo Histórico e Administrativo. Fundo Histórico e Fotográfico*, Foto Pedro Aboim, 2006. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 52-53.

O arquivo histórico da instituição consta dos fundos da Academia de Belas Artes de Lisboa (1836-1911), do Conselho dos Monumentos Nacionais (1898-1911) - que por sua vez incorporou a documentação recolhida da Comissão dos Monumentos Nacionais - o fundo do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição (1911-1932) e ainda do fundo histórico e administrativo da ANBA (desde 1932).



Fig. 2 – *Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes. Pormenor*, Foto Pedro Aboim, 2006. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 53.

A Biblioteca da ANBA teve a sua origem no legado da Livraria de Jorge Husson da Câmara à Academia Real de Belas Artes de Lisboa, numa altura em que o primeiro projecto de reforma começava a corporizar-se. Neste fundo incorporaram-se as aquisições da ARBAL e depois, no tempo da 1.^a República – altura que passou a funcionar como Biblioteca de apoio aos Serviços Artísticos da Circunscrição de Lisboa – com todas as aquisições e doações que lhe foram feitas, que lhe permitiu ser – naquele tempo – uma importante biblioteca especializada. Essa especialização manteve-se com a criação da ANBA, aumentando substancialmente o acervo bibliográfico.

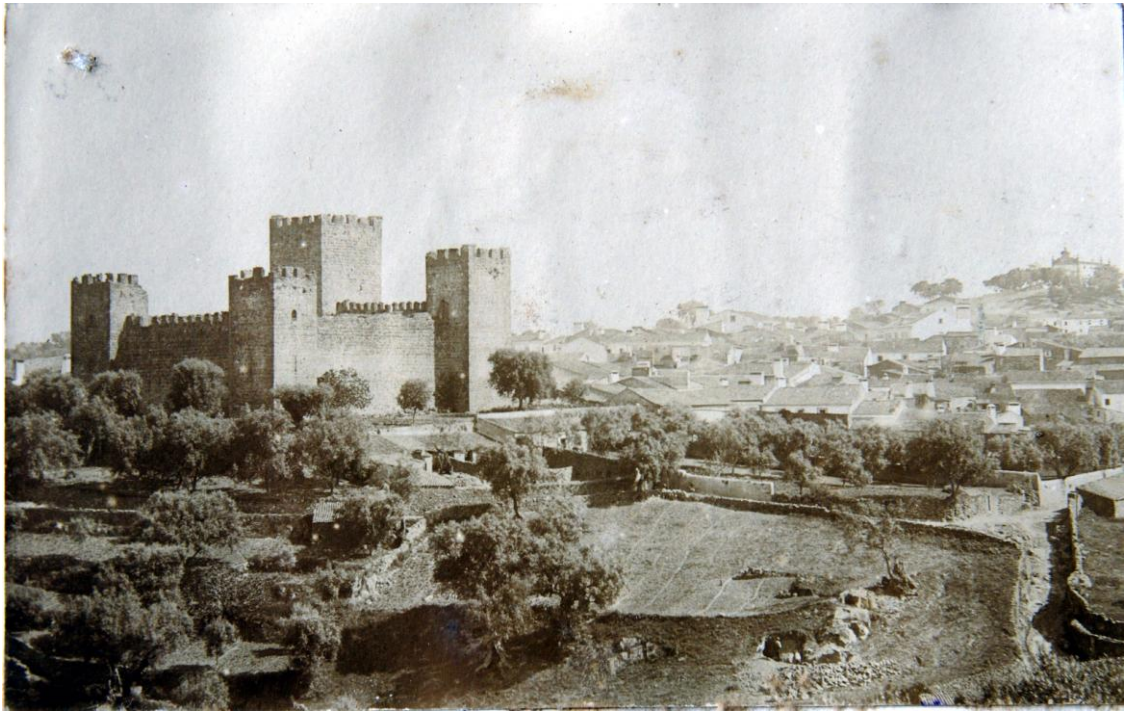


Fig. 3 – Castelo da Amieira. Vista geral, Sudoeste. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 21, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.



Fig. 4 – Amieira. Castelo. Vista geral, Sudeste. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 20, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.



Fig. 5 – Amieira. Castelo. Vista geral, Sudeste. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 22, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 59.

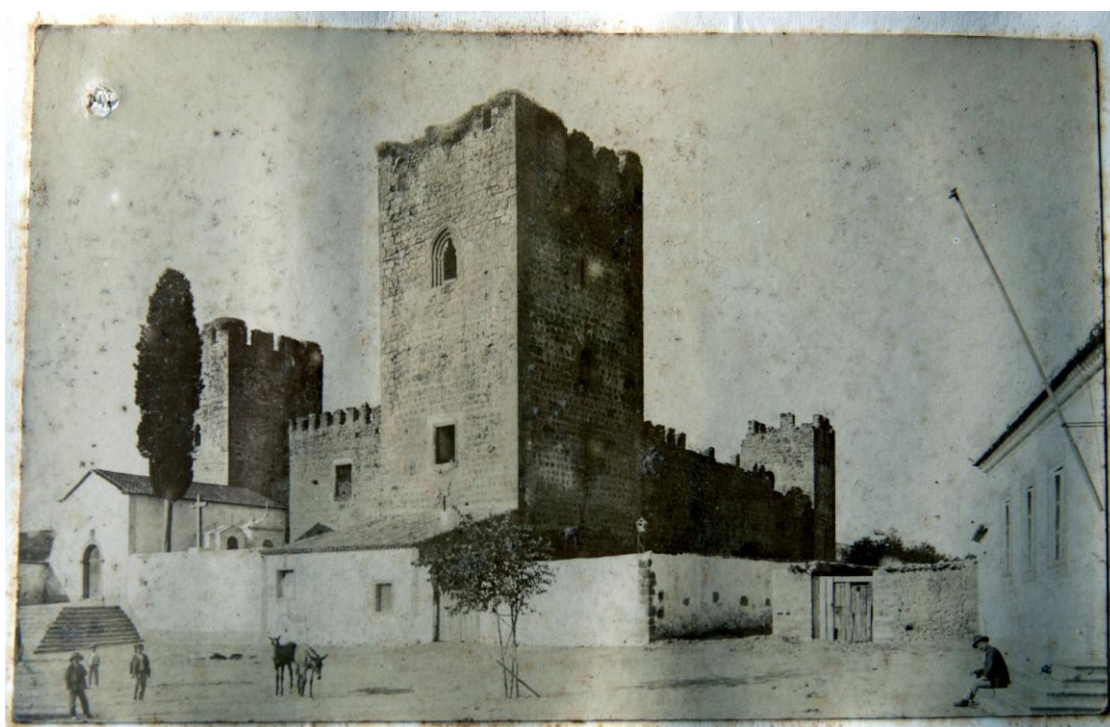


Fig. 6 – Castelo da Amieira. Vista Nordeste. Cerca de 1920, Fotógrafo Tude de Sousa. *Álbum fotográfico*, 5368, foto 22, ANBA: MM – 6-4. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 1, p. 59.

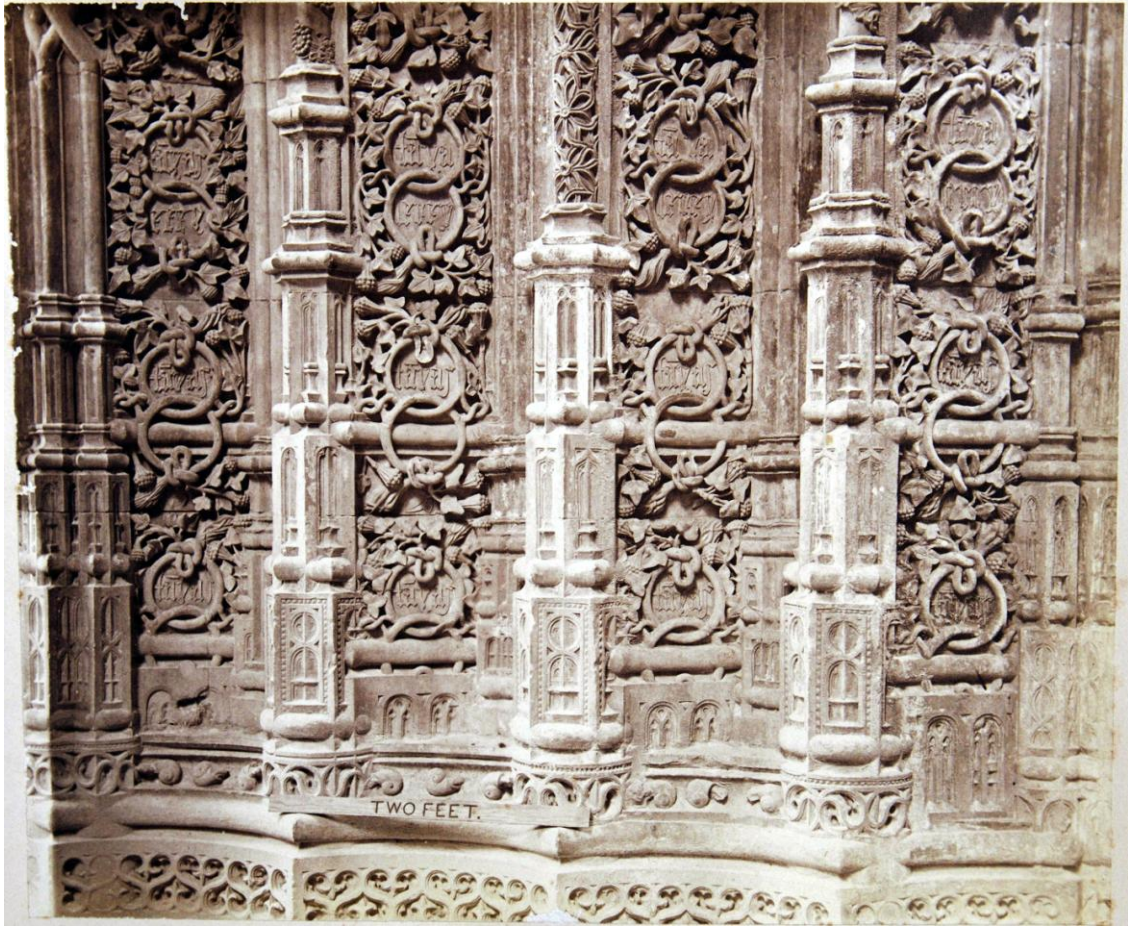


Fig. 7 – Mosteiro da Batalha. Capelas Imperfeitas. Pormenor ornamental do portal/pórtico das capelas imperfeitas, com indicação da distância entre nervuras acareladas (régua com a indicação de “two feet”). Fotógrafo, Charles Thurston Thompson (1816-1868), *Álbum do Mosteiro da Batalha*, 5173, foto 26. AANBA: MM 6-3. Vol. I, tomo 1, p. 59.



Fig. 8 – *Mosteiro da Batalha. Portal da Fachada Principal*, Francisco Rocchini (Fotografia Depositada), cerca de 1880. *Álbum do Mosteiro da Batalha*, 5173, foto 3. ANBA: MM 6-3. Vol. I, tomo 1, p. 59.

A fotografia foi feita antes da substituição das esculturas originais que ornamentavam o portal, por outras restauradas ao idêntico. À data do cliché decorria o restauro do portal, tornando-se evidente a diferença da cor da pedra na fotografia.



Fig. 9 – *Vista geral da Cidadela de Bragança*. Phototypia Emílio Biel & C.^a Editores, in *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1905. Vol. VII, n.º 74. Vol. I, tomo 1, p. 59.



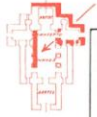
Fig. 10 – Igreja de Pombeiro (Concelho de Felgueiras). Exterior. In *A Arquitectura românica em Portugal*, clichés de Marques de Abreu, s.l, s.d. ANBA: Y – 6 – 9/13, carteira n.º 5, foto 2. Vol. I, tomo 1, p. 59.



Fig. 11 – [Igreja do Mosteiro cisterciense de Almoster. Nave central. Altares do antigo coro das bernardas]. Foto Alvão. Cliché Santarém, n.º 136. Centro Português de Fotografia, Porto. Vol. I, tomo 1, p. 59.



Fig. 12 - Thomar – Aqueduto dos Pégões. F. Brak Lamy. Phot. Amador (Objectiva: Goerz-Dagor), Album fotográfico ANBA: MM – 6-4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 53.



Est. 40 — Ângulo reentrante, formado pelo extremo sul do transepto, e o absidíolo do mesmo lado

Fig. 13 – [*S. Pedro de Lourosa. Aspecto do Restauro*]. Cerca de 1932. Foto Marques de Abreu, in *A Igreja de S. Pedro de Lourosa* de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Edição de Marques Abreu, 1934, Estampa 40. Vol. I, tomo 1, p. 60.

A planta do lado esquerdo localiza na igreja a intervenção de restauro representada na imagem, referenciando a traço grosso os planos visualizados na foto. Este livro constitui um caso aparte na história da documentação de restauro num monumento em Portugal.



Fig. 14 – Série da «Adoração de São Vicente» (Painel do Infante), Nuno Gonçalves (Estado anterior ao tratamento). Foto de Luciano Freire ou de João Coutinho, in *O Pintor Nuno Gonçalves*, de José de Figueiredo, extra-texto, 1910, pp. 24-25. Vol. I, tomo 1, p. 60.

O quadro está identificado como pertencente ao Museu do Patriarcado (S. Vicente de Fora).



Fig. 15 – Série da «Adoração de São Vicente» (Painel do Infante), Nuno Gonçalves (depois da reintegração e emolduramento das tábuas). Foto de Luciano Freire ou de João Coutinho, Gravura de A.B., in *O Pintor Nuno Gonçalves*, de José de Figueiredo, 1910, extra-texto, pp. 88-89. Vol. I, tomo 1, p. 60.

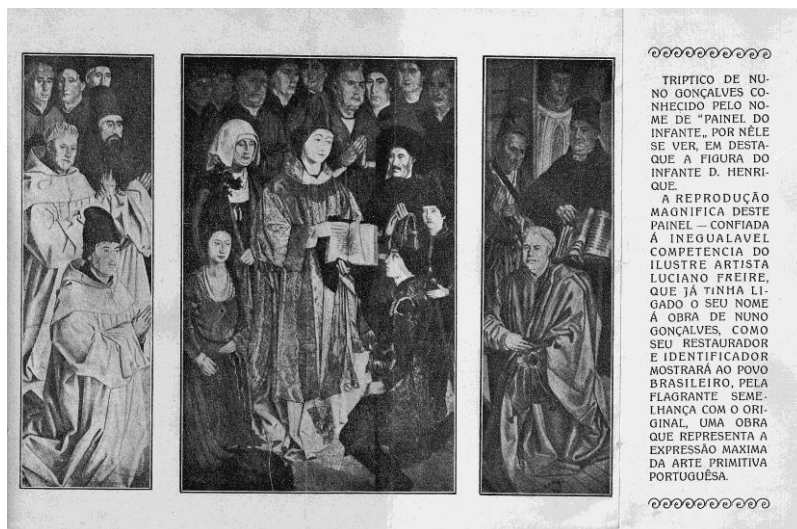


Fig. 16 – [Tríptico de Nuno Gonçalves, tal como foi mostrado em fotografia à escala 1:1, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922], Reprodução fotográfica de Luciano Freire, in *Exposição Internacional do Rio de Janeiro, Secção Portuguesa, Livro D'Oiro e Catalogo Oficial*, Lisboa: Comissariado Geral do Governo, Agência Latino Americana, 1922, extra-texto, entre pp. 84-85. Colecção particular. Vol. I, tomo 1, p. 61.



Fig. 17 – *Interior de Igreja. Charola do Convento de Cristo em Tomar*, Alfredo Keil. S/d. Óleo sobre tela colada em cartão. Coleção de Carlos Campolargo. Foto Rita Burmester publicada na obra *Alfredo Keil 1850-1907*. Catálogo da Exposição da Galeria D. Luís, Lisboa: IPPAR, 2002, p. 159. Vol. I, tomo1, p. 72.

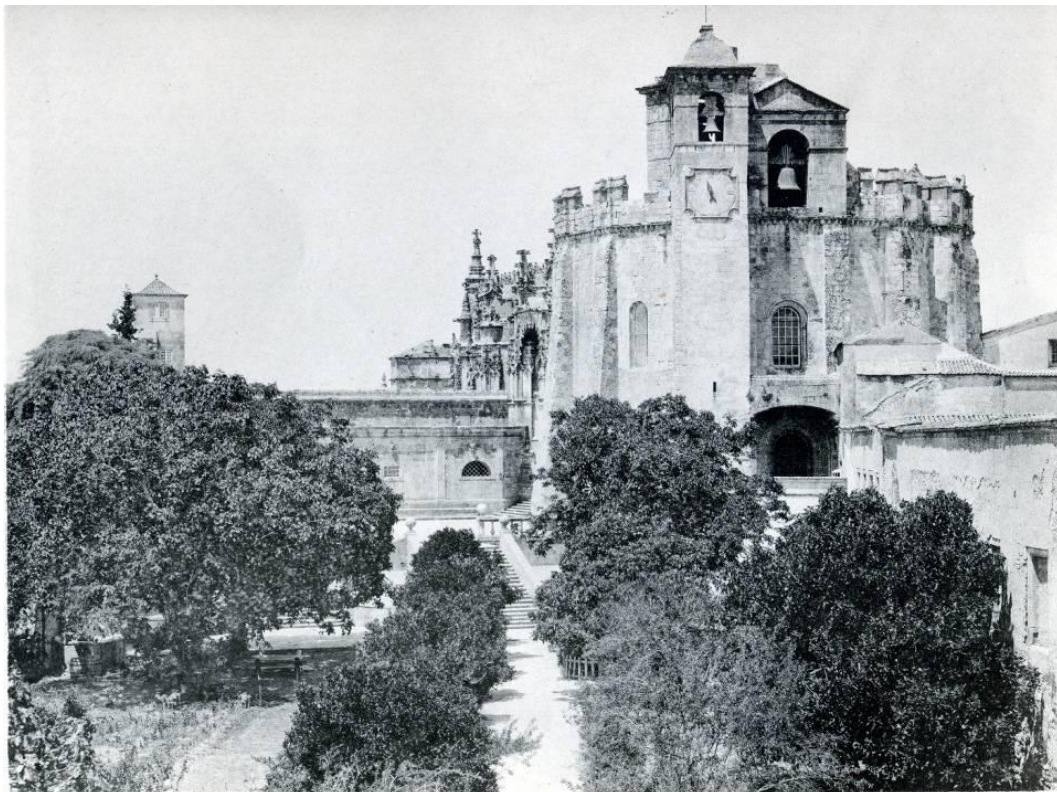


Fig. 18 – *[Charola do Convento de Cristo]*, Exterior. Fotografia. Anterior a 1926. Fotógrafo desconhecido. Vol. I, tomo 1, p. 72 e Vol. I Tomo 2, p. 1271.

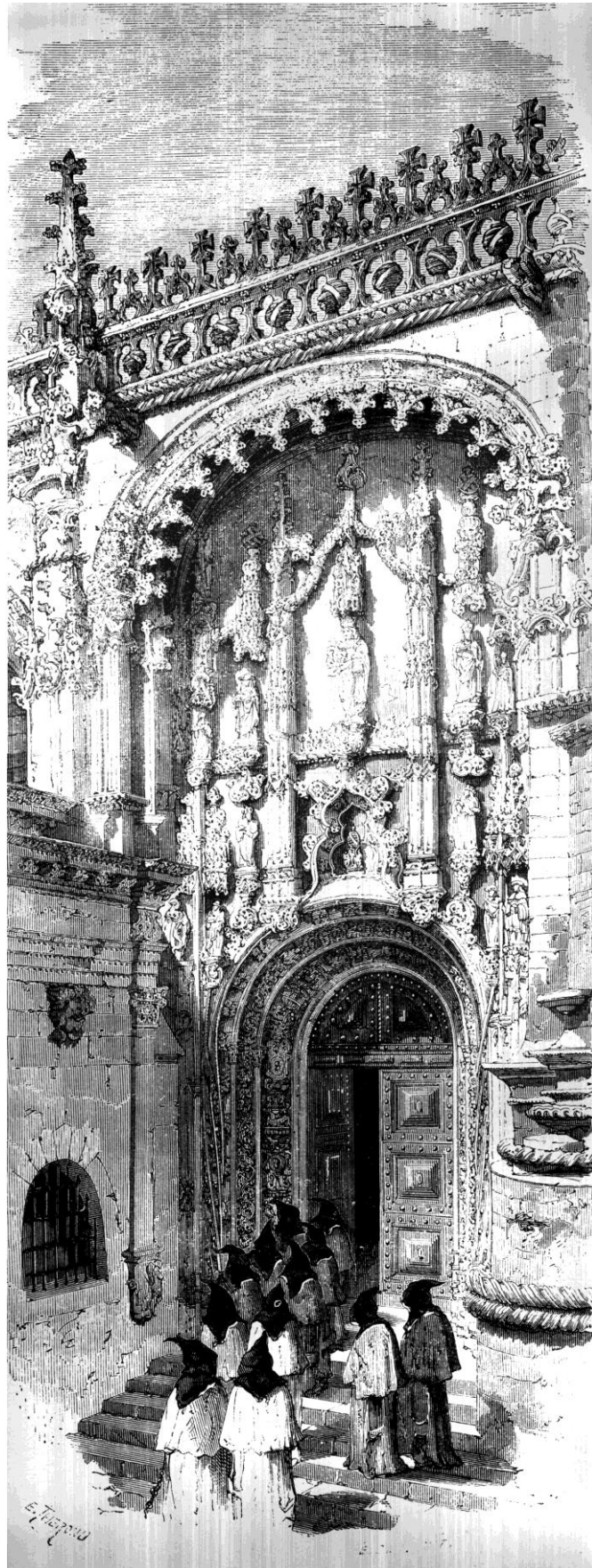


Fig. 19 – “Portone della Casa do Capitulo [sic]”. Desenho de Thérond. Gravura dos meados do século XIX. Edição do Convento de Cristo. Vol. I, tomo 1, p. 85.

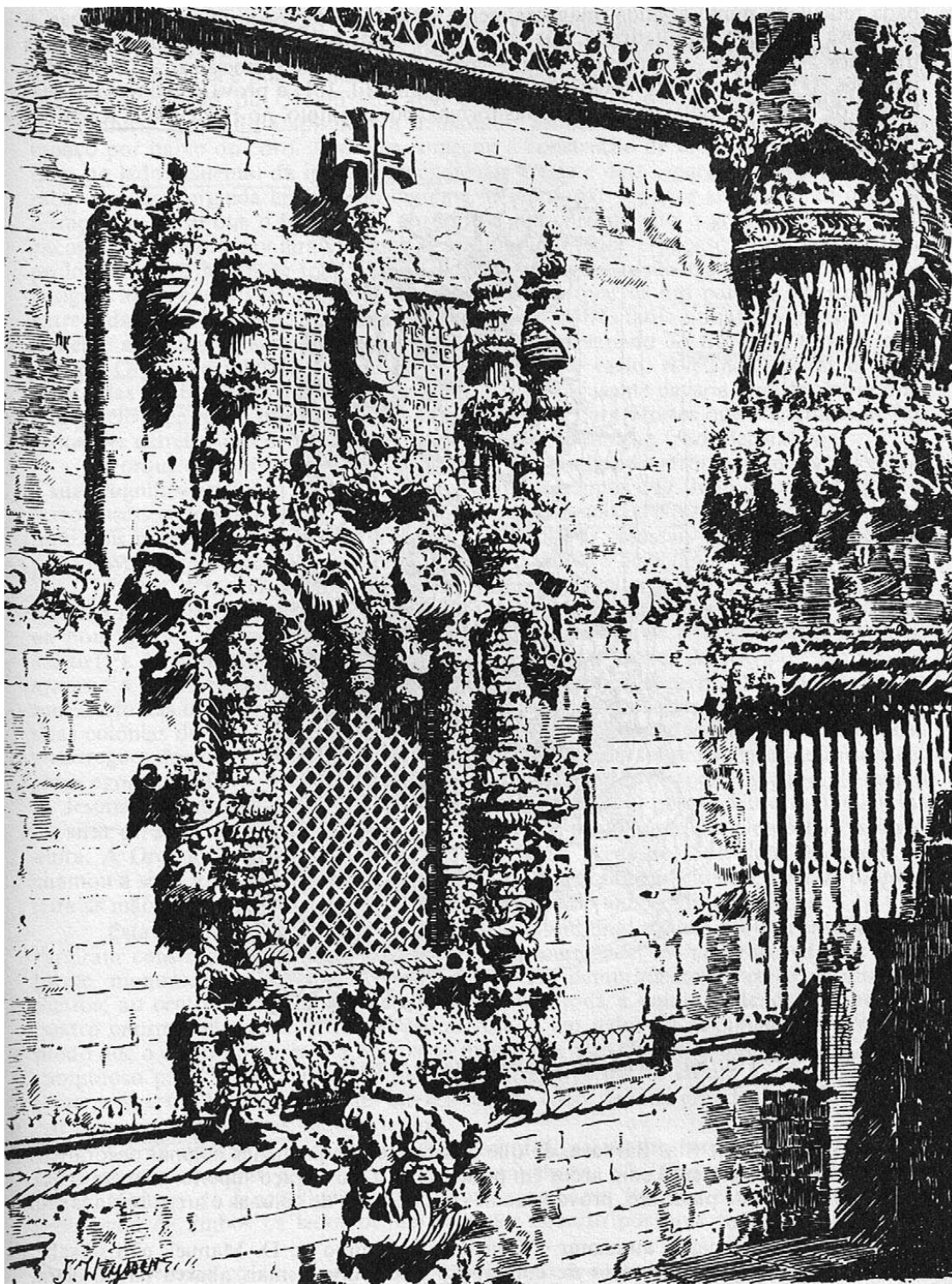


Fig. 20 – Tomar, Convento, Janela da Sala do Capítulo, Gravura de F. Weysser, arquitecto de Munique. Desenho a partir de uma fotografia de Silva Magalhães. *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel's des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht Haupt, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, p.181). Vol. I, tomo 1, p. 85.



Fig. 21 – “Graffiti” numa das colunas do lanternim do zimbório (varandim superior) da Basílica de Mafra. 2007. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 108.

Milhares de inscrições de visitantes, a maior parte de militares do quartel instalado no convento. As inscrições, na sua grande maioria, datam da 1.^a metade do século XX.



Fig. 22 – Coimbra. Portugal. Convento. Renaissance Doorway (Portal do Colégio de São Tomás de Aquino). Último quartel do século XIX. Fotógrafo Charles Thurston-Thompson. *Álbum de Coimbra*, foto 16. ANBA: M – 5 – 38. Vol. I, tomo 1, p. 109.

COIMBRA, PORTUGAL. Convento, Renaissance Doorway.



Fig. 23 – [Portal do antigo colégio de São Tomás de Aquino na fachada norte do Museu Machado de Castro]. Cerca de 1935. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico do Museu Nacional Machado de Castro. Fotografia 34 35 39. Gentileza de Pedro Redol. Vol. I, tomo 1, p. 109.

A fundação do Museu Machado de Castro, enquanto museu provincial, permitiu salvar património arquitectónico de edifícios religiosos conventuais e antigos colégios da cidade de Coimbra demolidos ou readaptados a novas funções. A visibilidade desse património, sobretudo dos portais do renascimento, tornou-se notória pela sua reedificação nas paredes do museu e da igreja de S. João de Almedina (portal do Convento de Santa Ana de Coimbra). O portal revela preenchimento das lacunas nos fustes e capitéis, ficando mais imponente do que no seu lugar de origem, onde se encontrava atarracado, pela alteração do nível do pavimento exterior.



Fig. 24 – [Destruição de troço do Aqueduto da Prata de Évora e caixa de água junto a S. Francisco]. Fotografia, c. 1875. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 1, p. 110.

“O secretario leu uma carta que, por parte do sr. J.J. Gomes de Amorim de Brito, lhe fora enviada, acompanhada de extractos de um número do periódico inglês *The Athenæum* e *Jornal do Commercio* de Lisboa, relativamente á vandalica destruição da chamada Caixa de agua do aqueducto da Prata, em Evora, monumento precioso muito conhecido e admirado dos estrangeiros, destruição que fora desmentida em Inglaterra, onde o facto fora energicamente censurado pela presidencia da propria municipalidade que decretara a destruição, facto que aliás se consumara”. Acta n.º 7, Sessão de 10 de Janeiro de 1876, in *Relatorio (...) para propor a Reforma do Ensino Artístico e a organização dos Museus (...)*, vol. II, Lisboa: IN, 1876, p. 31.

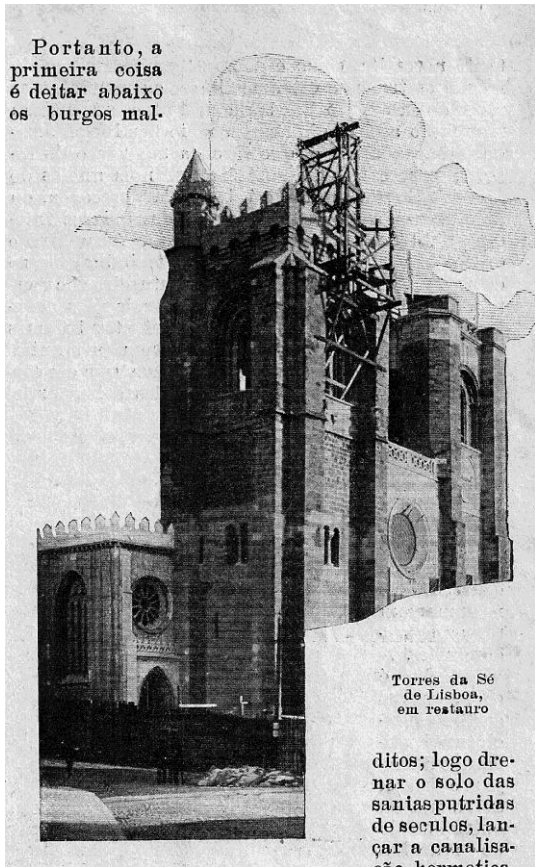
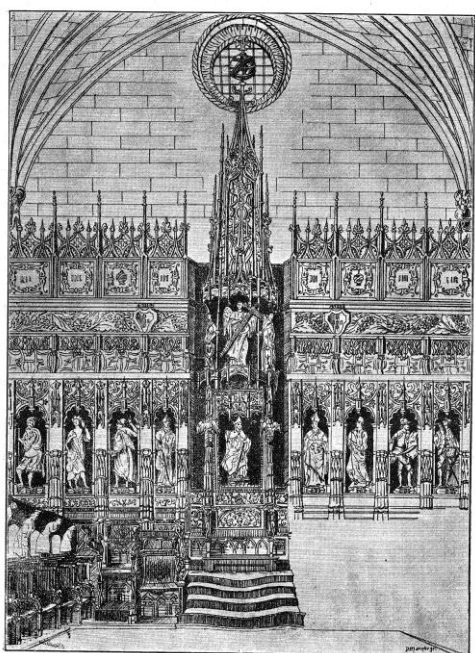


Fig. 25 – Torres da Sé de Lisboa em restauro. “Lisboa Monumental II”, de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, Vol. II – 19 de Novembro de 1906, p. 504. Vol. I, tomo 1, pp. 111 e 522.



Fig. 26 – Igreja do antigo convento cisterciense de Seiça. Figueira da Foz. Aspecto geral. Foto de Ana Pagará. Vol. I, tomo 1, p. 114.



Prospecto de fundo do coro do convento de Thomar. Obra do Sr. Rey D. Manoel. Maudojust. 1809.

Fig. 27 – *Prospecto do fundo do Coro do Conv.^{to} de Christo de Thomar Obra do Sr^o Rey D. Manoel. Maudojust [?] – A[nno]. 1809. Gravura de P. Marinho. Edição da UAMOC, década de 1920. Vol. I, tomo 1, p. 115.*

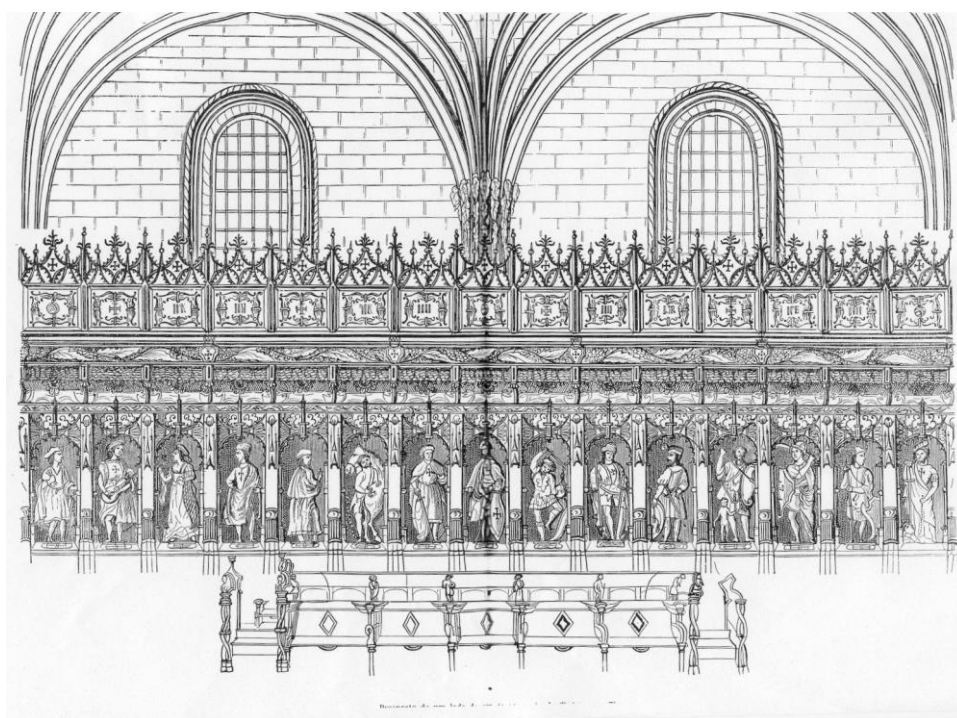


Fig. 28 – [*Coro da Igreja do Convento de Cristo e Cadeiral (lado Sul)*]. Gravura do mesmo autor da anterior. In *Monumentos de Portugal* de Inácio Vilhena Barbosa Lisboa, Lisboa, 1886, p. 200, com a designação “Prospecto de um lado do coro do Convento de Christo, em Thomar” Vol. I, tomo 1, p. 115.

Este desenho, que como o anterior deve datar de 1809, foi depois editado em Postal ilustrado. Cópia de um desenho antigo. Collecção da Havanesa, n.º 39. Contém legenda: “Monumental obra em talha alli existente até a invasão franceza”.

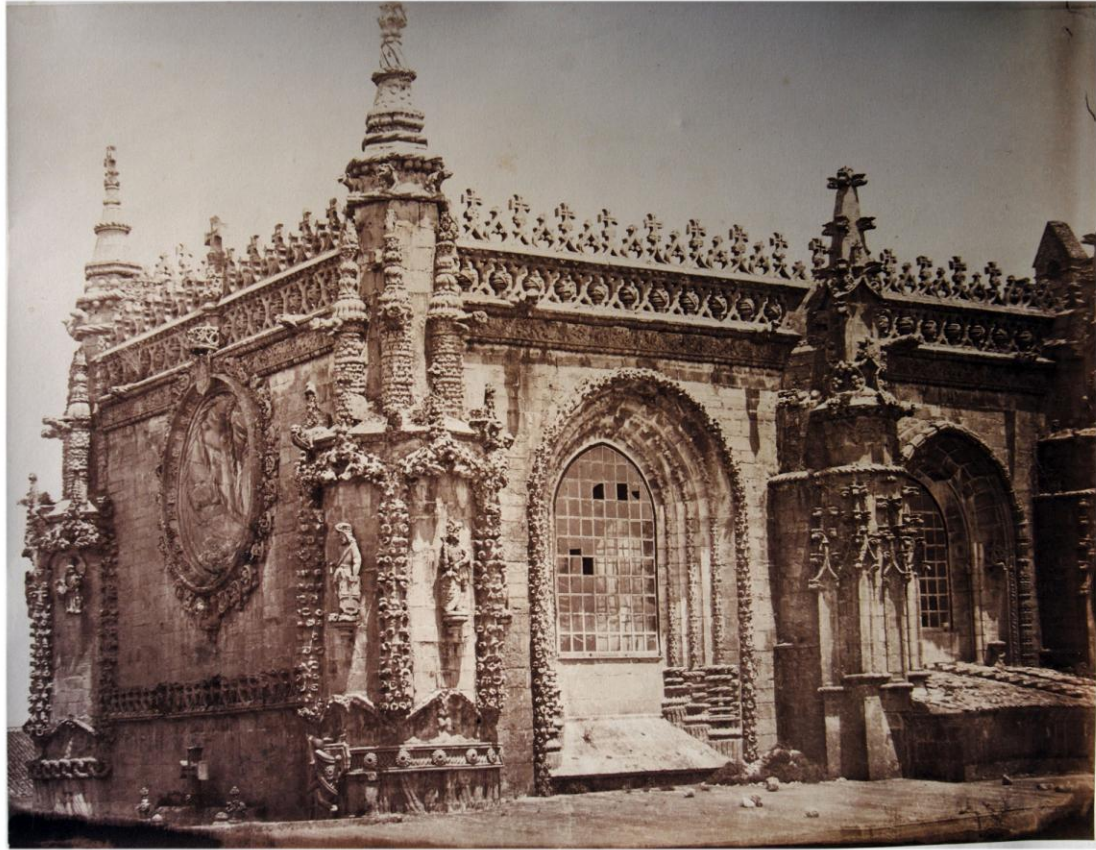


Fig. 29 – [Vandalismo]. Convento de Cristo. Coro Alto e Terraço da Cera. Cerca 1860. Fotógrafo desconhecido. Álbum *Vistas Photographicas de Portugal*, foto nº 56. ARBAL – Cota N 5-37. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 116.

Como pode observar-se o vandalismo exerceu-se aqui com a remessa de pedras que se depositaram aleatoriamente no terraço, antes da intervenção do Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral. Os vidros da janela encontram-se partidos.

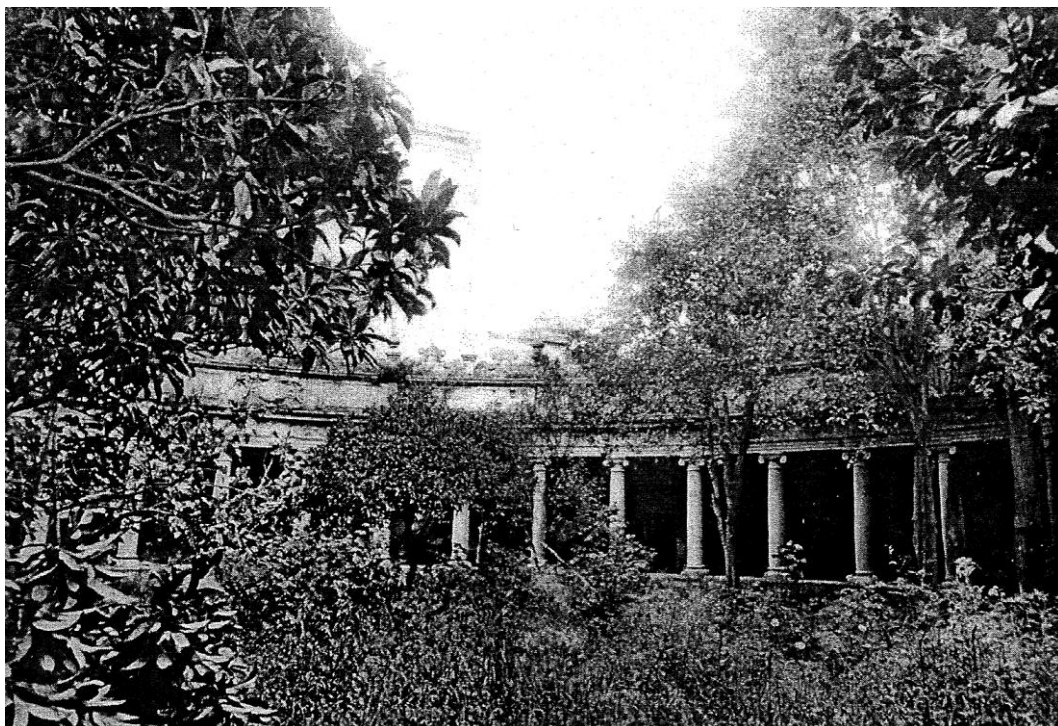


Fig. 30 – [Abandono do] Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar. (Século XVII). Fotografia. 1906. Fotógrafo João Pinto da Silva Ventura. AHAAP. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 1, p. 121.

Esta fotografia diz respeito ao relatório do vogal correspondente da Feira, João Pinto da Silva Ventura, datado de 1906 e enviado para a RAACAP e para o COMN.



Fig. 31 – [Sacristia] do Convento da Serra do Pilar. Fotografia. 1910. In “Convento da Serra do Pilar”, Marques Gomes, *Arte. Archivo de Obras d’Arte* n.º 72, Dezembro de 1910, p. 100. Vol. I, tomo 1, p. 121.



Fig. 32 – *Museu de S. João de Alporão, Interior*. Fotografia, c. de 1933. Foto Alvão. Centro Português de Fotografia, Porto, Cliché – M – Alp. 140. Vol. I, tomo 1, p. 122 e 640.

Entre 1889 - data da abertura - até 1994, S. João de Alporão foi espaço de depósito dos restos de demolições dos monumentos e edifícios notáveis de Santarém, que expostos com algum critério no tempo dos primeiros responsáveis, Laurentino Veríssimo e Zeferino Sarmento, lhe conferia o estatuto oficial de “museu arqueológico”.



Fig. 33 – [Mosteiro de S. João de Tarouca. Aspecto das ruínas da parte conventual], in “Ruínas (S. João de Tarouca)”, do Abade Vasco Moreira, *Arte. Archivo de Obras d’Arte* n.º 73, Janeiro de 1911, p. 4. Vol. I, tomo 1, p. 123 e tomo 2, p. 1072.

Em 1909, um lote de padres do norte do país - Padre Vasco de Almeida Moreira (Abade de S. João de Tarouca), Padre José Victorino Pinto de Carvalho (Abade de Mancelos), Abade José Ferreira Lopo Veiga (Abade de Boelhe) e Padre Miguel José da Costa, (Abade de Travanca) desenvolviam um assinalado esforço para a preservação das antiguidades arqueológicas das respectivas igrejas. Cf. VASCONCELLOS; Joaquim de, “Ensaio sobre a Architectura Romanica em Portugal. III - Boelhe (Conc. de Penafiel)”, *Arte. Archivo de Obras d’Arte* n.º 49, Janeiro de 1909, pp. 6-8.

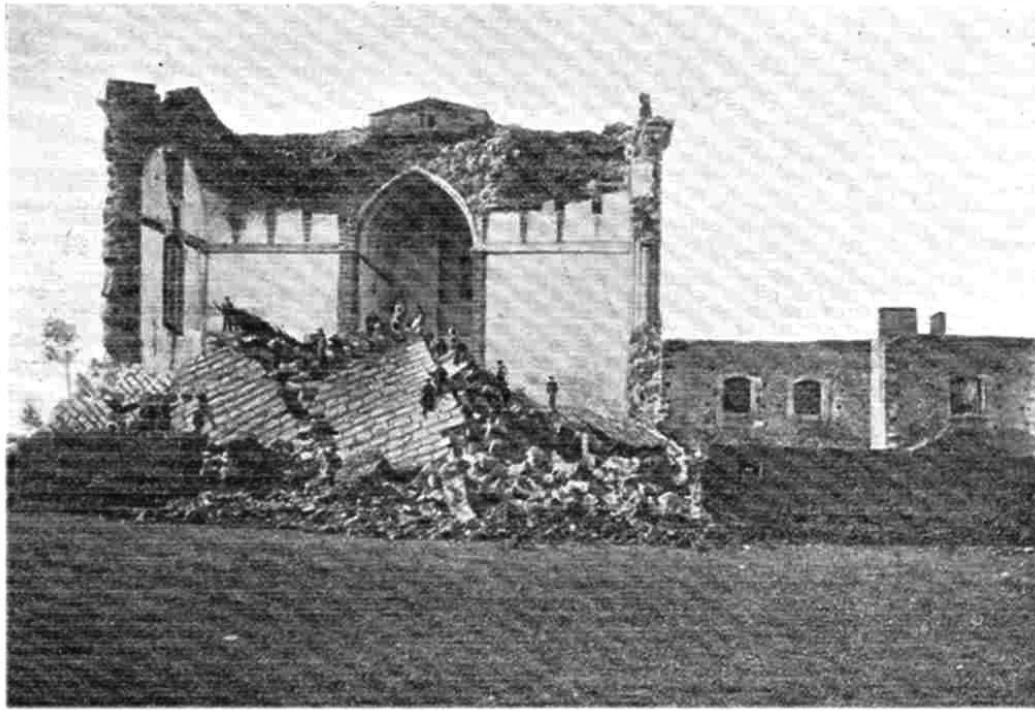


Fig. 34 – [Derrocada da cabeceira e transepto da Igreja do Mosteiro da Flor da Rosa]. Fotografia, cerca de 1897. Fotógrafo desconhecido. Vol. I, tomo 1, p. 123 e tomo 2, p. 1072.

Desta fotografia foi executado um postal ilustrado alusivo à “Egreja Monumento”, com a data da catástrofe – 10-1-1897. Ver postal in *Santa Maria de Flor da Rosa* de Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, Crato: Câmara Municipal do Crato, 1986.



Fig. 35 – Almoester. Vista do Claustro [com sinais evidentes de abandono e derrocada das galerias norte e poente]. Fotografia. Inícios do século XX. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA: MM – 6-4, foto n.º 12. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 124.



Fig. 36 – *Almoester. Nave.* Fotografia. Inícios do século XX. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA: MM – 6-4, foto n.º 16. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 124.

No início do século, antes da classificação (1920) e depois da destruição do cadeiral, foi a vez dos respectivos espaldares pintados e do órgão. Estes dois elementos ainda se vêem na fotografia.

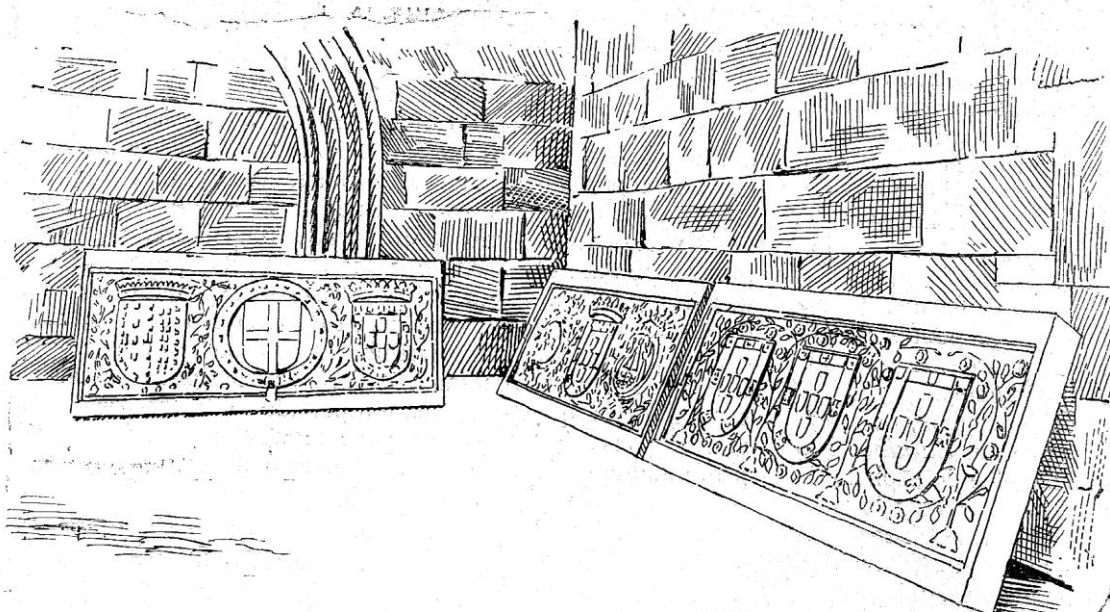


Fig. 37 – As pedras dos novos túmulos de D. Afonso V, de sua mulher e de seu neto, e de D. João II, na capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha. Desenho de autor desconhecido. In “Exequias Reaes no Convento da Batalha”, de Sousa Viterbo. *Brasil-Portugal*, 3.º Ano, Lisboa, 1902, p. 322. Vol. I, tomo 1, p. 140

Do ponto de vista da ética da autenticidade, houve quem se manifestasse contra a inovação introduzida de acrescentamento de novos túmulos na Capela do Fundador, por razões históricas, estéticas e patrimoniais.

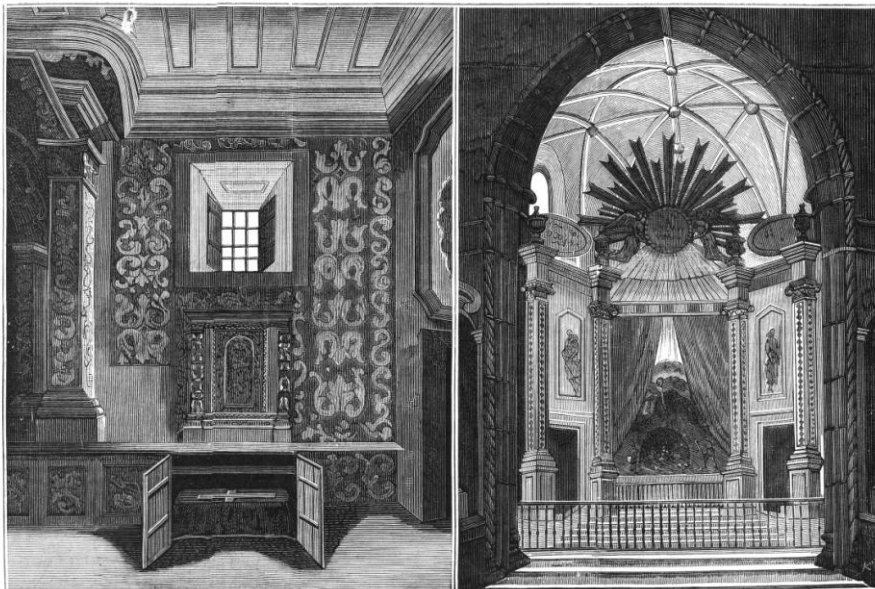


DESMORONAMENTO DO CORPO CENTRAL DO NOVO EDIFÍCIO DA CASA PIA, EM BELEM, OCCORRIDO NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 1878
(segundo um esboço do natural de Domingos Cazellas)

Fig. 38 – Derrocada do corpo central do novo edifício da Casa Pia, aquando do restauro do dormitório dos monges Jerónimos. 1878. Desenho esboço de Domingos Cazellas, gravura de Alberto, *Occidente*, Ano I, Lisboa, 1878. Vol. I, tomo 1, p. 140.

«Restauro-transformação» que depois da derrocada do corpo central suscitou a crítica da especialidade.

HOMENAJE Á CAMOENS Y VASCO DE GAMA.



LISBOA.—CONVENTO DE SANTA ANA : ALTAR DEL ORO,
antiguo enterramiento de los huesos de Camoens hallados en 1856.

LISBOA.—CAPILLA DE SAN RAFAEL EN EL CONVENTO DE LOS JERÓNIMOS,
á la que han sido trasladados los restos de Camoens y Vasco de Gama, el 8 del corriente.

Fig. 39 – Altar do Coro do Convento de Santa Ana e Capela de São Rafael do Mosteiro dos Jerónimos, no tempo da transladação de Luís de Camões de 1856. in *Homenaje a Luiz de Camoens y Vasco da Gama*. Gentileza de Isabel da Cruz Almeida, Directora do Museu dos Jerónimos. Vol. I, tomo 1, p. 140.



Fig. 40 – [*Templo romano de Évora adaptado a Igreja medieval ameada*]. Fotografia. Guimarães & Rocchini, 1865. *Álbum fotográfico*, n.º inv. 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 42. Vol. I, tomo 1, p. 165.



Fig. 41 – [*Templo romano de Évora pormenor das colunas coríntias e do travejamento superior*]. Fotografia. Cerca de 1882. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º inv. 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 46. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 165.

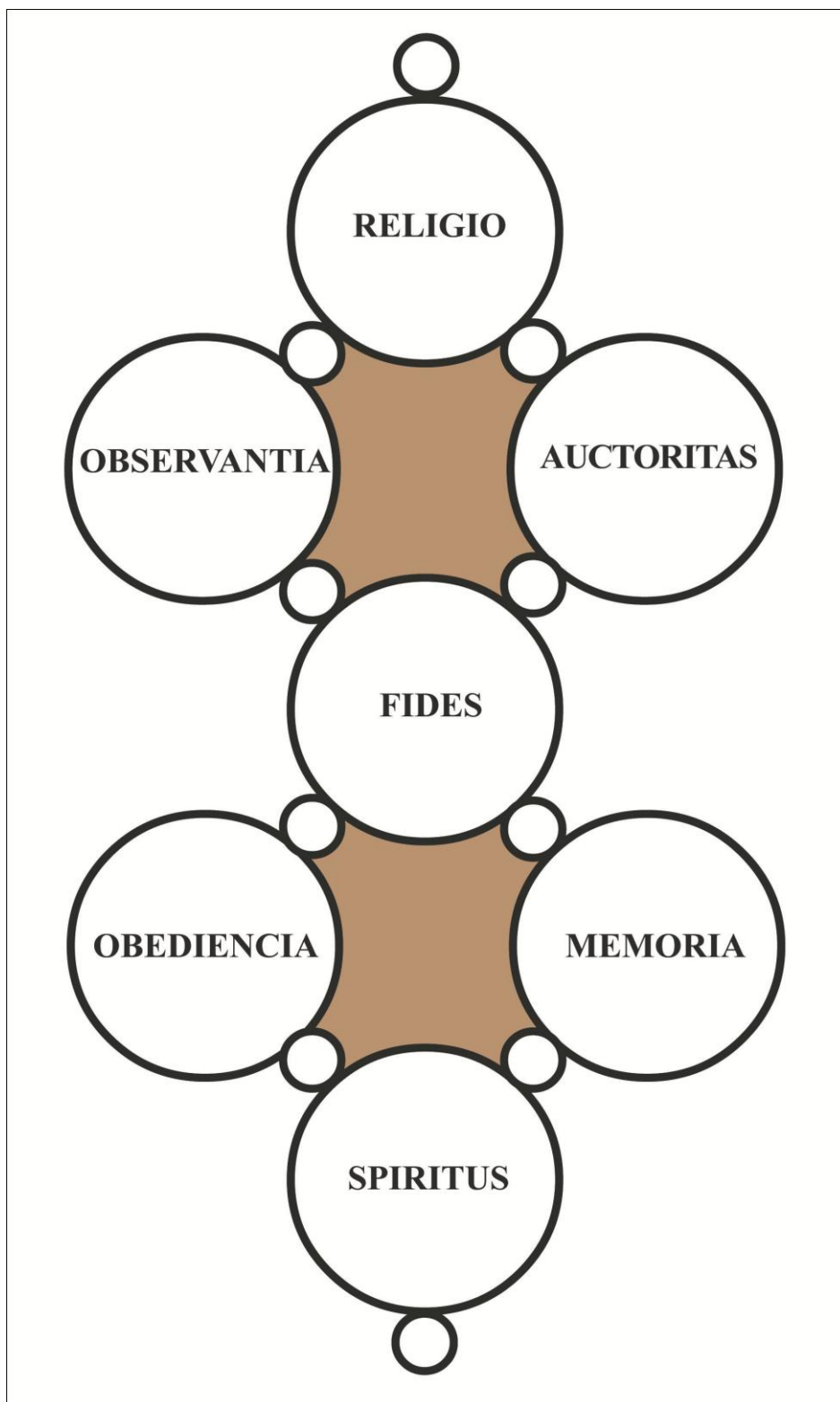


Fig. 42 – Os sete lemas da filosofia religiosa de John Ruskin, Esquema da capa da obra *The Seven Lamps of Architecture* de John Ruskin, 2.^a edição, Londres, 1855. Reconstituição de Jorge Custódio, Desenho de Rui Ferreira. Vol. I, tomo 1, p. 166.

A segunda edição desta obra, com boa encadernação de carneira, encontra-se na biblioteca da ANBA. Os lemas estão representados em relevo na capa e contracapa.

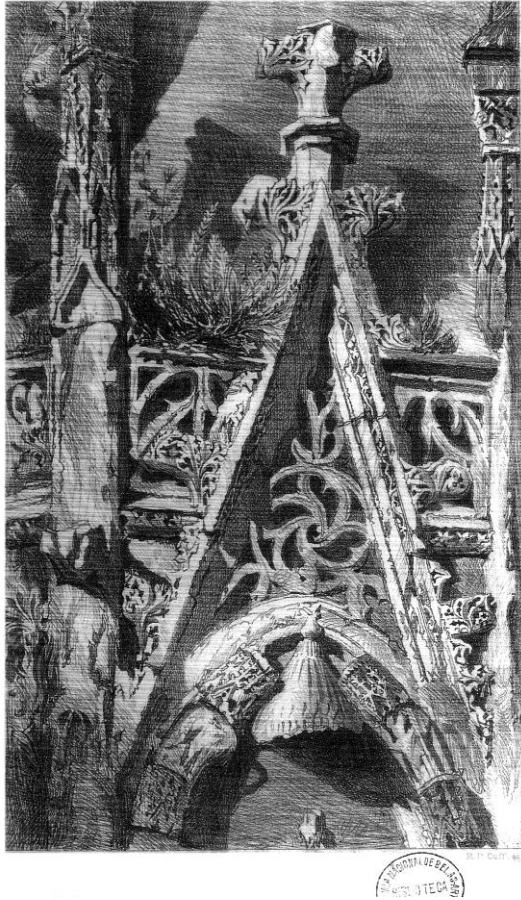


Fig. 43 – “Pormenor da Catedral de Santo Lo, na Normandia”, Desenho de John Ruskin, Gravura de R. P. Cuff, Plate II, in *The Seven Lamps of Architecture*, London, 1855. Vol. I, tomo 1, p. 168.

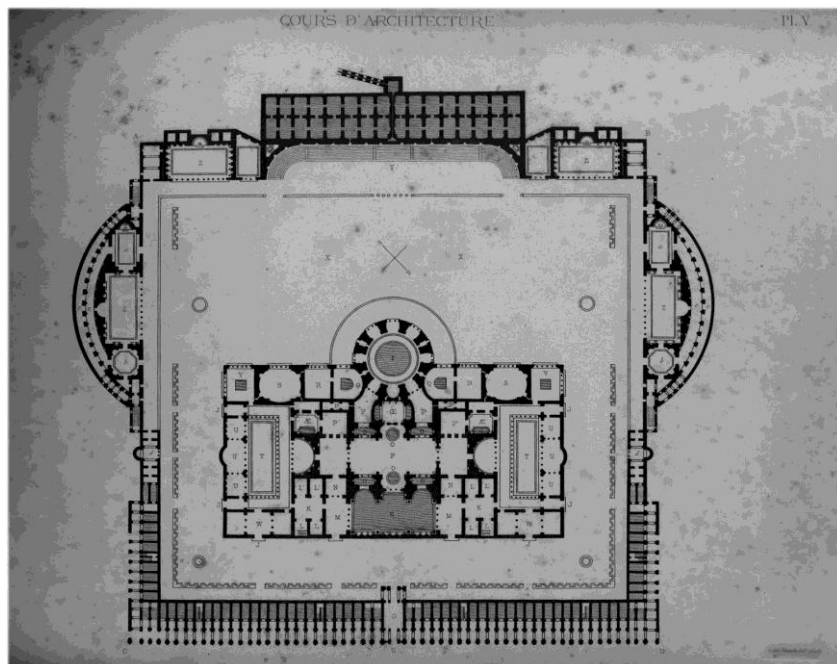


Fig. 44 – [Termae de Caracala]. Desenho de Viollet-le-Duc. Cours d'Architecture, in *Entretiens sur l'Architecture*, Atlas, Paris, A. Morel et C.^{ie}, Éditeurs, 1863, Vol. I, tomo 1, p. 171.



Fig. 45 – [Ruínas das Termas de Caracala]. Desenho de Viollet-le-Duc, idem, *ibidem*, Vol. I, tomo 1, p. 171.

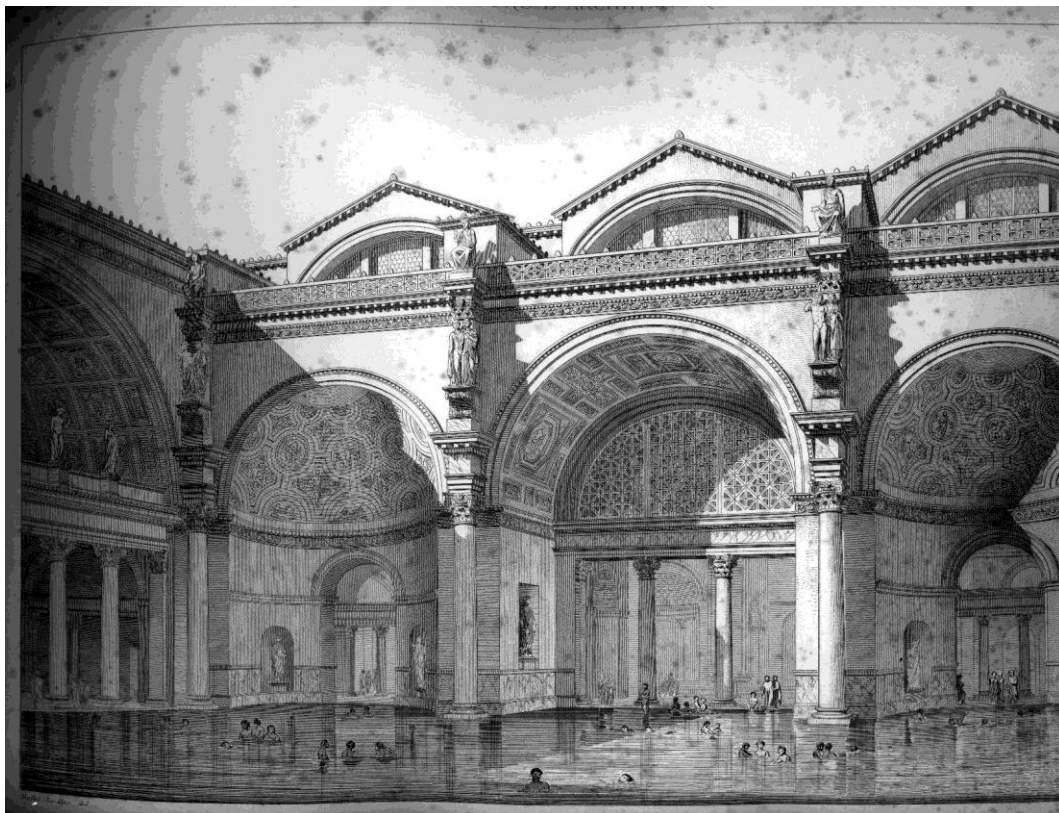


Fig. 46 – [Restauro gráfico das Termas de Caracala]. Desenho de Viollet-le-Duc, *ibidem*, Vol. I, tomo 1, p. 171.



Egreja & Almeida, grav. chrom.

Imp. Libanio da Silva

Fig. 47 – Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Cromolitografia autografada. Egreja & Almeida, grav. Chromo. Imprensa Libanio da Silva. Vol. I, tomo 1, p. 252.

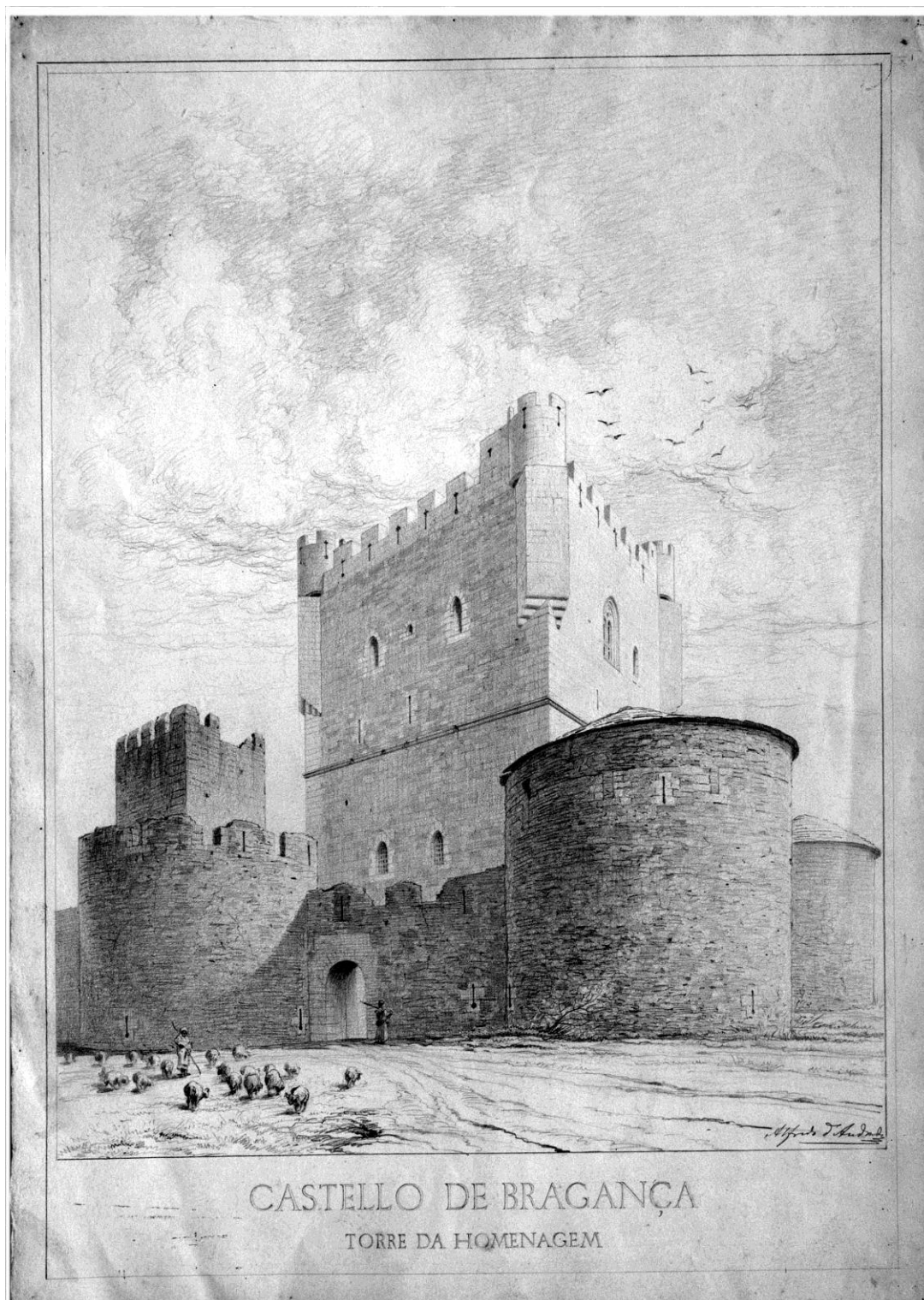


Fig. 48 – *Castello de Bragança. Torre da Homenagem*, Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1230. Vol. I, tomo 1, p. 261.

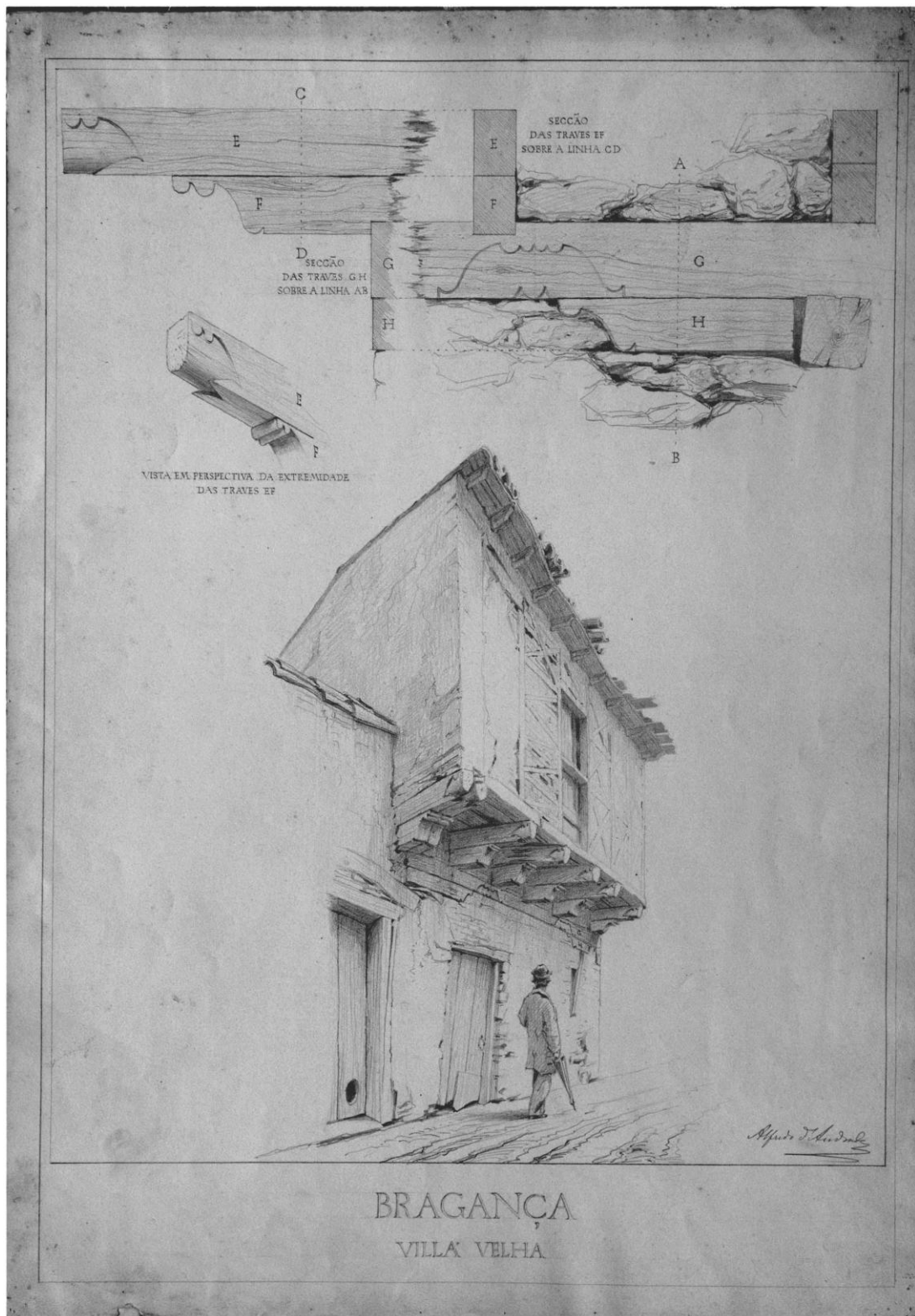


Fig. 49 – *Bragança. Villa Velha*. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1229. Vol. I, tomo 1, p. 261.



Fig. 50 – Villa de Vinhaes. Pelourinho de Villa Velha. Villa Velha vista do lado da nova Villa. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 424 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1228. Vol. I, tomo 1, p. 261.



Fig. 51 – Castro d'Avelans. Epoca Romana. Idade Media. Desenho original a lápis sobre papel. 298 X 423 mm. Alfredo de Andrade, s. d. [1882]. ANBA – Gav. 6 – Diversos – 1232. Vol. I, tomo 1, p. 261.

Estes quatro desenhos de Alfredo de Andrade, figs. 48 a 51, assim como outros referentes às missões desenvolvidas por ocasião da nomeação régia de 1881, mostram a metodologia do artista no que respeita ao levantamento dos objectos arquitectónicos, monumentais e singulares, e bens móveis que lhe despertaram a curiosidade durante os estudos da comissão.



Fig. 52 – *Júlio Maldel*. Retrato. Autor: Luciano Freire, 1917. Óleo sobre tela. 655 X 550 mm. Tem sobre a pintura a seguinte inscrição: “Ao meu querido amigo Júlio Maldel. Recordação dos serões nos Lóios”. Vol. I, tomo 1, p. 266.



Fig. 53 – *Luciano Cordeiro*. Óleo sobre tela. 1170 X 890 mm. S/autor, [atribuído a José Malhoa]. S/ data. Sociedade de Geografia de Lisboa. Vol. I, tomo 1, p. 281.

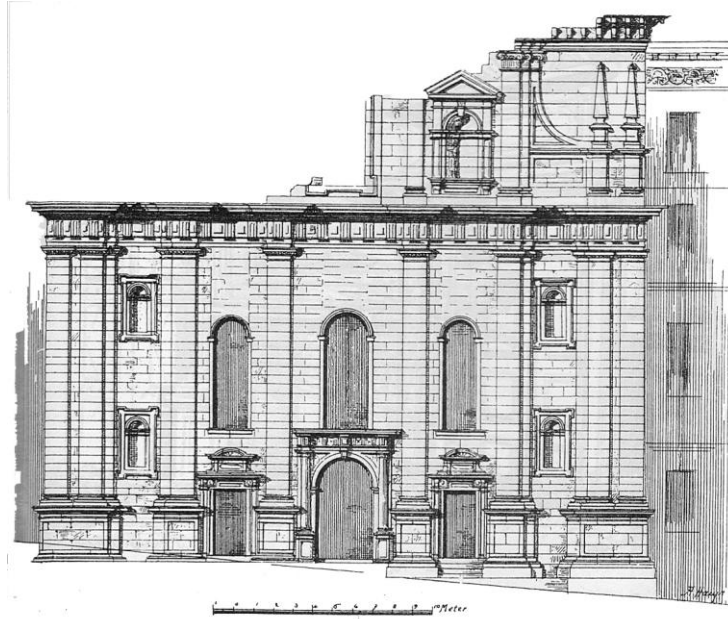


FIG. 51 — Fachada da igreja de S. Antão no Hospital de S. José, Lisboa.

Fig. 54 – *Fachada de Santo Antão no Hospital de S. José*. Desenho. Albrecht Haupt. In *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1985, p. 61. Vol. I, tomo 1, p. 302.



Fig. 55 – *Portal de Santo Antão*. Desenho. Albrecht Haupt. Lisboa, 10-6-1880. In *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1985, p.61. Vol. I, tomo 1, p. 302.



Fig. 56 – *Ramalho Ortigão*. Foto de Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 6 - Junho de 1905, p. 1. Vol. I, tomo 1, p. 309.

Esta fotografia foi publicada depois do parecer que Ramalho Ortigão fez a propósito do projecto de uma avenida que iria afectar o Mosteiro das Carmelitas, em Aveiro. Ilustra um artigo de Jayme de Magalhães Lima, intitulado “Ramalho Ortigão: uma bella lição”, pp. 2-3.

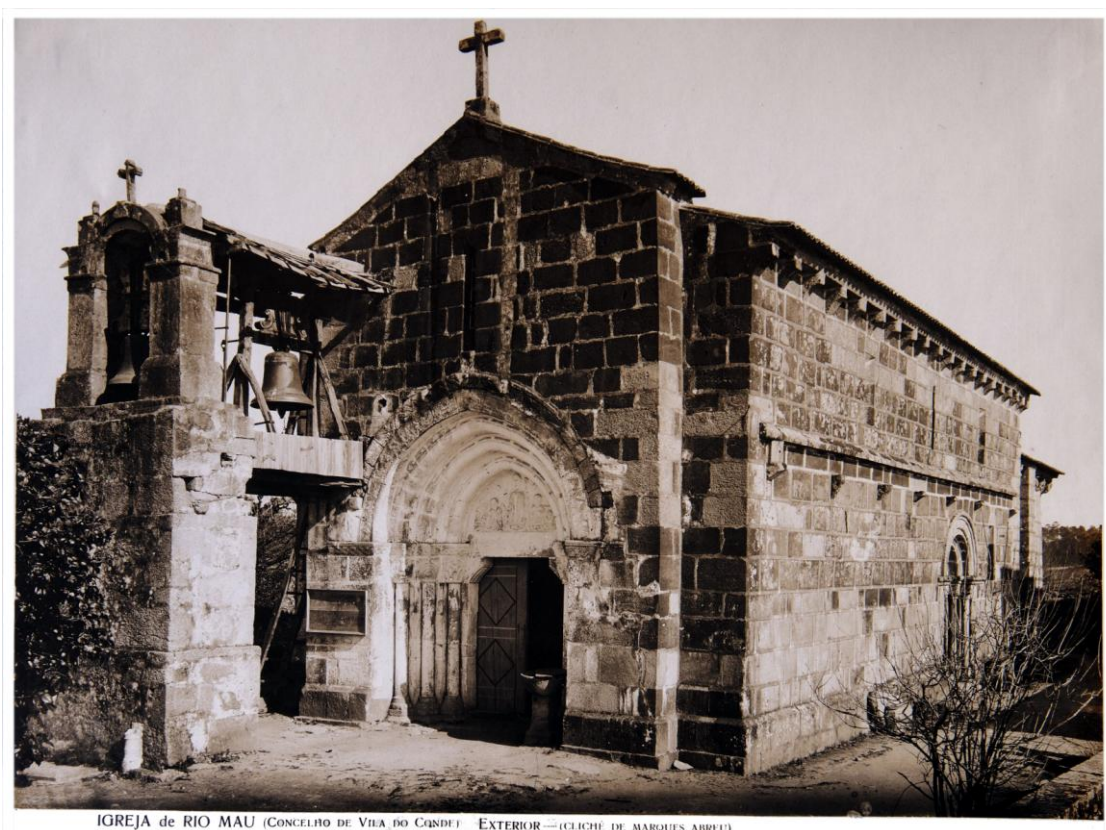


Fig. 57 – *Gabriel Pereira*. Fotografia. Publicada em *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Colectânea organizada e anotada por João Rosa e ilustrada com desenhos do autor. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934. Vol. I, tomo 1, p. 316.



Augusto Fuschini

Fig. 58 – *Augusto Fuschini*. Desenho. Gravura de Pastor de Macedo. In *Portugal. Dicionario* (...), Vol. III, Lisboa, 1907, p. 649. Vol. I, tomo 1, p. 317.



IGREJA de RIO MAU (CONCELHO DE VILA DO CONDE) EXTERIOR —(CLICHE DE MARQUES ABREU)

Fig. 59 – Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau. Concelho de Vila do Conde. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Arquitectura romanica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. Carteira 4, n.º 8. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Vol. I, tomo 1, p. 326.

A imagem é anterior ao restauro de 1909, dirigido pelo pároco de Vila do Conde e vogal correspondente do COMN, Monsenhor José Augusto Ferreira. É contemporânea do abaixo-assinado da população da freguesia de Rio Mau, contra o pároco que pretendia construir uma nova torre sineira.



Fig. 60 – *Solar da Quinta dos Sete Montes*. Cerca de 1934. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN, actual IHRU. Vol. I, tomo 1, p. 327.

Para além de ocupar duas quadras do Claustro do D. Prior ou dos Corvos, no Convento de Cristo, os Condes de Tomar, ampliaram a sua residência para o alçado Sul do Convento, encostando edificações aos arcos do aqueduto, para beneficiarem da paisagem circundante. O 3.º Conde de Tomar alienou a Quinta que foi arrematada pelo Estado. A DGEMN veio a demolir o edifício cerca dos anos 40 do século XX.



Fig. 61 – *Guarda do Convento de Cristo*, 92 anos. Tomar, Castello de Gualdim Paes, 1869. Desenho de Tomás de Anunciação. Caderno de Desenhos. Propriedade de Vera Castelo Branco. Vol. I, tomo 1, p. 330.

Nascido em 1777, o primitivo guarda do Convento de Cristo começou a trabalhar no serviço público em 1843, com 66 anos.



Fig. 62 – Torre de menagem do Castelo de Braga, numa espécie de “saguão” dos prédios que a envolvem. Fotografia de Jorge Custódio. 2003, Inédita. Comparar com os efeitos da demolição de 1906, junto à torre de menagem, “Cidadela de Braga. Demolições junto à Torre de Menagem”. 1906. Fotografia de Manuel Monteiro (?), *Ilustração Portuguesa*, II.ª Série, 21 de Maio de 1906, p. 102 Vol. I, tomo 1, p. 337.



Fig. 63 – O prédio monumental que inviabilizou a salvaguarda do castelo de Braga, encerrando a torre de menagem num pequeno largo, nas traseiras das habitações vizinhas. Fotografia de Jorge Custódio, 2003. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 337.



Fig. 64 – *Museu do Carmo da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa. Foto Alvão. Cerca de 1930. Centro Português de Fotografia. Vol. I, tomo 1, p. 357.



Fig. 65 – *Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra*. Coimbra. 1904. Foto de Vasco Rebelo Valente. In *Portugal Artístico*, n.º 17, p. 517, fig. 5. BMS. Vol. I, tomo 1, p. 357.

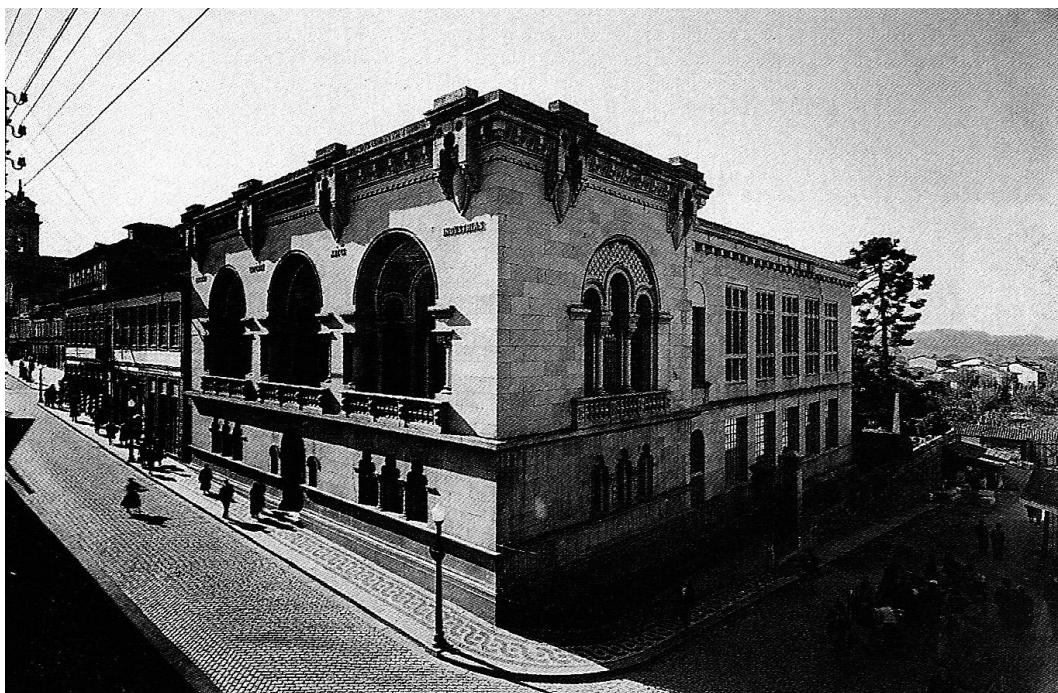


Fig. 66 – A Sociedade Martins Sarmento. Foto de A.M.S. In *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte na primeira metade do séc. XX*, de António Cardoso, Porto: FAUP, 1996, p. 380, imagem 110. Vol. I, tomo 1, p. 357 e Vol. I, tomo 2, p. 848.

Projecto do Arquitecto José Marques da Silva, foi construído para servir de sede e museu da agremiação fundada pelos amigos e colaboradores de Francisco Martins Sarmento.

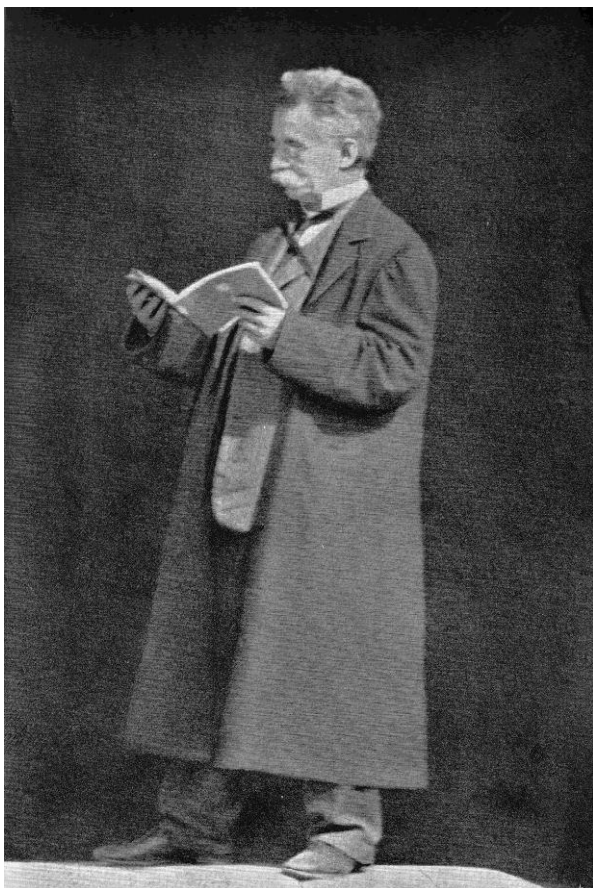


Fig. 67 – Joaquim de Vasconcelos consultando o seu caderno de apontamentos. Instantâneo de Marques de Abreu, tirado no pòrtico da igreja românica de Rates, 1908. In *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 30, Fevereiro de 1929, p. 276. Vol. I, tomo 1, p. 361.



Fig. 68 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Interior* [Nave e capela-mor]. Fotógrafo desconhecido. Foto enviada por José Pinto da Silva Ventura, vogal correspondente da Feira ao COMN. 1905. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

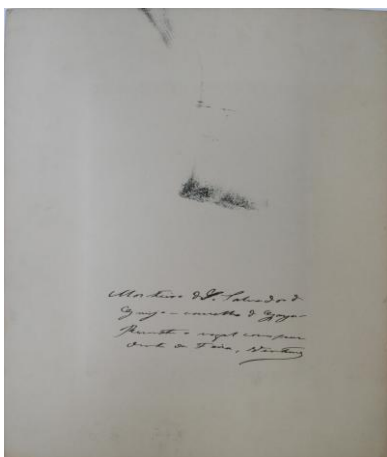


Fig. 68 A – *Texto com a remessa da fotografia com a assinatura do Vogal Correspondente da Feira.* ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Vol. I, tomo 1, p.369.

Transcrição: “*Mosteiro de S. Salvador de Grijó – concelho de Gaya. Remete o vogal correspondente da Feira, Ventura*”.



Fig. 69 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Fachada Principal.* Fotógrafo desconhecido. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

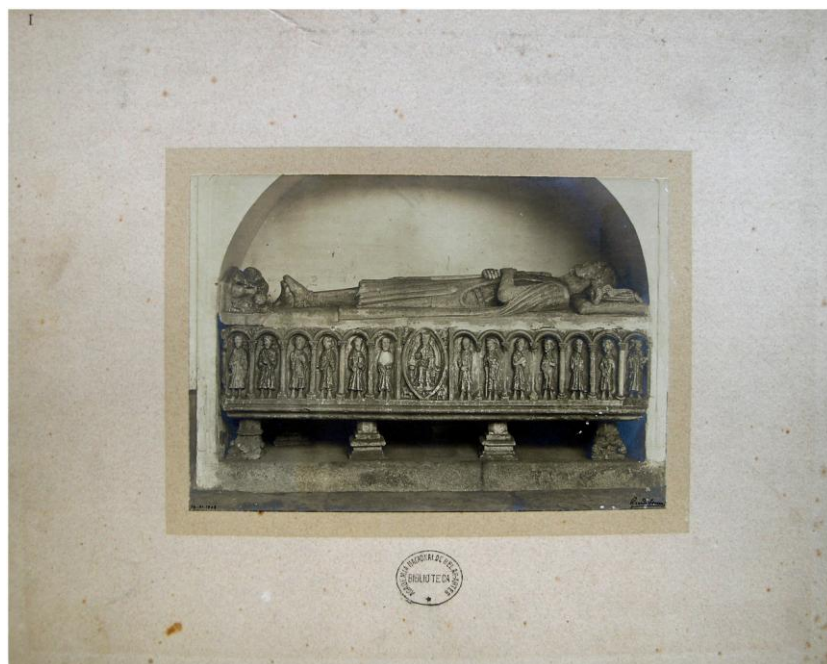


Fig. 70 – *Túmulo de D. Rodrigo Sanches, filho bastardo de D. Sancho 1.º e da Ribeirinha, morto em duelo no local onde chamam o Padrão Velho, morreu em 16-XII-1246.* Foto de Ricardo Severo, assinada manualmente. 14-06-1902. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

A correspondência dos vogais Ricardo Severo e José Ventura com o COMN permitiu classificar o Mosteiro como MN, estudar o túmulo medieval e valorizar a sua classificação do ponto de vista histórico.



Fig. 71 – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Interior* [Nave e capela-mor]. Foto de Ricardo Severo. 14-06-1902. ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.



Fig. 71 A – *Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Pormenor com a assinatura de Ricardo Severo.* ANBA – Seis Fotografias do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. N.º Inv. 5662. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 369.

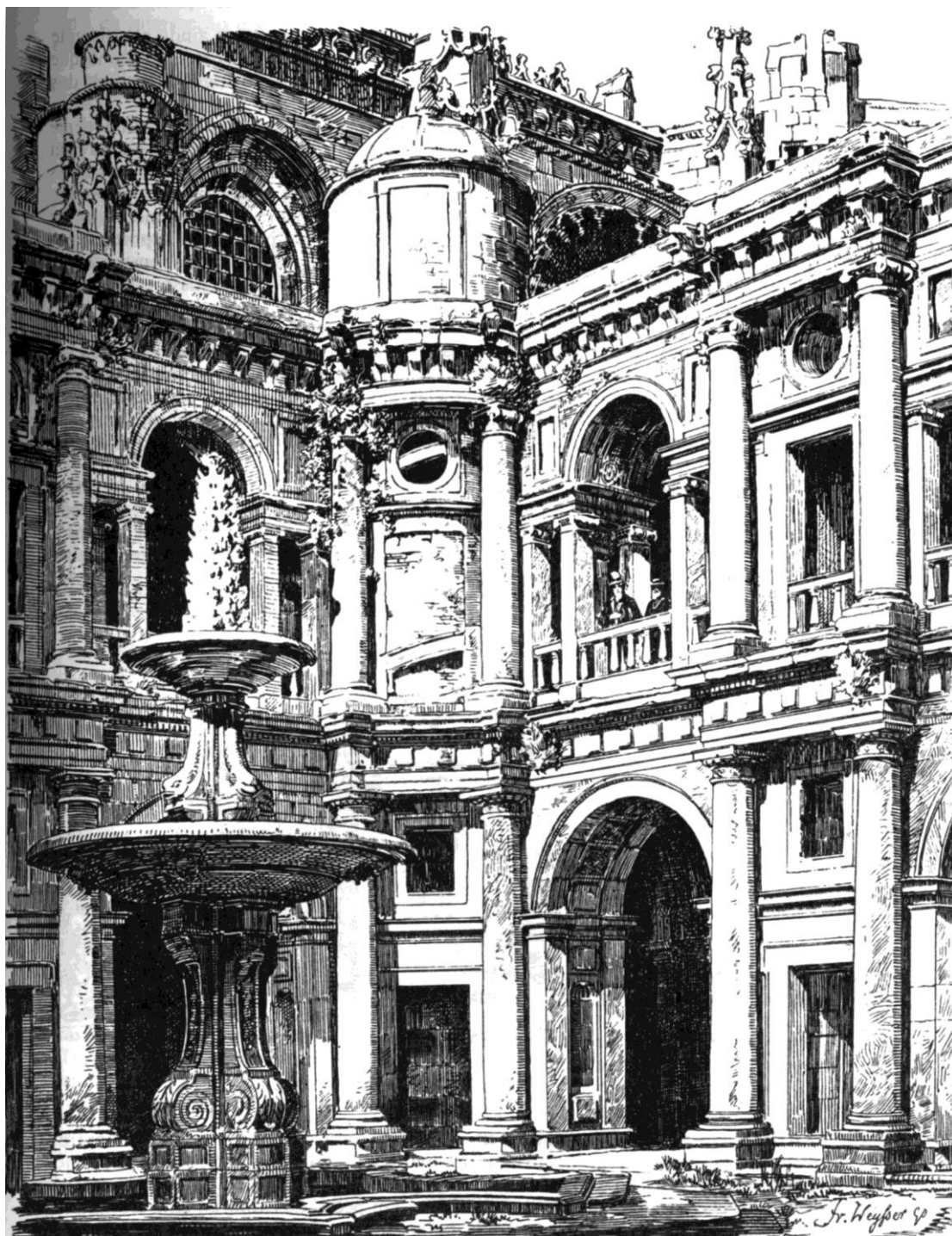


Fig. 72 – Tomar, Claustro dos Filipes. Desenho de Fr. Weysser, 1890. In *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, de Albrecht Haupt, edição portuguesa de M. C. Mendes Atanásio, Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 189, fig. 168. Vol. I, tomo 1, p. 369.

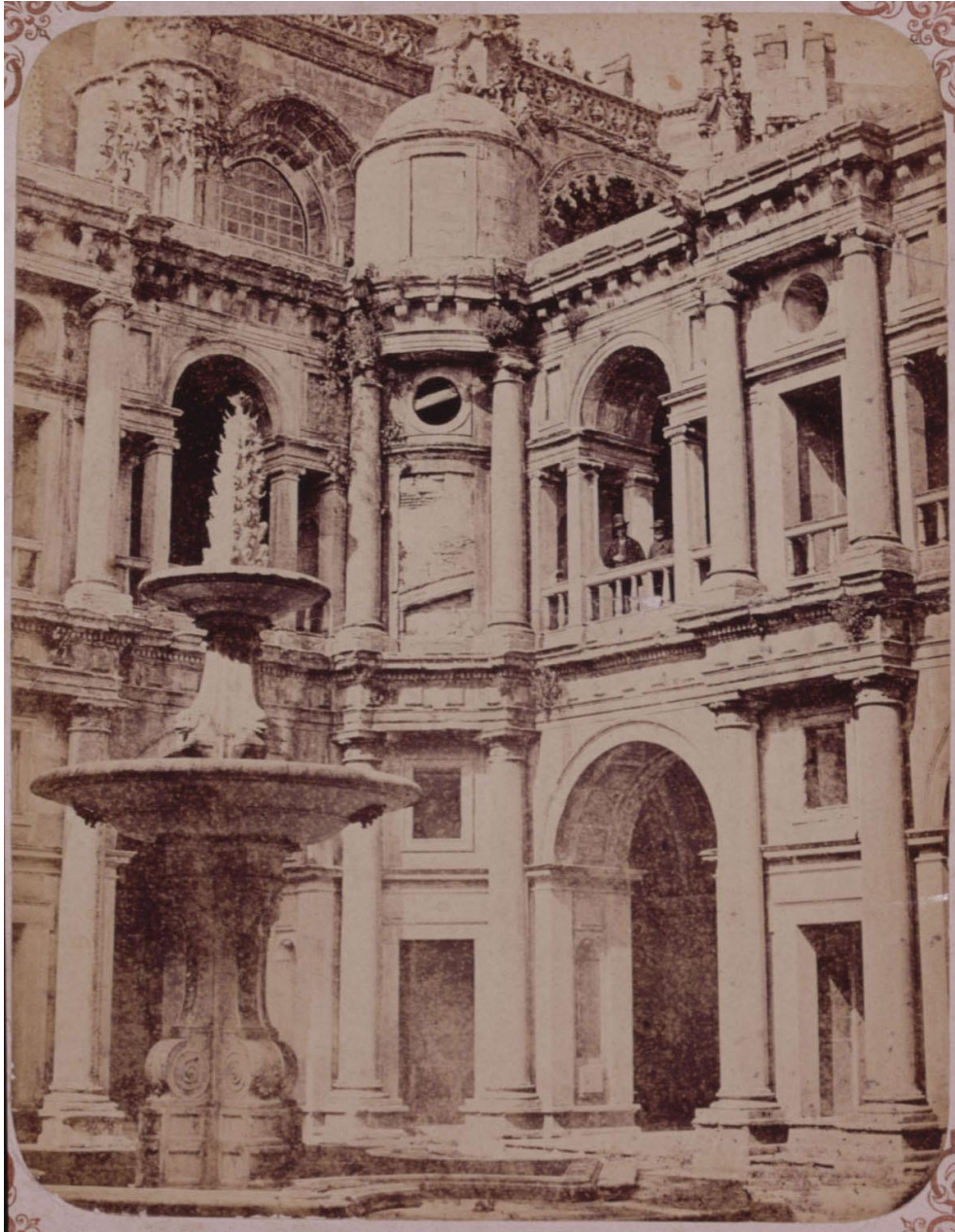


Fig. 73 – *Claustro dos Filipes*. Fotografia de António da Silva Magalhães (1834-1897). Foto executada muito provavelmente na década de 1880, porventura na própria visita do arquitecto Haupt ao Convento de Cristo (1886 ou 1888). Arquivo Fotográfico de Silva Magalhães, Câmara Municipal de Tomar: Prova – SM 3814. Vol. I, tomo 1, p. 369.

Segundo Albrecht Haupt “todas as fotografias e esboços foram por mim executados no local e desenhados para a impressão; além disso, muito me ajudou o meu estimado amigo, o Sr. Architecto F. Weysser de Munique, no acabamento de desenhos com base em fotografias que eu trouxera” (Prefácio do volume 1.º). Pela comparação entre o desenho e a fotografia (fig. 72 e 73), que o desenhador respeitou o mais escrupulosamente possível, vê-se que Haupt se serviu de positivos fotográficos da autoria do fotógrafo tomarense António da Silva Magalhães. Entre eles constam os executados pelo fotógrafo e datados da década de 1870 (fig. 4, 158, 159, 160) desenhados para a 1.ª edição da sua obra - 1890 e 1895 - e uma fotografia do Claustro dos Filipes, com a presença de duas personagens (uma com chapéu e a outra mais recuada, com barba) numa das varandas da quadra norte do piso superior do referido Claustro. Pela análise dos desenhos de Tomar, publicados por Haupt, pode concluir-se que ele utilizou cinco fotografias de Magalhães e que vinte e quatro dos desenhos publicados são originais e de sua autoria.



Fig. 74 – *António Augusto de Aguiar Cardoso (1862-1937)*. Fundador, Secretário e Presidente da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, responsável por obras de restauro no castelo. Fotografia. In *Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira: 80 anos*, de Anídio Casals d’Azevedo, Santa Maria da Feira, 1988. Vol. I, tomo 1, p. 380.



Fig. 75 – *Castello da Feira. Pormenor interior*. 1909. Postal ilustrado, nº 3, da Colecção de postais ilustrados e coloridos editados pela Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira. Cromo fotogravura. Edição alemã. Colecção particular. Vol. I, tomo 1, p. 380.

O produto da venda da colecção de seis postais destinava-se às acções de salvaguarda, conservação, restauro e valorização do Castelo, como os próprios postais informam na frente. No postal vê-se o Guarda do Castelo, pago pela Comissão.

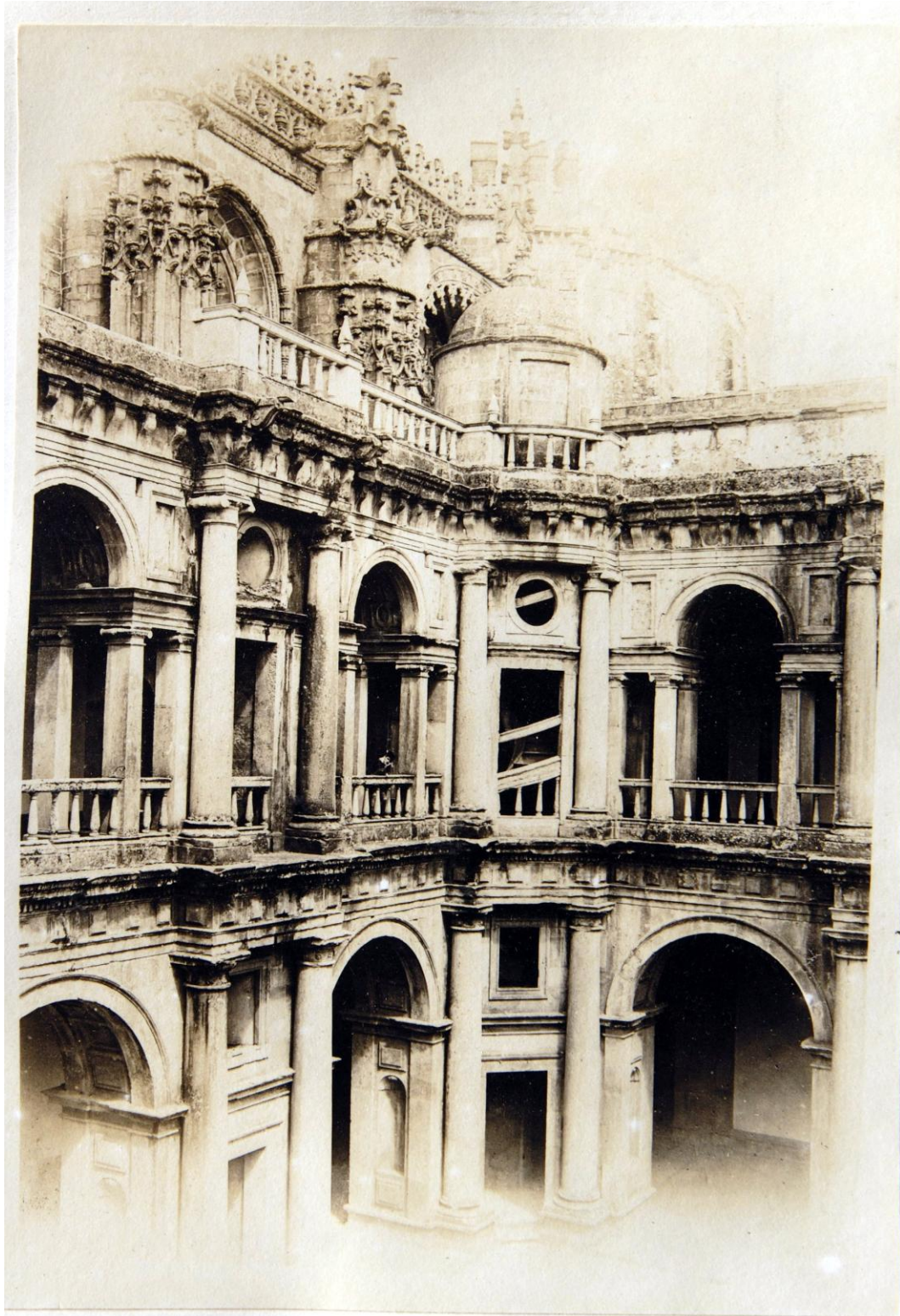


Fig. 76 – *Claustro de D. João III ou dos Filipes*. Fotografia desconhecido. Cerca 1912. Vol. I, tomo 1, p. 384.

A imagem revela o restauro parcial da balaustrada do Terraço da Cera do referido claustro, que foi executado sob a direcção do vogal correspondente de Tomar (COMN), o pintor Manuel Henrique Pinto (1853-1912), Director da Escola Industrial Jácome Ratton, dando sequência ao projecto do arquitecto Pedro d'Ávila, entretanto falecido. Os trabalhos continuaram mas foram interrompidos em 1914, depois de uma vistoria de Adães Bermudes.

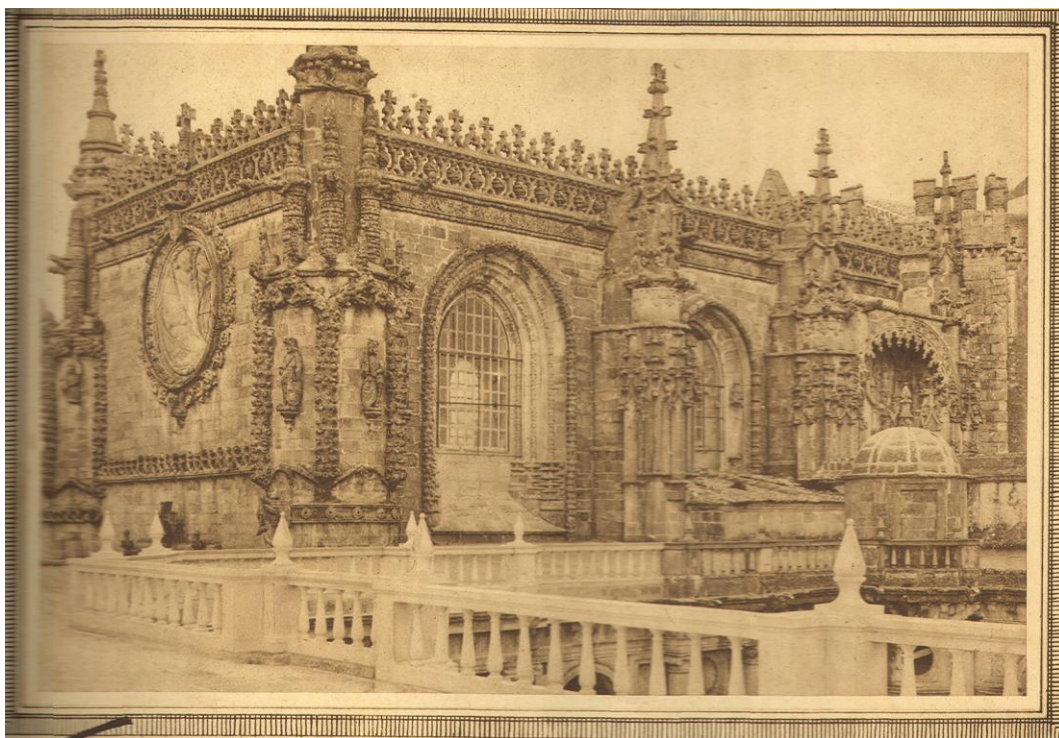
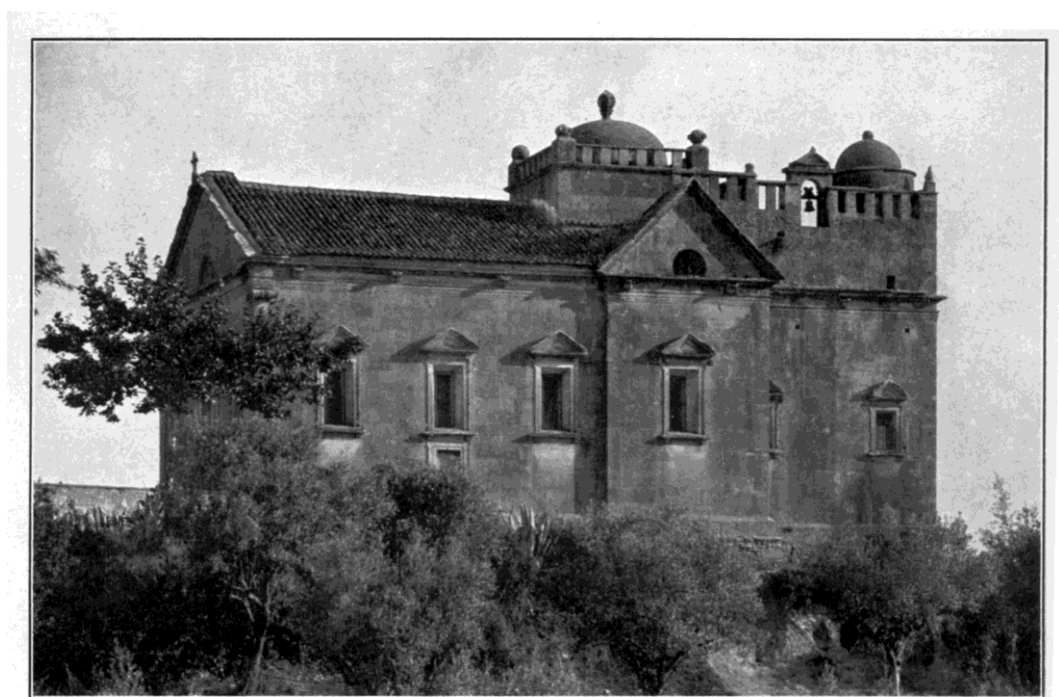


Fig. 77 – *Claustro de D. João III*. Fotógrafo desconhecido. 1936. Vol. I, tomo 1, p. 384.

O restauro de 1932-1936 permitiu concluir a reconstrução da balaustrada de acordo com os modelos originais que tinham subsistido do vandalismo oitocentista. A fotografia mostra a ligação da parte reconstruída com o restauro executado no início do século XX, pela diferença de cor que as peças recolocadas apresentam. O restauro esteve a cargo de António do Couto Abreu, integrado desde 1929 na DGEMN.



Cliché foto. de Marques Abreu

TOMAR — Capela de Nossa Senhora da Conceição

Fig. 78 – *Ermida da Conceição*. Inícios do século XX. Fotografia de Marques de Abreu. Vol. I, tomo 1, p. 396.

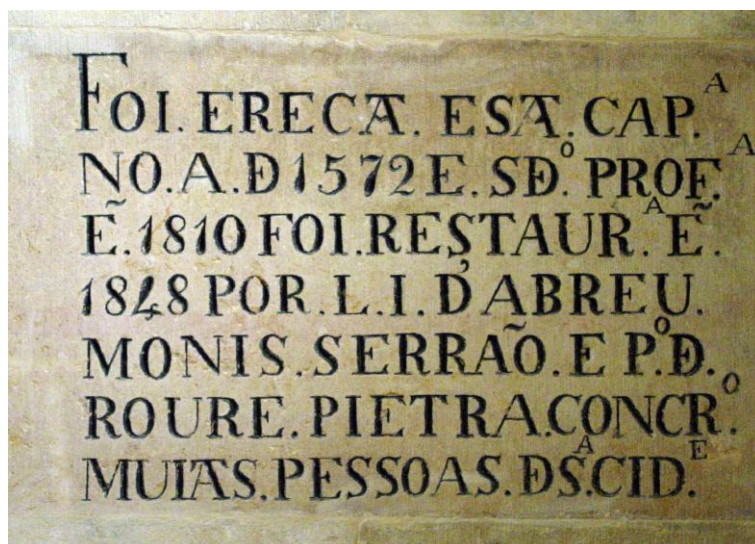


Fig. 79 – *Ermida da Conceição*. Lápide com inscrição do acto público de restauro patrocinado por Pedro de Roure Pietra, administrador da Fábrica de Papel do Prado. Foto de Jorge Custódio. 2004. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 397.



Fig. 80 – *Porta da Igreja matriz da Batalha*. Foto de Marques de Abreu. Novembro de 1935. ANBA - *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira nº 6, foto n.º 12, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 398.

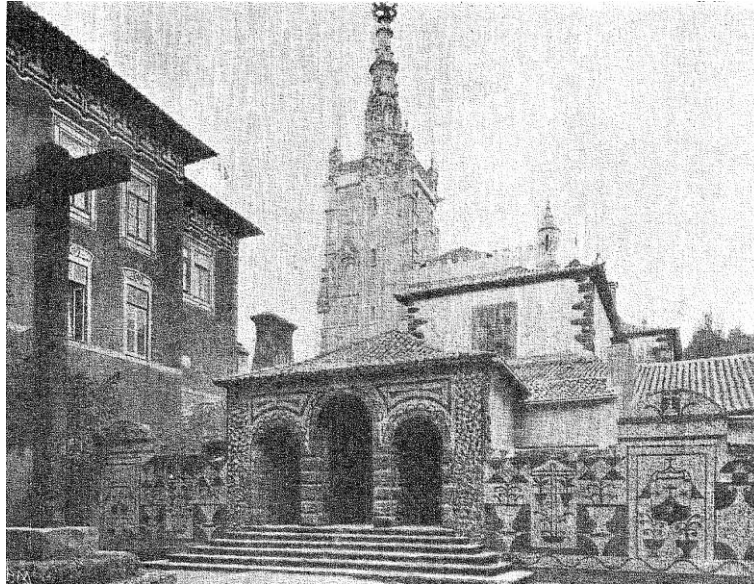


Fig. 81 – *Entrada do Convento*. [dos Carmelitas Descalços do Buçaco]. 1911. In “O Turismo em Portugal”, de António Arroyo. *Serões, Magazine Mensal Ilustrado*, 2.^a Série, Lisboa: Livraria Ferreira, 1911, p. 435. Vol. I, tomo 1, p. 401.

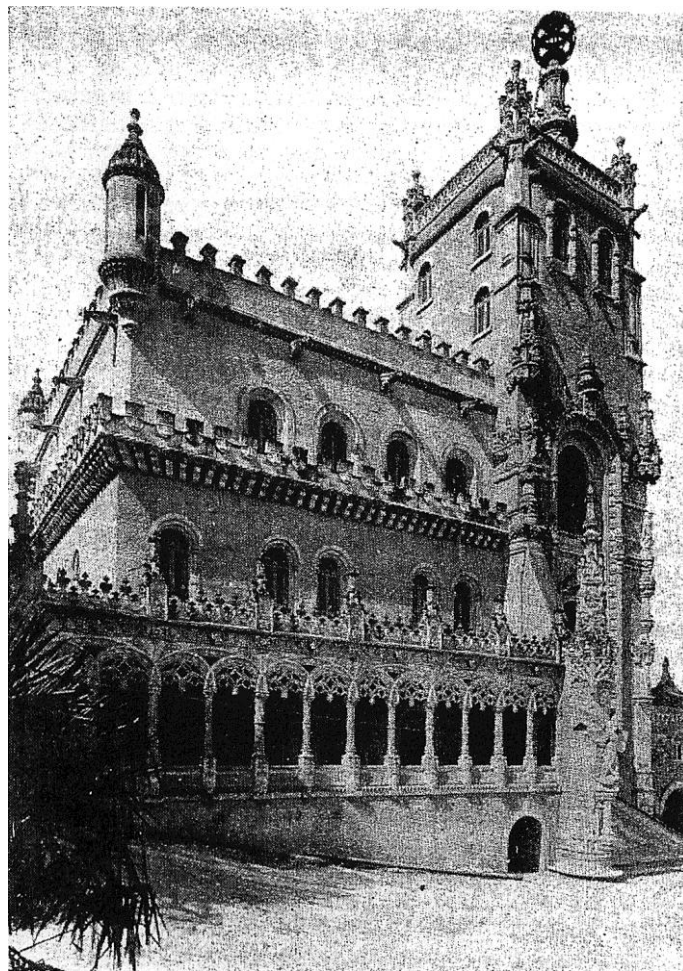


Fig. 82 – *Hotel do Buçaco*. Fotografia de J. Coutinho, 1905. In *No Bussaco (Historia, Paisagem, Descrições)*, de Cardozo Gonçalves, Lisboa, 1905, p. 27. Vol. I, tomo 1, p. 401.



Fig. 83 – *Casa de Pilatos, uma das estações do Passos da Paixão de Cristo.* 2002. Foto de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 401.



Fig. 84 – Ruínas do Paço de Almeirim. Foto Barros, Lisboa, 1889. BMS – G 158. Atribuição Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 404.



CANDOZA – Trecho d'uma rua

Fig. 85 – *Pelourinho de Candoza*, Guimarães, Fotografia de Marques de Abreu, 1906. In *Arte*, *Arquivo de Obras d'Arte*, n.º 16, Abril de 1906, Porto, p. 4. Vol. I, tomo 1, p. 406.



Fig. 86 – *Castelo de Palmela*. Cerca de 1860. ANBA – *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, n.º 59 – Cota N 5-37. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 432.

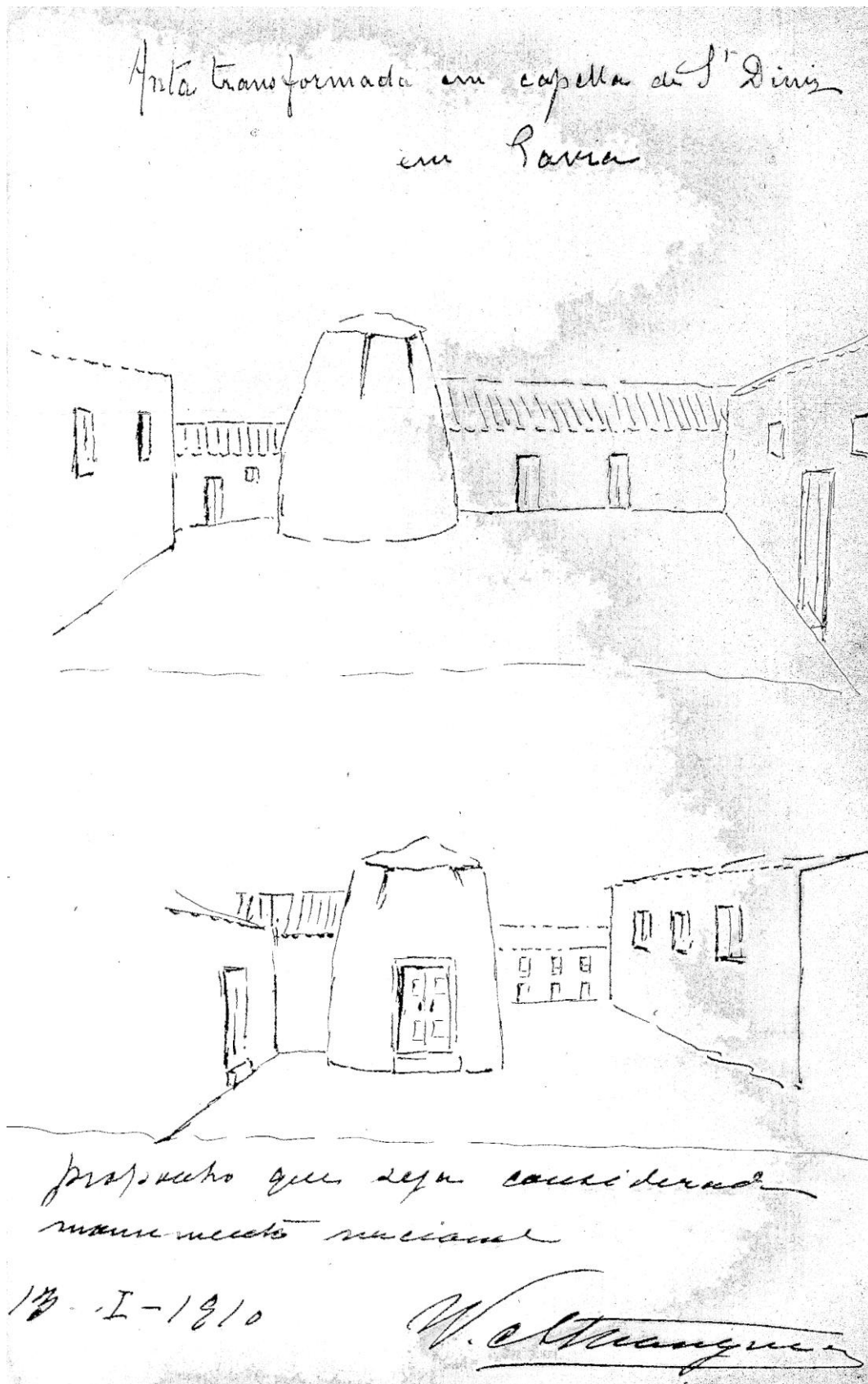


Fig. 87 – Proposta desenhada para a classificação da Anta Capela de S. Dinis, em Pavia, da autoria do Inspector da Academia Real de Belas Artes, Visconde de Atouguia. ANBA – Acta do Conselho de 3 de Janeiro de 1906. Livro 259. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 435.

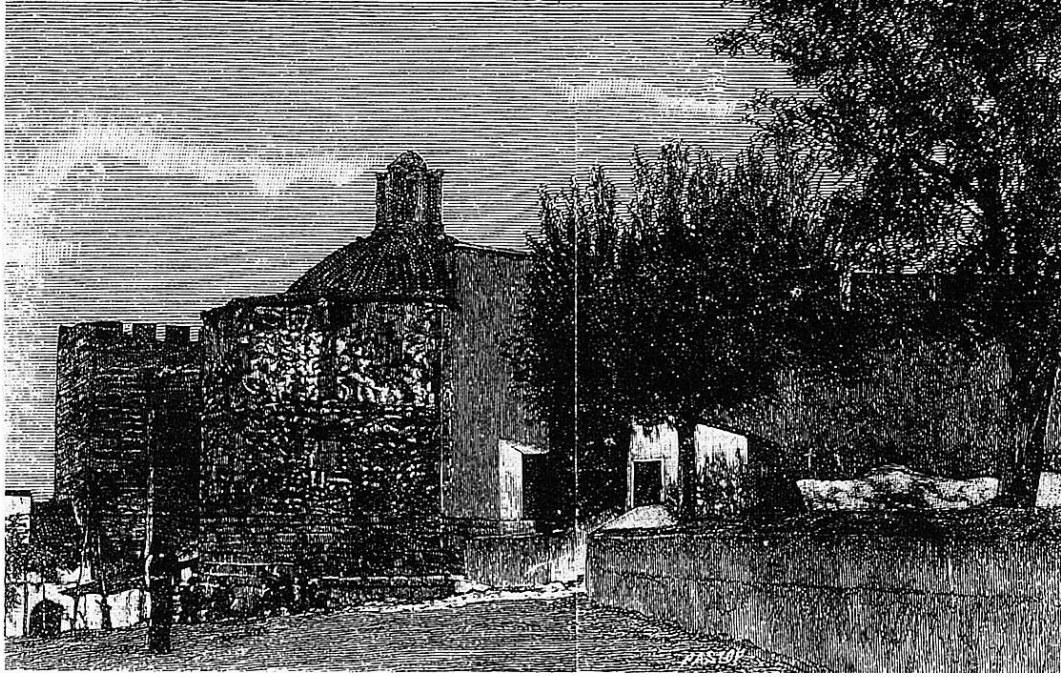


Fig. 88 – *Castello d'Elvas*. Litografia de Pastor. In *O Castello de Elvas*, de António Thomaz Pires, Elvas: Typographia e Stereotypia Progresso, 1907, Portada. Vol. I, tomo 1, p. 447.



Fig. 89 – *Castelo de Freixo de Numão*. Distrito de Viseu. Cliché de Francisco Ferreira Lima, ampliação de Cerveira d'Albuquerque. ANBA – Maço com fotografias de Freixo de Numão e outras, N.º de Inv. 5666. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 450.



Fig. 90 - Igreja de São Pedro de Roriz no concelho de Santo Thyrso: 1. Vista geral da igreja; 2. Porta principal da igreja; 3. Inscrição do claustro (incompleta); 4. Abside parte exterior; 5. Parede do claustro. ANBA – Maço com fotografias de Freixo de Numão e outras, N.º de Inv. 5666. Gav. 4. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 450.

Um membro do Conselho dos Monumentos Nacionais escreveu a lápis: “classificado”, nas duas fotografias. De facto o Castelo de Numão e a Igreja de S. Pedro de Roriz foram ambos integrados na Lista dos Monumentos Nacionais a 16 de Junho de 1910.



Fig. 91 – *Palácio da Pena em construção I*. Cerca de 1848. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 24. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.



Fig. 92 A – *Palácio da Pena em construção II*. Cerca de 1855. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 29. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.

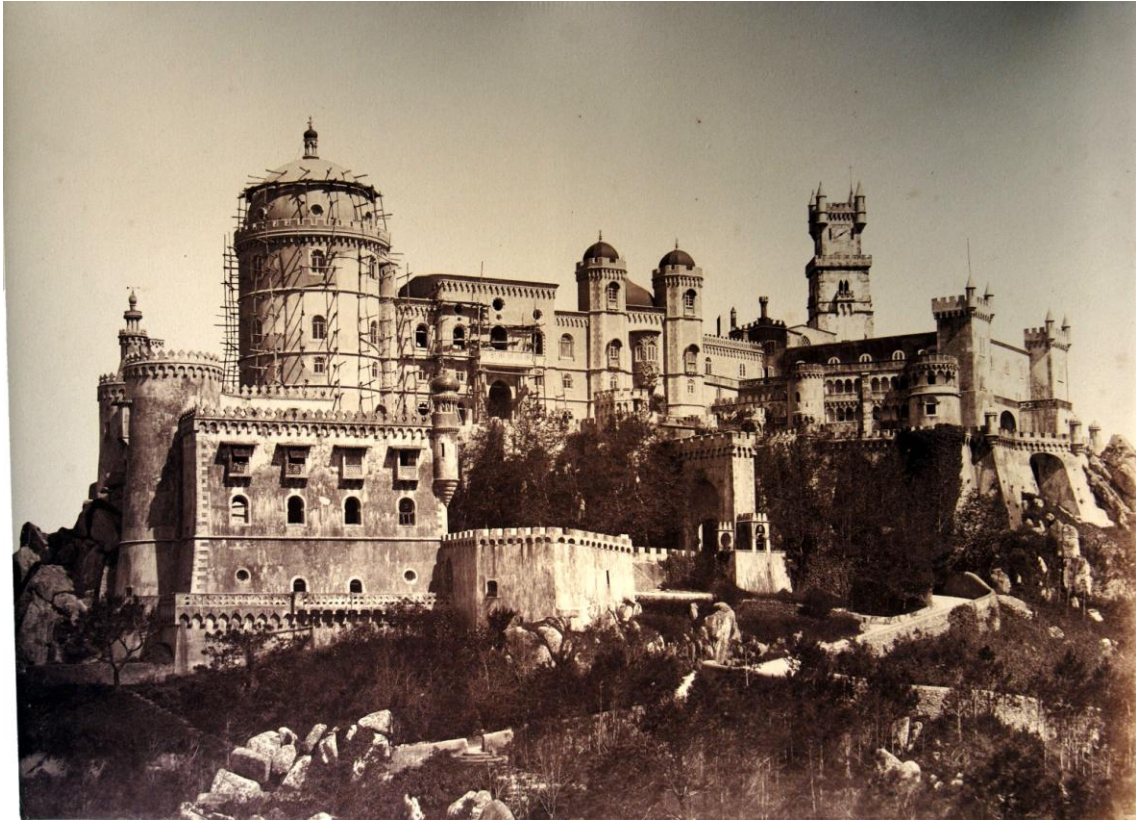


Fig. 92 B – Palácio da Pena em construção III. Cerca 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 22. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.



Fig. 93 – *Palácio da Pena em construção IV. Cerca 1860. Vistas Photographicas de Portugal. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 28. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 459.*

A construção do Palácio da Pena revela a simbiose entre a conservação de valores arquitectónicos do passado e a sua recriação e adaptação às vivências contemporâneas, conceitos que tiveram força no caso do restauro, transformação e renovação do monumento dos Jerónimos. D. Fernando, rei-consorte, adquiriu o bem nacional, “Convento de Nossa Senhora da Pena”, como resultado da extinção das ordens religiosas. A partir de 1840, o rei modificou os seus projectos iniciais de reparação da ermida da Pena e concebeu a construção de um palácio tão comum à realeza e nobreza alemã. As obras iniciaram-se com o alargamento do adro da capela (1842), razão pela qual foram construídos paredões de sustentação de arcaria neomourisca, como se vê na fig. 91. A partir de 1843 inicia-se a construção de um novo edifício junto à Ermida, que nos anos seguintes se transforma gradualmente num palácio romântico (fig. 92 A e B), no qual se verifica a influência da estética do gosto manuelino, assumidamente usado como gramática decorativa do palácio. O conhecimento da arquitectura da igreja do Convento de Cristo (visitado em 1843 e 1844) serviu de pretexto para o programa de transposição do gosto e reprodução neomanuelina da sua mansão real, entre outros neos exóticos (fig. 93). Saliente-se a inspiração da reprodução da janela do baixo coro de Tomar e rosácea, executadas numa das fachadas principais do Palácio. Estas quatro fotografias de uma série de dez dedicadas à Pena e à paisagem da serra de Cintra e Castelo dos Mouros são fundamentais para a datação das obras, entre 1844 e 1860, onde a construção e o restauro conviveram no processo de readaptação de uma ermida à sumptuosidade de um palácio.

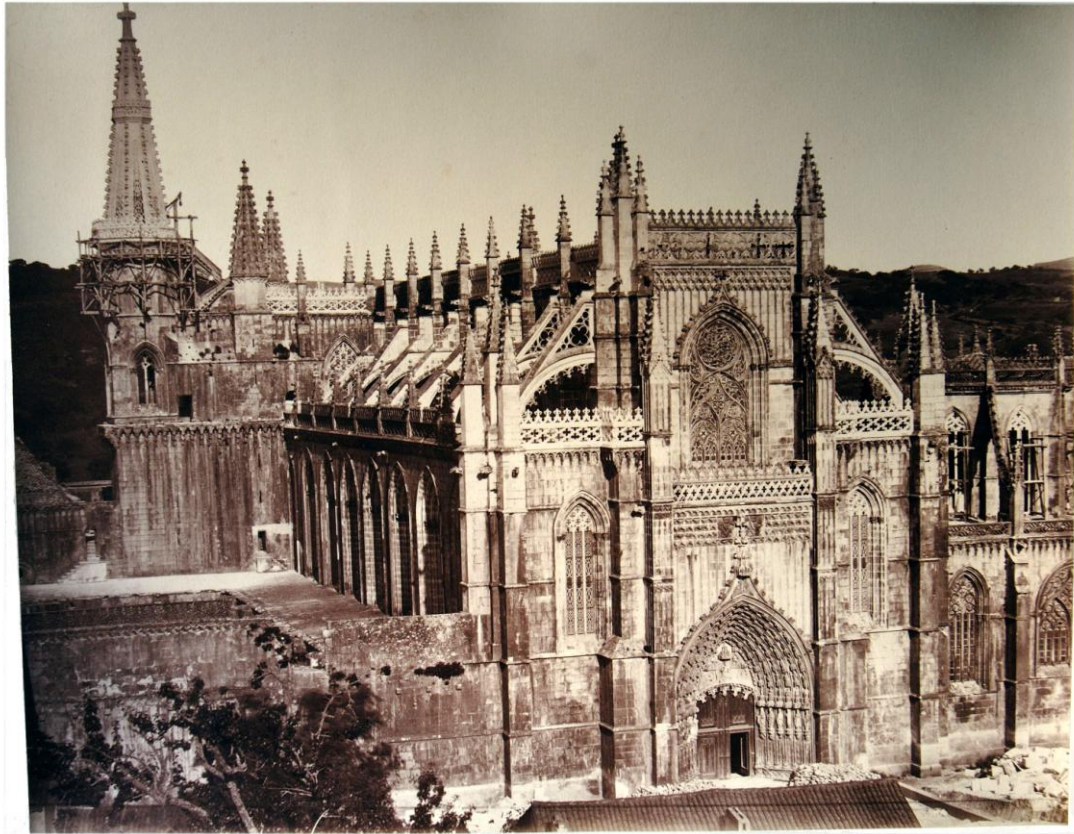


Fig. 94 – *Mosteiro da Batalha. Restauro da Torre da Cegonha. Cerca 1860. Vistas Photographicas de Portugal. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 13. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 460.*

O restauro do coruchéu da cegonha ocorreu a partir de 1851, durante dez anos. Este coruchéu tinha sido afectado pelo terramoto de 1755 e destruído parcialmente durante uma tempestade (cerca de 1828). Este restauro consistiu na sua reconstrução, permitindo, por via desta fotografia detectar a técnica utilizada, com substituição quase integral da pedra na cúpula e consolidação da base da torre. A imagem mostra que o Mosteiro era um estaleiro de obras, à entrada da igreja.

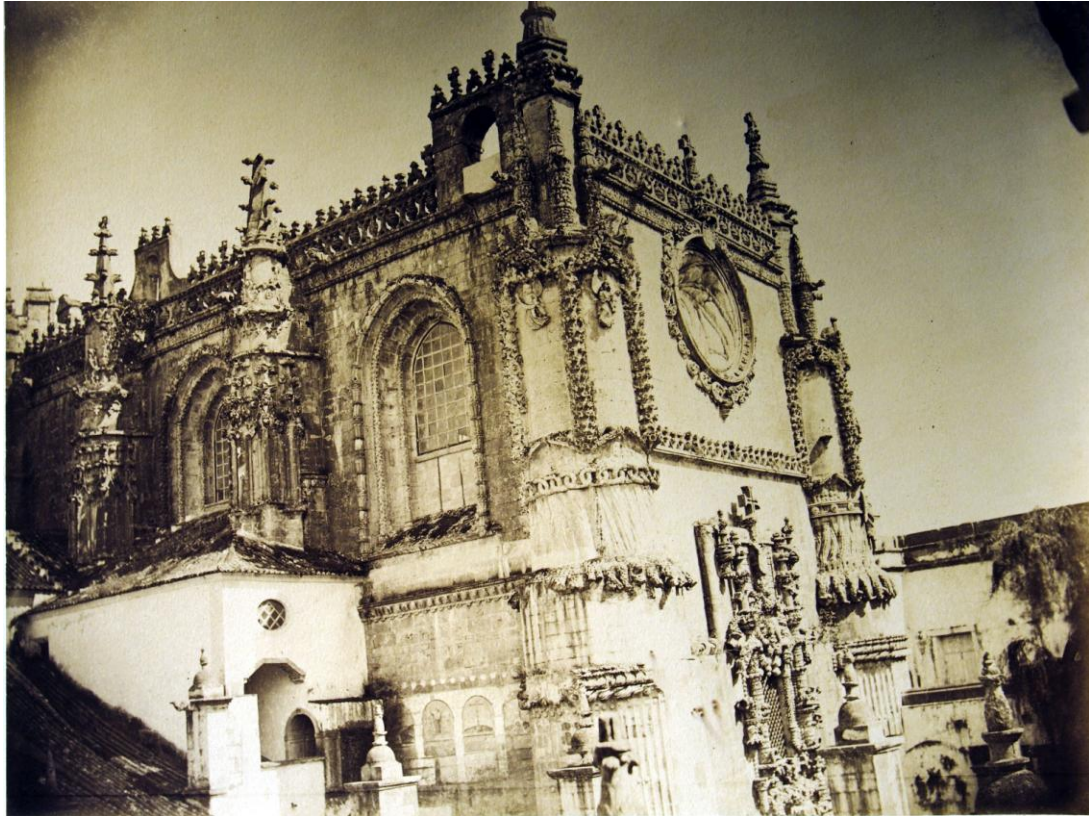


Fig. 95 – Igreja do Convento de Cristo de Tomar. Restauro de valorização da Janela ocidental da “Casa do Capítulo”. Cerca 1855. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 58. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 460.

O restauro com o objectivo de valorização da janela decorreu entre 1844 e 1850 e consistiu no apeamento do piso superior do claustro de Santa Bárbara e na demolição do corredor dos confessionários. Este restauro pressupôs a libertação da janela dos três telhados de uma água que escorriam as águas pluviais para o pátio da *crasta* pequena do convento e o afeiçoamento das paredes exteriores da igreja, que suportavam a construção do corredor de ligação entre a igreja e o dormitório castelhano. A fotografia mostra que o corredor demolido era decorado com nichos pintados, alusivos a temas religiosos - talvez uma via-sacra.

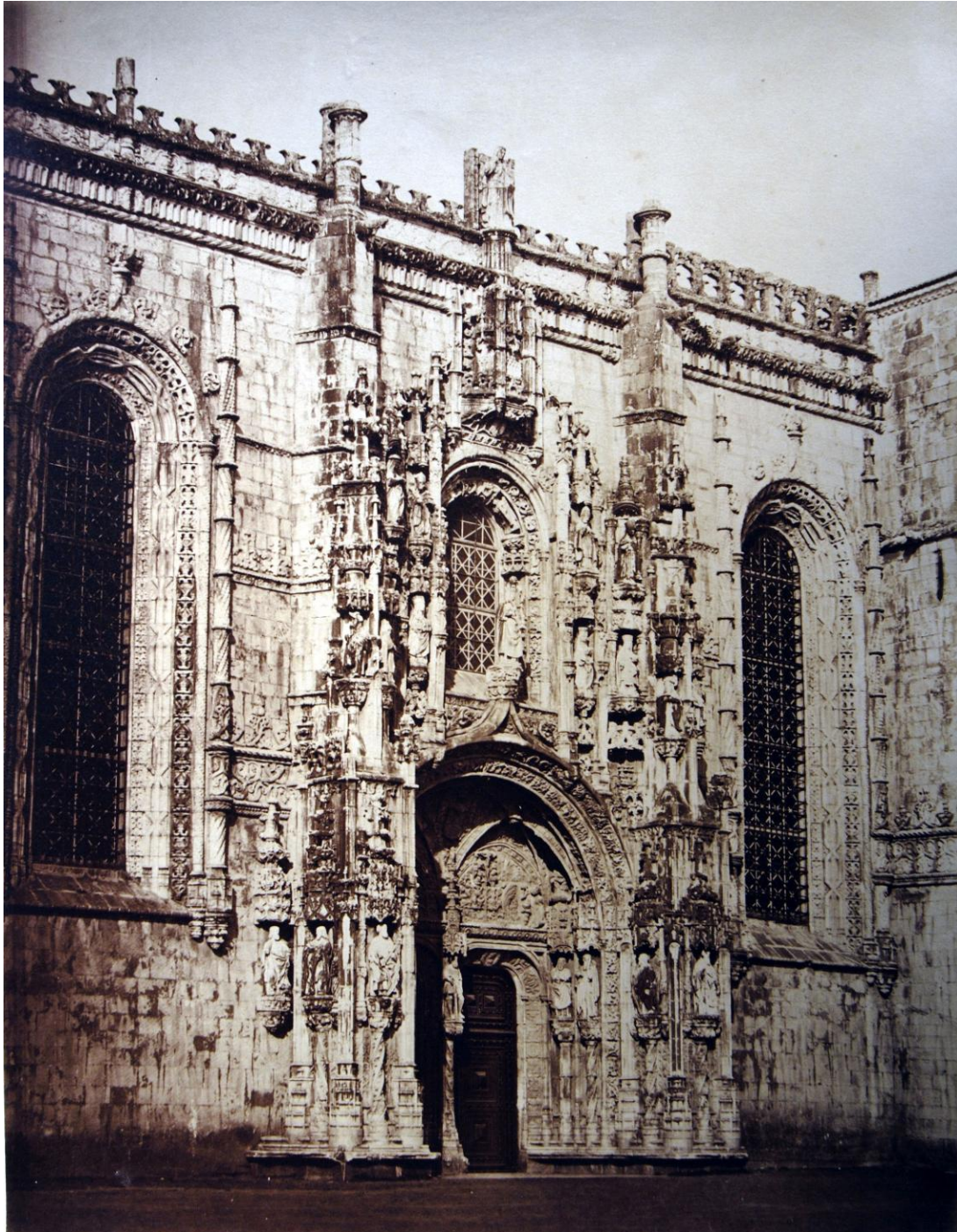


Fig. 96 – Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Fachada sul. Antes de 1860. *Vistas Photographicas de Portugal*. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 40. Atribuição Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 462.

Como se pode ver, a platibanda encontra-se ainda semi-destruída, faltando os pináculos e o remate superior do nicho dedicado à Natividade da Virgem, que resultaram da intervenção de restauro, resultante da actividade da dupla Cinatti & Rambois.

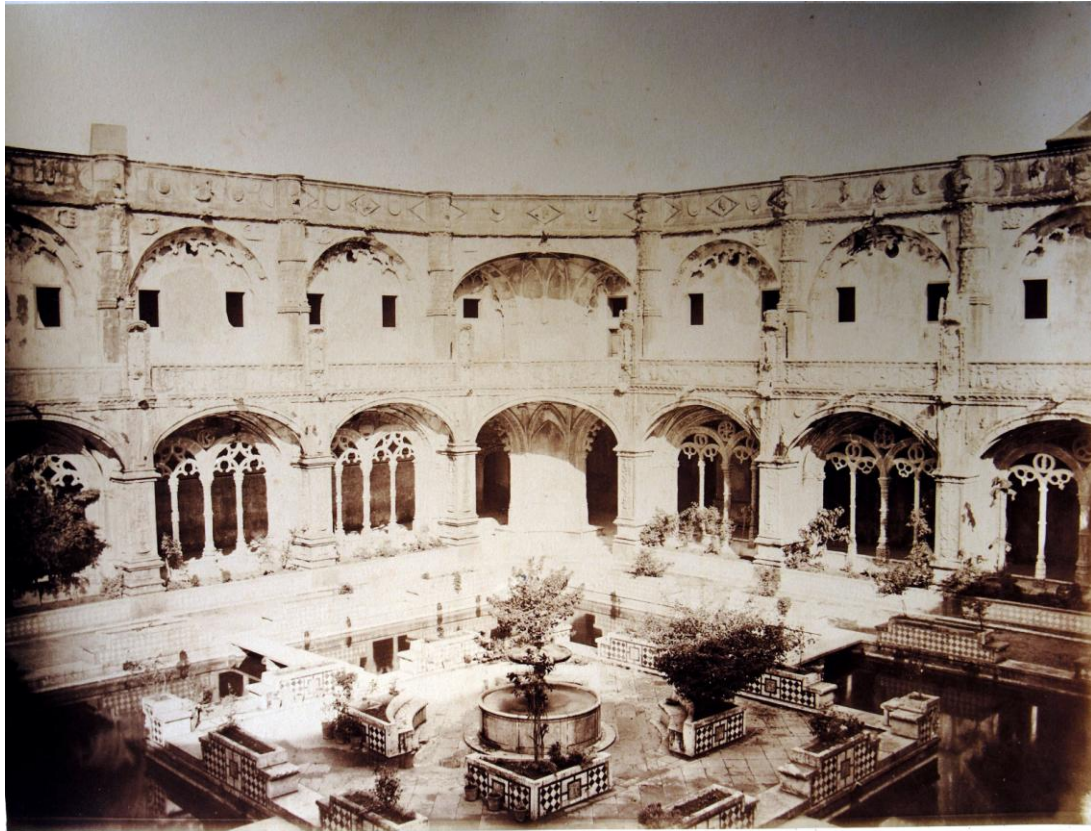


Fig. 97 – *Mosteiro dos Jerónimos. Claustro. Antes de 1860. Vistas Photographicas de Portugal. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 42. Atribuição Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 465 e tomo 2, p.1256.*

A fotografia mostra a arquitectura renascentista do interior do pátio do claustro, antes da sua remoção/destruição determinada pelo provedor da Casa Pia, José Maria Eugénio de Almeida. Esta fotografia será fundamental para a tentativa de restauro, depois de escavação arqueológica, sob a direcção técnica de Rosendo Carvalheira, nos primeiros anos da 1.^a República.



Fig. 98 – *Janela da Fachada Sul do Mosteiro dos Jerónimos*. Século XVI. Museu do Carmo, Lisboa. Fotografia de José Morais Arnaud. Gentileza da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, tomo 1, p. 467.

Esta janela foi removida por decisão de José Maria Eugénio de Almeida e entregue ao Museu da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, no Carmo, onde o provedor era sócio efectivo (desde 1864), por iniciativa do arquitecto Valentim José Correia, sócio fundador daquela associação.



Fig. 99 – *Tipo de janela neomanuelina do piso superior da fachada sul do Anexo dos Jerónimos. Século XIX. Foto de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 1, p. 467.*

Apesar de se repetir, frequentemente, que a janela manuelina, desmontada do lugar original no dormitório dos freires, fora reproduzida pelos restauradores oitocentistas, com semelhança ao original, nota-se que o desenho desta janela neo-manuelina ficou bastante empobrecido. Por outro lado, foram executados outros desenhos diversificados para as restantes janelas do alçado Sul do Anexo.

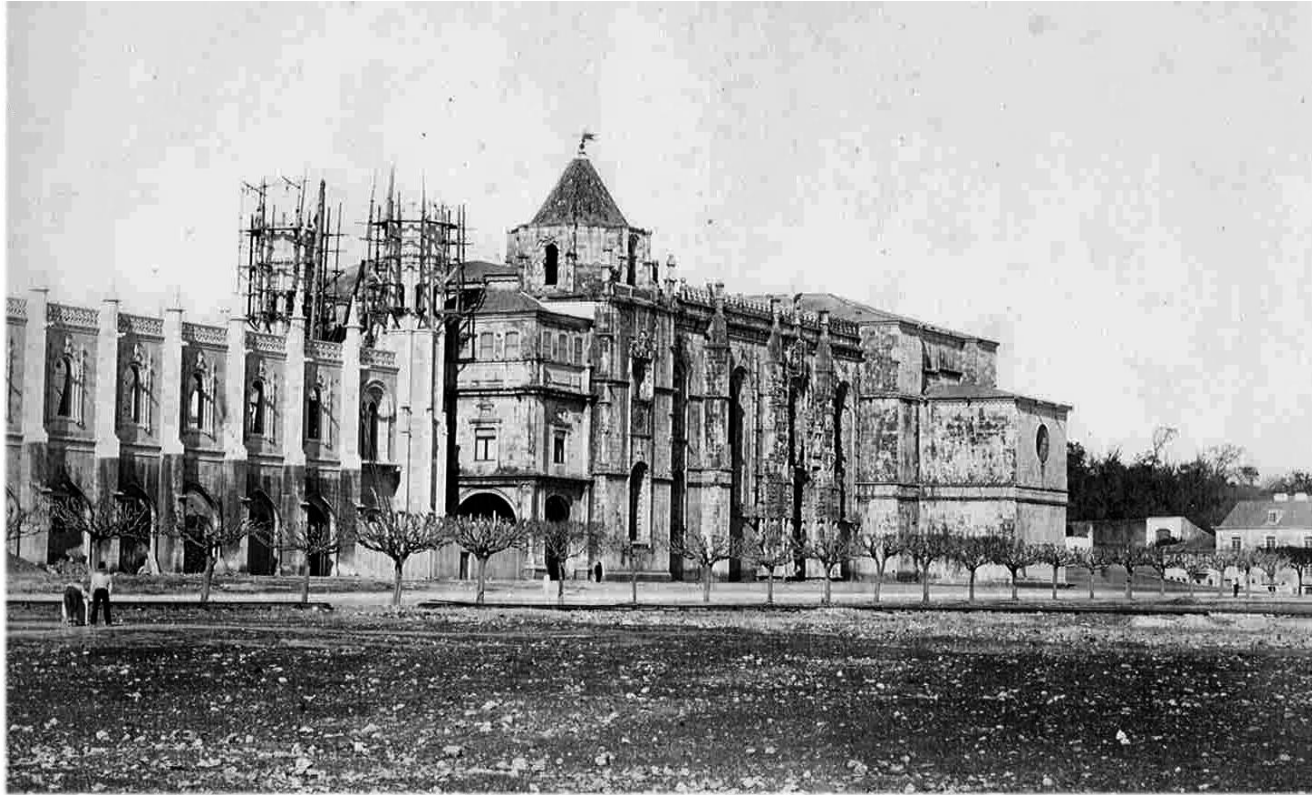


Fig. 100 – *Mosteiro de Santa Maria de Belem*, [Frontaria sul, numa linha de direcção inclinada a poente], 1867-1868. Fotografia de Henrique Nunes. In *Monumentos Nacionaes* de José da Silva Mendes Leal, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868. Vol. I, tomo 1, p. 468 e 473.

Esta interessante fotografia, executada seguramente em 1867-68, permite-nos compreender o início do restauro da equipa Cinatti & Rambois, visto que sabemos que são da sua autoria as torres orientais adendadas ao antigo dormitório dos freires (em construção) e a intervenção, também documentada, de Valentim José Correira (ou pelo menos projectada por este arquitecto), na antiga alpendrada e dormitório. A diferença de luz projectada pela construção e que se fixou na fotografia, mostra que o piso superior, com a sua fenestração neomanuelina (a partir de modelos de janelas semelhantes ou pretensamente semelhantes aos originais) era um obra nova, em contraste com o piso inferior, tendo-se mantido as preexistências manuelinas. Nesta altura, ainda não tinha sido demolida a Sala dos Reis (que o autor já refere no texto sobre a igreja), atitude que suscitou aplausos na imprensa da época, pois desmanchava intervenções consideradas de “vandalismo construtivo”, por terem ocultado o portal ocidental da igreja.

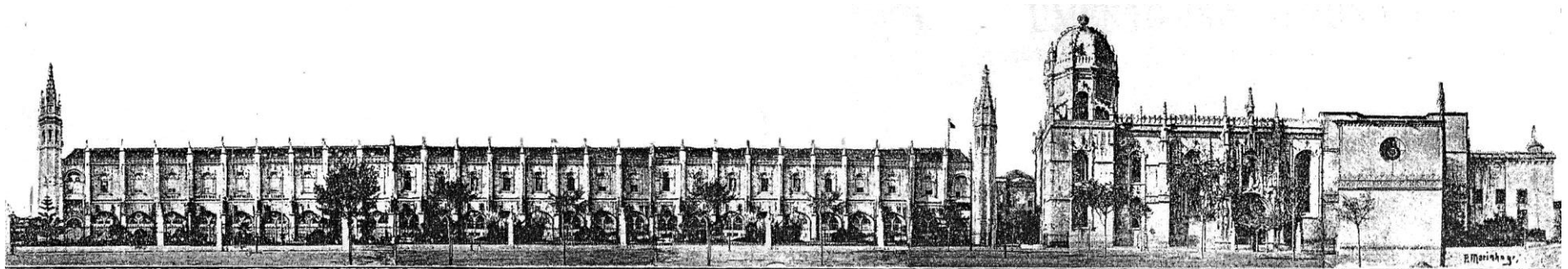


Fig. 101 – *O mosteiro dos Jerónimos. Fotomontagem do conjunto arquitectónico.* Gravura de P. Marinho. In “O Monumento dos Jeronymos” de António Augusto Durval Telles, *Revista de Engenharia Militar*, 3.º Ano, vol. 3.º, Lisboa, 1898, pp. 145-147. Vol. I, tomo 1, p. 488.

Demonstração fotográfica virtual da concepção minimalista do engenheiro Pedro Romano Folque para o Anexo / Dormitório e sua relação estética com o conjunto arquitectónico.

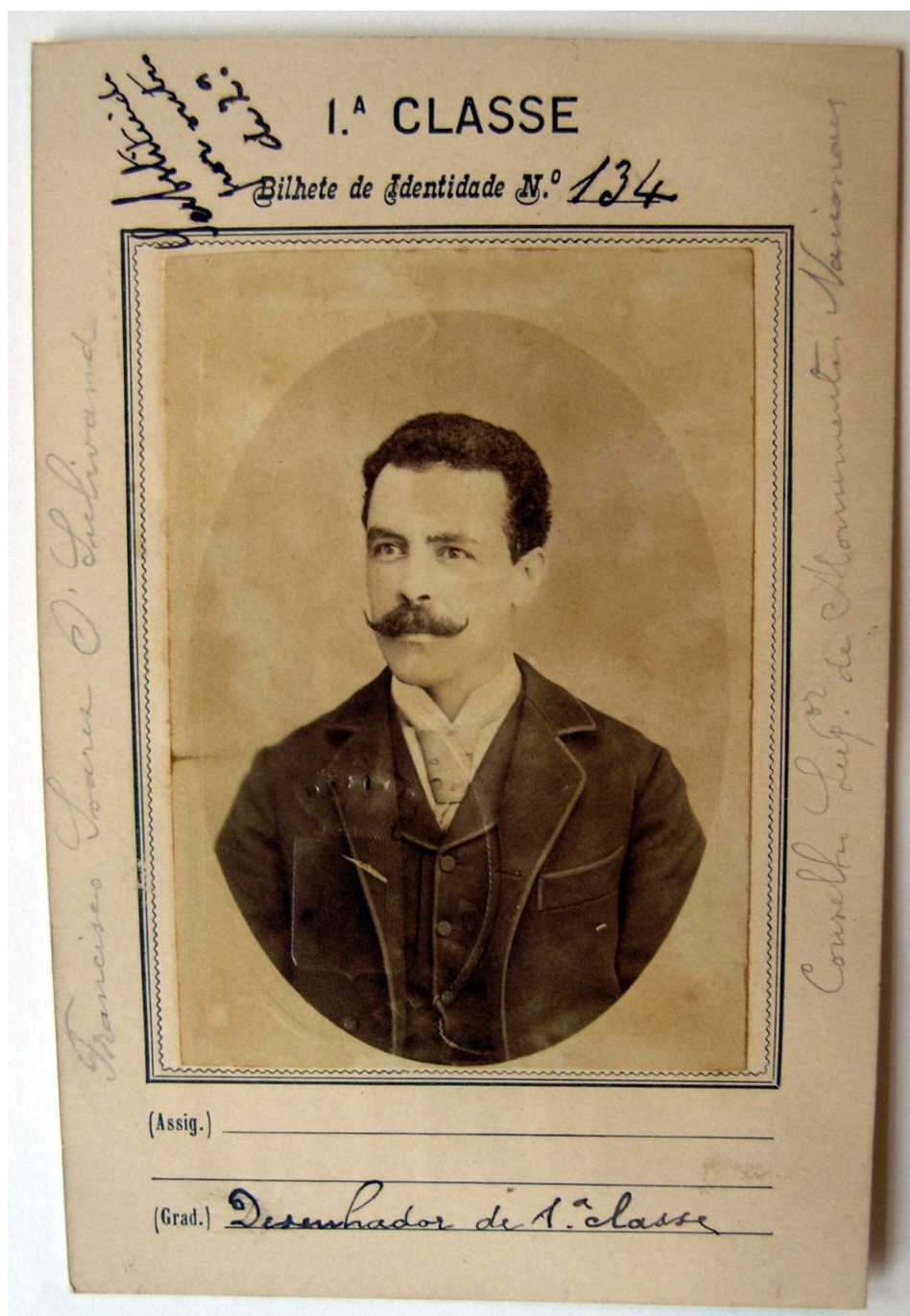


Fig. 102 – Francisco de Paula do Sacramento Soares O'Sullivan, Desenhador de 1.ª classe. Fotografia. Bilhete de Identidade n.º 134. Ministério de Obras Públicas – CSMN, cerca de 1900. AHMOP – Processo Individual: Francisco Soares O'Sullivan. Vol. I, tomo 1, p. 478.

Trabalhando para Possidônio da Silva, Francisco Soares O'Sullivan (nascido em 1854) dedicou a sua vida ao desenho dos monumentos nacionais, desde o tempo da CMN até à aposentação, por limite de idade, em 1929, ao serviço da 3.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes – Monumentos e Palácios Nacionais. Trabalhou para a CSMN, COMN, 1.ª Circunscrição de Arte e Arqueologia, AGEMN e DGBA (3.ª Repartição).



Fig. 103 – *Mosteiro da Batalha. Claustro Real. Ala Norte. Cerca de 1860. Vistas Photographicas de Portugal. Álbum, ARBAL – Cota N 5-37, foto n.º 17. Inédita. Vol. I, tomo 1, pp. 507.*

Claustro Real no momento de arranque do seu restauro. Fotografia que serviu de modelo à gravura publicada no *Archivo Pittoresco*, vol. VIII, 1865, p. 297. Cf. NETO, Maria João, *James Murphy*, ob. cit., fig. 55.



F. Rocchini

DEPOSITADA



Fig. 104 – Mosteiro da Batalha. Claustro Real. Pormenor da ligação entre as alas norte e este e exterior da fonte, depois do restauro. Cerca de 1882. F. Rocchini. Catálogo do Fotógrafo, n.º 161 (?). Foto Depositada. ANBA – *Album da Batalha*, n.º de registo, 5173. Cota: MM 6-3, foto n.º 16. Vol. I, tomo 1, p. 507.

O restauro do claustro encontra-se concluído nas platibandas, balaustradas, pináculos, bandeiras dos arcos do claustro e da igreja, mostrando o rendilhado manuelino que lhe foi acrescentado. Arranjo ajardinado interior.



Fig. 105 – Santarém. Igreja da Graça. Capela de Pedro Álvares Cabral. Fotografia de Marques de Abreu. Novembro de 1935. *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 7, foto n.º 5. ANBA: Y – 6 – 1A /1G, Vol. I, tomo 1, p. 508.

Intervenção identificada na Capela de S. João Evangelista da Igreja da Graça, executada por Rosendo Carvalheira, entre 1905 e 1911. Caracteriza-se pela valorização da arquitectura gótica (resultado da remoção dos altares modernos, em 1903), restauro das grandes frestas e da modelação horizontal intermédia, limpeza de todo o espaço interno, construção de um altar gótico e colocação de um gradeamento em ferro fundido, com o nome do navegador português. Este restauro motivou a colocação de uma placa alusiva.



Fig. 106 – Tomar. Igreja de S. João Baptista. Fachada Principal. Fotografia desconhecido. Cerca de 1914. ANBA – Álbum Fotográfico, cota MM-6-4, foto 109. Vol. I, tomo 1, p. 514.

Vêm-se vestígios da intervenção de consolidação do coruchéu da torre sineira, ocorrida entre 1904-1912. Mantiveram-se as janelas neogóticas da fachada principal. A fachada serve de espaço publicitário.



Fig. 107 – Igreja do Mosteiro da Conceição de Beja. Fotografia desconhecido. Cerca de 1910. ANBA – Álbum Fotográfico, cota MM-6-4, foto 39. Vol. I, tomo 1, p. 514.

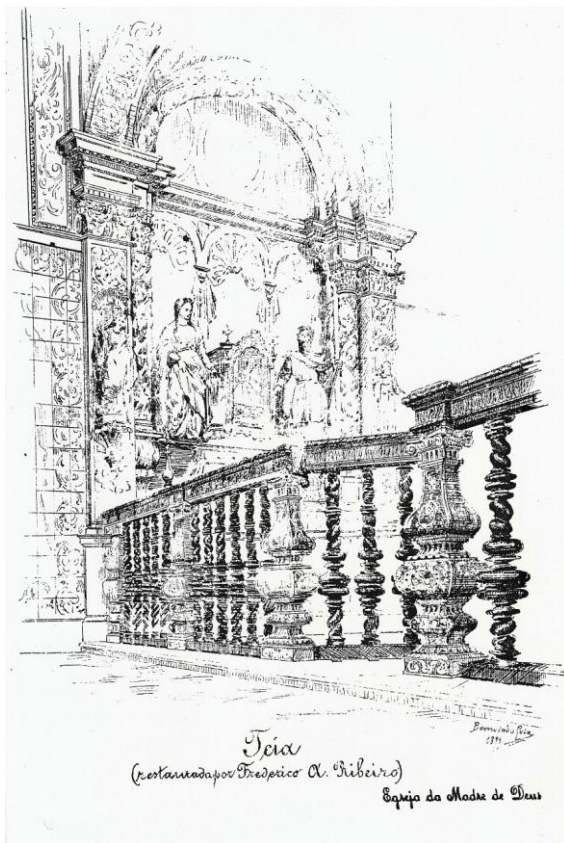


Fig. 108 – Igreja da Madre de Deus. Interior. Teia. 1899. Desenho de Benvindo Ceia. In *Mosteiro e Igreja da Madre de Deus* de Liberato Telles. Lisboa: Imprensa Moderna, 1899. Vol. I, tomo 1, p. 519.

Esta obra de Liberato Telles é uma das primeiras monografias portuguesas de uma intervenção de conservação e restauro, modelo que será seguido no segundo quartel do século XX pela DGEMN. Liberato Telles descreve os resultados da intervenção de José Maria Nepomuceno e dele próprio, entre 1872 e 1899, dando especial relevo aos trabalhos de restauro do património integrado e recheio da igreja. A imagem refere-se a um trabalho de restauro da teia, que esteve a cargo de Frederico Augusto Ribeiro. Para ilustrar a obra teve o concurso do pintor Benvindo Ceia, que trabalhara nas obras dos Jerónimos. A monografia foi inicialmente publicada no *Boletim da Associação dos Conductores de Obras Públicas*, n.º 2, volume III, 3.º trimestre de 1899.



Fig. 109 – Sé Catedral de Lisboa. Construção do corchêu da torre norte da igreja. 1908-1909. DGEMN. Foto n.º 514590. Vol. I, tomo 1, p. 522.

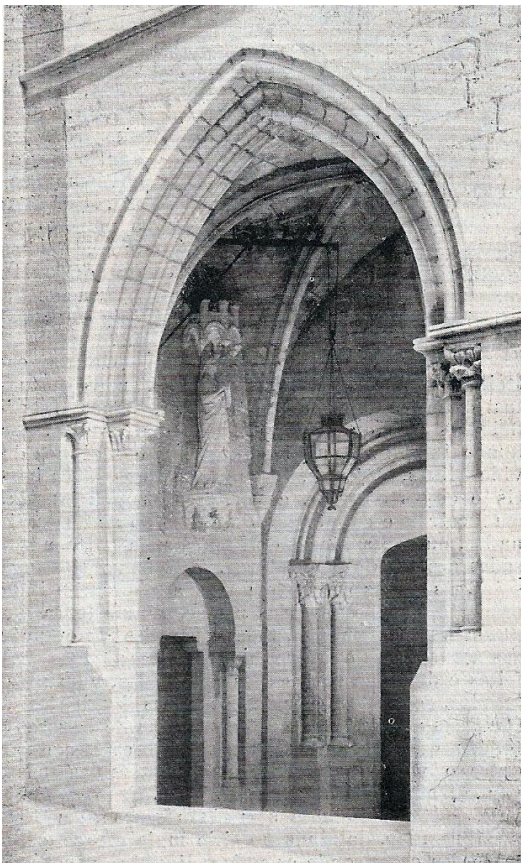


Fig. 110 – Capella de Bartholomeu Joannes, restaurada, na Sé [Entrada pela fachada norte]. “Lisboa Monumental II”, de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, vol. II – 19 de Novembro de 1906. Vol. I, tomo 1, p. 525.



Fig. 111 – Igreja de S. Miguel do Castelo. 4.º quartel do século XIX. Fotógrafo desconhecido. ANBA – Fotografia avulsa s/cota. Vol. I, tomo 1, p. 539.



Fig. 112 – Igreja matriz de Vila do Conde, depois do restauro. 1912. Foto de Marques de Abreu. In “Bosquejo Histórico da Igreja Matriz de Vila do Conde e sua restauração” de José Augusto Ferreira. *Arte. Archivo de Obras d’Arte*. Ano VIII, n.º 85 – Porto, Janeiro de 1912, p. 7. Vol. I, tomo 1, p. 539.



AZURARA — PORTA PRINCIPAL DA IGREJA MATRIZ — (CLICHÉ MARQUES ABREU)

Fig. 113 – Azurara. *Porta principal da Igreja Matriz*. 1933. Fotografia de Marques de Abreu. *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 2, foto n.º 10, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 539.

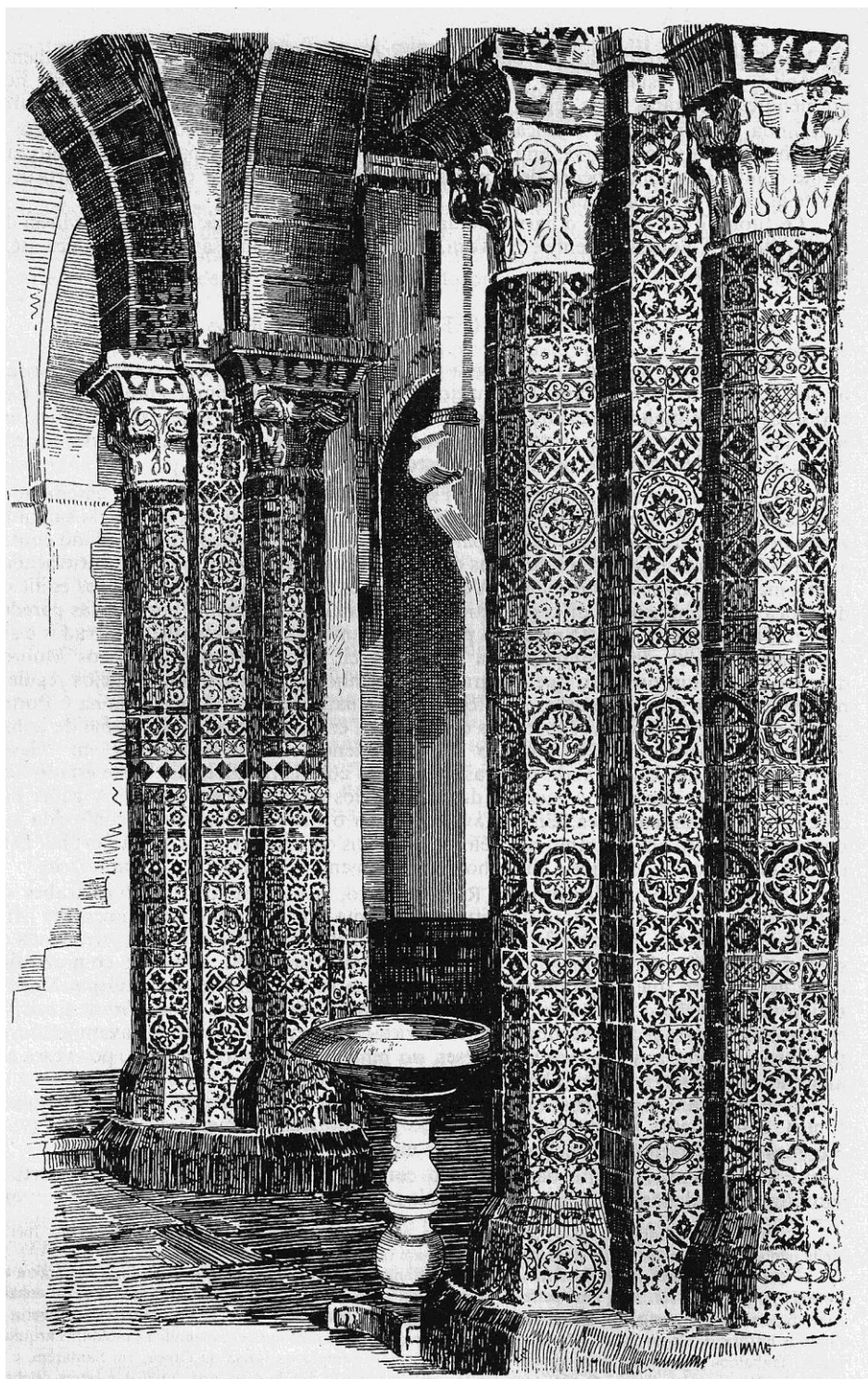


Fig. 114 – Sé Velha de Coimbra. Revestimento em azulejo dos pilares da nave. Desenho executado a partir de fotografia. Cerca de 1886-1888. *Die Baukunst der Renaissance in Portugal von den Zeiten Emmanuel's des Glücklichen bis zu dem Schlusse der Spanischen Herrschaft, Zweiter Band, Das Land*, de Albrecht Haupt, Frankfurt A.M.: Heinrich Keller, 1895, il. 24 (edição portuguesa, Lisboa, Presença, 1985, p. 37). Vol. I, tomo 1, p. 544.

Albrecht Haupt deu relevo ao revestimento de azulejos do interior da Sé Velha de Coimbra, como algo característico da arquitectura portuguesa. A opção de Augusto Gonçalves consistiu na remoção quase total do revestimento azulejar quinhentista, privilegiando a ideia de unidade de estilo e de reintegração monumental.



Fig. 115 – [Separação de um quadro, composto com fragmentos de várias tábuas do retábulo da Charola do Convento de Cristo, em Tomar]. MNAA – Fotografia N-4331. Vol. I, tomo 1, p. 559.

Atendendo que existiam cinco fragmentos de três distintos painéis do retábulo da Charola de Tomar, técnicos da Academia de Belas Artes de Lisboa, na 1.ª metade do século XIX, resolveram reuni-los numa só composição, à qual deram número de inventário. Este painel composto esteve no depósito da Galeria da Academia, no convento de S. Francisco de Lisboa. Quando se precedeu à reintegração do retábulo e respectivo restauro, daquele conjunto anacrónico e deselegante quadro, restaurou-se o Baptismo de Cristo (formando um painel). Dos outros três fragmentos, dois receberam tratamento e reintegração na Charola, em 2007.



Fig. 116 – *A Ressurreição de Lázaro*. Mestre da Charola do Convento de Cristo. Meados da década de 30. Fotorgrafo desconhecido. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 559.

Reintegração do património deslocado. Os estudos até agora realizados não permitiram concluir se a sua reintegração foi no nicho original onde a pintura se encontrava, aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, antes da remoção para Lisboa. Devido a insistências do rei D. Fernando II e do Ministro do Reino, António Bernardo da Costa Cabral, iniciou-se a saga do regresso das quatro primeiras pinturas do Mestre da Charola ao Convento de Cristo (1861). Segundo documentos da época, estas pinturas ainda voltaram a Lisboa, entre 1862-1867, para figurarem na reabertura da Galeria de Pintura. Foram definitivamente colocadas na Charola, em 1867. Com este painel regressaram a Tomar, a *Entrada de Jesus em Jerusalém*, *Cristo e o Centurião* e a *Ressurreição de Cristo*. Uma das razões do seu regresso deveu-se à impossibilidade de serem expostos no Convento de S. Francisco, face à sua dimensão (+ de 4 m de altura).



Fig. 117 – *Ressurreição*. Mestre da Charola do Convento de Cristo. Meados da década de 30. Fotografia desconhecido. Ex-DGEMN (actual IHRU) – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 559.

O quadro *Ressurreição* foi reintegrado no nicho por cima da capela manuelina da Virgem e os Anjos. Até à data ainda não foi encontrado documento abonatório da autoria do restauro dos quatro primeiros quadros reintegrados, mas sabe-se que esse restauro foi executado, entre 1852 e 1855, sob a direcção artística e coordenação de António Manuel da Fonseca (1822-1894), então professor de Pintura Histórica, da Academia de Belas Artes de Lisboa. Mais tarde, também o *Baptismo de Cristo*, como a *Ascensão* e a composição dos restantes fragmentos regressaram ao Convento de Cristo, por insistência da Câmara Municipal e da UAMOC. A *Ascensão* regressou em 1936, depois de ter recebido um restauro executado por Fernando Mardel, filho adoptivo de Júlio Mardel e discípulo de Luciano Martins Freire, com quem trabalhou na oficina do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa.

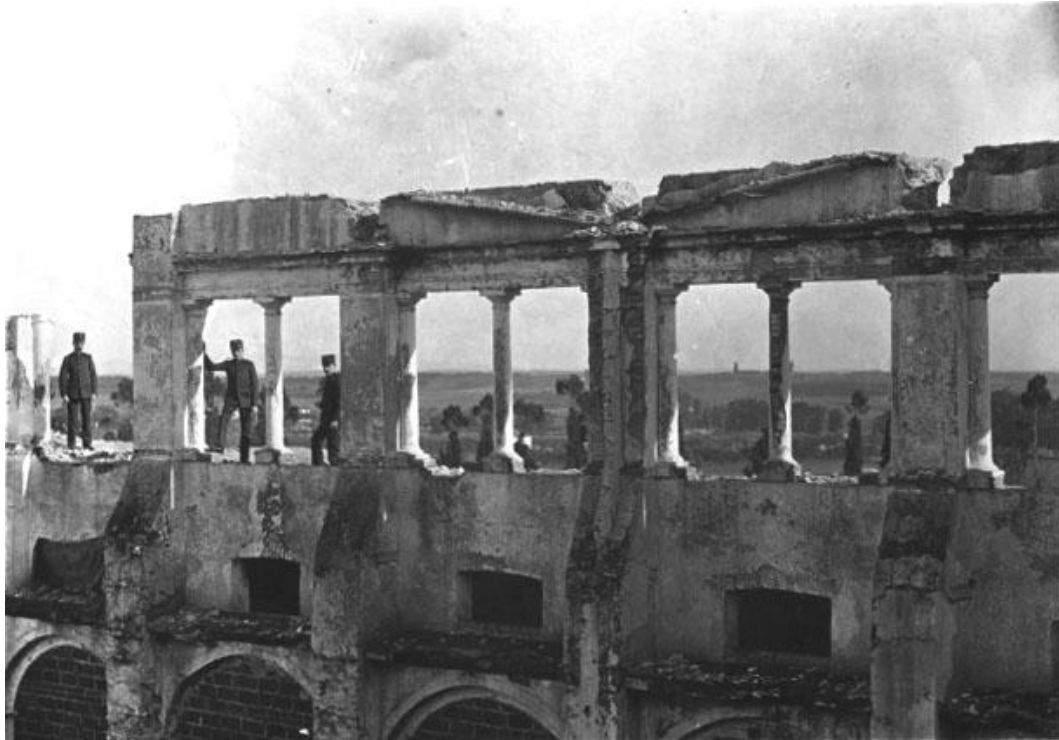


Fig. 118 – *Demolição do convento feminino de Nossa Senhora do Paraíso, em Évora. Cerca de 1900. Fotografia desconhecida. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 566.*

A demolição deste Convento foi solicitada pelo Governador Civil de Évora, para viabilizar o alargamento de duas ruas da cidade (1899). Mesmo assim o Director Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais solicita um parecer aos delegados da Academia Real de Belas Artes, de modo a saber-se o que devia ser aproveitado ou “no inconveniente de demolir todo ou parte do edifício” que se devia ter em atenção “o estado de ruína” em que ele se encontrava. A demolição da igreja ocorreu em meados de 1900. Os bens móveis foram objecto de duas selecções. Os de valor artístico foram destinados ao MNBA, alguns de “refugo”, incorporados ao Museu de Évora e aproveitados nas obras de construção do hospital de Évora.



Fig. 119 – *D. Manuel Correa de Bastos Pina, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil. 1905. Fotografia de Marques de Abreu. In “Bispo Conde”, de Ramalho Ortigão, Arte. Arquivo de Obras d’Arte, N.º 11 – Porto, Novembro de 1905, p. 2. Vol. I, tomo 1, p. 567.*

D. MANOEL CORREA DE BASTOS PINA, Bispo de Coimbra e Conde d'Arganil

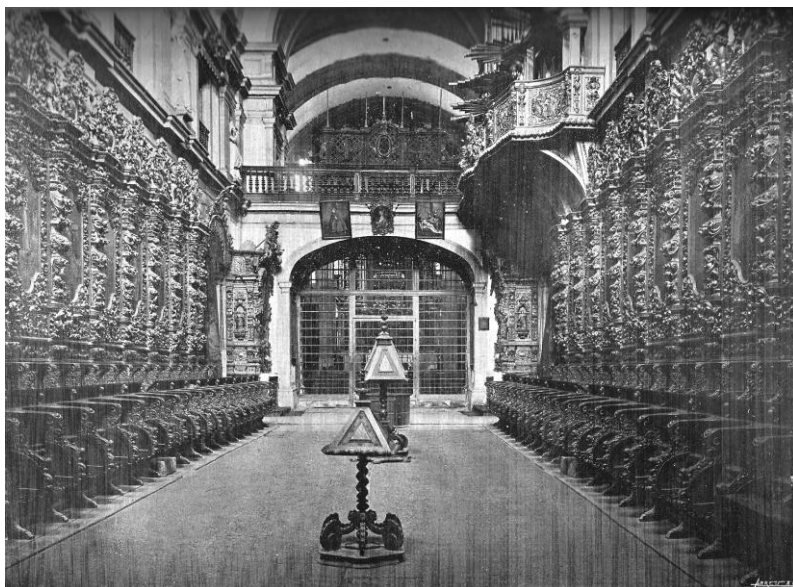


Fig. 120 – *Mosteiro de Arouca. Coro.* 1909. Fotografia de Marques de Abreu. In “Mosteiro d’Arouca”, de Marques Gomes, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, nº 50, Porto, Fevereiro 1909, p.13. Vol. I, tomo 1, p. 586.



A ARTE E A NATUREZA EM PORTUGAL
(1905/1906)

EMILIO BIEL & C.^a EDITORES

Igreja de Santa Clara

Fig. 121 – *Santarém. Igreja de Santa Clara. Coro.* Phototypia, Emílio Biel & C.^a, Editores, in *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1905. BMS. Vol. I, tomo 1, p. 587.

O grande comprimento desta igreja permitiu dividi-la em duas partes, uma reservada ao coro das Clarissas e a outro ao culto. O recheio artístico fotografado por Emílio Biel, entre 1902 e 1905, veio a ser desintegrado e deslocado para outras igrejas e instituições religiosas, vendido em hasta pública e saqueado, recolhendo-se alguns bens de valor artístico, histórico e arqueológico no MNBA e no Museu Municipal de São João de Alporão. Todavia, inicialmente, houve o objectivo de manter a integridade do edifício e do recheio, como recomendava o Delegado do Tesouro: “todo o objecto que forme parte de um todo não poderá ser deslocado do seu lugar, embora o recomende valor artistico e archeologico”. Alguns altares de talha foram guardados num depósito da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, onde foram redescobertos em 1998.

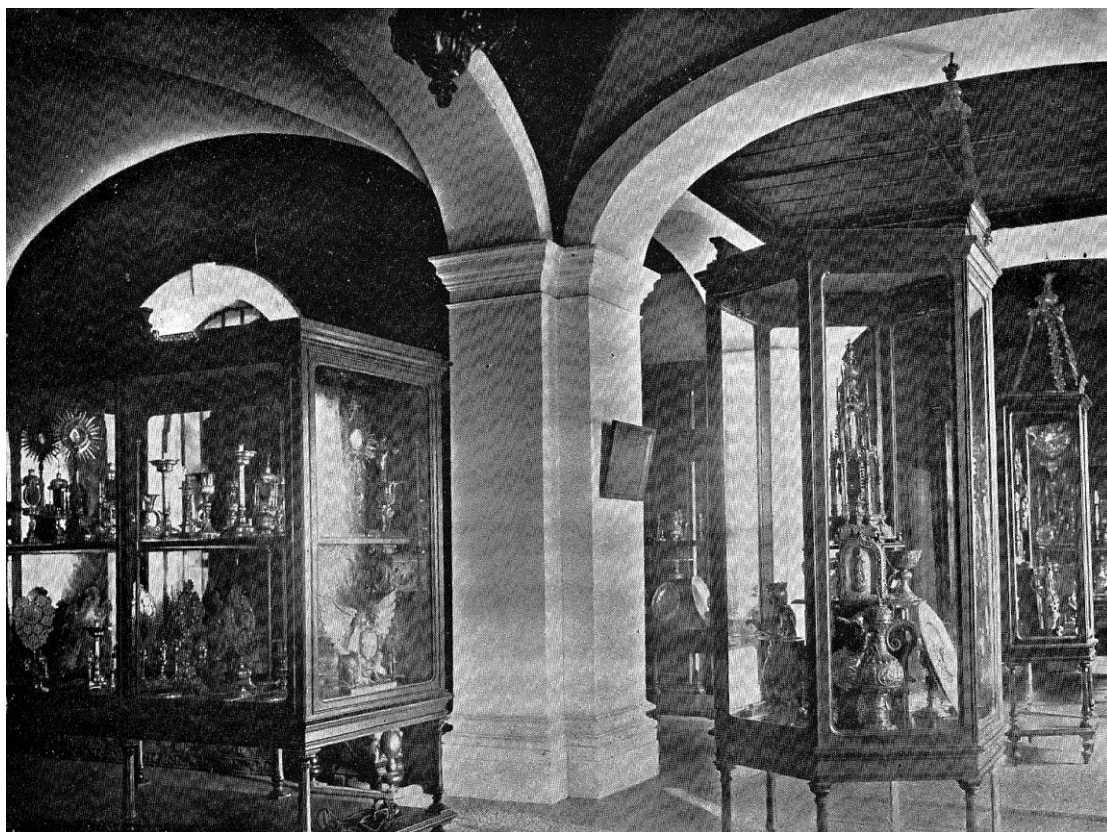


Fig. 122 – *Tesouro da Sé de Coimbra*. 1905. In “Um Museu d’Arte Religiosa”, Joaquim de Vasconcellos, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, N.º 11 – Porto, Novembro de 1905, p. 3-4. Vol. I, tomo 1, p. 589.

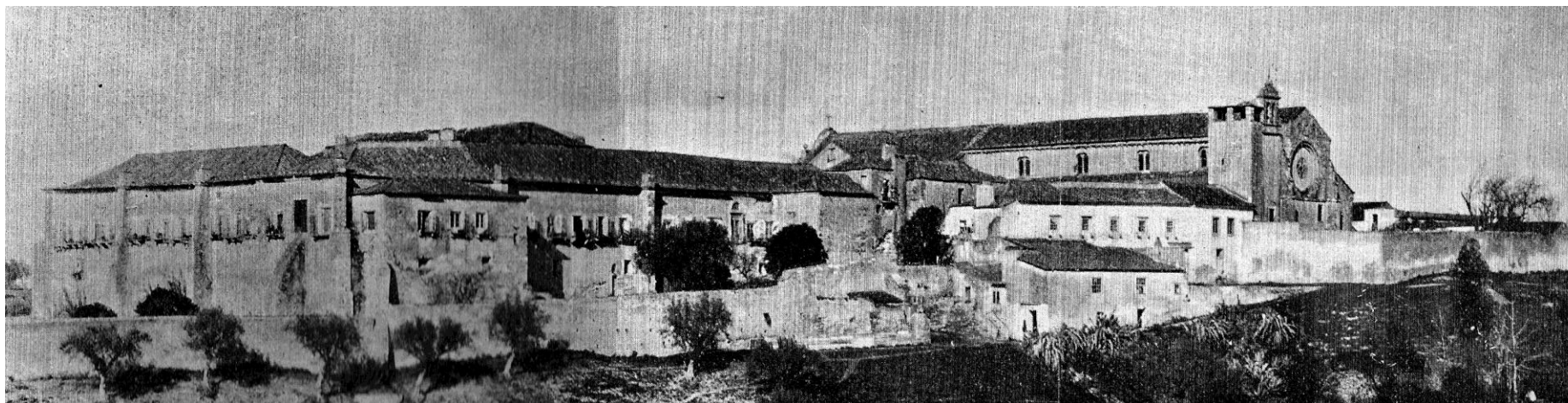


Fig. 123 – *Mosteiro de Santa Clara de Santarém*, 1900. Foto Sequeira, Santarém. BMS – Arquivo Fotográfico. Vol. I, tomo 1, p. 593.

Esta fotografia executada cerca de dois anos antes da morte da última Clarissa (ocorrida a 18 de Abril de 1902) dá uma ideia da grandiosidade da casa monástica que, em poucos anos, foi “vandalizada”, abandonada e destruída para servir os interesses municipais e os da manutenção militar. A casa conventual dispunha do claustro principal seiscentista, de outro destinado às noviças, para além de um grande pátio de serviço com uma cisterna medieval com arcos ogivais (ainda existente). Muito provavelmente esta cisterna é o único vestígio do claustro medieval desaparecido antes de 1600. Repetidas vezes publicada em obras relacionadas com o património, esta imagem não deixa de nos espantar pelo facto de, entre 1902 e 1917, altura da classificação da igreja, não ter havido uma atitude colectiva concertada para a sua salvaguarda enquanto conjunto monástico, apesar dos apelos do vogal correspondente João Arruda. Em 1991, Mário de Sousa Cardoso, a pedido da Candidatura de Santarém a Património Mundial, fez o primeiro esboço de reconstituição da organização interna do mosteiro.



SANTARÉM — IGREJA DO CONVENTO DE SANTA CLARA — ÁBSIDE — (CLICHÉ MARQUES ABREU)

Fig. 124 – Santarém. Igreja de Santa Clara. Abside. Novembro 1935. Fotografia de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Clichés de Marques de Abreu, Novembro 1933-Novembro 1935, carteira n.º 7, foto n.º 13. ANBA – Cota: Y – 6 – 1A /1G. Vol. I, tomo 1, p. 593 e tomo 2, p. 813.

Estado em que ficou a abside e a fachada sul da igreja do Mosteiro de Santa Clara de Santarém. “Do convento das Claristas, apenas hoje resta, a vastíssima igreja de três naves de altíssimas colunas (...). A sua reconstituição era uma empresa relativamente fácil, pondo, contudo de parte, quaisquer fantasias. Hoje, como ele está, completamente vazio, em vista de, todos os seus elementos constitutivos, terem sido removidos para outras igrejas; dá-nos uma impressão desoladora” (Francisco Nogueira de Brito, *Arqueologia Scalabitana*, Lisboa: Typ. da Casa Portuguesa, 1917, pp. 16-17).



Fig. 125 – *Salão dos Coches. Museu dos Coches Reais. Cerca de 1905. Fotografia desconhecido (Leal Júnior?). In *Promptuario Analytico dos Carros Nobres da Casa Real Portuguesa e das Carruagens de Gala*, por Monsenhor Cónego J. M. Pereira Botto, Lisboa: Imprensa Nacional, 1909. Vol. I, tomo 1, p. 606.*

Vogal da CMN e do COMN, Joaquim Maria Pereira Botto (1851-1907), depois de ter criado o Museu Arqueológico Lapidar Infante D. Henrique em Faro (1897) e de secretariar a Comissão de Restauro da Sé Patriarcal de Lisboa, exerceu o cargo de conservador do Museu dos Coches Reais, fundado em 1905, nos últimos anos da monarquia constitucional, por iniciativa de D. Carlos. O prontuário é um estudo científico e erudito da colecção dos coches expostos, ilustrado com fotografias dos objectos, a partir do qual se elaborou a edição oficial do catálogo, no tempo da 1.^a República (1923), da autoria do seu director Luciano Martins Freire.



Fig. 126 – *Palácio Alvor -Pombal. Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. 1882, Desenho Natural de J. Cristino, In O Occidente, nº 113, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1882, p. 36. Vol. I, tomo 1, p. 617.*

Esgotadas que foram as hipóteses de localização de um museu de belas artes no antigo Convento de S. Francisco de Lisboa, onde a Academia dispunha de uma Galeria de Pintura aberta ao público em 1868, a Academia – na impossibilidade de ali fazer obras de vulto – volta-se para o aluguer ou aquisição de um palácio. A oportunidade da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1881-1882, determinou a história do museu português de belas artes.



Fig. 127 – *Os Excursionistas na Quinta da Várzea em Lamego*. 1909. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 61 – 6.º Ano, Porto, Janeiro 1910, p. 10. Vol. I, tomo 1, p. 630.

Excursão artística realizada em Amarante, Lamego, S. João de Tarouca, Salzedas, Ferreirim, Moimenta da Beira, Viseu, Coimbra e Aveiro, que envolveu José de Figueiredo, Eleuthério da Fonseca (“...distinto engenheiro civil, um dos raros que notavelmente se interessa pelo progresso esthetic do nosso paiz”), Luciano Freire e Marques de Abreu. O objectivo principal era o estudo pictórico dos quadros existentes nas igrejas, defendendo-se a sua manutenção integrada nos espaços originais contra a tendência da sua deslocação. Durante esta missão, Marques de Abreu fez a recolha de 80 clichés, representando um dos seus mais antigos trabalhos sistemáticos sobre monumentos portugueses. Em Março de 1910, esta excursão artística foi objecto de uma comunicação na sede da Academia de Belas Artes, onde se mostraram as execuções fotográficas dos dois quadros de S. Pedro de Viseu e de S. João de Tarouca (Acta da sessão de 1 de Março de 1910, fol. 180v.º- 183, ANBA – Livro 18).



Fig. 128 – *Museu de S. Lázaro ou da Academia de Belas Artes do Porto*. Antes de 1911. Foto Marques de Abreu. Vol. I, tomo 1, p. 631 e tomo 2, p. 1332.

A partir de 26 de Maio de 1911 passará a chamar-se Museu Soares dos Reis, mas manter-se-á durante largos anos num estádio larvar muito semelhante à instituição anterior e à reforma dos serviços artísticos.



Fig. 129 – *Museu Municipal do Porto. Secção de arqueologia fundada por Rocha Peixoto. Cerca de 1909. Photographia Moderna. Gravura de Marques de Abreu. In Arte. Archivo de Obras d'Arte, N.º 54 – 5.º Ano, Porto, Janeiro 1909, p. 43. Vol. I, tomo 1, p. 631.*

Objecto de uma profunda reorganização, a partir de 1889, coordenada por Joaquim de Vasconcelos e envolvendo Eduardo Augusto Allen e João Marques da Silva Oliveira (Belas-Artes, Arqueologia e Numismática). Rocha Peixoto, novo director da Biblioteca Pública e do Museu Municipal a partir de 1900, foi responsável pela ampliação e reforma das instalações, a qualificação museológica da Secção de Arqueologia, segundo novos parâmetros. Com Joaquim de Vasconcelos publicou um *Guia do Museu Municipal do Porto* (1902).



Fig. 130 – Dr. José de Figueiredo. Foto e gravura de Marques de Abreu. In *Arte*. *Arquivo de Obras d'Arte*, N.º 66, Porto, Junho de 1910, rosto da revista e p. 43. Vol. I, tomo 1, p. 631.

José de Figueiredo (1872-1937) era por altura da publicação da sua principal obra *O Pintor Nuno Gonçalves* (Lisboa, 1910) uma figura prestigiada em Portugal e um orgulho para o Porto, donde era natural. A revista *Arte* dedica-lhe várias referências e aspectos da personalidade, seu retrato (1908 e 1910) e da vida cultural e social, para além de referenciar a sua obra crítica, anterior ao 5 de Outubro.

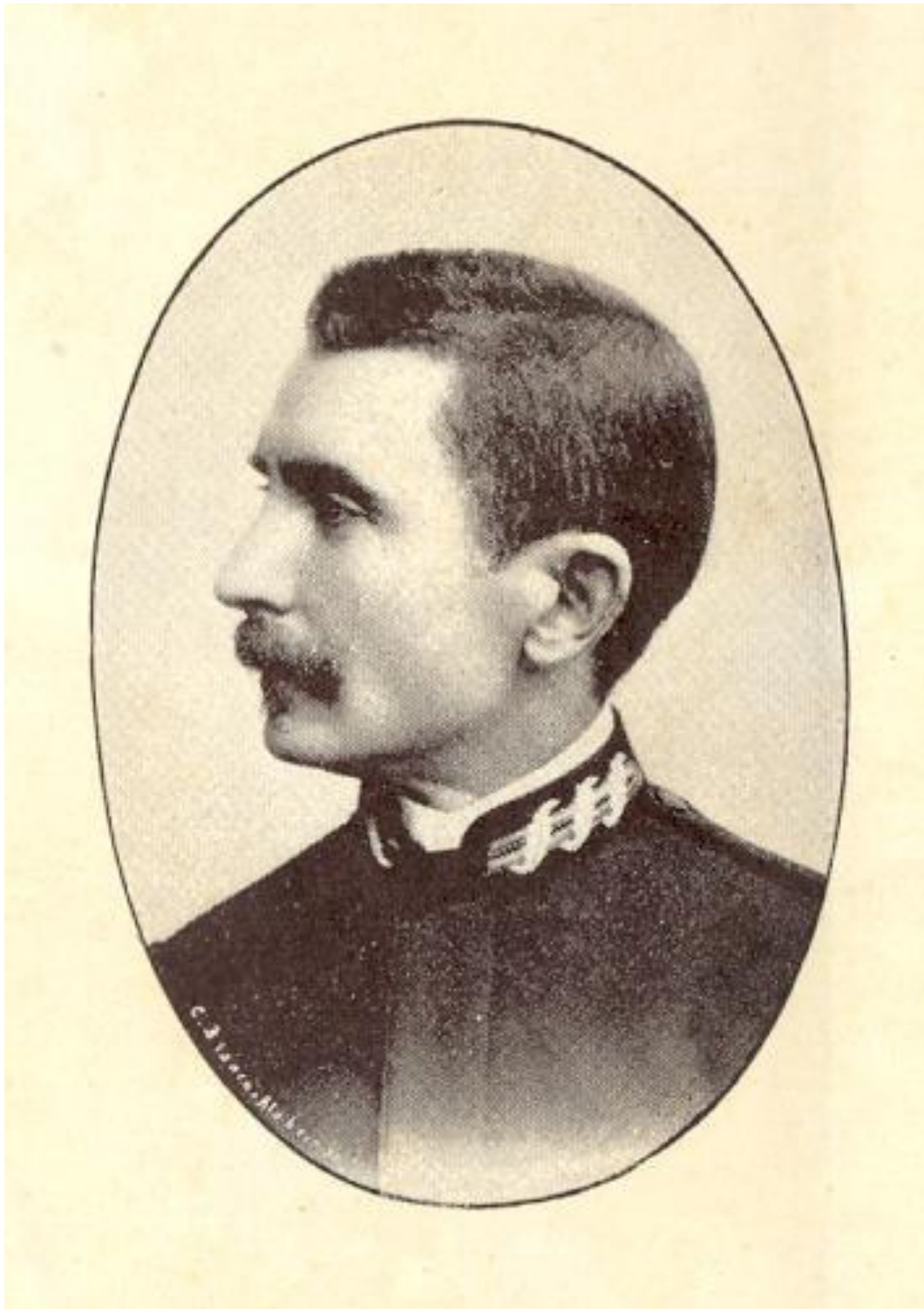


Fig. 131 – *Abel Botelho*. 1898. Foto. Fotogravura publicada na sua obra *Mulheres da Beira (Contos)*, Lisboa: Libanio & Cunha, 1898. Vol. I, tomo 1, p. 633.

Académico de mérito da Academia de Belas Artes de Lisboa, a partir de 18 de Abril de 1905, ascendeu ao lugar de Inspector, entre 8 de Novembro de 1910 a 26 de Maio de 1911, altura em que a Academia se metamorfoseia em Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscção Artística (Lisboa). Nesta organização ocupará o cargo de Presidente do Conselho Geral, entre 1911 e 1913.

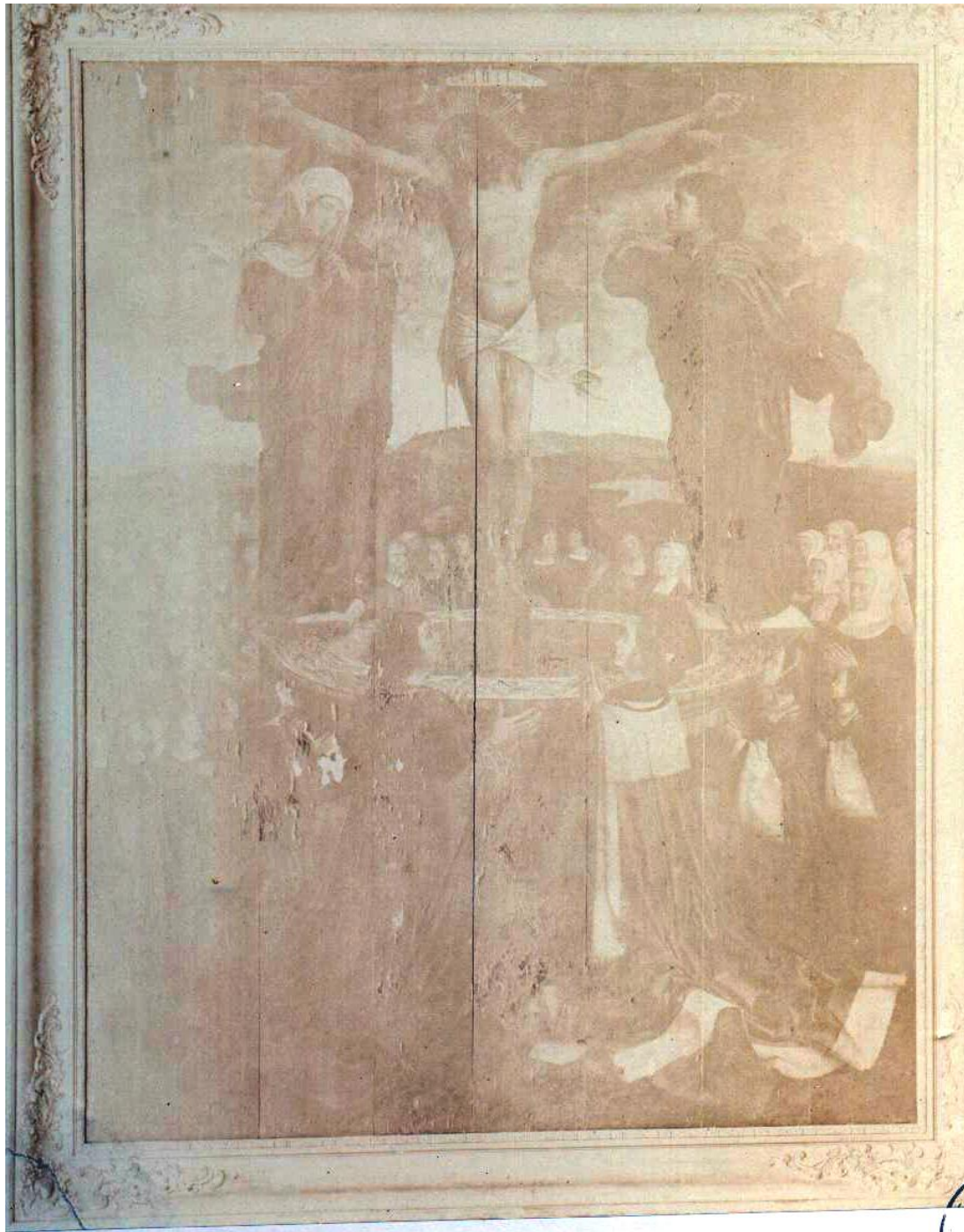


Fig. 132 – *Fons Vitæ*. 1867. Foto da *Photographia de Sala & Irmão*, Porto, in *Monumentos e Datas: Monograma do Quadro da casa da S^{ta}. Misericórdia da Cidade do Porto*, manuscrito de Cherubino Lagoa, Porto, 1867. ANBA – XX-8-12. Vol. I, tomo 1, p. 638.

Desde o tempo de Comte Rackzynski e durante a 2.^a metade do século XIX, o quadro *Fons Vitæ* da Misericórdia do Porto foi objecto de inúmeras atribuições de autoria. Inicialmente foi atribuído a Grão Vasco (Rackzynski), passando por Quentin Metsys (Joaquim de Vasconcelos), Bernhardt van Orley (Carli Justi) e Hans Memling (Emil Pacully). Nesta memória, oferecida pelo autor ao Marquez de Sousa Holstein (1867), acompanhada por uma pintura original com a reprodução da assinatura existente no quadro e uma fotografia, defende-se a autoria de Johannes Holbein, João Holbein ou *Hans Holbein Invenit*, datando-se a pintura de 1518 e considerando-o um “monumento no género chamado gótico”.

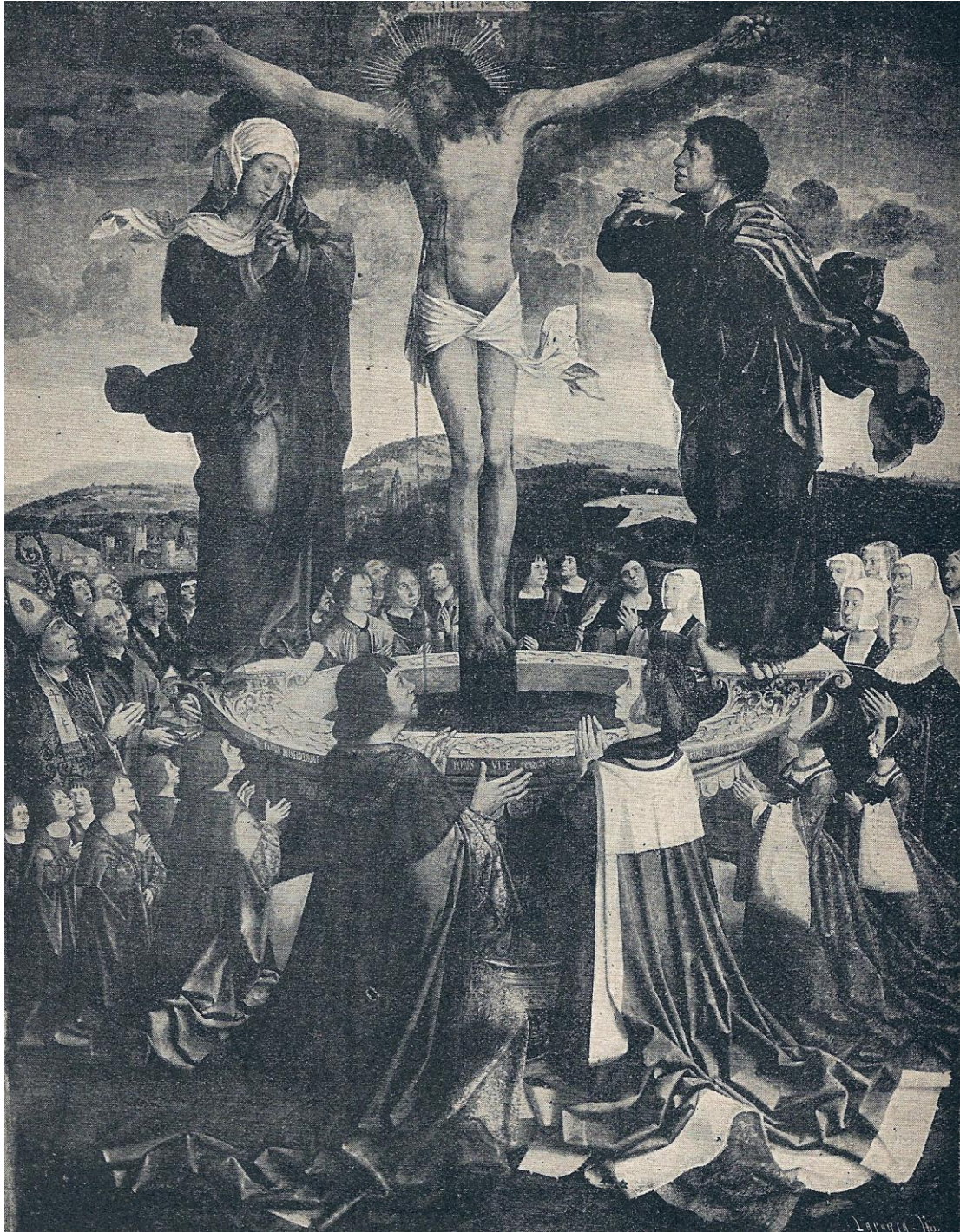


Fig. 133 – «Fons Vitæ», da Santa Casa de Misericórdia do Porto. Photographia Moderna, Porto, 1892. Gravura de Laporta, publicada em *Branco e Preto*, n.º 21, Agosto de 1896, Tomo I, Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1896, p. 12. Vol. I, tomo 1, p. 638.

A intervenção de restauro de Manuel António de Moura realizou-se de acordo com princípios predefinidos essenciais numa atitude de restauro, como o registo fotográfico antes e depois do restauro, aspecto que foi salientado por José de Figueiredo, em 1909, numa altura em que ARBAL procedia à definição de critérios de intervenção em pinturas antigas, (ditas góticas) essenciais para o funcionamento da oficina de restauro da *Comissão do Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal* (criada em Abril de 1910).

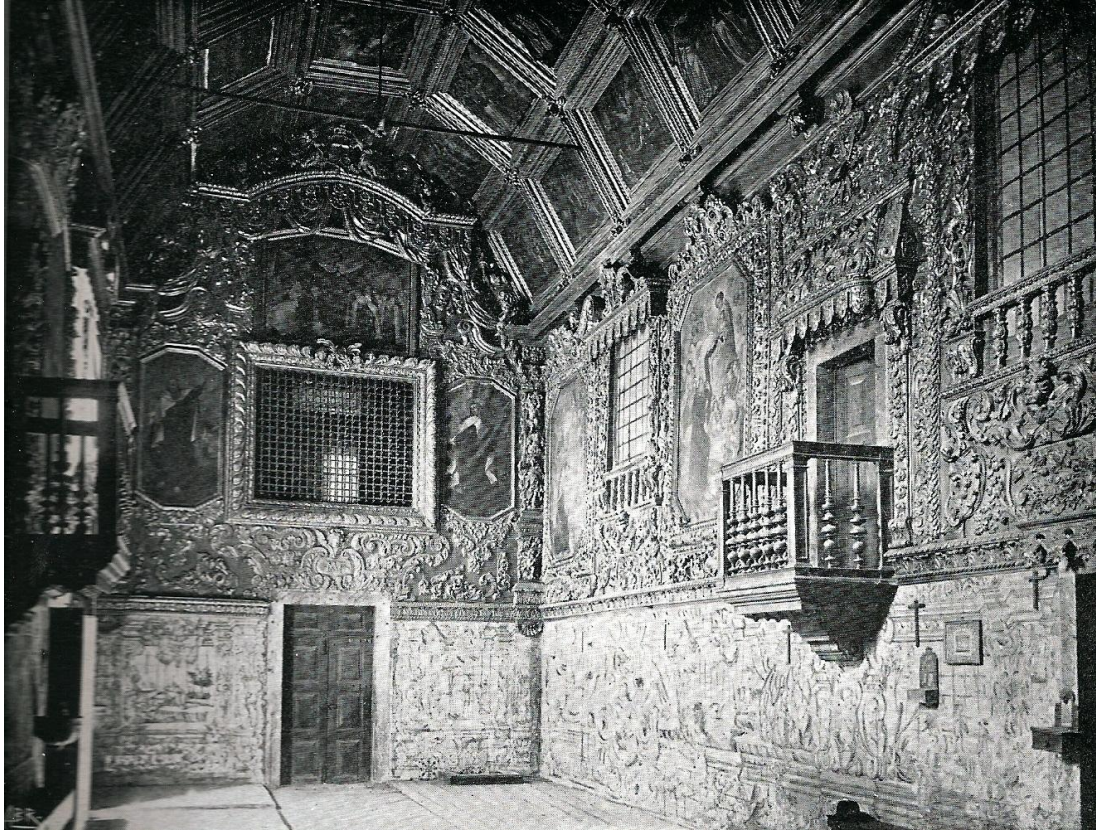


Fig. 134 – Aveiro – Convento das Carmelitas (Interior da Igreja). 1905. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 6, Porto, Junho de 1905, Ano I, p. 3. Vol. I, tomo 1, p. 643.

Uma das principais razões da criação do Museu Regional de Aveiro deveu-se à necessidade de se encontrar uma solução para a conservação do extinto Convento de Jesus, depois do célebre parecer da autoria de Ramalho Ortigão e dirigido ao Conselho dos Monumentos Nacionais (1905). O movimento de repúdio que levantou gerou sinergias para a constituição da Comissão de Aveiro, em actividade antes da implantação da 1.ª República (segundo julgamos) e oficialmente constituída em 1911.

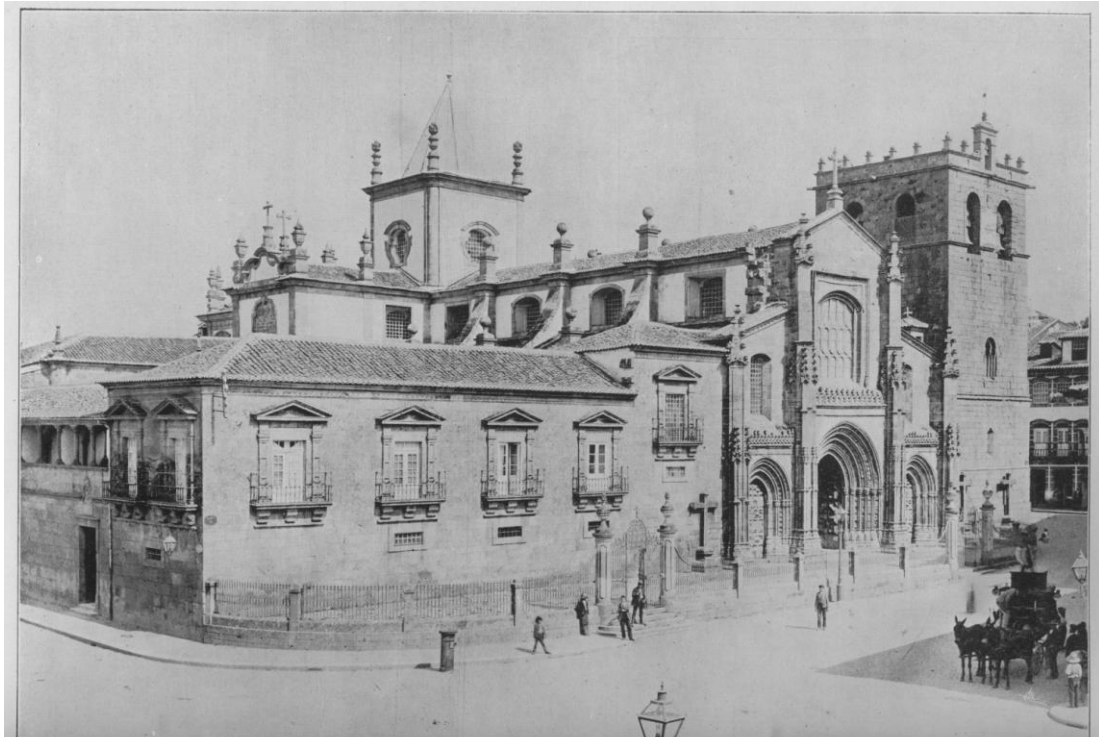


Fig. 135 – Sé de Lamego – Vista Geral. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d'Arte*, N.º 59, Porto, Novembro de 1909, Ano V, p. 84. Vol. I, tomo 1, p. 643.

Imagem integrada num artigo de Marques Gomes, “A Sé de Lamego” (pp. 83-88) foi executada durante a missão artística do Verão de 1909, numa altura em que se falava na reunião dos objectos de escultura e arte sacra na respectiva diocese de Lamego, com vista à criação de um tesouro da diocese. A iniciativa deveu-se ao Bispo D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito bem como a reconstrução e restauro do paço episcopal, onde foi instalado um primitivo museu de arqueologia artística, em 1911, depois incorporado no Museu Regional de Lamego, criado pela República, em 1917.



Fig. 136 – O Busto da República destinado à Assembleia Nacional, e o artista escultor João Silva - (1880-1963). In *Ilustração Portuguesa*, n.º 279, Lisboa, 26 de Junho de 1911, rosto deste número. Vol. I, tomo 2, p. 679.

Entre a República Portuguesa e os artistas gerou-se uma empatia muito peculiar que determinou o novo papel das Belas Artes na sociedade portuguesa durante o 1.º quartel do século XX. Neste ambiente mental desenvolveu-se a “Renascença Artística” e a defesa do Património Artístico da Nação.

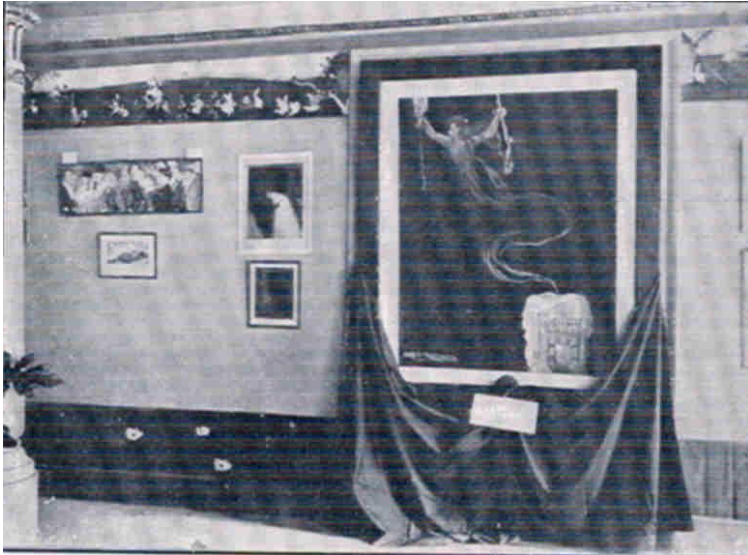


Fig. 137 – “Le Roi est Mort”, pintura de Leal da Câmara, patente no Museu da Revolução. Fotografia de Joshua Beniel. In “A Exposição Leal da Câmara”, de Aquilino Ribeiro, *Ilustração Portuguesa*, 2.º Semestre de 1911, pp. 185-189. Vol. I, tomo 2, p. 679.

Instalado a seguir à revolução republicana no antigo Convento do Quelhas, em Lisboa, este museu da memória do movimento do 5 de Outubro representou um acontecimento social na cidade de Lisboa, indo ao

encontro do sentimento popular que se viveu no país após a implantação do novo regime. Célebre neste museu era a sala João Chagas, com as armas e explosivos usados nos actos revolucionários.



Fig. 138 – O Cruzeiro de Leça do Bailio. Foto Marques de Abreu. In *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, N.º 88 – 6.º Ano, Porto, Abril 1912, p. 34. Vol. I, tomo 2, p. 682.

Um acesso de vandalismo iconoclasta deu origem ao atentado contra o cruzeiro de Leça do Bailio (datado de 1513) facto que motivou a uma onda de indignação no país, contra tal atitude. O cruzeiro acabou por ser restaurado na década de 1910.



Fig. 139 – Arrolamento dos bens das ordens religiosas, dias antes da proclamação da Lei de Separação do Estado da Igreja, em 20 de Abril de 1911. Fotografia de Joshua Benoliel. Fundo de O Século. Arquivo de Fotografia de Lisboa. IAN/TT. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 682.

APENSO AO N.º 295

Vila Velha de Ródão



Fragmentos do Pelourinho de Vila Velha de Ródão

Fig. 140 – *Fragmento Superior do Pelourinho de Vila Velha de Ródão*. Fotografia das quatro faces do capitel. Fotógrafo desconhecido. Ficha n.º 295 – Apenso. ANBA – *Inquérito sobre Pelourinhos*, vol. II, 1935, Cota – XX-9-6/A. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 685.

O capitel foi o único fragmento que restou do pelourinho demolido pela Comissão Republicana de Vila Velha de Ródão, na sequência da destruição de símbolos da monarquia. Em 1933, este vestígio encontrava-se guardado no edifício da Câmara Municipal daquela Vila. Durante a 1.^a República o município não procedeu à sua recuperação e recolocação, embora assim fosse determinado pelos órgãos centrais do Estado, depois do parecer de José Leite de Vasconcelos e decisão do Conselho dos Monumentos Nacionais.

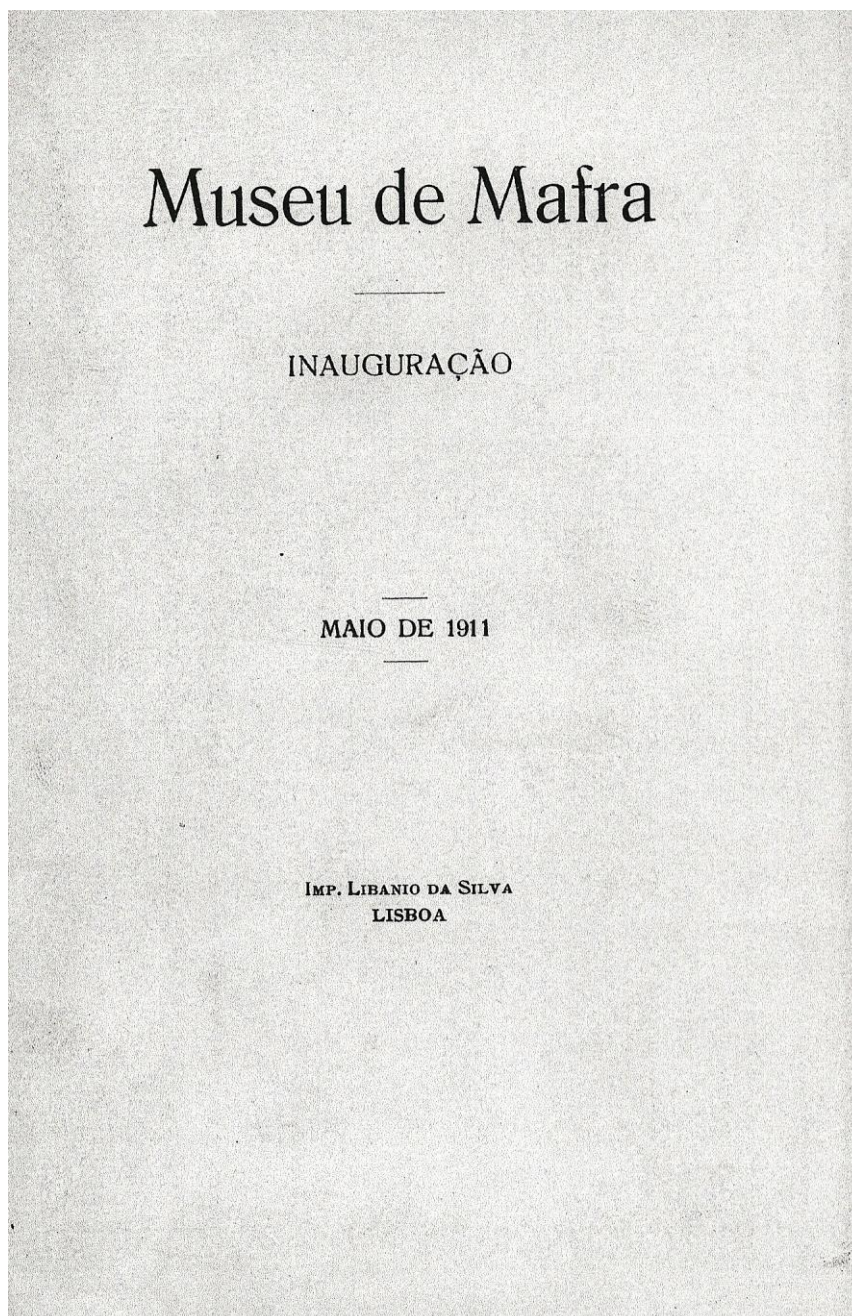


Fig. 141 – *Museu de Mafra. Rosto da brochura e catálogo elaborado pelo director dos trabalhos José Queiroz. BN. SA 26363⁷ P. Vol. I, tomo 2, p. 687.*

O Museu de Mafra, inaugurado em Maio de 1911, por ocasião do Congresso Internacional de Turismo de Lisboa, pretendeu mostrar a eficácia do Governo da República na questão da defesa e divulgação do património artístico. O espaço de tempo de organização foi quarenta dias. A iniciativa teve a coordenação do Ministro das Finanças, José Relvas e destinava-se a servir a Arte em geral e a apoiar os “estudiosos” e os hóspedes do congresso. Foi montado na galeria da fachada principal do Convento de Mafra, entre os dois torreões do edifício, com onze salas na extensão de 190 metros, ao qual se acedia pelo lado norte do edifício. O seu conteúdo era o próprio património do convento e palácio de Mafra, escolhendo-se nas dependências do edifício objectos de arte sacra e profana, mobiliários, artes decorativas, pintura e escultura. Muitos dos objectos foram na ocasião reparados, conservados e restaurados pondo à prova os conhecimentos de José Queiroz, que a partir de Junho de 1911, ingressará nos quadros do MNAA, como Conservador. O Museu manteve-se aberto ao público a partir de então.

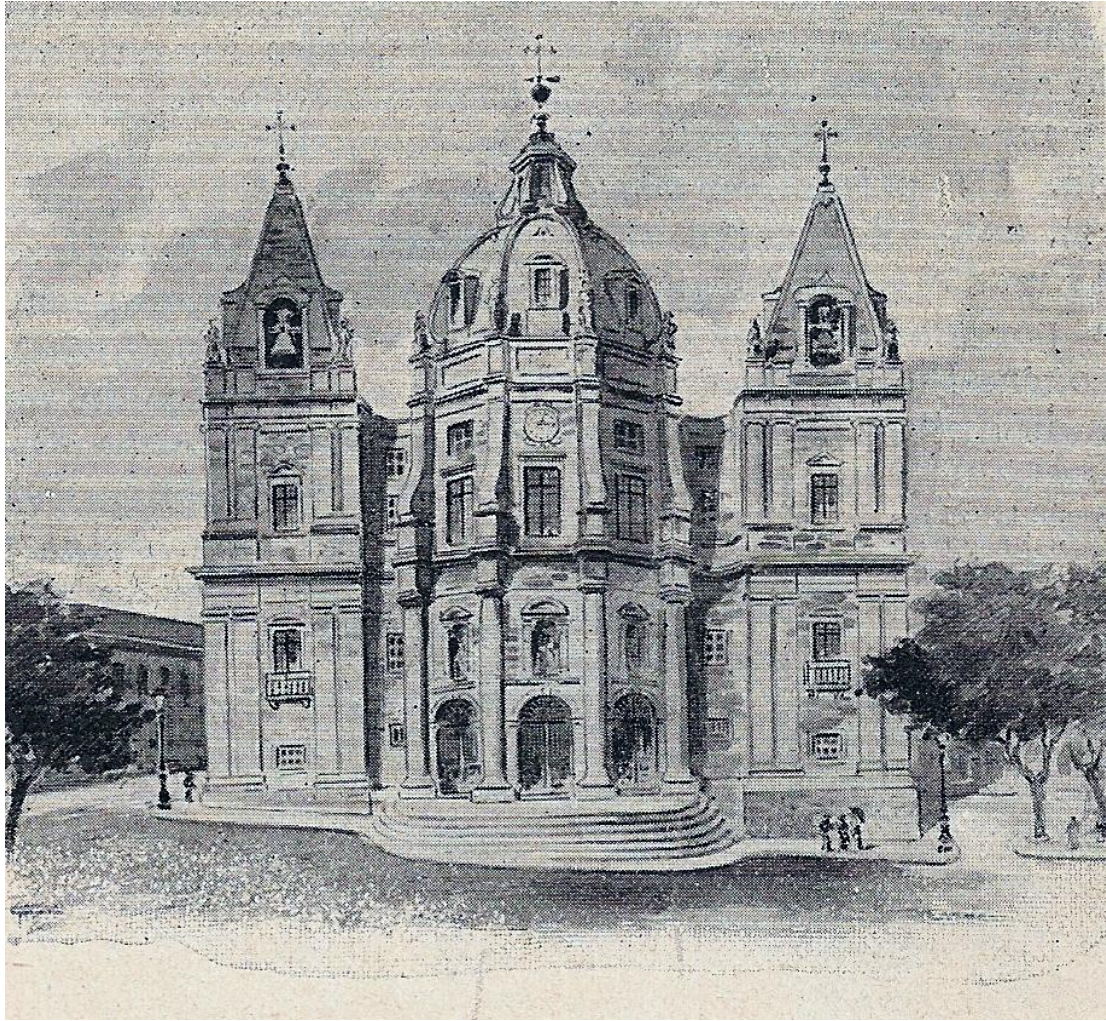


Fig. 142 – “*Santa Engrácia, restaurada em Pantheon*”, Lisboa. Gravura de um desenho mostrando o restauro gráfico executado pelo arquitecto Miguel Ventura Terra. In “Lisboa Monumental II” de Fialho de Almeida, *Ilustração Portuguesa*, volume II, n.º 39, 19 de Novembro de 1906, p. 505. Atribuição inédita. Vol. I, tomo 2, p. 703.

“Applaudo a opinião do sr. Ventura Terra no tocante ao acabamento e restauro de Santa Engrácia, e estou que cedo ou tarde vingue esse projecto, que imperiosamente impõe magnificencia clássica, elegância robusta e patricia grandeza, não rematando a basílica ahi com quaesquer campanários de aldeota, ou quaesquer abobadilhas pírias de armazém” (Fialho de Almeida). O autor de *Os Gatos* descreve com rigor, com base em plantas e desenhos, a ideia Ventura Terra para o acabamento da igreja de Santa Engrácia, destinada a Panteão. Esta ideia e respectivo desenho foi apresentada por Ventura Terra na sessão do COMN, de 4 de Abril de 1906.



Fig. 143 – *Edifício de Santa Engrácia. Fábrica de calçado das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE). Inícios da década de 1940. Fotografia desconhecida. Arquivo Fotográfico das OGFE. Vol. I, tomo 2, p. 704.*

A Fábrica de Calçado instalada na “igreja” inacabada de Santa Engrácia teve o seu início em 1911, depois da instauração da República, no tempo em que se voltou a falar de Santa Engrácia como o edifício ideal para a instalação do Panteão Nacional (aprovado em 1916). Esta fábrica aproveitou as funções fabris que o edifício detinha como Colchoaria Militar, ao tempo em que Ventura Terra propôs a reconversão do edifício inacabado em Panteão (1906).



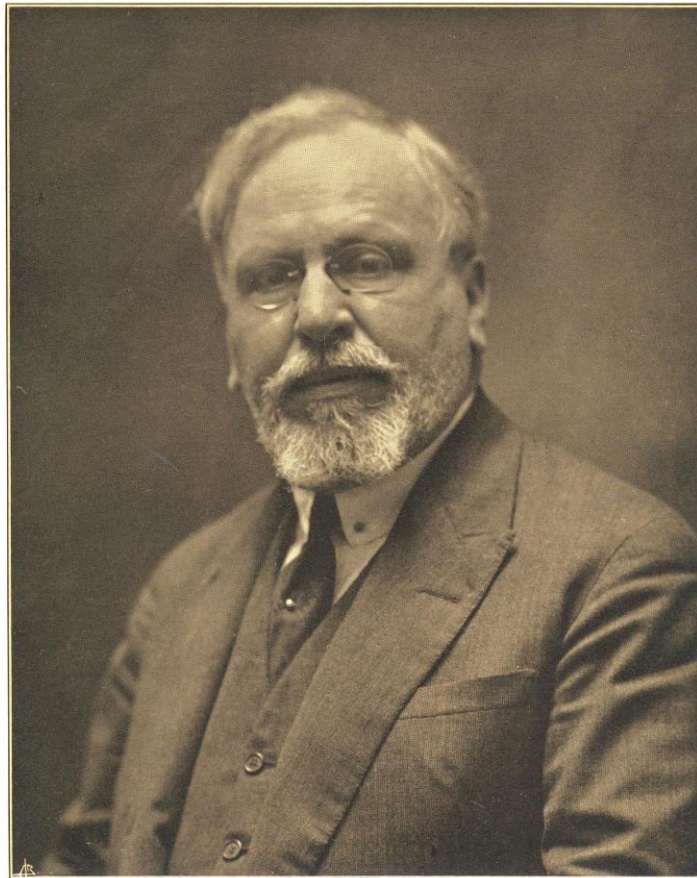
Fig. 144 – António José de Almeida. Cliché da Photographia Evaristo. In *A Arte. Archivo de Obras d'Arte*, 6.º Ano, n.º 71 – Porto, Novembro de 1910, p. 85. Vol. I, tomo 2, p. 713.

António José de Almeida (1866-1929) foi um dos ministros do Governo Provisório da República votado pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa como vogal honorário da instituição que ele próprio criara, enquanto Ministro do Interior, pelos “relevantes serviços que prestou à arte e arqueologia nacionais, pelo decreto de 26 de Maio de 1911, conservação dos monumentos e à reorganização dos museus nacionais e defesa dos interesses artísticos e arqueológicos”.



Fig. 145 – Afonso Costa. 1907. Fotografia Desconhecido. Coleção particular. Vol. I, tomo 2, p. 713.

Afonso Costa (1871-1937) designado vogal honorário da CAA de Lisboa, quer por ser um dos subscritores da Reorganização dos Serviços Artísticos de 1911, como “pelo modo como salvaguardou os interesses artísticos, providenciando acerca das preciosidades das extintas casas religiosas, catedrais, igrejas, etc.”, acautelados pelo decreto de 20 de Abril de 1911, reconhecimento que a Associação dos Arqueólogos Portugueses também manifestou publicamente (AAP, Acta n.º 63, de 27 de Julho de 1911).



Cliché da Foto. Medina

Alfredo de Magalhães

Ao Dr. Alfredo de Magalhães

O primeiro homem público português que ao serviço dos Monumentos nacionais pôs a grande influência da sua palavra brilhante, do seu grande talento e da sua prodigiosa actividade, professor ilustre, patriota desinteressado. . .

em memória dos seus relevantes serviços prestados ao País e à Arte,

Fig. 146 – *Alfredo de Magalhães*. Cerca de 1930. Cliché Foto Medina. Fotogravura, Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, p. 714 e 1145.

A sua eleição como vogal honorário foi justificada por ofício de 14 de Abril de 1928, pelos serviços prestados, enquanto Ministro da Instrução Pública, à Arte Nacional, “quer tomando a iniciativa da publicação do decreto n.º 15216, que introduziu, na organização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos, modificações que na pratica de alguns anos demonstrara serem necessarios, quer promovendo com esclarecido critério e patriótico entusiasmo, o conhecimento e a reintegração do nosso Património Artístico e Monumental e, especialmente, a restauração de muitas igrejas românicas do Norte do país, – tão interessantes pelo que valem, nas suas modalidades, sob o ponto de vista da arte de construir e decorar, como veneráveis pelo seu claro significado histórico, visto como documentam o esforço dos nossos maiores, na reconquista do território e na consolidação da nacionalidade” (Ofício dirigido ao MIP, Alfredo de Magalhães, n.º 47 – A. Cópia, de 14 de Abril de 1928. ANBA – Livro 164).



Est. 1 — Uma visita a Lourosa

Da esquerda para a direita: — Arquitecto Baltazar de Castro, Engenheiro Henrique Gomes da Silva, Dr. Alfredo de Magalhães, Cônego Aguiar Barreiros e José Vilaça

Fig. 147 — Henrique Gomes da Silva por ocasião do restauro de S. Pedro de Lourosa, assistindo a uma conferência de Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, pp. 723,1145 e 1326.

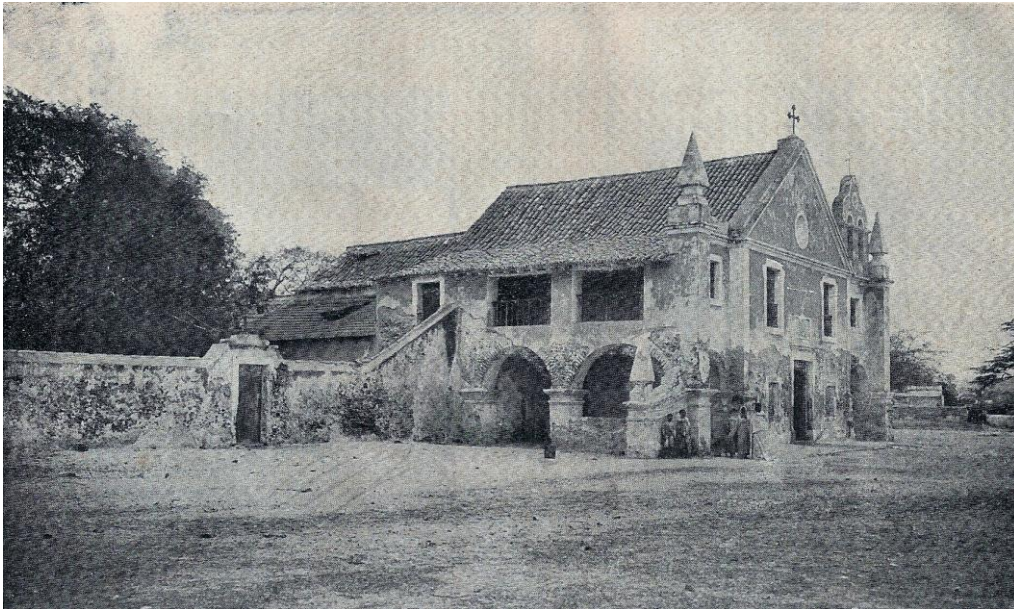


Fig. 148 — Luanda. Igreja de N.ª Sr.ª da Nazareth, séc. XVII. J. H. Ferreira. Photographia Lisbonense, Luanda. 1912. In *A Colonização de Angola*, de J. Pereira do Nascimento e A. Alexandre de Mattos, Lisboa: Typographia Mendonça, 1912, foto n.º 24. Vol. I, tomo 2, p. 728.

A partir de 1922, inicia-se o projecto de classificação dos monumentos nacionais das colónias portuguesas, um processo tardio em relação ao que os ingleses fizeram na Índia e os franceses na Argélia. Esta igreja do século XVII foi um dos primeiros exemplos da atitude de salvaguarda do património monumental em contexto colonial, decisão do Governador de Angola.



Fig. 149 – *Hospital de Santo António do Porto*. Foto de Marques de Abreu. *Álbum do Porto: Clichés e Simili-Gravuras* de Marques de Abreu, Porto: Empresa Gráfica «A Universal», s. d. [1912]. Vol. I, tomo 2, p. 704.

A manifestação ao reformador da Instrucção Publica



O Centro Antonio José de Almeida organizou uma manifestação ao ministro do Interior a qual se realizou em 30 de abril e foi revestida d'uma grande imponencia.

Essa manifestação fez-se para celebrar a reforma da instrucção que agradou a todo o professorado. O ministro aguardava os commissionados no ministerio, e foram todas essas aggremações que se formaram na Rotunda e desfilando pelas ruas até ao Terreiro do Paço.

Creanças das escolas com a sua alegria sã, os seus trajos claros, as suas bandeiras, passando a entoar hymnos patrioticos, phylarmonicas de diversos bairros da cidade, centros escolares, membros de varias sociedades democraticas, umas vinte mil pessoas, acompanhavam os promotores da manifestação na entrega d'essa mensagem onde se saudava a obra do ministro.

Era d'um lindo effeito aquella massa enorme tomando parte do Terreiro do Paço, em frente ao ministerio do Interior, um mar de cabeças, um clamor d'applausos, um estrondear de vivas quando o sr. dr. Antonio José d'Almei-



1—O ministro do Interior fallando aos manifestantes
2—Um aspecto da manifestação

Fig. 150 – Manifestação a favor da reforma da instrução pública promovida pelo Ministro do Interior, António José de Almeida. Fotografias de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*. 1912. Vol. I, tomo 2, p. 751.

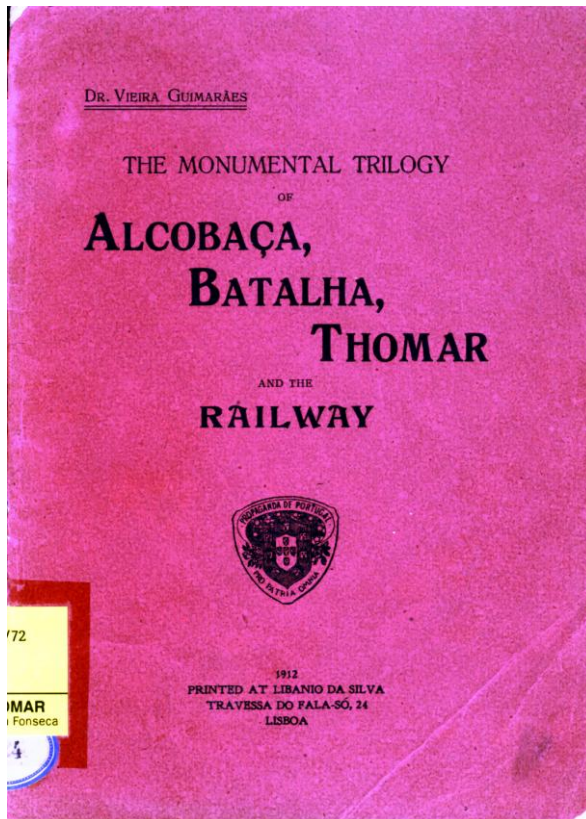


Fig. 151 – *The Monumental Trilogy of Batalha, Alcobaca, Thomar and the Railway*, of Dr. Vieira Guimarães, Lisboa: Printed at Libanio da Silva, 1912. Rosto. Exemplar existente na Biblioteca Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 778.

Vieira Guimarães militava, desde 1907, na Sociedade de Propaganda de Portugal, fundada em Lisboa em 1906, participando activamente na sua Comissão de Monumentos, da qual foi promotor. Como resultado de uma conferência que produziu na capital nasceu este pequeno livro destinado a promover a construção de uma linha ferroviária de ligação entre os três mais importantes monumentos do centro de Portugal.

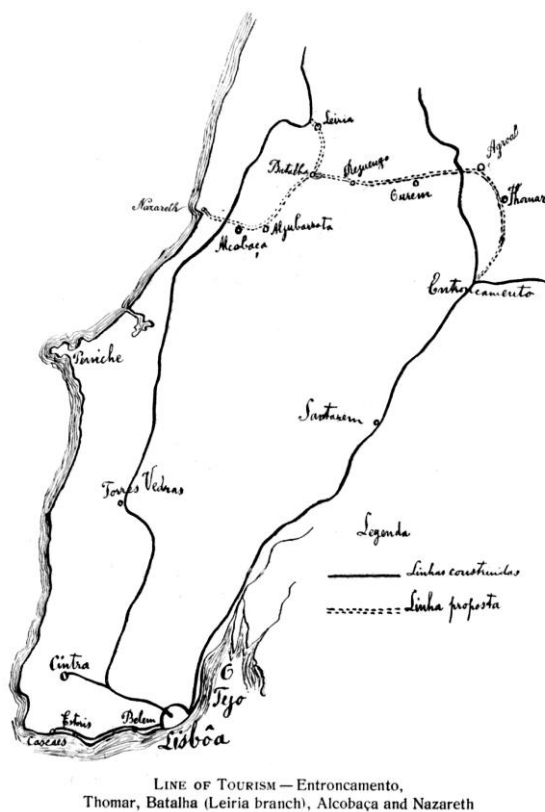


Fig. 152 – *Linha de Turismo. Traçado da linha proposto por Vieira Guimarães em 1912*. In *The Monumental Trilogy of Batalha, Alcobaca, Thomar and the Railway*, of Dr. Vieira Guimarães, Lisboa: Printed at Libanio da Silva, 1912. Vol. I, tomo 2, p. 778.

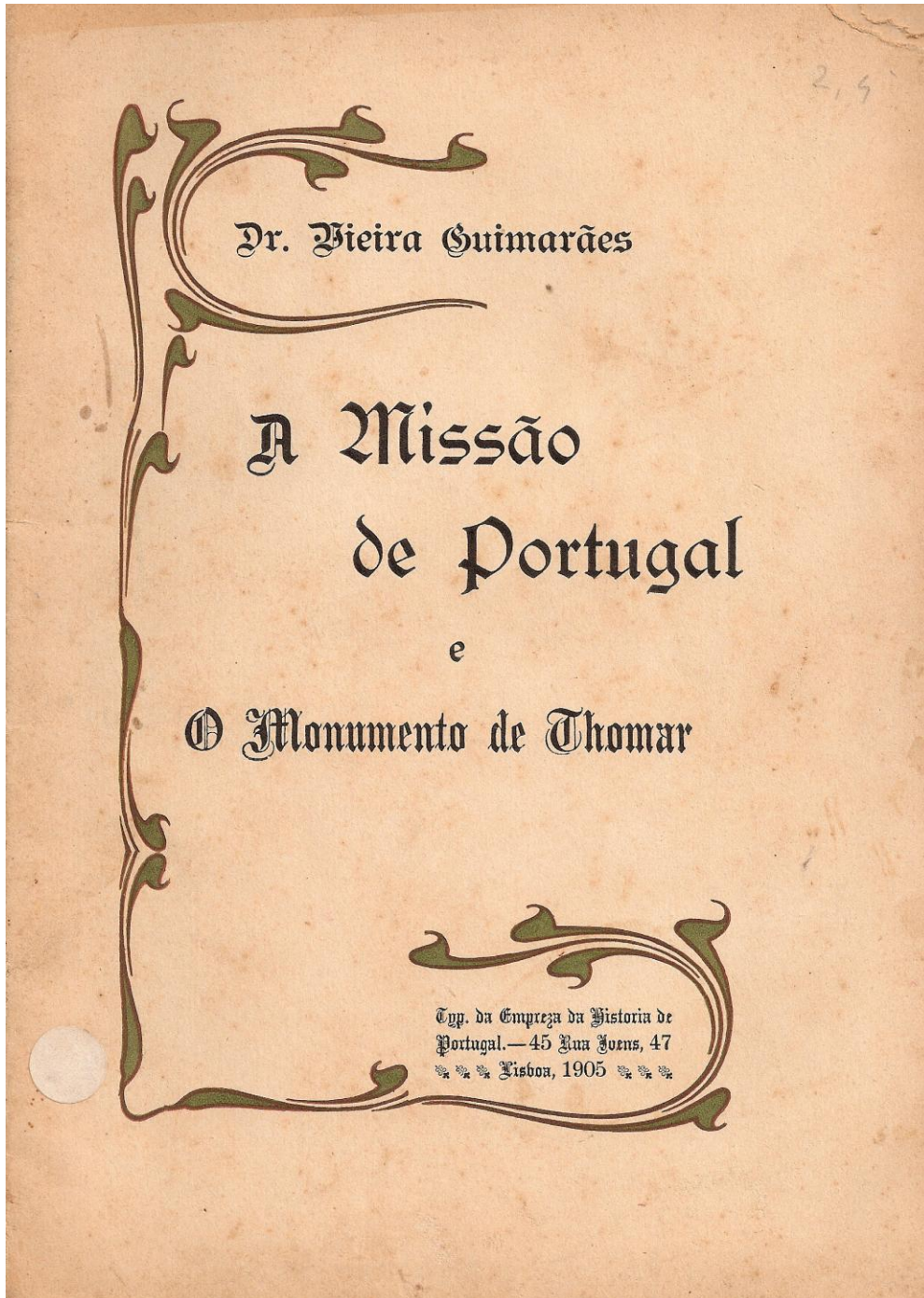


Fig. 153 – *A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar*, de José Vieira da Silva Magalhães, Lisboa: Typ. da Empresa da Historia de Portugal, 1905. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 778.

Desde 1905 que Vieira Guimarães, vogal correspondente da COMN, então deputado, propôs a salvaguarda integral do Convento de Cristo. Advogava a seu favor o facto de ele simbolizar a “missão de Portugal” no mundo, colocando-o em paralelo com outros monumentos-símbolo, como as pirâmides dos Egipto, a ruínas de Nimrud, o Partenon de Atenas, as catedrais góticas de França, o palácio dos doges de Veneza, ou o plateresco de Salamanca. Doravante, associado a ideais patrióticos, o monumento de Tomar passa a deter um significado equivalente aos mosteiros da Batalha e de Alcobaça e uma razão essencial da sua conservação e valorização, que a 1.^a República se empenhou, apesar das vicissitudes políticas da época



Instantâneo de Marques Abreu

A handwritten signature in cursive script, reading "José Pessanha". The signature is written in dark ink and is positioned below the portrait.

A D. José Pessanha

Professor ilustre de história de Arte, historiógrafo e arqueólogo, que tem enriquecido a literatura nacional com valiosos trabalhos de crítica e investigação, tendo sido o continuador do estudo da igreja moçárabe de Lourosa...

homenagem do Editor,

Fig. 154 – D. José Pessanha. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Vol. I, tomo 2, p. 785.

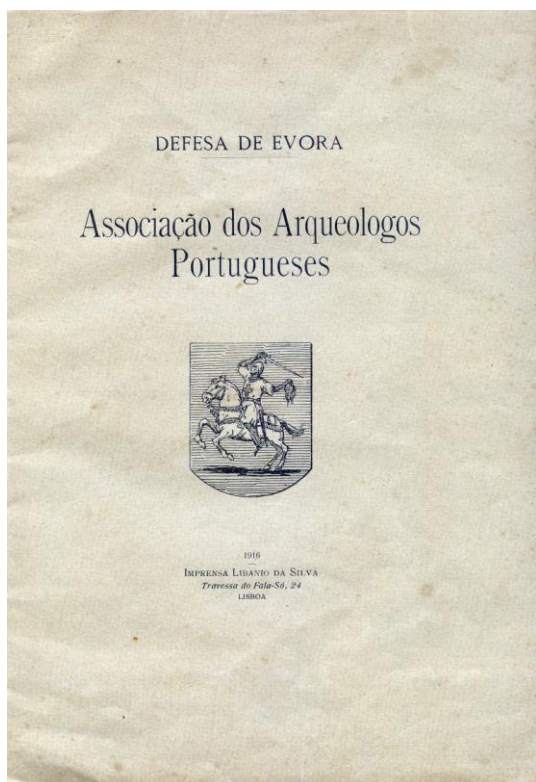


Fig. 155 – *A Defesa de Évora. Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916. Rosto. Biblioteca do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 2, p. 785.

O movimento desencadeado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses de defesa de monumentos isolados, de conjuntos monumentais e de cidades com valor arquitectónico, arqueológico e artístico iniciou-se com a “Defesa de Évora”. Entre 1916 e 1920, esta Associação desencadeou uma onda de simpatia pelas suas campanhas de defesa do património, estimulando as elites locais a assumirem um novo papel no culto da arte. O emblema impresso no rosto, baseado na heráldica da cidade, inspirou o logótipo do Grupo Pró-Évora, associação criada em 1919, na sequência deste movimento.



Fig. 156 – *Excursão Artística da Associação dos Arqueólogos Portugueses a Évora, em 11 de Junho de 1916. Retrato do Grupo junto ao Convento do Espinheiro*. Fotógrafo António de Sottomaior. Reprodução. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo Fotográfico. Vol. I, tomo 2, p. 785.

O Movimento *Defesa de Évora* foi precedido de uma Excursão Artística da referida Associação, estratégia delineada no seio de assembleias-gerais, reuniões de direcção e de comissões dos arqueólogos portugueses. Indicam-se os sócios participantes desta visita, da esquerda para a direita: Henrique Chaves (?); Alberto de Sousa (artista); José Queiroz; Sofia Lette Nogueira de Brito; Francisco Nogueira de Brito; Sebastião Pessanha; Gustavo de Matos Sequeira; Vergílio Correia; Mário Leitão; Afonso Dornelas; José Pessanha.



Fig. 157 – *Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portuguezes fez a Santarem no dia 9 de Julho de 1916* de Francisco Nogueira de Brito. Separata do «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portuguezes», feita a expensas do 3.º Visconde de Santarém. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1917. Rosto com desenhos de Alberto de Sousa. Vol. I, tomo 2, p. 787.

A visita criou as condições para o nascimento da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém, oficializada a 2 de Agosto de 1916.

Editaram-se 1000 exemplares desta brochura, pagos pelo 3.º Visconde de Santarém. A venda de 900 exemplares destinou-se a financiar as despesas da Comissão, atendendo aos fins de defesa do património monumental da cidade.



Fig. 158 – *Museu de Aveiro. Sala das Talhas*. Foto Marques de Abreu. 1912. In “Museu Regional de Aveiro” de Marques Gomes, *Arte. Archivo d’obras de Arte*, Ano VIII, n.º 91, Porto, Julho de 1912, p. 55. Vol. I, tomo 2, p. 791.

O Museu de Aveiro foi criado por decreto de 7 de Julho de 1912. Foi o primeiro museu regional a surgir no panorama da política do património artístico da República Portuguesa, logo a seguir aos museus nacionais de Arte Antiga, de Arte Contemporânea e dos museus das circunscrições de Coimbra (Machado de Castro) e do Porto (Soares dos Reis). A sua abertura ao público, no mesmo mês do decreto, revela a força da *Comissão de Arte* local e o trabalho desenvolvido (embora sem critérios expositivos correctos) por João Augusto Marques Gomes (1853-1831), como se pode observar na fotografia da “Sala dos retábulos de talha”.

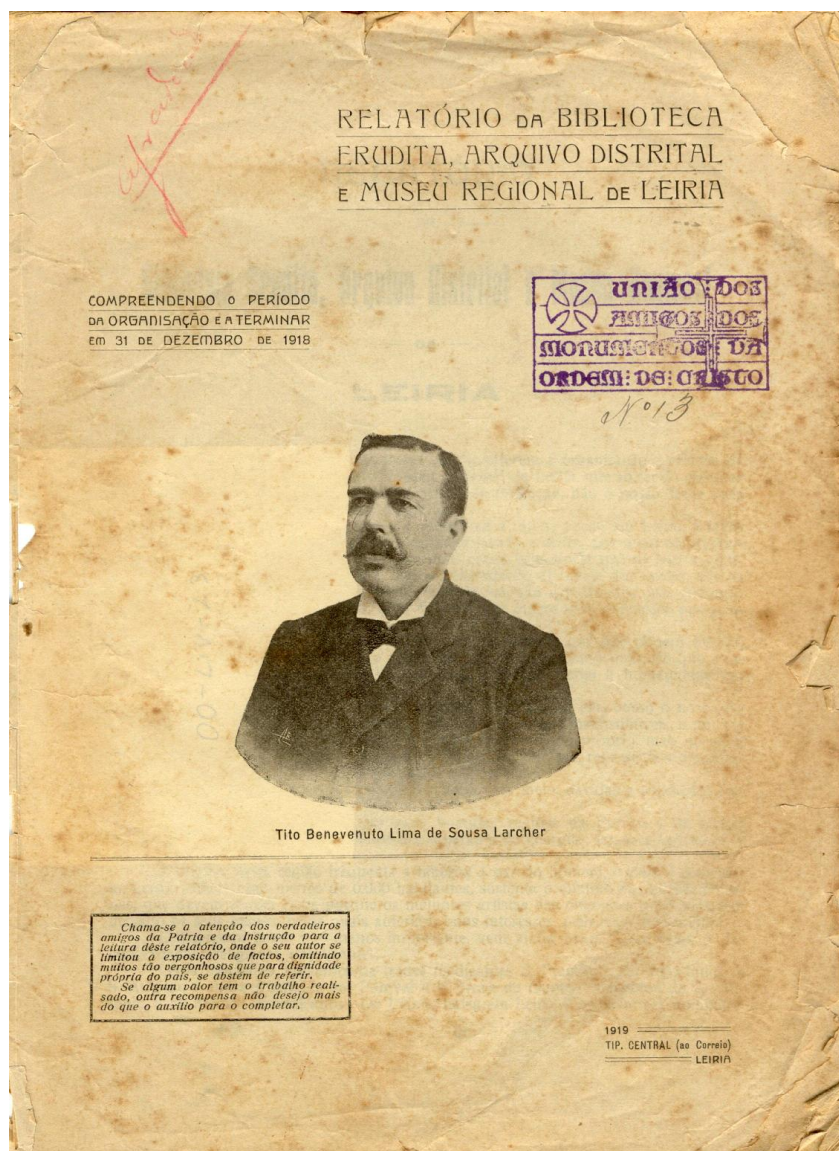
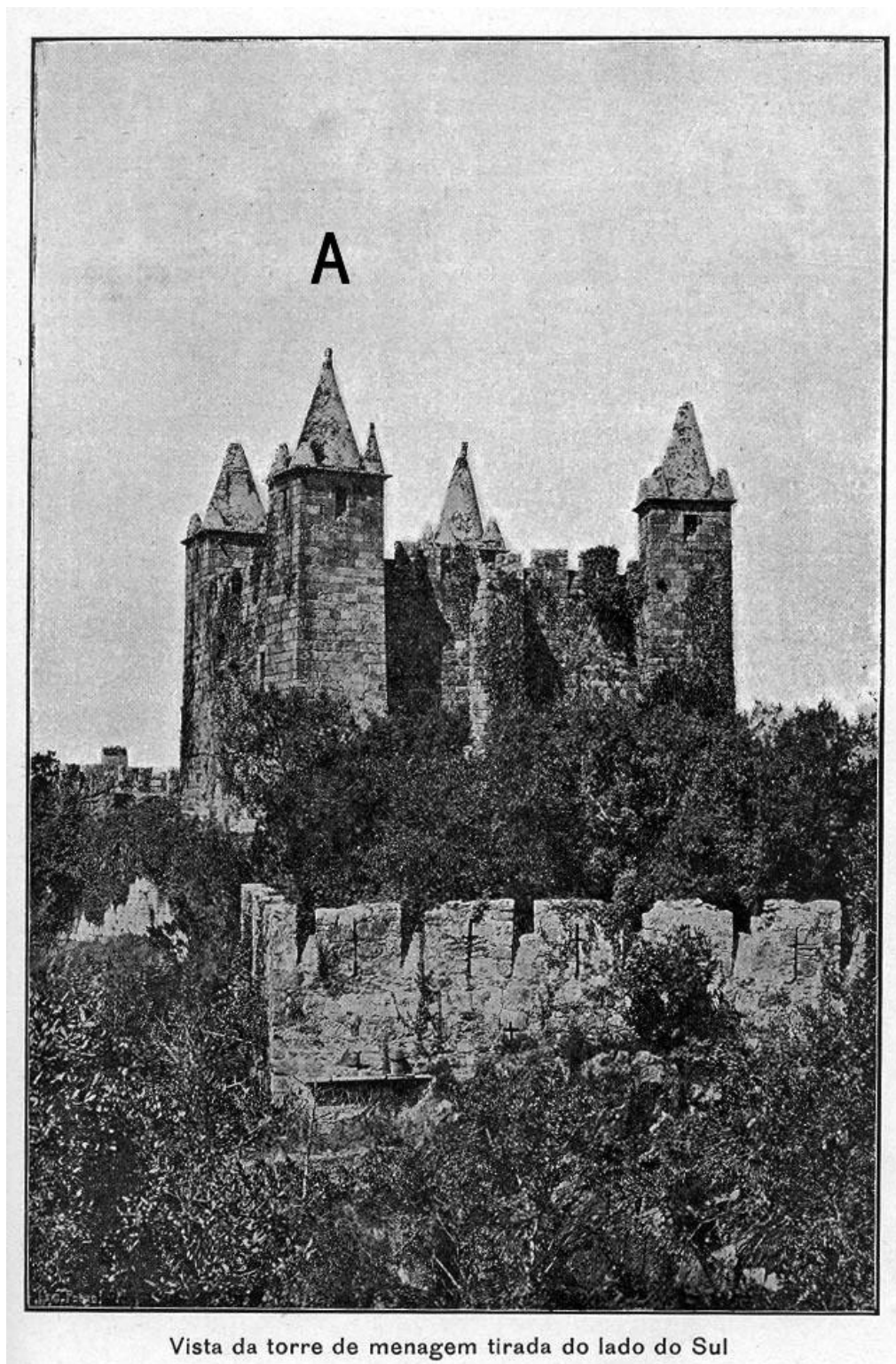


Fig. 159 – *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria: compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918, de Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher. Leiria: Tip Central, 1919. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 793.*

Tito Larcher (1860-1932), cuja imagem é publicada por ele próprio no rosto do relatório, era uma personalidade muito especial no contexto das elites locais do período republicano. Era republicano radical e socialista. Defendeu medidas enérgicas para erradicar o analfabetismo do país. Era um fervoroso adepto da maçonaria. Antes do 5 de Outubro colaborava como correspondente do COMN. Organizou a Comissão dos Interesses de Leiria e a Comissão do Museu de Leiria (1912). Conhece-se a sua múltipla actividade em prol da defesa do património monumental da cidade, que lhe granjeou a direcção das três instituições oficiais referidas neste relatório, criadas por decretos do Ministério da Instrução Pública. Foi fundador da *Liga dos Amigos do Castelo de Leiria* e vogal correspondente da 2.^a Circunscricção (1916-1932). Era uma personalidade muito crítica e de humor instável, situação que o fez envolver em situações menos favoráveis, tanto na cidade, como dentro das estruturas do Estado, que se repercutiram no exercício da sua actividade. Colocou toda a sua vida ao serviço do culto da arte, dos monumentos e da cultura. Foi fundador da *Leiria Ilustrada*. Para resolver inúmeros problemas de instalação do Museu Regional – inicialmente no Paço Episcopal – custeou as despesas do seu próprio bolso, situação que lhe criou dissabores familiares.



Vista da torre de menagem tirada do lado do Sul

Fig. 160 - *Castelo de Vila da Feira. Vista da torre de menagem, tirada do lado sul.* Cerca de 1909. Fotógrafo desconhecido. In *O Castello da Feira: Sua descripção, sua historia e noticia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora. Porto: edição do autor – Oficinas de *O Commercio do Porto*, 1917, foto 7. Vol. I, tomo 2, p. 798 e 800.

Indica-se com a letra **A**, o cubelo onde, em 1916, foi determinado fazer-se uma intervenção de consolidação, como foi indicado no estudo de Paulo de Barros, director de obras públicas do Distrito de Coimbra e vogal efectivo do CAA da 2.^a Circunscricção.



Fig. 161 – *Castelo de Vila da Feira. Ruínas do Palácio dos Condes da Feira.* Foto Alvão. Cerca de 1929. In *Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira: 80 anos de história*, de Anídio Casals d’Azevedo. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância, 1988. Foto 26. Vol. I, tomo 2, p. 802.

Apesar da sua destruição ter sido determinada durante a 1.^a República, por decisão da CM da 1.^a Circunscção, - proposta do presidente Ventura Terra (1915) - este palácio apenas foi demolido no período da Ditadura Nacional, em 1929, mas contra o pensamento e a vontade da Comissão de Vigilância local.



Fig. 162 – *Castelo de Vila da Feira. Depois da destruição do Paço dos Condes da Feira no interior do recinto do Castelo.* Fotografia. Cerca de 1935. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 071915. Vol. I, tomo 2, p. 802.

Reunião dos responsáveis pelo património e pelo monumento para decidir as obras a realizar depois da demolição do Palácio. Desde 1915, a Comissão de Vigilância previra que em caso de demolição dos arcos estes deveriam ser removidos para outro local. Os arcos foram remontados, em 1934, na Avenida Sacadura Cabral para servir a Casa do Povo, por proposta de Aguiar Cardoso. O início das obras da DGEMN ocorreu sob a orientação de Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo, a partir de 28 de Julho de 1935.

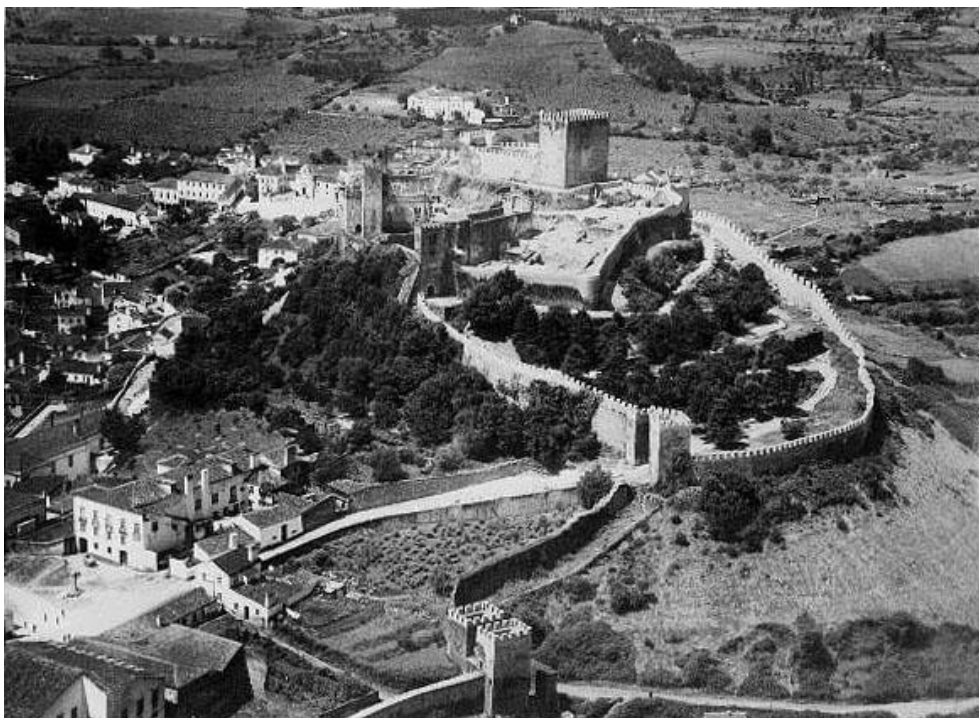


Fig. 163 – *Muralhas de Leiria*. Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076763. Vol. I, tomo 2, p. 804.



Fig. 164 – *Castelo de Leiria*. Vista geral das ruínas da alcáçova e da área palatina, antes das obras de consolidação e restauro. Fotografia. Inícios do século XX. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076785. Vol. I, tomo 2, p. 804.

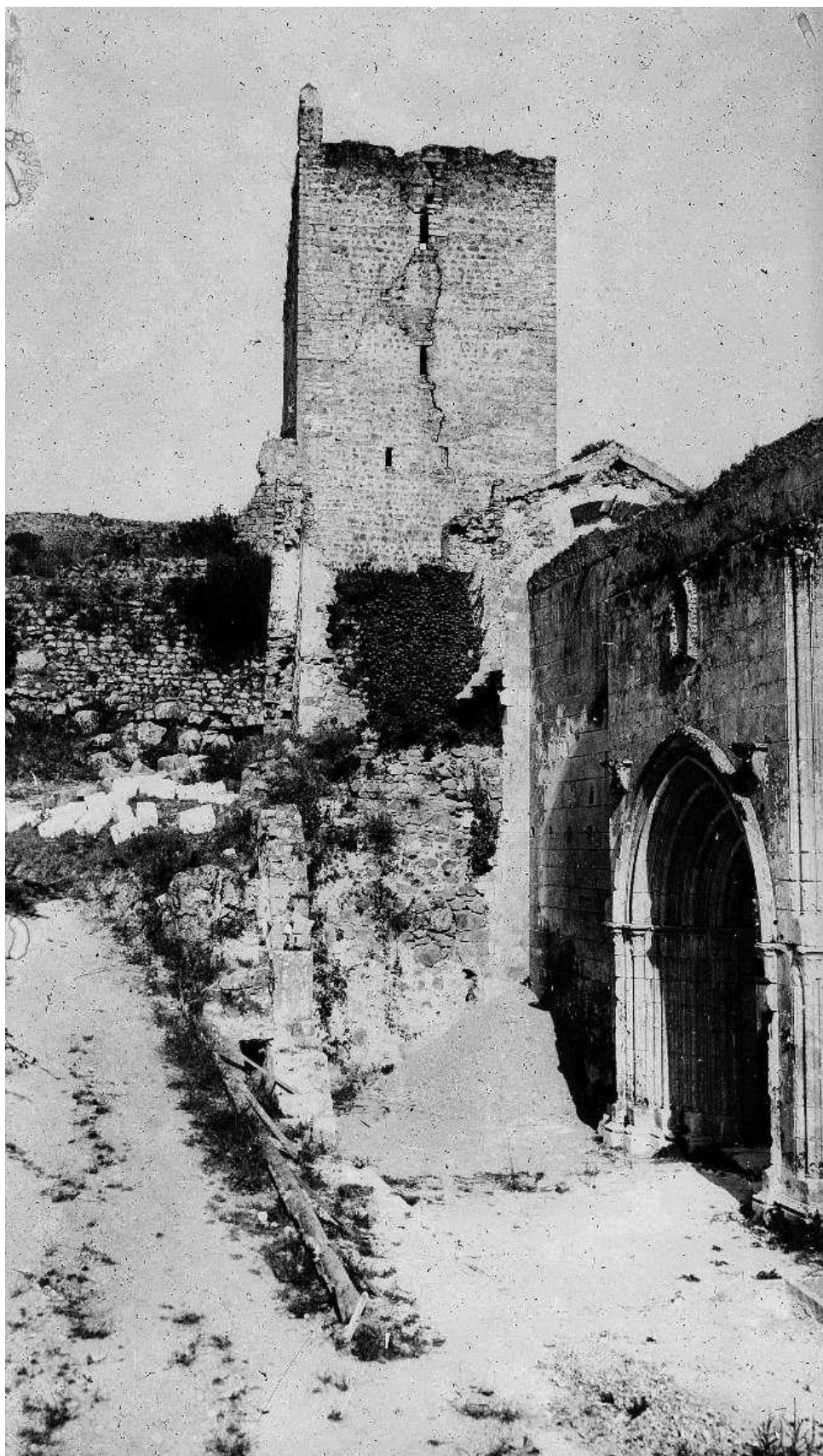


Fig. 165 – Castelo de Leiria. Torre arruinada junto à igreja palatina de Santa Maria da Penha. Cerca de 1926. Fotógrafo Lello. Arquivo fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076763. Vol. I, tomo 2, p. 808.

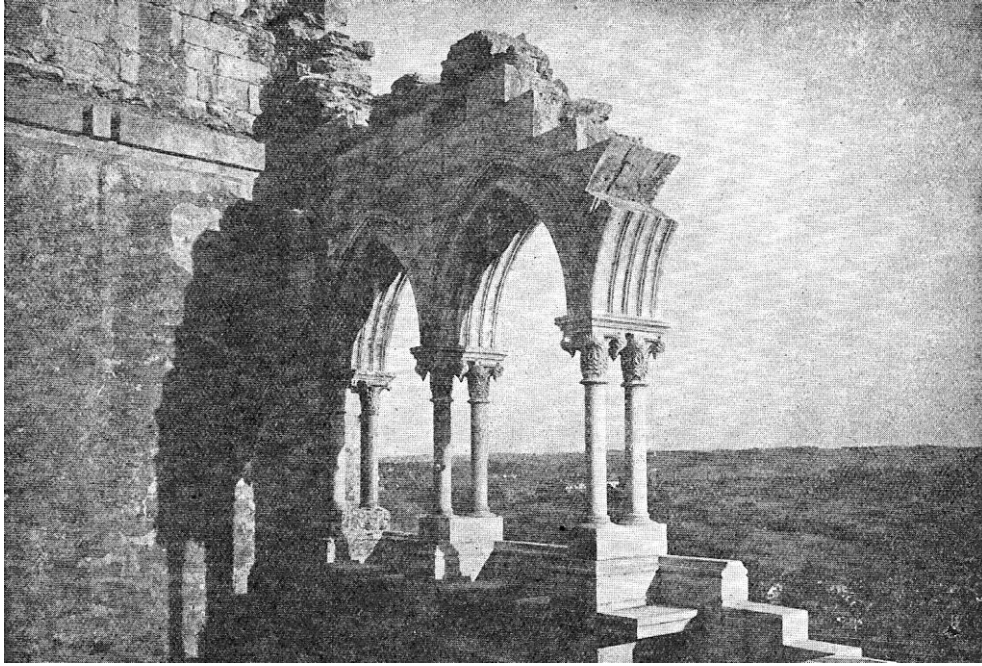


Fig. 166 – *Início da reconstrução da loggia do paço joanino do Castelo de Leiria*. Fotografia de Lello. Cerca de 1926. In *Castellos de Portugal*, de João Grave, Porto: Livraria Chardron - Lello & Irmão, s.d. [1927-1928]. Vol. I, tomo 2, p. 809 e 1251.

O fotógrafo da Lello & Irmão deixou-nos duas fotografias do Paço, com o início da reconstrução da *loggia* do paço da alcáçova, anteriores às obras levadas a efeito pela DGEMN, entre 1936-1956. Estas fotos provam as indecisões de restauro de Ernesto Korrodi, entre 1916 e 1926 quanto às orientações de intervenção: reconstrução ou consolidação / conservação.

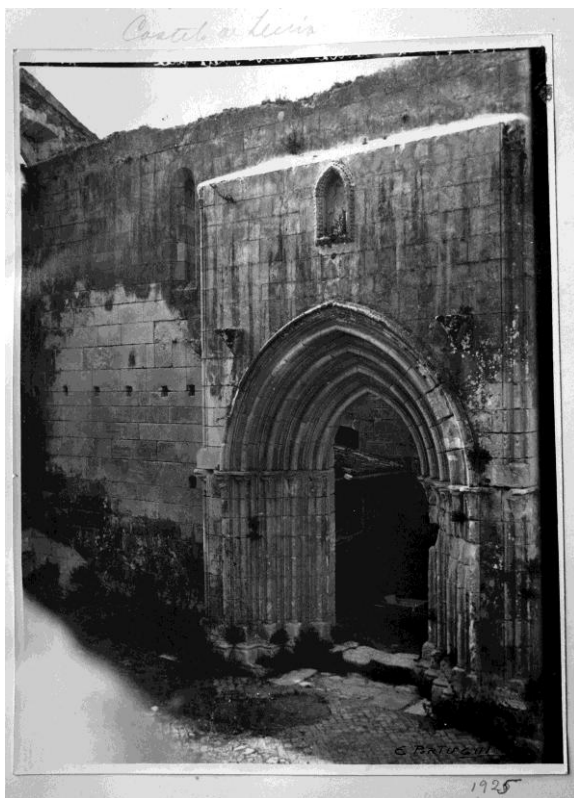


Fig. 167 – *Igreja de Santa Maria da Penha. Ruínas*. 1925. Fotógrafo E. Portugal. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 74. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 809.

Esta foto deverá corresponder à intervenção de Korrodi nesta igreja, parcialmente concluída um ano depois. O mesmo fotógrafo registou a Igreja com merlões na ábsida, foto publicada no *Guia de Portugal*, Lisboa, 1927.



Fig. 168 – *Casa do Guarda do Castelo de Leiria*. Arquivo fotográfico da DGEMN (actual IHRU). Foto n.º 076961. Vol. I, tomo 2, p. 809 e 1251.

A construção de raiz desta casa do guarda do Castelo de Leiria, com projecto de Ernesto Korrodi necessita de ser enquadrada nos objectivos da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria. Constitui um elemento de valorização num conceito de gestão patrimonial do espaço de que a Liga era responsável. Encontrava-se construída em 1927.



Fig. 169 - Grupo da Visita e da Sessão de Trabalho da Comissão dos Monumentos da 1.^a Circunscrição com a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém. Santarém, 25 de Novembro de 1916. Fotografia: Carlos Gomes – Santarém. Colecção Particular. Vol. I, tomo 2, p. 816.

Esta fotografia revela um enorme cuidado na composição do Grupo que posou para a objectiva. Na fila de pé estão os sete membros da Comissão de Santarém, com relevo para os três que se encontram ao centro, Presidente (9), Secretário (10) e Conservador do Museu de S. João de Alporão (8). Na fila da frente, sentados, ocupando o lugar central, João Arruda, vogal auxiliar do CAA de Santarém. Ladeando-o, os vogais efectivos da Comissão de Monumentos da 1.^a Circunscrição (ver legenda com descriminação de todos os indivíduos fotografados).



- | | |
|--|--|
| 1. Luciano Freire (1864 - 1934) | 7. António Inácio da Silva (a. de † 1935) |
| 2. Júlio Mardel (1850 - 1928) | 8. Laurentino Veríssimo (1855 - 1936) |
| 3. Rosendo Carvalheira (1863 - 1919) | 9. Dr. Joaquim Augusto |
| 4. João Arruda (1867 - 1934) | 10. Augusto César de Vasconcelos (1869 - 1937) |
| 5. D. José Pessanha (1865 - 1939) | 11. Augusto César de Abreu e Oliveira |
| 6. António Costa Mota, tio (1862 - 1930) | 12. Carlos Gomes |
| | 13. Amílcar Veríssimo Júnior (a. † 1935) |



Fig. 170 – *Padrão*. Monumento comemorativo da tomada de Santarém aos mouros em 1147. 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédito. Vol. I, tomo 2, p. 818.

Numa tentativa de conciliação entre a sociedade civil e a Câmara Municipal, a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém acorda com a edilidade a construção de um padrão comemorativo da conquista da cidade em 1147. Tentava-se pôr fim aos ciclos de vandalismo municipal, entre os quais, o da demolição da porta medieval da Atarmarria (1865), que se realizara contra a vontade da população. Inaugurado em 1920, foi muito criticado pela sua má qualidade estética. «Como foi possível assinalar o histórico local (...) do arco da Tamarmarria, da maneira desgraciosa, falha de sentido e ridícula que todos podem verificar?» (Areosa Feio, *Santarém, Princesa das nossas Vilas*. 1929, p.81). A longa inscrição, em letra minúscula, diz o seguinte:

O eixo da coluna e o traço negro do / paramento marcam o alinhamento / da muralha onde existia a porta da (sic) / arco da Tamarmarria pela qual entrou / D. Affonso Henriques na tomada de Santarém / aos mouros em 15 de / março de 1147. // Uma lapide indicou desde 1865 até / 1917 o local em que existiam porta / e muralha demolidas por ameaça-/rem ruína. No ano de 1917 inicia-/ram-se as obras d'este monumento / que foi modificado e inaugurado / em 1920 aos onze dias do mez / de janeiro.



Fig. 171 – Tecto da Igreja do Colégio dos Jesuítas, vulgo Seminário. 1917. Fotógrafo Carlos Gomes. In *Santarém Princesa das Nossas Vilas de Areosa Feio*, Santarém: J. Cardoso da Silva, 1929. Vol. I, tomo 2, p. 820.

A Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém por via do fotógrafo Carlos Gomes procedeu a um interessante trabalho de inventário fotográfico das riquezas artísticas e arqueológicas da cidade. A fotografia do tecto do Seminário – difícil de executar dadas as dimensões da igreja e a altura do tecto – foi saudada como uma proeza da técnica fotográfica, na imprensa da época (cf. *Diário de Notícias*, n.º 18526, de 2 de Junho de 1917).



Fig. 172 – *Emblema da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Original. Convento de Cristo: Arquivo da UAMOC. Inédito. Vol. I, tomo 2, pp. 821.

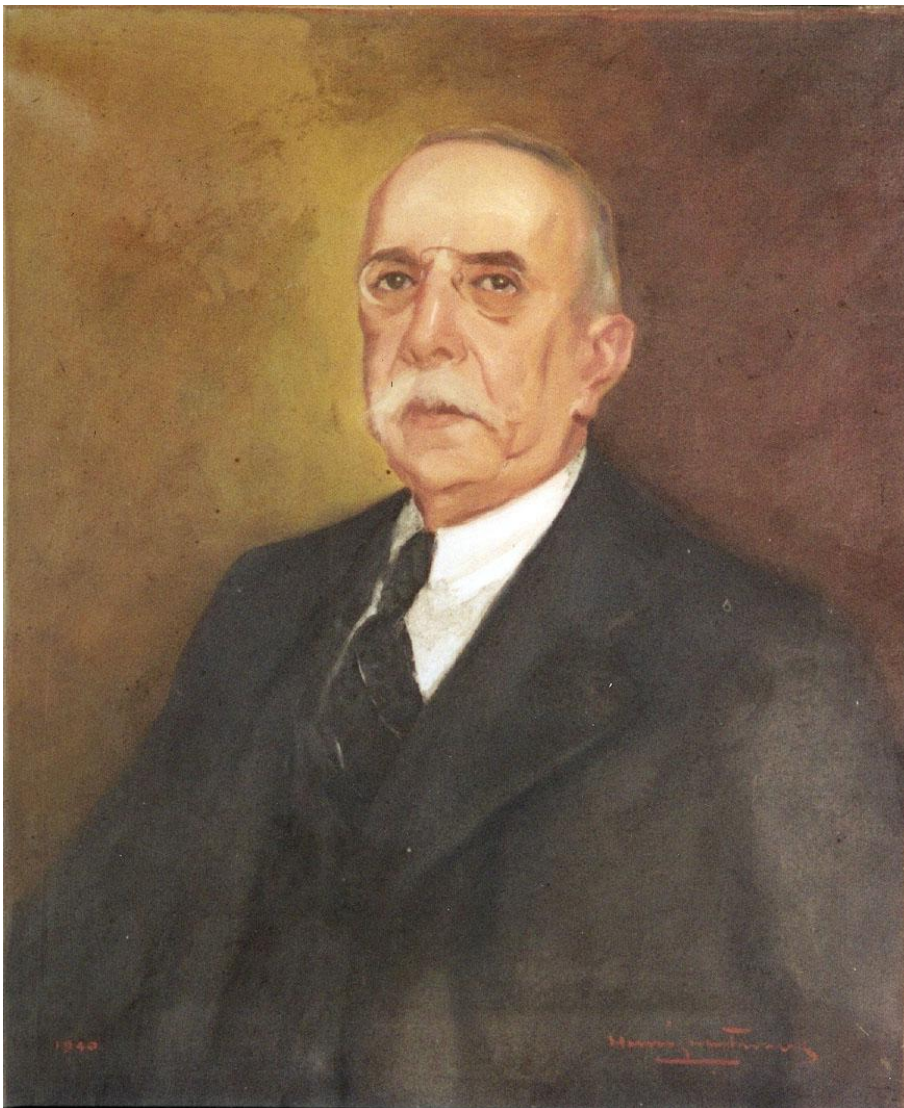


Fig. 173 – *Coronel Francisco Augusto Garcez Teixeira*. Pintura sobre tela de Henrique Tavares. 1940. Reprodução fotográfica. 2004. Museu Municipal de Tomar. Gentileza do arquitecto José Faria. Vol. I, tomo 2, p. 824.

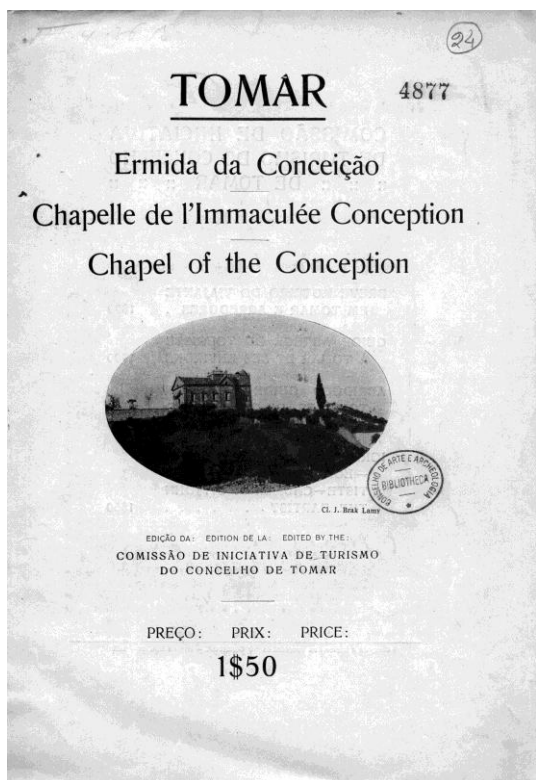


Fig. 174 – *Tomar. Ermida da Conceição*. Tomar: Edição da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Tomar, s. d. [1930]. Edição trilingue. Rosto com cliché de J. Brak-Lamy. ANBA – Biblioteca, Cota FF-4-37/24. Vol. I, tomo 2, pp. 824 e 827.

O interesse desta publicação, para além de revelar a estreita colaboração com a Comissão de Iniciativa e Turismo que permitiu a edição de outras brochuras semelhantes (*Breve Roteiro do Viajante em Tomar e arredores, Igreja de S. João Baptista, O Tríptico da Vida de Cristo*, por exemplo), radica na escolha do modelo de edição, baseado nas publicações do «Serviço dos Monumentos Militares», de que Garcez Teixeira era um dos responsáveis (Compare-se com a Fig. 174 A). Entre os associados da UAMOC dominavam os oficiais superiores do exército. Nestas edições colaboram Garcez Teixeira (textos) e Brak-Lamy (fotografia).

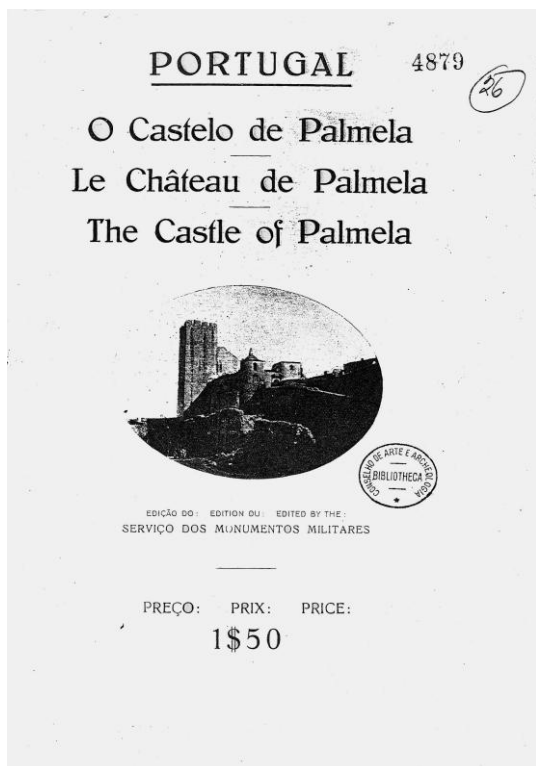


Fig. 174 A – *Portugal: O Castelo de Palmela*. Lisboa: Edição do Serviço dos Monumentos Militares, s.d. Edição trilingue. Rosto. ANBA – Biblioteca, Cota FF-4-37/26. Vol. I, tomo 2, pp. 824 e 961.

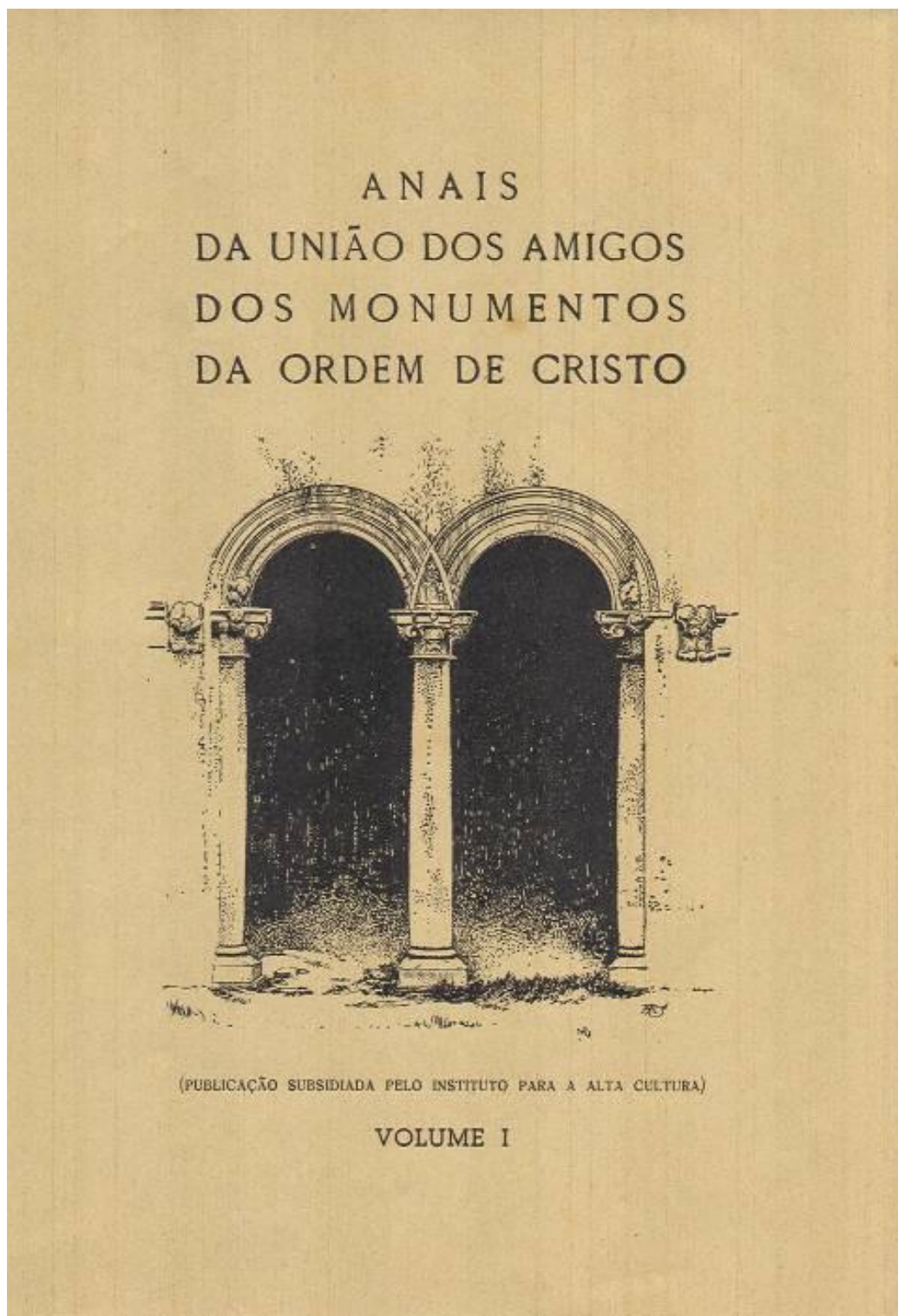


Fig. 175 – *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Volume I. Tomar, 1918-1942. Rosto. Vol. I, tomo 2, p. 824.

Editados em fascículos com algum espaçamento temporal entre si, os Anais impuseram-se como órgão de uma sociedade de defesa do património, pela via da cientificidade dos estudos históricos e artísticos dos bens imóveis e móveis da Ordem de Cristo. Publicaram-se cinco volumes, entre 1918 e 1965. Do ponto de vista do Convento de Cristo introduzem uma nova fase do seu conhecimento, aliando a interpretação à publicação de fontes documentais. Os estudos são publicados pelos sócios e investigadores de reconhecido renome. Publicitam-se numa secção própria os relatórios essenciais da vida associativa.

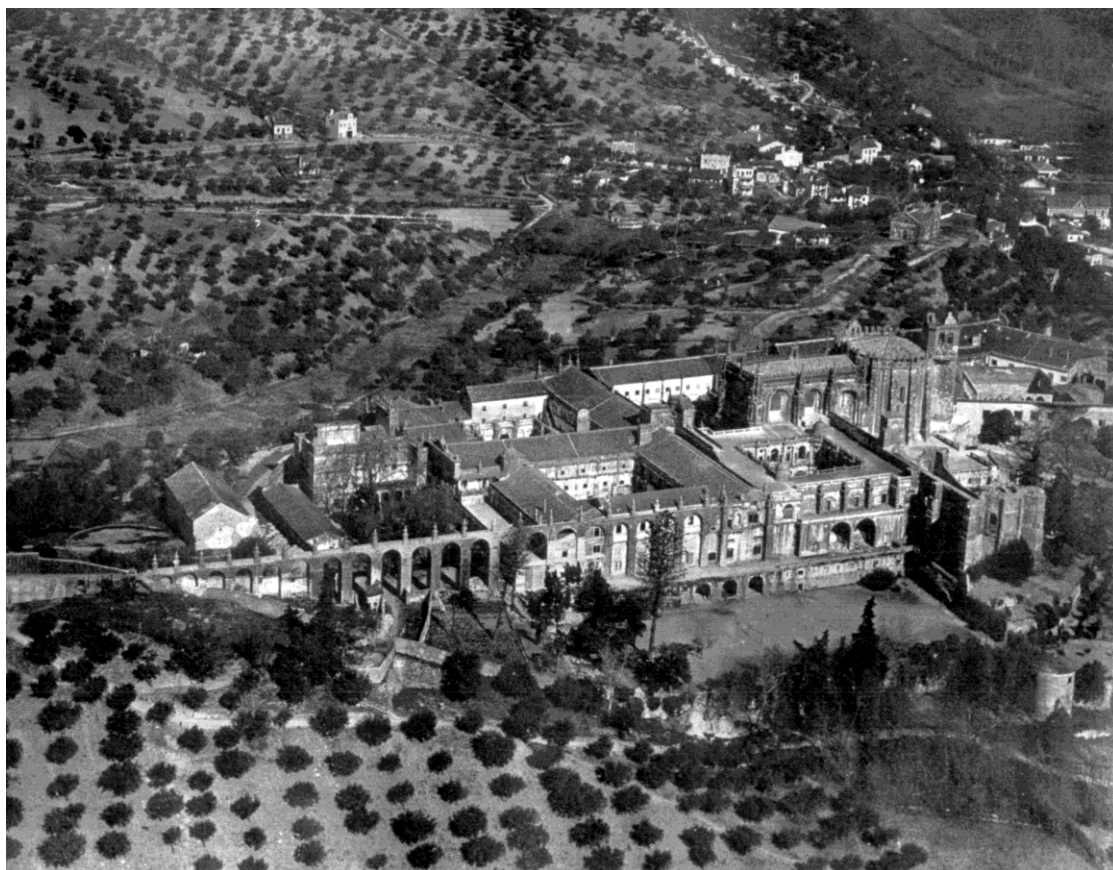


Fig. 176 – *Convento de Cristo. Conjunto monumental.* Cerca de 1940. Fotografia aérea. Arquivo fotográfico da ex- DGEMN (actual IHRU). Vol. I, tomo 2, p. 830.

Esta imagem mostra o conjunto militar e religioso do Convento de Cristo, poucos anos depois do resgate da parcela do mosteiro e da Quinta dos Sete Montes por parte do Estado ao seu antigo proprietário Bartolomeu da Costa Cabral, 3.º Conde de Tomar.



Fig. 177 – *Leonor Fernandes Barahona Caldeira, Presidente do Grupo Pró-Évora*. Fotografia assinada pelo fotógrafo (ilegível). 1919. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo Fotográfico. Vol. I, tomo 2, p. 835.

Segundo Celestino David, D^a. Leonor Fernandes Barahona fez do Paço da Quinta, em Évora, - “formosa herdade, onde encontrei a inspiração dos meus poemas, – delicioso e inigualável cantinho de Beleza”. Dizia isto em 1926, na dedicatória que lhe dirigiu na sua obra poética, *Alentejo, Terra de Solidão – Poemas Regionaes*, vinte e sete poemas cuja inspiração partilha com a fundação do Grupo Pró-Évora. Para o poeta do alvor do regionalismo alentejano, D. Leonor Fernandes Barahona, invocada como Presidente do Grupo, tinha “alma de artista” e era “alentejana ilustre”. Segundo apurámos trata-se da primeira mulher em Portugal a dirigir uma associação de defesa dos monumentos e basta este simples aspecto para lhe conferir um lugar central na história do património cultural português.

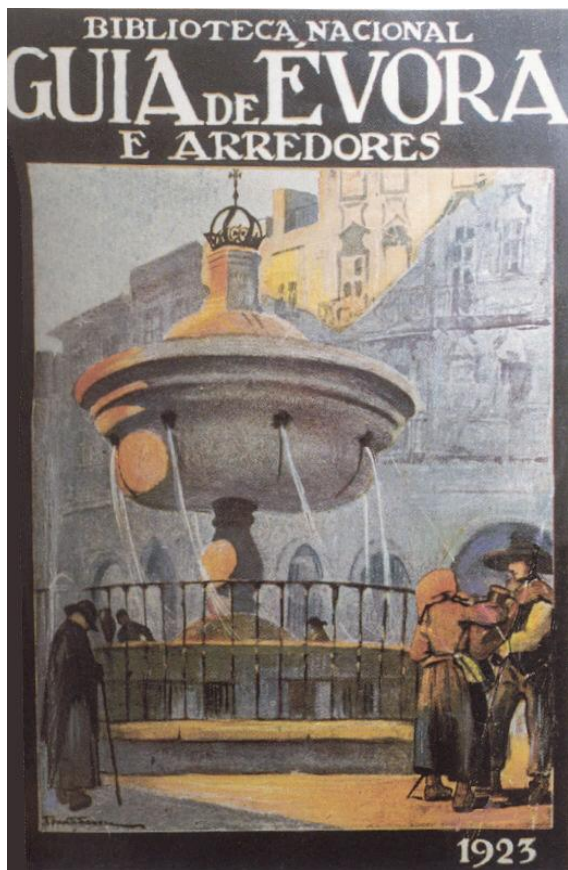


Fig. 178 – *Guia de Évora e Arredores*, Raul Proença, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923. Capa de Alberto de Sousa. Rosto. Grupo Pró-Évora – Biblioteca. Vol. I, tomo 2, p. 836.

Alberto de Sousa (1880-1961), embora natural de Lisboa, dedicou parte da sua vida à causa da defesa do património de Évora, quer como pintor, quer como activista. Para além de integrar a comissão da AAP na campanha de Junho a Novembro de 1916 (Torre de Belém), envolveu-se na própria dinâmica do relacionamento entre os serviços artísticos e o Grupo Pró-Évora. Cooperou na imagem do Grupo e na edição dos seus trabalhos, tendo sido considerado sócio de honra. Colaborou na ilustração de livros e artigos de jornal editados naquele tempo, como o *Guia de Évora*, na *Ilustração Alentejana* e em trabalhos de João Rosa, o autor da *Iconografia artística eborense* (1926). Foi um dos mais acérrimos defensores da classificação das muralhas de Évora, como conjunto. Fez as ilustrações para os cartazes de propaganda turística da cidade (*Sevilha por Portugal: Évora cidade dos velhos monumentos*), inseridos na exposição Ibero Americana de Sevilha. Segundo ele, eram os primeiros a serem produzidos no país.

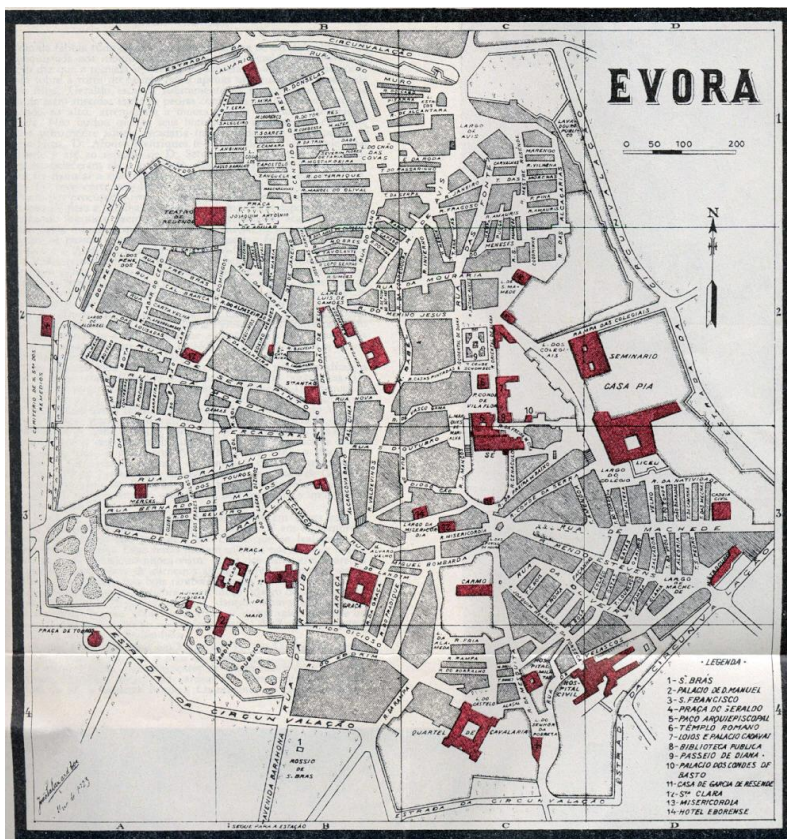


Fig. 179 – *Planta de Évora*. Escala 1:1.000. Desenho de João Salazar, 1923. In *Guia de Évora e Arredores*, Raul Proença. Grupo Pró-Évora – Biblioteca (também publicada no *Guia de Portugal*, entre pp. 40 e 41). Vol. I, tomo 2, p. 843.

Planta turística com sinalização dos monumentos classificados e inventariados com interesse artístico, arqueológico e arquitectónico.

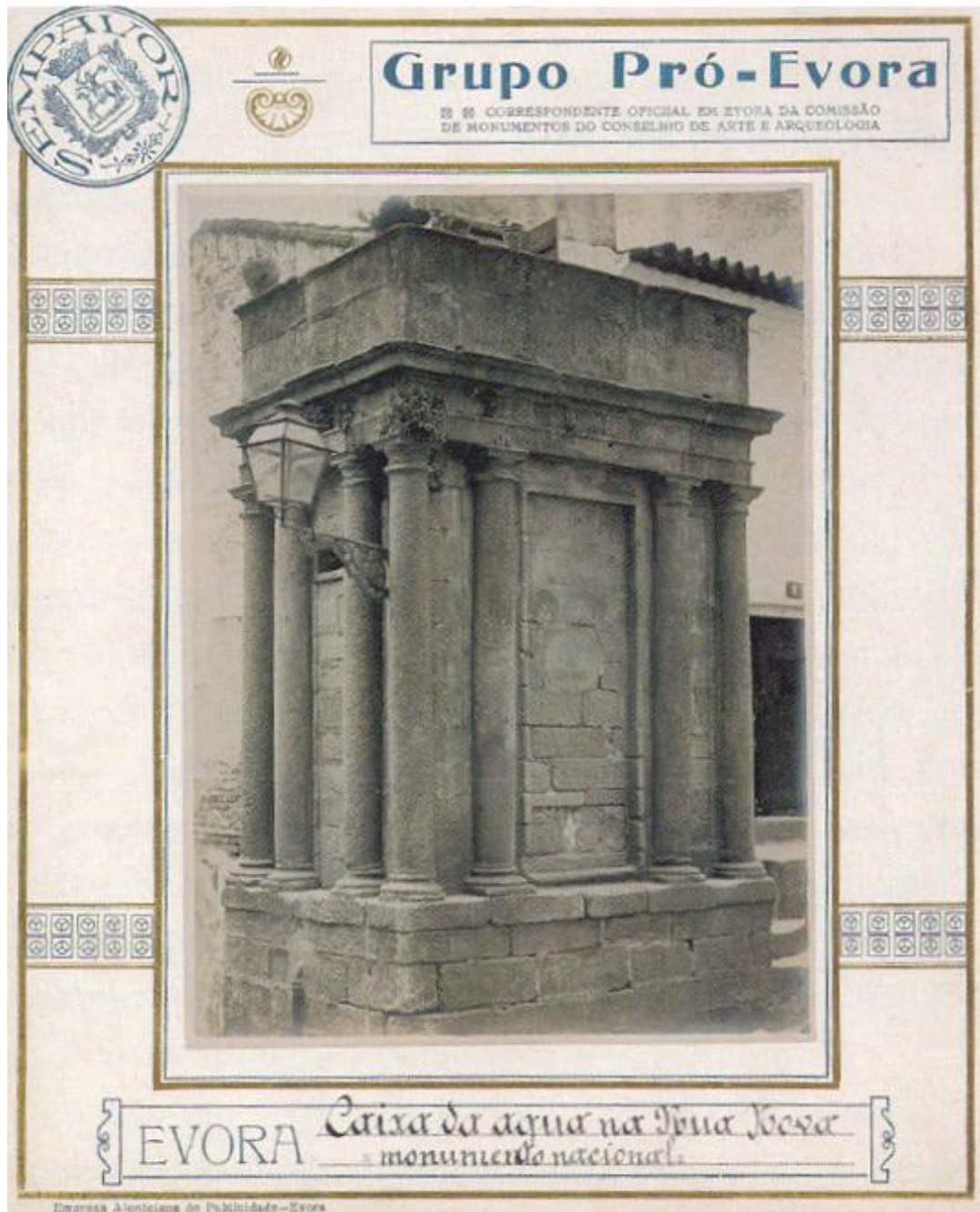


Fig. 180 – Grupo Pró-Evora. Évora: Caixa da Água na Rua Nova, monumento nacional. Fotografia José Monteiro Serra (?). Évora: Empresa Alentejana de Publicidade, s. d. [cerca de 1922]. Vol. I, tomo 2, p. 845.

Série de fotografias coladas de divulgação e propaganda dos monumentos de Évora. As fotografias de monumentos e paisagens enviadas à Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922 foram premidas (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 225, de 27 de Setembro de 1923).

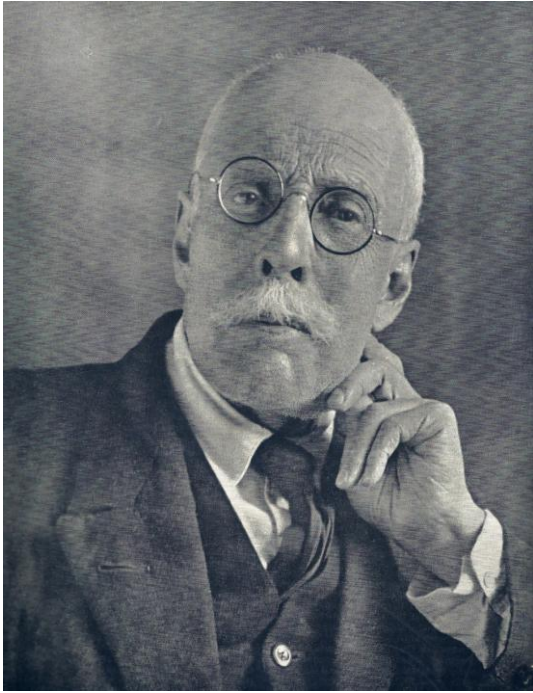


Fig. 181 – *Luís de Figueiredo Guerra* (1853-1935). Cerca de 1930. Fotografia de Augusto Soucasaux. In *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 41, Porto, Março de 1930. Vol. I, tomo 2, p. 854.

Com vinte e quatro anos era já vogal correspondente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, correspondendo-se com Possidónio da Silva. Foi fundador do Instituto Histórico do Minho e seu Presidente. Em 1930, com setenta e sete anos ainda presidia a esta agremiação.



Fig. 182 – *Interrogatório de frades e freires conduzido pelo próprio Ministro das Finanças do Governo Provisório, Afonso Costa*. Inícios de 1911. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico de *O Século*. Vol. I, tomo 2, p. 876.

A estes interrogatórios assistiram militares que tinham tomado parte na implantação da República.



Fig. 183 – Arrolamento do tesouro da Sé de Lisboa, considerado pela lei da separação pertença do Estado. 1911. Fotografia de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.^a Série, 11.^o Volume, 2.^o Semestre de 1911, p. 60. Vol. I, tomo 2, p. 877.



A comissão arroladora do paço patriarcal de S. Vicente

O arrolamento em S. Vicente.—Os bens do patriarcado teem que ser arrolados em virtude de entrarem definitivamente, pela lei da separação da igreja, na posse do Estado. Grandes preciosidades ali existentes, como quadros, jarrões, panos d'arrás, objetos antigos devem dar entrada nos museus nacionaes.

A comissão encarregada d'este arrolamento é composta pelo administrador do 1.^o bairro; dr. José de Figueiredo, delegado do conselho d'arte e arqueologia, o secretario das finanças e um membro da junta de paróquia d'aquella freguezia, sendo acompanhados pelo rev. Pontes, que em nome do patriarca apresentou um protesto.

Este arrolamento, feito com a minuciosidade que aquelas preciosidades requerem, deve durar bastantes dias, havendo tambem para inventariar alfaias, pratas, mobiliario e pergaminhos.

Fig. 184 – Notícia do arrolamento dos bens do Patriarcado em São Vicente de Fora. Fotografia de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.^a Série, 12.^o Volume, 1.^o Semestre de 1912, p. 110. Vol. I, tomo 2, p. 878.



Fig. 185 – *Capela de Nossa Senhora da Conceição. Interior.* Data provável 1920. Fotografia de A.S. [Azevedo e Silva?]. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 121. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 878.

A Ermida da Conceição foi objecto de arrolamento dos bens que dispunha no seu interior.



Fig. 186 – *Igreja do Convento das Trinas de Mocambo. Altar-mor*, Lisboa, 1931. Processo - M.A.M., Memória Descritiva e Orçamento do acabamento da adaptação dos motivos ornamentais do altar-mor da Igreja do Convento das Trinas à Igreja de S. Francisco da Cidade de Tomar. Tomar, 12 de Abril de 1937, (a) Mário da Fonseca, Engenheiro Civil. Cópia. Convento de Cristo - Arquivo do UAMOC. Vol. I, tomo 2, p. 904.

Legenda no tardo da fotografia: “ (1931) Estado em que se encontrava o Altar Mór da igreja das Trinas em Lisboa, pouco antes de ser despojada dos adornos (talha, quadros e azulejos) a fim de serem removidos para a igreja de S. Francisco em Tomar onde ficaram também na Capela Mór. Os quadros e o resto da talha, desta capela das Trinas, que se veem ao lado esquerdo, com os restantes do lado direito, destinaram-se aos altares laterais da igreja de S. Francisco [de Tomar] que também se encontravam desguarnecidos. Os dois quadros de azulejos foram colocados na Capela de S. Gregório em Tomar”.



Fig. 187 – *Convento da Ordem de Avis. Coro dos cavaleiros. Cadeira do Dom Prior.* Foto de Luís Keil, 12 de Abril de 1917. Reprodução de Pedro Aboim. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 35. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 905.



Fig. 187 A – *Convento da Ordem de Avis. Túmulo do 2.º Mestre da Ordem de Avis, D. Frei Fernando Rodrigues. Séc. XIV.* Foto de Luís Keil, 12 de Abril de 1917. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 34. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 905.

Duas fotografias executadas durante a missão de Luís Keil e Vergílio Correia à Vila de Avis com a finalidade de examinarem o valor histórico e artístico da arqueta de prata dourada, do século XV, que a CCELS achava que devia ser integrada nos bens artísticos do Estado, por razão do estudo arqueológico de Leite de Vasconcelos. Os dois conservadores observaram a ruína do convento (objecto de uma terceira fotografia), o desleixo e abandono dos bens integrados e dos móveis. O túmulo tinha junto dele uma almotolia de latão que José Figueiredo aponta às autoridades como sinal do pouco cuidado com o monumento. Esta missão foi objecto de alteração de ordem pública. Segundo aqueles, os reclamantes não protegiam a talha das arrecadações, nem as cadeiras e outras peças, “com prejuízo para os interesses do paiz”. (Ofício de 14 de Abril de 1917).

A remoção e a deslocação do património integrado por via oficial, vendidos em leilões dos bens nacionais ou expostos ao saque dos conventos e igrejas, independentemente do controlo das autoridades ou com o seu beneplácito crescem, segundo parâmetros até então não equacionados. A propósito desta cadeira foi escrito na fotografia: “A cadeira do Dom Prior está no museu”.



Cliché fotográfico de Marques Abreu

Estp. 48 — CAPELA DE S. SIMÃO (Concelho de Ponte da Barca — RUINAS

Fig. 188 — *Ruínas da Capela de S. Simão. Ponte da Barca. Cerca de 1926. Fotógrafo Marques de Abreu. In Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima, de Manuel Aguiar Barreiros. Porto: Marques de Abreu, 1926, Estampa 48. Vol. I, tomo 2, p. 905.*

A Lei da Separação do Estado das Igrejas teve em Portugal o efeito de um terramoto em relação ao património religioso do mundo rural e, em especial, em relação às ermidas e capelas urbanas e aldeãs.

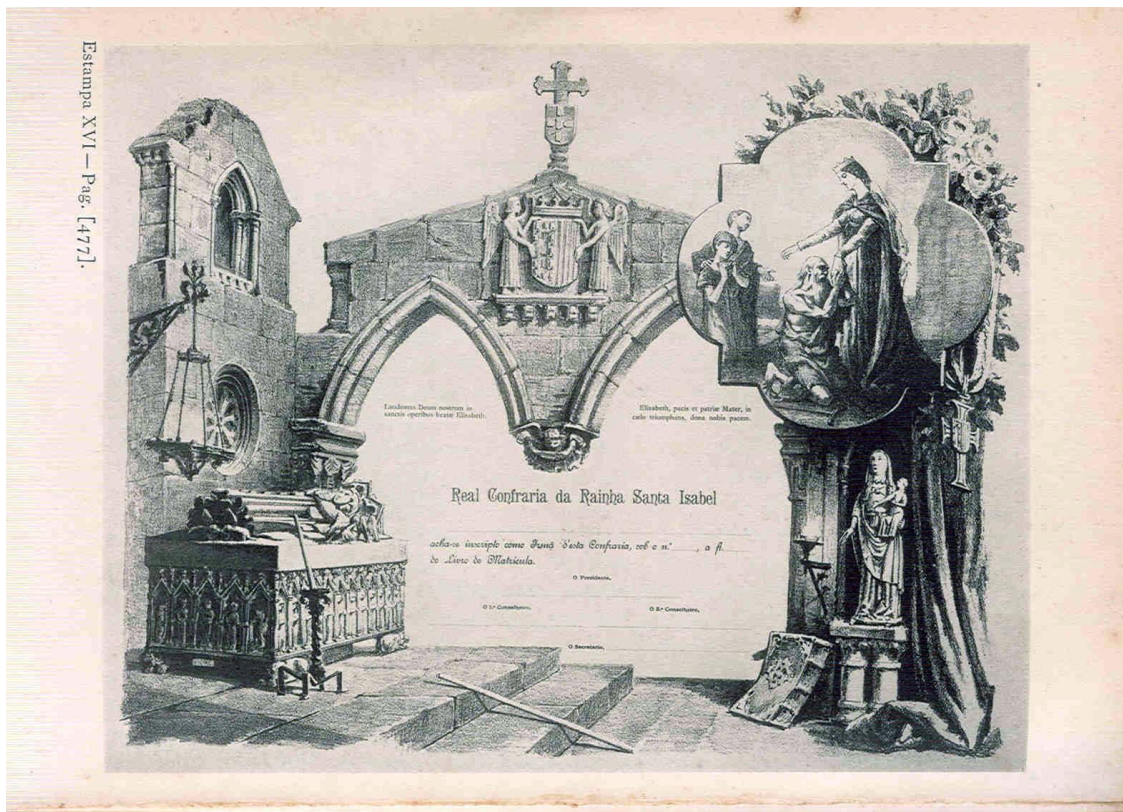


Fig. 189 – *Diploma de Registo de Irmão da Confraria da Rainha Santa Isabel*. In *A Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão, Esposa do Rei Lavrador Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa. Estudo de Investigação Histórica*, de António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, Estampa XVI. Vol. I, tomo 2, p. 905.

As questões da conservação do património religioso confinavam-se, cada vez mais, ao poder económico e prestígio social e político das irmandades e confrarias.

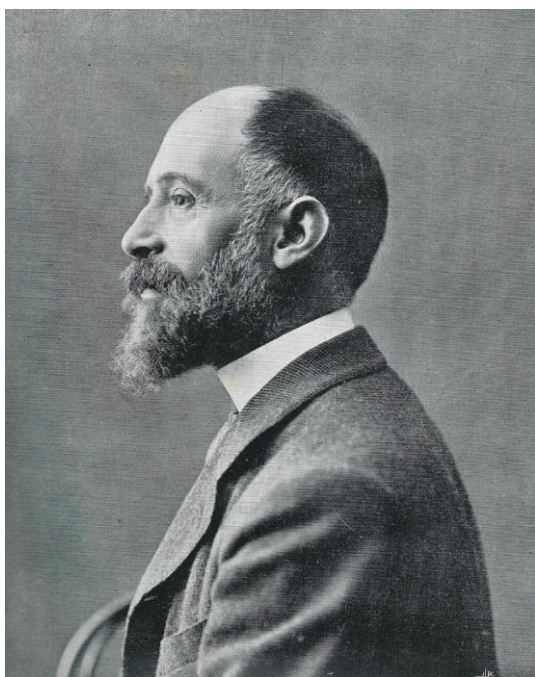


Fig. 190 – *João Marques da Silva Oliveira (1852-1927)*. 1909. Fotografia de Marques de Abreu. In “João Marques de Oliveira” de Guido, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, V Ano, n.º 58, Outubro de 1909, p. 71. Vol. I, tomo 2, p. 890.

Antes do 5 de Outubro de 1910 era director da Academia Portuense de Belas Artes. Depois da implantação da 1.ª República, para além da direcção da Escola de Belas Artes passou a dirigir o Museu Soares dos Reis, de que aliás era responsável, enquanto director da Academia Portuense e presidente do CAA.

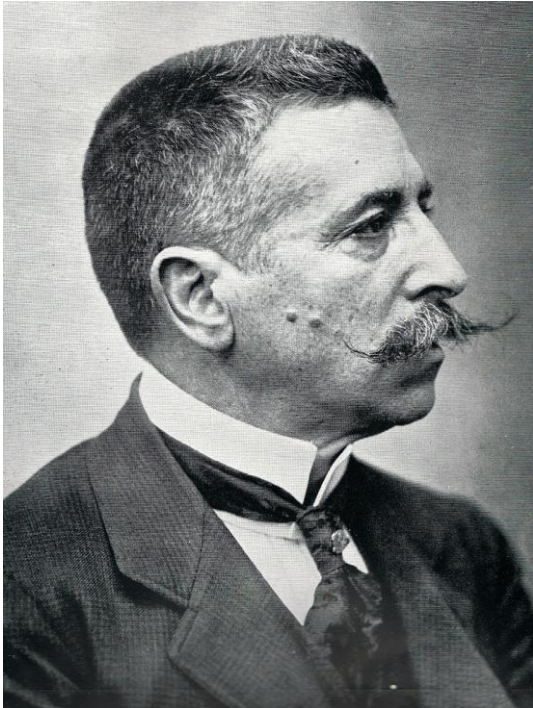


Fig. 191 – José de Brito (1855-1946). Cliché da Photographia Guedes. In “José de Brito”, de Guedes de Oliveira, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, VI Ano, n.º 68, Agosto de 1910, p. 59. Vol. I, tomo 2, p. 901.

Vogal efectivo do CAA do Porto entre 1914 e 1917, altura em que foi secretário da Mesa da Assembleia e ainda entre 1926 e 1932. Foi especialmente encarregado da escolha dos objectos artísticos do extinto Recolhimento do Bom Pastor, com destino ao Museu Soares dos Reis, no Porto, missão que concluiu em Agosto de 1916. Para além deste mandato fez a escolha dos objectos na casa da Rua da Alegria e na Rua da Boavista. Em 1920 foi encarregue da selecção dos bens de valor artístico, histórico e arqueológico do extinto Mosteiro de S. Salvador de Vairão, em Vila do Conde, entre outras missões. O seu papel no CAA foi semelhante ao de Luciano Freire na 1.ª Circunscrição.



Fig. 192 – O Museu Nacional de Arte Antiga e o seu director. In “Museu de Arte Antiga. Novas Salas”. Fotos de Joshua Benoliel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, 12.º Volume, 2.º Semestre de 1911, Lisboa, Empresa do jornal “O Século”, p. 435. Vol. I, tomo 2, p. 916.

Na realidade, o Governo Provisório da República extinguiu o Museu Nacional de Belas Artes e criou, no mesmo lugar – o Palácio Pombal / Alvor – um novo museu e um novo conceito de museologia. O Museu Nacional de Arte Antiga implicou reorganização do antigo museu administrado pela Academia, uma nova relação institucional (com o Conselho de Arte e Arqueologia) e uma direcção com novas perspectivas. O artigo apresenta a criação de novas salas abertas ao público, como a de Nuno Gonçalves, com os painéis recentemente restaurados e integrados nos bens nacionais após a publicação da Lei da Separação.

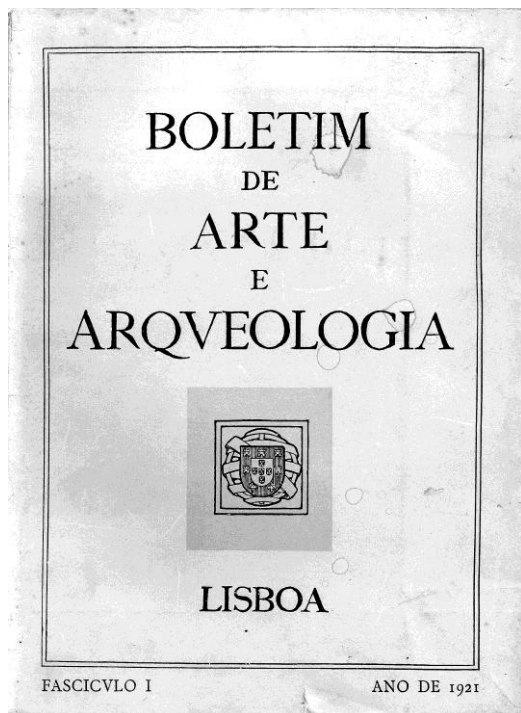


Fig. 193 – *Boletim de Arte e Arqueologia*, Fascículo 1, Lisboa: Conselho de Arte e Arqueologia Ano de 1921. Rosto. Coleção Particular. Vol. I, tomo 2, pp. 918 e 1054.

A produção científica do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição limitou-se à edição de um primeiro número e único de um boletim onde se publicaram assuntos relacionados com o património artístico móvel, nomeadamente de história da arte. Para além de Lisboa, só Coimbra editou um boletim semelhante, em 1930-1932 (*Arte e Arqueologia, Revista do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscrição*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra).



Fig. 194 – *Luciano Martins Freire no seu atelier*. 1911. Fotografia de Marques de Abreu. In “Luciano Freire” de José Pessanha, *Arte. Archivo de Obras d’Arte*, VII Ano, n.º 81, Setembro de 1911, p. 69. Vol. I, tomo 2, p. 936.

Entre 1909 e 1911, o atelier de Luciano Freire é ainda uma oficina de pintura de autor. Há medida que a sua responsabilidade cresce no domínio do restauro da pintura antiga no âmbito da Comissão de Inventariação da Pintura Antiga anterior ao século XVII, o atelier transforma-se numa oficina de restauro e num centro de formação de novos artistas de restauro, pelo menos até 1922



Fig. 194 A – *Oficina de Restauro da 1.^a Circunscrição Artística*. Lisboa, Fotógrafo desconhecido. C. de 1922. [na imagem José de Figueiredo e Luciano Martins Freire]. Museu Nacional de Arte Antiga. Vol. I, tomo 2, p. 936.

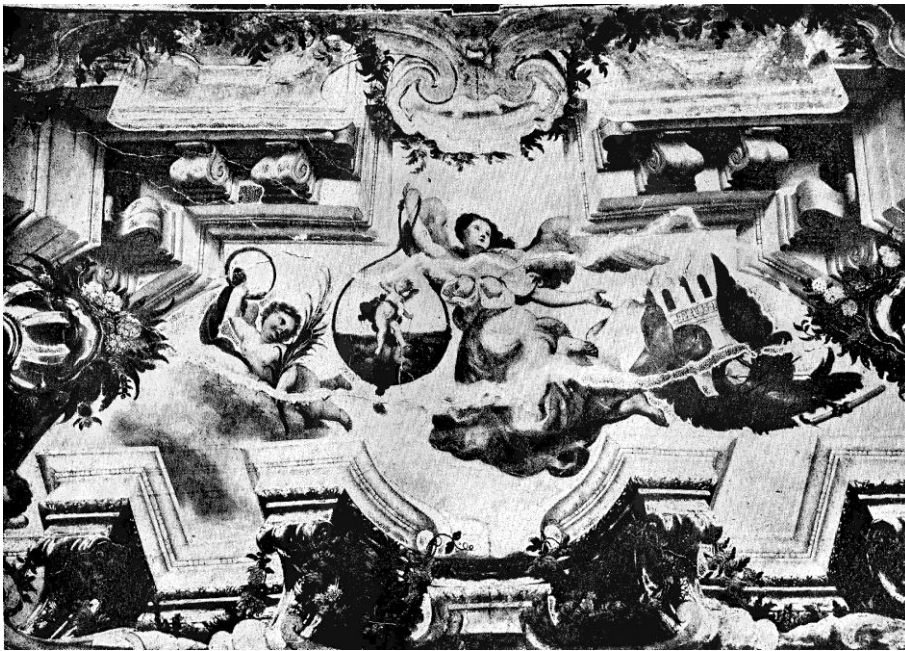


Fig. 195 – *Igreja do Hospital de Jesus de Cristo, Santarém*. Trecho do sub-coro. Cerca de 1928. Fotografia Carlos Gomes. In *Santarém Princesa das Nossas Vilas*, de Areosa Feio, Santarém, 1929. Vol. I, tomo 2, p. 937.

Pintura a fresco, da antiga igreja do convento de S. Francisco do Sítio, de Santarém, datada de 1723. Restaurada depois da classificação do monumento, pelo pintor residente e professor do Liceu Nacional de Santarém, António Manuel da Saúde (1875 – 1958).



Fig. 196 – *Catedral de Évora: Capela-Mor (exterior), Zimbório, Rosácea do Transepto, Coruchéus, Torres, Ameias e Terraços de Tejolo.* In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933- Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 6, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 945.



Fig. 197 – *Convento de São Francisco de Santarém. Claustro.* Foto Alvão. Cliché Santarém, n.º ALV059 (9). Centro Português de Fotografia, Porto. Vol. I, tomo 2, p. 954.

No período republicano fez-se uma revisão dos monumentos classificados de acordo com as categorias e tipologias usadas na Lista dos Monumentos Nacionais de 16 de Junho de 1910, introduzindo-se todos aqueles que ainda eram passíveis de ser incluídos e lhes garantir protecção.



Fig. 198 – Igreja de S. Miguel de Vilarinho, concelho de Santo Tirso. Várias fotografias (8) de Freixo de Numão, Santarém, S. Miguel de Vilarinho, S. Pedro de Roriz e Loanda, Viana do Castelo, N.º de Inventário 5666. ANBA – Gav. 4. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 955.

Quando se tratava de uma proposta de classificação, os vogais correspondentes das instituições do património enviavam várias fotografias coladas em cartão, como se fosse um mostruário dos elementos de valor que seria importante considerar. Neste cartão reúnem-se quatro imagens fotográficas legendadas: 1- túmulo do claustro; 2 – vista geral da igreja; 3 – inscrição funerária do claustro; 4 – porta principal da igreja.



Fig. 199 – Estremoz. Porta militar de Évora. Fotografia desconhecida. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 69. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.



Fig. 199 A – Estremoz. *Porta militar de Santo António*. Fotografia desconhecido. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 70. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.



Fig. 199 B – Estremoz. *Porta militar de Santa Catarina*. Fotografia desconhecido. Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 71. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 965.

Inicia-se a classificação de conjuntos monumentais, como as muralhas de Évora ou as fortificações de Estremoz. No caso de Estremoz por via de uma lei do Parlamento.

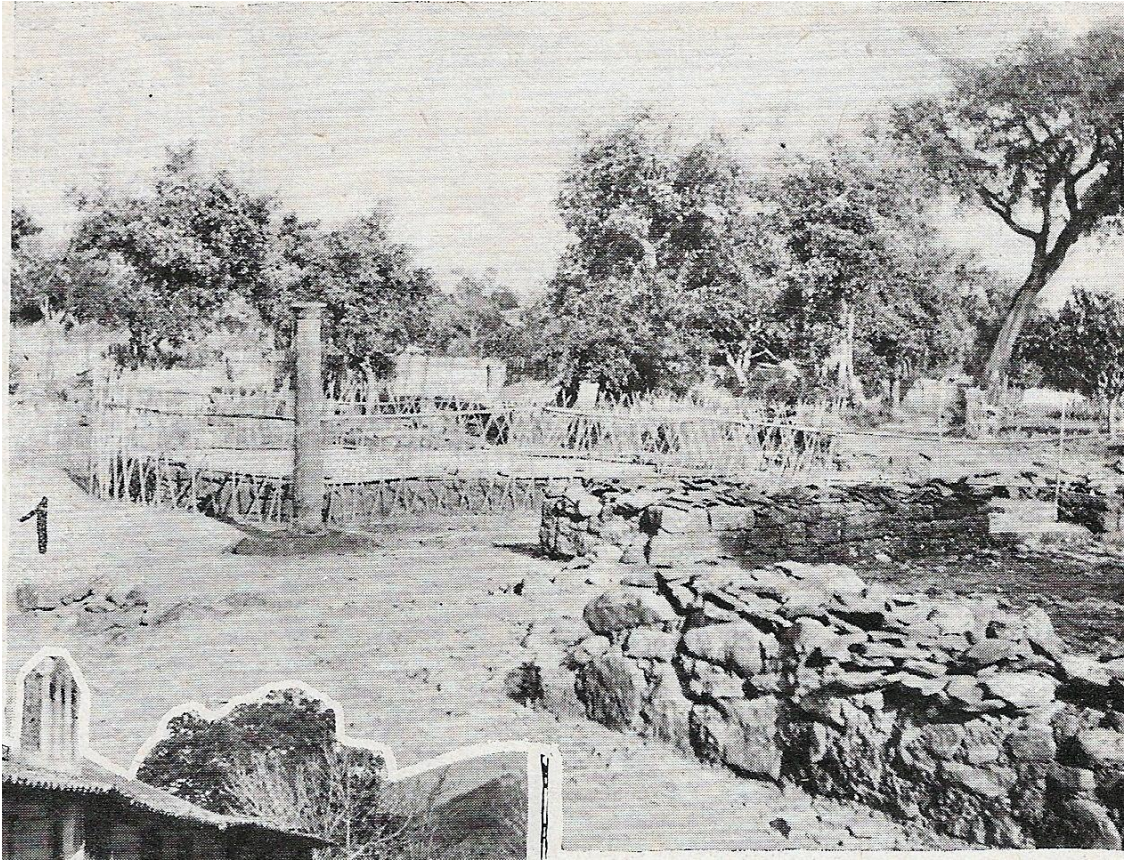


Fig. 200 – *Ruínas romanas de Nabância*. In "Casa Portuguesa" de A. Mesquita de Figueiredo, *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, 1.^o semestre, Lisboa: Empresa O Século, 1913, p. 107. Vol. I, tomo 2, p. 987.



Fig. 200 A – Sinagoga. Interior, Tomar. 1922. Fotografia de Garcez Teixeira (?). In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto n.º 125, Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1007.

Esta fotografia serviu para a elaboração do processo de classificação em conjugação com a planta do edifício levantada pelo dito Coronel (ver **[Cartografia, Des. n.º 57]**)



Fig. 201 – *Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe, Raposeira. Vila do Bispo.* Cerca de 1923. Fotógrafo desconhecido. ANBA – CSMN. Correspondência e Vários. Entrada. Anos 1882-1925. Livro 244, referência n.º 33187. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1009.

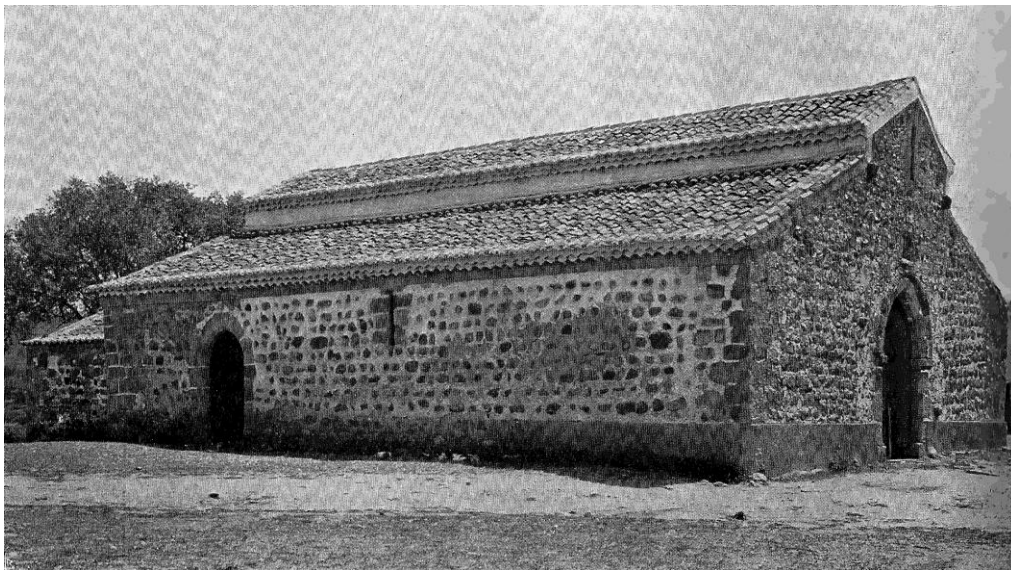


Fig. 202 – *Igreja de S. Pedro de Arganil.* Cerca de 1930. In “S. Pedro de Arganil”, de C.M.A. Barreiros, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 46, Porto, Agosto de 1930, p. 182. Vol. I, tomo 2, p. 1009.

Estudada por Aguiar Barreiros e desenhada pelo arquitecto José Vilaça, foi o último dos monumentos classificados no período estudado. Durante a Ditadura Nacional renasceu a vontade de classificar templos do período gótico, como esta igreja construída em granito, de três naveas, com pilares chanfrados, a dividir a nave central, mais alta, das laterais, e uma cabeceira com abside e dois absidiolos, de planta quadrangular. Não tem arcos torais. Tem sete singelas frestas, ainda a lembrar a intimidade das igrejas românicas e três portais de arco de ogiva. O templo fora restaurado por Ventura da Câmara, antigo secretário da ARBAL de Lisboa, que obteve financiamento de personalidades suas conhecidas, aspecto notado na época.



Fig. 203 – Évora. *Arquitectura vernacular, com elementos arquitectónicos manuelinos e sacada clássica.* Data desconhecida [1915?]. Fotógrafo desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 19. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1014.



Fig. 204 – Évora. *Trecho urbano.* Fotógrafo desconhecido. Arquivo Histórico do Grupo Pró-Évora. Vol. I, tomo 2, p. 1014.



Fig. 205 – Évora, Casas do Conde de Basto. Pátio de São Miguel. Varanda da Renascença. Fotografia Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionais*. Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 20, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1014.



IGREJA de MANHENTE (CONCELHO DE BARCELOS) — EXTERIOR — (CLICHÉ DE MARQUES ABREU)

Fig. 206 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Manhente, Barcelos. Exterior.* In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu, s.l, s.d. Carteira 3, foto 17.* ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, pp. 1000 e 1014.



IGREJA de TRAVANCA (CONCELHO DE AMARANTE) — EXTERIOR — (CLICHÉ DE MARQUES ABREU)

Fig. 207 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Travanca, Amarante. Exterior.* In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu, s.l, s.d. Carteira 3, foto 22.* ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, pp. 1000 e 1014.



IGREJA de RATES (CONCELHO DA PÓVOA DO VARZIM)—INTERIOR—(CLICHÉ DE MARQUES ABREU)

Fig. 208 – *Inventário da Arte Românica. Igreja de Rates, Póvoa do Varzim. Interior.* In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu, s.l, s.d. Carteira 2, foto 25.* ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, pp. 1000 e 1014.

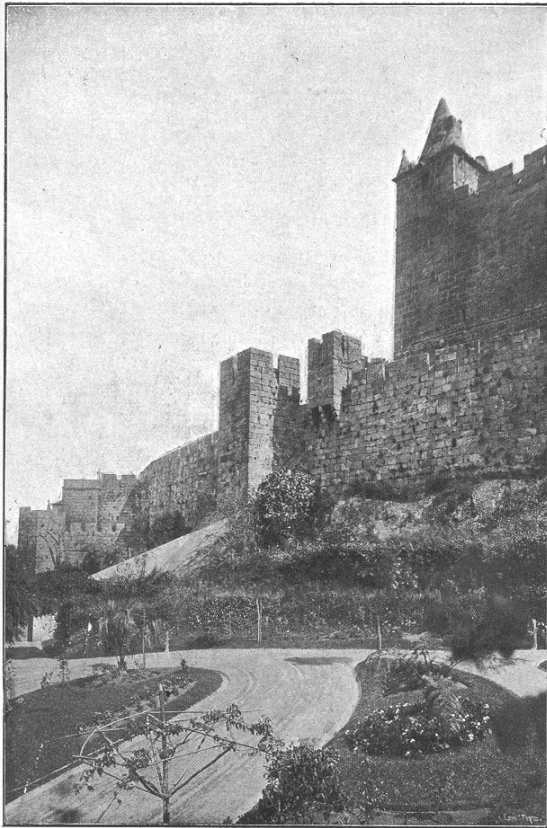


Fig. 209 - Castelo de Vila da Feira. Vista das muralhas e de um cubelo da torre de menagem tirada do lado poente. Cerca de 1917. Fotógrafo desconhecido. In *O Castelo da Feira: Sua descrição, sua historia e noticia sobre os Condes da Feira*, de Fernando de Tavares e Távora. Porto: edição do autor – Oficinas de *O Commercio do Porto*, 1917, foto 14. Vol. I, tomo 2, p. 801. Vol. I, tomo 2, pp. 800 e 1022.

Esta fotografia revela os arranjos paisagísticos realizados na envolvente do Castelo da Feira, numa altura em que a questão da zona de protecção começava a ser discutida.



Fig. 210 – Mosteiro da Batalha e sua envolvente. Fotografia dos inícios do século XX. DGEMN – Fotografia n.º 078650. Vol. I, tomo 2, p. 1015.

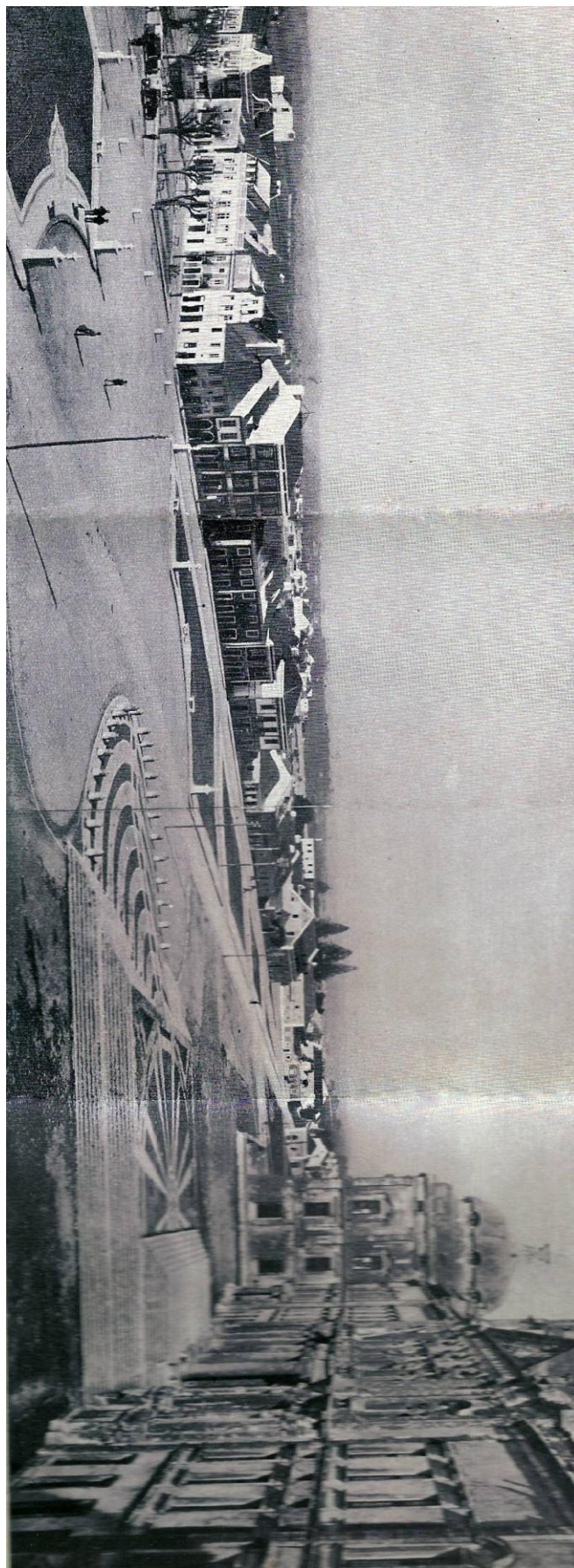


Fig. 211 – *Mafra. Panorama*. Cerca de 1933. Fotografia de Alvão. In *Monumentos de Portugal: Mafra. Notícia-histórico-Archeologica e Artística da Villa e Paço Conventual*, de João Paulo Freire e Carlos Passos, Lisboa: Litografia Nacional – Edições, 1933. Vol. I, tomo 2, p. 1028.



Fig. 212 – Parque de Santa Cruz. *Entrada Principal*. 2003. Foto Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1040.



Fig. 213 – Parque de Santa Cruz. *Trecho do jardim*. 2003. Foto Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1040.



Fig. 214 – Parque de Santa Cruz. *Painel de azulejos integrados na fonte e cascata do jardim alusivos às «Fons Vitæ»*. 2003. Inédita. Foto Jorge Custódio. Vol. I, tomo 2, p. 1040 e 1045.

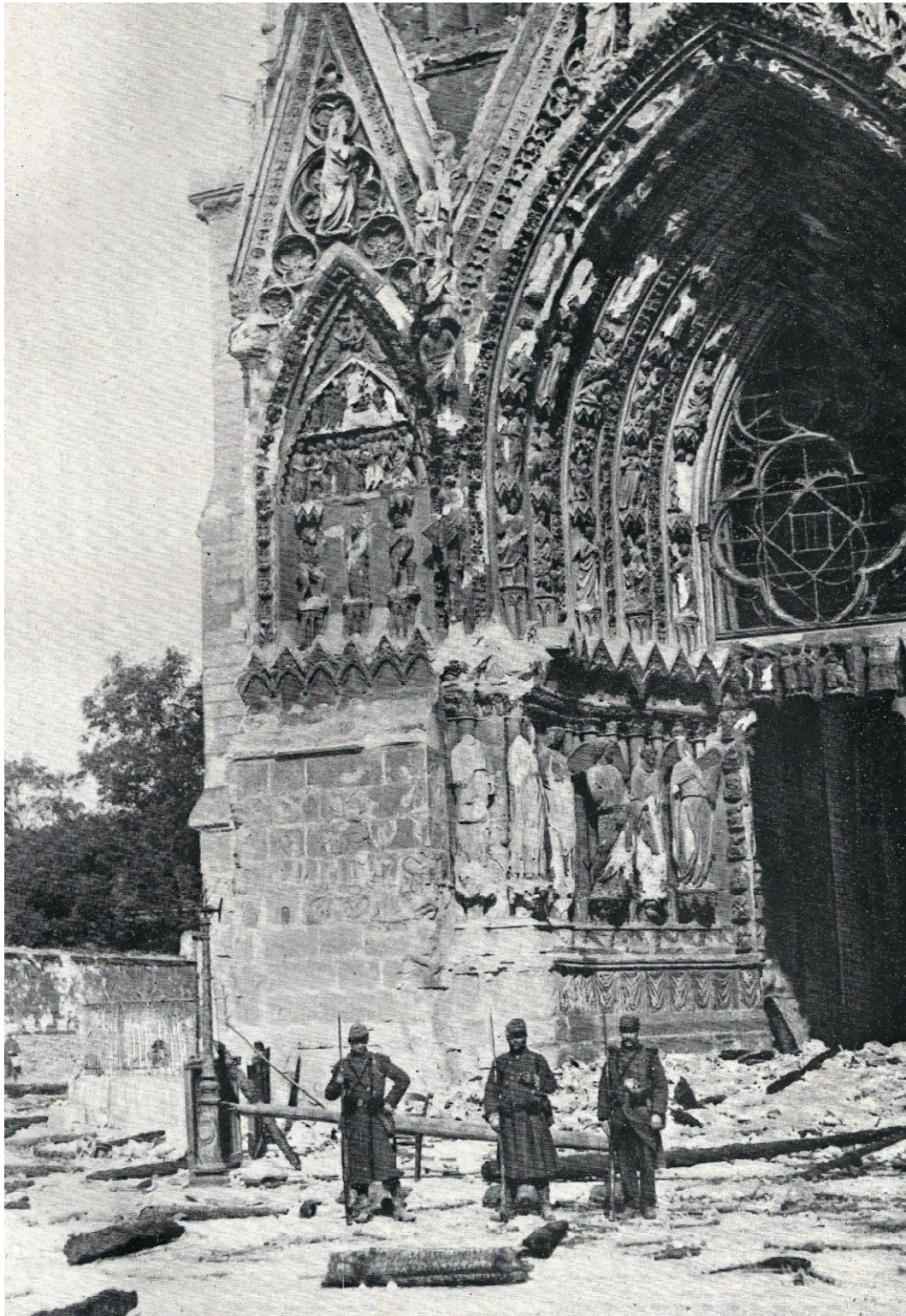


Fig. 215 – *Catedral de Reims depois dos bombardeamentos alemães: “um dos mais belos monumentos da arquitectura cristã e dos mais belos tesouros d’arte”*. Cliché de M. Branger. In *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, 18.^o volume, n. 451, Lisboa, 12 de Outubro de 1914, p. 475. Vol. I, tomo 2, p. 1072.

Os bombardeamentos sobre monumentos e cidades exerceram uma enorme reacção sobre os artistas, os críticos de arte e os defensores do património. Com a Grande Guerra mudou o paradigma do conceito de monumento e da salvaguarda, conservação e restauro dos bens arquitectónicos.

A CATEDRAL DE REIMS



Fig. 216 – “A Catedral de Reims”, poema de O. Guerra. In *Ilustração Portuguesa*. 2.^a Série, 18.^o volume, n.^o 454, Lisboa, 2 de Novembro de 1914. p. 552. Vol. I, tomo 2, p. 1073.

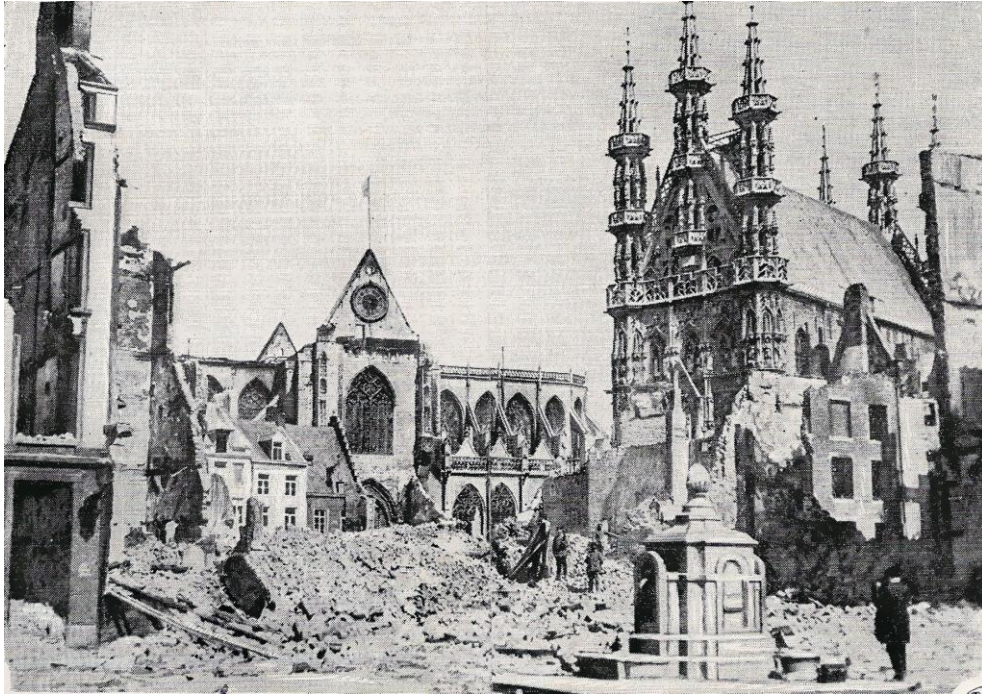


Fig. 217 – Lovaina: câmara municipal e igreja de S. Paulo depois dos bombardeamentos. In “Estética Germanica”, de Paulo Osório, *Ilustração Portuguesa*. 2.ª Série, 18.º volume, nº. 455, Lisboa, 9 de Novembro de 1914, p. 599. Vol. I, tomo 2, p.1078.

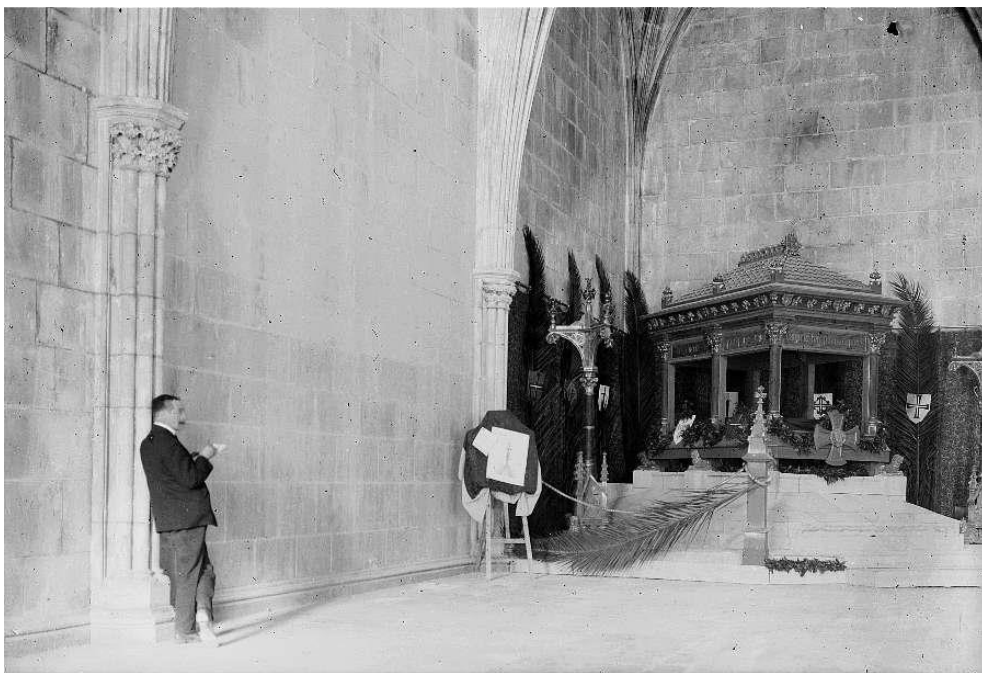


Fig. 217 A – Túmulo dos soldados desconhecidos na Casa do Capítulo do Mosteiro da Batalha. Entre 1920-1922. Fotografia desconhecida. Arquivo Fotográfico da EX-DGEMN (actual IHRU), Fotografia n.º 078581. Vol. I, tomo 2, p. 1073.

O soldado desconhecido constituiu-se num novo aspecto do culto dos monumentos e como marca do seu valor histórico e do seu significado na história dos povos. Na fotografia, a figura que se encontra à esquerda tomando notas é o arquitecto António do Couto e Abreu¹, naquela altura arquitecto da Direcção de Arquitectura do Sul, da AGEMN.

¹ Informação do orientador Professor Doutor Virgolino Jorge.

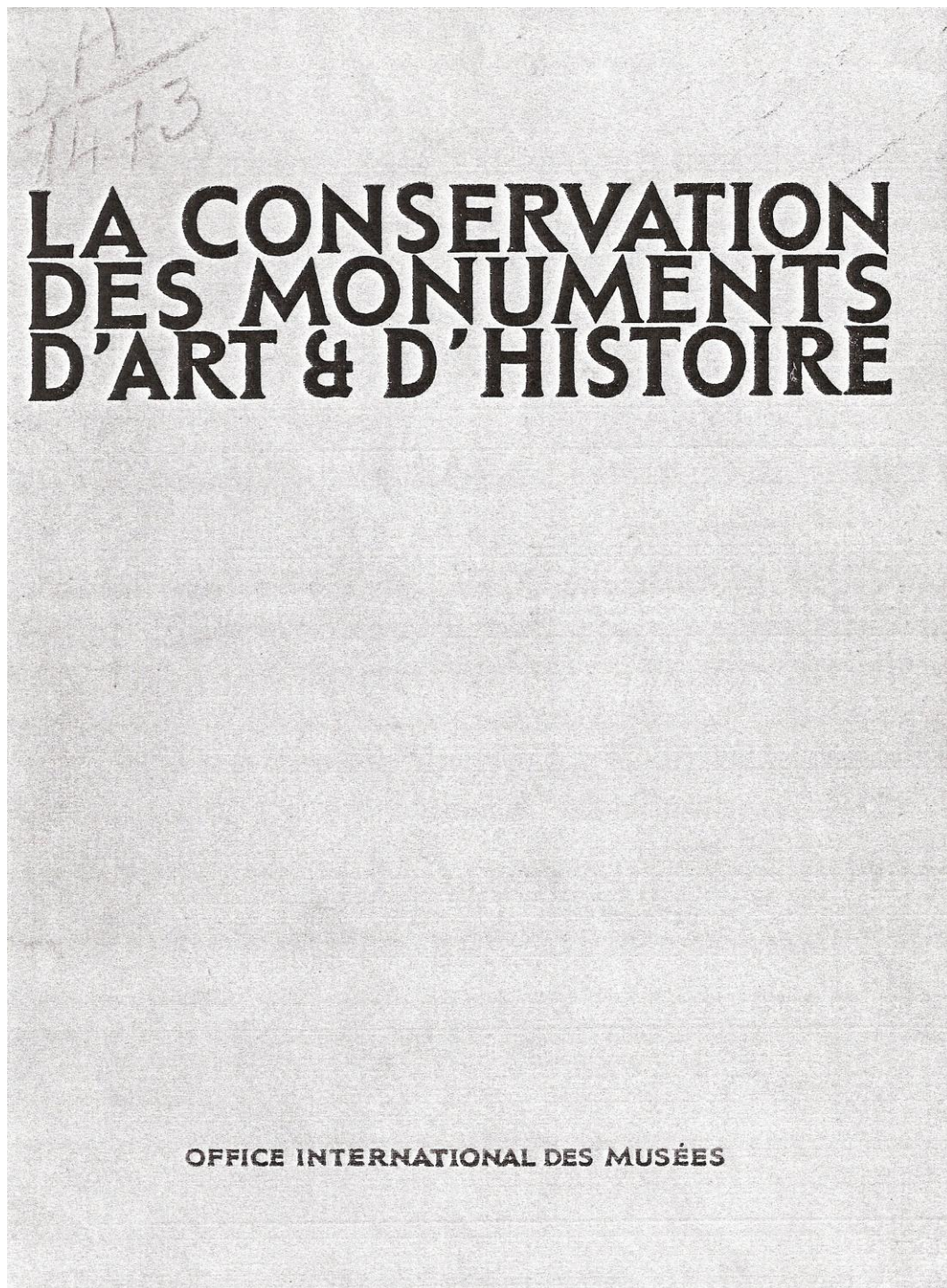


Fig. 218 – *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire*. Athènes: Office International des Musées, 1932. Rosto do volume de actas do Congresso Internacional para a protecção e conservação dos monumentos de arte e de história. BN – B.A. 1473 V. Vol. I, tomo 2, p. 1158.

O Congresso de Atenas realizou-se entre 21 e 30 de Outubro de 1931, sob a presidência de Jules Destrée, Presidente da Comissão da Direcção do OIM, organismo integrado no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações. As comunicações apresentadas ao Congresso revelam o grosso da problemática da salvaguarda e conservação do património artístico e arquitectónico do primeiro quartel do século XX e sobretudo as aquisições essenciais neste domínio, depois da Grande Guerra de 1914-1918.



Fig. 219 – Évora. Paço de D. Manuel I. 2.^a metade do século XIX (anterior a 1881). Fotografia desconhecido. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 46. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1149.

Reparar nas molduras das janelas entaipadas e na colocação da escadaria.



Fig. 220 – Teatro Eborense. Fotografia anónimo. Arquivo Fotográfico Municipal de Évora. Vol. I, tomo 2, p.1149.

Na sequência de problemas de conservação e abandono que motivaram a queda de um troço da cobertura, o que restava do palácio de D. Manuel I de Évora foi intervencionado por via de um projecto de “restauro” do engenheiro Adriano da Silva Monteiro, destinado a museu e, uns tempos depois, adaptado a sala de espectáculos, dando origem ao Teatro Eborense. A obra consistiu numa recuperação das estruturas palatinas quinhentistas conformadas ao gosto revivalista do fim de século e um grande acrescento, correspondente a um novo piso, totalmente construído na gramática da arquitectura do ferro (vigas, janelões de ferro e vidro, colunas de ferro fundido, ferro forjado), procurando um “casamento” entre a antiguidade e uma função moderna que lhe desse vida.



Fig. 221 – *Incêndio do Teatro Eborense construído no antigo “Palácio de D. Manuel”, em Évora. Dois aspectos A. e B. Inícios de Abril de 1916. Fotógrafo: António Joaquim Lopes da Silva Júnior (?). Álbum fotográfico, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, fotos 47 e 48. A fotografia B - inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1149.*

Do conjunto de fotografias enviadas pelo vogal auxiliar de Évora, António Joaquim Lopes da Silva Júnior, destinadas a servir de base à análise do estado do edifício depois do incêndio e elaborar o plano de obras, sobressaem estas com duas vistas do interior, que dão uma ideia dos estragos da arquitectura de ferro que constituía o piso superior levantado sobre a construção primitiva. Os restantes fotografias mostravam um aspecto da fachada principal antes do incêndio, provavelmente obtida junto de um fotógrafo de Évora e duas perspectivas das fachadas exteriores depois do sinistro. Todas estas fotografias fazem parte daquele Álbum (cf. Ofício do Museu Regional de Évora, L.º 1.º, n.º 15, datado de 3 de Abril de 1916. ANBA – Correspondência recebida, 1916. Livro 243).

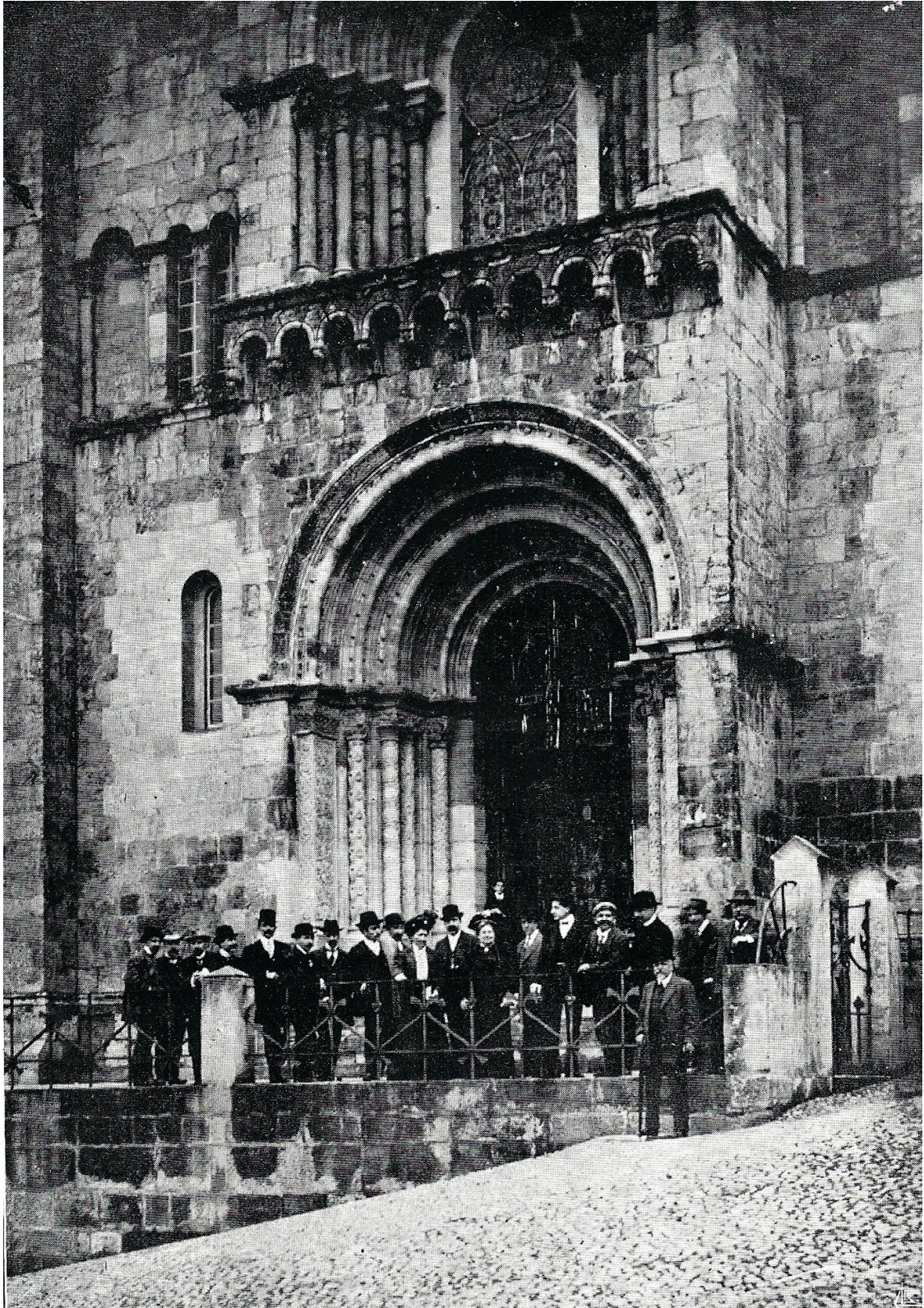


Fig. 222 – *Visita da Sociedade de Architectos Portugueses à Sé de Coimbra*. 1911. *A Arte*, Ano VII, n.º 79, Porto, Julho 1911. Vol. I, tomo 2, p.1162.

Depois da conclusão do restauro interior e exterior, a Sé de Coimbra afirmou-se, nos meios culturais, uma referência nacional. Os architectos portugueses desta Sociedade tomaram contacto com a obra realizada por António Augusto Gonçalves.



Fig. 223 – Sé Velha de Coimbra. Abside em restauro. 1916. In “A Sé Velha de Coimbra” de José Pessanha, José, *Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*, Lisboa, Na Oficina do Anuário Comercial, 1916, pp. 184-191. Vol. I, tomo 2, p.1162.

O restauro da Sé Velha de Coimbra foi das primeiras intervenções que teve apoio da governação republicana, por via do Ministro do Fomento do Governo Provisório, Brito Camacho, no fundo um reconhecimento do papel desempenhado pelo republicano António Augusto Gonçalves, a quem este artigo é dedicado. Ora o caso da Sé Velha constituía um bom exemplo do restauro de reintegração. A intervenção na ábside radicava na demolição da sacristia que impedia a visão objectiva da obra românica, essencial para a revelação da unidade de estilo de toda a Sé Velha. Augusto Gonçalves, numa carta dirigida àquele ministro, refere que “os architectos de Lisboa e Porto, aqui reunidos há pouco, em excursão de estudo, todos *una voce*, apoiam estas demolições” (Coimbra, 1 de Agosto de 1911), in *A Sé-velha de Coimbra*, de António de Vasconcelos, vol. 1, p. 435. As obras decorreram entre 1911 e 1918.



Fig. 224 – Igreja de Paço de Souza (Concelho de Penafiel), Frontaria. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d. ANBA – Biblioteca (Conselho de Arte e Arqueologia) Y – 6 – 9/13, Carteira n.º 4, foto 20. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, pp. 1164 e 1222.



Fig. 224 A – Igreja de Paço de Souza (Concelho de Penafiel), depois do restauro de reintegração / restituição integral. In *Igreja de Paço de Souza*, Boletim da DGEMN, Monumentos 17, Lisboa: MOPC, Setembro de 1939, Vol. I, tomo 2, p. 1164 e 1222.



Fig. 225 – Coimbra. Igreja de S. Thiago. Vista Exterior, 1909. Cliché do Centro Photographico Académico, símile gravura de Marques Abreu, In “Igreja de S. Thiago” de Augusto Gonçalves, *Arte, Archivo d’Obras de Arte*, Ano V, n.º 52, Porto, Abril de 1909, p. 26. Vol. I, tomo 2, p. 1163.



Fig. 226 – Coimbra. Igreja de S. Thiago. Vista Interior, 1909. Cliché do Centro Photographico Académico, símile gravura de Marques Abreu, In “Igreja de S. Thiago” de Augusto Gonçalves, *Arte, Archivo d’Obras de Arte*, Ano V, n.º 52, Porto, Abril de 1909, p. 25. Vol. I, tomo 2, p. 1163.

No final da monarquia constitucional iniciaram-se obras de restauro na igreja de Santiago de Coimbra, sob a orientação superior de Augusto Gonçalves e a direcção de arquitecto Augusto Carvalho da Silva Pinto (1865-1938), nomeado em 1911 como vogal efectivo do Conselho de Arte e Arqueologia. Augusto Gonçalves desenvolve uma teoria de «reintegração completa», pelo facto das construções posteriores de disfarce, não terem conseguido “apagar os elementos fundamentais e predominantes da sua traça primitiva”. O reaproveitamento consciencioso da estrutura, da organicidade e dos elementos arquitectónicos da “traça primitiva” deram origem a uma série de demolições que em contínuo, foram impedindo a concretização objectiva do restauro. Em 1914, a igreja de Santiago, mais parecia uma igreja esventrada por “ataque militar” germânico. Com falta de meios financeiros, o restauro esteve parado durante vários anos e só será retomado em fins da década seguinte, sob a égide da DGEMN.

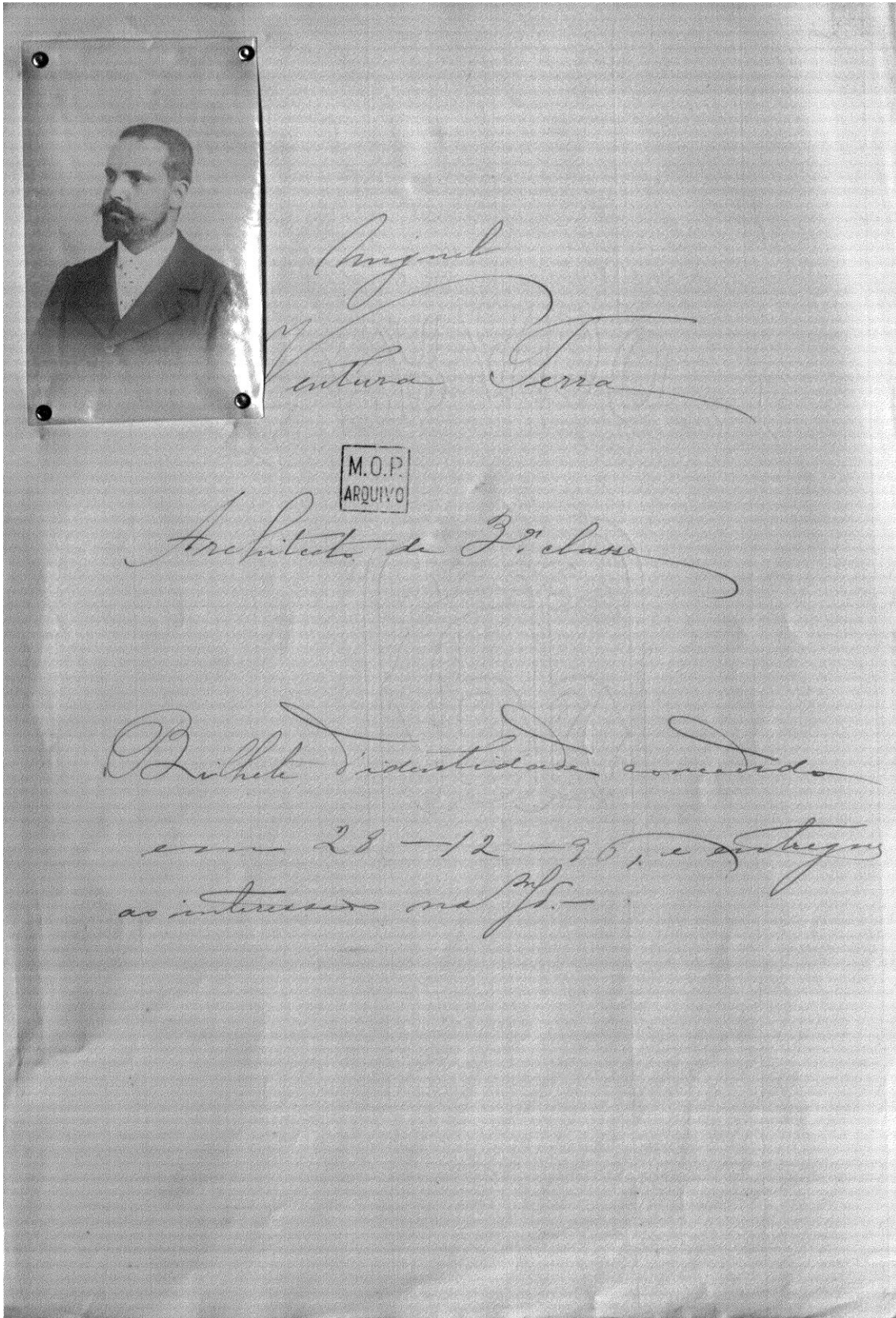


Fig. 227 – Miguel Ventura Terra, Arquitecto de 3.^a classe. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas. Em 28 de Dezembro de 1896. AHMOP – Processos Individuais: Miguel Ventura Terra. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1188.

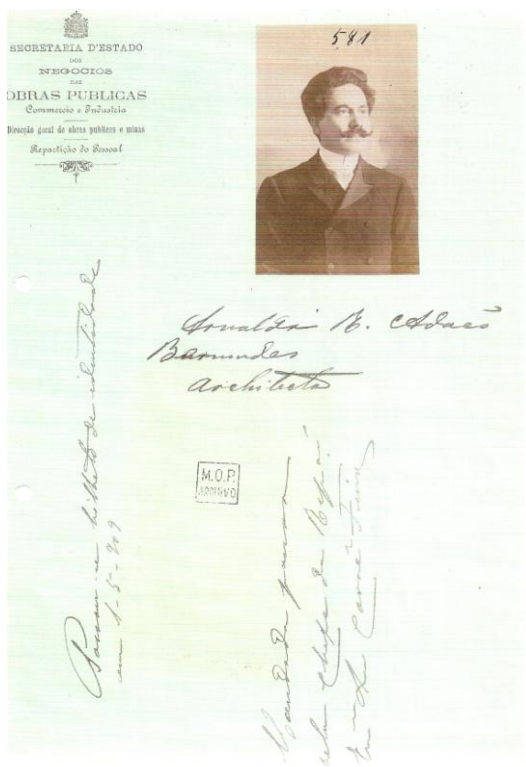


Fig. 228 – Arnaldo Redondo Adães Bermudes, Arquitecto. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas. Em 1 de Maio de 1909. AHMOP – Processos Individuais: Adães Bermudes. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1188.



Fig. 229 – Antiga casa do Senado, Bragança. Fototípia de Emílio & C.^a Editores. In *A Arte e a Natureza em Portugal*. Vol. I, Porto, 1902. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

Deveu-se a Adães Bermudes o mais antigo projecto de restauro do antigo paço medieval do senado municipal de Bragança (6 de Abril de 1916). O projecto fala em conservação, consolidação, remoção de anacronismos, demolição, reposição de elementos arquitectónicos e restauro e segue, em linhas gerais, o modelo de reintegração à unidade de estilo. Ver [Documento 131].

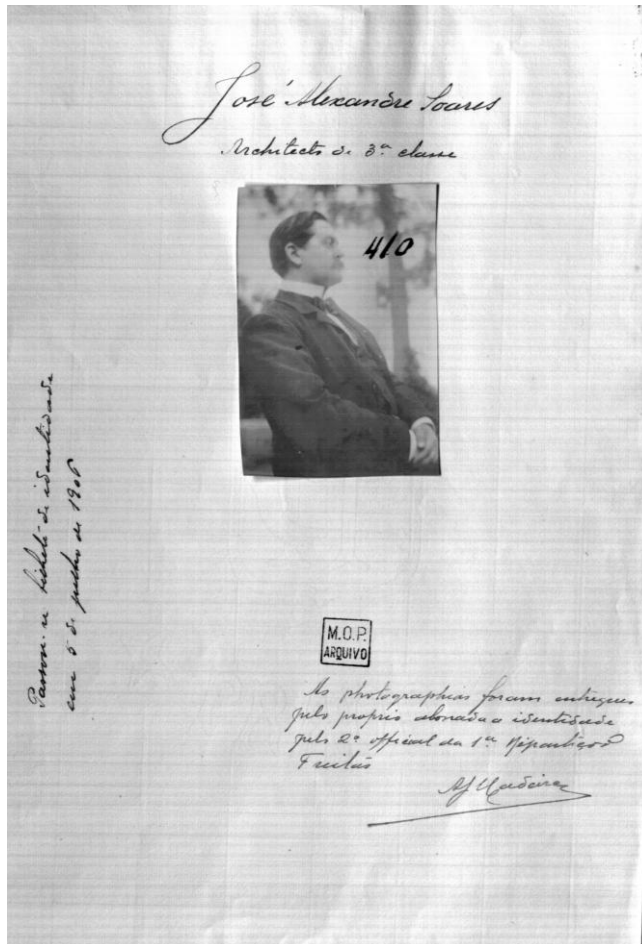


Fig. 230 – José Alexandre Soares, Arquitecto de 3.^a classe. Documento comprovativo da entrega do Bilhete de Identidade de Arquitecto do Ministério de Obras Públicas. Em 5 de Julho de 1906. AHMOP – Processos Individuais: José Alexandre Soares. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1210.



Fig. 231 – *Arquitecto Rosendo Garcia de Araújo Carvalho. Chefe da 2.ª Secção da 1.ª Direcção dos Edifícios Públicos do Distrito de Lisboa. Fotografia. Vol. I, tomo 2, p. 1210.*



Fig. 232 – *O Palácio de Sintra. Vista geral. Fim do século XIX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l'architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00032_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.*

Eugène Lefèvre-Pontalis (1862-1923) historiador de arquitectura, arqueólogo e fotógrafo francês realizou diversas missões fotográficas em Portugal, nomeadamente entre 1885 e 1900, tendo fixado em chapa de vidro o Palácio de Sintra, entre outros monumentos. Foi aluno e professor da École des Chartes, onde introduziu a projecção de fotografia na pedagogia do ensino da arqueologia medieval e da história de arte, entre 1894 e 1911, altura que passou a desempenhar o cargo de professor efectivo. Reagiu ao vandalismo destruidor do património da Picardia, da Lorraine e da Champagne, durante a 1.ª Guerra Mundial, fundando a *Sociedade dos Amigos da Catedral de Reims*, com a finalidade de subvencionar o restauro do templo destruído pelos alemães. As três fotografias que apresentamos destinam a mostrar as construções e as envolventes do Palácio antes da intervenção de Rosendo Carvalho.



Fig. 233 – O Palácio de Sintra. Vista geral. Fim do século XIX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l'architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00033_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.



Fig. 234 – O Palácio de Sintra. Portão de entrada. Inícios do século XX. Fotografia de Eugène Lefèvre-Pontalis. Médiathèque de l'architecture et du patrimoine. Disponível pela Internet. Sapo01_19/00031_p. Vol. I, tomo 2, p. 1212.

As obras dirigidas por Rosendo Carvalheira, a partir de 1912, caracterizaram-se por uma série de demolições dos edifícios tardios, construções “banais” e modernas, que o circundavam e ocultavam. Esta intervenção deveu-se a acordos entre o MOP, onde Carvalheira trabalhava e a Câmara Municipal de Sintra, desejosa de remover alguns entraves que dificultavam a modernização dos acessos. As obras pretendiam beneficiar o monumento, cada vez mais procurado pelo turismo, e conferir-lhe uma dignidade estética, na sua relação com a povoação. Mas contrárias às concepções do restauro de G. Giovannoni.



Fig. 235 – *António Augusto da Costa Mota, tio (1862-1930)*. Cerca de 1912, fotógrafo desconhecido, In *Ilustração Portuguesa*, 2.^a Série, 12.^o Volume, 2.^o Semestre de 1912, Lisboa, Empreza do jornal “O Século”, p. 380. Vol. I, tomo 2, p. 1208.

Um dos vogais mais influentes da Comissão dos Monumentos que, para além da sua actividade de escultor, foi responsável pelo restauro da escultura em pedra e em madeira e das obras de talha do Palácio de Queluz, Basílica de Mafra, Mosteiro dos Jerónimos e Sé de Lisboa.



*Fragmentos do Pelourinho
de Estremoz antes da
reconstituição em 1946.*

Fig. 236 – *Fragmentos do Pelourinho de Estremoz*. Fotografia anterior a 1916. Fotógrafo desconhecido. Ficha n.º 91, apenso, in ANBA – Inquérito sobre Pelourinhos, Vol. I, 1935, Cota – XX-9-6. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1223.



Fig. 237 – *Pelourinho de Estremoz*. Postal ilustrado colado. Pelourinho de Estremoz, n.º 91, apenso, in ANBA – Inquérito sobre Pelourinhos, vol. I, 1935, Cota – XX-9-6. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1223.

Este pelourinho, classificado como MN, depois da sua reconstituição, restauro e colocação na Praça da República, em Estremoz (1916-1917) tornou-se um símbolo da actividade da Comissão dos Monumentos em prol da sensibilização e dignificação dos pelourinhos portugueses que continuaram a sofrer, durante a 1.ª República, de diversos “vandalismos”, dada a identificação inconsciente da respectiva heráldica com os símbolos da monarquia portuguesa.



Fig. 238 – *Capela de S. Lourenço*, Tomar. Antes de 1925. Fotografia de Garcez Teixeira (?), In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, foto 177. Reprodução de Pedro Aboim. ANBA – MM – 6-4. Vol. I, tomo 2, p. 984.

Fotografia anterior à reedificação de 1925. Esta obra foi patrocinada pelo Ministério da Guerra e com direcção de Francisco Augusto Garcez Teixeira e teve o concurso da UAMOC. A legenda da fotografia original revela a grafia do coronel de engenharia.



Fig. 239 – *Chambly (Oise). Église, ensemble ouest.* Carte postale n.º 1750. Década de 1920. Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

Um dos exemplos franceses de restauro utilizando novos materiais de construção, nomeadamente o cimento armado. Pelo facto de assentar sobre um solo com insuficiente resistência, o arquitecto restaurador dos monumentos franceses, André Collin resolveu o problema, consolidando a igreja, que ameaçava ruína, com o auxílio de pilares (pilotis) de cimento injectado à pressão. Este arquitecto foi responsável pelo restauro da Catedral de Noyon, igualmente afectada pela Grande Guerra.



Fig. 240 – *Igreja de Lampaul-Guimiliau.* Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

Um dos exemplos franceses de restauro de torres de igrejas, utilizando novos materiais de construção, nomeadamente o cimento armado. Neste caso foram usadas cintas de betão na base de uma flecha por detrás da balaustrada, de acordo com o projecto do arquitecto dos monumentos históricos, Charles Génouys (1852-1928), inspector para a reconstrução dos monumentos dos departamentos afectados pela Grande Guerra.



Fig. 240 A – Igreja de Chaix, obra de consolidação da Torre. Cerca de 1918. Disponível em (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>). Vol. I, tomo 2, p. 1281.

A consolidação desta torre permite observar, a colocação dos andaimes, sistema que foi usado na Torre Relógio da Charola de Tomar. Esta intervenção deveu-se à equipa de Henri Deneux.



Fig. 241 – *Restauro da cobertura da Catedral de Reims*. Fotografia da Coleção de Yves-Marie Froidevaux, cerca de 1922. In FROIDEVAUX, Yves-Marie, *Techniques de l'Architecture Ancienne : Construction et Restauration*, 2.ème edition, Paris: Pierre Mardaga Éditeur, 1985, p. 101. Vol. I, tomo 2, pp. 1146, 1156 e 1281.

O arquitecto francês Henri Deneux (1874-1969), responsável pelo restauro da Catedral de Reims, depois da Grande Guerra de 1914-1918, resolveu o problema da reconstrução da cobertura mandando executar pranchas de cimento armado, presas por chavetas em madeira de carvalho segundo o processo desenvolvido pelo arquitecto francês Philibert Delorme, do século XVI (sistema inventado em 1561). Esta intervenção mostrou a compatibilidade entre as duas técnicas de tempos diferentes, conseguindo assim obter uma economia notável do restauro da cobertura, difícil de executar segundo um estaleiro tradicional, com base nos conhecimentos arquitectónicos medievais e respectivos materiais de construção (1924-1926).



Fig. 242 – *Ernesto Korrodi*. Fotografia sem data. Fotógrafo desconhecido. In *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, Ensino e Restauro de Património*, de Lucília Verdelho da Costa, Lisboa, Estampa, 1997, figura 1. Vol. I, tomo 2, p. 1249.

Ernesto Korrodi surge neste estudo como um dos primeiros arquitectos a utilizar o cimento e o betão armado no restauro monumental em Portugal, ao aplicar este material de construção no restauro das ruínas do Castelo de Leiria.



Fig. 243 – *Início dos trabalhos de restauração da Igreja de Paço de Sousa*, cliché de Pedro Vitorino. In “A Igreja de Paço de Sousa”, de Pedro Vitorino, *Ilustração Moderna*, n.º 12, Abril de 1927, p. 287. Vol. I, tomo 2, p. 1145.

Na fotografia: 1. João Pimentel, engenheiro; 2. Baltasar de Castro, arquitecto responsável pela Direcção do Norte; 3. Adães Bermudes, arquitecto director dos Monumentos e Palácios Nacionais da 3.ª Repartição de Direcção Geral de Belas Artes; 4. Manuel Gomes de Castro, abade de Paço de Sousa; 5. J. Monteiro de Aguiar, abade e arqueólogo.



3 4 2 1 6 5

Fig. 244 – *Reiniciando o estudo para o restauro da Igreja de S. Tiago, Coimbra.* In “Igreja de S. Tiago (Coimbra)” de [Marques de Abreu], *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 41, Porto, Março de 1930, p. 71. Vol. I, tomo 2, p. 1164.

Reunião de trabalho no interior da igreja para estudos conducentes ao reinício do restauro da igreja de Santiago de Coimbra. A equipa está constituída por 1 - Baltazar de Castro, arquitecto da direcção do Norte da DGEMN; 2 - Arquitecto José Vilaça; 3 - António Augusto Gonçalves; 4 - Silva Pinto, Director da Escola Industrial de Coimbra; 5 - Lourenço de Almeida, escultor; 6 - Indivíduo não identificado. As figuras com os números 3, 4 e 5 eram vogais efectivos do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra.



Fig. 245 – *Grupo de populares integrados nas obras de restauro da igreja de Cête*. Fotografia de Marques de Abreu, filho. In “Monumentos Nacionais. Uma visita ao Mosteiro de Cête” de [Marques de Abreu]. In *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 38, Porto, Dezembro de 1929, p. 480. Vol. I, tomo 2, p. 1145 e 1222.

A fotografia é extremamente elucidativa da origem social dos populares reunidos pelo apelo à intervenção de desaterro da igreja, como início dos trabalhos de restauro impulsionado pelo interesse dos donos da Quinta de Cête e da vontade política da Ditadura Militar, através do seu Ministro do Comércio, Antunes Guimarães. Para além do trabalho braçal, foi empregue a tracção animal com bovinos também presentes na fotografia. Com a Ditadura Militar procurou resolver-se a crise económica e social do país através do desenvolvimento de programas de restauro e conservação dos monumentos nacionais, colmatando a situação de precariedade de emprego que se vivia nas áreas urbanas e rurais. O conceito de restauro, enunciado em 1929, era o de restituição da igreja à primitiva unidade estilística. Implicava remoções e reconstruções (da rosácea, por exemplo), colocação de vitrais e outras situações de benfeitoria, que extravasavam os próprios limiares de um restauro, tal como ele era defendido na Itália de Giovannoni. O restauro deste monumento iniciou-se a partir de então, com as orientações da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, dando continuidade à obra restauradora do Ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães.



Fig. 246 – Évora. Catedral. Pátio do Claustro. Arcaria depois do restauro. Cerca de 1928. Cliché do arquivo de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933- Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 4, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1219.

A intervenção no claustro da Sé de Évora decorreu entre 1921 e 1930, sendo dirigido por Adães Bermudes e António do Couto e tendo como entidade colaborante o Grupo Pró-Évora. Os trabalhos começaram com a limpeza do claustro e prolongaram-se pela Capela do Fundador, no qual veio a colocar-se o túmulo do Arcebispo, D. Eduardo Nunes. Esta fotografia é anterior do ajardinamento do claustro, intervenção que ocorreu em 1929.



Fig. 247 – Mosteiro de Alcobaça. Teatro Alcobacense. 1.º quartel do século XX. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN (actual IHRU). Foto 5000234. Vol. I, tomo 2, p. 1216.



Fig. 247 A – Mosteiro de Alcobaça. Reintegração do refectório dos Monges, com a desmontagem do Teatro. Cerca de 1926. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0007. Gentileza de Rui Rasquilho. Vol. I, tomo 2, p. 1216.



Fig. 248 – *Mosteiro de Alcobaça. Refeitório dos Monges, desmontagem do Teatro. Intervenção de reintegração outro aspecto.* 1926-1928. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0008. Vol. I, tomo 2, p. 1216.



Fig. 249 – *Mosteiro de Alcobaça. Refeitório dos Monges, depois da desmontagem do Teatro. Intervenção de reintegração, com restauro dos silhares.* 1926-1928. Fotógrafo desconhecido. Mosteiro de Alcobaça. Coleção de Fotografias do Centro de Documentação do Mosteiro. Foto 0006. Vol. I, tomo 2, p. 1216.

As quatro fotografias referem-se todas à obra de reintegração arquitectónica do Refeitório dos monges de Alcobaça, cuja direcção coube a Adães Bermudes. Esta obra era relativamente fácil, porque o teatro era uma arquitectura de madeira, logo efémera, o que facilitou não apenas a remoção de uma intervenção oitocentista, como a revelação da obra medieval, relativamente bem conservada, a que o arquitecto sujeitou a uma limpeza geral, ao preenchimento das lacunas e ao rebaixamento do solo, ao nível das bases das colunas de sustentação da abóbada. O púlpito de oração e leitura da Bíblia não foi completado, por falta de elementos, revelando o cuidado do arquitecto.



IGREJA de POMBEIRO (CONCELHO de FELGUEIRAS)—INTERIOR—(CLICHÉ DE MARQUES ABREU)

Fig. 250 – *Mosteiro do Pombeiro. Interior.* In *A Arquitectura românica em Portugal, clichés de Marques de Abreu*, s.l, s.d, Carteira n.º 5, foto n.º 5, ANBA: Y – 6 – 9/13. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1235.

O mosteiro do Pombeiro, assim como muitos monumentos desta época (entre os quais a Sé de Évora) foram objecto de projectos de conservação das coberturas e substituição dos telhados, essenciais numa perspectiva de manutenção do estado de conservação das estruturas e do património integrado.



ÉVORA - PALÁCIO DO CARDEAL D. HENRIQUE - CLAUSTRO E FACHADA DA SALA DOS ACTOS DA ANTIGA UNIVERSIDADE - (CLICHÉ MARQUES ABREU)

Fig. 251 – *Palácio do Cardeal D. Henrique. Claustro e Fachada da Sala dos Actos da Antiga Universidade.* In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 8 – Novembro de 1935, foto n.º 15, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1235.

Depois de dezenas de críticas, finalmente desenvolveu-se um projecto consistente de conservação e restauro do antigo Colégio universitário de Évora.



Fig. 252 – *Porta de entrada do antigo Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição. Actual Academia Nacional de Belas Artes. Obra de José Luís Monteiro. 2004. Fotografia de Jorge Custódio. Vol. I, tomo 2, p. 1227.*

A Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição funcionou, entre 1911 e 1920, na sede do Conselho de Arte e Arqueologia, antiga espaço da Academia Real de Belas Artes. Com a criação da AGEMN, reuniu-se também na Praça do Comércio, no edifício do Ministério de Obras Públicas.



Fig. 253 – *Arquitecto José Vilaça*. Cerca de 1930. Fotografia de Augusto Soucasaux. In “O Culto dos Monumentos”, de Marques de Abreu, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, n.º 40, Porto, Fevereiro de 1930, p. 27. Vol. I, tomo 2, p. 1222 e 1240.

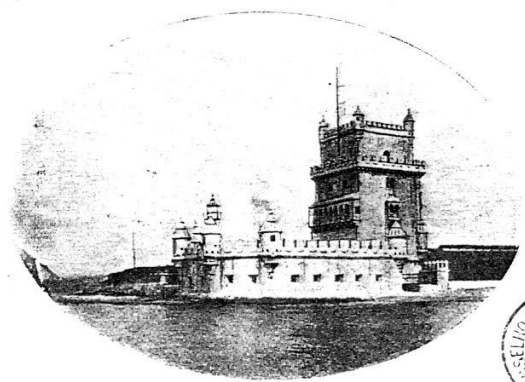
FF. 4 37

29

4878

PORTUGAL

A Tôrre de Belém La Tour de Bethléem The Tower of Bethleem



Cl. Azevedo e Silva

EDIÇÃO DO: EDITION DU: EDITED BY THE:
SERVIÇO DOS MONUMENTOS MILITARES

PREÇO: PRIX: PRICE:

1\$50

Fig. 254 - Portugal. A Torre de Belém, Edição do Serviço de Monumentos Militares, Lisboa, s. d. [cerca de 1929]. Fotografia de capa: Azevedo e Silva. Vol. I, tomo 2, pp. 961 e 1223.



Fig. 255 – A Torre de Belém e a Fábrica da Companhia Gás de Lisboa, SARL, Lisboa. Cerca de 1922. Fotografia de Monteiro Lima. In Coleção de doze fotografias do Coronel Monteiro de Lima, datadas de 28-III-1922. BMS – L 518. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1248.

Durante a 1.^a República cresceu o movimento de contestação à presença da Fábrica de Gaz de Lisboa e respectivos gasómetros na vizinhança da Torre de Belém, considerada desde então uma jóia da “arquitetura manuelina” de interesse europeu e internacional. Se, numa primeira fase, a contestação visou o aspecto estético, a partir do início da década de 1920, afirmou-se no plano dos efeitos poluentes da fábrica sobre o monumento, que punham em causa o valor das suas cantarias.



CASA ONDE NASCEU O INFANTE D. HENRIQUE

Fig. 256 – *Casa onde nasceu o Infante D. Henrique, [Porto. Fachada Principal].* In *Album do Centenario. 1498-1898: Trechos d'Arte Manuelina, Scenas da Vida Portuguesa*, 20 fotografias. Direcção de Arnaldo da Fonseca, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898. Vol. I, tomo 2, p. 1266.



Fig. 257 – *Convento de Cristo. Igreja. Abóbada anelar da Charola.* 2008. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1270.

Vêm-se na abóbada os vestígios da ruptura ocasionada pelo terramoto de Benavente de 1909 que, a partir de 1914, foram detectados durante as inspecções da Comissão dos Monumentos no Convento de Cristo (Rosendo Carvalheira, José Alexandre Soares, Adães Bermudes) e motivo de preocupação da UAMOC, desde 1920. Como estas feridas arrastaram consigo a queda do reboco pintado e caído, apressaram-se as obras de consolidação, que serão preparadas pela Comissão dos Monumentos e iniciadas pela AGEMN, através de uma Comissão Administrativa, tal como sucedeu com o Castelo de Leiria. A intervenção de conservação e restauro da pintura mural desta abóbada, redescoberta no último quartel do século XX, deixou visível, como documento do anterior estado de consolidação, os vestígios do referido terramoto, impossíveis de esconder face aos modernos conceitos de restauro pictórico.



Fig. 258 – *Convento de Cristo. Torre do Relógio e contraforte da Charola. Pormenor. 2007. Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1273.*

Esta fotografia permite verificar a maior antiguidade da estrutura da Charola (enquanto templo e torre militar) em relação à torre sineira, muito embora esta última ainda começasse a ser construída no período românico, como atestam as suas frestas e sobretudo as siglas das suas cantarias internas superiores. Admitimos a hipótese que a primeira fosse construída antes de 1190 e a segunda, a seguir ao cerco de Tomar.



Fig. 259 – *A Igreja do Convento de Cristo*. Iluminura da colecção da *Leitura Nova* (Livro IV, Estremadura). 1.º Quartel do século XVI. AN/TT. Fotografia existente no Centro de Documentação do Convento de Cristo. Vol. I, tomo 2, p. 1273.

A iluminura quinhentista foi descoberta por Garcez Teixeira, na sequência dos estudos sobre a Charola, com vista à fundamentação das razões que podiam determinar o seu colapso físico. Serviu para demonstrar que a torre (então designada por henriquina) era posterior à construção da igreja de rotunda templária. Depois da descoberta, Garcez Teixeira fez uma conferência no Museu do Carmo sobre a iluminura (10 de Abril de 1925) e publicou um estudo na série *Contribuições para a História das Artes em Portugal, V – Uma Iluminura do Século XVI*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1925.



Fig. 260 – *Escada militar inscrita no interior do paramento Norte/Oeste da Charola.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1275.

Esta escada foi documentada nos estudos de consolidação como um caso de uma lesão na estrutura da abóbada e foi associada a obras posteriores à construção do templo. Todavia, o aparelho, o sistema de construção e toda a informação das siglas aparentes das cantarias, viradas para a escada, provam que esta obra é contemporânea da construção do edifício.



Fig. 261 – *Convento de Cristo. Exterior do corpo da Igreja. 1.^a década do século XX. Fotografia desconhecida. Postal Ilustrado, Coleção da Havaneza, n.º 3, Thomar. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 1277.*

O postal revela uma imagem anterior à intervenção de consolidação da Torre Relógio, de 1926-1932. Nele pode ver-se, na parte superior da igreja, (assinalado) no plano mais recuado, a construção referida nos documentos, que servia de força de pressão sobre a abóbada da Charola e punha em causa a sua estrutura, ameaçando-a de ruína.



Fig. 261 A – *Convento de Cristo. Parte Superior das Fachadas Sul e Poente. Cerca de 1929. Fotografia Marques de Abreu. In “Tomar. Convento de Cristo”, de Francisco Augusto Garcez Teixeira, Ilustração Moderna, 4.º Ano, n.º 35, Porto, Julho de 1929, p. 398-99. Vol. I, tomo 2, p. 1277.*

No último plano vê-se os andaimes montados para o restauro da torre do relógio.



Fig. 262 – *Convento de Cristo. Charola (exterior)*. Cerca de 1929. Cliché fotográfico de Marques de Abreu. In “Tomar. Convento de Cristo”, de Francisco Augusto Garcez Teixeira, *Ilustração Moderna*, 4.º Ano, n.º 35, Porto, Julho de 1929, p. 393. Vol. I, tomo 2, p. 1279.

Esta fotografia permite ver pormenores dos andaimes usados para o restauro do campanário do sino denominado a Baleia, na sequência dos trabalhos de restauro da Torre do Relógio, dirigidos pelo filho de Adães Bermudes, o arquitecto Jorge Bermudes França.



Fig. 263 – *Convento de Cristo. Charola.* Calendário para o Ano de 1933. Fotógrafo desconhecido. Ocogravura, Lda., 1932. Convento de Cristo, Centro de Documentação. Vol. I, tomo 2, p.1280.

Fotografia executada depois da intervenção na torre do relógio e no campanário da Charola, anterior à demolição da Casa do Relojoeiro, existente na parte superior do Templo.

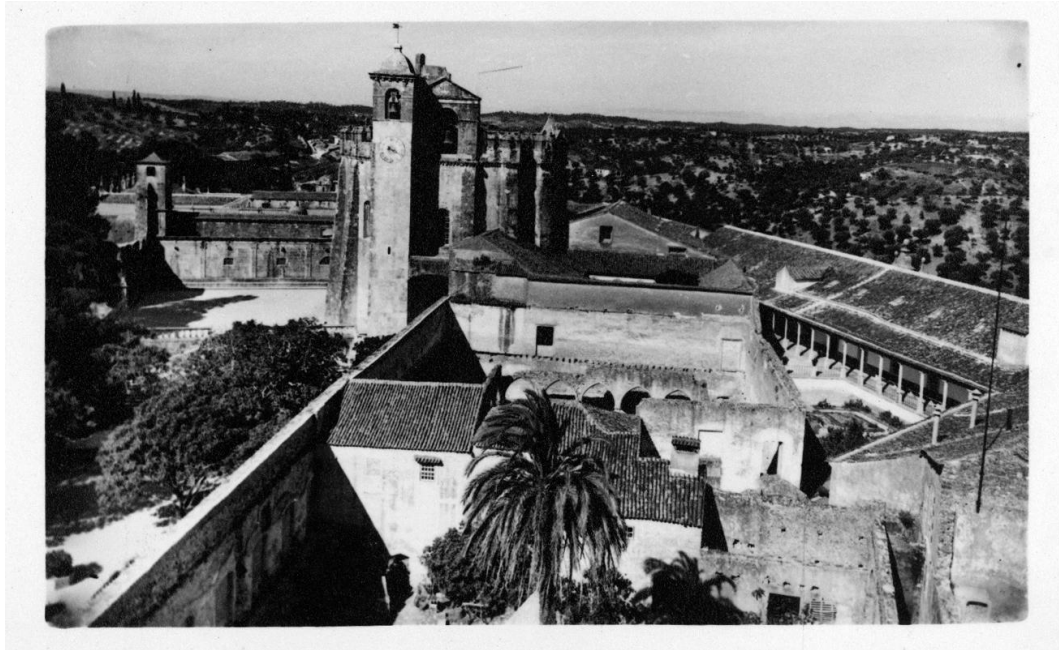


Fig. 264 – *Convento de Cristo. Aspecto geral visto do Castelo.* Postal Ilustrado. Com editor não identificado, pelo facto do postal se encontrar colado num álbum. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Tomar. Vol. I, tomo 2, p. 1280.

A imagem revela diferença de cor registada no cliché, quanto aos paramentos da Torre do Relógio e da Charola, por debaixo do campanário, sinal da intervenção recente de restauro. Houve necessidade de proceder ao desmonte controlado dos referidos paramentos.



Fig. 265 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Intervenção de reforço da torre com lajes e lintéis de betão armado.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Para a intervenção desta estrutura, houve necessidade de escavar ao nível do subsolo, meter uma laje interior (em princípio, de acordo com a planta de 1926 – Des. n.º 68), sustentar a torre para lhe introduzir a estrutura de travejamento superior, visível na base dos três paramentos exteriores, chanfrar o cunhal da torre a nordeste, como forma de facilitar a obra final; repor as silharias inferiores ajustadas e à face superior da laje e lintéis e nivelar o solo, repondo depois as lajes de pedra.



Fig. 266 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Aspecto sul da obra de betão armado na base da torre. 2007. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.*



Fig. 267 – *Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Pormenor de um lintel, no alçado sul. 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.*

Vêm-se os negativos da cofragem de madeira, indispensável ao vazamento da massa de cimento, seixos rolados e areão, na estrutura de ferro para a constituição do betão armado.



Fig. 268 – Torre do Relógio da Charola do Convento de Cristo. Estereotomia do aparelho silhar do alçado sul. 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

A cuidadosa observação do aparelho silhar da torre intervencionada entre 1926 e 1932 permite-nos distinguir, em primeiro lugar, a áreas do paramento intervencionado daquele que se manteve na sua primitiva composição e autenticidade (assinalado na fotografia). Uma análise mais fina mostra, também, as pequenas diferenças de tratamento da parte intervencionada, correspondentes a diferentes momentos e soluções de revestimento da estrutura de betão interior.



Fig. 269 – *Modelo tridimensional da Charola com corte da torre do relógio*. Desenho do arquitecto Sotero Ferreira, 2007. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1282.

Este modelo permite observar a estrutura de betão que foi construída no interior da torre, a partir da base para implantar a escada de acesso e assim evitar a demolição da dita torre. Este modelo foi executado para o estudo apresentado nesta dissertação de doutoramento.



Fig. 270 – Fosso vertical para a colocação dos pesos do relógio da Torre. 2007. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1283.

A intervenção de consolidação obrigou à destruição do mostrador seiscentista do relógio mecânico e à reconstrução de um novo mostrador, assim como à criação de uma nova casa do relógio, aproximando-a do fosso onde circulavam os pesos motores.



Fig. 271 – Torre do relógio e campanário da sineira “Baleia”, vistos pelo tardo. 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

A linha marcada corresponde à cumeeira da casa do relojoeiro, demolida na sequência do restauro da torre, como forma de redução do peso de esmagamento da abóbada, provocada pela construção superior.



Fig. 272 – *Charola. Alçado principal. Lintel de reforço superior da janela românica.* 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Tratou-se da colocação de uma viga de betão interna sobre a janela para evitar a flexão da estrutura e a destruição da primitiva janela românica do Templo. Essa viga foi revestida a pedra, ficando ocultada. Esta intervenção visava criar a compatibilidade do método de consolidação com o efeito estético desejável num monumento histórico.



Fig. 273 – *Charola. Alçado principal. Campanário da “Baleia”. Reforço inferior.* 2007. Fotografia Jorge Custódio / Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.

Uma outra viga de betão foi introduzida na base do campanário e acima dos modilhões, com o objectivo de reforçar a estrutura de suporte do sino, que dado o seu peso exercia o esmagamento da estrutura da abóbada da Charola. Com esta intervenção evitou-se a demolição do campanário quinhentista.



Fig. 274 – *Torre do Relógio. Interior. Alçado norte. Revestimento com silhares de pedra de dois lintéis de betão para reforço do campanário. 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.*

As vigas de betão eram tamponadas nos topos laterais com pedra, com a mesma finalidade vista nas figuras 272 e 273.

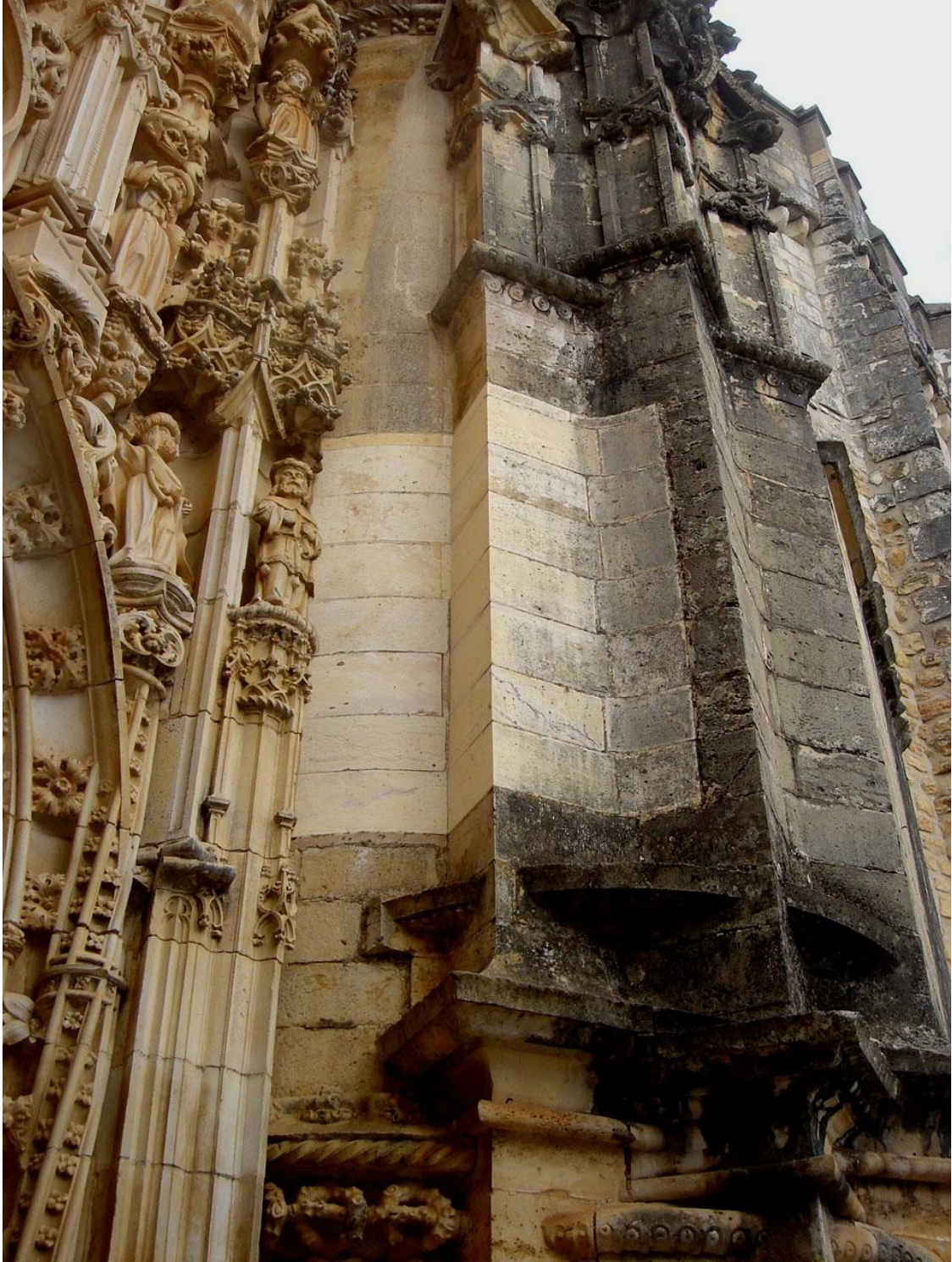


Fig. 275 – Charola. *Intervenção de restituição dos reforços de estabilidade na zona da antiga casa dos órgãos. 2007. Fotografia Jorge Custódio/Rui Ferreira. Realçada por processo digital. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.*

A zona de intervenção com silhares mais modernos que correspondia a uma antiga varanda, foi entaipada, em data que se desconhece. No entanto, durante a intervenção de reforço da Charola voltou a intervir-se neste espaço, reforçando-o com enchimento de alvenaria de pedra e betão.



Fig. 276 – Torre da Charola. Aspecto geral que apresenta na actualidade. 2008. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1284.



Fig. 277 – Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Nave. Fotografia de Augusto Soucasaux. In “O Mosteiro de Belém (Jerónimos)”, de Reynaldo dos Santos, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 46, Porto, Agosto de 1930, p. 179. Vol. I, tomo 2, p. 1298.

A fotografia é contemporânea do restauro das abóbadas, revelando uma nave (vista do cruzeiro para a porta ocidental) liberta de mobiliário que impedia a leitura arquitectónica original, revelando que o programa enunciado em 1913, começava a cumprir-se.



Fig. 278 – "Na Sé de Lisboa" – Notícia da visita da Associação dos Arqueólogos Portugueses à Sé de Lisboa, em 1912. Fotografias de Joshua Benoiel. In *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, 1.^o Semestre, Lisboa: Empresa "O Século", 1913, p. 50. Vol. I, tomo 2, p. 1303.

As polémicas à volta do restauro da Sé depois da morte de Augusto Fuschini e da nomeação de António do Couto para o restauro suscitaram interesse na cidade de Lisboa e na comunidade dos arquitectos e arqueólogos portugueses.



Fig. 279 – Sé de Lisboa. Aspecto do restauro da ábside e estado das construções no claustro antes da intervenção de António do Couto. Fotografia. Cerca de 1910. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516588. Vol. I, tomo 2, p. 1304.

A fotografia mostra o aspecto geral do claustro e das casas que o preenchiam, construídas desde o século XVIII, num momento próximo do início do restauro desta parte do monumento, no tempo de Augusto Fuschini, o director da obra que defendeu, inicialmente, o restauro do claustro da Sé.

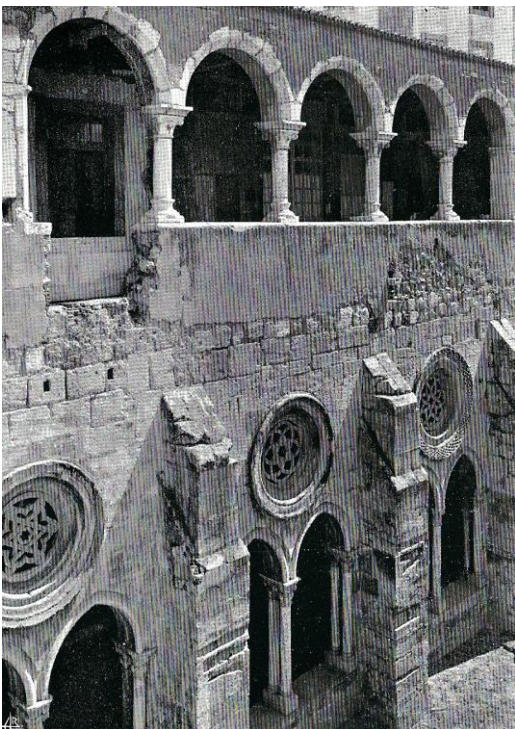


Fig. 280 – Sé de Lisboa. Aspecto de uma quadra do claustro. Fotografia. Meados da década de 1910. In *Monumentos de Portugal, Sé de Lisboa*, de Matos Sequeira e Nogueira de Brito, Porto: Litografia Nacional, 1930. Vol. I, tomo 2, p. 1304.

A galeria superior do claustro era sustentada com colunas de arcos de volta perfeita, chanfrados, manifestando uma época de ampliação quinhentista. Vê-se neste piso pormenores do interior do espaço, com as antigas habitações que a preenchiam, tal como se dera em muitos monumentos antigos e medievais por toda a Europa (Veja-se o caso das Arenas de Nîmes).



Fig. 281 – Sé de Lisboa. Claustro. Obras de remoção e limpeza da galeria superior. Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516298. Vol. I, tomo 2, pp. 1304 e 1305.



Fig. 281 A – Sé de Lisboa. Claustro. Fase da demolição de obras recentes, com término de aluguer de casas e deslocação de residentes. Fotografia. Cerca de 1920. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516108. Vol. I, tomo 2, pp. 1304 e 1305.

O processo de restauro do claustro da Sé prolongou-se no tempo devido à necessidade de sustentar os alugueres das casas que o preenchiam nas quadras norte, nascente e sul, deslocar os residentes e demolição as casas construídas nos alicerces, paredes e arcadas que o constituíam. O processo de restauro nada tinha de complicado em si, pois se tratava de uma reintegração. As dificuldades burocráticas foram enormes para fazer valer os princípios de conservação e restauro de um monumento com a dignidade da Sé de uma capital.



Fig. 282 – Sé de Lisboa. Claustro depois do restauro de António do Couto. Fotografia. Fotógrafo desconhecido. Década de 1930. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516583. Vol. I, tomo 2, p. 1306.



Fig. 283 – Sé de Lisboa. Ábside depois do restauro. In *Monumentos de Portugal, Sé de Lisboa*, de Matos Sequeira e Nogueira de Brito, Porto: Litografia Nacional, 1930. Vol. I, tomo 2, p. 1307.

Vêm-se as janelas góticas geminadas correspondentes às capelas do deambulatório e os janelões sobre as capelas radiais. Num deles observa-se o modelo de fenestração artística implementado por António do Couto, no restauro da charola da Sé.

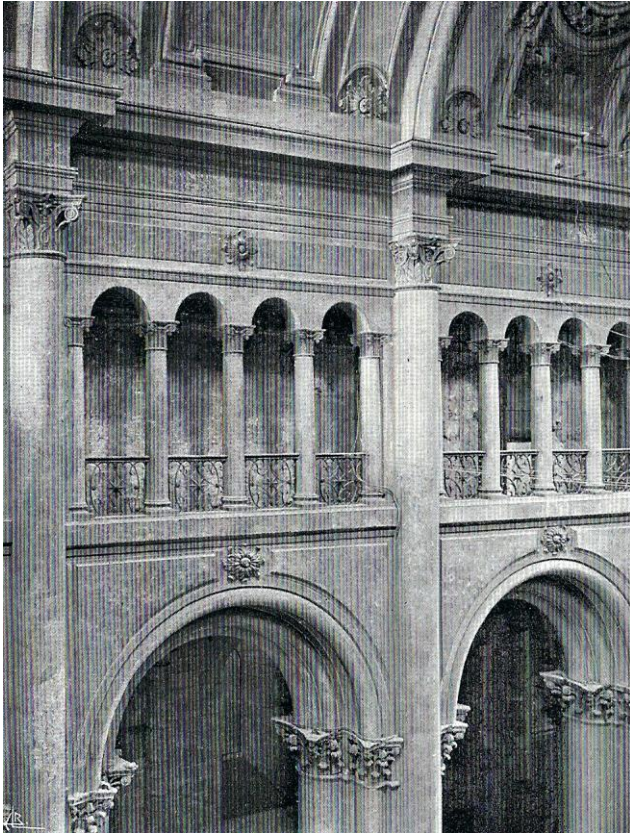


Fig. 284 – Sé de Lisboa. Alçado da nave central norte e respectivo trifório, antes do restauro de restituição ao estilo românico. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. *A Arte em Portugal* n.º 13, Porto: Marques Abreu, 1931, fig. 9. Vol. I, tomo 2, p. 1308.



Fig. 284 A – Sé de Lisboa. Remoção do reboco e estuque do período neoclássico. Fotografia. Fotógrafo desconhecido. Década de 1930. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516552. Vol. I, tomo 2, p. 1308.

Importante para o reconhecimento do disfarce clássico das colunas (capitéis jónicos do trifório e coríntios ou compósitos, das arcadas inferiores) e do alçado, sobre os rebocos e estuques. Um gradeamento está colocado em toda a extensão do trifório. Na segunda fotografia observa-se um pormenor românico ocultado pela reconstrução dos fins do século XVIII inícios do século XIX.



Fig. 285 – Sé de Lisboa. Nave lateral do lado norte. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *Sé de Lisboa*, de Manuel Ribeiro. *A Arte em Portugal* n.º 13, Porto: Marques Abreu, 1931, fig. 8. Vol. I, tomo 2, p. 1309.

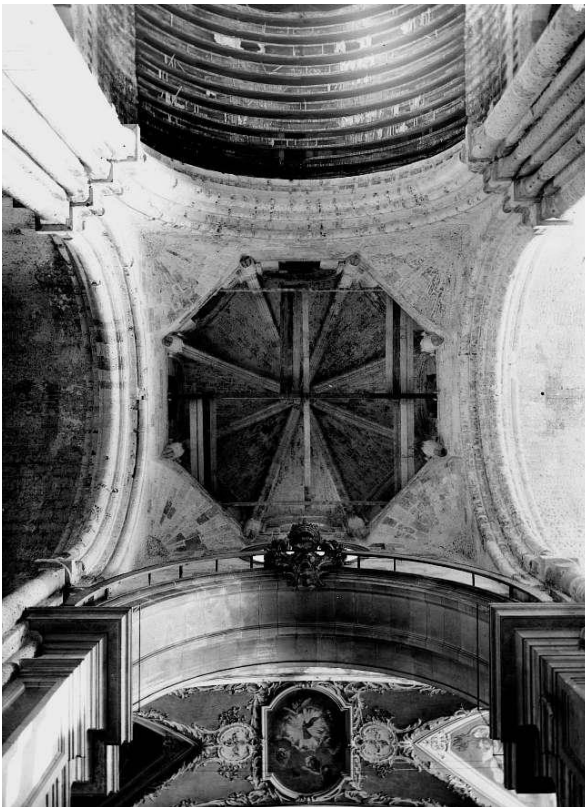


Fig. 286 – Sé de Lisboa. Vista da cobertura do cruzeiro. Fotografia. 1941. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516078. Vol. I, tomo 2, p. 1310.



Fig. 287 – Sé de Lisboa. Colunas românicas após a remoção do reboco e em fase de reconstrução e restauro das primitivas bases a partir de modelos originais. Fotografia. Cerca de 1940. Arquivo Fotográfico da ex-DGEMN (actual IHRU), foto 516080. Vol. I, tomo 2, pp. 1308 e 1309.



Fig. 288 – *Casa do Capítulo da Ordem de Cristo* (1860). In “Thomar. Casa do capítulo da ordem de Christo”, Desenho de Nogueira da Silva, provavelmente a partir de uma fotografia da época. *Archivo Pittoresco*, Lisboa, vol. III, 1860, pp. 41-42. Vol. I, tomo 2, p. 1319.



Fig. 289 – *Casa do Capítulo Incompleta. Vista Sul-Norte.* 2008. Fotografia Rui Ferreira. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1316.



Fig. 290 – *Casa do Capítulo Incompleta. Vista Norte-Sul.* 2008. Fotografia de Rui Ferreira. *Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.*

Estas duas fotografias permitem compreender a Casa do Capítulo do Convento de Cristo, cujo piso superior foi construído para os freires cavaleiros e o piso inferior para os freires de clausura (regra de S. Bento). Nesta última figura, vê-se um presumível arranque de uma rosácea para o capítulo dos Freires, obra abandonada cerca de 1533, dado o conflito entre o Prior da Ordem de Cristo e os freires cavaleiros. Teixeira Garcez defendia que a parte inferior era uma modificação “ao romano” do mesmo João de Castilho, que fora o obreiro da conclusão da igreja, onde desenvolvera o estilo manuelino.



Fig. 291 – *Casa do Capítulo paramentos do lado nascente*. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.

Permite entender como foi construído o capítulo dos freires de clausura, a partir da estrutura mais antiga, que foi internamente modificada e cujas paredes sofreram aumento de espessura para receber a construção datada de 1533.



Fig. 292 – *Primitiva entrada do Capítulo dos Freires*. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1317.

Segundo a nossa hipótese, situar-se-ia neste espaço do claustro joanino o acesso ao capítulo dos freires de clausura, uns anos depois encerrado e entaipado, dado que se construiu uma nova porta, em 1545, ligando directamente o claustro ao capítulo.

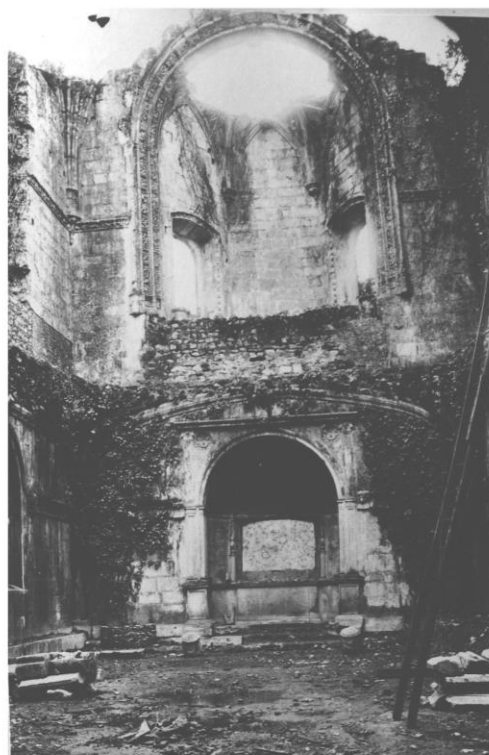


Fig. 293 – Casa do Capítulo do Convento de Cristo. Interior. Vista Sul-Norte, para os arcos de acesso ao vestíbulo. Execução de trabalhos de limpeza. 1923-1925. Brak Lamy / Phot. Amador. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 106. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1319.

Fig. 293 A – Casa do Capítulo do Convento de Cristo. Interior. Vista Norte-Sul. Norte, para a capela / trono dos pisos inferior e superior. Execução de trabalhos de limpeza, 1923. Brak Lamy / Phot. Amador. Fotografia retocada pelo autor. *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 107 e Arquivo da UAMOC, Tomar. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1319.

As duas fotografias mostram aspectos do desentulhamento e limpeza do espaço, trabalhos preparatórios de uma intervenção de drenagem e consolidação das ruínas que ficaram, naquele tempo, apenas em projecto. Vê-se uma escadaria em plano inclinado para o transporte dos entulhos para o exterior, pedras seleccionadas e escadas de madeira. No piso superior encontrava-se um telheiro, provavelmente construído pelos anteriores proprietários (os Condes de Tomar), que foi desmontado.

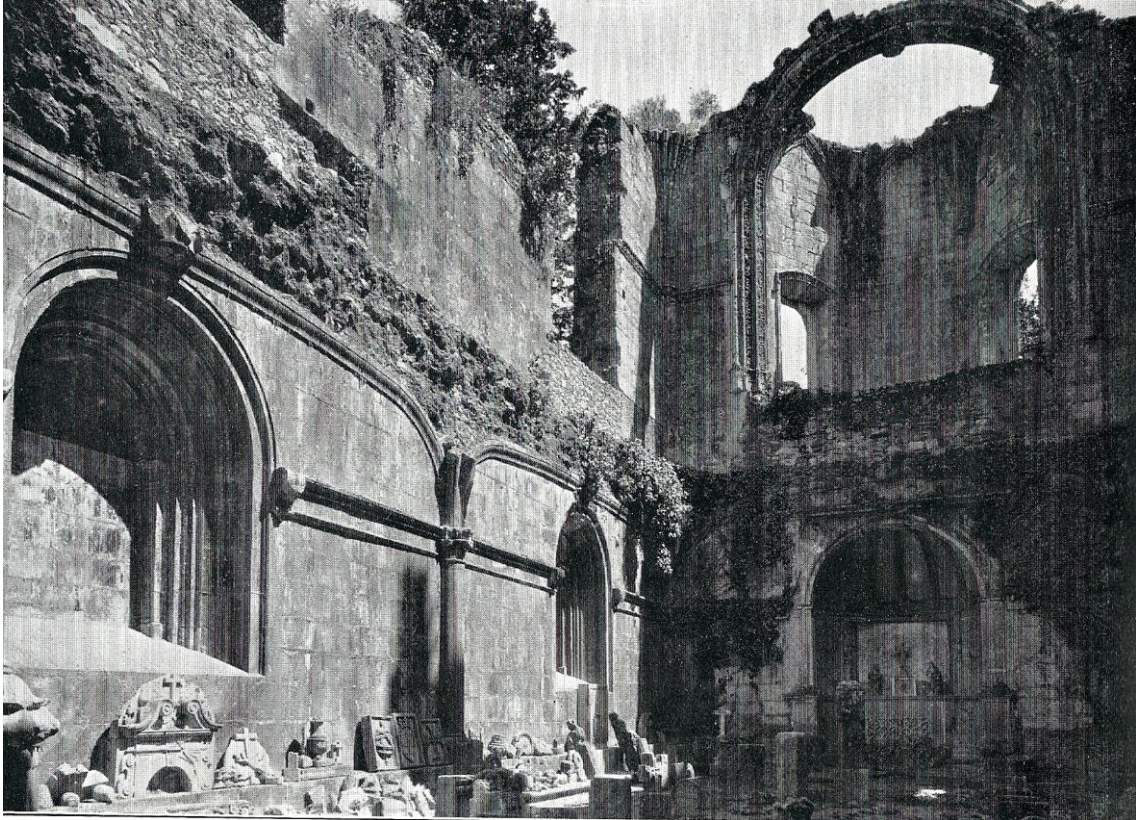


Fig. 294 – *Convento de Cristo. Casa do Capítulo Incompleta mostrando o Museu Lapidar montado pela UAMOC. Cerca de 1929. Fotografia de Marques de Abreu. In “Monumentos da Renascença em Tomar: Ainda algumas considerações àcerca destes monumentos”, de Francisco Augusto Teixeira Garcez, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 40, Porto, Fevereiro de 1930, p. 40. Vol. I, tomo 2, p. 1320.*

A União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo obteve do Governo este espaço para servir de museu lapidar, onde colocou o espólio obtido desde 1918.



Fig. 295 – *Janela mainelada da nova entrada do vestíbulo do Capítulo dos freires de clausura.* 2008. Fotografia Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1320.

Para além da limpeza, a UAMOC manda executar pequenas intervenções de restauro, como aconteceu na janela da Casa do Capítulo, onde foi colocada uma pequena coluna lavrada ao estilo de modo a reintegrar o tipo de janela que ali existira no passado.

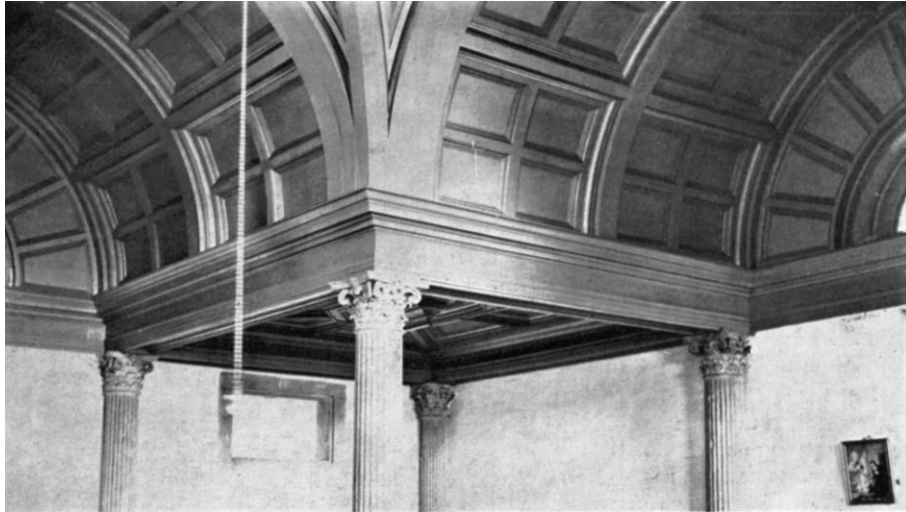


Fig. 296 – *Convento de Cristo. Capela do Noviciado Velho [ou dos Reis Magos].* Cerca de 1929. Fotografia de Marques de Abreu. In “Monumentos da Renascença em Tomar: Ainda algumas considerações àcerca dêstes monumentos”, de Francisco Augusto Teixeira Garcez, *Ilustração Moderna*, 5.º Ano, número 40, Porto, Fevereiro de 1930,p. 41. Vol. I, tomo 2, p. 1314.

A discussão à volta da conservação da antiga capela do Noviciado velho, entre Garcez Teixeira e Adães Bermudes, atendendo ao seu destino para servir de camarata do Colégio das Missões de Tomar, revela a diferença de critérios postulados quanto à necessidade de manter aquele espaço como monumento vivo. Prevaleceram os critérios de autenticidade de Garcez Teixeira. O plano por onde foi tirada a fotografia deveu-se ao facto desta antiga Capela encontrar-se já a servir de camarata dos alunos do Colégio das Missões.

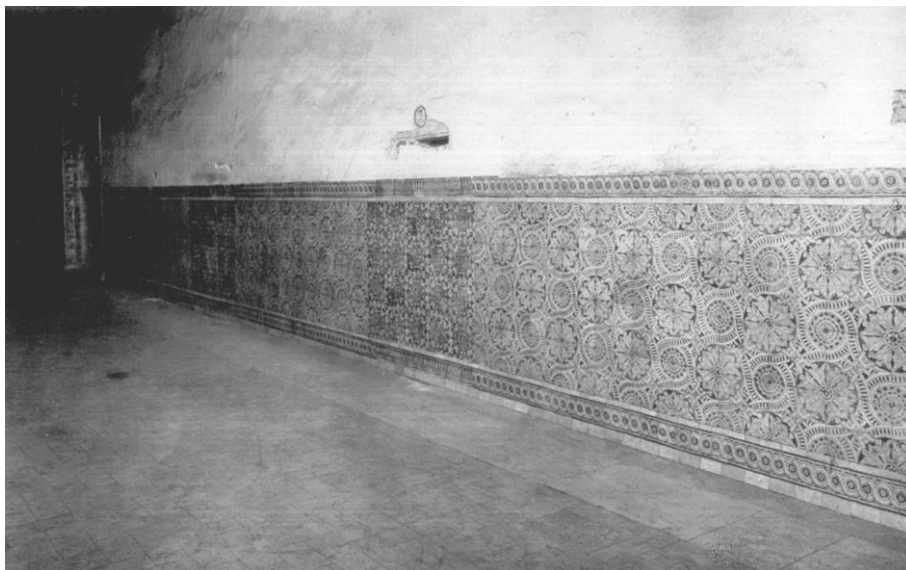


Fig. 297 – *Convento de Cristo. Dormitório dos Freires. Corredor do Cruzeiro.* Cerca de 1928. Fotógrafo Desconhecido. Arquivo Fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU), foto 1594. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1316.

A intervenção no Cruzeiro e no Dormitório dos freires permite dar corpo a um programa de intervenção de conservação coerente do Convento de Cristo, mantendo-o em uso, mas respeitando as suas características artísticas e estéticas. As fotografias que se seguem reflectem o ambiente dos espaços nos quais se começa a intervir com maior regularidade, ao mesmo tempo que decorrem duas importantes obras: a consolidação da Charola e da Torre Relógio e o restauro do Claustro Principal.



Fig. 298 – *Claustro da Micha ou do Procurador*. Cerca de 1928. Fotógrafo desconhecido. In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 95. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1312.



A.S.

Fig. 299 – *Convento de Cristo. Charola. Interior, lado Sul.* Cerca de 1926. Fotografia de A[zevedo] S[ilva]. In *Álbum fotográfico*, n.º 5368, ANBA – MM – 6-4, foto 86. Inédita. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1311.

Fotografia executada uma década antes do restauro interior da Charola e contemporânea da intervenção de consolidação. Mostra com era a organização da capela-mor da Charola. A intervenção dos anos 30-40 irá colocar a edícula central ao mesmo nível do piso do deambulatório, rebaixando-a, de modo a valorizar as bases dos pilares românicos do octógono templário ou restaurando-os por reintegração estilística. O fotógrafo Azevedo e Silva registou diversos aspectos do Convento de Cristo, entre 1926 e 1929.



TOMAR — CONVENTO DE CRISTO — COZINHA — (CLICHÉ MARQUES ABREU)

Fig. 300 – *Convento de Cristo. Cozinha*. Cliché de Marques de Abreu. In *Monumentos Nacionaes*. Novembro 1933-Novembro 1935, Carteira n.º 4 – Novembro de 1933, foto n.º 6, ANBA: Y – 6 – 1A /1G. Reprodução de Pedro Aboim. Vol. I, tomo 2, p. 1316.

A limpeza e conservação da cozinha quinhentista, obedeceu ao mesmo critério de manter uma estrutura funcional com valor artístico, com funções idênticas às do passado, conservando-a como um “monumento vivo”.



Fig. 301 – *Convento de Cristo. Claustro Principal ou de D. João III. Capela angular situada na quadra nascente, lado sul.* 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1322.



Fig. 302 – *Convento de Cristo. Claustro Principal. Espaço intercalar entre a quadra norte do claustro de Diogo de Torralva e o alçado sul da Igreja manuelina.* 2008. Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.

Esta fotografia e a próxima permitem-nos observar a sobreposição das obras de João de Castilho e de Diogo Torralva para a resolução do espaço intercalar entre a igreja manuelina e o claustro principal do novo convento de clausura, mandado edificar por D. João III. Entre 1922 e 1928 **[Documento 176]**, Vieira Guimarães e Francisco Garcez Teixeira procederam a estudos de sondagem neste espaço, estudos que permitiram restituir a janela sul do baixo coro da igreja, que servia então de porta de ligação entre a galeria superior do claustro principal e o baixo coro da igreja. Do piso inferior foi removido o enchimento até ao nível do solo do passadiço entre o claustro e a janela/porta. Com a remoção do entulho tornou-se notória a importância artística e simbólica da janela, bem como a diferença entre a intervenção de João de Castilho, que soubera valorizar esse espaço intercalar abobadando-o de acordo com o seu modo construtivo e o novo módulo construtivo do claustro torralviano (seguindo as fontes tratadísticas de Sebastião Serlio), em oposição franca ao gótico tardia, à decoração manuelina e à construção renascentista ao romano de Castilho. Esta sondagem fundamental para o restauro veio a revelar o aspecto oculto e a decoração manuelina dos botaréis do alçado sul da igreja.



Fig. 303 – Convento de Cristo. Claustro Principal. Espaço intercalar entre o Claustro e o alçado Sul da Igreja manuelina, vista para o sistema de abóbadas castilhanas. 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.



Fig. 304 – Convento de Cristo. *Claustro Principal*. Vestígios do claustro de João de Castilho nas denominadas capelas fundeiras da quadra sul. 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1323.

Moldura dos dois arcos de volta perfeita, ultrapassados ou cruzando, característica que identifica a obra de João de Castilho no claustro principal ou de D. João III, a partir de arco geminado, datado de 1541, colocada na entrada da Casa do capítulo dos freires de clausura.

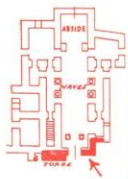


Fig. 305 – *Claustro Principal. Restauro.* Cerca de 1932. Fotógrafo Desconhecido. Arquivo Fotográfico da Ex-DGEMN (actual IHRU), foto 631. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1323.

Através desta fotografia pode ver-se a sobreposição da dupla intervenção construtiva castilhana e de Torralva, no piso superior da quadra norte do claustro. O restauro pôs em evidência a existência de trechos castilhanos do claustro principal que a intervenção de Torralva veio a apagar ou a ocultar, embora respeitando outras que soube integrar na obra recente. A porta neste último estabelecia a ligação com o baixo coro através da janela manuelina, esta adaptada a porta. Note-se o escoramento do arco do claustro de Torralva, com a finalidade de revelar e consolidar o arco do claustro castilhano, então argumento essencial da tese da sua edificação na época de D. João III.



Fig. 306 – Convento de Cristo. Baixo Coro da Igreja manuelina. Aspecto interior da janela sul restituída, conforme se vê actualmente. 2008. Fotografia de Jorge Custódio. Inédita. Vol. I, tomo 2, p. 1324.



Est. 8— Fachada principal, sem as camadas de cal para facilitar o seu estudo

Fig. 307 – Igreja de S. Pedro de Lourosa. Alçado principal, após a remoção das camadas de cal. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 8. Vol. I, tomo 2, p. 1325.

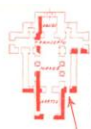
A descoberta da antiguidade da igreja de S. Pedro de Lourosa despertou, desde o início um enorme entusiasmo e um clima de experimentação do modelo de intervenção. Numa primeira fase, a influência do restauro de reintegração impôs-se, suscitando as sondagens iniciais, a partir das quais se procedeu a estudos arquitectónicos e sua fundamentação documental.



Est. 9 — O ilustre arqueólogo D. José Pessanha examinando o arco primitivo do «nartex», depois das sondagens preliminares

Fig. 308 – Igreja de S. Pedro de Lourosa. José Pessanha observa o alçado principal depois das sondagens preliminares. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 9. Vol. I, tomo 2, p. 1326.

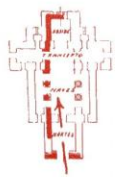
Tanto José Pessanha, como Adães Bermudes, após conhecimento dos projectos de intervenção, opuseram-se ao restauro de reintegração, defendendo o método arqueológico dada a complexidade das obras que o monumento recebera no passado. A torre da igreja fora adossada à fachada do nartex, numa altura em que a igreja sofrera uma transformação interior que levava à mudança da função do nartex.



Est. 11 — Ângulo sudoeste do «nartex», em restauração, vendo-se o notável arco de cintro pleno, que lhe dá entrada, e parte da fachada principal correspondente à nave sul

Fig. 309 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Restauo do nartex.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 11. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

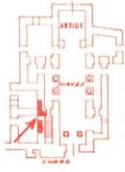
Com a remoção da torre sineira, põe-se em evidência o corpo do nartex e as suas características primitivas, de menor volume arquitectónico em relação às naves do templo, visível no alçado sul.



Est. 13 — Reconstrução da frontaria do «nartex»

Fig. 310 – *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Reconstrução da frontaria do nartex.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 13. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

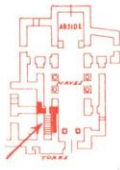
Mas a intervenção não seguiu critérios defendidos na época. Como parte das aduelas do arco de pleno centro se encontravam com a modulação quebrada por intervenções posteriores (século XVII), os responsáveis resolveram substituir as pedras mutiladas por outras lavradas no estaleiro da obra, de que resultou mutilação na estereotomia. A reconstrução serviu, neste caso, o partido da estética, a nível deste pormenor da fachada. Tratava-se do preenchimento da lacuna, que neste caso obrigava à substituição da original pela cópia.



Est. 24—Sondagens no cunhal da nave do noroeste

Fig. 311 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens no cunhal da nave, situada a noroeste. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 24. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

O carácter experimental desenvolvido no restauro da igreja inicia-se quando se descobrem as sucessivas sedimentações de construções em diferentes momentos históricos (pondo em relevo a necessidade de articulação entre arquitectos, arqueólogos e historiadores), cuja lógica punha em causa os princípios defendidos da reintegração, determinando a necessidade de contínuos estudos analíticos e comparativos e o recurso a modelos de intervenção que tivessem em conta essa complexidade.



Est. 26—Ângulo noroeste da fachada principal e dentação primitiva (X) do «nartex»

Fig. 312 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens no cunhal nordeste.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 26. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Estas sondagens põem em relevo os dentes salientes primitivos dos silhares de ligação entre a nave e o nartex, mostrando a coerência da planta primitiva e dos seus elementos arquitectónicos. Os resultados fizeram mudar o projecto de restauro e definir a planta e a tipologia de templo que deveriam ser objecto de restauro.



Est. 22 — Ângulo do poente-sul da fachada e lacrimal sóbre o telhado da nave sul

Fig. 313 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Resultado das sondagens no ângulo sul da nave.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1931. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 22. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Estas sondagens puseram em relevo a diferença de alturas das naves lateral e central e os dois sistemas de cobertura da nave lateral, notada pelas cavidades superiores que encimavam os arcos da nave central e pelo lacrimal superior de uma outra época.



Est. 53 — Aduelas rusticadas dos arcos divisórios das naves e as cavidades sobranceiras dos madeiramentos, primitivos, em a nave do sul

Fig. 314 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Resultados das sondagens na nave central.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1932. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 53. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

A quantidade de resultados arqueológicos revelados durante as sondagens e o carácter da obra, onde se manifesta alguma inexperiência de organização de estaleiro, para além de alguma anarquia de informação, superada pelo levantamento racional desenvolvido por Marques de Abreu e cientificamente orientado por Aguiar Barreiros, levou a superação parcial dos problemas. Nesta sondagem, para além das cavidades descobertas sobre os arcos, sinalizando as características do travejamento original, identificaram-se as aduelas do tipo rusticado, que serviram de referência à determinação da antiguidade e autenticidade do próprio corpo central da construção pré-românica.



Est. 45 — As primeiras investigações provaram que esta igreja se ergue adentro da área de um cemitério bárbaro

Fig. 315 - *Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens na nave central.* Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1929. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 45. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

O papel da arqueologia sem recurso a arqueólogos de carreira não impediu a descoberta das estruturas de um primitivo cemitério sobre o qual se construiu a igreja (processo de sagração de espaços religiosos na Alta Idade Média). Os responsáveis pelos estudos tinham na elevação do nível de solo, um motivo suficiente (de acordo com o modelo da reintegração) para removerem as camadas de enchimento, entre as bases das colunas e o sobrado da igreja de 1929. Esta fotografia permite ainda estudar as opções de remoção do património móvel integrado que formava o mobiliário da igreja rural contemporânea, considerado um “vandalismo” construtivo de outras épocas históricas. A DGEMN ensaia nesta intervenção muitas das suas futuras opções de restauro.



Est. 58 — Outro agrupamento de elementos construtivos encontrados nas demolições

Fig. 316 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Materiais de construção salvados durante a intervenção. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 58. Vol. I, tomo 2, p. 1328.

Antigas demolições de várias épocas e estelas funerárias do cemitério foram encontrados como materiais de construção das sucessivas transformações e modernizações da igreja de Lourosa. De acordo com os critérios de intervenção em vigor, esses salvados – ainda que mal estudados – destinavam-se a um “museu”.



Est. 35 — Nave principal e arcos do transepto, do lado norte

Fig. 317 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Sondagens e demolições do cruzeiro e da ábside da igreja (vista do lado norte). Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 35. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

Desta perspectiva, a intervenção em S. Pedro de Lourosa parecia o resultado de uma destruição levada a efeito por uma guerra. Impunham-se a reconstituição e reconstrução, o que por sua vez dependia da definição do tipo de igreja a ser objecto da obra final. Esta por sua vez encontrava-se dependente da caracterização da planta e da determinação objectiva da época de construção primitiva, que as sondagens revelavam no meio dos destroços, mas que impunham estudos mais complexos e abordagens analógicas, paralelos de edifícios similares em Portugal e em Espanha.



Est. 37 — Reconstituição do pano da parede oriental do transepto

Fig. 318 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Reconstituição do transepto. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1930. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 37. Vol. I, tomo 2, p. 1327.

A dado momento, o modelo inicial de reintegração era posto em causa pelas próprias evidências arqueológicas resultantes das sondagens que suscitaram demolições e outras sondagens, a tal ponto que as únicas referências objectivas era o transepto e os arcos da nave principal, estes últimos considerados – pelos arcos em ferradura ou ultrapassados –, como os de maior antiguidade, integridade física e autenticidade. As demolições verificadas impunham, desde então, o restauro por reconstituição (diferente da restituição) e a reconstrução.



Est. 32 — No domínio das obras — Perspectiva dos arcos primitivos, desde o ângulo noroeste do transepto, para as naves

Fig. 319 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Um aspecto do restauro do cruzeiro e arcos da nave. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 52. Vol. I, tomo 2, p. 1327.

Aguiar Barreiros e Marques de Abreu chamam a esta fase o “domínio das obras”. Os resultados finais começavam a impor-se, mas a película mais antiga, correspondente aos arcos primitivos e as silhares originais aparelhados, era escassa para uma atitude coerente que servisse os objectivos da conservação e do restauro, segundo os parâmetros da experiência adquirida.



Est. 49 – Cavidades e dentação (+) da «iconostasis»

Fig. 320 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Elementos determinantes para a identificação da «iconostasis» da igreja primitiva. Fotografia de Marques de Abreu. Cerca de 1933. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 49. Vol. I, tomo 2, p. 1329.

No final do restauro do cruzeiro e nave central, após a remoção do lixo de obra, surgiram elementos assinalados – dentação da silharia primitiva e cavidades ou negativos de estrutura – que permitiram interpretar a existência de um *iconostasis*, aspecto característico das igrejas desta época e com referências analógicas em igrejas peninsulares contemporâneas.

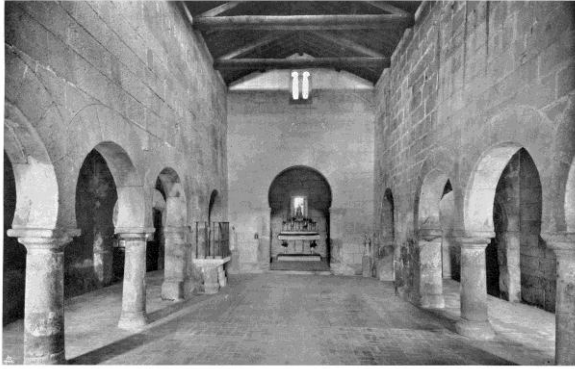


D. G. E. M. N.

Fig. 32 – Igreja Matriz de Lourosa – Oliveira do Hospital – O mesmo conjunto depois das obras.

Fig. 321 - Igreja de Lourosa. Oliveira do Hospital. Aspecto geral do interior depois do restauro. Fotografia DGEMN. Entre 1934 e 1949. In *A Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Lisboa: MOP/DGEMN, Março de 1949, Fig. 32. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

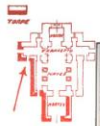
Esta fotografia mostra ainda as pedras com os dentes e as cavidades referidas na fig. 320, respeitadas depois da conclusão das obras de restauro, embora nesta altura, a intervenção da DGEMN, por via do arquitecto Baltasar de Castro, se afastasse dos estudos científicos e arqueológicos informantes do restauro final e se opusesse à reconstituição do *iconostasis*, por motivos ligados à liturgia e função vivencial da igreja ao serviço da comunidade de Lourosa. Esta posição criou um diferendo dentro da primitiva equipa. O cônego Aguiar Barreiros era favorável à reconstituição tipológica da igreja, com seu *iconostasis* cientificamente demarcado no conceito de organização espacial da planta, da sua valorização e da obra final, como resultado do restauro. O chão não se encontrava totalmente revestido de tijoleira, permanecendo um tabuado na nave central, entre aquela área sensível e a capela-mor.



D. G. E. M. N. Fig. 28 — Igreja Matriz de Lourosa — Oliveira do Hospital — A mesma nave no seu estado actual.

Fig. 322 - Igreja de Lourosa. Oliveira do Hospital. Interior depois da conclusão do restauro. Fotografia DGEMN. Entre 1934 e 1949. In *A Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Lisboa: MOP/DGEMN, Março de 1949, Fig. 28. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

A tipologia de igreja evidenciada na reconstituição e restauro da DGEMN foi a de igreja basilical de três naves e uma ábside com três capelas, com cruzeiro aparente exterior, mas sem *iconostasis* e elementos de leitura da sua objectivação no cruzeiro, a nível interior.



Est. 15 — Perspectiva geral da igreja, depois de restaurada — Ao fundo o campanário, em sua nova posição

Fig. 323 - Igreja de S. Pedro de Lourosa. Perspectiva geral da igreja depois do restauro. Fotografia de Marques de Abreu. 1934. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934, Estampa 15. Vol. I, tomo 2, p. 1330.

Em 1934, a igreja de S. Pedro de Lourosa revelava o seu novo aspecto, como resultado do restauro de 1929-1934, onde as ideias das Comissões dos Monumentos e da Direcção Geral de Belas Artes do Ministério da Instrução Pública se confrontaram como o modelo de actuação da DGEMN e do Ministério de Obras Públicas. Somente em 1949 (quinze anos depois), a DGEMN deu a lume a publicação de um número do seu *Boletim*, referente à intervenção que não era obra apenas do seu pensamento e orientações, mas reflectia tanto as aquisições mais antigas do restauro em Portugal, como da novidade do carácter experimental que ele deve obedecer, como caso singular ou de estudo. A remontagem da torre sineira medieval veio a fazer-se separadamente da igreja, sendo colocada no tardo do templo, a norte. Nesta obra, a DGEMN aproveita material fotográfico publicado por Marques de Abreu na obra de 1934.



Fig. 324 – [*Palácio dos Carrancas / Museu Nacional Soares dos Reis*]. Cerca de 1940. Fotógrafo desconhecido. Ex-DGEMN / IHRU Foto 066936. Vol. I, tomo 2, p. 1332.

A fusão do Museu Soares dos Reis, legalmente constituído em 1911 e o Museu Municipal do Porto foi obra de José de Figueiredo, o qual passou a ter a categoria de museu nacional ainda em 1932. A escolha do Palácio dos Carrancas para integrar as colecções do Ateneu de D. Pedro V (ou Museu Portuense de S. Lázaro) e Municipal teve ainda influência de Figueiredo, pois a compra, por parte do Estado, ocorreu em 1937, ano em que ele morreu. Portuense de alma e coração, Figueiredo preferia edifícios de valor artístico, com jardins interiores, para albergar as colecções de pintura, escultura e artes decorativas. A adaptação do palácio a museu esteve a cargo da DGEMN. A abertura ao público ocorreu em 1940.

3. Balanços das Actividades das Circunscrições Artísticas.

3.1 Balanço das Actividades da 1.ª Circunscrição (1911-1932).

Anos	Reuniões C. Geral	Reuniões C. Executiva	Reuniões C. Monumentos	Relatórios Estudos Pareceres ¹	Classif. (MN + IIP)	Intervenções em Conservação e Restauro	Participação em Conservação e Restauro	Inventário Bens Móveis ²	Proposta e Organização de Museus	Publicações
1911	2	7	6		-	-	-	9	Museu Nacional de Arte Antiga (Reformulação do MNBA); Integração da Capela das Albertas; Museu Nacional de Arte Contemporânea Museu Nacional dos Coches Museu Etnológico Português	-
1912	2	16	18	6	-	Palácio de Queluz; Palácio Pombal (MNA)	Estudo de José Pessanha para as torres da Sé	27	-	-
1913	1	10	24	4	-	Paço de Sintra Palácio de Queluz, talha	Edifício do Carmo	70	-	-
1914	2	14	15	1	-	Sé Patriarcal, claustros Mosteiro dos Jerónimos, coro Palácio de Queluz (esculturas e talha) Convento de Mafra (esculturas)	Igreja da Conceição, Beja Paço Episcopal, Faro Salvaguada dos sinos da Igreja da Graça, Santarém Salvaguada dos Azulejos da Fábula La Fontaine (S. Vicente de Fora)	72	Instituição do Tesouro da Sé Patriarcal Defesa integrada do Tesouro da Sé de Évora	Brochura com a Lista dos Monumentos Nacionais
1915	1	9	20 +	3	-	Sé Patriarcal, retábulo de Bartolomeu Joannes		21	Museu Regional de Évora Museu de Faro	-
1916	0	12	15	3	1	Basílica da Estrela, vestíbulo.	Estimulo à protecção das envolventes da Torre de Belém	29	Integração da Igreja das Mercês no Museu de Évora Criação do Panteão Nacional, Lisboa	-
1917	1	9	16		11	Pelourinho de Estremoz		17	Museu Regional de Beja Museu Regional de Elvas	-
1918	0	10	16		5			18	-	-

¹ Não se incluem os pareceres e memórias descritivas referentes às propostas de classificação. Ver Parte III, Capítulo 6.

² Inclui o cadastro das pinturas restauradas pela Comissão de Inventariação e Beneficiação da Pintura, restauro de esculturas e o Inventário dos Azulejos (cf. Volume 2, pp. 104-125). Não inclui inventário do património móvel dos museus, inventário que em alguns casos deu origem a catálogos.

1919	1	12	10	1	1	S. Vicente de Fora (Portaria), Lisboa Janela convento de Cristo		12	Museu do Convento de Cristo (UAMOC)	-
1920	1	11	9	1	6		S. Francisco, Évora	24	-	
1921	0	7	19	8	5		Consolidação da Charola, Tomar	27	Museu D. Lopo de Almeida, Abrantes	Arte e Arqueologia
1922	0	4	14	1	38	Charola Tomar	Estudos das abóbadas dos Jerónimos	20	-	-
1923	0	5	11	4	3	Sé de Évora, claustro e Capela do Fundador Casa do Capítulo Incompleta, Tomar	Igreja da Graça, Setúbal	42	Reformulação do Museu do Convento de Cristo (M. Lapidar) Catálogo do Museu dos Coches	Monumentos Nacionais. Legislação e Classificação
1924	1	4	16	8	17	Cadeiral dos Jerónimos		14	-	-
1925	0	7	6	6	2			10	-	-
1926	1	9	-	18	3			3	-	-
1927	0	12	Extinta	14	-	Museu do Carmo	Castelo de Leiria	1	-	-
1928	1	7	Extinta	1	4	Restauro da inscrição da Estátua de D. José I, Lisboa; Mosteiro de Alcobaça, Refeitório	Estudos arqueológicos do Claustro Principal do C. de Cristo	2	-	Monumentos Nacionais, classificados até Setembro de 1928
1929	0	11	Extinta	8	-	Aprovação da Zona de Protecção da Batalha	Regularização da área fronteira do convento de Mafra	5	Exposição Cultural da época dos Descobrimentos, Sevilha	Catálogo, Sevilha
1930	0	7	Extinta	1	1	Obras nos palácios da Ajuda e Belém	Zona de Protecção de Mafra	3	Criação do Tesouro da Sé de Évora	-
1931	3	6	Extinta		1	S. João Baptista, Tomar	Palácio de Évora	19	L'Art Portugais, Paris Museu de Cascais	Catálogo Paris
1932	0	0	Extinta		-	-	-	9	-	
Total	18	188	206	88	97	22	16	454	21	6

A. Correspondência recebida de 1911 a 1932 (não se conseguiu apurar com maior precisão devido à dispersão).

B. Correspondência total expedida de 1911 a 1932 (4993 ofícios, aproximadamente): 156 ofícios/ano; Expedida Comissão dos Monumentos de 1911 a 1925 (263 ofícios/ano, aproximadamente).

3.2 Balanço das Actividades da 2.ª Circunscrição (1911-1932).

Anos	Reuniões C. Geral	Reuniões C. Executiva	Reuniões C. Monumentos	Relatórios Estudos Pareceres ³	Classif. (MN + IIP)	Intervenções de Conservação e Restauro	Participação em Conservação e Restauro	Inventário Bens Móveis	Organização de Museus	Publicações
1911	2		1	-	-	-	Claustros da Sé Velha; Igreja de Santiago	1	Museu Machado de Castro, Coimbra Museu Nacional de Arte Religiosa	-
1912	16			1	-	Mosteiro de Jesus, Aveiro; Paço Episcopal de Coimbra	Ábside Sé Velha	3	Museu Regional de Aveiro	-
1913	11			3	-	-	Projecto de Reparações do Claustro de Santa Clara, Coimbra	6	-	Exposição Parque Santa Cruz
1914	7			3	-	-		8	-	-
1915	5			2	4	-		2	-	Castelo da Feira
1916	7			4	2	Consolidação do Castelo de Leiria	Castelos de Leiria e da Feira; Projecto da Igreja de Góis	2	Museu Grão Vasco, Viseu	-
1917	7			1	-	-	-	3	Museu Regional de Lamego Instalação do Museu Regional de Leiria	Castelo de Leiria. Consolidação das ruínas do afamado monumento medieval
1918	3			1	-	Sé de Viseu, beneficiação exterior e interior	-	1	Museu de Ourivesaria e Tecidos, na Igreja de S. João de Almedina	-
1919	6			3	-	Consolidação do Castelo da Feira	-	-	-	-
1920	11		1	3	-	-	-	2	-	Defesa do Parque Santa Cruz
1921	14			6	4	-	Arco de Almedina Zona de Protecção do Castelo da Feira	2	Museu Regional e Paroquial do Lorvão	-

³ Não se incluem os pareceres e memórias descritivas referentes às propostas de classificação. Ver Parte III, Capítulo 6.

1922	11			5	13	CA do Castelo de Leira; S. João de Almedina	Castelo da Lousã	1	-	-
1923	9			2	1	S. Pedro de Leiria	S. João das Donas	-	-	-
1924	9			4	3	-	-	1	-	-
1925	14			5	-	-	Projecto de obras Capela do Tesoureiro, Coimbra Resgate da Sé velha de Coimbra	1	-	-
1926	7		Extinta	5	1	-	Púlpito de Santa Cruz	-	-	-
1927	9		Extinta	3	3	-	-	-	-	-
1928	10		Extinta	2	3	Igreja de Trofa	-	4	Salvaguarda da integridade funcional do Museu de Lamego; Inauguração da Sala Jorge Afonso no Museu Grão Vasco; Integração do Museu Paroquial de Santa Cruz no Museu Machado de Castro	Postais ilustrados
1929	5		Extinta	1	-	-	-	1	Museu Francisco Tavares Proença, Castelo Branco	-
1930	5		Extinta	4	-	-	Projecto de Conservação Claustro da Manga, Coimbra Obras para Conimbriga	-	-	Arte e Arqueologia
1931	3		Extinta		1	-	-	-	Sala Columbano no Grão Vasco	Arte e Arqueologia
1932	3		Extinta	1	-	-	-	-	Tesouro de Arte Sacra, Viseu	Arte e Arqueologia
Total	174	(*)	(**)	58	35	9	15	38	13	8

A. Correspondência recebida 19 de Agosto de 1911 a 11 de Março de 1932 (677 ofícios): 32 ofícios/ano.

B. Correspondência expedida – 1108 (em vez de 2008⁴) ofícios. 52 ofícios/ano.

(*) Desconhece-se por não se ter encontrado o Livro de Actas.

(**) Para além das duas reuniões de instalação dos dois períodos distintos, desconhece-se o número de reuniões realizadas por não se ter encontrado o Livro de Actas.

⁴ Conforme é indicado no último livro da correspondência expedida.

3.3 Balanço das Actividades da 3.ª Circunscrição (1911-1932).

Anos	Reuniões C. Geral	Reuniões C. Executiva	Reuniões C. Monumentos	Relatórios Estudos Pareceres ⁵	Classif. (MN + IIP)	Intervenções em Conservação e Restauro	Participação em Conservação e Restauro	Inventário Bens Móveis	Proposta e Organização de Museus	Publicações
1911			0	-	-	-	-	5	Museu Soares dos Reis	-
1912			1	3	-	Igreja de Rubiães	Projecto de restauro da Igreja de Leça do Balio	2	-	-
1913			4	2	1	-	-	4	-	-
1914			2	2		-	-	2	-	-
1915			4	2	1	-	Obra de talha da Igreja de S. Francisco, Porto	7	Instalação do Museu Regional de Bragança	-
1916			3	2	1	Casa de Gonçalo Velho, Viana do Castelo	Mosteiro de Pombeiro Antiga Câmara de Bragança	7	Instalação do Museu Regional de Lamego Proposta criação Museu da Colegiada de Guimarães	-
1917			2	3	-	-	-	3	Proposta do Museu de Vila do Conde	-
1918			2	-	-	-	-	1	Museu D. Diogo de Sousa	-
1919			2	1	-	-	-	2	-	-
1920			1	3	-	Hospital de Santo António, Porto	Igreja de Santa Clara, Porto	5	-	-
1921			3	3		-	Igreja de Bravães		-	-
1922			0	1	3	-	-		Museu Regional de Viana do Castelo Museu de Chaves	-
1923			1	1	-	-	-		-	-
1924			3	1	1	Casa do Infante, Porto	Projecto da Casa do Infante, Porto		Museu de Vila Real	-
1925			-		-	-	-		-	-

⁵ Não se incluem os pareceres e memórias descritivas referentes às propostas de classificação. Ver Parte III, Capítulo 6.

1926			Extinta		11				-	Lista dos Imóveis da Circunscrição
1927		1	Extinta		11				-	-
1928		1	Extinta		4				Museu Alberto Sampaio, Guimarães	-
1929			Extinta		-				-	-
1930			Extinta		-				Tesouro da Sé, Braga	-
1931			Extinta		-				-	-
1932			Extinta		-				-	-
Total	(*)	2	28	24	33	4	7	38	11	1

A. Correspondência recebida de 1911 a 1920 (333 ofícios): 37 ofícios/ano; Recebida 1911 (7 ofícios); 1916 (6 ofícios).

B. Correspondência expedida – CM (Livro C) Período 1911 a 1924 (79 ofícios): 6 ofícios/ano.

(*) O Livro de Actas específico das reuniões do Conselho Geral perdeu-se.

4 Entidades Sociais e Personalidades do Património Artístico, Histórico, Monumental e Arqueológico de Portugal.

4.1 Entidades Sociais.

4.1.1 Registo dos Grupos, Comissões, Sociedade, Ligas, Uniões e Associações de protecção, conservação e valorização do património (1840 e 1932).

Nome	Localização	Data da Fundação	Objectivos	Individualidades	Funções Públicas nos Serviços Artísticos e de Monumentos	Actividade relevante
Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais ⁶	Lisboa	1840	Salvar as relíquias dos monumentos portugueses	Alexandre Herculano	-	Tentativa de instalação de um museu no Carmo, para “depósito de todas as antiguidades artísticas
Sociedade Arqueológica Lusitana	Setúbal	1849	“Adquirir luzes e conhecimentos sobre a história, geografia e costumes antigos” Explorar as ruínas arqueológicas de Cetóbriga e fundar um museu arqueológico em Setúbal	Manuel da Gama Xaro Domingos Garcia Peres João Carlos de Almeida Carvalho José Pombo Prat	-	Escavações arqueológicas de Tróia Integração do espólio arqueológico na ARBAL (transferido para o Museu Etnológico Português)
Instituto de Coimbra	Coimbra	1852 1860 (Estatutos)	Promover o desenvolvimento da cultura das ciências das belas artes e das letras, enquanto extensão universitária	Sócios da Academia Dramática de Coimbra Adrião Pereira Forjaz de Sampaio	Dois representantes eleitos no Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição (1911-1932)	Criação do Museu Arqueológico do Instituto (1873) e publicação catálogo. Elaboração da primeira lista de monumentos nacionais de Coimbra (1882). Colaboração na institucionalização do Museu Machado de Castro (1911-1932). Publicação de relatórios n.º O Instituto. Escavações de Conimbriga (desde 1890).

⁶ In “Conservação dos Monumentos Nacionais”, *O Panorama*, vol. IV, 27 de Junho, Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos úteis, 1840, p. 205.

<p>Associação Arquitectos Civis Portugueses /</p> <p>Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses /</p> <p>Associação dos Arqueólogos Portugueses</p>	Lisboa	1863	<p>Promoverem o desenvolvimento da classe dos arquitectos e o progresso da arquitectura e dos estudos arqueológicos</p> <p>Desenvolverem as investigações arqueológicas</p> <p>Criarem um centro de reunião de artistas, arqueólogos e amadores de Belas Artes e antiguidades</p>	<p>Joaquim Possidónio</p> <p>Narciso da Silva</p> <p>João Pires da Fonte</p> <p>José da Costa Sequeira</p> <p>Valentim José Correia</p> <p>Feliciano de Sousa Correia</p> <p>Paulo José de Oliveira e Costa</p> <p>Manuel José de Oliveira e Cruz</p>	<p>Primeira Sede da CMN</p> <p>Consultor de assuntos relacionados com monumentos e património arquitectónico</p> <p>Vogal efectivo da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição (1911-1925)</p>	<p>Defesa do Património.</p> <p>Sensibilização, estudo e publicação patrimoniais.</p> <p>Classificação de monumentos (1880).</p> <p>Museu do Carmo.</p> <p>1.º Congresso Internacional de Protecção de Monumentos e Obras de Arte (1889).</p> <p>Criação de redes locais de defesa dos monumentos.</p>
Sociedade de Geografia de Lisboa	Lisboa	1875	<p>Organizar expedições científicas</p> <p>Coligir exemplares e documentos destinados ao desenvolvimento da geografia da etnologia, da arqueologia, antropologia, etc.</p>	<p>Luciano Cordeiro</p> <p>Rodrigo A. Pequito</p>	-	<p>Criação de um museu da Sociedade</p> <p>Sensibilização para o património colonial</p> <p>Restauro da capela da Igreja da Graça (Santarém)</p> <p>Estudos epigráficos</p> <p>Promoção de iniciativas de valorização de monumentos ligados com os descobrimentos</p>
Centro Artístico	Porto	1880	<p>Promover o desenvolvimento intelectual e artístico dos associados, as artes plásticas e as indústrias do país</p>	<p>Soares dos Reis</p> <p>Marques de Oliveira</p> <p>Joaquim de Vasconcelos</p>	-	<p>Aliança entre arte e indústria</p> <p>Exposição-Bazar de Belas Artes</p>
Sociedade de Instrução do Porto	Porto	1881		Joaquim de Vasconcelos	-	Realização de exposições.

Sociedade Martins Sarmento	Guimarães	1882	Promover a instrução da classe trabalhadora numa terra rica pelas suas tradicionais indústrias;	Francisco Martins Sarmento	Vogal Auxiliar (1913) Vogal Correspondente da 3.ª Circunscção (1921)	Administração da citânia de Briteiros e do castro de Sabroso Criação do museu da Sociedade Conservação da igreja e claustro de S. Domingos Promoção da defesa e integridade da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e do Museu Regional Alberto Sampaio
Grémio Artístico	Lisboa	1888	Promover a cultura das artes plásticas e defender os interesses da arte nacional	Silva Porto João Vaz Ernesto Condeixa António Ramalho Velooso Salgado José Pessanha	-	Exigência de concursos públicos em obras de restauro
Sociedade Nacional de Belas Artes (Fusão do Grémio Artístico com a Sociedade Promotora)	Lisboa	1901	Promover a cultura das artes plásticas e defender os interesses da arte nacional	José Malhoa José Pessanha Visconde de Atouguia Rosendo Carvalheira Costa Mota Velooso Salgado	Participação a título de convite nas reuniões do CAA de Lisboa	Acordos com a Circunscção Artística quanto à preferência de compras das melhores pinturas, desenhos, aguarelas e esculturas para integrarem o Museu Nacional de Arte Contemporânea
Sociedade dos Arquitectos Portugueses	Lisboa	1902		Miguel Ventura Terra Adães Bermudes Rosendo Carvalheira Francisco Parente	-	Excursões Artísticas Actividade de pressão sobre as autoridades Participação nos Congressos Internacionais dos Arquitectos
Sociedade Arqueológica Santos Rocha	Figueira da Foz	1904		António Santos Rocha	Director Santos Rocha - Vogal Correspondente do Conselho dos Monumentos Nacionais	Promoção de escavações arqueológicas Museu Municipal Santos Rocha
Sociedade de Propaganda de Portugal	Lisboa	1906	Promover o excursionismo em Portugal e a propaganda de Portugal no estrangeiro	L. de Mendonça e Costa José Fernando de Sousa	-	Criação de uma Comissão dos Monumentos (proposta de Vieira Guimarães) Actividade de pressão sobre as autoridades para a conservação e restauro e valorização dos principais monumentos nacionais Criação de Delegações nas principais cidades do país Publicação de guias turísticos.

Sociedade de Belas Artes	Porto	1906	Promoção das Belas Artes e da cultura artística	Cândido da Cunha José de Brito Teixeira Lopes Monterosso J. Augusto Ribeiro	Colaboração informal do CAA do Porto	Excursões Artísticas
Academia de Ciências de Portugal	Lisboa e delegações	1907 / 1910	O progresso e a integração filosófica dos principais ramos do saber humano e as suas respectivas aplicações sociais. Estimular a cultura intelectual e orientar a opinião pública e os organismos dirigentes	Teófilo Braga António Cabreira Oscar de Pratt	Representação indirecta por via de institutos anexas na CM das 1.ª e 3.ª Circunscções.	Iniciativas de interesse para o património Condenação do vandalismo de destruição das catedrais durante a Grande Guerra Criação de institutos anexas Proposta e criação da Junta Arqueológica Nacional, destinada a federar as associações de defesa dos monumentos e de promoção da arqueologia
Liga de Educação Estética	Lisboa	1909	Reorganização da educação artística do povo português. Renovação cultural do país	José de Figueiredo Alfredo Cunha José Pessanha Raul Lino Lopes de Mendonça Costa Mota, tio Columbano B. Pinheiro	-	Proposta de inventariação e conservação dos monumentos Interesse depositado no desenvolvimento e qualificação de museus
Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo de Vila da Feira	Feira	1909	Defender, guardar e conservar o castelo e promover o seu restauro	Fortunato Meneres Augusto Cardoso João Pereira Eduardo Vaz Oliveira	Secretário, Augusto Cardoso, vogal correspondente da 2.ª Circunscção	Limpeza e restauro de diversas partes do castelo da Feira Compra de terrenos a particulares para reintegrar no domínio do Estado Promoção da zona de protecção Abertura do castelo ao público
Comissão de Arte de Aveiro	Aveiro	1910 / 1912	Constituir o núcleo de apoio à instalação do Museu Regional de Aveiro	Jaime de Magalhães Lima Joaquim Melo de Freitas João Augusto Marques Gomes	Integração no CAA com a designação do Director do Museu de Aveiro, vogal correspondente da 2.ª Circunscção	Defesa do Convento de Jesus Instalação do Museu Regional de Aveiro
Comissão do Museu de Leiria	Leiria	1912	Constituir o núcleo de apoio à instalação do Museu Regional de Leiria	Tito Benevenuto Larcher José Maria Charters Henrique de Azevedo Ernesto Korrodi	Designação do Director do Museu de Leiria, vogal correspondente da 2.ª Circunscção	Instalação do Museu Regional de Leiria, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital

Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga	Lisboa	1912	Reorganização da educação artística e estética. Renovação cultural Criação de um serviço de excursões a museus, monumentos e sítios pitorescos.	José de Figueiredo Luís Fernandes Reynaldo dos Santos Afonso Lopes Vieira José Pessanha Conde de Santarém Visconde de Santarém J. Lúcio de Azevedo	Integrada no MNAA	Financiou a aquisição de obras de arte para o MNAA Edição de estudos artísticos e conferências Desenvolvimento de serviços educativos
Comissão de Castelo Branco	Castelo Branco	1912 /1914	Defender a continuação dos bens artísticos na cidade	Francisco Tavares Proença	-	Salvaguarda dos objectos do Paço Episcopal e sua integração no Museu Municipal/Regional.
Comissão Regional de Viseu ⁷	Viseu	1914	Constituir o núcleo de apoio à instalação do Museu Regional de Viseu e defender o património artístico e arqueológico	Maximiliano Pereira de Aragão Francisco António Almeida Moreira António Marques de Figueiredo	Integração no CAA com a designação do Director do Museu Grão Vasco, vogal auxiliar e correspondente da 2.ª Circunscção	Defesa dos monumentos da cidade Protecção da Cava do Viriato Instalação do Museu Grão Vasco D Direcção parcial do restauro de trecho gótico da Sé de Viseu
Comissão de Lamego	Lamego	1914 /1915	Constituir o núcleo de apoio à instalação do Museu Regional de Lamego	João Amaral Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa Luís José Teixeira Nápoles	Designação do Director do Museu de Lamego, vogal correspondente da 2.ª Circunscção	Instalação do Museu Regional de Lamego
Liga dos Amigos do Castelo de Leiria	Leiria	1915	Conservação das ruínas do castelo de Leiria, incluindo as muralhas da cidadela e a igreja de S. Pedro. Proceder à limpeza e valorização.	Ernesto Korrodi Afonso Zúquete José Saraiva	Presidente, vogal correspondente (1921) Vogal correspondente colectivo da 2.ª Circunscção (1930)	Restauro do Castelo de Leiria (1916-1926) Defesa da Igreja românica de S. Pedro
Instituto Arqueológico do Algarve (Anexo da Academia de Ciências de Portugal)	Faro	1915	Desenvolvimento da cultura da ciência arqueológica e coordenação do folclore regional	António Cabreira Joaquim Rodrigues Davim Justino de Bivar Weinholtz Francisco Ataíde de Oliveira	-	Direcção do Museu Arqueológico do Algarve

⁷ Desde 1902, existia o Grupo de Viseu que, durante a 1.ª República, formaliza a sua constituição.

Grupo de Estudos Etnográficos	Lisboa	1916	Promover os estudos de carácter etnográfico	M. Cardoso Mata Vergílio Correia Ladislau Piçarra Sebastião Pessanha	-	-
Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém	Santarém	1916	Polícia e fiscalização dos monumentos, padrões e objectos da arte antiga. O enriquecimento do museu. Efectuar estudos e pesquisas arqueológicas	Augusto Cardoso Laurentino Veríssimo Augusto César Vasconcelos Carlos Gomes	Vogais Auxiliares do CAA Vogal Correspondente da CM 1.ª Circunscrição (1917)	Proposta de classificação de Monumentos Fiscalização e salvaguarda Colaboração na direcção do Museu Arqueológico de Santarém Aumento do espólio da Biblioteca Camões
Instituto Histórico do Minho (Anexo da Academia de Ciências de Portugal)	Viana do Castelo	1916	Cultura dos estudos históricos do Minho Coordenação crítica de tudo o que interessa à província	António Cabreira Júlio de Lemos Figueiredo Guerra Cláudio Basto João da Rocha	Vogal Correspondente da 3.ª Circunscrição (1919)	Arrolamento dos monumentos e obras de arte do distrito de Viana do Castelo e de Braga Colaboração na génese e direcção do Museu de Arte Regional. Conservação e restauro da Igreja de Bravães. Promoção de escavações arqueológicas
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia	Porto	1918		A. A. Mendes Correia	-	

<p>União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo</p>	<p>Tomar</p>	<p>1918</p>	<p>Estudo, propaganda, conservação, restauração e a devida aplicação dos monumentos desta Ordem</p>	<p>Francisco Garcez Teixeira, José Brak-Lamy, Luís Arruda Pereira, Vieira Guimarães, Cândido Nunes Madureira, A. Cerveira</p>	<p>Vogal Correspondente da 1.^a Circunscrição (1919)</p>	<p>Defesa, conservação e valorização do Convento de Cristo Defesa e colaboração no resgate deste monumento Acções para a conservação das igrejas de Santa Maria do Olival e de S. João Baptista Limpeza da Casa do Capitulo Incompleta para Museu Lapidar Restauro da Igreja de Santa Iria e da Ermida de São Lourenço Reintegração de património deslocado na Charola daquele Convento Colaboração nos estudos da Torre da Charola Publicação de revista científica e edições de sobre património artístico e divulgação Criação de um núcleo na Vila de Pombal Constituição de um núcleo de activistas em Lisboa</p>
<p>Grupo dos Amigos do Museu de Évora</p>	<p>Évora</p>	<p>1918</p>	<p>Luta por melhores instalações para o museu e biblioteca eborenses</p>	<p>Celestino David António Augusto da Natividade António Coelho de Vilas Boas, Jaime Rodrigues Feliciano</p>	<p>-</p>	<p>Integra-se no Grupo Pró-Évora</p>
<p>Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Abrantes</p>	<p>Abrantes</p>	<p>1918</p>	<p>Defesa dos monumentos de Abrantes e criação de um museu regional</p>	<p>Diogo Oleiro</p>	<p>-</p>	<p>Direcção do Museu Regional D. Lopo de Sousa, criado pelo Parlamento</p>

Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes,	Bragança	1918	Cultura de todos os ramos de conhecimentos, especialmente no que respeita à região transmontana e ao progresso moral e material da mesma.	António Cabreira	-	-
Grupo Pró-Évora (integra o Grupo dos Amigos do Museu de Évora)	Évora	1919	Proteger os monumentos de Évora e a estética cidadina. Promover a conservação e o seu restauro. Dar a conhecer as indústrias locais. Dar a conhecer Évora, fazendo a sua propaganda	Leonor Fernandes Barahona Caldeira Carlos Serra Celestino David	Vogal Correspondente da 1.ª Circunscrição (1920)	Proposta de classificação de monumentos Limpeza do claustro da Sé Acompanhamento do restauro deste claustro e de outros monumentos. Defesa da classificação das muralhas de Évora como conjunto Valorização dos monumentos e sua divulgação
Instituto Portucalense	Porto	1921		Lopes Martins Bento Carqueja Carlos Passos Moreira de Sá Júlio Brandão, Aarão de Lacerda Teixeira Lopes	-	-
Instituto Etnológico da Beira	Viseu	1921		Maximiano de Aragão Marques (?) de Castilho	-	-
Grupo Pró-Guarda	Guarda	1921	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora		-	-
Comissão de Vigilância e Defesa do Castelo de Marvão	Marvão	1921	Defesa e classificação do Castelo de Marvão	José Miranda da Silva	-	Salvaguarda do Castelo de Marvão
Junta Arqueológica Nacional	Lisboa	1921	Espécie de federação com o objectivo de auxiliar o Estado na defesa dos monumentos nacionais e promover o desenvolvimento da arqueologia	Academia das Ciências de Portugal AAP UAMOC Grupo Pró-Évora Instituto Histórico do Minho Instituto Arqueológico do Algarve	-	Congresso Arqueológico Nacional de Tavira 1921

Grupo Pró-Melo	Melo	1922	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	António Corte Real	-	-
Grupo Pró-Estremoz	Estremoz	1922	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	L. Marques Crespo	Núcleo articulado como o Grupo Pró-Évora	-
Grupo Pró-Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo	1922	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	Mira Mendes, filho	Núcleo articulado como o Grupo Pró-Évora	-
Núcleo do Pró-Évora de Portel	Portel	1922/1923	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	Sebastião Gil Borja de Macedo e Menezes	Núcleo articulado como o Grupo Pró-Évora	-
Comissão dos Amigos do Castelo de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho	1923	Defesa e conservação do Castelo	Benedito Galvão de Carvalho	O presidente da Comissão foi nomeado vogal correspondente	Acções com a finalidade de conservar e restaurar o Castelo
Grupo Prò-Borba	Borba	1923	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	Humberto Fernandes Ramos Abreu João Silveira Sousa António Joaquim Leitão Rodrigues	Núcleo articulado como o Grupo Pró-Évora	-
Grupo Pró-Aljustrel	Aljustrel	1922	Finalidades semelhantes às do Grupo de Évora	Manuel Francisco Fialho Lança Plácido Costa Pimentel	Núcleo articulado como o Grupo Pró-Évora	-
Grupo Pró-Tavira	Tavira	1923	Salvar a cidade dos estragos da civilização de pechisbeque e do abandono dos seus monumentos	Jaime Silva Damião de Vasconcelos (?)	-	-
Comissão da Igreja de Salas	Sines	1924...	Responsabilizae-se pela Conservação da Igreja de Salas e informarem sobre os Monumentos da região	Domingues Rodrigues Pablo, Joaquim da Costa, Joaquim Pereira da Luz	Funcionando com autorização, enquanto vogais auxiliares colectivos	Conservação da Igreja de N. Senhora de Salas em Sines
Grupo de Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar	Gaia	1925	Defesa do Mosteiro	Ramiro Mourão	-	Movimento destinado a resgatar o mosteiro do abandono e das ruínas
Acção Regional de Castelo Branco	Castelo Branco	1925	Programa de defesa do património e de amor à cidade e respectivo desenvolvimento	Manuel Pires Bento	-	Defesa dos monumentos ainda existentes na cidade
Grupo dos Amigos do Museu, dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança	Bragança	1927	Defesa e protecção dos monumentos e da arqueologia. Apoio material, oferta de objectos e financeiro	Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)	Provável correspondência com a 3.ª Circunscrição	Aumento das colecções de arqueologia e arte

Grupo dos Amigos de Mafra	Mafra	1928			-	
Liga dos Amigos do Museu José Malhoa	Caldas da Rainha	1929	Defesa do regionalismo e do lugar das Caldas na região centro. Propaganda para o conhecimento e divulgação da cidade	António Montês Júlio Lopes José Guilherme de Faria J. F. Rodrigues Agostinho Fernandes José de Sousa	-	Defesa da criação de um museu que reunisse as obras de José Malhoa nas Caldas da Rainha (1930-1934)
Grupo de Amigos de Ossonoba	Faro	1930	Protecção e conservação das ruínas de Milreu. Sua exploração arqueológica. Divulgação	José Júlio Rodrigues Cândido Guerreiro Júlio Bivar	Vogal correspondente da 1. ^a Circunscrição (1930)	
Grupo dos Amigos do Museu Machado de Castro	Coimbra	1932 4-XII		Os vogais do CAA de Coimbra tornaram-se fundadores do Grupo, após a extinção em Março de 1932 Augusto Martins	-	
Grupo de Amigos de Lisboa ⁸	Lisboa	1936		Gustavo de Matos Sequeira		

Fontes: O Panorama, 1940; Guia de Portugal; Actas e Correspondência das três circunscrições; Arquivo Histórico do Pró-Évora (ver Fontes/Bibliografia).

⁸ Tendo como base a Comissão dos Estudos Oisiponenses da AAP, criada em 1925 e que funcionou no Museu do Carmo até 1932.

4.2 Personalidades.

4.2.1 Lista definitiva das individualidades, indicando as instituições a que pertenceram. Resultado final da investigação (1875-1932).

Nome	Período de vida	Instituição	Função	Associação	Local de acção
Abade de S. Lourenço de Montaria		CAA (3. ^a)	VA		S. Lourenço de Montaria, Minho
ABREU, Francisco António de Freitas		CAA (1. ^a)	VC		Funchal
ABREU, José Antunes Marques de ⁹	1879-1958	-	-		Porto
AÇA, Francisco Zacharias de Araujo da Costa de	1839-1903	CMN	VE		Lisboa
AGUIAR, Francisco Júlio Pereira de		COMN	VC		Lisboa
ALBUQUERQUE, Francisco de Almeida Cardoso e, 1.º Visconde e 1.º Conde de Mangualde	1841-1921	CMN	VE		Lisboa
ALBUQUERQUE, José Victorino de		COMN	VC		Viseu
ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de	1792-1846	-	-		Lisboa / Batalha
ALBUQUERQUE, Manuel de	1843-1912 (?)	CMN COMN	VC VC		Mangualde
ALLEN, Eduardo Augusto	1824-1899	CMN	VC		Porto
ALMEIDA, Adelino de		CMN	VC		Flor da Rosa, Crato
ALMEIDA, António José de	1866-1929	CAA (1. ^a)	VH		-
ALMEIDA, António Maximino Bettâmio de		CMN	VC		Benavente
ALMEIDA, Carlos Maria Eugénio de	1845-1914	RBA	V	Casa Pia	Lisboa
ALMEIDA, Eduardo Presidente da Sociedade	1884-1958	CAA (3. ^a)	VC	Sociedade Martins Sarmento	Guimarães
ALMEIDA (Tio), José Simões	1834-1926	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
ALMEIDA, Lourenço Chaves de	1876-1952	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
ALMEIDA JÚNIOR (Sobrinho), José Simões de	1880-1950	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal	1865-1947	-	-	GAMMOAB	Bragança
AMARAL, João	1875-1955	CAA (2. ^a)	VC	Comissão de Lamego	Lamego
ANDRADE, Alfredo César Reis Freire de	1839-1915	CSMN	VH		Piemonte
ANDRADE, Carlos Rebelo de	1887-1971	-	-		Lisboa
ANDRADE, Guilherme Rebelo de	1891-1969	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa

⁹ Indicam-se alguns dos principais colaboradores das instituições pré-republicanas e republicanas e personalidades ligadas à salvaguarda e conservação do património anteriores às Comissões de Reforma de 1870-1875.

ANDRADE, Manuel de		COMN CAA (1. ^a)	VC VC		S. Jorge, Açores
ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de	1823-1903	RBA	V	RAACAP	Lisboa
ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca e	1853-1929	CMN COMN CAA (2. ^a)	VC VC VA	AAP, IC, Comissão Regional de Viseu, IEB	Viseu
ARAÚJO, Alexandre Herculano de Carvalho e	1810-1877	-	-	Sociedade Conservadora dos Monumentos	Lisboa
ARAÚJO, Fernando Mardel de	1884-1960	CIPA	Func.		Lisboa
ARAÚJO, Norberto de Moreira	1889-1952	-	-	AAP	Lisboa
ARAÚJO, Victorino da Silva		CMN (?)	VC		Leiria
ARROYO, António José	1856-1934	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
ARRUDA, João	1867-1934	COMN CAA (1. ^a)	VC VA		Santarém
ARAÚJO, Augusto Gomes de		COMN	VC		Barreiro
ASSUMPÇÃO, Thomaz Lino d'	1844-1902	CMN CSMN	VE VE		Lisboa
ATAÍDE, Luiz Bernardo Leite de	1883-1955	CAA (1. ^a)	VC		Ponta Delgada
AUGUSTO, Joaquim (Padre)		CAA (1. ^a)	VA	CSMAS	Santarém
ÁVILA, António José de, 2.º Marquês de Ávila e Bolama	1842-1917	COMN	VC VE		Lisboa
ÁVILA, Joaquim Tomás Lobo de, Conde de Valbom	1819-1901	RBA	V		Lisboa
ÁVILA, Luiz Caetano Pedro de	1840-1904	COMN	Func.		Lisboa
AZEREDO, Francisco d'Azevedo Teixeira d'Aguillar e, 2.º Conde e 2.º Visconde de SAMODÃES	1828-1918	RBA ABAP COMN / CE	V VE VE		Porto
AZEVEDO, Alberto Feio Soares de	1882-1956	CAA (3. ^a)	VC		Braga
AZEVEDO, António Albino Marques de		COMN CAA (3. ^a)	VC VC		Barcelos
AZEVEDO, Manuel de, Abade de Vila Real		CMN	VC		Vila Real
BAPTISTA, Joaquim Correia	18??-19??	CMN	VC		Alcácer do Sal
BARATA, António Francisco	1831-1910	CMN	VC	RAACAP	Évora
BARBOSA, Inácio Vilhena	1811-1890	-	-	RAACAP	Lisboa
BARBOSA, Luiz Xavier	1849-1925	COMN	VC		Viana do Castelo Castelo Branco
BARREIRA, João	1866-1961	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
BARREIROS, Fernando Braga		CAA (3. ^a)	VA		Montalegre
BARREIROS, Manuel de Aguiar, Padre	1874-1954...	-	-		Minho
BARROS, Paulo de		CAA (2. ^a)	VE		Coimbra

BARROSO, José de Sousa, Abade de Grijó		CMN COMN	VC VC		Grijó, Gaia
BASTO, Gonçalo Ferreira Pinto		COMN	VC		?
BASTO, Gustavo Ferreira Pinto		CMN COMN	VC VC		Cete, Paredes Vista Alegre
BASTO, Rui de Athouguia Ferreira Pinto, 2.º ATOUGUIA, Visconde de	1849-1921	ARBAL COMN CAA (1.ª)	Insp. VE VH	SNBA	Lisboa
BASTOS, António Victor de Figueiredo	1829-1894	RBA	V		Lisboa
BASTOS, Luiz Augusto Pereira	18??-1912	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
BELLINO, Albano	1863-1906	CMN COMN	VC VC		Braga
BENARUZ, Adolpho		CMN	VE		Lisboa
BERMUDES, Arnaldo Redondo Adães	1863-1948	ARBAL CAA (1.ª) DGBA DGEMN	VE Func. Func.	SAP	Lisboa
BERTRAUX, Émile	1869-1917	CAA	VC		Paris
BIZARRO, Júlio Cezar	18??-1900	CMN	VC		Leiria
BONVALOT, Carlos Augusto	1893-1934	CAA (1.ª)	VE		Lisboa
BOTELHO, Abel Acácio de Almeida	1856-1917	CMN CSMN COMN ARBAL CAA (1.ª)	VE VE VE Insp. VE		Lisboa
BOTTO, Joaquim Maria Pereira, Monselhor	1851-1907	CMN COMN	VC VC		Faro Lisboa
BRAAMCAMP, José de Matos	1868-1953	COMN CAA (1.ª)	VC VC		Évora
BRANCO, Arthur Montenegro Ferrão Castel		COMN	VC		Poiares
BRANDÃO, Júlio	1869-1947	CAA (3.ª)	VE	Instituto Portucalense	Porto
BRENHA, José Izidoro		COMN	VC		Póvoa do Varzim
BREYNER, António de Mello		CMN CAA (1.ª)	VC VC		Serpa
BREYNER, Francisco Manuel de Melo, 4.º Conde de Ficalho	1837-1903	ARBAL	Insp.		Lisboa
BREYNER, Thomaz de Mello	1866-1933	COMN	VC		Mafra
BRITO, Francisco Nogueira de	1883-1946	-	-	AAP	Lisboa
BRITO, José de	1855-1946	CAA (3.ª)	VE	SBAP	Porto

BRUNO, José Pereira de Sampaio	1857-1915	CAA (3.ª)	VE		Porto
CABRAL, António Bernardo da Costa 1.º Conde de Tomar, 1.º Marquês de Tomar	1803-1889	-	-	Sociedade Arqueológica Lusitana	Tomar
CABRAL, Bartolomeu da Costa Cabral, 3.º Conde de Tomar	1867-1944	-	-	UAMOC	Tomar
CABRAL, João Read da Costa	1836-1904	-	-	RAACAP	-
CABREIRA de Faria e Alvelos Drago da Ponte, António Tomaz da Guarda	1868-1953	-	-	ACP IAA IHM Instituto Histórico de Trás-os-Montes	Lisboa Faro Viana do Castelo Bragança (?)
CAGGIANI, José Maria	c.1825-1891	-	-	RAACAP	Lisboa
CALDAS, Braulio Lauro Pereira da Silva		COMN	VC		Vizela
CALDAS, José Joaquim da Silva Pereira	1818-1903	CMN COMN	VC VC		Braga
CALDEIRA, Leonor Fernandes Barahona (Presidente do Grupo Pró-Évora)	18??-19??	-	-	GPE	Évora
CAMACHO, Manuel de Brito	1862-1934	CAA (1.ª)	VH		-
CÂMARA, António Pereira da Nóbrega Sousa da		COMN	VC		Vila Viçosa
CÂMARA, Joaquim Carvalho e Silva		CAA (2.ª)	VE		Coimbra
CAMPOS, João Caetano da Silva Presidente do Instituto Histórico do Minho		CAA (3.ª)	VC	IHM	Viana do Castelo
CANTO, Ernesto do (escultor)	1890-1981	CAA (1.ª)	VC		Paris
CANTO, Eugénio do	1856-1915	COMN CAA (1.ª)	VC VC		Ponta Delgada
CAPELLA, Manuel José Martins	1842-1925	COMN	VC		Viana do Castelo
CARDOSO, Abel de Vasconcelos	1877-1923...	CAA (3.ª)	VC		Guimarães
CARDOSO, António Augusto de Aguiar	1862-1937	CAA (2.ª)	VC	CVCVF	Feira
CARDOSO, Artur Alves	1883-1930	CAA (1.ª)	VE		Lisboa
CARMO, Moisés do		CAA (1.ª)	VA		Alenquer
CARNEIRO, Álvaro		CAA (3.ª)	VC		Bragança
CARNEIRO, José de Barros da Silva		COMN	VC		Marco de Canavezes
CARNEIRO JÚNIOR, António Teixeira	1872-1930	CAA (3.ª)	VE		Porto
CARRILHO, António Maria Pereira	1835-1903	CMN	VE		Lisboa
CARVALHEIRA, Rosendo Garcia de Araújo	1863-1919	CAA (1.)	VE/MN	AAP, SAP, SNBA	Lisboa
CARVALHO, Amadeu Ferraz de	1878-19??	CAA (2.ª)	VE	IC	Coimbra
CARVALHO, António Máximo Lopes de	1852-1921	CMN COMN	VC VC		Labrugeira Alenquer

CARVALHO, Augusto César Ribeiro de	1857-1940	COMN	VC		Chaves
CARVALHO, Augusto Luciano Simões de	1838-1912	CSMN COMN CAA (1.ª)	VE VE		Lisboa
CARVALHO, Augusto Mendes Simões de		COMN	VC		Coimbra
CARVALHO, Benedito Galvão de		CAA (2.ª)	VC	CACMV	Montemor-o-Velho
CARVALHO, Dionízio			VC		Torres Vedras
CARVALHO, João Carlos de Almeida	1817-1897	CMN	VC	Sociedade Arqueológica Lusitana	Setúbal
CARVALHO, João Carlos Infante de Sequeira Correia da Silva, 1.º Visconde da Torre da Murta	1833-1914	-	-	RAACAP	Tomar
CARVALHO, João Lino de	1859 -1926	CMN AGEMN AGEN	Func.		Lisboa
CARVALHO, Joaquim de	1892-1958	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de	1861-1921	COMN CAA (2.ª)	VC VE		Coimbra
CARVALHO, Thomaz de	1819-1897	RBA	V		Lisboa
CARVALHOSA, Manuel Francisco de Barros Saldanha da Gama de Sousa Mesquita Leitão e, 3.º Visconde de Santarém	1878-1971	-	-	AAP CSMAS GAMNAA	Santarém Lisboa
CASANOVA, Enrique	1850-1913	COMN	VE		Lisboa
CASIMIRO, Augusto	1889-1967	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
CASTILHO, Júlio de, Visconde de Castilho	1840-1919	CSMN COMN	VE VE		Lisboa
CASTRO, Augusto Mendes Simões de	1845-1932	COMN CAA (2.ª)	VC VE		Coimbra
CASTRO, Baltasar da Silva	1891-1967	CAA (1.ª) AGEMN DGBA DGEMN	VC Func.		Lisboa Porto
CASTRO, Eugénio de	1869-1944	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
CASTRO, José Osório da Gama e		CMN COMN	VC VC		Gouveia
CHAVES, José Ferreira	1838-1899	ARBAL CSMN	VE VE		Lisboa
CHAVES, Luís	1888-1975	-	-	AAP	Lisboa
CHAVES e MELLO, Francisco Afonso da Costa	1857-1926	CAA (1.ª)	VA/VC		Ponta Delgada

CID, António Mattos		CAA (2. ^a)	VC		Aguiar da Beira
COELHO, António Correia Caldeira	18??-1964 (?)	-	-	AAP	Lisboa
COELHO, Baltazar Dias	18??-1911...	COMN	VC		Viana do Castelo
COELHO, José Júlio Gonçalves		COMN	VC		Porto
CONDEIXA, Ernesto Ferreira	1858-1933	CAA (1. ^a)	VE	Grémio Artístico	Lisboa
CORDEIRO, Cândido Celestino Xavier	1844-1905	COMN	VE		Lisboa
CORDEIRO de Sousa, Luciano Baptista	1844-1900	RBA CMN CSMN COMN	V VE/Pres. VE VE	Sociedade de Geografia de Lisboa	Lisboa
CORREIA, Joaquim Benedito Balbino		COMN	VC		Cantanhede
CORREIA, Vergílio	1888-1944	CAA (1. ^a) CAA (2. ^a)	Func. VE/Func.	AAP, Grupo de Estudos Etnográficos	Lisboa Coimbra
COSTA, Afonso	1871-1937	CAA (1. ^a)	VH		-
COSTA, Aleixo		COMN	VC		Bragança
COSTA, António		COMN	VC		Angra do Heroísmo
COSTA, António Ignacio Marques da		CMN	VC		Setúbal
COSTA, João Carlos Rodrigues da	18??-1917	COMN	VC		Lisboa
COSTA, João Manuel da		COMN CAA (1. ^a)	VC VA		Mértola
COSTA, Luís Xavier da	1871-1941	CAA (1. ^a) ANBA	VE VE		Lisboa
COSTA, Ricardo Severo da Fonseca e	1869-1940	COMN	VC		Porto
COUTINHO, Manuel Macedo Pereira	1839-1915	CMN CSMN COMN CIPA CAA (1. ^a)	VE VE VE Pres. VE		Lisboa
COUTO, Afonso Alfredo Teixeira do		-	-	CVCVF	Feira
COUTO, João Rodrigues da Silva	1892-1968	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
COUTO ABREU, António do	1874-1946	DE (MOP) AGEMN CAA (1. ^a) DGBA DGEMN	Func. VE Func.		Lisboa
CRUZ, Ângelo Leopoldo da		CAA (2. ^a)	VA		Coimbra
CUNHA, Aníbal Rui de Brito e		CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
CUNHA, António Gonçalves da Silva e		CMN COMN	VC VC		Tondela

CUNHA, Júlio Carlos Mardel de Arriaga Velho Cabral da	1855-1928	CMN CSMN COMN CAA (1. ^a)	Func./VE VE VE VE	RAACAP	Lisboa
DAVID, Celestino	1880-1952	-	-	Grupo de Amigos do Museu de Évora GPE	Évora
DELGADO, Joaquim Filipe Nery da Encarnação	1835-1908	COMN	VE		Lisboa
DEZARROIS, André		CAA (1. ^a)	VH		Paris
DIAS, João José Pereira		COMN	VC		Porto
DIAS, Joaquim Maria Duarte	1831-1917	-	-	RAACAP	Santarém
DIAS, José Pereira		CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
DUARTE, Arnaldo (?), Abade de Leça do Balio	1908-1998	CAA (3. ^a)	VC		Leça do Balio
ESPANCA, Joaquim José da Rocha	1839-1896	CMN	VC		Vila Viçosa
ESPANCA, Túlio Alberto da Rocha	1913-1992			GPE	Évora
FAFE, João José Teixeira		COMN	VC		Lamego
FERNANDES, Luís	1859-1922	-	-	GAMNAA	Lisboa
FERNANDO II, de Saxe-Coburgo	1816-1885	-	-	Sociedade Arqueológica Lusitana ARBAL RAACAP	Lisboa
FERRAZ, António Costa de Almeida		CAA (3. ^a)	VC		Barcelos
FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos	1849-1931 (?)	COMN	VC		Mafra
FERREIRA, Henrique Vaz	1868-1961	COMN	VC		Feira
FERREIRA, José de Oliveira	1883-1942	CAA (3. ^a)	VE	SBAP	Porto
FERREIRA, José Augusto	1860-1944	COMN	VC		Vila do Conde
FERREIRA, Pedro Augusto, Abade de Miragaia	1833.1913	COMN	VC		Porto
FIGUEIREDO, António Bernardo de		CMN	VC		Santarém
FIGUEIREDO, António Marques de Deão da Sé de Viseu	1854-1943	COMN CAA (2. ^a)	VC VA	Comissão Regional de Viseu	Viseu
FIGUEIREDO, António Mesquita de	1880-1954	COMN	VC		Coimbra
FIGUEIREDO, José de	1872-1937	COMN ARBA CAA (1. ^a) CAN CSBA ANBA	VE VE VE V VE Pres.	Liga de Educação Estética	Lisboa
FIGUEIREDO, Severo de		CAA (2. ^a)	VA		Viseu

FOLQUE, Pedro Romano	1848-1922	CMS DE (MOP)	VE Func.		Lisboa
FONSECA, António Tomás da	1822-1894	RBA	V		Lisboa
FONSECA, Eleutério Adolpho Moreira da		COMN	VC		Feira
FONSECA, José Thomaz da	1877-1968	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
FONSECA, Martinho da	1869-1934	CMN COMN	Func.		Lisboa
FORMOSINHO, Bento Gomes		CAA (1.ª)	VA		Lagos
FRAGOSO, Francisco Eduardo Barahona	1843-1905	CMN COMN	VC VC		Évora
FRANCO, Francisco [de Sousa]	1885-1955	CAA (1.ª)	VC		Funchal
FRAZÃO, António Francisco		CMN	VC		Coimbra
FREIRE, Anselmo Braamcamp	1849-1921	CMN CSMN COMN	VE VE VE		Lisboa
FREIRE, José Luiz Ferreira		COMN	VC		Portunhos, Cantanhede
FREIRE, Luciano Martins	1864-1934	ARBAL CIPA CAA (1.ª)	VE VE		Lisboa
FREITAS, António Ignacio Pereira de		CMN COMN	VC VC		Ponte de Lima
FREITAS ou FURTADO, Manuel Bernardo Cardoso Botelho		CMN	VC		Faro
FREITAS, Mello de		CMN	VC		Aveiro
FURTADO, Thadeu Maria de Almeida	1813-1901	RBA ABAP	V		Porto
FUSCHINI, Augusto Maria	1846-1911	CSMN COMN / CE	VE Pres.		Lisboa
FUSCHINI, Fernando Joyce	1878-19??	COMN	Func.		Lisboa
GAIO, Manuel da Silva	1860-1934	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
GALVÃO JÚNIOR, José Lino de Sousa	1861-1911...	COMN	VC		Angra do Heroísmo
GAMEIRO, Alfredo Roque	1864-1935	CAA (1.ª) ANBA	VE VE		Lisboa
GAMEIRO, José Maria Pinto		COMN CAA (1.ª)	VC VC		?
GERALDES, Manuel de Melo Nunes		CAA (2.ª)	VE	IC	Coimbra
GIRÃO, Aristides de Amorim	1895-1960	CAA (2.ª)	VA		Coimbra
GÓIS, João Teófilo da Costa		COMN	VC		
GOMES, Carlos Augusto	1881-1933	CAA (1.ª)	VA	CSMAS	Santarém

GOMES, João Augusto Marques	1853-1931	CMN COMN CAA (2. ^a)	VC VC VC	Comissão de Arte de Aveiro	Aveiro
GOMES, João dos Reis	1869-1950	CAA (1. ^a)	VA		Funchal
GOMES, Joaquim Conceição	1829-18??	CMN	VC		Mafra
GOMES, Manuel Joaquim		CMN	VC	RAACAP	Santarém
GONÇALVES, António Augusto G. Neves	1848-1932	CMN COMN CAA (2. ^a)	VC VC VE		Coimbra
GRACIAS, José António Ismael	18??-1919	COMN CAA (1. ^a)	VC VC		Nova Goa
GRAVE, João José	1872-1934	CAA (3. ^a)	VE		Porto
GUEDES, Delfim, Conde de Almedina	1842-1895	ARBAL	Insp.		Lisboa
GUEDES, Fausto de Queiroz. Visconde de Valmor	1837-1898	ARBAL	V		Lisboa
GUERRA, Luís de Figueiredo da Guerra	1853-1935 (?)	CMN COMN CAA (3. ^a)	VC VC VA	IHM	Viana do Castelo
GUERREIRO, João Veríssimo Mendes	18??-1911	COMN	VE		Lisboa
GUERREIRO, José de Sousa		CAA (1. ^a)	VA		Silves
GUIMARÃES, Alfredo	1882-1958	CAA (3. ^a)	Func.	-	Guimarães
GUIMARÃES, António José Gonçalves	1850-1919	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
GUIMARÃES, António Peres Dias		CAA (3. ^a)	VE		Porto
GUIMARÃES, Delfim de Brito	1872-1933	COMN	VC		Ponte de Lima
GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira, Abade de Tagilde	18??-1912	CMN	VC	Sociedade Martins Sarmiento	Tagilde, Vizela
GUIMARÃES, José Vieira da Silva	1864-1939	COMN CAA (1. ^a)	VC VC/VA	UAMOC	Tomar
GUSMÃO (Pai), Francisco António Rodrigues de	1805-1888	CMN	VC (?)		Portalegre
GUSMÃO (Filho), António Rodrigues de	1860-1919	COMN CAA (1. ^a)	VC VA		Portalegre
HAUPT, Karl Albrecht	1852-1932	CAA (1. ^a)	VH		Hannover, Alemanha
HENRIQUES, Guilherme João Carlos (da Carnota)	1846-1911	COMN CAA (1. ^a)	VC VA		Alenquer
HENRIQUES, Júlio Augusto	1838-1928	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
HOLSTEIN, Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa, Marquês de Sousa Holstein	1838-1878	ARBAL RBA	Insp. Pres.		Lisboa
JUCIDE, Pedro Paulo de Mascarenhas	1875-1944	CAA (1. ^a)	VC	IAA	Silves
KEIL, Alfredo	1850-1906	-	-		Lisboa
KEIL, Luís Cristiano Cinatti	1881-1947	CAA (1. ^a)	VA		Lisboa

KORRODI, Ernesto	1870-1944	CMS-CE CAA (2. ^a)	VC VC	Comissão de Arte de Leiria, LACL	Leiria
LACERDA, Aarão Soeiro Moreira de	1890-1947	CAA (3. ^a)	VE	Instituto Portucalense	Porto
LACERDA, João Palha de Faria de		RBA	V		Lisboa
LACERDA, José de		COMN CAA (1. ^a)	VC VC		S. Jorge, Açores
LACERDA, José Jerónimo Cabral de		CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
LACERDA, Manuel Quaresma Limpo Pereira de, Visconde de Altas Moras	18??-19??	COMN CAA (1. ^a)	VC VA		Moura
LARANJEIRA, Vitorino Teixeira		COMN	VE		?
LARCHER, Fernando de Sousa	1857-1922	CMN CSMN COMN	VE VE VE		Lisboa
LARCHER, Jorge das Neves	1890-1945	-	-		-
LARCHER, Tito Benevenuto Lima de Sousa	1860-1932	CAA (2. ^a)	VC	Comissão de Arte de Leiria, LACL	Leiria
LAURENS, Jean-Paul	1838-1921	CAA (1. ^a)	VH	-	Paris
LEAL, José da Silva Mendes	1818-1886	-	BNL	RAAAP	Lisboa
LEICHTINGER, Helena Ana Maria Antónia, 1. ^a Condessa de Carvalhido		CAA (1. ^a)	VH	-	-
LEITE, António Pinheiro de Azevedo		COMN	VC		Guiães
LEITE, José Pinto, 2. ^o Conde de Olivais e Penha Longa e 2. ^o Visconde da Gandarinha		COMN ARBAL CSMN CAA (1. ^a)	VC VH VC VH		Paris
LEMOS, Álvaro Viana de	1881-1972	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
LEMOS, João Pereira Martins de		CAA (1. ^a)	VC		Lisboa
LEMOS, Júlio de	1878-1960	CAA (3. ^a)	VC	IHM	Viana do Castelo
LEMOS, Virgílio César Antunes de		CAA (1. ^a)	VC		Lisboa
LIMA, Alberto Carlos Pires de Brito e		COMN	VC		Arcos de Valdevez
LIMA, Francisco José Ferreira de	1880-1938	COMN CAA (3. ^a)	VC VC		Porto
LIMA, Policarpo da Costa	1878-19..	COMN	VE		Lisboa
LINO, Raul	1879-1974	ANBA DGEMN	VE	Liga de Educação Estética	Lisboa
LOBO, Francisco de Salles Costa		CMN	VC		Lamego
LOBO, Gumersindo Sarmiento da Costa	1896.1952	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
LOBO, Joaquim Lúcio		CAA (2. ^a)	VC	LACL	Leiria

LOBO, José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama, 2.º Visconde da Esperança	1841-1925	COMN CAA (1.ª)	VC VC / VA		Évora
LOPES, Adriano de Sousa	1879-1944	CAA (1.ª)	VE/Func.		Lisboa
LOPES, António Teixeira	1866-1942	COMN CAA (3.ª)	VC VE	Sociedade de Belas Artes do Porto, Instituto Portucalense	Vila Nova de Gaia
LOPES, José Teixeira	1872-1919	COMN CAA (3.ª)	VC VE		Porto
LOPO, Albino dos Santos Pereira	1860-1933	CMN COMN	VC VC		Bragança
LOUREIRO, Adolpho Ferreira	1836-1911	COMN	VE	RAACAP	Lisboa
LOUREIRO, Ernesto		-	-	RAACAP	Tomar
MACEDO, Joaquim da Costa		COMN	VC		Golegã
MACHADO, António José, Visconde de Santa Bárbara		COMN	VC		S. Miguel, Açores
MACHADO GUIMARÃES, Bernardino Luiz	1851-1944	COMN CAA (1.ª)	VC VH		Coimbra
MACHADO, João Augusto	1862 -1925	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
MACHADO, José Alves Pimenta Avelar		COMN	VE		Lisboa
MACHADO, José Augusto Simas	1859-1927	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
MACHADO, José de Sousa	1860-1934	CMN COMN CAA (3.ª)	VC VC VC		Braga
MAGALHÃES, Acácio Lino de	1878-1956...	CAA (3.ª)	VE	SBAP	Porto
MAGALHÃES, Alfredo de	1870-1957	CAA (1.ª)	VH		-
MAGALHÃES, António da Silva	1834-1897	CMN	VC		Tomar
MAGALHÃES, João Pereira de		COMN	VC		Feira
MAIA, Francisco de Abreu Pereira		COMN	VC		Ponte de Lima
MAIA, Hypolito de Vasconcellos		COMN CAA (2.ª)	VC VA		Guarda Viseu
MALHOA, José Vital Branco	1855-1933	CAA (1.ª)	VE	SNBA	Lisboa
MANOEL, Caetano Xavier de Almeida da Câmara	18??-1910	CMN COMN	VC VE		Évora Lisboa
MARQUES, Manuel	1890-1956	CAA (3.ª)	VE		Porto
MARRECA, Alfredo		COMN	VC		Golegã
MELLO, Simão de Abreu e (Padre)		COMN	VC		Monção
MENDES, Joaquim Mário de Macedo	1902-19??	CAA (1.ª)	VE		Lisboa
MENDONÇA, Henrique Lopes de	1856-1931	CAA (1.ª)	VE	Liga de Educação Estética	Lisboa
MENÉRES, Fortunato da Fonseca		-	-	CVCVF	Feira

MENESES, Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e, 3.º Conde de Bertandos	1851-1929	RBA CMN CSMN COMN	V VC VE VE		Porto Lisboa
MENESES, Luís Pereira de, Visconde de Meneses	1817-1878	RBA	V		Lisboa
MEYRELLES, Jeronymo Maria do Carmo		COMN	VC		Freixo de Espada à Cinta
MONTEIRO, Augusto da Silva		COMN (?)	VC		?
MONTEIRO, José Luís	1848-1942	CSMN COMN CAA (1.ª) CAN	VE VE VE VE		Lisboa
MONTEIRO, Manuel Joaquim Rodrigues	1879-1952	CAA (3.ª)	VC		Braga
MOREIRA, Francisco António de Almeida	1873-1939	COMN CAA (2.ª)	VC VA-VC	Comissão Regional de Viseu	Viseu
MOURÃO, Leopoldo José de Oliveira	1860-1923...	ABAP CAA (3.ª)	Insp. VH		Porto
MOTTA, Adolpho Ernesto	1846-1925.	CMN COMN CAA (1.ª)	VC VC VC		Portalegre Lagos
MOTTA (Tio), António Augusto da Costa	1862-1930	CAA (1.ª)	VE	Liga de Educação Estética, SNBA	Lisboa
MOTTA, Aristides Moreira da		COMN	VC		Ponta Delgada, Açores
NÁPOLES, Luiz José Teixeira		CAA (2.ª)	VC	Comissão de Lamego	Lamego
NATIVIDADE, António Vieira	1893-1946	CAA (2.ª)	VA		Alcobaça
NATIVIDADE, Manuel Vieira	1860-1918	CMN COMN CAA (2.ª)	VC VC VA		Alcobaça
NAZARETH, José António de Sousa		CAA (2.ª)	VE		Coimbra
NEPOMUCENO, José Maria	1836-1895	RBA	V		Lisboa
NEVES, Serafim de Sousa		COMN	VC		Viana do Castelo
NUNES, D. Augusto Eduardo, 22.º Bispo de Évora e Arcebispo de Perga	1849-1920	COMN	VC		Évora
NUNES, José Joaquim		CMN CMN-BE	VC VC		Lagos Santarém
NUNES, Manuel Dias	1809-1907	CMN	VC		Serpa
NUNES JÚNIOR, António José	1840-1905	CMN	VE		Lisboa
OLEIRO, Diogo		-	-	CSMNA	Abrantes
OLIVEIRA, Augusto César de Abreu e		CAA (1.ª)	VA	CSMAS	Santarém

OLIVEIRA, Caetano Marques de		COMN	VC		Póvoa do Varzim
OLIVEIRA, Eduardo Vaz de		COMN	VC		Feira
OLIVEIRA, Henrique António Guedes de	1865-1932	CAA (3.ª)	VE		Porto
OLIVEIRA, João Marques da Silva	1852-1927	CAA (3.ª)	VE	Centro Artístico	Porto
OLIVEIRA, José Rodrigues de	18??-1928	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
ORNELLAS, Agostinho de	1836-1901	CMN (?)	VC		?
ORTIGÃO, José Duarte Ramalho	1836-1915	CMN CSMN COMN CIPA	VE Pres. VE V		Lisboa
O'SULLIVAN, Francisco de Paula do Sacramento Soares	1859-1929	CMN COMN	Func.		Lisboa
PADRÃO, Afonso Dias Moreira		CAA (2.ª)	VC		Batalha
PAIVA, Manuel José		COMN (?)	VC		Feira
PALHINHA, Cypriano Justino da Costa, Visconde Amoreira da Torre		COMN CAA (1.ª)	VC VA		Montemor-o-Novo
PALMA, João Umbelino		CMN	VC		Beja
PARREIRA, António Maria de Oliveira	1836-1918	CMN	VC		Évora
PASSOS, Carlos de	1890-1958	-	-	AAP, Instituto Portucalense	Porto
PAÚL, Gonçalo Loureiro Montenegro da Mesquita		COMN	VC		Castelo de Vide
PEDROSA, Joaquim Augusto, padre		CMN	VC		Santo Tirso
PEIXOTO, António Augusto Rocha	1866-1909	COMN	VC		Porto
PEREIRA, Ernesto		CAA (2.ª)	VC		Guarda
PEREIRA, Félix Bernardino da Costa Alves	1865-1936	COMN CAA (1.ª)	VC VE/MN	AAP	Arcos de Valdevez Lisboa
PEREIRA, Gabriel Vítor do Monte	1847-1911	CMN CSMN COMN CAA (1.ª)	VE VE VE/Pres. VE		Lisboa
PEREIRA, Lucas José dos Santos	18??- 1884	-	-		Batalha
PERREIRA, Manuel Martins de Sá		COMN (?)	VC		?
PESSANHA, D. José Maria da Silva	1865-1939	COMN ARBAL CIPA CAA (1.ª) CAA (2.ª) CAN ANBA	VC VE VE VE VC V VE	Grémio Artístico, SNBA, AAP, Liga de Educação Estética, GAMNAA	Lisboa Lisboa Coimbra
PESSOA, Alberto Cupertino	1883-1942	CAA (2.ª)	VE		Coimbra

PIÇARRA, António Ladislau	1862-1926...	COMN CAA (1.ª)	VC VC	Grupo de Estudos Etnográficos	Serpa
PILOTO, João António	1880-1956	CAA (1.ª)	VE		Lisboa
PIMENTA, Belisário Maria Bustorf da Silva	1879-1969	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
PIMENTEL, Alberto	1849-1925	CMN CSMN COMN	VE VE VE		Lisboa
PIMENTEL, Fernando Eduardo de Serpa		CSMN COMN / CE	VE VE		Lisboa
PINA, José Luís de	1874-1942...	CAA (3.ª)	VA		Guimarães
PINA, D. Manuel Correia de Bastos, Bispo-Conde de Arganil	1830-1913	CMN COMN CAA (2.ª)	VC VC VE		Coimbra
PINHEIRO, Columbano Bordallo	1857-1929	CAA (1.ª)	VE/Func.	Liga de Educação Estética	Lisboa
PINHO JÚNIOR, António José de		COMN	VC		Monção
PINTO, Albino Caetano da Silva	1859-1928	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
PINTO, Augusto Carvalho da Silva	1865-1938	CAA (2.ª)	VE		Coimbra
PINTO, Manuel Henrique	1853-1912	CMN COMN	VC VC		Tomar
PIRES, António Thomaz	1850-1913	CMN CSMN	VC VC		Elvas
PISSARRO, Afonso de Andrade		CAA (2.ª)	VC		Guarda
POMBO PRAT, José de Groot		CMN	VC	Sociedade Arqueológica Lusitana	Setúbal
PONTES, Manoel Thomaz de Sousa		DOPDS	Func.		Tomar
PORTELA, Manuel Maria	1833-1906	CMN COMN	VC VC		Setúbal
PRAÇA, José Joaquim Lopes	1844-1920	COMN	VC		Montemor-o-Novo
PRALON, Eugène		CAA (1.ª)	VH		Ministro da França, em Lisboa
PRAZERES, Francisco dos		CAA (2.ª)	VC		Guarda
PRIETO, Joaquim Gregório Nunes	1833-1907	ARBAL	V		Lisboa
PROENÇA, Raul Sangreman	1884-1941	-	-	-	Lisboa
QUEIRÓZ, José	1856-1920	CAA (1.ª)	VE/MN	AAP	Lisboa
RAMALHO JÚNIOR, António Monteiro	1858-1916	CAA (1.ª)	VE	Grémio Artístico	Lisboa
RASTEIRO, Joaquim	1834-1898	CMN	VE		Azeitão / Lisboa
REGO, Carlos Alberto Martins do (Monsenhor)	18??-19??	CAA (1.ª)	VA		Lisboa
REIS, António Thomaz		CMN	VC		Elvas

REIS, Carlos António Rodrigues dos	1863-1940	ARBAL CAA (1. ^a) ANBA	VE VE VE	Sociedade Silva Porto Grupo Ar Livre	Lisboa
RELVAS, José	1858-1929	CAA (1. ^a)	VH/VE		Lisboa
REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos	1867-1932	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
RIBEIRO, Alfredo	1844-1911	CMN	VE		Lisboa
RIBEIRO, Augusto	1853-1913	CSMN	VE		Lisboa
RIBEIRO, João Augusto	1860-1923	CAA (3. ^a)	VE	Sociedade de Belas Artes do Porto	Porto
RIBEIRO, José Patrocínio		CAA (1. ^a)	VA		Beja
RIBEIRO, Manuel José, Visconde de S. Bento	1807-1893	CMN	VC		Briteande, Lamego
RIBEIRO, Vítor	1862-1930	-	-	AAP	-
ROCHA, António dos Santos	1853-1910	CMN COMN	VC VC	Sociedade Arqueológica Santos Rocha	Figueira da Foz
ROCHA, Manuel João Paulo da		COMN CAA (1. ^a)	VC VA	IAA	Silves Lagos
RODRIGUES, António da Costa	1890-1952 (?)	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
RODRIGUES, Francisco de Assis	1801-1877	RBA	V		Lisboa
RODRIGUES, José Júlio	1874-1948	CAA (1. ^a) CAA (1. ^a)	VE VC	Grupo de Amigos de Ossoyoba	Lisboa Faro
RODRIGUES, José Rafael		COMN	VC		Vila Pouca de Aguiar
ROQUE, Joaquim Francisco		CAA (3. ^a)	VE		Porto
RORIZ, Gaspar (Padre)	18??-1932	COMN CAA (3. ^a)	VC VC	Sociedade Martins Sarmento	Guimarães
ROSADO, António Homem da Silva		COMN CAA (2. ^a)	VC VA		Guarda
SÁ, Aires de		CMN	VC		?
SÁ, António Eugénio de Carvalho e		COMN	VC		Moncorvo
SÁ, António Fernandes de	1874-1923...	CAA (3. ^a)	VE		Porto
SÁ, Francisco Augusto Manuel Coelho de		COMN	VC		Horta, Açores
SÁ, José Soares de		COMN	VC		Feira
SÁ, Victorino Joaquim Correia de		COMN	VC		Feira
SALGADO, José Veloso	1864-1945	CSMN CAA (1. ^a)	VE VE	Grémio Artístico, SNBA	Lisboa
SAMPAIO, Alberto	1841-1908	-	-	Sociedade Martins Sarmento	Guimarães
SANTOS, Francisco dos	1878-1930	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa

SANTOS, Reynaldo dos	1880-1970	CAA (1. ^a) ANBA	VE VE/Pres.	GAMNAA	Lisboa
SARDINHA, António Maria de Sousa	1888-1925	CAA (1. ^a)	VA		Monforte
SARDINHA, José Gerardo da Silva		COMN	VE		Lisboa
SARMENTO, Alberto Arthur	1878-195?	CAA (1. ^a)	VC		Funchal
SARMENTO, Francisco Martins de Gouveia Moraes	1833-1899	CMN	VC	Sociedade Martins Sarmento	Guimarães
SAÚDE, António Manuel da	1875-1958	-	-	Sociedade Silva Porto Grupo Ar Livre	Santarém
SEQUEIRA, Gustavo de Matos	1880-1962	-	-	AAP, Grupo de Amigos de Lisboa	Lisboa
SERPA, José Machado de	1864-1945	COMN CAA (1. ^a)	VC VC		Horta, Açores
SILVA, Amândio		CMN COMN	VC VC		Paredes da Beira Paredes de Coura
SILVA, António Augusto de Sousa e	1844-1926	COMN	VC		Lisboa
SILVA, António Ferreira de Araújo e	18??-1908	COMN	VC		Porto
SILVA, António Inácio		CAA (1. ^a)	VA	CSMAS	Santarém
SILVA, Augusto Luso da	1827-1902				
SILVA, Augusto Vieira da	1869-1951	CSMN CAA (1. ^a)	VE VE		Lisboa
SILVA, Carlos Alberto Martins do Rego Cónego		CAA (1. ^a)	VC		Lisboa
SILVA, Eugénio Sobreiro Figueiredo e		-	-	UAMOC	Tomar
SILVA, Francisco Liberato Telles de Castro e	1843-1902	DGEF	Func.		Lisboa
SILVA, Henrique Gomes da	1890-1969	CAA (1. ^a) DGEMN	VE Dir.		Lisboa
SILVA, João Fagundo da	1840-19??	COMN	VC		Santarém
SILVA, João Ribeiro Cristino da	1858-1947	COMN	VC		Leiria
SILVA, Joaquim da Câmara Carvalho e		CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
SILVA, Joaquim José [Freire] de Faria e, Cónego	18??-1918	CAA (1. ^a)	VA		Évora
SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da	1806-1896	RBA CMN	V Pres.	RAACAP	Lisboa
SILVA, José de Almeida e	1864- 1945	COMN CAA (2. ^a)	VC VA		Viseu
SILVA, José Marques da	1869-1947	COMN CAA (3. ^a) CAN	VC VE V		Porto
SILVA, José Miranda da		-	-	Comissão de Vigilância e Defesa do Castelo de Marvão	Marvão

SILVA, Luciano Pereira da	1864-1926	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
SILVA, Manuel Augusto Rodrigues da		CAA (2. ^a)	VH-VE		Coimbra
SILVA, Manuel de Mattos		COMN	VC		Ponte de Sor
SILVA, Manuel Gomes da		CMN	VC		Santarém
SILVA JÚNIOR, António Joaquim Lopes da		CAA (1. ^a)	VC/VA		Évora
SIMÕES, Augusto Filipe	1835-1884	RBA	V		Lisboa
SIMÕES, João dos Santos	1907-1972	-	-	UAMOC	Tomar
SOARES, José Alexandre	1873-1930	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
SOUSA, Alfredo Pinto de Azevedo e		CAA (2. ^a)	VC	Comissão de Lamego	Lamego
SOUSA, António Isidoro	1843-1914	COMN	VC		Viana do Alentejo
SOUSA (Tio), José Maria Cordeiro de	18??-1923	COMN DGOP CAA (1. ^a)	VE VE		Lisboa
SOUSA (Sobrinho), José Maria Cordeiro de	1886-1968	-	-	AAP UAMOC	Lisboa
TAVARES, Henrique Fernandes	1905-1988	-	-	UAMOC	Tomar
TAVARES, João de Sousa	1859-1929	CAA (1. ^a)	VC (?)		Beja
TAVARES, Lopo Leote		CAA (1. ^a)	VA		Lagos
TEIXEIRA, Artur Gaspar dos Anjos	1880-1935	CAA (1. ^a)	VE		Lisboa
TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcez	1869-1946	CAA (1. ^a) CSBA	VE/MN VC	AAP UAMOC	Tomar
TERRA, Miguel Ventura	1866-1919	CMN COMN CAA (1. ^a) CAN	VE VE VE VE	SAP	Lisboa
TEIXEIRA, João José		CMN	VC		Mafra
TEIXEIRA, Theotonio Rebelo		COMN	VC		Póvoa do Lanhoso
TOMAZ, Aníbal Fernandes	1849-1911	CMN COMN	VC VC		Aveiro Figueira da Foz
TOMAZ, Pedro Fernandes	1853-1927	CAA (2. ^a)	VC		Figueira da Foz
TOSTE, António Amorim Pires		COMN CAA (1. ^a)	VC VC		Angra de Heroísmo, Açores
TRIGOSO, João [Maria de Jesus] de Mello Falcão	1879-1956	CAA (1. ^a)	VA/VC		Lagos
URBANO, Abel Augusto Dias	18??-1954	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
VALLADAS, Manuel Raymundo	1827-19??	CMN	VE	Casa Pia	Lisboa
VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de	1816-1878	RBA	V		Lisboa
VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de	1860-1941	CAA (2. ^a)	VE		Coimbra
VASCONCELOS, Augusto César de	1869-1937	CAA (1. ^a)	VA	CSMAS	Santarém
VASCONCELLOS, Carolina Wilhelm Michaëlis de	1851-1925	-	-		Porto

VASCONCELLOS, Joaquim António da Fonseca de	1849-1936	CMN COMN CAA (3.ª)	VC VC VE	Centro Artístico Sociedade de Instrução do Porto	Porto
VASCONCELLOS, José Leite de	1858-1941	COMN CAA (1.ª) CAN	VE VE VE	AAP	Lisboa
VAZ, João	1859-1931	CAA (1.ª)	VE	Grémio Artístico	Lisboa
VEIGA, Sebastião Philippe Martins Estácio da	1828-1891	ARBAL	-		Lisboa
VEIGA, Alfredo Vaz Pinto da	1860-1913	COMN	VE		Lisboa
VENTURA, José Pinto da Silva		CMN COMN	VC VC	RAACAP	Feira
VERÍSSIMO, Laurentino	1855-1936	CAA (1.ª)	VA	CSMAS	Santarém
VERÍSSIMO JÚNIOR, Amílcar		CAA (1.ª)	VA	CSMAS	Santarém
VIEIRA, Afonso Lopes	1878-1946	CAA (1.ª)	VH	GAMNAA	Leiria / Lisboa
VILAÇA, José		-	-		Porto
VILHENA, Henrique Jardim	1879-1958	CAA (1.ª)	VE		Lisboa
VILHENA, Manuel Cabral de Moura Coutinho de		COMN	VC		S. Silvestre, Coimbra
VITERBO, Francisco de Sousa	1845-1910	CMN CSMN COMN	VE VE VE		Lisboa
VITORINO RIBEIRO, Joaquim Pedro	1882-1944	ANBA	VC		Porto

LEGENDA:

AAP - Associação dos Arqueólogos Portugueses
ABAP - Academia de Belas Artes do Porto
ACP - Academia de Ciências de Portugal
AGEMN - Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
AGEN - Administração Geral de Edifícios Nacionais
ANBA - Academia Nacional de Belas Artes
ARBAL - Academia Real de Belas Artes de Lisboa
BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
CAA - Conselho de Arte e Arqueologia
CAN - Comissão de Arte Nacional
CE - Comissão Executiva
CMN - Comissão dos Monumentos Nacionais
COMN - Conselho dos Monumentos Nacionais
CSMAA - Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Abrantes
CSMAS - Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém

CSMN - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais
CIPA - Comissão de Inventariação do Património Artístico
CVCVF - Comissão de Vigilância e Conservação do Castelo de Vila da Feira
DGBA - Direcção Geral de Belas Artes
DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGEF - Direcção Geral de Edifício e Faróis
DGOP - Direcção Geral de Obras Públicas
DE - Direcção de Edifícios
Func. - Funcionário
GAMMOAB - Grupo de Amigos do Museu, dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança
GAMNAA - Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga
GAO - Grupo dos Amigos de Ossoyoba
GPE - Grupo Pró-Évora
IAA - Instituto Arqueológico do Algarve
Insp. - Inspector
IC - Instituto de Coimbra

IEB - Instituto Etnológico da Beira
IHM - Instituto Arqueológico do Minho
LACL - Liga dos Amigos do Castelo de Leiria
MOP - Ministério de Obras Públicas
Pres. - Presidente
RAACAP - Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses
RBA - Reforma das Belas Artes
SAP - Sociedade dos Arquitectos Portugueses
SBAP - Sociedade de Belas Artes do Porto
SNBA - Sociedade Nacional de Belas Artes
UAMOC - União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo
V - Vogal
VA - Vogal Auxiliar
VC - Vogal Correspondente
VE - Vogal Efectivo
VE/MN - Vogal Efectivo/Monumentos Nacionais
VH - Vogal Honorário

4.3 Documentação referente às Personalidades.

4.3.1 Índice.

Documento 1 – Ministério do Reino. Reforma das Belas Artes, Museus e Monumentos Históricos: Composição das Comissões 1870 e 1875.

Documento 2 – Membros e vogais efectivos da Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1898).

Documento 3 – Comissão dos Monumentos Nacionais, do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes.

DOCUMENTO 4 – Lista dos Vogais Correspondentes da Comissão dos Monumentos Nacionais.

DOCUMENTO 5 – Vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

DOCUMENTO 6 – Vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais, ao abrigo do art.º 26.º da organização.

DOCUMENTO 7 – Relação dos Vogais Correspondentes do Conselho dos Monumentos Nacionais.

DOCUMENTO 8 – Vogais efectivos da Academia Real de Belas Artes de Lisboa.

DOCUMENTO 9 – Vogais efectivos dos Conselhos de Arte e Arqueologia.

DOCUMENTO 10 – Nomeações publicadas de vogais efectivos, honorários e auxiliares publicadas no *Diário do Governo*, dando cumprimento ao disposto no Decreto de 26 de Maio de 1911.

DOCUMENTO 11 – Vogais honorários, efectivos, auxiliares e correspondentes ao serviço das três circunscrições artísticas em 1923.

DOCUMENTO 12 – Vogais Efectivos da 1.ª Circunscrição em 1931-1932.

DOCUMENTO 13 – Vogais da Academia Nacional de Belas Artes, em 1932.

4.3.2 Documentos.

DOCUMENTO 1

Ministério do Reino. Reforma das Belas Artes, Museus e Monumentos Históricos

1.1 Composição da Comissão de 1870¹⁰

(...)

Ha Sua Magestade El-Rei por bem nomear, uma comissão composta do Marquez de Sousa Holstein, par do reino, vice-inspector da academia real das bellas artes de Lisboa; do director da academia real das bellas artes de Lisboa, o conselheiro Francisco de Assis Rodrigues; do visconde de Menezes, académico de merito da academia real das bellas artes de Lisboa; do conselheiro João Palha de Faria Lacerda, primeiro official chefe de repartição no ministério das obras publicas, commercio e industria; do dr. Thomás de Carvalho, socio da academia real das sciencias e lente da escola medico-cirurgica de Lisboa; e dos professores da academia real das bellas artes de Lisboa, e vogaes do conselho de aperfeiçoamento da mesma academia, Victor Bastos e António Thomás da Fonseca (...)

1.2 Composição da Comissão de 1875-1876¹¹

(...) Artigo 2.º - A comissão será composta do marquez de Sousa Holstein, par do reino, vice-inspector da academia real de bellas artes de Lisboa; condes de Samodães e Valbom, pares do reino e ministros d'estado honorários; Carlos Maria Eugenio de Almeida, par do reino e provedor da casa pia de Lisboa; conselheiro Francisco de Assis Rodrigues, director geral da academia real das bellas artes; Thomas de Carvalho, socio da academia real das sciencias e director da escola medico-cirurgica de Lisboa; Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos socio da academia real das sciencias; Augusto Filippe Simões, lente da faculdade de medicina da universidade de Coimbra; Antonio Thomas da Fonseca, professor da academia real de bellas artes; Antonio Victor de Figueiredo Bastos, professor da mesma academia; Thadeu Maria de Almeida Furtado, professor portuense de bellas artes; Augusto Carlos Teixeira de Aragão, director do gabinete numismatico de Ajuda; Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, architecto das obras da casa real; José Maria Nepomuceno, academico de merito da academia real de bellas artes; e Luciano Cordeiro: os quaes elegerão d'entre si presidente e secretario. (...)

¹⁰ Comissão para a Reforma das Belas Artes e do Serviço Artístico. Direcção Geral de Instrução Pública – 2.ª Repartição. Excerto da portaria de 22 de Março de 1870, *DG*, n.º 67, de 26 de Março de 1870, p. 425.

¹¹ Comissão destinada a propor ao Governo, a reforma do ensino das Belas-Artes nas Academias de Lisboa e Porto, a criação de um plano de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte monumental e arqueológica e à organização da conservação e guarda dos monumentos históricos e objectos arqueológicos de importância nacional. Decreto da Direcção Geral de Instrução Pública (2.ª Repartição), de 10 de Novembro de 1875, *DG*, n.º 260, de 15 de Novembro de 1875.

Membros e vogais efectivos da Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1898)

Nomeação do Presidente¹²

Joaquim Possidónio Narciso da Silva

Nomeação do Secretário¹³

Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha

Nomeação dos vogais adidos¹⁴

Luciano Cordeiro (1)

Foi nomeado Presidente por decreto de ... [anterior a 5 de Fevereiro de 1897]
Largo do Quintella, n.º 11

Secretario

Julio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha (2)

Travessa de São Bartolomeu n.º 2

Vogaes

Alberto Augusto Pimentel (3)

Diario Popular

Francisco Marques de Sousa Viterbo (4)

Rua Larga de São Roque

Portaria de 11 de Fevereiro 1893

Alfredo Ribeiro (5)

Rua da Escola Polytechnica (junto ao jardim da mesma escola)

Gabriel Victor do Monte Pereira (6)

Bibliotheca Publica

José Duarte Ramalho Ortigão (7)

Calçada dos Caetanos

Joaquim Rasteiro (8)

Azeitão

Reunião de 25 de Outubro de 1893¹⁵

¹² Portaria de 29 de Dezembro, in *Monumentos Nacionais Portugueses. Legislação (Publicação Oficial)* Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, p. 17.

¹³ No documento é indicada a portaria de 29 de Dezembro de 1881, como sendo a de nomeação o que é manifestamente incorrecto, cf. *Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Legislação e disposições regulamentares applicaveis ao serviço da repartição de Contabilidade*, coordenação de António Maria Freire Pimentel Brandão, 2.ª Parte, Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, pp. 582-583. Mardel voltou a ser nomeado por portarias de 11 e 21 de Fevereiro de 1893, na sequência da nomeação dos adidos.

¹⁴ Cf. Lista dos vogaes da Comissão dos Monumentos Nacionaes (duas), in *Nomes e moradas dos Snrs. Vogais, ANBA - Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Académicos. 1905 a 1911. Livro 256.*

Vogal agregado

Fernando Larcher (9)
Rua do Arco de Jesus

Nomeação em 19 de Dezembro de 1893¹⁶

Novo vogal nomeado

Sendo elevado a onze o numero dos vogaes por despacho de 31 de Março de 1894, foi por portaria de Novembro do mesmo anno nomeado o:

Conselheiro Antonio Maria Pereira Carrilho (11)
Travessa do Lazaro Leitão

Nomeação em 25 de Novembro de 1894¹⁷.

Substituição por morte de Joaquim Possidónio Narciso da Silva

Por morte do Presidente P. da Silva foi nomeado p.^{or} p.^a

Adolpho Benarús (12)
Poço do Boratem 4, 2.^o - Lisboa

Nomeação de 1896

Novos vogais para perfazerem o número de vinte e três ao abrigo de nova Portaria.

Por portaria de 25 de Janeiro de 1897, foi elevado a vinte e três o numero dos vogaes, sendo nomeados os seguintes:

Conde de Bertandos (13)
Largo do Pedro a Santa Apolónia
Anselmo Braamcamp Freire Exonerou-se
Visconde de Mangualde (14)
Calçada de Sant'Anna (junto á igreja da Penna)
Manoel Raymundo Valladas
Alto do Pina Quinta do Alperche
Pedro Romano Folque (15)
Direcção dos Serviços Publicos ao Terreiro do Trigo
Thomaz Lino de Assumpção (16)
Bibliotheca Publica
Manoel de Macedo (17)
Rua Fernando Thomaz n.^o 8 – 1.^o
Adolpho Ferreira Loureiro (18)
[sem indicação de morada]
Jose Leite de Vasconcellos (19)
Rua de S. Pedro de Alcantara, n.^o 41 – 2.^o

¹⁵ No documento refere-se a nomeação destes vogais pela portaria de 11 de Fevereiro de 1893, mas na realidade só iniciaram a sua actividade a partir da reunião da Comissão dos Monumentos, acima referida.

¹⁶ E não como é indicado no documento: portaria de 11 de Fevereiro de 1893.

¹⁷ Cf. ANBA – Livro 248.

Abel Accacio d'Almeida Botelho (20)
Rua da Magdalena n.º 139
Francisco Zacharias de Araujo da Costa d'Aça (21)
Rua de S. João da Matta n.º 48 1.º

Portaria de 25 de Janeiro de 1897

Nomeação de novo vogal por motivo de exoneração de Visconde de Castilho, a seu pedido

Não tendo aceiteado a nomeação o Visconde de Castilho, foi por portaria de 30 de Janeiro nomeado o:

Architecto Miguel Ventura Terra (22)
Rua de Fernandes Thomaz n.º 68

Nomeação em 30 de Janeiro de 1897

DOCUMENTO 3

Comissão dos Monumentos Nacionais, do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes¹⁸

Presidente, Conde de Almedina
Relator, Ramalho Ortigão.

Vogais:

José Luís Monteiro
Silva Porto
Sousa Viterbo
Tomás António da Fonseca
Manuel Macedo
J. Nunes.

¹⁸ Cf. Esta comissão referida em alguma bibliografia, nunca chegou a ser nomeada oficialmente. Aos seus objectivos refere-se Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, ob. cit., pp. 151-153.

Lista dos Vogais Correspondentes da Comissão dos Monumentos Nacionais

Lista dos Vogais Correspondentes que a Comissão dos Monumentos Nacionais tem a honra de propor a S. Ex.^{cia} o Ministro para serem nomeados em virtude do art. 5.º do regulamento da Comissão de 27 de Fevereiro de 1894, publicado no Diário do Governo de 28 do mesmo mez e anno votados na sessão de 5 e 19 de Fevereiro de 1897¹⁹. In Nomes e moradas dos snrs. Vogais. ANBA – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Académicos. 1905 a 1911. Livro 256.

Braga

Dr. Jose Machado – 21-3-97
Dr. Pereira Caldas – 21-3-97
Albano Bellino – 20-3-97

Aveiro.

Annibal Fernandez Thomaz – 21-3-97

Alcacer do Sal

Joaq[ui]m Correia Baptista – 21-3-97

Coimbra

Reverendissimo Bispo Conde – 21-3-97
Antonio Augusto Gonçalves – 21-3-97
Antonio Francisco Frazão – 21-3-97
Augusto Mendes Simões de Castro – 21-3-97

Évora

Antonio Maria de Oliveira Parreira – 21-3-97
Caetano Xavier d'Almeida Camara Manuel – 21-3-97
Dr. Francisco Eduardo Barahona – 21-3-97

Beja

Jose Umbellino da Palma – 21-3-97

Elvas

Antonio Thomaz dos Reis – 20-3-97
Antonio Thomaz Pires – 21-3-97

Setúbal

Manoel Maria Portella – 21-3-97
João Carlos d'Almeida Carvalho – 21-3-97
Capitão Marques da Costa – 20-3-97

Vizeu

Maximiliano de Aragão – 21-3-97

Thomar

Manoel Henriques Pinto – 21-3-97

Mafra

Joaquim da Conceição Gomes – 21-3-97

Santarém

Manoel Gomes da Silva – 21-3-97

Silves

Padre José Guerreiro – 21-3-97

Faro

Monsenhor J. J. Pereira Botto – 21-3-97

Guimarães

Francisco Martins Sarmiento – 21-3-97

¹⁹ Esta lista oficial foi publicada por Gabriel Pereira, *Monumentos Nacionais*, 1902, pp. 10-11, com algumas alterações e precisões. A data colocada a seguir ao nome corresponde à oficialização ministerial do vogal.

Povoa de Varzim
Dr. Caetano Marques d'Oliveira – 21-3-97
Vianna do Castello
Balthazar Dias Coelho – 21-3-97
Luiz Figueiredo da Guerra – 21-3-97
Porto
Joaquim de Vasconcellos – 21-3-97
Abbate de Miragaya – 21-3-97
Pedro Augusto Ferreira – 21-3-97
Figueira
Antonio dos Santos Rocha – 21-3-97
Lamego
Conego João José Teixeira Fafe
(*Briteande*)
Visconde de S. Bento – 20-3-97
Villa Real
Dr. Francisco de Salles Costa Lobo – 21-3-97
Leiria
Augusto Cezar Bizarro – 21-3-97
Alcobaça
Manuel Vieira Natividade – 21-3-97
Flor da Rosa
Adelino d'Almeida – 21-3-97
Paredes da Beira
Amandio da Silva – 21-3-97
Vianna do Alemtejo
Ambrozio Izidoro de Sousa – 21-3-97
Lagos
Padre Jose Joaquim Nunes – 20-3-97
Bragança
Tenente Albino Pereira Lopo – 20-3-97
Villa Real de Traz os Montes
Abbate Manoel de Azevedo – 20-3-97
Portalegre
Dr. Antonio Rodrigues de Gosmão – 20-3-97
Dr. Professor do Lyceu Adolpho Ernesto Motta – 20-3-97
Serpa
Manuel Dias Nunes – 20-3-97
Tagilde. (Visella)
Abbate Oliveira Guimaraes – 20-3-97

Existem outras listas, onde surgem ainda:

Thomar
(...)
Ant.º da Silva Magalhães – 21-3-97 Falleceu
Villa Viçosa
Reverendo Padre Espanca

Vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais

Direcção geral das obras publicas e minas. – 1.^a repartição. – Estradas obras hydraulicas e edificios públicos²⁰.

Hei por bem, nos termos do artigo 4.^o do decreto de 9 de dezembro de 1898, nomear vogaes do conselho superior dos monumentos nacionais, os indivíduos constantes da relação junta a este decreto e que vae assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negócios das obras publicas, commercio e industria.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, aos 27 de setembro de 1899

Rei. *Elvino José de Sousa e Brito*

Abel Accacio de Almeida Botelho, tenente coronel do corpo de estado maior.

Alberto Pimentel, socio da academia real das sciencias, redactor da câmara dos pares, commisario régio junto da empreza do theatro de D. Maria II.

Anselmo Braamcamp Freire, par do reino.

Augusto Fuschini, do conselho de Sua Magestade, engenheiro chefe de 2.^a classe do corpo de engenharia de obras publicas e minas (vogal da commissão executiva).

Augusto Luciano Simões de Carvalho, engenheiro chefe de 1.^a classe do corpo de engenharia.

Augusto Ribeiro, chefe de repartição do ministério da marinha e ultramar.

Augusto Vieira da Silva, tenente de engenheiros.

Conde de Bertandos, par do reino.

Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, major de engenheiros e inspector geral dos paços reais (vogal da commissão executiva).

Fernando Larcher, par do reino e capitão de engenharia.

Francisco de Sousa Viterbo, socio da academia real das sciencias e professor da academia de bellas artes.

Gabriel do Monte Pereira, director da bibliotheca nacional.

José Duarte Ramalho Ortigão, official da secretaria da academia real das sciencias e bibliothecario da Ajuda.

José Ferreira Chaves, professor da academia real de bellas artes.

José Velloso Salgado, professor da academia das bellas artes.

Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha, vogal da extincta commissão dos monumentos nacionaes.

Lino d'Assumpção, socio da academia real das sciencias.

Luciano Cordeiro, do conselho de Sua Magestade, primeiro official, chefe de repartição do ministerio do reino.

Luiz José Monteiro, architecto (vogal da commissão executiva).

Visconde de Castilho, conservador da bibliotheca nacional.

Paço, aos 27 de Setembro de 1899. Elvino José de Sousa e Brito

²⁰ DG, n.º 224, 4 de Outubro de 1899.

DOCUMENTO 6

Vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais, ao abrigo do art.º 26.º da organização²¹

Vogais Nomeados

Abel Accacio de Almeida Botelho
Alberto Pimentel
Anselmo Braamcamp Freire
Augusto Fuschini
Augusto Ribeiro
Augusto Vieira da Silva
Conde de Bertandos
Fernando Eduardo de Serpa Pimentel
Fernando Larcher
Francisco de Sousa Viterbo
Gabriel do Monte Pereira
José Alves Pimenta de Avellar Machado
José Duarte Ramalho Ortigão
José Maria Cordeiro de Sousa
José Simões de Almeida Júnior
José Velloso Salgado
Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha
Lino d'Assumpção
Miguel Ventura Terra

Vogais por inerência dos cargos que ocupavam

Alfredo Vaz Pinto da Veiga
António José Nunes Júnior
Conde de Samodães
João Veríssimo Mendes Guerreiro
Joaquim Filippe Nery da Encarnação Delgado
José Gerardo da Silva Sardinha
José Leite de Vasconcellos Pereira de Mello
José Luís Monteiro
Manuel Macedo Pereira Coutinho
Victorino Teixeira Laranjeira

²¹ Portaria do Ministério de Obras Publicas, *DG*, 9 de Novembro de 1901, p. 3140.

Relação dos Vogais Correspondentes do Conselho dos Monumentos Nacionais²²

Alcobaça – Manuel Vieira Natividade
Alemquer – António Maximo Lopes de Carvalho
Alemquer – João Carlos Henriques
Alemquer – Moysés do Carmo
Arcos de Val de Vez – Alberto Carlos de Brito Lima
Arcos de Val de Vez – Felix Bernardino da Costa Alves Pereira
Aveiro – Director das Obras publicas
Aveiro – Annibal Fernandes Thomaz
Aveiro – (João Augusto) Marques Gomes
Barcellos – Antonio Albino Marques d’Azevedo
Barreiro – Conselheiro Augusto Gomes de Araujo
Beja – Director das obras publicas
Benavente – Alfredo Maximo Betamio de Almeida
Braga – Director das obras publicas
Braga – José de Sousa Machado
Bragança – Director das obras publicas
Bragança – Albino dos Santos Pereira Lopo
Cantanhede – Joaquim Benedito Balbino Correia
Castello Branco – Director das Obras Publicas / Luiz Xavier Barboza
Castello de Vide – Gonçalo Loureiro Montenegro da Mesquita Paúl
Chaves – Augusto Cesar Ribeiro de Carvalho
Coimbra – Director das obras publicas
Coimbra – Augusto Mendes Simões de Carvalho
Coimbra – Conselheiro Bernardino Machado
Coimbra – Bispo-Conde
Coimbra – Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho
Coimbra – Dr. Antonio Mesquita de Figueiredo / Avenida Sá da Bandeira, 35
Elvas – Antonio Thomaz Pires
Evora – Director das obras publicas
Evora – Antono Francisco Barata / fallecido
Evora – Arcebispo
Evora – Visconde da Esperança
Evora – José de Mattos Braamcamp
Faro – Director das obras publicas
Feira – Eduardo Vaz d’Oliveira
Villa da Feira – Eleuterio Adolpho Moreira da Fonseca
Feira – Dr. Henrique Vaz Ferreira
Feira – Dr. João Pereira de Magalhães
Feira – José Pinto da Silva Ventura
Figueira da Foz – Antonio dos Santos Rocha
Freixo d’Espada á Cinta – Padre Jeronymo Maria do Carmo Meyreles
Gollegã – Alfredo Marreca
Gollegã – Joaquim da Costa Macedo
Gouveia – Dr. Jose Osorio da Gama e Castro
Grijó – Padre Jose de Sousa Barroso
Guarda – Director das obras publicas
Guiães – Antonio Pinheiro d’Azevedo Leite

²² Relação dos Vogaes Correspondentes, [1906-1911], Verbetes. ANBA – *Vogaes Correspondentes*. Livro 221.

Guimarães – Gaspar Roriz
 Lagos – Manuel João Rocha
 Lamego – João José Teixeira Fafe
 Leiria – Director das obras publicas
 Leiria – Ernesto Korrodi
 Lisboa – Director da 1.^a Direcção d'obras publicas
 Lisboa – Director da 2.^a Direcção d'obras publicas
 Lisboa – Director da 3.^a Direcção d'obras publicas
 Lisboa – Director dos Serviços da Carta Agricola
 Lisboa – Inspector dos serviços de engenharia
 Lisboa – D. José Maria da Silva Pessanha
 Mafra – Guilherme Luiz dos Santos Ferreira
 Mafra – Dr. Thomaz de Mello Breyner
 Marco de Canavezes – Jose de Barros da Silva Carneiro
 Mertola – João Manuel da Costa
 Moncorvo – Antonio Eugenio de Carvalho e Sá
 Monsão – Dr. Antonio Jose de Pinho Junior
 Monsão – Padre Simão de Abreu e Mello
 Montemór-o-Novo – José Joaquim Lopes Praça
 Montemór-o-Novo – Visconde da Amoreira da Torre
 Moura – Visconde de Altas Mórias
 Paredes da Beira – Amandio da Silva
 Paredes – Gustavo Ferreira Pinto Basto / Quinta de Cette – Paredes – Porto /
 Actualm.^{te} em Vista Alegre – Aveiro
 Ponte de Lima – Antonio Ignacio Pereira de Freitas
 Ponte de Lima – Delphim de Brito Guimarães
 Ponte de Lima – Dr. Francisco d'Abreu Pereira Maia
 Ponte de Sôr – Manuel de Mattos Silva
 Portalegre – Director das obras publicas
 Portalegre – Adolpho Ernesto Motta
 Portalegre – Antonio Rodrigues Gusmão
 Porto – Director das obras publicas / Conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva
 Porto – Inspector do serviço de Engenharia da 3.^a divisão militar / João José Pereira
 Dias
 Porto – Joaquim de Vasconcellos
 Porto – Ricardo Severo da Fonseca Costa
 Porto – Francisco Ferreira Lima / Eng.^o Civil / Rua do Principe
 Porto – Jose Julio Gonçalves Coelho / Rua do Almada 603
 Porto – José Marques da Silva
 Portunhos – Jose Luiz Ferreira Freire
 Pova do Lanhoso – Theotonio Rebelo Teixeira
 Pova do Varzim – Caetano Marques de Oliveira
 Pova do Varzim – José Izidoro Brenha
 Poyares – Arthur Montenegro Ferrão Castello Branco
 Santarem – Director das obras publicas
 Santarem – João Arruda
 Santarem – Dr. João Fagundo da Silva
 Santo Thyrso – Padre Joaquim Augusto Pedrosa
 Serpa – Antonio de Mello Breyner
 Serpa – Ladislau Piçarra
 Serpa – Manuel Dias Nunes
 Silves – Conego Jose de Sousa Guerreiro
 S. Silvestre (Coimbra), proximo de – Dr. Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena
 Tagilde (Vizella) – Oliveira Guimarães
 Thomar – Dr. Jose Vieira da Silva Guimarães / Prof. em Lisboa Liceu de ...

Thomar – Manuel Henrique Pinto
Tondella – Antonio Gonçalves da Silva e Cunha
Vianna do Alemtejo – Antonio Izidoro de Sousa
Vianna do Castello – Director das obras publicas
Vianna do Castello – Luiz Figueiredo Guerra
Vianna do Castello – Manuel Martins Capella
Vianna do Castello – Serafim da Sousa Neves
Vianna do Castello – Balthasar Dias Coelho
Villa do Conde – Conego Jose Augusto Ferreira
Villa Nova de Gaya – Antonio Teixeira Lopes
Villa Nova de Gaya – P.º Jose de Sousa Barroso
Villa Pouca de Aguiar – Jose Raphael Rodrigues
Villa Viçosa – Antonio Pereira da Nobrega Sousa da Camara
Vizella – Braulio Lauro Pereira da Silva Caldas
Viseu – Director das obras publicas
Viseu – Inspector do serviço de engenharia
Viseu – Antonio Marques de Figueiredo
Viseu – Francisco Moreira d’Almeida / official do Exercito
Viseu – Jose de Almeida e Silva
Viseu – Maximiano P. da Fonseca Aragão
Viseu – Hyppolito de Vasconcellos Maia
Angra do Heroismo – Director das obras publicas
Angra do Heroismo – Inspector do serviço de engenharia
Angra do Heroismo – Antonio Amorim Pires Toste
Horta – Director das obras publicas
Horta – Jose Machado de Serpa
S. Jorge – José de Lacerda
S. Jorge – Manuel de Andrade
Ponta Delgada – Director das obras publicas
S. Miguel (Ponta Delgada) – Aristides Moreira da Motta
Ponta Delgada – Dr. Eugenio do Canto
Ponta Delgada – Francisco Affonso Chaves
S. Miguel – Visconde de Santa Barbara
Funchal – Director das obras publicas
Funchal – Alberto Arthur Sarmiento / Tenente de Infantaria n.º 27 / Ilha da Madeira
Funchal – Conselheiro Francisco Antonio de Freitas Abreu / Ilha da Madeira / Rua da
Carreira
Nova Goa – J. A. Ismael Gracias
Pariz – Conde de Olivaes e de Penha Longa

Vogais efectivos da Academia Real de Belas Artes de Lisboa²³

INSPECTOR

Visconde de Athouguia.

ACADEMICOS EFFECTIVOS

Antonio José Nunes Júnior – prof. e director da Escola de Bellas-Artes; e director do Museu Nacional.

António Alberto Nunes, – prof. da Escola de Bellas-Artes.

Luciano Martins Freire, – idem.

José Luís Monteiro, – idem.

José Velloso Salgado, – idem.

Columbano Bordallo Pinheiro, – idem.

Carlos António Rodrigues dos Reis, – idem.

José Simões de Almeida Junior, – idem.

José António Serrano, – idem.

Henrique Lopes de Mendonça, – idem.

João Barreira, – idem.

Francisco Marques de Sousa Viterbo, – idem.

D. José Maria da Silva Pessanha, – idem.

Manoel de Macedo Pereira Coutinho, – conservador do Museu Nacional.

O presidente do conselho dos monumentos nacionaes.

ACADEMICOS DE MERITO

Sua Majestade El-Rei.

Anatole Celestin Calmels.

Alfredo de Andrade.

Joaquim Gregório Nunes Prieto.

José António Gaspar.

José Geraldo da Silva Sardinha.

José Vital Branco Malhoa.

Ernesto Ferreira Condeixa.

Duquesa de Palmela.

Miguel Ventura Terra.

José Alexandre Soares.

João Vaz.

Gabriel Victor do Monte Pereira.

António José Arroio.

José Duarte Ramalho Ortigão.

José de Figueiredo (Bacharel).

Francisco Zacharias de Araújo da Costa Aça.

Abel Acácio de Almeida Botelho.

António Monteiro Ramalho Júnior.

²³ Cf. *Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa: Organização primitiva e Organização Actual. Académicos*, Lisboa: Imprensa, Nacional, 1904, pp. 25-26.

ACADEMICOS HONORARIOS

Julio César de Andrade.
Francisco Lourenço da Fonseca.
Visconde de Castilho.

Vogais efectivos da Academia de Belas Artes do Porto²⁴

INSPECTOR

Conde de Samodães (até 1905)
Leopoldo Mourão (a partir de 1906)

VOGAIS EFECTIVOS

António Fernandes de Sá
António Teixeira Lopes
João Marques da Silva Oliveira
José de Brito
José Gerardo da Silva Sardinha Oliveira (†1906)
José Marques da Silva (nomeado em 1902)

ACADÉMICO HONORÁRIO

António Ferreira de Araújo e Silva

²⁴ Considerou-se apenas a indicação dos vogais efectivos existentes ao tempo do inspector Leopoldo Mourão, dado que se trata de verificar continuidades entre a Academia portuense de Belas Artes e o Conselho de Arte e Arqueologia da 3.ª Circunscrição. Reconstituição a partir de CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*, Porto: FAUP, publicações, 1997, Apêndice Documental, pp. 717 e ss.

Vogais efectivos dos Conselhos de Arte e Arqueologia²⁵

1.ª Circunscrição

Abel Botelho (Presidente)²⁶
Adriano Sousa Lopes²⁷
Alfredo Roque Gameiro²⁸
Anjos Teixeira
Anselmo Braamcamp Freire²⁹
António Augusto da Costa Motta
António do Couto Abreu³⁰
António José Arroyo³¹
António Monteiro Ramalho Júnior
Arnaldo Redondo Adães Bermudes
Artur Alves Cardoso³²
Carlos Reis
Columbano Bordalo Pinheiro
Ernesto Ferreira Condeixa
Félix Bernardino da Costa Alves Pereira³³
Francisco Augusto Garcez Teixeira³⁴
Francisco dos Santos³⁵
Gabriel Pereira³⁶
Guilherme Rebelo de Andrade

²⁵ Reconstituição a partir das actas dos CAA, das CE e das CM e dos decretos ou portarias do *Diário do Governo*. Por ordem alfabética dos nomes.

²⁶ Inspector da extinta Academia de Belas Artes de Lisboa e Presidente nomeado do CAA de Lisboa.

²⁷ Pintor. Eleito na sessão de 8 de Julho de 1920 (Acta, n.º 11, p. 45), aprovado em 1924 (acta n.º 12, p. 58) e começando a participar na sessão de 17 de Março de 1926. Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, toma posse do lugar de vogal efectivo do Conselho, em 11 de Fevereiro de 1931 (Acta n.º 15, p. 70).

²⁸ Pintor aguarelista, nomeado vogal em 4 de Abril de 1928 (Acta n.º 14, p. 66) e eleito em 11 de Fevereiro de 1931 (Acta n.º 15, p. 70).

²⁹ Participou pela primeira vez nas reuniões do Conselho, em 9 de Junho de 1914, justificando as faltas devido à sua actividade política (Acta n.º 7, pp. 30 e 32).

³⁰ Arquitecto, nomeado vogal em 4 de Abril de 1928 (Acta n.º 14, p. 66) e eleito definitivamente em 11 de Fevereiro de 1931 (Acta n.º 15, p. 70). António do Couto fora inicialmente nomeado na sessão de 8 de Julho de 1920 (Acta, n.º 11, p. 45). No entanto, acabou por não ser indicado à votação que ocorreu na sessão seguinte, em 1924.

³¹ Participou na reunião de 22 de Maio de 1912, sendo referido como vogal na reunião anterior.

³² Pintor, eleito vogal em 4 de Abril de 1928 (Acta n.º 14, p. 66).

³³ Arqueólogo, eleito na AAP para substituir José Queiroz, falecido em 1920.

³⁴ Coronel de engenharia. Vogal efectivo da CM, em representação da AAP, por substituição de Félix Pereira. Enquanto vogal correspondente de Tomar participou em reuniões da CAA. Proposto para vogal efectivo por José de Figueiredo, na reunião de 4 de Abril de 1924 (Acta n.º 12, p. 58). Nesta função nunca exerceu actividade. Veio a ser nomeado para Bibliotecário da CAA e depois da ANBA.

³⁵ Escultor. Eleito na sessão de 8 de Julho de 1920 (Acta, n.º 11, p. 45), aprovado em 1924 (acta n.º 12, p. 58) e começando a participar na sessão de 17 de Março de 1926.

³⁶ Presidente do extinto Conselho dos Monumentos Nacionais. Apenas participou na reunião de instalação do Conselho e em reuniões da CM da 1.ª Circunscrição, até ao seu falecimento em Dezembro de 1911.

Gustavo de Matos Sequeira³⁷
Henrique Jardim de Vilhena³⁸
Henrique Lopes de Mendonça³⁹
João António Piloto⁴⁰
João Barreira
João Pereira Martins de Lemos
Joaquim Mário de Macedo Mendes⁴¹
José Alexandre Soares
João Vaz
José de Figueiredo
José Jerónimo Cabral Lacerda
José Júlio Rodrigues⁴²
José Leite de Vasconcellos⁴³
José Luís Monteiro⁴⁴
José Malhoa
José Maria Cordeiro de Sousa⁴⁵
José Maria da Silva Pessanha (Secretário)⁴⁶
José Queiroz⁴⁷
José Relvas
José Simões de Almeida Júnior⁴⁸
José Veloso Salgado⁴⁹
Júlio Mardel de Arriaga⁵⁰

³⁷ Arqueólogo, eleito vogal em 4 de Abril de 1928 (Acta n.º 14, p. 66).

³⁸ Professor da Escola de Belas Artes e crítico de arte. Eleito vogal efectivo na sessão de 9 de Julho de 1914 (Acta n.º 7, p. 30). Cf. Decreto publicado no *DG*, n.º 31 de Julho de 1915, n.º 178, p. 2276.

³⁹ Escritor. Eleito para vogal da CM, por motivo de vaga deixada pela saída de Abel Botelho, entretanto nomeado para representar o país na República da Argentina (Acta n.º 4, pp. 14).

⁴⁰ Arquitecto. Em 1920 foi eleito vogal da Comissão dos Monumentos (Acta, n.º 11, p. 45). Deixa o cargo em 1931, para tomar posse do cargo de Director da Escola de Belas Artes de Lisboa (Acta n.º 15).

⁴¹ Membro nato em virtude de ser professor da Escola de Belas Artes, toma posse do lugar de vogal efectivo do Conselho, em 11 de Fevereiro de 1931. Nesta mesma sessão foi eleito Secretário, por oito votos (Acta n.º 15, p. 70).

⁴² Foi eleito vogal efectivo na sessão de 25 de Janeiro de 1912, cumprindo os quesitos da lei, apresentação de um trabalho de candidatura, com parecer de um vogal efectivo em exercício de funções (Acta n.º 3, pp. 11).

⁴³ Eleito para a Comissão de Estética Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, por vaga deixada por Abel Botelho (Acta n.º 4, pp. 14).

⁴⁴ Vice-presidente da extinta Academia de Belas Artes. Assumiu o lugar de Presidente do Conselho por desistência de Abel Botelho, em eleição de 14 de Fevereiro de 1912 (Acta n.º 4, pp. 13).

⁴⁵ Por proposta de José de Figueiredo passou à categoria de vogal efectivo, na 1.ª sessão do Conselho. Após a morte de Gabriel Pereira, foi eleito vogal da Comissão dos Monumentos (Acta n.º 3, p. 11).

⁴⁶ Secretário da extinta Academia de Belas Artes.

⁴⁷ Conservador do MNAA, eleito como representante da AAP, na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição, para substituir o arquitecto Rosendo Carvalheira, falecido em Janeiro de 1919.

⁴⁸ Vogal efectivo a partir de 25 de Janeiro de 1912 (Acta n.º 3, pp. 11). Eleito Vice-presidente do Conselho em 14 de Fevereiro de 1912 (Acta n.º 4, pp. 13).

⁴⁹ Vogal da Comissão Executiva, por alteração da sua composição com a eleição de José Simões de Almeida Júnior para a Vice-presidência do Conselho, eleito em 14 de Fevereiro de 1912 (Acta n.º 4, pp. 15).

⁵⁰ Júlio Mardel fora secretário da primitiva comissão dos monumentos (1882-1898), no tempo do presidente Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Reconhecido como sendo o funcionário mais antigo da instituição nas suas diferentes fases. Por proposta de José de Figueiredo, passou à categoria de vogal efectivo no CAA, de Lisboa.

Luciano Martins Freire⁵¹
Luís Xavier da Costa⁵²
Manuel de Macedo Pereira⁵³
Miguel Ventura Terra
Reinaldo dos Santos
Rosendo Carvalheira⁵⁴
Virgílio César Antunes de Lemos

2.ª Circunscrição

Abel Dias Urbano
Alberto Cupertino Pessoa
Albino Caetano da Silva Pinto
Álvaro Viana de Lemos
Amadeu Ferraz de Carvalho
Aníbal Brito e Cunha⁵⁵
António Augusto Gonçalves
António Garcia Ribeiro de Vasconcelos
António José Gonçalves Guimarães
António Rodrigues
Augusto Carvalho da Silva Pinto
Augusto Casimiro
Augusto Mendes Simões de Castro
Belizário Pimenta
Eugénio de Castro
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo
João Augusto Machado
João Rodrigues da Silva Couto⁵⁶
Joaquim de Carvalho
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho⁵⁷
Joaquim Mendes dos Remédios
José António de Sousa Nazareth
José Pereira Dias
Júlio Augusto Henriques

⁵¹ Secretário da extinta Academia de Belas Artes.

⁵² Proposto por José de Figueiredo na reunião de 4 de Abril de 1924 (Acta n.º 12, p. 58).

⁵³ Conservador do Museu de Belas Artes. Vogal efectivo por proposta de José de Figueiredo, datada de 19 de Agosto de 1911 (Acta n.º 2). Morreu em 1915.

⁵⁴ Arquitecto. Vogal efectivo da CM a partir de 1911, em representação da AAP, por determinação do decreto de 26 de Maio de 1911.

⁵⁵ Eleito em 4 de Abril de 1913.

⁵⁶ João Couto foi proposto para Conservador adjunto do Museu Machado de Castro em 2 de Fevereiro de 1915, depois de reunião do Conselho e ofício enviado à Repartição de Instrução Artística naquela data. Razões do foro do gosto artístico, da dedicação por assuntos de arte, primor da sua educação e seriedade da sua conduta foram os motivos desta proposta (CE – Offício n.º 150, p. 92). Cf. Despacho de nomeação publicado *DG*, n.º 42, de 22 de Fevereiro de 1915. Pela acta n.º 38 de 7 de Março resolveu o Conselho de Coimbra dar assento nas Sessões do Conselho ao “empregado superior” adjunto do Museu Machado de Castro, “para poder estar ao corrente dos interesses que afectam o estabelecimento, colhendo directamente informações e elucidações para o bom desempenho da sua missão”. A partir de então, João do Couto passa a integrar a Lista dos vogais efectivos da referida Circunscrição. Ver também, *DG*, 2ª série, n.º 65, 20 de Março de 1915, p. 836. Em 1917 passou a secretariar as reuniões do Conselho (acta n.º 49).

⁵⁷ Entrou em 23 de Dezembro de 1913.

Lourenço Chaves de Almeida
Luciano Pereira da Silva
Luís Augusto Pereira Bastos⁵⁸
Manuel Augusto Rodrigues da Silva⁵⁹
Manuel da Silva Gaio
Manuel Nunes Geraldés
Paulo de Barros⁶⁰
Tomaz da Fonseca
Vergílio Correia Pinto da Fonseca

3.ª Circunscrição

Aarão de Lacerda
Acácio Lino de Magalhães
António Carneiro Júnior
António Fernandes de Sá
António Dias Guimarães
António Teixeira Lopes
António Teixeira Carneiro
Augusto Alves Pereira
Delfim de Sousa
Director do Museu Municipal do Porto
Henrique Guedes de Oliveira
João Augusto Ribeiro
João Marques da Silva Oliveira
Joaquim Francisco Roque (?)
Joaquim de Vasconcelos
José de Brito
José de Oliveira Ferreira
José Marques da Silva
Júlio Brandão
Manuel Marques
Raul Pereira

⁵⁸ Faleceu em 1912.

⁵⁹ Inicialmente foi nomeado vogal honorário. A partir de 7 de Novembro de 1920 passou a ser vogal efectivo

⁶⁰ Engenheiro, Director da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Entrou ao serviço do CAA a partir de 18 de Agosto de 1912.

Nomeações publicadas de vogais efectivos, honorários e auxiliares publicadas no *Diário do Governo*, dando cumprimento ao disposto no Decreto de 26 de Maio de 1911.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial
2.ª Repartição

Tendo em atenção o resultado das eleições a que se procedeu para constituição do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª circunscricção artistica; e
Attendendo ao disposto no artigo 11.º do decreto de 26 de maio ultimo:

Manda o Governo da Republica, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas essas eleições, nos seguintes termos:

Mesa:

Presidente, Abel Acácio de Almeida Botelho.
Vice-Presidente, José Luis Monteiro.
Secretario, D. José Maria da Silva Pessanha.
Vice-Secretario, João Antonio Piloto.

Commissão executiva:

Abel Acacio de Almeida Botelho.
José Luis Monteiro.
D. José Maria da Silva Pessanha.
João Antonio Piloto.
Dr. José de Figueiredo.
Carlos António Rodrigues dos Reis.
Luciano Martins Freire.
Dr. José Leite de Vasconcellos.
José Simões de Almeida Júnior.

Commissão dos monumentos:

José Luis Monteiro.
Miguel Ventura Terra.
José Alexandre Soares.
Arnaldo Redondo Adães Bermudes.
Antonio Augusto da Costa Mota.
José Velloso Salgado.
Gabriel Victor do Monte Pereira.
Abel Acacio de Almeida Botelho.
Dr. José Leite de Vasconcellos.
Dr. José de Figueiredo.
D. José Maria da Silva Pessanha.

Paços do Governo da Republica, em 18 de Julho de 1911. = O Ministro do Interior, *António José de Almeida*⁶¹.

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 8.º do decreto de 26 de maio ultimo; e

⁶¹ DG, n.º 173, de 27 de Julho de 1911, p. 3175.

Sendo dado cumprimento ao preceituado no artigo 11.º do citado diploma:

Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas as nomeações dos vogaes honorarios Augusto Luciano Simões de Carvalho, José Maria Cordeiro de Sousa e Julio Mardel para o cargo de vogaes effectivos da 1.ª Circunscrição Artística

Paços do Governo da Republica, em 18 de julho de 1911. = O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*⁶².

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial
2.ª Repartição

Attendendo aos relevantes serviços prestados á arte e archeologia pelos cidadãos Dr. Bernardino Machado, Dr. Antonio José de Almeida, Dr. Manuel de Brito Camacho, Dr. Affonso Costa e José Relvas; e

Tendo em vista o resultado das respectivas eleições, a que procedeu o Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª Circunscrição Artística, e o disposto no artigo 11.º do decreto de 26 de maio ultimo:

Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo seu Presidente, que sejam confirmadas as eleições dos referidos cidadãos para vogaes honorarios d'aquelle Conselho, passando logo a vogal effectivo, nos termos do § unico do artigo 8.º do citado decreto o sócio honorário José Relvas.

Paços do Governo da Republica, em 18 de julho de 1911. = O Presidente do Conselho de Ministros, *Joaquim Theophilo Braga*⁶³.

2.ª Repartição

Tendo em vista o disposto no § unico do artigo 8.º do decreto de 26 de maio ultimo; e

Sendo dado cumprimento ao preceituado no artigo 11.º do citado diploma:

Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas as nomeações dos vogaes honorários Manuel de Macedo Pereira Coutinho e Anselmo Braamcamp Freire para o cargo de vogaes effectivos do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª Circunscrição Artística.

Paços do Governo da Republica, em 24 de agosto de 1911. = O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*⁶⁴.

2.ª Repartição

Attendendo ao disposto nos artigos 4.º e 7.º do decreto de 26 de maio ultimo: manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que sejam nomeados vogaes effectivos e auxiliares do Conselho de Arte e Archeologia da 2.ª Circunscrição Artística os cidadãos abaixo indicados:

Vogaes effectivos
Albino Caetano da Silva Pinto

⁶² DG, n.º 173, de 27 de Julho de 1911, p. 3175.

⁶³ DG n.º 174, de 28 de Julho de 1911, p. 3205.

⁶⁴ DG, n.º 205, de 2 de Setembro de 1911, p. 3713.

António Augusto Gonçalves
Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos
Augusto Carvalho da Silva Pinto (architecto)
Bacharel Augusto Mendes Simões de Carvalho
Eugénio de Castro
Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho
Dr. Joaquim Mendes dos Remédios
João Augusto Machado (artista)
Bacharel José António de Sousa Nazareth
Bacharel José Luís de Andrade Mendes Pinheiro
José Pereira Dias (artista)
Dr. Júlio Augusto Henriques.
Luís Augusto Pereira Bastos.
D. Manuel Correia de Bastos Pina.
Bacharel Manuel da Silva Gaio.

Vogaes auxiliares:.

Dr. Álvaro da Costa Machado Villela.
Dr. António José Gonçalves Guimarães.
Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa.
Bacharel Augusto Ferreira Barbosa.
Bacharel Carlos de Oliveira.
Dr. Daniel de Matos.
Dr. Francisco Martins.
Dr. Luciano António Pereira da Silva.
Dr. João José Dantas Souto Rodrigues.
Dr. João Serras da Silva.
Bacharel Joaquim de Mariz Júnior.
Dr. José Joaquim de Oliveira Guimarães.
Dr. José Pereira de Paiva e Pita.
Dr. Luís Wituch Carrisso.
Dr. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pães.
Bacharel Sílvio Pelico Lopes Ferreira Neto.

Paços do Governo da Republica, em 3 de agosto de 1911. = O Ministro do Interior,
*Antonio José de Almeida*⁶⁵.

2.ª Repartição

Tendo em atenção o resultado das eleições a que se procedeu para constituição do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª circunscção artistica; e
Attendendo ao disposto no artigo 11.º do decreto de 26 de maio ultimo:
Manda o Governo da Republica, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas essas eleições, nos seguintes termos:

Mesa:

Presidente - Dr. Julio Augusto Henriques.
Vice-Presidente - Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos.
Secretario – Dr. Joaquim Mendes dos Remedios.
Vice-Secretario – Bacharel Manuel da Silva Gayo.

⁶⁵ DG, n.º 181, de 5 de Agosto de 1911, pp. 3320-3321.

Comissão executiva

Dr. Julio Augusto Henriques.
Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos.
Dr. Joaquim Mendes dos Remedios.
Bacharel Manuel da Silva Gayo.
Bacharel José Antonio de Sousa Nazareth
Antonio Augusto Gonçalves

Comissão dos Monumentos

Dr. Manuel Correia de Bastos Pina
Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho
José Pereira Dias
Augusto Carvalho da Silva Pinto
Dr. António José Gonçalves Guimarães
Eugénio de Castro
Bacharel Augusto Mendes Simões de Castro
João Augusto Machado
Bacharel José Luiz Mendes Pinheiro
Albino Caetano da Silva Pinto
António Augusto Gonçalves

Paços do Governo da Republica, em 24 de agosto de 1911. = O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*⁶⁶.

2.ª Repartição

Attendendo ao disposto no artigo 11.º do decreto de 26 de maio ultimo:

Manda o Governo da Republica, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas as eleições para a constituição do Conselho de Arte e Archeologia da 3.ª Circunscrição Artística, nos seguintes termos:

Mesa:

Presidente – João Marques da Silva Oliveira
Vice-Presidente – Antonio Teixeira Lopes
Secretario – José de Brito
Vice-Secretario – José Marques da Silva

Comissão executiva

João Marques da Silva Oliveira
José Pereira Sampaio
Joaquim de Vasconcellos
Antonio Teixeira Lopes
José Marques da Silva
José de Brito

Paços do Governo da Republica, em 5 de agosto de 1911. = O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*⁶⁷.

⁶⁶ DG, n.º 205, de 2 de Setembro de 1911, p. 3713.

⁶⁷ DG, n.º 183, de 8 de Agosto de 1911, p. 3345.

Vogais honorários, efectivos, auxiliares e correspondentes ao serviço das três circunscrições artísticas em 1923⁶⁸.

MEMBROS DOS CONSELHOS DE ARTE E ARQUEOLOGIA

1.ª CIRCUNSCRIÇÃO

VOGAIS HONORÁRIOS :

Dr. Afonso Costa.
Dr. Afonso Lopes Vieira.
Dr. Antonio José de Almeida.
Dr. Bernardino Machado.
Conde dos Olivais e Penha Longa.
Condessa de Carvalhido.
Fernando Larcher.
Fernando de Serpa Pimentel.
Dr. Manuel de Brito Camacho.
Visconde de Athouguia.

VOGAIS EFECTIVOS :

Antonio Augusto da Costa Motta.
Antonio José Arroyo.
Arnaldo Redondo Adães Bermudes.
Carlos Antonio Rodrigues dos Reis.
Columbano Bordallo Pinheiro.
Ernesto Ferreira Condeixa.
Dr. Henrique Jardim de Vilhena.
Henrique Lopes de Mendonça.

⁶⁸ Cf. *Monumentos Nacionais: legislação e Classificação, 1923*, Lisboa: Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição / Tipografia do Comercio, 1923, pp. 39-43.

João Antonio Piloto.
Dr. João Barreira.
João Vaz.
José Alexandre Soares.
Dr. José de Figueiredo.
José Jeronimo Cabral de Lacerda.
Dr. José Julio Rodrigues.
Dr. José Leite de Vasconcelos.
José Luiz Monteiro.
José Maria Cordeiro de Sousa.
D. José Maria da Silva Pessanha.
José Relvas.
José Simões de Almeida Junior.
Jose Simões de Almeida, Sobrinho.
José Veloso Salgado.
José Victal Branco Malhóa.
Julio Carlos Mardel de Arriaga.
Luciano Martins Freire.

VOGAIS CORRESPONDENTES :

Visconde da Esperança (José Bernardo Barahona Fragoso). — *Évora*.
José de Mattos Braamcamp. — *Évora*.
Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarem. — *Santarem*.
Dr. José Vieira da Silva Guimarães. — *Tomar*.
União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo. — *Tomar*.
Grupo «Pró-Évora». — *Évora*.
Antonio Joaquim Lopes da Silva. — *Évora*.
Francisco Augusto Garcez Teixeira. — *Tomar*.
Antonio Amorim Pires Toste. — *Angra*.
José Machado de Serpa. — *Horta*.
José de Lacerda. — *S. Jorge*.
Manuel de Andrade. — *S. Jorge*.
Aristides Moreira da Motta. — *Ponta Delgada*.
Dr. Eugenio do Canto. — *Ponta Delgada*.
Dr. Francisco Afonso Chaves. — *Ponta Delgada*.

Visconde de Santa Barbara. — *Ponta Delgada*.
Alberto Artur Sarmiento. — *Funchal*.
Francisco Antonio de Freitas Abreu. — *Funchal*.

VOGAIS AUXILIARES :

Moisés do Carmo. — *Alemquer*.
João dos Reis Gomes. — *Funchal*.
João de Mello Falcão Trigoso. — *Lagos*.
Adolfo Ernesto Motta. — *Lagos*.
Carlos Alberto Martins do Rêgo. — *Lisboa*.
Luís Keil. — *Lisboa*.
Dr. Antonio Sardinha. — *Monforte*.
Dr. Luis Bernardo Leite de Ataíde. — *Ponta Delgada*.
João Arruda. — *Santarem*.
Ladislau Piçarra. — *Serpa*.

2.ª CIRCUNSCRIÇÃO

VOGAIS EFECTIVOS :

Dr. Augusto Mendes Simões de Castro.
Dr. João Rodrigues da Silva Couto.
Augusto Carvalho da Silva Pinto.
Albino Gaetano da Silva Pinto.
Antonio Augusto Gonçalves.
João Augusto Machado.
José Pereira Dias.
Belizario Pimenta.
Manuel Augusto Rodrigues da Silva.
Dr. Alberto Cupertino Pessoa.
Dr. Abel Augusto Dias Urbano.
José Tomaz da Fonseca.
Manuel de Melo Nunes Geraldês.
Dr. Luciano Pereira da Silva.
Dr. Gumersinde Sarmiento da Costa Lobo.
Augusto Casimiro.
Dr. Virgílio Correia.
Dr. Joaquim de Carvalho.

Dr. Antonio da Costa Rodrigues.
Alvaro Viana de Lemos.

VOGAIS CORRESPONDENTES :

Francisco de Almeida Moreira. — *Viseu*.
Benedito Galvão de Carvalho. — *Montemor-o-Velho*.
João A. Marques Gomes. — *Aveiro*.
D. José Maria da Silva Pessanha. — *Lisboa*.
Dr. Alfredo Pinto d'Azevedo e Sousa. — *Lamego*.
Luiz Teixeira Napolés. — *Lamego*.
João Amaral. — *Lamego*.
Dr. Antonio Mattos Cid. — *Aguilar da Beira*.
Ernesto Korrodi. — *Leiria*.
Tito Benevenuto de Sousa Larcher. — *Leiria*.
Pedro Fernandes Tomaz. — *Figueira da Foz*.
Padre Francisco dos Prazeres. — *Guarda*.
Dr. Afonso Dias Moreira Padrão. — *Batalha*.

VOGAIS AUXILIARES :

Dr. Aristides d'Amorim Girão. (*Covilha*)
Severo de Figueiredo.
Angelo Leopoldo da Cruz.
Antonio Natividade. (*Mealhada*)

3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

VOGAL HONORÁRIO :

Dr. Leopoldo d'Oliveira Mourão.

VOGAIS EFECTIVOS :

Antonio Fernandes de Sá.
Antonio Peres Dias Guimarães.
Dr. Aarão Soeiro Moreira de Lacerda.
Acacio Lino de Magalhaes.
Antonio Carneiro Junior.

Director do Museu Municipal do Porto.
Henrique Antonio Guedes de Oliveira.
João Augusto Ribeiro.
Joaquim de Vasconcelos.
José d'Oliveira Ferreira.

VOGAIS CORRESPONDENTES :

Antonio Albino Marques d'Azevedo. — *Barcelos*.
Dr. Alberto Feio Soares de Azevedo. — *Braga*.
Dr. Manuel Monteiro. — *Braga*.
Dr. José de Sousa Machado. — *Braga*.
Presidente do Instituto Histórico do Minho. — *Viana do Castelo*.
Presidente da Sociedade Martins Sarmiento. — *Guimarães*.

VOGAIS AUXILIARES :

Abade de Leça do Balio.
Abade de S. Lourenço da Montaria.
Abel de Vasconcelos Cardoso.
José Luis Pina.

Vogais Efectivos da 1.ª Circunscrição em 1931-1932⁶⁹

CONSELHO DE ARTE E ARQUEOLOGIA DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO

Lista de Moradas – Vogais do C.A.A. e da sua Comissão Executiva

Lista dos Exm.º Vogais do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição

NOMES	MORADAS
1. Adriano de Sousa Lopes	Museu Nacional de Arte Contemporânea; Parque das Necessidades Pavilhão Regalo. Lisboa
2. Alfredo Roque Gameiro	Travessa Estêvão Pinto, 32 – Lisboa
3. Antonio do Couto Abreu	Avenida dos Defensores de Chaves A.C. – Lisboa
4. Antonio José Arroio	R. das Amoreiras, 160 – 2.º
5. Arnaldo Rodondo Adães Bermudes	R. São João Nepomuceno, 22-1.º
6. Carlos Antonio Rodrigues dos Reis	Quinta dos Lagares de El-Rei – Arieiro
7. Gaspar dos Anjos Teixeira	Palácio do Congresso da República Mem Martins - Cintra
8. Guilherme Rebelo de Andrade	Quinta do Egipto – Oeiras
9. Henrique Gomes da Silva	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Min.º Comercio
10. Henrique Jardim de Vilhena (Dr.)	R. Capitão Ramires, H. V. – (á Avenida Sacadura Cabral)
11. João Antonio Piloto	Calçada do Marquês de Abrantes, 40 – 1.º
12. João Barreira (Dr.)	Travessa do Combro, 4 (á Lapa)
13. João Pereira Martins de Lemos	Travessa do Rozario, 33
14. Joaquim Mario de Macedo Mendes (Dr.)	Rua da Palmeira, 20 r/c
15. José de Figueiredo (Dr.)	Campo dos Mártires da Pátria, 26-3.º
16. José Jeronimo Cabral de Lacerda	Rua D. Estefânia, 183-1.º Dir.º
17. José Leite de Vasconcelos (Dr.)	Rua de D. Carlos de Mascarenhas, 3
18. José Maria da Silva Pessanha (D.)	Rua Rodrigo da Fonseca, 53
19. José Simões de Almeida	Avenida Elías Garcia, 75-3.º Dir.º
20. José Veloso Salgado	Rua da Quintinha, 35-1.º
21. José Vital Branco Malhoa	Travessa do Rozario, 8
22. Luciano Martins Freire	Rua Rodrigues Sanches, 16-3.º
23. Luiz Xavier da Costa	Rua dos Remédios (á Lapa), 8
24. Reinaldo dos Santos (Dr.)	Avenida António Augusto de Aguiar, 142
25. Virgílio Cesar Antunes de Lemos	Avenida Miguel Bombarda, 131, 3.º

⁶⁹ Lista elaborada depois de 27 de Abril de 1931. Nela figuram os mais recentes vogais eleitos e nomeados. Entre estes, figura o Director da DGEMN, Henrique Gomes da Silva. Em 1932, Adães Bermudes era nomeado professor efectivo da 4ª cadeira de Arquitectura e da 8ª cadeira da Escola de Belas Artes. Este facto permite datar o documento de inícios de 1932, aproximadamente, pouco tempo antes da extinção do CAA. ANBA – Documento avulso, sem cota.

CONSELHO DE ARTE E ARQUEOLOGIA
1.ª CIRCUNSCRIÇÃO

PRESIDENTE HONORÁRIO: José Luiz Monteiro

VOGAIS EFECTIVOS

(Art.º 11 – Dec.º 15.216, de 14-3-1928) Numero fixado por lei: 30.

- a) ...Artistas, escritores de arte ou arqueologia e:
- b) ...Directores da Escola de Belas Artes
- c) ... Professores da Escola de Belas Artes
- d) ...Director dos Museus N.A.A.; N.A.C. e N. dos Coches
- e) ...Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

-
1. ~~Antonio José Arroio~~⁷⁰
 2. Carlos Antonio Rodrigues dos Reis
 3. José de Figueiredo (Dr.)
 4. José Maria da Silva Pessanha (D.)
 5. José Veloso Salgado
 6. ~~José Vital Branco Malhoa~~
 7. ~~Luciano Martins Freire~~

Obs. Estes vogais (efectivos vitalícios, precedendo eleição), são antigos membros da Academia R. de Belas Artes, de Lisboa

8. Arnaldo Rodondo Adães Bermudes
9. Henrique Jardim de Vilhena (Dr.)
10. Henrique Gomes da Silva
11. João Antonio Piloto
12. João Barreira (Dr.)
13. João Pereira Martins de Lemos
14. Joaquim Mario de Macedo Mendes (Dr.)
15. José Jeronimo Cabral de Lacerda
16. José Simões de Almeida
17. Virgílio Cesar Antunes de Lemos

Obs. Vogais natos

O Sr. A. R. Adães Bermudes já tinha sido eleito vogal do C.A.A., antes da sua nomeação para professor da E. de B. A. de L.

18. Adriano de Sousa Lopes
19. Alfredo Roque Gameiro
20. Antonio do Couto Abreu
21. Arnaldo Rodondo Adães Bermudes

⁷⁰ Os nomes rasurados referem-se a vogais entretanto falecidos: António Arroio (†1934), José Malhoa (†1933) Luciano Freire (†1934). Este último falecimento prova que esta lista teve uso depois da extinção oficial do CAA, em Março de 1932, dada que nessa altura, Luciano Freire era seu presidente. Esta lista serviu, provavelmente, de base à constituição dos vogais que ingressaram na Academia Nacional de Belas Artes.

22. Gaspar dos Anjos Teixeira
23. Guilherme Rebelo de Andrade
24. José Leite de Vasconcelos (confirmada a eleição em 18/7/911, D.G. 173 de 27/7/911)
25. Luiz Xavier da Costa (Dr.)
26. Reinaldo dos Santos (Dr.)

MÊSA DO C.A.A.

Art.º 19 do Dec. 15.216, de 14/3/928 (D.G. N.º 67 – 1.ª serie, de 22/3/928)

Presidente: ~~Luciano Martins Freire~~
Vice-Pres.: D. José Maria da Silva Pessanha
Secretario: Dr. Joaquim Mario de Macedo Mendes
Vice-sec.: José Simões de Almeida

COMISSÃO EXECUTIVA DO C.A.A.

Art.º 24 do Dec. 15.216. Numero fixado por lei: 9

Triénio de 27 de Abril de 1931 a
27 de Abril de 1934

Eleita em sessão de 27 de Abril de 1931
Comunicação
Comunicação

Lugares natos

Presidente do C.A.A.
Secretario do C.A.A.
Directores dos Museus N.A.A.; N.A.C.; N. C.

MÊSA

Presidente: ~~Luciano Martins Freire~~
Vice-Pres.: D. José Maria da Silva Pessanha
Secretario: Dr. Joaquim Mario de Macedo Mendes
Vice-sec.: José Simões de Almeida

VOGAIS EFECTIVOS

João António Piloto
José Veloso Salgado
José de Figueiredo (Dr.)
Adriano de Sousa Lopes} Directores dos Museus N.A.A.; N.A.C.; N. C.
~~Luciano Martins Freire~~

§ único do art.º 24 do Dec. 15.216: “Nesta Comissão devem ter representação todos os ramos de arte, arqueologia, historia de arte e critica histórica.”

Vogais da Academia Nacional de Belas Artes, em 1932⁷¹

Vogais Efectivos

Dr. José de Figueiredo (*)⁷² (Presidente)
Luciano Freire (*)
Teixeira Lopes (*)
Dr. Afonso Lopes Vieira (*)
Dr. Reinaldo dos Santos (*)
Dr. Xavier da Costa (*)
Sousa Lopes (*)
Raul Lino
D. José Pessanha (*)
José Veloso Salgado (*)
Carlos Reis (*)
Roque Gameiro (*)
Matos Sequeira (*)

Vogais honorários

Dr. Leite de Vasconcelos (*)
José Luis Monteiro (*)
Alberto Haupt (*)
Walter Crum Watson
André Dezarois (*)

Vogais correspondentes – Delegação no Porto

Teixeira Lopes (Presidente)
Artur Loureiro
José Marques da Silva (*)
João Augusto Ribeiro (*)
Alberto Aires de Gouveia
Júlio Brandão (*)
Dr. Aarão de Lacerda (*)

Vogais correspondentes – Portugal

Virgílio Correia (*)
Ernesto Korrodi (*)

Vogais correspondentes – Estrangeiro

França

José Júlio de Sousa Pinto
Salomon Reinach
Henri Focillon
René Jean
Louis Gillet
Paul Vitry⁷³

⁷¹ Aprovados nas sessões de 3 de Abril e 16 de Maio de 1932 da Academia Nacional de Belas Artes, em Lisboa, na antiga sede do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição. ANBA - Academia Nacional de Belas Artes, Actas das Sessões, Livro 1, pp. 1-5.

⁷² Todos os nomes com um asterisco (*) tinham feito parte do corpo de vogais efectivos, honorários ou correspondentes das CAA das Circunscrições Artísticas, até 3 de Março de 1932.

⁷³ Conservador do Museu do Louvre.

Schneider
René Grousset

Espanha

Manuel Gomez Moreno
Elias Tormo
Eugenio d'Ors
Mendez Casal
Sanchez Canton

Bélgica

Wulin de Loo
Jules Destrée⁷⁴
Paul Lambotte
Leo Van Guyvelde
Camilie Gaspar
Arthur Cornette
Bautier
J. Capart
Jean Dessercé

Alemanha

Max Freidlander

Áustria

Gustave Gluck

Inglaterra

Bernard Besenson
Lazló de Lombos

Itália

Adolfo Venturi
Ugo Ofetti

⁷⁴ Presidente da Direcção do *Office International des Musées* e responsável máximo pela organização da Conferência Internacional de Atenas, realizada em 1931.

